
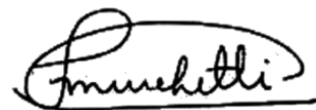


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FABIANA MARCHETTI

**Livraria Francesa e Difel: Economia do Livro, Sociabilidade Literária e  
Pensamento Universitário em São Paulo (1947-1982)**

Versão Corrigida



São Paulo

2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FABIANA MARCHETTI

**Livraria Francesa e Difel: Economia do Livro, Sociabilidade Literária  
e Pensamento Universitário em São Paulo (1947-1982)**

Trabalho apresentado à Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo para obtenção  
do título de Doutora em História.

Orientadora:  
Profa. Dra. Marisa Midori Deaecto

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M3171 Marchetti, Fabiana  
Livraria Francesa e Difel: Economia do Livro,  
Sociabilidade Literária e Pensamento Universitário em  
São Paulo (1947-1982) / Fabiana Marchetti;  
orientadora Marisa Midori Deaecto - São Paulo, 2023.  
670 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de História. Área de concentração:  
História Econômica.

1. História do Livro. 2. Editoras. 3. Livrarias.  
I. Deaecto, Marisa Midori, orient. II. Título.

## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Fabiana Marchetti

Data da defesa: 07 / 12 / 2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Marisa Midori Deaecto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 19 / 12 / 2023



*(Assinatura do (a) orientador (a))*

**Nome:** MARCHETTI, Fabiana

**Título:** Livraria Francesa e Difel: Economia do Livro, Sociabilidade Literária e Pensamento Universitário em São Paulo (1947-1982)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História Econômica.

**Aprovado em:**

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

A meus pais, *in memoriam*, e à minha irmã, Giovanna.

## Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que foi a entidade responsável pelo financiamento desta pesquisa entre janeiro/2019 e dezembro/2023 (Processo 2017/20206-3) sem o qual este trabalho não teria sido possível.

À Profa. Marisa Midori, agradeço pela orientação, pelas sucessivas leituras e discussões dos textos produzidos ao longo dos anos, por meio das quais pude amadurecer meu trabalho e meu pensamento até chegar à presente redação. Obrigada também pelo incentivo a tantas outras atividades – dos eventos aos cafés – que me fizeram crescer de outras maneiras e tornaram este trabalho menos solitário.

Ao editor Jacó Guinsburg [in memoriam], ao Prof. e editor Plínio Martins Filho, ao Prof. Lincoln Secco, Silvia Monteil, Daisy Michi e Luiz obrigada por contribuírem nesta jornada de conversas, leituras e pesquisa.

Agradeço às integrantes da comissão julgadora por terem aceitado o convite: Profa. Tânia Regina de Luca, que já me acompanha desde o mestrado com toda sua experiência e profissionalismo, Profa. Giselle Venâncio, que conheço das leituras e congressos. À Profa. Mônica Schpun por ter me acompanhado desde minha banca de qualificação e pela supervisão do período na EHESS-Paris. Sua atenção, disponibilidade e contribuições foram muito importantes para o andamento da pesquisa, sem contar o apoio no período da pandemia que me fez permanecer firme com meus objetivos no estágio.

À minha irmã Giovanna, quero agradecer pela parceria de sempre, por ter sido minha base de afeto, ancestralidade e compreensão dos recomeços, sem a qual não teria chegado à conclusão desta etapa tão importante para minha vida. Acho que foi sempre assim: ela me mostrando a possibilidade de transgredir e recomeçar desde a infância, passando por nossa juventude e vida adulta precocemente acelerada pela perda dos nossos pais. Que assim permaneça a nossa relação, nas alegrias e batalhas futuras!

À Fer, minha cunhada, obrigada por sua presença doce e querida!

Ao companheiro Ricardo, e a toda família que vem desta relação de amor – Paulo, Lais, Cunhas e Sobrinhos – quero agradecer por estar do meu lado apesar das turbulências. Que seja sempre assim!

À minha família de sangue e de vínculos não destruídos pela polarização política, pois nessa estamos juntos, tio Isidoro, Tia Márcia e Tia Elisete, primas e priminhos; e à minha madrinha Cecília, incondicionalmente querida, quero agradecer, porque vocês são muito importantes em fases tão distintas da minha vida.

À Rô obrigada por ser esse exemplo de mulher e amiga incansável, lutadora e intensa! Aos cumpadis Henrique e Paty por me derem a honra de ser a madrinha de Caê!

Sou grata aos tantos amigos que me acompanham com paciência e amor. Àqueles que vem de longuíssima data: Paulinho, Jú, Carol e Paula. Aos de longa data: Vandinha, Vivian, Luita, Rodrigo, Bruno, Isa, Ricardo, Dudu, Thomas, Marquinhos, Vini, Jullyana, Dri, Edu, Carlos, Gustavo, Carol, Mar e o casalzão Livia e Cris. Aos mais recentes, agradeço ao Hugo pelas trocas de pesquisa, e agradeço aos amigos da estadia pandêmica em Paris, do isolamento coletivo entre a BnF e a Maison do Brasil: Eloy, Raquel, Cibele, Antonio, Priscila, Vivian, Sofia, Rafael, Gabriel, Vivi, Chris, Diana, Alba, Fernanda, Elder, Vitória e as pequenas Lelê e Yara. Ao queridíssimo Rafy que veio com essa mesma turma, obrigada por preencher os dias com alegria, carinho e boas aventuras.



COPIAS  
FOTOGRAFICAS  
COPIADO  
LITOGRAFIA  
COPIAS  
FOTOGRAFICAS

LENGUA  
FRANCOISA

SILAR

TER

FABRICA

STA  
BRANCA

DROGARIA  
BARBOSA

DROGARIA

Silar

LIVRARIA  
FRANCESA

PETININGA



DESS PARA  
ET NOBIL

INVIDIA  
& Gelo



## **Resumo**

A presente tese se dedica à história da Livraria Francesa e da editora Difusão Europeia do Livro (Difel), ‘empresas-irmãs’ fundadas por Paul-Jean Monteil em São Paulo, respectivamente, nos anos de 1947 e 1951. O objetivo do trabalho será discutir o lugar dos empreendimentos nos circuitos que dinamizavam a economia do livro paulistana, diante do processo de metropolização vivido pela capital em meados do século xx. Nesta conjuntura, destacam-se as atividades organizadas em torno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLC-USP) e as iniciativas de seus membros para se postularem como protagonistas das transformações deste meio intelectual e urbano.

Na esfera da circulação, a livraria se consolidará como um estabelecimento de referência na difusão de mercadorias importadas da França devido ao prestígio que o país europeu detinha junto à intelectualidade local, sobretudo, entre os universitários. Além de consumir os livros, este público também fará dela um espaço de sociabilidade e trocas profissionais que estimularão M. Monteil a diversificar seus investimentos, dirigindo-se à produção editorial. Assim, ele cria a Difel e inicia suas atividades com um programa de traduções de obras francesas que incorpora os recém-formados da FFCL-USP na condição de tradutores e revisores. Em seguida, ao avançarem nas etapas de sua profissionalização universitária, estreitando relações com o livreiro-editor, os mesmos se tornam autores dos projetos da editora dedicados às discussões sobre a história e a formação social do Brasil.

Diante disso, demonstraremos como a Difel e a Livraria Francesa representam o papel do mercado de livros na construção dos meios para a tomada de consciência desta comunidade acadêmica sobre sua identidade enquanto grupo, e para que seus integrantes viabilizem alguns dos mecanismos transmissores de seus princípios, de seus debates, de suas obras e de sua autoridade como representantes de um novo sistema intelectual, ou uma forma de pensamento, que se forma em torno da universidade.

**Linha de pesquisa:** Economia da Cultura

**Palavras-chave:** História do Livro; Relações Brasil-França; São Paulo; Livraria Francesa; Difel; Pensamento Universitário.

## **Abstract**

This thesis is dedicated to the history of the Livraria Francesa and the publisher Difusão Europeia do Livro (Difel), 'sister companies' founded by Paul-Jean Monteil in São Paulo, respectively, in 1947 and 1951. The objective of the work will be to discuss the place of the enterprises in the circuits that dynamized the São Paulo book economy, given the process of metropolization experienced by the capital in the mid-twentieth century. At this juncture, we highlight the activities organized around the School of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo (FFLC-USP) and the initiatives of its members to postulate themselves as protagonists of the transformations of this intellectual and urban environment.

Considering circulation, the bookstore will consolidate itself as a reference in the dissemination of goods imported from France due to the prestige that the European country held with the local intelligentsia, especially among university students. In addition to consuming the books, this audience will also make it a space for sociability and professional exchanges that will encourage M. Monteil to diversify his investments, addressing editorial production. Thus, he creates Difel and begins his activities with a program of translations of French works that incorporates recent FFCL-USP graduates as translators and proofreaders. Then, as they advance in the stages of their university professionalization, strengthening relations with the bookseller/editor, they become authors of the publisher's projects dedicated to discussions about the history and social formation of Brazil.

In view of this, we will demonstrate how Difel and the French Bookstore represent the role of the book market in building the means for this academic community to become aware of its identity as a group, and for its members to enable some of the mechanisms that transmit its principles, debates, works and authority as representatives of a new intellectual system, or a way of thought, that is formed around the university.

**Research line:** Culture Economics

**Keywords:** History of the Book; Relations Brazil-France; São Paulo; Livraria Francesa; Difel; University Thought.

## **Resumé**

Cette thèse est consacrée à l'histoire de la Livraria Francesa et de la maison d'édition Difusão Europeia do Livro (Difel), « sociétés sœurs » fondées par Paul-Jean Monteil à São Paulo, respectivement en 1947 et 1951. L'objectif du travail sera de discuter de la place des entreprises dans les circuits qui ont dynamisé l'économie du livre de São Paulo, compte tenu du processus de métropolisation vécu par la capitale au milieu du XX<sup>e</sup> siècle. À ce stade, nous soulignons les activités organisées autour de la Faculté de Philosophie, des Sciences et des Lettres de l'Université de São Paulo (FFLC-USP) et les initiatives de ses membres pour se poser en protagonistes des transformations de cet environnement intellectuel et urbain.

Dans le domaine de la circulation, la librairie se consolidera comme un établissement de référence dans la diffusion des marchandises importées de France en raison du prestige que le pays européen détenait auprès de l'intelligentsia locale, en particulier parmi les étudiants universitaires. En plus de consommer les livres, ce public en fera également un espace de sociabilité et d'échanges professionnels qui incitera M. Monteil à diversifier ses investissements, en s'adressant à la production éditoriale. Ainsi, il crée la Difel et commence ses activités par un programme de traductions d'œuvres françaises qui intègre des diplômés récents de FFCL-USP en tant que traducteurs et relecteurs. Puis, au fur et à mesure qu'ils avancent dans les étapes de leur professionnalisation universitaire, renforçant les relations avec le libraire-éditeur, ils deviennent les auteurs des projets de l'éditeur dédiés aux discussions sur l'histoire et la formation sociale du Brésil.

Dans cette perspective, nous montrerons comment Difel et la Livraria Francesa représentent le rôle du marché du livre dans la construction des moyens permettant à cette communauté académique de prendre conscience de son identité en tant que groupe, et à ses membres de permettre à certains des mécanismes qui transmettent ses principes, ses débats, ses œuvres et son autorité en tant que représentants d'un nouveau système intellectuel, ou d'une forme de pensée, qui se forme autour de l'université.

**Parcours de Recherche :** Économie de la Culture

**Mots-clés :** Histoire du Livre – Relations Brésil-France – São Paulo – Librairie Française – Difel – Pensée Universitaire.

## Sumário

<b>Prólogo.....</b>	<b>21</b>
<b>Introdução: A Dialética do Localismo x Cosmopolitismo – Permanências, Tensões e Novidades na Formação de uma Metrópole Brasileira.....</b>	<b>24</b>
Os Caminhos da Dialética... Um Breve Relato das Fontes.....	33
<b>PARTE I. A LIVRARIA .....</b>	<b>47</b>
<b>Capítulo 1. Ainda à Francesa: Livros e Livrarias em São Paulo (1940-1960).....</b>	<b>49</b>
<b>1.1. Condições para investir .....</b>	<b>50</b>
Realidade Urbana e Infraestrutura.....	50
As Livrarias e o “Centro Novo” .....	67
Meio Intelectual, Cultura e Política.....	80
<b>1.2. Um Modelo de Livraria.....</b>	<b>91</b>
Estrutura Tradicional, Novas Ideias .....	91
Uma Intervenção Inesperada.....	98
Difusão do Francês e Construção de um Perfil Humanista.....	103
<b>1.3. A Livraria Francesa por seus Clientes.....</b>	<b>116</b>
Livrarias e a Biblioteca Municipal .....	116
Instituições do Ensino Básico e Demanda Técnica.....	119
Faculdades e Universidades .....	126
<b>Capítulo 2. A Difel Antes da Difel .....</b>	<b>131</b>
<b>2.1 Diplomacia Cultural e Mercado Livreiro .....</b>	<b>131</b>
Concorrência entre Centros Difusores .....	132
Ação e Política Cultural .....	143
A Comissão Nacional para o Livro Francês no Exterior .....	148
<b>2.2. Conexões Paris-São Paulo: Importações e a Ação do Capital Francês.....</b>	<b>151</b>
Novos Investidores e a Livraria Francesa .....	151
Os Caminhos se Cruzam .....	159
A Livraria Francesa: Uma Síntese dos Dados de Importação.....	165
<b>2.3. Outras Conexões Paris-São Paulo: Edição e Vida Intelectual.....</b>	<b>169</b>
Importação de Livros, Recepção de Ideias.....	169
Editoras da Resistência e Edições Militantes .....	177
Grupo Hachette, Librairie Marcel Didier e as Edições Escolares.....	185

Presses Universitaires de France e as “Editoras Generalistas” .....	188
<b>Capítulo 3. Paul e Juliette Monteil: Da Engenharia aos Livros.....</b>	<b>195</b>
<b>3.1. Origem, oportunidades e escolhas .....</b>	<b>196</b>
<b>3.2. A Travessia .....</b>	<b>209</b>
<b>3.3. Quebrando a Rotina .....</b>	<b>216</b>
<b>3.4. Um Comunista Sem Carteirinha .....</b>	<b>226</b>
Atividades Ilegais.....	226
Fotos, Cartas e Memórias.....	229
Comitê dos Franceses Livres em São Paulo .....	236
<b>3.5. Entre l’art et l’argent .....</b>	<b>238</b>
<b>PARTE II. A EDITORA .....</b>	<b>243</b>
<b>Capítulo 4. Traduzir a França no Brasil .....</b>	<b>245</b>
<b>4.1. Construindo a Política Editorial.....</b>	<b>246</b>
Questões sobre o Livro Estrangeiro .....	246
As Traduções Nacionais.....	252
<b>4.2. Os Intermediários da Edição Brasileira .....</b>	<b>259</b>
<b>4.3. Caça aos Best-Sellers ou a Geopolítica das Traduções.....</b>	<b>277</b>
A Difel e o Mercado de Traduções no Brasil.....	277
Caminhos para a Mediação Editorial .....	286
<b>4.4. Sartre e Beauvoir: Edição, Engajamento e Universidade.....</b>	<b>297</b>
O Existencialismo em Livros .....	297
Leituras Universitárias, Livros Políticos? .....	312
<b>4.5. Coleções Universitárias, Transferência de Modelos Editoriais .....</b>	<b>319</b>
Da França ao Brasil, Precursoras de um Nicho para o Mercado.....	319
A Coleção Saber Atual.....	323
As Histórias Gerais e a História Geral das Civilizações .....	328
<b>Capítulo 5. Editar o Brasil: A História Geral da Civilização Brasileira .....</b>	<b>339</b>
<b>5.1. Os Livros, uma Forma Expressiva .....</b>	<b>340</b>
A Identidade do Projeto.....	340
Referências Brasileiras.....	347
Especialização e Recursos Didáticos .....	350
<b>5.2. (Des) Caminhos do Mise en Collection .....</b>	<b>355</b>
O Plano Inicial.....	355

Entre Aceites e Recusas .....	362
Um Perfil para a Coleção .....	367
<b>5.3. Sérgio Buarque de Holanda, Diretor de Coleção.....</b>	<b>373</b>
O Lugar do Historiador .....	373
Escolhas Editoriais e a Ideia de Civilização Brasileira .....	381
<b>5.4. A “História Geral” do Brasil sob auspícios de uma cátedra.....</b>	<b>390</b>
<b>5.5. História e as Ciências do Homem .....</b>	<b>405</b>
Uma Estrutura Interdisciplinar .....	405
As Disciplinas Parceiras.....	414
<b>5.6. Um Legado Universitário .....</b>	<b>420</b>
<b>Capítulo 6. Editar a Corpo e Alma do Brasil.....</b>	<b>436</b>
<b>6.1. Mercado Editorial e a Primeira Difusão Universitária .....</b>	<b>437</b>
O Chamado de um Concurso .....	437
Da Dispersão Editorial aos Livros .....	443
<b>6.2. Consciência na Comunidade de Autores .....</b>	<b>451</b>
Premissas do Empreendimento .....	451
Nasce uma Nova Brasileira .....	456
<b>6.3. O Que se Deve Editar para Conhecer o Brasil? (1960-1964).....</b>	<b>467</b>
<b>6.4. Virtudes e Impasses de uma Estratégia Acadêmica (1964-1968) .....</b>	<b>486</b>
<b>6.5. A Coleção no Exílio (1969-1979) .....</b>	<b>504</b>
<b>6.6. Intérpretes do Brasil, Mercado Editorial e Política.....</b>	<b>523</b>
<b>Conclusão: Economia do Livro e Pensamento Universitário .....</b>	<b>537</b>
<b>Arquivos Consultados .....</b>	<b>555</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>556</b>
<b>ANEXO 1. Catálogo da Difusão Europeia do Livro.....</b>	<b>578</b>
<b>ANEXO 2. Entrevistas .....</b>	<b>609</b>
a. Entrevista com Jacó Guinsburg, São Paulo, 18/01/2017. ....	610
b. Entrevista com Jean-Claude Bernardet, São Paulo, 22/08/2018. ....	626
c. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, 12/02/2019. ....	639
d. Entrevista com Silvia Monteil, São Paulo, 12/06/2019. ....	651
e. Entrevista com Daisy Michi, São Paulo, 12/06/2019. ....	660

## Lista de Ilustrações

Figura 1. Livros-caixa: Emissão de Duplicatas (1949) .....	42
Figura 2. Livros-caixa: as importações .....	43
Figura 3. O Registro de Inventários .....	44
Figura 4. Vista panorâmica do Centro de São Paulo, 1951.....	53
Figura 5. Biblioteca Municipal Circulante, 1937.....	60
Figura 6. Biblioteca Municipal Circulante, 1937.....	60
Figura 7. Inauguração da Livraria .....	73
Figura 8. Rua Barão de Itapetininga, anos 1940 .....	78
Figura 9. Rua Barão de Itapetininga, 1912.....	78
Figura 10. Mesa de Abertura do I Congresso Brasileiro de Escritores, presidida por Aníbal Teixeira e coordenada por Sérgio Milliet.....	85
Figura 11. “Quebra-Quebra” de 1947 .....	86
Figura 12. Repressão à Manifestação da Greve Geral de 1953.....	86
Figura 13. Registro de Professores e Outros Clientes da Livraria Francesa .....	122
Figura 14. Distribuição Bertrand-Difel: <i>O Regresso de D. Camilo</i> . .....	163
Figura 15. Distribuição Bertrand-Difel: <i>O Regresso de D. Camilo</i> . .....	163
Figura 16. Distribuição Bertrand-Difel: <i>Almanaque Bertrand</i> , 1952.....	164
Figura 17. Vista Panorâmica do bairro Croix-Rousse, por volta de 1910.....	198
Figura 18. Vista do Cours Henri, por volta de 1908 .....	198
Figura 19. Indústria L’Éclairage Élétrique em Lyon durante a Grande Guerra .....	201
Figura 20. Indústria L’Éclairage Élétrique em Lyon durante a Grande Guerra .....	201
Figura 21. Chegada de feridos de Guerra na École de Santé, 1914 .....	202
Figura 22. Mutilados de Guerra em frente a um hospital de Lyon.....	203
Figura 23. Sala de Recuperação em um Hospital Lionês.....	204
Figura 24. Registro de desembarque da Família Monteil no Porto de Santos. ....	214
Figura 25. Carta de Residência Permanente de Juliette Monteil.....	215
Figura 26. Carta de Residência Permanente de Paul Monteil .....	215
Figura 27. Carta de Residência Permanente de Juliette Monteil.....	215
Figura 28. Registro Geral de Paul Monteil .....	221
Figura 29. Ficha de Paul Monteil no Dops.....	225
Figura 30. Documentação do PCB apreendida no escritório de Paul Monteil.....	234
Figura 31. Documentação do PCB apreendida no escritório de Paul Monteil.....	234
Figura 32. Documentação do PCB apreendida no escritório de Paul Monteil.....	235
Figura 33. Capa de O Fim dos Homens .....	289

Figura 34. Capa de O Fim dos Homens .....	289
Figura 35. Capa de O Fim dos Homens .....	289
Figura 36. Capa de Claudine .....	289
Figura 37. Capa de Claudine .....	289
Figura 38. Capa de Claudine .....	289
Figura 39. Capa de O Silêncio do Mar .....	293
Figura 40. Folha de Rosto de O Silêncio do Mar .....	293
Figura 41. Capa da coleção Saber Atual .....	327
Figura 42. Capa da coleção Saber Atual .....	327
Figura 43. Capa da coleção Saber Atual .....	327
Figura 44. Capa de O Oriente e a Grécia .....	333
Figura 45. Folha de Rosto de O Oriente e a Grécia .....	333
Figura 46. Capa de <i>Histoire Générale des Civilisations</i> .....	333
Figura 47. Folha de Rosto de <i>Histoire Générale des Civilisations</i> .....	333
Figura 48. Capa de História Geral da Civilização Brasileira .....	345
Figura 49. Capa de História Geral da Civilização Brasileira .....	345
Figura 50. Folha de Rosto de História Geral da Civilização Brasileira .....	345
Figura 51. Capa de História Geral da Civilização Brasileira .....	345
Figura 52. Capa de História Geral da Civilização Brasileira .....	345
Figura 53. Sumário de História Geral da Civilização Brasileira .....	351
Figura 54. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	450
Figura 55. Folha de Rosto da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	450
Figura 56. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	450
Figura 57. Folha de Rosto da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	450
Figura 58. Capa de Mudanças Sociais no Brasil .....	459
Figura 59. Folha de Rosto de Mudanças Sociais no Brasil .....	459
Figura 60. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 61. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 62. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 63. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 64. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 65. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 66. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 67. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 68. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 69. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	485
Figura 70. Capa de Brasil em Perspectiva.....	509



Figura 71. Revista Leia Livros.....	527
Figura 72. Revista Leia Livros.....	531
Figura 73. Revista Leia Livros.....	531
Figura 74. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	535
Figura 75. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	535
Figura 76. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	535
Figura 77. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	535
Figura 78. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	535
Figura 79. Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil .....	535

## Lista de Gráficos

Gráfico 1. Livraria Francesa – Evolução dos volumes, SP, valores absolutos .....	93
Gráfico 2. Livraria Francesa – Evolução dos Títulos, SP, valores absolutos.....	93
Gráfico 3. Livraria Francesa: Volumes e Títulos, por área, média para o período de 1949-1973 .....	108
Gráfico 4. Livraria Francesa: Dados para o conjunto de “Ciências Humanas”, volumes, comparativo com setor de Literatura (1949-1963).....	114
Gráfico 5. Livraria Francesa Dados para o conjunto de “Ciências Humanas”, títulos, comparativo com setor de literatura, % (1949-1963).....	114
Gráfico 6. Um Perfil Humanista (I) – Percentual Médio de Volumes, SP (1949-1963).....	115
Gráfico 7. Um Perfil Humanista (II) – Percentual Médio de Volumes, SP (1949-1963) .....	115
Gráfico 8. Um Perfil Humanista (III) – Percentual Médio de Títulos, SP (1949-1963) .....	115
Gráfico 9. Um Perfil Humanista (III) – Percentual Médio de Títulos, SP (1949-1963) .....	115
Gráfico 10. Importação Média de Livros da França, de Portugal e dos Estados Unidos – % sobre o valor total (1910-1960).....	133
Gráfico 11. Importação Média de Livros da França, de Portugal, da Argentina e dos Estados Unidos – % sobre o valor total (1939-1947) .....	135
Gráfico 12. Importação de Livros no Brasil, por origem: Estados Unidos e França (1947-1959) – % sobre o valor total .....	139
Gráfico 13. Autores e Colaborações, por vínculo institucional (Tomo I, em %) .....	367
Gráfico 14. Autores e Colaborações, por vínculo institucional (Edição completa em %) .....	372

## **Lista de Mapas**

Mapa 1. Instituições de Cultura e Meios de Comunicação no Centro de São Paulo, 1959.....	61
Mapa 2. Instituições de Ensino no Centro de São Paulo, anos 1950.....	63
Mapa 3. Livrarias do Centro Novo nos anos 1950.....	65

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Metr6poles Mais Populosas do Mundo .....	54
Tabela 2. Porcentagem de Crescimento de Algumas Cidades .....	54
Tabela 3. Popula73o da Cidade de S3o Paulo Atrav3s dos Anos .....	54
Tabela 4. Constru73es Licenciadas em S3o Paulo .....	55
Tabela 5. Funcionamento do Aeroporto de Congonhas 1950-1951 .....	55
Tabela 6. Evolu73o dos volumes, SP, por ano, por dom3nio tem3tico (1949-1959) .....	104
Tabela 7. Evolu73o dos volumes, SP, por ano, por dom3nio tem3tico (1960-1970) .....	104
Tabela 8. Evolu73o dos volumes, SP, por ano, por dom3nio tem3tico (1970-1973) .....	105
Tabela 9. Evolu73o dos t3tulos, SP, por ano, por dom3nio tem3tico (1949-1959) .....	106
Tabela 10. Evolu73o dos t3tulos, SP, por ano, por dom3nio tem3tico (1960-1970) .....	106
Tabela 11. Evolu73o dos t3tulos, SP, por ano, por dom3nio tem3tico (1971-1973) .....	107
Tabela 12. Importa73es da Livraria Francesa (1947-1960) – em d3lares .....	166
Tabela 13. Movimento Econ4mico da Livraria Francesa (1951-1960) .....	167
Tabela 14. Quadro Sin6ptico do Cat3logo da Difel (1951-1982) .....	254
Tabela 15. Publica73es da Difel por Origem das Edi73es Traduzidas .....	257
Tabela 16. Autores com Maior N3mero de Publica73es Liter3rias .....	280
Tabela 17. Principais Editoras Francesas nas Tradu73es Ficcioneais da Difel .....	287

## Lista de Quadros

Quadro 1. Livrarias fundadas por estrangeiros em São Paulo, 1940-1950 .....	69
Quadro 2. Organização da Livraria Francesa por Domínios Temáticos (1949-1973) .....	94
Quadro 3. As “Livrarias-Clientes” da Livraria Francesa (1947-1952) .....	117
Quadro 4. Indústrias e Empresas, clientes da Livraria Francesa (1948-1973).....	125
Quadro 5. Fornecedores da Livraria Francesa: Uma Rede de Editoras .....	174
Quadro 6. Fornecedores da Livraria Francesa: Periódicos e Distribuidoras .....	176
Quadro 7. Tradutores da Difel 1954-1973 .....	264
Quadro 8. Obras de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir publicadas pela Difel (1956-1970) .....	299
Quadro 9. A Coleção História Geral das Civilizações .....	330
Quadro 10. História Geral da Civilização Brasileira.....	343
Quadro 11. Autores da História Geral da Civilização Brasileira, Vínculo Institucional e suas Colaborações – Tomos I a V .....	369
Quadro 12. Caracterização Institucional dos Autores da HGCB Vinculados à USP.....	392
Quadro 13. Estrutura da HGCB: Tomo I, Volume I .....	407
Quadro 14. Estrutura da HGCB: Tomo I, Volume II.....	408
Quadro 15. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume I.....	409
Quadro 16. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume II.....	409
Quadro 17. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume III .....	410
Quadro 18. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume IV .....	411
Quadro 19. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume V .....	412
Quadro 20. Síntese de “Obras do Mesmo Autor [Pierre Monbeig]” em Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira.....	446
Quadro 21. Catálogo da Coleção Corpo e Alma do Brasil (1957-1988).....	469

## Prólogo

Em 10 de junho de 2021, um relatório intitulado “Retrato do Acervo: A Dominação Marxista na Fundação Cultural Palmares (1988-2019)” denunciava os supostos desvios de cerca de 54% dos títulos que compunham a biblioteca da instituição. Segundo o documento, estes livros não estariam relacionados à temática negra, mas sim a teorias consideradas nefastas e que deveriam ser eliminadas do acervo. Ligados ao então presidente da República, os responsáveis pelo documento realizavam o seu expurgo como parte do combate ao chamado “marxismo cultural” que teria dominado a sociedade brasileira contemporânea. Além de justificar as ações na Fundação Palmares, o ideário conspiratório difundido pelos grupos de extrema direita que sustentavam as bases ideológicas do governo também embasava as mais de vinte nomeações de interventores nas reitorias de universidades federais em diversas regiões do país<sup>1</sup>, quebrando o princípio de respeito às listas tríplexes eleitas pelos membros das respectivas comunidades acadêmicas.

Estes fatos tão revoltantes, como outros ocorridos nos últimos anos de nossa vida política, cultural e social, marcaram a redação deste trabalho. Uma tese “pandêmica” que se estendeu por mais de seis anos, período não convencional para os prazos vigentes, devido à crise sanitária que assolou o mundo e que foi agravada em nosso país pela agenda do retrocesso, da negligência, do negacionismo e da miséria. Hoje, como lembranças ainda presentes e ameaçadoras, aquelas notícias insistem em invadir meus pensamentos enquanto reflito sobre como introduzir o leitor às muitas páginas que seguem e convencê-lo da importância, ou ao menos do sentido, de discutirmos a História do Brasil a partir de um objeto de estudo que se constrói na relação entre livros e universidade.

O recorte proposto, como se observa no título, é bem anterior aos eventos citados, mas eles são capazes de iluminá-lo<sup>2</sup>, apontando para a perspectiva crítica e comprometida com a qual esta historiadora pretendeu se dedicar à sua pesquisa. Afinal, o trabalho de elaboração sobre a vida de homens e mulheres em um tempo passado está sempre motivado por suas implicações com o presente<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), “Cerca de 20 Instituições Federais de Ensino Estão sob Intervenção no País”, disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cerca-de-20-instituicoes-federais-de-ensino-estao-sob-intervencao-no-pais1>.

<sup>2</sup> Walter Benjamin, “Teses sobre o Conceito de História”, em *Obras Escolhidas. Vol. 1. Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 222-232.

<sup>3</sup> March Bloch, *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

Os atos de cerceamento e arbitrariedade evocados acima demonstram que diferentes esferas de realização de nossa vida intelectual contribuíram para provocar um mal-estar agudo nos setores mais reacionários da sociedade brasileira, ao ponto de se tornarem alvos de um projeto de país que muitas vezes não poderíamos acreditar que seria levado a sério. Não é menor o fato de que estes ataques se fizeram, no primeiro caso, contra os livros armazenados por uma instituição que simbolizou a luta do Movimento Negro no processo de resistência contra a Ditadura Militar e na fundação da Nova República; no segundo, contra o sistema universitário federal que, sem superar todos os limites e contradições de um nível de ensino que ainda está aquém de atingir verdadeiramente as classes populares no Brasil, vivera nas décadas anteriores uma realidade inédita de expansão e de democratização.

Fora do sonho, ou do delírio, de que nestes espaços reinava o chamado marxismo cultural, desejamos salientar como em suas bases, de fato, fermentavam e ainda fermentam ideias, debates, produção científica e disputas políticas voltados à crítica social e ao cultivo de valores progressistas em nossas aspirações coletivas enquanto nação. Por isso, a onda reacionária agiu para intervir, controlar e também para concorrer com esta atmosfera, pois além destas ações “pontuais” ela também se ocupa de promover regularmente os seus (pseudo) intelectuais, *best-sellers* e outros meios de comunicação próprios da cultura de massa na era digital.

Esta realidade não poderia ser prevista quando o trabalho começou em 2017, embora já vivêssemos o clima de polarização que dominaria a política nacional. De toda maneira, as questões gerais que norteavam o projeto, e que o acompanharam até aqui, criariam um diálogo inevitável com esse ambiente de disputa pelos rumos do país, tanto pela perspectiva metodológica mais ampla com a qual concebemos o ofício do historiador quanto pelas definições específicas de nosso campo de estudos dentro da historiografia.

É com esse espírito de reflexão que os convido a seguir com a leitura!

*Se fosse possível estabelecer uma lei da evolução de nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos. Ora na afirmação premeditada e por vezes violenta do nacionalismo literário, com veleidades de criar até uma língua diversa; ora o declarado conformismo, a imitação consciente dos padrões europeus. [...]*

Antonio Candido<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Antonio Candido, “Literatura e Cultura de 1900-1945”, *Literatura e Sociedade*, Rio de Janeiro, Ouro Sobre o Azul, 2011, pp. 117-145.



## **Introdução:**

### **A Dialética do Localismo x Cosmopolitismo – Permanências, Tensões e Novidades na Formação de uma Metrópole Brasileira**

Por meio da dialética do localismo e do cosmopolitismo, Antonio Candido chama nossa atenção para a complexa realidade sobre a qual se erguem as atividades do espírito<sup>5</sup> na sociedade brasileira, destacando os dois extremos que permeiam a relação de um país de formação colonial com os padrões culturais vindos do exterior<sup>6</sup>. Ele concebe este ‘motor’ de nossa história para reconhecer os limites e, ao mesmo tempo, para tentar encontrar o potencial criador desta relação tensa que, em suas contradições, aponta para a possibilidade de se construir manifestações autônomas de identidade, pensamento e consciência elaboradas entre o ser nacional e o pertencimento a um sistema mundial desigual e hierárquico.

Evocamos a ideia para considerar o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o mercado do livro no Brasil, um setor cultural e econômico que materializa parte da vida espiritual a que se refere Antonio Candido. Nele, iremos situar a história de duas empresas-irmãs fundadas em São Paulo, a Sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileiro, ou simplesmente Livraria Francesa, em 1947, e a editora Difusão Europeia do Livro (Difel), em 1951. Elas estruturam, nesta ordem, as duas partes do presente trabalho para discutirmos como a circulação e produção livreira revelam o florescimento de um novo sistema dentro da cultura e do pensamento brasileiros que, como pretendemos

---

<sup>5</sup> Para efeitos desta introdução, cabem aqui algumas observações sobre a leitura que fazemos das noções de “espírito” e “vida espiritual” tomados da obra de Antonio Candido. Entendemos que o autor concebe sua visão de cultura neste ensaio a partir de uma leitura de textos filosóficos de Karl Marx. Estes aparecem citados na apresentação em sua tese de doutorado (Antonio Candido, *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o Caipira Paulista e as Transformações de seu Meio de Vida*, Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul, 2010, pp. 28-29), defendida em 1954, data muito próxima da primeira publicação de “Literatura e Cultura de 1900-1945”. Além da referida citação, destacamos algumas passagens em que Marx elabora sobre a relação entre vida material e consciência no processo histórico, reivindicando o termo “espírito” ou “produção espiritual” como “consciência”, “linguagem”, “representação” e “ideias” de um povo (utilizamos os textos publicados no Brasil em Karl Marx e Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã*, São Paulo, Boitempo, 2009, pp. 34-35; 93-95). Entre a elaboração dos autores, concordamos que o mundo da cultura, ou as atividades do espírito, são produtos sociais ligadas às relações de produção. Este debate marxista se apresenta também a partir das noções de estrutura e superestrutura que mobilizaremos a partir de outros autores ao longo do texto.

<sup>6</sup> Sobre o fundamento econômico destas relações do Brasil com o exterior, que se espriam para a vida espiritual nos termos definidos anteriormente, ver: Caio Prado Júnior. “O Sentido da Colonização”. IN: PRADO, Caio Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1966.

demonstrar, ergue-se por meio da organização das primeiras universidades do país, e se consolida na medida em que estas instituições e seus integrantes interagem com diferentes setores da sociedade e de seu público letrado, em especial, os grupos que hegemonizavam a tradição intelectual.

Antes de detalharmos como estes princípios gerais se desenvolvem na tese, faz-se necessário evidenciarmos as delimitações que tivemos de realizar sobre os mesmos. Elas dizem respeito, *grosso modo*, ao recorte geográfico e temporal do qual partimos para compreender a construção da Livraria Francesa e da Difel, definidos pela própria origem dos empreendimentos, ou seja, por sua fundação na cidade de São Paulo em meados do século XX. Nesta localidade e período, vê-se crescer uma metrópole<sup>7</sup> com a ambição de se afirmar frente a outros centros econômicos e políticos que disputavam a vanguarda do desenvolvimento nacional<sup>8</sup>. O projeto paulista, construído por suas elites, mas que alcançou a consciência de outras camadas sociais e, com elas, adquiriu novas formas. Estas se nutriram particularmente de iniciativas na esfera da educação e da cultura, pois seus dirigentes pretendiam que a capital pudesse se tornar mais que um modelo de progresso econômico e material, postulando-se também como uma referência dos padrões de comportamento, hábitos e ideias que contribuiriam para estabelecer uma sociedade moderna no Brasil. Entre as iniciativas que sustentariam tais pretensões, destaca-se a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-

---

<sup>7</sup> O que define a metrópole? Nossa principal referência para o caso paulista se encontra em Richard Morse, *Formação Histórica de São Paulo*, São Paulo, Difel, 1970. O autor trabalha o conceito a partir da dinâmica que conjuga urbanização e desenvolvimento industrial nas grandes cidades do mundo, considerando que “São Paulo é a mais notável exceção ao padrão latino-americano. Começou a atrair indústrias logo após 1890, exatamente na época da expansão metropolitana [...]” (p. 295). Com isso, destacamos a relação entre o particular e o geral que está presente na concepção do historiador americano para quem o processo de desenvolvimento da capital ocorre em relação às suas particularidades dentro das condições de um país periférico em seus diferentes momentos de busca por um modelo de integração com o sistema capitalista em nível mundial. O artigo de Milton Santos, “São Paulo, Metrópole Internacional do Terceiro Mundo”, *Revista do Departamento De Geografia*, vol. 7, pp. 7-24 complementará o conceito tal qual apresentado por Morse, sobretudo no que diz respeito à evolução de sua infraestrutura no âmbito da redução, da cultura, da comunicação e do que Santos denomina um sistema informacional exigidos para a conformação e consolidação do fenômeno metropolitano.

<sup>8</sup> Herdeiro de Morse, especialmente do texto “As Cidades ‘Periféricas’ Como Arenas Culturais: Rússia, Áustria, América Latina”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. vol. 8. n 16. 1995. pp. 205-225, o livro de Fernanda Arêas Peixoto e Adrián Gorelik (org.), *Cidades Sul-Americanas como Arenas Culturais*, São Paulo, Sesc, 2019 trata das dinâmicas do Rio de Janeiro, de Salvador, de Recife e da construção de Brasília na mesma época, destacando o papel da cultura na produção destes espaços urbanos que cresciam com a economia brasileira. A busca por dar relevância à identidade cultural destas capitais em crescimento se conecta, a nosso ver, com o sentimento ufanista provocado pelo ideário nacional-desenvolvimentista que hegemonizava a política e a economia brasileiras da época. Este incentivava a criação de representações que pudessem dar coesão a um Brasil moderno e que, assim, pudessem projetá-lo ao exterior atraindo investimentos e parcerias com as grandes potências. Nesse sentido, os diferentes centros urbanos disputam a liderança nesse repertório de brasilidade.

USP), em 1934, instituição da qual trataremos com particular interesse na construção de nossa história.

Feitas estas considerações, estamos conscientes de que apresentaremos uma experiência particular na construção de um novo sistema intelectual brasileiro ao qual nos referimos anteriormente. Os recortes da pesquisa não impedem, contudo, que possamos realizar nosso trabalho com vistas a debater aspectos de uma realidade mais ampla, pensando justamente como a relação entre “localismo x cosmopolitismo” traz um mecanismo válido para pensarmos intenções de unidade, disputa, construção de hegemonia, representações identitárias e outros aspectos de uma realidade nacional heterogênea.

A Livraria Francesa será a porta de entrada para compreendermos este estudo de caso, tomando as relações econômicas e simbólicas que integram as atividades do espírito por meio da circulação de livros. O estabelecimento comercial fundado pelo casal de imigrantes franceses, Paul-Jean Monteil e Juliette Sabourault, nos situará nas condições do mercado paulistano e da renovação de seus meios intelectuais após a II Guerra, como fruto de um movimento que acreditamos ser representativo daquela dialética, alimentando-a em seus dois polos: no localismo, porque sua criação e prosperidade integram um ambiente de afirmação de discursos nacionalistas presentes na vida cultural e política das grandes capitais; no cosmopolitismo, porque a natureza de suas atividades está intrinsecamente ligada aos interesses do mercado e de setores da intelectualidade brasileira por um centro produtor estrangeiro, a França, cuja referência cultural histórica se redesenhava internacionalmente, acompanhando o realinhamento de forças estabelecido entre as nações imperialistas com o fim do conflito mundial e no desenrolar da Guerra Fria.

Em outras palavras, a história da livraria caracterizará um espaço mediador de circuitos, locais e internacionais, voltados à circulação de mercadorias, pessoas e ideias que integraram a construção de visões sobre a identidade nacional em uma São Paulo pretensamente moderna, como parte de um Brasil marcado pelo discurso desenvolvimentista. Sim, os projetos de nação debatidos no período compreendiam posicionamento polêmicos sobre o maior ou menor grau de autonomia político-econômica a ser atingido pelo país no cenário mundial e os padrões de comportamento, consumo e os hábitos difundidos aqui eram considerados como vetores desses posicionamentos.

Após o novo processo de destruição da Europa, o imperialismo estadunidense, que já vinha se impondo deste a I Guerra, consolidava sua hegemonia no bloco capitalista. Diversas ações foram pensadas e executadas pela nação norte-americana para estreitar seus vínculos com a sociedade brasileira, inclusive, projetos para o mercado do livro<sup>9</sup>. Essa presença acarretava, cada vez mais, em um deslocamento da referência estabelecida pela produção intelectual e cultural do chamado Velho Mundo, especialmente, aquela vinda da França. As importações de livros de origem francesa, por exemplo, que haviam dominado o cenário nacional até as primeiras décadas do século XX, viam-se muito enfraquecidas desde o bloqueio comercial durante o período da Ocupação Nazista. Parte da intelectualidade brasileira manifesta seu pesar pelas mudanças nestas relações, questão que refletia, de modo indireto, uma polarização interna aos discursos nacionalistas que diferenciavam o anti-imperialismo americano do anti-imperialismo europeu. O primeiro estava presente de modo indiscutível entre os grupos mais radicais, sobretudo, grupos de esquerda, enquanto a necessidade de afirmar o segundo era, de modo geral, relativizado.

Pensando na chave dialética evocada nesta introdução, a hierarquia entre as distintas presenças estrangeiras em nossa cultura e modo de vida beneficiava o referencial francês certamente pelo tradicionalismo, de fundo colonialista, das elites intelectuais que foram educadas pela construção de um ideal de latinidade hegemonizado pela França desde o século XIX<sup>10</sup>. Por outro lado, no pós-1945, essa relação histórica já possuía outros sentidos. Só para citarmos uma via destas ressignificações, lembremos do papel exercido pelo país europeu na difusão das do socialismo e, sobretudo, do marxismo<sup>11</sup> nas redes internacionais de circulação de ideias, um fato da maior importância que marcava a formação de instituições, organizações políticas, grupos de intelectuais e pensadores. Mesmo nos momentos de crítica e afirmação radical do pensamento brasileiro, autores, teorias e edições francesas aparecem na base das argumentações e debates.

---

<sup>9</sup> Projetos sob responsabilidade da United States Information Agency (Usia) e da United States Agency for International Development (Usaid) onde se originaram os programas em relação direta com o Ministério da Educação e Cultura na segunda metade do século XX.

<sup>10</sup> Sobre a ideia de América-Latina no Brasil ver: Leslie Bethel, "O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica", em *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, julho-dez./2009, pp. 289-321. Recorremos a Tania Regina de Luca e Laurent Vidal (org.). *Franceses no Brasil. SÉCULOS XIX-XX*, São Paulo, Editora Unesp, 2009 para tratar das expressões da referência francesa na formação da identidade nacional em diálogo com a referência francesa e a ideia de latinidade; e Denis Rolland, *La Crise du Modèle Français. Marianne et l'Amérique Latine. Culture, Politique et Identité*, Paris, L'Harmattan, 2011.

<sup>11</sup> Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil, das Origens a 1964*, Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986; Perry Anderson, *Considerações sobre o Marxismo Ocidental, Nas Trilhas do Materialismo Histórico*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2019.

Diante destes fatos, a Livraria Francesa operou em um ambiente intelectual com tendências francófonas, mas que era disputado com as demais potências na medida das transformações da economia e da geopolítica internacional. Se boa parte dos brasileiros, especialmente o público com o qual a livraria interagiu, tinham uma simpatia *a priori* pela França e o hábito de consumir seus livros importados, a ação do Estado francês não esteve ausente da disputa que se formou frente aos seus interesses imperialistas. Na verdade, as autoridades responsáveis por suas estratégias de difusão cultural, integradas ao seu Ministère des Affaires Étrangères (MAE), agiram assim como os estadunidenses para interferir nesta disputa, visando manter e/ou retomar seus vínculos com as nações do Terceiro Mundo.

O Brasil entrou nos planos da diplomacia francesa do pós-II Guerra e a livraria de Paul e Juliette Monteil se beneficiou dessa ação oficial. Cerca de dois anos depois de sua fundação, o estabelecimento aparece nas prospecções realizadas pelo MAE com o objetivo de avaliar uma parceria ou a possibilidade de fundação de uma livraria especializada que pudesse contribuir para o barateamento dos livros importados, ampliando sua circulação no mercado brasileiro. A ‘Librairie Monteil’ será o espaço designado para tal projeto, e com isso será beneficiada com um aporte de capitais e mercadorias que levam à sua expansão, deixando, apesar deste impacto, o gerenciamento da nova realidade para os seus fundadores, com Paul à frente da direção-geral, e Juliette como diretora comercial. Por suas relações e inserção na capital paulista, eles detinham o capital simbólico e social necessário para dar vazão às expectativas da diplomacia, ao mesmo tempo em que podiam alimentar as redes intelectuais em torno da cultura francesa a partir do interesse do público local, e mesmo à revelia dos posicionamentos oficiais, como veremos.

Algumas questões permeiam as reflexões desta primeira parte da tese: afinal, naquela conjuntura, qual era o lugar de uma livraria importadora na economia de uma cidade e de um país situados na periferia do capitalismo? E, mais especificamente, de uma livraria francesa? Quais intenções ela representava ao alimentar a relação França-Brasil a partir do circuito paulista? Do ponto de vista de uma sociedade de consumo, quem ela atingia? Como ela contribuía para novos hábitos de leitura e formação locais? Na balança do localismo x cosmopolitismo, ela pôde fortalecer a formação de um pensamento nacional?

As respostas para tais questionamentos, aquelas que pudemos atingir por meio da análise das fontes e do diálogo com a bibliografia consultadas, organizam-se em três capítulos que tratarão: *Capítulo 1.* da história de São Paulo e sua vida cultural; *Capítulo*

2. da caracterização do mercado importador no Brasil e seu papel nas relações geopolíticas e intelectuais do país no pós-Guerra; *Capítulo 3.* da biografia de Paul e Juliette Monteil como mediadores dos vínculos nacionais e transnacionais fomentados pelo comércio livreiro.

\*\*\*

Uma vez apresentados à dinâmica da cidade de São Paulo, com destaque às redes de consumo e sociabilidade promovidas pela Livraria Francesa, nossa pesquisa passará à história de Difusão Europeia do Livro, a segunda empresa fundada e dirigida por Paul-Jean Monteil na capital paulista, que nos levará à análise da esfera da produção editorial criada naquele mesmo ambiente urbano. A relação entre os impulsos locais e cosmopolitas também se manifestam na formação da editora, pois a Difel inicia suas atividades ligadas ao mercado importador – como sua razão social nos sugere – na qualidade de representante da Livraria Bertrand no Brasil, distribuindo e imprimindo traduções portuguesas de obras europeias. Apenas alguns anos mais tarde, a empresa passa a se dedicar a um programa editorial próprio com livros totalmente produzidos na cadeia nacional.

O amadurecimento desta ação independente se realizou apoiado nos lucros, nas relações intelectuais e na visão de mercado que a Livraria Francesa proporcionou ao livreiro-editor para a diversificação de seus investimentos e dos sócios que o acompanhavam. As vendas da livraria forneceriam um repertório de obras a serem traduzidas para o português [do Brasil] de modo bem-sucedido, mediante a recepção positiva que os títulos importados já detinham junto ao público local em francês. Além disso, boa parte dos clientes da loja de livros, que atentavam para estas potenciais demandas de publicação, também eram jovens em formação nas instituições de ensino superior em funcionamento na cidade, especialmente a FFCL-USP.

Marcados pela tradição francesa que fundou a Faculdade, os estudantes, professores estavam abertos à recepção destas referências estrangeiras, sobretudo, àquelas que renovavam as discussões sobre a posição brasileira no cenário internacional. Frente a esta realidade, os universitários ajudaram, de fato, a definir o primeiro escopo editorial da Difel marcado, entre outros, pela tradução das obras de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir e de coleções da Presses Universitaires de France (PUF). Estas publicações subsidiavam seu processo formativo, cujas leituras e discussões em sala de aula passariam aos trabalhos autorais exigidos pelas etapas mais avançadas do sistema de profissionalização engendrado pela universidade.

Sendo assim, para além de serem consumidores e leitores, os membros da comunidade acadêmica se tornarão interlocutores das atividades que as duas empresas de Paul Monteil mantinham em São Paulo, e os efeitos decorrentes da consolidação institucional da qual participavam, formando-se como especialistas, pesquisadores e autores de teses, artigos e outros gêneros textuais, sinalizavam a tendência de poderem atuar mais ativamente em funções do circuito editorial mobilizado pela Difel. Os formados da FFCL-USP se aproximaram da editora para trabalhar como tradutores e, em seguida, irão integrar seus principais projetos brasileiros, contribuindo para construção de um catálogo de reconhecida contribuição ao pensamento nacional. Ao mesmo tempo, aproveitarão do espaço criado por ele para promover a instituição, seus profissionais e grupos, colocando-a, acima de tudo, como representante de um conjunto de faculdades e universidades com métodos, interesses e objetivos – autodenominados científicos – que sustentavam novos princípios para a formação superior e a produção do conhecimento no país – os quais, acrescentamos incidiriam nas leituras políticas sobre a sua realidade.

Os principais projetos brasileiros da Difel foram as coleções História Geral da Civilização Brasileira (HGCB), dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, e Corpo e Alma do Brasil, dirigida por Fernando Henrique Cardoso. A HGCB se constrói como desdobramento da *Histoire Générale des Civilisations* [História Geral das Civilizações], da PUF. Esta obra de autoria coletiva, que assume a realidade institucional da FFCL uspiana, será a primeira deste tipo assumida por Sérgio Buarque que naquela altura já era um historiador renomado e com diversos livros publicados. Por meio da função de diretor, ele transmitirá ao público e aos meios intelectuais a posição de liderança que acabara de assumir à frente da cátedra de História da Civilização Brasileira, na USP. A editora, por sua vez, trará uma proposta de renovação às histórias gerais que já circulavam no mercado brasileiro, tanto do ponto de vista da concepção historiográfica, quanto do modelo editorial proposto.

Com a Corpo e Alma do Brasil, a Difusão se coloca a tarefa de editar os trabalhos autorais que começam a ser produzidas no âmbito da FFCL-USP, particularmente, as pesquisas oriundas da cátedra de Sociologia I, onde Fernando Henrique fazia seu doutorado, sob orientação de Florestan Fernandes. Na abertura do projeto, o jovem sociólogo faz um verdadeiro manifesto em defesa da produção universitária, ressaltando a legitimidade de seu caráter científico diante de outras formas de pensar a realidade. O Brasil aparece como objeto preferencial dos trabalhos a serem selecionados pela coleção, questão que nos levará a debater como a Corpo e Alma se construirá na condição de

concorrente / modernizadora das antigas brasileiras que haviam conquistado o mercado editorial brasileiro nos anos 1930-1940.

Da seleção, leitura e trabalho com obras traduzidas, à criação de projetos editoriais para divulgação e afirmação dos princípios norteadores das redes locais de produção de conhecimento, mais uma vez, veremos que a relação entre nacional e o estrangeiro se fará presente nas manifestações da “vida espiritual” construídas ao redor de nossos objetos de estudo. Entretanto, na esfera produtiva realizada nos circuitos da editora, elas se revelarão não apenas como episódios independentes entre si, mas também como elementos que se encadeavam no sentido de estabelecer um circuito de elaboração-recepção de ideias para o qual o mercado editorial passa a contribuir de modo incontornável. Isto é, através da Difel, evidenciavam-se as circunstâncias nas quais a faculdade uspiana se destacou nos meios intelectuais paulistanos e passou a interferir em seus circuitos de produção de livros por favorecer, de um lado, a diversificação do público leitor e suas demandas de leitura; e, de outro, a criação de uma comunidade de autores decorrente de seus mecanismos de profissionalização.

A existência desta dimensão sistêmica, que de alguma maneira se desdobrará da dialética do localismo x cosmopolitismo, como apresentaremos adiante, será explorada ao longo da tese novamente pela referência de Antonio Candido, quando ele trata da distinção entre manifestações literárias e a formação de sistema literário nacional<sup>12</sup>. O sociólogo identifica que para chegar a compor um sistema simbólico, a produção de um conjunto determinado de obras deve estar ligada por três denominadores fundamentais: “autores conscientes – formação de público – meios de transmissão”<sup>13</sup>, este mecanismo de interpretação para a literatura será tomado em paralelo para pensarmos a relação da Difel com a universidade, especialmente com a USP. O aspecto universitário que veremos se destacar em suas publicações, valoriza-se na experiência da editora sob duas perspectivas: na medida de nosso reconhecimento sobre a ausência de editoras universitárias *stricto sensu* que cumprissem o papel de sanar as demandas criadas pela instituição<sup>14</sup>; e quando confrontarmos o projeto da Difel com as condições de concepção e os marcadores editoriais de iniciativas similares produzidas por outras empresas, cujo

---

<sup>12</sup> Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos*, São Paulo, Martins, 1959.

<sup>13</sup> Idem, pp. 23-24.

<sup>14</sup> Sobre o tema: Leila Santiago Bufrem, *Editoras Universitárias no Brasil*, São Paulo, Edusp, 2000; Marisa Midori Deaecto, “Edusp, História Viva”, em Marisa Midori Deaecto e Plínio Martins Filho (org.), *Livros e Universidades*, pp. 9-22; Plínio Martins Filho, “Editoras Universitárias”, em Marisa Midori Deaecto e Plínio Martins Filho (org.), *Livros e Universidades*, pp. 23-27.



perfil e referência de mercado se consolidam no mesmo período, principalmente, as casas cariocas Civilização Brasileira e Zahar<sup>15</sup>.

Como manifestação da “evolução de nossa vida espiritual”, a perspectiva de identificarmos um sistema de pensamento universitário por meio da experiência da Difusão no mercado paulista dirigiu os questionamentos por de trás da segunda parte da pesquisa: ao analisarmos a sobreposição de relações entre a livraria e a editora como podemos identificar um público universitário? Em que medida aos componentes desse público tomam consciência de sua posição nos circuitos intelectuais de que participam? Se essa tomada de consciência ocorre, como e quando ela é construída? Ela está relacionada à afirmação de um compromisso com a afirmação de um pensamento nacional? Qual o papel do mercado editorial e da Difel nesse processo?

Os capítulos que se referem a estas questões apresentarão: *Capítulo 4.* o lugar das traduções e de modelos editoriais estrangeiros na construção de um catálogo universitário brasileiro; *Capítulo 5.* o empreendimento da coleção História Geral da Civilização Brasileira e a inserção da Difel no *habitus* de nosso campo editorial; *Capítulo 6.* a construção da coleção Corpo e Alma do Brasil como estratégia acadêmica e espaço de projeção para os intelectuais universitários na política brasileira.

\*\*\*

Das atividades que ora se sobrepunham, ora funcionavam de modo independente em suas respectivas esferas de atuação, a história da Livraria Francesa e da Difel, bem como a ação de seus principais responsáveis, sobretudo, o livreiro-editor Paul-Jean Monteil, nos levarão a refletir sobre o papel da economia do livro, enquanto elemento constitutivo da ‘São Paulo-metrópole’, para a formação de redes profissionais e de sociabilidade intelectual que proporcionarão coesão interna aos grupos emergentes nos círculos letrados da cidade e, com ela, a possibilidade de interagirem com um cenário internamente plural e internacionalmente polarizado. Em outras palavras, as atividades

---

<sup>15</sup> Entre os estudos mais específicos sobre as casas citamos Andrea Lemos, *Civilização Brasileira e Brasiliense: Trajetórias Editoriais, Empresários e Militância Política*, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2009; Fabiano Cataldo, *Editar Livros, Sonho de Livreiros: os Zahar e o Livro no Brasil (1940-1970)*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2018; Leonardo Nóbrega, *Editoras e Ciências Sociais no Brasil: a Zahar Editores e a Emergência das Ciências Sociais como Gênero Editorial (1957-1984)*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019 que foram fundamentais para nossa reflexão sobre a ideia de livro universitário no Brasil e seu papel como mecanismo transmissor de um sistema de pensamento em torno da universidade.

em torno das referidas empresas servirão para caracterizarmos esse sistema paulista, de um lado, em sua conexão com os debates internacionais do pós-Guerra e com as referências estrangeiras que disputavam sua influência sobre a sociedade local; e de outro, inserindo-o nas transformações do pensamento brasileiro e na formação das instituições que atuavam como modernizadoras do ensino superior e da produção de conhecimento no país.

### **Os Caminhos da Dialética... Um Breve Relato das Fontes**

Entre historiadores sempre costumamos nos queixar sobre as condições de nossos arquivos, da disponibilidade, da conservação de documentos e, em marcos mais gerais, da falta de consciência e de vontade política, sobretudo do poder público, em criar mecanismos para a preservação de nossa memória. Quando entramos no universo do livro a situação fica ainda mais delicada, pois nos vemos reféns, na maioria dos casos, da sobrevivência de informações de empresas privadas, muitas delas de curta existência, e que acabam permanecendo como referências de um momento histórico em relatos, entrevistas, crônicas, álbuns de fotos e outros materiais dispersos<sup>16</sup>. Mesmo os catálogos de uma livraria ou de uma editora não possuem um destino de conservação voltado à construção de memória<sup>17</sup>. O Depósito Legal da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, devido às suas diferentes formas de organização ao longo dos anos, não é capaz de fornecer ao pesquisador uma boa fonte de levantamento do que fora publicado no Brasil há algumas décadas atrás.

Feita nossa parte no coro das queixas, que tem sua razão de ser e, em boa medida, constitui nossa obrigação profissional de lutar pela preservação dos recursos de nosso trabalho e do direito da sociedade sobre a sua História, gostaríamos de chamar atenção para dimensão humana, das relações e de um percurso empírico inevitável que envolve o trabalho do historiador, mesmo quando ele se vê diante de um arquivo antiquíssimo com pilhas e pilhas de registros organizados. Ainda que em uma condição supostamente ideal, devemos sempre nos lembrar que não basta termos diante de nós os maiores fundos, a conformar um oceano imenso de informações, se não tivermos a disposição de nos

---

<sup>16</sup> Ubiratan Machado, *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras*, Cotia, Ateliê Editorial, 2009, p. 12.

<sup>17</sup> A Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Sindicato Nacional de Editores e Livreiros (SNEL) possuem arquivos que são citados em alguns trabalhos importantes de nossa área de estudos. No entanto, eles não têm uma dinâmica de funcionamento que os coloque a serviço de qualquer pesquisador. Os contatos que tentamos estabelecer para o presente trabalho não tiveram resultados nesse sentido.

aventurar sobre eles<sup>18</sup>. É necessário se desafiar ao contato físico e pessoal com a documentação e tudo que envolve a organização de um arquivo, pois, por mais que o trabalho de pesquisa seja solitário e, por vezes, pareça totalmente exequível por meio de dados secundários ou de imagens digitalizadas em nossas telas, nunca é possível explorar todo seu potencial trabalhando totalmente sozinhos.

Sob esse ponto de vista, devo ressaltar que minhas “fontes” foram muitas, e muito generosas. E eu não poderia introduzir minha tese, bem como os caminhos percorridos para que ela atingisse certa extensão e profundidade, sem citar Jacó Guinsburg, um grande incentivador a quem recorri pessoalmente quando ainda escrevia o projeto enviado à Fapesp em 2017. Na primeira ocasião em que nos encontramos, ele me dizia:

As três grandes editoras do período foram Difel, Civilização Brasileira, depois que passou para a mão do Ênio, e Zahar[...]. A Difel tinha, digamos, uma visão, se você quiser, mais universalista, mais humanista também. É a mais humanista, a meu ver, de todas. Porque ela compreendia todos os aspectos. Tinha um desvio gaulês, mas todos nós temos desvios. Seria muito ruim se não tivesse esse desvio. Não foi feita justiça ao Monteil até hoje. Do papel que ele teve na renovação da bibliografia brasileira<sup>19</sup>.

Ao lado da bibliografia que tive a meu dispor, e de uma orientadora sempre presente, as palavras do editor me ofereceram uma leitura especialmente cuidadosa do panorama editorial brasileiro no período de meu interesse e informações fundamentais sobre a Difel que, além de auxiliar na definição do escopo da pesquisa, lançaram pistas importantíssimas para que eu pudesse identificar e selecionar as melhores fontes documentais para o seu desenvolvimento. Como testemunha e integrante da história da editora<sup>20</sup>, posso dizer que Jacó foi o ‘documento’ que me lançou os pontos iniciais de um

---

<sup>18</sup> Arlète Farge, *O Sabor do Arquivo*, São Paulo, Edusp, 2022. Sobre a imensidão do arquivo, Farge diz: “A comparação com fluxos naturais e imprevisíveis está longe de ser fortuita; quem trabalha em arquivos se surpreende muitas vezes falando dessa viagem em termos de mergulho, de imersão, e até afogamento...o mar se faz presente; aliás, repertoriado em inventários, o arquivo permite essas invocações marinhas na medida em que se subdivide em fundos.” (p.11) e sobre a ação do historiador, acrescenta: “O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação. Sem pensar muito nisso. E pensando o tempo todo.” (p.23).

<sup>19</sup> Jacó Guinsburg, Entrevista Concedida à Pesquisadora em 18/01/2017, Anexo I.

<sup>20</sup> Jacó Guinsburg (1921-2018) editor, ensaísta e crítico de teatro. Nasceu em Riscani, Berassábia, atual Moldávia, e imigrou com os pais para o Brasil em 1924, instalando-se em São Paulo. Desde jovem, Jacó frequentava os círculos intelectuais, livrarias e sebos do centro da cidade, ouvindo e, por vezes, intrometendo-se, como gostava de lembrar, nas conversas de pessoas conhecidas. Trabalhou em meios de comunicação e difusão cultural da comunidade judaica da capital. Em 1948, tentou fundar sua primeira editora, chama Rampa, com dois amigos. Não obtiveram sucesso. Conheceu Paul Monteil neste ambiente paulistano e foi trabalhar com ele na editora Difusão Europeia do Livro por volta do ano de 1952 e ali permaneceu até 1964. Retomaremos aspectos de sua biografia ao longo do trabalho.

longo processo de investigação que deveria criar suas conexões internas e desdobramentos.

Jacó Guinsburg me recebeu duas vezes: a primeira em seu escritório, na editora Perspectiva, e a segunda em sua casa. Até aquele momento, eu pensava em buscar maneiras de conhecer mais sobre a vida de Paul Monteil, inspirada em um modelo de pesquisa sobre mercado editorial no Brasil muito pautado na obra clássica de Lawrence Hallewell<sup>21</sup> que nos apresenta aos capítulos de nossa história do livro a partir da trajetória de seus editores. Eu também pensava que ele poderia me dar orientações ou possuir um acervo para a reconstituição do catálogo da Difel e, quem sabe ter o contato tão sonhado de alguém que pudesse ter alguma documentação da empresa<sup>22</sup>. Assim, as conversas partiram de perguntas mais ou menos óbvias sobre como ele conhecera Monteil, como fora convidado para trabalhar na Difusão e que outras pessoas trabalharam por lá. Nas duas ocasiões, ele se deteve longamente sobre o “desvio gaulês” que permeava essa realidade.

A questão era mais ou menos evidente, porque eu já sabia que, antes de ser editor, Paul Monteil era o proprietário da Livraria Francesa. Eu a considerava em sua trajetória como uma etapa do clássico percurso “livreiro-editor” que por muito tempo marcou o mercado brasileiro, inclusive, a experiência de seus contemporâneos mais conhecidos, Ênio Silveira e Jorge Zahar. Entretanto, confesso que, além de não ser o foco do projeto<sup>23</sup> à época, essa era uma questão às vezes incômoda para o meu desejo de discutir livros e universidades como instrumentos de desenvolvimento do pensamento nacional. Ironicamente, também rondava minhas preocupações iniciais como pesquisadora o dilema colocado pela dialética do localismo x cosmopolitismo, visto que em meu íntimo eu temia que esta relação estrangeira diminuísse o aspecto engajado, nacionalista e

---

<sup>21</sup> Lawrence Hallewell, *O Livro no Brasil: Sua História*, São Paulo, Edusp, 2012. A mudança de perspectiva do projeto se deve ao fortalecimento da História do Livro e da Edição no Brasil. O balanço de Aníbal Bragança, “A Constituição do Campo Interdisciplinar de Estudos do Livro e da História Editorial no Brasil. Um percurso Bibliográfico (1900-2000)”, em Bragança, Aníbal e Moreira, Sonia Virgínia (org.), *Comunicação, Acontecimento e Memória*, São Paulo, Intercom, 2005, pp. 79-94, sinalizava esse amadurecimento há cerca de 15 anos atrás e, hoje, temos certamente que reavaliar este processo, reconhecendo nossos novos mestres, aos quais certamente devo agradecer por terem sido fundamentais para os aspectos que o leitor julgar positivos de meu trabalho. Se não houver, a culpa é toda minha. No mais, não tenho a pretensão de fazer esse balanço na presente introdução, contudo, espero que a bibliografia geral, citações e epígrafes deixem claras as minhas referências brasileiras.

<sup>22</sup> A expectativa maior seria ter acesso a algum espólio da editora junto ao Grupo Record ao qual ela foi incorporada nos anos 1990. Os contatos acionados não surtiram efeito.

<sup>23</sup> O enfoque inicial do projeto de pesquisa pode ser percebido pelo título de então, *Paul Monteil e Difel: Edição e Difusão do Pensamento Universitário Brasileiro (1947-1982)*.

inovador do projeto editorial da Difel, principalmente, de sua coleção *Corpo e Alma do Brasil*.

Os títulos lançados naquele conjunto foram o primeiro ponto de incentivo à pesquisa, quando eu ainda trabalhava em meu mestrado. Minha dissertação discutia a trajetória e obra do historiador Edgard Carone, analisando o contexto em que ele havia produzido seus livros sobre o Brasil Republicano e, ali, eu pude mapear a relação entre o empreendimento editorial, os debates sobre desenvolvimento realizado na FFCL-USP e as conexões que o grupo representado por Fernando Henrique Cardoso, seu diretor, conseguiram estabelecer com outras instituições do país a partir dos anos 1960. Esta primeira análise instigou minha curiosidade diante de questões apresentadas por autores de referência da *História do Livro no Brasil*. O estudo de Hallewell, ao lado de Heloisa Pontes e Fábio Franzini citavam a *Corpo e Alma*, enquadrando-a na categoria das coleções brasileiras, cujas principais referências eram a *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional (CEN) e a *Documentos Brasileiros*, da editora José Olympio, criadas nos anos 1930.

Segundo estes trabalhos, as brasileiras definiram um tipo de coleção que circunscrevia o “repertório de obras que você deve ler para conhecer o país”<sup>24</sup>, servindo para definir, através dos livros, um patrimônio de nossa cultura e, ao mesmo tempo, orientar e difundir debates de subsídio à construção de um projeto nacional em voga nos meios intelectuais da época. Eles me mostravam, portanto, que os editores e outros profissionais envolvidos com aqueles projetos construíram uma tradição em nosso mercado, atuando de modo consciente para que o bem econômico e simbólico que produziam, pudesse contribuir para o desenvolvimento da nação.

A perspectiva apresentada foi suficiente para que eu desejasse me aprofundar sobre série da Difel, pois ela destacava os aspectos sociais e políticos que a produção livreira poderia adquirir em momentos decisivos de nossa História; e ao mesmo tempo deixava uma lacuna a ser preenchida, visto que o reconhecimento da *Corpo e Alma do Brasil*, até então, não passava de afirmações genéricas de que ela seria apenas uma reprodução de suas precursoras e, ainda, era situada em um momento de relativa

---

<sup>24</sup> Gustavo Sorá, *Brasilianas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*, São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2010, p. 28. O antropólogo traz esta definição para as brasileiras na introdução ao seu trabalho que já se tornou um clássico sobre a história do livro e da edição no Brasil. Mas outros autores tentam definir o termo e sua utilização no mercado editorial. Heloisa Pontes, por exemplo, fala destes projetos como espaços de “redescobertas do Brasil” (Heloisa Pontes, “*Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das “Coleções Brasileiras” nas Décadas de 1930, 40 e 50*”, em *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, Rio de Janeiro, n. 26, pp. 56-89, 2º. semestre de 1988).

estagnação daqueles modelos editoriais. Conhecer mais sobre as brasileiras, preencher uma lacuna: o repertório bibliográfico e documental alimentava as possibilidades de elaborar uma discussão sobre os aspectos que, a meu ver, faziam da *Corpo e Alma do Brasil* uma coleção de perfil inovador, justamente, pelo fato de suas publicações demonstrarem a concepção de uma parceria pioneira entre mercado editorial e produção universitária<sup>25</sup>.

Afinal, voltando às conversas com Jacó, ter de associar esse projeto, que me encantava por seu ineditismo e nacionalismo, à formação francesa da Difel significava naquele momento inicial do trabalho, reconstituir toda uma tradição em torno da francofilia de nossos meios intelectuais, diminuindo os elementos de ruptura que as obras da *Corpo e Alma* traziam para o pensamento brasileiro. Outro ponto sensível desta questão era o da origem do capital que constituía a razão social da editora, pois Lawrence Hallewell a citava uma única vez em seu livro como uma empresa que simbolizava a entrada das multinacionais do livro no Brasil<sup>26</sup>, caracterização que eu desejava refutar totalmente.

Jacó Guinsburg me apresentou ao “desvio gaulês” da Difusão ao mostrar as edições que possuía em suas prateleiras, a maioria delas traduções que a editora realizou de obras francesas, expondo-me ao fato de que a construção de seu projeto editorial passava de modo incontornável pela relação com a França. O desconforto com tal evidência foi, aos poucos, sensibilizado por aqueles livros, inclusive, porque em nossa conversa Jacó contrariou parte da afirmação do historiador inglês quando eu o questionei sobre a relação entre a Difel e a presença das multinacionais no mercado brasileiro, corroborando neste ponto para minhas intenções pretensiosamente transgressoras de pesquisa, alertando-me para a complexidade entre sua origem e seu vínculo com o país onde escolheu trabalhar e viver: “No Brasil! Ele não foi ser editor na França. O interesse dele era todo voltado para o Brasil.”<sup>27</sup>. Uma última afirmação me animou a cem por cento:

---

<sup>25</sup>O uso atual do termo parceria no contexto de uma relação público-privada entre instituições de ensino e mercado exige uma pequena observação sobre o uso que faremos deste termo e algumas variações, como aliança e acordo. A ideia será aplicada ao longo do trabalho sem a conotação de um vínculo contratual entre a USP, ou outras instituições, e a Difel. Os documentos disponíveis demonstram que a editora estabelecia contratos com os membros da instituição que assinavam as publicações em seu nome. A USP só será mobilizada nesse âmbito nos casos em que a Difel realizou coedições oficiais com a EDUSP já na década de 1970. Estas foram pontuais e não caracterizam o sentido da aliança que iremos definir para o período anterior. Veremos que, nas circunstâncias de profissionalização e consolidação da universidade nos anos 1950-1960, apenas o vínculo ‘pessoal’ com autoridades da FFCL-USP permitiu que a Difusão associasse sua marca à universidade na condição de realizadora – parceira, aliada, legitimadora – de seus projetos.

<sup>26</sup> Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, p. 756.

<sup>27</sup> Jacó Guinsburg, Entrevista Concedida à Pesquisadora.

Paul Monteil, esse francês que deixou o seu “desvio” de nascimento marcado em nossa economia livreira, tinha convicções políticas, questão que o perfil da Corpo e Alma já me sugeria, e que teria sido, no mínimo, um apoiador do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de outras organizações de esquerda.

Apesar da exposição arguta e sensível sobre as edições, Jacó não possuía tantos livros quanto eu gostaria, tampouco havia guardado algum documento em que eu pudesse visualizar o catálogo da Difusão ou outras dimensões de suas atividades, especialmente, evidências vinculassem Monteil e os livros que editava ao PCB, por exemplo. Desse modo, entendi que para reconstituir o catálogo teria de recorrer a métodos de busca “mecânicos” na Hemeroteca Nacional e nos sistemas de busca de bibliotecas universitárias. Sobre o funcionamento interno da editora e as intenções de Paul Monteil com as suas publicações, pensei que seria plausível encontrar alguma documentação em arquivos policiais e, por orientação de Jacó, organizei-me para buscara a herdeira do livreiro-editor, Silvia Monteil, que ainda era a proprietária da Livraria Francesa.

O primeiro caminho de trabalho foi seguindo de modo automático: selecionei a palavra-chave “Difusão Europeia do Livro” e a lancei no sistema de busca da Hemeroteca Nacional. Nos três periódicos com maior número de ocorrências<sup>28</sup>, eu descobria os títulos publicados pela editora em anúncios, sistematizava-os em uma planilha, incluindo colunas com observações sobre as notícias, os comentários, eventuais artigos, resenhas e qualquer coisa que pudesse ser analisada posteriormente. Assim, fui elaborando minha primeira ferramenta para ter uma lista organizada do universo editorial criado pela Difel (Anexo I).

Em paralelo, eu desenvolvia as outras duas frentes de pesquisa. Para tentar confirmar o perfil político do livreiro-editor e suas empresas, recorri ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, na seção de arquivos do extinto Departamento de Ordem Social e Política de São Paulo (DOPS-SP). Finalmente, havia um prontuário em nome de Paul-Jean Monteil e outros documentos que citavam a Livraria Francesa e a Difel<sup>29</sup>. Como o leitor poderá constatar, esse conjunto permitiu que eu reconstituísse uma parte da biografia de Monteil e, principalmente, a rede de relações políticas e de sociabilidade que

---

<sup>28</sup> *O Jornal, Jornal do Brasil e Diário de Notícias*. Após a primeira leva de buscas, tivemos de selecionar também os jornais paulistas de grande circulação devido à localização da editora: *O Estado de São Paulo e Diário de São Paulo*.

<sup>29</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Prontuário 19.030.; e vários documentos do ‘Dossiê Comunismo’, conforme citações no corpo do trabalho. Na busca em outros arquivos, encontramos a Difel citada em *Catálogo de Livros Apreendidos pelas Polícias Políticas (1933-1983)* do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), 2012.

ele, um engenheiro francês, pôde nutrir na São Paulo dos anos 1930 e 1940, antes de se dirigir ao mundo dos livros. E, porque, política e cultura estavam tão relacionados no período, ao ponto de incentivarem essa mudança profissional e de vida. Sobre este último aspecto, cumpre notar que a esposa de Paul Monteil, Juliette-Alexandrine Sabourault, embarcou com ele nesta empreitada livreira, tornando-se uma peça chave em seu funcionamento.

Depois das primeiras visitas ao DOPS-SP foi a hora de conhecer a Livraria Francesa, sua proprietária e os funcionários que eventualmente tivessem convivido com Paul Monteil. Fui à Rua Barão de Itapetininga, 275 com uma carta para deixar aos cuidados de alguém que pudesse entregá-la à Silvia Monteil. Para minha surpresa ela estava na loja naquele dia, dirigiu-se a mim com muito interesse. Conversamos e foi nesta mesma ocasião que conheci os livreiros Daisy Michi e Luiz Fernando. Todos eles haviam convivido muito pouco com Monteil, e Silvia me afirmou que não teria nada a me oferecer sobre a Difel. Contudo, convidou-me para voltar outro dia e subir em seu escritório, onde ela mantinha uma gaveta na qual sua avó Juliette costumava guardar algumas recordações.

Sim, uma gaveta. Eu voltaria para checar esse pequeno fundo: desorganizados e empoeirados, encontrei algumas fotos, recortes de jornais, uma entrevista que Monteil concedeu ao *Correio Paulistano*, um catálogo de vendas da editora – do ano de 1973 – e outros documentos soltos que misturavam atividades da Francesa e da Difusão. Um arquivo plebeu, pessoal e desprezioso<sup>30</sup>, mas que me apresentou várias surpresas. Em alguns dias pude organizar, fotografar e, em seguida ler aqueles papéis dispersos que foram alimentando minhas percepções com mais dados sobre a biografia de Paul e Juliette

---

<sup>30</sup> Os qualitativos plebeu ou desprezioso estão presentes na introdução da tese de Gustavo Sorá, citado anteriormente em publicação da Edusp, quando ele descreve a descoberta do arquivo da editora José Olympio com o qual trabalhou em sua pesquisa. Com estas definições, Sorá aprofunda sua discussão sobre institucionalização de arquivos em Gustavo Sorá, “Etnografia de Arquivos e Sociologia Reflexiva: Contribuições para a História Social da Edição no Brasil e na América latina”, em *Revista de Fontes*, Universidade Federal de São Paulo, v.2, n. 3, pp.15-28 (2015), e suas implicações para o pesquisador: “Decanta, entre outras coisas, o paradoxo de que quanto maior é a quantidade de arquivos descobertos e disponibilizados (processo de institucionalização), maior é a imposição daquilo que Lévi-Strauss chamava de modelos conscientes (...). O paradoxo dos arquivos preservados e custodiados em instituições apropriadas está marcado pelo perigo de dissecar a imaginação de um pesquisador, que pode ter dificuldade em restituir uma totalidade material que deve ser imaginada como produto de lugares vividos e usados em diferentes tempos da própria atividade do agente ou grupo social envolvido na sua existência, a exemplo de uma editora, no caso que aqui serviu como meio para minha reflexão.” (pp.27-28). A gaveta conservada por três gerações na Livraria Francesa guarda esse caráter não-institucional que o autor valoriza. Acrescentamos ainda se tratar de um arquivo pessoal, portador de características autobiográficas, nos termos defendidos pela historiadora Ana Maria de Almeida Camargo, “Arquivos Pessoais são Arquivos”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 45, v.2, jul.-dez/2009, pp.28-39.



Monteil e suas trajetórias em São Paulo. As características do acervo, especialmente o fato de guardar recordações de Juliette sobre a sua empresa e seu esposo, falecido de modo súbito e ainda jovem, aos 66 anos, passou-me a primeira impressão sobre a personalidade do editor que eu desejava descobrir. Paul Monteil, aquele “objeto” quase intocado pela História do Livro no Brasil me pareceu, desde ali, um homem discreto, especialmente em comparação com seus contemporâneos, cuja vida pública fora sempre bastante exposta em páginas de jornais.

Ao mesmo tempo, eu sempre entrava no escritório da Livraria Francesa olhando para diversos armários, cofres e caixas que pareciam estar praticamente intocados desde os anos 1950 e, por isso, poderiam guardar alguma coisa interessante.

Pedi à Silvia se eu poderia mexer naqueles arquivos e ela autorizou. Foi então que me deparei com inúmeros livros de contabilidade e alguns contratos, todos referentes à loja de livros importados. Em um primeiro momento, tudo me pareceu um pouco frustrante porque aqueles materiais carregavam uma frieza sem tamanho por suas colunas com informações basicamente quantitativas do funcionamento de uma empresa. Eu sonhava em ter a sorte de um Gustavo Sorá quando conheceu Sebastião Macieira e se deparou com o arquivo da editora José Olympio em um galpão no subúrbio do Rio de Janeiro. Se não tive exatamente aquela sorte, fui encorajada pela referência de Sorá a continuar buscando.

Por força das circunstâncias, eu teria que explorar mais da trajetória livreiro e da Livraria Francesa antes de chegar à Difel e, ainda por cima, tentar extrair algo de seus registros administrativos. Nenhum trabalho sobre história de livrarias com os quais eu tivera contato havia analisado fontes dessa natureza, o mais próximo fora talvez *O Iluminismo como Negócio* de Robert Darnton<sup>31</sup>. Por esta referência mais específica e pela concepção geral de que o livro é uma mercadoria<sup>32</sup>, fui criando novas tabelas com a anotação daqueles dados que no geral me pareciam muito frios – alguns mais detalhados, outros menos, alguns legíveis, outros nem tanto. Fiz uma seleção do período a ser analisado, pois eram pelo menos 30 livros-caixa entre 1947 e 1973 – ano do falecimento de Paul Monteil. Não havia um critério pré-definido, tomei os primeiros cinco anos como

---

<sup>31</sup> Robert Darnton, *O Iluminismo como Negócio*, São Paulo, Companhia da Letras, 1996.

<sup>32</sup> Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *O Aparecimento do Livro*, São Paulo, Edusp, 2017. A concepção do livro como mercadoria realizada pelos autores, a nosso ver, também traz a referência do marxismo nos estudos sobre história da cultura, muito presente nos debates da primeira geração dos *Annales*. No capítulo em que se dedicam a esta elaboração Febvre e Martin também remetem à dupla natureza do livro, enquanto objeto material e produto das “elaborações do espírito humano”.

um recorte temporal que poderia representar um ‘ciclo de formação’ da empresa. Trabalhando com o período 1947-1952, os registros já pareciam mais familiares e demonstravam certa regularidade. Quando encerrei essa sistematização, decidi fazer uma amostragem a cada cinco anos, até 1973, ano em que Paul Monteil faleceu. Com isso, ficaram selecionados os anos de 1957, 1962, 1967 e 1973.

Muitos números e alguns nomes que talvez pudesse fazer sentido ou apontar para tendências e características de funcionamento da Livraria Francesa se analisados em conjunto. Então, me dediquei a elaborar mais tabelas imaginando quais informações poderiam me proporcionar uma análise mais qualitativa daqueles números. Optei pelas informações que, justamente, me apresentavam a nomes de fornecedores nacionais, fornecedores estrangeiros (importações) e vendas a prazo (emissão de duplicatas); e algumas totalmente comerciais, como as despesas gerais com importação e o balancete anual. Ao fim desse processo de levantamento, três itens me pareciam fundamentais e vale apenas algumas observações sobre a sua composição e conteúdo:

1) **Os registros de duplicatas emitidas.** As listas apresentam individualmente os compradores que efetuavam compras a prazo, com a identificação nominal de pessoas, empresas, instituições e entidades. Tentamos elaborar uma análise que desse conta dessas duas dimensões, uma mais pessoal e outra mais institucional. A primeira delas não nos rendeu muitos frutos, pois infelizmente, não conseguimos identificar cada um dos indivíduos registrados, nem mesmo uma parte delas para tentar mapear suas origens sociais, condições de renda, formação, etc. Já as empresas e instituições puderam ser classificadas e analisadas conforme se apresentará ao longo do relatório. Com essa análise, consegui compreender um pouco do que seriam os clientes da Livraria Francesa.

**Figura 1. Livros-caixa: Emissão de Duplicatas (1949)**

Destinatário	Nº	Valor
Duplicatas a Richer		
Livraria Guatapara	140	18,20
Livraria Guatapara	141	3.288,00
Livraria Ramos Editora	142	2.462,00
Livraria Ramos Editora	143	350,00
Biblioteca Municipal	144	600,00
Livraria do Planalto	145	1.641,50
Livraria Annunziata	146	1.616,10
Livraria Lucas Nicolai	147	11.681,60
Livraria Jaraguá	148	165,40
Livraria Brasil	149	324,00
Livraria Guatapara	150	1.063,50
Livraria Jaraguá	151	145,60
Instituto de Oletotônica	152	860,00
Livraria Guatapara a Transportar		29.588,90

2) **Os registros de importações.** Eles também traziam a referência de todas as editoras com as quais a Livraria Francesa se relacionava comercialmente, possibilitando que identificássemos seus fornecedores. Além disso, os valores decompostos das importações permitiram identificar a dinâmica das compras e um aspecto de hierarquia nas relações comerciais com as empresas francesas; já os valores consolidados anualmente construíram um dado importante sobre a relação da empresa e as importações nacionais.

Figura 2. Livros-caixa: as importações

LANÇAMENTO SIFB N.º 28/7 DATA 22 DE julho DE 19 52		REVISÃO	
201 - IMPORTAÇÕES DIVERSAS		500 - FORNECEDORES	
MATRIZ-S. Paulo			
Pelos créditos aos fornecedores abaixo, valor de suas faturas calculadas ao câmbio de 200,6:			
DATA DOCT.	QNT	QNT	
<b>EDITIONS SOCIALES</b>			
fatura de 16.3.52	frs. 655,0	v/em 31	39,30
fatura de 19.12.51	frs. 505,0	"	30,30
			69,60
<b>EDITIONS DU SEUIL</b>			
fatura n.º 3710 de 15.2.52	frs. 1.806	"	108,40
fatura n.º 4949 de 21.3.52	frs. 21.349	"	1.280,90
fatura n.º 6616 de 25.6.52	frs. 30.326	"	1.819,60
			3.208,90
<b>ESPRES</b>			
Relevo de 6.11.51	frs. 12.573	"	754,40
fatura de 6.2.52	" 1.450	"	57,00
fatura de 12.3.52	" 5.010	"	300,60
fatura de 8.5.52	" 5.220	"	313,20
			1.455,20
<b>REVUE THEATRALE (UNION COMMERCIALE DU LI</b>			
<b>VE</b>			
fatura de 13.6.52	frs. 9.180	"	550,80
<b>LIBRAIRIE VUIBERT</b>			
fatura de 3.10.51	frs. 2.760	"	1.965,60
<b>INSTITUTE NATIONAL D'ETUDES DEMOGRAPHI</b>			
<b>QUES</b>			
fatura de 23.10.51	frs. 4323	"	259,40
<b>LIBRAIRIE VINCENT PRÉAL</b>			
fatura de 15.11.51	frs. 1.825	"	109,50
			7.019,00
*****			
LANÇAMENTO SIFB N.º 29/7 DATA 31 DE julho DE 19 52		REVISÃO	
201 - IMPORTAÇÕES DIVERSAS		500 - FORNECEDORES	
MATRIZ-S. Paulo			
Pelos créditos aos fornecedores abaixo, valor de s/faturas calculadas ao câmbio de 200,6:			
DATA DOCT.	QNT	QNT	
<b>SOCIÉTÉ D'EDITIONS PROFESSIONELLES &amp; TECHNIQUES</b>			
fatura n.º 972 de 27.12.51	frs. 6.080,	v/em 31	364,80
<b>TEMOIGNAGES</b>			
fatura n.º 5240 10.12.51	" 2.160,	"	129,60
<b>TECHNIQUES &amp; ARCHITECTURE</b>			
fatura de 24.1.52	" 81.905,	"	4.914,30
<b>REVUE GÉNÉRALE DES ROUTES &amp; AÉRODROMES</b>			
fatura de 6.2.52	" 25.140,	"	1.508,40
<b>CAHIERS INTERNATIONAUX</b>			
fatura de 27.12.51	" 6.944,	"	416,60
fatura de 27. 2.52	" 27.900,	"	1.674,00
fatura de 9. 4.52	" 2.840,	"	170,40
			2.261,00
<b>TRIBUNE DES NATIONS</b>			
Relevo de 4.1.52	" 29.750,	"	1.785,00
Relevo de 30.6.52	" 3.150,	"	189,00
			1.974,00
<b>DEPARTAMENT ETRANGER HACHETTE</b>			
Relevo de 29.10.51	" 73.604,	"	4.416,20
Relevo de 30.11.51	" 72.089,	"	4.325,30
Relevo de 30.12.51	" 69.934,	"	4.195,00
Relevo de 31. 1.52	" 73.556,	"	4.413,40
Relevo de 29. 2.52	" 673.633,	"	40.418,30
Relevé de 29. 3.52	" 142.933,	"	8.576,00
			66.545,20
			77.497,30
*****			

3) **Inventários de livros.** Esses registros foram encontrados em um livro a parte, específico para a contagem do patrimônio da empresa. Foi uma descoberta importante sobre aspectos organizativos da Livraria, pois ele estava dividido de acordo com as suas seções. Questionei se os dados corresponderiam à organização do espaço físico da loja e de seu estoque e, ao final, o que se vê é um único controle para a contagem de todo o seu acervo, e não seria prático para o funcionamento das atividades de compra, venda e estocagem, manter dois ou mais sistemas. Com as informações obtidas do inventário, pude verificar o quantitativo de volumes e títulos por seção e, infelizmente, não estavam

ali registrados os nomes de cada obra inventariada. Em cada linha, correspondente a um volume, o funcionário marcava com aspas, colocando as informações quantitativas apenas.

**Figura 3. O Registro de Inventários**

		Unidade	Preço	Total
	transporte			132.134,80
154	vol. Ciências Sociais e Direito	16,80	2.587,20	
81	"	17,60	1.425,60	
53	"	18,20	954,20	
7	"	18,40	128,80	
33	"	18,80	620,40	
20	"	19,20	384,20	
241	"	20,20	4.820,20	
37	"	20,80	763,60	
181	"	21,60	2.181,60	
63	"	22,20	1.386,20	
16	"	23,20	371,20	
125	"	24,20	3.000,20	
8	"	24,80	198,40	
2	"	25,20	50,40	
47	"	26,20	1.222,20	
35	"	27,20	952,20	
62	"	28,20	1.736,20	
164	"	28,80	4.723,20	
112	"	30,20	3.360,20	
15	"	31,20	468,20	
203	"	32,20	7.096,20	
20	"	33,60	672,20	
6	"	34,20	204,20	
18	"	34,40	619,20	
1	"	35,20	35,20	
15	"	36,20	540,20	
25	"	38,40	960,20	
52	"	40,20	2.080,20	
28	"	43,20	1.209,60	
85	"	44,20	3.752,20	
61	"	44,80	2.732,80	
3	"	46,20	138,20	
124	"	48,20	5.952,20	
11	"	49,60	545,60	
107	"	50,20	5.350,20	
10	"	52,20	512,20	
1	"	51,60	51,60	
8	"	52,20	416,20	
63	"	56,20	3.528,20	
52	"	57,60	2.995,20	
31	"	59,20	1.835,20	
47	"	60,20	2.820,20	
4	"	60,80	243,20	
42	"	63,20	2.654,40	
14	"	64,20	896,20	
20	"	67,20	1.344,20	
5	"	68,80	344,20	
18	"	70,20	1.260,20	
6	"	72,20	432,20	
5	"	73,60	368,20	
3	"	75,20	225,60	
3	"	76,80	230,40	
4	"	78,40	312,20	
5	"	80,20	401,00	
21	"	81,60	1.713,60	
2	"	84,20	168,20	
4	"	86,40	345,60	
1	"	88,20	88,20	
5	"	90,20	451,00	
2	"	92,40	184,80	
1			92,40	86.727,20
	transporte			218.862,20

Os números foram se tornando menos frios confrontados com os nomes de editoras, livrarias, instituições e outros nomes que apareciam também nas informações das tabelas pelas quais eu construía o catálogo da Difel, nas demais entrevistas realizadas entre 2018-2019 (Anexo II) e em minhas leituras da bibliografia brasileira e francesa.

A questão mais interessante era de fato a sobreposição de atividades entre a Livraria Francesa e a Difel, algumas registradas de modo mais evidente e técnico com a presença da editora no fluxo de fornecedores nacionais da livraria; outras implícitas na rede de editoras em que os livros eram importados, na composição da lista de clientes e

na participação de cada um deles no funcionamento da livraria. Outra informação importante, fora dos livros-caixa, estava contida no documento de fundação e nas alterações contratuais do estabelecimento os quais comprovavam a criação de uma livraria familiar e sua ampliação ao longo dos anos a partir da entrada de investidores franceses na sociedade: Georges Lucas, empresário e representante da Bertrand, Marcel Didier, livreiro-editor parisiense, e a Livraria Bertrand.

Deixo aqui estes nomes em suspenso na expectativa de que o leitor possa conhecê-los ao avançar no texto principal do trabalho. Neste momento, devo assinalar que a Livraria Francesa crescia em minha pesquisa, amadurecendo meu olhar sobre o objeto escolhido e minhas hipóteses iniciais. Com ela o elemento estrangeiro também crescia e eu passava a encará-lo com mais profundidade, interrogando-me sobre o seu papel, e se a ideia de cosmopolitismo caberia para pensar os aspectos complexos que envolvem as relações culturais de uma nação que, em sua origem colonial ou colonizadora, jamais se encontra isolada. Compreender as hierarquias impostas pelo poder de uma nação europeia ao lado, e em função, das escolhas, das ambições e da possibilidade de intervenção dos agentes locais – e vice-versa – se tornou um novo desafio.

Com os materiais consultados até ali ficava mais ou menos clara a constituição de uma rede, em primeiro plano, paulista e, em segundo plano, brasileira que integravam os circuitos de consumo e circulação de livros em trono da Livraria Francesa. Então, comecei a buscar fontes que pudessem expor outras camadas de contato, trocas e mediações exercidas pela livraria nas relações São Paulo-Paris / Brasil-França. A obra do Prof. Jean-Yves Mollier<sup>33</sup> indicava que os arquivos do MAE poderiam trazer, no mínimo, informações para contextualizar o papel da empresa do casal Monteil nas estratégias organizadas pela Comissão do Livro Francês no Exterior, órgão criado durante a reorganização do país com o fim da Ocupação Nazista, para retomada de sua posição no mercado internacional.

Os arquivos diplomáticos foram consultados durante a realização de minha Bolsa de Estágio e Pesquisa no Exterior (Bepe-Fapesp), entre março de 2020 e maio de 2021<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Jean-Yves Mollier, *Edição, Imprensa e Poder na França no Século XX*, São Paulo, Edusp/FAP-Unifesp, 2015.

<sup>34</sup> Processo n. 2019/20322-9. Acredito que seja válida uma nota sobre esse período em que fomos acometidos, enquanto humanidade, pela pandemia da Covid-19. A viagem à França foi afetada pela situação sanitária, no entanto, contraditoriamente, a pesquisa pode se beneficiar de uma gestão mais efetiva do governo francês em relação ao brasileiro, no que diz respeito às condutas de gestão deste problema. Após dois meses de lockdown (mar.-mai./2020) o governo francês estabeleceu medidas restritivas parciais – com variações nas respectivas altas e baixas de circulação do vírus e do controle dos leitos hospitalares –

A expectativa de conhecer documentos gerais sobre a ação da França no Brasil foi realizada, e acabou por trazer algumas surpresas quando me deparei com cartas e ofícios que citavam diretamente a empresa paulista dentro das ações do Ministério. O conteúdo da documentação permitiu encerrar ligar alguns pontos entre Estado francês, os investidores que se associaram a Paul Monteil e permitiram compreender os níveis de mediação em que o livreiro atuou e se fortaleceu para, em seguida, tornar-se editor. Encerrei ali algumas questões, problematizei outras e, finalmente, pude voltar a olhar para a Difel com todo o histórico de relações que viabilizaram a sua fundação e desenvolvimento em termos simbólicos e econômicos.

De volta aos livros, por meio do catálogo que eu havia construído e dos objetos que passei a consultar nas bibliotecas públicas e em meu acervo pessoal, pude me aventurar nas publicações da editora, partindo de seus projetos de tradução até chegar à famigerada *Corpo e Alma do Brasil*. Os livros, em diferentes edições, foram analisados em sua materialidade<sup>35</sup>, sobretudo, por seus paratextos<sup>36</sup>, na expectativa de que todo aquele material anterior, vindos dos arquivos mais improváveis e despreziosos, dos plebeus aos institucionais, pudesse atingir resultados à altura do que nos mostram os mais célebres trabalhos de nossa área de estudos.

---

para a manutenção de atividades básicas, entre as quais, foram incluídas o funcionamento de arquivos e bibliotecas. O registro fica como protesto e reflexão sobre a conduta política desastrosa do governo brasileiro nestes anos que, em meio a milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas, afetou milhares de estudantes do ensino infantil à pós-graduação.

<sup>35</sup> Donald Francis McKenzie, *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*, São Paulo, Edusp, 2018.

<sup>36</sup> Gérard Genette, *Paratextos Editoriais*, 2. ed., Cotia, Ateliê Editorial, 2018.

## **PARTE I. A LIVRARIA**



*Tratar-se-ia de uma cidade que não fosse simplesmente receptáculo passivo de tendências intelectuais e artísticas; ou, por outras palavras, que não fosse uma colônia cultural. Uma metrópole cultural é uma fonte inovadora de estilos, ideias, e formas culturais, porque, embora sendo receptiva para as correntes mundiais, serve de intermediário entre elas e as várias tradições e configurações culturais de uma nação. Uma metrópole tem um ethos particular, mas a sua expressão cultural não é circunscrita por ele, pois ela é uma janela para o mundo.*

Richard Morse<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Richard Morse, *Formação Histórica...*, p. 416.

## Capítulo 1. Ainda à Francesa: Livros e Livrarias em São Paulo (1940-1960)

*A lembrança mais remota que me ficou de uma livraria foi a da bela e ampla sala de leitura da Biblioteca Municipal dos anos 50 do século que tenho de me acostumar a chamar de passado. Não sei se já se chamava Biblioteca Mário de Andrade, pois o poeta partira fazia bem pouco tempo. Primeiro refúgio do adolescente amante de livros, mas de escassos recursos para possuí-los, o seu rico acervo literário me abria a porta para entrar no mundo imaginário de Alencar, Álvares de Azevedo, Machado de Assis, Raul Pompeia...  
[...] Quem diz livraria, diz refúgio!  
Alfredo Bosi<sup>38</sup>*

Por volta dos anos 1940, São Paulo passava por aceleradas transformações de sua economia, de sua população e de seu espaço urbano que a confirmariam como uma metrópole brasileira. Esse processo compreendeu um novo movimento de afirmação de suas elites que se envolveram na criação de museus, bibliotecas, escolas, faculdades, universidades e outras estruturas públicas e privadas para concretizar a dinâmica metropolização no âmbito da cultura – tanto do ponto de vista interno, da formação dos membros daquela sociedade, como externo, na sua projeção diante de outros centros do país. As iniciativas em questão beneficiaram a economia do livro paulistana que, por meio de suas livrarias, constituirá um circuito específico de consumo, convívio e sociabilidade o qual contribui para consolidar seus vetores de expansão urbana, mobilizar atividades econômicas e, sobretudo, compor um modo de vida moderno.

Neste capítulo, apresentaremos o desenvolvimento desta esfera da “vida espiritual” de São Paulo, com vistas a compreender o contexto de criação da Livraria Francesa fundada por Paul e Juliette Monteil no ano de 1947. Para tanto, discutiremos como a rede estabelecimentos e instituições culturais da cidade, aliados a outras atividades de sua realidade urbana, tendiam a beneficiar uma livraria importadora especializada, a qual se propunha, desde seu início, a ser “A Mensageira do Pensamento Francês no Brasil”. Em seguida, partiremos para a análise de dados específicos sobre o seu funcionamento interno para identificarmos o perfil de suas mercadorias, a forma como

---

<sup>38</sup> Alfredo Bosi, “Quem Diz Livraria, Diz Refúgio”, *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição* (NELE/USP), vol 1, pp. 13-18, Cotia, Ateliê Editorial, 2011.

eram apresentadas ao público e as suas tendências de circulação ao longo dos anos. Por fim, identificaremos os clientes da livraria para, através deles, caracterizar as possíveis demandas deste mercado e os caminhos de interação do estabelecimento livreiro com o seu entorno.

## 1.1. Condições para investir

### *Realidade Urbana e Infraestrutura*

Quem diz livraria, diz prosperidade. Períodos de crescimento econômico favorecem a proliferação de iniciativas, instituições e toda ordem de investimentos ligados à cultura, à educação e à circulação de ideias. Não apenas porque a superestrutura seja responsável por dar vida às representações legitimadoras e às críticas dos modelos que sustentam essa bonança material, mas também porque ela mesma demanda condições objetivas para o seu desenvolvimento em determinada realidade. É claro que as elaborações do espírito resistem e mesmo se produzem nas adversidades, inclusive para atuar como resistência e driblar restrições político-sociais; contudo, dentro da ordem capitalista elas tendem a se beneficiar dos contextos favoráveis à produção de mercadorias, porque se tornam parte deste sistema, como observa Nelson Werneck Sodré:

O desenvolvimento das relações capitalistas, ao mesmo tempo que transforma em mercadoria as criações artísticas, antes simples motivo de divertimento ou de adorno, amplia rapidamente as áreas do trabalho intelectual, antes em plano secundário, abrindo-lhe perspectivas novas [...] <sup>39</sup>.

O comércio e a edição de livros, instâncias da circulação e produção da economia livreira, enquadram-se nesta complexa dinâmica cultural das sociedades capitalistas desde suas origens. Ao conceberem o livro nesta mesma perspectiva, Lucien Febvre e Henri-Jean Martin corroboram com a percepção do historiador brasileiro, diagnosticando a integração do livro neste universo de mercadorias ainda no século XVIII:

---

<sup>39</sup> Nelson Werneck Sodré, “Desenvolvimento Cultural Brasileiro”, em Nelson Werneck Sodré (org.), *Desenvolvimento Brasileiro e Luta pelo Desenvolvimento Cultural*, Itu, Ottoni Editora, 2010, p. 139. Sobre a relação “estrutura” x “superestrutura” no debate marxista, destacamos também: Karl Marx, “Prefácio de Para Crítica da Economia Política”, em José Arthur Gianotti (org.), Marx, vol. i, São Paulo, Abril Cultural, 1982 (Os Pensadores). “A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (p. 31).

[...] as circunstâncias favoreciam o desenvolvimento de empreendimentos livreiros. Nessa época de prosperidade material, de febre intelectual, cada um se interessa por coisas do espírito e os livreiros ativos e cultos podem lançar grandes empreendimentos<sup>40</sup>.

Para os historiadores, a época das Luzes foi também o século dos empreendimentos livreiros, pela vitalidade dos movimentos intelectuais que o caracterizaram e também pelo impulso viabilizado pela conjuntura econômica em que foram produzidos. Estamos distantes do período de que tratam Febvre e Martin, mas ao lado da afirmação de Sodré, a concepção nos é cara. Em termos gerais, partimos destas definições de cultura e mercado do livro para falarmos de São Paulo e suas livrarias na segunda metade do século XX, onde Paul e Juliette Monteil, um casal de franceses radicados na capital em 1937<sup>41</sup>, fundariam dez anos mais tarde a sua Livraria Francesa.

O fim da II Guerra marcou um novo momento de organização e expansão das relações capitalistas no Brasil, cujas características combinavam estes polos de “prosperidade material” e “febre intelectual”. Internamente, havia um clima de liberdade proporcionado pelo fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945), reforçado pela euforia mundial diante da derrota do nazifascismo. Um contexto de reorganização interna e externa, no qual o país se postulava como lugar estratégico para a construção dos padrões de modernidade e, sobretudo, expansão de mercados. Segundo Lúcia Gama:

Não foi apenas o dique do autoritarismo da política nacional que se rompeu. Falar de abertura e democracia neste momento é falar também de um evento que adquire dimensão mundial. [...] Além disso, as alterações na vida local não são apenas políticas. Um período de crescimento econômico (advindo da própria economia de guerra) acompanha essa movimentação e “detona” o processo de urbanização. Como se os ecos da reconstrução da Europa arrasada batessem à nossa porta<sup>42</sup>.

A indústria nacional havia se desenvolvido face à necessidade de substituir suas importações, e as reservas acumuladas durante o conflito, os chamados congelados de guerra, representavam um grande *superávit* comercial com EUA e Inglaterra<sup>43</sup>. Em princípio, esse fator poderia posicionar o Brasil de maneira vantajosa diante do rearranjo da economia mundial e nos acordos internacionais que vão caracterizar o período, mas,

---

<sup>40</sup> Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *O Aparecimento do Livro*, p. 249.

<sup>41</sup> A trajetória de Paul-Jean Monteil e Juliette Alexandrine Sabourault será tratada de modo específico no Capítulo 3.

<sup>42</sup> Lúcia Helena Gama, *Nos Bares da Vida: Formação Cultural e Sociabilidade em São Paulo (1940-1950)*, São Paulo, Editora Senac, 1998, p. 144.

<sup>43</sup> Edgard Carone, *A República Liberal I*, São Paulo, Difel, 1985, p. 5.

no médio prazo, a orientação econômica dos grupos dirigentes acabou por manter a posição subordinada do Brasil diante das potências internacionais, sobretudo a americana. De todo modo, a nova situação não impediu que a sociedade brasileira em seu conjunto vivenciasse um processo de transformação marcado pelo desenvolvimento industrial e pela urbanização, sobretudo, nas capitais de estado.

São Paulo não era a única metrópole a se favorecer do impulso econômico do período<sup>44</sup>, contudo, a cidade ocupava um lugar privilegiado neste cenário pela concentração de atividades econômicas e financeiras que lhe proporcionavam o segundo maior nível de renda do país, cerca de 80% mais elevado que a média nacional<sup>45</sup>. O resultado mais imediato desta riqueza se fazia presente no fluxo inédito de investimentos imobiliários que, desde a década de 1930, direcionava a produção do espaço urbano, redefinindo suas fronteiras e se (re) apropriando do seu potencial construtivo como forma de rentabilizar o capital excedente de outros setores da economia<sup>46</sup>.

Ao longo dos anos, a região central, na qual historicamente se desenvolveram as atividades comerciais e os serviços, passou por uma transformação intensa caracterizada pela verticalização, adensamento e expansão de seus limites territoriais. O processo se iniciou nos arredores do triângulo histórico<sup>47</sup>, onde surgiram os primeiros arranha-céus, dirigindo-se ao Vale do Anhangabaú, que passou por uma grande reforma entregue em 1938. As obras compreendiam a modernização do Viaduto do Chá, principal via em direção à Praça da República cujo entorno fora pouco ocupado até o início do século XX.

---

<sup>44</sup> Reiteramos o caráter brasileiro e latino-americano em que São Paulo estava inserido em, Fernanda Arêas Peixoto e Adrián Gorelik, “Introdução: Cultura e Perspectiva Urbana”, em Fernanda Arêas Peixoto e Adrián Gorelik (org.), *Cidades Sul-Americanas como Arenas Culturais*, pp.15-23.

<sup>45</sup> Richard Morse, *Formação Histórica de São Paulo*, p. 313.

<sup>46</sup> Raquel Rolnik, *A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*, São Paulo, Fapesp/Studio Nobel, 2003, pp. 192-193.

<sup>47</sup> Área de fundação da cidade de São Paulo delimitada entre o Largo São Francisco, Largo São Bento e Praça da Sé, que passa a ser conhecida como “centro velho” a partir dos anos 1940. Ver: Raquel Rolnik, *op. cit.*, pp. 180-186.

**Figura 4. Vista panorâmica do Centro de São Paulo, 1951.**



Na legenda original, lê-se: “Poucas cidades do mundo se transformaram, em meio século, tão radicalmente em seu aspecto quanto São Paulo”. A frase ressalta a mudança no “aspecto”, certamente se referindo a uma paisagem que em menos de duas décadas foi tomada pelo concreto e asfalto dos arranha-céus e grandes vias de circulação de automóveis. A construção civil acompanhou o *boom* populacional e o adensamento do centro da cidade, impactando a percepção do espaço, o modo de vida de seus contemporâneos e a formulação de discursos exaltantes da almejada condição moderna de São Paulo. A imagem nos apresenta camadas distintas desta realidade: no plano inferior da foto vemos áreas residenciais pouco verticalizadas; no extremo oposto, os bairros industriais e áreas de várzeas que nos limites da região noroeste do centro expandido da cidade. A faixa intermediária registra a área central com os edifícios que caracterizaram as transformações da cidade entre os anos 1930-1950. À direita, vemos uma construção alta e pontiaguda, o Edifício do Banespa, de onde podemos ter a referência do chamado “centro velho”, à sua frente, temos o Edifício Martinelli, em seguida o Matarazzo, respectivamente alinhados com os viadutos Santa Efigênia e Do Chá que cruzam o Vale do Anhangabaú. A passagem para o lado esquerdo do Vale nos direciona ao ‘centro novo’ onde localizamos a atividade da Livraria Francesa e o circuito cultural que ela irá integrar em sua sede definitiva na Rua Barão de Itapetininga, 275 (*Isto É, São Paulo! 96 Flagrantes da Capital Bandeirante*, 2. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1952).

Este dado se consubstanciava com o ritmo de expansão populacional, processo que é sentido e exaltado pela sociedade no calor da hora como demonstram os registros de diversos documentos de época, especialmente, guias turísticos, manuais e anuários de ampla circulação. Em uma publicação, intitulada, *Isto é São Paulo! Flagrantes da Capital Bandeirante*<sup>48</sup>, apresentam-se os seguintes quantitativos.

**Tabela 1. Metrôpoles Mais Populosas do Mundo**

Classificação	Cidade	País	População
1	Londres	Inglaterra	8 391 000
2	Nova York	Estados Unidos	7 835 000
3	Tokio	Japão	5 385 000
4	Moscou	Rússia	4 137 000
5	Chicago	Estados Unidos	3 606 000
6	Shangai	China	3 599 000
7	Berlim	Alemanha	3 187 000
8	Osaka	Japão	1 690 000
9	Leningrado	Rússia	3 191 000
10	Buenos Aires	Argentina	3 000 000
11	Paris	França	2 725 000
12	Rio de Janeiro	Brasil	2 413 000
13	São Paulo	Brasil	2 228 000

Fonte: *Isto É, São Paulo!..., op. cit.*

**Tabela 2. Porcentagem de Crescimento de Algumas Cidades**

Cidade	População em 1940	População Atual	Taxa de Aumento sobre 1940
São Paulo	1 326 000	2 228 000	68%
Madrid	1 089 000	1 610 000	47,8%
Rio de Janeiro	1 896 000	2 413 000	27,2%
Buenos Aires	2 488 000	3 000 000	20,6%
Chicago	3 397 000	3 606 000	6,2%
Nova York	7 455 000	7 835 000	5,1%

Fonte: *Isto É, São Paulo!..., op. cit.*

**Tabela 3. População da Cidade de São Paulo Através dos Anos**

1872	1890	1900	1920	1940	1950
31 385	64 934	23 9820	579 033	1 326 261	2 227 512
<b>% sobre a população do Estado</b>					
3,75%	4,69%	10,51%	12,61%	18,47%	24,10%

Fonte: *Isto É, São Paulo!..., op. cit.*

<sup>48</sup>*Isto É, São Paulo!..., op. cit.*

**Tabela 4. Construções Licenciadas em São Paulo**

<b>Ano</b>	<b>Número</b>	<b>Área Coberta em m2</b>
<b>1946</b>	17160	2 162 124
<b>1947</b>	15348	1 917 792
<b>1948</b>	20220	1 852 680
<b>1949</b>	23988	1 010 123

Fonte: *Isto É, São Paulo!..., op. cit.*

**Tabela 5. Funcionamento do Aeroporto de Congonhas 1950-1951**

	<b>1950</b>	<b>1951</b>	<b>%+ em 1951</b>
<b>Pousos</b>	16 344	19 284	18
<b>Decolagens</b>	16 357	19 315	19,5
<b>Passageiros embarcados</b>	188 194	242 027	28,6
<b>Passageiros desembarcados</b>	191 733	242 706	26,6
<b>Passageiros em trânsito</b>	33 192	4 2146	26,9
<b>(Toneladas)</b>			
<b>Bagagens embarcadas</b>	18 74,5	2 304,4	22,9
<b>Bagagens desembarcadas</b>	18 52,5	2 292,2	23,7
<b>Encomendas embarcadas</b>	4 941,4	6 616,5	33,9
<b>Encomendas desembarcadas</b>	2 459,8	3 992,1	62,3
<b>Correio embarcado</b>	42,5	60,4	56,2
<b>Correio desembarcado</b>	66,5	80,3	20,7

Fonte: *Isto É, São Paulo!..., op. cit.*

As tabelas aparecem no encerramento do referido livro composto por uma série de fotos que retratam as transformações da capital. Elas corroboram para dimensionar o discurso oficial sobre o crescimento de São Paulo, a cidade que levanta “as fachadas visionárias de seus gigantescos edifícios para os céus brasileiros (...) cidade de mais rápido crescimento [...] recorde mundial de construções civis [...]”<sup>49</sup>. Por meio da relação entre dados quantitativos e imagens, a publicação visava também qualificar a formação desta sociedade de massas, identificando-a com um padrão de consumo e hábitos modernos. Não é à toa que os dados do crescimento da população paulistana, e de sua infraestrutura, são apresentados em relação a seus próprios recordes, e sempre comparados com os das principais cidades internacionais – entre as quais, figura seu concorrente nacional o Rio de Janeiro – para sugerir que aqueles registros de progresso estavam

<sup>49</sup> *Isto É, São Paulo!..., op. cit.*, p. 3.



alinhados e conectados com os padrões de vida outras partes do mundo, podendo quem sabe superá-los.

Além de expressar a projeção otimista das elites e outros setores privilegiados da sociedade paulistana sobre o presente e o futuro, essas afirmações serviam a uma ideologia geral de pertencimento ao progresso que também acaba se conformando como o horizonte de expectativa, por vezes realizado, de ascensão social de suas classes médias e da classe trabalhadora empobrecida. Os benefícios do modelo de desenvolvimento adotado, evidentemente, não atingiam a população de modo homogêneo, pois esse processo se operava no âmbito do capitalismo, um sistema que constrói sua prosperidade incorporando novos mecanismos de diferenciação e exclusão. Entretanto, os diversos grupos sociais acabavam por partilhar da esperança criada pelo ideário dominante que, em certa medida, encontrava correspondência nessa realidade, especialmente, diante da crescente oferta de postos de trabalho na construção civil, no comércio, na indústria e no setor de serviços<sup>50</sup>. E não devemos deixar de lado o fato de que, diante do discurso ufanista, as classes baixas passariam a exigir o direito de desfrutar de suas benesses.

A ideia de progresso e melhoria das condições de vida que deveriam mover a realidade urbana se apoiavam nas pautas relacionadas à expansão da instrução pública, da formação intelectual e da promoção da cultura que partiam das “reivindicações sociais mais complexas”<sup>51</sup> produzidas por esse cenário demográfico e social. No estado de São Paulo, especialmente na capital, estes debates e iniciativas pautavam também o desejo de conquistar uma hegemonia de pensamento que reforçasse sua liderança econômica no contexto nacional. Desse modo, o poder público respondeu àquelas demandas com reformas institucionais, expansão do número de escolas, fundação de bibliotecas e uma série de investimentos que colocavam a cidade na vanguarda da superação do analfabetismo e da ampliação ao sistema de ensino<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> Há um debate sobre as reais condições de ascensão social na São Paulo desse período. Segundo Richard Morse, a taxa de desemprego urbano girava em torno de 15%. Para o autor havia uma criação significativa de postos de trabalho de nível médio e alto, devido à dinâmica econômica acelerada, o que ocasionava um processo de “mobilidade estrutural”. Ver Richard Morse, *op. cit.*, p. 313 e 389.

<sup>51</sup> Edgard Carone, *A República Liberal I...*, pp. 138, 156-157. Sobre o tema, também temos o trabalho clássico de Fernando Azevedo, *A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1958. Destacamos a ideia de “consciência pedagógica” que o autor reconhece nos movimentos educacionais das décadas de 1920 e 1930, os quais encontram, segundo ele, condições favoráveis à sua execução com a criação do Ministério de Educação e Saúde e as reformas educacionais propostas a partir da Revolução de 1930 (pp. 654-656, 673-674).

<sup>52</sup> Florestan Fernandes, “Dados sobre a Situação do Ensino”, *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 30, pp. 67-138, 1960.

O próprio processo de expansão e valorização de novas áreas na região central de São Paulo que a aos poucos criou uma divisão entre o “centro velho” e “centro novo”, como vimos, evidenciava o protagonismo dos equipamentos culturais e escolares como símbolos da modernização, os quais muitas vezes se anteciparam a, ou direcionaram, o avanço do capital comercial e imobiliário aplicado na cidade. Observa-se, por exemplo, que os primeiros edifícios instalados no “centro novo” faziam parte dessa infraestrutura intelectual e cultural: o colégio Caetano de Campos (1898), situado na Praça da República, o Teatro Municipal (1911), com endereço na Praça Ramos – um dos extremos do Viaduto do Chá –, e a Biblioteca Pública Municipal (1925), com sede na Rua 7 de Abril. Com as mudanças aceleradas que ocorriam na década seguinte, especialmente, com a criação do Departamento de Cultura chefiado por Mário de Andrade, a partir de 1935, não tardou que outras instituições e empreendimento passassem a dividir espaço com estas instituições pioneiras.

Cerca de vinte anos após a reforma do Viaduto do Chá, encontramos ao menos 25 equipamentos culturais no “centro novo” – entre jornais, rádios, bibliotecas, galerias de arte e museus –, mais que o dobro dos instalado no triângulo histórico (Mapa 1). Das instituições de ensino – escolas, faculdades e universidades –, têm-se 23 instaladas nos arredores da Praça da República, enquanto apenas seis permanecem do outro lado do Vale do Anhangabaú (Mapa 2).

Os espaços de promoção do livro e da leitura também estavam incluídos nesta realidade, não apenas pela Biblioteca Municipal, que ganha novo edifício em 1942<sup>53</sup>, pela fundação da Biblioteca Infantojuvenil, em 1936, na Rua General Jardim, ou pela implantação de uma Biblioteca Circulante que funcionou entre 1936-1942, mas também pelo desenvolvimento dos diferentes setores da economia livreira. Desde 1941, São Paulo ocupava a posição de maior parque gráfico da América Latina, setor beneficiado pela substituição de importações no período entreguerras. Nesta época, cerca de 22 livrarias e 45 editoras estavam instaladas na cidade<sup>54</sup> e a totalidade destes estabelecimentos comerciais estavam situados no “centro velho”. Na medida das oportunidades criadas na

---

<sup>53</sup> O Edifício situado na Praça Dom José Gaspar foi projetado pelo arquiteto francês Jacques Pilon, que também foi o responsável pelo Edifício Guinle – Rua 7 de Abril, 230 –, que sediou o grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, inaugurado em 1947.

<sup>54</sup> Segundo Laurence Hallewell, *op. cit.*, p. 539, São Paulo concentrava 70% das impressões de livros no país. O Rio de Janeiro ainda era responsável por mais da metade das edições e era a sede do maior número de editoras e as “mais inovadoras”, em suas palavras. Para efeitos comparativos, no ano de 1948, a cidade do Rio possuía 107 casas editoriais (Hallewell, *op. cit.*, p. 539) e 94 livrarias (Ubiratan Machado, *História das Livrarias Cariocas*, São Paulo, Edusp, 2012).

década seguinte, eles acompanharam o itinerário dos demais investimentos e cerca de 50 livrarias se instalam no “centro novo”<sup>55</sup> (Mapa 3).

Além dos estabelecimentos de vendas, livreiros e outros profissionais do setor organizaram suas instâncias sindicais na região. Após três trocas de endereço desde sua fundação em 20 de setembro de 1946<sup>56</sup>, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) se instala na Rua Xavier de Toledo, 114. A instância representativa de editores e livreiros também demarcava seu lugar na cidade e, entre outras praticidades, o centro novo estava ligado à promoção do livro. Era preciso conhecer as vitrines da região para colocá-lo no mesmo *status* de mercadorias comuns<sup>57</sup> e, ao mesmo tempo, demarcar suas particularidades. Nesse contexto, a CBL criou sua primeira campanha com o *slogan*: “Livro, presente de amigo!”, espalhando cartazes e faixas por toda a região central e, ainda, teve a iniciativa de realizar a primeira Feira Popular do Livro, em 1951, na Praça da República<sup>58</sup>.

Essa infraestrutura produzia resultados superestruturais, criando referências simbólicas, formando pessoas e criando hábitos na sociedade paulistana. Entre os efeitos decorrentes destas e outras ações, verifica-se que já no início dos anos 1950, a capital possuía cerca de 80% da população com quinze anos ou mais era alfabetizada, contra 64,5% no estado e 49% no país. Ainda possuía mais de 300 mil pessoas formadas em nível secundário, que passarão a mais de 600 mil em uma década, cerca de 1/3 do total de diplomados no país<sup>59</sup>.

No que diz respeito ao mercado do livro, os dados quantificam um público leitor em potencial que incentivaria a estrutura a acompanhar o avanço da superestrutura criada em torno de um modo de vida ideal preconizado para a construção da metrópole. Nesse cenário, agiam grandes agentes do capital público e privado, mas também se mobilizavam

---

<sup>55</sup> Martin Gonçalves, *Cartografia das Livrarias do Centro de São Paulo (1930-1970)*, São Paulo, USP, 2012, p. 22.

<sup>56</sup> A constituição da CBL é anterior à fundação da Livraria Francesa, mas Paul e Juliette Monteil marcaram presença no segundo documento oficial de constituição da Câmara, o estatuto de 2 de setembro de 1948. Ver: Câmara Brasileira do Livro, *Câmara Brasileira do Livro: 50 Anos de sua Fundação*, São Paulo, Melhoramentos, 1996, pp. 22-23.

<sup>57</sup> Em *História das Livrarias Cariocas*, Ubiratan Machado observa a transformação que se opera no pós-guerra, sobretudo, na década de 1950, no tratamento do livro enquanto uma mercadoria comum (pp. 232 e 292). O Sindicato Nacional de Editores e Livreiros funcionava desde 1941 e foi fundada no Rio de Janeiro, dada a centralidade de suas empresas e da dinâmica de seu mercado de livros. Em 1946, a fundação da CBL pode ser vista como um fortalecimento e certa autonomização do mercado/empresariado paulista.

<sup>58</sup> A primeira feira realizada no Rio de Janeiro, ainda em caráter experimental, em 19 de abril de 1955, na Praça Floriano Peixoto, na Cinelândia (ver Ubiratan Machado, *op. cit.*, p. 293). É possível notar que, nesse processo de promoção do livro e novas técnicas de divulgação, o mercado paulista se adianta.

<sup>59</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “São Paulo”, *Recenseamento Geral do Brasil, 1950*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>

diferentes setores da sociedade civil e indivíduos capazes de se dedicar financeira e/ou pessoalmente à promoção das novas formas de pensar e agir que emergiam desta interação modernizadora<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup>. Milton Santos em “São Paulo, Metrópole Internacional do Terceiro Mundo”, *Revista do Departamento De Geografia*, vol. 7, pp. 7-24 fala da “conformação das mentes para aceitação das novas condições de existência, [...] um dado superestrutural da maior importância” (p. 7) para a construção de uma metrópole. Em relação ao caso paulista, Richard Morse, *op. cit.* identifica a produção de vida cultural metropolitana a partir do modernismo, definindo-o como “empreendimento mútuo na tentativa de expressar simbolicamente o fluxo da vida moderna”, espírito que se renova em meados do século (p. 343).

**Figura 5. Biblioteca Municipal Circulante, 1937.**

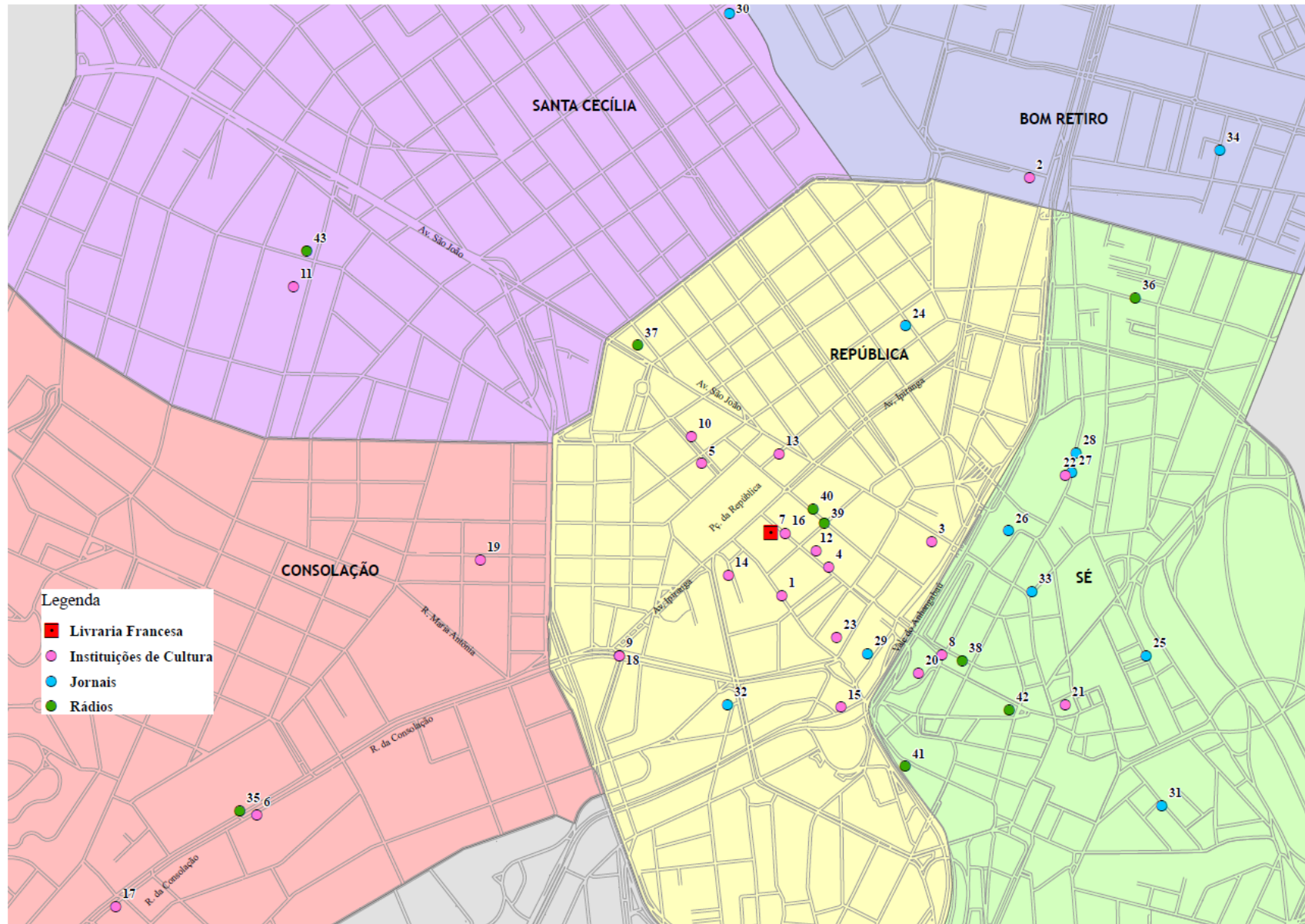


**Figura 6. Biblioteca Municipal Circulante, 1937.**



Desde os anos 1930, as políticas de promoção da educação e cultura ocupavam as ruas de São Paulo com a construção de escolas, universidades, bibliotecas e em ações inovadoras, como a Biblioteca Municipal Circulante. A iniciativa funcionou entre 1936 e 1942, quando Rubens Borba de Moraes dirigia a Biblioteca Municipal. Seu itinerário compreendia o Jardim da Luz, Praça da República e os Parques Siqueira Campos e D. Pedro II. As caminhonetes cheias de livros chegaram a atender mais de 25 mil pessoas em um ano, e sua desativação – motivada pela falta de combustíveis durante a II Guerra – causou comoção dos usuários, que solicitaram o seu retorno à tração animal. A política municipal e o pequeno episódio envolvendo seu público ressaltam a presença dos livros no processo de ocupação, transformação do espaço urbano e dos novos hábitos que deveriam formar os cidadãos (May Brooking Negrão, *Biblioteca Pública Municipal de São Paulo: Da Criação à Consolidação (1926-1951), Breve Esboço Histórico*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983. Fotos: Benedito Junqueira Duarte, *B. J. Duarte: Caçador de Imagens*, São Paulo, Cosac Naify, 2007. pp. 34- 35).

Mapa 1. Instituições de Cultura e Meios de Comunicação no Centro de São Paulo, 1959



## **Instituições de Cultura e Meios de Comunicação**

- 1 Museu de Arte de São Paulo**
- 2 Pinacoteca do Estado**
- 3 Museu Folclórico (Conservatório Dramático de SP)**
- 4 Galeria Itá**
- 5 Aos Séculos Passados**
- 6 Florestano**
- 7 Galeria Itapetinga**
- 8 Galeria Prestes Maia**
- 9 Seção de Belas Artes e Mapoteca**
- 10 Galeria Itapoã**
- 11 Galeria 7 de Abril**
- 12 Galeria Rio Branco**
- 13 Galeria de Arte Martin Jules**
- 14 Galeria Antigo Novo**
- 15 Galeria de Arte IV Centenário**
- 16 Galeria de Arte Hugo**
- 17 Galeria Venturelli**
- 18 Biblioteca Municipal**
- 19 Biblioteca Infantil**
- 20 Biblioteca do Ministério da Agricultura**
- 21 Biblioteca da Secretaria de Agricultura**
- 22 Discoteca Pública Municipal**
- 23 Câmara Brasileira do Livro**

### **Jornais**

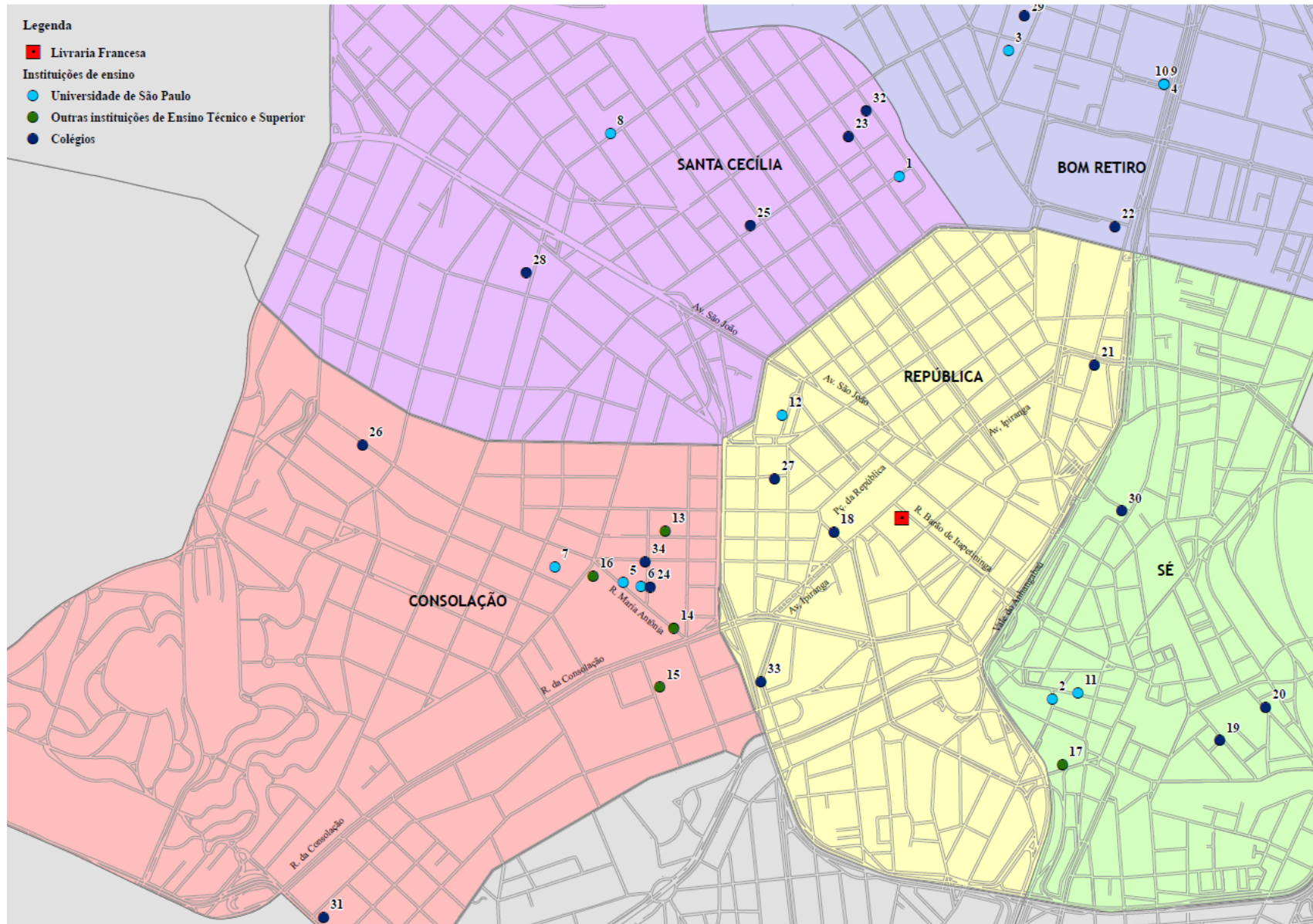
- 24 A Hora**
- 25 Comércio e Indústria**
- 26 Correio Paulistano**
- 27 Deutsche Nachrichten**
- 28 Diário de São Paulo**
- 29 Fanfulla**
- 30 Folha da Manhã/Tarde/Noite**
- 31 O Dia**
- 32 O Estado de São Paulo**
- 33 Diário Popular**
- 34 O Tempo**

### **Rádios**

- 35 América**
- 36 Bandeirantes**
- 37 Cultura**
- 38 Emissoras Piratininga**
- 39 Excelsior**
- 40 Nacional de São Paulo**
- 41 Pan-americana**
- 42 Record**
- 43 São Paulo**

Fonte: Mapa elaborado pela autora e executado por Thaís Olitta

Mapa 2. Instituições de Ensino no Centro de São Paulo, anos 1950





**Universidade de São Paulo - USP**

- 1 Reitoria**
- 2 Faculdade de Direito**
- 3 Faculdade de Farmácia e Odontologia**
- 4 Escola Politécnica**
- 5 Faculdade de Filosofia**
- 6 Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas**
- 7 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**
- 8 Instituto Oceanográfico**
- 9 Instituto de Pesquisas Tecnológicas**
- 10 Instituto de Eletrotécnica**
- 11 Instituto Histórico e Geográfico**
- 12 Academia Paulista de Letras**

**Outras instituições de Ensino Técnico**

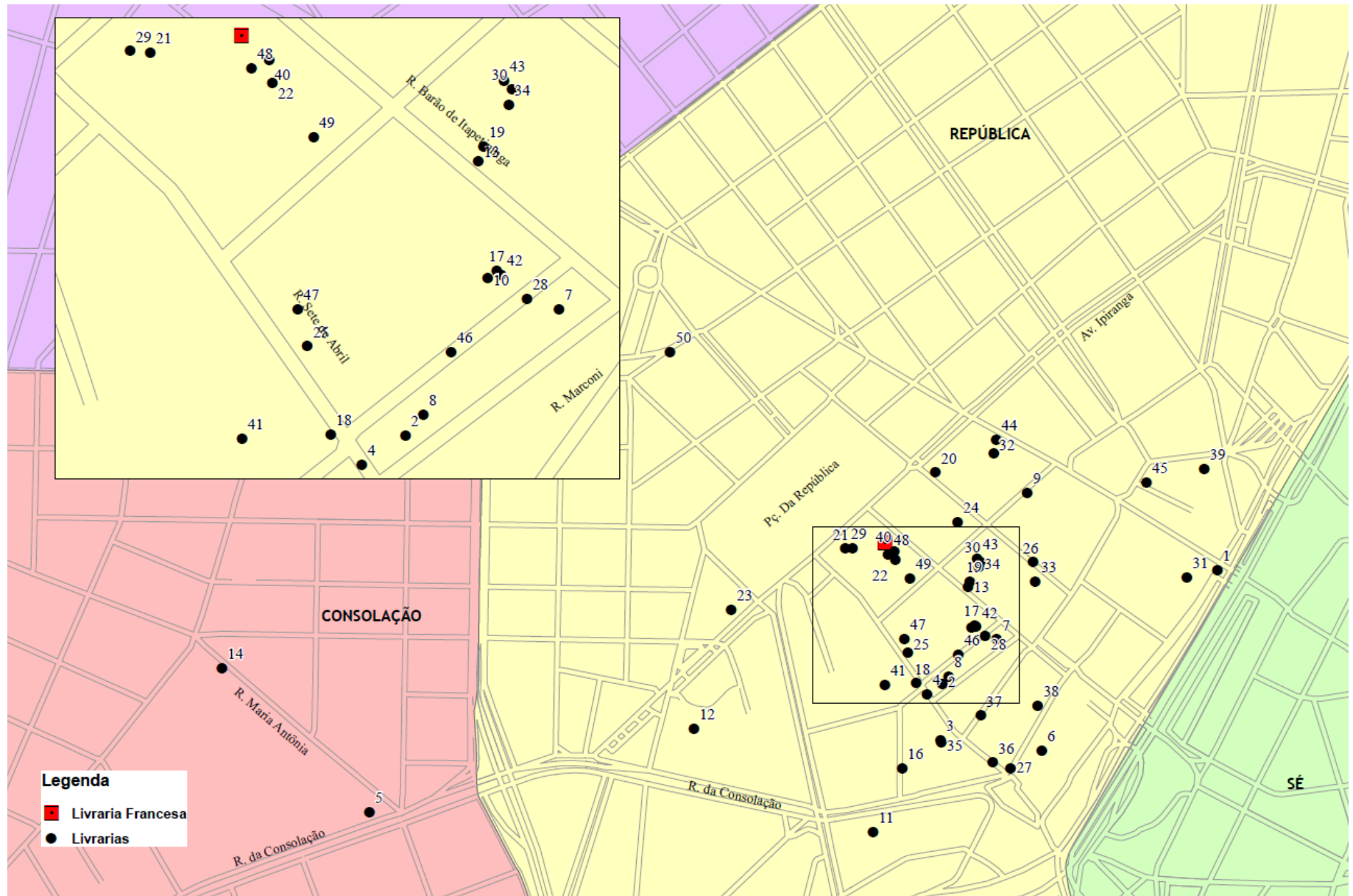
- 13 Escola Livre de Sociologia e Política (1954)**
- 14 Mackenzie**
- 15 Pontifícia Universidade Católica (Faculdade de Filosofia)**
- 16 Pontifícia Universidade Católica (Reitoria)**
- 17 Sesi**

**Colégios**

- 18 Caetano de Campos**
- 19 Carmo**
- 20 Do Estado**
- 21 Guilherme de Almeida**
- 22 Liceu de Artes e Ofícios**
- 23 Liceu Coração de Jesus**
- 24 Liceu Rio Branco**
- 25 Maria José**
- 26 N. S. do sião**
- 27 Osvaldo Cruz**
- 28 Piratininga**
- 29 Santa Inês**
- 30 São Bento**
- 31 São Luís**
- 32 Stanford**
- 33 Visconde de Porto Seguro**
- 34 Rio Branco**

Mapa elaborado pela autora e executado por Thaís Olitta

Mapa 3. Livrarias do Centro Novo nos anos 1950



## **Livrarias:**

- 1 Livraria Teixeira 1
- 2 Livraria Teixeira 2
- 3 Leia 1
- 4 Leia 2
- 5 Leia 3
- 6 Leia 4
- 7 Kosmos
- 8 Livraria Jaraguá
- 9 Siciliano
- 10 Brasiliense
- 11 Nobel
- 12 Parthenon 1
- 13 Parthenon 2
- 14 Pioneira
- 15 Duas Cidades
- 16 Agir
- 17 Guatapará
- 18 Herder
- 19 Loja do Livro Italiano
- 20 Sal 1
- 21 Sal 2
- 22 Triângulo
- 23 Reunidas
- 24 Guanabara Koogan
- 25 Livraria do Globo
- 26 24 de Maio
- 27 Agência Expoente
- 28 Atheneu
- 29 Livraria das Bandeiras
- 30 Científica
- 31 Livraria do Correio
- 32 Livraria Dinucci
- 33 Livraria Elite
- 34 Livraria Elro
- 35 Livraria Ipê
- 36 Livro do Mês
- 37 Livroluz Divulgadora Central
- 38 Livros Ilco
- 39 Livraria Logos
- 40 Livraria Luso Espanhola e Brasileira
- 41 Livraria Minerva Universal
- 42 Livraria Nilo
- 43 Livraria Ernesto Reichmann
- 44 Livraria Roxy
- 45 Livraria Santos Dumond
- 46 Livraria Souza Pinto
- 47 Livraria Stark
- 48 Livraria Vademecum
- 49 Livraria Universitas
- 50 Livraria Saraiva

Mapa elaborado pela autora e executado por Thaís Olitta

### ***As Livrarias e o “Centro Novo”***

A capital paulista se massificava ao mesmo tempo em que a concentração de investimentos definia um perímetro bastante específico para o estabelecimento dos circuitos econômicos e simbólicos que legitimavam esta realidade metropolitana. Nesse sentido, os livros figuravam em um universo de mercadorias, atividades e objetos de uso e desejo e mais do que estabelecimentos de vendas, as livrarias integravam um modo de viver a cidade, como relembra Fernando Henrique Cardoso: “[...] a vida cultural era entre a Praça da República, a Faculdade, e esse miolinho das livrarias [...]”<sup>61</sup>. O Mapa 3 apresenta bem esse “miolinho”, em que as lojas quase se sobrepõem nas calçadas e galerias. E, se antes a zona de concentração do comércio e da cultura formava um triângulo com suas principais vias, vemos agora se formar um quadrilátero que transpõe estas atividades nos paralelos entre Praça da República, Rua Marconi, 7 de Abril e Barão de Itapetininga.

A Livraria Brasiliense (na Barão) e a Jaraguá (na Marconi) foram provavelmente as primeiras a se instalarem na região, ainda no início dos anos 1940, e são exemplares de uma função criadora das livrarias na cidade. A primeira possuía uma atividade intelectual e política intensa, contando com uma sala de exposições, com o funcionamento da editora de mesmo nome e com outros projetos fomentados por Caio Prado Júnior, seu proprietário. Integrante do PCB, este intelectual, livreiro e editor foi responsável por fomentar publicações de livros marxistas, autores nacionais e do periódico bimestral de debates, a *Revista Brasiliense*. A segunda, fundada por Alfredo Mesquita, possuía a famosa casa de chá que abrigou os jovens universitários fundadores da *Revista Clima*. Mesquita ainda era ligado ao jornal *O Estado de São Paulo*, pertencente à sua família, atuava no teatro, sendo um dos fundadores da Escola de Artes Dramáticas (EAD) e das iniciativas que impulsionariam o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC).

Os livreiros aos quais nos referimos pertenciam à elite da cidade eram, portanto, sujeitos bem enraizados nos círculos locais e possuíam capital para investir em toda ordem de atividades, contando com o esteio de seu patrimônio familiar. Mas outros agitadores culturais, sem a mesma origem de classe, surgiram neste setor em meio ao clima de prosperidade que envolvia o crescimento de São Paulo, apoiando-se nas políticas econômicas que o sustentavam, na expectativa de ascensão social e mesmo na convicção

---

<sup>61</sup> Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.*

de que poderiam contribuir, além de se beneficiar financeiramente, com a construção da metrópole.

Diante disso, cumpre notar que, após 1945, a circulação do livro no Brasil foi impactada pelo reposicionamento de sua economia a no contexto internacional e a consequente retomada de suas políticas de benefício às importações. O novo ascenso do comércio importador atinge o mercado livreiro<sup>62</sup>, abrindo uma possibilidade de atuação aos estrangeiros que viviam nas grandes cidades:

Após um declínio, a presença de estrangeiros [no mercado do livro] voltou a se acentuar em outros momentos históricos, como a Segunda Guerra Mundial, devido ao grande número de imigrantes de nível cultural vindos para o país. O pequeno surto se prolongou até o início da década de 1950<sup>63</sup>.

A incorporação de imigrantes às atividades comerciais não era uma novidade da realidade brasileira, tampouco paulistana, no entanto, como observa Ubiratan Machado, os indivíduos e famílias que chegaram no país às vésperas ou durante o conflito mundial tinham uma característica particular em relação a outros momentos. Além de virem em pequenas levadas, destinando-se diretamente às áreas urbanas, estes homens e mulheres possuíam certo nível de formação intelectual que lhes permitia circular e criar referência nos círculos letrados, favorecendo também que encontrassem meios de se profissionalizar como mediadores culturais entre dois mundos – o da sua origem, normalmente europeia, e o brasileiro. Além das livrarias, a segunda metade do século XX contará com uma geração de tradutores, escritores, curadores de arte e outros intelectuais de origem imigrante, chegados neste período.

Desse modo, em São Paulo, “o pequeno surto” citado por Ubiratan se faz em meio a um *boom* geral de livrarias, que passam de 22 a cerca de 85 ao final da década de 1950<sup>64</sup>. Dentre elas, sabemos que nove foram fundadas por imigrantes, o que representa cerca de 15% do total deste crescimento.

---

<sup>62</sup> A questão das importações será tratada com maior detalhe no Capítulo 2.

<sup>63</sup> Ubiratan Machado, *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras*, Cotia, Ateliê Editorial, 2009, p. 18.

<sup>64</sup> Martin Gonçalves, *op. cit.*. Ampliamos o levantamento desta pesquisa, adicionando informações de Ubiratan Machado, *Pequeno Guia...* Conforme esta atualização, o número de estabelecimentos entre as duas décadas poderia chegar a 85 (Mapas 1 a 3). Os dados acabam sendo imprecisos para afirmar que todas elas funcionaram até o fim dos anos 1950, pois Ubiratan não especifica a data de fechamento de algumas delas, sofrendo com os limites das fontes que temos para construir uma história das livrarias no Brasil, como este historiador, uma referência na área, ressalta em seus trabalhos.

### Quadro 1. Livrarias fundadas por estrangeiros em São Paulo, 1940-1950

Livraria	Fundação	Nacionalidade do Fundador (a)
<b>Kosmos</b>	1940, Stefan Geyerhahn (filial de São Paulo)	Austríaca
<b>Guanabara Koogan</b>	194?, Abrahão Koogan e Nathan Waissman (filial de São Paulo)	Russo-Judaica
<b>Leia – Livraria Editora Importadora Americana (antiga Livraria Cultura Italiana)</b>	1940, Folco Masucci (1914, Ernesto Masucci)	Italiana
<b>Nobel</b>	1943, Claudio Milano	Italiana
<b>Cultura</b>	1947, Eva Herz	Alemã-Judaica
<b>Francesa</b>	1947, Paul e Juliette Monteil	Francesa
<b>Pioneira</b>	1948, Enio Guazelli	Italiana
<b>Loja do Livro Italiano</b>	1950, H. Ferraro	Italiana
<b>Mestre Jou</b>	1952, Felipe Mestre Jou	Chilena/Catalã

Fonte: Martin Gonçalves, *Cartografia das Livrarias...*; Ubiratan Machado, *Pequeno Guia Histórico...*, op. cit.

Para além do dado quantitativo, o mais interessante é compreendermos os diferentes aspectos da dinâmica social e econômica do mercado paulista contidos neste levantamento.

As livrarias Kosmos e Guanabara Koogan são filiais de empresas sediadas no Rio de Janeiro. Ambas foram fundadas nos anos 1930 e se mudam para São Paulo no início da década seguinte, em um visível movimento de expansão de suas atividades importadoras e em direção ao novo polo de investimentos representado pelo mercado paulista. Das livrarias nascidas na capital, nota-se que parte delas surge vinculada às comunidades de origem de seus fundadores. Não é à toa que vemos quatro estabelecimentos italianos, nacionalidade estrangeira com presença mais numerosa na capital desde as grandes levas migratórias do XIX<sup>65</sup>, que logo se tornam referência nacional no setor de importações: a livraria Leia será a maior importadora de livros italianos do Brasil, e a Nobel se consolidará no mercado, criando, décadas mais tarde, a primeira rede de livrarias do país. A Livraria Cultura, de origem alemã<sup>66</sup>, surge de uma iniciativa bastante inovadora. Eva Herz cria em sua casa um sistema de empréstimos de

<sup>65</sup> Em 1940 havia 285 124 italianos vivendo no Brasil, 203 091 dentre eles no estado de São Paulo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Recenseamento Geral do Brasil 1940*, Série Nacional, vol. II. p. 14, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>; Série Estadual, São Paulo, vol. I, p. 10). Infelizmente não temos estes dados detalhados para a capital, mas sabe-se que cerca de 290 mil habitantes se declaravam estrangeiros, evidenciando a absoluta maioria de italianos entre a comunidade imigrante da cidade (Prefeitura de São Paulo, disponível em: [http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/tabelas/pop\\_nac.php](http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_nac.php)).

<sup>66</sup> Em 1940 temos 89 038 alemães vivendo no Brasil, 33 397 no estado de São Paulo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Recenseamento Geral do Brasil 1940*, Série Nacional, vol. II. p. 14; Série Estadual, São Paulo, vol. I, p. 10).

livros direcionado aos compatriotas como forma de gerar um rendimento extra à família. O espaço chama a atenção dos paulistanos interessados na língua germânica, fortalecendo-se nesta atuação de nicho até que a livreira se veja em condições de abrir sua primeira loja, na Rua da Consolação.

Felipe Mestre Jou possui uma trajetória particular neste conjunto. Ele é o único a chegar no Brasil após a II Guerra, quando a retomada do comércio importador está em alta, e vem ao país diretamente com o objetivo de abrir uma livraria. Mestre Jou não se vincula a uma comunidade chilena ou catalã, seu empreendimento se inicia como representante da Fondo de Cultura Económica, uma das principais editoras da América Latina, no Brasil. A representação se aproveitava da familiaridade dos brasileiros com o castelhano e do lugar que os centros editoriais do continente acabaram ocupando nas importações locais durante o conflito mundial.

Percebe-se nestes casos que as iniciativas partiam, muitas vezes, de pessoas inexperientes no ramo cultural e no comércio de livros. Esse era o caso dos Monteil: Paul era engenheiro têxtil e veio ao Brasil com a família para ocupar um cargo de direção em uma empresa francesa. Juliette era uma dona de casa. Desse modo, pesava positivamente sobre eles e seus contemporâneos, de um lado, o acesso facilitado às mercadorias, às redes de importação e a legitimidade social de pertencerem a uma comunidade estrangeira; e, de outro, as condições objetivas de empreender nos circuitos culturais que surgiam com as transformações da cidade, sob as quais o livro importado ganhava relevância. Em outras palavras, das políticas nacionais ligadas à importação às iniciativas de expansão do ensino no estado de São Paulo, estes homens e mulheres puderam vislumbrar a oportunidade de transformar algumas caixas de livros em estabelecimentos comerciais prósperos, especializados na venda de mercadorias importadas e propícios à formação de redes de sociabilidade que eram também um meio de conexão do público letrado com o exterior.

As mercadorias francesas ocupariam um lugar especial neste contexto, herdando uma longa tradição e uma presença de mercado que abordaremos com detalhes mais adiante. Por ora, devemos reter que ao fundarem sua livraria, Paul e Juliette Monteil já estavam vivendo na capital há cerca de dez anos e puderam compreender o movimento promissor da economia do livro nesta realidade urbana que os incitaria a investir recursos pessoais e financeiros para se tornarem se profissionalizarem dentro dela. E, se sua origem poderia facilitar a construção de relações econômicas e simbólicas no setor, e na

sociedade paulistana, o casal se aproveitaria desse fato como outros livreiros-migrantes o fizeram.

Diante disso, o primeiro contrato social da Livraria Francesa é firmado em 20 de fevereiro de 1947. A sociedade se inicia entre Paul-Jean Monteil e João Guilherme de Oliveira Costa com um capital de Cr\$ 20.000 – 15 mil para o primeiro e 5 mil para o segundo. A data coincide com o relato que ele faz sobre sua primeira viagem à França para a compra de livros, onde permaneceram por quatro meses. Quando de seu retorno, em uma pequena sala na Rua Benjamin Constant, número 77, 9º Andar, nº4, começa a funcionar a Sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileiro: “[...] de responsabilidade limitada, com sede nesta praça para o comércio de importação de livros, revistas, jornais, quadros, objetos de arte e mais artigos [...]”<sup>67</sup>.

Percebe-se pelos registros administrativos que o funcionamento da Sociedade de Intercâmbio em seu primeiro ano foi bastante embrionário. O livro-caixa não apresenta um volume significativo de transações e, possivelmente, parte delas tenha passado pela informalidade das tais “malas” carregadas de mercadorias que Paul Monteil trouxe pessoalmente de Paris. Os Cr\$ 20.000 do primeiro contrato social eram praticamente simbólicos se pensarmos que o último salário de Monteil como engenheiro foi de Cr\$14.000 ao mês. Mas o negócio não parou por aí. Em outubro de 1947, há uma primeira alteração contratual que registra a entrada de um novo sócio, Álvaro Bittencourt, e o aumento do capital para 100 mil cruzeiros<sup>68</sup>. Sendo assim, a Livraria passou a contar com o mesmo valor de investimentos empenhados por Paul Monteil em outras duas atividades nas quais esteve envolvido após deixar o emprego, um empréstimo ao jornal *Hoje* e uma parte na sociedade de uma gráfica, de nome Impressora Grafita, demonstrando a prioridade que o comércio passava a ocupar em sua organização financeira.

Ao final daquele ano, as vendas à vista arrecadaram um montante de Cr\$19.187,60, valor quase equivalente ao capital inicial investido, mas na apuração de seus lucros e perdas haverá um prejuízo de Cr\$ 18.700, e o estoque de livros importados ficará avaliado em Cr\$ 35.680,40.

---

<sup>67</sup> Arquivos Administrativos da Livraria Francesa. Contrato de Constituição de Sociedade, 20 de fevereiro de 1947.

<sup>68</sup> Divididas em cem cotas de Cr\$ 1.000,00, cabendo 34 a Paul Monteil, totalmente realizadas; 33 a Álvaro Bittencourt, apenas cinco integralizadas; e 33 a João Guilherme Oliveira Costa, também com cinco integralizadas. Monteil ocupa o cargo de diretor, Álvaro será o gerente e ambos terão direito a retiradas de *pro-labore* no valor de Cr\$2.000,00.



A empresa se organizava e Paul Monteil consegue angariar mais investimentos e pessoal. Em 1948, entram para a sociedade Catherine Hee, com o cargo de tesoureira, e Juliette Monteil, registrada como gerente comercial, aumentando o capital total da empresa para 250 mil cruzeiros<sup>69</sup>. Com o crescimento, a Livraria também muda de endereço e vai para a Rua Barão de Itapetininga, 275, 4º andar. As vendas atingem um volume expressivo, chegando à cifra de Cr\$ 458.361,69. O lucro realizado será de Cr\$19.431,30 e o valor do estoque de livros cresce consideravelmente, totalizando Cr\$257.362.

No ano seguinte, mais precisamente em março de 1949, novas alterações contratuais: Álvaro Bittencourt deixa a sociedade e os sócios que permanecem elevam o contrato da empresa a Cr\$ 400.000. Como sócio majoritário, Paul Monteil passa a deter 318 cotas de participação, e os outros sócios mantêm a participação anterior. No decorrer do período, o estabelecimento dava sinais de valorização com mais um ano de funcionamento lucrativo na ordem de Cr\$ 90.646,5, proveniente de um volume de vendas quase cinco vezes maior que em 1948, com a cifra de Cr\$1.068.910,70. O inventário dos livros fecharia em Cr\$425.628,20.

Entre 1947 e 1949, portanto, a Livraria Francesa passa por um processo de organização e de progressiva ascensão nas vendas e lucros. O crescimento no valor de seu estoque demonstra que os proprietários se preocuparam com a formação de um repertório de mercadorias para a construção de um empreendimento mais sólido que tivesse condições de atender a uma demanda variada do público. O valor de 1949 representa um total de 17 786 volumes, que salta para mais de 41 mil em 1950, e o estabelecimento vai se tornando uma livraria de grande porte em termos de acervo e com valores de movimentações financeiras consideráveis para o mercado paulista<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Divididas em 250 cotas de Cr\$ 1.000,00, cabendo 135 a Paul Monteil, totalmente realizadas; dezesseis a João Guilherme Oliveira Costa, com cinco integralizadas; 33 a Álvaro Bittencourt, Catherine Hee e Juliette Monteil. Paul Monteil continua no cargo de diretor geral as retiradas *pro-labore* ainda se mantêm no valor de Cr\$2.000,00, sendo que Catherine terá o direito a mais uma comissão de 2% sobre as vendas, Álvaro de 4% e Paul Monteil de 6%.

<sup>70</sup> Adiantamos que o estoque de mais de quarenta mil livros era muito significativo em comparação com outras empresas, mas ele será analisado com mais detalhe no item “Um Modelo de Livraria”. Não conseguimos obter dados comparativos para o faturamento da Livraria com estabelecimentos da mesma natureza. Um parâmetro possível para entendermos a proporção de seus lucros seria o próprio salário de Paul Monteil na Textillia em 1946, Cr\$ 14.000. Este seria o rendimento de um executivo na cidade de São Paulo, ou seja, correspondente à vida alguém com uma posição social e econômica de destaque. Os lucros da livraria em 1949 representam cerca de sete vezes este valor. Com relação ao valor de investimentos aplicados em seu capital social, o comparativo pode ser feito com os acordos indenizatórios da Textillia de Cr\$ 250.000, com o valor do imóvel de alto nível que Monteil possuía no Pacaembu, Cr\$ 400.000. Conseguimos ainda, encontrar alguns valores de livrarias importadoras da cidade no *Diário Oficial* em

Diante da consolidação da empresa, em 19 dezembro de 1949, às 17h<sup>71</sup>, Paul e Juliette Monteil inauguravam a nova e definitiva loja da Livraria Francesa em um imóvel de 800 m<sup>2</sup> – área total da loja mais o subsolo onde ficaria o estoque –, mudando-se do 4º andar para o térreo do Edifício Claudino, na rua Barão de Itapetininga, 275.

**Figura 7. Inauguração da Livraria**



“INAUGURADA A LIVRARIA DE INTERCÂMBIO FRANCO-BRASILEIRO – Foi inaugurada, anteontem, com um coquetel oferecido a seus frequentadores na Rua Barão de Itapetininga, 275, a Livraria do Intercâmbio Franco-Brasileiro. Esta grande organização vem imediatamente suprir a falta de livros franceses de todos os gêneros, possibilitando ao povo de São Paulo uma visão mais próxima dos acontecimentos científicos e artísticos da França e da Europa. Grande número de pessoas do nosso mundo intelectual e artístico estiveram presentes. No clichê, entre outros, o sr. Paul Monteil e sra., sr. João Guilherme de Oliveira Costa e sra. Mathilde Hee, todos diretores da Livraria de Intercâmbio Franco-Brasileiro e seus convidados” (Legenda original, Arquivo Pessoal Silvia Monteil. Recorte sem identificação).

A relação entre o centro “velho” e “novo” que, ressaltamos, não era de exclusão total entre os espaços, mas de orientação sobre a dinâmica de crescimento da cidade, se

---

1947. Em 1947, a Livraria LEIA registra uma alteração de contrato com elevação de seu capital inicial de Cr\$ 30.000 para Cr\$60.000; já a Livraria Parthenon possuía um capital social de Cr\$ 1.000.000. Ver: Imprensa Oficial, “Suplemento Executivo”, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, n. 158, ano 57, p. 47, 16.7.1947; Imprensa Oficial, “Suplemento Executivo”, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, n. 162, ano 57, p. 10, 20.7.1947.

<sup>71</sup> “INAUGURAÇÃO da Livraria Francesa”, *O Estado de S. Paulo*, Caderno Geral, p. 11, 19.12.1949.

expressa na trajetória urbana, comercial e simbólica da Livraria Francesa que devemos considerar para compreender a sua inserção na cidade. No primeiro endereço, à Rua Benjamin Constant, a livraria estava localizada no “centro velho”, em uma pequena sala de escritório que seria suficiente para armazenar a leva inicial de exemplares vindos de Paris e apresentá-los a uma clientela reduzida. A localização possivelmente oferecia um aluguel mais acessível em relação aos novos edifícios erguidos do outro lado do Vale, condição importante para um empreendimento que ainda contava com investimentos modestos. Ao mesmo tempo, vemos uma escolha estratégica do ponto de vista da integração com o circuito tradicional e consolidado que subsistia na região e que ainda contava com livrarias e sebos de referência<sup>72</sup>.

Quando questionada sobre o início da livraria, Madame Monteil lembra que próximo ao edifício em que se instalaram no ano de 1947 ficava a antiga livraria dos irmãos Del Picchia:

P: Os endereços da Livraria. Começou na Benjamin Constant?

MM: Eu acho que é Benjamin Constant, numa sala, perto de uma velha livraria (Deux Frères), que tinha dois rapazes bem conhecidos. A gente dava ponto lá, na livraria deles. Como se chamava?... Del Picchia? Não conheceram? A Livraria Del Picchia, que tinha...<sup>73</sup>

O mesmo estabelecimento é citado pelo editor Jacó Guinsburg quando recorda o momento em que conheceu Paul Monteil – antes de trabalhar com ele nos anos 1960:

Havia em São Paulo, junto à Catedral da Sé, uma livraria chamada Elo, localizada exatamente na Rua Regente [Senador] Feijó. Os donos eram os irmãos Del Picchia, primos do Menotti, um se chamava Arlindo, se não me engano. Lá, reunia-se, toda a tarde por volta das três quatro horas, gente como Rossini Tavares de Lima, Germinal Feijó, Oswald de Andrade... Esse pessoal todos passava por lá, “batia o ponto”, conversavam... E como eu era metido, passava por lá também. Em uma dessas idas à livraria, conheci o Monteil<sup>74</sup>.

A Rua Senador Feijó é uma via paralela à Rua Benjamin Constant e parece ter sido um espaço de convívio marcado pela geração modernista, um modelo cultural e do

---

<sup>72</sup> Um dos sebos mais importantes da cidade, o Ornabi, também estava situado na Benjamin Constant. Além disso, a Rua XV de Novembro – que concentrou o comércio “fino” da cidade até o início do século xx – ainda possuía oito livrarias, como as filiais da Civilização Brasileira e da Livraria Freitas Bastos em São Paulo, e a Livraria Martins – as três inauguradas nos anos 1930. Na Rua São Bento, havia a tradicional Livraria Teixeira. Marisa Midori Deaecto, *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*, São Paulo, Edusp, 2011;

<sup>73</sup> Juliette Monteil, GRUPEBRAE-IEA, *op. cit.*

<sup>74</sup> Em Armando Sérgio da Silva (org.), *Jacó Guinsburg: Diálogos sobre Teatro*, São Paulo, Edusp, 2002, p. 17, Jacó também se refere à livraria dos irmãos Del Picchia na Rua Senador Feijó.

comércio livreiro conhecido e frequentada pelo casal Monteil antes de abrirem sua livraria, como demonstram os depoimentos. Eles “batiam ponto” na loja dos irmãos Del Picchia assim como deviam circular em outros locais importantes do entorno, conhecendo, portanto, os pontos da região que ainda mantinham uma dinâmica de circulação favorável para abrirem seu primeiro escritório, apesar da relativa decadência do centro histórico.

Dois anos depois, diante de sua rápida evolução financeira, com o crescimento de investimentos e lucros, como vimos, a Sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileiro mudaria suas instalações para um edifício da Rua Barão de Itapetininga, no famigerado “centro novo”. Ainda era uma sala no 4º andar do número 275, mas a mudança se dava a partir da possibilidade de aumentar os riscos e aproximar a livraria da região mais valorizada da cidade, onde potencialmente circulava um público maior, com mais recursos e mais interessado no consumo daquelas mercadorias importadas. Cumpre notar que os registros administrativos da Livraria Francesa demonstram que ela compartilhou seu primeiro espaço na Barão com a livraria da Editora Guanabara Koogan – que chegou em São Paulo no ano de 1940 e teve sua primeira sede ficava na Rua Libero Badaró (Quadro 1). Não é possível saber qual a relação exata entre as empresas, mas é interessante observar que ambas se mudam para a região mais valorizada da cidade, para onde se deslocava sua dinâmica intelectual e cultural, dividindo os custos desta mudança e, possivelmente, tentando atrair clientes para o mesmo espaço<sup>75</sup>.

A transição do “velho” ao “novo”, bem como os sinais de envolvimento e cooperação entre os Monteil e outros livreiros atuantes na cidade são indicativos de um mercado que seguia os caminhos de (re) produção do espaço urbano, servindo-se dele para o bom desenvolvimento comercial de seus empreendimentos e também para que pudessem atuar como espaços de criação e mediação cultural, pois a sua proximidade física e simbólica fortalecia um verdadeiro circuito de atividades no centro da capital.

Dessa maneira, a Livraria Francesa amplia suas atividades entre estas vizinhas ilustres na Barão de Itapetininga, integrando esse movimento intelectual e dialogando

---

<sup>75</sup> Segundo Laurence Hallewell, *op. cit.*, p. 579, a editora Guanabara a editora ficou conhecida por edições técnicas de guias e dicionários, por ter publicado a obra de Stefan Zweig, escritor austríaco de origem judaica, os primeiros textos de Freud em português e, segundo Edgard Carone (*O Marxismo no Brasil, das Origens a 1964*, Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986, pp. 241-242), a editora também publicou autores russos e franceses. Também devemos notar que este período de proximidade entre as empresas sugere um ambiente de cooperação entre os empreendedores estrangeiros no mercado do livro paulista. Paul Monteil irá ter relações com outros membros da comunidade judaica em São Paulo, como o já citado Jacó Guinsburg e Boris Schnaiderman.

também com o perfil comercial que irá caracterizar a rua e seu entorno ao longo dos anos. Ligando diretamente a Praça Ramos à Praça da República, praticamente como extensão do Viaduto do Chá, a Barão era uma das ruas mais elegantes e cobiçadas à época. Seus edifícios altos simbolizavam essa posição de destaque e abrigavam escritórios de empresas e profissionais liberais, agências de publicidade, pequenos órgãos de imprensa etc. Era considerada a Via Veneto de São Paulo, em referência à luxuosa rua de Roma<sup>76</sup>, e trazia para o “centro novo” a referência que um dia a Rua XV de Novembro cumpriu no triângulo histórico, onde, não podemos esquecer, a célebre Livraria Garraux permaneceu por décadas.

O *status* privilegiado daquela via oferecia visibilidade e agregava capital simbólico aos estabelecimentos. A elite e seu alto poder aquisitivo constituíam o primeiro polo de atração para as atividades econômicas nesta área e, naturalmente, uma livraria especializada em importação e com artigos em língua estrangeira buscava esse público. Contudo, em uma cidade que crescia de modo exponencial em termos demográficos, rapidamente os interesses do capital imobiliário agem no sentido de ampliar o acesso e uso do centro, mantendo suas características de valorização e adaptando-se a novos padrões de comportamento que incorporavam os grupos sociais emergentes compostas por funcionários públicos, empregados do comércio, pequenos e médios proprietários, profissionais liberais, buscavam acessar bens materiais e um modo de vida com referência ao moderno: “As transformações que vêm ocorrendo por aqui refletem a entrada na cena social de uma classe média que vem tendo funções diversificadas e ampliadas”<sup>77</sup>.

Ao lado da Barão, Marconi e 7 de Abril, destacavam-se as ruas Cel. Xavier de Toledo, Dom José de Barros, 24 de Maio, as avenidas São Luís e Ipiranga e as praças da República e D. José Gaspar, que concentravam a oferta de serviços e comércio, os espaços de lazer, os lugares da boêmia, as sedes de meios de comunicação etc. Desse modo, a passagem da população pelas livrarias poderia ser seguida ou antecedida de um programa no Teatro Municipal, das aulas na Escola Normal Caetano de Campos, de um dia de trabalho nos tantos escritórios dos edifícios que adensavam a região, como o que abrigava os Diários Associados de Assis Chateaubriand – onde se iniciaram o Museu da Arte Moderna<sup>78</sup>, o Museu de Arte de São e o Centro de Estudos Cinematográficos – ou, como

---

<sup>76</sup> Lúcia Helena Gama, *op. cit.*, p. 95.

<sup>77</sup> *Idem*, p.162.

<sup>78</sup> A fundação do MAM está mais associada à figura de Ciccilo Matarazzo, contudo, Chateaubriand também compunha o grupo de fomentadores do novo museu e “mediante a módico aluguel, [entregou] a ala direita

não poderia faltar, de um drinque ou um café em endereços como o Pari Bar e a Confeitaria Vienense.

---

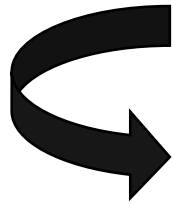
do edifício dos Diários Associados a Cicillo, para que ali instale seu Museu de Arte Moderna” (Lúcia Helena Gama, *op. cit.*, p. 126).

**Figura 9. Rua Barão de Itapetininga, 1912**



Fonte: Henrique Siqueira (org.), *Aurélio Becherini*. São Paulo, Cosac Naify, 2009.

É visível o contraste das transformações na infraestrutura urbana, na paisagem e no cotidiano de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Em menos de 30 anos, a Rua Barão de Itapetininga perde sua referência pacata e bucólica para se tornar uma via asfaltada, com tráfego intenso de pessoas e automóveis, delineada por edifícios e estabelecimentos comerciais em toda sua extensão.



**Figura 8. Rua Barão de Itapetininga, anos 1940**



Fonte: Acervo Fotográfico Instituto Moreira Salles.

Em um raio mais amplo do “centro novo”, nos bairros de Vila Buarque, Santa Cecília e Consolação<sup>79</sup>, encontravam-se as áreas residenciais da classe média em ascensão e o surgimento de diversas instituições de ensino que contribuíam para fazer da região um reduto de convívio entre esses setores e a juventude em formação, como Alfredo Bosi nos recordou. Foi na Vila Buarque, inclusive, que os Monteil passaram a residir – na Rua General Jardim, número 51 – após a venda de uma casa na Rua Angatuba, situada no bairro do Pacaembu. Essa paisagem intermediária do ponto de vista social é representativa de algumas mudanças que tiveram de assumir em sua vida, inclusive financeiras, para organizar a livraria. Eles abriram mão do conforto de uma casa ampla em um bairro rico e exclusivamente residencial para viverem nesta nova realidade. Se, por um lado, a mudança poderia significar um sacrifício, por outro, era uma atitude necessária e benéfica para a nova atividade profissional, já que, com isso, aproximavam-se de seu local trabalho e, principalmente, da atmosfera sociocultural que nutriria seu comércio. Viver e conhecer essa São Paulo eram pontos fundamentais para crescer com ela e nela criar referência.

Até o fim de 1949, não podemos nos esquecer, estamos ainda em uma sala de escritório, com dimensões e visibilidade limitadas. É verdade que muitas livrarias funcionavam em edifícios naquela época, configuração que não impedia o seu sucesso e que o público frequentasse seus espaços com regularidade. No entanto, à medida que a Livraria Francesa crescia, inclusive fisicamente, por conta de seu estoque, era possível e talvez necessário ampliar a relação com os clientes e com a cidade. Desse modo, acaba se concretizando a mudança para as instalações definitivas na Rua Barão de Itapetininga, 275, térreo.

A entrada da Livraria Francesa neste endereço definitivo<sup>80</sup> ainda assim era discreta. Encontrava-se nos fundos do corredor de acesso ao edifício, quase como um portal que retirava os transeuntes da atmosfera tumultuada do centro da cidade e os levava a um pequeno refúgio francófono. Internamente, o imóvel espaçoso não deixava de ser acolhedor, com dezenas de prateleiras de madeira maciça encostadas junto às paredes, de modo a conformar uma área central onde os clientes podiam circular e se reunir em pequenos grupos, e havia também poltronas e algumas mesas para consultas e leituras individuais no mezanino. Além disso, a livraria contava com uma sala de exposições de

---

<sup>79</sup> Surgem no processo de adensamento da região central e do novo avanço do capital imobiliário baseado nas diretrizes de verticalização nos anos 1940. Ver: Raquel Rolnik, *op. cit.*, p. 120.

<sup>80</sup> A Livraria Francesa permaneceu 73 anos na Rua Barão de Itapetininga, 175. A mudança foi realizada em 2021 diante dos impactos da crise sanitária provocada pela Covid-19.



arte que sobreviveu até 1955 e, ao que tudo indica, tinha uma projeção significativa na cidade e fora dela<sup>81</sup>, acolhendo artistas jovens e nomes mais conhecidos, como Di Cavalcanti<sup>82</sup>.

A convivência entre livros e outras atividades culturais expressa a preocupação de manter um espaço diverso de produção daquela dinâmica urbana. Ou seja, a livraria não deveria ser apenas um estabelecimento de passagem, como confirmam diversos depoimentos de seus frequentadores que a viam como um lugar de trocas pessoais e formação. Nesse sentido, o espaço e as mercadorias presentes nesta livraria especializada deveriam ir de encontro aos interesses intelectuais, pessoais, profissionais e também dos debates políticos que de diferentes maneiras buscavam construir um projeto de desenvolvimento para São Paulo.

### ***Meio Intelectual, Cultura e Política***

A perspectiva de progresso que construía a metrópole paulistana acompanhou uma importante reorganização da democracia brasileira através da oposição ao Estado Novo e dos eventos que levaram à sua queda em 1945. Ela se confundia com a luta internacional contra o nazifascismo e o desenrolar da II Guerra. Desse modo, os traços tão otimistas das transformações da cidade, de sua vida cultural e intelectual, não se produziram em um terreno neutro; elas expressaram posicionamentos e disputas sobre o modelo de modernização em curso:

A época. É bom insistir, Segunda Guerra Mundial, meus colegas expedicionários lutavam na Itália e nós, meninas da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, sob a responsabilidade da 2ª Região Militar, fundamos a Legião Universitária Feminina da Defesa Passiva Antiaérea.

A coisa então é mesmo séria, observou minha mãe quando me viu chegar vestindo a severa farda cinza-chumbo (no estilo militar) para fazer a ronda noturna em noite de blecaute. Para aliviar a tensão, tinha continência em meio de caretas porque sabia bem o que ela estava pensando. E se o Eixo vier nos bombardear?

---

<sup>81</sup>Aracy Amaral, “A Morte da Galeria”, *Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro), Ano VII, n. 1571, p. 3, 28.2.1955, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083\\_01&pagfis=20181](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pagfis=20181). A notícia de fechamento da galeria da Livraria Francesa é motivo desta pequena nota na imprensa carioca.

<sup>82</sup> Acervo Estadão. *O Estado de S. Paulo*, 21.9.1952.

Não veio. Veio, sim, naquela tarde a polícia para dissolver a passeata dos estudantes contra o Estado Novo, esse bem mais próximo do Eixo<sup>83</sup>.

Lygia Fagundes Telles relembra o dia em que relatou o episódio político estudantil ao escritor Mario de Andrade. Tomavam um chá, em uma tarde de 1944, na Confeitaria Vienense – Edifício Paz, Rua Barão de Itapetininga, 262. O encontro é ilustrativo dos hábitos e lugares onde duas gerações trocavam experiências e partilhavam posicionamentos nesta São Paulo cultural, pois, apesar das diferenças de idade e formação, eram igualmente impactados por “uma civilização que periclita [...] como na atual luta contra o fascismo”<sup>84</sup>. Além do encontro pessoal, havia por trás desta conversa a convergência de uma nova perspectiva para a prática intelectual que assumia o engajamento político. Devemos confess-lo para compreender também o que representavam as livrarias neste contexto urbano, ou como elas se relacionavam com esta dimensão de seu desenvolvimento.

Mulheres jovens, fardadas e organizadas em vigília contra um inimigo externo; estudantes em protesto contra o governo que os reprime pelas duas manifestações. O depoimento de Lygia Fagundes Telles nos revela que, entre livrarias, escolas e museus, as ruas de São Paulo também estavam marcadas pela politização. Por disputas de projetos que surgiam, muitas vezes, do interior daquela infraestrutura da superestrutura, contribuindo para formar uma arena de opiniões, ideologias e ações políticas na cidade.

A futura escritora evoca duas instituições da maior importância no contexto urbano que temos descrito: a Faculdade de Direito (FD) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Ambas pertenciam à recém-criada Universidade de São Paulo (USP), mas em um histórico distinto: com mais de um século de existência, a FD representava a tradição da cultura política e acadêmica local, enquanto a FFCL, fundada havia uma década, justamente no contexto de criação da USP, estava na vanguarda das inovações do ensino superior paulista e, por isso, mais associada às referências de modernidade exigidas pelas transformações da época.

O contexto político favorecia a formação de vínculos entre os membros daquela vida universitária incipiente, impulsionando, nas palavras de Heloísa Pontes:

---

<sup>83</sup> Lygia Fagundes Telles, “Durante Aquele Estranho Chá”, *Durante Aquele Estranho Chá. Memória e Ficção*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 18.

<sup>84</sup> Francisco Assis Barbosa, “Acusa Mário de Andrade, Todos São Responsáveis” [Entrevista com Mário de Andrade], em T. P. Ancona (org.). *Mário de Andrade, Entrevistas e Depoimentos*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1983, p. 109.

[...] o alcance das transformações que estavam ocorrendo ao longo das décadas de 1940 e 1950 no sistema cultural paulista, decorrentes em larga medida da introdução de novas maneiras de conceber e praticar o trabalho intelectual<sup>85</sup>.

Esta nova concepção decorria, principalmente, do caráter que a Faculdade de Filosofia deveria imprimir à instituição universitária como agregadora das ciências fundamentais sob as quais deveriam se organizar os demais institutos, escolas e faculdades. Embora tenha se originado dos princípios liberais da elite paulista, a FFCL ultrapassava este sentido fundacional, por um lado, devido à incorporação das classes médias na vida acadêmica e nas perspectivas de profissionalização dela decorrentes; por outro, pela especialização ligada às ciências humanas e sociais, disciplinas que carregavam uma conexão com a realidade na qual estavam inseridas<sup>86</sup>, por tirarem dela seus objetos de pesquisa e também de intervenção.

Diante disso, o espaço da FFCL passou a concentrar agitações diferentes daquelas que ocorriam a partir da tradicional Faculdade de Direito, criando um novo polo de resistência intelectual. Elas dialogavam, sobretudo no que diz respeito ao setor estudantil, nesse contexto urbano e institucional, inclusive porque neste momento ambas representavam a USP. Entretanto, a FFCL trazia características um pouco mais radicais para o setor que se mobilizava politicamente dentro da universidade.

Comunistas importantes figuraram em seu corpo docente, como o físico Mário Schemberg, e no corpo discente, que atuava nas entidades de classe, no grêmio estudantil, no cursinho preparatório e em outras atividades que lhe renderam o título de “A Vermelha”<sup>87</sup>. Ao longo dos anos, tornou-se também um centro importante para o nascimento da oposição de esquerda ao PCB que daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (EM), em 1947, contando com nomes proeminentes da primeira leva de universitários formados ali, como Antonio Candido, Florestan Fernandes, Paulo Emílio Salles Gomes.

Entre o Largo São Francisco e a Rua Maria Antônia, estes atores universitários renovavam os votos políticos da intelectualidade paulistana com a cidade. Ao falar de sua experiência a Mário de Andrade, Lygia expressava essa renovação compartilhando das

---

<sup>85</sup> Heloisa Pontes, *Intérpretes da Metrópole...*, p. 67.

<sup>86</sup> Sergio Miceli, “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais”, *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Sumaré, 2001, p. 94.

<sup>87</sup> Lúcia Helena Gama, *op. cit.*, p. 93. Em torno da FFCL organizava-se também o Curso Preparatório, onde estudavam os jovens saídos do colegial que pleiteariam vaga na faculdade. As alunas e alunos da Escola Normal também eram próximos do Grêmio Estudantil da FFCL.

questões contemporâneas com o mestre do modernismo, que, como outros de sua geração, via-se implicado naquela realidade. Em 1942, chamado para falar do modernismo na Casa do Estudante, ele dizia:

Si tudo mudávamos em nós uma coisa esquecemos de mudar: a atitude interessada diante da vida contemporânea. E isto era o principal! Mas aqui meu pensamento se torna tão delicadamente 83onfessional que terminarei esse discurso falando mais diretamente de mim. [...]

Não me imagino político de ação. Mas nós estamos vivendo uma idade política do homem, e a isso eu tinha que servir<sup>88</sup>.

O discurso repercutiu, especialmente pelo tom de politização com o qual o escritor o encerra. E outras falas suas se radicalizariam nesse sentido:

[...] não sou nenhum místico da liberdade de pensamento, mas estou convencido de que noções como essa ou como democracia implicam um certo número de princípios sem os quais elas deixam de existir. Não é possível a gente imaginar democracia sem opinião pública, assim como não é possível pensar liberdade de pensamento sem aquisição duma técnica de pensar [...].

Em momentos como estes não é possível dúvida: o problema do homem se torna tão decisivo que não existe mais o problema do artista. Não existe mais o problema profissional. O artista não só deve, mas tem que desistir de si mesmo. Diante duma situação universal de humanidade como a que atravessamos, os problemas profissionais dos indivíduos se tornam tão reles que causam nojo. E o artista que no momento de agora sobrepõe os seus problemas de intelectual aos seus problemas de homem, está se salvaguardando numa confusão que não o nobilita<sup>89</sup>.

Mário de Andrade sai em defesa da democracia e do engajamento intelectual, criando referência nos debates que levariam ao I Congresso Brasileiro de Escritores (1945) sediado no Teatro Municipal de São Paulo. O local do evento, símbolo do modernismo dos anos 1920, não poderia ser mais emblemático para o contexto de metropolização e dinamização das atividades culturais da cidade que temos descrito, reunindo gerações e representantes do setor vindos de todas as regiões do país.

Da Faculdade de Direito à Faculdade de Filosofia, das redações de jornais ao Teatro Municipal podemos notar que, assim como o comércio, as bibliotecas e cafés, a atividade político-intelectual acompanha a produção e consolidação dos territórios por onde avançava o desenvolvimento da infraestrutura metropolitana. Nesta dinâmica social e urbana, o “miolinho das livrarias” se torna um caminho obrigatório de passagem em

---

<sup>88</sup> Mário de Andrade, “O Movimento Modernista”, *Aspectos da Literatura Brasileira*, São Paulo, Livraria Martins Editora, p. 253.

<sup>89</sup> Francisco Assis Barbosa, *op. cit.*, p. 109.

meio aos estabelecimentos e instituições da cidade, do contato dos intelectuais entre si e da circulação de seus posicionamentos.

**Figura 10. Mesa de Abertura do I Congresso Brasileiro de Escritores, presidida por Aníbal Teixeira e coordenada por Sérgio Milliet**



Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/intelectuais-unem-se-pela-democracia>).

A mobilização de escritores, estudantes universitários e outros setores intelectuais ocorria paralelamente às mobilizações de rua que expunham as contradições e disputas do processo de metropolização da cidade de São Paulo. Na verdade, as duas esferas de discussão e ação estavam atravessadas pela mesma preocupação de retomada da democracia e definição de um modelo de desenvolvimento. Os edifícios públicos, as ruas e as praças ocupadas demonstram a relação entre engajamento e espaço urbano.

**Figura 11. “Quebra-Quebra” de 1947**



Manifestações contra aumento da tarifa dos transportes (Fonte: Fernando Protela, *São Paulo 1860-1960, a Paisagem Humana*, São Paulo, Terceiro Nome/Louveira, Albatroz, 2004, p. 206).

**Figura 12. Repressão à Manifestação da Greve Geral de 1953**



Fonte: Eliana de Oliveira Queiroz, *Memória Paulistana: 1940 a 1960*, São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1999, p. 8.

As tantas livrarias que surgiram em São Paulo nos anos 1940-1950 estavam envolvidas por esta atmosfera política. Para serem bem-sucedidas, não poderiam se limitar a uma atuação meramente comercial: cada uma delas deveria construir um perfil para se relacionar com os grupos atuantes na cidade, o que nos leva a refletir como e por que uma Livraria Francesa, postulando-se “A Mensageira do Pensamento Francês no Brasil”, poderia ocupar uma posição de referência neste meio politizado.

O contexto internacional tinha um peso significativo no envolvimento da sociedade e, especialmente, dos intelectuais. Estudantes, professores, escritores estavam sensibilizados pela luta antifascista, solidários com os territórios ocupados, como a França, e temerosos de sua expressão no autoritarismo do Estado Novo e de seus apoiadores. Sendo assim, as referências estrangeiras representavam diferentes posições de um contexto de resistência e, à medida que o conflito mundial se resolvia e a democracia aparecia no horizonte nacional, elas se desdobravam em diferentes perspectivas de reconstrução de uma ordem mundial, tensionando os países a se localizarem dentro dela. A realidade brasileira sofria com esta pressão, e os rumos a seguir ficavam vinculados às suas possibilidades de posicionamento.

Retomando a constatação de Ubiratan Machado sobre a presença de imigrantes na expansão do comércio livreiro neste período que, como vimos, teve um impacto em São Paulo, devemos entender que eles se tornam mediadores de uma produção intelectual em disputa nos seus lugares de origem e nos meios de recepção brasileiros. A Livraria Francesa contava com um histórico favorável da presença do livro e do pensamento francês no Brasil<sup>90</sup>, mas que poderia ser limitada e até reduzida diante da força adquirida por novos padrões de pensamento e comportamento.

A cultura e as mercadorias estadunidenses seriam os seus principais concorrentes. Desde a I Guerra, o *american way of life* invadia os hábitos culturais, o consumo e o lazer das populações nas grandes cidades. Ir ao cinema, ler romances policiais, comprar em lojas de departamento<sup>91</sup>, ter eletrodomésticos eram atitudes aparentemente banais, mas

---

<sup>90</sup> Antes da Livraria Francesa, outras livrarias francesas já haviam se estabelecido e criado referência no Brasil, tanto em São Paulo (Garraux, Gazeau, Bazar de Paris) como no Rio de Janeiro (Plancher, Garnier) e em outras capitais. Havia uma conhecida Livraria Francesa no Recife, em fins do século XIX e início do século XX. Essa tradição era fruto da hegemonia que a França conseguiu estabelecer nos padrões de comportamento e cultura da sociedade brasileira, reforçada pelas condições de formação de seus círculos intelectuais que falavam e liam em francês, estabelecendo desde cedo uma relação estreita com a produção intelectual e editorial daquele país.

<sup>91</sup> Estes hábitos também demarcavam o perfil e a produção do espaço urbano no período. A Avenida São João abrigava os principais cinemas de rua de São Paulo e era conhecida como a “Cinelândia” paulistana.



que estreitavam paulatinamente o vínculo entre o ideal de uma sociedade moderna e a referência *yankee*. Devido à sua posição geopolítica e econômica, São Paulo era um terreno privilegiado de atuação norte-americana, enfrentando-se com os padrões europeizantes que historicamente estiveram presentes na cultura local:

A Coca-Cola e a produção de Hollywood são apenas os porta-estandartes de uma escola que pretende profissionalizar, industrializar e criar novas funções dentro dessas atividades culturais e urbanas. [...] As resistências vêm de todos os lados, desde a burguesia até os trabalhadores descendentes de europeus; e os conflitos velados por vezes explodem com as máscaras do “tradicional” versus “moderno”, em que os primeiros se ligam à cultura europeia e os outros à americana. [...] <sup>92</sup>.

Apesar das contradições que possamos ver nesse discurso, a oposição Europa x EUA e a adesão às representações culturais que os respectivos lados implantavam no cotidiano das sociedades urbanas eram tratadas como expressões do alinhamento político dos indivíduos e grupos. Entre os liberais e a direita, aderir aos aspectos da modernidade difundidos pelos americanos significava aproximar o Brasil de sua hegemonia política e econômica, colaborando para impulsionar socialmente uma alavanca que faria o país alçar voo rumo à trajetória de uma potência<sup>93</sup>; já entre progressistas e a esquerda, tal aproximação só poderia ser vista como submissão ao imperialismo.

Segundo esta lógica, o referencial europeu comportaria um aspecto de resistência frente ao avanço da dominação à americana. Misturavam-se nesta visão um certo grau de saudosismo e, possivelmente, o orgulho das comunidades imigrantes presentes em São Paulo e em outros centros intelectuais do país, mas elas não bastavam para competir com a perspectiva de futuro colocada pelos padrões estadunidenses.

As referências europeias deveriam ressignificar a tradição, e o contexto paulistano proporcionou um espaço favorável para estes novos vínculos intelectuais, sobretudo com a França, ainda nos anos 1930, na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a criação da USP. A chamada “missão francesa” estruturou o quadro inicial de professores da faculdade<sup>94</sup>, marcando as primeiras gerações de estudantes e professores

---

Entre as lojas de departamento, é simbólica a presença da Mapping Stores no centro da cidade, inicialmente na Praça do Patriarca, ocupando, em seguida, um grande edifício moderno na Praça Ramos, em frente ao Teatro Municipal.

<sup>92</sup> Lúcia Helena Gama, *op. cit.*, p.177.

<sup>93</sup> Referência à teoria das etapas do desenvolvimento econômico e a ideia de *take off* formuladas pelo economista Walt Whitman Rostow.

<sup>94</sup> Alguns professores italianos e alemães também compuseram o primeiro quadro da FFCL-USP nos anos 1930, reforçando esse vínculo da elite paulista com a Europa.

universitários formados em São Paulo – aqueles jovens engajados na luta contra a ditadura estadonovista e que passavam a dividir o protagonismo da vida intelectual de São Paulo com representantes ilustres das gerações anteriores.

Se a intenção dos fundadores da universidade, liberais, era a de trazer um grupo civilizador dos hábitos locais, eles acabaram por recrutar profissionais que não se enquadravam exatamente no ideal de tradição francesa que esperavam:

Se até os anos 1930 [na França] as cadeiras de ciências sociais estão nas mãos dos “durkheimianos”, a partir de então a nova geração que se forma, principalmente, nos cursos de filosofia e letras vai desenvolver uma nova estratégia de atuação intelectual. Conhecido como “a geração da recusa” esse grupo se colocará explicitamente contra o *establishment* universitário [...]. As viagens aparecem, nesse contexto, como uma saída possível e, frequentemente, utilizada<sup>95</sup>.

Os mentores da FFCL eram parte da geração *des jeunes gens em colère*<sup>96</sup>, que, em início de carreira e com dificuldades de expressar suas posições, partiam para missões do governo francês no exterior. No Brasil, encontrariam um ambiente dinâmico para formar os estudantes brasileiros e, ainda, para formar aspectos determinantes de suas carreiras, não raro, olhando justamente para as transformações aceleradas do país nas áreas urbanas, em contraste com a vida de sociedades rurais, ribeirinhas e indígenas no interior deste vasto território.

Desse modo, a partir da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras a presença da cultura europeia, centrada na referência francesa, passa a ser ressignificada nos meios intelectuais paulistanos, atingindo novos setores sociais em uma instituição que, apesar das origens elitistas, rompia com algumas características de um tradicionalismo cultural para figurar como elemento de modernização. Como vimos, as gerações mais velhas de intelectuais não estavam totalmente apartadas dessa dinâmica modernizadora e, portanto, a atitude crítica dos universitários, escritores e artistas passava pela referência de mestres nacionais<sup>97</sup>; mas, em termos de recepção estrangeira, sua estrutura institucional, teórica e metodológica se pautou por uma relação entre ténue entre a tradicional relação com a

---

<sup>95</sup> Fernanda A. Peixoto, “Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras”, em Sergio Miceli, *op. cit.*, pp. 500-501.

<sup>96</sup> *Idem, ibidem*. Tradução: “jovens em revolta”.

<sup>97</sup> Aqui nos referimos à tríade consagrada por Antonio Candido como formadora de sua geração: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Ver: Antonio Candido, “O Significado de Raízes do Brasil. Prefácio à 26ª Edição”, em Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

França e as possibilidades de inovação contidas nesse vínculo, que se aprofundarão após a II Guerra Mundial<sup>98</sup>.

Essa marca teve implicações no ambiente político que envolveu a metrópole na segunda metade do século XX, participando, inclusive, da disputa de posições entre as matrizes europeias e o avanço estadunidense. A linha de formação da faculdade da Rua Maria Antônia rivalizava com a da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), primeira instituição de ensino superior a inserir o ensino das ciências sociais como disciplinas independentes de outras dos cursos de formação de bacharéis. Ela foi dirigida pela referência americana, especialmente, devido à presença de Donald Pierson em seu quadro de professores, a partir de 1939<sup>99</sup>. Não podemos opor as duas escolas de forma esquemática, inclusive porque alguns intelectuais brasileiros tiveram suas formações e atuação com passagem pelas duas instituições<sup>100</sup>, mas nelas se cristalizam concepções científicas distintas, intrinsecamente relacionadas aos referenciais implementados pelos professores estrangeiros.

Os franceses acabam sendo eleitos como mestres<sup>101</sup> da atitude engajada que irradia da FFCL para a vida universitária, interagindo com a dinâmica de produção do espaço urbano e com o esperado desenvolvimento de São Paulo. A política que se concretiza nas ruas da cidade em manifestações, campanhas eleitorais, “quebra-quebras” e greves se cruza com as ideias, os diferentes níveis de formação promovidas nos circuitos culturais e intelectuais da cidade e na estrutura que eles representam para as trocas pessoais e a organização coletiva.

Valendo-se deste cenário de formação e politização no qual o pensamento francês se fazia presente, a Livraria Francesa poderia se construir como um espaço de recepção dos autores, ideias e livros produzidos na França e mediação dos interesses, debates e ações dos pensadores brasileiros sobre esta referência estrangeira. A Barão de Itapetininga, 275 tornar-se-ia um ponto de passagem, parada, circulação e consumo na dinâmica da cidade.

---

<sup>98</sup> Questão a ser retomada no Capítulo 2.

<sup>99</sup> Não podemos esquecer que missionários estadunidenses fundaram a Escola Americana em 1871, instituição onde funcionariam alguns cursos de ensino superior ainda no XIX. Décadas depois, a escola daria origem à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Mackenzie, criada em 1947, e à universidade de mesmo nome, em 1952.

<sup>100</sup> Como Florestan Fernandes e Egon Schaden, por exemplo.

<sup>101</sup> Fernanda Areas Peixoto, *op. cit.*, p 478.

## 1.2. Um Modelo de Livraria

### *Estrutura Tradicional, Novas Ideias*

Das ruas de São Paulo, do centro velho ao novo, devemos agora entrar no universo que a Livraria Francesa construiu para os seus frequentadores.

A organização de uma livraria talvez seja uma das características mais reveladoras de seu papel no circuito de comunicação do livro<sup>102</sup>. Através dela, é possível explorar um repertório de ideias que, uma vez reunidas no mesmo espaço, devem formar conjuntos e certa identidade que lhes atribuam sentido e contribuam para colocá-las em circulação. Essa configuração não se dá apenas por atributos internos ao livro, ela passa também por escolhas e interferências externas que constituem o repertório mental de uma época e a condição do livro enquanto mercadoria: “a presença de certos volumes numa estante não é inocente e deriva, também, de condições históricas as mais diversas [...]”<sup>103</sup>. Como as estantes da “Mensageira do Livro Francês no Brasil” refletiam aspectos do ambiente mental daquela cidade em transformação?

Os inventários anuais da Livraria Francesa – iniciados em 1949 – trazem informações importantes para explorarmos esta relação. Desafortunadamente, eles não possuem a identificação dos títulos de livros, contudo eles são precisos nos registros das seções em que as mercadorias eram ordenadas dentro do estabelecimento do casal Monteil: a quantidade dos títulos em cada uma delas, o número de exemplares e os seus respectivos valores. À primeira vista, eles podem parecer apenas registros burocráticos, um tanto quanto “frios”, da variação de volumes e de títulos do estoque ao longo dos anos, mas um olhar atento poderá encontrar uma lógica ou algumas tendências de sua evolução.

De modo geral, pode-se dizer que a livraria iniciou suas atividades de modo bastante ousado no que diz respeito à formação de seu estoque. Comparando-a com algumas das principais livrarias na cidade de São Paulo no período, o número de livros disponíveis nos anos de sua formação é bastante considerável: 17 786 volumes no primeiro ano registrado e 41 534 em 1950, dados que oscilam nas décadas seguintes, como veremos, mas acompanham patamares dos maiores acervos da cidade. Entre os estabelecimentos importadores, sabemos que a Loja do Livro Italiano possuía um acervo

---

<sup>102</sup> Robert Darnton, “O Que É a História dos Livros?”, *O Beijo de Lamourette. Mídia Cultura e Revolução*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 65-78.

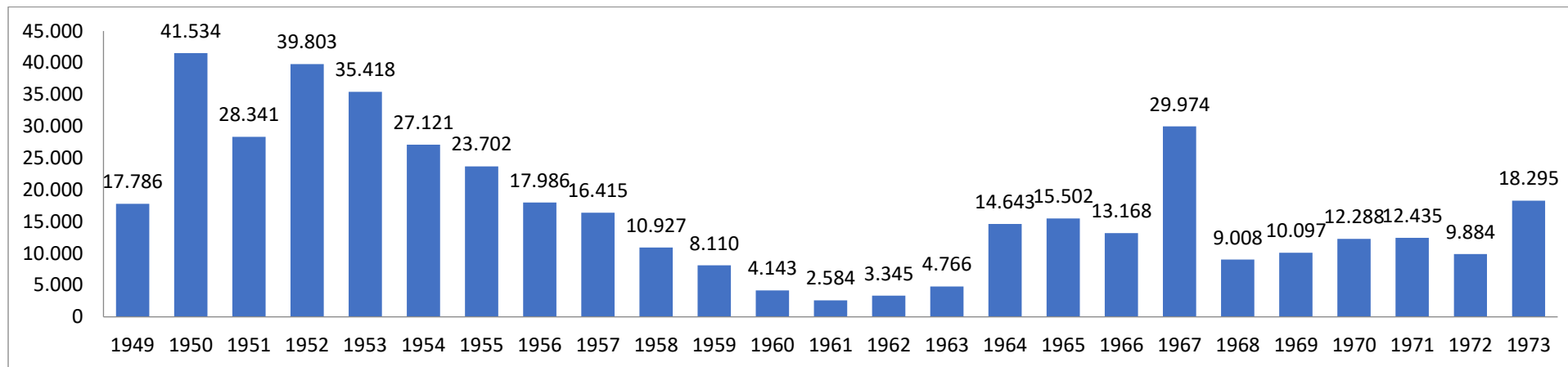
<sup>103</sup> Marco Morel, “As Revoluções nas Prateleiras da Rua do Ouvidor”, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial*, São Paulo, Hucitec, 2005, p. 36.

de dez mil volumes em 1943 e a filial paulistana da Livraria Kosmos tinha 25 mil livros; fora do setor voltado aos importados, a Civilização Brasileira possuía uma grande estrutura com quarenta mil livros. A Martins, fundada na capital paulista e referência de seu mercado, possuía sete mil<sup>104</sup>.

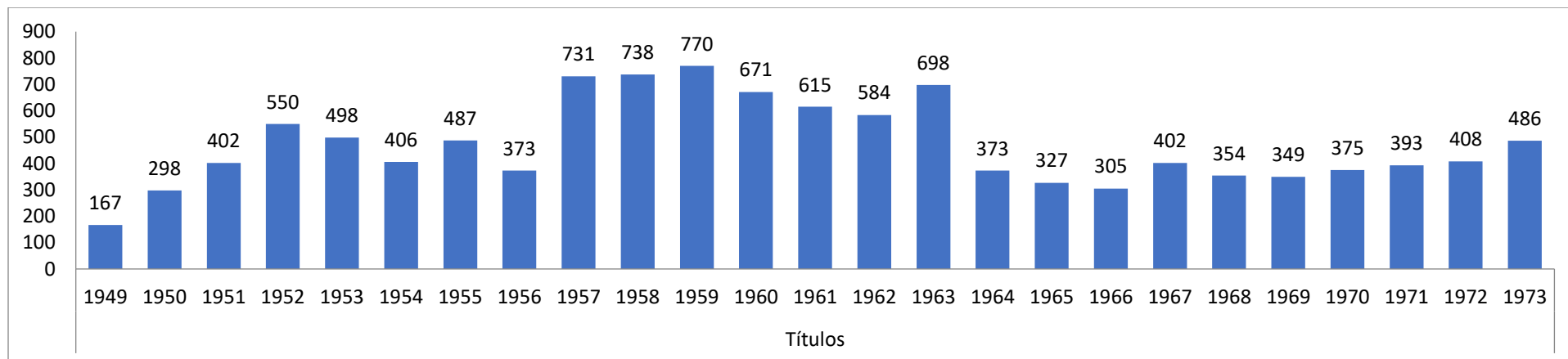
---

<sup>104</sup> Martin Gonçalves, *op. cit.*, pp. 34, 39 e 41.

**Gráfico 1. Livraria Francesa – Evolução dos volumes, SP, valores absolutos**



**Gráfico 2. Livraria Francesa – Evolução dos Títulos, SP, valores absolutos**



O primeiro movimento dos exemplares estocados (Gráfico 1), ainda nos anos 1950, segue uma tendência de redução. Em 1957 ele atinge, pela primeira vez, um número inferior ao primeiro ano inventariado, decaindo progressivamente, até apresentar um número bastante reduzido entre 1960 e 1963. O inventário voltará a crescer nos anos seguintes, entretanto sem atingir novamente, até 1972, os quarenta mil volumes apresentados<sup>105</sup>. Devemos notar, contudo, que a variedade de títulos segue uma curva de tendência inversamente proporcional à de volumes, atingindo seu auge no ano de 1963 (Gráfico 2).

Diversos fatores podem ser considerados para compreendermos a dinâmica desses dados quantitativos e como eles expressam as condições de funcionamento, escolhas dos livreiros, imposições conjunturais e outras características que definem o perfil da livraria e sua interação com a cidade. Podemos começar identificando como a Livraria Francesa sistematizou a distribuição desses volumes e títulos em suas prateleiras.

#### **Quadro 2. Organização da Livraria Francesa por Domínios Temáticos (1949-1973)**

<b>Seções da Livraria</b>	<b>Período</b>
<b>Medicina</b>	1949-1952
<b>Medicina e Cirurgia</b>	1953
<b>Medicina, Farmácia e Odontologia</b>	1954-1964
<b>Ciências Matemáticas</b>	1949-1952
<b>Matemática e Física</b>	1953-1964
<b>Ciências Sociais</b>	1950
<b>Ciências Sociais e Direito</b>	1951-1964
<b>Obras Técnicas e Científicas</b>	1964-1973
<b>Geografia</b>	1949-1950
<b>História</b>	1949-1950
<b>História e Geografia</b>	1951-1973
<b>Filosofia e Religião</b>	1949-1952
<b>Filosofia</b>	1953-1973
<b>Literatura</b>	1949-1973
<b>Literatura Infantil</b>	1949-1973
<b>Belas Artes</b>	1949-1973
<b>Dicionários e Escolares</b>	1952-1973

Fonte: Livro de Inventário (1947-1973), Livraria Francesa.

<sup>105</sup> O acervo da Livraria Francesa será considerado o maior estoque de livros franceses fora da França. Esse fato é destacado por Ubiratan Machado, *Pequeno Guia...*, p. 176, sem referência a datas, e aparece em duas reportagens a que tivemos acesso: na primeira é citada como a maior livraria da América Latina (Mathieu Lindon, “Claudia Monteil, Libraire Française au Brésil”, *Libération* (Paris), 23.12.1986), na segunda, contam-se trezentos mil títulos que a levariam a ser a maior livraria de São Paulo (Murilo Gabrielli, “A Francesa que Domina a Cena”, *Revista da Folha* (São Paulo), 9.8.1992). Sílvia Monteil nos relata que, há não muito tempo, acontecia de livrarias ou sebos franceses recorrerem a seu acervo para buscar livros com edições esgotadas na França.

Como se pode observar, a estrutura da Livraria se apresenta sob a forma de disciplinas do conhecimento ou grandes áreas. Ao lado delas, vê-se a “Literatura”, “Literatura Infantil”, “Belas Artes”, “Dicionários e Escolares”. Em cada período, as estantes da loja eram organizadas por nove seções.

A organização disciplinar não representa nenhuma novidade. Na verdade, ela constitui um modelo de livraria típico para o mercado brasileiro, que nasce muito atrelado a estruturas de ensino, como ocorreu em São Paulo. Uma das primeiras e principais livrarias da cidade no século XIX foi construída por Anatole Garraux em torno da Faculdade de Direito. O vínculo com a instituição era tão forte, e necessário, que alguns de seus catálogos se organizavam literalmente a partir da grade seguida pelos estudantes do Largo São Francisco<sup>106</sup>. A nomenclatura das seções na Casa Garraux ou em outras livrarias daquele período eram diferentes das que temos aqui, sobretudo, porque estavam arraigadas na tradição jurídica, no tradicionalismo da formação dos bacharéis, que justamente estava posto em questão neste momento de formação de uma cultura universitária. Mas há um modelo de negócio implícito que atravessou o século e pautava certa lógica de funcionamento do mercado de livros<sup>107</sup>, e sua adaptação pode ser compreendida no arranjo inicial da Livraria.

Entre 1947 e 1953, os domínios temáticos são reorganizados diversas vezes. A maioria das alterações parece considerar a expansão de determinado domínio temático com a justaposição de disciplinas afins. É o caso da área de livros de “Medicina”, que passa a ser organizada em conjunto com a farmácia e a odontologia; a “História” e a “Geografia”, que são unidas em uma mesma seção a partir de 1951; já as “Ciências Sociais” acabam dividindo prateleiras com o direito após 1950. Outro tipo de modificação se dá pela restrição do domínio temático a uma única disciplina, como no caso de “Filosofia e Religião”, que exclui a segunda área na referência da seção a partir de 1953;

---

<sup>106</sup> Marisa Midori Deaecto, *O Império dos Livros, op. cit.*. Essa situação foi vivida por outras livrarias que atuaram no surgimento de um mercado do livro em São Paulo, como a Livraria Teixeira, do “Velho Pontes”, a Livraria Italiana, de Bertolotti, a Annunziato, a Francisco Alves. Mesmo no início do século XX, o vínculo com a Faculdade de Direito era essencial, ao ponto de o fundador da Livraria Acadêmica, Joaquim Inácio da Fonseca Saraiva, ser uma referência na cidade e conhecido pela alcunha de “Conselheiro Saraiva”, literalmente pelo apoio e pelas conversas que tinha na proximidade com os jovens estudantes. Sobre essas livrarias ver: Raimundo de Menezes, “As Primeiras e Mais Antigas Livrarias de São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo), vol. CLXXXII, ano XXXIII, jul.-dez. 1970.

<sup>107</sup> É preciso notar que nos anos 1930, quando a produção nacional de livros vive uma experiência de crescimento significativa e as importações de livros americanos começa a despontar, livrarias nacionais, como a Martins (1937), aproveitam-se da dinâmica favorável do mercado e fundamentam suas atividades na dinâmica estabelecida pela fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934).



ou das “Ciências Matemáticas”, que se torna mais restrito pela especificação das disciplinas, abandonando a ideia geral de “ciências”, para a definição disciplinar “Matemática e Física”.

Em ambos os casos, é possível ver um critério prático de ordenação, especialmente no que diz respeito à grande quantidade de livros contíguos às referidas seções que poderiam ficar dispostos em conjunto – como um livro de anatomia, para o primeiro grupo, um livro de formação da Palestina, para o segundo, ou um de teoria política, para o terceiro. A afinidade dos temas e sua disposição física na loja passam por critérios estratégicos do funcionamento da Livraria, definidos pelas escolhas do livreiro e de seu corpo de funcionários, para melhor utilizar o espaço, facilitar a busca dos clientes e, ao mesmo tempo, atender às expectativas de venda. A organização das mercadorias e das ideias que aportam opera, por um lado, como um mecanismo de atração dos interesses e da visibilidade das obras, por outro, como proposição aos clientes e interessados em mergulhar num determinado espaço da Livraria e efetuar suas buscas menos direcionadas.

Revelando aspectos de conteúdo, disposição física e circulação no estabelecimento – dos livros e das pessoas –, é possível dizer que a organização da Livraria cria uma imagem de seu acervo, vínculos espaciais e simbólicos de seu conteúdo. Desse modo, nos perguntamos: como os domínios temáticos da Livraria Francesa deviam ser apresentados para se tornarem interessantes? Eles impõem a visão dos livreiros aos clientes, ou o estabelecimento se adapta em função da demanda trazida por eles?

Quando o domínio temático é ampliado, pela união de disciplinas, o critério de delimitação dos livros não adota nenhuma hierarquia. Ou seja, é estabelecido um compartilhamento do espaço físico e simbólico que elas ocupam na Livraria e ele se expressa na nova denominação. Já no processo de exclusão ou especificação é possível identificar o estabelecimento de prioridades na forma com a qual determinado conjunto de livros é apresentado ao público. Mesmo sem saber se algum título foi excluído desses grupos, as mudanças sugerem a necessidade de, primeiramente, evidenciar as disciplinas (Filosofia, Matemática e Física) e, com isso, destacar determinadas obras em detrimento de outras, ou de imprimir a alguns títulos uma nova identidade. Pode-se dizer que livros de religião continuariam ao lado dos livros de filosofia, no entanto, o que se valoriza na apresentação é o fato de pertencerem a essa área do conhecimento, ou conformarem um grupo subjugado a ela. Um livro de estatística não seria mais parte constitutiva de um campo amplo de “ciências”, mas sim matéria auxiliar da física e da matemática.

Nesse ponto, a classificação das mercadorias leva a uma visão de mundo, o conhecimento, suas delimitações disciplinares e a convivência que estabelecem ou não dentro da estrutura de uma comunidade intelectual<sup>108</sup>. Ela remete à relação entre o modelo de livraria, que já se comentou, e as alterações na superestrutura, nas ideias e instituições que dinamizavam a cultura e a formação no século XX. O processo de construção dos domínios temáticos se constrói em sintonia com a organização dos cursos universitários e faculdades da época.

Tomando como exemplo a Universidade de São Paulo, sabemos que “História e Geografia”, assim como “Matemática e Física”, eram disciplinas que constituíam um mesmo curso de graduação. As “Ciências Sociais”, que antes eram uma disciplina do direito, também passavam ao protagonismo de constituírem uma área da FFCL, núcleo da vida universitária, e gozavam do título de modernizadoras do tradicionalismo na formação dos bacharéis. A “Medicina, Farmácia e Odontologia” também continha a ligação dos cursos de Farmácia e Odontologia, que integraram a mesma faculdade dentro da USP até a década de 1960; além disso, firmavam diálogo através de disciplinas comuns – como anatomia, cirurgia – e nas aulas e práticas ministradas no Hospital das Clínicas (inaugurado em 1944).

Podem-se considerar, ainda, as seções da Livraria Francesa que, desde o seu início, não sofrem nenhuma alteração: “Literatura”, “Literatura Infantil” e “Dicionários e Escolares”. Podemos tomá-las como áreas mais tradicionais e, por isso, mais estáveis, do ponto de vista de sua relação com o público. Nesse sentido, a literatura francesa e os materiais de apoio à escolarização também ocupam um lugar nesse modelo de livraria e no desenvolvimento das instituições de formação e cultura. Esses livros corresponderão a demandas de interesse geral e serão beneficiadas pela expansão do ensino em São Paulo, com impacto direto na demanda do livro francês, pois o idioma será uma disciplina obrigatória do nível secundário até o final dos anos 1960. Sem dúvidas, a exigência institucional contribuía para reproduzir e ampliar a referência da língua e da cultura

---

<sup>108</sup> Aqui tomamos por analogia a ideia formulada por Antonio Candido em “A Literatura na evolução de uma Comunidade”, *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976. A partir da produção literária, o autor ressalta como a formação e o modo de produzir de uma comunidade de intelectuais estão intrinsecamente ligados às condições em que se produz a sua “vida social” (p. 142). As afinidades e, sobretudo, “a comunhão de meios expressivos” permitem a comunicação entre os sujeitos envolvidos na atividade intelectual (p. 139). A ordenação dos livros, a partir de áreas do conhecimento específicos, definidas e agrupadas segundo a uma época, revelam características destas formas de expressão, identidade e comunicação.

francesa no processo de formação escolar, fato que se espalhava para outros espaços e hábitos da vida cotidiana na metrópole.

A organização da Livraria, suas reformulações e adequações demonstram uma possibilidade de síntese de seu conteúdo e também da disposição física que os livros podem adquirir. Ela parte da interação com a comunidade intelectual, entendida de maneira ampla, e, através dos sujeitos envolvidos em seu funcionamento, capta a demanda externa, ao mesmo tempo que elabora formas e condições de apresentá-la ao público. Lidar com esse mecanismo, que parece simples, dependia de sua boa interação e sensibilidade com as várias esferas que envolvem a circulação de ideias e o livro enquanto seu instrumento.

### ***Uma Intervenção Inesperada***

Uma última alteração das seções da Livraria Francesa nos chama atenção: a partir de 1964 algumas categorias de livros desaparecem de suas estantes; na verdade, elas deixam de existir separadamente para converter-se em uma seção genérica de “Obras Técnicas e Científicas”. À primeira vista, essa seria uma movimentação similar às outras, em que se optou por criar um guarda-chuva temático de áreas afins. Ocorre que a referida fusão abarcou as antigas seções de “Medicina, Farmácia e Odontologia”, “Matemática e Física” e “Ciências Sociais e Direito”, fato que gerou um estranhamento imediato, pois era no mínimo intrigante tentarmos entender qual critério mercantil, biblioteconômico ou temático teria levado a essa escolha<sup>109</sup>. A nova apresentação não condizia com os critérios adotados anteriormente, pois, em outros arranjos de aglutinação dos domínios temáticos, o critério utilizado mantinha um alinhamento entre disciplinas e cursos universitários ou uma coerência mínima de repertório ao qual se referiam – exatas, humanidades, biológicas ou saúde, por exemplo.

Diante dessa situação, o primeiro questionamento foi pensar se estas disciplinas não teriam saído do foco de atendimento da Livraria, sendo suprimidas, ou genericamente organizadas, devido à redução significativa dos volumes. No entanto, essa hipótese não se confirmou através dos dados: comparando os quantitativos dos anos de 1963 e 1964,

---

<sup>109</sup> A classificação se assemelha à atual subseção “livros técnicos, científicos e profissionais” utilizada pela Câmara Brasileira do Livro. Conferimos alguns materiais para aferir os critérios da época, tais como o *Anuário Brasileiro de Literatura* e a *Revista do Livro* e as divisões não correspondem à categoria utilizada pela livraria a partir deste momento. No modelo francês, as ciências sociais também não se enquadram nesta denominação, sendo normalmente agrupadas com outras áreas de humanidades sob a denominação *Sciences Humaines et Sociales*.

houve não apenas uma somatória dos volumes individualmente registrados nas áreas de um ano para o outro, como a sua ampliação: verificou-se que em 1963 as três seções contavam 1 132 volumes, enquanto em 1964, já sob a nova nomeação, perfaziam 2 808. A variedade de títulos, por outro lado, decaiu bastante, de 204 em 1963 para sessenta em 1964. Mas essa movimentação acompanha o restante das seções da livraria, que no geral terá um aumento de três vezes no tamanho de seu estoque, em volumes, mas com uma redução de títulos pela metade nestas datas.

Uma vez descartada a primeira hipótese, foi necessário refletir sobre outros possíveis critérios qualitativos da nova combinação seções. Formalmente, ficava nítido que a categoria “ciência” foi o denominador comum entre elas, contudo, pensando que em uma livraria a disposição dos livros deve organizar as buscas dos leitores e direcioná-los às áreas de seu interesse, a generalização de ciência nesse nível não contribuía nem para o atrativo de vendas, nem para a localização das obras. Mesmo pensando nas grandes áreas do conhecimento que estão estabelecidas no senso comum, teríamos três grupos distintos: ciências biológicas, humanas e exatas e, sob esse critério, “Ciências Sociais e Direito” se casariam melhor com Filosofia e/ou História e Geografia, que foram preservadas enquanto seções específicas, mas não parece que a redistribuição se deu nesse sentido, pois a variedade de títulos nesses domínios temáticos também decaiu. Nesse caso, seria possível considerar que os livreiros ou os próprios frequentadores desejavam distinguir dentro das humanidades aquilo que poderia ou não ser considerado científico?

Não parece que as coisas tenham se alterado por esse motivo. Outras características desta inesperada mudança fizeram com que caminhássemos para uma análise diferente. A data desta alteração, o ano de 1964, colocou em evidência um aspecto novo aos critérios organizativos utilizados até então. Foi inevitável não associarmos o surgimento da nova seção de “Ciências” ao principal evento histórico daquele ano no Brasil: o Golpe Militar. A coincidência factual sugeria uma reflexão sobre a possibilidade de a conjuntura política interferir, direta ou indiretamente, no funcionamento da Livraria, em sua interação com o meio político e intelectual paulista.

Os atos que seguiram ao golpe de 1º de abril atingiram políticos eleitos, partidos, organizações, militantes de oposição, e logo se espalharam para outras instituições com potencial para organizar pessoas e divulgar ideias críticas, que passavam a ser consideradas como ameaça à ordem e ao bem da nação. Algumas universidades, por exemplo, foram alvo do novo regime já em 1964, como a Universidade de Brasília. O

mercado livreiro seria progressivamente atingido<sup>110</sup>, ao lado de outros veículos de comunicação impressa, de produção cultural e artística, rádios, programas de televisão. As livrarias se tornariam um alvo especial, pois se suas mercadorias deveriam ser fiscalizadas, repreendidas e, se necessário, tiradas de circulação, ao mesmo tempo, seus frequentadores poderiam se revelar como opositores, fosse na demonstração de interesses por determinadas obras e autores, fosse nas reuniões e ações que ocorriam em suas dependências<sup>111</sup>.

A nova organização das estantes da Livraria Francesa pareceu, então, ser fruto da consciência dos livreiros e seus funcionários frente às mercadorias com a qual trabalhavam e à projeção simbólica e cultural de sua loja na cidade de São Paulo.

Há indícios de que a loja da Barão de Itapetininga, 275 era vigiada por agentes da polícia política com certa regularidade. Nos arquivos do Dops, um documento intitulado “Rede Comunista”<sup>112</sup> apresenta a livraria dos Monteil em uma lista de nomes de pessoas e seus respectivos endereços; ela também é citada no relatório da moradia estudantil da USP, CRUSP, de 1968 como fornecedora de livros subversivos para a banca cultural da residência estudantil<sup>113</sup>. Finalmente, em um pequeno prontuário do gerente da livraria, o sr. Jean Lepeltier<sup>114</sup>, redigido quando este foi chamado a depor por conta de um prospecto da editora Seuil, recolhido por um vigia à paisana, constava a propaganda do livro de Carlos Marighella, *Pour la Libération du Brésil*<sup>115</sup>.

---

<sup>110</sup> Ao longo da ditadura foram feitas diversas intervenções diretas em livrarias e editoras envolvendo, especialmente, o confisco de livros. Após a instituição da censura prévia, em 1971, os órgãos da repressão passaram a proibir a publicação de determinados títulos, como atesta a pesquisa de Sandra Reimão, *Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar*, Universidade de São Paulo, Tese de Livre-Docência, 2011. Alguns documentos que consultamos no DOPS-SP demonstram a vigilância constante de estabelecimentos, como a própria Livraria Francesa, dos títulos em circulação no comércio e daqueles pertencentes às pessoas suspeitas ou detidas pela polícia: o documento 50-z-009-21.903 (Pasta 112) traz uma lista de livros subversivos vendidos na Livraria Edimax, no ano de 1970; o documento 50z-030-3698 (Pasta 031) cita livros recolhidos com detentos do presídio Tiradentes; os documentos 50z -33-213 e 50z-33-233, do ano de 1975, apresentam listas de livros proibidos de entrar em circulação.

<sup>111</sup> Para citar dois exemplos, lembramos que a livraria Civilização Brasileira no Rio de Janeiro sofreu com um atentado a bomba em 1968; e um grampo no telefone da Livraria Duas Cidades de São Paulo acabou por expor o paradeiro de Carlos Marighella na ação que levaria à sua morte naquele mesmo ano.

<sup>112</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. DOPS. “Arquivo Geral”. Doc. 30-7-c-2201.

<sup>113</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Social e Política. DOPS. Arquivo Geral. “Relatório IPM-CRUSP (1968-1969). Documentos 50-z-9-17920 a 50-z-9-17963. Citação está no documento 50-z-9-17955, p. 299.

<sup>114</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. DOPS. “Arquivo Geral”. Prontuário 128.174. Jean Lepeltier.

<sup>115</sup> Carlos Marighella, *Pour la Libération du Brésil*, Paris, Éditions du Seuil, 1970. O catálogo da Éditions du Seuil encontrava-se anexado ao prontuário do M. Lepeltier.

Além de explicitar a presença de um agente da repressão, as perguntas do depoimento reforçam a regularidade desta vigilância, que deve ter sido percebida ou de alguma forma incorporada ao cotidiano do estabelecimento. Conta-se que M. Lepeltier teria sido chamado no Dops em outra ocasião para justificar o conteúdo do livro *Les Principes des Bombes Hydrauliques*, uma obra de engenharia que teria sido tratada pelos agentes como um manual para a construção de bombas. Não encontramos evidências para tal depoimento, mas a história nos foi relatada em duas ocasiões<sup>116</sup> como uma anedota que circulava entre os frequentadores. Ainda que não seja verdadeira, a persistência na memória e o teor descontraído revela como os mais chegados especulavam de modo espirituoso sobre a presença dos órgãos de repressão.

De uma forma ou de outra era necessário lidar com as circunstâncias do período, e o desaparecimento da seção de “Ciências Sociais” aparecia entre piadas, pequenas prevenções e cuidados para manter a segurança daquele espaço. A funcionária Dayse recorda-se que os livros da editora Maspero<sup>117</sup> ficavam escondidos em uma estante específica, de acesso restrito, e não eram embrulhados em papel timbrado, para não deixar marcas em caso de apreensão com algum de seus clientes.

Estas evidências ampliam nossas possibilidades de olhar para os dados quantitativos dos inventários da Livraria Francesa. Aqueles números aparentemente tão frios e vazios de sentido, vistos por suas seções e confrontados ao cenário político também são reveladores da relação entre o estabelecimento livreiro e as contingências históricas que este teve de atravessar e, por que não, se contrapor.

Como já se falou, nos primeiros anos de funcionamento a livraria constrói um grande estoque, chegando a obter mais de 56 mil volumes no ano de 1952, dos quais quarenta mil estavam alocados na sede de São Paulo. A partir de 1954, vê-se uma queda nesses números, com especial intensidade entre 1957 e 1963, período que coincide com a alteração nas políticas de subsídio à importação de livros no Brasil, que serão comentadas adiante. Por ora, interessa analisar que, mesmo com uma baixa na quantidade de volumes nesses anos, a livraria conseguiu manter a maior variedade de obras, chegando a dispor de 770 títulos em suas prateleiras no ano de 1959. Nos anos que se seguem à Ditadura Militar, o quadro se inverte: há uma significativa elevação na quantidade de

---

<sup>116</sup> Depoimento do professor Gilberto Pereira Passos por ocasião de sua apresentação em evento do GRUPEBRAFI-IEA, Jornada “Relações Culturais Brasil/França no Pós-Guerra”, realizada em 15 de outubro de 2018 – IEA/USP. História também mencionada por Dayse, funcionária da Livraria Francesa.

<sup>117</sup> Veremos a seguir que a empresa fundada por François Maspero se destacava na categoria de “editoras engajadas” na França.

volumes, mas esta é acompanhada de uma grande queda na oferta de títulos, ou seja, o montante físico de mercadorias caminha em sentido inversamente proporcional às ideias que representam.

Esta tendência nos serve como termômetro da dinâmica intelectual dos respectivos períodos, sugerindo um paralelo entre o movimento da livraria e as alterações políticas vividas pelo país: em um momento de ebulição de ideias, amparadas pelo discurso democrático, ela pôde ofertar uma maior diversidade de conteúdos aos seus frequentadores, enquanto em um momento de controle e cerceamento teve de reduzi-los. Essa relação não é mecânica, já que as instituições de Estado nem sempre agiam diretamente sobre os estabelecimentos, seu estoque ou sobre a importação de livros, contudo, fica visível que o clima de constrangimento à liberdade de expressão recai sobre as atividades da Livraria Francesa.

Desse modo, a partir de 1964 seus responsáveis dispersam os livros de “Ciências Sociais” sob a categoria genérica de “Ciência” como estratégia para deixar menos visíveis as obras que poderiam ser tratadas como subversivas. Faltam-nos os títulos exatos dos livros inventariados para ter a dimensão das obras e autores que “desaparecem” junto da seção, mesmo assim, só o fato de observarmos a alteração organizativa associada à redução da variedade de exemplares disponíveis já nos permite reconhecer que boa parte dos livros que circulavam livremente em tempos anteriores tenha sido retirada das prateleiras da Barão. Ao menos daquelas que ficavam à mostra, como relembra Dayse, e como podemos imaginar pela configuração do imóvel, que possuía um subsolo para o estoque da loja. Com estas ações, mais ou menos preventivas, os livreiros se protegiam e protegiam os clientes que fossem buscar por mercadorias “ameaçadoras”.

Mais uma vez, o interior da Livraria Francesa dialoga e absorve as condições de seu entorno. Neste caso, não para definir seu perfil e sua referência dentro do circuito do “centro novo” de São Paulo, mas para adequá-lo à nova realidade política, driblando a vigilância e criando subterfúgios para manter sua relação com determinados grupos de leitores, intelectuais e favorecer a circulação de ideias que alimentavam estes espíritos críticos e engajados, como temos visto. A Francesa age como outras livrarias brasileiras do período, que se viram no papel de preservar suas atividades e os livros que vendiam como instrumentos, quase silenciosos, de *fermentação* de um novo contexto de liberdade.

### ***Difusão do Francês e Construção de um Perfil Humanista***

O modelo de livraria e as variações de sua organização estabelecem uma dinâmica para a circulação de mercadorias na loja da Barão de Itapetinga, 275 que compreende uma distribuição heterogênea de seu repertório de livros entre as áreas do conhecimento e seções determinadas ao longo do tempo. Entre critérios comerciais, acadêmicos e políticos ela demonstra porque as atividades da Livraria Francesa acabavam relacionadas à promoção de ideias que poderiam ser bem-vindas à democracia e vistas como ameaça em um regime ditatorial. Não seria um livro de anatomia ou de engenharia para construção de bombas hidráulicas – compreendido como tal – a causar inquietações desta natureza.

As listas de livros inventariados ainda nos permitem visualizar o perfil geral dos títulos que envolviam cultura, comunidade intelectual e política neste estabelecimento. Da relação entre o número de exemplares e de títulos registrados nos inventários é possível compreender a composição do estoque e como ele varia, ao longo das décadas, de acordo com as proporções ocupadas por seus domínios temáticos, reconstruindo metaforicamente as prateleiras da livraria em suas condições físicas e mentais. As primeiras definidas pelo quantitativo de volumes existentes, através dos quais podemos comparar o espaço ocupado pelos conjuntos de livros nas respectivas seções, e as segundas pela disponibilidade de títulos, representando a variedade na “oferta de ideias” em cada setor.



**Tabela 6. Evolução dos volumes, SP, por ano, por domínio temático (1949-1959)**

<b>Categoria</b>	<b>1949</b>	<b>1950</b>	<b>1951</b>	<b>1952</b>	<b>1953</b>	<b>1954</b>	<b>1955</b>	<b>1956</b>	<b>1957</b>	<b>1958</b>	<b>1959</b>
Medicina, Farmácia e Odontologia	158	410	273	258	604	460	721	605	797	501	318
Literatura Infantil	1.859	5.615	5632	2.589	2.945	3.765	2.515	2.122	2574	1.644	1.056
Belas Artes	2.107	8927	4.815	2.038	1.885	1.114	1.405	1.108	1.190	1.014	747
Filosofia	5.664	6.617	4.241	4.893	5.571	4917	3.672	2.349	2.289	1573	1301
Matemática e Física	2.210	1.677	1.135	3.969	2.780	431	1.200	1.181	1.508	848	649
Literatura	2.509	13.478	9.519	11.879	8.212	8.128	5.158	3.179	2.349	1.682	1.389
Ciências Sociais e Direito		779	778	3.836	2.332	1.652	2.516	2.386	2.164	1.420	995
História e Geografia	3279	4.031	1.948	3.847	3.206	2.215	1.852	2.321	933	626	515
Dicionários e Escolares	-	-	-	6494	7883	4.439	4663	2735	2.611	1.619	1.140
Obras Científicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17786</b>	<b>41534</b>	<b>28341</b>	<b>39803</b>	<b>35418</b>	<b>27121</b>	<b>23702</b>	<b>17986</b>	<b>16415</b>	<b>10927</b>	<b>8110</b>

**Tabela 7. Evolução dos volumes, SP, por ano, por domínio temático (1960-1970)**

<b>Categoria</b>	<b>1960</b>	<b>1961</b>	<b>1962</b>	<b>1963</b>	<b>1964</b>	<b>1965</b>	<b>1966</b>	<b>1967</b>	<b>1968</b>	<b>1969</b>	<b>1970</b>
Medicina, Farmácia e Odontologia	149	96	113	152	-	-	-	-	-	-	-
Literatura Infantil	588	281	258	438	1139	3204	1279	2690	890	1152	1171
Belas Artes	403	310	274	254	1254	1286	600	1008	429	476	632
Filosofia	568	359	492	789	1656	1456	1065	2655	832	830	846
Matemática e Física	401	208	269	426	-	-	-	-	-	-	-

Literatura	847	608	957	1356	5016	4031	4709	8750	2067	1836	1796
Ciências Sociais e Direito	251	239	358	554	-	-	-	-	-	-	-
História e Geografia	366	241	328	472	995	866	830	1555	531	515	550
Dicionários e Escolares	719	242	296	477	1775	1788	2045	7101	2477	4013	5770
Obras Científicas	-	-	-	-	2808	2871	2640	6215	1370	1275	1523
<b>Total</b>	<b>4292</b>	<b>2584</b>	<b>3345</b>	<b>4918</b>	<b>11835</b>	<b>12631</b>	<b>10528</b>	<b>23759</b>	<b>7226</b>	<b>8822</b>	<b>10765</b>
Legenda									1º	2º	3º

**Tabela 8. Evolução dos volumes, SP, por ano, por domínio temático (1970-1973)**

<b>Categoria</b>	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>
Medicina, Farmácia e Odontologia	-	-	-
Literatura Infantil	1126	761	1075
Belas Artes	686	458	1295
Filosofia	1037	839	1705
Matemática e Física	-	-	-
Literatura	1735	1556	2366
Ciências Sociais e Direito	-	-	-
História e Geografia	499	488	711
Dicionários e Escolares	5748	4768	9318
Obras Científicas	1604	1014	1825
<b>Total</b>	<b>10831</b>	<b>8870</b>	<b>16470</b>

**Tabela 9. Evolução dos títulos, SP, por ano, por domínio temático (1949-1959)**

Área do Conhecimento	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Medicina, Farmácia e Odontologia	9	22	29	30	35	30	40	27	61	62	62
Literatura Infantil	16	20	25	38	38	34	51	39	79	78	88
Belas artes	21	31	66	44	47	37	47	34	49	49	64
Filosofia	25	43	67	85	77	86	70	51	106	108	106
Matemática e Física	30	40	50	89	64	35	54	46	102	97	98
Literatura	30	64	81	110	111	93	100	81	159	164	164
Ciências Sociais e Direito	0	20	31	81	58	47	62	54	114	118	114
História e Geografia	36	58	53	73	68	44	63	41	61	62	74
Dicionários e Escolares (1957, enciclopédias)	-	-	-	80	70	54	70	50	90	92	87
Obras Científicas											
<b>Total de Títulos</b>	<b>167</b>	<b>298</b>	<b>402</b>	<b>630</b>	<b>568</b>	<b>460</b>	<b>557</b>	<b>423</b>	<b>821</b>	<b>830</b>	<b>857</b>

**Tabela 10. Evolução dos títulos, SP, por ano, por domínio temático (1960-1970)**

Área do Conhecimento	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Medicina, Farmácia e Odontologia	45	34	31	45	-	-	-	-	-	-	-
Literatura Infantil	79	62	59	75	54	50	41	47	44	44	47
Belas artes	48	49	44	45	35	39	38	56	57	57	61
Filosofia	82	83	79	97	77	71	58	65	54	51	55
Matemática e Física	85	74	74	78	-	-	-	-	-	-	-
Literatura	123	128	123	146	81	60	52	99	64	64	71
Ciências Sociais e Direito	95	75	71	81	-	-	-	-	-	-	-

História e Geografia	45	56	52	67	56	56	61	69	64	59	59
Dicionários e Escolares (1957, enciclopédias)	-	-	-	-	60	46	49	85	72	71	71
Obras Científicas	69	54	51	64	70	51	55	66	71	74	82
<b>Total de Títulos</b>	<b>671</b>	<b>615</b>	<b>584</b>	<b>698</b>	<b>433</b>	<b>373</b>	<b>354</b>	<b>487</b>	<b>426</b>	<b>420</b>	<b>446</b>

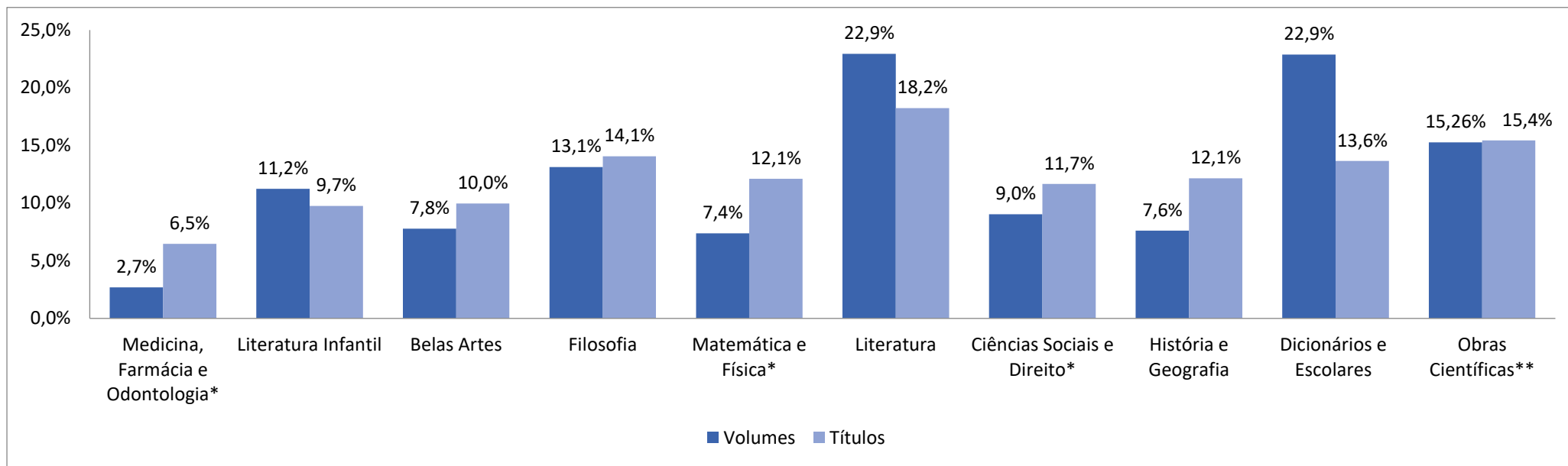
Legenda **1º** **2º** **3º**

**Tabela 11. Evolução dos títulos, SP, por ano, por domínio temático (1971-1973)**

Área do Conhecimento	1971	1972	1973
Medicina, Farmácia e Odontologia			
Literatura Infantil	48	50	67
Belas artes	62	58	86
Filosofia	65	65	72
Matemática e Física			
Literatura	75	81	79
Ciências Sociais e Direito			
História e Geografia	58	59	65
Dicionários e Escolares (1957, enciclopédias)	81	74	83
Obras Científicas	85	95	117
<b>Total de Títulos</b>	<b>474</b>	<b>482</b>	<b>569</b>

Legenda **1º** **2º** **3º**

**Gráfico 3. Livraria Francesa: Volumes e Títulos, por área, média para o período de 1949-1973**



\*somaram-se na seção "Obras Científicas" a partir de 1964.

\*\*valores a partir de 1964.

A literatura foi o principal setor em todo o período levantado (1949-1973), ocupando a dianteira do total de volumes inventariados, até o ano de 1968, e a maior variedade de títulos até 1964. Nos anos seguintes, a seção se mantém ainda como segundo ou terceiro maior conjunto de livros e títulos do estabelecimento.

O espaço ocupado por estas mercadorias nas estantes da Livraria Francesa reproduz uma realidade do mercado, pois a literatura acaba tendo um apelo comercial maior do que as demais categorias. O setor é capaz de atrair um público amplo e heterogêneo, do leitor descompromissado, aquele que possui o hábito da leitura como atividade de lazer sem as exigências de um conhecimento prévio ou formação especializada em determinado assunto, aos especialistas e eruditos, que, além de desfrutarem de uma leitura prazerosa, também podem utilizar as obras literárias como objetos de pesquisa e formação acadêmica. Em outras palavras, ainda que seja altamente complexa, filosófica e política, a literatura não possui rótulos pré-concebidos que a direcionem para um tipo de leitor, com habilidades específicas, por isso seu alto potencial de circulação.

Sem o acesso aos títulos que propriamente compunham a seção, não podemos afirmar se eram clássicos eruditos, populares, ou *best-sellers*, considerados de boa ou má qualidade pela crítica. No entanto, entendendo o lugar social da Livraria, podemos supor que o cânone da literatura francesa deveria estar entre essas obras, dado o referencial que ainda constituíam na formação da cultura letrada no Brasil do século XX. Além das universidades, que contavam com cursos de formação de professores na área, o francês esteve na grade curricular obrigatória do ensino secundário brasileiro até fins dos anos 1960. A literatura certamente era um subsídio importante para o ensino da língua e *civilisation française*, o que favorecia a formação contínua de leitores familiarizados com este repertório tradicional e de potenciais interessados nos lançamentos que eram anunciados em veículos de propaganda locais.

Atrás do setor literário, destaca-se a seção de “Dicionários e Escolares”, que disputa com “Filosofia” a segunda e terceira posição do estoque da Livraria Francesa até 1968. Nos anos seguintes, a primeira adquire um crescimento inequívoco, chegando a mais de 50% de seu acervo em 1973. Esse tipo de livro – gramáticas, manuais, vocabulários, almanaques e similares – também está relacionado à presença do francês nos diferentes níveis do ensino formal e ao contato deste público em formação com a literatura produzida na França.

No ano de 1968, a livraria realizou uma publicação que sistematizava todos os livros voltados ao ‘francês língua estrangeira (FLE)’, intitulada *Bibliografia Fundamental para o Ensino de Francês*. Em uma pequena introdução, lê-se:

Desde que se iniciaram as Jornadas Pedagógicas de Aperfeiçoamento de Professores de Francês, a Livraria Francesa tem podido participar ativamente, quer organizando suas exposições, quer fornecendo aos professores todo tipo de informação bibliográfica. A tal ponto que não se fala hoje da manifestação cultural sem mencionar o nome de Livraria Francesa.

É nesse espírito que elaborou sua *Bibliografia Fundamental* para os professores de francês – bibliografia que todos os anos é atualizada e completada por uma equipe de especialistas sob orientação de seu diretor (que reúne à função de livreiro-editor a qualidade de intelectual) e de professores abalizados.

Não veja, assim, o público, nessa bibliografia mero instrumento publicitário, mas o fruto de pesquisa cuidadosa e conscienciosa visando a expansão do ensino do francês no Brasil e procurando servir de contribuição para a cultura<sup>118</sup>.

As palavras apresentam uma livraria engajada em construir seu capital simbólico e comercial através de ações que promoviam a cultura francesa na cidade de São Paulo. Uma parceira estava implícita nesta bibliografia, pois as jornadas eram organizadas pelo Centro de Estudos Franceses, órgão criado em 1962 como anexo ao Departamento de Letras da USP<sup>119</sup>: a instituição central para a manutenção da referência estrangeira no processo de metropolização da capital, como vimos, tornava-se também um centro multiplicador de seus usos.

Não é difícil relacionarmos a *Bibliografia* com a composição, tamanho e importância da seção “Dicionários e Escolares” no acervo da Livraria Francesa, seja pelo esforço de divulgação que ela representa, seja pelo caráter do evento cultural em que era produzida e constantemente atualizada. Com ela, nos aproximamos um pouco das obras que possivelmente preenchiam aquelas prateleiras com livros de metodologia e ensino

AUDAUBERT – Do Francês ao Português, Difel  
BARRENT – Méthode de Prononciation du Français, Didier  
BONNEROT – Chemins de la Traduction, “  
CASSIRER – La Télévision et l’Enseignement, A. Colin  
[...]

---

<sup>118</sup> Livraria Francesa, *Bibliografia Fundamental para o Ensino de Francês*, São Paulo, 1968. Disponível no Acervo Administrativo da Livraria Francesa.

<sup>119</sup> Maria Sabina Kundman. “Língua e Literatura Francesa”, *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22, pp. 437-443, set.-dez. 1994, disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000300060](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300060).

Com manuais de base,

BANVARD – Guide Pratique d’Orthographe (G.P.B), Bordas  
BESCHERELLE – *L’Art de Conjuguer*, Hatier  
BLED – Cours Supérieur d’Orthographe, Hachette  
[...]<sup>120</sup>.

E outros títulos para uso da formação universitária em Letras ou para a prática de seus profissionais nas escolas do sistema regular, Alianças Francesas<sup>121</sup>, cursos privados ou outros centros de aprendizado da língua. O crescimento da seção de escolares nos anos 1970, que a leva a superar as demais, faz parte deste ciclo virtuoso de ações de difusão cultural, envolvendo o mercado livreiro e, neste caso, a loja construída pelo casal Monteil.

Entre a tradição, o prazer da literatura e o efeito multiplicador do ensino do FLE, construía-se a base comercial do estabelecimento e sua referência como “Mensageira do Pensamento Francês no Brasil”. Entretanto, estas grandes seções em termos físicos sustentavam também as ferramentas de leitura e atração do público para o seu acervo especializado, que, em alguns setores, era o mais dinâmico naquilo que definimos como sua oferta mental. Passemos a eles.

Até 1964, a “Filosofia” ocupa o terceiro lugar no quantitativo de volumes da Livraria Francesa, e o segundo na variedade de títulos dos inventários, perdendo apenas para a Literatura. A importância da seção filosófica refletia o seu lugar de destaque no contexto intelectual da época:

Quero ressaltar outra condição de ordem institucional que influiu muito na minha geração: o caráter assumido naquele tempo pela Filosofia. Como ela era praticamente inexistente no Brasil em quadro universitário, em nossa Faculdade teve a princípio menos uma função específica de formar especialistas em Filosofia, do que a função genérica de criar uma atmosfera favorável ao espírito crítico<sup>122</sup>.

As palavras de Antonio Candido tratam da experiência uspiana, mas assim como na USP a formação de outras instituições paulistas e brasileiras se fundamentou na Filosofia como a disciplina organizadora do conhecimento na perspectiva universitária, em uma lógica de irradiação das ciências – exatas, humanas e biológicas – e suas especialidades através do eixo filosófico. É compreensível, portanto, que a livraria seguisse essa realidade institucional que acabava pautando programas de estudo e os

---

<sup>120</sup> Livraria Francesa, *Bibliografia Fundamental*.

<sup>121</sup> Alianças Francesas também eram clientes importantes da Livraria, como veremos no item a seguir.

<sup>122</sup> Antonio Candido *apud* Paulo Arantes, *Um Departamento Francês de Ultramar: Estudos sobre a Formação da Cultura Filosófica Uspiana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p. 80.



interesses deste público tão marcante na dinâmica urbana e intelectual de São Paulo, ainda mais por ser um espaço especializado na venda de livros franceses:

O termo “estrutura” parece anunciar a próxima temporada da ideologia francesa ainda por vir, mas na verdade a última palavra em matéria de método que abraçávamos era o velho espiritualismo universitário francês, com o qual rompera o que havia de mais vivo na filosofia francesa do pós-guerra<sup>123</sup>.

Não nos interessa tanto compreender as linhas teóricas de que trata Paulo Arantes, mas sim identificar a matriz francesa deste pensamento universitário em formação e referenciado na Filosofia. Do método tradicional às novas abordagens do pós-Guerra, a França é o centro produtor de referência das gerações formadas pela universidade. Os livros passam a ser instrumentos fundamentais para os jovens estudantes e professores imersos nesta “atmosfera favorável ao espírito crítico”.

Na verdade, entre 1956-1960, as “Ciências Sociais e Direito” conseguem superar ligeiramente a Filosofia na variedade de títulos (Tabela 5), o que cria uma equiparação simbólica entre as disciplinas. Ela é relevante visto que, se por um lado a Filosofia centralizava a relação Faculdade/Universidade, as Ciências Sociais se afirmavam como polo dinâmico do trabalho intelectual especializado que saía das universidades. Além do mais, quando sabemos que em 1964 essa área será diluída em meio às “Obras Técnicas e Científicas”, vemos que ao atingir certa projeção no “repertório mental” da livraria ela também representará algum tipo de ameaça diante do clima de tensão instaurado pela conjuntura sobre o seu perfil comercial, intelectual e político.

O “modelo”, tratado anteriormente, já sinalizava uma primeira dimensão desse vínculo organizativo entre estabelecimento livreiro e universidade. Agora, a sua composição e a sua dinâmica confirmam a atualização das ideias e das hierarquias disciplinares que constroem a referência da Livraria Francesa nos circuitos da metrópole.

Nesse sentido, podemos tomar as demais seções voltadas aos leitores de nível universitário como um conjunto em que se destaca um perfil humanista relacionado à atitude intelectual impulsionada pelas Faculdades de Filosofia. Considerando o período de 1949 a 1963, “Filosofia”, “História e Geografia”, “Ciências Sociais e Direito” formam um núcleo central para quantitativo de volumes e, principalmente, para os valores relativos à oferta de títulos no acervo da Livraria Francesa, abarcando, em média, 35% do universo total livros, chegando a mais de 40% no ano de 1950. Podemos comparar os

---

<sup>123</sup> Paulo Arantes, *Um Departamento...*, p. 17.

dados desse conjunto com o setor de literatura, o mais expressivo isoladamente, e vemos que ele supera sua posição e se apresenta como mais dinâmico, impondo às prateleiras da livraria um perfil universitário nesta grande área das ciências à qual a literatura, inclusive, pode também pertencer.

Não se trata de desprezar a estrutura em disciplinas – elas são importantes e assimilam formas de pensar próprias do período, como demonstrado. Contudo, ao sairmos desta escala para obter uma visão panorâmica dos números, que para nós reconstituem as estantes da livraria, conseguimos visualizar um sentido mais amplo para a disposição e circulação dos livros analisados.

Essa leitura totalizante é coerente com a perspectiva de diversos trabalhos da época que se desenvolviam a partir de uma metodologia bem-definida nas respectivas “ciências”, mas que não dispensava a interação entre elas. As palavras de Antonio Candido em sua tese de doutorado, *Parceiros do Rio Bonito*, são ilustrativas desta concepção:

[...] não é um “estudo de comunidade” no sentido hoje corrente, sobretudo entre americanos e ingleses. [...] Por outras palavras, o estudo de comunidade, em seu corte descritivo mais frequente, me pareceu comprometer no pesquisador o senso dos problemas. Ora, este que agora apresento procura localizar um aspecto da vida social (a obtenção dos meios de vida) considerado não só como tema sociológico, mas também como problema social [...] <sup>124</sup>.

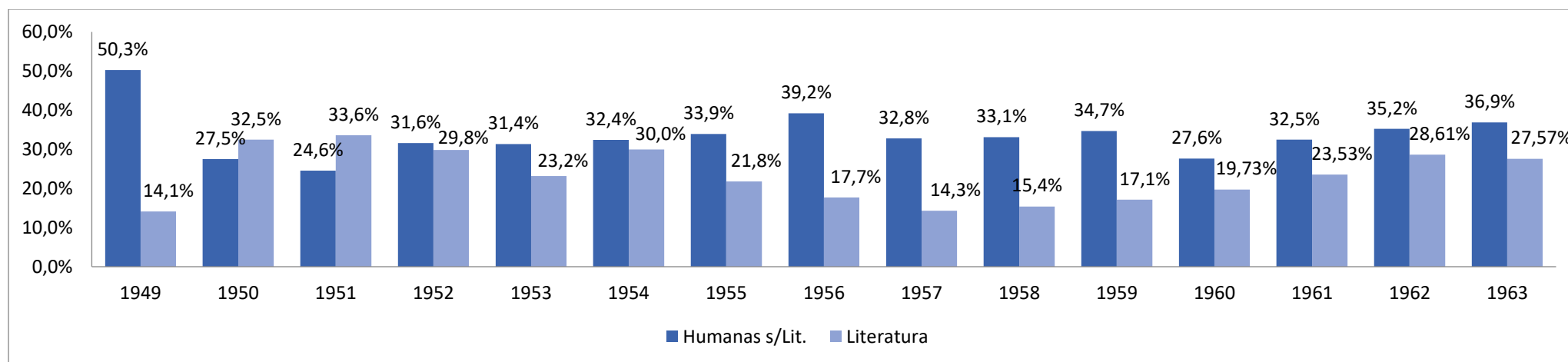
Ao problematizar a sociologia e seus métodos, o autor faz também uma reflexão crítica nos marcos dessa disciplina, formulando a ideia de *problema social*. O conceito norteia o pesquisador em uma atitude questionadora, saindo de uma visão instrumental e limitada de temas de pesquisa para entender a realidade em suas múltiplas determinações. Ou seja, nas palavras de Antonio Candido, as várias camadas de relações que constroem o nexos entre indivíduo e sociedade obriga o contato entre as ciências humanas e lhe atribui sentido enquanto grande área do conhecimento. Assim, se contribuía para a sociedade, a atividade intelectual poderia se integrar à intervenção política.

De modo complexo, a Livraria Francesa acompanhava um modelo tradicional e, ao construir seu perfil, adaptava-se a novas formas de pensar.

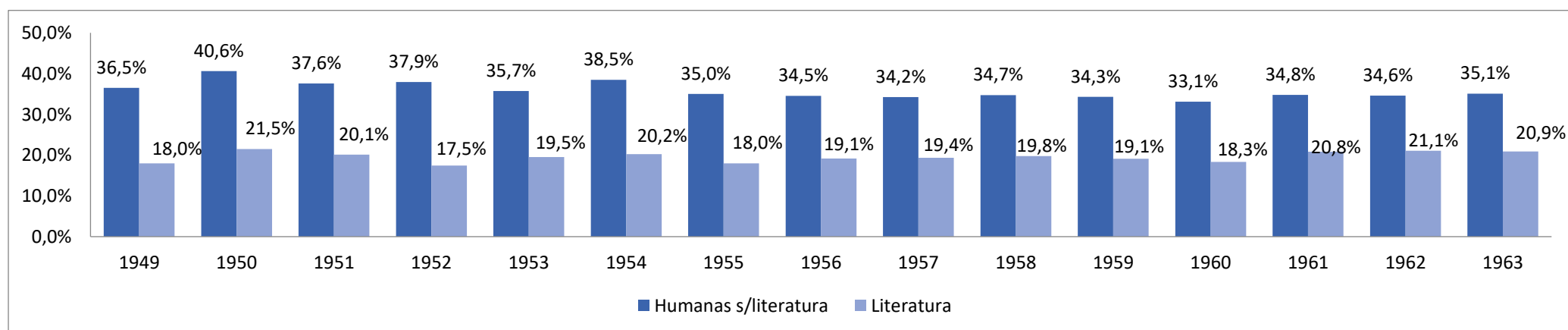
---

<sup>124</sup> Antonio Candido, *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o Caipira Paulista e as Transformações de seu Meio de Vida*, Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul, 2010, p. 24.

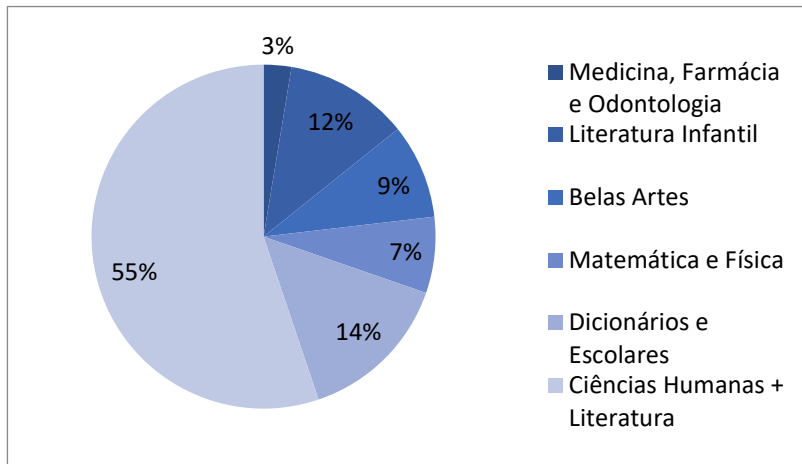
**Gráfico 4. Livraria Francesa: Dados para o conjunto de “Ciências Humanas”, volumes, comparativo com setor de Literatura (1949-1963)**



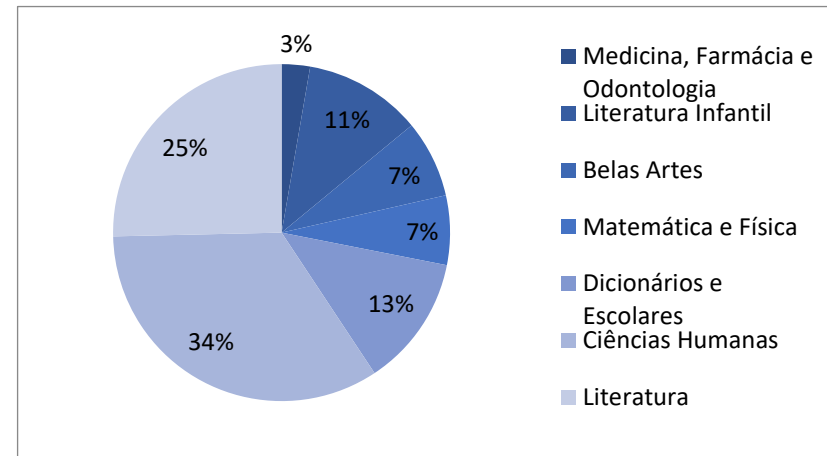
**Gráfico 5. Livraria Francesa Dados para o conjunto de “Ciências Humanas”, títulos, comparativo com setor de literatura, % (1949-1963)**



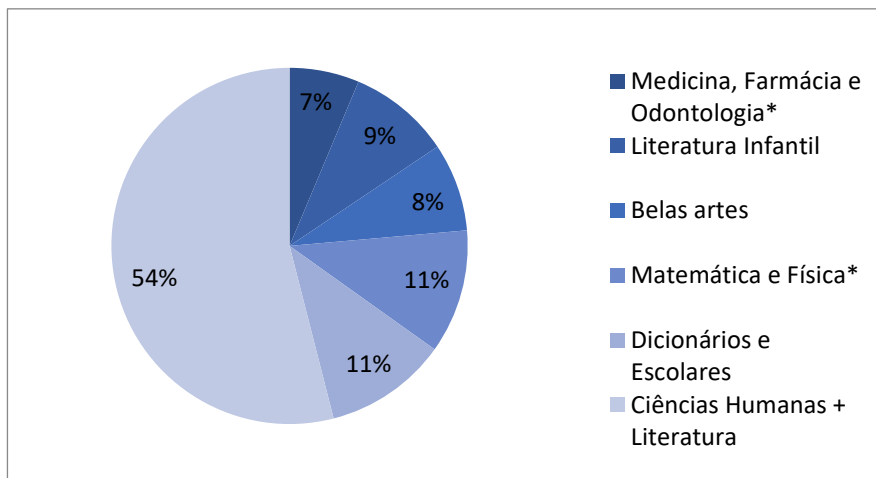
**Gráfico 6. Um Perfil Humanista (I) – Percentual Médio de Volumes, SP (1949-1963)**



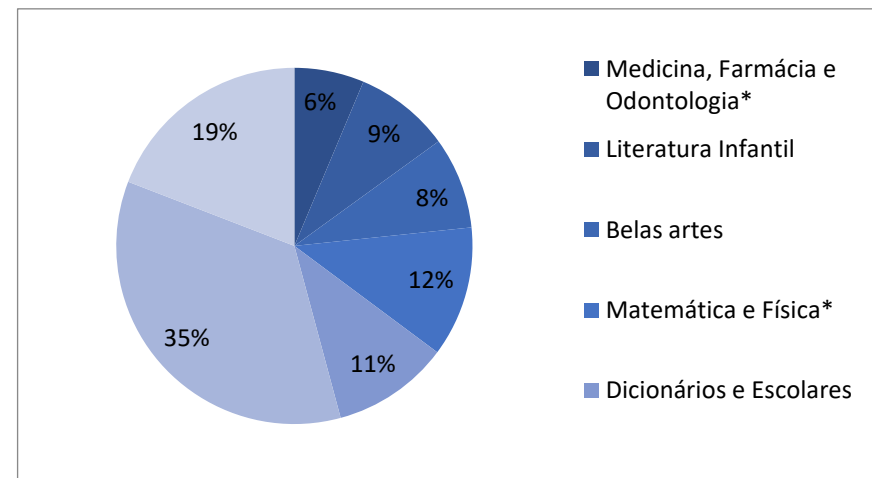
**Gráfico 7. Um Perfil Humanista (II) – Percentual Médio de Volumes, SP (1949-1963)**



**Gráfico 8. Um Perfil Humanista (III) – Percentual Médio de Títulos, SP (1949-1963)**



**Gráfico 9. Um Perfil Humanista (III) – Percentual Médio de Títulos, SP (1949-1963)**



### 1.3. A Livraria Francesa por seus Clientes

#### *Livrarias e a Biblioteca Municipal*

Entre um modelo tradicional e um perfil moderno, abre-se mais uma questão para nossa história: a Livraria Francesa inovou e criou demanda, ou a dinâmica intelectual e do mercado livreiro em São Paulo se impôs e fez com que ela apenas respondesse ao crescimento da procura por livros franceses na cidade e, eventualmente, em outras regiões do Brasil? As respostas a estas perguntas não estão totalmente dissociadas entre si e perpassam diversos aspectos do funcionamento da livraria. O primeiro que nos parece interessante analisar é a composição e a evolução das relações do estabelecimento com a sua clientela<sup>125</sup>, pois neste âmbito podemos entender um pouco mais dos propósitos e critérios pensados para a organização e formação de seu estoque, bem como identificar os vínculos que contribuíram para a inserção da empresa nos circuitos culturais e comerciais da metrópole paulista.

Em fins dos anos 1940, como se viu, São Paulo contava com o surgimento de diversas livrarias, especialmente no centro novo, onde a Francesa irá estabelecer sua sede definitiva. O mercado estava aquecido e cada novo empreendimento buscava seu espaço, criando um perfil próprio e trabalhando para garantir nichos de atuação, entre eles a especialização em livros importados (Quadro 1). Entretanto, é preciso considerar que outras lojas de referência, sobretudo as mais antigas, conciliavam a venda de mercadorias nacionais e estrangeiras, tendo neste setor um pilar importante de suas atuações. Só para citarmos alguns exemplos conhecidos: a Leia – Livraria Editora Importadora Americana (1914) atuava com força na importação de livros italianos, as Livrarias Teixeira, Francisco Alves e Martins tinham amplas seções de importados, assim como o Sebo Gazeau e o Bazar de Paris, que eram um pouco mais orientados aos livros franceses.

Neste sentido, a Livraria Francesa e as novas livrarias que surgiam não criavam demanda, elas se inseriam em uma condição preexistente do mercado paulistano e naturalmente deveriam disputar o público com suas concorrentes – inovando ou aproveitando-se de seu crescimento. Ocorre que a dinamização deste período parece ter

---

<sup>125</sup> Os dados apresentados em todo o item 1.3 foram extraídos dos livros-caixa pertencentes ao acervo administrativo da Livraria Francesa. Os clientes foram identificados na identificação das duplicatas do fluxo de “vendas a prazo” com a seguinte amostragem: os registros anuais de 1947 a 1952, compreendendo os cinco anos de estruturação da livraria, e os anos dos quinquênios seguintes até 1973 (1957, 1962, 1967, 1973).

gerado condições particulares para que as empresas especializadas em importações pudessem se estruturar nesta realidade.

Pelo menos é o que sugere a experiência da livraria fundada pelo casal Monteil: entre 1948 e 1950, as principais consumidoras do estabelecimento são outras livrarias, 42 no total (Quadro 3). Em 1948, nove empresas assumem um valor de Cr\$ 73.305,59 em duplicatas; em 1949, 23 clientes registram compras no valor de Cr\$ 99.0004; em 1950, 21 livrarias consomem Cr\$115.532,40 em livros. Esses valores absolutos representam, respectivamente, 75%, 59% e 48% das vendas a prazo em cada ano entre 1948 e 1950. Nos seguintes, a participação desta clientela decai no fluxo de vendas a prazo, embora 22 livrarias ainda apareçam nos registros de 1951, com 25% das vendas a prazo, e oito em 1952, com apenas 9% deste universo.

**Quadro 3. As “Livrarias-Clientes” da Livraria Francesa (1947-1952)**

<b>1</b>	<b>Livraria Agir Editora</b>	<b>22</b>	<b>Livraria Irmãos Tenca</b>
<b>2</b>	Livraria Anunciata	<b>23</b>	Livraria Jaraguá
<b>3</b>	Livraria Avenida	<b>24</b>	Livraria João Auredola (?)
<b>4</b>	Livraria Brasiliense	<b>25</b>	Livraria João Kosien
<b>5</b>	Livraria Bazar de Paris	<b>26</b>	Livraria Kosmos (Erich Eichner & Cia. Ltda.)
<b>6</b>	Livraria Boffoni	<b>27</b>	Livraria Lealdade
<b>7</b>	Livraria Brasil	<b>28</b>	Loja do Livro Italiano
<b>8</b>	Livraria Científica	<b>29</b>	Livraria Nobel
<b>9</b>	Livraria Civilização Brasileira	<b>30</b>	Livraria Oscar Nicolai
<b>10</b>	Livraria D. Bosco	<b>31</b>	Livraria Parthenon
<b>11</b>	Livraria do Planalto	<b>32</b>	Livraria Pioneira
<b>12</b>	Editorial Vitória	<b>33</b>	Livraria Popular Alcerades Gomes
<b>13</b>	Livraria Etaoin Ltda	<b>34</b>	R. Janetti Livraria
<b>14</b>	Livraria Freitas Bastos	<b>35</b>	Saraiva
<b>15</b>	Livraria Geral Franco Brasileira	<b>36</b>	Livraria Salesiana
<b>16</b>	Livraria Guatapará	<b>37</b>	Livraria São José
<b>17</b>	Livraria Igarapé	<b>38</b>	Livraria Sauret
<b>18</b>	Livraria Internacional	<b>39</b>	Livraria Triângulo
<b>19</b>	Livraria Irmãos Tenca	<b>40</b>	Livraria Tris (E. Lorenzatto e Cia.)
<b>20</b>	Livraria Internacional	<b>41</b>	Livraria Universal
<b>21</b>	Livraria Italiana	<b>42</b>	Livraria Universitária

Fonte: Arquivo Administrativo. Livros-Caixa da Livraria Francesa 1948-1952.

No primeiro ano, destaca-se a relação da Livraria Francesa com a Livraria Brasiliense, que foi responsável por 40% do valor realizado nas duplicatas em nome de

livrarias, e 30% do total de vendas a prazo. Atrás dela, vêm as livrarias Etaoin e Italiana, cujas compras representaram, nesta ordem, 17% e 16% da clientela do setor.

As relações comerciais com a Brasiliense, mantida nos anos seguintes ainda que em valores menores, são simbólicas da estruturação da empresa, pois remetem ao processo de inserção social que pudemos mapear na trajetória de Paul Monteil em São Paulo. O livreiro se dizia frequentador da loja de Caio Prado Júnior, reconhecendo-a como um dos locais de referência para o público letrado da cidade, onde se reuniam, rotineiramente, intelectuais progressistas e de esquerda com quem tinha afinidade.

O vínculo deste público com o mercado editorial e a cultura francesa era muito presente, como temos assinalado:

Daquele momento, meados de 50, quando eu havia começado a trabalhar [na Livraria Francesa], a elite brasileira, pelo menos paulistana, era muito voltada pra França. Nós mesmos sentíamos isso. [...] O Paulo Emílio, por exemplo, tinha publicado um livro na França, de grande repercussão até hoje, aliás, a biografia do Jean Vigo, um livro de referência na historiografia francesa<sup>126</sup>.

Ao inverter referências, colocando a importância da publicação de Paulo Emílio Salles Gomes para a intelectualidade francesa<sup>127</sup>, Jean-Claude Bernardet nos ajuda a compreender a força e complexidade desse ambiente de trocas e circulação Brasil-França no século XX, deixando implícito que, se os brasileiros estavam voltados para o país europeu, dirigiam-se a ele com uma postura ativa. De toda forma, enquanto estavam no Brasil desejavam receber as novidades vindas de lá, demanda que o casal Monteil foi reconhecendo, de início, nas livrarias que precederam a Francesa e que poderiam difundir as primeiras levas de mercadorias vindas de Paris<sup>128</sup>. Além disso, é preciso lembrar que seriam vizinhos da Brasiliense na Rua Barão de Itapetininga, o que nos faz pensar que esta parceria inicial possa ter sido estratégica para potencializar a referência, fisicamente modesta, do escritório que sediou suas atividades até o fim de 1949.

Mas o fornecimento a livrarias extrapolou esse circuito paulistano. Ainda em 1948, destacamos o registro da Livraria Oscar Nicolai na emissão de duplicatas. A

---

<sup>126</sup> Depoimento concedido por Jean Claude Bernardet à autora, em 22.8.2018.

<sup>127</sup> Paulo Emílio Salles Gomes, *Jean Vigo*, Paris, Éditions du Seuil, 1957. Livro escrito entre 1949-1950, quando Paulo Emílio Salles Gomes trabalhava como assistente de Henri Langlois na Cinemateca Francesa, aproximando-se do grupo organizado em torno do *Cahiers du Cinéma*.

<sup>128</sup> Além da relação com Caio Prado Jr. as afinidades de Paul Monteil com os intelectuais de esquerda se expressam neste funcionamento inicial da livraria nas vendas para a Editorial Vitória, editora pertencente ao PCB. Em 1948, ela foi responsável por 10% do faturamento de duplicatas de compras a prazo. Não temos conhecimento de que o partido mantivesse também uma livraria com este nome, possivelmente a razão social da empresa efetuou as compras para difusão dos livros franceses em suas atividades internas.

empresa mineira, estabelecida em Belo Horizonte desde 1940, era voltada para o comércio de importação e foi uma referência para a intelectualidade local nesse período<sup>129</sup>. A Oscar Nicolai não sairá da lista de emissão de duplicatas, ao menos, até o ano de 1952.

Entre Rio e São Paulo, encontram-se a Livraria Kosmos, originalmente carioca, mas que fundou sua filial paulista nos anos 1940, situada à Rua Marconi, e suas conterrâneas, a Francisco Alves e a Civilização Brasileira. Os registros não permitem saber se as mercadorias se destinavam às suas sedes ou às filiais – possivelmente se dirigiam a ambas, mostrando o elo entre os mercados nessas duas capitais importantes do país. A proeminência do Rio de Janeiro em relação à circulação de livros em nível nacional era uma realidade até esse momento, no entanto, a necessidade destas duas grandes livrarias de recorrer à importação de uma empresa paulista demonstra um processo de redistribuição dos papéis entre eles.

Sendo assim, em sua relação com outras livrarias, a Francesa atuava como distribuidora, revelando que em seus primeiros anos de funcionamento foi necessário construir, antes de tudo, um caminho para encontrar sua posição na dinâmica interna ao mercado livreiro estabelecido em São Paulo – e de suas possibilidades de irradiação para outros centros –, onde a demanda pelo livro francês ainda era atendida de modo disperso. Sendo assim, ela se volta, primeiramente, ao comércio de grosso trato, abastecendo suas congêneres e, à medida que cresce e se torna conhecida no mercado de varejo, vai reorientando seus negócios e aproximando-se do público. Quando a Livraria Francesa se instala na loja térrea da Barão de Itapetininga, além de ampliar sua estrutura, ela se volta ao atendimento do consumidor final, atraindo para si a demanda que anteriormente era atendida em estabelecimentos não especializados.

### ***Instituições do Ensino Básico e Demanda Técnica***

A clientela presente nos registros administrativos da Livraria Francesa também revela os efeitos que as políticas públicas e iniciativas do setor privado em relação à cultura e à educação de desenvolvimento técnico tiveram sobre o mercado livreiro paulistano e de sua referência para outros centros consumidores do país.

De modo geral, pensando em termos da demanda a ser atendida, já temos considerado que o contexto favorável ao *boom* de livrarias na capital se deveu ao

---

<sup>129</sup> Ubiratan Machado, *op. cit.*, p. 147-148.



crescimento da população alfabetizada, do número de matriculados e de pessoas formadas em todos os níveis de sua rede de ensino, fatores que por si só tendem a ampliar o consumo de livros no comércio de varejo, contribuindo em meio a outras condições para o surgimento destes novos estabelecimentos comerciais. É difícil traduzirmos esta realidade tentando identificar quem são esses leitores-consumidores em uma dimensão individualizada ou simplesmente cumulativa do aumento das compras da Livraria Francesa. As duplicatas emitidas até possuem os nomes destes clientes, mas as conclusões que podemos tirar destas informações são muito limitadas, ou melhor, só podem ser entendidas se as considerarmos em sua relação com a realidade institucional que sustenta a expansão deste público leitor.

As discussões e iniciativas que visavam a melhoria da instrução pública transformaram o Estado brasileiro em um “fundador de escolas”<sup>130</sup>, quer dizer, os esforços políticos e as diretrizes federais dirigiram a máquina pública para a ampliação de estrutura física do sistema de ensino. Em São Paulo esse processo sustentou a superação do quadro de analfabetismo, levando a capital a níveis de escolarização acima da média nacional, como vimos.

O livro integra essa política em diversas instâncias do funcionamento das escolas que eram criadas, e o primeiro sinal desta participação nos registros da livraria fica marcado na identificação de alguns dos clientes das listas de vendas a prazo, os professores. Não é raro que os nomes sejam antecidos pelo referencial “Prof.” ou “Profa.”, um detalhe que não pode passar despercebido, pois, ao lado de outras identificações um pouco menos recorrentes, estabelece um marcador de distinção e reconhecimento da profissão que, naquela época, possuía certo *status* de notoriedade e respeito. Ao mesmo tempo, a inscrição denota uma relação de assiduidade, por que não de intimidade, deste público com a livraria. Afinal é preciso conhecer um pouco mais o cliente para diferenciá-lo de outros.

É natural que muitos fossem professores de francês, como demonstrou nossa análise sobre o estoque da livraria, mas não devemos desconsiderar que ministrantes de outras especialidades buscassem os livros franceses para terem materiais de apoio ao ensino e, principalmente para se formarem nas respectivas áreas. Até os anos 1940, e um pouco mais adiante, os critérios para a contratação de professores no ensino básico eram muito abertos, pois a formação de pedagogos e especialistas nas disciplinas escolares só

---

<sup>130</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 68.

começa a ser uma possibilidade nos anos 1930, com a fundação das primeiras Faculdades de Filosofia. Antes disso, para o ensino primário exigia-se a formação em escolas normais, e no secundário eram admitidos autodidatas ou indivíduos formados no ensino superior tradicional, de vocação bacharelesca ou técnica. A formação de pessoal capacitado ao magistério começa então a ser um ponto de preocupação dentro das diversas resoluções para a sua melhoria:

[...] inaugurou-se, de fato, uma nova era para ensino secundário, cujos quadros docentes [...] começaram a renovar-se e enriquecer-se, ainda que lentamente, com os especialistas formados nas faculdades de filosofia [...]<sup>131</sup>.

Os docentes já contratados ganham incentivos para conseguirem se especializar:

Havia também diversos estudantes de ciências sociais da USP, em sua maioria mulheres, que eram professores primários em regime de comissionamento, vale dizer, dispensados com vencimentos para realização do curso superior<sup>132</sup>.

As situações retratadas demonstram a valorização da carreira docente, que em São Paulo possuía condições privilegiadas de investimentos e proximidade com os centros de ensino superior, possibilitando esse tipo de incentivo à formação. Deste modo, a criação de postos de trabalho especializado com a expansão das escolas pressupunha uma sistemática demanda por capacitação, aumentando a necessidade de uma categoria profissional cada vez mais ampla de recorrer ao mundo do livro para desenvolver suas atividades. A presença recorrente dos professores nos registros da Livraria pode ser entendida como um termômetro dessa dinâmica escolar que cria várias camadas de mestres e aprendizes.

---

<sup>131</sup> Fernando Azevedo, *op. cit.*, p 742.

<sup>132</sup> Sergio Miceli, *op. cit.*, p. 99.

Figura 13. Registro de Professores e Outros Clientes da Livraria Francesa

São Paulo 30 Junho de 1951			
	Transporte		4.708,00
a	PROF. ARY NEVES		
	duplicata n° 621E	v/em 21	300,00
a	DR. EUSTACHIO SCALZO		
	duplicata n° 602B	v/em 21	270,00
a	ERNANI DOMINGUES		
	duplicata n° 541G	v/em 23	280,00
a	PROF. JULIETA R. TOLEDO BARROS		
	duplicata n° 627D	v/em 23	200,00
a	SYRDES DE LORENZI		
	duplicata n° 532H	v/em 25	385,00
a	LUVERCY PEREIRA DE SOUZA		
	duplicata n° 599C	v/em 27	270,00
a	PADRE JOSÉ PEREIRA NETTO		
	duplicata n° 617E	v/em 27	300,00
	complemento deste valor	v/em 27	100,00
a	DR. IVO CAVALCANTI NETTO		
	duplicata n° 587F	v/em 27	270,00
a	FRANCISCO TRENTINI		
	duplicata n° 581E	v/em 30	250,00
a	JURANDIR GONÇALVES FERREIRA		
	duplicata n° 580F	v/em 30	250,00

As anotações de vendas a prazo para pessoas físicas costumavam identificar nominalmente seus clientes, e apenas alguns deles tinham o reconhecimento profissional inscritos nestas notas. Como se vê na imagem, ao lado de professores, tem-se o registro de dois doutores (que devem se referir indistintamente a bacharéis) e um padre, duas distinções profissionais que também denotam autoridade naqueles tempos. Fonte: Arquivos Administrativos da Livraria Francesa. Livro-Caixa 1951.

A fundação de escolas cria um ciclo virtuoso para o mercado do livro:

[...] o comércio de livraria atingiu em dez anos uma intensidade surpreendente, quer na venda de livros publicados por empresas nacionais, quer na colocação de obras importadas, não só da Europa, mas dos Estados Unidos<sup>133</sup>.

Como constata Fernando Azevedo, a produção em língua estrangeira ainda tinha força, dando vazão aos livros importados da Europa e dos Estados Unidos. E, como sabemos, o francês se beneficiava de uma tradição intelectual da obrigatoriedade nas escolas secundárias até o fim dos anos 1960. Desse modo, as próprias instituições escolares não poderiam estar ausentes da clientela da Livraria Francesa: entre 1951 e 1967, 42 instituições públicas e privadas aparecem nas movimentações de duplicatas – três em 1951; duas em 1952; quinze em 1957; cinco em 1962; dezessete em 1967.

<sup>133</sup> Fernando Azevedo, *op. cit.*, p. 683. Ao falar dos últimos “dez anos”, o autor se refere à década de 1940.

Dos ginásios públicos da cidade de São Paulo, três estão localizados na região do Brás e da Mooca (Ginásio Padre Anchieta, Ginásio Estadual Antônio Firmino Proença e o Ginásio Estadual), zonas industriais da cidade, os outros estão espalhados em áreas do centro expandido, em bairros de classe média como Vila Mariana e Perdizes e nos bairros de elite nos arredores da Avenida Paulista e das “cidades-jardins”<sup>134</sup>. Em relação às instituições particulares há um número significativo de colégios confessionais – Colégio São Luís, Colégio Salesiano, Colégio Santo Alberto dos Padres Carmelitas, Colégio Santo Américo – e outros que se firmariam como instituições tradicionais da capital – Colégio Dante Alighieri, Escola Britânica de São Paulo, Colégio Santa Cruz. Fora da capital, aparecem apenas instituições públicas: o Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos, o Instituto de Educação Narciso Pieroni, de Socorro e o Ginásio Estadual de Buri, ambos no interior do estado. O local mais distante notificado nesse grupo foi a Escola Técnica de Comércio de Tubarão, em Santa Catarina.

Cumprir observar, portanto, que antes mesmo do crescimento do número de leitores se concretizar no médio e longo prazo, a própria ampliação da estrutura escolar requeria o livro como parte de sua organização. As escolas necessitam deles para a construção de seus acervos institucionais, as bibliotecas, que subsidiam as atividades do público docente e discente, criando espaços coletivos e permanentes para o acesso a estes materiais de referência.

Este mesmo clima de incentivo à instrução pública permeia os debates sobre o desenvolvimento nacional, atingindo os interesses de grupos político-econômicos ligados ao setor privado. As classes proprietárias viam a necessidade de firmar uma situação de estabilidade para o seu desenvolvimento no pós-Guerra, e a formação técnica da classe trabalhadora se tornou uma questão importante. No ano de 1945, ocorre a I Conferência das Classes Produtoras do Brasil (Conclap), em Teresópolis, onde é redigida a chamada a *Carta pela Paz*, que registra:

Os empregadores e empregados que se dedicam, no Brasil, aos vários ramos de atividade econômica reconhecem que uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar precipuamente de uma obra educativa, por meio da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança<sup>135</sup>.

---

<sup>134</sup> Expressão utilizada para denominar os projetos de loteamento da várzea do Rio Pinheiros. Ver: Raquel Rolnick, *op. cit.*, *passim*.

<sup>135</sup> Serviço Social do Comércio, “Carta da Paz, 1947”, *Carta da Paz*, São Paulo, Sesc, 2012, p. 11. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/490c55a9-a7c5-4a25-83a4->

Reafirmando o princípio da propriedade privada e a esperança de ascensão social, os membros da conferência se viam impelidos a promover aspectos mínimos de preparo para a população que iria ocupar os postos de trabalho em suas empresas e também visavam à melhoria nas condições de vida dos trabalhadores. Não se tratava de princípio moral ou ético, como demonstram as palavras da carta, mas de estabelecer um pacto de manutenção da ordem, pois, paralelamente aos fóruns patronais, a classe trabalhadora também irá protagonizar diversas conferências e congressos, tendo em vista a ampliação de suas conquistas e uma articulação nacional em torno da reivindicação de direitos, inclusive de educação. Como observa Nelson Werneck Sodré:

O desenvolvimento das relações capitalistas, desse modo, gera estímulos, de um lado, e particularmente de início, mas depois apresenta deformações e cria servidões, no domínio da cultura. É fácil perceber – e, até certo ponto, quantificar – as exigências que uma sociedade capitalista coloca com necessidade de soluções positivas, em determinados terrenos e até determinados limites. [...] A necessidade de fornecer conhecimentos a camadas mais numerosas, pois o mercado de trabalho dito qualificado e de trabalho intelectual amplia-se a cada passo. Trata-se, assim, de formar número crescente de pessoas dotadas de dimensão intelectual compatível com as exigências e a complexidade da nova sociedade. Trata-se de, na massa de alfabetizados, recrutar a percentagem daqueles que estão destinados ao trabalho intelectual<sup>136</sup>.

Sendo assim, a perspectiva desenvolvimentista e o aumento da pressão social fazem com que a burguesia industrial tenha que buscar soluções próprias, sempre permeadas pela necessidade de conter a agitação popular e superar a ideia de luta de classes. O “espírito do serviço”<sup>137</sup> será então o norteador da criação de entidades de ação social ligadas à Confederação Nacional do Comércio e à Confederação Nacional da Indústria: Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Todas elas aparecem pelo menos uma vez nos registros de vendas da Livraria Francesa no período considerado, conformando mais um setor de demanda, em nível nacional, pois a rede do “Sistema S” deveria criar escolas regulares e técnicas, cursos de capacitação, espaços culturais e de lazer onde o livro sem dúvida estaria presente.

---

[bb2f09491dea/Carta+da+Paz+Social.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=490c55a9-a7c5-4a25-83a4-bb2f09491dea.](#)

<sup>136</sup> Nelson Werneck Sodré, “Desenvolvimento Cultural Brasileiro”, p. 140.

<sup>137</sup> *Idem*, p. 157.

Como essas atividades estavam subordinadas à ideia de progresso e desenvolvimento, os livros franceses poderiam significar uma referência entre os países considerados desenvolvidos na procura por modelos, métodos, teorias e capacitação técnica. Nesse mesmo espírito, algumas indústrias aparecem como clientes da livraria. Atribuímos a sua presença nos registros como parte da demanda técnica existente nos locais de produção e escritórios dessas empresas.

Há mais de 35 indústrias nas duplicatas da livraria, nos setores químico, petrolífero, farmacêutico, têxtil, construção civil, metalurgia, cerâmica e eletrodomésticos. A maioria delas são empresas privadas, mas há também estatais importantes da indústria de base nacional: Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A, Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários (Cobrasma), Companhia Siderúrgica Nacional e Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (Emurb). Elas não apresentam gastos muito elevados, mas estão sempre presentes nos levantamentos da década de 1950 em diante, portanto podem ser consideradas como clientes assíduos. A demanda por conhecimento técnico ainda atraía clientes do mercado financeiro, como a Bolsa de Valores, agências de publicidade, como a Publicidade Eclética, algumas editoras e gráficas.

#### **Quadro 4. Indústrias e Empresas, clientes da Livraria Francesa (1948-1973)**

<b>1</b>	<b>Abril Cultural</b>	<b>40</b>	<b>Fábrica Germade S.A</b>
<b>2</b>	Ações Villares	<b>41</b>	Galeria de Arte André
<b>3</b>	Agência de Revistas Stark	<b>42</b>	Galeria Paulista
<b>4</b>	Agon Villare S/A	<b>43</b>	Geraldo Alves de Paula & Irmão
<b>5</b>	Alves de Paula e Cia.	<b>44</b>	Gráfica Editorial Paulista
<b>6</b>	Ao Livro técnico	<b>45</b>	Hidrobrasileira S.A - Engenharia e Consultoria Técnica
<b>7</b>	Bolsa de Valores	<b>46</b>	Indústria Cerâmica Cerqueira Leite
<b>8</b>	Botti & Rubin - Arquitetura e Construções	<b>47</b>	Indústria Dinamo Elétrica
<b>9</b>	Carbono Lorena S/A	<b>48</b>	Indústria elétrica Brown Boveri
<b>10</b>	Casa Anglo-Brasileira	<b>49</b>	Indústrias Químicas Eletrocloro
<b>11</b>	Casa Bevilaqua	<b>50</b>	Indústrias Reunidas Matarazzo
<b>12</b>	Casa e Jardim	<b>51</b>	J. Guignone e Cia.
<b>13</b>	Casa Editora Presbiteriana	<b>52</b>	Jean Manzon - Prod. Cinematográfica
<b>14</b>	CCBE Rossi Engenharia	<b>53</b>	M. Dedini S/A Metalúrgica
<b>15</b>	Cia. Aços Especiais Itabira	<b>54</b>	Molduras Montparnasse
<b>16</b>	Cia. Brasileira de Mat. Fer. Cobrasma	<b>55</b>	Montréal Montagem e Representações Industrial S/A
<b>17</b>	Cia. Geral de Máquinas	<b>56</b>	Multinational Busien Associates
<b>18</b>	Cia. Paulista de Estradas de ferro	<b>57</b>	Nordon Indústrias Metalúrgicas s/a
<b>19</b>	Cia. Química Rhodia	<b>58</b>	Organização Industrial Fides

20	Comercial e Construtora Saraiva Fanuela Ltda	59	Organização Sulina de Repres. Ltda.
21	Cia. Brasileira de Const. - Fichet e Schwarts Hautment	60	Petróleo Brasileiro S/A
22	Companhia Editora Nacional	61	Pfizer Corporation do Brasil
23	Companhia Eletroquímica Paulista	62	Pirelli - Cia. Ind. Brasileira
24	Companhia Siderúrgica Nacional	63	Publicidade Eclética
25	Construtora Pacheco Fernandes Dantas S/A	64	Refinaria de Exploração de Petróleo União S/A
26	Construções Metálicas Pierre Saby et cie.	65	Roberto R. Zuccolo - Engenharia Civil e Estrutural
27	Cortez e Moraes Ltda.	66	S/A Philips do Brasil
28	Dieberger Agro Comercial	67	Sebastião de Miranda - Comércio e Representações
29	Edições CJL	68	Société Sucrieries Bresilienne
30	Editora Banas	69	Telefunken do Brasil
31	Editora Cultrix	70	Tenso - Const. De Usinas Hidrlétricas S/A
32	Editora Formar	71	Têxtil Assad e Abdala
33	Editora Fulgor	72	Tinturaria e Estamparia Grisiani S/A
34	Editora Fulgor	73	Tipografias e Livrarias do Brasil S/A
35	Editora Guanabara	74	Toledo - Bellows Equipamentos Pneumáticos AS
36	Editora Pensamento	75	Turboremac - Turbinas e Máquinas
37	Empresa Gráfica Editorial Paulista	76	Usina de Açúcar Raffard
38	EPT - Engenharia e Pesquisa Tecnológica S/A	77	Vibar Ind. e Comércio Vicsa
39	Eutectic Ind. Metalúrgicas	78	W.A da Silva e Cia. Ltda.

Nas escolas, instituições de formação patronais, repartições de empresas e indústrias que aparecem na clientela da Livraria Francesa, vemos um exemplo de como o mercado do livro se beneficia e supre as demandas criadas por um complexo sistema voltado ao desenvolvimento da educação, da formação técnica e da cultura, especialmente na cidade em São Paulo. O contexto econômico e social, por sua vez, não nos deixa esquecer que essa relação não emerge espontaneamente em decorrência da prosperidade material de determinada época: ela resulta de interesses e disputas políticas que acabam por reconhecer, ou simplesmente ceder momentaneamente a estes setores como pontos benéficos a um projeto de sociedade<sup>138</sup>.

### ***Faculdades e Universidades***

O ensino superior compõe uma parte da realidade tratada anteriormente. Assim como foram formuladas políticas para a rede básica, desde 1931, havia uma orientação federal para a constituição de universidades no país<sup>139</sup>. Estas deveriam fundamentar a

<sup>138</sup> Sobre a relação entre classes sociais e produção intelectual e cultura ver: Antonio Gramsci, *Os Intelectuais e a Formação da Cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p.10.

<sup>139</sup> A Reforma Francisco Campos estabelece, entre outras coisas, o estatuto das universidades brasileiras ao criar a Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro. Embora esta Faculdade não tenha se

modernização de um sistema extremamente elitizado e que, até então, estava centrado na existência de unidades isoladas de escolas de bacharéis. As primeiras iniciativas respaldadas nesta diretriz surgiram poucos anos depois, como a Universidade do Distrito Federal (1933) e a USP (1934), já mencionada.

Contudo, foi necessário se chegar à década 1950 para que a diretriz ganhasse novo estímulo, especialmente nos espaços de discussões das constituintes pós-Estado Novo. A perspectiva democrática e desenvolvimentista embalou a criação de diversas instituições universitárias estaduais, e muitos projetos malsucedidos ou que funcionavam em condições de pouca estabilidade no período anterior foram retomados com apoio da iniciativa federal. Ao longo dos anos 1960, a proliferação de universidades se manteve e, a partir de 1964, os debates se orientam no sentido de sua reestruturação, pensados nos parâmetros de um projeto em que a democracia estava fora dos planos.

Se é verdade que este processo está relacionado ao conjunto de iniciativas promovidas pelo Estado e particulares em relação à instrução pública, também devemos considerar a sua especificidade em relação ao funcionamento da Livraria Francesa. Como já pudemos aferir em itens anteriores, a dinâmica universitária tem um peso importante nas transformações do ambiente intelectual e urbano que levam Paul e Juliette Monteil a investirem neste empreendimento. Os dados de consumo de instituições universitárias em seus registros administrativos confirmam esta importância, tanto por representarem a maior parte dos valores apresentados nas duplicatas de compras a prazo quanto por constituírem a base mais sólida de extensão das relações comerciais da livraria com outras regiões do Brasil.

A Universidade de São Paulo será de longe a principal cliente da Livraria Francesa neste setor, chegando a representar mais de 50% dos valores de compras a prazo em 1951. Uma relação esperada pela proximidade física e pela afinidade entre a formação intelectual da instituição, especialmente de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com as matrizes do pensamento francês. Além disso, a USP era a vitrine das aspirações da elite paulistana no âmbito cultural e intelectual, fato que encontrava correspondência na disposição de investimentos para garantir sua estrutura<sup>140</sup>. As compras são realizadas, em

---

estabelecido na prática, podemos entender que o instrumento legal criado pela reforma abre o caminho para o modelo universitário que será adotado em São Paulo. Nesse sentido, a iniciativa estadual, reconhecida como atitude de vanguarda no país, ocorre em consonância com debates mais amplos, partindo, inclusive, de ações que pretendiam atingir a educação em âmbito nacional.

<sup>140</sup> Nos anos 1950, essa ambição paulista toma novas proporções com o direcionamento de recursos e esforços políticos para a comemoração do IV Centenário de São Paulo. Os projetos que envolveram a cidade



sua maioria, através de suas faculdades, escolas e institutos de ensino e pesquisa; em poucas situações aparecem registros em nome da reitoria ou de órgãos responsáveis pelo setor de aquisições e tombamento.

A Escola Politécnica concentra boa parte das compras nos dados analisados entre 1948-1950, abarcando em suas dependências institucionais o Instituto de Eletrotécnica e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Em 1951, a Faculdade de Filosofia terá o maior valor total em emissão de duplicatas e, em 1952, a de Direito. Nos anos posteriores a FFCL mantém um volume grande compras, enquanto as outras duas faculdades passam a apresentar valores reduzidos, e surgem os primeiros registros das escolas que a universidade incorporava ou fundava no interior do estado: Escola de Engenharia de São Carlos, maior compradora em 1957, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Ainda na capital, destacam-se entre os seus clientes as instituições universitárias da iniciativa privada<sup>141</sup>, tais como a Universidade Mackenzie e a Faculdade de Economia e Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Elas aparecem com frequência nos levantamentos, mostrando que eram clientes assíduas, embora não efetuassem gastos tão vultuosos quanto a USP. A Escola Livre de Sociologia e Política não aparece nos documentos consultados, o que chama atenção neste contexto. Por um lado, sua relação com a livraria pode ter passado ao largo das compras a prazo e, portanto, ficou inacessível à nossa pesquisa, ou ela pode, de fato, ter existido apenas de modo circunstancial, seja pelas tendências metodológicas da instituição – que a aproximavam do pensamento norte-americano, como vimos – ou pela aquisição de livros franceses por outros meios.

Quando avançamos na leitura destes dados vamos, então, acompanhando o crescimento da demanda por livros franceses fora da cidade e do estado de São Paulo. Cumpre notar que nas escolas e livrarias a relação com outras regiões do Brasil aparece apenas pontualmente, enquanto nesse grupo o que se vê é o aumento progressivo do alcance territorial que as atividades da Livraria Francesa atingiram no país.

Primeiramente, o que se percebe nos registros de duplicatas é uma dinâmica de consumo de livros franceses em faculdades e universidades do interior do estado de São

---

deveriam transformá-la na “meca da cultura”, um modelo de “civilização para o futuro”. Sobre o assunto, ver Maria Arminda do Nascimento Arruda, *Metrópole e Cultura: São Paulo no Meio do Século XX*. São Paulo, Edusp, 2015, pp. 61-87.

<sup>141</sup> A iniciativa privada será a responsável pela maior parte dos estabelecimentos de ensino superior no estado e no país, embora a estrutura pública apresente uma tendência qualitativamente maior na alocação de recursos financeiros e humanos (Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 88).

Paulo. A primeira delas é a Universidade Municipal de São José do Rio Preto (UMURP) e sua Faculdade de Filosofia, que parece como cliente em 1957, 1962 e 1967. Essa instituição surge como iniciativa municipal em 1955, começa a funcionar efetivamente a partir de 1957, e é concedida à responsabilidade estadual em 1959, tornando-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI). Sua trajetória se define nos debates da Assembleia Estadual, desde a sua constituinte, em 1946, nos quais realizam-se uma sucessão de decretos para a criação dos Institutos de Ensino Superior isolados na região do oeste paulista, entre os governos de Jânio Quadros (1955-1959), Carvalho Pinto (1959-1963) e Adhemar de Barros (1963-1966), até a formação da Universidade Estadual Júlio Mesquita (Unesp) em 1976<sup>142</sup>.

Apesar de surgirem como autarquias, sem conformarem institucionalmente uma universidade, e sem a perspectiva de se tornarem uma naquele momento, a maioria desses institutos é criada como uma Faculdade de Filosofia e Ciências<sup>143</sup>, conforme o modelo preconizado pela instrução federal de 1931. Dessas iniciativas, surgem as Faculdades de Araraquara, Rio Claro, Assis, Marília e Presidente Prudente, e todas elas possuem compras registradas na emissão de duplicatas da Livraria Francesa a partir de 1957.

Entre 1957 e 1967, podemos então identificar as relações comerciais da Livraria Francesa em outras unidades da federação, abrangendo as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Os registros de compras apresentam a Universidade de Minas Gerais (MG), a Universidade do Paraná (PR), a Fundação Universidade de Passo Fundo (RS), a Faculdade de Filosofia do Crato (CE), a Universidade de Alagoas (AL), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), a Universidade Federal de Goiás (GO) e a Universidade Federal do Ceará (CE). O ano de 1973 ainda acrescenta a Universidade Federal de Santa Catarina (SC), a Faculdade de Filosofia de Guarapuava (PR), a Universidade Estadual de Londrina (PR), a Fundação Universitária Sul-Fluminense (Vassouras – RJ), a Universidade Federal da Bahia (BA), a Universidade de Brasília (DF). Também entram nessa lista mais duas paulistas, Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena (SP) e Universidade Federal de São Carlos (SP).

---

<sup>142</sup> “Para as comunidades do interior a expectativa da existência de faculdades em sua cidade fundamentava-se na existência de uma clientela aspirante aos cursos superiores. A ideia do montante dessa clientela era dada pela constatação do número de escolas secundárias nas cidades, bem como pela capacidade de formar aspirantes aos cursos superiores. Além disso, tal clientela tornava-se visível por meio de suas manifestações nas ruas ou em artigos publicados nos jornais locais” (ver: Anna Maria Martinez Correa, “Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Memória da Criação das Escolas que Vieram a Integrar a Unesp”, em Centro de Documentação e Memória da Unesp, *Unesp: 30 Anos*, Marília, Unesp, 2006, pp. 15-34. Disponível em: [https://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/15\\_34.pdf](https://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/15_34.pdf)

<sup>143</sup> Araraquara possuía uma escola superior de farmácia.

Através da evolução desta clientela, a Livraria Francesa registra o crescimento da rede de instituições de ensino superior no Brasil ao longo dos anos 1950 e 1960. Entre iniciativas federais e estaduais, ampliam-se o número de matriculados e o alcance da formação universitária, fazendo com que a ação do estabelecimento importador parta da capital para o interior do estado de São Paulo, passando aos demais estados da região Sudeste, e, finalmente, para as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país. Esse alcance nacional superava algumas dificuldades importantes, especialmente as disparidades econômicas regionais e as circunstâncias precárias de circulação das mercadorias no território.

O volume de compras e o esforço de distribuição reforçam, portanto, que a demanda pelo livro francês era muito presente nestas instituições. Desse modo, devemos reconhecer que as matrizes teóricas e metodológicas vindas da França se mantinham ativas na formação da intelectualidade brasileira, mantendo e reconstruindo vínculos através do processo de expansão de seu sistema universitário. A Livraria Francesa se desenvolve no atendimento a esta dinâmica sem abrir mão, como veremos, de selecionar e propor temas, autores e ideias que despertassem a inovação deste circuito paulistano que viabilizava trocas comerciais e culturais entre a França e o Brasil.

## Capítulo 2. A Difel Antes da Difel

*A economia do livro, já o assinalamos, nutre-se da circulação. Dos pequenos circuitos, que aproximam o público leitor, e dos circuitos maiores, definidos pelas grandes redes comerciais e pelos grandes espaços geográficos.*

Marisa Midori Deaecto<sup>144</sup>

O mercado do livro acompanhou o processo de metropolização de São Paulo, integrando-se à sua dinâmica cultural de modo complexo, como vimos. As livrarias foram estabelecimentos fundamentais que se multiplicaram diante das demandas de um público leitor em crescimento e das instituições responsáveis por sua formação. Então, uma vez definidos os aspectos internos que definiram essa realidade na dinâmica paulistana, trata-se agora de identificarmos as forças que contribuíram, de fora para dentro, para que a Livraria Francesa se consolidasse como um ponto de mediação entre o mercado brasileiro e um circuito de trocas mercantis e circulação de ideias em nível internacional, estabelecido entre a França e o Brasil.

Os dados de importação nacionais e da Livraria Francesa serão a base deste capítulo. Os primeiros deverão situar as oscilações do livro francês em nosso mercado ao longo do século XX para que possamos compreender como o casal Monteil integrou um movimento de retomada da produção francesa no exterior, em certa consonância com estratégias oficiais dos Estados francês e brasileiro na conjuntura política do pós-II Guerra. Em seguida, trataremos da evolução das importações da livraria, especialmente para identificar seus fornecedores e tentar compreender aspectos do alinhamento comercial e simbólico da empresa diante destas relações bilaterais.

Ao final, a esfera da circulação se mostrará como importante fator de viabilidade à produção livreira. Neste circuito maior, o volume de investimentos, o fluxo de mercadorias e as possibilidades de diversificar atividades lançarão as bases para o surgimento da Difusão Europeia do Livro (Difel), empresa-irmã da Livraria Francesa, direcionando Paul Monteil e seus sócios para o mundo da edição.

### 2.1 Diplomacia Cultural e Mercado Livreiro

---

<sup>144</sup> Marisa Midori Deaecto, *op. cit.*, p. 269.

### ***Concorrência entre Centros Difusores***

Entre as décadas de 1940 e 1950, a proliferação de livrarias e o crescimento do comércio livreiro na cidade de São Paulo estiveram muito ligados ao setor importador. Além das várias casas tradicionais fortalecerem seu acervo, novos estabelecimentos surgiram especializados no ramo, muitos deles fundados por imigrantes estrangeiros que se instalaram na capital nos anos anteriores e durante a II Guerra Mundial, como vimos, situação em que se incluiu o caso da Livraria Francesa.

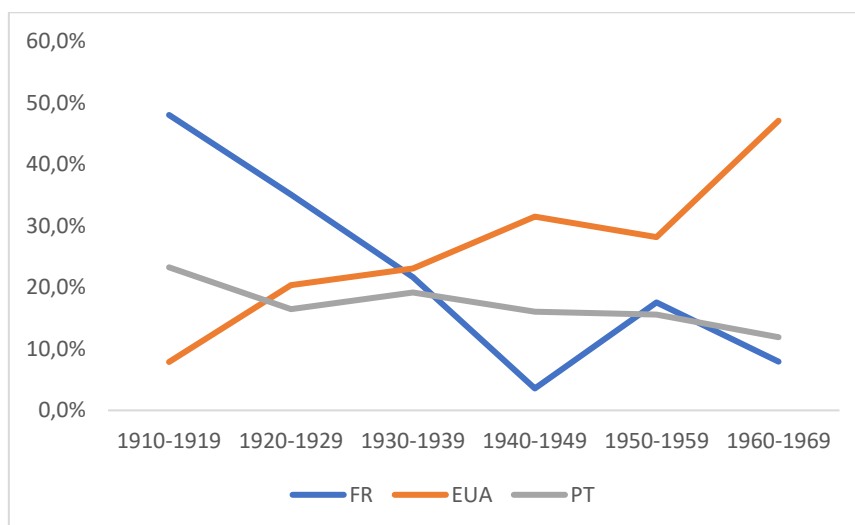
Contudo, para além desse quadro social que descrevemos, algumas questões econômicas beneficiaram a entrada e circulação dos livros importados. A partir de 1939 o mercado brasileiro passou a contar pela primeira vez em sua história com uma espécie de política de subsídio estatal sustentada em medidas de valorização do câmbio que incluíam o benefício a esta mercadoria. As decisões surgiram como forma de sanar as dificuldades de abastecimento ocasionadas pelo conflito mundial e não foram abandonadas com o seu encerramento, pelo contrário, aprimoraram-se como parte da reestruturação geral do sistema de importações em nível nacional: “sob ambos os sistemas, os livros estrangeiros recebiam tratamento preferencial [...] era em essência um subsídio cambial, subsídio tão grande que esses livros podiam ser vendidos no Brasil pela metade do preço dos países de origem!”<sup>145</sup>. Esta foi a base econômica que sustentou uma realidade tão favorável às iniciativas de velhos e novos livreiros que buscavam especializar-se no ramo.

Os principais centros fornecedores do mercado brasileiro no exterior ao longo do século XX foram França, Portugal e Estados Unidos.

---

<sup>145</sup> Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, p. 572.

**Gráfico 10. Importação Média de Livros da França, de Portugal e dos Estados Unidos – % sobre o valor total (1910-1960)**



Fonte: Gráfico elaborado a partir das tabelas de Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, pp. 863-865.

Até a I Guerra Mundial, os países europeus guardavam essa posição dianteira devido às referências culturais que representavam e à presença de seus agentes na constituição do comércio livreiro no Brasil ao longo do século XIX<sup>146</sup>. A ascensão dos EUA no mercado livreiro acompanha o processo de sua afirmação como a nova grande potência do capitalismo internacional nos anos 1920. Para alcançar tal hegemonia, valiam-se de uma forte indústria cultural que deveria agir como instrumento de propaganda de seus valores e beneficiar o estreitamento de relações, econômicas e simbólicas, com outras nações, especialmente aquelas situadas no continente americano. O cinema foi o meio por excelência da disputa ideológica do imperialismo estadunidense, mas os livros também tiveram lugar de destaque nestas políticas, primeiro através da difusão dos romances policiais e, mais tarde, dos livros didáticos e científicos. A tendência de crescimento progressivo da participação estadunidense, desenhada pelas linhas do gráfico, confirma essa dinâmica.

Sem desconsiderarmos a importância da produção portuguesa no Brasil, que se mantém relativamente estável em todo o período considerado, devemos reconhecer que a

<sup>146</sup> A ação pioneira de livreiros franceses já foi mencionada nos capítulos anteriores, bem como a referência da cultura francesa e sua presença na formação e na vida intelectual da sociedade brasileira. A importância de Portugal remonta, evidentemente, às relações coloniais com o Brasil. Além da língua comum, os livros portugueses eram beneficiados pela ação de comerciantes e mascates daquele país em diversas regiões do território brasileiro.

França sempre foi o principal concorrente a ser vencido nesta corrida internacional<sup>147</sup>. A força de sua tradição nos meios intelectuais brasileiros lhe garantia um domínio muito vantajoso neste mercado no início do século: entre 1910 e 1912, os livros de origem francesa representavam mais de 50% do valor total de importados e, mesmo sem representar absoluta maioria, ocuparam a ponta do *ranking*, com cerca de 40% do total até 1918, quando se inicia a ofensiva norte-americana. De todo modo, o abastecimento francês permanece na casa dos 30% até o início dos anos 1930.

A década seguinte será fundamental para a virada do livro americano. Além de receber o efeito das primeiras medidas cambiais de subsídio implementadas em 1939, neste período, seus concorrentes europeus serão diretamente impactados pelo desenrolar da II Guerra: entre 1942 e 1945 não há registros da entrada de livros franceses no Brasil, devido ao bloqueio comercial do país com os territórios ocupados pelos nazistas. Em 1944, o registro de livros portugueses também não existe. Essas interrupções eram inéditas e, principalmente no que diz respeito à França, abrem caminhos para que as mercadorias estadunidenses possam aprofundar relações como mercado brasileiro e, a partir daí, ocupar a dianteira de nossas importações.

Essa constatação pode parecer, à primeira vista, uma simples confirmação da “vitória” de um país sobre os outros, em termos comerciais e culturais. Mas interessa, para além da simples afirmativa, examinar a dinâmica mais profunda na qual se desenvolvia esta concorrência, sobretudo na polarização que se desenha entre França e Estados Unidos. O predomínio comercial francês no mercado brasileiro se estendia há pelo menos um século; desconstruir esse padrão há tanto estabelecido exigia um esforço político e econômico de grande vulto e não atingiria esta realidade de maneira imediata e homogênea.

Por mais que o imperialismo estadunidense avançasse sobre os hábitos, referências intelectuais e modo de vida da sociedade brasileira, quando se tratava de livros havia alguns obstáculos específicos a serem superados, atingindo inclusive mudanças mais estruturais de formação intelectual nas distintas camadas da sociedade brasileira.

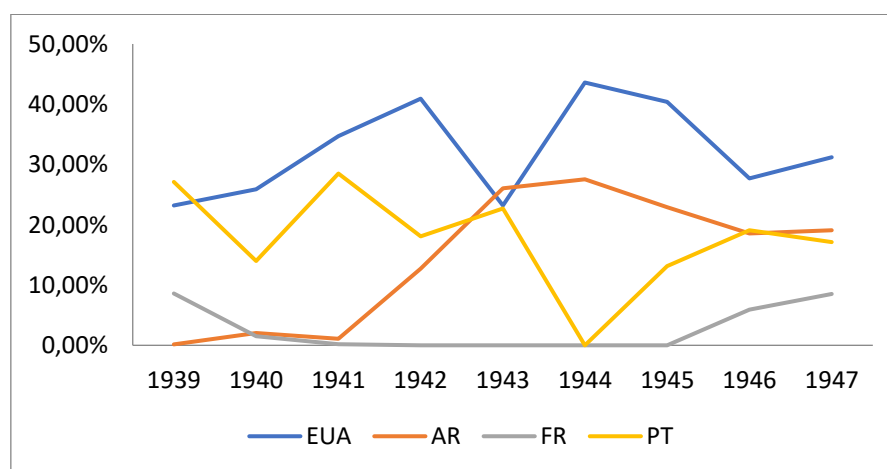
---

<sup>147</sup> O desenvolvimento da edição no Brasil dos anos 1930 cria pontos de tensão particulares com o livro português. À concorrência comercial, somavam-se questões culturais e de identidade nacional que levam os profissionais brasileiros a defenderem medidas restritivas à sua circulação, sobretudo, no campo das traduções (Nuno Medeiros, “Publishing Projects and the Transatlantic Book Trade between Portugal and Brazil: Circulation and Asymmetry, 1930-1960”, *Lingua Franca*, n. 7, 2021. Disponível em <https://www.sharpweb.org/linguafranca/2021-Medeiros>, último acesso: 8.2.2023. A Difel será alvo de algumas rusgas geradas por esse processo de emancipação do mercado brasileiro em relação à ex-metrópole, como veremos adiante.

Uma questão fundamental era o baixo grau de familiaridade dos leitores com o inglês. Mesmo entre a elite, a língua era muito pouco difundida, e sua presença nas escolas começa a ser mais significativa somente no fim dos anos 1960, quando o francês perde seu espaço.

Tanto era assim que as dificuldades de abastecimento do mercado livreiro importador nos anos 1940 favoreceu a Argentina. A nação vizinha possuía uma indústria editorial em ritmo de expansão desde o início da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), devido à paralisação do mercado peninsular e do exílio de muitos intelectuais na América hispânica. O livro argentino também se beneficiou da proximidade geográfica com o Brasil e linguística do português com o castelhano, rendendo-lhe destaque no quadro geral de importações com uma participação média de 22% do valor total de importados entre 1942 e 1945, chegando a superar pontualmente os EUA no ano de 1943 (26% do valor total importado contra 22,07%).

**Gráfico 11. Importação Média de Livros da França, de Portugal, da Argentina e dos Estados Unidos – % sobre o valor total (1939-1947)**



Fonte: Gráfico elaborado a partir das tabelas de Laurence Hallewell, *op. cit.*, pp. 863-865.

Neste quadro geral, vemos que a França será de fato a maior prejudicada nos anos da Guerra, situação que só poderá ser revertida na retomada do controle de seu mercado editorial com o fim da ocupação nazista. A força de suas empresas de edição e da imprensa possibilitaram que o setor fosse parte dos debates de reorganização política e econômica do país com certa relevância. Os responsáveis discutiam, no plano interno, as



punições às atividades colaboracionistas; e, no plano externo, tomavam consciência de que era necessário traçar uma estratégia para recolocar a indústria francesa do livro:

No Sindicato Nacional dos Editores, observavam-se, com prazer, os primeiros sinais da retomada, a duplicação dos títulos publicados na França em 1947, 14.746 contra 7.291 em 1945, e a reconquista dos mercados estrangeiros iniciada nesse mesmo momento. [...] Para ajudar os editores nesse trabalho de fôlego, o Serviço de Obras Francesas no Exterior tinha sido substituído no Quai d'Orsay pela Comissão Nacional do Livro Francês no Exterior e sua presidência fora confiada, simbolicamente, ao presidente da Assembleia Nacional [...]<sup>148</sup>.

Como se pode observar no trecho citado, a Comissão possui um *status*, estando vinculada à presidência da Assembleia Nacional; destaca-se também o fato de que ela se encontrará submetida ao Quai d'Orsay, expressão usada para nomear o Ministério das Relações Exteriores. Esta pasta se ocupará do livro e de outros temas ligados à expansão da cultura francesa, atuando como um órgão de caráter diplomático, característica digna de nossa atenção:

A política cultural externa de um Estado é o conjunto de meios colocados em prática pelo poder executivo com o objetivo de assegurar a representação da cultura nacional no exterior. No caso francês e alemão, esta tarefa fica a cargo do Ministério de Relações Exteriores: a política cultural externa é considerada como uma parte de suas relações exteriores e não uma subdivisão da política cultural do Estado<sup>149</sup>.

Ou seja, a garantia da representação cultural da França no exterior partia de uma estratégia diplomática, envolvendo a cultura como elemento de mediação para negociações e aproximações em outros âmbitos de sua relação internacional. Isso não era uma novidade na história do Estado francês, contudo, o fato de esta postura ter se mantido no período pós-Guerra define uma nova realidade<sup>150</sup>. É dessa escolha que se desenvolve

---

<sup>148</sup> Jean-Yves Mollier, *Edição, Imprensa e Poder...*, p. 218

<sup>149</sup> Elise Lanoe, *La Culture au Service de la Diplomatie. Les Politiques Culturelles Extérieures de la RFA et de la France au Brésil (1961-1973)*, Histoire, Université Charles de Gaulle-Lille III, 2012, p. 15. Tradução nossa.

<sup>150</sup> As relações intelectuais e culturais da França no exterior estiveram vinculadas ao seu Ministère des Affaires Étrangères ao longo de todo o século XX. Segundo o *Annuaire Diplomatique et d'Information du MAE-Paris*, os órgãos variaram ao longo do período, da seguinte maneira: Service des Ecoles et des Œuvres Françaises à l'Étranger (SEOFÉ), entre 1909-1910; Bureau des Ecoles et de Œuvres Françaises à l'Étranger (BEOFE), entre 1910-1918; Bureau des Travaux Sociaux, des Ecoles et de Œuvres Françaises à l'Étranger (BTSEOFÉ), entre 1918-1920; Services des Œuvres Françaises à l'Étranger (SOFE), entre 1920-1945; Direction Générale des Relations Culturelles (DGRC), entre 1945-1947; Direction Générale des Relations Culturelles et Œuvres Françaises à l'Étranger (DGRCOFE), 1947-1956; Direction Générale des Affaires Culturelles et Techniques (DGACTION), entre 1956-1969; Direction Générale des Relations Culturelles, Scientifiques et Techniques (DGRCST), 1969-1980; Direction Générale des Relations Culturelles (DGRC), a partir de 1980. Consultamos os arquivos relativos aos três últimos órgãos nos Archives Diplomatiques de

a disputa de hegemonia com nações concorrentes no mercado e na geopolítica mundial, em um período de tensões cada vez mais definidas a partir da polarização entre capitalismo e comunismo. Em outros termos, pode-se falar em uma Guerra Fria cultural na qual a França, apesar de estar alinhada ao bloco capitalista, tenta construir um espaço de relativa autonomia em relação aos EUA, adotando medidas que disputassem setores econômicos e uma posição de proeminência política em relação à liderança norte-americana<sup>151</sup>.

Como nação amiga, com uma longa tradição de vínculos culturais, e como maior mercado da América do Sul, o Brasil será um espaço privilegiado da atuação diplomática francesa, conforme relata a documentação da época. Em dezembro de 1944, poucos meses depois da retomada de Paris, o documento intitulado “Note sur la Propagande Artistique au Brésil”<sup>152</sup> propõe às autoridades da capital um plano de atividades artísticas, de exposições e de conferências a serem organizadas nas principais cidades brasileiras. Entre calendários e análises de conjuntura, o Serviço de Obras – até 1945 – e a Direção Geral – após 1945 – utilizam expressões como “*renaissance française*”<sup>153</sup> para nomear o esforço aplicado na reaproximação com a sociedade brasileira.

A preocupação com os Estados Unidos é frequente. Ela se dá em conjunto com os debates de época acerca da integração do continente americano. Os agentes do serviço francês acompanham processos eleitorais e outros espaços políticos como, por exemplo, a Conferência Interamericana, realizada em 1947, no Rio de Janeiro<sup>154</sup>. Ao avaliarem o debate das possíveis articulações do continente e o discurso de certa identidade histórico-cultural, os observadores franceses tentam medir o potencial de liderança estadunidense, e um possível afastamento de toda a região em relação à Europa e, especialmente, à França. Nesse sentido, observa-se o desenvolvimento de um discurso de ação

---

La Courneuve cotas 239QO (caixas 241-255) e 241QO (caixas 72-74; 206-210; 259). Segundo Márcio Rodrigues Pereira (*La Politique Culturelle Française au Brésil de 1945-1970: institutions, acteurs et Enjeux*, École Doctorale des Sciences Humaines et Sociales, Perspectives Européennes, Université de Strasbourg, 2014, pp. 371-373), o serviço passou a contar com apoio direto e indireto do Ministério da Cultura, a partir de 1959. É desse ano a criação de um ministério exclusivo para o setor.

<sup>151</sup> Elise Lanoe, *op. cit.*, p. 25. O termo Guerra Fria cultural se desenvolve no campo das relações internacionais para caracterizar as disputas ideológicas, hábitos e valores que envolviam diferentes Estados nacionais e grupos políticos na polarização comunismo x capitalismo. A França se aproxima dos EUA em 1947, afastando os elementos comunistas do governo, e recebe a segunda maior parcela do Plano Marshall, 22,2%. Contudo, ao longo dos anos 1950, acaba adotando uma postura de “neutralidade”, especialmente para se aproximar dos países do chamado Terceiro Mundo. Sobre isso, ver: Márcio Rodrigues Pereira, *op. cit.*, pp. 78-80. Veremos mais adiante como essa postura impacta o vínculo da sociedade brasileira com a tradição cultural e intelectual do país, inclusive em termos de recepção de sua produção editorial.

<sup>152</sup> Ministère des Affaires Étrangères, Archives de La Courneuve, Cote 241QO/72.

<sup>153</sup> *Idem*, fotos 241QO/206.

<sup>154</sup> *Idem*, *ibidem*.

antiamericana por parte dos responsáveis das relações exteriores francesas, que veem uma constante “ameaça” da potência americana para com a “influência francesa no Brasil”<sup>155</sup>.

Os documentos sobre a obrigatoriedade do idioma francês no ensino regular expressam muito bem essa disputa cultural e política. A entrada do inglês nos currículos se faz em detrimento da “*regression du français*”<sup>156</sup>, e essa substituição, ou pelo menos os longos debates em torno dela, serve para medir a queda de braço com a cultura estadunidense na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a questão é tratada como ponto de intervenção prioritário dos meios diplomáticos. Fica evidente, portanto, que a sociedade brasileira, por sua posição no Entreguerras e, sobretudo, o mercado que ela representa deveriam ser acessados a partir da presença cultural.

Alinhada política e economicamente ao bloco sob liderança estadunidense, como se viu, a França precisaria ser cuidadosa em sua competitividade. Para isso, o discurso, já muito enraizado, de ser portadora de um pensamento e de uma cultura universal cabia perfeitamente no processo de retomada da exportação de seus bens culturais para o mundo. Os livros eram seus instrumentos privilegiados, cumprindo um duplo papel: o de ser um beneficiado comercial dessa disputa e, ao mesmo tempo, de ser um instrumento ativo de divulgação da cultura<sup>157</sup>.

Em meio a essa conjuntura de reaproximação e retomada de relações com o Brasil, fica explícita a ideia de “se conceber no país uma política do livro em grande escala”<sup>158</sup>. Sucessivas exposições e feiras são organizadas pela Embaixada ao longo dos anos como forma de acentuar a propaganda e o comércio nos meios interessados. O livro ocupará um espaço desde a Exposition Française de 1945<sup>159</sup>, compondo o conjunto de mercadorias fundamentais a serem apresentados ao mercado brasileiro.

Ao lado de outras iniciativas, a intervenção da diplomacia francesa oficial surte efeitos. Entre 1947 e 1950, a França consegue dobrar seu percentual de participação junto às importações brasileiras de livros – de 8,5% a 17,5%. Ainda que não consiga superar a posição americana, entre 1953 e 1955 os livros franceses atingem certo equilíbrio com seus concorrentes. Na verdade, em 1953, quando considerados os dados de valores de

---

<sup>155</sup> Utilizamos o termo influência, que é recorrente na documentação.

<sup>156</sup> Ministère des Affaires Etrangères, Archives de La Courneuve, Cote 241QO/209.

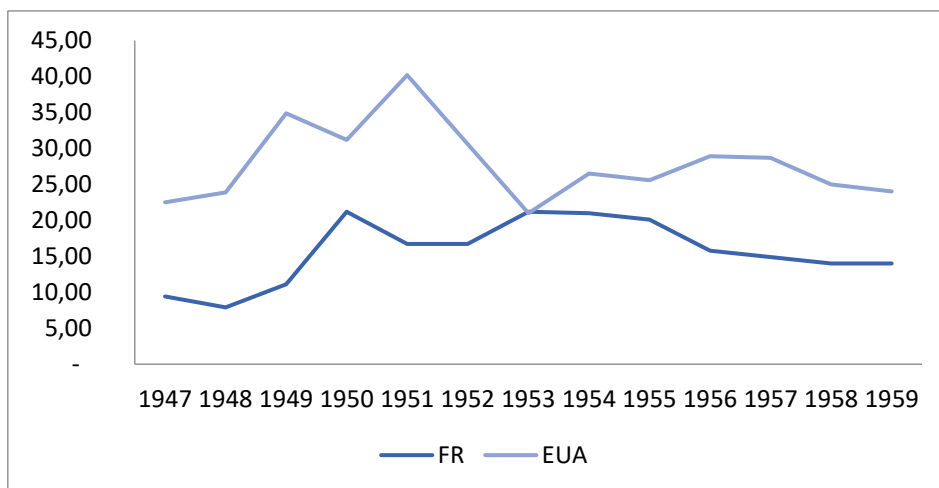
<sup>157</sup> Como ressaltado em Claude Hauser *et al.*, “Introduction”, *La Diplomatie par le Livre...*, pp. 9-10. O livro mantém um peso como objeto simbólico de importância nas trocas internacionais, pela sua dimensão física, de uma mercadoria, e por sua dimensão ideal, em que a mensagem veiculada estabelece pontes para fenômenos de transferência cultural.

<sup>158</sup> Ministère des Affaires Etrangères, Archives de La Courneuve, Cote 241QO/72.

<sup>159</sup> *Idem*, Cote 241QO/206.

importação, a França atinge 21,2% do total e consegue ultrapassar os EUA pontualmente, com 21%.

**Gráfico 12. Importação de Livros no Brasil, por origem: Estados Unidos e França (1947-1959) – % sobre o valor total**



Fonte: Gráfico elaborado a partir das tabelas de Laurence Hallewell, *op. cit.*, pp. 863-865.

Com os dados mais detalhados para o período 1947-1959, podemos observar que, antes de uma vitória do livro americano, desenha-se um movimento de competição comercial entre os dois países pelo menos até o ano de 1955. O processo foi acirrado se considerarmos o patamar de interrupção das exportações vivido pela França no período anterior, e o contexto de profunda retomada de sua economia em todos os setores, não apenas o livreiro.

Também é preciso destacar que a atuação desses Estados se dá em termos diferentes: se a França possuía a sua Comissão Nacional do Livro, os Estados Unidos atuaram no mercado através da United States Information Agency (Usia) e da United States Agency for International Development (Usaid). A iniciativa estadunidense tinha características bem-definidas para cada país, especialmente na América Latina, contando com parcerias diretas entre os governos, como no caso do Brasil<sup>160</sup>. Essa definição se dava a partir de uma correlação de forças, econômica e política, mais favorável aos EUA.

De todo modo, para além dos documentos citados anteriormente, que vão de 1944 a 1947, a França executou ao menos um acordo com o Estado brasileiro nos termos de

<sup>160</sup> Entre essas iniciativas, destaca-se o USIA Book Program (Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, pp. 574-575; 613-615). Não encontramos nenhum programa de fomento à exportação de livros ou de traduções nesse mesmo nível para o Estado francês, ainda que tenham se organizado os referidos departamentos para a promoção do livro no exterior.

uma diplomacia cultural, o *Acordo Bilateral de Cultura*, assinado em 1948. Sua importância para a definição das relações com o Brasil se faz presente nas discussões entre as autoridades e funcionários da Embaixada e os de Paris. Como ressalta Márcio Rodrigues Pereira, o documento demorou quatro anos para ser assinado, por conta da resistência do Quai d’Orsay ao termo de reciprocidade exigido pelas autoridades brasileiras<sup>161</sup>. Os responsáveis franceses atuantes no Brasil temeram durante esse tempo a possibilidade de limitar, ou mesmo impedir, sua intervenção no maior país da América do Sul.

Ainda que seus termos fossem genéricos, a questão da circulação de impressos é tratada no primeiro parágrafo do acordo:

Artigo primeiro: os dois governos facilitarão reciprocamente na medida do possível:

a) o envio e circulação de livros, revistas, publicações literárias, artísticas, científicas e técnicas<sup>162</sup>.

Este pressuposto de colaboração seria fundamental para que os órgãos diplomáticos pudessem desenvolver suas ações, e a posição logo no início do tratado com o Brasil revelava a importância do setor no conjunto de bens produzidos pela indústria cultural francesa. Tratado como “embaixador espiritual”<sup>163</sup>, o livro foi a primeira mercadoria a retomar estes circuitos de exportação.

Retomando a distinção em relação às ações estadunidenses, a estratégia cotidiana da diplomacia francesa para o livro se pautará na presença de instituições movidas pela sociedade civil, contando com o apoio da comunidade francesa, empresas multinacionais e seus dirigentes, e também em parcerias com indivíduos e instituições brasileiras interessados nas relações culturais com a nação europeia. Institucionalmente, havia um esforço consciente de que o auxílio ou diretrizes oficiais não ferissem a imagem de independência dessa rede, por isso, as intervenções diplomáticas eram mantidas com discrição e, normalmente, eram aplicadas de modo indireto.

Trataremos das livrarias mais adiante, por ora, ressaltamos que a preocupação com a entrada de livros no Brasil aparece recorrentemente nos arquivos diplomáticos ao lado das propostas de intervenção nos Liceus de São Paulo e Rio de Janeiro e nas Alianças

---

<sup>161</sup> Segundo o autor, a França exigia uma cláusula de prioridade em relação a outros países. Para o Brasil era interessante que qualquer termo fosse recíproco diante de seus interesses de projeção no universo europeu e de liderança na região latino-americana (Márcio Rodrigues Pereira, *op. cit.*, p. 181-187).

<sup>162</sup> Ministère des Affaires Étrangères, Archives de La Courneuve, Cote 241QO/206.

<sup>163</sup> Hervé Renard e François Rouet, “L’Économie du Livre: De la Croissance à la Crise”, em P. Fouche, *L’Édition Française...*, p. 669.

Francesas de várias capitais. Nos dois casos, as bibliotecas são tratadas como espaços prioritários para a projeção da cultura, e remessas de livros são enviadas de forma regular como forma de mantê-las atualizadas e interessantes ao público. No caso das Alianças, essa organização é ainda mais importante, pois elas atendem o público brasileiro e são tidas como órgão de influência nas sociedades locais<sup>164</sup>.

Considerando tanto os dados quantitativos quanto as ações apresentadas pela documentação, podemos concluir que a dinâmica das importações revela uma conjuntura de disputa comercial e ideológica benéfica ao estabelecimento de um afluxo intenso de livros franceses no Brasil após 1945. A concorrência com o livro estadunidense, que, ao final, assume uma posição de líder *hors concours* desse mercado, dita o direcionamento das políticas oficiais, demonstrando que a circulação de ideias e livros no período não ficou relegada à ação de uma mão invisível:

A diplomacia cultural representa a forma mais institucional e a mais voluntarista das relações culturais internacionais, e pode ter reviravoltas agressivas quando se torna propaganda ou quando se alia a interesses políticos e econômicos precisos. Não nos surpreende, portanto, ver diversas situações em que a circulação de livros se enquadra em um contexto de tensões exacerbadas entre Estados rivais ou no interior de um mesmo território nacional. O livro se torna assim uma brigada a serviço de uma “cultura de guerra” que o rebaixa ao nível de mero instrumento de propaganda, cujo conteúdo é severamente controlado e a circulação orientada tendo em vista o máximo impacto político e ideológico sobre o adversário designado. Que o conflito tenha por base as rivalidades coloniais e imperialistas na África do Sul, a efetivação de um regime ditatorial como o da Espanha franquista, ou ainda as repercussões latino-americanas da Guerra Fria, período em que a cultura e notavelmente o mercado editorial serão mais do que nunca utilizados em favor de um ou de outro campo, em todos os lugares se impõe um modelo dominante [...]<sup>165</sup>.

Os autores nos alertam para o fato de que, em termos de ação entre Estados nacionais, o livro é utilizado como instrumento de propaganda que reforça hierarquias e processos de dominação. Devemos reter essa ideia, pois ela perpassa alguns episódios fundamentais do desenvolvimento da Livraria Francesa em São Paulo na medida em que

---

<sup>164</sup> Diversos documentos do MAE debatem a implantação das Alianças Francesas no Brasil desde 1947. A título de exemplo, destacamos dois relatórios do ano de 1955: o primeiro, intitulado “A Influência das Alianças Francesas no Estado de São Paulo” (visita 04.09, fotos 56 a 58), é exemplar do papel que esses organismos deveriam exercer em prol da agenda da diplomacia cultural francesa. O segundo registra as avaliações do curso de bacharel em letras francesas ministrado em uma parceria entre a Aliança Francesa e o Liceu de São Paulo desde 1948 (visita 14.08, fotos 164-172), ressaltando a importância da regulamentação do curso e de seu papel na manutenção do francês como língua obrigatória no ensino secundário no Brasil.

<sup>165</sup> Claude Hauser e François Valloton, “Introduction”, em C. Hauser *et al.*, *La Diplomatie par le Livre...*, pp. 12 e 13. Os autores complementam a ideia de Guerra Fria cultural apresentada a partir da obra de Elise Lanoe, *op. cit.*, trazendo o conceito para as discussões da história do livro e da edição.

ela participa desse interesse geral de afirmação da cultura de uma nação imperialista no exterior.

Entretanto, não podemos atribuir esses resultados comerciais positivos apenas às iniciativas comandadas por órgãos franceses. Eles se efetivam também a partir de uma política favorável à entrada mercadorias estrangeiras no Brasil, já mencionada, e dependem, ainda, da demanda do público brasileiro levando em conta suas condições de recepção no que diz respeito aos respectivos idiomas e ao interesse na produção oriunda desses países. Diante destas variáveis, é preciso considerar também as contradições que essa mercadoria especial pode colocar ao tal modelo dominante:

Instrumento diplomático de primeiro plano, o livro pode se tornar um verdadeiro vetor de aculturação difundindo amplamente, e por diversas gerações, um repertório simbólico nacional para além das fronteiras de um país. Apesar disso, nem tudo se resume aos poderes e efeitos da propaganda diplomática no que diz respeito às relações culturais internacionais. Para além da diplomacia cultural dominada pelo papel determinante do Estado, as trocas culturais podem se valer de relações mais equilibradas, tendo em conta as necessidades, desejos e interesses dos países envolvidos<sup>166</sup>.

Ao promover e facilitar a difusão de livros como parte de um repertório geral de sua cultura, o Estado deixa um espaço aberto para a difusão de ideias dissonantes, presentes em suas próprias polêmicas internas no campo da política, das artes, da filosofia, da história e da produção científica como um todo. O equilíbrio nestas relações dependerá de fatores que, por vezes, escapam à ação oficial – no centro produtor e no mercado que ela pretende atingir.

Desse modo, é necessário refletir como estas determinações vindas “de cima para baixo” ou “de fora para dentro” articulam-se com os interesses e condições do meio de recepção. Afinal, é como empresa brasileira, especializada no livro francês, que a Livraria Francesa compõe esse cenário internacional que acabamos de analisar. Nesse sentido, a viabilidade comercial e a consolidação de seu papel mediador dependerão de escolhas, interesses e possibilidades de outras instituições, grupos e indivíduos envolvidos nas trocas comerciais e simbólicas entre Paris e São Paulo.

---

<sup>166</sup> *Idem*, p. 13.

## ***Ação e Política Cultural***

Ainda que os órgãos diplomáticos de uma nação imperialista tenham força para direcionar suas intenções na disputa da sociedade brasileira, esta não se concretiza de modo unilateral<sup>167</sup>. Muitos são os aspectos de mediação nesse processo, como a realidade política e sociocultural da cidade de São Paulo, analisada no primeiro capítulo, a relação entre a conjuntura econômica nacional e o campo de disputas ideológicas que ela incentiva ao beneficiar as importações de livros no imediato pós-Guerra.

Em 1945, Rubens Borba de Moraes analisa esse contexto histórico e opina sobre o futuro, mostrando que intelectualidade brasileira e seus mediadores culturais não estavam passivos diante das movimentações internacionais no campo da cultura:

Se é verdade que nós brasileiros não sofremos com a destruição material causada pela guerra, nós não fomos menos vítimas de sua capacidade de abatimento moral. Nos anos em que ela durou, nós vivemos um clima de cerceamento da liberdade de pensamento. A moralidade se tornou uma apologia à ignorância. A manipulação se tornou uma virtude. É trágico pensar que toda uma geração de jovens brasileiros foi formada neste clima. Ela não pôde conhecer outra coisa; não pôde ler os jornais, as revistas, os livros de outros países onde reinou outra atitude. O Brasil ficou fora do mundo, não pudemos saber o que se passava na Espanha, não pudemos compreender Munique. Somente mais tarde, quando os Estados Unidos entram na Guerra e, felizmente, o Brasil decide segui-los que nós pudemos começar a ter a real noção do perigo que nos ameaçava internacionalmente.

Para os brasileiros, a tomada de Paris foi como uma porta que se fechou para o mundo. Habitados que estávamos em receber da França os livros e as revistas que serviam de matéria prima para nosso pensamento, nos vimos subitamente privados desse alimento que nos fora sempre tão necessário. Nós nos voltamos sobre o livro, a revista, a língua americana, tudo isso generosamente ofertado por um país que teve o mérito de nos mostrar que nós também éramos americanos que nós éramos parte de um continente que se formou sob a égide europeia do ponto de vista cultural. Por esta política de boa vizinhança, nós aprendemos a não nos considerarmos mais um povo colonial e inferior, mas sim herdeiros e depositários de uma cultura. [...]

Mas não devemos continuar a nos olharmos apenas entre americanos. A Europa não desapareceu e sua cultura tomou novas formas que nós temos a obrigação de conhecer. Querer suprimi-la significa nos mutilarmos. Nós fazemos parte da América, é verdade, e

---

<sup>167</sup> Retomamos aqui as ideias de Pierre Bourdieu, “Les conditions sociales...”. A capacidade de intervenção, desenvolvimento e o sentido da circulação internacional de ideias – e mercadorias como os livros – se efetivam frente à interação e correlação de forças estabelecidas entre, ao menos, duas partes deste circuito: de um lado o meio produtor, de outro, o receptor. As condições de cada lado estão submetidas, evidentemente, a hierarquias e diferenças de poder construídas historicamente, mas devemos identificar essa heterogeneidade como elementos de um movimento complexo que, apesar das tendências, não pode ter seus resultados concebidos como um dado de antemão. O Estado, com todo o peso de suas estruturas, mesmo dentro da ideia de diplomacia cultural, representa um destes fatores e não está livre de desvios, resistências e mesmo da subversão de seus interesses.



este fato nos liga intimamente aos Estado Unidos, contudo, nosso lugar nesse continente é a América Latina e isso nos vincula aos povos que são herdeiros do modo de vida e do pensamento latino. [...]

Depois da queda da França nós ficamos como amputados, equilibrando-nos sob uma só perna: a americana. Isso foi bom, pois ela se fortaleceu. Mas felizmente, nós recebemos agora nossa outra perna de volta, a francesa, que deverá nos reestabelecer equilíbrio<sup>168</sup>.

O artigo expressa a percepção de um intelectual brasileiro sobre a realidade de disputas que acabamos de descrever por meio do cenário de importações de livros no Brasil. Rubens Borba reconhece o ambiente de polaridade internacional entre França e EUA, reivindicando a necessidade de reestabelecimento dos vínculos de seu país com a produção intelectual vinda da nação europeia. No entanto, no lugar de um dirigente cultural em ascensão nos meios brasileiros<sup>169</sup>, ele faz seu discurso de forma cuidadosa, avaliando a situação como fato passível de um equilíbrio para o qual, por um lado, contribuía as novas perspectivas de identidade e ação colocadas pela potência americana, especialmente no que diz respeito à ruptura com uma atitude colonizada nos meios nacionais; por outro, urgia a reabertura daquela que sempre foi a nossa “porta para o mundo” e fonte de “matéria-prima para o nosso pensamento”, que então se recolocava como referência de “outras atitudes” para superação de um contexto nacional de opressão e obscurantismo.

Com um verniz conciliador, a construção revela a consciência do intelectual quanto à necessidade de traçar estratégias de posicionamento diante daquele cenário. Rubens Borba sabia que a “política de boa vizinhança” dos norte-americanos não poderia ser desprezada por uma pessoa em posição de destaque e comprometida com instituições nacionais que poderiam se beneficiar dela, mas neste momento consegue definir um lugar de exaltação para as relações França-Brasil e defendê-las publicamente. Um discurso complexo que estabelece um campo de interesses sobre os quais as instâncias de atuação imperialistas, dos dois lados, poderiam incidir e negociar para conquistar seu espaço.

Sendo assim, a fala de Rubens Borba de Moraes nos atenta para o plano das ações de pessoas e instituições que, no lado brasileiro, compunham esse cenário de possibilidades, parcerias e hierarquias transnacionais. Como ele, outros dirigentes,

---

<sup>168</sup> Rubens Borba de Moraes, “Revistas Francesas”, *O Jornal* (Rio de Janeiro), 16.9.1945. Artigo consultado em Visita 16/09\_fotos 153 e 154.

<sup>169</sup> Rubens Borba de Moraes (1899-1986) foi diretor da Biblioteca Mário de Andrade (1935-1943), fundador do curso de biblioteconomia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1936) e dirigiu o Serviço de Informações e Biblioteca da Organização das Nações Unidas ao deixar seu cargo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1948.

empreendedores e profissionais ligados ao setor da cultura se valeriam de seus interesses, contradições e poder de decisão para favorecer ou não a correlação de forças destas presenças estrangeiras em nossa sociedade.

Paul e Juliette Monteil situam-se nesse universo. Já discorremos sobre o potencial papel mediador que detinham para fundar uma livraria importadora sendo imigrantes franceses em São Paulo, agora, temos que entender melhor a posição que ocuparam diante das incursões realizadas pela diplomacia francesa no Brasil, pois algumas questões permanecem em aberto quando visualizamos essa dinâmica de fora para dentro: como uma francesa e um francês naturalizado brasileiro, saídos há mais de uma década da França, beneficiar-se-iam das políticas oficiais para a retomada do livro francês? Eles se aproximaram diretamente do corpo diplomático de seu país natal? Suas iniciativas foram reconhecidas e tratadas como aliadas das autoridades francesas responsáveis pelo setor?

Quando tratamos de diplomacia cultural há uma distinção a ser feita<sup>170</sup>. De modo geral, o termo define relações que partem dos organismos responsáveis de um Estado nacional em relação a outro, atingindo esferas das sociedades envolvidas. Estas medidas oficiais podem ser denominadas de modo mais específico como a política cultural externa dos respectivos países, relacionando-se e diferenciando-se da ação cultural que envolve agentes públicos ou privados – instituições, grupos ou indivíduos. Ou seja, embora detenham um campo de atuação comum, a política que visa garantir a presença cultural de uma nação no exterior nem sempre está diretamente coordenada com iniciativas da sociedade civil neste campo. Mesmo as alianças permanentes ou circunstanciais não impedem um relativo grau de autonomia entre as partes, para que possam agir até em relação contraditória entre si.

As intenções e interesses que partem, sobretudo, de Paul Monteil<sup>171</sup> se encontram inevitavelmente com a política e a ação cultural de outros mediadores. Distinguir a natureza dessas relações nos ajuda a compreendê-las, conforme passamos a analisar.

O momento incitava à exploração de possibilidades, pois, apesar da concorrência, a perspectiva de retomada das relações franco-brasileiras era positiva e contava com um histórico favorável em termos de intercâmbio cultural, como também assinala o posicionamento de Rubens Borba de Moraes. Em fevereiro de 1947, Paul Monteil foi

---

<sup>170</sup> Elise Lanoe, *op. cit.*, pp. 15-16.

<sup>171</sup> Aqui a figura de Juliette fica em outro plano, o da gestão comercial cotidiana da livraria. Ela não se envolve nas negociações com o exterior, como nos apresentam os relatos de frequentadores e antigos funcionários. Há, desde o início, uma espécie de divisão de tarefas do casal nesse sentido.

pessoalmente a Paris fazer contato com editores para importar os primeiros livros. No Brasil, ele busca, igualmente, as instituições que atuavam na expansão internacional da economia e cultura francesa, para que as primeiras caixas trazidas em sua bagagem pudessem se multiplicar e estabelecer uma verdadeira empresa no ramo de importações. Duas cartas e alguns boletins econômicos de uma entidade chamada Société Française d' Études et Recherches Économiques (S.F.E.R.E) relatam aspectos dessa construção de vínculos entre São Paulo e Paris.

Os referidos boletins são pequenas publicações, em formato de relatório, com dados sobre a economia brasileira e de outros países, bem como algumas diretrizes de ação possíveis para a atuação de empresas francesas pelo mundo. As avaliações trazem um conteúdo antiamericano, fato que levou à polícia a identificar a Société como um órgão internacional comunista<sup>172</sup>. O conteúdo indica a formação de uma rede de cooperação entre empresas francesas e os cidadãos que viviam fora do país. Paul Monteil é apresentado como o responsável pela entidade em São Paulo, ao lado de M. Peggy da Câmara de Comércio. No Rio de Janeiro, a S.F.E.R.E estaria submetida à Sociedade de Estudos e Pesquisas Industriais e Comerciais (S.E.P.I.C), sob responsabilidade de Eduardo Souza Dantas<sup>173</sup>.

Desta maneira, a Société não parece ser uma iniciativa oficial do Estado francês, tampouco uma organização vinculada a partidos ou agremiações políticas. Seus registros evidenciam a mobilização coletiva de expatriados que, trabalhando em empresas e setores ligados à economia francesa, estavam comprometidos com a reconstrução econômica de seu país de origem. Outras redes como essa devem ter surgido e é interessante ver que, pelo menos no início de suas atividades, Paul Monteil procurou ter uma posição ativa nesses espaços.

As cartas encontradas na apreensão do Dops revelam um outro movimento de Monteil, esse sim, direcionado a uma aproximação das instituições estatais. Na primeira missiva, endereçada ao casal de amigos André e Madelaine Payre-Ficot, em 5 de outubro

---

<sup>172</sup> Não pudemos apurar o caráter da instituição, pois ela não aparece para nós em pesquisas digitais e não conseguimos avançar em um diálogo com instâncias da representação francesa no Brasil para consultar arquivos que possam identificá-la. Em seu depoimento, Monteil nega essa ligação e define a entidade como um órgão de pesquisa internacional, de responsabilidade das Câmaras de Comércio Francês nos respectivos países, com o objetivo de mapear suas condições econômicas.

<sup>173</sup> Não encontramos referência sobre a Sepic. Eduardo Souza Dantas foi um piloto automobilístico. Uma figura mais próxima dessa realidade seria o diplomata Luiz Martins de Souza Dantas, que estava na embaixada de Paris durante a II Guerra e ficou conhecido por conceder passaportes a judeus e outros perseguidos pelo nazismo. Informações disponíveis em: [http://paris.itamaraty.gov.br/fr/hommage\\_a\\_souza\\_dantas.xml](http://paris.itamaraty.gov.br/fr/hommage_a_souza_dantas.xml); <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=133>, acesso em 30.4.2019.

de 1947, Monteil conta com certo entusiasmo as possibilidades de expandir a sua livraria e mudar para a Praça da República – a Sociedade de Intercâmbio ainda funcionava no escritório da Rua Benjamin Constant. Monteil fala como os negócios estão se desenvolvendo e menciona que o Estado francês, através de suas representações no Brasil, o auxiliaria no crescimento da empresa:

[...] eu tive o prazer de receber, sem baixar a bandeira nem me expor aos inimigos, o apoio espontâneo das autoridades francesas: o adido cultural me bajula, oferecendo sua influência junto aos editores técnicos, junto aos quais deseja despertar a boa vontade de exportar seus livros, prometendo-me transporte aéreo gratuito; que ainda precisam ser convencidos a exportar, e me prometendo o transporte aéreo gratuito em breve; o adido da informação me chamou para o Rio para assegurar de sua ajuda, pois tem o interesse que a imprensa francesa chegue melhor e mais rapidamente neste país [...]. O adido de informação em São Paulo, que ocupa as funções do famigerado Funk, me instruiu ainda para que eu me aproxime de intelectuais etc...<sup>174</sup>

As boas notícias são apresentadas ao colega após alguns comentários sobre as divergências entre os grupos políticos franceses que disputavam a reconstrução do país no pós-Guerra, por isso, Monteil faz questão de dizer que não precisou abrir mão de suas posições para obter apoio dos representantes<sup>175</sup>. A outra carta vem do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1948. O remetente parece ser o adido do Serviço de Informações, mencionado no trecho anterior<sup>176</sup>. Mais uma vez, a conversa é introduzida a partir de questões políticas, sobretudo da reorganização das embaixadas no Brasil, e o autor do texto se coloca em conflito com os elementos gaullistas nas atividades em que trabalhava. Ao que tudo indica, ele pretendia ser um representante da Sociedade de Intercâmbio, no entanto, diante dos desgastes, não se via em condições e indica outro contato.

Nos dois discursos, vê-se que as promessas eram bastante audaciosas, incluindo a gratuidade no transporte das mercadorias por avião, o que beneficiaria o empreendimento de modo significativo. Não é possível saber até que ponto foram cumpridas, contudo, a abertura desses canais de diálogo demonstra como o livreiro teve de percorrer diversos caminhos para se estabelecer, buscando, além do contato direto com o mercado editorial

---

<sup>174</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Ordem Política. Prontuário 19030. Imagem digitalizada: prontuário19030\_f040\_01. Tradução nossa.

<sup>175</sup> A referência a Funk, provavelmente Jacques Funk um dos responsáveis pela organização do comitê Franceses Livres em São Paulo, remete às querelas entre Monteil, Ficot e a direção da Textillia, que serão retomadas no Capítulo 3. Os dois amigos estariam à esquerda do restante do grupo, e André avalia em outra carta que foram demitidos da empresa por divergências políticas.

<sup>176</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Ordem Política. Prontuário 19030. Imagem digitalizada: prontuário19030\_f064\_01.

da França, a comunidade francesa que visava atuar em prol da economia de seu país e as autoridades que poderiam conceder medidas oficiais em seu benefício. No momento em que ainda não havia condutas bem-estabelecidas frente a um Estado em reorganização, Paul Monteil mobiliza os canais acessíveis, ou estabelecidos, em território brasileiro.

Entre São Paulo e Paris, as ações individuais de Paul Monteil, em alguma instância movidas pelo simples interesse de consolidar seu estabelecimento comercial, atuam no nível da ação cultural, tentando de modo muito inicial articular-se diretamente a outras ações e à política cultural da França para o exterior. Ele se dedica a elas tentando mobilizar relações simbólicas e institucionais construídas historicamente, no entanto, no contexto do pós-Guerra, essa dinâmica de trocas estava em processo de reorganização e ainda era muito incipiente nas duas esferas, privada e estatal, e a Livraria Francesa começa suas atividades com alto grau de autonomia em relação aos agentes de seu país.

### ***A Comissão Nacional para o Livro Francês no Exterior***

Os editores franceses, como vimos, ainda estavam criando condições para retomar suas exportações, e muitas atividades recomeçavam praticamente “do zero”. Apoiados no Estado, tinham uma iniciativa essencial que era a Comissão do Livro Francês no Exterior – criada pelo decreto n. 49.980, de 9.6.1948, e que conclui suas primeiras atividades em 1949<sup>177</sup>. O relatório conclusivo define expressamente a condição prioritária do livro nas trocas culturais:

É por considerarmos o livro como o principal instrumentos das trocas culturais entre países que ele deverá ser tomado como uma mercadoria privilegiada de uma época em que diversos obstáculos se contrapõem e mesmo impedem as trocas comerciais<sup>178</sup>.

O objetivo da Comissão era o de “estudar todas as medidas necessárias para melhorar a difusão do livro francês no exterior [...]”<sup>179</sup>. Para isso, o estudo avalia as condições de circulação do livro no comércio internacional desde 1939, identifica a concorrência, avalia a posição das edições francesas, diagnostica os principais obstáculos econômicos, financeiros e logísticos. Desse modo, deveria propor uma estratégia de ação e resoluções objetivas a serem desenvolvidas pelos órgãos competentes na ação internacional.

---

<sup>177</sup> Commission Nationale du Livre Français à L’Etranger, *Rapport Générale et Annexes*, Paris, Imprimerie Nationale, 1949. Consulta ao documento na Bibliothèque Nationale de France, cote: 8-Q-7558.

<sup>178</sup> *Idem*, p. 35.

<sup>179</sup> *Idem*, p. 5.

O documento traz um panorama geral do comércio de livros, considerando o histórico pré-1939 e as novas condições do comércio mundial, a partir da reestruturação das economias europeias, suas políticas cambiais e a retomada de relações com os países fora da Europa. Nesse aspecto, a elaboração do relatório coloca o livro como mercadoria privilegiada que deveria ser promovida em duas dimensões: a comercial e a não comercial. Em outras palavras, significava pensar a circulação do livro no mercado, estratégias de exportação, publicidade e venda, ao mesmo tempo que se praticavam ações de atendimento a bibliotecas, envio de livros e doações gratuitas a instituições estrangeiras.

Ambas deveriam caminhar juntas, pois na ação não comercial residia um elemento de propaganda do próprio livro e, sobretudo, de disseminação do referencial francês nos mais diversos domínios intelectuais, técnicos e culturais. Este último aspecto serviria também ao fomento do interesse por outras mercadorias e tecnologias vindas da França para o mercado brasileiro.

O comércio de livrarias é, portanto, um tema fundamental desta abordagem, visto que nos estabelecimentos de venda de livros estão as bases da inserção do livro nas sociedades em questão. Tanto no âmbito comercial quanto no não comercial, as livrarias viabilizam a presença e circulação material desses bens culturais. O estudo constata melhores condições para a divulgação do livro francês em localidades que contam com um estabelecimento especializado, sobretudo quando estes são dirigidos por franceses ou contam com a maior parte de capital de origem francesa. A especialização se configura como um destaque e atrativo para as mercadorias e a presença de um dirigente francês agregaria, segundo o relatório, o conhecimento apropriado daquilo do que era vendido e, por consequência, um melhor direcionamento de suas vendas.

Sendo assim, os responsáveis pela elaboração do relatório apontam uma diretriz fundamental a ser executada por todos os órgãos encarregados da difusão do livro, em especial aqueles submetidos ao Ministério de Relações Exteriores: estabelecer pontos de apoio que centralizassem a entrada e distribuição do livro francês nos diversos países<sup>180</sup>. A questão da centralização respondia à necessidade de formar estoques e superar as dificuldades operacionais como a lentidão dos transportes, taxas de importação e a variação do câmbio, todas elas fundamentais para o controle – e possível queda – dos preços. Ela também deveria responder às questões da demanda intelectual, que é em certa

---

<sup>180</sup> *Idem*, pp. 87 e 88.

medida ideológica, por esses livros franceses, visto sua posição como mercadorias particulares – “agente de expansão de nossa civilização”<sup>181</sup>.

Estes centros de apoio poderiam se conceber a partir da fundação de novas livrarias especializadas ou de parcerias com livrarias preexistentes nos mercados de interesse. Por isso, o relatório traz um anexo com o levantamento dos estabelecimentos interessados, ou com potencial de parceria. A listagem parece bem importante para as conclusões do relatório, pois lança as bases para as prospecções em torno da realização dessa linha política geral.

No Brasil, são listadas treze livrarias entre Bahia (sete), Rio de Janeiro (quatro), São Paulo (uma) e Porto Alegre (uma) e, para nossa surpresa, a Livraria Francesa, na ativa havia cerca de dois anos quando da publicação do relatório, não figura entre elas<sup>182</sup>. Em São Paulo é mencionada a Civilização Brasileira, que aparece também como potencial parceira no Rio de Janeiro e na Bahia. É surpreendente que a empresa de Monteil não seja citada, pois além de ser explicitamente uma livraria especializada, outras características se enquadravam nas preferências levantadas pelo relatório, entre elas, o de ser uma empresa dirigida por um francês, preferencialmente residente e inserido no mercado em questão<sup>183</sup>. Além disso, vimos que o livreiro Monteil teve contatos, ainda que pontuais, com autoridades do consulado de São Paulo.

Apesar da surpresa, podemos compreender o fato. A instabilidade política da reorganização da França pós-1945 parece se revelar no ambiente diplomático, como o próprio Monteil registra em umas das cartas citadas anteriormente. No que diz respeito à Comissão, o desconhecimento sobre a Livraria Francesa pode ter a ver, direta ou indiretamente, com essa disputa, especialmente no que compete a certa desorganização e desencontros de informação devido à criação, fechamento e regulamentação de órgãos, troca de funcionários etc. O interesse por sua existência está ali, as autoridades buscam um estabelecimento com as suas características e propósito, mas ela se perde entre as informações e os diferentes níveis de relação estabelecidos entre o Brasil e a França em um momento conturbado política e economicamente.

---

<sup>181</sup> *Idem*, p. 83.

<sup>182</sup> *Idem*, p. 178. Reproduzimos a lista – Bahia: Civilização Brasileira, José Olympio, Livraria Paulo de Azevedo, Livraria Caravelas, M. Marcel Ghand, M. Peano, Briguet Garnier; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Guanabara, Centro de Expansão Franco-Brasileiro, Freitas Bastos; São Paulo: Civilização Brasileira; Porto Alegre: Kosmos.

<sup>183</sup> *Idem*, p. 82.

De todo modo, é interessante observar o fato de que a iniciativa do casal Monteil se adianta de alguma forma, tanto à dinâmica do mercado editorial francês quanto à política cultural em desenvolvimento pelas autoridades e órgãos diplomáticos. Não se trata de dizer que os livreiros tivessem condições de prever ou agir acima de forças tão poderosas quanto as do Estado francês, mas sim de identificar que os interesses pessoais e a própria realidade brasileira motivam a sua busca pela retomada de laços culturais que então haviam se esgarçado e até se rompido em algumas esferas.

O mercado se renovava, seu interesse pela produção intelectual francesa e seus livros também, como detalharão os itens finais deste capítulo. Ao criarem uma livraria importadora especializada, Paul e Juliette identificam e respondem a essa demanda, principalmente por seu conhecimento e envolvimento com os meios intelectuais paulistanos. Talvez também estivessem informados sobre a organização de editores, de outros agentes do mercado e da política francesa para colocar a pauta da exportação na agenda oficial, mas de início não puderam contar com ela, fundando sua empresa e tomando iniciativas de modo autônomo. Entretanto, com o avanço destas discussões na França, os livreiros não poderão escapar das medidas que reposicionam o livro como instrumento de sua diplomacia cultural.

## **2.2. Conexões Paris-São Paulo: Importações e a Ação do Capital Francês**

### ***Novos Investidores e a Livraria Francesa***

Antes mesmo da implantação da Comissão Nacional do Livro Francês no Exterior, os responsáveis do Serviço de Obras discutiam a possibilidade de estabelecer parcerias ou de se fundar uma livraria especializada no Brasil, sondando as declarações de intelectuais e artistas, como demonstram os arquivos consultados no Ministère des Affaires Étrangères (MAE). O artigo de Rubens Borba de Moraes estava registrado nesta sondagem, assim como outros que chamam a atenção ao tratar da cultura francesa a partir dos livros:

Para aqueles que têm dúvida sobre a vitalidade da cultura francesa, aconselho que entrem em uma de nossas livrarias para constatar o quanto o pensamento francês continua ainda pulsante e incomparável,



apesar dos trágicos acontecimentos que se abateram sobre a França [...]  
184

O artista plástico e crítico de arte Ciro Mendes defende a cultura francesa, incitando, e mesmo provocando, os leitores a buscarem se reconectar com a sua produção literária e intelectual. O tom do artigo é de debate e preocupação de um setor da intelectualidade nacional com o tema das relações culturais Brasil-França, ressaltando como as intervenções diplomáticas oficiais não se faziam de modo totalmente unilateral, nem ao acaso. A diplomacia acompanha polêmicas internas e age em diálogo com a realidade brasileira. Ao mesmo tempo, contava também com a presença de alguns compatriotas que haviam se instalado no país, especialmente aqueles vinculados às universidades brasileiras.

Uma carta datada de 26 de agosto de 1944, escrita por Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo desde os anos 1930, registra esse diálogo<sup>185</sup>. Vivendo há cerca de uma década na capital paulista e conhecendo bem o meio intelectual brasileiro, Bastide emite a opinião de que a iniciativa de fundar uma livraria francesa no Brasil não era necessária. Para ele, os estabelecimentos existentes, sobretudo no Rio e em São Paulo, davam conta desse fornecimento, e um possível esforço da embaixada teria que se dar, ao mesmo tempo, nos dois mercados, para então atingir o restante do país, o que em sua avaliação poderia ser muito custoso para se obter um efeito pouco relevante diante do mercado já constituído. Junto disso, ele acrescenta que o sonho de reviver a velha Librairie Garnier estava sempre presente, mas que a conjuntura de crescimento das editoras nacionais acabava por tornar o sonho um tanto ultrapassado, visto que a indústria nacional poderia produzir os livros franceses interessantes para o público.

As observações de Bastide tinham fundamento. De um lado, de fato, as livrarias paulistas e cariocas tradicionalmente trabalhavam com o livro francês em suas seções de importados; de outro, é verdade que, com o fim da Guerra, vivia-se uma conjuntura de tensão entre as políticas cambiais de incentivo à importação e a pressão dos editores brasileiros em torno de medidas que beneficiassem a produção nacional. Sobre a última questão, no entanto, o esforço diplomático ocorria apoiado nos benefícios que o Estado brasileiro concedia ao setor importador, com o objetivo de garantir a presença da cultura francesa no Brasil e também de ativar suas redes internacionais do comércio de livros

---

<sup>184</sup> Ciro Mendes, “Les Arts et les Artistes”, extraído de *O Estado de S. Paulo* de maio de 1945 (visita 16.09, fotos 30 a 32) – o título é reproduzido como transcrito na documentação consultada, a citação foi (re) traduzida ao português.

<sup>185</sup> Ministère des Affaires Etrangères, Archives de La Courneuve, Cote 241QO/73.

como um todo, pois esta constituía uma via estratégica para a economia e a diplomacia francesa. Desse modo, a sequência de documentos disponíveis apresenta alguns contatos pontuais, entre 1945 e 1949, com livreiros franceses e nacionais na tentativa de estabelecer um plano de ação mais direto no mercado brasileiro. Para as autoridades, a venda dispersa não atingia as proporções desejadas naquele momento.

Em 19 dezembro de 1945, uma carta enviada por Robert Breton, livreiro em Paris, confirma seu interesse e disposição para instalar uma livraria francesa em São Paulo, e talvez em outras cidades da América Latina<sup>186</sup>. Outras notas registram de modo breve a intenção de se criar polos de difusão com a Livraria Civilização Brasileira (1946), Livraria Editores Reunidos (1949) e Livraria Etaoin (1949)<sup>187</sup>.

Contudo, as negociações não parecem ter avançado no sentido pretendido pelos responsáveis, que alegam dificuldades de estabelecer termos de representação com os editores franceses e de superar questões da regulamentação cambial no Brasil. A situação começa a mudar a partir de uma nova estratégia adotada pela Direção Geral de Paris, justamente a partir de 1949, momento em que as atividades da Comissão do Livro estavam se concluindo. Embora no relatório final a Livraria Francesa não apareça, encontramos, nesse momento, a primeira menção a Paul Monteil nos arquivos diplomáticos:

[...] uma outra livraria, a Intercâmbio Franco-Brasileiro, criada há cerca de um ano por um francês, M. Monteil que conseguiu, por iniciativa própria e inteligente, baixar os preços do livro francês em mais de 10% em todas as livrarias da praça<sup>188</sup>.

A citação se encontra em um relatório do cônsul de São Paulo, M. Robert Valeur<sup>189</sup>, datado de 31 de janeiro de 1949. Ele se reporta a Paris, avaliando o trabalho do *attaché d'information*, M. Silvestre, ainda sobre a incessante busca de meios para inserir o livro francês junto ao mercado brasileiro. A citação parece narrar um fato novo para os

---

<sup>186</sup> *Idem*, foto 142 (R.B – Embaixada) e 151 (Embaixada fala de Breton).

<sup>187</sup> *Idem*, Visita 07.10, foto 151 (LER) e 113 e 114 (Etaoin)

<sup>188</sup> *Idem*, Visita 07.10, fotos 147-150.

<sup>189</sup> Nascido em 1903, doutor em direito e bolsista da fundação Rockefeller, M. Valeur passou uma grande parte de sua carreira nos EUA, lecionando economia política na Universidade de Columbia entre 1930 e 1943. Ele foi diretor do Escritório Francês de Informação nos EUA de 1935-1939, ligou-se ao movimento França Livre em 22.6.1940 e foi secretário-geral adjunto do Centro de Interrelações de Informação durante a Guerra. Em seguida, dirigiu o Serviço de Informação da França Livre no mesmo país. Integrou os quadros diplomáticos franceses no pós-Guerra, ocupando os seguintes cargos: cônsul-geral da França em São Paulo, chefe do Serviço Francês da Unesco, presidente do conselho europeu pela pesquisa nuclear, primeiro conselheiro da embaixada de Washington e embaixador no Equador. M. Valeur é Oficial da Legião de Honra (*Le Monde*, disponível em [https://www.lemonde.fr/archives/article/1965/08/13/m-robert-valeur-en-colombie\\_2190316\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1965/08/13/m-robert-valeur-en-colombie_2190316_1819218.html), acesso em 22.1.2021).

interlocutores em questão, tratando a iniciativa de Monteil como uma ação independente e sagaz, que afeta justamente o ponto nevrálgico para a questão do livro: o preço. Mas nenhuma relação direta com o livreiro aparece nos registros diplomáticos. O conhecimento e a aproximação com a Livraria Francesa se constroem a partir de outras iniciativas oficiais.

Em abril do mesmo ano, uma nota da Direção Geral trata do envio em “missão” ao Brasil de M. Georges Lucas, um encarregado oficial sem vínculos como funcionário do Estado, incumbido de definir a estratégia de criação de uma livraria no país. A referida missão está nominalmente alinhada com as diretrizes do relatório da Comissão do Livro Francês no Exterior<sup>190</sup>. M. Lucas é enviado ao Rio de Janeiro, mas adiantamos que o destino final de suas negociações será a cidade de São Paulo, fato que não nos é totalmente estranho. Os documentos anteriores, da carta de Roger Bastide aos relatórios e notas que avaliam o mercado, demonstram que os funcionários da diplomacia consideravam a dinâmica de ascensão da capital paulista como centro difusor e consumidor de bens culturais, entre eles, o livro. Sendo assim, a primeira referência a Paul Monteil nos arquivos diplomáticos coincide e toma importância no processo de avanço da política oficial francesa para o livro no Brasil.

Os interesses e pessoas mobilizadas para esta tarefa começam a se aproximar. Em 1950, a Sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileira, razão social da Livraria, passa por uma alteração contratual de grande envergadura. A sociedade ganha novos membros: Marcel Didier, Livraria Bertrand, representada por Georges Lucas, que também tinha cotas individuais, e Jean Etcheverry<sup>191</sup>, aportando um aumento de capital da ordem 125% à empresa, que passa de Cr\$ 400 mil a Cr\$ 825 mil. Na nova sociedade, Paul Monteil

---

<sup>190</sup> Ministère des Affaires Étrangères, Archives de La Courneuve, Cote 241QO/259.

<sup>191</sup> Não conseguimos encontrar nenhuma biografia precisa sobre os investidores. Até onde pudemos verificar, Marcel Didier era proprietário da Librairie Didier de Paris, e algumas fontes imprecisas mencionam que ele comprou a Livraria Bertrand de Portugal no ano de 1942. Ao que tudo indica, Georges Lucas foi um empresário francês com vasta atuação como dirigente de editoras: foi o diretor administrativo da Livraria Bertrand entre 1948-1977; gerente da Difel entre 1951-1977; diretor-geral do Banque Franco-Portuguese d'Outre Mer, Paris, entre 1965-1972; administrador das Éditions Robert Laffont, 1967-1978, e diretor geral, entre 1975-1978; presidente e diretor-geral da Librairie Larousse, Paris, 1978-1984. Essas informações foram conseguidas em fontes genéricas e estão disponíveis em: <https://prabook.com/web/georges.lucas/427044?profileId=427044>. Os dados coincidem com a introdução de uma entrevista que ele concede ao *Jornal do Brasil* em 2.1.1977 (temos a reportagem impressa no arquivo da livraria). A referência sobre sua gestão na Robert Laffont também pode ser verificada em Pascal Fouché (org.), *L'Édition Française depuis 1945*. Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, 1998, p. 813. Não encontramos maiores informações sobre Jean Etcheverry, além de um relatório da livraria dizendo que administrava a filial do Rio de Janeiro.

passava a dividir a gerência da Livraria com Georges Lucas. Juliette Monteil continuava entre os cotistas, ocupando também o cargo de gerente comercial<sup>192</sup>.

A Livraria Francesa assumia, assim, uma configuração complexa. Não se tratava mais de um pequeno negócio de família e passava a uma ordem de investimentos significativos, associada a indivíduos e empresas de fora do país, todos de origem francesa. Seu capital se torna majoritariamente francês, embora a direção da empresa seja composta, majoritariamente, pelos franco-brasileiros e brasileiros<sup>193</sup>. Ao tomarmos ciência de que Georges Lucas, um dos novos sócios, fora enviado em “missão” pela diplomacia, não nos resta outra possibilidade senão a de nos perguntarmos em que circunstâncias se faz essa sociedade e qual o nível de intervenção da política oficial em um estabelecimento que, como vimos, não foi fundado a partir de qualquer interesse direto do Estado francês. Pelo contrário, seus primeiros anos de atividade passaram ao largo das buscas por iniciativas do tipo no Brasil.

Antes de prosseguir, devemos sempre ter em mente que as diretrizes do Quai d’Orsay e da embaixada da França não se realizam de modo mecânico e automático, sobretudo quando acionadas a partir de intermediários da sociedade civil, como era o caso dos empresários. Estes possuem interesses próprios nessas transações, que, muitas vezes, escapam à lógica institucional, embora participem e se beneficiem dela nos termos de uma ação cultural como sublinhamos anteriormente. Ou seja, há uma dimensão da diplomacia cultural que se realiza com certa autonomia em relação ao Estado, direcionada pela combinação de múltiplas variáveis que ligam os responsáveis oficiais à realidade na qual desejam intervir. É o caso do encontro traçado entre a Livraria Francesa, seus novos investidores e a política francesa.

Nesse sentido, não podemos subestimar as ambições comerciais e pessoais do livreiro Monteil. O mercado brasileiro, especialmente se o observarmos a partir de São Paulo, era dinâmico e propício para novas atividades ligadas à importação e à retomada dos vínculos com a França, como abordamos em diferentes ocasiões ao longo da pesquisa. No entanto, também existiam as dificuldades. Este é o diagnóstico apresentado pela

---

<sup>192</sup> Capital total Cr\$ 825.000 (relatório da empresa diz que equivalia a \$4.200 dólares à época), divididos em cotas de Cr\$1.000: 355 cotas Marcel Didier; 318 cotas Paul Monteil; 50 cotas Livraria Bertrand; 33 cotas Juliette Monteil; 33 cotas Catherine Hee; 16 cotas João Guilherme; 10 cotas Georges Lucas; 10 cotas Jean Etcheverry; 410 cotas pertencentes a nacionais; 415 cotas pertencentes a estrangeiros.

<sup>193</sup> O casal acumulava 352 cotas da sociedade, contra 355 de Marcel Didier, e dois cargos estratégicos em sua direção cotidiana. As duas posições garantiam que os Monteil fossem a referência da livraria, possuindo poder de decisão cotidiana e também em situações extraordinárias em que fosse necessário recorrer à estrutura jurídica da empresa.

Comissão do Livro Francês quando analisa o comércio mundial de livros, em consonância com o debate presente entre os profissionais do livro no Brasil. Para organizar a sua atuação, a Livraria Francesa deveria enfrentar as mesmas dificuldades que qualquer livraria brasileira ou estrangeira encontraria no mercado: as oscilações das políticas de câmbio, a lentidão nos transportes e o acesso aos fornecedores franceses.

É compreensível, portanto, que um livreiro novato no ramo, porém confiante e empenhado em ampliar suas possibilidades de ação, buscasse oportunidades de criar melhores condições financeiras para seu empreendimento. Seus recursos iniciais não seriam suficientes para uma atitude mais arriscada e incisiva na construção de uma livraria de referência na capital paulista. A chegada dos novos sócios significava, antes de tudo, o estreitamento dos vínculos com a França, aproveitando-se também do bom momento para a entrada de capitais estrangeiros no mercado brasileiro.

A origem desses investimentos ficou registrada na documentação do Ministère des Affaires Etrangères. Em uma carta endereçada a Marcel Didier em 17 de julho de 1950, a Direção de Serviços Culturais o informa sobre a aprovação de um subsídio financeiro para a fundação de uma empresa no Brasil:

O conselho de Administração da associação pela Difusão do Pensamento Francês quis por bem aprovar em sua reunião de 29 de Abril de 1950 uma ajuda financeira à sociedade de distribuição de livros franceses no território brasileiro, de nome Diffusora Europeia do Livro, nas condições expostas pela carta MD/SF/40/S de 9 de fevereiro de 1950 endereçada ao sr. Diretor de Relações Culturais do Ministério de Relações Exteriores.

Este apoio será acordado nos seguintes termos:

- 1) Uma soma de 3 milhões de francos será oferecida pela Associação pela Difusão do Pensamento Francês à vossa editora sediada em Paris. Esta soma representará um suporte para sua parte na nova sociedade e contribuirá para a criação de um primeiro depósito de livros no Rio de Janeiro e em São Paulo.
- 2) O empréstimo consentido sem juros pela associação deverá ser restituído na forma de fornecimento de livros a se fazer em toda América do Sul pelo novo organismo, seguindo os comandos que serão passados. O reembolso deverá terminar em um período de 4 anos a contar de 1 de julho de 1951. Os preços praticados para esse fornecimento serão os preços marcados em francos, subtraídas as taxas habitualmente consentidas à Direção Geral de Relações Culturais pelos editores e acrescida das taxas de transporte.
- 3) O sr. Deverá consultar a Direção Geral de Relações culturais e a Associação na ocasião de qualquer mudança que ocorra no interior desta sociedade na qual os interesses franceses devem ser priorizados.

- 4) O novo organismo se esforçara em baixar o preço de venda do livro francês no Brasil e ficará à disposição desta Direção Geral para todas as manifestações culturais às quais for solicitada de participar, e de maneira geral, contribuirá para a aplicação no Brasil dos dispositivos preconizados pela Comissão Nacional do Livro no Exterior.

Eu vos agradeço imensamente de comunicar vosso acordo sobre o acordo que precede.

Acrescento, senhor, os votos de minha distinta consideração<sup>194</sup>.

A quantia de três milhões de francos é significativa para a época<sup>195</sup>, o que demonstra o empenho das autoridades em viabilizar materialmente este canal de circulação para as mercadorias francesas e, sobretudo, a confiança que tinham em seus efeitos sobre a queda dos preços – questão que é destacada como uma condicionante do empréstimo. Além da definição do valor a ser emprestado, o contrato colocava Marcel Didier e sua empresa como verdadeiros representantes dos interesses da diplomacia francesa e de sua Comissão Nacional do Livro Francês no Exterior no mercado brasileiro. Deste, também assumiam responsabilidades para distribuição de livros na América do Sul, devendo prestar contas das movimentações e alterações da sociedade, bem como seguir diretrizes e apoiar ações oficiais.

O estabelecimento das contrapartidas era importante para garantir o compromisso político de um ente privado com a estratégia do órgão estatal, a própria condição de pagamento, bastante vantajosa para o beneficiário, parece ser um instrumento para garantir esse vínculo. Entretanto, a transação financeira não seria efetivada pelo Ministério e sim pela Associação para Difusão do Pensamento Francês, organização subordinada aos seus interesses. A relação direta entre Estado e o investidor deveria ser evitada, como assinala uma correspondência interna enviada pelo Ministério de Relações Exteriores ao Departamento de Finanças Estrangeiras:

Uma troca de cartas entre M. Didier, organizador desta nova empresa e a Associação de Difusão do Pensamento Francês, organismo controlado e subvencionado pelo Ministério de Relações Exteriores e por seu Departamento, precisou a modalidade de execução do contrato. [...]

O escritório de câmbio não poderia efetuar essa transferência nestas condições, o que resultaria em uma perda financeira ao meu Departamento. Para remediar esta perda, duas soluções foram pensadas:

---

<sup>194</sup> Ministère des Affaires Etrangères, Archives de La Courneuve. Cote COTE 241QO/209.

<sup>195</sup> Para termos uma referência, Jean-Yves Mollier diz que a editora Presses Universitaires de France, quando saiu da II Guerra em “excelente saúde” financeira, possuía um capital social de 5,9 milhões de francos. Ver: Jean-Yves Mollier, *op. cit.*, p. 247.

A primeira consistia em subvencionar o empréstimo diretamente pela embaixada da França no Brasil. Esse processo teria o inconveniente de envolver de modo muito direto o estado francês em uma transação sobre a qual gostaríamos de manter um caráter comercial e, sobretudo, porque gostaríamos de deixar totalmente gerida por investimentos privados no futuro; o trabalho de nosso departamento consiste apenas em impulsionar a difusão do livro no exterior.

A segunda solução seria de solicitar ao seu Departamento a autorização de operar a transferência pela chancelaria [...] <sup>196</sup>.

A solicitação demonstra que, além das questões de orçamento e de operação do câmbio, havia uma preocupação em manter a discricção habitual com a qual a diplomacia francesa gostava de tratar suas ações no exterior e em garantir que a iniciativa adquirisse autonomia comercial. Na verdade, ao prezar pelo *status* privado da iniciativa, as autoridades acabavam por deixar brechas para ações independentes de Marcel Didier – e outras pessoas de quem se aproximou nesse processo, como Georges Lucas e o próprio Paul Monteil. Nesse aspecto, chama atenção um dado presente no acordo inicial que não coincide com a realização dos investimentos de Didier no Brasil. Segundo os documentos diplomáticos, ele receberia o subsídio para fundar uma nova empresa, a Diffusora Europeia do Livro, e não para dar entrada em uma sociedade preexistente, como vimos ter ocorrido no contrato da Livraria Francesa.

Voltaremos ao tema em breve. Por ora, podemos assegurar que o empréstimo se destina prioritariamente à livraria e tem um impacto quase imediato sobre as proporções de sua atuação no mercado paulista. A alteração contratual que firma a entrada dos investidores franceses na sociedade ocorre alguns dias após da troca das correspondências citadas e, como previsto pelo acordo, os sócios procedem com a criação do estoque que seria fundamental para encaminhar a questão dos preços: o acervo da livraria, que já possuía cerca de dezessete mil volumes em 1949, passa para mais de 41 mil ao final de 1950. Esse crescimento tem expressão nas importações nacionais, pois as compras da livraria representarão 27,6% e 29,21% do valor total de livros franceses importados no Brasil nos respectivos anos.

Os dados demonstram a importância do incentivo diplomático, mas não deixam de reafirmar também que Monteil concebera seu negócio a partir de uma lógica adequada à realidade do livro importado naquele período e, então, as compras efetivadas com os recursos vindos do exterior são continuidade de sua gestão. Devemos lembrar que o

---

<sup>196</sup> Ministère des Affaires Etrangères, Archives de La Courneuve, Cote Cote 241QO/209.

cônsul de São Paulo já o havia elogiado, justamente nos termos da intervenção que foi capaz de fazer no preço do livro em São Paulo.

Nesse sentido, como representantes da agenda diplomática, os novos investidores não tomam uma decisão aleatória. Após alguns anos de mapeamento das empresas atuantes no mercado brasileiro e da missão de Georges Lucas para entender as condições desta praça, eles encontram uma empresa com resultados positivos no aspecto financeiro, como asseguram seus dados contábeis, e com uma boa inserção nos meios intelectuais paulistas. Se a sociedade inaugura um novo momento para a Livraria Francesa, integrando-a aos benefícios gerados pela política do Estado francês para a circulação de sua produção editorial no Brasil, ela também marca um ponto de inflexão nas possibilidades de diversificação de atividades que estes mediadores mobilizados pela diplomacia poderiam explorar.

### ***Os Caminhos se Cruzam***

Uma vez estabelecidas as condições oficiais propostas para essa intervenção no mercado brasileiro, gostaríamos de nos encaminhar para os pontos que, justamente, escapam à ação diplomática, ou que, ao menos, não estão registrados na documentação francesa da mesma forma com a qual eles aparecem nos arquivos brasileiros. Segundo os documentos do MAE, Didier seria o fundador de uma nova empresa, com sede comercial no Rio de Janeiro, a Diffusora Europeia do Livro. Ela estaria encarregada da importação e distribuição do livro francês no mercado brasileiro e não há menção, num primeiro momento, à intervenção de Didier em uma empresa local, como vimos ter ocorrido no contrato da Livraria Francesa.

Àquela altura, os responsáveis do serviço cultural na embaixada brasileira já conheciam o estabelecimento, portanto, a concepção da Diffusora poderia até ser uma proposta de sobrepor a ação da diplomacia ao empreendimento familiar fundado pelo casal de imigrantes franceses, mas não foi o que ocorreu. Não era a intenção interferir nos rumos de tais decisões. A sociedade com a Livraria Francesa contemplava os princípios do acordo, os objetivos previstos pela Comissão do Livro Francês no Exterior e pelos órgãos responsáveis pela execução de suas diretrizes, então, ao invés de concorrer, seria mais simples associar-se a ela, capitalizando a referência que os Monteil já haviam construído no mercado paulista.

A proposta veiculada pelo Ministério nos colocou diante de uma questão que não poderíamos ignorar. Apesar da grafia diferenciada, deparamo-nos com a outra empresa



cuja fundação está relacionada à atuação de Paul Monteil em São Paulo, a editora Difusão Europeia do Livro (Difel) – registrada na Junta Comercial de São Paulo no ano de 1950, meses depois da entrada de Marcel Didier, Georges Lucas e da Bertrand na sociedade da livraria. Na verdade, a documentação brasileira já apontava para uma relação entre as duas empresas. Paul Monteil é recorrentemente citado como fundador e gestor de ambas tanto no depoimento de pessoas que conviveram com ele quanto nos registros administrativos, entrevistas e em outras fontes dispersas.

Jacó Guinsburg, um dos primeiros funcionários da Difel, também relembra o contato entre Monteil e os investidores franceses:

[...] primeiro ele [Paul Monteil] teve a Livraria Francesa, mas depois se ligou com a [editora] Bertrand, de Portugal. E a Bertrand naquela época editou *Dom Camillo*, do [Giovannino] Guareschi e foi um grande sucesso. O Monteil importava isso para venda aqui, não só pela Livraria Francesa, mas também por um esquema de venda e distribuição, ele era distribuidor da Bertrand no Brasil. A Bertrand, na verdade, não era mais portuguesa, pertencia a um banco francês e o superintendente da Bertrand era um francês chamado senhor Lucas<sup>197</sup>.

Jacó acrescenta às nossas descobertas um “esquema de venda e distribuição”, questão que não aparece em nenhum momento nos arquivos diplomáticos. A Livraria Bertrand possuía sede em Portugal, embora, ao que tudo indique, seu capital fosse majoritariamente francês nesse momento e Marcel Didier fosse um de seus principais acionários. Portanto, com essa configuração societária e com a natureza de suas primeiras atividades, a Difel ampliava as possibilidades de atuação dos sócios no mercado brasileiro, dirigindo-os ao livro português – segundo mais importante no quadro de importações, como vimos. Evidentemente, essa perspectiva saía do escopo previsto pelos acordos com a diplomacia francesa.

De toda maneira, a história da Livraria Francesa se cruza à da Difel em meio às iniciativas do Estado francês, mas o encaminhamento dos recursos e de suas atividades escapam aos acordos oficiais. O próprio nome Diffusora Europeia do Livro desaparece dos arquivos após 1950, e é a Livraria Francesa, ou Librairie Monteil, que segue citada em todas as comunicações, relatórios e notas sobre as demandas de livros da Embaixada da França no Brasil e do Consulado de São Paulo. Ou seja, em algum momento as autoridades tomaram ciência da forma com a qual Marcel Didier seguiu a aplicação dos

---

<sup>197</sup> Jacó Guinsburg, *op. cit.*.

valores que haviam disponibilizado e seguem acompanhando o que lhes interessava: o incentivo ao livro francês.

É uma relação complexa e, na verdade, o que nos auxilia a compreender os seus meandros é o fato de que, a partir de 1951, a seção de fornecedores nacionais nos livros-caixa da livraria começa a registrar operações com a Difusão Europeia do Livro. Ela passa a ser a sua principal fornecedora nacional quando estes gastos se equiparam ao valor gasto com importações – situação que se mantém até fim dos anos 1960. Essas movimentações demonstraram que, para além da sociedade, havia uma aproximação econômico-financeira entre as duas empresas. Como assinala mais uma vez Jacó Guinsburg:

Então eles se entenderam e surgiu a ideia de formar uma editora aqui, que o Monteil montou juntamente com a Bertrand e com a [editora] Didier de Paris, que tinha uma parte pequena. Esse foi o início da Difusão Europeia do Livro<sup>198</sup>.

As memórias de Jacó reforçam os registros administrativos, que indicavam uma atuação paralela entre a livraria e a editora. Não se trata de afirmar que a Francesa tenha alterado sua atividade principal no ramo das importações para importar livros de Portugal. O fornecimento realizado pela Difusão não servia de fato ao abastecimento do acervo disponível na Barão de Itapetininga, 275; a nosso ver, as compras registradas se resumiam a uma ação contábil na qual a pessoa jurídica da Sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileira repassava recursos para a “empresa-irmã”, envolvendo-as em uma dinâmica financeira conjunta.

Desse modo, os membros da sociedade aplicam de modo indireto os rendimentos do empréstimo recebido por intermédio do governo francês na livraria. Uma vez cumprido o acordo estabelecido para atuar junto às importações francesas no Brasil, eles podem redirecionar seus investimentos de modo a diversificar atividades e, ao mesmo tempo, estabelecer uma divisão de tarefas neste mercado: a Livraria Francesa, empresa preexistente, mantém-se no ramo da importação e venda do livro francês, enquanto a Difel, empresa nova, constitui-se como representante da Livraria Bertrand com o plano de difundir suas edições portuguesas sob um selo editorial brasileiro.

A escolha de estruturar esta dupla atuação não passou pelas discussões com os órgãos diplomáticos. Em outras palavras, Paul Monteil, Georges Lucas e Marcel Didier se beneficiam da disposição do Estado francês em garantir a presença do país no exterior e, entre a política e a ação cultural, encontram espaço para direcionar essa prerrogativa

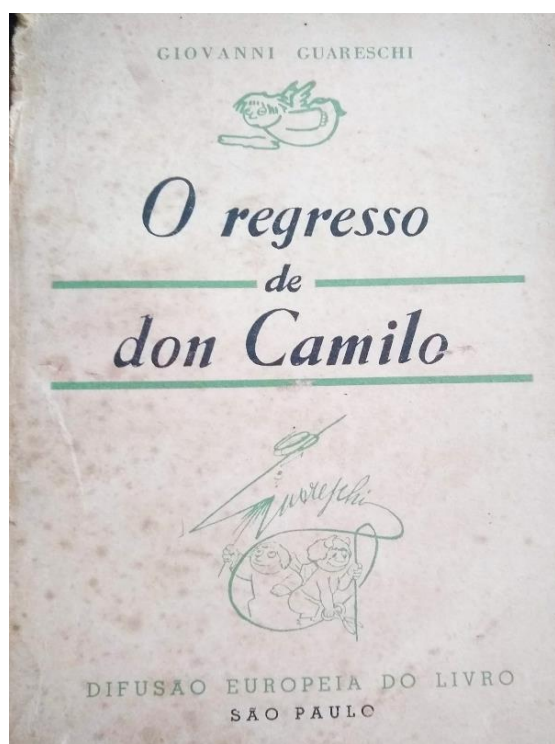
---

<sup>198</sup> *Idem.*

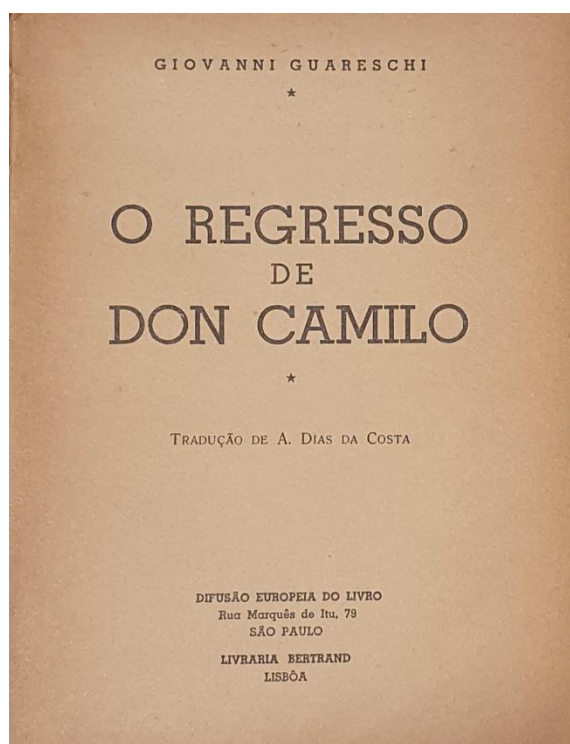
segundo seus próprios interesses e visão de mercado. Eles se tornam mediadores privilegiados em um cenário de benefício à importação, entendendo as possibilidades de gerir essa realidade favorável e criar uma nova empresa de caráter híbrido, que poderia atuar de modo intermediário entre o setor importador e a edição nacional.

Essa concepção foi fruto das circunstâncias econômicas do período. Ao contrário dos livros franceses, as traduções lusas de obras estrangeiras, impressas em Portugal, sofriam com algumas medidas duramente restritivas para serem importadas. Nesse sentido, a proposta inicial da Difel visava sanar essa dificuldade do livro português no Brasil, imprimindo no país aqueles títulos já editados na península, cujos direitos estavam em posse da Livraria Bertrand.

**Figura 14. Distribuição Bertrand-Difel: *O Regresso de D. Camilo*.**

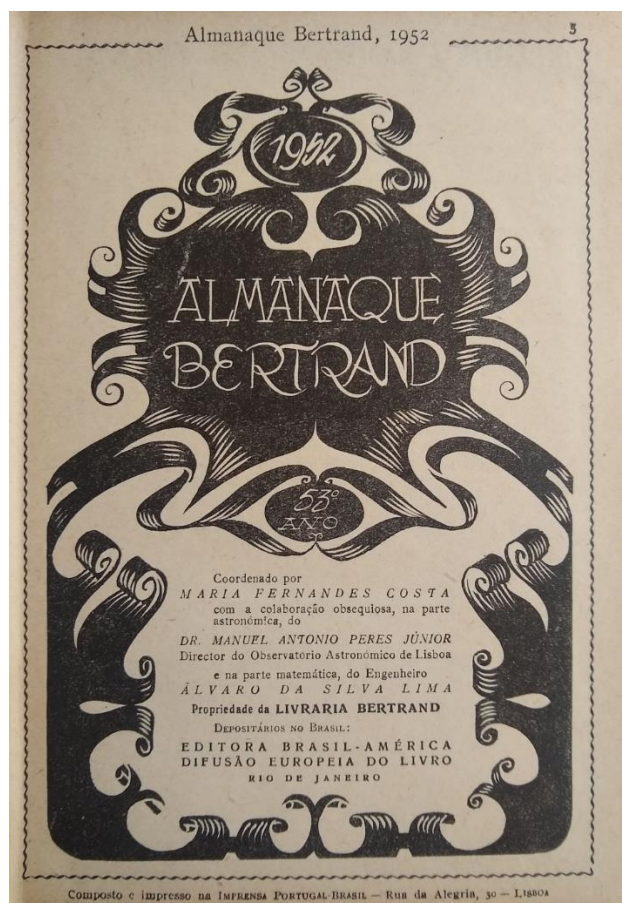


**Figura 15. Distribuição Bertrand-Difel: *O Regresso de D. Camilo*.**



Por este exemplar podemos visualizar como a Difel iniciou suas atividades entre a distribuição e edição de livros. A capa nos assegura que a empresa desejava se apresentar como um selo editorial, aproveitando-se desta condição híbrida ; na folha de rosto o leitor encontra a especificação de seu vínculo com a Livraria Bertrand.

**Figura 16. Distribuição Bertrand-Difel:  
Almanaque Bertrand, 1952.**



O Almanaque Bertrand circulava no Brasil anualmente, apresentando as novidades do mercado português aos brasileiros com resenhas, notas críticas e outras contribuições. A inscrição apresenta seus depositários no Brasil e, além da Difel, traz o nome de outra editora Brasil-América, empresa fundada por um imigrante russo, Adolfo Aizen, em 1945 no Rio de Janeiro. Interessante notar a parceria desses investidores estrangeiros com imigrantes que atuavam no mercado brasileiro, reforçando a tese apresentada por Ubiratan Machado sobre a importância deste grupo nas atividades livreiras do país na segunda metade do século XX.

Quando olhamos para o catálogo geral da editora, entendemos que esta atuação teve vida curta. O vínculo fica explicitamente registrado nos livros que conseguimos levantar lançados entre 1951-1954, e pontualmente em alguns saídos até 1956. Apesar da brevidade, o intento tem sua importância na história da Difel, pois ele lança as bases financeiras da editora e de seu projeto editorial, que, mesmo ao se descolar da Bertrand, desenvolver-se-á primordialmente no campo das traduções, como veremos.

Além disso, a atuação da Difusão Europeia do Livro revela o surgimento de uma peça de tipo novo na engrenagem transatlântica que historicamente viabilizou a circulação de livros entre a Europa e o Brasil, envolvendo as relações com França e Portugal, seus principais centros fornecedores. A novidade residia no caráter, na forma de entrada e circulação do capital estrangeiro no país, que teve suas inversões facilitadas na conjuntura do pós-Guerra, apoiado nos mecanismos de importação que beneficiaram

mercadorias de alguns países em detrimento de outros, mas favorecendo o quadro geral de crescimento e diversificação dos recursos vindos de fora.

Cumprе observar então que, partindo de uma relação bi-nacional a Livraria Francesa será uma via de conexão do Brasil com o exterior, envolvendo interesses públicos e privados da aplicação de capitais no mercado do livro.

Por fim, é preciso remarcar que há uma hierarquia de poderes e esferas de atuação entre estes protagonistas. Nos documentos diplomáticos, as autoridades sublinham a estrita responsabilidade de Marcel Didier nas transações efetivadas entre a Livraria e a Embaixada ou Consulado francês, e eventuais contatos realizados diretamente com Paul Monteil são repreendidos<sup>199</sup>. A documentação brasileira, por sua vez, acentua o papel ativo e predominante do Monteil na direção cotidiana da Livraria Francesa e, posteriormente, da Difel. Os limites definidos dentro destas redes de mediação deixam Lucas e Didier na posição de investidores, enquanto Monteil é tido como o livreiro-editor que articula esta dinâmica econômica e cultural. De toda maneira, é do estabelecimento de interesses comuns que estas posições se constroem e fortalecem as respectivas empresas e seu papel.

### ***A Livraria Francesa: Uma Síntese dos Dados de Importação***

Os investimentos na Livraria Francesa se refletem concretamente em seu abastecimento e na participação que ela detinha no quantitativo geral das importações de livros no Brasil. No início do capítulo traçamos esses dados, destacando o movimento de retomada e a existência de um concorrente mundial para as mercadorias vindas da França. Agora, podemos entender a representação real que a livraria tem nesse universo e como seu funcionamento se adaptou em face à realidade externa, às intervenções aplicadas em suas atividades e às regras internas ao mercado brasileiro.

O movimento de importações da Livraria Francesa entre 1947-1960 é bastante diverso tanto do ponto de vista do crescimento absoluto quanto no da participação relativa aos dados nacionais.

---

<sup>199</sup> Ministère des Affaires Etrangères, Archives de La Courneuve, Cote Cote 241QO/259. O empréstimo realizado à livraria será, em grande medida, pago em fornecimento de livros às ações oficiais. A nota é explícita em dizer que os funcionários não deveriam se reportar diretamente a Paul Monteil para tratar de questões relativas ao tema, provavelmente porque o repasse de recursos foi acordado oficialmente com Marcel Didier.

**Tabela 12. Importações da Livraria Francesa (1947-1960) – em dólares<sup>200</sup>**

<b>Ano</b>	<b>Livraria Francesa</b>	<b>Brasil</b>	<b>L.F/BR (%)</b>
<b>1947</b>	7.543,37	217.838	3,46%
<b>1948</b>	9.555,99	112.026	8,53%
<b>1949</b>	41.915,69	151.502	27,67%
<b>1950</b>	82.469,59	282.290	29,21%
<b>1951</b>	38.376,47	460.718	8,33%
<b>1952</b>	17.455,25	427.641	4,08%
<b>1953</b>	9.240,35	1.381.812	0,67%
<b>1954</b>	3.512,45	1.762.523	0,20%
<b>1955</b>	5.710,69	1.463.299	0,39%
<b>1956</b>	4.135,37	1.156.954	0,36%
<b>1957</b>	5.440,40	929.662	0,59%
<b>1958</b>	6.513,63	863.720	0,75%
<b>1959</b>	2.276,53	642.272	0,35%
<b>1960</b>	3.429,65	507.416	0,68%

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos livros-caixa da Livraria Francesa e os dados de Laurence Hallewel, *op. cit.*, pp. 863-865.

Entre 1947 e 1950, os valores de importação crescem progressivamente e representam um percentual expressivo do universo total dos livros franceses importados no Brasil, chegando a 27,67% em 1949 e a 29,21% em 1950. Entendemos que esse período conforma um primeiro ciclo comercial da empresa que coincide com o processo de retomada da França no mercado internacional, com os principais registros de crescimento de capital na sociedade, especialmente o de 1950, que contará com a entrada dos investidores franceses e o apoio da diplomacia. O ciclo é beneficiado pelo sistema de licenças de importação que permite a concentração da entrada de mercadorias pela empresa criada por Paul Monteil e a formação de um estoque que, como vimos, encontra-se entre os maiores de São Paulo no período.

---

<sup>200</sup> A coleta dos dados foi feita a partir do item “Importações Diversas” presentes nos registros contábeis da livraria. Considerou-se também o registro de “Importações Anuladas” e outras interferências nos respectivos valores de importação. O processo de consolidação das informações contou com diversas sistematizações que foram ajustadas e conferidas à medida que a pesquisadora se familiarizava com a rotina dos registros e suas alterações ao longo dos anos. Já com a pesquisa em andamento, identificamos um documento consolidado com informações financeiras da empresa entre 1951-1960 que nos serviu como base para a aferição de nossa metodologia de coleta, a partir dos anos de 1952 e 1957. A conversão dos valores em dólar foi feita a partir de Laurence Hallewel, *op. cit.*, “Apêndice II: Moeda e Taxas de Câmbio”, pp. 937-942.

A partir de 1951, os valores de compras da Livraria Francesa começam a decair, ao contrário dos dados nacionais que se elevam ano a ano, até 1954. A representatividade do estabelecimento nesse universo também se reduz bruscamente e o seu inventário de anual apresenta os reflexos dessa mudança: de 41 mil livros, em 1950, os registros caem para 28 mil, em 1951, volta a crescer em 1952, com 39 803 exemplares, mas desse ano, até 1963, decai progressivamente, chegando a um conjunto de aproximadamente três mil volumes<sup>201</sup>. Essas flutuações podem parecer, à primeira vista, um sinal de crise ou de perda de influência da livraria sobre o mercado, contudo, não é esta a realidade.

**Tabela 13. Movimento Econômico da Livraria Francesa (1951-1960)**

Ano	Vendas	Lucro Bruto	Lucro Líquido	% de Lucro /Vendas
1951	3.308.907,00	1.544.112,60	102.030,40	3,08%
1952	3.806.892,70	1.688.660,70	234.663,30	6,16%
1953	4.464.871,90	1.988.746,80	298.658,60	6,68%
1954	5.461.603,50	2.124.943,10	387.859,20	7,10%
1955	7.300.878,60	2.823.487,50	345.853,50	4,73%
1956	9.524.505,20	3.669.759,00	373.997,60	3,92%
1957	11.430.181,30	5.193.071,50	210.397,70	1,84%
1958	14.758.286,30	5.431.387,70	263.126,30	1,72%
1959	16.967.139,70	6.524.855,90	469.220,70	2,76%
1960	22.540.537,60	8.332.019,10	445.253,20	1,99%

Fonte: Arquivos Administrativos da Livraria Francesa.

O valor das vendas e o seu lucro bruto crescem progressivamente até 1960, demonstrando que a empresa tinha uma vida financeira saudável. Ao mesmo tempo, há um momento de taxa de lucro maiores entre 1952-1954, possivelmente pela venda do patrimônio constituído a partir da sociedade e aumento de capitais estabelecidos em 1950.

Ao observarmos estes dados à luz da variação dos inventários podemos compreender um pouco melhor a importância do apoio diplomático e também como a empresa adquire autonomia comercial, adaptando-se às transformações da política de câmbio e do mercado brasileiro.

Em 1953, o governo substituiu o sistema de licenças de importação para colocar em vigor as chamadas taxas múltiplas de câmbio. Já se mencionou anteriormente que nos dois modelos a política cambial era benéfica e tinha efeitos de um subsídio ao mercado.

<sup>201</sup> Cf. gráficos *supra*.



Contudo, no primeiro o direito à transação de divisas era realizado por meio da venda de lotes a “importadores ‘aprovados’”<sup>202</sup>, enquanto no segundo adotava-se uma política descentralizada para essas concessões<sup>203</sup>. O fato interferiu na forma com a qual a livraria obtinha autorizações para importar e em sua concorrência com outras livrarias e casas importadoras. Com o fim da aprovação prévia, ampliou-se o acesso à licença e, por isso, desencadeou-se um efeito descentralizador na aquisição das mercadorias importadas, pelo menos no que diz respeito ao livro francês, com pregões mais recorrentes e com maior número de participantes.

Nesse sentido, a queda do volume de importações não representou uma estagnação da Livraria Francesa, mas sim sua adaptação aos respectivos sistemas. Mesmo com a queda no número de exemplares em seus inventários, a variedade dos títulos aumenta: partindo de 298 em 1950, chega a 770 em 1959. Entende-se, portanto, que o patrimônio formado entre 1947 e 1951 é vendido ao longo dos anos, ocasionando a diminuição do estoque; paralelamente, outros livros entram no acervo de modo disperso e conseguem repor e ampliar a variedade dos exemplares, mostrando que a livraria mantinha uma boa dinâmica de circulação e renovação de suas mercadorias.

A nova regra tornou desnecessária, ou menos importante, a formação de um grande estoque. Se, em um primeiro momento, ele fora imprescindível para sanar questões de logística e, sobretudo, para garantir o controle dos preços, a nova realidade cambial e aduaneira permitiram que a compra de livros estrangeiros pudesse ser feita por demanda, criando uma dinâmica de menor concentração das importações – na medida em que a relação de volumes se reduz – e um fluxo mais veloz nas trocas comerciais e na renovação dos conteúdos disponíveis – verificados no crescimento da variedade de títulos.

Este atendimento mais ágil e uma demanda mais diversificada foi fruto das bases econômicas que envolveram a consolidação da Livraria Francesa em consonância com as condições de circulação do livro francês no Brasil. Cumpre notar ainda que elas sustentaram um contato permanente e privilegiado da empresa com o seu centro fornecedor, iniciado de modo precoce no momento de reorganização das relações Brasil-França no pós-Guerra. Por isso, com a ampliação de seus recursos e adaptações à

---

<sup>202</sup> Donald L. Huddle. “O Sistema Brasileiro de Taxas Cambiais Flutuantes – Sua Equidade Distributiva, suas Relações com a Inflação e sua Eficiência”, *Revista Brasileira de Economia* (Rio de Janeiro), vol. 26, n. 4, pp. 149-168, out.-dez. 1972.

<sup>203</sup> Sobre o tema ver também: Miriam Almeida *et al.*, “Retrospectiva dos Regimes Cambiais Brasileiros com Ênfase em Bandas de Câmbio”, *Ensaio FEE* (Porto Alegre), vol. 21, n. 1, pp. 7-43, 2000.

conjuntura econômica, ela conseguiu acompanhar não apenas a dimensão econômica destas trocas no mercado importador, mas também um movimento de circulação de ideias em nível internacional que aproximava a produção intelectual e livreira dos dois países.

A compreensão desta dinâmica encerra nossa análise sobre o andamento comercial da livraria e sugere um novo caminho de investigação acerca da dinâmica das trocas intelectuais e simbólicas entre a produção francesa e o mercado brasileiro: o que era importado? Com quais editoras do mercado francês a Livraria Francesa de São Paulo se relacionava? É neste âmbito que podemos delimitar outros aspectos de seu perfil de atuação, complementares àqueles descritos na análise de sua clientela e da organização de suas seções, e compreender por que seus proprietários viram uma boa possibilidade de expandir seus lucros e atuação cultural no ramo das edições, criando a Difusão Europeia do Livro. Para além das operações contábeis e financeiras, as empresas-irmãs crescem unidas por esta realidade.

### **2.3. Outras Conexões Paris-São Paulo: Edição e Vida Intelectual**

#### ***Importação de Livros, Recepção de Ideias***

O mercado livreiro e as relações constituídas em torno da Livraria Francesa não se desenvolvem, nem podem ser entendidas, apenas na esfera das condições econômicas e decisões políticas que beneficiaram o livro francês no Brasil. Em meados do século XX, uma livraria importadora tinha seu papel bem-definido como mediadora dos circuitos do comércio internacional e de circulação de ideias:

[...] as livrarias eram muito importantes pra nós, porque eram o ponto de comunicação com o exterior, não era tão simples como hoje. Comprar um livro era uma operação [...] <sup>204</sup>.

As palavras de Fernando Henrique Cardoso descrevem a complexidade dessa função, apresentando-nos a referência de um espaço operacional do trânsito de livros, acrescentando a essa perspectiva a sua subordinação ao interesse ou à necessidade de seu público de se manter em contato e criar uma via de interlocução com a produção de seus pares em outros países. Um canal de comunicação articulador de uma via de mão dupla entre ao menos dois mercados que, por sua vez, representam dois universos de

---

<sup>204</sup> Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.*

pensamento – ora partilhando de repertórios comuns, ora estabelecendo novidades a serem discutidas, incorporadas e, por que não, rechaçadas entre si.

Vimos que a Livraria Francesa dominou muito bem essa função transmissora no que diz respeito ao fluxo de livros importados da França ao Brasil, acompanhando as variações da política de importações no Brasil e a concepção expansionista do Estado francês para difusão de sua produção cultural através do livro. Os mecanismos de compra, os investimentos recebidos por meio do circuito diplomático e outras vantagens que Paul e Juliette conseguiram aproveitar foram essenciais para atingir tal posição, mas também foi necessário que estabelecessem, a partir destas condições, pontos de contato com o mercado editorial daquele país naquilo que se produzia de mais interessante para o público brasileiro, pois os livros não se movimentam de modo espontâneo e puramente comercial, eles são direcionados também pelas possibilidades de aproximação entre o meio criador e os interesses de seus descobridores<sup>205</sup>.

Questões econômicas e políticas oficiais compõem o pano de fundo dessa relação, conforme já apresentado. Contudo, devemos ressaltar que não temos evidências de que a diplomacia francesa tenha interferido no material a ser importado pela livraria, nem mesmo através da representação confiada a Marcel Didier e Georges Lucas.

Na verdade, quando a embaixada no Rio de Janeiro e o consulado de São Paulo fazem solicitações à Livraria Francesa, sobretudo para realizarem doação de livros junto a instituições brasileiras, seus agentes se referenciam em listas feitas por elas. Nas poucas vezes em que as autoridades têm a iniciativa de selecionar setores de intervenção, nota-se uma preferência à difusão do livro técnico nas áreas de engenharia, medicina e outras que contribuíssem para a construir a imagem de uma França tecnologicamente desenvolvida, com a qual se poderia trocar e consumir produtos industriais<sup>206</sup>, mas de modo algum essa demanda se impõe de modo a caracterizar uma linha de intervenção da diplomacia no acervo do estabelecimento.

Sendo assim, coube aos gestores da livraria identificar e selecionar na produção francesa o perfil das editoras, autores e debates intelectuais que poderiam construir canais de diálogo e recepção desse mercado no Brasil. Paul e Juliette Monteil ocupam uma posição particular nesse processo, pois, entre os sócios, eram os mais próximos da dinâmica cultural e urbana da capital paulista, da gestão cotidiana das vendas, do contato com os frequentadores e clientes, dos dirigentes e técnicos dos equipamentos de cultura

---

<sup>205</sup> Pierre Bourdieu, “Les Conditions Sociales...”, p. 4.

<sup>206</sup> Ministère des Affaires Étrangères, Archives de La Courneuve, Cote Cote 241QO/209.

e educação de São Paulo e de outras regiões do país. E, segundo as fontes consultadas, coube sempre a Paul Monteil o papel de gerenciar as operações de importação a partir das demandas identificadas por ele mesmo e, sobretudo, por Juliette, que gerenciava este dia a dia.

A dinâmica desse circuito de trocas transnacionais vai amadurecendo e se transformando ao longo do tempo. Quando foi à França comprar livros pela primeira vez, em 1947, Monteil encontrou um mercado em reestruturação marcado pelos imbrólios políticos decorrentes da ocupação nazista e do encerramento da II Guerra, ainda limitado em sua capacidade em exportar, como vimos. Nos anos seguintes, além de contar com os sócios que atuavam ali, ele pôde se orientar em uma dinâmica mais ativa, beneficiada pela reconfiguração do setor em três níveis: o das condições materiais e técnicas de sua capacidade produtiva, o das querelas políticas e econômicas para seus responsáveis firmarem posições de poder e o da progressiva ampliação de demanda social pela leitura, baseada na expansão do ensino. Esses fatores colocavam em marcha um processo de modernização do processo editorial, abandonando as características tradicionais de um setor artesanal e disperso rumo à conformação de uma verdadeira indústria do livro que, apesar das tendências à concentração<sup>207</sup>, comportará um ambiente razoavelmente plural de iniciativas e será responsável por dar nova vida ao livro francês.

Ou seja, a Livraria Francesa teve de acompanhar as intensas e constantes modificações do centro produtor que sustentava suas atividades e, ao mesmo tempo, compatibilizá-lo com a realidade brasileira. Dos dois lados, era preciso equilibrar os imperativos comerciais com a oferta e demanda de repertórios intelectuais e políticos. Desejamos aqui compreender um pouco mais dos trânsitos entre os dois lados desta balança, caracterizando melhor quem eram as editoras com quem a livraria manteve relações para se estabelecer como a “Mensajeira do Pensamento Francês no Brasil”<sup>208</sup>. Começaremos por apresentar um quadro geral de sua rede de fornecimento para, em seguida, detalharmos os perfis que se destacam dentro dela.

Estima-se a existência de 450 editoras na França, no ano de 1958<sup>209</sup>, um bom parâmetro para se avaliar a diversidade que este centro produtor poderia ofertar à Livraria Francesa e em que nível de relações ela se vinculou a esse universo para ser bem-sucedida

---

<sup>207</sup> Fabrice Piault. “De la ‘Rationalisation’ à l’Hyerconcentration”, em P. Fouché (org.), *L’Éditions Française depuis 1945*, Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, 1998, p. 629.

<sup>208</sup> Slogan da livraria.

<sup>209</sup> Hervé Renard e François Ruet, “L’Économie du Livre: de la Croissance à la Crise”, em P. Fouché (org.), *op. cit.*, p. 645.

nas operações que envolviam sua funcionalidade enquanto “ponto de comunicação com o exterior”. Passamos, assim, a tratar os dados relativos aos fornecedores da livraria entre 1947 e 1973. A evolução destas relações, a recorrência e volume de compras podem nos sinalizar os caminhos percorridos pela empresa e a seleção realizada por Paul Monteil, nesse longo circuito de trocas de livros e transmissão de ideias.

Das pequenas casas especializadas, passando pelas distribuidoras de empresas independentes, chegando à força do principal grupo do mundo dos impressos na França, a Hachette, esses elos teciam uma rede complexa e variada de atuação nas relações França-Brasil que passavam pela Livraria Francesa de São Paulo. Desse modo, contam-se cerca de 120 editoras com as quais a empresa manteve relações (Quadro 1), entre elas, sete pertenciam ao mundo francófono de outras origens<sup>210</sup>. Além disso, aparecem em suas movimentações 29 títulos de periódicos e onze distribuidoras de livros. Nesse quadro geral, consideramos que a Francesa criou uma rede consistente de interlocutores, com os quais mantinha um serviço regular de importações<sup>211</sup>. Daí decorre o abastecimento tão variado que pôde sustentar na oferta de títulos e na ampla gama de disciplinas em que organizava suas prateleiras, descritas no primeiro capítulo.

Anualmente, as listas de fornecedores contam, em média, com cinquenta empresas – entre editoras, distribuidoras e títulos de periódicos, expressando a existência de uma relação perene e estável com aquele mercado, entre as quais podemos selecionar um “núcleo permanente”, composto por empresas que aparecem, ao menos, em cinco anos do levantamento realizado: Albin Michel, Armand Colin, Bordas, Centre de Documentation Universitaire de Paris, Costard et Cie., Dep. Étranger Hachette, Dunod Editeur, Editions de Hier et Aujourd'hui, Éditions de Minuit, Éditions du Seuil, Éditions René Julliard - Sequana, Fernand Nathan Éditeur, Horizons de France, Flammarion, Les Éditeurs Français Réunis, Presses Universitaires de France; Librairie Marcel Didier e

---

<sup>210</sup> São elas: Ringier & Cie.; Duculot; Éditions Casterman; Éditions de la Baconnière ; Payot ; Gerard et Cie. ; Office du Livre. O contato com os principais centros francófonos da Europa é significativo, são quatro editoras ou distribuidoras suíças e três belgas. Nosso foco não é explorar essas relações, contudo, destacamos a presença constante da suíça Éditions de La Baconnière, responsável pela publicação de *Les Cahiers du Rhône*, periódico de relevância na difusão de um “pensamento livre” durante a II Guerra. Ver: Jean-Yves Mollier, *op. cit.*, p. 102.

<sup>211</sup> A análise dos livros-caixa da Livraria Francesa demonstra que há certa regularidade dos nomes presentes nas listas de fornecedores, fazendo com que a sistematização apresentada corresponda a um universo bastante fiel ao seu funcionamento ao longo dos anos. Contudo, gostaríamos de considerar que a lista pode ser maior do que a apresentada, incluindo editoras pequenas com as quais a relação de fornecimento possa ter sido circunstancial. Isso só reforça a conclusão de que a Livraria possuía uma capacidade de trânsito com o mercado editorial francês.

Maspero. Entre elas, Hachette, Marcel Didier e Presses Universitaires de France detêm os maiores valores de importações em todos os anos a partir de 1950.

Estes nomes representam empresas em suas posições no mercado e no campo editorial francês<sup>212</sup>. Ou seja, por trás dos selos, encontram-se histórias, relações sociais, políticas, nichos de atuação e uma capacidade comercial que constroem diversos perfis com os quais a Livraria Francesa irá se relacionar, identificando o gosto de seu público e, por que não, propondo inovações para seu repertório e hábitos de leitura. É assim que a empresa brasileira constrói uma rede de fornecedores e define as mercadorias que irão circular no Brasil através de sua atuação.

Devemos, então, analisar a participação de cada uma destas editoras no funcionamento da livraria para compreendermos um pouco mais de perto os interesses que aproximavam público leitor e os intelectuais brasileiros da realidade francesa na conjuntura do pós-Guerra. Na verdade, elas serão agrupadas em três grupos – “Editoras da Resistência”, “Grupo Hachette, Librairie Marcel Didier e as Edições Escolares”, “Presses Universitaires de France e as editoras generalistas” – que nos ajudam a identificar alguns domínios em que se dividia o campo editorial francês. Nesse sentido, devemos ter em mente as seguintes questões: quais temas, linhas de pensamento, áreas do conhecimento e autores construam esse diálogo? Como as preferências do livreiro se expressam em meio ao repertório ofertado? Ele consegue estabelecer um equilíbrio entre as necessidades comerciais da empresa e sua visão acerca do papel da cultura francesa no Brasil? A análise também contribuirá para encaminharmos nosso olhar em direção à dinâmica de consumo e o repertório intelectual que incentivam os sócios da livraria a investir em outros setores do mercado do livro brasileiro com a criação da Difel.

---

<sup>212</sup> Pierre Bourdieu, “Campo do Poder, Campo Intelectual e *Habitus* de Classe”, *A Economia das Trocas Simbólicas*, org. Sergio Miceli, São Paulo, Perspectiva, 2005.

## Quadro 5. Fornecedores da Livraria Francesa: Uma Rede de Editoras

<b>1</b>	<b>À L'Enfant Poète</b>	<b>60</b>	<b>Éditions Richard Masse</b>
<b>2</b>	A. Blanchard	<b>61</b>	Éditions Scientifiques Europeennes
<b>3</b>	Action Paris	<b>62</b>	Éditions Sociales Françaises
<b>4</b>	Adolphe Tallendrier e Cie.	<b>63</b>	Éditions Stock
<b>5</b>	Agence Française du Livre	<b>64</b>	Ernest Flammarion
<b>6</b>	Albin Michel	<b>65</b>	François Maspero
<b>7</b>	Alexandre Bauer	<b>66</b>	Garramand
<b>8</b>	Armand Collin	<b>67</b>	Gauthier-Villars
<b>9</b>	Arthaud - Benjamin Arthaud	<b>68</b>	Georges Chaire
<b>10</b>	Atourés	<b>69</b>	Hatier
<b>11</b>	Aubier-Montaigne	<b>70</b>	Hermann et Cie
<b>12</b>	Audin Editene Lyon	<b>71</b>	Horizons de France
<b>13</b>	Barci e Cia	<b>72</b>	I.A.C Lyon
<b>14</b>	Bibliographie de France	<b>73</b>	I.C.E Lyon
<b>15</b>	Bibliothèque Française	<b>74</b>	Union Commerciale du Livre
<b>16</b>	Boivin et Cie. Éditeurs Paris	<b>75</b>	Istra
<b>17</b>	Bordas Éditeur	<b>76</b>	Jules Barice
<b>18</b>	Centre de Documentation Universitaire	<b>77</b>	Larousse
<b>19</b>	Cercle d'Art	<b>78</b>	Laurent Tisé
<b>20</b>	Cie. Française des Arts Graphiques	<b>79</b>	Le Chant du Monde
<b>21</b>	Costard et Cie.	<b>80</b>	L'École
<b>22</b>	D.L.F Chaix	<b>81</b>	Les Éditeur Reunis des Art
<b>23</b>	Dalloz	<b>82</b>	Les Éditions d'Art Piazza
<b>24</b>	Dargaud	<b>83</b>	Les Éditions J. Barbe
<b>25</b>	Delmas	<b>84</b>	Les Éditions Ouvrières
<b>26</b>	Dessin et Tolra	<b>85</b>	Les Éditions Sociales
<b>27</b>	Diffusion du Livre Français	<b>86</b>	Librairie C. Klincksieck
<b>28</b>	Diffusion Éditeurs	<b>87</b>	Librairie Éditions Gründ
<b>29</b>	Distred	<b>88</b>	Librairie Hachette
<b>30</b>	Distred - Lyon	<b>89</b>	Librairie Maison Ph. Dilate
<b>31</b>	Dunod Éditeur	<b>90</b>	Librairie Marcel Didier
<b>32</b>	Ed. Correa & Cie. Paris	<b>91</b>	Librairie Masson
<b>33</b>	Ed. Damat Manchestien Paris	<b>92</b>	Librairie Philosophique J. Vrin
<b>34</b>	Éditeurs Français Réunis	<b>93</b>	Librairie Plon
<b>35</b>	Éditions Anthopos	<b>94</b>	Librairie Sofel Paris
<b>36</b>	Éditions Confluences	<b>95</b>	Librairie Universelle de France
<b>37</b>	Editions de Hier et Aujourd'hui	<b>96</b>	Librairie Vincent Freal
<b>38</b>	Éditions de L'Entreprise Moderne	<b>97</b>	Librairie Vuibert
<b>39</b>	Éditions de Minuit	<b>98</b>	M.C Graud e Cia
<b>40</b>	Éditions de Trevisé	<b>99</b>	Maison Desoer
<b>41</b>	Éditions Denoel	<b>100</b>	Messagerie de la Presse
<b>42</b>	Éditions d'Organisation	<b>101</b>	Michelin & Cie.
<b>43</b>	Éditions du Panthéon	<b>102</b>	Nouvelles Éditions Françaises

<b>44</b>	Éditions du Seuil	<b>103</b>	Nouvelles Éditions Latines
<b>45</b>	Éditions Émile Paul Frères Paris	<b>104</b>	Peuple et Culture
<b>46</b>	Éditions Enfanter Willeb	<b>105</b>	Peuples Amis
<b>47</b>	Éditions Fernand Hazan	<b>106</b>	Presses de La Cité
<b>48</b>	Éditions Fernand Nathan	<b>107</b>	Presses Universitaires de France
<b>49</b>	Éditions Fleuve Noir	<b>108</b>	Propagande du Livre
<b>50</b>	Éditions Fourrier Valdés	<b>109</b>	Publications Françaises
<b>51</b>	Éditions Jacques Petit	<b>110</b>	Publications Photo-Cinéma Paul Montel
<b>52</b>	Éditions Ligel	<b>111</b>	Société d'Édition d'Enseignement Supérieur
<b>53</b>	Éditions Massin	<b>112</b>	Société d'Éditions Professionnelles et Techniques
<b>54</b>	Éditions N. Bubée e Cia.	<b>113</b>	Société des Publications d'Études Socialistes
<b>55</b>	Éditions Nagel	<b>114</b>	Société Française d'Éditions du Livre
<b>56</b>	Éditions Nomis	<b>115</b>	Témoignages, Saint Leger Vauban
<b>57</b>	Éditions Paris	<b>116</b>	Vander Éditeur
<b>58</b>	Éditions Prisma	<b>117</b>	Vilo Éditions
<b>59</b>	Éditions René Julliard		

Fonte: Arquivos Administrativos da Livraria Francesa.



## Quadro 6. Fornecedores da Livraria Francesa: Periódicos e Distribuidoras

Periódicos		Distribuidoras	
1	Architecture d'Aujourd'hui	1	Cercle de La Librairie
2	Arts de France	2	L'Intercontinentale
3	Arts et Métiers Graphiques	3	Denoel
4	Arts Paris	4	Société de Distribution des Produits de L'Édition (SODIS)
5	Atomes	5	Forum
6	Cahiers Internacionaux	6	L'Inter
7	Clarté	7	Maison du Livre Français
8	Démocratie Nouvelle	8	Messagerie du Livres
9	Économie et Politique	9	Odeon Diffusion
10	Éditions A. Pedone	10	Sequana
11	Éditions Braun e Cie.	11	Société Nouvelle Sequana
12	Éditions Défense la France		
13	Éditions Industrie Textille		
14	Esprit		
15	Institut Technique du Batimente et Travaux Publics		
16	Le Point - Souillac		
17	La Gazette des Lettres		
18	La Tribune des Nations		
19	Les Cahiers D'Outre Mer-Bordeaux		
20	Les Lettres Françaises		
21	Les Temps Modernes		
22	Mercure de France		
23	Psyché		
24	Recueil Général des Lois et des Arrêts		
25	Science et Industrie		
26	Sciences et Avenir		
27	Semaine Économique et Financière		
28	La Nouvelle Critique		
29	Les Nouvelles Économiques		

Fonte: Arquivos Administrativos da Livraria Francesa.

### ***Editoras da Resistência e Edições Militantes***

Nos dois primeiros de seu funcionamento, a Livraria Francesa contou quase exclusivamente com o abastecimento de livros produzidos por editoras fundadas no âmbito da Resistência Francesa à ocupação nazista. Entre elas, destacam-se Les Éditions de Minuit<sup>213</sup>, La Bibliothèque Française e Les Éditions d’Hier et Aujourd’hui<sup>214</sup>, que serão as três maiores fornecedoras do período 1947-1949, juntamente com o Centre de Diffusion du Livre et de la Presse (CDLP)<sup>215</sup>, que se torna o maior fornecedor entre 1948-1949, substituindo as outras empresas pertencentes ao Partido Comunista Francês (PCF)<sup>216</sup>.

O grupo de fornecedores coloca em evidência os aspectos políticos presentes no processo de retomada de mercados que a França irá operar após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Jean-Yves Mollier, o mercado editorial francês renascia pela ação destas editoras, em um movimento que pretendia, por um lado, enfrentar-se economicamente com a tendência monopolista que antes da Guerra se desenhava em torno da Hachette<sup>217</sup> e, por outro, disputar a hegemonia ideológica para a difusão de uma concepção de pensamento francês que emergiu no combate ao nazifascismo. Essa perspectiva sustentou, em grande medida, a capacidade de organização do Comitê para o Livro Francês no Exterior e a viabilidade das ações diplomáticas orientadas por suas diretrizes, analisadas anteriormente.

Em fins dos anos 1940, a força destas empresas decorria de um histórico de atuação que representou um fenômeno inédito para o que os movimentos políticos

---

<sup>213</sup> Editora fundada por Pierre Lescure e Jean Bruller, em 1942. A Minuit permanece na ilegalidade até o fim de 1944, publicando cerca de 25 títulos neste período. Em 1945, inicia suas atividades legais no contexto de reorganização do Estado e sociedade franceses após a Ocupação. Sobre sua história ver: Anne Simonin, *Les Éditions de Minuit, 1942-1955: Le Devoir de Insoumission*, Paris, Editions de L’IMEC, 2008.

<sup>214</sup> Editoras fundadas pelo Partido Comunista Francês. A Hier et Aujourd’hui foi uma coleção de brochuras históricas e literárias criada dentro do aparato da imprensa comunista clandestina em 1940. No ano de 1942, a direção do PCF abandona a coleção e, sob a liderança de Louis Aragon, funda uma verdadeira editora da resistência, a Bibliothèque Française. Com a retomada das atividades legais, após 1944, o nome Éditions de Hier et Aujourd’hui é utilizado na criação de uma nova editora do PCF voltada à literatura. Sobre as editoras do partido, ver: Marie Cécile Bouju, *Lire en Communiste: Les Maisons d’Édition du Parti Communiste Français, 1920-1968*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2010; Jean-Numa Ducange, Julien Hage e Jean-Yves Mollier (org.), *Le Parti Communiste Français et le Livre: Écrire et Diffuser le Politique en France au XX<sup>e</sup> Siècle, 1920-1992*, Dijon, Éditions Universitaires de Dijon, 2014.

<sup>215</sup> A distribuidora foi fundada pelo PCF em 1931, sendo responsável pela difusão de todos os seus livros e materiais impressos no momento em que este se dedicava à construção de uma estrutura de propaganda de massas, sustentada nas editoras Bureau d’Éditions (BE) e a Éditions Sociales Internationales (ESI). Todo esse aparato foi fechado em 1939 com as leis repressivas e medidas anticomunistas impostas pelo governo francês no período conhecido como *drôle de guerre*. A distribuidora retomou suas atividades a partir de 1948 (Marie Cécile Bouju, *op. cit.*, pp. 70-73).

<sup>216</sup> A partir de 1949, o PCF irá fundir as duas editoras na Éditions Français Réunis (EFR) e o selo ESI também será retomado (Pascal Fouchél, “Chronologie 1945-1997”, em P. Fouché (org.), *op. cit.*, p. 806).

<sup>217</sup> Jean-Yves Mollier, *op. cit.*, p. 145.

conheciam como imprensa clandestina<sup>218</sup>, pois suas atividades não se resumiam às práticas habituais de impressão e circulação de textos em jornais e panfletos, elas construíram um verdadeiro processo editorial na ilegalidade com o objetivo de se enfrentar com as intervenções das autoridades nazistas sobre a produção e circulação de livros na França e a colaboração de parte dos representantes deste mercado<sup>219</sup>.

Entre aquelas tocadas pelo sentimento nacionalista e outras motivadas pela necessidade de sensibilizar a população para o engajamento na luta armada, todas as editoras surgidas na Resistência compartilhavam do princípio segundo o qual deveriam defender seu direito de ler e pensar em francês<sup>220</sup>, mobilizando os elementos necessários para criar uma cadeia produtiva para selecionar, compor e imprimir obras literárias ou teóricas. Com seus livros, diferentes grupos demonstravam uma capacidade em articular autores, adquirir papel, manter um maquinário de impressão, redes de distribuição... Uma rede nacional de engajamento que, além de difundir ideias, reforçava a capacidade material, produtiva e de articulação de toda a estrutura clandestina de combate<sup>221</sup>.

Desde seu princípio, a ação editorial resistente também se articulou com o exterior. O primeiro lançamento dessa rede, o livro *Le Silence de la Mer*<sup>222</sup>, obra fundadora das Éditions de Minuit, publicada em 1942, é bastante representativa da consciência que os meios intelectuais foram adquirindo sobre a importância de produzirem livros como instrumentos da luta política organizada no interior do país. A edição continha um manifesto que denunciava a conivência do Sindicato de Editores com o ocupante e apresentava a linha de enfrentamento vislumbrada pela editora a essa realidade:

---

<sup>218</sup> Anne Simonin, *op. cit.*, p. 11.

<sup>219</sup> A intervenção alemã no mercado editorial é marcada pela publicação das chamadas “Listas Otto”, nome que faz referência ao embaixador da Alemanha em Paris Otto Abetz. Os documentos oficializam a relação de livros e autores proibidos de circular em território ocupado pelos nazistas. A primeira lista é publicada em 28 de setembro de 1940 e gerou extrema polêmica por ter sido realizada com a anuência do Sindicato de Editores; a segunda sai em julho de 1943 e a terceira em maio de 1943. Além das listas, os ocupantes fizeram intervenções na direção de empresas do mercado editorial local, sobretudo, aquelas que possuíam judeus em seus quadros.

<sup>220</sup> Anne Simonin, *op. cit.*, p. 12. Esse espírito nacionalista e de orgulho da tradição francesa cria movimentos de diversos espectros políticos, unidos contra o inimigo comum. Nesse sentido, a autora faz uma diferenciação entre a literatura resistente e a literatura clandestina, segundo a qual a primeira seria voltada à propaganda para integração à resistência armada, e a segunda, mais fluida, criaria um pensamento crítico que não se submeteria nem às diretrizes da luta, nem às do inimigo (p. 129). Ao final da guerra, a recepção dessa produção editorial no Brasil não distingue as vertentes de modo tão nítido. Os autores da resistência, seus livros e editoras são vistos com a mesma autoridade, por isso utilizaremos aqui as duas categorias “clandestino” e “resistente” de forma mais livre.

<sup>221</sup> Marie Cécile Bouju, *op. cit.*, p. 175.

<sup>222</sup> Vercors [pseud. Jean Bruller], *Le Silence de la Mer*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1942. A autoria de Jean Bruller só foi conhecida após a liberação de Paris. Segundo Anne Simonin, o mistério cria um “mito sobre a inteligência francesa na guerra” (Anne Simonin, *op. cit.*, p. 19).

[...]

Desde setembro de 1940, o Sindicato de Editores assinou “uma convenção de censura com as autoridades da ocupação”. Uma advertência ao público declarava: “Ao assinar essa convenção as autoridades alemãs desejam dar sua confiança à Edição. Os Editores, por sua vez, têm a intenção de dar ao pensamento francês o poder de continuar sua missão respeitando os direitos do vencedor”, e “as autoridades alemãs registram com satisfação a iniciativa dos Editores”.

[...]

Existe ainda na França os escritores que não conhecem as antessalas e recusam as palavras de ordem. Eles sentem profundamente que o pensamento deve se exprimir. Por agir sobre outros pensamentos, sem dúvidas, mas sobretudo porque se ele não se exprime, ele morre.

*Voilà* o objetivo das Éditions de Minuit. A propaganda não é nosso domínio. Nós pretendemos preservar nossa vida interior e servir livremente nossa arte. Pouco importam os nomes. Pouco importa a via difícil. Trata-se da pureza espiritual do homem.

O manifesto causou comoção nos seus meios intelectuais e políticos franceses, reforçado pela virtude literária da obra assinada por Vercors e pela qualidade técnica da edição, que teve uma tiragem de 350 exemplares. A quantidade produzida era significativa dentro do contexto da clandestinidade, mas jamais suficiente para atingir uma circulação massiva, principalmente se desejasse ultrapassar as fronteiras nacionais. Desse modo, a divulgação de seu aparecimento foi articulada com o Serviço de Inteligência da França Resistente na Inglaterra, que anunciou o livro em primeira mão, promovendo as intenções da Minuit como exemplo da resistência intelectual francesa e contribuindo para levantar o interesse sobre a produção que emergia desse movimento no exterior.

Em 1943, uma edição seria publicada em Londres, material que inicia a difusão do *livre-événement*<sup>223</sup> em diversos países, inclusive no Brasil, que verá a primeira tradução do texto, realizada Millôr Fernandes, nas páginas do semanário *A Cigarra*, em fevereiro de 1944<sup>224</sup>. A recepção é noticiada periódicos cariocas de grande circulação, como *O Jornal*, que reproduz a introdução brasileira da obra:

#### Silêncio no Mar

“Silêncio no mar” é, talvez, o mais notável produto literário desta guerra. É quase novela e foi escrita na França ocupada por autor que assina Vercors, mas cujo nome verdadeiro mantêm-se em segredo. Foi

---

<sup>223</sup> Livro-evento, expressão utilizada por Anne Simonin (*op. cit.*, p. 66) para descrever o caráter simbólico da publicação.

<sup>224</sup> Vercors, “O Silêncio do Mar”, trad. Millôr Fernandes, *A Cigarra Magazine* (São Paulo/Rio de Janeiro), ano XXIV, n. 119, fev. 1944, disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/003085/35261>. Cumpre notar que a tradução é feita a partir da edição inglesa, antes do *boom* de traduções do livro que só ocorrerá a partir do outono de 1944, quando as Les Éditions de Minuit publicam a segunda edição francesa, após a Liberação de Paris. O texto de Vercors será publicado em livro no Brasil pela Difel em 1956, como veremos.

lançada pela imprensa subterrânea que se denomina “Éditions de Minuit”.

“Silêncio do Mar” é a história de um jovem oficial alemão abrigado na casa de um velho francês que vive com sua sobrinha. Não se trata apenas de uma bela peça de ficção, mas também de um brilhante pedaço da resistência francesa ante a ocupação alemã.

Provas da história escaparam para Londres onde foram republicadas em francês. “A Cigarra-magazine”, em seu último número, publicou a história segundo a versão inglesa em versão de Millôr Fernandes. Transcrevemos a seguir o prefácio desta novela<sup>225</sup>.

E *O Diário de Notícias*, que publicou uma resenha escrita pela escritora judia Yvonne Jean<sup>226</sup>:

#### O Silêncio da França

É pela primeira vez que, após muitos anos, reencontro a emoção que nos empolgava adolescentes quando descobríamos o espírito e alma da França. Li um pequeno opúsculo intitulado “Le Silence de la Mer”. Uma indicação: “Écrit em France – 1943 – Publié a Londres”. Um pseudônimo escolhido para o momento: Vercors. Um qualificativo despretensioso: “Recit. Uma edição significativa: “Les Chiers du Silence”. E é tudo.

“Le Silence de la Mer” é o primeiro livro publicado por: “Essa coleção dedicada aos escritores que, no solo da França prisioneira travam a luta do espírito”. É o primeiro livro saído da França por via subalterna e publicado na Inglaterra.

“Le Silence de la Mer” apareceu em França graças a uma edição clandestina chamada “Les Éditions de Minuit” e traz as palavras: “Este volume publicado às expensas de um patriota, acabou-se de imprimir sob a ocupação nazista, em 20 de fevereiro de 1942” [...]<sup>227</sup>.

Os comentários repercutem as condições clandestinas da publicação, ressaltando a bravura da Resistência Francesa e seus meios intelectuais em lutar por sua tradição de liberdade de pensamento e expressão artística. Interessante notar como a resenha de Yvonne Jean manifesta de modo particular a sensação de reencontro com a “alma” da França, que ela recorda ter sido fundamental na constituição de seu repertório intelectual de juventude, quando ainda morava na Bélgica. A autora relata sua experiência de

---

<sup>225</sup> “No Mundo dos Livros: ‘O Silêncio do Mar’”, *O Jornal* (Rio de Janeiro), p. 5, 5.2.1944, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_04/19813](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_04/19813). Assim como *A Cigarra*, *O Jornal* era um periódico pertencente ao grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Interessante notar, assim, a repercussão da produção resistente no Brasil a partir destes órgãos da imprensa liberal. Em São Paulo, como temos visto, o grupo Diários Associados compõe o circuito cultural da metrópole seja por sua localização na Rua 7 de Abril, seja pelas iniciativas de seu proprietário nos meios intelectuais locais.

<sup>226</sup> Yvonne Jean (1911-1981) foi uma escritora judia belga que se exilou no Brasil durante a II Guerra Mundial. Atuou como jornalista e foi professora da Universidade de Brasília (“Yvonne Jean”, Arquivo Público de Brasília, disponível em <https://www.arquivopublico.df.gov.br/yvonne-jean/>, consulta em 1.2.2022).

<sup>227</sup> Yvonne Jean, “O Silêncio da França”, *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro), Ano XV, 6 de agosto de 1944, Caderno Letras e Artes, p. 1, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_02/19658](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/19658).

formação como um fato compartilhado com os leitores brasileiros, com os quais passou a conviver em sua vida no exílio, recomendando-lhes a leitura do livro para que também pudessem gozar da redescoberta dessa referência apartada pela Guerra.

Essa atmosfera simbólica de enfrentamento e engajamento antifascista lançada com *Le Silence de la Mer* espraia-se para o restante da produção editorial resistente e corrobora para a ressignificação do pensamento francês como paradigma de uma cultura humanista universal<sup>228</sup>, gerando uma forte expectativa entre a intelectualidade de diversas partes do mundo, não somente no Brasil, quanto ao momento em que os vínculos com aquela produção editorial poderiam ser retomados. Ou seja, ao final do conflito já existia um ambiente favorável à projeção internacional das editoras da Resistência e suas obras, antes mesmo que o setor estivesse preparado para exportar.

Ao lado do prestígio de editoras independentes como a Éditions de Minuit, cumpre notar que o PCF foi a organização que construiu uma atitude hegemônica nas várias esferas da estrutura clandestina de impressos<sup>229</sup>. Desse modo, nos anos que se seguem à Liberação, o partido terá uma grande força política na instauração do governo provisório, o que beneficiará enormemente suas edições, como constata Marie-Cécile Bouju:

Os anos 1944-1946 foram o período de glória. Limitando-nos aos dados numéricos: noventa títulos são publicados anualmente com uma tiragem média de quinze mil e setecentos exemplares. As editoras do PCF se beneficiavam de um contexto muito favorável para o comércio de livros e sua influência nacional<sup>230</sup>.

Do lançamento do livro de Vercors ao “período de glória” das edições comunistas, podemos visualizar de modo um pouco mais preciso as condições nas quais Paul Monteil vai buscar as primeiras mercadorias da Livraria Francesa em Paris, iniciando a rede de fornecedores que ora analisamos. Aquele mercado em reestruturação estava abastecido por editoras e obras com um perfil político definido, com destaque para aquelas dirigidas pelo PCF. Vista por esse ângulo, a relação de empresas registradas em seus livros-caixa entre 1947 e 1949 seria fruto de um relacionamento, em certa medida incontornável, com essa realidade.

---

<sup>228</sup> Denis Rolland, *La Crise du Modèle Français. Marianne et l'Amérique Latine. Culture, Politique et Identité*, Paris, L'Harmattan, 2011, pp. 340-341.

<sup>229</sup> Marie Cécile Bouju, *op. cit.*, pp. 162, 167-169. A partir do inverno de 1940, o PCF consegue rearticular a estrutura necessária para atividades de imprensa mais elaboradas, entre elas, a publicação de brochuras. A evolução desse aparato é percebida pelas entidades policiais como fator de grande preparo dos comunistas, que, em 1942, possuem um aparelho central de propaganda. A rede se forma a partir do contato de apoiadores e uma série de pequenos proprietários e profissionais do livro, numa cadeia heterogênea no que diz respeito às condições materiais; ela servirá também a outras organizações.

<sup>230</sup> Marie-Cécile Bouju, “Les Maisons d’Édition du PCF, 1920-1956”, *Nouvelles Fondations* (Paris), n. 7-8, pp. 260-265, mar.-abr. 2007.

No entanto, não devemos perder de vista o contexto brasileiro do qual Monteil partiu para retornar à sua terra natal com o objetivo de se tornar livreiro: aquela São Paulo em efervescência cultural e política com um histórico de relações intelectuais e culturais com a França e que, como vimos, buscava renovar esses vínculos diante de outras referências estrangeiras, pautando-se justamente na repercussão do combate ao nazifascismo e da perspectiva geral de engajamento que esse processo deflagrou na intelectualidade daquele país.

Ao mesmo tempo, ele começa a reorganizar sua vida profissional e sua percepção do processo de retomada das trocas entre França e Brasil não resultaram diretamente da engenharia, mas sim da vida social que o casal constituiu nos meios paulistanos. Veremos que, em meio à politização dos espaços de sociabilidade da capital, o casal se aproximou das redes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Talvez esta proximidade possa ter facilitado as transações junto às editoras do PCF e, certamente, elas definiram um público inicial com o qual contavam para construir sua livraria<sup>231</sup>, ao lado da intelectualidade de posições liberais para quem a França sempre representou um ideal cultura e civilização, como pudemos observar em falas de Rubens Borba de Moraes ou no pequeno histórico de recepção de *Le Silence de la Mer* no país.

As duas pontas do circuito transatlântico França-Brasil ofereciam condições para que a Livraria Francesa surgisse com um sentido de fundação definido por trocas comerciais e culturais marcadas pela política, devemos ressaltar, em um espectro de esquerda. Ele se realiza entre escolhas e oportunidades que constroem Paul e Juliette Monteil como mediadores desse canal de circulação e permanece mesmo a partir de 1950, quando a reconfiguração da sociedade da livraria a coloca em uma nova dinâmica de investimentos e formação de estoque, favorecendo a presença de grandes grupos editoriais, como Hachette, Larousse e a própria Librairie Didier entre seus fornecedores, dos quais trataremos adiante.

Por ora, ainda é importante tomarmos algumas considerações sobre as editoras com perfis explicitamente políticos que aparecem regularmente nos registros administrativos da livraria em todo o período analisado: a Éditions de Minuit, a Éditeurs Français Réunis (EFR), empresa que aglutinou os selos comunistas do período anterior, e

---

<sup>231</sup> Pesava ainda sobre essas relações o fato de que as edições francesas sempre foram as principais responsáveis pela difusão do marxismo no mundo de língua latina e, com isso, tinham fortíssima presença na tradição brasileira, que retomaria este vínculo com o findar do conflito mundial (Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil, das Origens a 1964*, Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1975).

outras novas editoras independentes como a Éditions Ouvrières<sup>232</sup>, a Éditions du Seuil<sup>233</sup> e a Maspero<sup>234</sup>. Estas empresas acabaram transformando o espaço simbólico construído pelas editoras surgidas na Resistência ao publicarem livros relacionados aos debates teóricos e políticos da esquerda francesa durante a Guerra Fria, para conformarem, então, o novo campo político da edição no país, sob a denominação de editoras engajadas ou militantes<sup>235</sup>.

Os selos comunistas mantinham, em geral, sua linha voltada às obras de formação, propaganda marxista e mesmo da literatura orientadas pelas diretrizes da Internacional Comunista (IC), marcada pelo stalinismo. Já Minuit, Seuil e Maspero contribuem para publicações num espectro amplo da esquerda, dando espaço aos debates internos ao marxismo, críticos à IC, e aos temas anticoloniais que polarizavam a arena pública francesa. Enquanto centro da produção editorial da francofonia<sup>236</sup>, estas protagonistas do mercado parisiense acabavam por catalisar a difusão da produção intelectual voltada às polêmicas dos processos de independência africanos e das intervenções militares imperialistas no leste asiático, inclusive, com publicações de autores nascidos nas então colônias francesas.

Nesse sentido, as edições militantes, mais até do que a produção vinda da Resistência, possuíam um caráter internacional intrínseco que veiculava interesses de um novo bloco identificado pela necessidade histórica de superar a questão colonial, que não se limitava, evidentemente, ao Império Francês, o chamado Terceiro Mundo<sup>237</sup>. O Brasil

---

<sup>232</sup> A editora herdou o legado da Librairie de La Jeunesse Ouvrière, criada em 1929 por iniciativa da Jeunesse Ouvrière Chrétienne (JOC). Publica edições populares voltadas à educação e à formação política (Fr. Michel Albaric, o.p., “L’Édition Religieuse en France”, em P. Fouché (org.), *op. cit.*, p. 279).

<sup>233</sup> Fundada por François Maspero (1932-2015) em 1959, a editora se tornará umas das principais referências na publicação de obras ligadas aos movimentos políticos de esquerda na França e, principalmente, pelas obras que debatiam as questões do chamado Terceiro Mundo.

<sup>234</sup> Criada em 1937 por Jean Bardet (1910-1983) e Paul Flamand (1909-1998), a Éditions du Seuil tem suas atividades interrompidas durante a II Guerra Mundial. Seus proprietários retomam a empresa em 1945, a partir desse momento sua atuação se torna mais expressiva no mercado francês.

<sup>235</sup> As expressões são utilizadas na historiografia francesa para tratar as empresas que atuam neste período a partir de uma perspectiva política. Ver: Rémy Rieffel, “L’Édition de Sciences Humaines et Sociales”, em P. Fouché (org.), *op. cit.*; Julien Hage, *Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: Une Nouvelle Génération d’Éditeurs Politiques d’Extrême Gauche en Europe Occidentale, 1955-1982*, histoire comparée, histoire croisée, Thèse de doctorat, Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines, 2010.

<sup>236</sup> A ideia de francofonia, que tem suas origens no século XIX, se reconstrói nesse momento em que intelectuais nascidos em territórios colonizados reivindicam uma apropriação crítica do francês como instrumento de sua expressão literária e luta pela desintegração do Império Colonial (ver definição: Jean-Louis Joubert, “Francophonie”, *Encyclopædia Universalis*, disponível em <http://www.universalis-edu.com/encycopedie/francophonie/>).

<sup>237</sup> A Conferência de Bandungue, realizada na Indonésia em 1955, marca a formação do bloco e o surgimento da ideia de Terceiro Mundo. O evento não contou com a presença de países da América, mas as diretrizes definidas em suas discussões, especialmente o combate dos efeitos do imperialismo, aproximam a sua história e a atuação de seus intelectuais dos territórios que lutavam por independência no pós-Guerra.



e o restante da América Latina são paulatinamente incluídos nesse grupo. No caso brasileiro, as discussões terceiro-mundistas eram desenvolvidas principalmente por pensadores dos setores progressistas, alinhados com o desenvolvimentismo, e dos grupos de esquerda que se reivindicavam revolucionários.

Este fato já seria suficiente para entendermos como o abastecimento da Livraria Francesa acompanhou as mudanças do mercado francês, compatibilizando-as com essa nova conexão de seus frequentadores com os circuitos intelectuais e político no exterior. Contudo, outro elemento nos interessa nessa rede de trocas. Assim como autores das colônias francesas, diversos latino-americanos aparecem nas publicações das referidas editoras<sup>238</sup>, sobretudo ao longo dos anos 1960 e 1970, quando vários países do subcontinente viviam sob regimes ditatoriais. Denúncias, críticas e concepções políticas decorrentes da oposição a estes governos circulavam na França e na Europa tendo como suporte estas edições, evidentemente, mas ao integrarem um circuito comercial internacional elas poderiam assumir uma função mais complexa, contribuindo para que as mesmas tivessem visibilidade em seus locais de origem.

O livro *Pau de Arara: La Violence Militaire au Brésil*, de Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca, obra que analisa o Golpe de 1964 e denuncia os crimes políticos da Ditadura, saiu pela Maspero em 1971. Ela nunca foi publicada no Brasil e aparece em uma lista de livros proibidos no Dops-SP em 1975. O livro de Carlos Marighela, *Pour la Libération du Brésil*, que foi publicado na França pela Éditions du Seuil, em 1970, também foi proibido de circular no país e, como vimos, acabou sendo o motivo de um inquérito policial que interpelou o gerente da Livraria Francesa no Dops.

Portanto, vemos a Livraria Francesa se construir como um ponto de conexão nesta ampla rede de difusão de ideias, politizada e de esquerda, que se (re)produz em várias direções entre França, Brasil e outros países a partir do interesse de seus intelectuais pela conjuntura internacional que se estende do encerramento da II Guerra Mundial à emergência de um pensamento do chamado Terceiro Mundo durante a Guerra Fria.

O perfil deste conjunto de fornecedores, das editoras da Resistência às edições militantes, nos ajuda a delimitar um sentido de fundação da livraria que pode ficar apagado quando conhecemos o crescimento econômico e financeiro da empresa, bem como seu envolvimento com ações do Estado francês para intervir no mercado brasileiro

---

<sup>238</sup> Sobre o tema, citamos a tese de doutorado em andamento do colega Felipe Castilho Lacerda, *Edição & Revolução: Maspero, Trikont Verlag e as Estratégias de Difusão da Esquerda Latino-Americana na Europa* (Universidade de São Paulo).

de livros. Uma marca que Paul e Juliette Monteil inscrevem na empresa, quando a viam apenas como um empreendimento familiar, a partir de suas convicções, escolhas e das condições colocadas pelos meios de sociabilidade, vivência cultural e política na cidade de São Paulo. Ela sobrevive no fornecimento de livros e nas estantes da livraria, pois esta é a referência que dinamiza as relações pessoais e intelectuais do estabelecimento, e mesmo de um repertório editorial e dos lucros que permitirão ao casal Monteil e seus sócios vislumbrarem a expansão de suas atividades no setor.

### ***Grupo Hachette, Librairie Marcel Didier e as Edições Escolares***

A partir de 1950, os registros contábeis da Livraria Francesa, incluindo os registros de fornecimento de livros, passam a apresentar traços mais marcantes de seu aspecto comercial no que diz respeito ao contato com grandes editoras e grupos franceses, entre eles, Hachette, Librairie Larousse e Librairie Marcel Didier.

O grupo Hachette será um dos principais fornecedores da Livraria, aparecendo tanto nos registros de importação, como Département Étranger Hachette ou simplesmente Librairie Hachette, como nos registros de fornecedores nacionais pela denominação Livraria Hachette do Brasil<sup>239</sup>. Do lado oposto às editoras engajadas, o grupo foi um dos principais alvos de acusação das comissões e entidades que avaliavam as atividades de colaboração durante a II Guerra. Os ataques e críticas que sofreu nesse processo visavam não apenas à punição política, mas tentavam também enfraquecer sua posição concentradora e a possível formação de trustes no mercado<sup>240</sup>. Algumas das forças políticas do meio, entre eles o PCF, defendiam a estatização da empresa, mas logo se estabeleceram acordos econômicos que garantiram sua permanência nas mãos da iniciativa privada e mantinham seu patrimônio sob o controle dos fundadores.

Diante da superação desses impasses, a empresa retoma com força a sua vocação, de modo que os tentáculos do “polvo verde”<sup>241</sup> voltam a tocar boa parcela do mercado editorial francês, incluindo formas inovadoras de concepção e comércio do livro. A produção da Hachette marca o período pós-Guerra com a coleção Le Livre de Poche por seu diretor Henri Filipacchi, em 1953. A sociedade francesa tinha “sede de leitura”<sup>242</sup>, e

---

<sup>239</sup> A Hachette inicia sua atuação no exterior no ano de 1919. Os jornais registram a chegada sua chegada ao Brasil, em 1951.

<sup>240</sup> Fabrice Piault, *op. cit.*, p. 630.

<sup>241</sup> Expressão consagrada na historiografia do livro francesa para denominar o grupo Hachette, em referência ao seu papel concentrador das atividades de produção e distribuição no mercado francês de livros e impressos.

<sup>242</sup> Jean-Yves Mollier, *op. cit.*, pp. 150 e 177.

essa iniciativa revoluciona o mercado, aproveitando-se do desenvolvimento técnico e apresentando-se como alternativa para o barateamento dos custos de produção num momento de limitações na economia. O fenômeno tem impacto na circulação internacional do livro francês em sua concorrência com a produção editorial de outras localidades.

A produção em massa e os formatos populares impactam os hábitos e o consumo de livros, dialogando com o processo de democratização do ensino em toda a França. Base da reconstrução do país, signo de uma sociedade que deveria zelar pela equiparação das oportunidades, a educação mobiliza a sociedade e cria um ambiente de valorização do conhecimento e da cultura em que o livro terá um lugar essencial. Esse processo resvala em todos os nichos do mercado, contudo, o setor didático e escolar constituirá um ramo especialmente potente até os anos 1960<sup>243</sup>. A Hachette entra com tudo nesse setor, com destaque aos manuais e às coleções de literatura clássica, literatura de juventude – tornam-se famosas as coleções de ficção *Bibliothèque Rose* e *Bibliothèque Verte*. O ambiente de entusiasmo criado a partir da massificação do ensino e da leitura proporciona uma imagem positiva às mercadorias francesas, da qual a Hachette se beneficiará, tornando-se uma referência também no setor do livro escolar.

A força do grupo entre os fornecedores da Livraria Francesa decorria, portanto, de sua notoriedade e de seu poder de concentração no mercado. Seus contratos ganham maior importância devido às condições de fragilidade econômica do país e às dificuldades encontradas por editoras menores, havendo, nos anos 1950, as primeiras fusões importantes por meio da incorporação das seguintes editoras: *Éditions du Chêne* (1951), *Grasset* (1954); *Fayard* (1958); *Fasqualle* (1959), *Tallendrier* (1959) e *Stock* (1961). Dada sua posição privilegiada no mercado, a Hachette também se beneficiou do fácil acesso à negociação de letras de câmbio, consolidando ainda mais sua vocação como distribuidora<sup>244</sup>. Assim, através dos tentáculos do polvo verde, chegam livros publicados por esses outros selos.

Ainda sob representação do grupo, é preciso considerar a editora Gallimard. O nome da empresa não aparece isoladamente como uma parceira comercial da Livraria Francesa, mas não é possível concebemos que seus livros ficassem de fora do mercado brasileiro, ainda mais em um estabelecimento especializado. Reconhecida como uma das grandes casas editoriais do mercado francês, a Gallimard possuía o mais rico catálogo de

---

<sup>243</sup> Em 1954, as edições escolares já representavam 22% do mercado, atrás apenas da literatura, e em 1959, consumiam 26% do papel, comportando 25,5% das publicações e 31,4% dos títulos. Ver: Alain Choppin. “Le Livre Scolaire et Universitaire”, em P. Fouché (org.), *op. cit.*, p. 313.

<sup>244</sup> Jean-Yves Mollier, *op. cit.*, p. 217.

literatura do pós-Guerra<sup>245</sup>, setor de relevância na constituição do acervo da Livraria Francesa, como vimos. Sabe-se que ela manteve independência produtiva em suas publicações, contudo, possuía um contrato exclusivo de distribuição com a Hachette, até 1971. Em seguida, para livrar-se do controle do grande grupo, a Gallimard fundou a Société de Distribution des Produits de L'Édition (SODIS), que irá aparecer no fornecimento da Livraria Francesa a partir do ano de 1973.

O espaço da Hachette na lista dos maiores fornecedores é dividido com uma concorrente sua no setor escolar, a Librairie Marcel Didier. Essa empresa entra com força no fornecimento de livros para a Francesa de São Paulo a partir de um lugar específico, o da sociedade entre Paul Monteil e Marcel Didier. Todavia, esse fato não confere a ela um *status* privilegiado em relação à Hachette, pelo menos no que se pode aferir dos livros contábeis e dos dados quantitativos. A Hachette possuía entrada na Livraria como fornecedora estrangeira e nacional, fato que facilitaria ainda mais as operações de compra, já a Didier sempre seria um fornecedor de quem se deveria importar.

Desse modo, entre 1950-1952, a Librairie Didier ocupará o segundo lugar entre os fornecedores estrangeiros da Livraria da Francesa. Em 1957 ela aparece com os maiores valores de importação, contudo, neste ano a Hachette fornecia livros ao estabelecimento dos Monteil através de sua empresa do Brasil. Certamente, estar na sociedade da livraria brasileira era uma estratégia para que a Didier alcançasse maior visibilidade, mesmo assim, os “tentáculos do polvo verde” nunca seriam superados por ela nos dados que pudemos analisar.

Outras casas especializadas em livros escolares carregavam uma história de tradição na França e aparecem constantemente nos registros da livraria: Éditions Bordas, Fernand Nathan, Hatier, Éditions Nagel, Gonthier-Villars, Istra e a Librairie Larousse. Esta última possui lugar de destaque nas importações dos anos 1950, contudo com valores inferiores à Didier e à Hachette. A Larousse figura também nas compras nacionais como Livraria Larousse do Brasil a partir dos anos 1960, posicionando-se como uma das principais fornecedoras gerais da Livraria Francesa. A produção da Larousse se voltava principalmente à edição de enciclopédias; nas décadas que seguem à Guerra, a empresa desenvolve um setor de publicações periódicas e ganha força no setor de obras de referência, como gramáticas, métodos de redação, dicionários e materiais didáticos para

---

<sup>245</sup> Fabrice Piault, *op. cit.*, p. 633.

o ensino de línguas. Estes últimos entram com força na França a partir dos anos 1970, quando a participação da Larousse também cresce nos livros contábeis.

Ao estar conectada de modo sistemático e extensivo com as edições escolares e, sobretudo, com aquele que seria o único verdadeiro grupo francês à época, a livraria funcionava dentro dos imperativos do mercado, adquirindo os principais títulos de grande circulação, com os melhores preços e associando a sua identidade com a cultura francesa através dos selos editoriais de maior alcance comercial dentro e fora da França.

Assumindo essa dinâmica, após o impulso dado pela reconfiguração da sociedade, a empresa familiar tomou novas proporções e pôde se consolidar financeira e comercialmente como um estabelecimento de referência em São Paulo. Paul e Juliette Monteil participam desta transformação e gerenciam seu cotidiano de modo a garantir a prosperidade financeira necessária para manter a livraria, correspondendo às expectativas de seus sócios e possivelmente suas próprias perspectivas de garantir um padrão de vida compatível com aquilo que haviam construído desde sua chegada na cidade. Essa é a base que equilibra o perfil político, por que não o capital simbólico, que marcou a fundação do empreendimento e que permaneceria em suas prateleiras, nos encontros e conversas de seus frequentadores.

### ***Presses Universitaires de France e as “Editoras Generalistas”<sup>246</sup>***

Livros políticos e livros escolares, os dois primeiros setores em que classificamos as mercadorias que abasteciam as prateleiras da Livraria Francesa, de certo modo, encontravam uma simbiose na forma do chamado livro universitário. Nesta categoria desejamos enquadrar o último grupo de destaque entre os fornecedores da Barão de Itapetininga, 275, considerando dentro dele as editoras com projetos parciais ou totalmente voltados a publicar autores da universidade e obras voltadas à divulgação das disciplinas que organizam esse nível de ensino, sobretudo o seu nicho mais dinâmico para o mercado editorial francês nos anos 1950 e 1960, as ciências humanas e sociais <sup>247</sup>.

---

<sup>246</sup> Rémy Reiffel, *op. cit.*, pp. 90-92. O autor define editoras generalistas em oposição às editoras “puramente universitárias”, considerando aquelas empresas que possuem, por princípio, um projeto editorial de gêneros de publicação diversos, voltado ao grande público e que incluem nesse escopo linhas editoriais ligadas às disciplinas e ao público da universidade. O autor cita nominalmente no grupo as grandes casas, Gallimard, Flammarion, Albin Michel, Plon e Seuil, e duas menores, Calmann-Lévy e Payot.

<sup>247</sup> *Idem*, p. 90. O autor utiliza a expressão “l’âge d’or” para se referir a esse fenômeno nos anos 1960; Jean-Yves Mollier, *Edição, Imprensa e Poder...*, p. 300, fala que o mesmo período foi o “*éden das ciências humanas*”. Veremos que a situação se reproduz de modo similar no Brasil e o contato com as casas francesas do setor será uma referência fundamental para que livreiro Paul Monteil e seus sócios desenvolvam suas atividades no mundo da edição.

A principal editora a compor a rede de fornecedores da Livraria Francesa nesta classificação foi a Presses Universitaires de France (PUF). Ela esteve no centro das importações da empresa a partir do ano de 1950, junto da Hachette, Larousse e Librairie Didier, constando sempre entre os quatro maiores valores de compras de todo o período analisado. Fundada em 1921, a PUF foi uma das casas pioneiras da edição universitária na França, fato que vale algumas considerações sobre sua história e o lugar simbólico que a lançava do mercado francês ao brasileiro.

Com uma constituição jurídica e financeira cooperativa, a empresa se originou da reunião de mais de quinhentos cotistas, majoritariamente professores do ensino superior, de liceus e colégios que:

Face ao aumento sensível do número de estudantes e às respostas insuficientes de editores privados que, com exceção da medicina e em alguma medida do direito, não estavam organizados para responder uma demanda imediata, tomam pela mão o propósito de difusão de seus trabalhos<sup>248</sup>.

Outras empresas surgem na época com a mesma motivação, inaugurando um novo setor do campo editorial do país que se distinguia das chamadas *éditions scientifiques*<sup>249</sup> e da atuação de casas que adotaram precocemente autores da história, sociologia, psicologia e outras áreas que mais tarde se consolidariam sob o grande eixo das humanidades<sup>250</sup>. Pautadas em um espírito corporativista e com iniciativas relativamente modestas dos próprios fundadores/autores, estas editoras nascem com programas pautados na produção da universidade, com a publicação de conferências dos seminários ou na realização de compêndios de textos divulgados em periódicos da comunidade acadêmica.

---

<sup>248</sup> Valérie Tesnière, *Le Quadrige. Um Siècle d'Édition Universitaire (1868-1968)*, Paris, Presses Universitaire de France, 2001. p. 245. Entre os membros da sociedade, a autora define um grupo responsável pela fundação: Pierre-Marcel Lévi, Edmond Schneider, Maurice Caullery, Charles Marie, Ferdinand Gros e Xavier Leon (p. 251). Os dados profissionais dos cotistas são apresentados na p. 257.

<sup>249</sup> *ibidem*, p. 19-29. As *éditions scientifiques* constituem, em sua origem, o setor dedicado à publicação de manuais e obras técnicas dos cursos tradicionais das escolas superiores, como Direito, Medicina e Engenharias. Eles ganham força na França a partir de 1870, quando ensino superior francês passava por reformas em sua lógica de organização e concessão de títulos, as quais acabam aproximando a produção científica do mercado.

<sup>250</sup> Os dois principais exemplos são Felix Alcan e Armind Colin. Ambas as casas desenvolvem suas atividades ainda no século XIX a partir da publicação de periódicos importantíssimos para as referidas disciplinas: a Alcan foi responsável, por exemplo, pelas revistas *L'Année philosophique* (1895-1914), dirigida por François Pillon, e *L'Année Sociologique*, conduzida por Émile Durkheim (1898-1927); Armind Colin publicou a *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-1938), fundada por March Bloch e Lucien Febvre. Em torno dos periódicos, as casas criaram coleções importantes como a Bibliothèque de Philosophie Contemporaine, da Alcan, ou a série *Histoire Générale du IVe Siècle à nos Jours*, do historiador Ernest Lavisse, publicada pela A. Colin. A Albin Michel, uma das generalistas consideradas em nossa análise, também teve uma coleção de destaque antes que o campo de edições universitárias se firmasse como tal, a *L'Évolution de l'humanité*, iniciada em 1920.

A PUF foi, entre elas, justamente aquela que se propôs a realizar obras fora deste escopo, organizando parcerias, captando recursos de instituições e contando com uma estrutura de direção editorial formada por comitês<sup>251</sup> responsáveis por selecionar autores, pesquisas e também propor projetos inéditos que pudessem ser desenvolvidos por professores universitários. Contudo, a proposta inovadora encarou dificuldades econômicas nos anos 1930, e a situação a que a editora chegou, muito próxima da falência, colocou um ponto de virada para a sua história. O programa de recuperação financeira, liderado por Paul Angoulvent, fundiu a PUF a outras três casas no ano de 1939 – a Alcan, a Rieder e a Leroux<sup>252</sup>.

Sob um novo *status* jurídico, acumulando um catálogo ampliado e uma nova estrutura de direção centralizada na figura de Angoulvent, a PUF construirá sua identidade no setor universitário ao longo dos anos 1940, erguendo também as bases de um grande aporte comercial para suas atividades. O momento era polêmico, pois esse ciclo virtuoso se desenvolveu, justamente, em meio à Guerra e à ocupação nazista, iniciada poucos meses após a conclusão das transações de reorganização da empresa. Seus gestores seguiram com as atividades, adaptando-se ao novo contexto, e a estratégia levada adiante por Paul Angoulvent foi a de aproveitar o incentivo das autoridades aos “livros científicos”, concebendo coleções e manuais de nível “intermediário entre o ensino secundário e as faculdades”<sup>253</sup>.

A partir desta concepção, em 1941, a PUF lança a coleção *Que Sais-Je?*, uma série enciclopédica com volumes em pequeno formato que apresentavam temas ligados às disciplinas da universidade, elaborados por responsáveis das respectivas áreas. O projeto, cujas características exploraremos adiante ao tratarmos de sua tradução, representou um elemento de modernização do mercado francês no período e será uma marca indelével na consolidação da editora nas décadas posteriores por dois motivos: primeiramente, por atualizar a ideia de vulgarização do conhecimento acadêmico-científico, absorvendo a configuração disciplinar do sistema universitário e suas especializações; em segundo lugar, por inovar no formato e no baixo preço dos livros, fatores que sinalizavam o potencial de alcance desta perspectiva editorial a um grande público.

---

<sup>251</sup> *ibidem*, p. 271-272. As áreas eram: Matemática, Física, Química, Ciências Naturais, Letras, Filosofia, Ciências Históricas, Geografia, Línguas Estrangeiras, Filologia, Ciências Jurídicas.

<sup>252</sup> Importante observar que a identidade universitária da nova empresa ficou associado ao selo da PUF, mas os fundos das referidas editoras serão importantes para amadurecer o seu projeto editorial. A Alcan, como vimos, tinha coleções pioneiras na área das ciências humanas.

<sup>253</sup> *ibidem*, p.321.

Com sua experiência de mercado, em que a referida coleção representava a concepção de princípios e estratégias de um setor incipiente, a PUF iria liderar um polo de transformações de seu meio editorial. No imediato pós-Guerra, a maior parte das editoras francesas retomou sua produção a partir da literatura, pois esse era o setor no qual possuíam um fundo de catálogo mais consistente e aquele que, normalmente, atingia um público mais amplo. Entretanto, os debates sobre a reconstrução nacional deram centralidade para a reorganização e expansão do sistema de ensino na França, especialmente do ensino superior, que viu seu número de matriculados crescer significativamente<sup>254</sup>.

Diante de um público em expansão, o sentido comercial e simbólico da *Que Sais-Je?* encontrou uma realidade favorável para inspirar outros projetos ligados à produção universitária. Sendo assim, a PUF expandiu seu catálogo com coleções seriadas como a *Bibliothèque de Sociologie Contemporaine*, herdada da Alcan, e diversas coleções de síntese, como a *Histoire Générale des Civilisations* e *Histoire Générale des Sciences*.

Todas as casas do período, especialmente as grandes editoras generalistas, acompanham a possibilidade que se abria para desenvolverem linhas de publicação universitárias. Segundo Jean-Yves Mollier:

[...] a amplitude tomada pelas coleções de ciências sociais e humanas é que contrasta com o período anterior à guerra. [...]

A partir do momento em que o mercado de livros universitários, em seu sentido mais amplo, não concerne mais apenas às faculdades de direito, à *École libre des sciences politiques* [Escola Livre de Ciências Políticas] e aos cursos preparatórios para as Grandes Escolas, mas diz respeito a toda uma população de estudantes que se apertam em fileiras próximas umas das outras, nos anfiteatros construídos às pressas para recebe-los, o público de uma série de disciplinas até então consideradas esotéricas, torna-se um alvo privilegiado<sup>255</sup>.

A transformação das instituições universitárias contribuía concretamente para que, independentemente do perfil “puramente universitário”, as editoras francesas tradicionais se lançassem às pesquisas, autores e obras que atendiam às demandas deste grande público em formação. Ou seja, fortalecia-se um setor com apelo comercial<sup>256</sup> no

---

<sup>254</sup> Evolução do número de matriculados em universidades na França: 123.000 (1945); 194.000 (1959); 245.000 (1961-1962); 368 mil (1964-1965); 510 mil (1967-1968). Evolução do número de professores universitários: dez mil (1960); 26 mil (1967); 40.600 (1973) (dados extraídos de Rémy Rieffel, *op. cit.*, p. 95).

<sup>255</sup> Jean-Yves Mollier, *Edição, Imprensa e Poder...*, p. 301.

<sup>256</sup> Cumpre notar que o mercado francês, diferentemente de outros, como o anglo-saxão, não contou com estruturas editoriais vinculadas a universidades até meados do século XX, embora projetos deste tipo tenham



qual a PUF se inseriu precocemente, acumulando vantagens que inclusive possibilitariam sua projeção para o mercado exportador.

A *Que Sais-Je?* e as “Histórias Gerais” foram as coleções da PUF que mais circularam internacionalmente. Na Livraria Francesa, veremos que elas entrarão em um circuito intelectual produtivo, gerando frutos diretos para o mercado editorial brasileiro, visto que as edições carregavam a um só tempo os conteúdos pertinentes a um público que também crescia em torno das universidades e o legado dos métodos pioneiros de publicação que a editora francesa introduziu no setor.

Entretanto, como afere Jean-Yves Mollier, as ciências humanas e sociais protagonizaram, de modo geral, o processo de alargamento do campo de edições universitárias, fato que deslocava a referência da PUF a outras casas não especializadas, as editoras generalistas às quais nos referimos no início deste item. Todas elas, além da regularidade nos registros, apresentam valores relevantes no volume geral importado pela livraria ao longo dos anos, com destaque para a Albin Michel, segunda maior fornecedora no ano de 1951; e para a Flammarion, posicionada em quarto lugar no *ranking* de compras no ano de 1962.

Projetos como *Bibliothèque des Idées* e a *Bibliothèque de Philosophie* (Galimard); *Esprit* (Seuil); a *Bibliothèque de Philosophie Scientifique* (Flammarion), *Terre Humaine* e *Civilisations de Hier et Aujourd’hui* (Plon) – atingindo inclusive uma editora consagrada em um *habitus* conservador<sup>257</sup> – e outras similares circulavam da França ao Brasil através destas importações. Para além do apelo comercial que detinham em seu mercado de origem elas traziam o peso simbólico da ação da intelectualidade francesa e da juventude universitária na conjuntura política e social da época.

Saindo da zona “esotérica” à qual foi por muito tempo relegada, a produção das ciências humanas e sociais debatiam os fenômenos e problemas vividos pela sociedade francesa, ao menos, desde a II Guerra. É neste ponto que as ideias de resistência e

---

surgido em debates desde a Comuna de Paris. A PUF e suas contemporâneas, criadas nos anos 1920 e 1930, possuíam representantes de universidades em sua composição societária, mas o modelo adotado não correspondia à criação de editoras universitárias com aquele caráter. A ausência deixou este campo de edições relegado à ação de casas comerciais que desfrutaram de seus benefícios econômicos, aproveitando-se também do campo simbólico em que os intelectuais franceses se projetaram à sociedade. Ver: Jean-Yves Mollier, “As Editoras Universitárias Francesas: Entre o Modelo Público e Privado, um Reconhecimento Simbólico Difícil”, em Marisa Midori Deaecto e Plínio Martins Filho, *Livros e Universidades*, São Paulo, Com-Arte, 2017.

<sup>257</sup> Patricia Sorel, *Plon: Le Sens de l’Histoire (1833-1962)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2016. Apesar do *habitus* conservador, a Plon foi a casa a quem Charles de Gaulle entregou as suas *Memórias* e que publicou *Tristes Tropiques*, de Lévi-Strauss, um marco na relação do público francês com a questão colonial.

engajamento, das quais tratamos ao abordar o primeiro grupo de fornecedoras da livraria, passavam às edições universitárias<sup>258</sup>. Através delas, os temas polêmicos se pulverizam na sociedade francesa – mais escolarizada e tensionada politicamente – como parte de uma dinâmica geracional que tendia a “abandonar o ambiente tradicional da Sorbonne”<sup>259</sup> para se vincular a uma atitude quase antiacadêmica de intervenção na esfera pública.

Desse modo, o livro universitário reforçava o lugar do mercado editorial francês como um centro de produção intelectual voltado às polêmicas de seu tempo, posicionando-o ao lado das edições militantes de que tratamos acima. O fato recaía, como vimos, nas questões internacionais da maior importância para o contexto da Guerra Fria – dos conflitos de independência ao desenvolvimento do Terceiro Mundo; das diretrizes internacionais do comunismo às críticas de esquerda ao estalinismo. E mesmo coleções de síntese como *Histoire Générale des Civilizations*, da PUF, acabava por trazer esses debates contemporâneos de modo politizado, por exemplo, a partir do conceito de civilização que fora problematizado a partir das referências da época pelo organizador da obra, Maurice Crouzet.

Uma vez tendo consolidado um polo dinâmico em âmbito nacional, estas publicações se projetavam para fora da França, contribuindo com um repertório crítico na atualização dos autores, das referências e dos temas que garantiam a presença francesa no exterior. Importante observarmos que as intervenções diplomáticas do tipo que vimos ocorrer na Livraria Francesa, limitadas à inversão de capitais, não se propuseram a interferir nos princípios ideológicos desse processo e acabaram por viabilizar um circuito de transmissão de ideias que, por vezes, entrava em conflito com os próprios interesses de Estado nesta circulação internacional<sup>260</sup>. O importante no quesito livro era beneficiar o fluxo de mercadorias, retomar espaço para as empresas nacionais e, com isso, veicular

---

<sup>258</sup> Devido às características da universidade no período, as editoras engajadas acabam produzindo um catálogo que acompanha o perfil universitário. Entretanto, assumimos uma diferenciação entre elas e as editoras generalistas, pois a política não era mera consequência da adoção de linhas que atendessem à demanda do público em questão; seus projetos editoriais estavam pautados na questão política e em uma atuação militante dos editores.

<sup>259</sup> Rémy Rieffel, *op. cit.*, p. 101.

<sup>260</sup> A atuação diplomática no campo da cultura, evidentemente, tinha seus princípios de atuação ideológicos, mas essa interferência direta não aparece na intervenção da Livraria Francesa, como vimos na documentação analisada. Havia um filtro implícito que passava pela hierarquização das editoras no mercado francês que vemos repercutir no próprio *ranking* de fornecedoras da livraria, mas aqui nos referimos a possíveis censuras ou dificuldades para a circulação de títulos e linhas de publicação politizadas. A visita de Sartre ao Brasil, tratada adiante, nos mostrará um desses momentos de impasse em que a presença do notável intelectual francês, referência nos meios brasileiros, causa desconforto e é vista como afronta às posições do Estado diante da Guerra da Argélia e de sua política junto aos países do Terceiro Mundo.

a imagem genérica de uma França moderna, portadora de um pensamento universal e humanista.

Então, mesmo os ideais de esquerda eram beneficiados por ações de fundo imperialista que facilitavam sua entrada nos meios intelectuais brasileiros no bojo de uma produção livreira diversa. No Brasil, mais especificamente em São Paulo, cabia aos livreiros importar de tais editoras, selecionar as obras e vincular-se aos grupos interessados nestes temas polêmicos para que esse pensamento ganhasse nova vida. O contexto de fundação da Livraria Francesa e as redes que inseriram o casal Monteil no mundo dos livros convergiam para esse movimento.

### Capítulo 3. Paul e Juliette Monteil: Da Engenharia aos Livros

*E a Livraria Francesa que começou com uma caixinha de livros, vamos dizer com cinquenta livros franceses, com muita coragem, vamos dizer também. Fizemos uma grande livraria para a população brasileira, população não só de São Paulo, mas do Brasil inteiro [...].*

Juliette Sabourault Monteil<sup>261</sup>

Entre São Paulo e Paris, muitos foram os personagens e situações com os quais nos deparamos para compreender a história da Livraria Francesa, entre eles, seus fundadores, Paul e Juliette Monteil. Ambos protagonizaram diversos dos eventos narrados até aqui, no entanto, evocamos as respectivas atuações a partir dos contextos maiores, brasileiro e francês, que viabilizaram o papel mediador de seu estabelecimento.

Sem nos iludir com o fato de que os percursos individuais determinaram os resultados alcançados com a livraria, até porque conhecemos todas as circunstâncias positivas e auxílios com os quais o casal pôde contar para desenvolver seu negócio, o presente capítulo irá redimensionar a escala de nossa análise, dedicando-se à biografia dos Monteil, pois consideramos que suas trajetórias pessoais também cumpriram um papel, por vezes determinante, para despertar e direcionar estes circuitos engendrados pela economia do livro.

Antes de qualquer evento conjuntural ou ação de Estado, a Livraria Francesa começou como um empreendimento familiar cujos rumos eram incertos. As memórias de Juliette nos remetem justamente ao aspecto subjetivo do desejo, das expectativas e da superação de desafios com os quais desejamos enriquecer as perspectivas apresentadas nos capítulos anteriores. As figuras afetivas da caixa de livros franceses e da coragem com a qual vislumbra o início de tudo, levam-nos às questões que ordenam a exposição das próximas páginas: por que ela e o marido estavam no Brasil? Que percurso de vida lhes permitiu compreender a sociedade paulistana e enraizar-se em sua dinâmica cultural? Por que a certa altura decidem abrir uma livraria?

Veremos que a prosperidade e a evidência que o empreendimento adquiriu em São Paulo e alhures partiu de um pequeno ponto de refúgio, da necessidade deste casal em

---

<sup>261</sup> Juliette Monteil, Entrevista concedida ao GRUPEBRAFR (Grupo de Pesquisa Brasil-França) do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1994, *mimeo*.

consolidar um território seguro para terem uma profissão, uma boa fonte renda e nutrirem sua subjetividade por meio de suas afinidades pessoais e convicções políticas.

### 3.1. Origem, oportunidades e escolhas

Juliette Alexandrine Sabourault e Paul-Jean Monteil nasceram em Lyon. Ele, no dia 19 de janeiro de 1907, no 4º *arrondissement*, era filho de um operário da indústria têxtil e de uma costureira. Ela, em 29 de janeiro de 1908, no 3º *arrondissement*, era filha de um farmacêutico e uma dona de casa<sup>262</sup>. No início do século XX, a cidade já era a segunda maior da França e o centro de uma região industrializada do país, o departamento do Rhône, com sua relevante produção nos setores têxtil, químico e metalúrgico, dinâmica determinante para conhecermos mais das origens do futuro casal.

Paul Monteil cresceu em um bairro operário ligado, sobretudo, à indústria de tecidos, conhecido como Croix-Rousse. A Rua Josephin Sauvary, onde ficava a residência de sua família, era uma típica via do *quartier* construído sobre um platô que, com seu relevo acidentado, era cortado por escadarias e passagens através das quais historicamente os *canuts* desciam à produção dos ateliês onde eram empregados. Importante notar que Croix-Rousse era um reduto popular da cidade que guardava uma tradição de lutas sociais por ter sido palco das grandes revoltas de tecelões lioneses no século XIX<sup>263</sup>. Difícil afirmar o quanto a família de Monteil estava integrada a esse histórico de movimentações políticas, entretanto, pai, mãe e tias dependiam do setor têxtil, tornado inevitável o convívio com as referências de organização e do modo de vida de sua classe social. O próprio Monteil fazia questão de guardar uma identificação com esta realidade, demarcando em diversas situações sua origem humilde na cidade francesa e a criação em uma família de muitas mulheres, “todas costureiras”<sup>264</sup>.

---

<sup>262</sup> Para evitar o excesso de notas, informamos que as informações biográficas utilizadas ao longo desse capítulo foram retiradas de entrevistas, reportagens, depoimentos e notas de falecimento publicados em jornais: Maria Antonieta D’Alckmin, “No Brasil, o Editor Monteil Realiza o Sonho da Juventude”, *Correio Paulistano*, 23.10.1960; “A Vida de Cultura que um Engenheiro Francês deu ao Brasil”, *Jornal da Tarde* (São Paulo), 5.12.1973; Nogueira Murtinho, “Paul-Jean Monteil”, *Folha de S.Paulo*, 7.12.1973; Verginaud Gonçalves, “Paul Monteil”, *Banas*, 10.12.1973; “Morre Monteil, o Editor de Pascal e Sartre no Brasil”, *O Estado de S. Paulo*, 4.12.1973; Geraldo Ferraz, “Um Editor que Deixa uma Esteira de Luz”, *A Tribuna* (Santos), 7.12.1973; “Paul Monteil”, *Veja* (São Paulo), s. d.; Teresa Ribeiro, “Livreria Francesa, 40 Anos”, *Folha de S.Paulo*, 1987. A partir daqui serão referenciadas as citações diretas extraídas das mesmas fontes e dados que venham de biografias correlatas ou depoimentos colhidos pela pesquisadora.

<sup>263</sup> Sobre o tema: Jacques Perdu, *La Révolte des Canuts*, Éditions Spartacus, 2010. A primeira onda de revoltas ocorre entre 1831-1834, mas outros ciclos se deflagram até 1848, na chamada Primavera dos Povos que atinge diversas regiões industriais da Europa.

<sup>264</sup> Além das referências que Paul Monteil apresenta na entrevista realizada por Maria Antonieta d’Alckmin, sua neta Silvia Monteil reafirma essas memórias em nossas conversas.

Juliette Sabourault nasceu no extremo leste de Lyon, *quartier* de Montchat, uma área residencial que atendia ao crescimento urbano e demográfico do centro da cidade, especialmente do bairro vizinho Part-Dieu, onde se situa a sua principal estação ferroviária. Plano, arborizado, com baixa densidade populacional e habitado por famílias de classe média, Montchat ainda era considerado uma *banlieu* lionesa com ares interioranos até a década de 1930. A casa da família Sabourault estava situada na sobreloja de seu estabelecimento farmacêutico, Cours Henri n. 49 (atual Cours du Docteur Long), uma das principais vias que estruturou a ocupação desta área lionesa. O ofício do pai e a vida em torno do comércio também estiveram presentes nas memórias de Juliette ao longo de sua vida e, especialmente, no contato que sempre manteve com as irmãs e sobrinhos<sup>265</sup>.

Paul e Juliette viveram em lados opostos do Rhône e em uma paisagem social, urbana e topográfica muito distintas entre si. Não sabemos como se conheceram, contudo, é certo que compartilharam de experiências na infância e juventude que levaram às afinidades e ao desejo de estarem juntos até atravessarem o Atlântico.

---

<sup>265</sup> Silvia Monteil se recorda que a avó e sua mãe, Claudie, mantinham contato regular com a família Sabourault em Lyon. Ela chegou a conhecer o imóvel onde ficavam a residência da família e a farmácia do avô.

**Figura 17. Vista Panorâmica do bairro Croix-Rousse, por volta de 1910**



Sobre um platô, o bairro onde Paul Monteil nasceu e cresceu era adensado por pequenos edifícios do século XIX, residências típicas dos operários da seda – *canuts* – que margeiam suas vias inclinadas, algumas delas formadas por escadarias. No interior dos imóveis é possível encontrar passagens chamadas *traboules*, escadas ou pequenos túneis de passagem livre para os pedestres que cortam os morros, atravessando o *quartier* de forma mais rápida. Os caminhos escondidos serviram por muito tempo para o escoamento de tecidos, e também foram refúgios importantes nas revoltas operárias e, mais tarde, para os movimentos clandestinos da resistência francesa na II Guerra. Fonte: Archives municipales de Lyon – Cartes postales. 4FI\_8407.

**Figura 18. Vista do Cours Henri, por volta de 1908**



Temos a imagem da exata rua onde Mme. Monteil nasceu e cresceu em Lyon. Diferentemente da Croix-Rousse, o bairro de Montchat é plano e ocupado por pequenas casas que o tornam pouco adensado. Seu ambiente também é bastante arborizado, pois foi construído no entorno do castelo de mesmo nome que, até 1852, pertencia à *comune* de La Guillotière. Fonte: Archives Municipales de Lyon – Cartes postales. 4FI\_331.

Nas memórias do casal, há uma experiência coletiva marcante que, a nosso ver, aponta para um sentido de sua aproximação, da identidade geracional que compartilharam, das decisões e as iniciativas que realizariam juntos nesta união. Ela aparece, justamente, quando recordam do momento em que se veem determinados a deixar seu país, a tal ponto que abandonariam até mesmo o continente europeu:

JORNAL: Primeiramente, quisemos saber qual foi o real objetivo da vinda do editor Monteil para o Brasil, e ele categoricamente respondeu:  
MONTEIL: Foi para fugir da psicose da guerra! Eu vivia angustiado e não aguentava mais viver na Europa<sup>266</sup>.

A partida foi em 1937, então, Monteil se referia, evidentemente, à possibilidade iminente de deflagração da II Guerra Mundial. Contudo, essa “psicose” tinha a ver com o período anterior e as consequências de destruição e tensionamentos que se estendiam desde o primeiro conflito, ao qual podemos voltar rapidamente para entender como e por que as marcas desse período foram tão decisivas para tomarem uma atitude radical de afastamento de suas origens.

Distante dos principais territórios do *front* e localizada em um importante eixo ferroviário do território francês, Lyon teve seu parque industrial mobilizado na I Guerra como uma base importante da retaguarda francesa, fornecendo canhões e outros insumos de artilharia, automóveis, compostos químicos<sup>267</sup> e, com instituições e uma tradição médica importante, acolheu os milhares de feridos em seus hospitais permanentes e nas dezenas de espaços temporários criados em função do conflito<sup>268</sup>. Ou seja, na lógica da chamada guerra de posições, o território lionês esteve relativamente preservado de bombardeios e combates diretos, mas teve de se voltar intensamente ao esforço material e humano do conflito como as demais partes do país.

A produção diária de milhares de artefatos bélicos, as dificuldades no abastecimento da população, as perdas de centenas de jovens recrutados e as cenas de resgate dos flagelados atingiram a população diretamente entre os anos de 1914 e 1918,

---

<sup>266</sup> Maria Antonietta D’Alckmin, *op. cit.*

<sup>267</sup> Simon Vacheron, “Entreprises et Entrepreneurs Textiles Face à la Guerre en France, 1914-1920”, *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, vol. 267, n. 3, pp. 17-30, 2017, disponível em: <https://www.cairn.info/revue-guerres-mondiales-et-conflits-contemporains-2017-3-page-17.htm>; Blanchard, “L’Effort Industriel de Lyon pendant la Guerre”, *Recueil des Travaux de l’Institut de Géographie Alpine*, t. 7, n. 3, pp. 593-600, 1919. DOI: <https://doi.org/10.3406/rga.1919.4759>.

<sup>268</sup> Musée Militaire de Lyon, “Hôpitaux Permanents e Temporaires à Lyon et dans le Rhône en 1914-1918”, disponível em: <https://museemilitairelyon.com/2021/07/19/hopitaux-temporaires-lyonnais/#:~:text=En%201914%20Lyon%20compte%20deux,pour%20une%20blessure%20au%20genou> Etienne Tissot, *Lyon, "Ville Hôpital" Pendant la Première Guerre Mondiale*, Archives Municipales de Lyon – Podcast Home, disponível em: <https://www.sondekla.com/user/artist/5647/event/replay>.



forjando essa experiência geracional que evocamos há pouco, marcada pela ameaça da destruição em série e pelo sentimento de insegurança em relação ao futuro. Mesmo os acordos de paz e, em seguida, os planos de reconstrução das nações europeias não seriam capazes de apagar o clima de tensão e as estruturas cotidianas que mantinham a sociedade sempre em alerta para garantir seus meios de vida e a retomada do progresso.

Quando o armistício foi assinado, Juliette Sabourault e Paul Monteil tinham, respectivamente, dez e onze anos de idade. Ainda eram crianças, no entanto, com idade suficiente para aguardar na memória as cenas que marcaram a cidade, bem como as interferências e privações pelas quais tiveram de passar. Dentro desta vivência coletiva, a dinâmica familiar e os bairros onde viviam ofereciam a cada um deles um olhar e uma integração à mobilização da cidade.

Para Monteil, certamente ficou marcada a realidade das famílias operárias do 4<sup>o</sup> *arrondissement* que viram os homens recrutados para o *front* e a demanda por mão de obra em uma cidade industrial recair sobre a população feminina, que passou a sustentar as casas e as fábricas locais. Por isso de sua lembrança sempre presente de ter sido criado por mulheres costureiras, embora, ao que tudo indique, seu pai não tenha sido mobilizado. No bairro de Croix-Rousse, situava-se também o Hôpital Villemanzy, anexo do Hôtel de Dieu, voltado às grandes cirurgias. Para Juliette, a profissão de seu pai e seu comércio talvez tenha aproximado desse ambiente de cuidados com os combatentes e, não muito longe de Montchat, encontrava-se outra estrutura médica importante mobilizada para a Guerra, L'école du service de santé militaire, situada à Avenue Berthelot, 7<sup>o</sup> *arrondissement*.

**Figura 19. Indústria L'Éclairage Élétrique em Lyon durante a Grande Guerra**



**Figura 20. Indústria L'Éclairage Élétrique em Lyon durante a Grande Guerra**



Os cartões postais retratam diferentes áreas da fábrica voltada a munições de artilharia. No segundo, destaca-se a presença exclusiva de mulheres na linha de produção. Fonte: Archives Municipales de Lyon – Cartes Postales de la Guerre 14-18 - 4FI\_4790 e 4FI\_4783.

**Figura 21. Chegada de feridos de Guerra na École de Santé, 1914**



A circulação de centenas de feridos entre as principais estações ferroviárias e os hospitais lioneses marcou o cotidiano da cidade. Dos 190 estabelecimentos de saúde da Região do Rhône, 120 estavam no território de Lyon, e no total abrigaram entre 150 mil e 200 mil soldados e prisioneiros de Guerra. Fonte: Archives municipales de Lyon – Cartes postales de la guerre 14-18 - 4FI\_4855.

**Figura 22. Mutilados de Guerra em frente a um hospital de Lyon**



A presença dos soldados feridos, muitos deles com sequelas irreversíveis, era uma realidade presente nas da cidade francesa que ficou conhecida como a *ville hôpital* durante o conflito. Além das instituições médicas, Lyon também abrigou espaços de ressocialização e profissionalização destes sobreviventes. Fonte: Archives municipales de Lyon – Cartes postales de la guerre 14-18 - 4FI\_4861.

**Figura 23. Sala de Recuperação em um Hospital Lionês**



O ambiente de cuidados exigia a mobilização de profissionais com experiência e conhecimento na área da saúde. O setor possuía certa tradição na cidade por conta das instituições militares e por estar ligado à sua indústria química. Fonte: Archives municipales de Lyon – Cartes postales de la guerre 14-18- 4FI\_4953.

Esse pequeno panorama social e familiar permite uma aproximação inicial do tal clima de tensão evocado por Paul Monteil quando ele recorda dos motivos que fizeram com que ele e sua companheira desejassem deixar a França. Entretanto, o clima não se encerrou nos eventos ocorridos entre 1914 e 1918, como já alertamos anteriormente. Foi no desenrolar de suas conseqüências que a vida adulta de ambos se construiu, permitindo que se encontrassem até se casarem em 1931 e, no ano seguinte, partirem de Lyon para Paris, antes da mudança para São Paulo.

As condições do primeiro deslocamento estão muito ligadas à vida profissional de Monteil. Ao que tudo indica, Juliette não cursou nenhuma escola técnica ou superior<sup>269</sup>.

---

<sup>269</sup> Não tivemos acesso a memórias ou outros documentos que apresentassem detalhes da vida de Juliette Sabourault Monteil antes de sua chegada ao Brasil. Nos registros civis ela é apresentada como *sans profession*, anotação comum às mulheres da época que não tinham empregos formais e se dedicavam apenas às tarefas domésticas. Através destas memórias, percebemos que até a abertura da livraria ela, de fato, não exerceu nenhuma atividade profissional. Quando tratarmos da fundação do estabelecimento, retomaremos a importância de sua posição profissional para o redirecionamento da vida do casal em São Paulo.

Paul Monteil, por sua vez, seguiu seus estudos após terminar o secundário na *École Technique de Filature et Tissage* de Lyon<sup>270</sup>, formando-se em engenharia têxtil. Segundo suas memórias, o seu desejo de juventude era cursar História e Geografia e se tornar professor, contudo, no momento de escolher a profissão pesou a interferência da família. Para um jovem de origem humilde, como ele se apresentava, era necessário seguir uma carreira promissora e de maior prestígio à época, ainda mais quando a possibilidade de ascensão social se conectava com o ofício exercido pelos outros membros de seu núcleo familiar.

A concepção subjetiva deste discurso, até um tanto banal no que diz respeito à reconstrução de uma trajetória vitoriosa, tem seu sentido naquele momento histórico, nas condições ofertadas por aquela Lyon industrial do Entreguerras: além do peso histórico da produção de tecidos na economia local, a formação qualificada para a indústria também estava alinhada com as reformas educacionais que visavam colaborar com a reconstrução da França no período, assim como em todo o continente europeu. Os diferentes países combinavam o reerguimento de seu parque industrial e a reprodução de sua mão de obra especializada, inclusive para expandir a atuação de suas empresas fora dos territórios nacionais.

As circunstâncias pessoais e sociais deram força para que Paul Monteil pudesse seguir uma profissão, aparentemente, mais segura na construção de seu futuro. No entanto, do ponto de vista político a realidade francesa e europeia ainda se sustentava em um clima de instabilidade e desconforto social pautado em exigências cotidianas sobre a vida da população, sobretudo, dos mais jovens. Antes de se inserir no mercado de trabalho, ainda como estudante de *baccalauréat*, Monteil cumpriu sua conscrição no exército francês. Entre junho de 1927 e abril de 1928, ele serviu no 42º Batalhão de Engenharia, desempenhando a função de tradutor e telegrafista<sup>271</sup> e, apesar de ter cumprido funções mais técnicas e burocráticas, o serviço obrigatório compunha um cenário de exigências do militarismo e do permanente clima de guerra, alimentando a sensação de impotência e tensionamento na experiência de toda uma geração.

Após o período de serviço militar, Paul pôde ingressar mercado de trabalho, ainda na cidade de Lyon, onde foi empregado por cerca de três anos na empresa inglesa

---

<sup>270</sup> École Supérieure des Industries Textiles de Lyon et Moulhouse, fundada em 1840. Atual Institut Textile et Chimique de Lyon (ITECH).

<sup>271</sup> As informações estão registradas na tradução da Caderneta Militar de Paul Monteil, anexada ao seu processo de naturalização (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. *Processo de Naturalização 11.008-41. Paul Jean Monteil*, Solicitação de reprodução nº 5900/2019, p. 31).

Harrod's. Em 1931, casou-se com Juliette e, no ano seguinte, tiveram seu primeiro filho, Georges. Neste momento, o engenheiro foi novamente convocado para um estágio militar no 28º Regimento de Engenharia, entre os meses de junho e dezembro de 1932, sendo licenciado à reserva como Sapador-Telegrafista<sup>272</sup>. Então, a família se mudou para Paris, onde Paul Monteil trabalhou para a empresa estadunidense Universal Winding Company<sup>273</sup>.

Entre o exercício da profissão e o recrutamento militar, o engenheiro cumpria as formalidades exigidas pelo Estado francês, conseguia dar os primeiros passos para construir uma trajetória profissional e constituir família dentro dos parâmetros tão esperados para uma vida materialmente segura e estável. Ocorre que essas condições não foram suficientes para que ele e Juliette se acomodassem na rotina que se iniciava e se vissem satisfeitos diante do mundo que se impunha ao seu redor.

A primeira mudança de cidades pode ter sido motivada por trabalho, devido às maiores oportunidades que a capital do país poderia oferecer, mas talvez ela já sinalizasse alguma inquietação no âmbito pessoal e mesmo político. Nos avançar dos anos 1930, o nazismo e o fascismo ascendiam no senso comum das sociedades europeias e seus defensores já ocupavam espaços institucionais relevantes. Lyon era governada há décadas por Édouard Herriot, importante membro do Parti Radical, grupo que se reivindicava de esquerda, mas que naquela altura atuava em uma linha centrista de conciliações com setores republicanos tradicionais. Apesar da presença da oposição, especialmente da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) e do PCF, talvez dominasse na cidade um clima negligente com a extrema-direita em ascensão.

Em Paris, além das oportunidades profissionais o ambiente cosmopolita ofertaria maiores possibilidades de encontrarem pessoas e espaços críticos à dura realidade que se desenhava. Paul e Juliette Monteil moraram no 19º *arrondissement*, 142, Boulevard Sérurier, nos arredores do *bassin de La Villete* região nordeste da cidade que concentrava uma importante circulação fluvial, próxima a galpões industriais. O bairro era povoado pelas classes baixas<sup>274</sup> e foi palco de muitas greves, especialmente dos trabalhadores dos canais. O casal vivia em um reduto popular e com uma tradição política de esquerda.

---

<sup>272</sup> *Idem*.

<sup>273</sup> Indústria de máquinas voltadas ao setor têxtil fundada em 1893 por Joseph Leeson. A partir de 1959 passa a se chamar Leesona. Informações institucionais que podem ser acessadas em <https://www.leesona.com/profile.php>.

<sup>274</sup> Liebmann Hersch, "Pauvreté et Mortalité Selon les Principales Causes de Décès, d'Après les Statistiques de la Ville de Paris". *Proceedings* (Rome, Institut polygraphique d'État), vol. v, p. 379, 1933, disponível

Além disso, como relembram em suas memórias, mantinham uma “vida intelectual ativa” na capital francesa. Intelectual e também politizada, acrescentamos, pois a referência de seus principais meios de sociabilidade parisienses eram os Albergues da Juventude, lugares de concentração e organização política que congregavam diferentes setores críticos ao capitalismo europeu e, sobretudo, preocupados com o alcance do nazifascismo<sup>275</sup>. Não podemos mensurar o nível de engajamento em que se envolveram, mas o modo com o qual pontuam a questão nos leva a reconhecer que, no mínimo, não estavam alheios às inquietações do momento.

Em 1936, inicia-se a Guerra Civil Espanhola, um marco na mobilização de uma rede internacional de combate àquelas ideologias e que aparece nas memórias de Paul Monteil como uma situação-chave para colocar o casal em uma situação de extremo desconforto em seu país de origem. Era uma realidade de formação de opiniões e disputas políticas que não podia ser ignorada, pois ela aparecia nas notícias de jornais, interferia no cotidiano, na economia e nas decisões de Estado, como afirma Eric Hobsbawm, ilustre contemporâneo do casal: “[...] uma guerra mundial não era apenas previsível, era rotineiramente prevista. Os que atingiram a idade adulta na década de 1930 a esperavam”<sup>276</sup>.

O militarismo e a tensão política afetavam a vida do casal. E, à medida que sentiam a necessidade de mudança, as atividades estabelecidas em Lyon ou em Paris não foram suficientes para minimizar as contradições que os afligiam e mesmo alguns sonhos que

---

em:

<https://www.google.fr/books/edition/Proceedings/5JlbAQAAMAAJ?hl=fr&gbpv=1&dq=%2219%C3%A8me+arrondissement%22&pg=PA379&printsec=frontcover>.

<sup>275</sup> Juliette Monteil, “40 Anos da Livraria Francesa”. Matéria de jornal sem identificação (recorte encontrado junto ao arquivo pessoal da família); e Maria Antonieta d’Alckimin, *op. cit.* Paul e Juliette Monteil se referem às instituições que conhecemos como hospedagens turísticas de baixo custo e que hoje conformam a rede Hostelling International (HI) – Youth Hostel Associations. Diferentemente de seu caráter atual, os albergues surgiram no início do século XX, na Alemanha, como espaços de acolhida para jovens que desejavam afastar-se da realidade conturbada dos grandes centros urbanos da época. Ao se espalhar pela Europa do entre guerras, esse tipo de instituição passou a se relacionar aos problemas urbanos, como às necessidades de moradia, sendo fundadas e geridas por grupos cristãos ou agrupamentos laicos de esquerda. Para além de atuarem como hospedarias e abrigos temporários, os albergues se estabelecem como centros de convivência e debate político. Ver: Pôle de Conservation des Archives des Associations de Jeunesse et d’Éducation Populaire (PAJEP), *Guide des Archives sur les Auberges de Jeunesse*, Archives départementales du Val-de-Marne, jul. 2014, disponível em: [http://archives.valdemarne.fr/depot\\_ad94/articles/482/auberges\\_doc.pdf](http://archives.valdemarne.fr/depot_ad94/articles/482/auberges_doc.pdf); Lucette Heller-Goldenberg, *Histoire des Auberges de Jeunesse en France des Origines à la Libération (1929-1945)*, 2 vols, Thèse, Université de Nice, 2000.

<sup>276</sup> Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 43.



havam deixado para trás<sup>277</sup>. Assim, o segundo movimento de partida, de um deslocamento mais radical de seus lugares de origem, parecia se constituir como um caminho necessário nessa busca por novos ares.

Retomando as palavras de Paul Monteil, ele e Juliette vieram ao Brasil para “fugir da psicose da guerra!” Ao lado da angústia, a ideia de fuga que ele nos apresenta caracteriza uma atitude mais repentina do que planejada, ou melhor, determinada por esses fatores externos que os empurravam para fora. Um impulso revelador dos limites de ação e o sentimento de impotência que se impunham sobre o continente europeu, mesmo entre pessoas críticas e socialmente engajadas. Desejavam uma nova mudança, mas o Brasil não era um destino predefinido para o casal e surge nesse contexto como uma oportunidade: em 1937, um amigo coloca o engenheiro em contato com Georges Tresca, responsável pela indústria francesa Textillia<sup>278</sup> na cidade de São Paulo. Dessa aproximação, Tresca faz o convite para que ele ocupe o cargo de diretor comercial da empresa na capital paulista.

Uma vez que a possibilidade foi aberta a Monteil, a decisão final envolveu também a esposa, pois ela o acompanharia em território brasileiro, enfrentando a enorme desaprovação de seus familiares que temiam sua partida para um lugar tão distante e desconhecido, para onde levariam também o filho pequeno<sup>279</sup>. Fato é, que decidem aceitar a proposta. As condições, como veremos, eram minimamente seguras com uma oportunidade de emprego e salário bem-definidos, situação privilegiada para um contexto de fuga, como o caracterizado nas memórias de Monteil. A engenharia, carreira “segura” e “promissora”, viabilizava a oportunidade de mudança, no entanto, o fato não anulava o desconhecimento sobre a vida que poderiam construir no novo destino.

---

<sup>277</sup> Devemos considerar que o orgulho de terem partilhado estes espaços com personagens importantes da intelectualidade francesa é ressaltado como um elemento de continuidade entre os interesses do jovem que desejava ser professor e da jovem cultivada e a fundação da Livraria Francesa. Ainda que a noção de um sonho de juventude abandonado deva ser matizada nestas memórias, não podemos descartá-la como referência das expectativas que construíram a experiência do casal.

<sup>278</sup> A Textillia S.A. pertencia ao grupo Rhodiaseta. Indústria francesa Societé Chimique des Usines du Rhône – Rhone-Poulenc, fundada em Lyon, atuante nos setores químico e farmacêutico – o segundo toma força após a II Guerra. A empresa se instala no Brasil em 1919, como Companhia Chimica Rhodia Brasileira e, em 1931, inicia suas atividades no setor têxtil Companhia Brasileira de Sedas Rhodiaseta, para produzir fio de acetato de celulose. Sobre a Rhodia, ver: <http://www.rhodia.com.br>.

<sup>279</sup> Silvia Monteil nos conta como a avó retratava esse momento da partida ao Brasil.

### 3.2. A Travessia

Paul e Juliette chegaram ao porto de Santos em 23 de novembro de 1937, o mesmo ponto de chegada para tantos outros estrangeiros que, em seguida, subiam a Serra do Mar:

Para os estrangeiros que residiam em São Paulo, a estrada de Santos era então um percurso familiar. Num tempo em que aviões de longo curso para passageiros não existiam (uma pequena linha aérea apenas começava a funcionar entre São Paulo e Rio. Devo a ela meu batismo no ar) e em que todas as viagens transatlânticas se faziam por via marítima, ia-se de bom grado a Santos para esperar a chegada ou acompanhar a partida de colegas, parentes ou amigos importantes. [...]

Pendurada no flanco da Serra do Mar, a estrada vertiginosa que se elevava da costa até o planalto oferecia ao viajante vindo da Europa suas primeiras viagens de floresta tropical. Chegando ao topo, ele avistava de lado do mar um prodigioso espetáculo: terra e água misturadas como na criação do mundo, imersas numa bruma nacarada que mal encobria o verde vivo dos bananais<sup>280</sup>.

Trajeto, como demonstra Lévi-Strauss, que os estrangeiros residentes na capital faziam de bom grado para acompanhar o deslumbre de cada novo viajante sobre a paisagem desconhecida daquelas terras. Se a natureza impressionava, a criação do mundo idealizada nas memórias do intelectual francês não deixam de ser uma boa metáfora para aqueles que chegavam, pensando em construir uma vida na cidade construída no planalto do Piratininga. Até chegarem ali, os recém-chegados também se deparavam com a ação humana, com as propriedades quase abandonadas que outrora nutriram a atividade cafeeira da região. Eram os inusitados e marcantes contrastes da nova terra<sup>281</sup>.

Naquela altura do século XX, o fluxo de imigratório no Brasil já não era tão intenso como em décadas anteriores, e a circulação interna começava a se sobressair na dinâmica populacional. De todo modo, nos anos 1930 a entrada de estrangeiros no país era uma realidade, e foi marcada por uma dinâmica mais dispersa, na qual estavam incluídos indivíduos e pequenos grupos de pessoas que se viam ameaçados pela realidade política e o acirramento ideológico do continente europeu<sup>282</sup>. Nesse sentido, a família Monteil não estava sozinha e como todos aqueles que atravessavam o oceano para aqui se instalarem

---

<sup>280</sup> Claude Lévi-Strauss, *Saudades de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 18 e 20.

<sup>281</sup> A referência a *Brasil, Terra de Contrastes*, de Roger Bastide, não é despropositada. Estes franceses compartilhavam impressões comuns de suas experiências no Brasil, e é sempre interessante como remetem à convivência entre o arcaico e o moderno, a natureza e a ação humana no desenvolvimento das regiões do país com as quais tiveram contato.

<sup>282</sup> Edgard Carone, *O Estado Novo (1937-1945)*, São Paulo, Difel, 1976, p. 112. É preciso destacar a presença de judeus que sofriam as consequências das políticas discriminatórias que começam a ser aplicadas em regiões da Europa, mesmo antes da Guerra. Sobre a vinda desses imigrantes ao Brasil, ver: Mônica Raisa Schpun, *Justa. Aracy de Carvalho e o Resgate de Judeus: Trocando a Alemanha Nazista pelo Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

por um tempo, ou para sempre, viviam uma experiência de deslocamento. Chegados ao país, tinham que se adaptar e se inserir em uma nova sociedade, enfrentando situações esperadas e inesperadas.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar o contexto brasileiro. Poucos dias antes da chegada de Paul e Juliette em Santos, concretizam-se os eventos que dariam início ao Estado Novo. O fechamento do regime passava pelo golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas, com o Plano Cohen, a suposta ameaça comunista, e a outorga de uma nova constituição com características autoritárias e repressivas. Membros do governo simpatizavam com o fascismo. Nesse sentido, o clima negativo que viviam na Europa, de alguma maneira, os acompanhara em sua travessia: a polarização ideológica do entre guerras era um sintoma de uma nova crise mundial e não apenas europeia. Discutiremos as implicações políticas desse fato mais adiante, por ora, interessa entender que entre a realização das expectativas do casal e as condições para sua inserção na cidade de São Paulo, colocam-se diversas características que definem sua posição como imigrantes.

As leis do período delimitavam as categorias profissionais e étnicas para entrada no país. Os fatores restritivos se acentuam ao longo do regime estadonovista, bem como as políticas discriminatórias em relação aos estrangeiros que residiam no Brasil. Nesse aspecto, a família francesa não enfrentaria grandes questões com o Estado, ou mesmo com a aceitação social de sua origem, pois a mudança se viabilizou em torno das atividades de uma indústria multinacional e da atuação que o engenheiro<sup>283</sup>, Paul Monteil, desempenharia ali como membro de seu corpo dirigente. Ele ocuparia, portanto, um lugar de autoridade na sociedade paulistana, pela ligação com o setor industrial e, junto a isso, gozaria da respeitabilidade que o referencial francês – em termos de cultura e progresso – possuía entre a elite e os brasileiros em geral.

Historicamente, mesmo nos momentos áureos da imigração, a vinda de franceses para o Brasil é, do ponto de vista quantitativo, praticamente irrelevante<sup>284</sup>. Em 1940, havia

---

<sup>283</sup> A designação era muito importante para a aquisição do visto. Embora saibamos que Monteil desempenharia a função de diretor comercial na Textillia, em sua entrada é registrado como engenheiro, tendo em vista que as profissões técnicas, com pouca oferta no mercado nacional e consideradas necessárias ao desenvolvimento do país, eram mais bem aceitas.

<sup>284</sup> Atualmente, a historiografia francesa tem debatido a lacuna existente em pesquisas sobre seus movimentos de emigração. É verdade que a França se caracteriza como país imigrante, e que sua população nunca se movimentou de forma massiva e sistemática para outros territórios. Contudo, têm-se refletido sobre o a necessidade de mapear a existência de pequenas correntes de migração que levaram grupos, famílias e indivíduos a abandonar o país, e definir suas principais características, pois a França não esteve imune a crises e, ao mesmo tempo, se estabeleceu como potência econômica e cultural, o que favoreceu, direta ou indiretamente, o deslocamento de pessoas pelo mundo. Sobre o tema ver: Francis Weil, “Les

um total de 7 230 franceses em território brasileiro<sup>285</sup>, dos quais 2 576 residiam no estado de São Paulo<sup>286</sup>. A pequena e esparsa presença humana sempre contrastou com a forte influência cultural exercida pela França “na formação do *habitus* da elite brasileira”<sup>287</sup> que, ao longo do tempo, cristalizou referências em toda a sociedade. Na verdade, a situação no Brasil refletia o prestígio internacional da nação francesa com relação ao estabelecimento de padrões culturais, sobretudo no século XIX.

Essa situação subsistia a partir de uma construção diplomática que sustentava sua hegemonia cultural, em benefício de interesses econômicos, disputando poder com outras potências europeias, especialmente a Inglaterra<sup>288</sup> – fato que subsistiu ao século XX, redirecionando apenas os focos da concorrência internacional, como vimos. O Brasil esteve, portanto, desde cedo na mira da diplomacia francesa, ações de Estado aproximavam os dois países e, no cotidiano, cristalizavam-se hábitos e referências reproduzidas, primeiramente, pela aristocracia imperial e, em seguida, pelas ricas elites republicanas que viajavam com relativa frequência a Paris, e de seus filhos que lá iam para estudar. No sentido contrário, eram trazidos da França grandes nomes das artes, da ciência e da engenharia<sup>289</sup> para contribuir nas trocas que concretizavam esse intercâmbio de dupla natureza, econômica e cultural.

Ao lado dos sujeitos notáveis e dos grandes nomes da política, literatura e filosofia, a história das relações Brasil-França e o enraizamento da boa reputação *a priori* de tudo que era francês, realizava-se a partir da maioria dos imigrantes que vinham ao Brasil por iniciativa individual. Eram homens e mulheres pobres que, assim como os

---

Migrants Français aux Amériques (XIX<sup>e</sup> -XX<sup>e</sup> Siècles), Nouvel Objet d’Histoire”, *Annales de Démographie Historique*, 2000-1. *Les Français d’Amérique*, pp. 5-10. No âmbito das comemorações do Ano da França no Brasil, em 2009, organizou-se um evento sobre a presença da imigração francesa no Brasil, cujo livro serviu de base para essa discussão: Tania Regina de Luca e Laurent Vidal (org.), *Franceses no Brasil. Séculos XIX-XX*, São Paulo, Editora Unesp, 2009.

<sup>285</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Recenseamento Geral do Brasil 1940*, Série Nacional, vol. II, p. 14, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Utilizamos os dados do Censo de 1940, pois a pesquisa não foi realizada na década de 1930. Para efeitos comparativos com outras nacionalidades: 89 038 alemães, 147 914 espanhóis e 285 124 italianos.

<sup>286</sup> *Idem*, vol. I, p. 10, disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd\\_1940\\_p17\\_t1\\_sp.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t1_sp.pdf). Para efeitos comparativos com outras nacionalidades 33 397 alemães, 121 162 espanhóis e 213 091 italianos.

<sup>287</sup> Mônica Leite Lessa e Hugo Rogélio Suppo, “A Emigração Proibida: O Caso França-Brasil entre 1875 e 1908”, em Tania Regina de Luca e Laurent Vidal (org.), *op. cit.*, p. 67.

<sup>288</sup> *Idem*; Juliette Dumont, “Preciosos Súditos, Emigrantes Atravancadores: a França e os Franceses do Brasil no Início do Século XIX”, em Tania Regina de Luca e Laurent Vidal (org.), *op. cit.*, pp. 108-109.

<sup>289</sup> No geral, os poucos franceses que consideramos ter participado de nossa formação cultural e histórica vieram ao Brasil como notáveis e ficaram conhecidos por terem desenvolvido tarefas específicas, como Joachim Lebreton, Jean Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay, da Missão Artística de 1816; ou Jules Martin, engenheiro responsável pelo projeto do Viaduto do Chá em São Paulo.

indivíduos de outras nacionalidades, buscavam novas oportunidades e meios de vida. Por não estarem vinculados às agências de imigração que manejavam mão de obra para as áreas rurais, concentravam-se nas cidades, principalmente no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo, com maior força após 1860<sup>290</sup>.

Utilizando-se de um suposto *savoir-faire* construíam seus pequenos negócios no setor da moda, marcenaria, perfumaria, beleza, gastronomia etc. e logo se tornavam referência do “bom serviço”, da “técnica de qualidade” dos “hábitos modernos”, inclusive entre setores menos abastados, porque esses estabelecimentos iniciavam suas atividades modestamente. Desse modo, a pulverização da referência francesa nos negócios marcava o ambiente urbano ao ponto de, em fins do século XIX, o centro da capital paulista ser tido como um “microcosmo do mercado de luxo parisiense”<sup>291</sup>. Na medida em que criavam estratégias de sobrevivência, esses imigrantes comuns contribuía para a reprodução dos vínculos culturais e econômicos pré-estabelecidos entre os países.

Paul e Juliette Monteil vêm, a princípio, integrar essa comunidade francesa que, em diferentes níveis, é positivamente reconhecida em meio à sociedade paulista, e brasileira de um modo geral. É evidente que, ao longo das décadas, outras nações disputam espaço com a França em termos de cultura, mas a boa reputação de seus valores e hábitos se manterá na consciência média de nossa população urbana. No século XX, ela ainda estará presente no pequeno comércio e nas ruas das cidades, combinando-se com o processo de industrialização e modernização do país, que toma proporções particulares na cidade de São Paulo.

Consolidada como importante centro econômico, a capital concentrará boa parte dos investimentos externos que se efetivam nem uma nova fase de expansão das relações imperialistas, após a Primeira Guerra Mundial. Os Estados Unidos estarão à frente desse processo, através de suas empresas e também difundindo seu modo de vida através dos meios de comunicação de massa – sobretudo com o cinema e o rádio –, mas o elemento estrangeiro, em geral, entre os quais o francês ainda vigorava, será tido como moderno e bem-vindo. A presença do grupo Rhodia na cidade faz parte desse movimento, como parte do capital francês presente nos principais setores de nossa economia. Ao lado dos investimentos, vinham os seus gestores e profissionais especializados para a aplicação

---

<sup>290</sup> Entre 1875-1901 o governo francês proibiu a atuação de agências de imigração que recrutavam europeus para trabalhar nas fazendas brasileiras (Mônica Leite Lessa e Hugo Rogélio Suppo, *op. cit.*, p. 68).

<sup>291</sup> Ana Luiza Martins, “Presença Imigrante Francesa no Brasil: Entre Visões do Paraíso e Mercados de Trabalho”, em Tania Regina de Luca e Laurent Vidal (org.), *op. cit.*, p. 31.

das técnicas produtivas. Mesmo as indústrias nacionais recorriam à mão de obra especializada vinda de fora, fosse pela falta de indivíduos formados no país, fosse pela notoriedade do repertório de conhecimento vindo de áreas consideradas mais desenvolvidas.

A oportunidade que se abriu profissionalmente a Paul Monteil compõe esse cenário, no qual as transformações econômicas eram um atrativo para o imigrante estrangeiro com formação profissional, combinando, nesse caso, um histórico de profundas relações culturais de reconhecimento, admiração e até de identidade que ele carregava por sua origem. Ser um imigrante francês significava herdar um capital simbólico positivo, construído ao longo de, pelo menos, um século. Estar bem-posicionado em uma indústria francesa acrescentava a isso uma condição material confortável, uma posição de prestígio para abrir relações na sociedade paulistana, frequentar ambientes de sociabilidade e criar uma nova rotina.

Não podemos cair no erro de imprimir o livreiro e o editor no imigrante francês recém-chegado, no entanto, é preciso considerar que esse lugar social de legitimidade, especialmente no campo da cultura, cria uma zona favorável de inserção na sociedade paulistana.

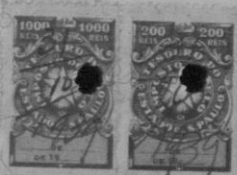
Figura 24. Registro de desembarque da Família Monteil no Porto de Santos.

No.	Nome e Cognome	Sexo	Idade	Est. Civil	Nacionalidade	Profissão	Parentesco com o chefe família	Religiao	Instrucao	ULTIMA RESIDENCIA		Porto de Proveniencia	Destino ou Residencia	Classe	No. do Passaporto	PASSAPORTE	
										Localidade	Paiz					No.	Data
1	MALCOLM CHARLES BARRICQAT	M	32	C	Ingleza	Comercio	Chefe	Protes tante	Sim	Londres	Ingle terra SOUTHAMPTON	Aven.Visconde Carvalho 36, Santos	1a	13046	31.8.37	S. Paulo	
2	MARBARA BARRICQAT	F	25	C	Braziliera	Domestica	Esposa	"	"	"	"	"	"	17596	26.10.37	Londres	
3	EDWARD VICTOR GODDARD	M	40	C	Ingleza	Comercio	Chefe	"	"	"	"	Rua Honduras 1014 S. Paulo	"	985	14.6.29	S. Paulo	
4	OLIVE IRENE GODDARD	F	36	C	"	Domestica	Esposa	"	"	"	"	idem	"	60250	31.10.35	Londres	
5	PAULINE MARY GODDARD	F	10	S	Braziliera	Menhura	Filha	"	"	"	"	idem	"	11029	2.6.34	S. Paulo	
6	CLARENCE EDWARD HEBBY	M	44	C	Ingleza	Comercio	Só	"	"	"	"	Rua Columbia 317, S. Paulo R. Manoel da Sobres 49, S. Paulo	"	1934	5.7.34	S. PAULO	
7	NORMAN BIRDSELL	M	37	C	"	Comercio	Chefe	"	"	"	"	idem	"	941	21.5.29	"	
8	MARY HOWARD RINGTON BIRDSELL	F	40	C	"	Menhura	Esposa	"	"	"	"	idem	"	696	8.3.29	"	
9	MELIO MYRNE BIRDSELL	M	17	S	Braziliera	"	Filho	"	"	"	"	idem	"	2626	20.5.36	Londres	
10	JOSE FOGUEIRA SILVA TELLES	M	45	C	"	Proprietario	Chefe	Cath	"	Paris	Fran ca GIBBERGO	Rua Colombia 8, S. Paulo	"	14265	27.8.37	S. Paulo	
11	CARMEN GRIN DA SILVA TELLES	F	30	C	"	Domestica	Esposa	"	"	"	"	idem	"	14264	"	"	
12	MARIA CARMEN SILVA TELLES	F	5	S	"	Menhura	Filha	"	Mto	"	"	idem	"	"	"	"	
13	BEA WIZENBERG	F	55	S	Polonesa	Governante	Só	"	Sim	"	"	idem	"	65175	31.8.37	Rio	
14	PAUL MONTEIL	M	50	C	Frances	Engenheiro	Chefe	"	"	"	"	"	"	61276	31.10.35	Paris	
15	JULIETTE MONTEIL	F	29	C	"	Domestica	Esposa	"	"	"	"	"	"	60099	1.6.36	"	
16	GEORGES MONTEIL	M	5	S	"	Menhura	Filho	"	Nto	"	"	"	"	61275	31.10.37	"	
17	ROBERTO ALVES DE LIMA	M	56	C	Braziliera	Comerciante	Chefe	CATOL.	Sim	"	"	Rua do Comercio 86 S. Paulo	"	14206	15.8.37	S. Paulo	
18	HELENA CONCICAO ALVES DE LIMA	F	35	C	"	Domestica	Esposa	"	"	"	"	idem	"	"	"	"	
19	HERCULANO DE ALMEIDA CORREA	M	65	C	"	Proprietario	Chefe	"	"	"	"	Aven. Paulista 1004 S. Paulo	"	10365	11.5.37	"	
20	GABRIELA DE ALMEIDA CORREA	F	45	C	"	Domestica	Esposa	"	"	"	"	idem	"	"	"	"	
21	MARIA ANTONIETTA DE ALMEIDA CORREA	F	14	S	"	Menhura	Filha	"	"	"	"	idem	"	"	"	"	
22	ANTONIO CARLOS DE SILVA TELLES JUNIO	M	33	S	"	Proprietario	Só	"	"	"	"	Rua Consocio 1106 S. Paulo	"	14202	15.8.37	"	
23	FRIEDRICH GUTH	M	49	C	Austriaco	Director	Só	"	"	"	"	Hotel Esplanada, S. Paulo	"	932/1000	2.6.36	Berlin	
24	RITA MARIA LEMUS SERRA	F	37	B	Braziliera	Proprietaria	Só	"	"	"	"	Rua Sorocoba 5, S. Paulo	"	92295	7.8.37	S. Paulo	
25	ALLAN HENRY AOTON	M	48	S	INGLEZA	Comercio	Só	"	"	RIO DE JAR. BRASIL.	JANSIRO	Chacara Flora, Santo Amaro	1ra	"	"	"	
26	EVERALDO GUIVENSME DOS REIS	M	53	C	PARAGUAIENSE	"	Só	"	"	"	"	R. quinze Novembro 190, Alem Santos 787 S. Paulo	"	"	"	"	
27	IONACIO CALVAT	M	29	C	"	Industrial	Só	"	"	"	"	idem	"	"	"	"	
28	EDUARDO CALVAT	M	25	S	"	Comerciante	Só	"	"	"	"	idem	"	"	"	"	

Paul, Juliette e o filho Georges foram os únicos franceses a chegarem pela embarcação Alcântara naquela viagem. Entre outros dados de *status* civil e religioso, o registro precisa a profissão de Monteil, um dos critérios para que pudessem permanecer no país segundo as leis da época. O registro dos passaportes mostra que de sua entrada no Brasil da família tinha a garantia inicial de permanecerem por noventa dias, neste período deveriam solicitar os trâmites de residência. A estadia permanente só lhes foi concedida em 1939, como demonstram os registros a seguir. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 25. Carta de Residência Permanente de Juliette Monteil


Portaria n. CE/2652 de 9 de agosto de 1939



O Ministro de Estado  
DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES,

tendo em vista os autos do processo n. 11.023, da Comissão especial constituída pelo Presidente da República por ato de 9 de junho de 1938, e de acôrdo com o disposto no art. 84 do Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938;

R E S O L V E classificar como permanente, na forma do art. 11 do citado Decreto-lei, a estrangeira JULIETTE ALEXANDRINE SABOURAULT MONTEIL, natural da França, com trinta e seis anos de idade, casada, domestica, domiciliada na capital do Estado de São Paulo.






*Francisco de Paula Lima*  
*Teuberto de Azevedo*  
*Antônio Tupinambá Vampre*

14.º TABELIAO DE NOTAS  
Dr. LEVEN VAMPRE  
RUA ANCHIETA N.º 34 - S. PAULO  
Reconheço a ..... firma .....

S. Paulo, 12 de ..... de 1939  
Em testemunho ..... da verdade


ANTONIO TUPINAMBÁ VAMPRE - Oficial Maior  
RAUL GUIMARÃES - Escrevente Autorizado



EV

Figura 26. Carta de Residência Permanente de Paul Monteil

Portaria n. CE/3219 de 5 de outubro de 1939



O Ministro de Estado  
DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES,

tendo em vista os autos do processo n. 11.024, da Comissão especial constituída pelo Presidente da República por ato de 9 de junho de 1938, e de acôrdo com o disposto no art. 84 do Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938;

R E S O L V E classificar como permanente, na forma do art. 11 do citado Decreto-lei, o estrangeiro PAUL JOAN MONTEIL, natural da França, com trinta e um anos de idade, casado, comerciarior, domiciliado na capital do Estado de São Paulo.

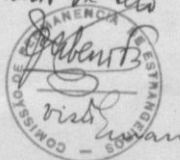


*Teuberto de Azevedo*  
*Antônio Tupinambá Vampre*  
*Raul Guimarães*

14.º TABELIAO DE NOTAS  
Dr. LEVEN VAMPRE  
RUA ANCHIETA N.º 34 - S. PAULO  
Reconheço a ..... firma .....

S. Paulo, 12 de ..... de 1939  
Em testemunho ..... da verdade

ANTONIO TUPINAMBÁ VAMPRE - Oficial Maior  
RAUL GUIMARÃES - Escrevente Autorizado





### 3.3. Quebrando a Rotina

A primeira metade da década 1940 representou um período de acomodação da família Monteil em São Paulo. Esse processo se constrói em dois planos: o das condições objetivas que viabilizaram sua mudança, centradas na atividade de Paul Monteil como diretor da Textillia; e o das condições subjetivas do casal em sua visão de mundo e expectativas de viver em uma sociedade melhor do que aquela que havia abandonado.

Essas duas dimensões do cotidiano e do desenrolar de uma nova vida no Brasil, evidentemente, estão ligadas uma à outra e nos colocam algumas questões. Lembremos que a chegada do casal Monteil ao país coincide com o início do Estado Novo. O regime foi marcado pelo controle e perseguição política que também tolerou a presença de indivíduos simpáticos à Alemanha nazista e ao fascismo italiano entre seus quadros dirigentes; o comunismo e ideias de esquerda eram ostensivamente perseguidos. Como o sentimento de indignação e desconforto social se aclimatou à dinâmica social do novo país? Viver sob uma ditadura estava em seu horizonte?

Assim como outros imigrantes vindos à mesma época, parte deles seus conterrâneos, Paul e Juliette certamente não buscavam reconstruir sua vida em uma sociedade que reproduzisse, ou se aproximasse, do contexto que decididamente haviam deixado para trás. Paul Arbousse Bastide, professor francês vindo ao Brasil na mesma época, relembra:

Desejava abandonar a França porque atravessávamos violências e incertezas, a ascensão do fascismo, mortes em passeatas, e uma atmosfera política carregada [...] o Brasil era para mim, então, a “terra dos possíveis”, em relação ao mundo fechado que a França representava<sup>292</sup>.

É evidente que, antes de partir, não poderiam prever os acontecimentos políticos que levariam ao novo regime brasileiro. Talvez a visão idealizada da “terra dos possíveis” limitasse sua compreensão acerca das possibilidades de alinhamento das ideologias reacionárias em outras regiões do mundo. Ou o horror à guerra, ao conflito militar propriamente dito, fosse o fator preponderante de suas preocupações na França e, nesse sentido, estavam em um local mais seguro.

---

<sup>292</sup> *Apud.* Ana Luiza Martins, *op. cit.*, p. 37. Citamos a partir da autora, pois ela contextualiza a vinda de franceses para o Brasil no século XX, mas consultamos o depoimento original de Bastide em: Ernani da Silva Bueno, *Memória da Cidade de São Paulo: Depoimentos de Moradores e Visitantes, 1553-1958*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Seção Técnica de Divulgação e Publicações, 1981.

Ao mesmo tempo, o depoimento de Bastide aponta para um sentido interessante da visão que o europeu, sobretudo esse grupo de franceses, tinha da nova “terra”. Não era apenas um lugar mais acolhedor, mas sim uma sociedade, naquele momento, muito dinâmica. Esse olhar não representava uma mera idealização do imigrante em busca de oportunidades, ela apreendia uma verdadeira dimensão da realidade brasileira, a partir da percepção de indivíduos minimamente seguros com as possibilidades de seu desenvolvimento pessoal e social. Assim como Monteil, no setor industrial, Bastide, e os outros professores franceses, vieram para o Brasil com emprego certo – lecionar na recém-fundada Universidade de São Paulo.

Vistos em conjunto, podemos tratá-los como um grupo, imigrantes com o mesmo perfil: além de serem franceses, eram profissionais técnicos e/ou intelectuais valorizados por sua origem e formação – características importantes de integração, como já definimos –, desse modo, apresentavam-se como potenciais colaboradores, desbravadores de possibilidades, para um projeto de modernização da capital paulista, frente a um projeto de modernização nacional. Nesse sentido, a travessia para estas terras distantes e o enfrentamento das adversidades se tornava mais instigante e, talvez por isso, não encontremos nos relatos de Paul ou Juliette nenhuma referência de decepção política no momento de sua chegada.

A situação concreta era a de que tinham um projeto imediato para garantir sua estadia no Brasil em um ambiente que, como vimos, tinha tudo para ser acolhedor e desafiador, ao menos no plano da vida social e familiar que poderiam alcançar. Contratado como diretor comercial, Paul Monteil iniciou com um salário de 6 mil cruzeiros para exercer suas funções e, com isso, garantir o sustento da família<sup>293</sup>. O primeiro endereço de sua residência foi à Rua Piauí, 844, no bairro de Higienópolis, onde vivia parte da elite da cidade. Os vencimentos e o vínculo profissional proporcionaram a estabilidade necessária para que, em 1944, a família adquirisse seu primeiro imóvel na região do Pacaembu – Rua Angatuba, 583 –, outra área nobre da capital. A soma necessária para o investimento foi adquirida através de suas bonificações anuais, mais um adiantamento concedido pela empresa em forma de “vale”.

---

<sup>293</sup> No ano de 1937 a moeda brasileira era o Réis (rs.), contudo, um depoimento de Monteil cita o valor em Cruzeiro (Cr\$). No momento de sua demissão, em 1946, o seu salário era de Cr\$14.000,00. Para efeitos comparativos com salários do período, a média salarial de um comerciário no ano de 1948 – ano para o qual temos os dados disponíveis – era de Cr\$ 1.029, no setor da indústria de transformação a média é de Cr\$ 797. Ver: Oliver Onódy, *A Inflação Brasileira (1820-1958)*, Rio de Janeiro, [s. ed.], 1960, pp. 262-263.

A partir do trabalho e do local de residência, revelam-se possíveis características das relações que propiciavam essa sensação de estar bem-inseridos na sociedade em que viviam. Morar em um bairro rico e exclusivamente residencial os aproximava dos círculos de elite, outros dirigentes de empresas, industriais, e até mesmo de famílias tradicionais da sociedade paulistana. Reuniões, festas e outros eventos se realizavam nas casas e palacetes que subsistiam na região de Higienópolis e Pacaembu. Também não estavam muito distantes de alguns clubes, círculos culturais e equipamentos da cidade, como o Teatro Municipal.

A sede da Textillia situava-se à Avenida Celso Garcia, 3.335, área industrial de São Paulo, movida pelo cotidiano dos operários e gestores de fábrica. Todo seu corpo dirigente era formado por franceses, entre eles Georges Tresca, seu diretor-gerente, e Andre Payre-Ficot, diretor de contabilidade. Ambos estavam no círculo de relações de Paul Monteil, especialmente Payre-Ficot com quem trocava cartas em tom fraternal, já citadas, falando das famílias com certa intimidade, abordando temas cotidianos e discutindo política<sup>294</sup>. Não aparece nas memórias e documentos de Monteil ou Juliette o convívio com outros dirigentes de empresas da comunidade francesa. As referências de conterrâneos se davam com intelectuais, especialmente os professores da USP, como Paul Arbousse Bastide, Pierre Monbeig, Afred Bonzon, Albert Audaubert: “Meu marido soube ser amigo dos intelectuais”, relembra Juliette ao falar dos primeiros anos em São Paulo<sup>295</sup>.

Em meio a esse processo de acomodação, no ano de 1939, o casal viu nascer em solo brasileiro sua filha caçula, Claudie. O ano de seu nascimento coincide com o início do tão esperado conflito mundial, nesse sentido, é necessário refletir como a acomodação da família poderia se concretizar diante da realização efetiva da “psicose de guerra” que havia os afastado de suas origens. Algumas questões poderiam pressioná-los pessoalmente a repensar a “fuga”, afinal, amigos e familiares haviam ficado para trás e a Resistência Francesa se organizava a partir de 1940 para defender seu país do invasor alemão. Outras poderiam obrigá-los a voltar para a França, ao menos Paul Monteil, que na condição de reservista francês morando no exterior poderia ser convocado para o *front* a qualquer momento<sup>296</sup>.

---

<sup>294</sup> As cartas às quais no referimos serão exploradas adiante e são trocadas entre os amigos quando André Payre-Ficot já havia retornado a Paris.

<sup>295</sup> Juliette Monteil, “40 Anos...”.

<sup>296</sup> Além da carteira com seu histórico de serviço militar, tivemos acesso à sua Ficha de Mobilização – entendemos que seja algo equivalente à carteira de reservista, que define os termos de compromisso do indivíduo para com o exército (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro *Processo de Naturalização 11.008-41. Paul Jean Monteil*. Solicitação de reprodução nº 5900/2019, pp. 37-41).

As preocupações não foram maiores que o receio de estarem presentes em uma Europa, a ação bélica estabeleceu um novo parâmetro para que Paul e Juliette optassem por permanecer no Brasil, neste caso, com a obrigação de criar vínculos mais formais. Diante do conflito e da possibilidade de ser chamado de volta, Monteil inicia o processo de sua naturalização<sup>297</sup>. Segundo as leis do período, o fato de ter uma filha brasileira<sup>298</sup> o dispensava do período mínimo de dez anos com residência fixa no país, exigidos para iniciar tal procedimento. Foram cerca de cinco anos para que o reconhecimento definitivo lhe fosse concedido, mas aparentemente, na condição de “naturalizando” ele já estava protegido das exigências de retorno colocadas pelo exército francês. Ao solicitar a cidadania brasileira, certamente, Monteil não estava apenas preocupado com as formalidades, mas também com as possíveis retaliações a cidadãos estrangeiros mediante ao posicionamento do governo brasileiro frente aos países em conflito.

Apesar da nítida interferência causada pela Guerra, a naturalização demonstra a intenção de Monteil, ainda que tenha imposta pela realidade, de estabelecer vínculos mais duradouros com o Brasil. Cabe observar que, segundo os autos do processo, ele renunciaria à sua nacionalidade francesa, dificultando, portanto, um possível retorno à terra natal com o encerramento do conflito. Esse poderia ser um movimento cabível de apoio à reconstrução nacional ou de reencontro com familiares, mas não foi o que ocorreu. Mesmo com o fim da Guerra, Paul e Juliette insistiriam em permanecer em sua vida paulistana.

Nesse sentido, é preciso aprofundar nas relações construídas pelo casal Monteil na cidade de São Paulo e entender melhor como foram capazes de concretizar o ambiente de receptividade social, econômica e, por que não, política pelo qual ansiavam ao abandonarem a França. A vida estável do engenheiro e sua família, sua convivência com uma reduzida comunidade francesa ou de industriais estrangeiros, e a proximidade com círculos da elite paulista podem ser reducionistas de sua experiência na cidade e com a própria condição de imigrantes que os levou até ali.

O clima de tensão se sustentava pelas ideias de uma época e, por isso, não se restringia à Europa. É claro que, individualmente, é sempre possível se alienar de questões

---

<sup>297</sup> *Idem*. O processo contém 148 páginas. Em seu conteúdo estão anexados ofícios, solicitações de documentação, atestados de antecedentes criminais, documentos pessoais e familiares. O processo se inicia de fato em 1941, encaminhado por ofício do Estado de São Paulo, mas vemos na documentação que Paul Monteil iniciou os procedimentos burocráticos em meados de 1940.

<sup>298</sup> Em um de seus depoimentos, Paul Monteil diz que Claudie também foi registrada no consulado francês. Não sabemos se de fato ocorreu e se isso lhe dava direito à dupla cidadania. A certidão brasileira está anexada ao processo de naturalização nas páginas 35 e 36. Juliette Monteil nunca se naturalizou brasileira.

que não atingem o cotidiano, ou lidar com esses problemas de forma rasa. Contudo, essa não parece ter sido, em essência, a maneira com a qual Paul e Juliette viam o mundo. Fugir da guerra foi, definitivamente, uma escolha. Mesmo a luta antifascista não mobilizou Paul Monteil ao combate armado. Isso não significa que, no Brasil, não poderiam se envolver com outras dimensões de engajamento.

Ocupar um lugar social em São Paulo passava também por lidar com a visão de mundo que carregavam consigo desde a França. Entre as relações que estabeleceram na cidade, ambos destacam a convivência com intelectuais. Os franceses radicados na USP, mas também os brasileiros, alguns ligados à vida universitária e, outros que circulavam nas reuniões, livrarias, cafés, cinemas, teatros e bares da cidade. Nesse meio intelectualizado, havia também uma atitude politizada que se gestou a partir de um novo contexto de atividade crítica. A situação do Brasil e do mundo, cada vez mais, impunha a necessidade de botar ordem nas ideias e combater todas as formas de pensamento reacionário<sup>299</sup>.

Se as inquietudes político-ideológicas que levariam a Europa às armas chegavam ao Brasil, havia pessoas que, como eles, abominavam tais ideias e queriam resistir a elas e aos efeitos negativos que incidiam sobre a sociedade. Elas se manifestavam, como abordamos, nas ruas, nas instituições e no modo de vida de uma metrópole em disputa. A engenharia, os cálculos, o prestígio de uma multinacional francesa não poderiam apagar as origens das escolhas que moveram Paul Monteil e sua esposa até ali, pois a perspectiva profissional foi um atrativo que surgiu como meio de sanar questões anteriores.

---

<sup>299</sup> Antonio Candido, “Plataforma da Nova Geração, 1944”, *apud* Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, São Paulo, Editora Ática, 1980, p. 126.

Figura 28. Registro Geral de Paul Monteil

DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÕES  
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: Paul Jean Monteil  
Data do nascimento: 19 de Janeiro 1907  
Pai: Jules Joseph Monteil  
Mãe: Marie Sylvie Capon  
Localidade: Lyon - França  
Nacionalidade: Brasileira por naturalização  
Cores: Branco  
Cabelos: Castanho  
Observações: (Marcas, cicatrizes, etc.) Título de naturalização de 28 de Dezembro de 1944  
Data: 12 de Dezembro de 1946

GRUPO SANGÜÍNEO

POLEGAR DIREITO

Reg. Geral N.º 457993

F.D. Secção 142

Após cinco anos de processo jurídico, Paul Monteil adquire sua cidadania brasileira. Os documentos formalizam os vínculos com o Brasil. No campo nacionalidade, lê-se “brasileiro por naturalização”, informação que nos faz refletir um pouco sobre o enraizamento que ele vai construindo, ao lado da esposa, na sociedade paulistana a partir desta condição intermediária. Ele sempre seria um francês, M. Monteil, no entanto, para além das questões pessoais que teria de resolver, seus esforços como livreiro e editor visavam fomentar uma realidade brasileira com a qual ele se identificava independentemente dos papéis que viabilizaram sua situação no país. Fonte: Arquivos Pessoais, Silvia Monteil.

A estabilidade e a vida cômoda que pareciam se constituir exclusivamente em torno do trabalho foram afetadas por eventos pouco convencionais, que envolveram, inclusive, a saída de Paul Monteil da indústria Textillia. Esse será o seu momento de passagem, da engenharia aos livros, apresentando uma visão mais profunda sobre como o processo de inserção na sociedade paulista viabilizou definitivamente sua estadia no Brasil e a fundação, ao lado da esposa Juliette, de sua primeira empresa no mercado livreiro, a Livraria Francesa.

Em 1946, Paul Monteil foi demitido de seu emprego. Os motivos da demissão estão apresentados em um inquérito conservado nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops-SP)<sup>300</sup>, revelando mais uma característica de sua trajetória. O registro policial se refere à execução de um mandado de busca e apreensão na residência de Paul Monteil e em seu escritório, no dia 11 de maio de 1948, fato que ocasionou sua prisão por uma semana<sup>301</sup>. O motivo das ações policiais: a acusação de atividade subversiva por integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ilegal naquela ocasião.

As investigações contaram com dois depoimentos de Monteil, e outros de quatro pessoas próximas a ele: Álvaro Bittencourt, João Guilherme de Oliveira Costa, José Neves Netto e Domingos Marino. Ficaram arquivados no prontuário dezenas de documentos apreendidos na residência e escritório de Paul Monteil – a Livraria já existia –, entre os quais, cartas, fotos, boletins de uma sociedade de pesquisa francesa – S.F.E.R.E – Societé Française d' Études et Recherches Économiques –, anotações pessoais, transcrições de músicas e reportagens de jornal, recibos financeiros e selos de propaganda comunista.

O conteúdo dos depoimentos mostra que Paul Monteil era vigiado pelas autoridades do Dops desde o ano de 1946. Neste momento, o Estado Novo já havia se encerrado e o país organizava sua constituinte num clima de abertura democrática, contando com a legalização dos partidos políticos, entre eles o PCB. A agitação política, que começara alguns anos antes em meio à derrota do nazifascismo, estendia-se para a reestruturação interna do país e sua posição frente ao realinhamento das principais potências mundiais. O retorno formal ao regime democrático, no entanto, não

---

<sup>300</sup> O já referido Prontuário 19.030.

<sup>301</sup> Outro documento do Dops registra o relatório de um infiltrado sobre uma reunião do comitê estadual no dia 17 de maio de 1948. Nesse registro, o agente político descreve a indignação dos dirigentes frente às sucessivas prisões de seus companheiros, inclusive os membros do Socorro Vermelho, entre eles, Paul-Jean Monteil (Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Delegacia de Ordem Social. “Dossiê Comunismo”, Pasta 1909, doc. 964).

correspondia, na prática, à ausência de mecanismos de vigilância e controle. Estas culminariam, em 1947 na cassação de mandatos e na ilegalidade da oposição comunista.

O processo de Paul Monteil acompanha, justamente, esses pouco mais de dois anos que vão da “abertura” à nova situação repressiva, demonstrando que as autoridades não deram trégua aos opositores. O início das investigações sobre sua conduta ocasionou a sua demissão na Textillia, quando uma carta do secretário de segurança, Oliveira Sobrinho, endereçada ao presidente da empresa, trazia em seu conteúdo o alerta para o envolvimento, do então diretor comercial, com o Partido Comunista e sua responsabilidade pela organização de uma célula no interior da fábrica.

Já em 1948, numa situação mias intimidadora que envolvia a sua prisão, Paul Monteil narra, consternado, o ocorrido, particularmente, os transtornos vividos devido às acusações infundadas contra ele. Para reforçar sua inocência, registra que a carta lhe fora entregue por engano, antes de chegar ao presidente, mas ciente de seu conteúdo e não tendo nada a temer, ele mesmo entregou-a ao seu superior:

[...] faz questão que conste destas declarações que de certa vez, abrindo as correspondências da Textillia S/A deparou com uma carta escrita pelo senhor Secretário de Segurança de então, doutor Oliveira Sobrinho e dirigida ao Doutor Roberto Moreira, presidente da mesma, na qual o secretário o cientificava que o declarante era comunista; [...] o declarante, pessoalmente, fez questão de ir entregar essa carta ao destinatário, solicitando-lhe escusas por ter, involuntariamente, tomado conhecimento do assunto; [...]<sup>302</sup>.

Acompanhar o passo a passo dessa ocasião é muito interessante: a correspondência da máxima autoridade da empresa foi entregue, por acaso, a outro funcionário. Ainda que fosse um diretor, o engano se passou no momento preciso de uma delação séria, e chegou às mãos certas, do maior afetado por aquela situação.

O acaso, na verdade, parece ter ocorrido a partir de um estado de alerta ou, no mínimo, de uma atitude cuidadosa de alguém que suspeitava do possível um monitoramento político que viesse a interferir no local de trabalho. A própria postura de Monteil em expor a situação ao superior, evidenciando que havia interferido na privacidade e sigilo de suas correspondências, mostra que, de certa forma, o risco da demissão já estaria em suas contas. O incidente acarretou, de fato, na perda do emprego, mas contou com um acordo indenizatório de 250 mil cruzeiros, mais a isenção sobre o vale de 400 mil cruzeiros que havia emitido para a compra de seu primeiro imóvel.

---

<sup>302</sup> Prontuário 19.030, folha 179, frente.



Mesmo na posição de depoente, ou seja, de alguém que precisa se defender, Paul Monteil não deixa de reconhecer seu apreço por “ideias avançadas” ou “esquerdistas”<sup>303</sup> e o contato que tinha com instituições, lugares e pessoas partidárias dessas mesmas ideias. Desde a França, recorda que simpatizava com o Partido Socialista, por ser menos sectário que o PCF, mas que, no Brasil, o PCB era a agremiação política com a qual possuía maior afinidade. Reforça, ainda, que seu contato com o Partido se dera no curto período em que esteve legalizado, mas assume ter frequentado a Livraria Brasiliense, onde tomou conhecimento do jornal *Hoje*, que à época funcionava como porta-voz do PCB; cita também o contato com Paulo Duarte, Caio Prado Júnior, Milton Cayres Brito, Paulo Emílio Salles Gomes e Mario Schenberg, dizendo que mantinha com eles relações cordiais de cunho pessoal em encontros de livrarias, palestras etc.

Mesmo sem podermos apreender a profundidade das relações que Monteil de fato mantinha com os comunistas e seus espaços de organização, a citação dos nomes, numa situação pouco confortável, torna mais complexo o quadro de relações que construiu para se ambientar na cidade de São Paulo. É possível aferir que, em pouco tempo, Monteil ultrapassou as redes de seus compatriotas e conseguiu estabelecer uma dinâmica de sociabilidade, através de lugares e pessoas reconhecidos na sociedade paulistana, tanto em seus meios culturais, quanto em setores extremamente politizados. Esse cenário não se opõe à ambientação traçada no item anterior, que caracterizava sua rotina como engenheiro, pelo contrário, ajuda a compreender mais uma de suas faces.

Muitos dos indivíduos críticos, e até mesmo radicais, que agitavam os grupos políticos da época e seus mecanismos de propaganda tinham origem na elite paulista, ou em seus setores médios – filhos de profissionais liberais, comerciantes etc. Entre Higienópolis e o centro da cidade, que tinha maior dinâmica nos arredores da Praça da República, realizavam-se suas reuniões, encontros e espaços de convivência, como vimos.

Aos poucos, podemos assumir que os aspectos políticos do discurso de Paul e Juliette sobre os círculos intelectuais que frequentavam em Paris e sua visão crítica sobre a situação opressora que viviam na Europa nos anos 1930 se confirmam não apenas na decisão de partir da França, mas principalmente em sua inserção na sociedade paulista e no modo de vida que ali desenvolveram. Próximos das redes do PCB, o casal demonstra que um elo fundamental de seu enraizamento nos grupos de convívio e intervenção na cidade foram suas ideias.

---

<sup>303</sup> Expressões utilizadas por ele. Prontuário 19.030, várias folhas.

O impulso motivador para a saída da França adquiriu novo significado em uma sociedade cujos conflitos sociais e políticos também suscitavam reflexões, dúvidas, debates e a necessidade de transformação. Seria, contudo, aceitável que Monteil se relacionasse com essas pessoas e lugares sem ter laços profundos com o comunismo, pois a intelectualidade paulistana e mesmo membros de sua elite econômica estiveram muito envolvidos com debates políticos liberais ou esquerdizantes, no período do Estado Novo e, em seguida, na redemocratização. No entanto, o envolvimento com o Partido, seus militantes e simpatizantes não se limitou a atividades públicas e circunstanciais.

**Figura 29. Ficha de Paul Monteil no Dops**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Cutis	Ficha n.º..... Nome: = <u>PAUL JEAN MONTEIL</u> =
Cabelos	Data: <u>21-5-1954</u> Vulgo: .....
Bigodes	Prontuário Delegacia n.º = <u>19.030</u> =
Olhos	Prontuário geral n.º.....
Estatura	Atividade: <u>* C O M U N I S T A *</u>
Marcas	
Filiação: — Pai: <u>Jules Joseph Monteil</u> Mãe: <u>Marie Sylvie Caplod Monteil</u>	
Idade: <u>41</u> anos. Nascido em <u>19</u> de <u>janeiro</u> de 1907 Sexo: <u>masculino</u>	
Nacionalidade: <u>nat. brasileira</u> Natural de <u>Lyon - França</u>	
Estado civil: <u>casado</u> Profissão: <u>comerciante de livros</u>	
Ordenado: Cr.\$..... Local de trabalho: .....	
Residências: <u>Rua General Jardim 51 -</u>	
É sindicalizado?..... Sindicato e locais que costuma frequentar: .....	

T. D. I. - Mod. 67

O processo de naturalização possui diversos atestados de boa conduta e ausência de antecedentes criminais que embasariam o mérito do pedido de Monteil frente às autoridades brasileiras. No entanto, poucos anos após naturalizar-se, Paul Monteil será fichado pelos órgãos de repressão policial. Brasileiro e comunista, veremos que esta relação não se resume a um mero registro burocrático. Cumpre notar que um de seus observadores no Dops registra o infortúnio da naturalização diante de sua proximidade com o PCB. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

### 3.4. Um Comunista Sem Carteirinha

#### *Atividades Ilegais*

Desde sua fundação, o PCB foi um partido que passou a maior parte do tempo na clandestinidade. Esse fato gerou consequências decisivas na organização partidária que teve de zelar pela identidade de seus membros e camuflar suas estruturas de atuação. As perseguições, prisões e outras medidas repressivas ocasionaram diversos momentos de dispersão dos grupos dirigentes. Para se preservar e se reconstruir constantemente, o Partido contava com uma rede de simpatizantes que, em alguns casos, atuavam sistematicamente aderindo às suas ações como militantes comprometidos.

As instituições policiais e as estruturas de inteligência do Estado seguiam todos os caminhos possíveis para garantir o controle da atividade comunista e de seus apoiadores, por isso seus registros são uma fonte importante para o reconhecimento da história do PCB. Paul Monteil era “conhecido no Dops como um dos mais fervorosos ativistas do partido”<sup>304</sup>. Tal fama se consagrou, pois as autoridades se dedicaram bastante a investigá-lo, especialmente entre 1946-1948. Os infiltrados e espiões da polícia política do Dops acompanhavam sua presença em eventos, comemorações, nas células partidárias e grupos organizativos, destacando que seria o divulgador do Partido nos meios intelectuais da cidade e responsável pelas campanhas de arrecadação e finanças:

[...] PAUL JEAN MONTEIL está em plena atividade comunista, atuando nos meios intelectuais, divulgando revistas e Jornais do exterior, bem assim a revista “Paralelos”, com redação a rua Vergueiro 178. Esse endereço é residência de S.J.CARONE, pai de EDGARD CARONE, diretor da revista. [...]<sup>305</sup>.

Embora não assinasse como membro do corpo editorial da revista<sup>306</sup>, Monteil aparece, em suas entrelinhas, nas propagandas que a financiavam. As edições de 1946 possuem anúncios do grupo Rhodia e a única edição produzida em 1947 possui o patrocínio da recém-fundada Livraria Francesa. Além disso, as observações registram sua

---

<sup>304</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Documento 30c-1-15307. Esse documento faz referência à atividade de Paul Monteil junto à Câmara Brasileira do Livro no ano de 1963.

<sup>305</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Delegacia de Ordem Social. “Dossiê Comunismo”, Pasta 1908, doc. 717.

<sup>306</sup> Revista organizada por estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Assinam como membros de seu corpo editorial: Edgard Carone, Georges Wilhelm, Pasquale Petrone, Flávia de Barros, Lígia A. Correia, Maria Isaura P. de Queiroz, Hélio Richels, Miriam Lifchitz, Gérard Loeb. Consulta realizada na coleção de periódicos da Biblioteca Edgard Carone, *Revista Paralelos*, n. 2 a n. 6. São Paulo, setembro de 1946 – setembro de 1947.

participação no Socorro Vermelho<sup>307</sup>, na fundação do Comitê Democrático da Santa Efigênia (célula comunista da Santa Efigênia), no financiamento direto de campanhas do PCB, que ele possuía ligação com a C. G. T. francesa<sup>308</sup> e que era o responsável pela reserva do Teatro Municipal em diversas atividades ligadas aos comunistas<sup>309</sup>.

Ao ter que se explicar por tantos “mal-entendidos” produzidos nas investigações, Monteil assume parte deles, relativizando seu nível de envolvimento e reiterando que a simpatia e apoio ao Partido se limitaram a ações legais. Entretanto, ficava difícil se esquivar de atividades mais reservadas, envolvendo, inclusive, o dirigente máximo da organização, Luiz Carlos Prestes:

[...] Hospedou inúmeras vezes em sua residência o líder vermelho Luiz Carlos Prestes. Mantém estreita amizade com o tecelão comunista Roque Trevisan [...]. Pelos seus antecedentes, pelas suas ligações, pela confiança que Prestes lhe deposita, pelos compromissos que teve (e que naturalmente ainda tem) com o ex-PCB e, particularmente, com os componentes da colônia israelita, não temos dúvidas em afirmar que, no momento, continua ele contribuindo com a sua parcela para a propagação do comunismo, fazendo difundir nas camadas intelectuais por meio de revistas a pregação marxista. [...] <sup>310</sup>.

O documento citado data de março de 1948, quando o PCB estava novamente ilegal e sofria duramente com a repressão. A casa de Monteil na Rua Angatuba fora utilizada para reuniões de Prestes com industriais paulistas, a pedido do amigo Roque Trevisan. Trevisan era um militante comunista, tecelão, e se elegeu deputado pelo Partido no pleito de 1945. Antes disso, trabalhou na Textillia e foi envolvido nas acusações que ocasionaram a demissão de Paul Monteil, pois a polícia identificara que organizavam uma célula comunista na fábrica.

Quando perdeu o emprego, Monteil precisava encontrar novos meios de se manter e à sua família. Encontrou trabalho em uma fábrica nacional, onde não permaneceria mais do que alguns meses e, com as verbas rescisórias fez seu primeiro investimento. Associou-se a José Neves Netto – depoente do inquérito 19.030 –, Henrique Darde, Rodolfo Darde e José Eduardo Fernandes em uma gráfica, a Impressora Grafita LTDA. O inquérito acusa a empresa ser uma colaboradora clandestina do PCB, tendo imprimido

---

<sup>307</sup> Organização filiada à Internacional Comunista com seções em diversos países, vinculados aos respectivos Partidos comunistas.

<sup>308</sup> Confédération Générale du Travail, federação de sindicatos da França, próxima ao Partido Comunista Francês naquele momento.

<sup>309</sup> As referências se repetem nos documentos: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Delegacia de Ordem Social. “Dossiê Comunismo”, Pasta 1908, doc. 717; Pasta 1910 doc. 1041.

<sup>310</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Delegacia de Ordem Social. “Dossiê Comunismo”, Pasta 1908, doc. 717.

diversos materiais de candidaturas comunistas, panfletos subversivos e manifestos ligados ao partido.

José Neves Netto admite em seu depoimento que ele e todos os outros sócios da Grafita, incluindo Monteil, foram militantes do PCB quando este se encontrava na legalidade. Ele assume também que realizavam a impressão de materiais políticos em suas instalações. Após a cassação do Partido, ele passou a desaprovar esse tipo de atividade, pois se tornara ilegal, e alega ter sido ignorado pelos sócios. O tipógrafo Domingos Marino, que também aparece nos autos do inquérito, delata a mesma situação, da qual discordava, mas que presenciou sem maiores contestações devido à sua posição de mero funcionário.

Para explicar sua sociedade na Grafita, Paul Monteil diz às autoridades que não possuía qualquer função administrativa ou executiva na empresa. Acrescenta que, por intermédio de Paulo Emílio Salles Gomes – outro membro do PCB –, havia conhecido José Eduardo Fernandes, que buscava algum investidor para a expansão das atividades gráficas da empresa. Desse modo, decidiu aplicar ali parte de seus recebimentos na Textillia, 100 mil cruzeiros, sob o acordo de uma retirada mensal de 2 mil cruzeiros que deveriam render-lhe como juros da referida aplicação.

Apesar das alegações de Monteil, a parceria econômica com militantes e o investimento em uma gráfica que imprimia materiais do partido, configuram-se como relações menos ingênuas do que as que ele afirma manter com a rede as estruturas partidárias<sup>311</sup>. Ele depositou parte importante de suas reservas na gráfica citada e não podemos acreditar que o fez de modo ingênuo, sem analisar os riscos de tal investimento. Entre as medidas que o Partido tomava para preservar seu funcionamento ilegal, encontrava-se a manutenção de empresas clandestinas em nome de apoiadores e militantes mais discretos, principalmente, no setor de imprensa e propaganda<sup>312</sup>. Desse modo, não podemos tirar outra conclusão, senão a de que o ex-engenheiro decidiu apoiar o PCB desta maneira.

---

<sup>311</sup> O primeiro sócio de Paul Monteil na Livraria Francesa, João Guilherme de Oliveira Costa, também era militante comunista. João Guilherme era advogado e funcionário da prefeitura e diz em seu depoimento que recebeu cotas de sociedade na Livraria como forma de pagamento por seus serviços de assessoria jurídica. Contudo, verificou-se que era fichado no Dops como comunista, atuante em greves do setor público municipal (Arquivo Público do Estado de São Paulo. Prontuário 93.282. João Guilherme de Oliveira Costa; Arquivo Público do Estado de São Paulo. “Dossiê Comunismo”. Pasta 1909, doc. 930; Arquivo Público do Estado de São Paulo. “Dossiê Comunismo”. Pasta 1936, doc. 4142).

<sup>312</sup> Sobre o tema, ver: Edgard Carone. “O Marxismo no Brasil, das Origens a 1964”, em Marisa Midori Deaecto e Lincoln Secco (org.), *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, São Paulo, Xamã, 2004, p. 65; Lincoln Secco, *A Batalha dos Livros*, Cotia, Ateliê Editorial, 2017, p. 99.

### ***Fotos, Cartas e Memórias***

O jornal *Hoje* também foi um espaço de atuação comunista em que Paul Monteil esteve envolvido<sup>313</sup>. O diário teve de se adaptar às situações de legalidade/ilegalidade do PCB como outros de seus órgãos. Circulou entre 1945-1952 e utilizou-se de outros nomes após a cassação política do PCB em maio de 1947 – como *Notícias de Hoje*, *O Sol e O Popular de Hoje*:

*Hoje* contará com vasta rede de apoiadores e colaboradores [...] e certamente constituída por militantes bem experimentados, que se dedicaram ao jornal entendendo-o como uma tarefa revolucionária. A coragem e determinação desse corpo de sustentação garantiram a relativa longevidade do *Hoje*<sup>314</sup>.

Em 1946, Monteil fez um empréstimo ao órgão de imprensa no valor de 100 mil cruzeiros a pedido do amigo Milton Caires Brito, um dos primeiros diretores do jornal. Nessa ocasião, o diário circulava em liberdade, era oficialmente vinculado aos comunistas e veiculava as “ideias avançadas” pelas quais tinha simpatia e que desejava promover dentro do reconhecimento da lei, como ele afirma em seu depoimento. No entanto, naquele ano, o jornal já encontrava dificuldades para seu funcionamento devido à suspensão da autorização que Vargas, ao fim de seu governo, havia expedido para legalizar suas impressões nas dependências do jornal *A Noite*. Ao que tudo indica, ele passou a ser impresso em localidades no interior do estado e precisava, mais do que nunca, de recursos para se viabilizar. A doação de Monteil se inseria nesse cenário de limitações materiais e, ainda, coincide com a primeira campanha financeira do Partido voltada a equipar seu aparato de imprensa, a “Campanha Pró-Imprensa Popular”<sup>315</sup>.

Para além do suporte financeiro, algumas cartas importantes anexadas ao prontuário se referem diretamente à política de expansão do jornal e seu uso como órgão

---

<sup>313</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Delegacia de Ordem Social. “Dossiê Comunismo”, Pasta 1908, doc. 717; Pasta 1910 doc. 1041.

<sup>314</sup> Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Comunicação, Cultura de Esquerda e Contra-Hegemonia: O Jornal Hoje (1945-1952)*, São Paulo, USP, 2006, p. 54.

<sup>315</sup> *Idem*, pp. 43 e 66. O trabalho de Pomar diz que o jornal foi fundado com um capital inicial de 3 milhões de cruzeiro, fundado como sociedade anônima e o investimento teria envolvido estrangeiros, especialmente membros da comunidade judaica de São Paulo e outros empresários e intelectuais. Caio Prado Júnior é considerado o maior de seus acionistas, e um documento citado na pesquisa menciona que ele, José Rosemberg e Celestino Paraventi teriam entrado com uma quantia de 100 mil cruzeiros (p. 61). De acordo com a documentação de Monteil ele parece ter sido um dos acionistas do jornais, o valor que ele alega ter emprestado é o mesmo citado por Pomar, ao falar de Caio Prado – talvez o padrão de cotas da sociedade.

partidário. Trata-se das missivas assinadas por “Fuad”, que acreditamos ser Fuad Saad<sup>316</sup>, datadas de 15.2.1946 e 24.3.1946, com quem Monteil troca ideias para a fundação de seções da Sociedade de Amigos do *Hoje*<sup>317</sup> em cidades do interior paulista. Embora Monteil explique as correspondências e o desejo de expandir o diário, como parte de seu interesse em receber o empréstimo devido, a leitura de seu conteúdo apresenta diretrizes bastante assertivas sobre a necessidade de usar essas associações como colaterais de aproximação de simpatizantes e fonte de arrecadações:

[...] visitei o comitê local e me avistei com o Sr. Tavares e Sr. José Martins do comitê estadual de São Paulo. [...] Sendo então constatado que por enquanto era prematura a execução desse plano [criar a associação de amigos do Hoje] [...]. O Sr. Tavares acrescentou que estão trabalhando com este fim, pois esta sociedade viria preencher duas finalidades: 1º estimular a imprensa livre e a favor da classe e 2º seria um bom elo de ligação para os indecisos ou os que têm receio de filiar por enquanto diretamente ao partido [...]<sup>318</sup>.

Mesmo com o PCB legalizado, há um tom de cuidado nas cartas trocadas entre Monteil e Saad, mas as referências que são feitas demonstram a intenção do remetente em deixar Paul Monteil ciente das ações que se realizavam para a adesão de novos assinantes e, sobretudo, pela promoção política do jornal enquanto órgão a serviço dos trabalhadores, vinculados ao Partido.

O tema da agitação política e a organização do *Hoje* aparecem ainda em referências esparsas na troca de cartas com José Ferreira de Carvalho<sup>319</sup>, entre fevereiro

---

<sup>316</sup> Fuad ou Fued Saad. Médico, nascido em 25/03/1912, fichado pelo Dops e preso em 1947 e em 1950 por atividades ligadas ao PCB. Segundo os mesmos registros, foi membro do comitê estadual do partido e com ele foram apreendidos documentos de seu setor de finanças, inclusive para a promoção do *Jornal Hoje*. É citado como responsável pela atuação no meio intelectual paulista na autobiografia de Marco Antônio Tavares Coelho, *Herança de um Sonho: as Memórias de um Comunista*, Rio de Janeiro, Record, 2000, pp. 282 e 365. Ver: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Arquivo Geral. Prontuário 87836. Não confundir com seu homônimo Fuad Dhaer Saad, militante comunista dos anos 1960-1970.

<sup>317</sup> A Sociedade foi uma forma de ampliar a rede de apoio do jornal, principalmente no interior do estado. Ver: Pedro Estevam da Rocha Pomar, *op. cit.*, p. 64.

<sup>318</sup> Prontuário 19.030. Carta com Fuad Saad, 24/03/1946.

<sup>319</sup> Era funcionário da Textillia no Rio de Janeiro e também possível militante comunista.

de 1944 e fevereiro de 1946<sup>320</sup>. O colega do Rio de Janeiro lhe envia a assinatura da *Tribuna Popular*<sup>321</sup>, com quem comenta diversas notícias sobre política:

Tenho confiança em que a agitação política que se processa, não só aqui, mas em todo o mundo terá um desfecho satisfatório, de nada valendo a reação que os imperialistas estão opondo à marcha da humanidade<sup>322</sup>.

Meses mais tarde, quando o *Hoje* começava a funcionar, Ferreira compara o jornal paulista ao carioca: “Recebi o nº 60 do *Hoje*. Gostei e penso que virá a ser como a *Tribuna* dentro de pouco tempo”<sup>323</sup>. O tom das cartas evidencia não só um apoio, mas certo envolvimento de Paul Monteil com um projeto político de propaganda do partido.

Além das cartas, o inquérito de 1948 possui 49 fotos com identificação do jornal *Hoje* entre os pertences apreendidos na casa de Paul Monteil. Elas registram eventos promovidos pelo jornal, eventos políticos de Luiz Carlos Prestes e, em sua maioria, apresentam o registro do cotidiano de trabalhadores das áreas rurais e industriais de São Paulo ou em cidades do entorno. Quase todas possuem no verso alguma identificação com títulos de matérias realizadas pelo diário.

Como muitos dos comunistas da época, a maioria talvez, Paul Monteil não possuía ficha de filiação, mas o contato com livrarias, gráficas, jornais, palestras, produção de panfletos, arquivamento de fotos – não podemos deixar de lado os simpáticos selos comunistas de arrecadação financeira, anexados ao inquérito policial – chancelam essa relação num vínculo estreito com atividades e dirigentes comunistas, ao menos no que diz respeito ao período do imediato pós-Guerra. Acrescentam-se ainda, no mínimo, dez

---

<sup>320</sup> Apesar do intervalo pequeno de dois anos, as cartas se inserem em contextos diferentes devido ao encerramento do Estado Novo, em 1945. A partir de 1945, inicia-se um processo de retomada das liberdades democráticas, já com a legalização dos partidos realizada por Vargas, que prometia também uma nova constituinte. A deposição do então presidente, apresentava-se sob um discurso de garantia do processo de redemocratização e organiza-se de fato a reestruturação das instituições republicanas. O PCB inicia seu processo de reorganização clandestina já em 1942, a partir do alinhamento do Brasil ao bloco dos Aliados na II Guerra e, em 1944, tentava rearticular os dirigentes e militantes que haviam sobrevivido à repressão estadonovista. Entre 1945-1946 o partido se beneficiaria das medidas de redemocratização, contudo, debate-se com frequência na historiografia os limites formais e as contradições desse processo, sobretudo, no que diz respeito aos comunistas. Nesse sentido, as conversas entre Monteil e Saad podem ser entendidas como um conjunto, numa troca de informações que visava a reorganização do PCB, vivendo ainda numa linha tênue entre o legal e o ilegal, a vigilância e a liberdade de expressão. O que se confirma pouco tempo depois, como se sabe, é a nova onda de criminalização do Partido, após 1947. sobre o tema ver: Edgard Carone, *A República Liberal I. Instituições e Classes Sociais (1945-1964)*, São Paulo, Difel, 1985, pp. 359-384.

<sup>321</sup> Jornal diário carioca vinculado ao PCB, circulou entre maio de 1945 e dezembro de 1947.

<sup>322</sup> Prontuário 19.030. Carta com José Ferreira de Carvalho, 26.5.1944.

<sup>323</sup> Prontuário 19.030. Carta com José Ferreira de Carvalho, 28.12.1945.



nomes de referência no Partido com os quais se relacionava, entre eles, Luiz Carlos Prestes.

As memórias daqueles que conheceram e conviveram com Monteil reiteram, em diferentes aspectos, sua proximidade com o PC brasileiro. A sra. Marianne-Edith Bernard<sup>324</sup> conta, entre risos tímidos, a seguinte recordação: “Você sabia que o Monteil foi demitido de seu trabalho porque era comunista? E depois, fundou a Livraria?”<sup>325</sup>, respondi que sim e a conversa seguiu a partir dessa informação, que foi tratada como elemento importante sobre a sua história.

O professor Fernando Henrique Cardoso recorda que o editor era um homem de esquerda, convivia com os grupos desse espectro político:

Ele não tinha ligação direta com o Partido Comunista, mas naquela época isso era assim, quase todo mundo tinha algum tipo de simpatia. O Partido Comunista tinha uma influência enorme, porque, inclusive, a promoção cultural das pessoas era uma sociedade de ajuda mútua. Havia os Congressos: Congresso da Paz, Congresso não sei do que; e aquilo projetava as pessoas [...]<sup>326</sup>.

Jean Claude Bernardet traz uma referência muito parecida:

Ele nunca falou comigo sobre isto. Digamos que as posturas políticas dele passavam nas conversas, na casa dele, na casa dos meus pais, ou no sítio, a gente ia bastante ao sítio [do Monteil] [...]<sup>327</sup>.

Mas acrescenta a informação importante de que Monteil era muito amigo de seu pai, ex-combatente da resistência francesa pelo PCF:

Meu pai fez a guerra na Resistência, que era o circuito clandestino, não no exército oficial em si. Estava totalmente contra o regime de Pétain, etc. Ele era de esquerda, não sei se era de extrema esquerda, mas era de esquerda, e viveu durante muitos anos, dentre os quais eu não o vi, na clandestinidade. [...]<sup>328</sup>.

A relação com André Bernardet, pai de Jean-Claude, aponta para os posicionamentos de Monteil com amigos que haviam ficado na França, ou seja, com quem se relacionara antes de vir ao Brasil. Ainda que seja uma referência genérica, ela compõe o quadro de relações que estamos traçando. Ainda na voz de Bernardet (filho): “E, por

---

<sup>324</sup> Funcionária da Livraria Francesa nos anos 1950.

<sup>325</sup> Depoimento concedido por Marianne-Edith Bernard à pesquisadora, em 14.1.2019.

<sup>326</sup> Depoimento concedido por Fernando Henrique Cardoso à pesquisadora, em 12.2.2019.

<sup>327</sup> Depoimento concedido por Jean Claude Bernardet à pesquisadora, em 22.8.2018.

<sup>328</sup> *Idem*.

isso, que do ponto de vista político meu pai e Monteil se entendiam bem”<sup>329</sup>. Como símbolo dessa amizade, guarda na memória o dia que decidiram que iriam abandonar o *vous* e se tratar por *tu*, que, em francês, especialmente naquela época, demonstra uma relação de proximidade entre duas pessoas. Segundo Jean Claude, “foi um acontecimento”<sup>330</sup>.

Jacob Guinsburg tem uma referência mais afirmativa sobre sua atuação militante no Brasil:

F.: Ele foi do PCF, ou de alguma organização política?

J.G.: Foi. Não sei se foi simpatizante ou militante. Eu acho que foi militante [...].

F.: Do PC mesmo?

J.G.: PCB. Esteve, não só como... Não posso te dizer se ele militou também, mas era um homem engajado. Seja como for, era engajado. Ter a carteirinha ou não ter não tinha importância naquela época, aliás a maioria das pessoas que eram não tinham, até por razões policiais<sup>331</sup>.

As recordações de sua neta, Silvia Monteil<sup>332</sup>, e de uma das mais antigas funcionárias da Livraria, Daisy<sup>333</sup>, também reforçam a identidade que Monteil mantinha com a esquerda. Elas contam histórias interessantes acerca da acolhida de diversos comunistas, intelectuais e artistas perseguidos pela ditadura militar, no sítio de sua família em Cotia. Entre eles esteve Di Cavalcanti. Sílvia também recorda que o próprio avô teve de se esconder nessa época por ameaça da repressão da Ditadura Militar.

Junto a essas memórias, encontramos um relato importante na autobiografia de Marco Antônio Tavares Coelho, dirigente do Partido Comunista em Minas Gerais, que chegou a ser deputado e membro de seu comitê central. Em suas passagens por São Paulo relembra o apoio recebido de Paul Monteil e sua esposa, com quem parece ter mantido uma relação muito próxima:

[...] Vários amigos se empenharam em conseguir abrigos em que pudesse me instalar por alguns meses. Entre eles, Paul e Juliette Monteil [...]. Paul Monteil era um comunista diferente, via com olhos franceses nossas limitações no campo teórico. Sem qualquer sobranceria de

---

<sup>329</sup> *Idem.*

<sup>330</sup> *Idem.*

<sup>331</sup> Depoimento concedido por Jacó Guinsburg à pesquisadora, em 18.1.2017.

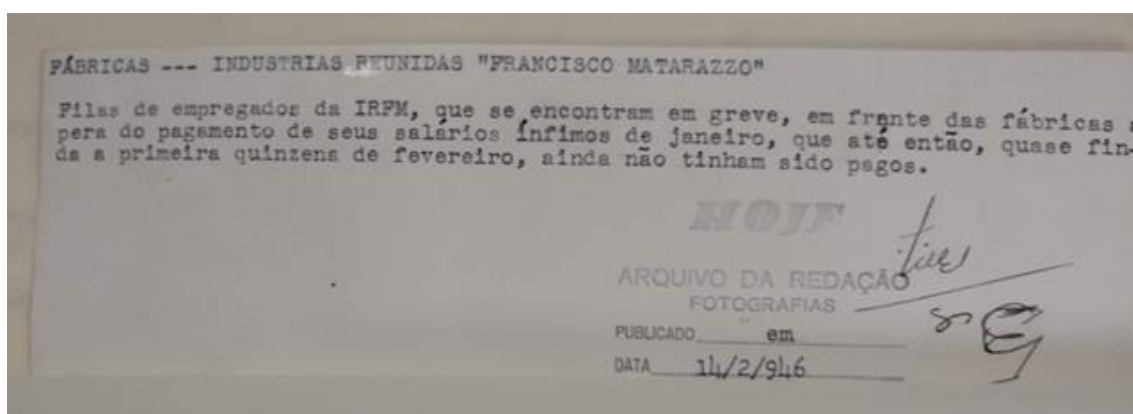
<sup>332</sup> Em conversas com a pesquisadora.

<sup>333</sup> Daisy é a mais antiga funcionária da Livraria. Trabalhou com Monteil por pouco tempo, pois sua entrada na empresa se deu próximo à sua morte, contudo, lembra-se das histórias que rondavam essa figura, a própria livraria e seus frequentadores.

intelectual europeu, procurava ajudar o PCB no que estivesse ao seu alcance<sup>334</sup>.

Essas lembranças, com especial destaque às apresentadas por Coelho, reforçam a presença de Monteil nas redes comunistas até os anos 1960 e, ainda, revelam que ele e sua família eram de confiança, pois a segurança de um dirigente nacional do PCB não seria designada a um simpatizante qualquer. Isso não representava pouca coisa num contexto de persistente perseguição a esta e outras organizações de esquerda.

**Figura 30. Documentação do PCB apreendida no escritório de Paul Monteil.**



**Figura 31. Documentação do PCB apreendida no escritório de Paul Monteil.**



<sup>334</sup> Marco Antônio Tavares Coelho, *op. cit.*, p. 281.

**Figura 32. Documentação do PCB apreendida no escritório de Paul Monteil.**



O prontuário do Dops traz diversos materiais que estavam em posse do livreiro quando ele foi preso em 1948. Além das cartas que citamos, há uma dezena de fotos com anotações e carimbo da redação do Jornal *Hoje*, selos do Partido utilizado para arrecadações financeiras, recibos e outros documentos como um mapa dos arredores do Pacaembu com inscrições que indicam ter sido utilizado na organização do comício de Luiz Carlos Prestes, em 1945. Eles acabam por testemunhar os vínculos de Monteil com os órgãos comunistas para além de seu depoimento, realizado em uma situação de pressão e quem sabe até de tortura, e dos relatos de infiltrados, que eram carregados de impressionismos e imprecisões. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. P. 19.030.

### ***Comitê dos Franceses Livres em São Paulo***

Menos de dois anos após a chegada de Paul Monteil e Juliette ao Brasil, a guerra da qual queriam fugir, que pairava nas ideias e tensões políticas, tornou-se realidade. Era praticamente impossível ficar indiferente àquela situação, apesar da distância. Ela afetava a realidade brasileira, fosse pelas consequências econômicas e bélicas do conflito, ou pelas ideologias representadas nos campos de batalha. A ocupação da França em 1940, interfere na vida dos Monteil em São Paulo e, como vimos, coincide com a sua solicitação pela nacionalidade brasileira.

O avanço dos alemães sobre uma nação central do capitalismo europeu será um marco para a posição dos Aliados. Nesse momento, criam-se frentes de resistência: uma interna, com base em grupos armados<sup>335</sup>, e uma no exterior, comandada pelo general Charles de Gaulle<sup>336</sup>. A liderança gaullista acabou por congregar uma frente ampla de resistência ao Eixo, e a comunidade francesa na capital paulista organizou o seu Comitê de Franceses Livres:

Ao final de junho de 1940, o doutor Auguste Vergély solicita a Jacques Funke, Roger Gaillard, Pascal Inneco e alguns outros senhores de virem ao seu gabinete em São Paulo. através da Iniciativa de Vergély, o grupo decide pela criação de um Comitê em resposta ao chamado do General de Gaulle. Alguns dias depois, Lucien Oppenheim, Jacques Boud'hors, Maurice Demolein et Henri Albaux declaram sua adesão ao grupo e se realiza a primeira reunião sob a presença de Vergély<sup>337</sup>.

Georges Tresca<sup>338</sup>, aquele que trouxe Monteil à Textillia foi um dos fundadores do grupo, demonstrando seu envolvimento precoce com questões políticas que tocavam

---

<sup>335</sup> O movimento de resistência no interior, que também é conhecida apenas por Resistência, envolveu grupos de diversos espectros políticos, contudo o PCF irá, aos poucos, hegemonizar o processo. A partir de 1941, com a entrada da URSS no conflito, ao lado dos Aliados, os Partidos Comunistas de todo o mundo intensificam suas ações na luta contra o nazifascismo e o eixo, fortalecendo ainda mais as ações do PCF no movimento da Resistência.

<sup>336</sup> O General Charles De Gaulle foi o responsável por arregimentar um movimento de resistência no exterior. Seu primeiro discurso em 18 de junho de 1940 – Apelo de 18 de junho – convoca o movimento de La France Libre, ou de La France Combattente, a partir de 1942. O chamado do general se dirigiu a todos os franceses que vivessem fora do país de origem para a organização de comitês locais que dessem suporte às ações pela derrubada do governo nazista. Outros militares irão disputar a liderança do movimento com de Gaulle, mas ao final ele consegue hegemonizar os posicionamentos e definir ações estratégicas da retomada do território francês. Sobre o tema ver: Jean Lacouture, *De Gaulle*, Lisboa, Livraria Moraes Editora, 1966.

<sup>337</sup> “Le Comité de la France Libre à São Paulo”, Extraído de *Revue de la France Libre*, n. 126, jun. 1960, disponível em: <http://www.france-libre.net/comite-sao-paulo/>.

<sup>338</sup> Outras informações sobre Georges Tresca e o comitê paulista, em: <http://www.francaislibres.net/liste/fiche.php?index=99327>.

à França em uma atitude ousada, pois até o posicionamento do Brasil ao lado dos Aliados, a organização foi clandestina e vigiada pelo Estado Novo. Tresca, no entanto, não possui nenhuma ficha de investigação política no Dops, embora Paul Monteil afirme que o colega também fosse um homem de “ideias avançadas”, em seu depoimento, lê-se:

[...] que o verdadeiro motivo de sua saída da firma foi o fato de ter ideias muito avançadas, esquerdistas, [...] sendo certo que o diretor Georges Tresca sentiu imensamente esse fato, mesmo porque Georges Tresca tem ideias também avançadas esquerdistas [...]<sup>339</sup>.

A formação de comitês França Livre, na verdade, abarcava um espectro amplo de franceses liberais ou simplesmente nacionalistas, por isso, boa parte do corpo diretivo da empresa acabou dando suporte ao movimento convocado por De Gaulle. Quando o país foi liberado, a empresa levou seus funcionários para comemorar em uma viagem a Santos, Paul Monteil estava entre os responsáveis da comitiva<sup>340</sup>.

O comprometimento de Monteil com seus compatriotas não se fez sem alguns atritos, envolvendo o episódio em que Monteil foi demitido. Naquela ocasião, seu amigo André Payre-Ficot também foi demitido e volta a viver em Paris, período em que troca cartas com Paul Monteil. Em uma das missivas, datada de 25.11.1946, ele relata as desavenças entre os dirigentes da Textillia e caracteriza a sua demissão como uma retaliação por suas posições políticas no interior do Comitê dos Franceses Livres, especialmente, por sua proximidade com Monteil, que havia perdido o emprego antes dele, acusado de ligação com o PCB.

Payre-Ficot ressalta a incoerência do discurso liberal e democrático sustentado no grupo durante a Guerra, frente a essas medidas de retaliação que culminam na perda de seu emprego. A direção da indústria esteve, de fato, diretamente ligada às atividades políticas da comunidade francesa durante a Guerra e, ao final do conflito, Paul Monteil e seu colega foram excluídos do grupo. Ou seja, uma empresa que aprovava a luta liberal contra o nazismo, repreendia os elementos considerados mais radicais. Algo esperado quando olhamos de fora, mas que Ficot relata em tom de revolta. Em outras cartas, o colega de Monteil ainda declara uma posição política de esquerda, mas critica o regime soviético, e se posiciona sobre os embates entre os grupos políticos no processo de reconstrução da França, questionando o gaullismo e os grupos que tendiam a ceder aos

---

<sup>339</sup> Prontuário 19.030, folha 185, frente.

<sup>340</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivos do Dops. Arquivo Geral. Prontuário 72858. Fábrica de Tecidos Textillia.

interesses americanos. As tensões entre liberais e os comunistas estão no centro de seus comentários, seguindo o tom de disputa interna à política francesa que então se inaugurava, e se intensificaria na Guerra Fria.

Os impasses e desentendimento relatados reforçam que, mesmo do outro lado do Atlântico, Paul Monteil não pôde fugir das questões que envolveram o seu país no conflito mundial, tampouco das consequências que decorriam do processo de resistência e do desfecho que se desenhou a partir de 1944. Na verdade, podemos concluir que ele não pôde se esquivar de sua visão de mundo. As cartas que trocou com o colega de trabalho demonstram que o posicionamento político do engenheiro dentro da Textillia não foi protocolar, mesmo que colocasse em risco a sua rotina. Diante da maioria gaullista na direção da empresa, Monteil poderia ter preservado o espaço que garantia sua estabilidade na cidade de São Paulo, no entanto, parece ter sido fiel às suas convicções e não se eximiu de expor divergências com o grupo majoritário, assim como Payre-Ficot, o que acabou por corroborar com os eventos que levaram à sua demissão.

Se ele não tinha relações com o PCF antes de vir ao Brasil, os vínculos criados com os comunistas locais contribuem para que pudesse olhar para a França com outros olhos ou a partir de um ângulo inédito. Enraizando sua vida em uma metrópole do Hemisfério Sul, no bloco que passaria a ser chamado de Terceiro Mundo, Paul Monteil se distancia pessoal e profissionalmente daquela comunidade de empresários franceses, entendendo que seu país de origem deveria seguir uma via mais esquerdizante, para retomar uma expressão dele, na ordem que se estabeleceria após 1945.

### **3.5. Entre l'art et l'argent<sup>341</sup>**

O momento em que Paul Monteil sai da Textillia, em setembro de 1946, marca o início de uma nova fase no Brasil. Embora já estivesse naturalizado há cerca de dois anos, são as condições colocadas pela ruptura com a vida de engenheiro que o vinculariam definitivamente à cidade de São Paulo. O elemento político parece trazer à tona o conflito entre a visão de mundo inquieta e a atividade profissional bem-comportada: a quebra da rotina fez emergir a força das relações que vinha construindo na cidade e o coloca na obrigação de buscar outros meios de vida.

---

<sup>341</sup> Pierre Bourdieu. “Une Révolution Conservatrice dans l'Éditions”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 126-127, pp. 3-28, mar. 1999.

Logo após a demissão, Monteil continuará a trabalhar numa empresa nacional de tecidos. Poucos meses depois, como vimos, ele passa a investir, pessoal e financeiramente, nas atividades gráficas que o ligaram ao PCB e no empréstimo ao jornal *Hoje*. Contudo, o financiamento aos meios de comunicação de uma organização política, nas condições e propósitos em que funcionava Partido Comunista, não renderia o suficiente para prover o seu sustento e, com isso, substituir a sua profissão. Além disso, a ruptura no modo de vida, na gestão do patrimônio que havia formado e o uso das reservas adquiridas na rescisão de contrato não envolviam apenas as suas vontades, mas a dinâmica de seu núcleo familiar. Sendo assim, mesmo com poucos dados biográficos, entendemos que as demandas Juliette Monteil se fazem presentes neste momento de “virada”<sup>342</sup>.

Até então, Juliette não exercia nenhuma atividade profissional. Em relação às atividades políticas, ela é mencionada nos arquivos policiais, pontualmente, como integrante dos círculos de mulheres comunistas. Faltam elementos para caracterizá-la de modo mais profundo nesse aspecto, mas a partir dessas citações e dos depoimentos podemos entender que ela estava presente nos mesmos espaços de atuação e sociabilidade que o marido integrava. Ela mesma faz referência ao conhecimento que tinha dos intelectuais e políticos da época.

Portanto, quando Monteil é demitido, a família se vê diante da ausência de uma fonte de renda e sustento centrada no homem provedor e a reorganização daquela realidade, que envolvia o uso de suas economias, teve de ser dividida pelo casal. Compartilhando dos mesmos vínculos e sendo afetados pelos mesmos eventos “perturbadores” – ainda que em posições distintas –, Paul e Juliette precisariam encontrar caminhos para que ambos se sentissem seguros e satisfeitos em continuar a vida em São Paulo. A questão profissional da mulher, até então alijada deste espaço, nos aparece de modo muito sutil, mas não menos importante, em suas memórias:

[...] Então eu vou dizer primeiro que cheguei aqui em 37, vindo de Paris, onde aqui não tinha nada de professora, tinha só uma boa cultura

---

<sup>342</sup> Já se mencionou a carência de fontes para explorarmos a figura de Juliette Monteil e seu papel na história da Livraria Francesa. Entre o “dito” e o “não dito” dos registros, o material disponível permite inferir que ela ocupou um papel ativo na decisão de investir os recursos da família em São Paulo. O trabalho de Heloísa Pontes (*Intérpretes da Metrópole. História Social e Relações de Gênero no Teatro e no Campo Intelectual, 1940-1968*, São Paulo, Edusp, 2010) ofereceu uma boa reflexão sobre as assimetrias entre homens e mulheres nos grupos intelectuais que se destacaram na capital paulista, no mesmo período que estamos trabalhando. Buscamos pensar a figura de Juliette, como a de outras mulheres intelectuais, artistas, por que não empresárias, problematizando as relações de representação e reconhecimento que se expressam exclusivamente pelo nome de um homem, seus maridos (pp. 46-47).



[...], mas não tinha nenhum diploma universitário. Mas, graças a meu marido, que me deu muita força, eu consegui com ele, depois da guerra de 44, 39-44, fundar uma livraria, francesa [...] <sup>343</sup>.

Refletindo sobre a chegada ao Brasil, Juliette relaciona as características de sua formação e as (im)possibilidades de desempenhar alguma atividade formal de trabalho no novo lugar de moradia. Em seguida, descreve a fundação da Livraria Francesa como um empreendimento apropriado a uma pessoa de “boa cultura”, mas a quem faltava um diploma. Além disso, ela nos apresenta como um desejo seu, apoiado pelo marido.

É assim que, em 1947, as verbas indenizatórias recebidas por Paul Monteil, finalmente, serão destinadas a um negócio próprio. Junto a esses valores, somar-se-á o montante adquirido pela venda do imóvel que o casal possuía na Rua Angatuba, mudando-se para um apartamento da Rua General Jardim, número 51 <sup>344</sup>. Apesar de possuírem boas condições materiais para o novo empreendimento, a mudança de vida é significativa. Era uma aposta incerta que exigiria aplicação de recursos e dedicação pessoal.

Por fim, resta questionar: de onde surge a ideia de investir na fundação de uma livraria? Sabemos que ela é fruto de diversos fatores que convergem para esse momento de mudança na vida de Paul e Juliette e, dentro disso, é inevitável refletir sobre um ponto marcante das memórias do casal sobre suas escolhas, nas palavras de Monteil:

Os livros sempre constituíram o maior sonho! Desde muito jovem pretendia fazer qualquer coisa pela cultura e frequentemente pensava em pôr minha vida a seu serviço. Aproveitei a primeira oportunidade que tive e fundei a Livraria Francesa. De lá pra cá, a minha maior preocupação tem sido difundir livros <sup>345</sup>.

O relato nos remete ao jovem francês que sonhava em ser professor de História e Geografia e trabalhar pela cultura, ou ao casal envolvido com os intelectuais críticos dos albergues de juventude em Paris. Elas são coerentes com a memória de Madame Monteil quando relaciona sua aspiração profissional, ao seu bom nível de cultura. Poderíamos com isso, apenas assumir um elemento de idealização das memórias dos livreiros, já bem-sucedidos, sobre sua trajetória. Embora seja muito ponderada, essa leitura não deixaria de ser reducionista, ou unilateral.

---

<sup>343</sup> GRUPEBRAE-IEA, *op. cit.*

<sup>344</sup> Endereço onde é executado o mandado de busca e apreensão ao qual nos referimos no tópico anterior. O casal se desloca na cidade, indo morar na Vila Buarque, bairro de classe média e mais próximo ao centro e à própria Livraria Francesa. Discutiremos essa nova relação com o espaço urbano no capítulo seguinte.

<sup>345</sup> Maria Antonieta D’Alckmin, *op. cit.*

É possível identificar que em pouco tempo de residência em São Paulo, o casal conseguiu definir suas relações muito próximas à vida cultural da cidade. Não podemos nos iludir com tais palavras, tampouco dissociar totalmente essa trajetória de um desejo, uma visão de mundo ou dos interesses que carregavam desde a França. Mesmo a posição adotada nas estruturas pecebistas demonstra essas predisposições, pois Monteil investe no setor de imprensa e propaganda do Partido e, ainda, nota-se que os intelectuais Paulo Emílio Salles Gomes, Mário Schenberg e Milton Cayres Brito estão entre os militantes mais citados por eles.

Portanto, se a memória que constroem é a do reencontro com um sonho de juventude, a realidade lhes impõe uma atitude de recomeço. O deslocamento, as angústias, o espírito crítico, a política se sobrepõem à necessidade de viabilizarem a vida materialmente e, independente das idealizações, a cultura e o meio intelectual vão se colocando como uma possibilidade profissional. Os cálculos da engenharia permaneceriam como ferramenta necessária ao planejamento dos investimentos, que deveriam ser aplicados de modo cauteloso diante da realidade econômica de São Paulo e estar em sintonia com outros aspectos que conformam ali uma nova mentalidade urbana. Para se tornarem livreiros, Paul e Juliette Monteil teriam de gerir os riscos materiais que o amor à arte exige quando vira um negócio, fonte de renda e sustento.

\*\*\*

Sabemos o fim da primeira parte desta história. Entre diversos eventos que escapavam às intenções iniciais do casal, o equilíbrio entre *l'art et l'argent* levou a resultados bem-sucedidos da Livraria Francesa em suas vidas pessoais e na experiência coletiva que, em diferentes instâncias, a conectou com a história de São Paulo e com um circuito da economia do livro no Brasil, alimentado pelas relações entre esta cidade e o mercado francês. Assim podemos afirmar que nos grandes e nos pequenos circuitos nutridos pela economia do livro, os Monteil se constroem como mediadores por excelência de uma relação que não será meramente instrumento de “reprodução consciente dos padrões europeus”. Partindo de expectativas próprias sobre a possibilidade de se tornarem livreiros, eles se inserem na realidade paulistana, considerando os pontos de convergência com sua cultura de origem, e garantem diferentes aspectos de complexidade nas trocas entre o local e o cosmopolita, viabilizando, na loja da Barão de

Itapetininga, 275 um espaço físico e simbólico de aproximação e relacionamento de seus frequentadores e clientes, entre si e com a cidade.

Os livros importados, expostos e vendidos ali, como vimos, trazem uma variedade de ferramentas, assuntos e tendências de pensamento muitos deles incontornáveis aos problemas que envolvem o contexto internacional da época, inclusive para serem criticados. Uma vez tomados por este circuito cultural e intelectual dinâmico, disputando posição como um dos protagonistas da realidade brasileira, eles conformam um potencial de criação.

Como uma pequena parte desta cadeia complexa, a história da Livraria Francesa nos sugere que em meados do século XX uma metrópole cultural despontava em São Paulo<sup>346</sup>, e os livros integraram as transformações que impulsionaram este despertar. Estes desdobramentos criativos se expressam de modo disperso, indireto e, na maioria das vezes, imperceptível nesta sociedade, mas uma de suas expressões é visível e direta, levando-nos ao ponto de partida para a segunda parte deste trabalho. Da circulação livreira, passaremos à produção editorial que Paul Monteil e os parceiros que ele pôde reunir através da livraria construirão com a, já anunciada, editora Difusão Europeia do Livro (Difel).

---

<sup>346</sup> Vemos que as condições apontadas por Richard Morse na epígrafe que introduziu esta parte do trabalho se manifestam na história da livraria em conexão com o restante da infraestrutura intelectual e cultural que se desenvolvia na cidade. Consolida-las seria um processo para as décadas seguintes e, podemos até nos perguntar, se o amadurecimento e as transformações dos meios culturais em São Paulo conseguiram acompanhar conjunturas mais atuais para que em algum momento a metrópole cultural tenha se consolidado. Em seu artigo, Milton Santos fala do Rio de Janeiro como capital cultural do país e de São Paulo como capital científica e se questiona sobre o conceito de metrópole cultural ao tratar da dinâmica paulista no fim da década de 1980, sugerindo que o avanço nas comunicações, na publicidade e na indústria cultural da cidade talvez justifiquem tal definição ou mesmo sua forma mais avançada, de metrópole informacional (Milton Santos, “São Paulo, Capital Internacional...”, pp. 14, 21).

## **PARTE II. A EDITORA**

*Editar é uma aventura e, claro, um empreendedorismo. Estamos falando de uma empresa, de um negócio. [...] Meses depois você vê o livro pronto, na sua mão, parece que é o primeiro que você fez na vida. Vamos construindo um catálogo, um perfil editorial, um repertório, uma identidade. É o que diferencia uma casa de outra, que faz deste projeto uma história única, os livros dialogando entre si.*

*Editamos para manter acesa a chama.*

Maria Amélia Mello<sup>347</sup>

---

<sup>347</sup> Marisa Midori Deaecto e Carolina Bedenarek Sobral (org.), *Editando a Editora. Maria Amélia Mello*, São Paulo, Comarte/Edusp, 2023, pp. 164 e 187.

## Capítulo 4. Traduzir a França no Brasil

*[...] e à volta do livreiro, incentivado por ele e/ou por seus auxiliares, formavam-se círculos não só ocasionais como de relações mais consistentes em diferentes aspectos da vida social, política, cultural e geracional.*

Jacó Guinsburg<sup>348</sup>

Com o presente capítulo entraremos nos pormenores da concepção e desenvolvimento do programa editorial da Difusão Europeia do Livro, bem como das estratégias pensadas por seus proprietários para transformar a razão social e os investimentos “irmãos” da Livraria Francesa em um espaço autônomo de sua atuação no setor produtivo do mercado de livros no Brasil. Este “pecado de origem” deixará suas marcas na empresa.

O primeiro plano de ação da editora ainda estava muito vinculado a uma lógica importadora e aos privilégios ofertados pela presença da Livraria Bertrand em sua sociedade. Este fato levará à desconfiança de profissionais do livro e a uma crítica que pressiona seus responsáveis a abandonarem aquela conduta e a buscarem vínculos diretos com a cadeia produtiva nacional. Com a referência criada em sua livraria, Paul Monteil será a figura fundamental deste processo. Demonstraremos que, por um lado, ele garante a formação de uma equipe de trabalho e a aproximação de uma rede intelectual que integrará a execução de seus projetos editoriais. Por outro, ao lado destes parceiros, compreenderemos os caminhos pelos quais ele mobilizará aquele repertório de livros importados, que identificamos no fornecimento da Francesa, como balizador dos interesses do público local para conceber critérios e elege as matérias-primas de sua linha de produção livreira.

A Difel antes da Difel sobrevive, criando alguns pontos iniciais de resistência e, em seguida, abrindo as portas para iniciativas inovadoras que garantirão sua consolidação como um espaço mediador e produtor da cultura brasileira. Traduzir a França no Brasil será, portanto, um processo de adaptações e escolhas que definem a editora como uma aliada de setores da intelectualidade nacional cada vez mais conscientes de suas capacidades de receber as referências estrangeiras e produzir novas ideias.

---

<sup>348</sup> Jacó Guinsburg, “Um Leitor em Formação: do Sebo à Editora”, *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 2, Cotia, Ateliê Editorial, 2012.

## 4.1. Construindo a Política Editorial

### *Questões sobre o Livro Estrangeiro*

Ao se lembrar de Paul Monteil, Jacó Guinsburg brincava: “Como todo francês, ele naturalmente tinha ‘o coração do lado esquerdo e o bolso do lado direito’”<sup>349</sup>. O pequeno ditado sintetiza bem o que conhecemos da trajetória do livreiro até aqui. Na verdade, do ex-engenheiro que estabeleceu, de um lado, suas ambições econômico-financeiras ao dirigir uma empresa familiar, conduzindo-as quando teve a oportunidade na direção de uma empreitada mais robusta e complexa que contou com interesses do Estado francês no Brasil, com a inversão de capital estrangeiro e a fundação de uma empresa-irmã, a Difusão Europeia do Livro. De outro, ele deu vida às suas pretensões pessoais e de sua esposa no que diz respeito à retomada de um sonho de juventude em trabalhar nos meios intelectuais, em prol da cultura e, como foi o caso, incentivado por seus princípios políticos que o aproximaram dos comunistas paulistanos.

Os dois lados da balança foram importantes na constituição deste agente cultural e da referência criada por seu primeiro empreendimento no mundo dos livros, pois qualquer perspectiva pragmática de se profissionalizar e de promover o lucro a uma sociedade importadora no contexto da cidade de São Paulo, como o definimos, pressupunha a concepção de projetos com um mínimo de idealismo para garantir o envolvimento com as expectativas dos grupos responsáveis por suas redes econômicas e sociais. Uma vez compreendidas estas questões para a Livraria Francesa, elas irão nos acompanhar conforme avançamos sobre a história da Difusão Europeia do Livro, revelando outras características que afirmam a atuação de Paul Monteil nos circuitos culturais da capital, saindo da esfera da circulação para se voltar à produção de livreira.

Esta nova atividade se desenvolve com base em condições mais exigentes, pois, ao se propor à criação de produtos nacionais, a Difel não veicula apenas trocas de mercadorias entre o mercado francês e brasileiro, mas realiza uma transferência<sup>350</sup> de

---

<sup>349</sup> Jacó Guinsburg, Entrevista Concedida à Pesquisadora.

<sup>350</sup> Tomamos como referência as elaborações de Michel Espagne, “Transferências Culturais e História do Livro”, trad. Valéria Guimarães, *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 2, Cotia, Ateliê Editorial, pp. 21-34, 2012; “A Noção de Transferência Cultural”, trad. Dirceu Magri, *Jangada*, n. 9, pp. 136-147, jan.-jun. 2017. Espagne também considera o comércio de livros como processo contido no âmbito das transferências culturais, no entanto, acreditamos que em nosso trabalho o conceito ajuda a enfatizarmos o surgimento de aspectos mais ativos do processo de recepção de autores e obras estrangeiros em um mercado e ambiente intelectual que busca autonomia e espaços de afirmação diante de seu histórico de dependência das referências e produção externas. A ideia irá perpassar todo o capítulo.

repertórios mais profunda, promovendo o livro enquanto instrumento de “imbricações e mestiçagens entre espaços nacionais”<sup>351</sup>, avançando nas relações culturais entre a França, centro produtor preferencial das obras escolhidas pela editora, e o Brasil, meio de recepção e de nova elaboração sobre as mesmas. Ou seja, suas edições deverão ser resultado de “uma produção intelectual e de uma fabricação material”<sup>352</sup> dos meios brasileiros.

As relações estabelecidas pela livraria construíam capital simbólico e estruturas econômicas favoráveis para a passagem do comércio de importados à edição de livros. O primeiro caminho encontrado por Paul Monteil, Georges Lucas e Marcel Didier para construir a Difel, como vimos, foi o da distribuição de edições de obras estrangeiras publicadas pela Livraria Bertrand em Portugal, lembrando que ela era representada por Lucas na constituição da sociedade. Esse foi o início mais prático diante das circunstâncias de fundação da empresa, que se beneficiava da dinâmica da importação do período e possuía a facilidade de representar a multinacional portuguesa. A escolha sugere que os empresários viam de modo pragmático a possibilidade de construir o selo Difusão Europeia do Livro por meio de obras importadas, mas com uma feição brasileira e sem os custos da produção local – que não vivia uma conjuntura positiva<sup>353</sup>.

Contudo, a criação de uma editora por essa via não se faria sem atritos. A atividade editorial nos termos de distribuição, mesmo que contasse com a impressão dos livros no Brasil, significava inserir o livro estrangeiro no mercado nacional em concorrência direta com a sua produção, inclusive em termos linguísticos. Se o mercado já sofria com as mazelas da falta de incentivo e dos altos custos produtivos, essa ação poderia ser tomada como mais uma afronta vinda do exterior.

Entre dezembro de 1955 e janeiro de 1956, uma polêmica em três artigos escritos pelo jornalista Raimundo Magalhães Júnior<sup>354</sup> colocam a Difel neste lugar mal visto e mesmo ameaçador para a edição nacional:

---

<sup>351</sup> Michel Espagne, “Transferências Culturais e História do Livro”, p. 21.

<sup>352</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>353</sup> Já se falou sobre a retomada de uma política de importações na economia brasileira e seus impactos para a indústria do livro, Parte I, Capítulo 2.

<sup>354</sup> “Quinto ocupante da Cadeira 34, eleito em 9 de agosto de 1956 na sucessão de D. Aquino Correia e recebido pelo Acadêmico Viriato Correia em 6 de novembro de 1956. Recebeu os Acadêmicos Dinah Silveira de Queiroz e Jorge Amado. Raimundo Magalhães Júnior, jornalista, biógrafo e teatrólogo, nasceu em Ubajara, CE, em 12 de fevereiro de 1907, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 1981. [...] Na imprensa do Rio, foi secretário de *A Noite Ilustrada*, fez parte do grupo fundador do *Diário de Notícias*, diretor das revistas *Carioca*, *Vamos Ler* e *Revista da Semana*, também foi redator do periódico *A Noite* desde 1930” (Academia Brasileira de Letras, *Biografia de Raimundo Magalhães Filho*, disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/raimundo-magalhaes-junior/biografia>).



### GOLPE CONTRA A INDÚSTRIA DO LIVRO

Industriais portugueses induziram o presidente da República a enviar ao Congresso Nacional mensagem pedindo a modificação de uma lei que já lhes concedia favores consideráveis, o qual a entrada de livros de autores portugueses em nosso país sem o pagamento de quaisquer taxas alfandegárias. O que querem eles a mais? [...] a isenção ampla, total, para quaisquer livros impressos em língua portuguesa, em Portugal.

[...] Por trás desse inocente pedido, soprados por alguns cavadores portugueses, mascaram-se vastos interesses de uma grande firma chamada Difusão europeia do Livro, formada para a “caça ao best-seller”. A proximidade de Portugal com outros centros europeus permite uma ação rápida de seus agentes que retiram aos editores brasileiros a possibilidade de fazer negócios rendosos. Por enquanto, esta firma está fazendo imprimir no Brasil os livros que adquire e manda para aqui traduzidos de Portugal.

[...] Um golpe de morte na indústria brasileira do livro! Terá o livro brasileiro que concorrer com uma mercadoria que não pagará no país nenhum imposto e que levará para o estrangeiro quase todo o rendimento que produzir. Economicamente é um erro. Socialmente, também. Porque o pessoal técnico brasileiro, tradutores, linotipistas, revisores e impressores será também atingido!<sup>355</sup>.

O embate não era despropositado, partia de um jornalista, crítico literário e cultural, bem-inserido no mundo do livro e que legitima seu discurso com base nas discussões realizadas no âmbito da Câmara Brasileira do Livro (CBL), citadas em outros momentos do artigo. Desse modo, Magalhães Jr. opinava sobre a presença do livro português no Brasil em meio aos debates internos da CBL e de outras instâncias que reuniam profissionais do setor, manifestando um sentimento protecionista relativamente hegemônico naquele momento<sup>356</sup>. Com este discurso ele expressava, portanto, as preocupações coletivas sobre as interferências de empresas com participação do capital estrangeiro no mercado brasileiro e acaba por demonstrar como a Difusão Europeia do Livro foi vista dentro desse cenário.

A oportunidade para que o jornalista criticasse a editora foi uma questão específica, um projeto de lei que ampliaria entrada das mercadorias vindas de Portugal no Brasil. Ele denuncia a atitude em si como prática gananciosa e deixa implícita uma crítica geral sobre a atuação da Difel, referindo-se às traduções

---

<sup>355</sup> Raimundo Magalhães Júnior, “Golpe contra a Indústria do Livro”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10 165, 24.12.1955, Primeira Seção, p. 3, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_03/46592](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/46592).

<sup>356</sup> Os três Congressos de Editores e Livreiros realizados entre 1948-1956 discutiram animosamente o tema da importação dos livros portugueses no Brasil e a legislação mantida pelo Estado brasileiro. Ver: Nuno Medeiros, “Publishing Projects and the Transatlantic Book Trade between Portugal and Brazil: Circulation and Asymmetry, 1930-1960”, *Lingua Franca*, vol. 7, pp. 1-27, 2021, disponível em <https://www.sharpweb.org/linguafranca/2021-Medeiros>.

importadas e impressas no país de modo alarmista, e se utilizando da categoria *best-seller* para transmitir uma visão negativa sobre os títulos publicados como atitude puramente comercial de uma empresa que desejava apenas “explorar mais o nosso mercado que o português”<sup>357</sup>.

Em seu primeiro artigo, portanto, Magalhães Jr. trata do âmbito econômico, sinalizando que toda a cadeia produtiva nacional ficaria comprometida por tais ações e que deveria ser protegida de novos abusos. Suas críticas não param por aí:

#### AINDA A QUESTÃO DO LIVRO PORTUGUÊS

Queiram ou não as academias e os tratados, a verdade é que existem diferenças sensíveis não só entre a língua falada como entre a língua escrita no Brasil e em Portugal. Essas diferenças não são simplesmente prosódicas. São léxicas principalmente. [...] são essas diferenças de espírito e de língua que levam os editores portugueses a alterar livros de autores brasileiros editados na península. Até mesmo a linguagem mais escorreita de um Veríssimo passa por esse cadinho. Diante disso, perguntamos: qual a vantagem de termos livros estrangeiro editado em Portugal para os leitores brasileiros? [...]

A Difusão Europeia do Livro que se beneficiará antes que qualquer outra entidade da passagem da lei. [...] Já no seu próprio título se define como uma entidade estranha ao nosso meio e em tudo colonizadora<sup>358</sup>.

Acrescentando a questão da língua como um fator da maior importância na afirmação de nossos profissionais do livro, de nosso mercado e de nossa cultura letrada, o jornalista aprofunda sua posição no que diz respeito à contribuição do mercado editorial para a expressão da cultura e formação de identidade que diferenciam a nação brasileira da portuguesa, chegando mesmo a tratar a Difel como agente “estranho ao nosso meio” e “colonizador”. As expressões são incisivas, especialmente para um debate público que envolvia diretamente a imagem da empresa.

Paul Monteil não foi citado na polêmica, tampouco outro agente da empresa. As referências de Raimundo Magalhães Jr. são genéricas e baseadas em informações obtidas do autor Giovanni Guareschi, que havia concedido seus direitos de tradução à Bertrand, no Brasil e em Portugal, e o alertava sobre as intenções da “grande organização lusa”<sup>359</sup>. Por desconhecimento ou decoro, o jornalista acabou omitindo os responsáveis diretos pela

---

<sup>357</sup> Raimundo Magalhães Júnior, “Golpe contra a Indústria do Livro”.

<sup>358</sup> Raimundo Magalhães Júnior, “Ainda a Questão do Livro Português”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10 166, 25.12.1955, Primeira Seção, p. 3, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_03/46608](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/46608).

<sup>359</sup> Raimundo Magalhães Júnior, “Golpe contra a Indústria do Livro”.

ação editorial que ele rejeitava. ainda assim, ele será cobrado por sua postura, sobre a qual teve de se retratar:

#### A DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO

Tratando recentemente do projeto que amplia os favores ao livro português, não para favorecer autores portugueses, que já gozam das mais amplas regalias, mas para abrir nosso mercado aos livros estrangeiros traduzidos e publicados em Portugal, o que vem sendo veementemente combatido pela Câmara Brasileira do Livro, fiz alusão à Difusão Europeia do Livro, empresa que me dirigiu diversas cartas [...]. Em primeiro lugar quero dizer que tomei conhecimento da firma em Paris, durante conversa que tive com o autor Giovanni Guareschi [...]. Era para mim uma novidade absoluta a existência desta firma. Na verdade, tem lançado ela diversos best-sellers [...]. Parecia, na verdade, uma caça ao livro comercial, por excelência.

Na sua carta, a Difusão Europeia do Livro nos revela que não é este apenas o seu programa, e que está empenhada, também, em edições de outra natureza, entre as quais a Coleção “Saber Atual”, em que se encontram obras de maior interesse cultural, e uma “História Geral das Civilizações”, publicada sob os auspícios da Faculdade de Filosofia de São Paulo [...]. Doutra parte, embora de início seus livros tivessem sido lançados em traduções portuguesas, o número de tradutores brasileiros já é mais numeroso que o de portugueses. Sobre Manuel Mendes e Vittorino Nemésio e Francisco Costa, já tem a Difusão Europeia do Livro, os brasileiros Alcântara Silveira, Lívio Xavier, Hermilo Borba Filho, Ciro de Pádua, Beatriz e Sílvia Porchat, Hamílcar Garcia, etc. A Difusão Europeia do Livro está estabelecida no Brasil e daqui que faz o centro de suas operações e que irradia suas edições. O título da empresa, porém, não é dos mais felizes para uma editora que adquire as características de uma empresa nacional. Se fosse Difusão do Livro Europeu, seria mais compreensível para uma empresa que operasse aqui, difundindo os livros da Europa. [...]

Se o best-seller ajudar a Difusão Europeia do Livro a fazer alguma coisa no domínio da cultura e a levar, eventualmente, a colocar seus canais de distribuição a serviço de autores nacionais, estarei aqui para aplaudi-la. Não a aplaudiria se tivesse, porém, ficado restrita ao campo do best-seller, por vezes êxitos de circunstância, meramente ocasionais [...] <sup>360</sup>.

A relativização de suas opiniões pode ter ocorrido com base no diálogo das cartas citadas e, possivelmente, foi influenciada pelas próprias entidades patronais do livro, cuja representação no mercado envolvia todos os livreiros e editoras radicadas no país, e nas quais, Paul Monteil possuía posição ativa <sup>361</sup>. Em uma coluna autoral, o jornalista poderia

---

<sup>360</sup> Raimundo Magalhães Júnior, “A Difusão Europeia do Livro”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10 191, 25.1.1956, Primeira Seção, p. 3, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_03/47368](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/47368).

<sup>361</sup> Paul Monteil participou da fundação do Sindicato de Editores e Livreiros (Snel), em 1948, foi membro da CBL, entidade na qual ocupou o cargo de 2º vice-presidente nos anos 1960, e aparece em diversas ocorrências de artigos da imprensa como representante da Livraria Francesa e/ou da Difel nos fóruns de representação das respectivas categorias.

simplesmente ignorar as solicitações de uma empresa “tão desconhecida”, mas ele não o faz. Sendo assim, apesar de apresentar algumas exigências impróprias, os artigos de Magalhães Jr. evidenciam a complexidade e importância do debate que os profissionais e entidades envolvidos com a edição brasileira levavam adiante para exigir melhores condições para o seu desenvolvimento.

Nesta realidade, o projeto de atuação da Difusão Europeia do Livro se destacou ao ponto de chegar à pena do renomado jornalista, e fica evidente que sua atuação como editora-distribuidora não foi unânime no mercado nem foi considerada, de início, como uma ação nacional<sup>362</sup>. A preocupação da empresa em responder às críticas e, de certo modo, influenciar que o jornalista colocasse publicamente os termos da conversa e o pedido de retratação, revela a consciência de seus responsáveis sobre o tema e, ainda que tivessem intenções de trabalhar junto às autoridades do Estado brasileiro para se beneficiar de uma política mais liberal para o livro português, eles reconhecem a necessidade de organizar o seu projeto de edições e afirmá-lo como contribuição à cultura e à indústria do livro no Brasil.

Os meandros desta construção serão avaliados adiante, quando adentrarmos em seu catálogo. Por ora, tomamos essa ambientação como aspecto de tensionamento para que Paul Monteil e seus sócios dirigissem a intenção de construir uma editora que difundisse o livro estrangeiro – inicialmente pautados apenas em seu acesso privilegiado a autores, direitos de tradução e financiamento, questões essenciais do aspecto econômico da mercadoria livro – às expectativas e necessidades de um meio intelectual e de um setor produtivo que se entendiam como autônomos e não como meros receptores de conteúdo, ou seja, o aspecto simbólico de atuar de modo legítimo em um circuito nacional.

Outrossim, a editora deveria, aos poucos, abandonar a lógica de atividades comerciais, com a aquisição do direito de reproduzir títulos em português, para desenvolver relações editoriais mais complexas no setor produtivo nacional, ou seja, articular-se com os protagonistas da intelectualidade brasileira: escritores, acadêmicos, críticos, pesquisadores, tradutores e outros que, em via de mão dupla, construam o ambiente cultural de produção e recepção deste mercado.

---

<sup>362</sup> Laurence Hallewell situa a Difel no contexto de entrada de multinacionais no país (Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, p. 756). Desde o início da pesquisa buscamos entender essa afirmação e, como apresentado, as relações com a Livraria Francesa de fato remetem a investimentos e à composição da sociedade com investidores de origem estrangeira. Deste ponto em diante, podemos avaliar como o centro de suas operações e o desenvolvimento de seu programa editorial, ao menos enquanto Paul Monteil dirigiu estas frentes, permitem-nos tratar da formação de uma empresa nacional.

Monteil se torna, portanto, uma peça central na construção da editora, a pessoa conectada com a realidade da metrópole “do lado esquerdo”, em suas redes intelectuais e culturais, e “do lado direito”, entre as suas elites econômicas e as organizações de classe dos profissionais do livro. Não se trata de exaltar uma qualidade pessoal, meramente subjetiva, mas de entender que ele assumiu esse lugar objetivamente, por sua posição social, interesses e por alguns princípios ideológicos e políticos que nutria antes de se tornar livreiro e que se expressam no editor<sup>363</sup>.

### ***As Traduções Nacionais***

Ao ser designado como o gerente da livraria e o editor na Difel em comum acordo com os sócios-investidores, entende-se que os mesmos não o eximiram de ser o mediador fundamental entre as empresas, os agentes econômicos e os grupos sociais interessados no livro em São Paulo. Os outros franceses não seriam capazes de em pouco tempo se inserirem nesta realidade, pois, como vimos, era um momento de críticas e mesmo certa hostilidade à ação estrangeira no mercado brasileiro em termos de investimento e maior capacidade de concorrência. A presença de um Lucas ou Didier, “recém-chegados” de Paris, poderia reforçar a imagem da Difel como mero agente da cultura europeia, ferindo a possibilidade de construir o capital simbólico necessário para conquistar seu espaço.

Esse aspecto poderia parecer menor quando a editora foi criada, mas era fundamental para enraizar e reproduzir os recursos investidos. Assim, o programa da editora, baseado ou não em traduções, deveria encontrar títulos disponíveis e uma rede parceiros que, por um lado, mediassem os conteúdos dos livros selecionados à sua realidade; e, por outro, demonstrassem a valorização da editora sobre a infraestrutura e o *savoir-faire* dos meios locais.

A classificação dos títulos e as características gerais do conjunto de livros publicados pela Difel permitem darmos o primeiro passo no conhecimento deste programa e das redes que o viabilizaram. Um catálogo de vendas do ano de 1973 apresenta-nos a 319 títulos organizados nas seções de “Literatura”, “Filosofia e Ciências Humanas”, “Estudos de Língua e Dicionário” e nas coleções que a editora traduziu e/ou

---

<sup>363</sup> Juliette, que poderia eventualmente exercer o mesmo papel, cuidará do dia a dia da Livraria Francesa sem se envolver diretamente com os negócios do ramo editorial.

organizou. A partir destas categorias, os anúncios de jornais complementam estes dados até o ano de 1982, chegando a cerca de quinhentos livros publicados<sup>364</sup>.

---

<sup>364</sup> O catálogo teve de ser construído ao longo da pesquisa, visto que não dispomos de um acervo sistematizado de documentos da editora. O referido livreto de vendas estava em posse da neta de Paul Monteil em meio a recortes de jornais e outras lembranças guardadas por sua avó em uma gaveta no escritório da Livraria Francesa. Só encontramos o material algum tempo depois de termos realizado um levantamento no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional nos periódicos *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias* e *Correio Paulistano*, *Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo*, todos no período 1951-1982. O critério para a seleção dos periódicos foi o número de ocorrências que nos ofereciam mais possibilidades para encontrar a maior variedade de títulos. Também pesquisamos no Acervo Digital Estadão, do jornal *O Estado de S. Paulo*, no sistema de catalogação da Universidade de São Paulo, Dedalus-USP, e da Biblioteca Mário de Andrade. Assim, as pesquisas nos jornais, nos acervos e no Catálogo de Vendas de 1973, complementaram-se mutuamente. Em cada uma das fontes apreendemos informações essenciais de classificação das obras para fazer a análise qualitativa dos livros inventariados: no documento comercial encontramos as categorias utilizadas na Tabela 14 que nos transmitiram o olhar da editora sobre a melhor organização dos títulos; dos periódicos extraímos as datas de publicação, anúncios e resenhas que fundamentaram a sistematização de um catálogo dinâmico das publicações (Anexo 1) e permitiram a elaboração das análises por categoria de livros que desenvolvemos nos itens a seguir.

**Tabela 14. Quadro Sinóptico do Catálogo da Difel (1951-1982)**

<b>Categoria/Coleção</b>	<b>Nº de Títulos</b>	<b>Nacionais</b>	<b>Traduções</b>
<b>Avulsos*</b>	<b>145</b>	<b>19</b>	<b>126</b>
Literatura	117	8	109
Filosofia e Ciências Humanas	21	4	16
Estudos de Língua e Dicionários	4	4	0
Outros	3	3	0
<b>Coleções*</b>	<b>342</b>	<b>94</b>	<b>248</b>
Saber Atual	153	1	152
Clássicos Garnier	24	1	23
Pequena Biblioteca Difel	4	-	4
Enigmas de Todos os Tempos	8	-	8
Terras e Povos	7	2	5
História Geral das Ciências	10	-	10
Biblioteca do Economista	2	2	-
História Geral das Civilizações	18	1	17
História Geral da Civilização Brasileira	8	8	-
Corpo e Alma do Brasil	68	61	7
Novela Brasileira	10	10	-
Enciclopédia de Bolso Difel	6	-	6
Presença da Literatura Portuguesa	5	5	-
Presença da Literatura Brasileira	3	3	-
Curso de Física Geral	10	-	10
História Geral da Arte	6	-	6
<b>Total</b>	<b>487</b>	<b>114</b>	<b>373</b>

Fonte: *O Jornal; Jornal do Brasil; Diário de Notícias; Correio Paulistano; O Estado de S. Paulo; Dedalus USP; Biblioteca Mário de Andrade, Catálogo Difel 1973.*

\*Categorias de síntese criadas pela pesquisadora, reunindo todos os livros que não possuíam marcadores de pertencimento a coleções. Demais presentes no catálogo de 1973.

A primeira característica marcante do catálogo é a divisão fundamental entre os livros publicados individualmente, categoria “avulsos”, e as coleções. Estas dominam a composição do conjunto de publicações, compreendendo cerca de 70% dos títulos, e podem ser identificadas em grupos afins a partir do perfil do conteúdo que pretendem reunir e do formato pelo qual são apresentadas.

Entre as dezesseis coleções listadas, duas são de literatura – Clássicos Garnier e Novela Brasileira; quatro de ensaios ou trabalhos acadêmicos independentes – Biblioteca do Economista, Enigmas de Todos os Tempos, Terras e Povos e Corpo e Alma do Brasil; oito são coleções de referência organizadas em obras coletivas – História Geral das Ciências, História Geral das Civilizações, História Geral da Civilização Brasileira, Enciclopédia de Bolso Difel, Presença da Literatura Portuguesa, Presença da Literatura Brasileira, Curso de Física Geral e História Geral da Arte. As duas restantes têm características particulares: a Pequena Biblioteca Difel que reúne quatro obras de autores da antiguidade clássica; e a Saber Atual se constrói no modelo de uma enciclopédia seriada em formato de bolso. Essas subdivisões demonstram que, independentemente do formato e organização, a maioria das coleções está ligada a disciplinas teóricas, científicas e escolares.

O inventário de livros avulsos, por sua vez, não é desprezível. Com quase 150 títulos, ele concentra as publicações literárias da editora<sup>365</sup>: 109 de literatura estrangeira traduzida, quatro de escritores portugueses, quatro de escritores brasileiros. Os textos traduzidos são, majoritariamente, de autores franceses de repercussão internacional, sobre os quais retomaremos a análise a partir da categoria *best-seller* no item a seguir. Os de autoria portuguesa são: dois clássicos, *Obras Primas do Teatro Vicentino*, de Gil Vicente, e *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco; dois contemporâneos, *A Curva na Estrada*, de Ferreira de Castro, e *A Cor dos Homens*, de Fernando Correia da Silva. Entre os brasileiros temos: *O Rei da Vela*, *Poesias Reunidas* e *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, e *A Origem Animal de Deus*, de Flávio de Carvalho.

Os títulos de literatura em língua portuguesa, principalmente os brasileiros, são minoria no catálogo e foram todos publicados de modo esparso. Desse modo, não conformam uma série que visasse criar uma identidade literária para a editora. É preciso

---

<sup>365</sup> Entre os livros publicados individualmente, também há publicações na área de Filosofia e Ciências Humanas, Economia, Dicionários e escolares e duas publicações pontuais “outras”: uma edição do *Almanaque Bertrand* de 1956 e os *Anais do II Congresso de Crítica Literária de Assis*, ocorrido em 1961, publicação de 1963.



dizer que a publicação dos textos de Oswald de Andrade é muito significativa, pois trata-se das primeiras reedições do escritor modernista. As obras, originalmente polêmicas, adquirem nova projeção no contexto das publicações, pós-1964, que atribui um sentido político de grande repercussão na sociedade paulista e em todo Brasil<sup>366</sup>.

Destarte, os dados apresentados demonstram que a Difel constrói uma política editorial variada, fundamentada em obras contemporâneas, em sua maioria produzidas na segunda metade do século XX, independentemente de sua origem. Podemos especificar esta avaliação e afirmar que, dentro de um universo plural, a editora se fundamenta na edição de obras estrangeiras, publicadas no modelo de coleções e com perfil acadêmico-escolar. Como bem adiantou Magalhães Jr. em seu artigo, a razão social da Difusão Europeia do Livro já antecipa sua intenção de desenvolver um projeto de vendas para fomentar a circulação de títulos europeus no Brasil, mas é importante sublinhar que essa política é compatível com o efetivo de publicações realizado ao longo de sua história, que não se resumiu à perspectiva inicial de distribuir traduções da Bertrand.

---

<sup>366</sup> Além destas publicações avulsas, ainda é preciso considerar as edições voltadas à literatura brasileira contemporânea na coleção *Novela Brasileira*, formada por contos e romances autorais de jovens escritores, e na coleção *Presença da Literatura Brasileira*, uma antologia de textos organizada por Antonio Candido e José Aderaldo Castelo. Nas edições acadêmicas temos a *História Geral da Civilização Brasileira* e a *Corpo e Alma do Brasil*. O número reduzido de títulos nacionais não deve, entretanto, levar-nos a subestimar sua importância; pelo contrário, veremos nos capítulos seguintes como estes projetos da Difel foram essenciais para consolidar sua posição no mercado.

**Tabela 15. Publicações da Difel por Origem das Edições Traduzidas**

Edição de Origem	Títulos Avulsos	Títulos em Coleção	Total de Títulos
Francesa	106	225	331
Portuguesa	4	3	7
Italiana	4	0	4
Espanhola	2	1	3
Inglêsa	1	2	3
Alemã	1	1	2
Estadunidense	1	1	2
Russa	2	0	2
Belga	1	0	1
Franco-Argelina*	1	0	1
Mexicana	1	0	1
Suíça	1	0	1
Sem identificação**	0	8	8
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>241</b>	<b>366</b>

Fonte: *O Jornal; Jornal do Brasil; Diário de Notícias; Correio Paulistano; O Estado de S. Paulo; Dedalus USP; Catálogo Difel 1973.*

\*Livro publicado no mesmo ano na França e Argélia. \*\*Edições de textos clássicos da literatura grega, cuja edição utilizada para tradução da Difel não pôde ser identificada.

Além daquela constatação relativamente óbvia, quando nos aproximamos dos dados detalhados sobre a origem das traduções, eles nos permitem definir mais uma característica da política editorial construída pela editora: a maioria absoluta dos títulos é traduzida de obras publicadas originalmente na França, seja na literatura editada em livros avulsos ou na escolha de coleções inteiras vindas de editoras francesas. Não é suficiente, portanto, falarmos que a Difel se propôs à difusão do livro europeu, mas sim do livro francês no mercado brasileiro.

A análise dos quadros anteriores junto ao catálogo dinâmico<sup>367</sup> da casa permitem compreender que há um processo de transformação nas escolhas editoriais que acompanha a evolução jurídico-administrativa da empresa até que a política editorial se defina desta forma. Entre 1951 e 1955, as edições da Difusão Europeia do Livro

<sup>367</sup> Consiste na sistematização do inventário de livros combinando data de publicação, autoria, tradução, categoria de classificação pela editora, inserção em coleções, conforme apresentado em Anexo 1. A referência desta catalogação é discutida por Jean-Yves Mollier em “Sources et Méthodes en Histoire du Livre, de l'Édition et de la Lecture”, texto não publicado, disponibilizado pelo professor.

apresentam traduções portuguesas oriundas de diversas línguas europeias, e não apenas o francês, prática que define o seu período de atuação como distribuidora. A partir destes anos, começamos a identificar as traduções e edições totalmente realizadas no Brasil, nas quais predominam os títulos de origem francesa, definindo a existência da editora em sentido estrito. Ou seja, como já se verificou, de início, a política de distribuição da Bertrand facilitaria o acesso à literatura europeia popular já traduzida para o português. Entretanto, em poucos anos de atividade, esse caminho é alterado e prevalecem outros critérios de escolha dos títulos que, por sua vez, serão totalmente realizados nos circuitos locais.

Vimos que essa mudança ocorreu, em alguma medida, a partir das demandas e da correlação de forças que estavam colocadas pelo mercado, cujas polêmicas atingiram negativamente a empresa ao se colocar como editora-distribuidora. Com maior ou menor peso dessa pressão “nacionalista”, as condições de execução de um projeto que possibilitaram à Difusão Europeia do Livro se desenvolver como uma empresa duradoura e de referência no mercado nacional devem ser vistas, mais uma vez, sob a perspectiva de atuação conjunta entre ela e a Livraria Francesa. Consideramos que a escolha de basear sua política de traduções em obras francesas emerge, de um lado, como desdobramento editorial do vínculo comercial da livraria com as suas fornecedoras da França, das quais a Difel adquiriu os respectivos direitos de tradução. Por outro, o catálogo remete também às relações preestabelecidas com o público brasileiro, através do qual as vendas da livraria acabavam por formar uma espécie de “catálogo de fundo” para as futuras atividades de edição<sup>368</sup>.

É neste ponto de intersecção que a figura de Paul Monteil, livreiro-editor, parece-nos fundamental, visto que ele é o responsável por traçar um plano de publicações efetivo e independente em relação ao selo Bertrand. Ele dirige as empresas e conhece os melhores fornecedores, o interesse do público e os profissionais potencialmente interessados em trabalhar por estas edições brasileiras. Ou seja, Monteil media as relações que, da importação e das vendas do livro francês, abriam a perspectiva para construção de iniciativas editoriais que difundiriam estas obras em português brasileiro. E, sob sua referência, a dinâmica do mercado e suas demandas intelectuais criam pilares para a

---

<sup>368</sup> Essa dinâmica remete à análise que fizemos das características do fornecimento e consumo de livros na Livraria Francesa – Parte I, Capítulos I e II – e como elas demonstram de fato a mediação entre o centro produtor estrangeiro e o perfil dos consumidores locais.

construção de uma estrutura de recepção para as traduções<sup>369</sup> que alimentam o catálogo da editora.

A construção da política editorial da Difel, da seleção de títulos à execução das edições, desenvolver-se-á de fato a partir desta base local, permitindo que ela possa afirmar sua identidade no mercado não como mero agente colonizador, mas sim como uma mediadora, tributária do desenvolvimento da cultura brasileira e de sua indústria do livro. Neste caminho, como veremos, suas propostas e o atendimento às demandas deste meio intelectual serão os instrumentos de legitimidade necessários para que os seus futuros projetos de autores nacionais se tornem tão prioritários e relevantes ao público, ainda que não constituam a maior parte dos livros publicados, quanto o seu repertório traduzido.

## 4.2. Os Intermediários da Edição Brasileira

Para conectar seu catálogo de traduções ao mercado brasileiro, a Difusão Europeia do Livro deveria criar um circuito de produção editorial capaz de promover a passagem do repertório selecionado para esta nova realidade. Para tanto, seria preciso mobilizar os profissionais capazes de promover esta relação no âmbito do texto, das operações comerciais, da produção gráfica e de outros elementos que constroem a estrutura de uma editora, dentro da estrutura do espaço de recepção à qual nos referimos anteriormente. Em outras palavras, tratava-se de construir relações com homens e mulheres capazes de cumprir o papel de intermediários<sup>370</sup> na produção de livros nacionais.

---

<sup>369</sup> Ou “estrutura do espaço de recepção”, conforme elaborado por Johan Heilbron e Gisèle Sapiro, “La Traduction comme Vecteur des Échanges Culturels Internationaux”, em Gisèle Sapiro, *Translatio. Le Marché de la Traduction en France à l’Heure de la Mondialisation*, Paris, CNRS Editions, 2008, pp. 40-42. Após definir as hierarquias pelas quais se organizam os fluxos das traduções em âmbito internacional, os autores expõem a relativa autonomia dos meios de recepção de textos traduzidos. Segundo esta definição, as condições deste espaço são determinantes para garantir o fluxo de circulação de uma obra, ainda que as escolhas de uma tradução estejam perpassadas pelas posições hegemônicas de determinados países e seus idiomas nacionais do ponto de vista político, econômico e ideológico. Esta ideia complementa o conceito de Espagne em nossa análise, jogando luz sobre um ambiente material e de hierarquias que regem os mecanismos de transferência cultural e ampliando a perspectiva de investigarmos as relações pessoais, políticas e institucionais que os fundamentam, como passaremos a tratar nos próximos itens.

<sup>370</sup> Robert Darnton, “Os Intermediários Esquecidos da Literatura”, *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 132-145. Conforme Darnton sinaliza em seu artigo, a história literária, e também a história do livro a nosso ver, deve considerar os homens e mulheres que atuam como “transmissores da obra” (p. 132) em diversas instâncias de sua produção e circulação. Neste caso, tentaremos mapear o quadro de profissionais que se relacionam com a editora e as funções que ocupam entre o processo editorial propriamente dito e a conexão da editora com os meios intelectuais e o mercado local. Cumpre notar que este aspecto compõe o quadro geral do processo de transferências culturais que pretendemos resgatar neste capítulo.

Jacó Guinsburg é a grande memória que temos sobre o processo de formação da empresa, especialmente no que diz respeito ao pessoal envolvido com suas atividades:

Tanto seu Monteil, quanto a equipe que trabalhava com ele, tinha um certo nível... Vou falar pra você... A Difel era uma editora onde, de fato, havia um diálogo muito grande com os autores. Então, é claro que os próprios autores propunham, no entanto, o Monteil e, principalmente, o grupo que estava em torno dele é que normalmente tinham as iniciativas [de publicação]. Então, todas as coisas, embora contassem com a proposta de um ou outro autor, quase sempre eram definidas pela Difel. Por exemplo, as principais publicações da editora não seguiram a sugestão de ninguém de fora. Por quê? Porque o seu Monteil era um homem muito culto, com uma formação francesa muito grande. Ele era um engenheiro que veio ao Brasil para dirigir uma grande fábrica, ele era um grande administrador. Contudo, seu sonho de vida era ser editor. Ele era um homem de esquerda. Sendo assim, as iniciativas vinham dele e da equipe que ele mantinha na editora. Além disso, naquela época Monteil conviveu com todo aquele grupo de professores franceses que vieram pra cá. Ele estava nesta roda, como também estava na roda dos intelectuais brasileiros [...]<sup>371</sup>.

Havia um grupo fundamental de trabalho que definia a linha editorial e a contribuição de outros integrantes do circuito de produção dos livros da Difel, da qual Jacó fazia parte, como veremos. Antes disso, fica evidente como Paul Monteil era o núcleo deste organismo. Com uma boa dose de autoconfiança, talvez baseada na sua experiência como livreiro, e motivado pelo desejo de se tornar editor, ele dispunha de seu repertório intelectual e político para tomar decisões e orientar a política geral da editora e não apenas administrá-la, como salientam as memórias de seu funcionário. Aqueles que estavam em seu entorno pareciam acreditar neste senso de erudição, que não era fruto apenas da capacidade individual do editor, mas de sua referência em meio às rodas de intelectuais franceses e brasileiros que atuavam em São Paulo. Por esta relação, vemos como elas interferiam nas escolhas e no perfil que conduzia as atividades.

Em uma zona de respeito e credibilidade, portanto, o cotidiano de trabalho definia um centro de comando e a hierarquia de funcionamento da empresa que partia de Paul Monteil para um corpo fixo de funcionários, com quem ele mantinha igualmente um grau de confiança, passando por opiniões e sugestões de um círculo mais amplo de autores, frequentadores da editora e, possivelmente, também os que circulavam na livraria. Estes viam espaço para debater entre si e com “seu” Monteil e, em alguns momentos, simplesmente deveriam obedecê-lo, pois afinal ele era o chefe desta rede.

---

<sup>371</sup> Jacó Guinsburg, Entrevista Concedida à Pesquisadora.

Os primeiros membros do corpo regular de funcionários da Difel eram, segundo Jacó, ele, “um rapaz de Minas [Gerais] chamado Pierre Santos”<sup>372</sup> e Victor Ramos:

Apesar de não existir uma divisão muito clara de funções na editora, a parte de produção ficava por minha conta. Na verdade, havia sempre uma função, ao mesmo tempo em que se discutia muito sobre como editar e publicar uma obra [...].

Então eu já estava lá quando ele [Victor Ramos] entrou e nós fazíamos revisão, nós discutíamos com Monteil as edições, mas quem formalmente chefiava o grupo era eu, porque eu tinha uma função mais executiva que o Victor [...].

Depois disso foi ampliando e aí trabalharam conosco o Bento Prado, o Leôncio Martins Rodrigues, enfim, uma turma muito boa, alguns dos quais depois se tornaram nomes conhecidos, como Bento Prado, a mulher do Bento [Lúcia Prado], a mulher do Leôncio, Aracy [Kafeijam], o [Fernando] “Pedreira”, e por aí afora. Era todo mundo que estava se movimentando nesse momento, eram jovens, a maioria entre 20 e 25 anos, no máximo 30 anos, eu era um dos mais velhos, mas era um pessoal interessado em filosofia, em história, em política<sup>373</sup>.

Outros relatos e memórias indicam que Pérola de Carvalho, Geraldo Gerson de Souza e Teruka Minimizawa também integraram o corpo inicial de profissionais contratados pela editora.

Jacó Guinsburg, como vimos, conheceu Monteil nas rodas de intelectuais que se encontravam em livrarias no centro da cidade, antes que o engenheiro francês inaugurasse seu próprio estabelecimento. Na altura em que começou a trabalhar na Difusão (1954), Jacó havia fundado, sem sucesso, uma editora chamada Rampa<sup>374</sup> e se aproximava de grupos da Escola de Artes Dramáticas da USP, onde daria aulas alguns anos mais tarde, interessado na crítica teatral. Victor Ramos era um imigrante português que se radicou no Brasil por volta de 1955. Formado em Letras, com doutorado pela Sorbonne, foi membro do Partido Comunista de seu país e, segundo Jacó, quando emigrou teria procurado Monteil em busca de emprego, que o contrata para trabalhar na Difel como revisor. Leôncio, Aracy, Lúcia, Teruka e Pérola de Carvalho eram todos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. As últimas eram estudantes de Letras; já Fernando Pedreira fora estudante de direito na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro e militante do PCB<sup>375</sup>, partido com o qual rompeu em 1956. Vivendo em São Paulo, trabalhou em jornais e no

---

<sup>372</sup> *Idem.*

<sup>373</sup> *Idem.*

<sup>374</sup> *Idem.* Jacó fundou a editora em 1948 com dois amigos; eles pretendiam publicar obras relacionadas à cultura judaica, mas a ideia não vingou. Quando Monteil o convidou para compor a equipe da Difel, ele trabalhava na *Revista Israel-Brasil*.

<sup>375</sup> Assim como Leôncio Martins Rodrigues.

governo do prefeito Toledo Piza, do PTB, e, na editora, assumiu funções como revisor dos textos traduzidos<sup>376</sup>. Geraldo Gerson era um ex-metalúrgico que havia trabalhado como revisor tipográfico em diversos jornais e na editora Melhoramentos e em 1957 foi apresentado a Paul Monteil por um tio que trabalhava no jornal *Notícias de Hoje*, onde ele também trabalhou<sup>377</sup>.

Os membros do grupo se aproximam da editora, portanto, através de dois circuitos da vida cultural e intelectual de São Paulo que já estavam presentes na dinâmica da Livraria Francesa, a saber, o da FFCL-USP e dos grupos políticos de esquerda. Nesse sentido, cumpre destacar que o escritório da Difel também estava bem-posicionado nesta rede urbana dos entornos da Rua Barão de Itapetininga, primeiro, instalado no depósito da livraria, situado à Rua General Jardim e, depois, em um imóvel da Rua Bento Freitas.

Entre conhecidos, indicações de amigos e estudantes as lembranças de Jacó sugerem que essa estrutura e sua lógica de funcionamento se construíram com certa dose de empiria. As responsabilidades parecem ter se delineado principalmente em função do crescimento da empresa, ao mesmo tempo que o grupo mantinha flexibilidade frente às exigências de cada projeto. Jacó, por exemplo, embora tenha ocupado um posto executivo, como ele definiu, foi o tradutor de várias obras.

As adaptações refletem um processo de formação para toda equipe, a começar pelo próprio Monteil, que, apesar de sua experiência como administrador e livreiro, era um iniciante no ramo das edições, e, na construção de sua trajetória de editor, ao lado de seus contratados, não hesitou em se ocupar de questões práticas. Fernando Henrique Cardoso, que também atuou na Difel como tradutor e diretor de coleção, relembra seu trabalho em *O Espírito das Leis*<sup>378</sup>: “E nosso francês era mais ou menos de guerra, mas fizemos a tradução. O Monteil tinha cuidado com os livros, com as traduções dos livros, fazia muitas revisões”<sup>379</sup>. Outro vestígio da mão do editor nas escolhas linguísticas ficou registrada em uma carta de Boris Schnaiderman a Paulo Rónai: “Por exemplo, costume

---

<sup>376</sup> Fernando Pedreira, *Entre a Lagoa e o Mar, Reminiscências*, Rio de Janeiro, Bem-Te-Vi, 2017, pp. 304-308.

<sup>377</sup> Geraldo Gerson, Entrevista Concedida a Plínio Martins Filho e Thiago Mio Salla, disponibilizada pelos autores à pesquisadora.

<sup>378</sup> Montesquieu, *Do Espírito das Leis*, trad. Leôncio Martins Rodrigues e Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1957. Primeiro título da Coleção Clássicos Garnier, voltada à filosofia e literatura clássica francesa.

<sup>379</sup> Fernando Henrique Cardoso, Entrevista Concedida à Pesquisadora.

escrever Púshkin, mas, no caso da edição da Difusão Europeia do Livro, o editor, que é francês, preferiu a grafia Púchkin”<sup>380</sup>.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das atividades desta maneira demonstra o cuidado com a excelência do processo editorial frente às possibilidades que a empresa teria em manter um grupo especializado em seu cotidiano. Com o *boom* editorial dos anos 1930 e sua associação ao crescimento industrial do país, as empresas do ramo viram crescer o seu grau de profissionalização, como nota Sergio Miceli:

As tarefas de composição e impressão se autonomizam das atividades a cargo das diversas seções de que se compõe o departamento editorial. Este, por sua vez, passa a abrigar setores especializados de revisão, tradução, ilustração, motivando a contratação de especialistas como, por exemplo, consultores leitores, paginadores, capistas e, também, propiciando a formação de um pequeno grupo de escritores profissionais [...] <sup>381</sup>.

Desde então, têm-se um mercado exigente com a excelência das publicações, como podemos perceber inclusive pela polêmica apresentada no item anterior, e são conhecidas as vantagens de se ter uma estrutura bem-organizada para sua realização. Contudo, a instabilidade causada pelas políticas para o livro pós-1945 tornava essa situação ideal um pouco distante da realidade, especialmente para as novas casas, que tinham de aguardar um certo tempo para ver o retorno de seus investimentos. Assim, a equipe da editora e seu funcionamento parecem conciliar a perspectiva de “verticalizar o processo produtivo”<sup>382</sup>, as condições de manter o custo desta relação com funcionários contratados e a permanência de antigas práticas do mercado de manter contratos eventuais e consultorias com intelectuais nem sempre especializados em determinada função.

Pensando que a Difusão construía seu catálogo em trono de traduções, essa organização se reflete de modo interessante no recrutamento e perfil dos profissionais ligados à atividade.

---

<sup>380</sup> A carta nos foi cedida pelo Professor Bruno Gomide, que prepara uma biografia intelectual de Boris Schnaiderman.

<sup>381</sup> Sergio Miceli, *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1979, pp. 78-79.

<sup>382</sup> *Idem*, p. 79.



**Quadro 7. Tradutores da Difel 1954-1973**

<b>Tradutor (a)</b>	<b>Traduções</b>	<b>Coleção Atual</b>	<b>Saber</b>	<b>Vinculado ao Quadro de Funcionários Difel</b>	<b>Vinculado à USP</b>	<b>Tradutor Profissional / Recorrente em Outras Casas</b>
A. Salles Campos Filho	1	1				
Adolfo Casais Monteiro	1					
Aida Costa	1					
Aide Lawrence	1					
Alcântara Silveira	7	2				Sim
Antonio Bulhões	1					
Antonio D'Elia	1					
Antonio Eduardo Vieira de Almeida	1					
Antonio Pinto de Carvalho	1				Sim	
Araci Kafejam Martins Rodrigues	1	1		Sim	Sim	
Augusto de Souza	2					
Augusto Pastor Fernandes	1					
Beatriz Sylvia Romero Pochat	2	1				
Bento Prado	2				Sim	
Boris Schnaiderman	2				Sim	Sim
Carlos Ortiz	3	3				
Cecília Assunção	1	1				
Ciro T. de Pádua	1	1				
Dirceu Lino de Mattos	1	1				
Djalma Forjaz Neto	2	2			Sim	
E. Jacy Monteiro	1	1				
Eduardo Corona	1	1				
Eduardo de Oliveira e Oliveira	1				Sim	
Eunice Katunda	2	2				
Fanny Wrobel	1					
Fernando Henrique Cardoso	1					
Fernando Santos Fonseca	1	1				
Frejda Schenkman	1					

<b>Tradutor (a)</b>	<b>Traduções</b>	<b>Coleção Atual</b>	<b>Saber</b>	<b>Vinculado ao Quadro de Funcionários Difel</b>	<b>Vinculado à USP</b>	<b>Tradutor Profissional / Recorrente em Outras Casas</b>
Geraldo Gerson de Souza	6	5		Sim		
Gilda Maria Reale Starzynski	1				Sim	
Gita K. Guinsburg	13	4				
Hamilcar de Garcia	1					
Helena Silveira	1					Sim
Hélio de Souza	3					
Heloisa de Lima Dantas	5	4				
Hermilo Borba Filho	2	2			Sim	
Ieda Porchat Pereira	1	1				
Isaac Schenkman	1	1			Sim	
Jacó Guinsburg	14	5		Sim	Sim	
Jaime Bruna	1					
James Amado	1					
Jamil Almansur Haddad	2					Sim
Joel Rufino dos Santos	1					
Jonas Negalha	1	1				
José Carlos Bruni	1	1			Sim	
José Cavalcanti de Souza	1				Sim	
José Geraldo Vieira	2					
José Maria dos Reis Jr.	1					
José Roberto Salinas Fortes	1				Sim	
Juracy Dayse Marchese	1					
Leôncio Martins Rodrigues	3	2		Sim	Sim	
Lívio Teixeira	1				Sim	
Lúcia Seixas Prado	1	1		Sim	Sim	
Luís Carlos Roque da Silva	1	1				
Manfredo Berger	1					
Maria Cecília Forjaz Simões	1	1				
Maria de Lourdes Teixeira	3					Sim

<b>Tradutor (a)</b>	<b>Traduções</b>	<b>Coleção Atual</b>	<b>Saber</b>	<b>Vinculado ao Quadro de Funcionários Difel</b>	<b>Vinculado à USP</b>	<b>Tradutor Profissional / Recorrente em Outras Casas</b>
Maria Elisa Mascarenhas	1	1				
Maria Isaura de Queiroz	1				Sim	
Maria Jacinta	1					
Maria Lúcia Montes	1	1			Sim	
Maria Luiza Trigueiros	1					
Maria Luiza de A. Ribeiro	1					
Maria Manuela Gouveia Antunes	1	1				
Marilda Martins Monteiro	1	1				
Marli Czaczkes Chaves	1	1				
Mary Amazonas Leite de Barros	4	4				
Mathilda Serpa Cardoso	1					
Miguel Urbano Rodrigues	1	1				
Moacir Ranto de Amorim	1	1				
Moacir Werneck de Castro	3					Sim
Myriam Moraes Lins de Barros	1					
Nair Lacerda	4					Sim
Nellie Chagas	1	1				
Nelson Leon	1	1				
Norberto da Silveira	2	2				
Norma Descarves	1	1				
Nydia Navajas Ramalho	2	2				
Octávio Mendes Cajado	7	2				
Olga Lombard Ferraz	1	1				
Olga Savary	1					Sim
Ondina Ferreira	2					Sim
Oswaldo Porcaht Pereira	1				Sim	
Paulo Mendes Campos	1					
Paulo Ronai	1					Sim
Pedro Bom	1					

<b>Tradutor (a)</b>	<b>Traduções</b>	<b>Coleção Atual</b>	<b>Saber</b>	<b>Vinculado ao Quadro de Funcionários Difel</b>	<b>Vinculado à USP</b>	<b>Tradutor Profissional / Recorrente em Outras Casas</b>
Pedro de Alcântara Figueira	1					
Pedro Moacyr Campos	9				Sim	
Pérola de Carvalho	8	6			Sim	
Pierre Santos	2	1				
Raimundo Rodrigues Pereira	2	2			Sim	
Raul Lima	1	1				
Roberto Duprat	1	1				
Rolando Roque	2					
Rosaura de Escobar Ribeiro da Silva	2	2				Sim
Rui Fausto	3				Sim	
Sérgio Milliet	14					Sim
Sérgio Rodrigues	1	1				
Teruka Minamissawa	1	1		Sim	Sim	
Thereza Aline Pereira Queiroz	1				Sim	
Víctor Ramos	7	0		Sim	Sim	
Vitorino Nemésio	1					
Wanda da Motta Silveira	1					
Yolanda Leite	4	2				
Yolanda Steidel de Toledo	2	2				
Zilda Abujamara Daer	1					

Fonte: Levantamento da autora nos livros da Difusão Europeia do Livro, na base virtual da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, nas informações catalográficas de Dedalus-USP, Biblioteca Mário de Andrade e Bibliothèque Nationale de France.

Os tradutores da Difel reúnem cento e cinco nomes para as cerca de duzentas publicações de 1954 a 1973. A maioria dos tradutores assina apenas uma obra, confirmando que o setor de traduções não era mantido pelo corpo fixo de funcionários, funcionando em contratos por demanda dos projetos de publicação. Não foi possível conhecer extensamente a biografia de todos eles e, infelizmente, muitos permanecerão desconhecidos de nossa pesquisa. Tentamos, ao menos, preencher três critérios importantes para compreendermos a dinâmica intelectual na qual a editora se inseria, e que ela incentivava, ao propor os trabalhos aos respectivos profissionais, a saber: se eram vinculados à empresa, se haviam realizado trabalhos deste tipo em outras casas ou se possuíam relação com a Universidade de São Paulo.

Apesar das contratações externas constituírem uma regra, todos os membros da equipe fundamental da editora contribuíram com o seu setor de traduções: Leôncio, Aracy, Lúcia e Teruka traduziram uma obra cada, Geraldo Gerson possui seis em seu nome, Victor Ramos, sete, Pérola de Carvalho, nove, e Jacó Guinsburg, catorze. São trinta títulos, considerando os trabalhos conjuntos, cerca de 13% do catálogo levantado. Neste quesito, verifica-se novamente a centralidade de Jacó na formação da editora, em que ele permaneceu até 1964; além das funções organizativas que assumia, ele foi o seu maior tradutor, ao lado de Sérgio Milliet, de quem trataremos a seguir. Guinsburg iniciou nestas atividades cuidando de cinco livros da coleção de bolso Saber Atual, mas em seguida tornou-se responsável por obras maiores – em tamanho e valor simbólico – de Sartre, da coleção História Geral das Civilizações e de um romance de Giuseppe Lampedusa.

Expandindo suas relações no mercado editorial, a Difel não se furtou de recrutar nomes conhecidos e/ou promissores na área da tradução: Alcântara Silveira, Boris Schnaiderman, Helena Silveira, Jamil Almansur Haddad, Maria de Lourdes Teixeira, Moacir Werneck de Castro, Nair Lacerda, Olga Savary, Ondina Ferreira, Paulo Rónai, Rosaura de Escobar Ribeiro da Silva e Sérgio Milliet foram responsáveis por quarenta e dois títulos publicados pela Difel, cerca de 20% das obras estrangeiras. Os nomes pertenciam, em sua maioria, à geração de intelectuais autodidatas que atuavam como jornalistas, críticos e escritores e foram absorvidos pela dinâmica positiva da edição nacional a partir dos anos 1930 para realizarem traduções nas principais casas do país.

A relação de trabalho, que se iniciava pelo reconhecimento da erudição, do domínio da língua ou pelo vínculo como autores literários nas casas contratantes, tornava-se cada vez mais frequente, levando à especialização destes profissionais como

tradutores<sup>383</sup>. Em meados dos anos 1950, a Difusão podia contar com a experiência e prestígio que eles haviam alcançado no mercado brasileiro junto à crítica e ao público leitor e, no caso de alguns deles, como figuras públicas da imprensa.

Para citarmos alguns exemplos destes perfis, Ondina Ferreira quando atuou pela Difel já contava com o Prêmio Júlia Lopes de Almeida da Academia Brasileira de Letras (1954), com o Prêmio Coelho Neto (1956) e havia traduzido para a editora Saraiva; Nair Lacerda trabalhara com traduções para Martins, Cultrix, Mérito e também na Saraiva, pela qual foi premiada com o Prêmio Jabuti de 1962, exatamente na categoria de tradução com a obra *As Mil e Uma Noites*. Ao lado das escritoras, devemos citar o promissor Boris Schnaiderman, jovem intelectual autodidata, de origem imigrante, que fizera diversas traduções do russo para a editora Vecchi nos anos 1940, entre elas, a primeira edição brasileira de *Os Irmãos Karamazov*<sup>384</sup>; e o jornalista Moacir Werneck de Castro, que iniciou sua carreira durante a II Guerra como redator da Agência Interamericana de Publicidade, atuando, em seguida, nos principais veículos da imprensa paulista e carioca, como *Correio Paulistano*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Última Hora*, e na imprensa comunista, nos jornais *Notícias de Hoje* e *Tribuna Popular*<sup>385</sup>.

Com trajetórias diversas, eram personagens ativos nos meios intelectuais e literários, presentes na mídia de grande circulação e no mercado editorial. Suas assinaturas nas edições da Difel contribuía para projetar a editora ao público, agregando-lhes o valor simbólico de suas reputações e da qualidade de seus trabalhos. Cumpre notar que estes profissionais irão contribuir exclusivamente em traduções da seção literária do catálogo da Difusão, mantendo-se em um campo de atuação que vinha da prática tradicional do mercado de traduções no Brasil até aquele momento, majoritariamente voltado a obras ficcionais<sup>386</sup>.

---

<sup>383</sup> Sabemos que desde o século XIX era comum que editores contratassem escritores para traduzir obras como forma de remunerar e dar autonomia para aqueles que não conseguiam viver de sua pena. A prática sobrevive e adquire novas proporções neste momento de maior especialização do mercado (Sergio Miceli, *Intelectuais e Classes Dirigentes*, p. 78).

<sup>384</sup> Ainda usava seu pseudônimo, Boris Solomon. A edição não foi tão bem-sucedida, mas o fato não o impediu de seguir com as traduções na Vecchi e tornar-se um dos maiores tradutores e estudiosos da língua e cultura russa no Brasil.

<sup>385</sup> Werneck foi integrante do PCB, assim como outros tradutores que estabeleceram vínculos pontuais no catálogo, a saber, Rosaura Escobar, Carlos Ortiz, Hermínio Borba Filho, James Amado, Raimundo Rodrigues Pereira e Eunice Katunda.

<sup>386</sup> Sergio Miceli, *Intelectuais e Classes Dirigentes*, p. 81. O levantamento realizado por Miceli aponta que 23% dos títulos produzidos pelas seis maiores editoras brasileiras entre 1938 e 1943 enquadravam-se no gênero ficcional.

O catálogo de obras acadêmico-escolares estrangeiras que a editora publicou será trabalhado por intelectuais vinculados, majoritariamente, à FFCL-USP. Todavia, ainda se destaca entre os tradutores de renome a figura de Sérgio Milliet. O crítico possui o maior número de traduções na Difel, com quinze títulos que totalizam dezoito volumes publicados entre 1957 e 1966, produção não apenas vultuosa, mas que representa um vínculo importante e estável de seu nome com o catálogo da editora no médio e longo prazo<sup>387</sup>. Ao considerarmos sua posição nos meios intelectuais paulistas e as obras que traduziu, podemos compreender outros aspectos importantes considerados por Paul Monteil e sua equipe para construírem a política da editora ao lado destes colaboradores relativamente eventuais.

Sérgio Milliet será o principal tradutor de Jean Paul Sartre com a trilogia *Caminhos da Liberdade*, livros publicados entre 1957-1959; e Simone de Beauvoir com *Todos os Homens São Mortais* (1958), *Memórias de uma Moça Bem-Comportada* (1959), dois volumes de *O Segundo Sexo* (1960), *Na Força da Idade* (1961) e *Sob o Signo da História* (1964). Além disso, traduziu também *Bodas em Tipasa*, de Albert Camus (1964), *Os Frutos da Terra*, de André Gide (1961), *Quem Gosta de Brahms?* (1959) e *A Chamada* (1966), de Françoise Sagan, *As Relações Perigosas*, de Laclos (1961) e *Alexandre Magno, a História de um Deus*, de Maurice Druon (1963), tornando-se o intelectual com o maior número de traduções na Difel.

Basta conhecermos um pouco de sua trajetória para constatar como era interessante para a editora relacionar a sua produção a um dos mediadores culturais mais importantes da cidade de São Paulo nos anos 1950<sup>388</sup>. Naquela altura, Milliet já atuara como escritor, poeta, crítico e tradutor, fora professor de sociologia na Escola Superior de Sociologia e Política (ELSP) entre 1937 e 1944 e dirigia, desde 1943, uma importante instituição da capital, a Biblioteca Municipal. Entre estas experiências, o “homem-ponte”<sup>389</sup> acompanhou diferentes gerações que se dedicaram a pensar o Brasil: de um jovem que se ligou às ações do modernismo de 1922, vivendo a transformação geracional de intelectuais ainda ligados à formação europeia – fortemente francófona –, ele chegou à posição de professor da ELSP, primeira instituição a estruturar um curso de Ciências

---

<sup>387</sup> As traduções de Milliet da obra de Sartre e Beauvoir são aquelas que circulam atualmente sob o selo Nova Fronteira. Este integra o Grupo Record, que desde os anos 1990 também é proprietário do selo Difel.

<sup>388</sup> Maria Luiza Guarnieri Atik, “Sérgio Milliet: um Mediador Cultural”, *Todas as Letras*, n. 1, pp. 43-52, 1999.

<sup>389</sup> Antonio Candido, “Sérgio Milliet, o Crítico”, em Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. I, São Paulo, Martins/Edusp, 1981, pp. XI-XXX.

Sociais no Brasil, inaugurando um momento de modernização do ensino superior no país, ao qual já nos referimos algumas vezes.

Por meio da qualidade intergeracional de sua experiência de vida e profissional, Sérgio Milliet entra na mira da jovem editora paulistana como um personagem quase incontornável, capaz de enriquecer seu projeto de traduções de obras francesas, especialmente, ao decidirem se dedicar aos romances de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. A produção dos escritores-filósofos transitava justamente entre duas perspectivas de leitura nas quais Milliet era tido como uma autoridade, a tradição literária e a inovação universitária. O existencialismo, filosofia que embasa os romances traduzidos, seria uma das grandes correntes presentes na formação dos estudantes, professores e outros intelectuais brasileiros nos anos 1960, e sua recepção no Brasil tinha um histórico do qual Milliet fazia parte.

Ele era um dos únicos pensadores brasileiros que conhecia Sartre pessoalmente<sup>390</sup>. Em 1950, esteve em Paris com Rubem Braga e eles entrevistaram o filósofo em seu apartamento, ainda sob “o ruído das botas dos invasores”<sup>391</sup>. Antes da ilustre ocasião, Sérgio Milliet se apresentava como um leitor do filósofo e de outros existencialistas em sua coluna do jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>392</sup>. A primeira citação a esse respeito é feita em 18 de maio de 1945<sup>393</sup>, quando Milliet fala da composição do júri Prix de la Pléiade – que na ocasião havia premiado o ensaio biográfico *Brutus*, de Roger Breuil. Meses depois, em 15 de junho, o crítico fala do contexto angustiante do período pós-Guerra e a manifestação desse sentimento entres autores franceses. Ele cita uma frase de Sartre, e lamenta que suas obras ainda não tivessem chegado ao Brasil:

Não sei exatamente o que seja o existencialismo, em que pesem minhas leituras a respeito, mas se essa filosofia se resume à frase de

---

<sup>390</sup> Cabe lembrar da relação muito próxima entre Sartre e Beauvoir e o casal de brasileiros Jorge Amado e Zélia Gattai, que serão os principais anfitriões dos filósofos quando estes vierem ao Brasil em 1960.

<sup>391</sup> Augusto Massi (org.), *Rubem Braga. Retratos Parisienses (1949-1952)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2013, pp. 121-126. Os escritos de Rubem Braga demonstram que, neste momento, diversos intelectuais brasileiros se encontram em Paris para eventos de crítica literária, como correspondentes de jornais ou para outras atividades, conforme nos apresenta Rafael da Cruz Ireno, que prepara sua tese sobre a recepção de Jacques Prévert no Brasil (Rafael da Cruz Ireno, *A Poesia Necessária: Rubem Braga e Jacques Prévert*, Tese em curso em cotutela – Universidade de São Paulo e Université Paris-Diderot, financiada pela Fapesp). As trocas com o colega corroboram a tese da afirmação de um novo ambiente de recepção das ideias francesas no Brasil na segunda metade do século XX, apesar da ofensiva ideológica norte-americana.

<sup>392</sup> Reunidas em Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vols. I a X (1940-1956), São Paulo, Martins/ Edusp, 1981.

<sup>393</sup> Laura Taddei Brandini, “Solitude et Humanisme: Breuil, Anouilh et Sartre dans le *Diário Crítico* de Sérgio Milliet”, *Lettres Françaises*, n. 17, vol. 1, pp. 121-143, 2016. O artigo foi o primeiro nordestador de nossa leitura sobre os diários de Milliet. A autora cita a primeira referência no ano de 1946, mas ela ocorreu em 1945 (Sérgio Milliet, *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol. III (1945), São Paulo, Martins/Edusp, 1981, p. 83).



Sartre: “não há nenhuma diferença entre ser e fazer”, creio que a nova escola acena com uma solução, um antídoto para o envenenamento. Daí o seu êxito. Infelizmente os livros de Sartre ainda não nos chegaram para que possamos ter uma ideia precisa de seu temperamento. Entretanto, há sintomas favoráveis, em particular a hostilidade manifestada desde logo por todos os extremismos contra a novidade. Censuram-lhe os marxistas o aspecto conformista, e os reacionários não se cansam de apontar nela fortes vestígios de anarquismo<sup>394</sup>.

O trecho denota um primeiro ponto de contato entre Milliet e Sartre, no qual as ideias se adiantam aos livros em um contexto de repercussão e o novo alcance da referência francesa no Brasil. Apesar da ausência de publicações, poucos meses antes do encerramento definitivo da II Guerra, o existencialismo já figurava entre as correntes que refletiam a situação política e social da época. Nesta citação, o crítico sinaliza os temas caros a Sartre nos quais irá se aprofundar em seus registros: angústia da guerra, desordem do mundo, ação, engajamento intelectual e marxismo. Todos eles relacionados às suas reflexões sobre o Brasil e sobre a posição dos intelectuais brasileiros nas possibilidades de intervirem na realidade de transformações e desenvolvimento nacional.

Seguem, até 1956, outras dezenas de reflexões<sup>395</sup>, nas quais Milliet cita suas leituras das obras de Jean-Paul Sartre em francês. Ele se coloca como uma voz do debate em torno do existencialismo na crítica literária e na universidade, contudo, não menciona estar envolvido, nem sugere, qualquer projeto de tradução do filósofo ou de Simone de Beauvoir – na verdade, nem mesmo cita a filósofa em suas notas. Quando fala de traduções, comentando algumas realizadas pela Difel<sup>396</sup>, Sérgio Milliet sempre aproveita para colocar sua perspectiva, em frases bastante autoproclamatórias que se encontram bem resumidas na máxima “só traduzo aquilo que gostaria de ter escrito”<sup>397</sup>, explicitando publicamente sua confiança na qualidade e no propósito de intervenção de seu trabalho.

As críticas, opiniões e leituras de Milliet ficam expostas diariamente nas páginas de um dos principais periódicos paulistas e ajudam a conformar o ambiente de debates intelectuais e literários da época. Ao estabelecerem um contrato e uma parceria com o tradutor, Paul Monteil e sua equipe incorporam à editora a autoridade que ele representava. Da mesma maneira, no que diz respeito a Sartre, parecem absorver um

---

<sup>394</sup> Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. III, p. 98.

<sup>395</sup> Fizemos um levantamento exaustivo que não caberia nos objetivos nesta discussão. Algumas delas serão retomadas na análise de Sartre e Beauvoir no catálogo Difel, Parte II, Capítulo 2, item 1.4.

<sup>396</sup> Ele comenta os trabalhos de Jamil Almansur Haddad e Maria de Lourdes Teixeira na editora (Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. VIII (1951), São Paulo, Martins/Edusp, 1981, pp. 96, 189, 255-256; e vol. IX (1953-1954), São Paulo, Martins/Edusp, 1981, p. 84; Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. X, p.135.

<sup>397</sup> Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. VII (1949), São Paulo, Martins/Edusp, 1982, p. 60

processo de recepção de suas ideias por meio da interlocução de Sérgio Milliet com os leitores de sua coluna, um público potencial para a editora, como veremos adiante.

Por fim, chegamos à presença dos membros da comunidade universitária nesse processo de mediação e transferência de publicações francesas realizadas pela Difel, em especial a que se formou em torno da Faculdade de Filosofia da USP. Esta, que já se mostrou um espaço relevante para a manutenção do referencial francês entre o público leitor da época e, portanto, para as atividades da livraria de Paul e Juliette Monteil em São Paulo, colocava-se também como importante peça no circuito produtivo do livro que a Difusão organizou com suas atividades.

Fernando Henrique Cardoso, que integrou o corpo de tradutores e, em seguida, tornou-se diretor de coleção na editora, relembra a relação com Paul Monteil e os universitários:

A Clima era muito ligada à Livraria Jaraguá. Então, a mão de obra do Estadão vinha do pessoal da Faculdade de Filosofia. O Monteil de alguma maneira também fez isso como pessoal mais jovem da FFCL que ele chamou para trabalhar quando fundou a Difel [...].

Na verdade, o Monteil era uma pessoa que ousava pegar gente jovem, relativamente desconhecida, e dava responsabilidades. E ele se utilizava de outro recurso, ele nos pagava. Embora o salário da Universidade naquela época fosse razoável, comparativamente, sempre é bom um pouquinho mais, ele pagava por livro publicado, por tradução feita<sup>398</sup>.

O sociólogo relata de modo preciso o momento no qual o processo de qualificação profissional inaugurado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras começava a interagir com as esferas mais consolidadas da vida cultural e intelectual paulistana, sobretudo aquelas capazes de ofertar trabalho às suas primeiras gerações de formados.

Desde fins dos anos 1930, a instituição produzia especialistas que só décadas mais tarde encontraria um ritmo satisfatório de criação de postos capazes de absorver a mão de obra produzida nas respectivas carreiras. O magistério no sistema de ensino secundário se colocou como a principal alternativa de emprego para os jovens universitários, mas nem sempre era o percurso almejado por eles<sup>399</sup>. As Ciências Sociais, por exemplo, nem sequer estavam diretamente contempladas no currículo da rede básica, fazendo com que os bacharéis desta área tivessem de se adaptar como professores de história e áreas afins. Mesmo para os diplomados em outras disciplinas, a profissão não garantia a perspectiva

---

<sup>398</sup> Fernando Henrique Cardoso, Entrevista Concedida à Pesquisadora.

<sup>399</sup> Sergio Miceli, “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais”, p. 99.

de pesquisa e de produção acadêmica aberta pela formação que tiveram. Estas ficavam restritas à própria docência na universidade, estrutura profissional que até os anos 1950 ainda era muito limitada para receber boa parte do número de diplomados anualmente.

O jornalismo tradicionalmente garantiu um meio de vida a muitos escritores, bacharéis e autodidatas e passou a absorver os universitários que desejavam construir seu espaço de intervenção, apresentando um novo olhar para a crítica das artes, resenhas literárias e análises da sociedade. Não tardou para que o mesmo processo se estendesse ao mercado editorial, que, como vimos, também fora um catalizador profissional para aqueles intelectuais eruditos. Agora, ele garantiria uma possibilidade de trabalho ou complementação da renda para os jovens especialistas que dominavam línguas estrangeiras e, principalmente, identificavam-se com o setor de obras acadêmico-escolares a ser desenvolvido pela Difel.

Ao menos vinte e cinco quadros de seu corpo eventual de tradutores estiveram ligados à FFCL-USP, além de seis membros de sua equipe fixa. Eles foram responsáveis pela produção de cerca de noventa títulos do catálogo estrangeiro da editora. A maioria atuou em um ou duas traduções, principalmente, nos livros que compuseram a coleção *Saber Atual*<sup>400</sup>. Com textos curtos, cerca de 130 páginas em formato 13,5 x 18, e um conteúdo introdutório, a coleção parece ter sido um meio de aprendizado para estes iniciantes que podiam se testar em contratos de trabalho pontuais e, ainda, relacionarem seus nomes a uma publicação universitária. Aqueles que se identificassem com a tarefa, ou com que Monteil ou Jacó tivessem afinidade, poderiam nutrir um vínculo mais estável com a editora. Em outras palavras, a ousadia de dar responsabilidade a gente jovem e relativamente desconhecida era uma forma da empresa aproveitar a dinâmica gerada pela formação universitária e o excedente de mão de obra que ela produzia; além do trabalho remunerado, a Difel lhes ofertava, em contrapartida, uma plataforma de visibilidade aos nomes que pretendiam se destacar entre seus pares.

Cumprir notar, contudo, que nem todos os nomes escolhidos eram tão anônimos dos meios intelectuais da capital. Este foi o caso de Fernando Henrique Cardoso, que já era professor assistente da cadeira de Sociologia I quando traduziu para a Difel a obra *Do Espírito das Leis*, de Montesquieu, ao lado do colega Leôncio Martins Rodrigues.

---

<sup>400</sup> Série de livros de bolso de conteúdo acadêmico-científico. A proposta da coleção era a de publicar pequenos verbetes enciclopédicos com textos introdutórios sobre temas ligados às disciplinas universitárias nas áreas das ciências humanas, físicas e biológicas. Será tratada no item 1.5.

A tradução de um clássico da filosofia iluminista, em dois volumes, com cerca de trezentas e cinquenta páginas cada um, foi encomendada ao sociólogo com certa expectativa da repercussão que seu nome poderia ter entre os leitores da universidade, alguns deles seus alunos, e um público erudito que o conhecia das rodas paulistanas. Fernando Henrique recebeu Cr\$ 30.000 cruzeiros pela tradução, valor equivalente a um mês de salário previsto para o cargo de professor assistente no plano de carreira da Universidade de São Paulo<sup>401</sup>. Provavelmente, estes não seriam os mesmos valores pagos à tradução de obras menores e realizadas por aqueles jovens estudantes, mas a referência de remuneração não parece ruim se considerada como atividade complementar à que ocupava na faculdade. Desse modo, o porte do trabalho e o respectivo pagamento expressava ainda a intenção dos editores de estabelecer uma relação mais duradoura com figuras que se destacavam em suas atuações, o que de fato ocorreu: poucos anos depois da publicação de Montesquieu, Cardoso se tornou o diretor de uma das principais coleções de estudos brasileiros da Difusão, a *Corpo e Alma do Brasil*, inaugurada em 1960<sup>402</sup>.

Vemos neste exemplo, um caminho de aproximação entre a Difel e os intelectuais que poderiam auxiliá-la em projetos diversos. A aliança se estabelecia individualmente e, quando falamos dos universitários, ela alcançava também uma dimensão institucional: de modo indireto, por meio da circulação dos nomes de estudantes que assinaram aqui e ali alguns de seus pequenos títulos, revelando a constelação de talentos que orbitava em torno de Paul Monteil e sua equipe; e de modo direto, nas encomendas maiores, dirigidas aos nomes que já ocupavam uma posição de visibilidade na comunidade acadêmica<sup>403</sup>.

Mediante os perfis de seus tradutores, Paul Monteil e seus auxiliares demonstram sensibilidade em aproveitar a dinâmica intelectual estabelecida em São Paulo para impulsionarem as atividades da Difusão Europeia do Livro. No diálogo entre a tradição e a inovação, representadas nos personagens e instituições atuantes na capital, eles

---

<sup>401</sup> Uma média de Cr\$ 100 por página, como acordado, por exemplo, com Sérgio Milliet na tradução de *Ligações Perigosas* de Laclos. Os salários da carreira docente da Universidade de São Paulo no ano de 1961 eram de Cr\$ 26.000 para professor assistente; Cr\$ 32.000 para professor adjunto; Cr\$ 34.000 para professor catedrático, mais abonos proporcionais para as respectivas funções (referências registradas no *Diário Oficial* do Estado de São Paulo, ano LXX, n. 6, pp. 50-52, sábado, 9.1.1960.

<sup>402</sup> À qual nos dedicaremos na Parte II, Capítulo 3.

<sup>403</sup> Este também foi o caso de Pedro Moacyr Campos, que traduziu a maior parte dos volumes da *História Geral das Civilizações*, dirigida por Maurice Crouzet. Moacyr era assistente da Cátedra de História Antiga e Medieval, conduzida pelo diretor da FFCL, Eurípedes Simões de Paula. Veremos como a sua presença neste projeto simboliza este rol de alianças individuais e institucionais que a editora realizou para construir seu catálogo e afirmar-se no mercado brasileiro. Voltaremos à coleção no item 1.5.

conseguem delimitar uma estrutura de recepção que garante a produção de seus livros e que também irá, como veremos, alimentar os seus circuitos de consumo.

E assim, ao longo dos anos, a pequena estrutura em torno de Monteil, Jacó Guinsburg, seu braço direito, e Victor Ramos vê suas atividades crescerem e se modificarem. Em 1963, Jacó foi para a França fazer um curso na área editorial, e suas funções ficam delegadas a Geraldo Gerson, antigo revisor que conquistara a confiança do editor. Geraldo relembra:

A partir daí eu me encarregava de tudo, era como um produtor [...]. Nessa altura entrou esse pessoal todo, Maria Helena, Alice, Maria Antônia, Valnice, todas funcionárias da revisão, e eu era o responsável. Fazia a preparação e revisava o que os outros faziam antes de mandar para casa.

Thiago: Quantas pessoas eram suas subordinadas na revisão?

Geraldo: Eu me lembro que em uma mesa tinha quatro pessoas, quase tudo mulher. O Bento, o Leôncio já não estavam. Quando o Jacó foi para a França, acho que ele me indicou, mas o Leôncio queria ser o indicado. Então ele e a mulher dele saíram, o Bento e a Lúcia já tinham saído.

Thiago: Esses intelectuais eram editores? Estavam num patamar superior?

Geraldo: Eram preparadores, pegavam o original. Todos na mesma sala. Tinha quatro mesas e uma central, onde eu fiquei depois que o Jacó foi viajar. Acho que ao total tinha dez pessoas. Isso no texto, na parte tipográfica eram só duas ou três pessoas<sup>404</sup>.

O funcionamento do processo editorial neste momento em que a pessoa fundamental no dia a dia da Difusão tem de se ausentar reflete o amadurecimento da equipe que, há cerca de dez anos produzindo, contava com cerca de doze membros em seu corpo fixo de funcionários, como relembra Geraldo Gerson. Estes trabalhavam em parceria com os contratados eventuais, especialmente os tradutores, mas não só. Conforme conseguimos mapear nas edições, a editora contou também com a presença recorrente de alguns capistas, como Jean Guillaume e Mariana Peretti; outros organizadores ou diretores de coleção, como Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda; e um orientador literário, o poeta Rolando Roque. Como novo responsável pela produção, Gerson relembra a relação com alguns destes nomes, como suas idas ao Arquivo Público do Estado de São Paulo com Sérgio Buarque à época da elaboração da História Geral da Civilização Brasileira, e as longas conversas com Fernando Henrique para prepararem os livros da coleção Corpo e Alma do Brasil: “Batemos longos papos,

---

<sup>404</sup> Geraldo Gerson, Entrevista Concedida a Plínio Martins Filho e Thiago Mío Salla, disponibilizada pelos autores à pesquisadora.

política e tudo. Me lembro que ficávamos na esquina da rua conversando por horas e horas, ele dava aulas aqui na FFLCH”<sup>405</sup>.

Quando de seu retorno da França, Jacó não permanecerá na editora. Ele segue para outras atividades e, mais adiante, fundará sua própria empresa, a Perspectiva. Mas vejamos a importância dessa experiência como espaço de aprendizado a partir da confiança e ousadia, para citar Fernando Henrique, de Paul Monteil nessa “gente jovem”, todos imbuídos de um senso de motivação em construir um lugar de desenvolvimento da cultura brasileira através dos livros. E assim, em meados dos anos 1960, a Difel alcançara um considerável grau profissionalismo em sua posição no mercado do livro paulista, estruturada em um núcleo de produção especializado no processo editorial, capaz de mobilizar e conduzir uma rede de intelectuais, artistas e outros profissionais de referência em torno de suas demandas.

### **4.3. Caça aos Best-Sellers ou a Geopolítica das Traduções**

#### ***A Difel e o Mercado de Traduções no Brasil***

Apesar de ter construído um catálogo no setor obras acadêmico-escolares, a Difusão Europeia do Livro inicia suas atividades de tradução com uma seleção de títulos literários. Estas publicações, é preciso sublinhar, não foram apresentadas ao público em coleções como ocorrerá com o restante, mas saem em edições independentes entre si, ou com relativa dependência, no caso dos romances em séries produzidas pelos autores. Sem os atributos implícitos das coleções<sup>406</sup>, os critérios de seleção destes livros avulsos pesam individualmente sobre cada livro selecionado, a partir do seu conteúdo e do capital simbólico produzido pela relação entre autor e texto, questão fundamental para pensarmos os critérios e estratégias da editora no momento de concepção de seu projeto editorial.

---

<sup>405</sup> *Idem.*

<sup>406</sup> Isabelle Olivero, *L’Invention de la Collection. De la Diffusion de la Littérature et des Savoirs à la Formation du Citoyen au XIX<sup>ème</sup> Siècle*, Paris, Institut Mémoire des Éditions Contemporaines/Maison des Sciences de l’Homme, 1999. Segundo a autora, a ideia se origina na noção de biblioteca definida no século XVII: “conjunto ou seleção de títulos de mesma natureza ou de autores que tratam de um mesmo sujeito” (p. 15). No século XIX, essa concepção designa uma “realidade editorial” (p. 16) definida a partir das funções que o editor passa a exercer com a sua especialização na cadeia produtiva do livro. Quando falamos aqui de atributos implícitos às coleções, referimo-nos às características que fazem delas espaços de identidade que destacam um conjunto de títulos no mercado e dentro do próprio universo produzido pela editora (p. 57) por meio de autores e temas consagrados ou que se pretendem consagrar neste meio. A seleção reforça a ideia do “bom livro” a ser consumido (p. 59), criando com isso estratégias de valorização comercial e simbólica para as referidas obras e também para o perfil da empresa como um todo.

É possível que o fato de traduzir livros franceses determine a tendência à produção de obras ficcionais, pois a França se constrói como nação literária no século XIX para firmar sua identidade nacional e estabelecer também os princípios de seu universalismo cultural e humanista, os quais garantiram a posição hegemônica de sua produção internacionalmente. Como vimos, apesar da emergência de outras potências no estabelecimento de padrões de comportamento e consumo do mundo capitalista ao longo do século XX, o prestígio da literatura francesa persistiu e conseguiu se ressignificar a partir da II Guerra Mundial. Tanto foi assim que as principais editoras do país irão reconstruir sua atuação internacional no período, concentrando boa parte de seus esforços no desenvolvimento desse setor<sup>407</sup>.

Ou seja, os agentes livreiros do centro produtor reposicionavam-se nos circuitos de trocas internacionais, baseados em uma estrutura de longa duração vantajosa para o direcionamento de seus investimentos, estrutura que contava com uma idealização da qualidade de suas mercadorias no mercado de bens culturais. Certamente, esse fator externo teve impacto nas escolhas que a Difusão realizou para elaborar seu catálogo de traduções, sobretudo nos livros que foram lançados e promovidos individualmente, pois, mesmo que apresentassem autores novos para o público brasileiro, eles carregariam consigo o capital simbólico acumulado pela tradição do referencial francês, ao mesmo tempo que eram promovidos por mecanismos de divulgação – prêmios, imprensa especializada, notícias em veículos de grande circulação<sup>408</sup> – que compunham os esforços de seus protagonistas nesse novo processo de disputa por hegemonia.

O mercado brasileiro, por sua vez, reforçava esse lugar por sua propensão a produzir obras ficcionais. Em 1943, o setor concentra, em média, 23% do catálogo das seis maiores editoras do país, que chega a 36% na produção da Globo, empresa especializada em traduções<sup>409</sup>. Ao mesmo tempo, seus profissionais manifestavam o desejo de consolidar sua autonomia em termos de produção local e de um olhar crítico sobre a recepção das tendências vindas do exterior. Nesse sentido, o interesse pela

---

<sup>407</sup> Anne Simonin, “L’Édition Littéraire”, em Pascal Fouché (org.), *L’Édition Française Depuis 1945*, pp. 30-87. A autora remete à ideia de nação literária para pontuar a importância do setor para economia do livro na recuperação pós-1945 e reafirma “A edição literária, ao menos até os anos 1970, possui uma repercussão internacional que nenhum outro setor alcançaria [...]. Graças ao prestígio da edição literária francesa, reconhecido tanto nacional quanto e internacionalmente, todos os editores publicam literatura – um terço da produção global de títulos [...]” (p. 31).

<sup>408</sup> A promoção do livro literário também concentrará recursos do mercado, como avalia Philippe Lane, “La Promotion du Livre”, em Pascal Fouché (org.), *L’Édition Française Depuis 1945*, p. 595.

<sup>409</sup> Sergio Miceli, *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil*, p. 81. Na maioria das editoras o catálogo ficcional foi dominado pelo *boom* da literatura brasileira, do chamado modernismo da geração de 1930, no entanto, a tendência de recepção de obras estrangeiras também se concentra no setor.

produção vinda da França ocorreria na medida em que ela conseguisse provar sua face modernizadora diante da concorrência apresentada por outros centros produtores e das próprias demandas locais. Por isso, a edição de seus textos literários, por mais que estivessem arrigados em uma longa tradição, não seriam aceitos pelo público especializado sem referências consistentes sobre sua boa procedência e critérios que denotassem sua qualidade.

A desconfiança gerada por este nacionalismo editorial se manifesta na série de artigos de Raimundo Magalhães Jr. quando ele analisa os títulos traduzidos pela Difusão, acusando-a de estar “formada para a caça ao *best-seller*”<sup>410</sup>. O jornalista utiliza a categoria em tom pejorativo, sugerindo que a seleção das obras privilegiava fundamentalmente o seu alto potencial de vendas e, por consequência, o lucro que a empresa obteria com as mesmas, sem nenhum compromisso em contribuir com a cultura brasileira. Ou seja, divulgar o que também chama de “livro comercial”<sup>411</sup> seria o principal objetivo da Difel no Brasil, condizente, segundo ele, com a posição estrangeira e oportunista que ocupava neste mercado.

No momento das críticas, a editora havia publicado as traduções portuguesas dos romances do personagem Dom Camilo, escritos pelo autor italiano Giovanni Guareschi<sup>412</sup>; oito títulos da série de livros do personagem Inspetor Maigret, do escritor belga Georges Simenon<sup>413</sup>; e as traduções brasileiras das obras de origem francesa *Bom Dia, Tristeza*<sup>414</sup>, de Françoise Sagan; *Voo Noturno*<sup>415</sup>, de Antoine de Saint-Exupéry; *As Grandes Famílias*<sup>416</sup>, primeiro volume da série *O Fim dos Homens* do escritor Maurice Druon; e *Amor de Outono*<sup>417</sup>, de Colette.

---

<sup>410</sup> Raimundo Magalhães Júnior, “Golpe contra a Indústria do Livro”.

<sup>411</sup> Raimundo Magalhães Júnior, “A Difusão Europeia do Livro”.

<sup>412</sup> Giovanni Guareschi, *O Regresso de Dom Camilo*, trad. Antonio Dais da Costa, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1952; *Dom Camilo e seu Pequeno Mundo*, trad. Francisco Costa, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1953.

<sup>413</sup> Todos publicados em São Paulo, pela Difusão Europeia do Livro: Georges Simenon, *Maigret na Casa de Hóspedes*, trad. Maria Eugênia de Meneses, 1951; *Maigret e o Inspector Desajeitado*, trad. não identificada, 1951; *Maigret no Picratts*, trad. não identificada, 1951; *O Cachimbo de Maigret*, trad. não identificada, 1952; *Maigret e seu Cadáver*, trad. não identificada, 1952; *Maigret e os Gangsters*, trad. não identificada, 1952; *O Revólver de Maigret*, trad. não identificada, 1952; *Maigret Engana-se*, trad. não identificada, 1953.

<sup>414</sup> Françoise Sagan, *Bom dia, Tristeza [Bonjour Tristesse]*, trad. Maria Luiza de Andrade Ribeiro, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1954.

<sup>415</sup> Antoine de Saint-Exupéry, *Voo Noturno [Vol Nocturne]*, trad. Pedro Bom, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1954.

<sup>416</sup> Maurice Druon, *As Grandes Famílias [Les Grandes Familles]*, trad. Alcântara Silveira, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1955.

<sup>417</sup> Colette, *Amor de Outono [Le Blé en Herbe]*, trad. Pérola de Carvalho, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1955.



As duas primeiras séries, importadas da Bertrand, eram um grande sucesso de vendas no mercado europeu nos anos 1950, ambos enquadrados em gêneros populares da literatura, o romance picaresco, no caso de Dom Camilo, e o romance policial, no caso de Maigret. Ambos foram reproduzidos em edições de pequeno formato, com tiragens de milhares de exemplares, que acompanhavam o avanço das técnicas de reprodução do impresso e caracterizavam o fenômeno da cultura de massas no mercado do livro.

Os livros traduzidos no Brasil, aos quais nos deteremos neste item, não ficavam atrás daqueles títulos no quesito comercial: o livro de Sagan foi sucesso imediato, vendeu mais quinhentos mil exemplares entre janeiro e julho de 1954 e foi traduzido em ao menos quinze línguas<sup>418</sup>. Já a trilogia de Druon, segundo os dados do Depósito Legal francês, foi objeto de cinco reedições francesas entre 1948 e 1958, assim como a obra de Colette entre 1923 e 1934, chegando a 1956 com oito reedições.

Fica evidente por estes dados que a experiência bem-sucedida das vendas no mercado de origem fora um elemento considerado, e talvez fundamental, na escolha dos primeiros livros publicados pela Difusão Europeia do Livro. O critério permaneceu, inclusive, para as obras totalmente editadas na cadeia produtiva brasileira, as quais, segundo nossa análise, passam a construir de fato o seu projeto editorial – independente das aquisições da Bertrand. Cumpre notar ainda que, à exceção de Guareschi, os autores citados serão os mais recorrentes na seção de literatura de seu catálogo, ao lado de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, cujas edições foram lançadas a partir de 1956.

**Tabela 16. Autores com Maior Número de Publicações Literárias**

<b>Autor</b>	<b>Títulos Publicados pela Difel</b>
<b>George Simenon</b>	15
<b>Simone de Beauvoir</b>	12
<b>Colette</b>	11
<b>Françoise Sagan</b>	10
<b>Jean-Paul Sartre</b>	10
<b>Maurice Druon</b>	10

<sup>418</sup> Frédéric Maget, “SAGAN, Françoise (1935-2004)”, em *Dictionnaire de la Littérature Française au XX<sup>e</sup> Siècle*, *Encyclopædia Universalis*, disponível em <http://www.universalis-edu.com/encyclopedia/francoise-sagan/> acesso em 23.6.2021.

Se tomarmos a definição geral do conceito<sup>419</sup>, podemos assumir que a Difel dá preferência aos *best-sellers* na elaboração desta seção de seu programa de traduções. Contudo, posta desta maneira a categoria não dá conta da referência e autoridade constituída por estes autores internacionalmente, especialmente quando consideramos que suas obras saíam no Brasil de maneira inédita. Havia um propósito de intervenção do editor e seus funcionários mais próximos no mercado nacional, pelo menos no que diz respeito a esse aspecto da novidade. E, ainda que a projeção dos referidos títulos e o elevado índice de vendas apresentados na França estivessem implícitos em cada projeto, seria necessário que o editor vislumbrasse os meios para concretizar aquele sucesso no novo meio de recepção.

Neste sentido, é preciso considerarmos as condições mais complexas existentes por trás da caça ao *best-seller*, na qual, em certa medida, a editora irá se inserir, questionando-nos: que outros critérios comerciais seriam necessários para alcançar êxito com as obras francesas junto ao público brasileiro? Em que medida o conteúdo dos livros foi considerado para conectar as intenções da editora com a realidade local? A empresa pretendia contribuir com a circulação dos livros no país para além da esfera do consumo de uma cultura de massa?

Tendo em vista estas questões, devemos lembrar que o caminho seguido pela Difusão Europeia do Livro no mercado de traduções não se distinguiu, a princípio, de experiências anteriores de editoras brasileiras, as quais se notabilizaram como vias de recepção de obras estrangeiras no Brasil, sobretudo em se tratando da formação de um catálogo literário. A prática se difundiu a partir dos anos 1930, quando a edição nacional vivia sua época áurea, impulsionada pelas políticas de substituição de importações que marcaram o período. Por um lado, as empresas atuavam para suprir a ausência dos textos estrangeiros que entravam com maior dificuldade no país; por outro, beneficiavam-se do fortalecimento geral do setor no âmbito produtivo.

A Livraria do Globo destacou-se naquele contexto, voltando-se principalmente às traduções de língua inglesa. Vale a pena nos voltarmos um pouco à sua atuação para entendermos a configuração do setor onde a Difel irá se inserir:

---

<sup>419</sup> “BEST-SELLER”, em Maria Isabel Ribeiro de Faria e Maria da Graça Pericão, *Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Eletrônico*, São Paulo, Edusp, 2008, p. 93. Segundo as autoras: “Best-seller: termo em inglês, de uso internacional, que significa ‘livro de maior venda em determinada época’. [...] em sentido mais amplo, livro cuja venda é uniforme durante vários anos; situação do comércio do livro em que as vendas ultrapassam os limites previstos e escapam ao controle”.

No início, o empreendimento editorial era puramente comercial e, Henrique Bertaso encontrou no Publishers Weekly americano uma fonte adequada onde encontrar possíveis best-sellers. Em consequência, a maior parte dos sucessos da Globo originou-se da mania anglo-americana de histórias policiais, que sua Coleção Amarela trouxe, em grande parte, para o Brasil, oferecendo traduções em português de E. C. Bentley, Raymond Chandler, Agatha Christie, Sidney Horler [...]. Graças à influência de [Erico] Verissimo, a programação da Globo no campo literário ganhou qualidade. Mas a ênfase em autores anglo-americanos (e outros anglófonos) se manteve [...].

Pode ser que essa preponderância de traduções do inglês tenha se devido, pelo menos em parte, ao Publishers Weekly e aos consequentes contatos com agentes literários dos Estados Unidos. É possível que a própria novidade da literatura norte-americana para a maioria dos leitores brasileiros a tenha tornado atraente para a editora. E a própria interferência de Verissimo foi fator importante. Qualquer que tenha sido a razão, esse fato assinala um estágio significativo no declínio da influência cultural francesa no Brasil e no surgimento dos Estados Unidos, pois mesmo a inclusão de muitos autores ingleses não era mais do que um reflexo da importância e prestígio que gozavam no contexto editorial norte-americano<sup>420</sup>.

O caso da editora gaúcha expõe as condições e estratégias que a reposicionaram no mercado brasileiro em um momento de prosperidade, levando-a a furar a concentração do setor no eixo Rio-São Paulo, para se tornar uma das maiores casas do Brasil. Hallewell trata a primeira ação de Henrique Bertaso como algo “puramente comercial” que só se modificaria com a participação de Erico Verissimo nos projetos da editora, reproduzindo na condição de historiador um pouco da dualidade que já vimos nas críticas de Magalhães Jr. a Difel. No entanto, as notas que divulgam as edições nos anos 1930 não a consideraram desta maneira:

O Caçador de Búfalos – Zane Grey – Edição da Livraria Globo – Porto Alegre

É inegável o prestígio que desfrutam os livros de aventura entre os leitores brasileiros. Embora pareça a muitos que a chama “literatura leve” não possa interessar senão aos menos cultos os romances rocambolescos, as aventuras audaciosas, as histórias de crimes misteriosos sempre tiveram leitores inúmeros entre todas as camadas. Basta citar o interesse de nosso grande Ruy Barbosa pelas histórias de Raffles.

Zane Grey, o conhecido autor de “O Caçador de Búfalos”, tem o seu público. Os seus livros são sempre procurados. E o seu novo trabalho, que a Livraria Globo lançou em português, alcançará na certa grande êxito<sup>421</sup>.

---

<sup>420</sup> Lawrence Hallewell, *O Livro no Brasil*, pp. 440-442.

<sup>421</sup> “Livros e Autores na Semana”, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 2499, p. 18, 6.9.1936, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/093092\\_02/26437](http://memoria.bn.br/docreader/093092_02/26437).

Fica implícita no comentário a existência da tensão “potencial de vendas x qualidade” à qual nos referimos, mas que o autor da coluna responde defendendo que não são dimensões excludentes de uma obra, mesmo no gênero dito popular ao qual Livraria do Globo vinha se dedicando. Outros comentários de jornais vão sempre no mesmo sentido e são até mais elogiosos à sua ação editorial, referindo-se aos “tão bons serviços que tem prestado às letras nacionais”<sup>422</sup>, responsável por publicar “o bom romance de aventura”<sup>423</sup> com suas “constantes e disputadas coleções de romances policiais”<sup>424</sup>.

A conjuntura favorável às edições nacionais e a trajetória anterior da editora certamente atenuavam possíveis críticas sobre o tratamento dado ao livro de origem estrangeira em seu catálogo; ao mesmo tempo, a própria ideia de *best-seller* e a carga pejorativa que ela adquire ao longo dos anos ainda não estava generalizada<sup>425</sup>. De toda maneira, entendemos que prevaleceu nesta estrutura de recepção das traduções o aspecto qualitativo da novidade, representada pelo centro produtor ao qual a Globo se vinculou e do referido gênero ficcional que acabou por impactar os hábitos de leitura da época.

Por meio deste histórico, desejamos chamar atenção para a dinâmica editorial que se criou com as traduções no período e, principalmente, destacar algumas das características que marcam a iniciativa vanguardista de Henrique Bertaso. A nosso ver, ela deve ser entendida, desde seu início, como uma atitude de intervenção no mercado nacional: a partir dos instrumentos de divulgação e agentes comerciais que estruturavam o mercado internacional, o editor se volta aos EUA não como mero conhecedor de suas listas de livros mais vendidos, mas por enxergar ali uma via de comunicação cultural pouco explorada com a nação que despontava como a nova potência dos padrões internacionais de comportamento e consumo. Os livros americanos, assim como os ingleses que repercutem por este mercado, ainda não tinham uma grande circulação entre o público leitor brasileiro e, naquelas circunstâncias, apresentar-lhe-iam a um gênero novo, uma “mania” em torno das histórias policiais.

---

<sup>422</sup> “Registro Literário”, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 1557, p. 7, 2.9.1933, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/093092\\_02/11918](http://memoria.bn.br/docreader/093092_02/11918).

<sup>423</sup> “Registro Literário”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 67, p. 10, 21.3.1933, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_05/31434](http://memoria.bn.br/docreader/030015_05/31434).

<sup>424</sup> “Bibliografia”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 19, 7.7.1935, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_05/55189](http://memoria.bn.br/docreader/030015_05/55189).

<sup>425</sup> O conceito surge nos anos 1930, mas se generaliza nas décadas seguintes, acompanhando os processos técnicos e comerciais que ampliam as tiragens e popularizam o livro (Pierre Nora, “Best-Seller”, em *Encyclopaedia Universalis*, disponível em <http://www.universalis-edu.com/encyclopedie/best-seller/> acesso em 23.6.2021). As buscas na Hemeroteca Nacional não apresentam mais do que uma dezena de ocorrências do termo nos anos 1930-1940.

O movimento, evidentemente voltado à prosperidade comercial, torna-se mais complexo à medida que a Globo se torna a referência de um ambiente de escolhas e posicionamentos para outras casas que se dedicariam ao setor. O sucesso da linha adotada dirigiu definitivamente a sua política de traduções a um alinhamento com o centro norte-americano e a cultura por ele difundida. Não se trata de uma atitude principista – no sentido político-ideológico –, mas sim de uma relação entre a oportunidade aberta neste circuito livreiro pelos próprios agentes do mercado estadunidense, a ambição do editor, seu olhar de mercado e a demanda que inevitavelmente surge no público, que não estava alheio às referências estrangeiras. Esta realidade acaba assumindo feições geopolíticas diante dos impactos da conjuntura internacional sobre o Brasil, em uma condição similar às disputas que ocorriam no setor importador do mesmo período<sup>426</sup>.

Quando Hallewell se refere à fase de maior qualidade no programa de traduções da Globo, com a entrada de Erico Verissimo na seleção dos títulos, ele faz alusão, sobretudo, à criação de duas coleções posteriores à Coleção Amarela, a Coleção Nobel e a Biblioteca dos Séculos, as quais se orientam a gêneros considerados maiores na literatura e que, apesar de incluírem pontualmente traduções de outras origens, mantêm-se majoritariamente fiéis às americanas. O escopo dos novos projetos parece rivalizar com aqueles criados por algumas de suas contemporâneas: a José Olympio, grande referência do período para literatura nacional, publicou a Coleção Fogos Cruzados, a qual ganhou notoriedade por estar dedicada a clássicos russos<sup>427</sup>; a Civilização Brasileira, que ainda funcionava como um braço da Companhia Editora Nacional, teve a sua Coleção Econômica SIP, voltada a clássicos da França; assim como a Martins, importante casa de São Paulo, com a Coleção Pensamento Vivo.

O aspecto mais interessante das séries é que elas ganham força no contexto da II Guerra Mundial. E não parece desmedido considerarmos nas referidas especializações um

---

<sup>426</sup> Parte I, Capítulo II, quando caracterizamos a disputa de hegemonia do mercado importado brasileiros ao longo do século XX.

<sup>427</sup> Bruno Gomide, *Dostoievski na Rua do Ouvidor: A Literatura Russa e o Estado Novo*, São Paulo, Edusp, 2018. Além de ser uma referência para o tema da literatura russa no Brasil, o autor foi fonte de inspiração para visualizarmos esta geopolítica das traduções no mercado editorial brasileiro. No Capítulo 2, “Sob o Signo de Stalingrado”, Gomide narra com detalhes a maneira como intelectuais, jornalistas e políticos acompanham o desenrolar da II Guerra Mundial atentos às principais potências envolvidas, sobretudo, a URSS. Este interesse, movido pelo adensamento político do período, contribuiu para uma (re) elaboração sobre a referência da literatura russa nos meios intelectuais brasileiros, apresentando-nos a uma situação paralela e muito similar ao que vínhamos analisando para o caso francês. Com o levantamento do catálogo de traduções de outras editoras, pudemos elaborar este breve panorama, que expressa, a nosso ver, como o mercado editorial se posiciona e media o interesse geral do público local sobre as questões vindas da II Guerra e, no momento posterior, da Guerra Fria.

reflexo deste cenário sobre o mercado do livro brasileiro. Durante o conflito, podemos imaginar que a possibilidade de atuação de agentes externos, principalmente europeus, se reduz, entretanto, a atenção da intelectualidade e do público leitor em geral naturalmente se volta para as principais nações envolvidas, as referências de sua história, pensamento e cultura. As coleções cumprem, então, com o papel comercial e simbólico de dar visibilidade às edições com origem nestes países, as quais, em outros momentos, encontravam-se dispersas nos catálogos, principalmente nos das casas não especializadas em traduções.

Essa geopolítica editorial se estenderá ao imediato pós-Guerra, pois, como vimos, de um lado, os leitores ficam instigados pela literatura produzida em torno do confronto bélico, e de outro, as nações em reconstrução desejam estimular sua produção na área cultural como parte das políticas que as reposicionam no sistema internacional polarizado pela Guerra Fria. Se os livros importados serão a primeira via de reconexão com a realidade exterior, como foi o caso para a retomada de relações com a França, as edições nacionais virão em seguida, estimulando possibilidades deste mercado que ascendeu no período anterior e fazia exigências para retomar sua capacidade produtiva, e atendendo ao público em expansão a partir das políticas de superação do analfabetismo e de expansão escolar.

A Difel surge em meio a esta dinâmica e se posiciona como porta-voz, por excelência, da literatura francesa<sup>428</sup>. Vejamos, então, como avança esse posicionamento.

Os investimentos que vêm das ações diplomáticas refletem a iniciativa de seus agentes culturais e, de início, parecem seguir o modelo da Livraria do Globo, voltando-se, contudo, ao mundo francófono com as traduções de George Simenon<sup>429</sup>. A série do Inspetor Maigret entrava na concorrência com os romances policiais de origem anglófona já difundidos entre os leitores brasileiros. Entretanto, para além das críticas que a editora recebe por importar as traduções, a estratégia não apontava para nenhuma novidade do ponto de vista dos hábitos de leitura ou do gênero ficcional, limitando possivelmente o seu sucesso, pois novas edições do escritor belga deixam de aparecer no catálogo da editora a partir de 1956.

---

<sup>428</sup> Segundo Hallewell, uma literatura que viu sua hegemonia superada no mercado brasileiro pela presença anglo-americana, desde os anos 1930. Sem desconsiderarmos totalmente este fato, pois a hegemonia francesa se enfraquece significativamente nesta década, acreditamos ser interessante identificar como, na verdade, o referencial francês não ocupa um espaço com a mesma visibilidade que o americano, no entanto, ela não parece estar totalmente superada, integrando o impulso dado à edição nacional naquele período e sobrevivendo ao pós-Guerra. Talvez a questão se deva à rotina estabelecida em torno da presença do livro francês no Brasil, facilitado pelo domínio da língua entre a elite letrada e do fluxo de importações. É no espaço deixado por este relativo comodismo editorial que a Difel passa a intervir de modo sistemático.

<sup>429</sup> Maurice-Bernard Endrêbe, "Le Roman Policier", em Roger Chartier e Henri-Jean Martin, *Histoire de l'Édition Française: Le Livre Concourrencé (1900-1950)*, Paris, Fayard/Cercle de La Librairie, 1991, pp. 282-285.

### ***Caminhos para a Mediação Editorial***

O editor e seus sócios vão se situando na configuração preexistente do mercado e logo têm que acompanhar também a atualização de suas práticas. Assim, para construírem uma editora relevante deveriam se dirigir ao mercado internacional, buscando livros vendáveis, certamente, mas com um ímpeto propositivo e inovador. Um *best-seller* internacional deveria passar por um processo de (re)elaboração para reproduzir sucesso semelhante, ou ao menos satisfatório, no Brasil. Se Henrique Bertaso se valeu da *Publishers Weekly* para tomar suas referências, Paul Monteil tinha os seus referenciais, com destaque à Livraria Francesa que, como vimos, ofertava-lhe um horizonte de interesses do público pelas vendas e pela circulação de intelectuais, estudantes e outros personagens da vida intelectual paulistana; e os prêmios literários que são potencializados na França como forma de reconhecer e dar visibilidade à sua produção literária.

Retomando os principais autores da Difel a partir de 1954, identificamos que a escritora Colette<sup>430</sup> tinha em sua trajetória o Prêmio Nobel de Literatura (1948); Maurice Druon<sup>431</sup> recebeu o Prêmio Goncourt (1948); Françoise Sagan<sup>432</sup>, o Prix des Critiques

---

<sup>430</sup> Sidonie Gabrielle Colette (1873-1954) inicia sua carreira literária com a série *Claudine*, assinando sob o pseudônimo de Colette Willy – apelido de seu primeiro marido Henry Gauthier-Villars. Ela será desconhecida dos meios literários até 1923, quando publica o livro *Le Blé en Herbe* [*Amor de Outono*]. Ao ser revelada, Colette se torna uma escritora reconhecida e popular, sendo a segunda mulher eleita como membro da Academia Goncourt, em 1949. Sobre a vida e obra de Colette, ver: Julia Kristeva, *Le Génie Féminin : La vie, La folie, les Mots*, vol. 3 : Colette. Paris, Fayard, 2002.

<sup>431</sup> Maurice Druon (1918-2009) se dedicou à literatura desde jovem em periódicos da Faculté de Lettres de Paris e da Sciences Po, instituições onde estudou, mas passa a uma carreira literária, de fato, a partir de 1946 com a série *As Grandes Famílias*, que lhe confere o prêmio Goncourt de 1948. Druon esteve engajado na Resistência Francesa, voltando-se à escrita como expressão desse engajamento e das funções que assumiu na política francesa ao longo do século XX (Charles-Louis Foulon, “DRUON, Maurice (1918-2009)”, em *Dictionnaire de la Littérature Française au XX<sup>e</sup> Siècle, Encyclopædia Universalis*, disponível em: <http://www.universalis-edu.com/encyclopedie/maurice-druon/> acesso em 23.6.2021.

<sup>432</sup> Françoise Quoirez (1935-2004) inicia sua carreira como escritora aos dezoito anos e atinge um sucesso meteórico com seu primeiro livro *Bonjour Tristesse* [*Bom Dia, Tristeza*]. Ela se dedica à obra após sua reprovação no exame propedêutico para a Sorbonne, em 1953, e leva os originais a René Julliard, que aceita a publicação. O livro é lançado em janeiro de 1954 com uma primeira tiragem de cinco mil exemplares, seguida de mais três reimpressões de 3 mil, 25 mil e 500 mil antes do mês de julho do mesmo ano (Frédéric Maget, “SAGAN, Françoise (1935-2004)”, em *Dictionnaire de la Littérature Française au XX<sup>e</sup> Siècle, Encyclopædia Universalis*; Michel Guggeheim, “Françoise Sagan devant la Critique”, *The French Review*, vol. 32, n. 1, pp. 3-13, out. 1958).

(1954); Simone de Beauvoir<sup>433</sup>, o Prêmio Goncourt (1954); Jean-Paul Sartre<sup>434</sup> foi premiado com o Nobel (1964), mas recusou-se a recebê-lo.

Os livros que concedem os prêmios a Sagan e Druon são propriamente aqueles que introduzem os autores no mercado brasileiro. Os outros não seguem esta lógica, no entanto, podemos supor que, além de *best-sellers* franceses, eles tenham sido destaques de venda na Livraria Francesa de São Paulo naquele momento. Ainda que não tenhamos esta informação precisa, quando analisamos o conjunto de obras publicadas na seção de livros avulsos, percebemos que a Difel elege seus autores literários entre editoras importantes do fornecimento dos importados no estabelecimento comercial de Paul Monteil, as quais, não raro, correspondem às mais prestigiadas do mercado francês.

**Tabela 17. Principais Editoras Francesas nas Traduções Ficcionalis da Difel**

Editora de Origem	Nº de Traduções
Gallimard	27
Julliard	14
Presses de la Cité	12
Flammarion	4
Robert Laffont	3

Os marcadores de qualidade literária das obras traduzidas vão se revelando entre os prêmios e o capital simbólico das editoras de origem. O nome de um autor reconhecido com um Goncourt ou associado ao prestígio de uma Gallimard seriam elementos fundamentais para o editor, que teria que apostar na construção de seus próprios *best-sellers* para o mercado brasileiro, sobretudo quando estas edições não figuram em um *corpus* específico dentro do catálogo da editora. Como já sinalizamos, a Difel não criou

<sup>433</sup> Simone de Beauvoir (1908-1986) filósofa e escritora francesa. Formada pela Sorbonne, Beauvoir lecionou filosofia em liceus de Marseille, Rouen e Paris. Seu primeiro romance foi negado pelo editor Gaston Gallimard, que, anos mais tarde, aprovou os originais de *A Convidada*, publicado em 1943. Em plena ocupação nazista, a obra discute fundamentalmente a questão da liberdade e é considerada um romance existencialista. Desde então, a editora Gallimard publicou todos os livros de Beauvoir. Sobre a Biografia de Beauvoir, ver Toril Moi, *Simone de Beauvir. Conflits d'une Intellectuelle*, Paris, Didero Éditeur, 1995.

<sup>434</sup> Jean-Paul Sartre (1905-1980) filósofo e escritor francês. Formado na École Normale Supérieure, lecionou em no liceu do Havre, na École Normale d'Instituteurs de Laon e no Lycée Henry IV de Paris. Publicou seu primeiro livro, *L'Imagination*, em 1936. Com a ocupação de Paris, Sartre foi preso pelos alemães em 1940. Ao ser liberado se envolve com grupos de intelectuais da resistência, escreve para alguns jornais, e já em 1944 entra para as redes do movimento *Combat*, dirigido por Albert Camus. Sobre a biografia de Sartre, ver Annie Cohen-Solal, *Sartre : 1905-1980*, Paris, Éditions Gallimard, 1985.



coleções literárias, logo, o peso da propaganda e da valorização dos livros recai muito mais sobre a visibilidade dos autores e dos títulos escolhidos, reforçando a importância destes elementos que poderiam conferir legitimidade às edições brasileiras. As notas de recomendação dos livros citam as premiações e trajetórias como aspectos de valorização das obras selecionadas, demonstrando que estes critérios tinham efeito.

Sobre Druon, lê-se:

#### As Grandes Famílias

A Difusão Europeia do Livro, São Paulo, publicou, traduzido por Alcântara Silveira, o livro integrante da trilogia “O Fim dos Homens” com que Maurice Druon conquistou o prêmio Goncourt. Nesse livro se desenrola a vida francesa de após I Guerra, palpitando o mundo da Bolsa dos Bancos, da Indústria, dos grandes jornais e da Academia de Letras<sup>435</sup>.

E Colette:

#### GIGI – Colette

Difusão Europeia do Livro – Tradução de Yolanda Steidel de Toledo – Capa Luís Ventura – 184 páginas – 1958

Gabrielle-Sidonie Colette, mais conhecida simplesmente por Colette está se tornando mais conhecida no Brasil através das traduções de seus mais significativos romances lançados pela Difusão Europeia do Livro de São Paulo.

Morta aos oitenta e um anos de idade, teve Colette uma das experiências mais agitadas de uma vida. De simples jornalista e artista de music-hall passou à imortalidade ao entrar para a Academia Goncourt, com uma bagagem literária que a fizera conhecida no mundo inteiro<sup>436</sup>.

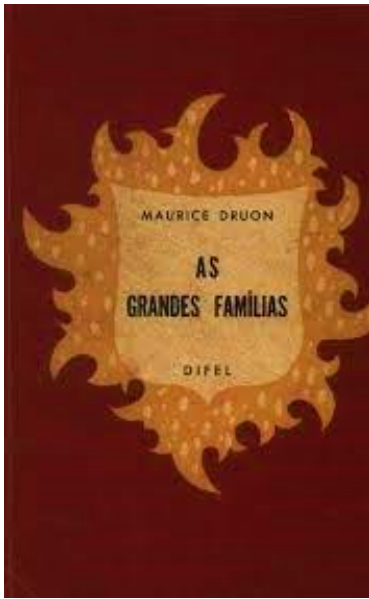
A valorização dos escritores, com expressões que remetem até mesmo à ideia de imortalidade, auxilia, na verdade, em uma composição do catálogo que não deixa a ideia de coleção totalmente ausente do conjunto de livros avulsos. Por meio de publicações sucessivas de um mesmo autor, a Difel cria identidade de pequenas séries de livros, algumas predefinidas na própria obra selecionada, como os títulos da personagem Claudine, de Colette, ou dos romances de Maurice Druon; outras, pelo repertório estabelecido na própria linha de publicação dedicada, por exemplo, a diversos títulos de Sagan ou praticamente às obras completas de Sartre e Simone de Beauvoir. Em outras palavras, criam-se unidades internas à categoria literatura, hierarquizadas pela autoria dos textos, característica que também reforça o caráter popular de algumas publicações e uma estratégia possível para a fidelização do público.

---

<sup>435</sup> “Livros e Fatos”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9946, p. 8, 10.4.1955, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/093718\\_03/40038](http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/40038).

<sup>436</sup> “Gigi – Colette”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, n. 111, 25.5.1955, Suplemento Dominical, p. 8, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/87996](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/87996).

**Figura 33**



**Figura 34**

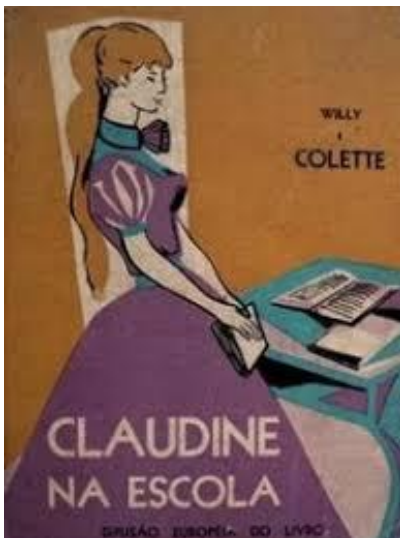


**Figura 35**



**Figuras 33 a 35.** Capas dos Volumes I, II e III da série *O Fim dos Homens*, de Maurice Druon, publicados entre 1955-1961, 13,5 x 18 cm. A identidade visual dos livros não deixa dúvidas sobre a série que os mesmos conformam na obra de Druon e dentro do catálogo da Difel, ainda que as publicações tenham saído individualmente e que muitos comentadores se refiram à relativa independência das narrativas.

**Figura 36**



**Figura 37**



**Figura 38**



**Figuras 36 a 38.** Capas dos Volumes I, II e III da Série *Claudine*, de Colette, publicados entre 1958-1960, 13,5 x 18 cm. Os títulos de Colette também carregam uma identidade entre si, evidenciando se tratar de uma publicação seriada do catálogo literário da Difel. Em ambos os casos, devemos ressaltar as publicações em pequeno formato, aproximando a realização material das obras de uma produção popular. No documento *Programme Editorial Mai-1958/Mai-1959*, os registros fazem referência à edição dos *Romans-Petits* em tiragens de quatro mil exemplares, no valor de Cr\$20 cruzeiros – mesmo preço da coleção de bolso Saber Atual e metade do valor da uma coleção em grande formato, como a Clássicos Garnier.

Ao considerar os prêmios, as trajetórias dos autores e as estatísticas de venda, o editor vai definindo os campos potencialmente mais férteis para seu trabalho de mediação entre o mercado francês e brasileiro, considerando diferentes aspectos que lhe permitam arriscar e investir em determinado projeto de tradução. Ao lado destes, e não menos importante, encontra-se também a avaliação do conteúdo dos livros de um perfil temático e/ou de um gênero literário que contribua para o fortalecimento do catálogo e da identidade do selo editorial. Em algumas ocasiões já vimos que o mercado possuía um *modus operandi* que exigia que a “Difusão Europeia” provasse suas intenções de trabalhar em prol da cultura de uma “nação brasileira”.

O catálogo dinâmico da Difel evidencia que Paul Monteil e sua equipe confiaram em duas categorias de publicações na seção que estamos analisando: a literatura de guerra<sup>437</sup> e a literatura de escrita feminina<sup>438</sup>.

A primeira categoria abarca as obras de Maurice Druon, Antoine de Saint-Exupéry, André Gide, André Malraux, Albert Camus, Vercors e Jean-Paul Sartre. O conjunto é composto por vinte e nove publicações, realizadas entre 1954-1971, vinte delas distribuídas igualmente entre Sartre e Druon, e outras nove assinadas pelos demais autores com uma ou duas publicações cada um.

À exceção de Druon e Vercors, que se lançaram de fato à literatura durante ou após a II Guerra, os outros escritores não eram desconhecidos do público brasileiro. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 seus romances já circulavam no Brasil entre grandes e pequenas editoras, como as já citadas José Olympio<sup>439</sup> e Globo<sup>440</sup>, e outras como

---

<sup>437</sup> Conceito apresentado na Parte I, Capítulo 2. Retomamos aqui a ideia geral: uma variação do romance histórico, a denominação passa a ser usada a partir da produção literária que retrata a experiência da I Guerra Mundial. O gênero ressurgiu com força na segunda metade do século, com o *boom* de romances que trazem, sob a mesma perspectiva, a tensão vivida com a ascensão nazifascismo na Europa e a experiência da II Guerra Mundial.

<sup>438</sup> A noção de “literatura de escrita feminina” se afirmou como um conceito feminista nos anos 1970. Ele se opõe à categoria “literatura feminina”, que é criada em fins do XIX, com a carga pejorativa de ser um gênero literário menor até o início do século XX. Hesitamos em classificar os livros da Difel nesta categoria, pensando em certo anacronismo de se aplicar o termo que não foi contemporâneo às publicações. Contudo, observando as análises sobre a vida e obra das autoras Françoise Sagan e, mais diretamente, de Simone de Beauvoir, vemos que elas estão no centro do debate que tensiona os meios literários com uma produção provocativa por sua densidade literária, pela proposição de questões que problematizam a condição da mulher e também pela maneira com a qual assumem a literatura como uma atividade profissional. Ver: Audrey Lasserre, “Ecriture Féminine”, em Christine Bard e Sylvie Chaperon, *Dictionnaires des Féministes. France XVII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> Siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 2017, pp. 494-496; Béatrice Slama, “De la ‘Littérature Féminine’ à ‘l’Écrire-Femme’: Différence et Institution”, *Littérature*, n. 44, pp. 51-71, 1981.

<sup>439</sup> Antoine de Saint-Exupéry, *Terra dos Homens*, trad. Rubem Braga, Rio de Janeiro, José Olympio, 1939; Albert Camus, *A Peste*, trad. Graciliano Ramos, Rio de Janeiro, José Olympio, 1950.

<sup>440</sup> André Gide, *Imoralista*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1950.

Vecchi<sup>441</sup>, Agir<sup>442</sup>, Guaíra<sup>443</sup>, Guanabara<sup>444</sup> e Mundo Latino<sup>445</sup>. As edições surgiam ao lado de outras traduções que tematizavam igualmente a ascensão do nazifascismo, os conflitos mundiais, a Guerra Civil Espanhola e outras polêmicas que envolviam o clima político do período, muitas delas reproduzindo memórias de líderes da época – para citar os principais, Winston Churchill<sup>446</sup>, Franklin Delano Roosevelt<sup>447</sup> e Charles De Gaulle<sup>448</sup>.

Este panorama evidencia a existência de uma geopolítica das traduções que acabamos de definir, tanto no que diz respeito ao destaque alcançado pela literatura de guerra, que expressava o acirramento da conjuntura internacional, quanto no posicionamento de determinadas editoras diante dos títulos disponíveis e suas origens. A Difel começa, então, a reunir os autores que a posicionariam ao lado da produção francesa enquadrada neste gênero, e o seu primeiro lançamento foi *Vôo Noturno*<sup>449</sup>, de Antoine de Saint-Exupéry:

#### Heroísmo por entre nuvens

Dentre os poucos livros que nos deixou o aviador A. de Saint-Exupéry coloca-se com destaque o **Vôo Noturno**, cuja edição brasileira, em tradução de Pedro Bom, acaba de aparecer por iniciativa da editora Difusão Europeia do Livro. O autor, que foi um grande poeta, conta a epopeia de implantação de certas linhas de correio aéreo, apresentando tudo em suas cores intensamente humanas. É um livro de extraordinária beleza, de um tom profundamente emocionante que não existe igual na literatura contemporânea. Nesta edição há um prefácio de André Gide<sup>450</sup>.

O catálogo literário da Difusão era inaugurado não apenas por um escritor, mas por um herói, com uma imagem envolvida por uma áurea emblemática devido às circunstâncias de seu falecimento em um acidente de avião durante uma missão do Exército Aliado no Mediterrâneo. O livro fora premiado à época de sua publicação na França com o Prix Femina, mas suas qualidades e as do autor exaltadas pela nota se dão

---

<sup>441</sup> André Gide, *De Volta da URSS*, Rio de Janeiro, Editora Vecchi, 1937; André Gide, *Moedeiros Falsos*, Rio de Janeiro, Vecchi, 1939.

<sup>442</sup> Antoine de Saint Exupéry, *O Pequeno Príncipe*, Rio de Janeiro, Agir, 1954.

<sup>443</sup> André Malraux, *A Esperança*, Curitiba, Guaíra, 1940.

<sup>444</sup> André Malraux, *Os Conquistadores*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1935; André Malraux, *A Estrada Real: As Potências do Deserto*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1935.

<sup>445</sup> André Malraux, *A Condição Humana*, Curitiba, Guaíra, 1948.

<sup>446</sup> Winston Churchill, *Sangue, Suor e Lágrimas*, Rio de Janeiro, Jose Olympio, 1941; Winston Churchill, *A Segunda Guerra Mundial*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1948-1950.

<sup>447</sup> Franklin D. Roosevelt, *Nossa Democracia em Ação: a Filosofia do Presidente tal como se Encontra em seus Discursos, Mensagens e Outros Documentos Públicos*, Porto Alegre, Globo, 1942.

<sup>448</sup> Charles De Gaulle, *E a França Teria Vencido*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1941.

<sup>449</sup> Antoine de Saint-Exupéry, *Voo Noturno*, trad. Pedro Bom, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1954.

<sup>450</sup> Waldemar Cavalcanti, "Jornal Literário", *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 10 505, capa, 5.12.1955, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_05/3204](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_05/3204).

nos marcos desta representação simbólica, da sensibilidade de um aviador que construía narrativas em torno de sua profissão, tornando-se um combatente que deu a vida contra a barbárie nazista.

Em seguida, vieram as novidades. No ano de 1955, a editora publica *As Grandes Famílias*, de Maurice Druon. Sua trajetória e obra reuniam fatores importantes para que o editor apostasse neste que ainda era um desconhecido do público brasileiro: a repercussão de seu Goncourt e o formato seriado dos romances que, como vimos, tem um peso na estratégia de construção do catálogo ficcional da editora. A primeira série escolhida apresenta uma visão crítica da sociedade europeia do entreguerras, “palpitando sobre o mundo da bolsa de valores, da grande indústria e da academia de letras”<sup>451</sup>, como registra uma divulgação do livro.

No mesmo conjunto, a Difel também realizou as traduções de *Nos Confins do Homem*<sup>452</sup> e de *O Silêncio do Mar*<sup>453</sup>, de Vercors. Este último, título emblemático da produção editorial da Resistência, já possuía uma tradução parcial no Brasil saída no jornal *A Cigarra*, como vimos, no entanto, não poderia faltar em um catálogo que se alinhava com aquela produção, dado o caráter fundador e o peso simbólico que adquiriu dentro deste movimento, assim, fica definitivamente registrada entre os leitores brasileiros a edição de “uma das grandes páginas inspiradas na desgraça da ocupação alemã na França”<sup>454</sup>.

---

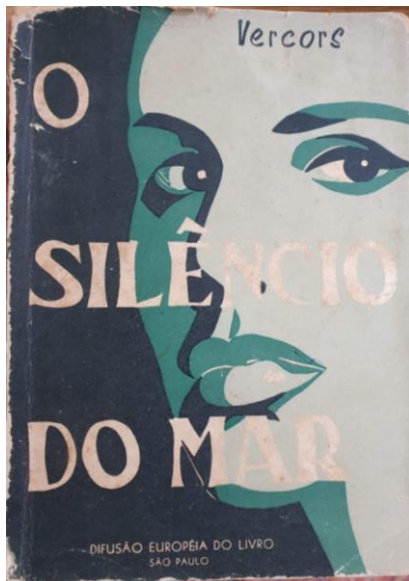
<sup>451</sup> Raul Lima, “Livros e Fatos”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9 947, 10.4.1955, Suplemento Literário, p. 3, disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/093718\\_03/40038](http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/40038).

<sup>452</sup> Vercors (pseud. Jean Bruller), *Nos Confins dos Homens*, trad. Alcântara Silveira, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1956.

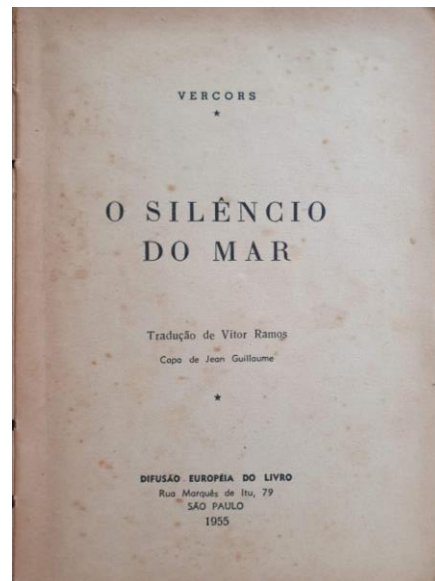
<sup>453</sup> Vercors (pseud. Jean Bruller), *O Silêncio do Mar*, trad. Vitor Ramos, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1956.

<sup>454</sup> Raul Lima, “Livros e Fatos”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10 211, 19.2.1956, Suplemento Literário, p. 3, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_03/47991](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/47991).

**Figura 39**



**Figura 40**



**Figuras 39 e 40.** Capa e folha de rosto da primeira edição brasileira de *O Silêncio do Mar*, Vercors, 1955, 13,5 x 18 cm., Livro que também entra na categoria *Romans-Petits* na linha de produção literária da Difel, conformando uma identidade material para o conjunto de livros de seu catálogo ficcional nas categorias que definimos como “Literatura de Guerra e Literatura de Escrita Feminina”, com exceção das obras de Sartre e Simone de Beauvoir, como veremos.

Seja pela imagem dos autores ou conteúdo das obras, a questão da guerra aparece com destaque nos comentários de divulgação dos livros, demonstrando a relativa popularidade e relevância do gênero escolhido pelo editor para iniciar o seu catálogo e construir uma imagem para sua empresa. É também por essa via que Jean-Paul Sartre e seus romances serão recebidos, como veremos<sup>455</sup>. Contudo, o filósofo representará um avanço em relação a esta produção, partindo de sua referência nos marcos gerais da literatura de guerra para introduzir o romance e a filosofia existencialista no mercado brasileiro.

Colette, Françoise Sagan e Simone de Beauvoir são as referências para analisarmos o conjunto de livros de escrita feminina. Elas foram responsáveis por trinta e cinco títulos publicados pela editora na seção de livros avulsos, de 1954 a 1970. Entre eles, doze saem nos primeiros cinco anos de atividade da editora e outros oito são publicados até o ano de 1960. Ou seja, em menos de uma década, a Difusão realiza um

---

<sup>455</sup> Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir serão objeto de uma análise específica no item 1.5.

catálogo com vinte obras escritas por mulheres, contando com um dos maiores *best-sellers* internacionais da época, *Bom Dia, Tristeza*, e os dois volumes da obra fundamental do feminismo no século XX, *O Segundo Sexo*<sup>456</sup>. Eram novidades inegáveis para as leitoras e leitores brasileiros, mas de alguma forma a Difusão propunha inovações dialogando novamente em um domínio com certa tradição nas edições nacionais.

O público feminino sempre contou com coleções especializadas que incluíam de romances escritos por mulheres a guias de comportamento para “boas esposas”. As publicações eram enquadradas na categoria de literatura feminina, gênero considerado menor em seus aspectos narrativos, no entanto, sempre lucrativo para os editores<sup>457</sup> e que, ao persistir ao longo do tempo, foi acompanhando mudanças na sociedade e na demanda das leitoras. Então, projetos como Biblioteca das Moças, da Companhia Editora Nacional, Menina Moça, da José Olympio, e Biblioteca da Mulher Moderna, da Civilização Brasileira<sup>458</sup>, desenvolvidos na década de 1930, reproduziam majoritariamente estes padrões, mas começam também a publicar livros que dialogavam com o avanço dos debates sobre a questão social da mulher, como a luta pelo direito ao voto, ao divórcio e outras demandas políticas e econômicas da época<sup>459</sup>.

Os primeiros títulos publicados pela Difel nesta categoria foram *Bom Dia, Tristeza*, de Sagan, *Amor de Outono*, de Colette e *A Convidada*<sup>460</sup>, de Beauvoir. As três obras trazem narrativas de relações amorosas: Sagan narra a experiência de uma jovem que começa a tomar consciência da passagem à vida adulta ao acompanhar as intrigas e questões morais presentes na relação de seu pai e suas duas amantes. A obra de Colette se passa nas férias de um casal de amigos adolescentes que irão se apaixonar, após a experiência de relacionamento entre o rapaz, com cerca de dezesseis anos, e uma mulher bem mais velha. O livro de Beauvoir, trata da história de um casal que mantém uma relação aberta – publicamente – em plena França dos anos 1940, e das questões trazidas

---

<sup>456</sup> Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, 2 vols., São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960.

<sup>457</sup> Sergio Miceli, *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil*, p. 88. O autor menciona o potencial de lucro dos chamados gêneros menores – romances de moças, romance policial, histórias de aventuras –, que se amplia, inclusive, com a expansão das políticas de ensino a partir dos anos 1930 e 1940 devido à incorporação de novos leitores e dos setores médios no principal setor do mercado voltado ao lazer. A literatura de guerra também dialoga com esse momento se a considerarmos como um gênero que flerta com os temas de “aventura” e grandes feitos de personagens reais e ficcionais.

<sup>458</sup> A coleção publicou o único livro de Colette no Brasil antes da Difel (Colette, *A Ingênuo Libertina*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938).

<sup>459</sup> Giulia Manera, *Femmes Écrivains et Représentation du Féminin dans le “Romance de 30” au Brésil*, Thèse de Doctorat sous la Direction de Idelette Muzart e Cleuza Rios Pereira Passos, Université Paris X – Nanterre/Universidade de São Paulo, 2016.

<sup>460</sup> Simone de Beauvoir, *A Convidada*, trad. Victor Ramos, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1956.

pelo envolvimento da mulher com uma jovem que irá impulsioná-la a afirmar seu ideal de liberdade.

Como podemos ver pela breve descrição das temáticas, a editora seleciona textos com um apelo, destarte, correspondente ao estereótipo de literatura feminina, associada ao romance passional e a dilemas sentimentais, que em geral circulava nas coleções que difundiam o gênero. Um caminho inteligente para potencializar o aspecto comercial das edições, colocando-as em um universo familiar para o público local. Entretanto, as histórias abordadas, aparentemente dilemas amorosos banais, desenvolviam-se com elementos polêmicos que repercutiram na crítica francesa e internacional no momento de suas publicações.

As controvérsias em torno da descoberta da sexualidade na juventude, da monogamia e da liberdade feminina eram especialmente alimentadas pela relação entre a vida das autoras e suas obras<sup>461</sup>: Sagan, que se tornara um fenômeno artístico aos dezoito anos e, desde então, destacava-se na imprensa e nos meios literários por sua atitude não convencional para a sociedade francesa; Colette, uma mulher divorciada, bissexual assumida e que teve uma relação com o enteado trinta anos mais novo; Beauvoir, feminista assumida que viva uma polêmica relação livre com Sartre, na qual se envolveram, entre outros, com Olga Kosakiewicz, que inspira o tema de *A Convidada*.

Portanto, a Difel se conectava a um mercado de obras voltados ao público feminino e escritas por mulheres, através de três figuras públicas francesas que repercutiam nos meios intelectuais e literários internacionais por sua produção, sem dúvidas, mas também por afrontarem, cada uma à sua maneira, os paradigmas de comportamento esperados para o seu tempo. A qualidade de seus escritos repercutia na mesma medida das polêmicas que provocavam com suas atitudes pessoais e profissionais<sup>462</sup>.

Quando relacionamos a escolha do editor destas protagonistas e a forma com a qual as edições são apresentadas no catálogo, compreendemos uma proposta editorial distinta das anteriores, que traz um avanço no conteúdo literário e no debate social para este nicho de atuação. Insistimos aqui na organização autoral dos livros ficcionais da Difel como fator que descola as referidas obras do repertório esperado para a literatura

---

<sup>461</sup> A importância da obra de Colette e seu impacto social são muitas vezes associados ao tom autobiográfico de suas obras (Anne Sauvy, “La Littérature et les Femmes”, em Roger Chartier et Henri-Jean Martin, *Histoire de l'Édition Française*, p. 270. Em *Amor de Outono*, primeiro título publicado pela Difel, a sua biografia é destacada na quarta capa como “um mutável caleidoscópio”.

<sup>462</sup> Béatrice Slama, “De la ‘Littérature Féminine’ à ‘l'Écrire-Femme’”, p. 51.



feminina, velha conhecida nas coleções que circulavam no mercado brasileiro. Ou seja, ao lançar os títulos de modo independente, a editora dava relevo às escritoras, construindo uma subseção de seu catálogo ficcional baseada, antes de tudo, nos nomes Colette, Sagan e Beauvoir e, em seguida, no repertório de questionamentos sociais em que elas se situavam.

O aspecto polêmico das autoras aparece nas notas que anunciam e recomendam os livros em expressões que, além de ressaltar os prêmios recebidos, mencionam a “experiência de vida agitada”<sup>463</sup> de Colette, a carreira “ruidosa”<sup>464</sup> de Sagan ou a presença das obras de Beauvoir no *index* católico<sup>465</sup>. São comentários sutis e ao mesmo tempo reveladores de que esta dimensão questionadora não poderia ser contornada. Desse modo, a Difel não se limita a construir um catálogo tradicional de literatura voltada às mulheres. Também não é o caso de afirmarmos que Paul Monteil constrói um catálogo feminista para sua empresa, o que seria anacrônico em diversos sentidos<sup>466</sup>, no entanto, o editor e sua equipe selecionam obras com um conteúdo modernizador que são apresentadas de modo vanguardista no mercado, apontando, inclusive, para uma afirmação da escrita feminina nos termos em que a definição se consolidará décadas mais tarde.

Por suas publicações ficcionais, vemos que a Difel trazia ao mercado editorial brasileiro uma seleção de autores premiados e obras contemporâneas, apostando em duas linhas de publicação com apelo popular, em diálogo com projetos conhecidos no mercado brasileiro. A editora erguia, assim, o primeiro pilar de um catálogo comercialmente viável, no qual podemos enxergar igualmente um propósito de intervenção: de um lado, demarcando, com a origem dos autores, o seu alinhamento aos circuitos de circulação de

---

<sup>463</sup> “Gigi – Colette”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, n. 111, 25.5.1955, Suplemento Dominical, p. 8.

<sup>464</sup> Raul Lima, “Livros e Fatos”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 5.8.1956, Suplemento Literário, p. 3, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/093718\\_03/52532](http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/52532).

<sup>465</sup> “No Índice de Livros Proibidos, Duas Obras da Escritora Simone de Beauvoir”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVI, n. 161, 13.7.1956, Primeiro Caderno, p. 7, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_07/63733](http://memoria.bn.br/docreader/030015_07/63733).

<sup>466</sup> Colette e Sagan, inclusive, não se reivindicavam feministas e a posição das estudiosas sobre a contribuição de suas obras frente ao avanço de uma literatura emancipadora escrita por mulheres não é consensual. Mesmo reconhecendo os seus limites, Julia Kristeva defende o aspecto libertário da autora de *Amor de Outono* da seguinte maneira: “[...] Colette, que ignora a política, não se furta em revelar o prazer feminino. Na verdade, seu alfabeto do mundo é um alfabeto do prazer feminino, sujeito ao prazer masculino, mas afetado por uma diferença incomensurável em comparação com este. Que não há emancipação feminina sem uma liberação da sexualidade feminina, que é fundamentalmente uma bissexualidade e sensualidade polifônica” (Julia Kristeva, *Notre Colette*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2004, p. 10). Reproduzimos sua posição, pois em nossa leitura interessa captar esses pontos de tensão que as escritoras estabelecem entre sua obra, trajetória e a expectativa social sobre o que escreviam, é justamente nestas contradições que entendemos como seus ímpetos de criação não se limitavam a criar livros vendáveis, estendendo-se a uma crítica da sociedade francesa através de suas experiências individuais e comportamentos fora do padrão transportados para suas narrativas.

livros e ideias que emanavam da França; de outro, dentro destes circuitos, ressaltando os aspectos que conferiam reconhecimento aos escritores e seus livros por sua qualidade literária e por representarem, na literatura, um pensamento social francês.

#### **4.4. Sartre e Beauvoir: Edição, Engajamento e Universidade**

##### ***O Existencialismo em Livros***

Em 7 de setembro de 1960, o jornal *Diário de São Paulo* registrava: “Sartre e Simone autografaram ontem mais de quinhentos livros”<sup>467</sup>. A manchete se referia ao evento realizado no dia anterior nas instalações da Livraria Francesa pela ocasião da visita dos filósofos ao Brasil. Em passagem por São Paulo, onde fariam conferências na capital e no interior, mobilizaram um grande público, deixando marcas por diversos espaços de referência. A Rua Barão de Itapetininga, 275 foi um dos pontos de atração aos seus leitores e admiradores, que formaram uma grande fila saindo pelo corredor da galeria onde se encontrava a loja, ocupando a calçada da elegante e simbólica via do circuito intelectual paulistano em direção à praça da República. Todos com seus livros em mãos para terem um registro pessoal daquelas presenças tão ilustres.

O evento não estava relacionado apenas com a representatividade da livraria como “Mensageira do Pensamento Francês no Brasil”, mas também da editora mantida por seu proprietário. Naquela altura, a Difel era a responsável pelas primeiras traduções brasileiras da obra de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir no país, e a estadia dos autores repercutia sua atuação editorial desta maneira:

##### **Livros Lançados**

Aproveitando a presença de Sartre-Simone no Brasil, a Difusão Europeia do Livro (que tem lançado regularmente obras desses escritores) acaba de editar, de Sartre, o volume *Reflexões sobre o Racismo*, em tradução de Jacó Guinsburg. De Simone, a segunda parte de *O Segundo Sexo (A Experiência Vivida)*, em tradução de Sérgio Milliet<sup>468</sup>.

A notícia menciona os títulos publicados naquele ano emblemático, os quais marcam a política da Difusão com relação ao tratamento dos autores em seu catálogo, como veremos. No entanto, cumpre notar que às vésperas da chegada dos filósofos a casa

---

<sup>467</sup> “Sartre e Simone Autografam Mais de Quinhentos Livros”, *O Diário de São Paulo*, São Paulo, ano XXXII, n. 9 619, 7.9.1960.

<sup>468</sup> Mauritônio Meira, “Vida Literária”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXX, n.198, p. 6, 23.8.1960, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=9051](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=9051).

já era reconhecida por sua contribuição à cultura nacional na posição de mediadora do “ciclo sartriano”<sup>469</sup> no mercado livreiro e meios intelectuais locais.

Tal notabilidade vinha das traduções realizadas em anos anteriores: entre 1956 e 1959, o selo havia publicado três livros de Sartre e outros quatro de Beauvoir: dele, a trilogia *Caminhos da Liberdade*<sup>470</sup>; e, dela os romances *A Convidada*<sup>471</sup>, *Todos os Homens São Mortais*<sup>472</sup>, o primeiro volume de sua obra autobiográfica, *Memórias de uma Moça Bem-Comportada*<sup>473</sup> e do ensaio filosófico *O Segundo Sexo – Fatos e Mitos*<sup>474</sup>. Em 1970, eles integrariam um conjunto de vinte títulos assinados pelos filósofos – editados em vinte e cinco volumes.

---

<sup>469</sup> Adonias Filho, “Estante”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 11 093, p. 10, 13.1.1959, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_03/79415](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/79415).

<sup>470</sup> Todos publicados em São Paulo pela Difusão Europeia do Livro e em tradução de Sérgio Milliet: Jean-Paul Sartre, *A Idade da Razão*, 1957; *Sursis*, 1958; *Com a Morte na Alma*, 1958.

<sup>471</sup> Simone de Beauvoir, *A Convidada*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1956.

<sup>472</sup> Simone de Beauvoir, *Todos os Homens São Mortais*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1958.

<sup>473</sup> Simone de Beauvoir, *Memórias de uma Moça Bem Comportada*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1959.

<sup>474</sup> Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo. Fatos e Mitos*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960.

**Quadro 8. Obras de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir publicadas pela Difel (1956-1970)**

	Título	1a Ed. Difel	Tradutor
<b>Sartre</b>	<i>A Idade da Razão</i>	1957	Sérgio Milliet
	<i>Sursis</i>	1958	Sérgio Milliet
	<i>Com a Morte na Alma</i>	1959	Sérgio Milliet
	<i>Reflexões sobre o Racismo</i>	1960	Jacó Guinsburg
	<i>A Imaginação</i>	1964	Luiz Roberto Salinas Fortes
	<i>O Diabo e o Bom Deus</i>	1964	Maria Jacinta
	<i>As Palavras</i>	1964	Jacó Guinsburg
	<i>Questão de Método</i>	1966	Bento Prado
	<i>As Troianas</i>	1966	Rolando Roque
<b>Beauvoir</b>	<i>A Convidada</i>	1956	Victor Ramos
	<i>Todos os Homens São Mortais</i>	1959	Sérgio Milliet
	<i>Memórias de uma Moça Bem-Comportada</i>	1959	Sérgio Milliet
	<i>O Segundo Sexo (2 volumes)</i>	1960	Sérgio Milliet
	<i>Na Força da Idade (2 volumes)</i>	1961	Sérgio Milliet
	<i>Sob o Signo da História (2 volumes)</i>	1965	Sérgio Milliet
	<i>Os Mandarins (2 volumes)</i>	1966	Hélio Souza
	<i>As Belas Imagens</i>	1967	Lucila Bernardet
	<i>Mulher Desiludida</i>	1968	Helena Silveira
	<i>O Sangue dos Outros</i>	1969	Heloyza de Lima Dantas
	<i>A Velhice (2 volumes)</i>	1970	Heloyza de Lima Dantas

A Difel não chegou a publicar a obra completa dos escritores. A partir de 1960, precisamente, começam a surgir outras iniciativas que concorrem com a quase exclusividade que ela detinha até então<sup>475</sup>. De toda maneira, com “bom faro e senso de

<sup>475</sup> Não houve nenhuma publicação de Simone de Beauvoir no Brasil anterior a 1956. Para o ano de 1957, encontramos Simone de Beauvoir, *A Longa Marcha*, trad. Alcântara Silveira, São Paulo, Ibrasa, 1957. Há uma única publicação de Sartre anterior às edições da Difel, trata-se de: Jean-Paul Sartre, *O Muro*, trad. Alcântara Silveira, Instituto Progresso Editorial, 1948. Importante notar que o intelectual Alcântara Silveira será o tradutor de ambas as obras, ele integra o corpo da Difel, como vimos, mas não lhe atribui nenhuma obra dos autores. Silveira era bacharel em direito, funcionário público do Estado de São Paulo e autodidata na área de literatura. Apesar de seu reconhecimento e contribuições, a trajetória, vínculos institucionais e projeção de Sérgio Milliet provavelmente era mais interessante para construir as obras junto ao público preferencial da editora, como veremos.

oportunidade”<sup>476</sup>, como admite um comentarista da época, ela abriu caminhos para a recepção editorial de Sartre e Beauvoir no Brasil, concentrando boa parte dos livros produzidos por eles ao longo das décadas. Interessa-nos, então, compreender sob quais condições a editora construiu esse pioneirismo e como os interesses do editor, o perfil pensado para o catálogo e seu público preferencial – constando neste quesito também os intelectuais que trabalhavam para a editora – se articulam no sentido de eleger os filósofos franceses como parte do repertório que contribuiria, a um só tempo, para o desenvolvimento comercial da empresa e do projeto cultural que ela vai definindo em seus primeiros anos de atividade, a saber, o de difundir o livro europeu no mercado brasileiro de modo autêntico e conectado com suas demandas.

Uma parte desta dinâmica tem sua base nas diretrizes que orientaram o escopo do catálogo literário da editora, composto por obras que se alinhavam à literatura de guerra e a uma literatura de escrita feminina, conforme analisamos anteriormente. Entretanto, os autores e sua obra se destacam dos demais em diversos aspectos que vão de sua trajetória e concepção sobre o trabalho intelectual ao caráter de seus escritos. Devemos nos atentar a estas particularidades, pois elas ressaltam a importância da Difel como espaço de mediação destes trânsitos franceses na sociedade brasileira da segunda metade do XX e, com isso, na história do livro como esfera de produção da cultura e de intervenção social no país.

As obras de Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir foram lançadas pela Difusão a partir de 1956. Não podemos dizer que até este momento o nome e a produção dos filósofos fossem desconhecidos dos leitores brasileiros. Quando apresentamos a participação de Sérgio Milliet no corpo de tradutores da casa, sinalizamos que ele era um personagem particularmente interessado em Sartre e no existencialismo, manifestando suas opiniões em diversos artigos de sua coluna em *O Estado de S. Paulo*. Até onde pudemos levantar, Milliet talvez tenha sido o crítico com maior recorrência de colocações sobre a filosofia existencialista na imprensa periódica da época e, ao seu lado, podemos encontrar uma centena de outros artigos com o mesmo interesse sobre os autores<sup>477</sup>, além

---

<sup>476</sup> Valdemar Cavalcanti, “Jornal Literário”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXXIX, n. 2 211, p. 2, 28.6.1960, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523\\_06&pagfis=4799](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pagfis=4799).

<sup>477</sup> A base de dados da Hemeroteca Digital nos permite realizar uma consulta panorâmica, e quantitativa, com a busca por “Sartre” e “Beauvoir”. São mais de quatro mil ocorrências entre 1946-1956, que exigiram um trabalho hercúleo para serem todas analisadas. Por isso, destacamos os periódicos com maior número de citações – *O Jornal*, *A Manhã*, *Correio Paulistano*, *Diário de Pernambuco* – nos quais fizemos uma triagem de artigos e resenhas que se referissem diretamente aos autores, totalizando cerca de quinhentas referências.

de publicações do próprio Sartre: três entrevistas inéditas concedidas a jornalistas brasileiros ou correspondentes internacionais<sup>478</sup> e uma série de quatro textos autorais encomendados pelo *Correio Paulistano*<sup>479</sup>.

A aparição de Sartre e Beauvoir nos jornais brasileiros se torna mais recorrente após 1946, meses depois de duas manifestações impactantes do filósofo nos meios franceses, ambas ocorridas em outubro de 1945: o surgimento de *Les Temps Modernes*, cuja apresentação-manifesto<sup>480</sup> lançará as bases da ideia de engajamento intelectual mobilizada por ele e o grupo da revista; e a conferência *L'Existentialisme Est un Humanisme*, proferida no clube *Maintenant*, agremiação no contexto da Liberação francesa, em que Sartre tratará de definir a sua concepção sobre o existencialismo, apresentado críticas ao marxismo ortodoxo e outras correntes de pensamento progressista. Assim o impacto destes eventos foi relatado aos brasileiros<sup>481</sup>:

A personalidade de Jean-Paul Sartre, filósofo, romancista e dramaturgo domina hoje tipicamente a parte ao mesmo tempo esclarecida e ruidosa da vida literária sobre a qual se projeta a atenção da imprensa e do público que a acompanha. Há poucas semanas por ocasião de uma conferência sobre o existencialismo, a afluência era tal, que se viram mulheres perderem os sentidos e tornou-se necessário chamar a polícia para acabar com o excesso de assistência. Não há dúvidas que seria muito fácil querer explicar essa aceitação extraordinária com o snobismo, mas a coisa é totalmente diversa. É claro que também não basta considerar o prestígio e o talento do autor ou o senso de publicidade que ele possui no mais alto grau. Com muito mais acerto vemos a verdade na confusão sem precedentes em que se debate nossa juventude e em meio à qual ele aparece, com ou sem razão, como o único que apresenta senão uma solução (a palavra não convém aqui), pelo menos uma resposta às perguntas que atormentam os espíritos. [...] Por outro lado, em um manifesto que apresenta a revista

---

<sup>478</sup> Além da entrevista realizada por Rubem Braga e Sérgio Milliet, encontramos duas entrevistas concedidas a Louis Wizintzer – correspondente internacional dos respectivos periódicos: a primeira publicada no Suplemento Literário de *A Manhã*, em 11 de fevereiro de 1951, p. 6; outra data de 1953 na revista *Carioca*, n. 949, de 12 de dezembro de 1953, pp. 49 e 56.

<sup>479</sup> Os artigos são citados no levantamento de Rosa Alice Caubet, “La Bibliographie Brésilienne de Sartre”, *Fragmentos*, n. 2, pp. 59-73, jul.-dez. 1986. Segundo nossa pesquisa, a série se intitula *As Possibilidades de Paz*, foi publicada entre 10 e 13 de janeiro de 1951 e traz uma análise de conjuntura com a opinião de Sartre sobre a relação entre EUA e URSS naqueles momentos iniciais de definição da Guerra Fria.

<sup>480</sup> A ideia de engajamento é reivindicada por diferentes grupos intelectuais que saem da Resistência francesa e, na medida em que estes se organizam na esfera pública, surgem textos com esse caráter de demarcação de suas respectivas posições. Sobre o tema, ver: Gisèle Sapiro, *La Guerre des Écrivains, 1940-1953*, Paris, Fayard, 1999, pp. 564-598. Sartre se destaca com o referido manifesto, que já o direciona a um debate com o marxismo, como assinala Jean Paulhan em carta a André Gide (cf. *idem*, p. 594).

<sup>481</sup> Interessante sublinhar que a primeira que a primeira menção de Milliet a Sartre ocorre antes destes eventos, em maio de 1945, e que a maior parte de seus comentários se concentrará em 1947. Neste ano, realiza-se outra publicação impactante do filósofo francês: *Qu'est-ce que la Littérature?*, livro em que desenvolve com maior profundidade sua visão sobre o engajamento intelectual e a relação entre literatura e política. O livro e a Apresentação de *Les Temps Modernes* são comentados pelo crítico neste período, demonstrando que ele acompanha assiduamente a produção do filósofo francês.

Os Tempos Modernos, atualmente sob sua direção, Sartre exige do escritor que abrace estreitamente sua época em lugar de fugir dela. [...] Estes [seus discípulos] estão dispostos a ver no autor de *As Moscas* um libertador que vai ajudá-los a sacudir o jugo insuportável – um conjunto de constrangimentos que pesam não somente sobre a conduta, mas sobre a própria expressão do pensamento<sup>482</sup>.

Apesar do tom sensacionalista com o qual inicia o texto, o correspondente de *O Jornal* expressa de modo pertinente a euforia de debates suscitados pelo filósofo em seu país e a onda que ele impulsionaria sobre os meios intelectuais de outros lugares do mundo com seu ideal de engajamento, de defesa da liberdade e da transformação social. Anos mais tarde, o mesmo arrebatamento da conferência do clube *Maintenant*, guardadas as devidas proporções, tomaria conta de estudantes, professores e intelectuais brasileiros da Universidade do Recife ao Teatro Municipal da cidade de Araraquara, como veremos. Por ora, cumpre notar que a repercussão internacional de Sartre, e com ele do existencialismo, fomenta os recorrentes comentários do público brasileiro sobre a sua produção literária e teórica, seus posicionamentos políticos e seu relacionamento, sobretudo diante de uma “desordem do mundo”<sup>483</sup>.

Simone de Beauvoir aparece recorrentemente entre os “seguidores”, “colaboradores” e “parceiros” do filósofo em artigos que discutem o existencialismo, mas a repercussão de sua obra autoral também foi comentada por críticos ilustres, ainda em fins dos anos 1940:

Problemas não fazem falta a nós outros, contemporâneos do mais problemático dos séculos; problemas tão embrulhados que às vezes parecem charadas. Esse estado de coisas não pode deixar de refletir-se na literatura: já existem romances que é preciso decifrar em vez de lê-los; e aparecem charadas dramáticas como *Les Bouches Inutiles*, de Simone de Beauvoir, charada fascinante e perigosa que agitou o público do *Théâtre des Carrefours*. Quem não se agitará quando da solução de um problema engenhoso depende, no sentido mais literal da palavra, a nossa própria vida?<sup>484</sup>

Tomando a montagem da obra teatral de Beauvoir como ponto de partida de seu artigo, Otto Maria Carpeaux faz uma análise detida sobre o seu enredo, reconhecendo-a como criação da escritora “inspirada em certa filosofia contemporânea – ela é

---

<sup>482</sup> Gabriel Marcel. “Jean-Paul Sartre e o Existencialismo”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 7 933, 10.3.1946, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_04/32056](http://memoria.bn.br/docreader/110523_04/32056). Ressaltamos que esta também é uma matéria de capa do jornal.

<sup>483</sup> Sérgio Milliet, *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol. III (1945), São Paulo, Martins/Edusp, 1981, pp. 101, 129-130.

<sup>484</sup> Otto Maria Carpeaux, “Problemas Dramáticos”, *Letras e Artes*, Suplemento Literário de *A Manhã*, ano 2, n. 44, p. 1, 8.6.1947, disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/114774/599>. Grifos do original.

colaboradora de Sartre”<sup>485</sup>, que traz em seus escritos uma expressão e reflexão dos dilemas vividos pela sociedade de seu tempo. Ele cita, inclusive, o prefácio que a autora faz para a edição da peça como um instrumento destas discussões, demonstrando que conhecia o texto em livro e não apenas a montagem.

Importante ressaltarmos a presença dos livros e não apenas da imagem dos filósofos ou de uma ressonância indireta de suas manifestações públicas. Em 1946, Milliet se queixa da ausência das publicações de Sartre no Brasil, ainda no contexto de reestruturação das relações comerciais Brasil-França no pós-Guerra, mas, pela evolução dos comentários e discussões sobre o existencialismo, especialmente da produção do casal, notamos que logo elas começam a circular no país em francês. Além do artigo de Carpeaux, podemos citar mais dois exemplos da presença dos livros de Beauvoir no Brasil: em 1949, ano de publicação de *O Segundo Sexo* na França, José Lins do Rego faz uma pequena resenha da obra<sup>486</sup> e, logo no início de 1950, Alcântara Silveira menciona o pedido de uma leitora interessada na mesma obra de Beauvoir<sup>487</sup>. Os críticos também começam a apresentar suas análises com citações diretas das principais obras do filósofo como *Le Mur*, *L'Être et le Neant*, *Qu'est ce que la Littérature?*<sup>488</sup>

Já no ano de 1947, o próprio Milliet expõe seu aval sobre a qualidade literária da produção de Sartre, além de acompanhar de modo entusiasmado as reedições que saiam na França:

De Jean Paul Sartre dizem os filósofos que é um grande literato. Ora, as más línguas da literatura insistem em que esse escritor é um grande filósofo. [...] mas nada impede que um filósofo escreva bem (vide Bergson) ou que um literato tenha boas ideias. É o que acontece com Jean Paul Sartre, de quem estão sendo reeditadas as obras antigas anteriores à produção sistemática do existencialismo<sup>489</sup>.

A aproximação com as publicações denota maior intimidade do público especializado com as duas ilustres personalidades dos meios literários e intelectuais franceses, intimidade crítica e teórica que ganha feições quase pessoais quando percebemos as não raras notícias sobre a vida de Sartre e Beauvoir em Paris, saídas nos

---

<sup>485</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>486</sup> José Lins do Rego, “Stendhal, o Libertador”, *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 124, n. 185, p. 2, 9.8.1949, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/029033\\_12/35109](http://memoria.bn.br/docreader/029033_12/35109).

<sup>487</sup> Alcântara Silveira, “Precisa-se de Um Livro”, Suplemento Literário de *A Manhã*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 155, p. 10, 19.2.1950, disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/114774/2056>.

<sup>488</sup> Cândido Mota Filho, “Existencialismo e Literatura”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano xxx, n. 8560, p. 4, 26.3.1948, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_04/42748](http://memoria.bn.br/docreader/110523_04/42748).

<sup>489</sup> Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. V (1947), São Paulo, Martins/Edusp, 1981, p. 11.



mesmos periódicos, em tom de curiosidade e mesmo de fofoca. Um deles anuncia o casamento secreto do casal e a gravidez de Beauvoir<sup>490</sup>; em 1953, diz-se que um jornal paraense veiculou a notícia, evidentemente falsa, da morte de Sartre<sup>491</sup>.

Em um âmbito menos personalista, os organizadores do I Congresso Brasileiro de Filosofia, realizado em São Paulo em 1950, anunciam a “possível presença de Sartre e Simone de Beauvoir”<sup>492</sup> em seu conclave, trazidos por intermédio de Oswald de Andrade. As expectativas não se concretizaram, e é bem possível que os responsáveis estivessem cientes desta impossibilidade ao divulgarem tal informação dois dias antes do início do evento, no entanto, o fato demonstra que eles se permitiram à tentativa de estabelecer uma relação direta com os filósofos e desejavam explicitar sua ousadia com este intento a uma comunidade mais ampla de leitores e intelectuais brasileiros.

Tais considerações nos introduzem, portanto, em um ambiente de recepção bastante favorável para que uma editora se engajasse na publicação sistemática de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir no Brasil. Elas suscitam, ainda, uma questão importante para refletimos a iniciativa da Difel nesta realidade: se as ideias e os livros destes autores estavam presentes neste mercado antes de 1956, por que outra editora não se adiantou à tradução de suas obras? Para termos uma ideia desse vazio, podemos citar que entre os vinte e dois livros publicados pela Difusão tem-se cinco títulos de Sartre e três de Beauvoir saídos na França até 1950<sup>493</sup>. Eles repercutiram muito neste período e já possuíam diversas reedições em seu mercado de origem, como destaca Sérgio Milliet em uma de suas notas.

A primeira resposta que podemos encontrar é a do comodismo intelectual e editorial gerado pela familiaridade do público especializado com a língua francesa. Ela atende, em parte, à nossa reflexão, mas se torna superficial na medida em que conhecemos o fortalecimento da prática de traduções na produção local e as tendências de ampliação dos níveis formação escolar na sociedade da época.

---

<sup>490</sup> “Da Vida de Todo Mundo”, *Carioca*, Rio de Janeiro, n. 672, p. 49, 19.8.1948, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830259/40774>. Outras notícias da revista e de jornais de grande circulação veiculam notas com o mesmo teor.

<sup>491</sup> Rosa Alice Caubet, “La Bibliographie brésilienne de Sartre”, p. 60.

<sup>492</sup> “Instala-se Quarta-Feira, em São Paulo, o I Congresso Brasileiro de Filosofia”, em Suplemento Literário de *A Manhã*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 158, p. 4, 19.3.1950, disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/114774/2096>.

<sup>493</sup> De Jean Paul Sartre : *L'Imagination*, Paris, Fleix Alcan, 1936; *Les Chemins de la Liberté. L'Age de Raison*, Paris, Gallimard, 1945; *Les Chemins de la Liberté. Sursis*, Paris, Gallimard, 1949; *Les Chemins de la Liberté. La Mort de l'Âme*, Paris, Gallimard, 1949. De Simone de Beauvoir: *L'Invitée*, Paris, Gallimard, 1943; *Tous les Hommes Sont Mortels*, Paris, Gallimard, 1946; *Le Sang des Autres*, Paris, Gallimard, 1945; *Le Deuxième Sexe*, 2 vols., Paris, Gallimard, 1949.

Para trazer as obras de Sartre e Beauvoir ao Brasil, era necessário que a demanda local estivesse ao alcance de uma empresa com acesso ao mercado francês, com recursos para pagar os direitos autorais de personagens tão cobiçados e mobilizar uma estrutura de produção e circulação dos livros. As casas mais consolidadas da época provavelmente reuniram tais condições, no entanto, talvez os critérios e práticas com as quais costumavam selecionar e se associar a edições estrangeiras estivesse deslocado de algumas novidades representadas pela produção dos filósofos. Por um lado, apesar de sua grande repercussão, os romances existencialistas ainda não eram consagrados clássicos da literatura francesa, com os quais o mercado brasileiro estava habituado a trabalhar; por outro, o caráter filosófico de sua estrutura narrativa atribuía-lhes uma marca de erudição que poderia limitar o retorno comercial das publicações.

Isto é, a edição brasileira de Sartre e Beauvoir deveria ser abraçada por um projeto editorial que atuasse relativamente fora da tradição e que se arriscasse a encontrar, ou formar, um público considerável para garantir a viabilidade e alcance de uma produção com tais características. Em momentos de mudança, de suas revoluções conservadoras, o mercado editorial tende a lançar estes desafios a novas empresas, pois estas estão mais abertas a criar diferenciais em seu catálogo e têm, proporcionalmente, muito mais a ganhar se forem bem-sucedidas do que editoras consolidadas<sup>494</sup>. A Progresso Editorial, responsável pelo do único título de Sartre lançado no Brasil antes de 1956, tinha esse perfil, no entanto, sua curta existência impediu que realizasse um projeto sistemático de traduções do autor<sup>495</sup>. Dessa maneira, o espaço ficou em aberto e a Difel foi a empresa que se propôs a ocupá-lo.

A esta altura de nossa história, fica claro que a relação entre a editora e a Livraria Francesa assegurava boa parte das condições econômicas e das primeiras relações comerciais para que Paul Monteil e sua equipe se lançassem a esta empreitada: inversão

---

<sup>494</sup> Pierre Bourdieu, “Une Révolution Conservatrice dans l’Édition”. Nos é cara a ideia do autor de que as novas editoras constituem o ponto mais dinâmico do mercado editorial em seus momentos de renovação, motivadas pelo desejo de alcançarem o lugar de visibilidade e êxito comercial de suas concorrentes mais antigas e bem estabelecidas.

<sup>495</sup> A Progresso Editorial funcionou entre 1947 e 1949. A constituição e funcionamento da casa são pouco conhecidos, sabe-se que surgiu por iniciativa de Francisco Matarazzo Sobrinho, Rodolfo Crespi e outros empresários paulistanos que desejavam diversificar investimentos, fundando também uma indústria gráfica. Ao que tudo indica, o encarecimento da produção de livros no pós-II Guerra prejudicou o intento comercial e financeiro que norteava a ação dos investidores, enfraquecendo também a elaboração de um projeto editorial que lhe conferisse autoridade para reverter tal situação (Juliana Neves, “São Paulo no Segundo Pós-Guerra: Imprensa, Mercado Editorial e o Campo da Cultura na Cidade”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 26, n. 75, fev. 2011). Apesar da rápida ida à falência, suas publicações deixaram algumas marcas no mercado paulistano, às quais iremos retornar no Capítulo 3.

de recursos, contato privilegiado com o mercado francês e o conhecimento do público com aquela produção eram aspectos fundamentais para o início de cada novo projeto de tradução. Cientes desta condição, interessa-nos compreender os aspectos culturais e simbólicos sobre os quais eles se apoiam para construir e desenvolver uma estratégia específica em torno dos autores existencialistas.

Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir entram no catálogo da Difusão no rol de suas publicações ficcionais. Uma escolha um tanto curiosa se tomarmos o fato de que a repercussão de seu prestígio internacional nos meios brasileiros por meio da imprensa cotidiana não priorizava a análise e/ou divulgação dos romances produzidos por eles. Evidentemente, a relação entre o existencialismo e a literatura era um fato incontornável e norteava as críticas e debates, contudo, as referências às obras de ficção, seu enredo e qualidade narrativa ficam em segundo plano em relação às elaborações teóricas e aos pressupostos políticos que traziam à tona a concepção de trabalho intelectual difundida pelos escritores. Mesmo os pequenos artigos que especulavam sobre a vida do casal acabavam por reforçar a imagem de Sartre e Beauvoir como expoentes de uma corrente filosófica e não literária.

A última citação de Sérgio Milliet expõe a existência de uma tensão entre o reconhecimento de Sartre como “grande literato” ou “grande filósofo”. O crítico opina que as duas faces não são excludentes na obra do autor, sugerindo que aprecia seus textos de ficção, mas sem se pronunciar diretamente sobre nenhum deles. No entanto, Milliet se detém, assim como seus interlocutores, na percepção do existencialismo como um instrumento de compreensão e intervenção, uma espécie de “terapêutica [...], mas tão exigente de coragem, [...] que poucos ousam ir até o fim do tratamento”<sup>496</sup>, que, como sabemos, se dirigia a uma realidade marcada pela experiência da guerra e, com o seu fim, via surgir novas inquietações sociais e políticas.

Os responsáveis pela Difel certamente estavam atentos a estas colocações e à perspectiva de recepção de Sartre e Beauvoir no Brasil, haja vista que escolheram Sérgio Milliet para assinar a maioria de suas traduções, questão à qual retornaremos. Contudo, à primeira vista, ao elaborarem seu projeto de tradução, caminhavam na direção contrária da recepção que se construía até ali ou, ao menos, atacavam no aspecto menos explorado por este meio sobre a obra dos escritores. Eles consideravam, certamente, as condições

---

<sup>496</sup> Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. v, p. 7. O único texto de Sartre analisado diretamente por Sérgio Milliet em seu diário será Jean-Paul Sartre, “Orphée Noir”, em Léopold Sédar Senghor, *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache de Langue Française*, Paris, Presses Universitaires de France, 1948.

sob as quais já vinham desenvolvendo seu catálogo, sabendo que o caminho das traduções ficcionais aportava maiores possibilidades de explorar a produção de Sartre e Beauvoir comercialmente. Primeiramente, pelo perfil do mercado de traduções, que se concentrava na ficção, em segundo lugar, porque estes autores e suas obras compartilhavam de algumas características comuns com os demais nomes selecionados para o catálogo, notadamente o sucesso de vendas, a projeção dos autores no mercado francês e internacional e o alinhamento de seus romances a dois gêneros específicos, trabalhados pela editora, a literatura de guerra e a literatura de escrita feminina.

A seleção dos títulos e a construção das primeiras edições traduzidas demonstram a intenção dos editores<sup>497</sup> de relacionar as obras aos respectivos conjuntos. Em *A Convidada*, lê-se:

Na sua amoralidade confessada, na intriga amorosa, estranha e chocante, este livro de Beauvoir constitui, de certo modo, uma prefiguração dos romances de Françoise Sagan que tanta celeuma provocaram. Tal como acontece com *Bom Dia Tristeza* e *Um Certo Sorriso*, *A Convidada* é uma obra que marca um aspecto indeclinável da vida moderna<sup>498</sup>.

Em *Sursis*:

Para retratar a complexidade advinda da tensão que domina esta última semana de 1938 – em que cada vida tem na guerra um destino comum – Sartre traça, através das reações psicológicas de uma multidão de personagens, da variedade geográfica dos acontecimentos, do enunciado gradativo do acirramento da situação mundial, um amplo painel das contingências humanas<sup>499</sup>.

No livro de Beauvoir, a relação com as edições femininas é explicitada pela caracterização do conteúdo “amoral” e “amoroso”, relacionando-o diretamente aos livros de Sagan; no de Sartre, a questão da guerra é destacada como elemento estrutural da

---

<sup>497</sup> A construção das edições será abordada através de seus paratextos editoriais, conforme definição de Gérard Genette, *Paratextos Editoriais*, 2. ed., Cotia, Ateliê Editorial, 2018. O autor diferencia o conceito entre os epitextos – repertório textual externo produzido no âmbito público ou privado sobre os livros – e o peritexto – inscrições textuais contidas nos livros que margeiam o conteúdo da obra. Nesse momento, devemos destacar que o peritexto, segundo Genette, é a zona “que se encontra sob a responsabilidade direta e principal (mas não exclusiva) do editor, ou talvez, de maneira mais abstrata porém com maior exatidão, da edição” (p. 21), permitindo refletirmos as intenções que os produtores desejam imprimir à publicação ou um espaço de seu diálogo com o público que esperam atingir. Para nossas análises, destacamos a importância da instância prefacial “introdução, prolegômenos, nota, notícia, aviso, apresentação, exame, prelúdios [...]”, que o autor define como recursos de direcionamento e valorização do texto principal (p. 145).

<sup>498</sup> “[Texto de Orelha]”, em Simone de Beauvoir, *A Convidada*, trad. Victor Ramos, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1956.

<sup>499</sup> “[Texto de Orelha]”, em Jean-Paul Sartre, *Sursis*, trad. Sérgio Milliet, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1958.

narrativa, mobilizando o repertório da literatura que emerge deste contexto. Estas observações apresentam ao público alguns aspectos de coerência interna do programa da editora, contribuindo para que ela afirmasse seu perfil no mercado e, o que nos parece mais interessante, ao fazê-lo, criam também uma orientação de leitura, ainda que indireta, para os clientes que em um primeiro momento pudessem desconsiderar a aproximação literária com as obras por relacionarem os autores à corrente filosófica e por não estarem familiarizados com o seu repertório.

A relação criada entre as obras e o conjunto do catálogo também se mostra como um recurso que contribui para aguçar a curiosidade do público ou estimular um senso de descoberta sobre as novidades lançadas pelos demais meios de debate intelectual, sobretudo a imprensa. Com isso, a editora não subestima o potencial de seu público e, ainda, permite-se valorizar a presença da filosofia existencialista nas obras de modo a desmistificá-la. Em Beauvoir, alertam os leitores: “Embora jogando com conceitos filosóficos, *A Convidada* não é um romance desligado da vida, do espaço e do tempo”<sup>500</sup>. Em Sartre, reafirmam:

Tal como acontece com Simone de Beauvoir, que já conhecemos pela tradução de *A Convidada*, Jean-Paul Sartre joga com conceitos filosóficos em seu romance. Mas, apesar disso, seu livro não é desligado da vida nem dos complexos problemas que formam a personalidade humana<sup>501</sup>.

O atrativo para a leitura residia, segundo a apresentação, na relação das obras com a vida, ou seja, o cotidiano, os dilemas sociais e pessoais que perpassam a existência de qualquer indivíduo. Assim, o preâmbulo editorial traduz algumas questões próprias do existencialismo, direcionando e instigando o público a partir das referências que já demonstravam ser um atrativo para os clientes da Difel e do perfil modernizador que ela buscava imprimir em seu catálogo literário, trazendo ao mercado brasileiro uma produção francesa marcadamente conectada com um espírito de transformações e tensões que permeia as primeiras décadas do pós-Guerra, como temos afirmado.

Nesse sentido, a opção da Difusão Europeia do Livro de introduzir a obra de Sartre e Beauvoir no Brasil através de sua produção ficcional não se contrapunha à imagem veiculada anteriormente pelos críticos. Ela propõe uma nova perspectiva para que os expoentes da filosofia existencialista, e o ideal de engajamento por eles difundido,

---

<sup>500</sup> “[Texto de Orelha]”, em Simone de Beauvoir, *A Convidada*.

<sup>501</sup> “[Texto de Orelha]”, em Jean-Paul Sartre, *Com a Morte na Alma*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1957.

pudessem, aos poucos, ampliar seu alcance entre os leitores brasileiros. Em outras palavras, ela propõe instrumentos para a formação do público e o aprofundamento da presença dos escritores nos debates da intelectualidade local:

#### O Existencialismo em Livros: Tradução

O crítico literário paulista Sérgio Milliet acaba de entregar à Difusão Europeia do Livro a tradução que fez de *Sursis* de Jean Paul Sartre. O livro, que é a continuação de *A Idade da Razão*, pertencente ao ciclo *Caminhos da Liberdade*, daquela editora. Além dos lançamentos anteriores de traduções de livros existencialistas (*A Convidada* e *Os Mandarins*) a Difusão anuncia depois da edição do *Sursis*, o lançamento de novo livro de Simone de Beauvoir. Será: *Todos os Homens São Mortais*<sup>502</sup>.

Após alguns lançamentos, a Difel já era reconhecida como responsável pela publicação do “existencialismo em livros”, feliz expressão do colunista que nos remete justamente a essa passagem de sua recepção entre as colunas de jornais e a produção livreira. O destaque à tradução de Sérgio Milliet também não deve passar despercebido, ele sugere a relação da editora com um intelectual atuante na cidade de São Paulo e que, como sabemos, acabava integrando a *entourage* de Paul Monteil na Livraria Francesa, tornando-se figura acessível para realizar a ponte entre as leituras da crítica especializada e a construção de um projeto editorial com apelo simbólico e comercial neste mercado.

Anos antes de se tornar o responsável por *Caminhos da Liberdade*, Milliet se mostrava um leitor assíduo da produção existencialista e partidário de seus princípios. E, ainda que não tenha tecido longos comentários sobre a obra ficcional dos filósofos em suas notas de *O Estado de S. Paulo*, apresentava uma visão assertiva sobre função da literatura existencialista como “antídoto” para os dilemas da realidade e, principalmente, da atitude de Sartre como escritor: “Com Sartre tomamos partido, a favor ou contra. [...] Sartre está sempre presente em seus romances”<sup>503</sup>. Traduzi-los significava, portanto, transmitir o significado dessa presença aos leitores brasileiros.

Na posição de tradutor, e reconhecido como crítico literário, Sérgio Milliet contribuía para dar credibilidade à edição brasileira pelo peso simbólico de sua assinatura no trabalho com o texto e por associar a literatura de Jean-Paul Sartre, e em seguida de Simone de Beauvoir, ao seu nome. Ao mesmo tempo, ele colaborava para a acomodação

---

<sup>502</sup> M. M. [não identificado], “Vida Literária”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, n. 200, 28.8.1958, Primeiro Caderno, p. 8, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_07/91877](http://memoria.bn.br/docreader/030015_07/91877). O autor se equivoca sobre a tradução de *Os Mandarins*, que só ocorrerá em 1966.

<sup>503</sup> Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. VI (1948-1949), São Paulo, Martins/Edusp, 1981, p. 194.

do duplo caráter, literário-filosófico, das obras no mercado, dialogando com um novo setor do público especializado que poderia se interessar pelos autores, os universitários.

Após deixar o quadro de professores da ELSP, Milliet se dedica a reflexões sobre a posição das novas gerações intelectuais formadas nas instituições que, como aquela Escola, modernizaram o ensino superior no país:

Tornou-se um lugar comum afirmar que a nova geração se caracteriza pelo espírito crítico. Já publicou a sua “plataforma”, séria e solene, o que a nenhuma das gerações precedentes foi permitido fazer tão cedo, e seus membros mais proeminentes ocupam, aos vinte e poucos anos, os rodapés da crítica de inúmeros jornais e revistas. E não satisfeitos ainda com a posição de juízes que conquistaram, esses jovens já se lançam ao assalto das cátedras universitárias, ansiosos por cumprir uma missão para a qual se prepararam com afinco e fé.

Admirável esse sentido da responsabilidade que demonstra a jovem geração!<sup>504</sup>

Neste trecho, ele se refere ao grupo que assinou a *Plataforma da Nova Geração*<sup>505</sup>, majoritariamente composto por recém-diplomados das principais Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da época. Entre as lideranças, estavam Antonio Candido e outros uspianos com quem Milliet tinha contato em São Paulo. Ele ressalta a altivez e o senso de posicionamento que emergia precocemente entre estes intelectuais, justamente dentro do espírito do *engagement* sartriano que ele evoca diversas vezes em suas notas:

Se a sociologia for apenas uma ciência exata e se limitar a observar os processos sociais sem ter em vista o fim imediato de resolver os problemas da patologia urbana, econômica ou higiênica, sem tender todas as suas forças, permanentemente, a transformar uma humanidade desgraçada e anarquizada em uma humanidade melhor, os moços do futuro, se ainda não estiverem de todo condicionados pela nova concepção de vida, largarão a sociologia e se voltarão à metafísica. O existencialismo...

A eterna luta entre o Yogi e o Comissário alcança agora seu ponto culminante. Ou renunciamos ao famoso “espírito científico” e optamos pelo “espírito tout court” ou seremos esmagados pelas engrenagens que aumentam sempre e mais monstruosamente e apertam o cerco da alma<sup>506</sup>.

---

<sup>504</sup> Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. IV (1946), São Paulo, Martins/Edusp, 1981, p. 182.

<sup>505</sup> Mário Neme (org.), *Plataforma da Nova Geração*, Porto Alegre, Globo, 1945.

<sup>506</sup> *Idem*, p. 10. Milliet faz referência à obra *O Iogue e o Comissário*, de Arthur Koestler, jornalista húngaro, membro do Partido Comunista Alemão que rompeu com este partido em 1938 diante das perseguições estalinistas. Os dois personagens que dão nome ao romance personificam, justamente, a oposição da perspectiva mais individual e espiritualista (iogues), contra a cientificista (comissário). O livro foi editado no Brasil em 1947 pelo Instituto Progresso Editorial e Sérgio Milliet foi revisor de sua tradução, segundo consta nos registros catalográficos do livro.

O crítico e sociólogo faz uma defesa constante da função social da disciplina, voltando-se sempre aos seus interlocutores mais jovens e trazendo a filosofia existencialista, que ele registra em um suspiro ao final de seu primeiro parágrafo, como perspectiva teórica de sua concepção. De modo sutil, notamos ainda que a reivindicação desta matriz de pensamento francesa, ainda que ela também receba críticas, se faz em meio a um distanciamento de Milliet em relação à Sociologia norte-americana, com a qual teve contato durante sua permanência na ELSP. Em determinado trecho de seu *Diário*, ele diz:

É a sociologia uma ciência exata? No n. De fevereiro de 1946 da “American Sociological Review” responde o sr. Chester Alexander que sim. A Sociologia, diz ele, explica processos naturais que ocorrem dentro dessas sociedades. Durkheim diria “fatos sociais”, o que já revela, de início, uma discordância terminológica prejudicial ao desenvolvimento e à exatidão dessa ciência.

[...] Considero a argumentação de Chester excelente. Entretanto não é esse o problema que interessa, mas sim o de saber até que ponto a prática dessa ciência exata chamada Sociologia, permitirá resolver os grandes problemas sociais que nos esmagam: a miséria e a guerra<sup>507</sup>.

Naquela instituição, a atuação de Donald Pierson acabou por definir um dos modelos da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, que, de certo modo, expressava os processos de concorrência entre EUA e França por hegemonia intelectual e cultural<sup>508</sup>. Considerando esse fato, podemos entender as avaliações de Sérgio Milliet sobre o existencialismo como um momento de reflexão, e mesmo um retorno, sobre os elementos de renovação do velho centro europeu e, nesta posição, ele se portava como um oportuno intermediário para as futuras edições da Difel.

Os responsáveis pelo projeto selecionam as obras de Sartre e Beauvoir que acreditavam ser compatíveis com o trabalho desenvolvido pela editora, constroem a edição nesse sentido e se associam a um protagonista dos meios paulistanos que concentrava em sua experiência o repertório literário e universitário, capaz de promovê-las em várias esferas de circulação do mercado. Ainda que não pudessem calcular até onde chegariam com o intuito de traduzir as obras de Sartre e Beauvoir, eles se orientam nesse conjunto de referências, protagonizando sua recepção editorial e abrindo espaço

---

<sup>507</sup> Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. v, pp. 8-9.

<sup>508</sup> Fernanda Areas Peixoto, “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras”, p. 517. Sobre a influência dos EUA e, especialmente, de Donald Pierson sobre a trajetória e obra de Sérgio Milliet, ver: Lucas Paolillo, *Sérgio Milliet, Sociólogo: Entre Observações e Transições*, Araraquara, Unesp, 2019, pp. 96-100, 105-111.



para ampliarem este trabalho à medida que o público amadurece sua relação com os filósofos franceses.

### ***Leituras Universitárias, Livros Políticos?***

Em 1960, ocorre a tão celebrada viagem de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir ao Brasil. O convite partiu dos organizadores do I Congresso de Crítica e Literatura Brasileira da Universidade do Recife, com intermediação do escritor Jorge Amado, e tomou proporções nacionais, levando-os a visitar Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Manaus e Belém – sem contar algumas cidades do interior dos respectivos estados. Em São Paulo, a articulação foi feita por Luís Meyer, membro do diretório acadêmico da Escola Paulista de Medicina, apoiado por seus colegas da FFCL/USP, como Bento Prado, Ruy Coelho e Fernando Henrique Cardoso, que ciceronearam a dupla nos compromissos paulistanos até chegarem a Araraquara, atraídos por um questionamento do Prof. Fausto Castilho, da Faculdade de Filosofia recém-implantada na cidade<sup>509</sup>.

A viagem estava inegavelmente ligada ao público da universidade, e a expectativa com a presença de Sartre e Beauvoir era extremamente politizada. Em Recife, a primeira manchete sobre a visita, diz: “Sartre, no Recife, diz que Irmanar os Homens é a Função Precípua do Escritor”<sup>510</sup>. No Rio, o *Jornal do Brasil* destaca: “Sartre chega ao Recife e responde com sorriso uma questão sobre Cuba”<sup>511</sup>. Da mesma maneira, os principais periódicos paulistas relatam:

Com a chegada de Sartre e Beauvoir a São Paulo, pode-se dizer que o existencialismo se encontra entre nós, desde ontem em carne e osso<sup>512</sup>.

---

<sup>509</sup> A Conferência de Araraquara ficou marcada na viagem, pois foi a única em que Sartre se propôs a fazer uma fala mais voltada à filosofia. Ela só ocorreu após o envio de uma questão de Castilho durante a entrevista concedida por Sartre no Hotel Excelsior Como sobre o livro *Crítica à Razão Dialética*. Devido à especificidade do tema, ele se dispôs a realizar uma fala específica e responder ao professor pessoalmente (Rodrigo David Almeida, *Sartre no Brasil: Expectativas e Repercussões*, São Paulo, Editora da Unesp, 2009, p. 82). Intelectuais de todas as partes se mobilizaram para ir a Araraquara, onde Sartre falou de filosofia e do marxismo. O texto da conferência está reproduzido em: Jean Paul Sartre, *Sartre no Brasil: A Conferência de Araraquara*, 3. ed., São Paulo, Editora da Unesp, 2019.

<sup>510</sup> “Sartre no Recife Afirma que Irmanar os Homens É a Função Precípua do Escritor”, *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 135, n. 181, 13.8.1960, Primeiro Caderno, p. 3, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/029033\\_14/4621](http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/4621).

<sup>511</sup> “Para Discutir: Sartre chega ao Recife e Responde com Sorriso uma Questão sobre Cuba”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 190, p. 7, 13.8.1960, disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/8639](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/8639).

<sup>512</sup> “Sartre e Beauvoir em São Paulo”, *Diário de São Paulo*, São Paulo, ano XXXII, capa, 3.9.1960.

Filosofia aberta à mente humana, o existencialismo.”, entrevista com os subtítulos: “Cuba vencerá a batalha.” e “Vitória do socialismo no mundo”<sup>513</sup>.

Sartre e Cuba<sup>514</sup>.

Sartre em SP, consciência da esquerda<sup>515</sup>.

Cabe à juventude fazer renascer o anarquismo dentro do marxismo<sup>516</sup>.

Sartre falou a jovens por 2h<sup>517</sup>.

Sartre falou de política e filosofia em Araraquara<sup>518</sup>.

Defesa da Mulher por Simone de Beauvoir<sup>519</sup>.

Sartre falou de colonialismo e suas implicações no mundo moderno<sup>520</sup>.

A abordagem das coberturas passa pelo existencialismo, mas destaca fundamentalmente questões próprias do ambiente político-intelectual da Guerra Fria. As menções a Cuba ocorriam no contexto do apoio de Sartre e Beauvoir ao processo revolucionário que havia encerrado a ditadura na ilha caribenha, cortando também seus vínculos com o imperialismo estadunidense e adotando medidas de aproximação com o socialismo. Ou seja, as notícias não se restringem à celebração idealizada da presença dos notórios intelectuais, ou a uma recepção passiva de suas conferências, mas afirmam o debate que no qual os brasileiros desejavam intervir a partir da referência de suas ideias e atitudes. Esta demarcação se expressava no caso cubano, no entanto, comportava uma série de outros posicionamentos dos escritores sobre as questões que envolviam a emergência do chamado Terceiro Mundo, especialmente o colonialismo que tensionava a sociedade francesa em torno da Guerra da Argélia e da Guerra da Indochina<sup>521</sup>.

---

<sup>513</sup> *Diário de São Paulo*, p. 9, 4.9.1960.

<sup>514</sup> *Diário de São Paulo*, p. 11, 6.9.1960.

<sup>515</sup> “Sartre em SP, Consciência da Esquerda”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 9, 2.9.1960.

<sup>516</sup> *O Estado de S. Paulo*, p. 9, 3.9.1960.

<sup>517</sup> *O Estado de S. Paulo*, p. 14, 6.9.1960.

<sup>518</sup> *O Estado de S. Paulo*, p. 15, 6.9.1960.

<sup>519</sup> *O Estado de S. Paulo*, p. 11, 8.9.1960.

<sup>520</sup> *O Estado de S. Paulo*, p. 9, 8.9.1960.

<sup>521</sup> Diante desse ambiente de posicionamentos e polêmicas, cumpre salientar que a viagem ocorrera à revelia de qualquer apoio da diplomacia francesa. Na verdade, os filósofos lideravam um setor de oposição ao governo de Charles de Gaulle, sobretudo por defenderem a independência argelina. A visita acabou chegou mesmo a representar uma resposta à missão de André Malraux, então Ministro da Cultura, realizada no ano anterior com o intuito de defender o posicionamento oficial sobre o conflito entre os intelectuais brasileiros. O tema é tratado por Elise Lanoe, *La Culture au Service de la Diplomatie*, pp. 164-175. Em nossa pesquisa encontramos um relatório de “espionagem” à visita de Sartre e Beauvoir no Brasil (Ministère des Affaires

Este era o espírito que envolvia o público, então, a Difel deveria estar preparada para acompanhá-lo se quisesse desfrutar de uma grande oportunidade para colher os frutos, ou de ampliar os resultados, comerciais e simbólicos, de seus investimentos.

As obras lançadas naquele ano indicam que os editores tinham esse propósito em mente. Saindo do campo ficcional, eles se dirigem à produção teórica dos filósofos e publicam *O Segundo Sexo* e *Reflexões Sobre o Racismo*<sup>522</sup>. O primeiro título fora publicado na França no ano de 1949 e, na altura de seu lançamento no Brasil, já possuía diversas reedições e traduções, consagrando-se como um marco no pensamento feminista internacional; o segundo título, na verdade, nunca fora publica desta maneira em francês, tratava-se de um livro inédito concebido a partir de dois textos de Jean-Paul Sartre: *Refléxions sur la Question Juive*<sup>523</sup> e *Orphée Noir*<sup>524</sup>, que também haviam se tornado clássicos.

Se vimos o cuidado dos editores dar coerência às primeiras edições brasileiras de Sartre e Beauvoir dentro de seu catálogo, apresentando ao leitor a ligação entre o existencialismo e o seu cotidiano individual e social, as novas publicações aprofundam esta abordagem. Em ambos os livros, há pequenos textos de orelha e, apesar da notória diferença temática das obras, as respectivas apresentações passam por uma mesma questão fundamental não para os indivíduos, mas para a realidade brasileira e para o vínculo de seus intelectuais com o pensamento terceiro mundista. O tema escolhido para tecer esta orientação é o da opressão racial<sup>525</sup>.

No primeiro volume de *O Segundo Sexo*, a edição diz:

---

Etrangères, cota 239QO, visita 13\_08, fotos 4 e 5). O noticiário brasileiro dá atenção à questão. Uma cobertura de *O Estado de S. Paulo* de 3 de setembro de 1960, p. 9, ressalta a ausência de autoridades consulares na recepção do casal em São Paulo, e Valdemar Cavalcanti não deixa passar em branco a “visita não oficial” de Simone de Beauvoir ao Brasil (Valdemar Cavalcanti, “Jornal Literário”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXXIX, n. 12 211, p. 2, 28.6.1960, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_06/4799](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/4799)).

<sup>522</sup> Jean-Paul Sartre, *Reflexões Sobre o Racismo*, trad. Jacó Guinsburg, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960.

<sup>523</sup> O texto sai em três edições antes de ser traduzido no Brasil: em 1946, pela P. Morihien; em 1948, pela Europa Verlag, em alemão; e em 1954, pela Gallimard.

<sup>524</sup> Jean-Paul Sartre, “Orphée Noir”.

<sup>525</sup> A questão racial é um dos eixos fundamentais dos estudos de formação da nação brasileira desde os trabalhos tradicionais vinculados aos Institutos Históricos até as chamadas interpretações do Brasil e, nos anos 1950, tomam novo fôlego com a perspectiva de pesquisas das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, estimuladas pelos debates internacionais que visavam minar a sobrevivência do ideário xenófobo e eugenista do nazifascismo. O Projeto Unesco, ao qual voltaremos adiante, irá financiar pesquisas sobre o tema em diferentes instituições universitárias brasileiras (ver Marcos Chor Maio, “O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 41, pp. 141-158, out. 1999).

Entendendo o eterno feminino como um homólogo da alma negra, epítetos que representam o desejo da casta dominadora em manter em “seus lugares”, isto é, no lugar de vassalagem que escolheu para eles, mulher e negro, Simone de Beauvoir, despojada de qualquer preconceito, elaborou um dos mais lúcidos e interessantes estudos sobre a condição feminina. Para ela a opressão se expressa nos elogios às virtudes do bom negro, à alma inconsciente, infantil e alegre do negro resignado, como na louvação da mulher, realmente mulher, isto é, frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem [...]<sup>526</sup>.

Evidentemente, os editores não introduzem um tema alheio à abordagem de Simone de Beauvoir, eles destacam de modo consciente o aspecto da estrutura analítica da obra que lhes parece ser a mais interessante para direcionar o livro ao público esperado<sup>527</sup>. A comparação entre a “alma feminina” e a “alma negra” delimita um fator de qualidade e introduz uma possibilidade de sua universalização ao reconhecer que estes setores oprimidos se voltam contra um elemento maior, o desejo “da casta dominadora manter em seus lugares”<sup>528</sup>. É no paratexto do segundo volume que a edição ressalta de modo mais específico a contribuição do ensaio para um processo de “destruição do mito ‘do eterno feminino’”<sup>529</sup>, mas com todo o cuidado de apresentá-la também como uma reflexão pertinente a “todo ser humano que, dentro da condição feminina ou masculina, queira afirmar-se como autêntico nesta época de transição de costumes e sentimentos”<sup>530</sup>, garantindo-lhe mais um elemento de universalização, especialmente para que a obra não se resumisse a uma leitura para mulheres.

O conteúdo de *Reflexões sobre o Racismo* era mais explícito sobre a abordagem que orientara a Difel em sua publicação, porque os textos selecionados entravam no repertório de “manifestos” de Sartre que marcaram seus posicionamentos sobre o tema racial: *Reflexões Sobre a Questão Judaica*, escrito ainda em 1944, trazia o debate mais atual sobre o antissemitismo na Europa, em meio à realização dos crimes nazistas, e o título sugere uma referência à obra de Marx *Sobre a Questão Judaica*; a introdução à

---

<sup>526</sup> “[Texto de Orelha]”, em Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, vol. I. Grifos do original.

<sup>527</sup> Mais uma vez, devemos ressaltar que o texto das orelhas do livro não é assinado, deixando a entender que as introduções são intervenções da editora junto ao seu público. Complementando a definição de Genette, podemos acrescentar a perspectiva de Roger Chartier que atenta para a historicidade dos paratextos, ou seja, para que os estudiosos do livro não os considerem como uma referência genérica sobre o conteúdo transformado em livro, mas sim como vestígios da relação da edição, ou da mente do editor, com determinada realidade e seu momento histórico (Roger Chartier, “Paratextos e Preliminares”, em Roger Chartier, *A Mão do Autor a Mente do Editor*, São Paulo, Unesp, 2014, pp. 235-258.).

<sup>528</sup> “[Texto de Orelha]”, em Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, vol. I.

<sup>529</sup> “[Texto de Orelha]”, em Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, vol. II.

<sup>530</sup> *Idem*.

antologia de Senghor foi a primeira manifestação do filósofo francês em seu alinhamento ao movimento *Négritude*<sup>531</sup> e outras iniciativas anticoloniais<sup>532</sup>.

Mesmo assim, os editores fazem questão de demarcar uma orientação para a obra:

No momento em que o antissemitismo de novo tenta alastrar-se pelo mundo ocidental; em que se travam violentos conflitos raciais a África do Sul e jovens Estados surgem no Continente Negro, não poderia ser mais oportuno o lançamento destes dois ensaios de J.-P Sartre (Reflexões Sobre a Questão Judaica e Orfeu Negro) enfeixados sob o título geral Reflexões Sobre o Racismo [...]<sup>533</sup>.

Com estas palavras, a publicação fica diretamente relacionada a processos políticos contemporâneos, e sua concepção editorial se volta a uma espécie de conscientização dos leitores sobre os mesmos. Em seguida, a apresentação menciona as particularidades de cada um dos racismos tratados por Sartre, opondo conceitos como “preconceito de classe” e “preconceito de cor”, ambos recorrentes no vocabulário das pesquisas brasileiras sobre o tema<sup>534</sup>. Ao final, o texto destaca o que para o judeu se torna uma questão de conflito de consciência nacional e, para o negro, um mecanismo de perpetuação/destruição da violência colonizadora. Desta maneira, se o problema de raça estava presente na sociedade brasileira, a Difel propunha uma edição, inédita, das análises sartrianas, dirigindo os leitores a conceitos-chave dessa discussão e, sobretudo, que estes se atentassem para sua dimensão internacional. Ou seja, pela inserção do Brasil nestas polêmicas compartilhadas com outros países.

A opressão da mulher, do judeu e do negro acabam por permear a ideia de opressão de classe e opressão colonial. Esta última norteará sobremaneira as intervenções de Sartre e Simone de Beauvoir quando visitam o Brasil, demonstrando que a Difel estava em sintonia com a relação entre seu público e estes grandes nomes de seu catálogo e, ao mesmo tempo, que ela era capaz de lhes propor novidades que avançassem neste diálogo:

---

<sup>531</sup> Movimento político literário do Entreguerras, fundado por Aimé Césaire e Leopold Senghor, que tomou força após a II Guerra Mundial e reúne intelectuais em torno da revista *Présence Africaine*, lançada em 1947.

<sup>532</sup> O filósofo escreveu dois outros prefácios que marcaram os meios intelectuais franceses: um para o livro do martinicano Frantz Fanon, *Les Damnés de la Terre*, publicado em 1956; e para o do tunisiano Albert Memmi, *Retrato do Colonizado*, publicado em 1957. Além da biografia de Sartre, a questão pode ser analisada em: János Riesz, “‘Orphee Noir’ – ‘Schwarzer Orpheus’ – ‘Black Orpheus’: Quand les Marges se Mettent en Marche vers un Centre Commun”, *Klincksieck: Revue de Littérature Comparée*, n. 314, pp. 161-177, fev. 2005; Kathleen Gyssels, “Sartre Pós-Colonial? Releia *Orphée Noir* Mais que Meio Século Depois”, *Cahiers d’Études Africaines* [Online], pp. 179-180, 2005. Os textos também trazem as polêmicas posteriores entre Sartre e os respectivos movimentos e intelectuais.

<sup>533</sup> “[Texto de Orelha]”, em Jean-Paul Sartre, *Reflexões Sobre o Racismo*. Grifos do original.

<sup>534</sup> Os resultados dos estudos do Projeto Unesco se dividem nestas duas perspectivas.

Sartre (que vem aí) com mais um livro traduzido para o português

Para aproveitar a presença, entre nós dentro de poucos dias, do escritor Jean-Paul Sartre, a Difusão Europeia do Livro tratou de lançar a tradução de mais uma de suas obras, justamente a que se reveste de maior atualidade: *Reflexões Sobre o Racismo*. É que este livro sai no momento em que muito se fala em discriminação racial – e não só se fala: mas também se age, em tantos países em função desse terrível pensamento de dissociação humana. E seria bom que viesse a circular de mão em mão no Brasil – onde, por sinal, já se verificaram estúpidas manifestações de antissemitismo – uma obra de tal natureza em que Sartre focaliza, em profundidade, e nos seus aspectos mais vivos e dramáticos, todo aquele conjunto de problemas de relações entre os homens [...]<sup>535</sup>.

No *Diário de Natal*, após tecer comentários sobre a edição, um crítico vai mais longe:

[...] Sartre que está no Brasil, e neste momento em várias entrevistas em nossa imprensa, condena sistematicamente a não participação dos escritores de países subdesenvolvidos no movimento nacionalista e como também na libertação dos povos coloniais, em todos os sentidos, deixando de seguir os falsos profetas da literatura brasileira que afirmam que o mundo caminha para a desordem e o Brasil para o abismo<sup>536</sup>.

A circulação dos autores pelo país leva consigo o projeto de traduções desenvolvido pela Difel por onde passava, atribuindo-lhe a mesma visibilidade nacional. Os livros são anunciados entre o espírito de oportunidade captado pela editora e seu propósito de contribuir com a circulação das ideias que faziam dos autores, especialmente de Sartre, uma referência para a sociedade brasileira.

Sabendo desta repercussão, cabe ainda voltarmos a uma última característica de construção das edições. Sérgio Milliet, que vinha se destacando nas traduções dos filósofos, assina os volumes de *O Segundo Sexo*, mas não será o responsável por *Reflexões Sobre o Racismo*, então traduzido por Jacó Guinsburg. De um ponto de vista prático, seria difícil que ele se dedicasse às duas obras simultaneamente<sup>537</sup>. Ao mesmo tempo, a decisão de atribuir essa responsabilidade a Jacó não seria aleatória, pois o braço direito de Paul Monteil também acumulava diversas tarefas como responsável pelo o fluxo de produção

---

<sup>535</sup> Valdemar Cavalcanti, “Jornal Literário”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXXIX, n. 12 3338, p. 2, 29.7.1960, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_06/5762](http://memoria.bn.br/docreader/110523_06/5762).

<sup>536</sup> Afonso Laurentino Gomes, “Diário das Letras”, *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 30.8.1960, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/028711\\_01/7861](http://memoria.bn.br/docreader/028711_01/7861).

<sup>537</sup> Interesse sobre os textos existia, pois Sérgio Milliet dedica algumas de suas colunas para discutir a questão racial no Brasil, opinando sobre polêmicas em tono de uma publicação de Paulo Prado e outras questões que apareciam nos trabalhos da ELSP e da cadeira de Sociologia I na FFCL/USP. No ano de 1948, *O Orfeu Negro* aparece em suas reflexões. Ele comenta os pressupostos de Sartre e sua pertinência para análise social e cultural do país (Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, vol. VII, p. 136).

da Difel, a prioridade ao trabalho de tradução possivelmente correspondia a alguns de seus interesses que o situavam como referência nos meios paulistanos: se Milliet era um intelectual-ponte entre literatos e universitários, contribuindo para situar as obras no mercado, Jacó Guinsburg, um intelectual de origem judaica, atuante no núcleo de artes e do teatro na universidade<sup>538</sup>, seria um nome representativo para promover a edição em meio a esse público de artistas e universitários, especialmente para os jovens que protagonizavam a recepção dos filósofos durante a visita ao Brasil.

Desta maneira, com as publicações de 1960, a Difusão evidencia o alinhamento de sua produção e perfil editorial a uma perspectiva politizada e engajada, que tinha em Sartre e Beauvoir dois de seus ilustres representantes no plano internacional. O fato de estarem no país contribui para a promoção comercial de seus livros, colocando-os na lista dos dez mais vendidos daquele ano<sup>539</sup>, e, do ponto de vista simbólico, concretiza a associação da casa ao ambiente político-intelectual da época, que envolvia cada vez mais os agentes do mercado livreiro. É neste período que se estruturam, segundo Laurence Hallewell, as chamadas editoras progressistas, casas que constroem sus projetos de publicação com o intuito de difundir novidades teóricas e análises que subsidiassem os debates sobre o desenvolvimento nacional<sup>540</sup>. Nos marcos de uma contribuição teórica de esquerda<sup>541</sup>, as edições dos filósofos franceses compõem um conjunto de iniciativas que

---

<sup>538</sup> O existencialismo e as peças de Sartre foram uma referência indelével para o teatro brasileiro nos anos 1950 e 1960. Sobre o tema, ver: Rosangela Patriota, “História, Cena, Dramaturgia: Sartre e o Teatro Brasileiro”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, 12.1.2007, disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/3307>. Em relação ao livro traduzido por Jacó, devemos destacar que sua produção e circulação ocorre simultaneamente a outras duas produções culturais inspiradas em *Orphée Noir*: a peça de Vinicius de Moraes, *Orfeu da Conceição*, estrelada pelo grupo do Teatro Experimental do Negro em 25 de setembro de 1956, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro; e no filme ítalo-franco-brasileiro *Orfeu Negro ou Orfeu do Carnaval*, adaptação cinematográfica da peça de Moraes, dirigida por Marcel Camus, lançado em 1959 – premiado com a Palma de Ouro do Festival de Cannes, e o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, em 1960. Esta simultaneidade revela mais uma dimensão da dinâmica cultural brasileira e do lugar ocupado pela Difel, no Brasil, enquanto mediadora de um circuito internacional de circulação das ideias, sobretudo, em suas relações com o referencial francês e seu mercado editorial. A edição do livro se faz em sintonia com os demais espaços da indústria cultural brasileira, cujos responsáveis ativam um movimento de modernização e engajamento na vida literária, na dramaturgia, na universidade e em outros meios e instituições nacionais. Os livros estão dentro de um sistema cultural mais amplo que se desenvolvia no Brasil.

<sup>539</sup> *Reflexões Sobre o Racismo* ocupou a segunda posição na lista de livros mais vendidos em todo país no ano de 1960, e *O Segundo Sexo* o oitavo lugar, ambos na categoria traduções (Edson Pocci Cabral, “Livros Mais Vendidos em 1960 – *Quarto de Despejo e Gabriela*”, *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 107, n. 32 139, 1.1.1961, 1º Caderno, p. 8, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_11&pagfis=5387](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_11&pagfis=5387).

<sup>540</sup> Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, pp. 594-595.

<sup>541</sup> Um exemplo desta politização do mercado que envolve a Difel e as edições de Sartre fica registrado com a publicação de Jean Paul Sartre, *Furacão Sobre Cuba*, Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1960 – obra da casa fundada por Fernando Sabino e Rubem Braga. Os editores solicitaram os direitos sobre o título diretamente a Sartre, que lhes concedeu o pedido, quebrando o domínio que a Difel detinha sobre as edições

permitirão à Difel integrar-se a este grupo, questão à qual voltaremos nos próximos capítulos.

Na ocasião, no entanto, Paul Monteil tem uma aparição discreta como editor de Sartre e Beauvoir. Ele não é visto em imagens ou notícias ao lado das celebridades, e não concede entrevistas; Fernando Henrique cita vagamente que Monteil estaria presente nos jantares e eventos da capital paulista<sup>542</sup>. Além de ser uma postura que parece coerente com a sua personalidade, a discrição também tinha um traço de cautela, pois não podemos perder de vista que, através de sua produção, a editora e seu responsável se colocam a favor de um posicionamento internacional no plano das relações Brasil-França, o qual ia de encontro com os interesses oficiais do governo francês – aquele com o qual Monteil estava indiretamente comprometido.

Mediando em sua atitude individual, talvez para preservar suas alianças mais pragmáticas, o livreiro-editor não deixa de realizar um projeto intelectual coerente com sua visão de mundo. Neste evento em específico, a sua intervenção fica marcada nos livros que circulavam em nome da Difusão e na tarde de autógrafos oferecida nas instalações da Livraria Francesa, que, como vimos, arrebatou centenas de pessoas. Diante da efervescência da vida política e intelectual paulistana, e em alguma medida brasileira, ele mobiliza por meio de sua editora uma equipe e todo um círculo de relações que dão conta de expressar a pertinência e, quando necessário, a radicalidade dos livros e das ideias que eles promoviam.

#### **4.5. Coleções Universitárias, Transferência de Modelos Editoriais**

##### ***Da França ao Brasil, Precursoras de um Nicho para o Mercado***

Com as obras de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, a Difel soube aproveitar a dupla atuação destes escritores, entre a filosofia e a literatura, para dirigir sua produção a um público leitor especializado. Leitores eruditos, críticos interessados no existencialismo e,

---

do filósofo até aquele momento. Lançada por ocasião de sua visita ao Brasil e tematizando uma das experiências mais emblemáticas do engajamento de Sartre junto à política latino-americana, a obra foi um sucesso e figurou na lista de livros mais vendidos no Brasil, categoria traduções, no ano de 1960, superando em muito as vendas de *Reflexões Sobre o Racismo*. Alguns anúncios de jornais transparecem a competição entre os lançamentos e certas rusgas entre as editoras, pois ambas desejavam ser identificadas com as ações que envolveram a passagem de Sartre e Beauvoir no Brasil e, com isso, colherem os frutos comerciais e simbólicos devido ao alcance do evento. Vemos, assim, um movimento consciente dos agentes do mercado em buscar autores e temas voltados ao seu ambiente político-intelectual para construir um perfil editorial respeitado e comercialmente viável diante dos interesses do público brasileiro.

<sup>542</sup> Fernando Henrique Cardoso, Entrevista Concedida à Pesquisadora.



principalmente, um setor em ascensão no campo intelectual brasileiro: professores e estudantes universitários. Entretanto, cumpre notarmos que este direcionamento, através dos filósofos, ocorreu como subsidiário ao desenvolvimento de uma outra grande linha de traduções desenvolvida pela editora, explicitamente voltada às demandas e às possibilidades de intervenção da universidade na esfera da produção e circulação livreira.

Ao lado da seção que classificamos como “Obras Avulsas”, formada por uma ampla maioria de títulos ficcionais, como vimos, o catálogo da Difusão revela que a sua política editorial se construiu com base em um segundo pilar sustentado por suas “Coleções Acadêmico-Escolares”<sup>543</sup>, as quais compreendem cerca de 51% do total das publicações realizadas entre 1951 e 1982. Apenas o dado quantitativo já seria suficiente para considerarmos o peso deste conjunto no desenvolvimento comercial e do fundo da editora. Entretanto, para além do volume ocupado por estas edições, elas foram fundamentais para definir os principais aspectos de inovação e da identidade com a qual ela seria reconhecida no mercado brasileiro.

Isabelle Olivero define a coleção como a primeira unidade bibliográfica que orienta um *corpus* de textos e lhe confere sentido, tanto dentro do universo produzido por uma editora quanto em meio à produção geral à qual ela se destina em uma cidade, em um país ou em circuitos internacionais<sup>544</sup>. Tomando a definição de Olivero, entendemos também que, vista em maior escala, a justaposição de várias coleções no programa de uma empresa pode orientá-la a assumir uma personalidade editorial e cultural, destacando-se para o público com o qual deseja interagir na esfera da comercialização e também da criação de suas mercadorias.

Os principais projetos que a Difel traduziu foram: Coleção Saber Atual [Que Sais-je?], Coleção História Geral das Civilizações [Histoire Générale des Civilisations], História Geral da Arte [Histoire Générale de l’Art], História Geral das Ciências [Histoire Générale des Sciences] e Clássicos Garnier [Classiques Garnier]. Elas possuem formatos e propostas distintas entre si: a Saber Atual consiste em uma coleção enciclopédica de

---

<sup>543</sup> A denominação designa as edições da Difel com autoria vinculada à produção universitária e voltadas prioritariamente a este mesmo público. Ela foi definida no levantamento do catálogo, ponderando o fato de que a ideia de livro universitário, segundo nossa hipótese de trabalho, era praticamente inexistente no mercado brasileiro do início da década de 1950. Assim, nos valem da fusão duas categorias mais difundidas, o livro escolar – manuais, compêndios e didáticos – e o livro acadêmico – análises históricas, políticas e sociológicas de erudição; compilação documental, etc. –, ambas em consonância com as instituições de ensino e produção do conhecimento que até então hegemonizavam os meios intelectuais, pautando também os nichos de atuação do mercado editorial. Este item se dedicará justamente ao florescimento da ideia de livro universitário nesta dinâmica econômica e intelectual e como a nossa editora contribui para tal movimento, valendo-se dos modelos franceses.

<sup>544</sup> Isabelle Olivero, *L’Invention de la Collection*, pp. 16, 159, 197.

livros em pequeno formato que apresentam sínteses de um tema ou conceito; as “histórias gerais” são obras de referência, espécie de manuais seriados que se propõem a um panorama histórico dos respectivos objetos de estudo; e a Clássicos Garnier apresenta obras da literatura francesa do século XIX, da filosofia clássica e do Iluminismo. Todas elas, anunciadas com grande entusiasmo pela crítica:

#### Os Clássicos Garnier

DE NORTE A SUL, a investigação, a pesquisa, a sofreguidão do saber, é uma constante que se verifica, cada vez com mais vigor, nas gerações de consolidação, as atenções da intelectualidade voltam-se para a cultura clássica, para o manancial formado pelos pontos altos da cultura de todos os tempos. Não é sem razão que começam a surgir as primeiras coleções de clássicos em língua portuguesa em edições bem cuidadas, carinhosamente organizadas num espírito de alto nível editorial. Mas, perante o panorama que se nos apresenta, falta-nos ainda uma coleção de obras clássicas universais que venha ao encontro da sede de conhecimento pelos autores de língua estrangeira. Por isso mesmo, a Difusão Europeia do Livro associou-se com o editor Garnier para lançar no Brasil uma versão da conhecida linha dos CLÁSSICOS GARNIER.

Aliás, Garnier não é um nome desconhecido no Brasil. no princípio do século o editor francês esteve por aqui editando pela primeira vez os nossos escritores mais representativos, numa mesma coleção. Em edições idênticas, impressas em Paris, ao lado de Balzac, Stendhal, colocava o muito do nosso Machado de Assis, apresentando com as mesmas características editoriais dos melhores volumes parisienses da época. Esse, o Garnier que retorna ao Brasil, disposto a mais uma vez contribuir para o desenvolvimento da cultura nacional.

Ao organizar a versão dos CLÁSSICOS GARNIER, a Difusão Europeia do Livro, procurou cercar sua coleção de todas as garantias, entregando a tradução de cada volume a nomes de reconhecido mérito, possibilitando assim um estudo mais aprofundado e erudito sobre cada autor. Escritores como José Geraldo Vieira, Sérgio Milliet e Adolfo Casais Monteiro, professores como Lívio Teixeira, Cruz Costa, Lourival Gomes Machado, Antônio Pinto de Carvalho etc., são alguns dos responsáveis brasileiros pelos famosos clássicos<sup>545</sup>.

Apesar das inúmeras diferenças entre as coleções, a divulgação de lançamento da Clássicos Garnier dá conta de nos transmitir a expectativa positiva de recepção deste setor do catálogo frente ao público, e os pontos mais sensíveis de intervenção sobre os quais da Difel irá atuar por meio dele: o do apoio à investigação e à pesquisa para as “gerações em consolidação”, segundo as quais a referência do pensamento estrangeiro deveria ser assumido por edições realizadas no Brasil, em acordo com as novas demandas desse meio

---

<sup>545</sup> “Vida Literária: Clássicos Garnier”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVI, n. 72, 18.3.1957, 1º Caderno, p. 8, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/71996](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/71996).

intelectual em transformação. Além disso, valoriza-se a parceria com o editor francês<sup>546</sup>, que já atuara no mercado local e cuja legitimidade se transfere à editora nacional, ao mesmo tempo reforçada pelas escolhas dos mediadores brasileiros que auxiliarão em sua produção.

Essa visão sobre a iniciativa da editora tem seu elo de continuidade com os aspectos de transferências culturais realizadas por seu catálogo literário e nos sinaliza a possibilidade de avançarmos sobre eles ao demonstrar que os profissionais envolvidos com o mercado e os setores mais ativos do público estavam atentos ao desenvolvimento da produção de livros voltados à formação especializada. Neste universo, como se pode observar pelo escopo da coleção Clássicos Garnier, o mérito da Difel não residia nas traduções em si, mas no fato de que elas transferiram modelos editoriais, cuja realização poderia fomentar parcerias voltadas ao desenvolvimento da produção livreira e da cultura nacional. E, ainda, adiantando-nos sobre algumas conclusões que virão da análise a seguir, da emergência do livro universitário como um novo nicho de atuação comercial e um novo tipo de instrumento para a transmissão de ideias e do conhecimento nesta sociedade. É sob essa marca que a identidade da editora se consolidará.

A parceria com a Garnier, como ressalta a observação de época, foi importante por integrar esse repertório de relações culturais históricas entre a França e o Brasil, transmitindo certa respeitabilidade às ações da Difusão Europeia do Livro, contudo, a editora logo se dirigiu à especialização na tradução de obras produzidas por uma empresa mais recente do mercado francês, a Presses Universitaires de France (PUF), que jamais atuara diretamente na produção editorial brasileira. Como não podemos deixar de lembrar, a PUF foi também uma das maiores fornecedoras da livraria de Paul Monteil e, quando tratamos dela, mencionamos como se destacou na França precisamente por ter construído um modelo comercial de editora universitária em um mercado que, diferentemente de outros países europeus, não contava com estruturas editoriais ligadas às suas universidades.

---

<sup>546</sup> Aproveitamos também para fazer uma observação quanto à relação entre as duas empresas, Difel e Garnier. Segundo Laurence Hallewell (*O Livro no Brasil*, p. 756), em 1951, a Difel “ficou com a filial brasileira da Garnier Frères que era da Briguier”. Essa informação não aparece nos documentos aos quais temos acesso, nem nos estudos mais atuais sobre livrarias no Brasil (Ver: Ubiratan Machado, *Pequeno Guia Histórico...*, p. 46.). O que temos em relação à Garnier são algumas notas administrativas do ano de 1960 em que ela aparece como financiadora da coleção – a essa altura denominada Clássicos Difusão – e, em seguida, como credora de 50% dos lucros líquidos das referidas publicações (Arquivo pessoal de Silvia Monteil, Difusão Europeia do Livro, Extrato de Conta Corrente para Simples Conferência Junho/1960).

Em condições particulares, essa situação se reproduzia no Brasil<sup>547</sup>. À medida que as suas universidades se desenvolviam, todo um campo se abria para novas iniciativas no mundo da edição e, sem editoras universitárias *stricto sensu*, o espaço estava aberto às casas comerciais. Desse modo, a Difel, que vinha se especializando na transferência de obras e autores franceses a este mercado, voltar-se-á à PUF e, além dos textos a serem traduzidos, irá se apropriar dos modelos e das práticas pioneiras promovidas pela casa em seu mercado de origem<sup>548</sup>.

### ***A Coleção Saber Atual***

A coleção Saber Atual foi o primeiro projeto seriado desenvolvido pela Difusão no Brasil, a partir de 1954, ao lado das primeiras traduções literárias. Os títulos lançados naquele ano foram *História da Sociologia*<sup>549</sup>, *Mitologia Grega*<sup>550</sup> e *O Brasil*<sup>551</sup>, este último escrito pelo professor Pierre Monbeig, que lecionara na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Com uma média de oito livros editados por ano, a Saber Atual chegou a mais de 150 exemplares, representando cerca de 50% dos livros publicados em coleções e 25% do catálogo da Difel. Tal representatividade se deve, primeiramente, aos princípios deste modelo de coleção:

#### Saber Atual para o Brasil Contemporâneo

Abrangendo os mais diversos setores do saber humano, desde a mitologia grega e a filosofia antiga até a psicanálise, o existencialismo, o surrealismo, a televisão, a economia planificada, etc., a Coleção Saber Atual, lançada pela Difusão Europeia do Livro, vem obtendo êxito retumbante nos círculos estudioso e leigos de todo Brasil. Traduzida da coleção *Que-sais je?*, editada pela Presses Universitaires de France, elaborada por grandes especialistas de cada assunto tratado, a coleção SABER ATUAL veio preencher uma grande lacuna do nosso movimento editorial, ou seja: livros especializados, de baixo preço (embora realizados dentro dos melhores moldes editoriais), que divulgassem num nível erudito, porém fácil, as últimas novidades a respeito das modernas pesquisas realizadas nos mais variados campos do conhecimento [...]<sup>552</sup>.

---

<sup>547</sup> Sobre o tema: Leila Santiago Bufrem, *Editoras Universitárias no Brasil*, São Paulo, Edusp, 2000; Marisa Midori Deaecto, “Edusp, História Viva”, em Marisa Midori Deaecto e Plínio Martins Filho (org.), *Livros e Universidades*, pp. 9-22; Plínio Martins Filho, “Editoras Universitárias”, em Marisa Midori Deaecto e Plínio Martins Filho (org.), *Livros e Universidades*, pp. 23-27.

<sup>548</sup> Valérie Tesnière, *Le Quadridge, Un Siècle d'Édition Universitaire*, pp. 389-391, 395-400.

<sup>549</sup> Gaston Bouthoul, *História da Sociologia*, trad. Jacó Guinsburg, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1954.

<sup>550</sup> Pierre Grimal, *A Mitologia Grega*, trad. Yolanda Leite, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1954.

<sup>551</sup> Pierre Monbeig, *O Brasil*, trad. Dirceu Lino de Mattos, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1954.

<sup>552</sup> “Vida Literária: Saber Atual para o Brasil Contemporâneo”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVII, n. 106, 8.5.1957, 1º Caderno, p. 8, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/73616](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/73616).

Reconhecidos pelo seu ineditismo, qualidade e especialização, os volumes da Saber Atual se reproduziam na toada do chamado livro de bolso, que se dissemina em todo o mundo nos anos 1950. Se completavam um espaço vazio no mercado brasileiro, como reconhece o interlocutor brasileiro, no momento de sua criação, eles haviam marcado a produção francesa, pois Paul Angoulvent concebe a original, *Que Sais-Je?*, em 1941, antecipando-se ao fenômeno das grandes tiragens de baixo custo ao conceber um projeto que pudesse alavancar a editora que vivia um momento de crise. Além disso, a coleção conseguiu propor uma concepção moderna de vulgarização científica, associando a produção da universidade a livros populares capazes de manter um ritmo de produção rápido e constante de títulos para o consumo de um público escolar e universitário crescente<sup>553</sup>.

No Brasil, a Saber Atual se encaixava, portanto, em uma realidade de expansão do mesmo tipo de leitores aos quais a PUF se dirigia na França desde, ao menos, uma década. Contudo, a realidade editorial de nosso país ainda era mais limitada que a francesa, fazendo com que o impacto destes pequenos livros fosse muito significativo pela proposta de construção de um repertório sintético de conteúdos especializados para seus estudantes e, especialmente, por seu caráter popular. As camadas médias de São Paulo e outros centros econômicos e culturais nacionais se expandiam no período, porém o nível de renda dos brasileiros ainda seria, em média, muito inferior ao de um país europeu. Nesse sentido, a proposta de uma coleção que considerasse o barateamento do livro como meio de acesso ao conhecimento especializado era não só inovadora, como representava no universo editorial um dos efeitos desse primeiro momento de ruptura com o extremo elitismo do acesso à educação formal na sociedade brasileira, a partir das políticas de reforma do ensino propostas por educadores e políticos desde os anos 1930, às quais temos nos referido ao longo do trabalho.

Segundo o levantamento em jornais dos anos 1950, entre 1955 e 1956 os volumes da Saber Atual custavam, em média, Cr\$ 30<sup>554</sup>; no catálogo de 1973, cada volume

---

<sup>553</sup> Valérie Tesnière, *Le Quadridge: un Siècle d'Édition Universitaire (1860-1968)*, p. 332. A autora também ressalta como a coleção se torna um fenômeno internacional nos anos 1950, fundamentando uma política de exportação de traduções da editora francesa (pp. 368-369). A Difel será, portanto, a responsável pela chegada desse fenômeno, bem como pela recepção das demais iniciativas do “modelo PUF” no Brasil.

<sup>554</sup> Cruzeiro antigo, em circulação até 1967. Para efeitos de comparação com grandes edições da época, um volume da coleção Brasiliana poderia chegar a Cr\$150, segundo registros da *Revista do Livro*. Segundo Oliver Onody (*A Inflação Brasileira*, p. 262) o salário médio nacional de um comerciário no ano de 1955 era de Cr\$ 3.154, e em 1956 era de Cr\$4.319. Segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil de 1956*, p. 288, o salário mínimo no estado de São Paulo é, em média, de

circulava a Cr\$5<sup>555</sup>. Sua contribuição, assim, corresponde ao processo de relativa democratização da leitura no Brasil, com a ampliação do público leitor alfabetizado, e do espírito de modernização que avança nos anos 1950 e 1960, mobilizando a educação e a cultura como um dos instrumentos de impulso ao desenvolvimento nacional.

Cumprе assinalar que a transferência do modelo francês pôde atingir tais princípios democratizantes porque as condições de produção do livro em São Paulo beneficiariam a Difel nesse sentido. Com o cenário de substituição de importações e expansão da indústria brasileira, a cidade se tornou o maior parque gráfico da América do Sul já nos anos 1940, mantendo-se como esse grande centro impressor nas décadas seguintes. Ademais, a editora detinha excelentes condições de investimento frente às suas concorrentes, por sua ligação com o mercado e investidores franceses que sustentariam o acesso a essa estrutura produtiva.

Em um dos raros documentos administrativos da Difel aos quais temos acesso, vê-se que as primeiras edições da Saber Atual tinham uma tiragem de quatro mil exemplares<sup>556</sup>, considerando a média de oito títulos anuais, teríamos cerca de trinta e dois mil exemplares por ano – sem contar as reimpressões. Era uma produção acelerada e volumosa para o período<sup>557</sup>. Este ritmo alcançado pela coleção denota que as vendas deveriam corresponder aos recursos e esforço de produção investidos, e dita um outro aspecto comercial importante para o projeto e para o selo editorial como um todo: o da

---

Cr\$3.500; o menor valor entre as unidades da federação é de Cr\$1250 – interior do Rio Grande do Norte. Não temos preço de itens básicos para comparação. Tomando esses dados, um exemplar da Saber Atual custava pouco menos de 1% do salário mínimo no estado de São Paulo, o que se aproxima do salário médio de um comerciário no Brasil, entre 1955 e 1956; e pouco mais de 2% do salário mínimo nacional.

<sup>555</sup> Cruzeiro, moeda em circulação a partir de 1970. Para efeitos de comparação, segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil de 1974*, p. 405 (valores para o ano de 1973), temos: 1. o preço dos seguintes itens no varejo – 1 kg de arroz agulha custava Cr\$ 2,03; 1 kg de carne bovina de 1ª custava Cr\$ 9,43, 1 kg de feijão custava Cr\$ 4,16; 2. o valor do salário mínimo em São Paulo (p. 629) era de Cr\$ 376,80, o mais alto ao lado de outros estados do Sudeste; sabendo que o salário mínimo mais baixo entre os estados da União era de Cr\$ 266,40. Tomando esses dados, um exemplar da Saber Atual custava pouco mais de 1% do salário mínimo em São Paulo; pouco mais de 2kg de arroz, 0,5 kg de carne e 1 kg de feijão. Evidentemente, é um valor que pesa ao bolso dos miseráveis, que são muitos numa sociedade como a brasileira, contudo, acreditamos que é possível dizer que eram valores acessíveis para a classe média, mesmo de seus setores menos abastados.

<sup>556</sup> Arquivo pessoal de Silvia Monteil, Difusão Europeia do Livro, *Programme Editorial Mai-1958/Mai-1959*. São anunciados três novos títulos e três reimpressões para esse ano, totalizando, ao menos 24 mil exemplares em circulação. No catálogo que elaboramos, sem distinguirmos os meses, são publicados nove títulos novos, sendo um em 1958 e oito em 1959.

<sup>557</sup> Segundo o *Anuário Estatístico Brasileiro de 1960* (dados do ano de 1958), o estado de São Paulo contava com 96 empresas de edição, imprimindo, neste ano, em torno de sete milhões de exemplares de títulos em primeira edição, o que resulta em uma média de 73 mil exemplares por editora. Os dados estimados para a Difel servem para termos uma dimensão de sua capacidade e que, portanto, apenas com a coleção Saber Atual a editora já atingiria cerca da metade dos títulos impressos na média do mercado. Ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Anuário Estatístico Brasileiro de 1960*, pp. 340-341.

publicidade. Cada novo livro publicado gerava diversos anúncios, notas e pequenas resenhas que saíam quase diariamente nas seções especializadas dos jornais, garantindo a menção da editora no cotidiano da mídia impressa. Visibilidade, circulação, comentários, indicações... Os livros delimitavam um campo de atuação para a Difel, fator necessário para uma editora que ainda construía seu perfil e firmava sua legitimidade no mercado brasileiro.

Entre os preços acessíveis e a alta circulação da Saber Atual, a Difel recebia elogios e era recomendada por sua “popular coleção [...] com espírito de síntese”<sup>558</sup> ou por “sua excelente coleção [...] com livros de vulgarização e conhecimento moderno”<sup>559</sup>. Os termos vulgarização científica ou vulgarização do conhecimento aparecem para caracterizar o aspecto introdutório e facilitador sobre os respectivos temas, mas ficam associados à especialização universitária, pois, não raro, os anúncios colocam em evidência a posição profissional dos autores franceses como critério de qualidade dos trabalhos e direcionamento para o público. Desta maneira, as referências vão direcionando o sentido que a editora buscava para este conjunto de livros no mercado, nos termos em que Olivero define a ideia de coleção. Algumas notas reforçam também a presença de mediadores brasileiros pela tradução, elaboração de comentários e anexos às edições, sempre enfatizando a ligação do projeto com a realidade local. E com relação a este aspecto das obras, o título *O Brasil*, de Roger Bastide, foi muito valorizado e, ao que tudo indica, conquistou os leitores:

#### Coleção Saber Atual

O primeiro volume da coleção Saber Atual – já há algum tempo esgotado, - *O Brasil*, é um ensaio sobre o meio natural, a população e as questões econômicas do momento. [...] A Difusão Europeia do Livro lança agora a segunda edição de *O Brasil*, acrescida e modernizada. O Professor Pierre Monbeig, durante o período de 1933 e 1946 regeu a cátedra de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Retornando à França, onde ocupa a cátedra de Geografia Econômica no Conservatoire des Arts et Métiers de Paris, não perdeu o contato com a realidade brasileira<sup>560</sup>.

A escolha de que o estudo sobre o país inaugurasse a coleção demonstra a sensibilidade do editor e sua equipe para efetuarem a transferência do projeto criado pela

---

<sup>558</sup> “A Mitologia Grega”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 10 493, p. 7, 21.11.1954, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_05/31715](http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/31715).

<sup>559</sup> “A Psicologia da Criança”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10 626, p. 9, 1.5.1955, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_05/34966](http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/34966).

<sup>560</sup> “Últimos Livros: Coleção Saber Atual”, *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 104, n. 31 310, 27.4.1958, 3º Caderno, p. 2, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_10/42614](http://memoria.bn.br/docreader/090972_10/42614).

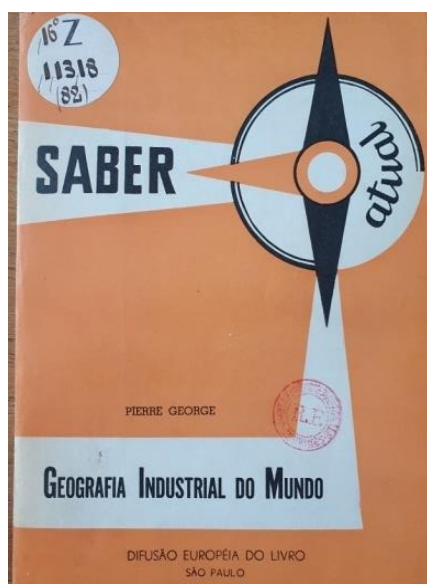
PUF e abrirem um caminho de mediação para os demais títulos. De um lado, o professor francês que fez carreira no Brasil evidencia o primeiro vínculo entre a origem das edições e a dinâmica das instituições de ensino e dos meios intelectuais brasileiros, projetando o referencial conhecido do público nas relações França-Brasil para o projeto editorial. De outro, o tema nacional sinaliza uma relação de interesses comuns entre os respectivos centros de produção do saber, inclusive porque a Difel tentará criar uma linha de estudos brasileiros dentro da Saber Atual, como veremos adiante.

Assim, a série enciclopédica lança as traduções da Difusão no setor acadêmico-escolar e vai construindo uma referência para o seu perfil tanto em termos comerciais, no que diz respeito à circulação dos volumes, à publicidade da marca e ao sucesso das vendas, quanto simbólicos, em relação à referência da PUF, ao modelo de coleção inovador, em seu caráter popular e, ao mesmo tempo, especializado. A ideia de livro universitário ainda não aparece, no entanto, os marcadores de autoria, de tradução, das disciplinas e temas da coleção apontam para uma ligação mais estrita das edições com o público e a produção da universidade, que será reforçado pelos projetos que viriam em seguida.

**Figura 41**



**Figura 42**



**Figura 43**



**Figuras 41 a 43.** Capas da Coleção Saber Atual, em formato 13,5 x 18 cm. A editora lança mão da rosa dos ventos, também utilizada nas edições da PUF, como símbolo do propósito da coleção de conduzir, ou direcionar, o leitor à introdução de temas atuais.



### ***As Histórias Gerais e a História Geral das Civilizações***

As coleções de “história geral” acompanham os lançamentos da Saber Atual a partir de 1955, quando saem os primeiros volumes da História Geral das Civilizações, dirigida por Maurice Crouzet. Estas são concebidas para constituírem obras de grandes sínteses históricas, artísticas ou científicas, com um instrumental teórico com abordagem mais aprofundada. Elas contêm mapas, imagens, cronologias e outros recursos que ofereciam suporte tanto ao leitor especializado, estudantes do ensino superior e professores, quanto a estudantes do nível secundário, ou ao leitor comum interessado em ilustrar-se nas respectivas áreas. Portanto, são edições em grande formato que compõem um conjunto de livros para se “ter na estante”, pela referência no conteúdo proposto e pela unidade estética de um projeto gráfico cuidadoso que contribui para fidelizar o público.

Por estas características, as “histórias gerais” também eram projetos menos econômicos. Segundo o catálogo de 1973: os volumes em brochura da História Geral das Civilizações custavam entre Cr\$30 e Cr\$40; a História Geral da Arte poderia ser adquirida em brochura por preços entre Cr\$24 e Cr\$ 28; a História Geral das Ciências de Cr\$ 24 a Cr\$40, em brochura, ou Cr\$37 a Cr\$50, encadernada. Se voltarmos aos valores da Saber Atual neste mesmo ano, concluímos que os livros custam de seis a dez vezes o valor da coleção de bolso a depender do tipo de acabamento, logo, atingiriam um público com renda mais estável e elevada.

Os compêndios de conteúdo universalizante não eram tão inovadores do ponto de vista da forma e de seus propósitos no mercado brasileiro. Mesmo na França e em outros mercados europeus, empreendimentos como estes remontavam, pelo menos, ao século XVIII<sup>561</sup> e adentram os períodos posteriores como mercadorias comuns das bibliotecas de autodidatas e eruditos. Esta perspectiva vai se modificando com o avanço das técnicas de reprodução das obras, a expansão do acesso ao ensino e a ampliação do nível de renda nos diferentes países. Nos anos 1950, no Brasil, elas não chegam a ser populares, todavia, acompanham, como temos visto, as necessidades de um meio intelectual em transformação e em crescimento. A recepção da época comenta as edições da Difel nesta perspectiva:

---

<sup>561</sup> Robert Darnton, *O Iluminismo como Negócio*, São Paulo, Companhia da Letras, 1996. Consideramos o conceito de empreendimento editorial que o historiador formula em seu estudo sobre as publicações da *Enciclopédia*, associando a evolução do mercado editorial no período à importância social e intelectual da obra, enquanto um dos catalisadores do pensamento iluminista. Tomamos esta perspectiva em paralelo para definir um maior grau de profissionalização e capacidade de investimento das editoras no mercado brasileiro na segunda metade do século XX. A ideia será retomada e aprofundada nos próximos capítulos para demonstrar como a construção do catálogo Difel e sua inspiração nos modelos editoriais franceses é uma das expressões desse momento.

### A Significação de um Empreendimento

Até vinte anos atrás, os estudos de história geral pertenciam no Brasil, ao âmbito restrito do autodidatismo. O curso secundário oferecia noções rudimentares, à base dos compêndios FTD ou Raposo Botelho... E raros eram entre os frequentadores das salas de aulas aqueles que iam além de referências superficiais às guerras púnicas, às invasões bárbaras, às cruzadas. [...] Por isso quando se abriram as portas dos cursos de história das Faculdades de Filosofia, um problema surgiu: não havia bibliografia sequer. E, então, compêndios sumários – como o de Jastrow, traduzido para o castelhano e o de Wells, traduzido para o vernáculo, obtiveram grande nomeada. Entretanto, em nossos cursos superiores, os estudantes viam-se obrigados a adotar livros escritos para os cursos secundários de outros países. Até quando tal situação perduraria, seria difícil prever. Mas, foi por certo o clima criado pelas Faculdades de Filosofia e Letras que tornou viável a ideia de editar no Brasil a História Geral das Civilizações, dirigida por Maurice Crouzet. A tradução foi confiada ao sr. Pedro Moacyr Campos do corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e a iniciativa coube à editora “Difusão Europeia do Livro”<sup>562</sup>.

As melhores “histórias gerais” estavam restritas aos círculos de autodidatas. Aquelas mais sintéticas e acessíveis, muitas vindas do exterior com as da Difel, não atendiam às novas demandas na medida em que não eram compatíveis com os objetivos da especialização em nível superior organizada em torno das Faculdades de Filosofia. Desta maneira, a iniciativa da editora paulista trazia um marco para o mercado brasileiro que respondia a esta nova realidade, ao mesmo tempo que propunha uma inédita associação entre empresários do livro e protagonistas desta transformação social e institucional.

O sentido desta proposta no catálogo da Difusão pode ser mais bem compreendido a partir da publicação da História Geral das Civilizações (HGC), não apenas porque a primeira, mas também porque a principal “história geral” traduzida pela editora. Como sinaliza o comentário acima, a HGC representa um modelo de relação com a universidade que a Difel adotará para construir sua identidade no setor. Ao lado desta parceria, o tema apresentado, além de ser mais abrangente que os demais, conectava-se com uma dinâmica de debates e de modernização da historiografia em nível internacional, na qual o pensamento brasileiro, especialmente o universitário, buscará referências e também espaço de intervenção. Finalmente, ela traz indicadores importantes do volume e ritmo de publicações alcançado pela casa, como passarmos a analisar.

---

<sup>562</sup> Domingos Carvalho da Silva, “A Significação de um Empreendimento”, *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 102, n. 30 657, 11.3.1956, 3º Caderno, p. 2, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_10&pagfis=30388](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_10&pagfis=30388).

### Quadro 9. A Coleção História Geral das Civilizações

<b>Tomo</b>	<b>Vol.</b>	<b>Título</b>	<b>Subtítulo</b>	<b>1a Ed (FR)</b>	<b>1a Ed (BR)</b>
1	1	<i>Oriente e Grécia Antiga</i>	<i>As Civilizações Imperiais</i>	1953	1955
1	2	<i>Oriente e Grécia Antiga</i>	<i>O Homem no Oriente Próximo</i>	1953	1955
2	1	<i>O Império Romano</i>	<i>O Ocidente e a Formação da Unidade Mediterrânica</i>	1954	1956
2	2	<i>O Império Romano</i>	<i>As Civilizações da Unidade Romana</i>	1954	1956
2	3	<i>Roma e Seu Império</i>	<i>As Civilizações da Unidade Romana e Asia Oriental</i>	1954	1956
3	1	<i>A Idade Média</i>	<i>Preeminência das Civilizações Orientais</i>	1955	1956
3	2	<i>A Idade Média</i>	<i>O Período da Europa Feudal, do Irã Turco e da Ásia Mongólica</i>	1955	1958
3	3	<i>A Idade Média</i>	<i>Os Tempos Difíceis</i>	1955	1957
4	1	<i>Os Séculos XVI e XVII</i>	<i>Os Progressos da Civilização Europeia/ A grande Mutaçã Intelectual da Humanidade (3. ed.)</i>	1954	1957
4	2	<i>Os Séculos XVI e XVII</i>	<i>A Europa e o Mundo</i>	1954	1957
5	1	<i>O Século XVIII</i>	<i>O Último Século do Antigo Regime</i>	1953	1957
5	2	<i>O Século XVIII</i>	<i>A Sociedade do Século XVIII Perante a Revolução</i>	1953	1958
6	1	<i>O Século XIX</i>	<i>O Apogeu da Expansão Europeia (1815-1914)</i>	1957	1958
6	2	<i>O Século XIX</i>	<i>As Civilizações não Europeias no Limiar do Século XX</i>	1957	1958
7	1	<i>A Época Contemporânea</i>	<i>A Decadência da Europa e o Mundo Soviético</i>	1957	1958
7	2	<i>A Época Contemporânea</i>	<i>O Mundo Dividido</i>	1957	1958
7	3	<i>A Época Contemporânea</i>	<i>O Desmoronamento...</i>	1957	1958
-	-	<i>Iniciação aos Estudos Históricos</i>	-	-	1961

Fonte: Levantamento da autora na Hemeroteca Digital; Sistema Dedalus/USP.

A História Geral das Civilizações é publicada em dezessete volumes, lançados entre 1955 e 1958. Em uma média de cinco volumes publicados por ano, o processo editorial, da tradução à encadernação, lidava com um material volumoso de, no mínimo, 300 páginas por tomo. Se comparado à medida de produção do mercado à época, vemos que a Difel trabalhava em ritmo intenso<sup>563</sup>, conseguindo acompanhar com cerca de um ou dois anos de diferença os lançamentos dos respectivos tomos na França. Esta quase simultaneidade reforçava o lugar de inovação do projeto no mercado brasileiro e a capacidade de produção da editora, contribuindo, ao lado de outros elementos do processo editorial, para que ela construísse uma espécie de representação da PUF no Brasil.

No que diz respeito à tiragem, as primeiras edições saem com oito mil exemplares e as reimpressões com cinco mil, valores dentro da média do mercado paulista, mas acima da produção nacional<sup>564</sup>. Em nosso mapeamento, todos os volumes têm ao menos três edições realizadas entre 1958 e 1969; e primeiro volume, tomo I, chega à sexta edição em 1977. Ou seja, o esforço de produção parece repercutir positivamente no médio prazo, diante da longevidade da coleção, uma referência que permanece viável no mercado por mais de uma década<sup>565</sup>.

O modelo de coleção e a referência francesa são transferidos à edição brasileira através da materialidade dos livros, especialmente com a identidade entre os projetos gráficos. Capas, cabeçalhos e a estrutura geral remetiam às mercadorias produzidas pela PUF que certamente eram familiares ao público brasileiro por figurarem nas seções de livros importados das principais livrarias do país. Poucos ajustes foram feitos: o principal deles foi a divisão dos tomos únicos em dois ou três volumes cada um. A intervenção é objetiva e segue um critério prático, baseando-se nas partes internas aos livros, tais como estavam definidas na publicação original<sup>566</sup>.

---

<sup>563</sup> Segundo os *Anuários Estatísticos Brasileiros*, no ano de 1955 as edições brasileiras comportavam, em média, 45,5 páginas (47, 65 no Rio de Janeiro e 38,07 em São Paulo); em 1956 esses números sobem para 150 páginas nas edições nacionais (152,79 no Rio e 199,33 em São Paulo); em 1958, último ano para esse tipo de dado, vê-se uma média nacional de 156,48 páginas por exemplar (no Rio de Janeiro 150,16 e em São Paulo 217,53). Para efeitos de comparação, a editora Globo, que, como vimos, era uma grande referência no mercado de traduções, levou nove anos (1946-1955) para publicar *A Comédia Humana* de Balzac, em dezesseis volumes.

<sup>564</sup> Arquivo pessoal de Sílvia Monteil, Difusão Europeia do Livro, *Programme Editorial Mai-1958/Mai-1959*. Segundo os dados do *Anuário Estatístico Brasileiro*, no ano de 1958 a média da tiragem de primeiras publicações em São Paulo era de 9 mil exemplares; no Rio de Janeiro esse valor cai para 8.346,5; e a média nacional é ainda inferior, com 6.829,05 exemplares por título novo.

<sup>565</sup> Encontramos a 2ª edição de todos os volumes entre 1958 e 1963 e a 3ª edição entre 1960 e 1969.

<sup>566</sup> Há uma inversão pontual nos dois volumes do tomo I. Na edição brasileira as partes II e III estão invertidas: no volume I, temos as partes I, “Civilizações Imperiais do Oriente Próximo” (Egito e Mesopotâmia), e III, “A Ásia Oriental” (Índia e China) do original; no volume II, a parte II, “O Homem no

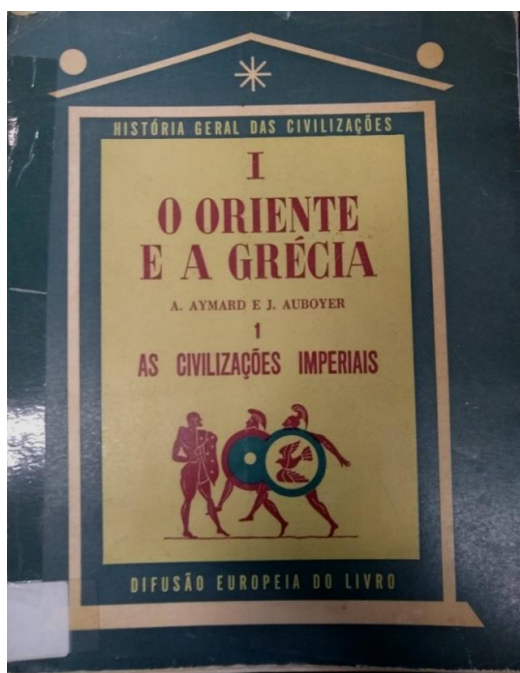
Ainda que fique restrita à questão do formato do livro, a adaptação não parece despropositada. Produzir livros menores indicava o ajustamento da Difusão às condições de produção locais, lembrando que mesmo divididos os volumes da HGC já ultrapassavam a média geral de páginas das publicações nacionais. Ao mesmo tempo, a divisão conferia maior praticidade ao material, ampliando as possibilidades de seu uso por tornar os exemplares mais compactos e portáteis. Entre a capacidade produtiva e sua boa inserção nos hábitos de leitura locais, a coleção se tornava mais convidativa à fidelização do cliente, que, praticamente a cada ano, era convidado a comprar um novo título, a fim de garantir que sua série estivesse completa, acompanhando-o nos espaços de estudo.

Sem se eximir de pequenas intervenções para se adequar às exigências da cadeia produtiva e do público local, a edição da Difel guardava as características formais de continuidade com a produção da PUF, beneficiando-se do capital simbólico do projeto no que diz respeito à sua origem, ao intento modernizador e à própria identidade universitária que a casa francesa possuía.

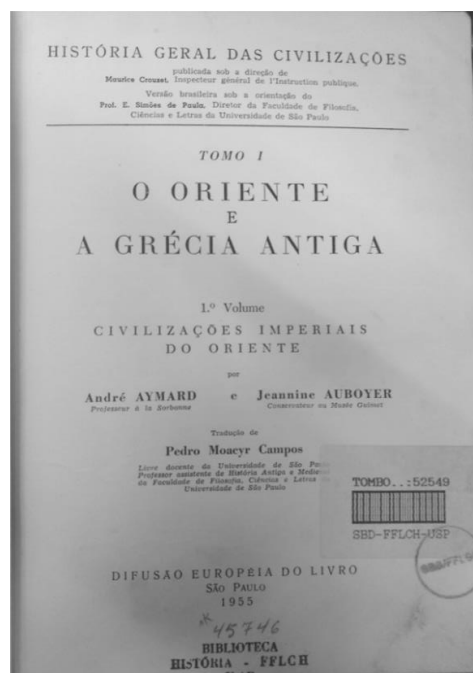
---

Oriente Próximo” (População mediterrânica que dá origem à Grécia Antiga). Essa mudança coloca a leitura dos períodos para uma perspectiva que confere maior unidade histórica às delimitações sócio-históricas e geográficas que, posteriormente, são tidas como Ocidente e Oriente. No original, a chamada Grécia Antiga está integrada ao restante das sociedades do Oriente Próximo. É uma intervenção local significativa para o tomo, por isso destacamos, mas não ocorrem outras alterações deste tipo na coleção. Desse modo, consideramos que o critério de reorganização utilizado pelos coordenadores da edição brasileira neste livro não tem a intenção de modificar a abordagem do conjunto da obra do ponto de vista historiográfico.

**Figura 44**

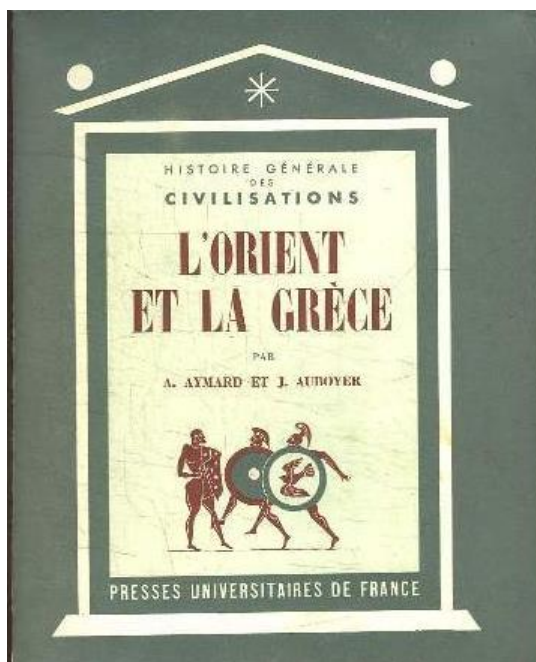


**Figura 45**

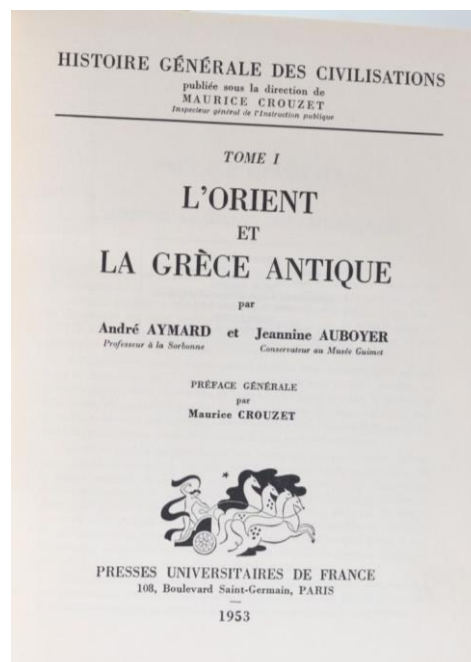


**Figuras 44 e 45.** Primeira edição do tomo I, volume I da *História Geral das Civilizações. O Oriente e a Grécia Antiga, As Civilizações Imperiais*, São Paulo, Difel, 1955, 18,5 x 23,5 cm.

**Figura 46**



**Figura 47**



**Figuras 46 e 47.** Primeira edição do tomo único, volume I da *Histoire Générale des Civilisations. L'Orient et la Grèce Antique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1953. A identidade visual e formato das edições são totalmente correspondentes, criando um vínculo para os leitores que conheciam a obra em francês e passam a adquiri-la, ou a acessá-la pela primeira vez, em edição nacional.

Esta apropriação se torna ainda mais evidente na reprodução do aparato paratextual que introduz a obra. Na verdade, ela vai se tornando menos passiva ao posicionar os nomes envolvidos com a edição brasileira ao lado dos autores franceses responsáveis pela obra na folha de rosto:

## HISTÓRIA GERAL DAS CIVILIZAÇÕES

Publicada sob a direção de Maurice Crouzet, Inspecteur Général de l'Instruction Publique  
Versão Brasileira sob Orientação do  
Prof. E. Simões de Paula, Catedrático de História e Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências  
e Letras da Universidade de São Paulo.

---

1º Volume

## CIVILIZAÇÕES IMPERAIS DO ORIENTE

Por

André AYMARD e Jeannine AUBOYER

Professeur à La Sorbonne Conservateur au Musée Guimet

Tradução de Pedro Moacyr Campos

Livre docente da Universidade de São Paulo de História Antiga e Medieval da Universidade de  
São Paulo

Difusão Europeia do Livro

São Paulo

1955

Se a PUF estabeleceu uma parceria com o historiador Maurice Crouzet<sup>567</sup> e os especialistas que redigem cada um de seus volumes, a Difel se propõe a fazer o mesmo em sua publicação, acrescentando Eurípedes Simões de Paula como “orientador” da edição brasileira<sup>568</sup>. A editora não precisaria necessariamente agregar essa espécie de coautoria aos volumes, mas entendemos que ela o faz, primeiramente, como recurso de mediação entre a obra estrangeira e o público nacional e, em seguida, para inaugurar um

---

<sup>567</sup> Maurice Crouzet (1897-1973). Historiador, professor e intelectual francês, Crouzet lecionou em diversos liceus e também foi professor do curso preparatório de Grands Écoles (*khâgne*) em Condorcet. O período da II Guerra suscitou problemas em sua carreira devido ao apoio dado ao movimento da Resistência. No momento da Liberação, ele integra o Ministério de Informação e, a partir de 1945, entra para os quadros do serviço de L'Inspection Générale de l'Instruction Publique, ocupando o cargo de Inspetor Geral de História e outras atividades ligadas ao ensino superior. Maurice Crouzet também pertenceu ao corpo editorial da *Revue Historique*: foi seu secretário-geral entre 1936-1939, chefe de redação de 1939-1968, codiretor a partir de 1968.

<sup>568</sup> Nota-se que o tradutor Pedro Moacyr Campos era o principal assistente de Eurípedes Simões de Paula na cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval, denotando uma expressão do grupo diretamente ligado ao então diretor da Faculdade na produção das edições.

caminho de parceria que se estenderia a outros de seus projetos – estes sim, totalmente vinculados à produção universitária local. Nestas duas ações, o editor adota também a estratégia de construção do livro universitário utilizada pela Presses no mercado francês, transferindo com ela uma prática editorial de vanguarda.

A coleção ganhava, portanto, o respaldo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e, da mesma maneira, ofereceria um espaço de diálogo desta instituição com a comunidade intelectual em que estava inserida: os estudantes universitários, sem dúvida, mas não só, pois a universidade se propunha a contribuir com o desenvolvimento da formação da sociedade e da cultura brasileiras, como declara Eurípedes Simões de Paula na apresentação ao volume I:

#### Apresentação

Com grande simpatia acolhemos a sugestão feita pela DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO, no sentido de associarmos o nosso nome à tradução para o português de uma série de sínteses de História realizadas por especialistas franceses. Acreditamos estar-se iniciando, assim, uma nova fase no nosso desenvolvimento cultural, que tem como uma de suas características básicas a dificuldade de acesso à bibliografia especializada, o que acarreta, mormente no campo da divulgação da cultura padrões há muito ultrapassados pela incessante atividade universitária desenvolvida nos meios universitários da Europa e dos Estados Unidos. E como, há cerca de vinte anos, a fundação da primeira Faculdade de Filosofia oficial constituiu o início de um movimento renovador em nossa vida científica e pedagógica, nada mais justo do que ligarmos o nome desta Faculdade à iniciativa da DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO. Cremos tratar-se de uma obra que beneficiará os estudantes e o público culto do Brasil e saudamos os seus promotores pela oportunidade do empreendimento.

O diretor da FFCL-USP se coloca na posição de alguém chamado a contribuir com um empreendimento comercial no mundo das edições, colaborando com ele para a conexão dos intelectuais brasileiros com uma historiografia internacional e atualizada, condizente com a situação atual do ensino superior no Brasil e os propósitos reivindicados pela instituição da qual fazia parte. Desse modo, ele anuncia a universidade como uma autoridade da produção e circulação do conhecimento na sociedade em que estava inserida, reivindicando, inclusive, certa tradição de suas duas décadas de existência, opondo-se a outras instituições e formas de atividade intelectual de “padrões há muito ultrapassados”.

Evidentemente, Eurípedes e Paul Monteil levavam em consideração o conteúdo proposto pela História Geral das Civilizações e a perspectiva historiográfica à qual Paul Angoulvent, editor da PUF, e Maurice Crouzet, diretor da coleção, dirigiam-se naquele



momento. Segundo Valérie Tesnière: “desprezo de uma história marcada pelo eurocentrismo: estudo das civilizações e da história mundial são os eixos desta série na qual Angoulvent deposita suas expectativas”<sup>569</sup>, situando-se em um debate próprio do pós-Guerra no qual a intelectualidade internacional buscava elaborar referências que desconstruíssem as bases do racismo e eugenistas que fundamentaram o nazifascismo. O propósito motivava iniciativas editoriais do mesmo tipo da HGC, como, por exemplo, os projetos de história universal pensados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)<sup>570</sup>. Crouzet se situa nestas polêmicas e em seu contexto editorial ao elaborar sua apresentação à obra:

Que haja, aliás, não UMA civilização, mas CIVILIZAÇÕES, sem hierarquia de direito estabelecida de maneira definitiva, isto parece ser ponto pacífico: etnólogos, historiadores, sociólogos verificaram que todo grupo organizado possui sua civilização, que mesmo “um pouco selvagem”, tem sua civilização própria. [...] Nestas condições, é à descrição destes múltiplos aspectos que formam quase sempre um bloco coerente, ao mesmo tempo que à reconstituição de sua unidade, e também ao estudo dos contatos estabelecidos entre as diversas civilizações, que se dedica nossa história geral<sup>571</sup>.

Uma revisão do conceito de civilização, a qual integrava um reexame de sua própria trajetória como historiador e de tantos outros que se viram impactados pela violência do conflito mundial e do cenário que emergia com a Guerra Fria<sup>572</sup>. Para os pensadores brasileiros essa seria uma questão fundamental de afirmação de sua história e da historiografia, como país relegado no pensamento hegemônico a uma categoria inferior

---

<sup>569</sup> Valérie Tesnière, *Le Quadridge: Un Siècle d'Édition Universitaire (1860-1968)*, p. 393.

<sup>570</sup> Sobre o tema, ver: Chloé Maurel, “L’Histoire de l’Humanité de l’Unesco (1945-2000)”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n° 22, pp. 161-198, jan. 2010, disponível em : <https://www.cairn.info/revue-histoire-des-sciences-humaines-2010-1-page-161.htm>. É notável a interferência da formação de um campo intelectual internacional na circulação de ideias e na promoção de empreendimentos editoriais em diversos países. Podemos inferir que a Difel acaba entrando nesta seara mundializada, trazendo alguns de seus debates ao Brasil, através de sua ligação com a PUF. Cumpre notar também que a editora francesa também se situa em relação a projetos nacionais que tentaram criar bibliotecas de síntese sobre a história da humanidade – a principal delas talvez seja L’Histoire de l’Humanité, coleção iniciada em 1920, sob a direção de Henri Berr, publicada pela editora Albin Michel.

<sup>571</sup> Maurice Crouzet, “Prefácio Geral à História Geral das Civilizações”, em Maurice Crouzet (org.), *História Geral das Civilizações. O Oriente e a Grécia Antiga*, tomo I, vol. I, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1955, p. x.

<sup>572</sup> Fernand Braudel, “Présence de Maurice Crouzet”, *Revue Historique*, vol. 250, n. 1 (507), pp. 3-6, 1973, disponível em: [www.jstor.org/stable/40926020](http://www.jstor.org/stable/40926020) acesso em 30.6.2021; Pierre Renouvin, “L’Œuvre Historique de Maurice Crouzet”, *Revue Historique*, vol. 250, n. 1 (507), pp. 7-18, 1973, disponível em: [www.jstor.org/stable/40926021](http://www.jstor.org/stable/40926021) acesso em 1.7.2021. Accessed 1 July 2021. “É, portanto, nesse quadro geral do mundo capitalista, do mundo comunista, do Terceiro Mundo que se desenvolvem as análises e reflexões de Maurice Crouzet” (Pierre Renouvin, “L’Œuvre Historique de Maurice Crouzet”, p. 13). As observações de Braudel sobre o historiador recaem, sobretudo, sobre o último tomo da coleção, escrito inteiramente por Maurice Crouzet, colocando esse propósito revisionista de sua obra.

de civilização<sup>573</sup>. Portanto, o processo de tradução e transferência do modelo de coleção realizados pela Difel abre as portas para o duo “recepção-intervenção” dos meios locais frente a uma polêmica internacional que contará com o protagonismo dos países do chamado Terceiro Mundo. Coube ao texto da orelha do livro, redigido por Sérgio Milliet, atentar os leitores brasileiros à problemática:

Com esse objetivo, necessário se fez abandonar a velha concepção europeia do conceito de civilização, como um estado de coisas ideal do qual gozara apenas o Ocidente e ao qual deveriam atingir as demais regiões do mundo, dentro de um período mais ou menos longo e sob a tutela das nações mais “progressistas”<sup>574</sup>.

A História Geral das Civilizações será a vitrine das coleções de “história geral” editadas pela Difusão Europeia do Livro. Ela apresenta o seu propósito de trazer referências da produção francesa para o Brasil não apenas na esfera da vulgarização e ampliação ao acesso do conhecimento científico, com livros populares, mas também na promoção dos grandes debates, em livros com correspondente materialidade, para nutrir um pensamento brasileiro produzido em bases novas e que situaria a realidade histórica, cultural, econômica e social do país frente às transformações do sistema mundial. A associação com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP acrescenta à concepção do livro acadêmico-escolar a referência explícita do sistema universitário como lugar de produção e destino preferencial destas edições, uma inovação para o mercado brasileiro e uma marca de distinção para o catálogo da editora.

Alguns anos após a conclusão das traduções, a HGC ganha um volume inédito e exclusivo da edição nacional. Trata-se de *Iniciação aos Estudos Históricos*<sup>575</sup>, de autoria de Jean Glénisson, Emília Viotti da Costa e Pedro Moacyr, os dois primeiros responsáveis pela disciplina de mesmo nome na Universidade de São Paulo. Na verdade, a matéria é criada por obrigatoriedade da Lei 2594, de 8 de setembro de 1955, em todos os cursos do país. A Difel aproveita deste ensejo, e de seus vínculos com a faculdade uspiana, para elaborar um material com o debate teórico sobre historiografia que se torna, ao mesmo tempo, um instrumental de análise sobre o conteúdo da História Geral das Civilizações.

Não entraremos nos pormenores de sua elaboração, mas a simples existência do volume nos permite remarcar como o processo de recepção das traduções incorpora, cada

---

<sup>573</sup> Voltaremos ao assunto quando tratamos da História Geral da Civilização Brasileira (HGCB).

<sup>574</sup> Sérgio Milliet, “[Texto de Orelha]”, em Maurice Crouzet (org.), *História Geral das Civilizações: O Oriente e a Grécia Antiga*.

<sup>575</sup> Jean Glénisson (org.), *Introdução aos Estudos Históricos*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961.

vez mais, os atores da universidade no meio editorial, criando uma via de mão dupla para projetos de intervenção que respondiam, por um lado, às constantes demandas oriundas da consolidação da universidade como espaço legítimo de formação e produção do conhecimento e, por outro, às possibilidades comerciais que se abrem com esta dinâmica de evolução institucional, cultural e social no mercado brasileiro.

\*\*\*

Com a Saber Atual e a História Geral das Civilizações – representante ilustre de suas “histórias gerais” –, a Difel construiu o segundo pilar, o mais robusto, devemos assinalar, de sua atuação. Para se tornar uma editora associada ao livro universitário, ela partiu da transferência de modelos de coleção que representavam também práticas editoriais realizadas pela PUF no mercado francês, as quais, naquele momento, poderiam ser aplicadas, com algumas mediações e direcionamentos, à realidade da produção editorial no Brasil.

A sua política de traduções semeia um terreno pouco explorado em torno dos efeitos da expansão do ensino secundário e da modernização do ensino superior brasileiro, tanto no que diz respeito à formação do público leitor quanto aos potenciais autores que sairiam dos quadros de formação e pesquisa da universidade. E a Difusão abre o caminho para a concepção de uma ideia de livro universitário no mercado nacional, que, nos anos 1960-1970, terá um espaço mais claro e bem-definido em seu próprio catálogo – com as coleções brasileiras – e em projetos de editoras como Zahar, Civilização Brasileira, Martins, Livraria Duas Cidades, Nova Fronteira e outras tantas que se disseminam acompanhando a evolução do sistema nacional.

## Capítulo 5. Editar o Brasil: A História Geral da Civilização Brasileira

*A revisão da História não tem que ser absolutamente um momento privilegiado. Ela tem que ser feita a todo instante. A história não é prisão ao passado. Ela é mudança, é movimento, é transformação.*

Sérgio Buarque de Holanda<sup>576</sup>

Com seu catálogo de traduções, vimos que a Difel conseguira se posicionar ao lado de algumas das principais editoras brasileiras nos anos 1950. A seleção de romances premiados, com temas e autores atuais, permitia-lhe ser reconhecida como uma aliada na recepção das referências estrangeiras em nossos meios intelectuais e de formação do público letrado. Entretanto, Paul Monteil parecia, desde cedo, estar consciente de que para alcançar uma verdadeira posição de prestígio no mercado seria necessário engajar sua empresa e os profissionais que nela atuavam em empreendimentos de divulgação da produção nacional e, de preferência, com trabalhos que tratassem do Brasil.

Neste capítulo, iremos apresentar a concepção e realização da História Geral da Civilização Brasileira. A coleção, concebida como um desdobramento explícito da História Geral das Civilizações que a Difusão Europeia do Livro havia traduzido da PUF, revela-se na história da editora como uma estratégia comercial e simbólica que previa a possibilidade de inovação em uma estrutura de empreendimento que lhe era familiar, com alguma referência de aceitação entre os leitores, e o amadurecimento das alianças que a editora vinha construindo junto às redes intelectuais e circuitos de produção livreira em São Paulo. Da concepção material dos livros, passando pelas referências brasileiras que a Difel mobilizou, convidando autores renomados, chegaremos ao perfil universitário que se consolidou no projeto liderado por Sérgio Buarque de Holanda. Recém-chegado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, o historiador dirige a coleção de modo a construir uma plataforma que contribui para manifestar a autoridade de sua nova posição institucional e difundir um novo modo de pensar o Brasil que se gestava nos ritos de profissionalização, de formação e de especialização daquela universidade – tomada em sua relação com o desenvolvimento de um sistema universitário brasileiro.

---

<sup>576</sup> Sérgio Buarque de Holanda em João Marcos Coelho, “A Democracia é Difícil”, *Veja*, São Paulo, 28.1.1976.

## 5.1. Os Livros, uma Forma Expressiva

### *A Identidade do Projeto*

Por volta de 1956, a Difel começa a avançar em seu projeto editorial, buscando construir espaço em seu catálogo para publicar autores nacionais e obras sobre o Brasil. Naquele ano, a editora anuncia nos jornais um concurso, o Prêmio Saber Brasileiro<sup>577</sup>, no qual um trabalho seria selecionado para constar como primeiro volume de uma série de temas brasileiros dentro da Saber Atual. O chamado não prosperou, e a ideia de realizar tais publicações não teve continuidade, no entanto, outros projetos similares rondavam a mente do editor e seus auxiliares mais próximos:

E aí houve várias outras iniciativas, uma delas foi que dessa coleção [História Geral das Civilizações] nasceu a História da Civilização Brasileira. Por que nasceu? Por duas razões: o Sérgio Buarque de Holanda era cliente do Monteil, comprava muitos livros, mas dificilmente pagava, então imaginou-se uma história da civilização – estou te contando uma anedota, mas se não é vero passa por aí. Inventou-se essa história sobre a direção dele. Até foi uma sugestão que eu debati com o Monteil, mas era natural. Ela nasceu assim. Monteil propôs e ele topou<sup>578</sup>.

Ainda calcada no princípio da transferência de livros e empreendimentos editoriais franceses ao mercado nacional, a editora começa a pensar em formas de aclimatar o conteúdo das coleções que vinha traduzindo à realidade local<sup>579</sup>. Com mais uma de suas anedotas bem-humoradas, Jacó Guinsburg deixa algumas pistas sobre as condicionantes enfrentadas e o ambiente de relações que iniciaram na construção deste propósito. Ele elenca dois pontos fundamentais que levaram o editor Monteil a avançar no abraqueiramento de seu catálogo: a possibilidade de desdobrar a História Geral das Civilizações (HGC), um projeto que circulava com sucesso, como vimos, para elaborar a

---

<sup>577</sup> Concurso Prêmio Saber Brasileiro anunciado entre 1956-1958 em *O Jornal, Diário de Notícias e Correio Paulistano*. Retomaremos o processo do concurso no Capítulo 3. Neste ponto de nossa análise, o ocorrido nos alerta para o fato de que as sólidas bases econômicas e simbólicas com as quais a Difel contou desde seu início, sustentando sua política de “Traduzir a França”, nem sempre foram suficientes para que suas estratégias de ação fossem imediatamente bem-sucedidas. Para “Editar o Brasil”, seus responsáveis terão que mobilizar novos recursos e demonstrar sua capacidade de adaptação ao mercado e ao meio intelectual brasileiro, como veremos.

<sup>578</sup> Jacó Guinsburg, Entrevista Concedida à Pesquisadora.

<sup>579</sup> As referências de Robert Darnton, *O Iluminismo como Negócio* e Michel Espagne, “Transferências Culturais e História do Livro”, devem caminhar juntas para aprofundarmos nossa análise sobre o lugar da Difel no mercado brasileiro da segunda metade do século XX e a ascensão do livro universitário como um gênero que evidencia a consolidação institucional da universidade no país. Devemos considerar como a editora consegue aproveitar sua posição mediadora na circulação das edições francesas, passando a uma função criadora, capaz de promover empreendimentos tidos como originais para este novo meio.

proposta de uma História Geral da Civilização Brasileira (HGCB); e a proximidade com Sérgio Buarque de Holanda, um historiador de referência para a produção nacional, cujas habilidades e interesses levariam naturalmente, segundo suas palavras, à condução de tal projeto.

A figura de Sérgio Buarque, que de fato foi o primeiro diretor da coleção, é sem dúvidas um elemento da maior importância para compreendermos a história da HGCB. Entretanto, nos dedicaremos a ele mais adiante. Nesse momento, desejamos nos concentrar sobre a forma como a editora aproveitou a referência da História Geral das Civilizações para construir a sua versão “da Civilização Brasileira”. Isto é, para além dos títulos e do discurso sempre reiterado desta continuidade<sup>580</sup>, faz-se necessário entender quais aspectos materiais, comerciais e intelectuais foram selecionados no processo de edição para que a Difel pudesse vincular as coleções, beneficiando-se dessa condição para fortalecer o catálogo e o perfil que vinha construindo.

Antes de mais nada, é preciso sublinhar que o uso do modelo francês não surge apenas como consequência de uma lógica interna aos planos da editora. As histórias gerais eram velhas conhecidas do mercado brasileiro e possuíam um lugar de prestígio para tratar da realidade nacional e expor debates historiográficos<sup>581</sup>. Desse modo, ao lado da inspiração estrangeira, a HGCB deveria ser bem pensada e aplicada, demonstrando o conhecimento e o respeito da jovem editora em relação ao cânone local<sup>582</sup>, ainda que pretendesse modernizá-lo.

Restaram poucos documentos sobre a história, planos e conversas entre os responsáveis da HGCB, e não sobreviveram manuscritos ou provas de impressão que nos permitam reconstituir todas as escolhas desse processo de transferências e renovação editorial. Ademais, a informalidade com a qual as primeiras tratativas da coleção são lembradas por Jacó Guinsburg atentam para o fato de que muitas delas não foram meticulosamente registradas no papel, pois se deram no âmbito das relações, das

---

<sup>580</sup> Veremos que a ideia de continuidade entre HGC e HGCB aparece em textos de divulgação, documentos da editora, resenhas e, é claro, nos paratextos da obra, demonstrando a necessidade da editora de afirmar uma racionalidade de seu projeto editorial em diversas instâncias e do reconhecimento desse projeto junto ao público.

<sup>581</sup> José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*, 4. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. O autor fala da concepção desse tipo de obra (pp. 112-130) em meio aos debates sobre a periodização da história nacional. Retomaremos a relação entre a HGCB e as “histórias gerais” que a precederam no item 1.6.

<sup>582</sup> Isabelle Olivero (*L'Invention de la Collection*, pp. 169-172) se refere às coleções na formação de cânones literários, referindo-se aos livros destacados pelos projetos, mas também ao modelo criado por eles através das formas e representações inscritas na edição. Podemos pensar a ideia de *brasiliانا* nos anos 1930 e 1940, por exemplo, por meio dessa chave do cânone editorial.

referências ou simplesmente de um empirismo que por vezes se impunha aos dirigentes da Difusão Europeia do Livro, a depender dos efeitos, acertos e erros, de seus planos de intervenção.

Diante disso, esta incursão na história da HGCB deverá se iniciar com a análise dos livros que a compõem, considerando a forma expressiva<sup>583</sup> por meio da qual suas características materiais e organizativas, bem como as inscrições deixadas pelos responsáveis pela edição, constroem o objeto livro e, com ele, o sentido esperado para a sua circulação e recepção junto aos diversos públicos que irá atingir. Algumas questões motivam este percurso: quais livros compuseram a História Geral da Civilização Brasileira? Como foram apresentados ao público? A edição se vale de signos e marcas para estabelecer seus princípios? Do mesmo modo, ela se propõe a objetivos intelectuais e/ou comerciais bem-definidos? Que imagem transmite ao ambiente intelectual e editorial da época?

No primeiro semestre de 1960, o volume intitulado *A Época Colonial. Do Descobrimento à Expansão Colonial* inaugura a HGCB. A série de livros que o segue completa três tomos e onze volumes (Quadro 10), contando, neste período, com a presença de dois diretores que coordenaram o trabalho de quase uma centena de autores<sup>584</sup>: Sérgio Buarque de Holanda, entre 1960 e 1972; e Boris Fausto, entre 1975 e 1984. Partindo destes dados gerais, somos colocados diante da ousadia e magnificência de um empreendimento editorial que superou muitas das características da HGC, como veremos, para se tornar o maior projeto em extensão de conteúdo e tempo de desenvolvimento entre as coleções consagradas no modelo de “histórias gerais” do Brasil.

---

<sup>583</sup> Donald Francis McKenzie, *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*, p. 38.

<sup>584</sup> André Carlos Furtado, *As Edições do Cânone. Da Fase Buarqueana da História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Furtado toma a HGCB como fonte para compreender a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda na historiografia brasileira. A pesquisa nos serviu como base comparativa para os dados, temáticas e abordagens que vínhamos estudando para o empreendimento da Difel. Contudo, cumpre destacar que nosso objetivo é distinto do apresentado: pretendemos situar a HGCB como objeto de análise integrante da história da Difel e como os intelectuais envolvidos contribuem para a renovação da historiografia por meio desta empresa e sua participação no mercado editorial.

**Quadro 10. História Geral da Civilização Brasileira**

Diretor	Tom o/ Vol.	Título	Subtítulo	Pág s.	1ª Ed.	2ª Ed.	3ª Ed.	4ª Ed.	5ª Ed.	6ª Ed.
Sérgio Buarque de Holanda	1.1	<i>A Época Colonial</i>	<i>Do Descobrimento à Expansão Colonial</i>	384	1960	1963	1968	-	1976	1981
	1.2	<i>A Época Colonial</i>	<i>Administração, Economia, Sociedade</i>	512	1960	-	1973	-	1982	
	2.1	<i>O Brasil Monárquico</i>	<i>O Processo de Emancipação</i>	406	1962	-	1970	-	1982	
	2.2	<i>O Brasil Monárquico</i>	<i>Dispersão e Unidade</i>	542	1964	1967	1976	-	1985	1995
	2.3	<i>O Brasil Monárquico</i>	<i>Reações e Transações</i>	402	1967	1969	-	-	-	-
	2.4	<i>O Brasil Monárquico</i>	<i>Declínio e Queda do Império</i>	386	1971	1974	-	-	-	-
	2.5	<i>O Brasil Monárquico</i>	<i>Do Império à República</i>	232	1972	-	1983	-	-	-
Boris Fausto	3.1	<i>O Brasil Republicano</i>	<i>Estrutura de Poder e Economia</i>		1975	1977	1985	-	1989	1997
	3.2	<i>O Brasil Republicano</i>	<i>Sociedade e Instituições</i>		1977	-	1985	1990	-	-
	3.3	<i>O Brasil Republicano</i>	<i>Sociedade e Política</i>		1981	-	-	-	-	-
	3.4	<i>O Brasil Republicano</i>	<i>Economia e Cultura</i>		1984	-	-	-	-	-

O Quadro 10 nos permite observar que, além do título geral, a conexão entre a História Geral das Civilizações e a sua congênere “da Civilização Brasileira” se reproduzia recorrendo a um sistema organizativo com a divisão dos tomos em grandes períodos históricos tradicionais que, por sua vez, contavam com subtítulos para definir a abordagem temática dos respectivos volumes<sup>585</sup>. Esse é um dado da maior importância, pois a questão da periodização foi objeto de debates historiográficos que, inclusive, incentivaram a criação das primeiras coleções de história do Brasil<sup>586</sup>. A generalização

<sup>585</sup> Exemplo da HGC: tomo I, vol. 1: *O Oriente e a Grécia Antiga. Civilizações Imperiais do Oriente*; tomo II, vol. 1: *Roma e Seu Império. O Ocidente e a Unidade Mediterrânea*; tomo II, vol. 1: *A Idade Média. A Preeminência das Civilizações Orientais*.

<sup>586</sup> José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, p. 115.



dos grandes períodos históricos, a saber, Colonial, Monárquico e Republicano vai se construindo nestes debates, e as edições são fundamentais para difundir a evolução dos esquemas organizativos.

A correspondência desse sistema é reforçada pela identidade entre os respectivos projetos gráficos nos dois modelos de capas em brochuras azuis com elementos figurativos ou na encadernação verde-escuro marcada com letras douradas, na seleção das fontes e na disposição das informações de autoria, direção e filiação institucional de seus realizadores. Diversos motivos induziam à reprodução da matriz da edição francesa. Primeiramente, ela tinha uma dimensão prática, pois o aproveitamento dos modelos dispensava a editora de contratar um profissional e de conceber uma estética autoral, reduzindo custos e uma etapa de trabalho criativo. Em segundo lugar, a autorização para reproduzir tão fielmente o modelo – que provavelmente já seria negociada com os direitos de tradução cedidos pela PUF – acabava por contribuir com a valorização simbólica da edição, pois sinalizava ao público o estreitamento das relações entre as editoras, reforçando a legitimidade da Difel como uma representante de sua parceira. Incumbida de traduzir, ela poderia também se utilizar de seus recursos para recriar esta coleção de referência, adaptando-a à realidade nacional.

Desse modo, visualizar a HGCB em uma vitrine ou em uma estante de livros e adquiri-la, antes mesmo de qualquer leitura, significava identificar uma publicação da Difusão Europeia do Livro e de sua proposta em modernizar o mercado com as últimas novidades francesas com vistas no livro universitário. A História Geral das Civilizações e as outras histórias gerais traduzidas pela editora eram noticiadas e apresentadas com esse ar de novidade, como vimos na análise de suas edições, reforçando a relação entre a editora brasileira e a Presses Universitaires de France, que também foi uma pioneira ao especializar-se nessa categoria de livros em seu mercado<sup>587</sup>.

A opção da Difel de produzir coleções dialogava, portanto, com a experiência da PUF em criar um novo objeto editorial relacionado às práticas de formação e produção do conhecimento fomentadas pelo desenvolvimento das universidades. Nesse sentido, a correspondência visual e dos códigos contidos em seus livros se tornava ainda mais importantes, pois reproduzia as novidades que a editora francesa fomentou em seu mercado de modo bem-sucedido, para difundir uma nova cultura de consumo e hábitos de leitura.

---

<sup>587</sup> Jean-Yves Mollier, “As Editoras Universitárias Francesas”, p. 257.

Figura 48

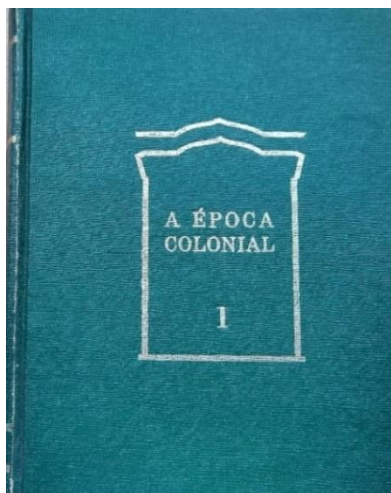


Figura 49

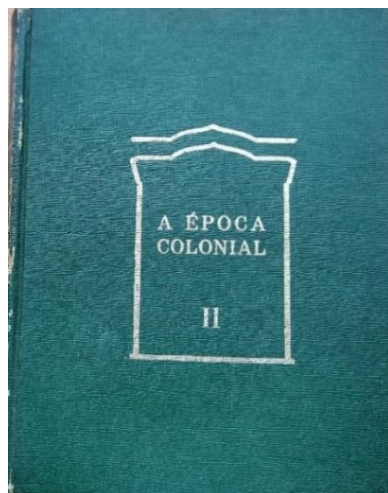


Figura 50

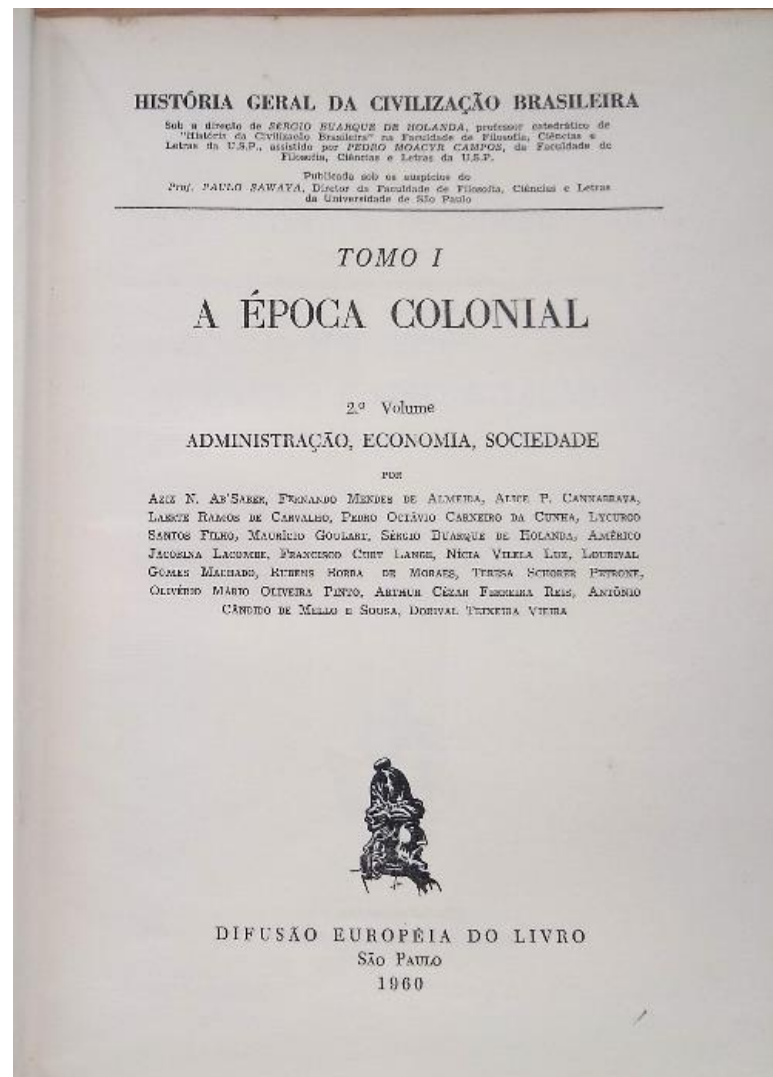


Figura 51

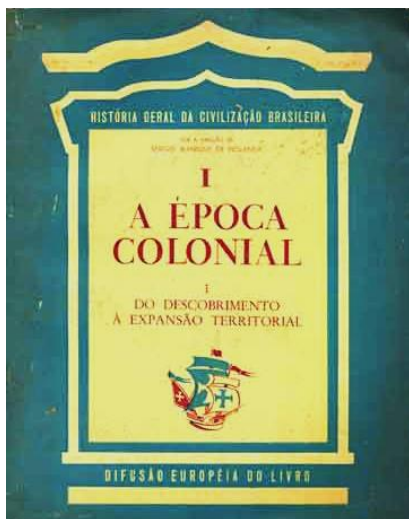
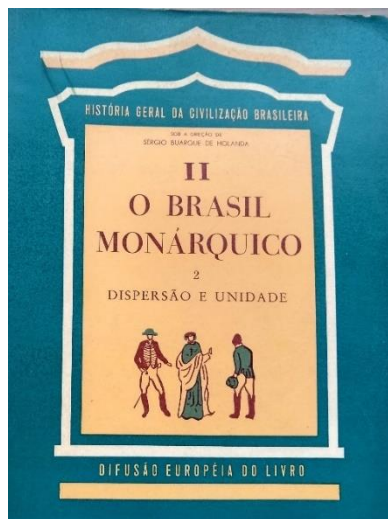


Figura 52



Figuras 44 a 48. Detalhes da edição de *História Geral da Civilização Brasileira* Coleção *História Geral da Civilização Brasileira* apresentada nas versões encadernada (42 e 23) e brochura (44 e 45) em formato 18,5 x 23,5 cm. Ambas as versões reproduzem as cores, tamanho e estilo da *História Geral das Civilizações* traduzida pela Difel. Nas brochuras, observam-se figuras de referência aos respectivos períodos abordados pelos volumes apresentados: uma caravela portuguesa para o período Colonial e figuras da nobreza para o Império. Na primeira folha de rosto (45) são registradas as informações institucionais e autoria da coleção, com destaque para os membros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP no cabeçalho.

Longe de se apresentarem como elementos supérfluos no processo de construção de um livro, as características materiais eram pensadas para mobilizar as referências que garantiam a delimitação do conjunto de livros e seu propósito de circulação, destacando-o dentro do catálogo da Difel e do universo de livros que lhe fariam concorrência no mercado<sup>588</sup>. Era por meio da identidade visual que a editora demonstrava sua intenção de oferecer produtos de qualidade ao público, e os marcadores de distinção favoreciam a uma só vez o aspecto comercial e simbólico de uma empresa que desejava ser reconhecida por ampliar e diversificar o repertório nacional:

Cumprir destacar, além do mais, a feição gráfica da obra, semelhante às outras “histórias” publicadas pela Difusão Europeia do Livro: um primor de apresentação, pela boa escolha do material de composição, pela riqueza iconográfica, de modo a tornar a coleção verdadeiramente atraente aos olhos dos estudiosos e bibliófilos<sup>589</sup>.

Os críticos estavam atentos a esse aspecto das edições e, nas palavras de Valdemar Cavalcanti, vemos que o bom livro produzido pela Difel era julgado por seu potencial de atração. Isto é, o acabamento primoroso de uma coleção em grande formato garantia uma dimensão fetichista daquelas mercadorias junto aos leitores especializados e aos colecionadores, estreitando a relação entre o ler e o possuir<sup>590</sup>, seja pela necessidade de conservação do objeto após o consumo de seu conteúdo, para manter sempre próximo o instrumento de cultura; seja, inversamente, pela possibilidade de aquisição de um título sem o objetivo imediato de consultar o texto escrito.

Nos dois casos, a HGCB chamava a atenção daqueles que desejavam carregar a “bagagem cultural do homem moderno”<sup>591</sup>, contribuindo, portanto, para posicionar os livros da Difel em um espaço de renovação das práticas de consumo e hábitos de leitura locais. Pensando nos atrativos e nas possibilidades objetivas de comprar as edições,

---

<sup>588</sup> Isabelle Olivero, *L’Invention de la Collection*, p. 12.

<sup>589</sup> Valdemar Cavalcanti, “História da Civilização Brasileira”, *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 291, maio 1960, disponível em: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, <http://memoria.bn.br/docreader/123021/38861> acesso em 21.6.2022.

<sup>590</sup> Isabelle Olivero, *L’Invention de la Collection...*, p. 57-58.

<sup>591</sup> *Idem, ibidem*. A autora trata das características formais e simbólicas que Charpentier se utiliza para construir suas bibliotecas no século XIX, criando um mecanismo por meio do qual as características materiais dos livros evidenciem o processo de seleção editorial que reuniu aquele conjunto de textos e autores – muitas vezes sem o mesmo grau de autoridade *a priori* – como uma produção de destaque, moderna e necessária em relação ao universo de publicações disponíveis no mercado. Entendemos que a materialidade da HGCB transmite a preocupação dos editores em construir a obra como uma referência modernizadora para o público, primeiramente, pela identidade com a congênera francesa que será reforçada e ao mesmo tempo enraizada à realidade local, a partir dos recursos paratextuais que demarcam seu vínculo com a USP com uma apresentação de autoria independente dos nomes e instituições estrangeiras presentes na HGC, como veremos.

podemos dizer que o público deveria investir um valor considerável: o programa editorial de 1959 registra os exemplares do primeiro volume a Cr\$ 130, contra Cr\$ 40 da Clássicos Garnier e Cr\$ 20 para novas edições da coleção Saber Atual. Isto é, todo o cuidado na apresentação de edições em grande formato, com conteúdo extenso e com a presença de imagens e apêndices de leitura, fazia com que os títulos da coleção estivessem entre os mais caros da editora.

### ***Referências Brasileiras***

Estes recursos de correspondência, identificação e valorização da obra interagem com outra dimensão de sua materialidade, os seus paratextos introdutórios, as informações descritivas e o detalhamento de sua estrutura. Esses elementos se reforçam mutuamente para completar aquele sistema organizativo da relação entre tomos/volumes e definir o sentido da coleção no catálogo Difel e nos meios em que ela deveria circular. Eles também ajudam a compreender o cuidado dos editores em abrigar<sup>592</sup>, cada vez mais, o modelo vindo da França.

Na folha de rosto, centralizado e superior a todas as outras informações, encontramos um cabeçalho bastante semelhante ao utilizado na História Geral das Civilizações:

#### **HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**

Sob a direção de SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, professor catedrático de “História da Civilização Brasileira” na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, assistido por PEDRO MOACYR CAMPOS, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP.

Publicada sob os auspícios do Prof. PAULO SAWAYA, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

As inscrições registram a filiação do empreendimento. Em letras maiúsculas, destacam individualmente cada um dos intelectuais envolvidos em sua produção, identificando os órgãos aos quais pertenciam dentro da Universidade de São Paulo. Catedrático, assistente e diretor formam o corpo da instituição e para cada um deles lê-se,

---

<sup>592</sup> O termo nos direciona aos aspectos que fazem da HGCB um empreendimento editorial mais complexo do que aquele realizado com a tradução da História Geral das Civilizações. Entendemos que o novo projeto demonstra o reconhecimento da editora sobre a potencialidade comercial e simbólica de trazer obras brasileiras que tratem da realidade local em seu catálogo. Esse reconhecimento exige que a editora aprofunde sua relação com os meios locais para mobilizar uma rede de intelectuais capazes não apenas de traduzir, mas de produzir uma obra sobre a história do Brasil. Esse “abrasileiramento” ocorre como um processo de apropriação do referencial francês que a editora transferia ao mercado e se expressa na materialidade da edição.

em seguida, “da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP”. As três aparições seguidas da marca institucional não se fazem por mera redundância: elas destacam o órgão universitário com o qual a editora estabelecia uma relação privilegiada. E se falamos na bagagem cultural do homem moderno, a possibilidade de se firmar um “selo” da FFCL-USP correspondia ao senso de interação institucional, na percepção de seus membros:

Na realidade, a gente pode dizer o seguinte: a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era uma universidade em si mesma. [...] a Faculdade de Filosofia cobria todos os campos do saber humano<sup>593</sup>.

Nas palavras do físico Mario Schenberg, percebemos como os integrantes da faculdade se sentiam parte de uma comunidade intelectual que centralizava os campos do conhecimento e a vida universitária naquele período. E, além da centralidade simbólica, ela pretendia ser um polo de atração física na dinâmica do centro novo de São Paulo na Rua Maria Antônia, onde estudantes assistiam a aulas, debatiam, faziam política e se reuniam para circular nos arredores da Praça da República. A Rua Bento Freitas, onde se encontrava a sede da Difel, poderia rapidamente se integrar a essa dinâmica.

É evidente que a universidade tinha outras escolas e faculdades importantes, inseridas na região central da cidade, mas, neste imaginário e na afirmação que a FFCL-USP construía, elas orbitavam ao seu redor. Desse modo, interessava à Difel associar-se a essa centralidade modernizadora<sup>594</sup>, assim como os membros da comunidade acadêmica desejavam projetar seus nomes e símbolos em outros meios de circulação material e simbólica que contribuíssem para definir sua posição.

A edição de História Geral das Civilizações já sinalizava a importância deste pacto e possuía um cabeçalho similar, entretanto, na versão brasileira ele deixa de ser compartilhado com os autores e universidades francesas para afirmar as autoridades locais. Assim, as qualidades do referencial parisiense se transferem de modo autoral e

---

<sup>593</sup> Mario Schenberg, “Entrevista”, em Walnice Galvão, *Sobre os Primórdios da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP*, São Paulo, Edusp, 2020, p. 31.

<sup>594</sup> Na Parte I, Capítulo 1 desta tese tratamos da ideia de modernização que norteou a criação das primeiras universidades no Brasil. Cumpre retomarmos algumas questões: a Reforma Francisco Campos fundamentou o modelo institucional de reestruturação do ensino superior no país, definindo que as antigas escolas de bacharéis seriam reunidas em torno das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. A USP surge neste contexto, a partir da mobilização de setores da elite paulista que reivindicam esse ímpeto modernizador para a formação de seus quadros intelectuais e políticos. O sentido de fundação permanece como um princípio de atuação para a comunidade universitária, ainda que, na medida de seu crescimento e diversificação, seus membros se apropriem dessa ideia por meio de concepções políticas, sociais e ideológicas distintas daquelas reivindicadas por seus fundadores, como era o caso do físico comunista Mário Schenberg. Devemos nos atentar como a HGCB e outros empreendimentos que a Difel realiza associada à universidade nos revelam o intuito dos grupos criados na instituição em buscar espaços para difundir seu ideal modernizador e sua imagem como vanguarda das transformações do ensino superior brasileiro.

independente para a Rua Maria Antônia, onde a Difel demonstrava estabelecer vínculos estáveis: na assinatura de Paulo Sawaya<sup>595</sup> mantém-se a parceria editorial com os dirigentes da Faculdade; na escolha de Sérgio Buarque de Holanda para diretor da coleção, que apesar de ser um historiador com uma longa trajetória havia entrado nos quadros profissionais da instituição há poucos anos, demonstrava-se a capacidade da editora em absorver a dinâmica institucional em seus momentos de mudança.

Entre as duas autoridades temos Pedro Moacyr. Ele traz outra referência de continuidade entre o projeto “das Civilizações” e o “da Civilização Brasileira”, pois foi o principal tradutor da obra francesa e se torna o assistente do diretor Sérgio Buarque na coleção brasileira. O vínculo de Moacyr com a editora mantinha a presença da cátedra de História da Civilização Antiga e Medieval neste projeto. Apoio importante, pois a cadeira chefiada por Eurípedes Simões de Paula tinha força no departamento da USP e na FFCL. Se ele não foi a escolha “natural” para conduzir a nova coleção, certamente estava a par dos objetivos da Difel e, como catedrático, sabia muito bem das atividades de seu assistente.

A inscrição institucional reforçava, portanto, uma ordem de relações profissionais, entre a editora e seus realizadores, em meio à ordem dos livros, definindo um lugar de origem legítimo, e valorizado, para uma publicação que pretendia ter a identidade universitária naquele momento. O cabeçalho de abertura denominava os seus responsáveis e as posições que ocupavam na universidade, familiarizando os leitores com esses personagens e, sobretudo, com a hierarquia interna à instituição. Reproduzia-se uma lógica de patronato para a edição<sup>596</sup>, como na tradução da HGC, mas agora com o protagonismo absoluto da intelectualidade uspiana.

Abaixo do cabeçalho principal seguem a identificação do volume, com o respectivo título e subtítulo, e o conjunto de colaboradores responsáveis por seus capítulos. No primeiro volume do tomo I, registra-se:

1º Volume  
DO DESCOBRIMENTO À EXPANSÃO TERRITORIAL  
POR

Aziz Ab’Saber, Antonia Fernanda P. de Almeida, Pedro Moacyr Campos, Laerte Ramos de Carvalho, Myriam Ellis, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Odilon de Nogueira Mattos, Astrogildo Rodrigues de Mello, Olga Pantaleão, J. F. de Almeida Prado, Arthur Cezar Ferreira Reis.

---

<sup>595</sup> Paulo Sawaya (1903-1995) foi catedrático de Fisiologia Animal e Vegetal e, entre 1959 e 1960, diretor da faculdade.

<sup>596</sup> Roger Chartier, *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*, 2. ed., Brasília, Editora UnB, 2017, pp. 47-48.

O vínculo institucional destes intelectuais é especificado em uma lista na página esquerda ao frontispício, constando também a identificação dos respectivos capítulos ou subcapítulos com os quais contribuíram:

AZIZ N. AB'SABER, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Fundamentos Geográficos da história brasileira) [...].

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS, historiador, Rio de Janeiro (A ocupação portuguesa no Vale Amazônico e Os Tratados e Limites).

Com essa apresentação, os editores reforçavam os mecanismos de identidade e autoridade que os autores, ligados ou não à FFCL-USP, atribuíam à HGCB. Cada uma destas referências intelectuais fica relacionada exatamente à sua contribuição. Este detalhamento não existia na História Geral das Civilizações, porque os livros dirigidos por Maurice Crouzet contaram com, no máximo, quatro autores, que assinavam todos os capítulos. Nesse aspecto, a versão brasileira tinha uma elaboração mais complexa devido à pluralidade de perspectivas analíticas que, por um lado, acabava por dar maior autonomia aos capítulos, por outro, exigiam mais de seu encadeamento.

Diante do nível de complexidade e das camadas de autoria que se sobrepujam nessa obra coletiva, vemos que os editores criam esse recurso inicial, que não substituíam o sumário, preocupados em definir a relativa autonomia daquelas partes em relação ao conteúdo geral, atribuindo a responsabilidade dos respectivos autores sobre o que haviam escrito – com os méritos e deméritos que cada um assumiria na recepção futura da obra. Essa primeira identificação entre autores e textos dirigia-se sobretudo ao público especializado, que poderia reconhecer seus pares naquelas citações.

### ***Especialização e Recursos Didáticos***

O esquema ordenador dos textos ficava para as páginas finais de cada publicação, nas quais a divisão de tomos e volumes apresentados no Quadro 10 se desdobram em outras subdivisões minuciosamente detalhadas de livros, capítulos e subcapítulos. As referências acadêmicas das folhas de rosto se diluem e se posicionam no conjunto, para serem consultadas na sequência desejada pelo leitor, fosse pelos eruditos que eventualmente conheciam os colaboradores e os temas apresentados, fosse por estudantes universitários que se formavam naquelas especialidades, ou mesmo pelo leitor comum, com menor grau de instrução, que se interessasse por história ou desejasse ter uma obra de referência. Com

esse nível de descrição, o sumário pode ser tratado como uma ferramenta de acesso ao conteúdo da HGCB.

**Figura 53**

DO DESCOBRIMENTO À EXPANSÃO TERRITORIAL 387

LIVRO QUARTO  
A AMEAÇA EXTERNA

CAPÍTULO I. — Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista	PÁGS.
1. <i>Franceses e holandeses</i> .....	147
A “França Antártica”. — O apoio de reformistas e católicos. — Recrutamento de colonos. — Primeiras dificuldades de colonização. — O incidente com o intérprete. — A conspiração frustrada. — A hostilidade dos índios — Índios: bichos com figura humana ou homens da Idade de Ouro? — Calvinistas e a França Antártica. — Conflitos religiosos na colônia francesa. — <i>La Briqueterie</i> , asilo dos dissidentes. — Villegaignon da França Antártica. — Naus francesas e os tamoiós. — Pirataria. — Perseguição aos últimos franceses. — Conseqüências da união dinástica entre Portugal e Castela. — Navios estrangeiros de “nações amigas”. — O perigo holandês.	
2. <i>Inglêses</i> .....	168
William Hawkins e outros navegadores. — Comércio com o Brasil ao tempo de Isabel de Inglaterra. — <i>Minion de Londres</i> . — <i>Royal Merchant</i> . — Piratas e corsários ingleses; Francis Drake. — Eduardo Fenton. — Robert Withrington e Christopher Lister. — Thomas Cavendish. — James Lancaster.	
CAPÍTULO II. — O Brasil no período dos Filipes (1580-1640) .....	176
Filipe II e a “União Peninsular”. — Política espanhola para o Brasil. — A conquista do Nordeste; Pernambuco e Bahia. — A Paraíba e os franceses. — Maranhão e Pará. — A invasão holandesa. — Panorama da vida brasileira sob os Filipes. — A restauração portuguesa.	
CAPÍTULO III. — Conquista da costa leste-oeste .....	190
As primeiras tentativas de conquista. — A expedição de Frutuoso Barbosa e Francisco Castejón. — Martim Leitão recomeça a empresa. — A mestiçagem dos franceses com índias; a necessidade da captura definitiva do Rio Grande. — A expedição vitoriosa de Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho. — Jerônimo de Albuquerque, pacificador. — Os portugueses cobçam o Maranhão. — A jornada de Pero Coelho de Sousa. — A missão nas margens do Ceará. — D. Diogo de Meneses determina a conquista da costa leste-oeste; proezas de Martins Soares Moreno. — A colonização definitiva do Ceará; os franceses estabelecem-se no Maranhão.	
CAPÍTULO IV. — Os franceses no Maranhão .....	204
Henrique IV apóia Charles des Vaux. — La Ravardière e Rasilly. — Dissídios entre comandantes e comandados da França Equinocial. — Antecedentes da empresa ultramarina. — O utopista M. d’Urfé. — O Cavaleiro de Pisieux. — O Senhor de Sancy. — Os religiosos da França Equinocial. — Padre Arcaño. — Os primeiros capuchinhos; a travessia. — As primeiras construções. — Posturas para o governo religioso e civil. — O	

Detalhes do índice para o tomo I, vol. I: *A Época Colonial. Do Descobrimento à Expansão Colonial*. Todos os volumes são subdivididos em livros, identificados com mais um nível de especialização temática interna à obra. Segue-se com sua repartição em capítulos que consistem, de fato, na contribuição dos autores, algumas em coautoria, todas identificadas na página esquerda da folha de rosto. O leitor pode buscar os temas de seu interesse, bem como os autores que deseja conhecer e/ou dialogar.

Nos sumários, percebe-se a preocupação de se construir, em paralelo à autoridade institucional, uma função didática para a coleção. Eles organizam uma base de reconhecimento do texto para que os diferentes tipos de público pudessem ter, conhecer



e ler o que era produzido na universidade. O recurso amplia as possibilidades de circulação da HGCB, fator que traz benefícios comerciais para a editora e concorre também para a vulgarização, no bom sentido do termo, de seu primeiro empreendimento universitário nacional. Assim, os livros produzidos assumem uma dupla função: a primeira como instrumentos de diálogo interno da comunidade acadêmica, e a segunda como referência da produção realizada a partir deste novo sistema de pensamento, e de uma nova forma de se conhecer e interpretar o Brasil, para o público em geral.

Com vistas a orientar a edição neste sentido, os aspectos visuais e descritivos do primeiro volume estão acompanhados de duas instâncias prefaciais<sup>597</sup> da maior importância: a apresentação assinada pelo diretor Sérgio Buarque e as orelhas com assinatura do assistente de direção Pedro Moacyr. Cada uma delas cumpre um papel no processo de construção e direcionamento da obra no contexto de sua publicação. O discurso do diretor possui um tom mais pessoal sobre a sua atuação no empreendimento em relação à Difel e aos autores da HGCB, por isso, ele será analisado mais adiante; por ora, nos dedicaremos ao texto de seu assistente, que é portador de um caráter coletivo no que diz respeito à perspectiva do trabalho pensado pela editora<sup>598</sup>:

#### História Geral da Civilização Brasileira

A iniciativa de publicar a presente História Geral da Civilização Brasileira apenas será compreendida em toda a sua extensão, se a relacionarmos com um empreendimento já levado a cabo pela Difusão Europeia do Livro: e edição brasileira da História Geral das Civilizações, dirigida por M. Crouzet. Deveras, uma apresentação da história do Brasil em novos moldes, orientada pela “preocupação de mostrar a continuidade do processo histórico em seus diversos ramos”, objetivando uma reconstituição do passado brasileiro no seu conjunto, sem atribuir precedência a qualquer setor de atividades – política, econômica etc. – somente terá real sentido se puder enquadrar-se em numa visão semelhante de história geral. Não nos exporemos, assim, a encarar o panorama brasileiro como algo autônomo, no quadro de uma história em que não há lugar para autonomias desta ordem. Pois o próprio processo histórico é - essencialmente – constituído pelo infinito entrelaçamento de relações entre elementos de diversas origens, e só através delas podemos compreendê-la. História do Brasil, sim. Mas com a possibilidade de ajustá-la no amplo cenário de uma história geral concebida em termos que satisfaçam às exigências do mundo presente.

---

<sup>597</sup> É importante retomar que não falamos aqui de um prefácio, mas sim de diferentes textos que cumprem a função de introduzir o conteúdo principal da obra, conforme definição de Gérard Genette, *Paratextos Editoriais*, p. 145.

<sup>598</sup> *Idem*, pp. 159-162. O autor faz uma tipologia dos destinadores que assinam os textos pertencentes à instância prefacial, na qual Pedro Moacyr e Sérgio Buarque seriam classificados como “destinadores autênticos e autorais”, ou seja, prefaciadores que integram a autoria da obra e/ou edição, assumindo uma destas duas funções com a assinatura do texto: a de explicitar um compromisso coletivo da publicação ou de destacar seu papel de autoria dentro do processo de produção da mesma.

As coleções da Difusão Europeia do Livro, portanto, completam-se, integram-se harmoniosamente uma na outra. E nisto reside um mérito considerável [...] <sup>599</sup>.

O texto de apresentação reitera o mesmo princípio de unidade entre as “histórias gerais” da Difel evocado nas lembranças de Jacó Guinsburg e, assim, passamos da memória ao registro oficial da publicação, compreendendo que a editora buscava construir uma racionalidade para sua atuação no mercado.

Estabelecidas as conexões com a edição francesa, o historiador não cita nenhuma de suas atribuições dentro da HGCB, ele se restringe a ser o porta-voz desse discurso oficial que define o compromisso da Difel em atuar com um projeto editorial coerente em relação aos desdobramentos de sua política de traduções, ao símbolo de mediação que ela realizava em seu diálogo com um pensamento estrangeiro e, ao mesmo tempo, tributário do desenvolvimento da cultura e dos meios intelectuais brasileiros por apresentar a perspectiva autoral, de pensadores locais, sobre uma nova abordagem historiográfica que atualizaria a análise do passado e da formação nacional.

Moacyr sinaliza esse engajamento quando diz que a coleção realizava uma “história do Brasil em novos moldes”, os quais deveriam tomar a “continuidade do processo histórico”, evitar “a preponderância de qualquer setor de suas atividades” e não considerar a formação do país como um processo “autônomo”. O autor parece escolher de forma consciente as expressões que emprega. A primeira deixa subentendido que a HGCB vai se opor ou se reinventar em relação a outras obras conhecidas. As seguintes remetem de forma quase literal à apresentação escrita por Maurice Crouzet na *História Geral das Civilizações*, quando o historiador francês reivindica a participação das diversas sociedades no processo de evolução histórica da humanidade, cada uma com seu grau de autonomia e especificidades de desenvolvimento, compondo as partes de um todo que para ele desconstrói o sentido eurocêntrico com o qual o termo civilização era utilizado.

O texto introdutório, portanto, coloca a HGCB como veículo de debates e análises que deveriam contribuir com a modernização das discussões sobre a formação nacional <sup>600</sup>. Esta perspectiva não se resumia a uma questão teórica, ela se vinculava às

---

<sup>599</sup> Pedro Moacyr Campos, “História Geral da Civilização Brasileira”, em Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial. Do Descobrimento à Expansão Colonial*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960.

<sup>600</sup> Devemos chamar atenção, mais uma vez, para o fato de que a ideia de modernização dos meios intelectuais brasileiros a partir da criação das universidades reverbera nos processos de institucionalização das disciplinas que compõem a sua estrutura. A História e seus métodos passam a ser discutidos nestes termos em espaços institucionais e nos trabalhos de pesquisa, dando origem, inclusive, a artigos e obras

“exigências do mundo presente”, ou seja, às polêmicas e disputas que estabeleciam um destino compartilhado pelas civilizações, como definido em sua congênere francesa. Ou seja, da tentativa de desconstruir uma lógica de dominação entre os povos e o nacionalismo xenófobo responsável pelos desastres da II Guerra – questões que permaneciam na atitude belicosa dos países colonialistas durante a Guerra Fria. Para os brasileiros, tratava-se de encontrar novas perspectivas de desenvolvimento, refletindo justamente sobre as heranças de sua origem colonial<sup>601</sup> que ainda pesam nos ombros da sociedade.

Tendo em vista esse debate, Pedro Moacyr continua:

A História Geral da Civilização Brasileira não tem pretensões a propor o assunto segundo um esquema fechado: o público, em geral, empenhado no enriquecimento de sua cultura, terá por intermédio dela, a oportunidade para uma visão larga do processo formativo do país; alguns, certamente, encontrarão aí um estímulo para novas pesquisas, levando-a a constituir-se uma etapa dos estudos de história brasileira, proporcionando novas sugestões, favorecendo novas ideias, fertilizando a mente dos jovens que se sintam atraídos por este ramo de estudos<sup>602</sup>.

Com estas palavras, a HGCB é posicionada como um elemento de renovação editorial e historiográfica pela via da abertura aos novos estudos e pontos de vista que vinham se produzindo, pluralidade que estaria contida na própria obra e em suas possibilidades de recepção. Colocar-se em uma posição monolítica e definitiva sobre a história do Brasil soaria, certamente, como um discurso prepotente. Nesse sentido, o grupo de responsáveis pela coleção é cuidadoso em aproximar estudiosos, seja para se inspirarem na publicação seja para criticarem os seus limites, estimulando a interlocução teórica de parte de seus leitores com a obra para aumentar o seu potencial de consumo, leitura e repercussão – comercial e intelectual.

Considerando a ideia de que a coleção contribui para criar um hábito de leitura e consumo do livro universitário no mercado brasileiro, a edição se propõe a integrar o ciclo gerado pela interação entre a produção autoral da universidade, os debates levantados por

---

voltadas para o debate historiográfico, como os trabalhos produzidos por José Honório Rodrigues ou mesmo por Sérgio Buarque de Holanda – ambos citados ao longo deste item. A História do Brasil será o alvo por excelência desta discussão e, ao mesmo tempo, o foco de resistência da tradição formada nas instituições anteriores à universidade, como veremos a seguir. Por ora, cumpre notar que a HGCB é fruto desse debate, que se expressa na orientação dada para a edição.

<sup>601</sup> Carlos Guilherme Mota, *A Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, São Paulo, Ática, 1980, pp. 168-169. O tema perpassa a produção intelectual nacional dentro e fora da universidade e constitui um elemento da maior importância na articulação do grupo que irá publicar na HGCB como veremos adiante, especialmente, no item 1.5.

<sup>602</sup> Pedro Moacyr Campos, “História Geral da Civilização Brasileira”, s.p.

ela e a expansão dos leitores que se formavam em nível especializado. Essa dinâmica alimenta o crescimento de uma nova comunidade intelectual que, ao se consolidar nos marcos institucionais, passa a disputar espaços de influência e intervenção social. Na intersecção destas atividades, a Difel encontra a possibilidade de colocar suas mercadorias em circulação para ter retorno financeiro, evidentemente, mas também para integrar material e simbolicamente o amadurecimento de um nicho do mercado editorial.

Da concepção inicial que a História Geral das Civilizações legou à editora, aos elementos de inovação aos quais ela se associou nos meios intelectuais e institucionais locais, em certo sentido desafiadores dessa base de estabilidade vinda do exterior, o lançamento e desenvolvimento da História Geral da Civilização Brasileira foi construída para dar consistência e contribuir com a definição de um perfil para o seu catálogo.

Aprofundando o vínculo institucional entre uma empresa da cadeia produtiva do livro e uma universidade, foram estabelecidas as bases de um empreendimento inovador sobre a história do Brasil. O projeto é realizado pela Difel como o ponto alto de um programa de edições que buscava nacionalizar referências estrangeiras. Esta nacionalização teve de lidar, é claro, com uma constelação de relações sociais para se chegar aos livros, mas, no que concerne ao seu produto final, a obra chegou ao público com um sentido definido: apresentar a editora e seus parceiros como protagonistas de uma obra de intervenção, portadora de novas análises, interpretações e discussões sobre a realidade brasileira.

## **5.2. (Des) Caminhos do Mise en Collection**

### ***O Plano Inicial***

A materialidade dos livros permitiu que analisássemos um momento específico do ciclo de vida do empreendimento editorial, aquele que corresponde ao produto final da edição no modo como ele foi inserido no mercado e apresentado ao público pela primeira vez<sup>603</sup>. É certo que não podemos idealizá-lo como forma imutável a ser conservada para a posteridade, pois ele ainda estará sujeito às diferentes formas de recepção que podem

---

<sup>603</sup> D. F. McKenzie nos ofereceu as ferramentas necessárias para entender o livro neste instante “quase único” em que ele se materializa em uma primeira edição, fixando dentro de certos limites as condições e intenções de um circuito produtivo. Complementando a perspectiva daquele autor, que também sugere a possibilidade de recriar começos para uma história aberta por esta materialidade, passamos a mobilizar neste item as fontes que levam a um amplo circuito de comunicação, conforme formulado por Robert Darnton, “O Que É a História dos Livros?”, *O Beijo de Lamourette*, pp. 65-78.

provocar mudanças em sua reprodução e circulação ao longo dos anos – questões que aparecerão mais adiante. Da mesma maneira, não podemos considerá-lo como o reflexo imediato de um modelo perfeitamente pensado e executado por seus responsáveis, pois se a edição acabada conserva as condições objetivas sob as quais a obra se realizou, o percurso de sua construção consiste em um processo complexo e repleto de tensões que não deve ser desprezado na compreensão de sua história.

Diante disso, cumpre agora explorarmos alguns vestígios sobre os bastidores desta produção para nos aprofundarmos nas ideias, iniciativas e relações pelas quais o os responsáveis tiveram de lidar para chegar à História Geral da Civilização Brasileira tal qual descrevemos anteriormente. O objetivo deste item consiste em resgatarmos as primeiras ações do *mise en collection*<sup>604</sup> que possibilitem refletir como a Difel se inseriu em um universo intelectual, social e econômico para viabilizar suas intenções de desenvolver tal projeto e, com ele, integrar-se aos circuitos de produção do pensamento e da cultura brasileira.

Uma carta endereçada pela editora ao sociólogo Florestan Fernandes, que reproduzimos a seguir<sup>605</sup>, expõe informações preciosas sobre o plano que Paul Monteil e Sérgio Buarque de Holanda tinham em mente quando iniciaram as tratativas para construir o volume inaugural da HGCB:

[Logotipo] DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO LTDA.  
SÃO PAULO \* 79, Rua Marquês de Itu  
Caixa Postal 5728 – End. Teleg. “DEUROLI” – Telefone 33-2430

São Paulo, 17 de outubro de 1957.

Prezado Senhor,

Como é de conhecimento de Vossa Senhoria, entre as atividades editoriais a que se vem dedicando a Difusão Europeia do Livro, realça-se particularmente a da publicação em língua portuguesa da “Histoire Générale des Civilisations”, dirigida por Maurice Crouzet, de que já se sabe à venda o volume II correspondente à primeira parte do século XVIII. O belo êxito de semelhante iniciativa e a ambição de cada [vez] melhor servir ao público brasileiro, aconselharam-nos a lançar, em prosseguimento a essa tradução, e nos moldes em que foi vasado o original, uma “História da Civilização Brasileira”. Para organizar essa obra que deverá compreender três volumes, profundamente ilustrados, foi convidado o professor Sérgio Buarque de Holanda, um dos signatários da presente.

---

<sup>604</sup> Isabelle Olivero, *L’Invention de la Collection*, p. 140. A expressão remete às ideias de *mise en livre/mise en texte* cunhadas por Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *O Aparecimento do Livro*. Olivero recorre às mesmas referindo-se sobretudo ao papel do editor neste trabalho de seleção profissional, literária e cultural que envolve a coleção.

<sup>605</sup> Fundo Florestan Fernandes (UMMA/Ufscar), referência 09.AD.01.002 – Item documental 0191.

De conformidade com o plano estudado, esses volumes contarão com a colaboração de alguns dos especialistas mais conhecidos no Brasil e no estrangeiro, em cada um dos vários aspectos da evolução social, cultural, econômica e política da nacionalidade brasileira. Para o primeiro volume, já planejada e abrangendo todo o período que se estende desde os antecedentes do descobrimento e colonização até a chegada da família real portuguesa ao Brasil, isto é, até 1808, preparou-se o seguinte sumário com os colaboradores eventuais, dependendo a organização definitiva de sua aquiescência, que pela presente vimos solicitar:

	Pgs. Datilografadas
Torquato de Souza Soares	As Instituições Coloniais: antecedentes portugueses ...12
Eduardo de Oliveira França	A Expansão Portuguesa e seus fatores políticos e econômicos ...20
Aroldo Azevedo	Introdução Geográfica: o Brasil à época do descobrimento ...12
Sérgio Buarque de Holanda	O Descobrimento do Brasil e Primeiras Explorações ...20
Florestan Fernandes	Antecedentes Indígenas: a organização social das tribos tupi-guarani ...12 = <b>20</b> [rasura à caneta]
J.F de Almeida Prado	As Capitanias e o Governo Geral (1534-1580) ...12
Olga Pantaleão	A Ameaça Externa: Franceses, Ingleses, Holandeses ...12
Maurício Goulart	O Problema da Mão de Obra: o escravo africano ...10
João Cruz Costa	A Igreja na Colonização do Brasil. A Ação dos Missionários. O Padroado ...15
Teresa Schorer	O Brasil no Tempo dos Filipes (1560-1640) ...12
Alice P. Canabrava	Economia colonial: I. Desenvolvimento da Grande Lavoura. Os Engenhos de Açúcar ...20
Charles Boxer	O Domínio Holandês na Bahia e no Nordeste ...12
Myriam Ellis	As Bandeiras na Expansão Geográfica do Brasil ...20

Arthur Cezar Ferreira Reis	A Ocupação Portuguesa no Vale Amazônico	...8
José Honório Rodrigues	Vida Política e Administrativa do Brasil entre 1640 e 1765: Governadores da Bahia	...15
Theresa Schorer	Economia colonial: II. A pecuária e sua importância na expansão geográfica do Brasil Português	...6
Manoel S. Cardoso	Economia Colonial: III. Minas e Quintos de Ouro	...20
J.A Gonsalves de Melo	Rebeliões Nativistas: Norte	...10
Leite Cordeiro	Rebeliões Nativistas: Sul	...8
J. Honório Rodrigues	Os Tratados e Limites no Século XVIII	...6
Octávio Tarquínio de Souza	Vida Política e Administrativa do Brasil entre 1763 e 1808	...15
Afonso Arinos de Melo Franco	O Ideal Revolucionário: da Inconfidência Mineira à Revolução dos Alfaiates na Bahia	...10
Antonio Candido de Melo e Souza	Letras e Ideias no Brasil Colonial	
Lourival Gomes Machado	Pintura, Escultura e Arquitetura no Brasil Colonial	...15
Fernando de Azevedo	A Sociedade Brasileira ao Fim da Era Colonial	...15
Caio Prado Junior	As Instituições Administrativas do Brasil ao Fim da Era Colonial	...12

Pelos direitos autorais, a Difusão Europeia do Livro propõe-se pagar a cada autor o correspondente a Cr\$ 225, a página datilografada, em papel de tamanho ofício, de trinta e duas linhas, sendo metade do pagamento feito na ocasião de entrega do trabalho e a outra metade, na da publicação do volume.

Tratando-se de obra coletiva e cuja impressão há de ser feita dentro de prazo relativamente curto, é compreensível que cada colaborador se conforme com alguns requisitos de ordem geral que passamos a enumerar:

1. Os trabalhos de cada colaborador serão rigorosamente inéditos e abrangerão, tanto quanto possível, o número de páginas que lhe é atribuído no plano acima apresentado. Embora o referido plano não deva ser

considerado extremamente rígido, toda modificação no número de páginas requererá o acordo prévio do diretor da obra.

2. Deverá ser evitado na exposição tom polêmico, e obedecido tanto quanto possível, um critério de objetividade no desenvolvimento do tema.
3. As notas de rodapé, quando julgadas indispensáveis para a explicação ou comentário de algum tema, serão sumárias e concisas, tal como sucede na “Histoire Générale des Civilisations”, que serve de modelo à obra.
4. Ao encaminhar seu trabalho, o colaborador deverá juntar-lhe uma bibliografia essencial e uma subsidiária mínima acerca do tema tratado, a fim de ser a mesma aproveitada para a “Orientação Bibliográfica Geral” que acompanhará o volume. Assim sendo, deverão excluir-se do rodapé as notas de caráter bibliográfico.
5. Outrossim, cada colaborador é solicitado a fornecer ou indicar documentos iconográficos – gravuras, retratos, mapas, frontispícios de livros, folhas de manuscritos, que possam servir eventualmente para ilustrar o volume.
6. Tendo em vista principalmente a uniformidade e equilíbrio do conjunto, o Diretor da obra projetada permitirá sugerir, em certos casos, modificações, acréscimos ou cortes nos trabalhos apresentados pelos diferentes colaboradores.
7. A entrega de cada trabalho deve fazer-se impreterivelmente até o dia 31 de janeiro de 1958.

Tomamos a liberdade de reiterar a Vossa Senhoria o pedido de sua resposta à presente dentro do mais breve possível, a fim de que possamos ter a certeza de contar com sua valiosa contribuição para um empreendimento que honrará certamente a cultura brasileira.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhes os protestos de nossa elevada estima e consideração,

[Assinatura]

[Assinatura] + [Carimbo Difel]

Sérgio Buarque de Holanda

Paul Monteil

Sócio-Gerente

A missiva permite identificarmos que o processo editorial para a produção do primeiro volume da HGCB se desenvolveu ao longo de três anos, modificando-se sensivelmente em relação ao plano original, que, como iremos analisar, definia de modo estrito a lista de autores selecionados, os temas a serem desenvolvidos e a quantidade de páginas previstas para cada um deles. Em meio a estas informações, encontramos também os recursos e argumentos utilizados por Paul Monteil e Sérgio Buarque de Holanda para tentar atrair os intelectuais convidados, aqueles que provavelmente consideravam ser os melhores para cumprir com o conteúdo e dar credibilidade ao projeto.

O tom profissional e a formalidade chamam atenção na apresentação do convite. Primeiramente por seus aspectos protocolares: a padronização do documento e os recursos de impessoalidade que introduzem a proposta igualmente a todos os listados; o papel timbrado da editora e a assinatura dos dois responsáveis que lhe conferem marcas de responsabilidade e autoridade. Em segundo lugar, pela assertividade na exposição dos



princípios editoriais e na série de critérios pré-estabelecidos para as colaborações, sugerindo a formulação de um projeto coeso ao qual os futuros autores deveriam aderir.

Embora o cerne da carta, correspondente à composição do livro, deva ter sido pensado pelo editor e o diretor da coleção em conjunto, o teor do convite nos faz tomá-la como um documento que registra a postura da Difel e seus protocolos em relação ao novo empreendimento. Esse poderia ser um meio de dar credibilidade a uma jovem editora paulista que, àquela altura, seria um pouco distante para alguns daqueles nomes cuja atuação não estava vinculada às redes até então mobilizadas por ela; ou simplesmente uma tentativa de organizar procedimentos padronizados de relação com os agentes, conhecidos ou não, de sua cadeia produtiva.

Assim como os paratextos que se dirigiam ao público, a primeira referência para situar os autores foi a História Geral das Civilizações. A constatação pode parecer redundante diante do que já analisamos, mas sua utilização em diferentes contextos do processo editorial revela como o argumento de continuidade entre as coleções era importante para dar coerência ao catálogo e reiterar o compromisso da editora em realizar trabalhos de qualidade voltados a “servir ao público brasileiro”. O atrativo para os intelectuais seria o de contribuir com tal propósito e terem seus nomes reconhecidos através dele.

O nome do diretor Sérgio Buarque de Holanda também aparece prontamente no parágrafo introdutório, situando os destinatários sob a liderança do “plano estudado”, exposto por meio do conjunto de integrantes e da estrutura previstos para a edição. Junto à lista de nomes, como podemos observar, os responsáveis pela HGCB antecipam também os temas com os quais cada autor iria trabalhar, em uma designação que define o título dos capítulos e a sua respectiva paginação. O último item era importante para que tomassem ciência do esforço de elaboração esperado e, é claro, do correspondente pagamento sobre seus direitos autorais, com remuneração prevista de “Cr\$225 por página datilografada”<sup>606</sup>. Após apresentar o projeto e explicitar a remuneração, o texto é bastante incisivo sobre o fato de que os integrantes da obra deveriam seguir outras sete orientações de forma e estilo para os respectivos textos e, pelo modo como são apresentados, nenhum destes itens parecia estar aberto para negociação.

---

<sup>606</sup> Tomando-se a paginação sugerida no convite, os textos de, em média, quinze páginas totalizariam uma remuneração de Cr\$3375: o equivalente a 57% do salário mínimo nominal da cidade de São Paulo em 1958 (Conforme valores apresentados por Olivier Onody, *A Inflação Brasileira*, p. 272) e cerca de 10% do salário de um professor catedrático (*Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 52).

Na prática, vemos que o documento estabelecia regras para o controle do fluxo, volume, organização e mesmo do caráter “objetivo” daquilo que seria escrito. Ou seja, os responsáveis desejavam ter o comando do processo editorial, daquele que seria o primeiro empreendimento da Difel a comportar uma proposta autoral e coletiva, características com as quais justificam o preciosismo de suas diretrizes. Para o diretor seria necessário ter em mente o material a revisar, prazos e outras questões pragmáticas, mas nitidamente esses termos quase contratuais sugeriam o esforço da editora em profissionalizar as relações com seus parceiros, medindo os gastos – provisionando pagamentos e material de impressão – e apresentando um ambiente confiável para a adesão dos intelectuais convidados, especialmente aqueles com quem não tinham proximidade.

A abordagem, contudo, não surtiu o efeito esperado em aspectos fundamentais de seu planejamento: a organização da HGCB tomou muito mais tempo do que o previsto e, quando comparamos a proposta original com aquela que foi de fato publicada, encontramos diferenças significativas de forma, conteúdo e organização.

Na concepção definida no texto de 1957, previa-se que a coleção fosse desenvolvida em três volumes, iniciando pelo chamado Período Colonial, cujas temáticas compreenderiam os antecedentes da colonização, o descobrimento e a administração portuguesa até 1808. As contribuições totalizariam cerca de 320 páginas para este livro, o que possivelmente seria a referência para os seguintes; formato e extensão bem distintos dos três tomos e onze volumes que conhecemos, nos quais também não encontramos uma correspondência completa entre os autores convidados e aqueles que de fato integraram a obra.

O empreendimento seria outro se realizado exatamente como o esboço assinado por Paul Monteil e Sérgio Buarque de Holanda na missiva. Diretor e editor tiveram de inserir em uma realidade muito mais dinâmica do que as regras que elencaram no papel, adequando-se aos limites e às interferências externas que atingiriam a coleção, ora restringindo, ora potencializando os seus propósitos, como veremos. A execução do projeto previsto dependia, em primeira instância, das respostas que receberiam daqueles intelectuais selecionados no convite. Os temas e capítulos foram pensados de acordo com suas especialidades, portanto, recusas ou pedidos de adequação interfeririam na proposta inicial. Sem contar o aspecto simbólico que o perfil de cada um deles agregaria à sua projeção e legitimidade.

### ***Entre Aceites e Recusas***

Não temos informações que permitam identificar todas as situações que levaram às referidas mudanças, entretanto, na comparação com os livros concluídos, verifica-se um dado relevante sobre a questão da autoria: 11 dos 24 convidados presentes na carta-convite não integraram a HGCB. Uma quantidade significativa, especialmente quando consideramos a realização do volume inicial, que, ao que tudo indica, redirecionou a coleção em seu conjunto.

Os nomes escolhidos por Monteil e Sérgio Buarque em 1957 eram, em sua maioria, de intelectuais de prestígio, mas que pertenciam a gerações com idades, formações e trajetória distintas, ocupando posições diferentes de reconhecimento e vínculos institucionais nos meios brasileiros. Ao tomarmos cada uma destas personalidades, podemos identificar alguns perfis que ajudam a entender a concepção da HGCB e as estratégias da Difel para promovê-la.

A primeira característica notável para o conjunto é a presença de professores universitários. A maioria deles catedráticos da Faculdade de Filosofia da USP e seus assistentes<sup>607</sup>, e algumas figuras dissonantes como José Honório Rodrigues, formado em história e geografia na efêmera Faculdade do Distrito Federal e professor de instituições cariocas<sup>608</sup>, e os estrangeiros Charles Boxer, historiador inglês pertencente à Universidade de Londres, e Torquato de Souza Soares, historiador português ligado à Universidade de Coimbra. Em uma outra categoria, poderíamos agrupar na lista de convidados os chamados historiadores autodidatas, uma parte deles bacharéis de formação que em nenhum momento se vincularam à universidade, mantendo-se ligados exclusivamente à tradição historiográfica do IHGB<sup>609</sup>: Afonso Arinos de Mello Franco, Arthur Cezar

---

<sup>607</sup> Catedráticos efetivos ou interinos da FFCL-USP: Aroldo Azevedo, Eduardo d'Oliveira França, Florestan Fernandes, Fernando Azevedo, Antonio Candido de Melo e Souza e João Cruz Costa; assistentes da mesma faculdade: Myriam Ellis, Laerte Ramos de Carvalho e Thereza Schorer Petrone. Os catedráticos Lourival Gomes Machado e Alice P. Canabrava, formaram-se na FFCL, no entanto atuaram em outras unidades. O primeiro foi responsável pela cátedra de Política na FFCL, mas dirigiu a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (1961-1962); a segunda foi concursada na Faculdade de Ciências Econômicas. O detalhamento de suas trajetórias está descrito no Quadro 12.

<sup>608</sup> José Honório Rodrigues foi filiado ao IHGB, mas em sua trajetória acompanhou o processo de institucionalização universitária de modo entusiasmado, nutrindo, inclusive, certo ressentimento por nunca ter conseguido entrar em uma instituição de renome. Segundo ele, o processo de profissionalização da universidade ainda se pautava por relações de apadrinhamento e poder, deixando-o de fora do circuito. Ele menciona que fora convidado a lecionar na cátedra de Introdução aos Estudos Históricos na USP, mas o rejeitou diante das circunstâncias em que recebeu o convite (José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, p. 436).

<sup>609</sup> De fato, a universidade vivia um momento transitório para consolidar um sistema capaz de formar quadros e preencher todos os seus postos. A formação em direito foi quase um traço geracional dos primeiros catedráticos da USP, por exemplo, Eurípedes Simões de Paula, Eduardo d'Oliveira França,

Ferreira Reis, J. A. Gonsalves de Melo, Manoel S. Cardoso, Octávio Tarquínio de Souza; além dos ativistas políticos Maurício Goulart<sup>610</sup> e Caio Prado Jr., historiador marxista<sup>611</sup>.

Estes dois perfis “universitários” e “não universitários” coincidem de modo geral com a divisão entre aqueles intelectuais que aceitaram e os que recusaram o convite para participar da HGCB. No primeiro grupo, têm-se um aceite majoritário de nove dos catorze convidados, com a adesão quase unânime dos catedráticos e assistentes da FFCL-USP, excetuando-se Eduardo d’Oliveira França e Aroldo Azevedo. Enquanto apenas três historiadores dos dez pertencentes ao segundo grupo aceitaram o convite – Arthur Cezar Ferreira Reis, J. F. de Almeida Prado e Maurício Goulart.

A receptividade dos uspianos condizia, justamente, com a familiaridade que tinham junto às iniciativas da Difel. Além das diversas traduções que realizavam, a continuidade entre a História Geral das Civilizações, apadrinhada pela Faculdade de Filosofia alguns anos antes, e a História Geral da Civilização Brasileira criava um espaço quase natural de atuação e projeção de seus trabalhos no mercado editorial. Nesse sentido, até mesmo o tom e, especialmente, as exigências formais presentes na carta-convite pareciam se voltar a estes intelectuais, que começavam a reivindicar um repertório de códigos profissionais e científicos para suas atividades<sup>612</sup>.

Vista pelo ângulo dos aceites, um princípio fundamental da coleção permanece desde a sua primeira concepção, a saber, o seu caráter universitário. Notemos, contudo, que nenhum argumento ou diretriz do convite remetia diretamente ao vínculo da edição com a Faculdade de Filosofia da USP, nem mesmo o nome de Sérgio Buarque, que já era substituto do catedrático Alfredo Ellis. O encaminhamento dos trabalhos e projetos da editora até aqui nos permitem afirmar que os editores tinham consciência de atingir essa identidade com o empreendimento, no entanto, a estratégia para construí-lo, ao menos em

---

Antonio Candido cursaram a FFCL em uma segunda formação. Nuances deste processo de transição historiográfica com o qual a Difel teve de lidar, como estamos discutindo.

<sup>610</sup> Participou de atividades ligadas a Siqueira Campos e Miguel Costa durante a Revolução de 1930; integrou a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e foi preso em diversas situações durante o Estado Novo (CPDOC-FGV, “GOULART, Maurício”, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/goulart-mauricio> acesso em 21.6.2022.

<sup>611</sup> Incluímos nesta lista Caio Prado Jr., por ele não estar vinculado formalmente à universidade e por ter a sua obra reconhecida de modo quase autônomo das instituições e organizações que participaram de sua formação e atuação intelectual. Como marco das elaborações marxistas, suas análises acabavam por ser um produto dissidente em relação à linha partidária do PCB, ao qual era filiado; como marco historiográfico, elas não estavam associadas a velhas concepções bacharelescas, ao mesmo tempo que não foram bem-aceitas pelo conservadorismo universitário (Lincoln Secco, *Caio Prado Júnior: O Sentido da Revolução*, São Paulo, Boitempo, 2008. Ver, especialmente, pp. 181-188).

<sup>612</sup> Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista”, em Sergio Miceli, *A História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Editora Sumaré, 2001, p. 116.

seu início, não parece ter sido a de se aproveitar exclusivamente dos nomes e da produção daquela universidade. Havia uma dinâmica historiográfica mais complexa que se expressa na relação convidados-publicados<sup>613</sup>.

Por isso, insistiremos nas questões levantadas pelas recusas que Paul Monteil e Sérgio Buarque de Holanda tiveram de contornar, forçando-os a reelaborar seus planos. Eles contavam com a necessidade de estabelecer um diálogo entre estas duas gerações e uma delas se mostrou mais resistente a aderir ao projeto. Duas respostas ficaram registradas no arquivo pessoal do diretor da coleção, na sua correspondência passiva com Octávio Tarquínio de Souza e Afonso Arinos de Mello Franco.

Em outubro de 1957, Tarquínio de Souza escreve:

Meu querido Sérgio,

Estou chegando do [sic] Europa e encontro, entre muitas cartas, uma sua e do Sr. Paul-Jean Monteil, convidando-me para escrever o capítulo “Vida Política e Administrativa do Brasil entre 1763 e 1808”. Deixar de atender o pedido seu, reforçado pelo do Sr. Monteil, é para mim muito duro. Mas não há outro caminho: não posso, nestes meses próximos, aceitar nenhum compromisso. Que você, meu caro Sérgio, me desculpe e apresente ao Sr. Monteil minhas escusas. Quando nos veremos? Tenho carradas de assuntos e de saudades. Lembranças nossas a Maria Amélia. Um abraço muito afetuoso de Otavio<sup>614</sup>.

O pequeno bilhete entre amigos, muito próximos como eram, traz a negativa de modo evasivo e, embora Tarquínio se refira respeitosamente ao “Sr. Paul-Jean Monteil”, ele parece tratar o convite de modo banal quando diz que foi encontrado “entre muitas cartas”, deixando a impressão de que, sem ter recebido nenhuma outra sinalização sobre o assunto, ele ficou perdido em meio a outras demandas talvez de maior prioridade naquele momento.

Afonso Arinos é ainda mais telegráfico, mencionando não ter conseguido escrever sua contribuição em duas frases de uma longa carta, enviada quase dois anos após o convite:

---

<sup>613</sup> Interessante retomarmos uma citação de Robert Darnton em seu estudo sobre a *Enciclopédia*: “O cavaleiro de Jaucourt, nobre cuja linhagem remontava à Idade Média, escreveu cerca de um quarto da obra, mas ninguém ousaria afirmar que a *Enciclopédia* é 25% aristocrática” (Robert Darnton, *O Iluminismo como Negócio*, São Paulo, Companhia da Letras, 1996, p.24). Guardadas as devidas proporções entre o significado e repercussão da nossa HGCB e a obra mais expressiva do Iluminismo, as palavras do historiador corroboram com nosso olhar para a complexa realidade de um empreendimento editorial de autoria coletiva e que pretendia se vincular a determinado movimento de ideias: ele não resulta apenas da somatória das trajetórias individuais de seus autores ou organizadores, mas sim da dinâmica social e intelectual que acompanham.

<sup>614</sup> Octávio Tarquínio de Souza, carta a Sérgio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1957 (Acervo Sérgio Buarque de Holanda, Unicamp, ref. Cp 208 P9).

[...] a impossibilidade em que eu me encontrei para escrever o capítulo sobre a inconfidência. Digo que o desejei, mas não pude. [...] Os imprevisíveis da política arrastam a gente para onde não desejamos, muitas vezes<sup>615</sup>.

Os “imprevisíveis da política”, que o afligiam entre o encerramento de seu mandato como deputado e sua eleição ao senado federal, amparam uma saída honrosa para justificar sua ausência ao amigo, e talvez minimizavam um pouco a resposta tardia que ultrapassou em muito o prazo estipulado para a entrega do texto. Monteil não foi sequer lembrado por ele.

As escusas sucintas e informais nas palavras de Octávio Tarquínio ou na atitude de Afonso Arinos contrastam com o tom da carta-convite. Elas se explicam, em parte, pela relação de amizade entre os intelectuais e Sérgio Buarque, além de revelar também um momento de vida de historiadores experientes que desejavam se dedicar a outras atividades e/ou simplesmente negar novos trabalhos. Nem a formalidade, nem o profissionalismo foram capazes de tocá-los naquela altura, aliás, talvez o diretor tenha pecado pela ausência de um apelo mais cuidadoso à arte da amizade<sup>616</sup> que poderia beneficiar a edição, pois ambas as cartas deixam a impressão de que nenhuma outra forma de contato mais pessoal foi utilizada como recurso para reforçar o pedido.

Entretanto, para além do desejo, disposição ou motivação pessoal para integrarem a HGCB com um capítulo, é preciso considerar que, como figuras importantes da historiografia nacional, seus critérios para negar ou mesmo ignorar este tipo de convite passavam pela imagem, compromissos e relações que tinham a zelar, inclusive no ramo das edições.

Ambos cumpriram suas formações e seguiram carreira pública no Rio de Janeiro, integrando a vida cultural e intelectual em projetos consagrados pelas casas tradicionais que atuavam nesta capital. Na José Olympio, Octávio Tarquínio de Souza dirigiu a coleção Documentos Brasileiros, entre 1939 e 1953, e publicou diversos de seus livros, entre os quais um volume didático de história do Brasil em coautoria com Sérgio Buarque de Holanda<sup>617</sup>. Na Companhia Editora Nacional, Afonso Arinos havia publicado diversas obras na coleção Brasiliana, inclusive o título *O Conceito de Civilização Brasileira*, de

---

<sup>615</sup> Afonso Arinos de Mello Franco, carta a Sérgio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro, 24 de março de 1959 (Acervo Sérgio Buarque de Holanda, Unicamp, ref. Cp 218 P9).

<sup>616</sup> Gustavo Sorá, “A Arte da Amizade: José Olympio, o Campo de Poder e a Publicação de Livros Autenticamente Brasileiros”, *Antropolítica*, n. 30, pp. 49-71, 1. sem. 2011.

<sup>617</sup> Octávio Tarquínio de Souza e Sérgio Buarque de Holanda, *História do Brasil: 3ª Série, Segundo Programa Oficial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

1938. Ou seja, estavam vinculados às empresas que eram a grande referência do mercado e com as quais a HGCB concorreria indiretamente<sup>618</sup>.

Ainda que não explicitem uma ação de fidelidade a estas relações, suas recusas ao convite da Difel estão inscritas neste contexto e, consciente ou inconscientemente, acabam por deixar de lado uma possível contribuição com a empresa paulista, mantendo seus vínculos com a tradição representada por aquelas editoras e preservando aspectos simbólicos de suas trajetórias junto a elas<sup>619</sup>. Quer dizer, nestas condições, pessoais e profissionais, não seria relevante para os historiadores se dedicarem a uma encomenda, cheia de regras, como vimos, e que apontava para o alvorecer de uma nova geração de pensadores, de um centro de difusão cultural e de uma dinâmica institucional aos quais não pertenciam.

Longe de explicar totalmente as outras ausências na HGCB, os exemplos de Afonso Arinos e Octávio Tarquínio de Souza levantam questões interessantes sobre por que, ao iniciarem uma coleção universitária, com todos os seus aspectos de novidade para o mercado e para a disciplina histórica, Paul Monteil e Sérgio Buarque consideraram a necessidade e os benefícios em criar vínculos com historiadores de gerações precedentes, e sugerem situações que possam ter influenciado intelectuais com o mesmo perfil a recusarem ou se omitirem diante do convite.

Editor e diretor reconheciam, portanto, um campo de atuação e dentro dele tentavam recrutar os seus representantes mais prestigiados, aqueles com quem tinham alguma proximidade ou as autoridades que dominavam algum tema específico sobre o qual a obra deveria tratar. A despeito de suas escolhas, no entanto, havia relações e estruturas consolidadas na tradição intelectual e editorial relacionadas à disciplina histórica que interfeririam no caminho escolhido para construir a coleção. As recusas se colocam como reflexo da dinâmica deste meio intelectual, à qual ficavam de certo modo submetidos.

---

<sup>618</sup> HGCB não seguia exatamente o formato das *brasilianas*, mas disputava indiretamente com elas por abrigar análises sobre a história nacional. Desse modo, embora em meados dos anos 1950 a CEN e a José Olympio não tivessem uma estratégia traçada para se identificar com a produção universitária sobre o Brasil, certamente viam na ação das novas casas, como a Difel, um polo para os livros especializados na área de história e as demais disciplinas das ciências humanas.

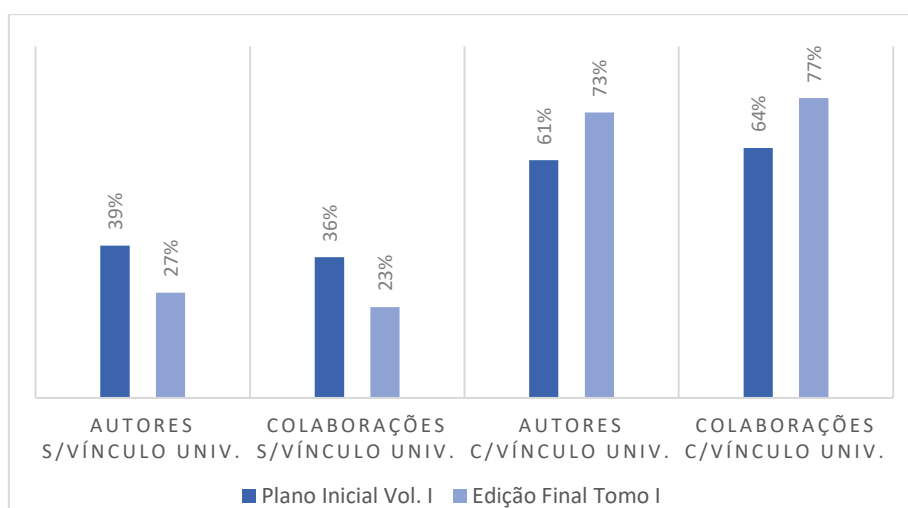
<sup>619</sup> A posição de Sérgio Buarque na direção da HGCB será discutida nos itens seguintes, mas podemos adiantar aqui uma ideia importante: o historiador parece separar sua atuação no mercado editorial entre Rio de Janeiro e São Paulo, pelo menos neste primeiro momento, mantendo suas publicações autorais na José Olympio e atuando como diretor de coleção junto à Difel.

### ***Um Perfil para a Coleção***

Sem abandonar sua perspectiva inicial de dialogar com a tradição historiográfica, os responsáveis pela HGCB tiveram de adaptá-la diante de tais ocorrências externas, redimensionando-a no conjunto da obra.

A alteração de percurso pode ser compreendida qualitativa e quantitativamente. Entre os autores escolhidos em 1957, temos 23 nomes chamados para contribuir em 25 capítulos: oito designados a historiadores de fora da universidade (nove autores); dezesseis escritos por universitários (catorze autores)<sup>620</sup>, sendo dois professores estrangeiros<sup>621</sup>. Já na publicação final, temos 26 autores, responsáveis por 43 contribuições<sup>622</sup>: 33 escritas por universitários (dezenove autores), e dez escritas por historiadores de ofício (sete autores). A proporção se dá deste modo:

**Gráfico 13. Autores e Colaborações, por vínculo institucional (Tomo I, em %)**



Os dados demonstram que as recusas impactaram de modo significativo a proporção de autores e, sobretudo, colaborações com vínculo universitário na HGCB, uma ampliação superior a 10% nas duas situações quando comparamos o plano inicial e o volume publicado. Diante desta constatação, outra mudança fundamental deve ser assinalada: o aumento da quantidade de colaborações, que afetou todo o plano

<sup>620</sup> Considerando o vínculo institucional no momento do convite, mesmo para aqueles historiadores com formação autodidata. Veremos ainda a complexidade e permanências da relação entre a geração universitária e não-universitária, especialmente no que diz respeito às cátedras de história do Brasil (item 1.4).

<sup>621</sup> Um desconhecido. Professores Catedráticos ou Assistentes, percursos que varia para aqueles que tem amis de uma contribuição na obra.

<sup>622</sup> Considerando capítulos inteiros e contribuições em coautoria.



organizativo e o tamanho da obra. Possivelmente, na busca por intelectuais que pudessem substituir os primeiros convidados, os responsáveis pela coleção não conseguiram encontrar pesquisadores para colaborar com os capítulos propostos. Isto é, os jovens autores da universidade (Quadro 11) que, em maioria, foram colocados no lugar dos historiadores tradicionais não poderiam contribuir de modo correspondente ao que estava planejado.

Em decorrência disso, vê-se o detalhamento ou desdobramento das temáticas e, diante da nova composição de autores e elaborações, o livro se ampliou e foi desmembrado em dois volumes. Se o fato pode ser visto como um desvio editorial do primeiro plano da obra, ele demonstra positivamente o desenvolvimento das pesquisas na área de História Colonial.

**Quadro 11. Autores da História Geral da Civilização Brasileira, Vínculo Institucional e suas Colaborações – Tomos I a V**

<b>Autor</b>	<b>Instituição*</b>	<b>I.I</b>	<b>I.II</b>	<b>II.I</b>	<b>II.II</b>	<b>II.III</b>	<b>II.IV</b>	<b>II.V</b>	<b>Colaborações</b>
<b>Alice P. Canabrava</b>	FFCL e FEA/USP		1				1		2
<b>Amaro Quintas</b>	Universidade do Recife			1	1				2
<b>Américo Jacobina Lacombe</b>	Casa Ruy Barbosa/Ministério da Educação e Cultura		2			1			3
<b>Antônia Fernanda P. de Almeida</b>	FFCL/USP	1					1		2
<b>Antonio Candido de Mello e Sousa</b>	FFCL/USP		1			1			2
<b>Antonio de Sousa Jr.</b>	Exército						1		1
<b>Arthur Cezar Ferreira Reis</b>	Historiador, s. vínculo		3	1	4				8
<b>Astrogildo Rodrigues de Mello</b>	FFCL/USP	1							1
<b>Aziz N. Ab'Saber</b>	FFCL/USP e Porto Alegre	1	1						2
<b>Carlos Oberaker</b>	Historiador, sem vínculo			1		1			2
<b>Celia de Barros Barreto</b>	FFCL/USP			1					1
<b>Dorival Teixeira Vieira</b>	FEA/USP		1	1					2
<b>Egon Schaden</b>	FFCL/USP					1			1
<b>Emília Viotti da Costa</b>	FFCL/USP					1			1
<b>Eurípedes Simões de Paula</b>	FFCL/USP			1			1		2
<b>Fernando Henrique Cardoso</b>	FFCL/USP				1				1
<b>Fernando Mendes de Almeida</b>	FD/USP		1						1
<b>Florestan Fernandes</b>	FFCL/USP	1							1
<b>Francisco Curt Lange</b>	Instituto. Interamericano de Musicologia		1			1			2
<b>Francisco Iglésias</b>	FCE/MG				1	1			2
<b>Frank Goldman</b>	FFCL/Rio Claro					1			1
<b>Guilherme Devesa</b>	Historiador, s. vínculo						2		2
<b>J.A Gonçalves de Mello</b>	Universidade do Recife	1							1
<b>J.A. Soares de Souza</b>	Historiador, s. vínculo			1		2			3
<b>J.F de Almeida Prado</b>	Historiador, s. vínculo	1							1

<b>Jeanne Berrance de Castro</b>	FFCL/USP e Rio Claro						1		1
<b>João Baptista Borges Pereira</b>	FFCL/USP					1			1
<b>João Cruz Costa</b>	FFCL/USP			1		1			2
<b>Joel Serrão</b>	Universidade de Lisboa						1		1
<b>John Schulz</b>	Princeton						1		1
<b>José R. de Araújo Filho</b>	FFCL/USP								0
<b>Laerte Ramos de Carvalho</b>	FFCL/USP	1	1						2
<b>Lourival Gomes Machado</b>	FFCL/USP		2						2
<b>Lycurgo Santos Filho</b>	Médico/PUC Campinas e UNICAMP		1			1			2
<b>Maria José Garcia Werebe</b>	FFCL/USP						1		1
<b>Mario Barata</b>	Escola de Belas Artes / URJ					1			1
<b>Maurício Goulart</b>	Historiador, s. vínculo		1						1
<b>Myriam Ellis</b>	FFCL/USP	1					1		2
<b>Nícia Vilela Luz</b>	FFCL/USP		1				1		1
<b>Octavio Ianni</b>	FFCL/USP					1			1
<b>Odilon Nogueira Mattos</b>	FFCL/USP	1					1		2
<b>Olga Pantaleão</b>	FFCL/USP e Marília	1		2					3
<b>Olivério Mario de Oliveira Pinto</b>	Secretaria da Agricultura		1			1			2
<b>Paula Beiguelman</b>	FFCL/USP					1			1
<b>Paulo Pereira de Castro</b>	FFCL/USP				2				2
<b>Pedro Moacyr Campos</b>	FFCL/USP	2		2			1		5
<b>Pedro Octávio Carneiro da Cunha</b>	Museu Paulista/USP		1	1					2
<b>Richard Graham</b>	Universidade do Texas						1		1
<b>Roque Spencer M. de Barros</b>	FFCL/USP						2		2
<b>Rubens Borba de Moraes</b>	Biblioteca Das Nações Unidas		1						1
<b>Sérgio Buarque de Holanda</b>	FFCL/USP	9	2	1	1	1		1	15
<b>Thereza S. Petrone</b>	FFCL/USP		1			1			2
<b>Wanderley Pinho</b>	FFCL/Universidade da Bahia				1				1
<b>Total</b>									<b>105</b>

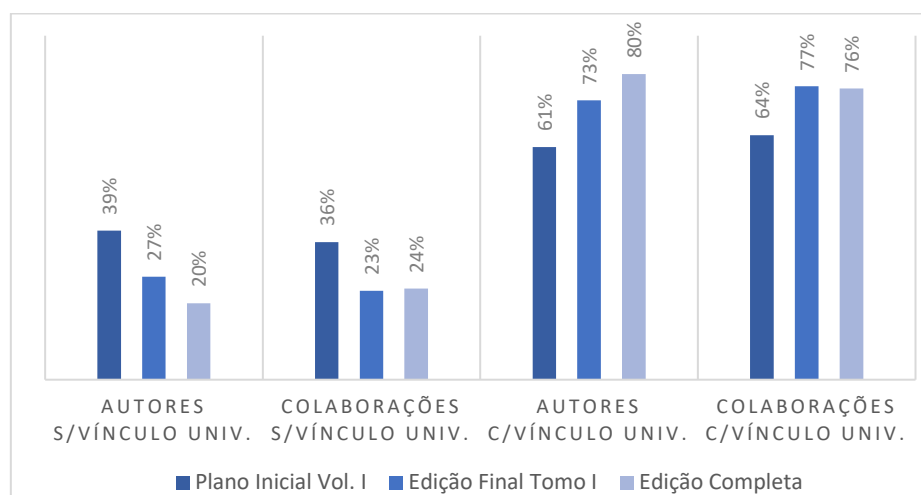
\*Conforme apresentado nas edições.

Quando analisamos o conjunto de livros sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda (Quadro 11) – cinco volumes correspondentes aos tomos I e II –, concluímos que outros tomos acabaram por seguir o mesmo perfil de organização e autoria que se configurou na realização do volume I. Das 105 colaborações, 77 foram assinadas por professores universitários (quarenta autores)<sup>623</sup>, sendo três deles de universidades estrangeiras (três autores); e 25 por intelectuais externos à universidade (onze autores). O desequilíbrio entre os dois grupos, no plano geral da obra, fica ainda maior do que o verificado para o tomo I.

---

<sup>623</sup> Vinte e nove vinculados à Universidade de São Paulo, sendo um do Museu Paulista e um da Faculdade de Direito.

**Gráfico 14. Autores e Colaborações, por vínculo institucional (Edição completa em %)**



Diante destas situações, é inevitável concluir que desde a primeira concepção do volume I a seleção de autores e da produção universitária, especialmente da Faculdade de Filosofia da USP, aparece como princípio norteador para a construção da HGCB. Ela decorria das referências que a Difel construía com suas coleções traduzidas e do arco de alianças institucionais mobilizadas neste processo, fortalecendo seu perfil e identidade junto ao público, como temos observado. No entanto, ao retrocedermos no processo de construção editorial, vislumbramos um horizonte mais complexo de condições sob as quais ele foi pensado e, em seguida, executado por Paul Monteil e Sérgio Buarque de Holanda.

Para construir uma obra de referência, eles partiram de uma concepção que equilibrava tradição e inovação historiográfica. Por um lado, a proporção mais ponderada dos perfis de intelectuais no plano inicial certamente envolvia questões práticas, como a proximidade de Sérgio Buarque com alguns dos historiadores de ofício – que finalmente não pareceu ter sido efetivo – ou a facilidade em preencher os temas pensados para o respectivo volume. De outro, também é certo que diretor e editor consideravam o capital simbólico que estes nomes com reconhecimento nas diferentes gerações e instituições da intelectualidade brasileira poderiam aportar à HGCB. A longa trajetória de alguns deveria endossar ou impulsionar o ar de renovação representado na comunidade universitária escolhida para dar identidade à coleção.

Nesse sentido, a parcela de intelectuais tradicionais e externos à universidade, convidados ou daqueles que de fato integraram a obra, torna-se um elemento a ser valorizado no percurso de construção e mesmo no resultado final. Se eles compõem uma

expressão quantitativa minoritária no universo total de autores, vê-se também que ela não é desprezível e, qualitativamente, acaba por explicitar as contradições enfrentadas pela historiografia diante de um novo movimento de institucionalização e que se espraiava para o plano editorial quando este se integra à sua evolução.

Entre o plano pensado e a forma com a qual os volumes da HGCB vieram a público, deparamo-nos com um processo de construção editorial que envolveu, a um só tempo, aspectos da ação consciente de uma editora para se construir no mercado brasileiro e as intercorrências impostas pelos meios com o quais ela terá de interagir intelectual e profissionalmente para viabilizar suas intenções. No que diz respeito àquela ação, vimos que os dirigentes da Difel agiam segundo uma lógica de desenvolvimento do seu catálogo e de iniciativas que buscavam formalizar suas relações com os meios intelectuais locais. Já do lado das imposições, encontramos as variáveis que sustentavam os circuitos da produção livreira nos quais a editora buscava intervir.

Os volumes da História Geral da Civilização Brasileira, publicados a partir de 1960, podem ser mais bem compreendidos em sua forma, conteúdo e recepção se visualizamos estes bastidores de instabilidade e persistência nos quais atuaram seus responsáveis. Eles tiveram de ser habilidosos em seus ajustes e, por circunstâncias que escaparam às suas vontades, tiveram de assumir a identidade universitária de um modo mais radical do que o planejado, ou de modo mais reativo aos imprevistos.

### **5.3. Sérgio Buarque de Holanda, Diretor de Coleção**

#### ***O Lugar do Historiador***

Os princípios e as escolhas que definiram a concepção do empreendimento editorial foram tomados por um núcleo fundamental de pessoas: Paul Monteil, o editor, Jacó Guinsburg, seu braço direito, e Sérgio Buarque de Holanda, historiador convidado para dirigir a HGCB. Aos dois primeiros couberam as iniciativas relativas ao novo projeto que garantiria o desenvolvimento geral do catálogo da Difel, pensando a inserção da coleção a partir das reiteradas referências à História Geral das Civilizações, da parceria e do perfil institucional mantido com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, decisões que ficaram inscritas na composição material dos livros, nas memórias de Jacó e em alguns aspectos apresentados pela carta-convite enviada à primeira seleção de autores, como vimos.

A mente dos editores vislumbrou uma ideia que se realizaria por várias mãos<sup>624</sup>, a começar pela do diretor Sérgio Buarque de Holanda, que, nesta função, seria o principal responsável por garantir a realização do conteúdo previsto e contornar os imprevistos que surgiram.

Houve uma escolha “natural”, para retomar um termo utilizado por Jacó Guinsburg em suas memórias, pela figura de Sérgio Buarque. Diferentemente do convite enviado aos autores, o tom de informalidade colocado por Jacó ressalta a proximidade pessoal que o historiador mantinha com Paul Monteil como um frequentador assíduo da Livraria Francesa. Um cliente que “comprava fiado”, mas em quem o livreiro depositava alguma confiança, não pelas expectativas em receber o montante devido à livraria, mas pelo vínculo que nutriria suas redes de sociabilidade e referências intelectuais. A caracterização memorialística e mesmo afetiva sobre as origens da coleção não exclui, contudo, outros aspectos que devemos considerar para compreender essa deliberação que, por maior que fossem as afinidades, na verdade, envolvia interesses profissionais de ambos os lados.

Em meados dos anos 1950, quando a História Geral da Civilização Brasileira começa a ser pensada, a Difel avançava na construção de sua identidade como empresa nacional – assim sugerem os anúncios do Prêmio Saber Brasileiro e as notas que antecipavam a publicação da HGCB. A escolha do diretor da coleção seria um ponto decisivo para lançar-se nesta empreitada, pois, para uma editora ainda jovem no mercado, tratava-se de conseguir uma pessoa respeitada capaz de atrair autores brasileiros, organizá-los de modo a compor uma obra coletiva e legitimar algumas novidades que a HGCB traria para o modelo das coleções de “histórias gerais” do Brasil.

Sim, era preciso um nome enraizado na intelectualidade local para nacionalizar um catálogo nascido com tantos vínculos no mercado exterior e com a pretensão de se ligar à universidade, instituição com uma produção nascente e em busca de reconhecimento. A mão do autor escolhido deveria trazer essa marca de brasilidade, legitimar o projeto nas diversas instâncias simbólicas que definem a edição, além de

---

<sup>624</sup> Roger Chartier, *A Mão do Autor a Mente do Editor*, especialmente o Capítulo 5, “A Mão do Autor”, pp. 129-152; e Marisa Midori Deacto, *A História de Um Livro. A Democracia na França, de François Guizot (1848-1849)*, Cotia, Ateliê Editorial, 2021, pp. 79-82. A autora propõe uma leitura atualizada destas ideias de Chartier para analisar aspectos materiais na construção da obra de François Guizot – do manuscrito ao livro –, ressaltando diferentes marcadores textuais que evidenciam as tensões na relação autor/editor. Segundo suas conclusões, para se chegar à versão final de uma edição, é necessário que este processo se acomode em uma simbiose de escolhas, intervenções e intenções editoriais que não envolvem apenas esta dupla em evidência, senão que toda a cadeia produtiva do livro.

demonstrar competência para executar o programa historiográfico proposto. Então, devemos nos perguntar: quem era o Sérgio Buarque de Holanda que decidiu embarcar na proposta do amigo e livreiro-editor Paul Monteil?

Na primeira edição do livro *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos do Descobrimento e Colonização do Brasil*, publicada no ano de 1959<sup>625</sup>, encontramos uma biografia que pode nos aproximar deste momento de sua trajetória:

#### Nota da Editora

Sérgio Buarque de Holanda nasceu na cidade de São Paulo a 11 de julho de 1902, filho de Cristovam Buarque de Holanda e Heloísa G. Buarque de Holanda. Fez o curso primário na Escola Caetano de Campos e o secundário no Ginásio São Bento. Formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1925.

Cedo Sérgio Buarque de Holanda se inicia na vida intelectual brasileira, assinando artigos, ensaios, estudos sociológicos e de crítica. Revolucionária a sua ação, como escritor, salienta-se no movimento modernista que começara em São Paulo, em 1922. Com Prudente de Moraes Neto funda a revista *Estética*, publicação de grande influência na renovação dos estilos literários e artísticos do Brasil.

Em 1936 publica então seu primeiro livro, *Raízes do Brasil*, hoje em terceira edição. Fundada a Universidade do Distrito Federal, nela ingressa como professor da Faculdade de Filosofia, lecionando as cadeiras de cultura luso-brasileira e de História da América.

Em 1938, assumiu o cargo de chefe da seção de publicações do Instituto Nacional do Livro, transferindo-se depois para a Biblioteca Nacional, de cuja Divisão de Consulta foi diretor. Pouco tempo depois se transfere para São Paulo, a fim de dirigir o Museu Paulista. A partir de 1948 encarrega-se, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, da cadeira de História Econômica do Brasil, lecionada anteriormente por Roberto Simonsen, e posteriormente, também de História Social e Política.

Em 1956 é chamado a lecionar a cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde se efetiva por concurso dois anos mais tarde.

Em 1941, viaja para os Estados Unidos, onde esteve durante alguns meses, a convite da Divisão de Cultura do Departamento de Estado.

Em 1941, traduziu o livro *Memórias de um colono no Brasil*, de Thomas Davatz, para o qual escreveu um prefácio e notas. Em 1942, traduziu também *Etnologia Sul-Americana: Círculos Culturais e Estratos Culturais na América do Sul*.

Tendo exercido durante algum tempo as funções de crítico no *Diário de Notícias*, em 1944 reuniu em livro parte de suas apreciações críticas, publicando-o sob o título de *Cobra de Vidro*. Conjuntamente com o escritor Octavio Tarquínio de Souza escreveu, em 1944, o livro *História do Brasil*, obra didática, no ano seguinte, 1945, escreveu *Monções*, obra sobre a História Paulista.

É de sua autoria – escrito em 1946 – o prefácio ao volume primeiro das *Obras Completas*, de José Bonifácio Andrada e Silva, época em que

---

<sup>625</sup> Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos do Descobrimento e Colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959 (Documentos Brasileiros, 107).



publica *As Monções*, in “Curso de Bandeirologia”. Em 1948, publica *Os Primórdios da Expansão Paulista no Fim do Século XVI e Começo do Século XVII*. Em 1949 publica *Índios e Mamelucos na Expansão Paulista*, separata dos *Anais do Museu Paulista*, São Paulo.

Em 1949, participou sucessivamente de três comitês da Unesco, em Paris, relacionados com matérias de sua especialidade realizou conferências na Sorbonne. Participou também em 1950, do primeiro Seminário Internacional de Estudos Luso-Brasileiros reunido em Washington. De 1952 a 1954 esteve na Itália onde deu na Universidade de Roma um curso de “Estudos Brasileiros”. Ainda em 1954 tomou parte na série dos “Rencontres Internationales de Genève”, onde fez uma conferência seguida de debates, sobre tema – *L’Europe et le Nouveau Monde* – publicadas no mesmo ano pelas edições de *La Bacconière*, em Lausanne, Suíça.

O seu livro *Raízes do Brasil* foi traduzido para o italiano e publicado na Itália em 1954, e para o espanhol e publicado no México pelo “Fundo de Cultura Economica”, em 1956.

Sérgio Buarque de Holanda é casado com a Sra. Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda e tem sete filhos, Heloísa Maria, Sérgio, Álvaro Augusto, Francisco, Maria do Carmo, Ana Maria e Maria Cristina. Reside na cidade de São Paulo.

Rio de Janeiro, junho de 1957<sup>626</sup>.

A descrição deste vasto percurso, atualmente muito conhecido e debatido<sup>627</sup>, nos oferece elementos para uma compreensão geral sobre o capital simbólico positivo que a assinatura de Sérgio Buarque de Holanda poderia “naturalmente” transmitir a uma obra, e sobre como sua experiência poderia sustentar uma boa capacidade de mobilização de relações e condução de um trabalho coletivo. Contudo, não é apenas para conhecer a sequência de instituições, obras e eventos que envolveram a vida deste intelectual que nos interessa reproduzir e analisar essa “Nota da Editora”. Devemos observar, com atenção, a forma pela qual ela é apresentada, o contexto e alguns detalhes deste conteúdo que situam a atividade intelectual deste historiador em uma nova posição no meio intelectual paulistano e, especialmente, no mercado editorial.

É evidente que a apresentação cumpre com uma finalidade básica deste tipo de paratexto, evocando a importância do autor aos futuros leitores para, conseqüentemente, atribuir igual relevância à obra publicada<sup>628</sup>. Entretanto, chama atenção que a editora

---

<sup>626</sup> “Nota do Editor”, em Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. A nota vem com a data de 1957.

<sup>627</sup> As principais referências de trabalhos acadêmicos que utilizamos: André Carlos Furtado, *As Edições do Cânone*; João Kennedy Eugênio e Pedro Meira Monteiro (org.), *Sérgio Buarque de Holanda. Perspectivas*, Campinas, Editora da Unicamp, 2008; Raphael Guilherme de Carvalho, *Sérgio Buarque de Holanda, Do Mesmo ao Outro: Escrita de Si e Memória (1969-1986)*, tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2017; Thiago Nicodemo, *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*, São Paulo, Edusp, 2008.

<sup>628</sup> Gérard Genette, *Paratextos Editoriais*, pp. 39-47. Devemos observar que uma nota deste tipo reforça outro paratexto, o nome do autor, destacando a posição que ele ocupa no meio intelectual em que a obra será inserida.

tenha se dedicado a tal esmero introdutório quando Sérgio Buarque de Holanda já era uma figura bastante conhecida, como a própria biografia indicava, com reconhecimento adquirido, especialmente, através de suas obras autorais – se não todas, as principais<sup>629</sup> – publicadas pela José Olympio na Documentos Brasileiros.

*Visão do Paraíso* se distinguiu das anteriores, pois era a publicação, em livro, da tese que Sérgio Buarque acabara de defender em seu concurso para professor efetivo da cátedra de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo, podendo ser considerada, portanto, como um produto inédito de sua trajetória. O intelectual-ponte<sup>630</sup>, historiador autodidata com formação em Direito, que conseguiu inovar neste ofício propondo o ensaio como um novo gênero historiográfico em *Raízes do Brasil*, submetia-se, depois de tantos anos e trabalhos, aos ritos exigidos pela profissionalização universitária para ocupar uma nova posição institucional. Ele estaria à altura do cargo independentemente do título conquistado, tanto é que já exercia a função de catedrático interino sem essa formalidade. No entanto, a instituição exigia o cumprimento de algumas normas, como relembra Antonio Candido:

O professor de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo era Alfredo Ellis Jr., que se afastou por problemas graves de saúde. Foi então que nosso amigo Lourival Gomes Machado, professor de Política, teve a ideia de chamar Sérgio, que foi contratado. Mas quando se tratou da efetivação, surgiu um impedimento legal: formado em direito, Sérgio não podia fazer o concurso, porque a matéria não constava de seu currículo superior. Decorrentes. Recorreu-se então ao seguinte: Sérgio se inscreveu no curso de mestrado da Escola de Sociologia e Política. [...] No fim, apresentou um trabalho, recebeu o grau e pôde inscrever-se no concurso da Faculdade de Filosofia<sup>631</sup>.

As palavras de Candido mostram as nuances dessa profissionalização, entre um convite, o “arranjo” institucional, até que se pudesse oficializar a presença do ilustre historiador dentro deste sistema de hierarquias.

A editora José Olympio parece assimilar a importância das práticas desta institucionalização, com uma nota que se assemelha a um breve memorial de atividades.

---

<sup>629</sup> De Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936 (Documentos Brasileiros, 1); *Caminhos e Fronteiras*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957 (Documentos Brasileiros, 89); *Monções*, 2. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

<sup>630</sup> A expressão, utilizada para definir estes intelectuais que transitaram entre gerações distintas na história do pensamento brasileiro, aparece na bibliografia consultada sobre Sérgio Buarque de Holanda, assim como na de Sérgio Milliet, conforme citamos no Capítulo 1.

<sup>631</sup> Antonio Candido, Colóquio UERJ, 1992, *apud* Robert Wegner, “Latas de Leite em Pó e Garrafas de Uísque. Um Modernista na Universidade”, em *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*, Campinas/Rio de Janeiro, Editora da Unicamp/Eduerj, p. 483.

Um pouco desorganizado cronologicamente, é verdade, o texto se inicia pelos dados biográficos pessoais, passando pelos vínculos de Sérgio Buarque com a sua comunidade intelectual de origem, em São Paulo, seguindo para o destaque à sua primeira obra como historiador e para as sucessivas instituições nas quais ocupou postos de direção e/ou docência. A parte final se dedica a trabalhos de colaboração em traduções e prefácios, publicações em periódicos e, finalmente, à participação em eventos internacionais onde representou o Brasil.

Talvez o texto tenha sido copiado de algum documento desta natureza, pois a data registrada ao final antecede a defesa da tese em um ano e a publicação do livro em dois anos. Interessante também que ela coincida com o início dos convites feitos pela Difel e Sérgio Buarque para os possíveis autores da HGCB. O fato pode ter se dado ao acaso, aparecendo como um pequeno descuido, mas nos permite refletir que, nesse momento de sua trajetória, entre 1957 e 1960, o historiador passa a ser reconhecido como catedrático, e é nesta posição que as editoras pretendem lançá-lo. Mesmo a José Olympio, sua casa por excelência, faz questão de (re)significar seu nome e sua obra a partir de uma apresentação detalhada com o tom de integração à comunidade acadêmica, identificada oficialmente por aquele trabalho defendido na Faculdade de Filosofia da USP. Tratava-se de incorporar os frutos de uma nova realidade intelectual à *Documentos Brasileiros*, ainda que o autor fosse um velho conhecido.

Desse modo, a apresentação biográfica de *Visão do Paraíso* se torna um retrato interessante para entendermos “qual” Sérgio Buarque se apresenta à vida intelectual e ao mercado editorial daquele período: o historiador experiente, que ocupou cargos em algumas das principais instituições intelectuais e culturais nacionais e internacionais e que, então, retornava a São Paulo integrando-se à USP. O primeiro fruto relacionado a este último evento vinha a público pela José Olympio em 1959, mas outras iniciativas entravam em seu horizonte de interesses e seriam gestadas a partir de sua posição na cátedra de História da Civilização Brasileira.

A Difel buscava se associar a essa referência ao mesmo tempo tradicional e inovadora, aproveitando-se do momento de abertura na trajetória do historiador. Seria preciso, evidentemente, convencê-lo a engajar-se na direção da HGCB e, para isso, firmar um acordo quanto ao empreendimento pensado pela editora, mas que se apresentasse a Sérgio Buarque como uma possibilidade de valorizar suas atividades naquele momento, através da qual ele identificasse um espaço apropriado para projetar seu nome em mais uma frente de atuação historiográfica.

Com toda sua experiência, o autor de *Raízes do Brasil* nunca havia dirigido uma coleção. Este fato seria um primeiro atrativo para assumi-la, pois a função poderia adquirir uma importância em sua trajetória, a exemplo do que ocorrera com Fernando Azevedo e Gilberto Freyre como primeiros responsáveis pelas célebres *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, e a já referida *Documentos Brasileiros*, da José Olympio. Pensadores com uma visão de Brasil, que refletiam também as condições e transformações do trabalho intelectual no país e que decidem associar suas posições a projetos editoriais de grandes pretensões<sup>632</sup>.

Em meio às andanças, relações profissionais e atuação em diferentes instituições, Sérgio Buarque de Holanda sempre esteve muito ativo nos debates que interferiam na evolução da disciplina histórica. No início dos anos 1950, ele faz sua primeira análise geral sobre este campo de conhecimento no texto *O Pensamento Histórico Brasileiro nos Últimos 50 anos*<sup>633</sup>. Ao realizar um panorama crítico da historiografia nacional, Buarque dedica várias páginas do excerto ao desenvolvimento dos estudos regionais, à diversificação dos temas abordados em cada uma destas histórias e à especialização de seus colegas, demonstrando um grande entusiasmo com o papel das universidades nesse processo. A conclusão é sugestiva de suas expectativas:

A complexidade desses assuntos está a requerer cada vez mais a utilização dos métodos que se vêm desenvolvendo em países onde existe longa tradição de estudos históricos especializados. E a preocupação de assimilar alguns desses métodos e aplicá-los a problemas brasileiros já é hoje o aspecto dominante e creio que o mais auspicioso do pensamento histórico entre nós. A esse propósito não se poderá acentuar demasiado a influência que tem cabido nos últimos anos aos mestres estrangeiros contratados para os institutos universitários. [...]

No que se refere à história, inclusive à história do Brasil, em seus diferentes setores, foi certamente decisiva e continua a sê-lo, sobre as novas gerações, a ação de alguns daqueles mestres: de um Jean Gagé, por exemplo, e de um Fernand Braudel em São Paulo; de um Henri Hauser e de um Eugène Albertini, na hoje extinta Universidade do Distrito Federal. O que puderam realizar até aqui, no sentido de sugerir novos tipos de pesquisa e suscitar problemas novos, é apenas sensível, por ora, em certos tipos de trabalho – cursos especiais, seminários, teses de concurso –, que pela sua mesma natureza hão de fugir ao alcance de

---

<sup>632</sup> Gustavo Sorá, *Brasilianas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*, São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2010.

<sup>633</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “O Pensamento Histórico Brasileiro nos Últimos 50 anos”, publicado originalmente em *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1951 (consultamos o texto em Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão dos Santos, “Odisséias do Conceito Moderno de História: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O Pensamento Histórico no Brasil nos Últimos Cinquenta Anos, de Sérgio Buarque de Holanda, Revisitados”, *Revista do IEB*, n. 50, pp. 27-78, set.-mar. 2010.)

um público numeroso. Não parece excessivo acreditar, entretanto, que neles já se encontra o gérmen de um desenvolvimento novo e promissor dos estudos históricos no Brasil.

Interessa-nos realçar o entusiasmo do historiador com os frutos da produção universitária, é claro, mas não podemos deixar de lado a forma pela qual ele apresenta um movimento anterior de especialização, ao qual de certo modo se filia ao citar diversos colegas de sua geração, como os amigos que já mencionamos, Afonso Arinos e Octávio Tarquínio de Souza. Sua análise sugere que esta base de autores mais antigos alimentou e se potencializou diante da emergência de uma nova vida intelectual na universidade, tornando-se “o aspecto dominante e creio que o mais auspicioso do pensamento histórico entre nós”. Sérgio Buarque considera, portando, a especialização como um fator benéfico para o desenvolvimento da produção brasileira por abrir campos de pesquisa, ampliando as possibilidades de se realizar uma leitura mais complexa da história do Brasil.

Tomando certo cuidado para não cair em mecanicismos, o texto de 1951 apresenta um prelúdio, ou um sentido do pensamento buarquiano que aponta para as condições profissionais e simbólicas que beneficiariam seu envolvimento com a HGCB. O mote da especialidade, da importância do regionalismo e dos métodos modernizadores da universidade irão aparecer de modo similar na apresentação que faz à coleção em 1960, sobre a qual nos dedicaremos em breve. Da mesma maneira, não parece mero acaso que alguns historiadores selecionados no primeiro esboço do empreendimento sejam citados neste balanço: Arthur Cezar Ferreira Reis, José Honório Rodrigues, J. A. Gonsalves de Melo, Octávio Tarquínio de Souza, Afonso Arinos de Melo Franco, Fernando de Azevedo, Caio Prado Júnior e Alice P. Canabrava.

Estas referências indicam que, ao aceitar a proposta de Paul Monteil, entre livros, compras e conversas de livraria, Sérgio Buarque já vinha amadurecendo uma visão totalizante da historiografia brasileira, mas que ainda não havia se realizado em uma obra de fôlego. Dirigir uma história geral do Brasil não significava escrever ou coordenar um trabalho teórico sobre o pensamento brasileiro, mas a função de diretor abria a possibilidade de construir uma narrativa nas entrelinhas de suas escolhas de autores, temas, periodizações, métodos e outras decisões exigidas para a construção dos livros.

A HGCB, inclusive, seguia um modelo de coleção que potencializava esse aspecto. Embora a proposta de construção dos volumes compreendesse a reunião de trabalhos de diferentes pesquisadores para o conhecimento dos principais temas brasileiros, ela não seria exatamente uma “brasílica” como aquelas concebidas nos anos 1930. A proposta

se assemelhava às “histórias gerais” do Brasil, elaboradas desde o século XIX por historiadores ligados ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Detalharemos esta relação adiante; por ora, no que diz respeito à questão da autoria, cumpre notar que, diferente dos trabalhos assinados por um Rocha Pombo ou um Pedro Calmon, a HGCB não seria fruto de uma análise individual sobre o passado da nação, mas sim uma obra coletiva, cuja orientação e sentido, estes sim, estariam associados a um grande pensador – o diretor de coleção.

Conhecemos o momento de sua trajetória e as expectativas de Sérgio Buarque quando decidiu aceitar o trabalho junto à Difel nos ajuda a visualizar a dimensão de autoria<sup>634</sup> que envolve a direção de um empreendimento editorial deste tipo, que, a princípio, deve definir uma posição de identidade entre o nome de seu responsável, a concepção do conjunto de livros e os resultados apresentados por ele. Mais um aspecto do *mise en collection*, ou seja, do sistema de referências criado para destacar determinada produção no catálogo da editora e, assim, estabelecer também seu diferencial no mercado e nos meios em que ela deverá circular.

### ***Escolhas Editoriais e a Ideia de Civilização Brasileira***

Além dessas condições *a priori*, identificadas na pequena biografia que selecionamos e em *O Pensamento Histórico Brasileiro nos Últimos 50 Anos*, o processo editorial e a forma pela qual o diretor construiu sua imagem em torno da coleção também são aspectos da maior importância para entendermos um pouco mais de sua história, de seu valor no mercado de trocas comerciais e simbólicas que os livros fomentavam em meio aos processos de transformação do pensamento historiográfico nacional. A apresentação que Sérgio Buarque faz à HGCB no seu volume inaugural é um registro interessante nesse sentido. Assim, ele começa:

Depois de tornar acessíveis a leitores de língua portuguesa a História Geral das Civilizações e a História Geral das Ciências, publicadas respectivamente sob a direção de Maurice Crouzet e René Taton, a Difusão Europeia do Livro quis ampliar sua iniciativa benemérita, incluindo àqueles leitores, na mesma coleção, com o mesmo formato, se possível, obedecendo às mesmas normas, uma série especial

---

<sup>634</sup> Nos referenciamos na ideia de função-autor, conforme o debate proposto por Roger Chartier, “Figuras do Autor”, *A Ordem dos Livros*, pp. 33-67. O historiador mobiliza diversas referências, especialmente em polêmica com o texto “Qu’Est ce qu’un Auteur?” de Michel Foucault, para reivindicar a historicidade do autor, e do reconhecimento da autoria, na ordem dos livros. Em nossa leitura, a apresentação de Sérgio Buarque define a sua “execução do plano geral da obra” como expressão subjetiva de sua individualidade e capacidade de criação diante da liderança de um grupo de intelectuais e da história do Brasil.

dedicada à história do Brasil, ou segundo plano anteriormente estabelecido uma história geral da “civilização” brasileira.

Da inclusão em um conjunto maior resultou naturalmente um título que, em condições diversas, poderia passar por inadequado ou presunçoso. Se isso dispensa o diretor da série de tentar justificá-lo, não o desobriga de fornecer explicações sobre o plano geral da obra e sua elaboração, que, de qualquer modo, se encontra sob sua responsabilidade

Antes de tudo é mister dizer que o plano inicialmente previsto deveu sujeitar-se a sucessivas modificações, oriundas sobretudo de conselhos, relutâncias, recusas ou omissões de eventuais colaboradores. O que era inevitável num trabalho coletivo, o primeiro, em realidade, que já se dedicou à história do Brasil.

Impunha-se o aproveitamento dos vários pesquisadores que, em cátedras universitárias, ou em escritos de reconhecido mérito, se distinguiram ultimamente por seus trabalhos especializados, e que poderiam, assim utilizar ou transmitir conhecimentos atuais sobre cada tema proposto. Infelizmente só em parte pôde realizar-se esse intento. O responsável pela coleção, que a princípio pensara em redigir apenas um dos capítulos, e não o mais considerável presente neste volume, viu-se, por fim, na contingência de substituir vários autores que não puderam, ou só puderam em grau limitado dar sua contribuição ao projeto. Esse inconveniente será corrigido, porém, no volume segundo que está em condições de imprimir-se, e com todas as probabilidades no restante da série.

A própria escolha das contribuições e necessariamente dos colaboradores, deveria ser também uma imposição de título e dos modelos seguidos. Numa história da “civilização” espera-se que, ao lado das questões mais estritamente políticas e, se preciso, um pouco em detrimento delas, sem o que ultrapassaríamos em demasia as dimensões previstas, se desse igual ênfase a outros aspectos de nosso desenvolvimento.

A verdade, no entanto, está em que são de data recente e em número ainda relativamente escasso, as pesquisas e análises monográficas que poderiam oferecer apoio seguro para várias tentativas de síntese. Lacunas e deficiências, tornaram-se, por vezes inevitáveis na obra, e algumas facilmente discerníveis<sup>635</sup>.

A apresentação descreve o processo editorial com relevo para o papel do diretor, que, a seu modo, levanta pontos atrativos para que o leitor se interesse em descobrir o que a coleção traria em seu conteúdo. Sérgio Buarque inicia aproximando o público do projeto geral pensado pela Difel, reproduzindo outros discursos oficiais sobre a concepção e inserção da HGCB no catálogo da editora. Em seguida, ele mobiliza diferentes argumentos para familiarizar os leitores com o percurso da edição e, para nossa surpresa ou inquietação, o discurso se desenvolve com menos entusiasmo do que o esperado. Os méritos da coleção que se iniciava ficam subordinados à exposição das tensões,

---

<sup>635</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “Introdução Geral”, *História Geral da Civilização Brasileira*, pp. 7-8.

imprevistos e lacunas que envolveram a realização daquele volume e, conseqüentemente, dos desafios colocados aos seguintes.

O primeiro ponto de tensão aparece logo quando Sérgio Buarque de Holanda faz suas considerações sobre o título História Geral da Civilização Brasileira, apresentando-o como consequência inevitável de um “plano anteriormente estabelecido” pela editora. Ao contrário de outros paratextos e discursos, pela primeira vez, o enunciado de um dos responsáveis retoma os vínculos entre a HGCB e as outras histórias gerais da Difel para relativizar um dos seus aspectos fundamentais.

Assumindo uma atitude cautelosa em relação ao público, o diretor reconhece que a denominação poderia soar inadequada ou presunçosa se considerada fora do contexto particular daquele empreendimento, destacando suas ressalvas quanto ao conceito de civilização, que aparece entre aspas em todas as suas ocorrências ao longo do texto. Ou seja, Sérgio Buarque não omite sua relação com o projeto maior que conduzia a publicação, entretanto, nos termos que a expõe, acaba valorizando a escolha como um ponto técnico e/ou comercial, que antecedia qualquer concepção historiográfica que ele pudesse defender ali. Feitas estas considerações, previne-se formalmente de possíveis críticas e se exime de realizar uma elaboração sobre a ideia de História Geral da Civilização Brasileira naquela instância prefacial.

O tensionamento apresentado tem, por um lado, um tom defensivo em relação aos interlocutores daquela mensagem, pois vemos que Sérgio Buarque se dirigia preferencialmente a um grupo específico de leitores, formado por historiadores e outros intelectuais experientes, aqueles que poderiam fazer um juízo prévio sobre o significado e polêmica em torno dos termos presentes no título da HGCB. Por outro, as pontuações eram provocativas em relação às próprias condições de seu trabalho como diretor, pois, sem discordar diretamente da “imposição”, fica subentendido que em outras condições talvez ele mesmo teria repensado os conceitos utilizados.

As duas esferas de inquietação acabam ficando suspensas na apresentação, pois o historiador opta por contornar esses pontos sensíveis de forma interessante, valendo-se da própria hierarquia existente no processo de edição e colocando-se, como lhe convinha, no lugar de um profissional condescendente com os termos de trabalho definidos por seus superiores. E essa opção parece ter um sentido sobre o qual podemos nos debruçar.

Longe de ser um intelectual passivo, a atitude de Sérgio Buarque não se explica por qualquer intenção de neutralidade historiográfica ou exigência de contrato. Como já sinalizado no artigo de 1951, a trajetória e pensamento de Sérgio Buarque amadureciam



uma visão de Brasil, assim como uma concepção de historiografia nacional e moderna. Contudo, ele parece ter descartado a possibilidade, ou necessidade, de reduzi-las a um discurso metodológico. Talvez fosse mais produtivo deixar as provocações no ar para manter os leitores atentos<sup>636</sup> tanto para os problemas conceituais levantados pela coleção quanto para outros aspectos de ordem prática e simbólica que atravessavam a hierarquia editorial que ele define.

A partir das pequenas marcas gráficas utilizadas para destacar sua ressalva sobre a ideia de civilização, Sérgio Buarque sinalizava o ponto mais sensível da concepção apresentada pelo título da HGCB, demonstrando consciência sobre o histórico de usos e sentidos que o termo possuía no repertório das histórias do Brasil. Mesmo sem fechar uma posição, ou sugerir que a terminologia poderia ser substituída, a nosso ver ele deixa subentendida uma definição geral do conceito a partir de sua trajetória e obras realizadas até aquele momento, as quais possibilitaram a aliança com o empreendimento da Difel,

Apenas a assinatura do historiador poderia atribuir um sentido ao título da coleção, pois uma ideia de civilização estava presente em suas formulações desde *Raízes do Brasil*. O livro se inseriu nas polêmicas sobre a formação social e o caráter da nação brasileira e, através do gênero ensaio e da perspectiva sociológica, representou um marco frente à historiografia hegemônica realizada nos domínios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), defendendo a ideia positiva de que o Brasil teria forjado uma autêntica civilização nos trópicos<sup>637</sup>.

Tornando-se um marco para as interpretações do Brasil e elevando o autor a uma posição de referência sobre o assunto, a obra mantinha uma perspectiva ufanista sobre os méritos do sucesso dessa civilização, atribuída à experiência bem-sucedida do modelo de colonização lusitana. Esse fato levou Sérgio Buarque a adotar uma postura revisionista dentro das próprias reedições de *Raízes do Brasil* e em seus novos estudos realizados nos

---

<sup>636</sup> As marcas não passaram despercebidas na crítica de época, sendo objeto de comentário no artigo de Wilson Martins, “A Civilização Brasileira”, sem referência, conservada no Arquivo Sérgio Buarque de Holanda (Pt 172 P 60). Martins ressalta que o autor aceitara o título com “alguma relutância e bastante reserva mental”.

<sup>637</sup> Das obras e autores que se voltavam exclusivamente à superioridade da cultura, valores e feitos do homem branco europeu às que pretenderam valorizar a miscigenação, primeiro como fator de embranquecimento, depois como democratizador das relações sociais, pensar a nação no Brasil sempre foi um debate ligado às possibilidades de se atingir um padrão social e econômico ideal dito civilizado. O modelo a seguir estava permeado das definições e entendimentos de uma ideia de raça hegemônica pela visão da superioridade branca, que resistia mesmo nas considerações que tentavam valorizar os possíveis benefícios da miscigenação. Sobre o tema, ver: Manoel Luis Lima Salgado Guimarães, “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, pp. 5-27, 1988.

anos 1940 e 1950<sup>638</sup>. Nessa atitude frente às transformações de seu meio intelectual, encontramos o historiador que irá amadurecer suas posições e avançar em uma trajetória que beneficia sua atuação junto à Difel.

Uma destas publicações parece bastante pertinente para subsidiar nossa visão sobre o encontro da trajetória buarquiana com a HGCB: “As Civilizações do Mel”<sup>639</sup>, publicado em 1950 na prestigiosa revista dos *Annales*. O título é sugestivo da atenção que queremos dar ao texto, mas não é apenas a presença da palavra civilização neste título que nos interessa. Sérgio Buarque esteve na França em 1949, convidado para ministrar um seminário na Sorbonne e, na mesma ocasião, participou dos fóruns da Unesco, que começavam a debater as questões de raça, cultura e civilização nos marcos do combate aos resquícios do nazifascismo no pós-II Guerra<sup>640</sup>.

O seminário foi substituído por uma conferência, que no ano seguinte veio a público sob a forma de artigo. Ele inicia da seguinte maneira:

As transferências de hábitos de uma comunidade para outra ocorrem, como os próprios modos de vida, sob o signo do meio. As sociedades ditas “inferiores” nem sempre são as que mais emprestam, nem as menos seletivas em seus empréstimos. Por outro lado, quem dirá tudo o que o homem branco teria tirado delas, conscientemente ou não! Sobre esse assunto, o Brasil colonial dos matos do interior, do sertão, nos oferece um bom exemplo.

No sertão, lugar da fome muitas vezes, quase sempre de vida precária, o meio ambiente impôs aos indígenas encontrar soluções alimentares - que se não eram boas, pelo menos, eram as possíveis. Diante disso, sabemos como estes hábitos estão ali firmemente arraigados. E também não é sem surpresa que vemos as sociedades do Brasil colonial (à medida que nos afastamos do litoral) abandonarem sua cultura ancestral para superar as repugnâncias que pareciam congênicas e adotarem as formas de alimentação dos nativos. Através das incursões ao interior da então colônia, os portugueses foram obrigados, sob a pena de perecer, de adotar os hábitos alimentares destes povos. [...]

O costume se criou pouco a pouco, operando uma verdadeira transformação do paladar até que, mesmo em período de abundância,

---

<sup>638</sup> O texto original de *Raízes do Brasil* fora significativamente modificado em sua 2ª edição, de 1942, como identificam seus estudiosos. Os mesmos falam de um amadurecimento das pesquisas e visão de história nas obras *Monções, Caminhos e Fronteiras* até se chegar à tese *Visão do Paraíso*. Dentre os trabalhos disponíveis sobre o tema ver: Thiago Nicodemo, Pedro Afonso Cristóvão dos Santos e Mateus Henrique de Faria Pereira, *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2018, pp. 91-92; 89-92. Thiago Nicodemo, *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo, Edusp, 2008.

<sup>639</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “Les Civilisations du Miel”, *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, 5<sup>e</sup> année, 1, pp. 78-81, 1950.

<sup>640</sup> As iniciativas do órgão internacional levariam ao chamado Projeto Unesco, que, mais tarde, reuniu pesquisadores brasileiros para estudarem as relações raciais no Brasil, como mencionado anteriormente. Sérgio Buarque não participa do projeto futuro, mas sua inserção nestas redes demonstram o diálogo e a atualidade de seu pensamento nos debates de época que acabam por incidir sobre a realização da HGCB.

não faltaria um português do sertão a continuar sua alimentação à indígena, ainda que fosse possível de retornar a uma alimentação europeia. [...] Vitória da cultura alimentar indígena!

As resistências que elas encontravam sempre foram mais sociais que fisiológicas. Os preconceitos que rondavam os “pratos dos bugres” (nós diríamos popularmente pobres bugres), foram com frequência mais difíceis de vencer que as delicadezas do palácio. Mas o branco convertido se fez mais eficaz, mais entusiasta que o indígena [...] <sup>641</sup>.

No preâmbulo de sua análise, Sérgio Buarque elabora uma concepção de história das trocas culturais, considerando em toda sua importância as hierarquias, preconceitos e relações de poder que atravessam esses processos. O historiador brasileiro utiliza, inclusive, a ideia de “transferência de hábitos” de modo bastante vanguardista <sup>642</sup>. Mas, centrando-nos no momento em que Buarque escrevia, vemos que ele trabalha a partir de uma perceptível filiação à historiografia organizada em torno do periódico, mobilizando a ideia de longa duração em uma análise do cotidiano, a partir dos hábitos alimentares. Ali onde, segundo a mesma tradição, as estruturas se mostram mais resistentes <sup>643</sup>, o historiador desconstrói as categorias de sociedade “inferiores” ou “superiores”, tomando o exemplo da colonização portuguesa na América, tema do qual era estudioso.

Índigenas e portugueses são tratados como dois lados de uma relação, com os mesmos potenciais de interação, porém ocupando diferentes posições na correlação de forças que mobilizava aquele processo de encontro/dominação. Sem cair no reducionismo do bem contra o mal, sua abordagem é nitidamente partidária de um dos lados, reconhecendo que o português, julgado mais forte e civilizado, na verdade, agia movido pela necessidade de sobreviver e, ao mesmo tempo, pela intenção de dominar. Para além da sobrevivência, seu cotidiano se modifica pelos hábitos da civilização local, mas ao fim das contas aquele agente colonizador se revela um aprendiz utilitário que, uma vez “convertido”, apaga os traços de origem daquela relação que o nutriu e garantiu sua sobrevivência.

A ideia de civilização evocada no texto aparece subordinada a essa concepção:

Foi o mel que acabou por constituir o grande recurso do sertão colonial. Pode-se desenhar nos vastos espaços do continente as manchas de uma verdadeira civilização de mel e cera. [...] E podemos multiplicar as referências: elas provam a extraordinária extensão das civilizações da cera e do mel através do continente sul-americano. [...] Civilizações da cera e do mel, solidamente ancoradas no passado pré-

---

<sup>641</sup> Sergio Buarque de Holanda, “Les Civilisations du Miel”, pp.78-79.

<sup>642</sup> As formulações de Michel Espagne e Michel Werner surgem nos anos 1980.

<sup>643</sup> Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. As Estruturas do Cotidiano: o Possível e o Impossível*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1996.

colonial, e que a chocante prosperidade do açúcar brasileiro não foi capaz de destruir totalmente<sup>644</sup>.

O conceito é utilizado por Sérgio Buarque para caracterizar diferentes sociedades indígenas organizadas em torno de uma cultura econômica extrativista tradicional. Ele considera, então, civilizações, no plural, encarando a existência de diferentes técnicas e formas organizacionais, estas sim classificadas entre mais ou menos desenvolvidas, sem que isso interfira na ideia central de que o elemento de unidade de grupo e as relações sociais, econômicas e culturais engendradas por ele sejam fatores civilizatórios, ou seja, que garantem a interação do homem com o meio e a manutenção da coletividade. A força dessa civilização, desse modo de vida, é celebrada nas palavras do historiador por seu enraizamento e capacidade de resistência, mesmo diante do produto que dominou por muito tempo a economia colonial.

Em “As Civilizações do Mel”, Sérgio Buarque desenvolve uma definição complexa da ideia de civilização, aplicando-a ao sistema de produção e ao modo de vida de sociedades nativas no território colonial para demonstrar o seu valor histórico e criticar a ação colonizadora. A concepção se alinhava aos debates da época de modo propositivo. Além de definir uma ideia de civilização, o artigo ganha relevo em nossa análise por se aproximar do contexto de publicação da HGCB. “As Civilizações do Mel” situa os vínculos profissionais e historiográficos que Sérgio Buarque estabelece nesse momento de projeção internacional de seu nome. Entre a Unesco, a Sorbonne e a revista dos *Annales*, e voltando de lá ao ambiente brasileiro, ele consolidou sua presença em um circuito de circulação de ideias e intelectuais comum aos futuros projetos da Difel.

É nesse circuito que a PUF e Maurice Crouzet idealizam a História Geral das Civilizações, e que a nossa editora se propõe a traduzi-la, como vimos. Alguns anos mais tarde, portanto, ao problematizar o título da coleção que dirigia, Sérgio Buarque aponta para as condições de predeterminação de seu trabalho, assumindo um terreno teórico compartilhado entre versão “da civilização brasileira” e a francesa “das civilizações”.

Com as relativizações, advertências e senões que colocou ao título da HGCB, Sérgio Buarque acaba afirmando a bagagem historiográfica que o permitia assumir o empreendimento e legitimá-lo como uma contribuição inovadora às “histórias gerais” do Brasil. Assim, em sua “Introdução Geral”, o historiador se utiliza de um tom provocativo sobre o debate conceitual e parece deixá-lo em aberto de modo estratégico para se dedicar

---

<sup>644</sup> Sergio Buarque de Holanda, “Les Civilisations du Miel”, p. 81.

a uma narrativa sobre a construção da obra, lançando luz sobre as atribuições nas quais o diretor poderia agir com autonomia. Assim, ele direciona seus interlocutores para aquilo que considerava ser, de fato, a sua responsabilidade e o seu mérito frente ao “plano geral da obra e sua execução”.

O diretor segue seu discurso enumerando as dificuldades e problemas que teve de superar, citando as “sucessivas modificações oriundas sobretudo de conselhos, relutâncias, recusas ou omissões de eventuais colaboradores”, desculpando-se pelo fato de que “infelizmente só em parte pôde realizar-se esse intento. Esse inconveniente será corrigido”, e reconhecendo que “lacunas e deficiências tornaram-se, por vezes, inevitáveis na obra, e algumas facilmente discerníveis”<sup>645</sup>. Ao expor seu enfrentamento com tantos obstáculos, o historiador constrói uma narrativa hercúlea para destacar, por um lado, sua capacidade de operar as modificações necessárias e o rigor com o qual encarou o trabalho.

Assim, a qualidade dos textos que, finalmente, deram vida à HGCB é apresentada por Sérgio Buarque quando ele expõe os seus critérios de seleção de autores “alocados em cátedras universitárias” e de contribuições “fundadas em um alto nível de especialização”. Nesse ponto, o diretor da coleção chama para si a perspectiva historiográfica sob sua liderança, afirmando que os trabalhos escolhidos deveriam garantir um conteúdo com abordagem dos diversos “aspectos de nosso desenvolvimento”, ao lado do aspecto político ou em detrimento dele, para garantir uma história da “civilização”.

Iremos aprofundar o significado destes princípios ao analisarmos o desenvolvimento da HGCB, entretanto, cumpre notar que o discurso de apresentação expõe o esquema ordenador da obra como produto de uma concepção autoral<sup>646</sup> sobre a história do Brasil e, principalmente, de sua evolução teórico-metodológica. É possível identificar que Sérgio Buarque evoca argumentos produzidos em outros contextos, como em seu balanço sobre *O Pensamento Histórico Brasileiro*, de 1951, quando exaltou o avanço trazido das pesquisas temáticas e regionais dos estudos brasileiros; ou em sua análise sobre “As Civilizações do Mel”, na qual utiliza uma perspectiva ampliada para o conceito de civilização, distanciando-a da referência eurocêntrica.

---

<sup>645</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “Introdução Geral”, pp. 7-8.

<sup>646</sup> Nos referenciamos novamente na ideia de função-autor, conforme o debate proposto por Roger Chartier (“Figuras do Autor”, p. 35).

Ou seja, o historiador, que neste momento era o catedrático efetivo de uma das principais instituições universitárias do país, definia sua responsabilidade frente a um trabalho coletivo, colocando-se como a liderança intelectual que garantiria a organização e execução de uma obra alinhada com os princípios de produção historiográfica desenvolvidos por esta comunidade acadêmica. Uma postura consciente que resultava dos acordos com a Difel, como vimos, e de suas pretensões pessoais com o projeto.

Cumprir notar que Sérgio Buarque nunca havia dirigido uma coleção e que toda a sua obra de autoria individual fora publicada pela José Olympio. Então, ao definir os termos de seu trabalho na HGCB, ele delimita também a diferença entre estas duas esferas de sua produção intelectual, a individual e a coletiva, as quais acabam se identificando com o perfil e os lugares de atuação das respectivas editoras: suas obras autorais circulavam sob o selo consolidado da José Olympio, a partir do bom e velho mercado carioca, enquanto a coleção sob sua responsabilidade estaria associada à Difel, casa mais jovem e atuante no mercado paulista, que ainda possuía uma dinâmica emergente no cenário nacional. Ambas estavam ligadas aos trânsitos intelectuais e institucionais do historiador, como vimos em sua biografia, mas o vínculo com a Difel e sua coleção sinaliza um momento em que deveria afirmar sua liderança à frente da cátedra de História da Civilização Brasileira da USP.

Da mesma maneira, é interessante perceber que o conjunto da obra de Sérgio Buarque começa a circular de um modo diferenciado. A construção editorial de *Visão do Paraíso* já sinalizava isso, em 1959, e outras publicações serão retomadas com a mesma perspectiva, especialmente ao longo da década de 1960, como podemos observar no prefácio de Antonio Candido à 4ª edição de *Raízes do Brasil*:

Este livro, publicado faz quase trinta anos, atravessou o período mais transformador dos estudos sociais no Brasil e se tornou um clássico. [...] Não espanta que os seus pontos de vista se tenham incorporado ao pensamento de uma geração, recebendo muitos deles a glória de se transformar em conceitos de toda gente. À medida que vamos relendo através dos anos, percebemos como é pouco esquemático, e como as sínteses que apresenta não parecem baseadas em modelos abstratos, mas numa capacidade surpreendente de comunicar, dentro da própria redução ao típico, o sentimento da mais viva complexidade. Nada de mecânico no arbítrio desta simplificação, necessária para que a inteligência possa apreender o real.

Assim é, por exemplo, que poucos terão sublinhado tão bem o caráter visceralmente ibérico da formação brasileira, sabendo, ao mesmo tempo, marcar o que nos diferencia do tronco lusitano, através

de comportamentos e modos de ser definidores de um brasileiro, que é mais do que ser português no Novo Mundo<sup>647</sup>.

As palavras de Candido demonstram o início de um movimento de retorno às elaborações do historiador em meio à comunidade universitária e, apesar de se dedicar ao livro *Raízes do Brasil*, sua análise não pretende valorizá-lo isoladamente. O sociólogo destaca, na verdade, o “sentido” do conjunto da obra de Sérgio Buarque como um marco geracional de sua formação e de seus contemporâneos. Uma concepção retrospectiva, vinda da universidade, devemos ressaltar, que define um *status* canônico para o autor na evolução do pensamento brasileiro<sup>648</sup>.

Ao identificar um “brasileirismo, que é mais do que ser português no Novo Mundo”, Antonio Candido demonstra que as releituras daquele livro passavam pelo contato com as linhas mestras de uma “história geral” da nação pensada e executada por Sérgio Buarque de Holanda. A HGCB não foi, certamente, a causadora direta desta percepção, mas a forma como o historiador se coloca em sua apresentação buscava estes leitores ativos, com os quais poderia dialogar e estabelecer um novo paradigma para sua trajetória. Nesse sentido, veremos como a coleção pôde ser um espaço renovador dos seus laços intelectuais com esta geração que aprendeu com o ensaísta e que, agora, trabalhava com o catedrático.

#### **5.4. A “História Geral” do Brasil sob auspícios de uma cátedra**

A responsabilidade que Sérgio Buarque assume e o princípio de liderança que constrói estão permeados pelo desafio da mobilização de autores que correspondessem às expectativas da coleção e que estivessem dispostos a contribuir com ela. A questão já nos foi apresentada quando analisamos a carta-convite encaminhada aos primeiros intelectuais selecionados e foi exposta na apresentação que fez para a HGCB, pois o diretor teve de assumir boa parte dos capítulos do volume inaugural da História Geral da

---

<sup>647</sup> Antonio Candido, “Prefácio”, em Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 4ª ed. revista e ampliada pelo autor, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963 (Biblioteca Básica Brasileira), pp. IX-XI.

<sup>648</sup> A ideia de atribuir um “sentido” para a obra de Sérgio Buarque será utilizada novamente por Antonio Candido no prefácio à edição comemorativa de *Raízes do Brasil*, de 1986 (Antonio Candido, “O Significado de Raízes do Brasil”). O texto irá cristalizar a existência de uma tríade de intérpretes do Brasil que marcam um ponto de inflexão no pensamento brasileiro. No que compete à obra buarquiana, estes paratextos contribuem para colocá-la em um lugar canônico para a formação universitária, visto a proeminência de Antonio Candido e de sua referência para direcionar as leituras de tantas gerações que seguiram à sua. De um modo mais simples e técnico, se assim podemos dizer, a “Nota da Editora” José Olympio em *Visão do Paraíso* antecipa essa prática de retomada e orientação das leituras de Sérgio Buarque a partir da universidade.

Civilização Brasileira: sete como autor e dois em coautoria, uma intervenção direta em cerca da metade do conteúdo deste livro.

Um historiador com tal experiência conseguiu realizar esta tarefa, apoiando-se em seu repertório e trabalhos anteriores à universidade. Este era, afinal, mais um dos trunfos para que ele ocupasse a direção do empreendimento e cumprisse com as atribuições que deveriam garantir a realização dos livros, a despeito de qualquer dificuldade ou pretensão intelectual. Entretanto, a situação gerou um impasse que deveria ser corrigido, como o próprio Sérgio Buarque adverte aos leitores, a fim de que ele pudesse construir, de fato, uma obra coletiva escrita por especialistas, especialmente, aqueles pertencentes à comunidade universitária.

Em 1957, quando as tratativas da coleção se iniciam, a atuação de Sérgio Buarque na cátedra de História da Civilização Brasileira se encontrava em fase inicial, pois ele ainda era apenas o substituto de Alfredo Ellis na Faculdade. A Difel mirava o momento em que ele assumiria a cadeira em caráter definitivo, o que ocorreu um ano antes da publicação primeiro volume. A partir daí, seria fundamental que ele amadurecesse o papel de liderança que lhe era tão caro neste processo e que serviria também para a editora.

O volume inaugural nomeia os colaboradores da coleção com seus títulos na hierarquia da estrutura acadêmica: sete catedráticos, três assistentes, um auxiliar de ensino e dois historiadores sem vínculo institucional. Por estas informações, ficava evidente a presença majoritária de pesquisadores em posição de chefia e com uma trajetória madura na condução de trabalhos de pesquisa. Alguns deles já guardavam relações longevas com Paul Monteil ou com Sérgio Buarque, como era o caso de Florestan Fernandes, certamente o principal nome entre os citados. A HGCB se inicia, portanto, pelo topo da pirâmide institucional.

As alianças “do alto” não seriam abandonadas, mas nos volumes seguintes a diferenciação entre catedráticos e as outras posições profissionais é omitida e todos os autores vinculados a universidades são apenas identificados como “da Faculdade de Filosofia” ou “da Universidade”. Com a referida mudança, percebemos que se amplia a participação de professores em início de carreira, assistentes e pesquisadores de doutorado. Ao lado destas informações, uma outra característica pode ser notada: a presença cada vez maior de intelectuais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (Quadro 12), dando consequência à aliança institucional e à concepção editorial que desencadeou o empreendimento.



O modo pelo qual a HGCB passa a identificar seus colaboradores sinaliza uma dinâmica de enraizamento das relações de Sérgio Buarque nas atividades de sua cátedra. Ao orientar trabalhos e outras atividades, ele assume cada vez mais sua posição de liderança e passa a contar com um maior número de pesquisadores em início de carreira para construir a coleção. Deste modo, a designação de autoridade dos colaboradores virá da simples menção ao vínculo com a instituição, deixando de lado o destaque às posições que ocupavam dentro da carreira universitária.

### Quadro 12. Caracterização Institucional dos Autores da HGCB Vinculados à USP

Autor	Formação	Doutor (a)	Fatos Relevantes da Trajetória
<b>Alice Piffer Canabrava</b>	Historiadora	1942	Doutorado em História da Civilização Americana, Assistente na Cátedra de História da Civilização Americana (1937-1946) Uma das primeiras mulheres a defender uma tese na USP, a primeira a fazê-lo em Ciências Humanas, e a participar em um concurso de cátedra. Sofreu uma derota polêmica para Astrogildo Rodrigues de Melo no concurso para catedrática. Transfere-se para a Faculdade de Ciências Econômicas em 1946, assumindo a cadeira de História Econômica em 1951.
<b>Antônia Fernanda Pacca de Almeida</b>	Historiadora	1970	Professora Assistente na Cátedra de História da Civilização Brasileira (1947-1949); Professora Assistente (1956-1959) e Auxiliar de Ensino (1964-1970) de História da Civilização Americana; orientada por Nícia Vilela Luz.
<b>Antonio Candido de Mello e Sousa</b>	Sociólogo	1954	Professor Assistente de Sociologia II (1942); Título de livre-docente em literatura (1946); Professor de Literatura Brasileira FFCL/Assis (1958-1960); Professor Titular de Literatura (1974).
<b>Astrogildo Rodrigues de Mello</b>	Historiador	1942	Professor Regente da Cátedra de História da Civilização Americana (1946-1951) e efetivo (1951-1967); foi diretor da FFCL (1947-1950);
<b>Aziz N. Ab'Saber</b>	Geógrafo	1956	Prático de Laboratório dos Departamentos de Geologia (1946-1948) e de

			Geografia (1944-1957); Professor de Geografia do Brasil e de Elementos de Geologia na FFCL da Universidade Católica de Campinas (1953 a 1959); de Geologia e Geomorfologia na FFCL de Sorocaba (1955 a 1962); de Geomorfologia e Aerofotogeologia na Escola de Geologia da Universidade do Rio Grande do Sul (1960 e 1961); de Geografia Física na FFCL da PUC de São Paulo, (1950-1964); de Geografia Humana da Faculdade de Jornalismo Casper Líbero (1953 a 1964); Professor de Geografia Física na USP ( a partir de 1965)
<b>Celia de Barros Barreto</b>	Historiadora	?	-
<b>Dorival Teixeira Vieira</b>	Economista	?	Integrou o departamento de Economia Faculdade de Ciências Econômicas/USP (1947-1960), Professor Assistente de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas (1947-?)
<b>Egon Schaden</b>	Antropólogo	Anos 1940	Professor Assistente de Antropologia USP (1941-1949); Professor Catedrático de Antropologia (a partir de 1949)
<b>Emília Viotti da Costa</b>	Historiadora	1964*	Professora Assistente de História Moderna e Contemporânea (1960-1961); Introdução aos Estudos Históricos; Teoria da História (1961-1969)
<b>Eurípedes Simões de Paula</b>	Historiador	1942	Professor Assistente de História da civilização Antiga e Medieval (1936-1942); catedrático da mesma cadeira a partir de 1945; Primeiro doutor da FFCL/USP; Diretor da FFCL (1950-1958); Fundador da Revista de História (1950).
<b>Fernando Henrique Cardoso</b>	Sociólogo	1961	Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (1952-1953), Analista de Ensino da cadeira de Sociologia I (1953); Professor Assistente da Cadeira de Sociologia I (1955). Em 1954, foi eleito, representando os ex-alunos, o mais jovem membro do Conselho Universitário da USP

<b>Fernando Mendes de Almeida</b>	Bacharel em Direito e Musicista	?	-
<b>Florestan Fernandes</b>	Sociólogo	1951	Regente, livre-docente e professor titular da cátedra de Sociologia I, substituindo o sociólogo e professor francês Roger Bastide (1954-1964); efetivo da mesma cátedra a partir de 1964.
<b>Jeanne Berrance de Castro</b>	Historiadora	1968	Orientada por Sérgio Buarque de Holanda; torna-se professora em Marília
<b>João Baptista Borges Pereira</b>	Antropólogo	1966	Professor na Cadeira de Antropologia a partir de 1967.
<b>João Cruz Costa</b>	Filósofo	1942	Professor Assistente (1942-1951) e Catedrático de Filosofia (a partir de 1951)
<b>José R. de Araújo Filho</b>	Geógrafo	1956	-
<b>Laerte Ramos de Carvalho</b>	Filósofo	1951	Foi Assistente de João Cruz Costa na Cátedra de História de Filosofia; em seguida, foi Assistente do Professor Roldão Lopes de Barros na Cátedra de História e Filosofia da Educação do curso de Pedagogia (1948-1955), onde se tornou catedrático a partir de 1955.
<b>Lourival Gomes Machado</b>	Cientista Político	1942	Professor Assistente de Sociologia I (1939-1941); Professor Assistente de Política (1941-1954); Professor da Cátedra de Política (1954); Diretor da FAU/USP (1961-1962).
<b>Maria José Garcia Werebe</b>	Pedagoga	1952*	Professora Assistente de Pedagogia (1943-1949); Professora Titular de Pedagogia (1952-1969); foi expulsa pela ditadura militar em 1969.
<b>Myriam Ellis</b>	Historiadora	1955	Assistente da Cadeira de História da Civilização Brasileira (1952); Regência da Cadeira de História da Civilização Brasileira (1963 a 1971); Livre-Docente de História da Civilização Brasileira (1966); Regência interina da Disciplina de História do Brasil (1971-1973).
<b>Nícia Vilela Luz</b>	Historiadora	1964*	Defesa na Cátedra de História da Civilização Brasileira; Professora Livre-Docente da Cátedra de História da Civilização Brasileira.

<b>Octavio Ianni</b>	Sociólogo	1961	Professor Assistente da Cátedra de Sociologia I (1960-1969)
<b>Odilon Nogueira Mattos</b>	Historiador	1973	Professor da Cátedra de História da Civilização Brasileira.
<b>Olga Pantaleão</b>	Historiadora	1944	Defendeu a tese em História da Civilização Moderna e Contemporânea; Professora Assistente e Interina da mesma Cátedra (1939-1947); desiste do concurso de Cátedra em que concorreria Eduardo d'Oliveira França; Professora Titular de História Moderna e Contemporânea Marília (1959)
<b>Paula Beiguelman</b>	Sociologia	1961	Professora Assistente (1949-1962) e interina (1962-1969) da Cátedra de Política; Migra como professora Assistente da Cátedra de História da Civilização Brasileira (1969) após concurso polêmico com Fernando Henrique Cardoso; foi aposentada compulsoriamente pela ditadura.
<b>Paulo Pereira de Castro</b>	Historiador	?	Professor na Cátedra de História Antiga e Medieval
<b>Pedro Moacyr Campos</b>	Historiador	1945	Professor Assistente da Cátedra de História Antiga e Medieval
<b>Pedro Octávio Carneiro da Cunha</b>	Historiador	?	-
<b>Roque Spencer M. de Barros</b>	Filósofo	1967	Professor Assistente (1951-1968) e adjunto (1968-1969) da Cátedra de História e Filosofia da Educação; passando a Professor Adjunto da Faculdade de Educação a partir de 1970.
<b>Thereza S. Petrone</b>	Historiadora	1964	Orientada por Sérgio Buarque de Holanda; Professora Assistente da Cátedra de História da Civilização Brasileira

**\*Livre-Docência.**

O quadro apresenta trajetórias dos autores da HGCB pertencentes à Universidade de São Paulo. Uma primeira leitura das informações permite reconhecer que, para além da aliança institucional tão marcante em sua apresentação, a coleção se vinculou de fato às diversas áreas reunidas na Rua Maria Antônia. Essa qualidade, inclusive, a diferencia sensivelmente de sua congênere francesa, que não chegou nem perto de alcançar a mesma

quantidade de autores, muito menos trouxe para si elaborações oriundas de outras disciplinas das ciências humanas.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP estava em franco desenvolvimento. Cada um dos nomes listados, e algumas ausências que vamos notar, revelam aspectos das movimentações internas, da formação de grupos de trabalho, afinidades e mesmo desafetos que aproximam ou afastam seus profissionais e suas linhas de pesquisa. Então, a identidade que os responsáveis pela coleção constroem e decidem promover deve ser compreendida à luz desta realidade acadêmica, complexa e seletiva, que se traduz no empreendimento editorial. Foi nesse contexto que Sérgio Buarque teve de encontrar recursos para aprimorar a seleção de seu grupo de trabalho e tecer o fio condutor de sua liderança.

Outrossim, devemos atentar para o fato de que a relação de apadrinhamento que a Faculdade concede à HGCB não se desenvolve em um terreno homogêneo e consensual, e questionar: com quais critérios a editora e o diretor da coleção selecionam parcerias dentro do “selo” USP? O que eles revelam sobre o paradigma historiográfico que se pretendia difundir por meio da universidade?

Estas perguntas nos levam, inevitavelmente, ao lugar que a cátedra de História da Civilização Brasileira vinha ocupando no processo de formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP:

[...] ao se apreciar a trajetória da área de História da FFCL, deve-se levar em conta que, no Brasil, já se fazia História antes da criação da USP. [...] os fundadores da Universidade não ousaram convidar um estrangeiro para ensinar História do Brasil quando se estruturou a área de História. Foi criada a cátedra de História da Civilização Brasileira, ocupada por [Afonso de] Taunay e depois por Alfredo Ellis. Tanto um quanto outro, eram historiadores com méritos, principalmente Taunay. Mas eram fundamentalmente tradicionais no sentido de ficarem à margem da renovação da historiografia mundial, especialmente a francesa. Ambos marcaram a primeira fase dos trabalhos dessa cátedra, seguindo uma orientação tradicional<sup>649</sup>.

O tradicionalismo dos primeiros professores da cátedra de História da Civilização Brasileira estava associado à historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ou de instituições autônomas, anteriores à criação das

---

<sup>649</sup> Fernando Novais, “Braudel e a ‘Missão Francesa’ [Entrevista]”, *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22, p. 165, set.-dez. 1994.

universidades, como as Academias e Letras e o Museu Paulista<sup>650</sup>, marcada pelo autodidatismo dos bacharéis e comprometida politicamente com a construção de discursos oficiais sobre a identidade nacional<sup>651</sup>. Ela não divergia dos princípios ideológicos que sustentaram a fundação da USP, pois além da concepção metodológica os primeiros catedráticos de História da Civilização Brasileira estavam muito comprometidos com uma história edificante de São Paulo<sup>652</sup>, colocando-a no centro da própria história do Brasil.

Este propósito corroborava a ideia de formar as novas elites dirigentes e projetar o estado como locomotiva do país – basta lembrarmos da efeméride em torno do aniversário da capital, que teve nestes historiadores uma referência para desenvolver projetos editoriais e outras iniciativas de exaltação da história paulista<sup>653</sup>. Contudo, o próprio espírito universitário que formava as novas gerações de intelectuais começou a criar um questionamento desta posição:

No período em que fui aluna, a história do Brasil era o setor mais fraco. O professor Alfredo Ellis estava bastante alquebrado e limitava-se a dar cursos baseados em seus livros, que na maioria versavam sobre São Paulo Foi principalmente na historiografia do grupo dos Annales, nos livros da coleção Clio, Hachette, Peuples et Civilizations, Que-sais-je? e Oxford que aprendemos história no curso de graduação<sup>654</sup>.

---

<sup>650</sup> Os primeiros catedráticos foram: Afonso d’Escragnole Taunay (1876-1958), admitido no IHGB em 23 de setembro de 1911, ocupou os cargos de vice-presidente (1937) e presidente honorário do IHGB-SP (1939). Também foi titular da cadeira n. 1 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 7 de novembro de 1929, na sucessão de Luís Murat; Alfredo Ellis Jr. (1896-1975) foi membro do IHGB e IHGB-SP, do Instituto de Estudos Genealógicos e da Academia Paulista de Letras, onde ocupou a cadeira 18. Sobre o tema, ver: Aryana Costa, “Um Regime de Transição: O Papel do IHGB-SP no Curso de História da Universidade de São Paulo (1934)”, *Estudos Históricos*, vol. 32, n. 67, pp. 530-548, maio-ago. 2019. Curiosamente, Sérgio Buarque de Holanda foi admitido no IHGB em 1956, quando assume o posto de substituto de Alfredo Ellis, denotando que o conservadorismo sobrevivente na instituição universitária ainda tinha o peso de legitimar os historiadores que ocupariam o cargo, ainda que essa legitimidade estivesse mais ligada ao título recebido do que às práticas historiográficas que o mesmo iria desenvolver.

<sup>651</sup> Manoel Luiz Salgado Guimarães, *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.

<sup>652</sup> Antônio Celso Ferreira, *A Epopeia Bandeirante: Letrados, Instituições, Invenção Histórica (1870-1940)*, São Paulo, Editora Unesp, 2002.

<sup>653</sup> A Comissão do IV Centenário, instituída em 1951 e presidida por Francisco Matarazzo Sobrinho, se ocupou das publicações oficiais reunidas na Biblioteca do IV Centenário. Sérgio Buarque participou da Comissão, pois era diretor do Museu Paulista à época; logo ele se retira, acompanhando Paulo Duarte e outros colegas que entraram em atrito com os mandatários do projeto. Afonso d’Escragnole Taunay colaborou com a obra *São Paulo em Quatro Séculos*. O historiador também dirigiu a coleção Biblioteca Histórica Paulista, editada pela Livraria Martins Editora, e publicou diversos livros a pedido da Editora Melhoramentos (Nelson Schapochnik, “Celebrações Impressas: A Biblioteca do IV Centenário da Cidade de São Paulo”, Conferência *Midis de Brésil(s): Séminaire en Partenariat avec la Fondation Maison des Sciences de l’Homme*, 7.12.2020).

<sup>654</sup> Emília Viotti da Costa, “Devemos Rever a Imagem que Temos de Nós Mesmos”, Entrevista por Silvy Basseto, *Revista da Adusp*, p. 17, jun. 1999.

Emília Viotti testemunha a realidade daquela cátedra, que denomina como “fraca”, e ressalta a importância da chamada escola dos *Annales* na formação uspiana daqueles primeiros anos. Além das coleções que traziam esta referência para os alunos, inclusive a *Que Sais-Je?*, traduzida pela Difel, o grupo marcou a Faculdade ao integrar a chamada “missão francesa”, formadora do primeiro corpo de professores da FFCL, especialmente nos cursos de humanidades.

Da missão, a presença mais marcante no departamento de história foi a de Fernand Braudel, que ministrou seus cursos em História da Civilização Moderna e Contemporânea. Por conseguinte, foi esta cátedra que se construiu como a herdeira da modernização historiográfica dentro da Faculdade, acumulando força em sua linha de pesquisa:

Em razão disso, a modernização da historiografia se deu, não nos temas de História do Brasil, mas, através da cátedra de História Geral da Civilização [...]. Assim, a área de História do Brasil na Faculdade, em seu período de formação, ficou marcada pela orientação de historiadores tradicionais até a entrada de Sérgio Buarque de Holanda, em 1956. [...]

O professor Eduardo França disse-me que desejou fazer sua tese sobre História do Brasil, mas não pode, porque era assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea. Assim, sua primeira tese foi sobre o poder real e as origens do absolutismo em Portugal. Isto porque, de certa forma, queria estar próximo da História do Brasil. Mas não podia explicitar esse fato, pois os catedráticos eram Taunay e Alfredo Ellis. O segundo trabalho do professor França foi também sobre Portugal, focalizando a época da Restauração. Eu mesmo, fiz a minha tese sobre o Brasil Colonial, encontrando um tema que articulasse Portugal e Brasil, dado que não se podia escrever um trabalho sobre o Brasil numa cadeira de História Moderna e Contemporânea<sup>655</sup>.

Como aponta Fernando Novais, na verdade, a história do Brasil acabou contemplada no programa de Civilização Moderna e Contemporânea por meio dos temas que buscavam discutir a formação nacional a partir do processo de colonização. O modelo luso-brasileiro foi a saída para os primeiros historiadores formados na cadeira, entre os eles Eduardo d’Oliveira França, que assumiu a posição de catedrático em 1951.

Havia uma sobreposição de interesses e, ao mesmo tempo, uma delimitação das esferas de poder e identidade historiográfica das respectivas áreas. Novais coloca a entrada de Sérgio Buarque de Holanda no departamento de história como um marco nestas relações que afastavam a modernização historiográfica e os jovens pesquisadores da cátedra de História do Brasil. Ao mesmo tempo, ele reconhece que, ao relocalizar o

---

<sup>655</sup> Fernando Novais, “Braudel e a ‘Missão Francesa’ [Entrevista]”, p. 165.

sentido dos estudos brasileiros produzidos pela cadeira, o autor de *Visão do Paraíso* também inaugurava um novo ponto de tensão com o programa pesquisas e debates até então hegemônicos pelos “herdeiros” de Braudel, questão que retomaremos adiante.

O historiador assumia a parceria com a Difel em paralelo à sua inserção na universidade, em um ambiente com domínios intelectuais a serem enfrentados ou relativizados para que se pudesse construir um novo perfil para a História da Civilização Brasileira na USP. Este era o lugar simbólico e institucional a partir do qual o diretor e a editora construíam a HGCB enquanto um empreendimento alinhado com o desenvolvimento da historiografia nacional, a partir da historiografia universitária uspiana. A coleção deveria traduzir um momento fundamental de diferenciação da cátedra com a perspectiva tradicionalista de seus primeiros responsáveis e de delimitação com a produção vinda de outras cadeiras do departamento de história, consideradas mais modernas.

Vimos anteriormente que a tradição representada pelo IHGB e outras instituições não foi totalmente descartada na construção da obra. Entre recusas e aceites, desde os primeiros convidados por Sérgio Buarque e Paul Monteil, uma boa parte das colaborações da HGCB foi escrita por historiadores de ofício, muitos deles ligados ao Instituto. O diálogo se fez necessário por questões de ordem simbólica e pelo próprio estágio das pesquisas acadêmicas nos temas selecionados para a obra. Contudo, o caráter universitário da coleção estava na ordem do dia e deveria se impor a estas condições.

Sérgio Buarque se queixa em diversas ocasiões das dificuldades de encontrar bons trabalhos para a elaboração dos volumes da HGCB dedicados ao Período Colonial. No conjunto de livros, inclusive, a abordagem desta fase de nossa história – que cobre, na verdade, os antecedentes portugueses e nativos, mais os quatrocentos anos que se seguem ao descobrimento – fica bastante desequilibrada com a seguinte, Período Monárquico, constituída por cinco volumes, dedicados a pouco mais de setenta anos que vão da Independência ao fim do Império. Embora os marcos factuais não sejam prioritários na abordagem da coleção, a proporção entre o alcance temporal dos períodos e sua distribuição nos volumes sugerem que a mobilização dos autores se colocou como um critério de seleção do conteúdo a ser desenvolvido. Pelas reclamações do diretor, parece não ter sido possível encontrar as “mãos” capazes de ampliar o espectro temático e historiográfico que permitisse compor um maior número de páginas para o primeiro tomo.

A produção existia em salas de aula e nas pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente do departamento de história, como lembrou Fernando Novais. De alguma forma, Sérgio Buarque desconsiderava a produção de seus colegas, especialmente da área de



História da Civilização Moderna e Contemporânea. Na verdade, Eduardo d'Oliveira França, historiador responsável pela cátedra, estava no plano inicial descrito pela carta-convite enviada pela Difel aos potenciais autores da História Geral da Civilização Brasileira, em 1957. Naquele momento, mais que o diretor, a carta fala em nome da editora, e esta não poderia dispensar uma autoridade universitária, com um trabalho reconhecido sobre os temas que a obra deveria tratar. Contudo, Oliveira França e Sérgio Buarque alimentavam rugas há algum tempo.

As divergências foram debatidas publicamente na ocasião do concurso que admitiu Eduardo d'Oliveira França na USP, em 1951, no qual Sérgio Buarque de Holanda participou como avaliador. Estas se aguçaram quando os historiadores começam a conviver nos corredores do prédio da Rua Maria Antônia, até que, sete anos mais tarde, a situação se inverteu. Foi a vez de Sérgio Buarque passar pela avaliação do colega, e novamente o debate veio a público, em uma situação solene, reforçando o ar de rivalidade entre os pesquisadores<sup>656</sup>. Essa concorrência pessoal incidiria sobre as condições históricas de desenvolvimento das duas cátedras, pois esse sistema de organização e hierarquia acadêmica se baseava na centralidade da figura do catedrático.

Finalmente, Eduardo d'Oliveira França não assinou nenhum dos capítulos da HGCB, mesmo em volumes futuros; e seus assistentes ou orientandos só integraram a coleção na fase dirigida por Boris Fausto<sup>657</sup>. Se ele se negou a participar, ou se houve algum tipo de reorientação do trabalho após o concurso de Sérgio Buarque em 1958, não sabemos. Fato é que a Difel e o catedrático de História da Civilização Brasileira tiveram de se dirigir a outros nomes.

Diante das indisposições, salta aos olhos a participação de alguns, ou melhor, algumas historiadoras com as quais Oliveira França teve desentendimentos diretos e

---

<sup>656</sup> O concurso de Eduardo d'Oliveira França ocorreu em 1951 e contou com Sérgio Buarque entre seus avaliadores; sete anos mais tarde seria a vez de França julgar seu antigo examinador. A polêmica entre os historiadores residia na divergência sobre o caráter predominantemente moderno (defendido por França) ou arcaico (defendido por Buarque) da mentalidade, das práticas e instituições da colonização portuguesa. Sobre o debate que envolveu os dois historiadores, ver Thiago Nicodemo, *Urduidura do Vivido...*, pp. 103-113.

<sup>657</sup> O historiador Carlos Guilherme Mota, pertencente ao grupo de Eduardo d'Oliveira França, comenta as lacunas da coleção, quando finalmente são incorporados os nomes de seus colegas ao conjunto de estudos sobre o período republicano (Carlos Guilherme Mota, "Novo 'Marco Zero' na Historiografia Brasileira", *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30.9.1984, Folha Ilustrada, s.p., Acervo Sérgio Buarque de Holanda Unicamp, Referência Hp 69 P76). Fernando Novais, um dos orientandos mais proeminentes daquele catedrático, afirma que era amigo de Sérgio Buarque: "Eu fui muito próximo, muito amigo do Sérgio Buarque, conversávamos muito". Apesar das boas relações pessoais, o que prevaleceu na HGCB foram as relações entre os chefes das cadeiras (Fernando Novais, "Entrevista", *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 42, n. 2, p. 27, jun. 2008).

indiretos. Alice Piffer Canabrava e Olga Pantaleão, suas contemporâneas nas primeiras turmas do curso de História e Geografia, as pioneiras da história econômica<sup>658</sup>, escrevem para a HGCB, respectivamente, com dois capítulos e três contribuições cada uma. Além delas, temos Emília Viotti da Costa, outra pioneira da historiografia nacional nos estudos sobre escravidão, que anteriormente fora aluna e assistente da cátedra de História da Civilização Moderna e Contemporânea.

Canabrava protagonizou um evento bastante conturbado na FFCL, quando se apresentou ao concurso para História da Civilização Americana, primeiro em que uma candidata mulher concorreria ao cargo, em 1946. A historiadora era assistente da cadeira e disputava com o regente interino Astrogildo Rodrigues de Melo e outro colega. Apesar das maiores notas serem atribuídas à candidata – a maior delas, inclusive, por Sérgio Buarque –, a presidência da banca encaminhou o julgamento como empate, e definiu o resultado para Rodrigues de Melo. Eduardo d'Oliveira França não teve envolvimento direto no concurso, mas compartilhava de um acordo tácito que considerava uma vantagem aos candidatos que possuíssem o título de bacharel em Direito. O critério acabava por beneficiar os homens do curso, que normalmente haviam passado pelo Largo São Francisco antes de entrarem na FFCL<sup>659</sup>. Alice acabou por se candidatar a outra vaga, na Faculdade de Economia, onde foi aprovada, deixando a FFCL-USP definitivamente.

A situação foi tão emblemática que resvalou nas colegas que trabalhavam em outras cátedras. Foi o caso de Olga Pantaleão, que desistiu de concorrer à vaga de titular da cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea, na qual o principal candidato era o Professor Oliveira França. Ela saiu da USP em 1959 e desenvolveu sua carreira na Faculdade de Marília. Emília Viotti da Costa foi alvo de uma rusga direta com o professor. Segundo a historiadora, ele a teria repreendido em sua segunda gravidez, afirmando que se quisesse ser pesquisadora não poderia ser mãe<sup>660</sup>. Ela se demitiu do posto de assistente e, em seguida, foi contratada na cátedra de Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História.

---

<sup>658</sup> Maria Alice Rosa Ribeiro, “As Primeiras Pesquisadoras Brasileiras em História Econômica e a Construção da Disciplina no Brasil”, *História Econômica & História de Empresas*, vol. II, n. 2, pp. 7-40, 1999.

<sup>659</sup> O parecer do concurso de Alice Canabrava revela traços de permanência da tradição bacharelesca na constituição dos vínculos e hierarquias na FFCL-USP. A formação de Astrogildo Rodrigues de Melo no curso de ciências jurídicas do Largo São Francisco é colocada como diferencial para sua aprovação, em detrimento da historiadora. Todos os professores brasileiros que assumiram as cátedras do curso após a partida dos professores franceses possuíam este título, e Sérgio Buarque não foi exceção, o que favoreceu a presença masculina hegemônica na Faculdade de Direito. Ver: Otávio Erbereli Júnior, “De Preterida a Preferida: Considerações em Torno da Trajetória Intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951)”, *História da Historiografia*, n. 22, p. 105, dez. 2016.

<sup>660</sup> Emília Viotti da Costa, “Devemos Rever a Imagem que Temos de nós Mesmos”, p. 21.

Independente do vínculo que tiveram com Oliveira França, a questão não era individual. A presença das autoras e a ausência de outros historiadores ligados a ele na HGCB revelam contradições estruturais da organização deste sistema universitário e das hierarquias sociais colocadas para a época e, principalmente, a cisão existente entre os grupos dedicados aos estudos brasileiros na Universidade de São Paulo. Sérgio Buarque representava um contraponto à liderança do catedrático de História Moderna e Contemporânea, pois era esperado que seu trabalho trouxesse a modernização para a cadeira oficialmente dedicada à História do Brasil. O autor de *Raízes do Brasil* se posiciona em diversas instâncias para afirmar sua autoridade, no mercado editorial inclusive. E, se era necessário tecer alianças para um confronto de ideias e posição intelectual, ele buscou os melhores especialistas, nesse caso as mulheres, com quem já tinha contatos anteriores e eram dissidentes do grupo frente ao qual desejava demarcar posição.

Além das pesquisas pioneiras, como já mencionamos, o diretor da HGCB conhecia e convivia com as mais experientes do grupo: aproximou-se de Alice Canabrava quando foi diretor do Museu Paulista, publicando seus primeiros trabalhos nos *Anais* da instituição; além de atuar com ela e a colega Olga Pantaleão na fundação da Associação de Professores Universitários de História (Apuh) e na criação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) na USP, no início dos anos 1960<sup>661</sup>. Estas duas últimas atividades ampliavam sua referência na vida universitária.

Cumprir, portanto, a importância do mercado editorial para firmar estas relações e amadurecer as parcerias entre os membros da comunidade acadêmica. A HGCB evidencia as redes firmadas pelos historiadores em questão, todos envolvidos nos debates sobre as transformações da historiografia, primeiramente em seus postos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, dirigindo-se a partir deles a espaços de articulação nacional dos historiadores universitários, à medida que as universidades se consolidavam e se expandiam por todo o país. Sendo assim, ao mesmo tempo que os atritos com determinados grupos limitaram a ação do diretor da coleção dentro de seu próprio departamento, a obra promovida pela Difel era vista como um espaço de projeção suficientemente importante para atrair outros nomes de sua rede pessoal e profissional.

---

<sup>661</sup> Sobre estas relações ver: Otávio Erberelli Júnior, *A Trajetória Intelectual de Alice Piffer Canabrava: Um Ofício como Sacerdócio (1935-1997)*, tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2019. Emília Viotti, a mais jovem entre elas, aproximou-se dele durante a redação de sua tese de livre-docência (Emília Viotti da Costa, “Entrevista”, em José Geraldo Vinci de Moraes e José Márcio Rego, *Conversas com Historiadores Brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2007, p. 71.

Na mesma medida em que a liderança da cátedra de História da Civilização Brasileira favorecia essas relações dissidentes, Sérgio Buarque deveria mobilizar os frutos de seu trabalho direto como orientador de trabalhos sobre o Brasil. Como não podia deixar de ser, ele também se valeu dos membros de sua cátedra para desenvolver os principais temas da HGCB. Mais uma vez, o destaque dado às mulheres<sup>662</sup>: Jeanne Berrance de Castro e Thereza S. Petrone, que tiveram seus trabalhos orientados por Sérgio Buarque; Myriam Ellis, Nícia Vilela Luz e Antônia Fernanda Pacca de Almeida, assistentes que se tornam livre-docentes no final da década de 1960 e seguiram na condução das atividades de cátedra mesmo após a saída do historiador, em 1969<sup>663</sup>.

No conjunto, esse grupo de historiadores jovens redige um total de dez contribuições na fase buarquiana<sup>664</sup> da coleção: três capítulos sobre o Período Colonial, escritos por Antônia Fernanda, Myriam Ellis e Odilon Nogueira, e os outros sete no Período Monárquico. Além disso, o próprio Sérgio Buarque irá redigir catorze contribuições<sup>665</sup> e o quinto volume do segundo tomo na íntegra. Entre orientandos e suas pesquisas, o diretor estreita o vínculo entre o empreendimento da Difel e a cátedra que dirigia, projetando-a como o esperado espaço que assimilava e difundia os princípios da modernização universitária, seu modo de produção, debates e metodologias, por meio dos estudos brasileiros desenvolvidos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

A última aliança importante foi estabelecida com os historiadores de História da Civilização Antiga e Medieval, cadeira sob a responsabilidade de Eurípedes Simões de Paula<sup>666</sup>. Era esperado que o ex-diretor da faculdade estivesse neste empreendimento que

---

<sup>662</sup> O quadro feminino da HGCB é significativo, contudo, não incorreremos na ingenuidade de afirmar que a cátedra regida por Sérgio Buarque, e as relações que ele conduzia, não reproduziram conflitos decorrentes da desigualdade de gênero. O conjunto da coleção nem mesmo estabeleceu uma equidade de autoria entre homens e mulheres, mas se mostrou de alguma maneira como um espaço receptivo para as pesquisadoras nesta relação entre historiografia, universidade e mercado editorial. Uma expressão pontual dos vínculos que elas estabeleceram para se fortalecer em um sistema de pensamento em formação – e para o qual a presença feminina era uma novidade, ou mesmo uma afronta.

<sup>663</sup> Além das mulheres, outro membro do grupo na coleção foi o professor Odilon Nogueira Mattos.

<sup>664</sup> André Carlos Furtado, *As Edições do Cânone..., passim*. O autor utiliza a expressão para definir a fase dirigida por Sérgio Buarque.

<sup>665</sup> Nove delas no primeiro volume.

<sup>666</sup> Eurípedes Simões de Paula foi uma liderança da Faculdade, destacando-se em sua trajetória por ter sido o primeiro doutor diplomado na instituição, por ter assumido as funções de catedrático de modo precoce, bem como as funções burocráticas de seu departamento e, em seguida, da FFCL. Da USP, ele também atuou nos meios de institucionalização da historiografia em nível nacional. A *Revista de História*, criada por ele em 1952, foi o primeiro periódico universitário da área e, por muito tempo, permaneceu como uma referência de publicação acadêmica para outras disciplinas das ciências humanas. Além disso, o historiador participou ativamente da fundação da Associação de Professores Universitários e de História, debatendo questões corporativas, do currículo e travando debates metodológicos com seus colegas. Sobre sua biografia, ver: Patrícia Helena Gomes da Silva, *Um Soldado do Ofício: Análise da Trajetória Intelectual*

derivava da primeira parceria entre a instituição e a Difel com a História Geral das Civilizações, assinada por ele quando foi diretor da Faculdade. Desde então, o professor adjunto desta cátedra, Pedro Moacyr Campos, também esteve muito atuante na editora e assinava a HGCB como diretor assistente de Sérgio Buarque.

Eurípedes, o catedrático, assinou dois capítulos da coleção. Seus assistentes, Pedro Moacyr e Paulo Pereira de Castro, participaram, respectivamente, com cinco e duas contribuições. Com estas nove intervenções, ficando atrás apenas da cátedra de história do Brasil, os historiadores da Civilização Antiga e Medieval participam em quatro dos seis volumes de autoria coletiva na primeira fase da coleção. Uma intervenção constante e ampla que estendia a parceria estabelecida no projeto-matriz da HGCB, valendo-se da autoridade institucional da cadeira, pelo pioneirismo de Eurípedes em várias frentes da Faculdade, mas também do reconhecimento da referência metodológica e da erudição destes professores nas salas do departamento:

Fui aluna do Paulo Pereira de Castro na disciplina de História Antiga. Era assistente do professor Eurípedes [Simões de Paula], e, na verdade foi um dos meus melhores professores. Mas também historiador de Brasil. Lembro que aprendi com ele o que era a densidade de um texto<sup>667</sup>.

Ao falar de seu tema de doutorado, Maria Odila também relembra a presença de Moacyr:

[...] O fato de a primeira História do Brasil ter sido escrita na Inglaterra e antes de nossa Independência – pois o primeiro volume foi publicado em 1810 – atiçou minha curiosidade. Literatura, história, ficção e historiografia sempre me intrigaram. Devo a Pedro Moacyr Campos o estímulo inicial para levar avante a pesquisa<sup>668</sup>.

A cátedra marcou a experiência de jovens pesquisadores que se tornariam grandes pesquisadores de História do Brasil, como Maria Odila, que à época era orientada por Sérgio Buarque. E, ao contrário do ocorrido em relação à cadeira dirigida por Oliveira França, o relato nos apresenta a situações de interferências e sobreposição de áreas que não resultavam na concorrência institucional e historiográfica, mas sim em trocas e interesses oportunos que renderiam frutos para além da HGCB, favorecendo também o

---

*de Eurípedes Simões de Paula nos Anos 1940-1960*, Universidade Federal de São Paulo, Tese de Doutorado, 2019.

<sup>667</sup> Maria Odila da Silva Dias, “Entrevista”, em José Geraldo Vinci de Moraes e José Márcio Rego, *Conversas com Historiadores Brasileiros*, p. 186.

<sup>668</sup> *Idem*, p. 189.

fortalecimento de Sérgio Buarque de Holanda à frente da cátedra de história do Brasil e na vanguarda de um pensamento histórico produzido na universidade<sup>669</sup>.

Hierarquia, atritos e cooperação revelam os pormenores do funcionamento das cátedras no curso de História da USP e as condicionantes sob as quais a Difel realizaria seu empreendimento. A HGCB materializa um conteúdo historiográfico pretensiosamente moderno e a imagem de um organismo coeso, apesar de suas contradições internas, favorecendo seus agentes para se posicionarem na vanguarda de uma historiografia universitária em ascensão.

## 5.5. História e as Ciências do Homem

### *Uma Estrutura Interdisciplinar*

Quando Sérgio Buarque apresentou suas ressalvas ao uso do termo civilização no título de uma coleção de história do Brasil, ele afirmou que a melhor forma de construir essa perspectiva seria considerar “ao lado das questões mais estritamente políticas e, se preciso, um pouco em detrimento delas [...], se desse igual ênfase a outros aspectos de nosso desenvolvimento”<sup>670</sup>. Corroborando com o sentido geral de sua apresentação, o diretor se refere neste trecho à concepção historiográfica que ele desejava desenvolver no plano geral da obra, aproximando-se da referência dos *Annales* – presente nas demais disciplinas do curso de História e mesmo nas cátedras de outros da Faculdade de Filosofia.

Ao olharmos para o conjunto de temas eleitos para compor os volumes da HGCB e para os autores responsáveis pelos mesmos, essa constatação ressalta uma característica importante da coleção: a interdisciplinaridade. Entre os 32 autores oriundos ou vinculados à USP, encontram-se dezesseis historiadores e dezesseis pesquisadores de formações diversas: cinco sociólogos, três filósofos, dois geógrafos, uma cientista política, dois antropólogos, uma pedagoga, um economista, um bacharel em Direito. Estes intelectuais totalizam 22 contribuições à HGCB. Desse modo, se consideramos a liderança de Sérgio Buarque no empreendimento a partir de cátedra de História Geral da Civilização

---

<sup>669</sup> Pedro Moacyr escreveu diversos textos sobre historiografia brasileira, área pela qual se interessava. Para ele, a história do Brasil deveria ser tratada como parte de uma história da civilização ocidental, buscando suas raízes em instituições, práticas e mentalidades da história europeia da Antiguidade e da Idade Média. Ele discute esses temas pensando na modernização da disciplina e chega a colocar Sérgio Buarque de Holanda e sua tese *Visão do Paraíso* como ponto de virada neste processo, como observam Thiago Nicodemo, Pedro Afonso Cristóvão dos Santos e Mateus Henrique de Faria Pereira, *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira*, pp. 123-130.

<sup>670</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “Introdução Geral”, p. 7.

Brasileira, devemos refletir como esta posição também o inseria de modo proeminente no desenvolvimento dos estudos brasileiros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e não apenas no departamento ao qual pertencia.

Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, essa perspectiva interdisciplinar refletia os projetos empreendidos por Sérgio Buarque desde seu ingresso como docente da universidade:

Desde que entrou para a faculdade, entre chateado e entusiasmado, realizou muito. Animou-se muito ao idealizar e fundar o Instituto de Estudos Brasileiros. A ideia dele era reunir os estudos interdisciplinares de história do Brasil num instituto só<sup>671</sup>.

Além de registrar a forma como Sérgio Buarque expunha seus planos, com maiores ou menores percalços, aos alunos, Maria Odila revela as intenções do historiador de dar vida a novas formas institucionais para as pesquisas sobre o Brasil. A experiência de dirigir a coleção na Difel deve, por conseguinte, ser compreendida como parte das iniciativas que ele promovia e que ajudavam a amadurecer sua atuação nesse sentido.

Por mais que tivesse uma mente vanguardista, Sérgio Buarque agia de acordo com um comportamento comum para o corpo docente e discente da Faculdade. Fernando Novais e Emília Viotti, por exemplo, relembram o entusiasmo com o qual iam assistir às disciplinas de Antonio Candido e Florestan Fernandes, nas Ciências Sociais<sup>672</sup>. Outrossim, o processo de formação da universidade compreendia esse diálogo, pois as Faculdades de Filosofia no Brasil, e não apenas a da usp, representavam o elemento modernizador do ensino superior no país, justamente pela natureza interdisciplinar que garantiria uma base comum para a reunião das antigas escolas de bacharéis, em uma nova lógica de formar especialistas e produzir conhecimento.

Nos anos 1950 e 1960, essa perspectiva alimentava uma radicalização científica para a abordagem dos chamados problemas brasileiros, que vão “desembocar num quadro de ampla revisão da ciência social no Brasil”<sup>673</sup>. A estrutura dos tomos e dos volumes da HGCB expressam tal realidade e, de algum modo, sua radicalização, na medida em que abarca o diálogo interdisciplinar dos estudos brasileiros para construir uma narrativa sobre o passado e a formação nacional, em uma obra historiográfica.

---

<sup>671</sup> Maria Odila da Silva Dias, “Entrevista”, 186.

<sup>672</sup> Emília Viotti da Costa, “Entrevista”, em José Geraldo Vinci de Moraes e José Márcio Rego, *Conversas com Historiadores Brasileiros*, p. 70; Fernando Novais, “Entrevista”, em José Geraldo Vinci de Moraes e José Márcio Rego, *Conversas com Historiadores Brasileiros*, p. 120;

<sup>673</sup> Carlos Guilherme Mota, *A Ideologia da Cultura Brasileira*, p. 55.

### Quadro 13. Estrutura da HGCB: Tomo I, Volume I

Em destaque, as contribuições interdisciplinares

<b>Tomo I</b>		
<b>Volume I: Do Descobrimto à Expansão Colonial</b>		
<b>Introdução Geral</b>		
<b>Livro Primeiro - O Velho Mundo e o Brasil</b>		<b>Autores</b>
<b>Capítulo I</b>	As Instituições Coloniais: Antecedentes Portugueses	Pedro Moacyr Campos
<b>Capítulo II</b>	Etapas dos Descobrimtos Portugueses	Sérgio Buarque de Holanda + Pedro Moacyr Campos
<b>Capítulo III</b>	O Descobrimto do Brasil	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Livro Segundo - A Terra e a Gente</b>		
<b>Capítulo I</b>	Fundamentos Geográficos da História Brasileira	Aziz Ab'Saber
<b>Capítulo II</b>	Antecedentes Indígenas: Organização Social das Tribos Tupis	Florestan Fernandes
<b>Livro Terceiro - O Advento do Homem Branco</b>		
<b>Capítulo I</b>	As Primeiras Expedições	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Capítulo II</b>	O Regime das Capitánias	J.F. de Almeida Prado
<b>Capítulo III</b>	A Instituição do Governo-Geral	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Capítulo IV</b>	Ação Missionária e Educação	Laerte Ramos de Carvalho
<b>Livro Quarto - A Ameaça Externa</b>		
<b>Capítulo I</b>	Franceses, holandeses e Ingleses no Brasil quinhentista	Sérgio Buarque de Holanda + Olga Pantaleão
<b>Capítulo II</b>	O Brasil no Período dos Filipes (1580-1640)	Antônia Fernanda P. de Almeida + Astrogildo Rodrigues de Melo
<b>Capítulo III</b>	Conquista Leste-Oeste	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Capítulo IV</b>	Os Franceses no Maranhão	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Capítulo V</b>	O Domínio Holandês na Bahia e no Nordeste	J. A Gonsalves de Melo
<b>Livro Quinto - A Expansão Territorial</b>		
<b>Capítulo I</b>	A Ocupação Portuguesa no Vale Amazônico	Arthur Cezar Ferreira Reis
<b>Capítulo II</b>	As Bandeiras na Expansão Geográfica do Brasil	Myriam Ellis
<b>Capítulo III</b>	A Guerra dos Emboabas	Odilon Nogueira de Matos
<b>Capítulo IV</b>	As Monções	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Capítulo V</b>	A Colônia do Sacramento e a Expansão do Extremo Sul	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Capítulo VI</b>	Os Tratados e Limites	Arthur Cezar Ferreira Reis



## Quadro 14. Estrutura da HGCB: Tomo I, Volume II

Em destaque, as contribuições interdisciplinares

Tomo I		
Volume II: Administração Economia e Sociedade		
<i>Livro Primeiro - Política e Administração</i>		Autores
Capítulo I	Política e Administração de 1640 a 1763	Pedro Otávio Carneiro da Cunha
Capítulo II	O Direito Português no Brasil	Fernando Mendes de Almeida
<i>Livro Segundo - Vida Espiritual</i>		
Capítulo I	A Igreja no Brasil Colonial	Américo Jacobina Lacombe
Capítulo II	A Educação e seus Métodos	Laerte Ramos de Carvalho
<i>Livro Terceiro - Letras, Artes, Ciências</i>		
Capítulo I	Letras e Ideias no Brasil Colonial	Antonio Candido
Capítulo II	Arquitetura e Artes Plásticas	Lourival Gomes Machado
Capítulo III	A Música Barroca*	Francisco Curt Lange
Capítulo IV	A Medicina Colonial *	Lycurgo Santos Filho
Capítulo V	Explorações Científicas *	Olivério Mário Oliveira Pinto
<i>Livro Quarto - Economia e Finanças</i>		
Capítulo I	Aspectos da Geografia Econômica do Brasil	Aziz Ab'Saber
Capítulo II	O Problema da Mão de Obra: o Escravo Africano	Maurício Goulart
Capítulo III	A Grande Propriedade Rural	Alice P. Canabrava
Capítulo IV	As Áreas de Criação de Gado	Thereza Schorer Petrone
Capítulo V	A Mineração: Antecedentes Luso-Brasileiros	Sérgio Buarque de Holanda
Capítulo VI	Metais e Pedras Preciosas	Sérgio Buarque de Holanda
Capítulo VII	O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas	Arthur Cezar Ferreira Reis
Capítulo VIII	A política financeira	Dorival Teixeira Vieira
<i>Livro Quinto - A Caminho da Emancipação Política</i>		
Capítulo I	Política e Administração sob os Últimos Vice-Reis	Lourival Gomes Machado
Capítulo II	Inquietações no Norte	Arthur Cezar Ferreira Reis
Capítulo III	Inquietações Revolucionárias no Sul: a Conjuração Mineira	Nícia Vilela Luz
Capítulo IV	A Conjuração do Rio de Janeiro	Américo Jacobina Lacombe
Capítulo V	A Conjuração Baiana	Arthur Cezar Ferreira Reis

\* Escrito por intelectuais sem vínculo com a USP.

## Quadro 15. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume I

Em destaque, as contribuições interdisciplinares

Tomo II		
Volume I: O Processo de Emancipação		
<i>Livro Primeiro - O Novo Descobrimento do Brasil</i>		<i>Autores</i>
<b>Capítulo I</b>	A Herança Colonial – Sua Desagregação	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Capítulo II</b>	Imagens do Brasil no Velho Mundo	Pedro Moacyr Campos
<b>Capítulo III</b>	A Presença Inglesa	Olga Pantaleão
<b>Capítulo IV</b>	Política Financeira – O Primeiro Banco do Brasil	Dorival Teixeira Vieira
<b>Capítulo V</b>	Viajantes, Naturalistas e Artistas Estrangeiros	Carlos Oberacker
<i>Livro Segundo - O Movimento da Independência</i>		
<b>Capítulo I</b>	A Fundação de Um Império Liberal	Pedro Octávio Carneiro da Cunha
<b>Capítulo II</b>	As Novas Ideias	João Cruz Costa
<b>Capítulo III</b>	Ação das Sociedade Secretas	Célia de Barros Barreto
<b>Capítulo IV</b>	A Agitação Republicana no Nordeste	Amaro Quintas
<b>Capítulo V</b>	A Fundação de um Império Liberal: Discussão de Princípios	Pedro Octávio Carneiro da Cunha
<i>Livro Terceiro - Lutas Externas</i>		
<b>Capítulo I</b>	A Organização do Exército Brasileiro	Eurípedes Simões de Paula
<b>Capítulo II</b>	A Ocupação de Caiena	Arthur César Ferreira Reis
<b>Capítulo III</b>	O Brasil e o Prata até 1828	J. A soares de Souza
<i>Livro Quarto - O Primeiro Reinado</i>		
<b>Capítulo I</b>	O Reconhecimento do Império	Pedro Moacir Campos + Olga Pantaleão
<b>Capítulo II</b>	A Fundação de um Império Liberal: Primeiro Reinado, Reação e Revolução	Pedro Octávio Carneiro da Cunha

## Quadro 16. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume II

Em destaque, as contribuições interdisciplinares

Tomo II		
Volume II: Dispersão e Unidade		
<i>Livro Primeiro - A Regência</i>		<i>Autores</i>

<b>Capítulo I</b>	A “Experiência Republicana”, 1831-1840	Paulo Pereira de Castro
<b>Livro Segundo - As Províncias do Norte e do Oeste</b>		
<b>Capítulo I</b>	O Grão-Pará e o Maranhão	Arthur César Ferreira Reis
<b>Capítulo II</b>	Mato Grosso e Goiás	Arthur César Ferreira Reis
<b>Livro Terceiro - O Nordeste e a Bahia</b>		
<b>Capítulo I</b>	O Nordeste, 1825-1850	Amaro Quintas
<b>Capítulo II</b>	A Bahia, 1808-1856	Wanderley Pinheiro
<b>Livro Quarto - As Províncias do Centro</b>		
<b>Capítulo I</b>	As Províncias do Rio de Janeiro e o Município Neutro	Arthur César Ferreira Reis
<b>Capítulo II</b>	O Espírito Santo	Arthur César Ferreira Reis
<b>Capítulo III</b>	Minas Gerais	Francisco Iglesias
<b>Livro Quinto - As Províncias do Sul</b>		
<b>Capítulo I</b>	São Paulo	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Capítulo II</b>	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Fernando Henrique Cardoso
<b>Livro Sexto - Reação Monárquica</b>		
<b>Capítulo I</b>	Política e Administração, 1840-1848	Paulo Pereira de Castro

### Quadro 17. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume III

Em destaque, as contribuições interdisciplinares

<b>Tomo II</b>		
<b>Volume III: Reações e Transições</b>		
<b>Livro Primeiro - Vida Política</b>		
<b>Capítulo I</b>	Vida Política, 1848/1868	Francisco Iglésias
<b>Capítulo II</b>	O Brasil e o Rio da Prata, de 1828 à Queda de Rosas	J.A Soares de Souza
<b>Livro Segundo - Da Escravidão ao Trabalho Livre</b>		
<b>Capítulo I</b>	O Escravo e a Grande Lavoura	Emília Viotti da Costa
<b>Capítulo II</b>	O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império	Paula Beiguelman
<b>Capítulo II</b>	A Colonização Baseada no Regime da Pequena Propriedade Agrícola	Carlos Oberacker
<b>Capítulo IV</b>	As Colônias de Parceria	Sérgio Buarque de Holanda
<b>Capítulo V</b>	Aspectos das Migrações Norte-Americanas após a Guerra Civil	Frank Goldman
<b>Capítulo VI</b>	Imigração Assalariada	Teresa Schorer Petrone
<b>Capítulo VII</b>	O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre	Octavio Ianni
<b>Livro Terceiro - Ciências, Letras e Artes</b>		
<b>Capítulo I</b>	O Pensamento Brasileiro Durante o Império	João Cruz Costa
<b>Capítulo II</b>	A Literatura Durante o Império	Antonio Candido
<b>Capítulo III</b>	A Cultura Jurídica	Américo Jacobina Lacombe

<b>Capítulo IV</b>	A Música Erudita na Regência e no Império *	Francisco Curt Lange
<b>Capítulo V</b>	As Artes Plásticas de 1808 a 1889 *	Mario Barata
<b>Capítulo VI</b>	A Exploração Antropológica	Egon Schaden + João Baptista B. Pereira
<b>Capítulo VII</b>	Viajantes e Naturalistas	Olivério de Oliveira Pinto
<b>Capítulo VIII</b>	Medicina no Período Imperial *	Lycurgo Santos Filho

\* Escrito por intelectuais sem vínculo com a USP.

### Quadro 18. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume IV

Em destaque, as contribuições interdisciplinares

<b>Tomo II</b>		
<b>Volume IV: Declínio e Queda do Império</b>		
<i>Livro Primeiro - Economia e Finanças</i>		
<b>Capítulo I</b>	A Mineração no Brasil no Século XIX	José R. de Araújo Filho
<b>Capítulo II</b>	As Tentativas de Industrialização do Brasil	Nícia Vilela Luz
<b>Capítulo III</b>	Vias de Comunicação	Odilon Nogueira de Matos
<b>Capítulo IV</b>	Política Tributária no Período Colonial	Guilherme Deveza
<b>Capítulo V</b>	A Grande Lavoura	Alice Piffer Canabrava
<i>Livro Segundo - Relações Internacionais</i>		
<b>Capítulo I</b>	Brasil-Inglaterra, 1831/1889	Richard Graham
<b>Capítulo II</b>	Brasil-França	Guilherme Deveza
<b>Capítulo III</b>	Brasil-Estados Unidos, 1831-1889	Antonia F. de Almeida
<b>Capítulo IV</b>	Brasil-Portugal, 1826-1889	Joel Serrão
<b>Capítulo V</b>	Brasil-Alemanha	Pedro Moacyr Campos
<i>Livro Terceiro - Forças Armadas</i>		
<b>Capítulo I</b>	O Exército e o Império	John Schulz
<b>Capítulo II</b>	A Marinha	Eurípedes Simões de Paula
<b>Capítulo III</b>	A Guarda Nacional	Jeanne Berrance de Castro
<b>Capítulo IV</b>	A Guerra do Paraguai	Antônio de Souza Júnior
<i>Livro Quarto - Vida Espiritual</i>		
<b>Capítulo I</b>	Vida Religiosa	Roque Spencer de Barros
<b>Capítulo II</b>	A Questão Religiosa	Roque Spencer de Barros
<b>Capítulo III</b>	A Educação	Maria José Garcia Werebe

## Quadro 19. Estrutura da HGCB: Tomo II, Volume V

Redação exclusiva de Sérgio Buarque de Holanda

<b>Tomo II</b>	
<b>Volume V: Da Monarquia à República</b>	
<b><i>Livro Primeiro - Crise do Regime</i></b>	
<b>Capítulo I</b>	Crise do Regime
<b>Capítulo II</b>	Um General na Política
<b>Capítulo III</b>	A Letra e o Espírito do Regime
<b>Capítulo IV</b>	Política e Guerra
<b><i>Livro Segundo - O Pássaro e a Sombra</i></b>	
<b>Capítulo I</b>	O Poder Pessoal
<b>Capítulo II</b>	A Democracia Improvisada
<b>Capítulo III</b>	Fim do segundo Quinquênio Liberal
<b><i>Livro Terceiro - Reformas e Paliativos</i></b>	
<b>Capítulo I</b>	A Marcha da Ideia de Emancipação
<b>Capítulo II</b>	As Outras Reformas
<b>Capítulo III</b>	Fatura e Crise
<b>Capítulo IV</b>	Novo Sistema Eleitoral
<b><i>Livro Quarto - Da Constituinte Constituída à Lei Saraiva</i></b>	
<b>Capítulo I</b>	Liberais contra a Liberdade
<b>Capítulo II</b>	A Lei Saraiva
<b>Capítulo III</b>	A Fronda Pretoriana
<b>Capítulo IV</b>	O Fim do Regime

No detalhamento reproduzido acima, podemos compreender um pouco mais da “execução plano geral da obra”, para retomar a expressão utilizada por Sérgio Buarque ao reivindicar a sua liderança intelectual sobre o trabalho. Comparando, através dos destaques, a distribuição das contribuições dos historiadores e historiadoras, e aquelas sob responsabilidade de intelectuais de outras áreas, fica perceptível uma regularidade na alternância, ou pontos de concentração, entre os dois “tipos” de pesquisa dentro de cada livro: o conteúdo produzido por cientistas sociais, sociólogos, filósofos e outros especialistas das ciências humanas se encontra, majoritariamente, no segundo volume do primeiro tomo e no terceiro volume do segundo tomo, e estruturam um ponto médio das análises de cada período – Colonial e Monárquico –, ocupando cerca da metade dos capítulos de cada um deles.

A sequência constitui, então, uma lógica para o conjunto, alternando entre as partes historiográficas em sentido estrito, feitas por historiadores com ou sem vínculo universitário, e grandes camadas de análises produzidas por pesquisadores de outros domínios. Em outras palavras, o plano executado acaba por seguir uma racionalidade que equilibra a sequência da HGCB com alguns livros mais “puros”, responsáveis pela apresentação dos temas tradicionais da historiografia, como a análise das instituições, guerras, estruturas produtivas, eventos políticos; e outros mais ecléticos, pela articulação com as disciplinas mencionadas.

Essa leitura permite realizarmos uma análise um pouco mais profunda do sistema organizativo apresentado no início do capítulo e reconhecermos a linha mestra pensada por Sérgio Buarque para amarrar os conteúdos que definiriam a sua ideia de civilização brasileira e as relações intelectuais que sustentavam sua concepção de historiografia para a HGCB.

O recorte político-administrativo dos tomos – Colonial, Monárquico, Republicano –, que se referencia nos grandes períodos da História Geral das Civilizações adaptados à realidade brasileira, propõe uma primeira aproximação do público com o conteúdo da obra por meio de recortes familiares aos leitores; os diferentes subtítulos definem os volumes, minimizando a ideia de cronologia para delimitar o espectro temático contido nas discussões internas a estes grandes guarda-chuvas temporais. Ou seja, a noção de temporalidade se dá a partir da nomeação de processos, em ritmos mais flexíveis que permitiam abarcar, ao menos formalmente, as transformações sociais, culturais e econômicas, dando abertura para o ecletismo e a interdisciplinaridade na criação desta “história geral”<sup>674</sup>. Esse recurso contribui para uma visão totalizante que descola a obra da narrativa tradicional, estritamente política, mesmo que os volumes escritos por historiadores possam carregar resquícios dela. Ao mesmo tempo, ele incorpora novas perspectivas analíticas, reconhecendo a contribuição de outras áreas, para fortalecer ainda mais uma concepção moderna de historiografia.

---

<sup>674</sup> Ambas as coleções são tributárias da referência de temporalidade concebida pela Escola dos *Annales*, que neste período atingira um *status* hegemônico na historiografia francesa (Roger Chartier. “História e Ciência Social: Um Retorno a Braudel”, *A Mão do Autor e a Mente do Editor*, pp. 85-90), espraiando-se para ambientes intelectuais marcados por relações com a França, como era o caso das universidades brasileiras, especialmente a USP. O próprio Maurice Crouzet, como vimos, rendeu-se a esta tradição quando tomou a dianteira da História Geral das Civilizações, incumbindo-se de escrever inteiramente o tomo sobre a época contemporânea, como uma obra de revisão e/ou amadurecimento de sua trajetória.

Assim, o plano executado por Sérgio Buarque lida com o lento e contraditório processo de transformações que a institucionalização universitária trazia à pesquisa histórica no Brasil, especialmente aquela dedicada à interpretação de seu próprio passado.

### ***As Disciplinas Parceiras***

As primeiras parceiras da História na coleção foram as Ciências Sociais, com destaque para a Sociologia. Esta trazia a referência dos catedráticos já citados Florestan Fernandes e Antonio Candido de Melo e Souza, alinhando a produção da HGCB com a disciplina de maior destaque no processo de modernização reivindicado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP<sup>675</sup>. O paradigma dos métodos difundidos nas aulas destes mestres fica evidente nas falas dos alunos que já recuperamos e na forma consciente pela qual tratavam seu ofício:

Confesso que na realização dessa tarefa crítica, impessoal e institucional, tive uma relativa sorte, pois o companheiro mais chegado que eu tinha, pouco mais velho do que eu, que já tinha me ajudado inclusive na minha carreira, Antonio Candido, estava enfrentando reflexões análogas. Nós começamos a fazer uma espécie de duo. Começamos a trabalhar no sentido de simplificar os programas, de torná-los menos gerais e introduzir matérias que os estudantes não aprendiam. [...] nenhum sociólogo pode ser sociólogo se não souber certas noções em termos de precisão de conceitos, de domínios de certas teorias básicas em vários campos. [...] Tratava-se, visivelmente, de adaptar o ensino da sociologia às condições brasileiras<sup>676</sup>.

A fala de Florestan Fernandes se refere às funções didáticas que ele e Antonio Candido exerciam, respectivamente, nas cátedras de Sociologia I e Sociologia II, que não eram tão simples, nem menores do que suas atividades de pesquisa e orientação. Elas se cruzavam em uma atitude acadêmica<sup>677</sup> que se definiria em dois estilos e trajetórias distintas diante da sociologia e da universidade<sup>678</sup>, mas com o mesmo sentido de

---

<sup>675</sup> As Ciências Sociais se destacam na formação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, pois esse será o primeiro espaço institucional em que a área poderá se desenvolver no Brasil desvinculada dos cursos de Ciências Jurídicas. Na USP, destaca-se a postura de dedicação, e algumas disputas, dos grupos das cadeiras de Sociologia I e II para protagonizar esse processo de institucionalização da disciplina. Os temas aparecem em diversos artigos de Sergio Miceli, *A História das Ciências Sociais no Brasil*, vols. 1 e 2, São Paulo, Editora Sumaré, 2001.

<sup>676</sup> Florestan Fernandes, “Entrevista”, em Elide Rugai Bastos *et al.*, *Conversas com Sociólogos Brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2006, p. 21.

<sup>677</sup> Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil...”, p. 120.

<sup>678</sup> Sabemos que Antonio Candido sai da Sociologia para se dirigir à Literatura, contudo, neste momento de construção da HGCB sua atuação como sociólogo ainda era recente (doutorou-se em 1956 e permaneceu como assistente até 1958). Sobre esse período, Candido recorda: “Eu, que Fernando Azevedo desejava para sucessor, comuniquei-lhe logo depois da defesa da tese que pretendia largar da sociologia para cuidar

contribuir para essa adaptação da disciplina e da instituição “às condições brasileiras”. Eram evidentes o pioneirismo, a responsabilidade pela docência e o compromisso com a realidade nacional assumidos pelos sociólogos. Este perfil beneficiava os propósitos da HGCB como empreendimento que desejava ser reconhecido nos meios universitários e afirmar um novo nicho de atuação para o seu mercado.

Florestan Fernandes apresenta uma contribuição na HGCB no volume inaugural, com o capítulo “Antecedentes Indígenas: Organização Social das Tribos Tupis”. O estudo resume os resultados de suas pesquisas de mestrado e doutorado, ambas pioneiras na abordagem temática e metodológica<sup>679</sup>. Assim como Alice Canabrava, Florestan havia publicado sua tese nos anais do Museu Paulista no ano de 1952, quando a instituição era dirigida por Sérgio Buarque. O fato demonstra como o historiador foi acompanhando os primeiros frutos da universidade, em diversas áreas, contribuindo para a aproximação entre estes espaços distintos da vida intelectual de São Paulo, que seriam oficialmente vinculados a partir de 1963, através da atividade editorial<sup>680</sup>.

A coleção contará, ainda, com os principais assistentes de Florestan na cátedra de Sociologia I, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Em ambos os casos, os sociólogos apresentavam contribuições em temas ligados ao desenvolvimento de suas teses, quando a cadeira em que trabalhavam já estava direcionada aos estudos das questões raciais no Brasil<sup>681</sup>. O primeiro contribui para o projeto com a análise da formação territorial de Florianópolis e Rio Grande do Sul, regiões definidas para sua

---

apenas de literatura, pois nunca me considerei sociólogo, mas apenas docente de sociologia, o que é outra coisa. [...] Resolvi que o ano de 1956 seria o último como assistente de sociologia e, por isso, me afastei do departamento, passando 1957 em licença-prêmio. Não sabia bem o que iria fazer” (Antonio Candido em Heloisa Pontes, “Entrevista com Antonio Candido”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 47, pp. 5-30, out. 2001). A transição passava pelas marcas da docência, como relata Florestan Fernandes, e está em consonância com a sua postura frente à cátedra.

<sup>679</sup> Florestan Fernandes, *Organização Social dos Tupinambá*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1947; Florestan Fernandes, *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1951.

<sup>680</sup> Interessante notar que nesse retorno a São Paulo e aproximação com a USP, Sérgio Buarque de Holanda também foi o sucessor de Afonso de Taunay (1922-1947) no Museu Paulista. Mais um espaço em que trabalhou em prol da modernização historiográfica diante dos colegas mais velhos? Talvez. Fato é que ele se coloca como agente de aproximação entre as instituições quando estas ainda não se encontravam formalmente vinculadas. Com isso, ele promove uma primeira difusão universitária nos espaços de publicação do Museu.

<sup>681</sup> Florestan Fernandes elabora o programa de estudos sobre as relações raciais na cátedra de Sociologia I após sua participação no já citado Projeto Unesco, realizado entre 1951 e 1952. Em São Paulo, as pesquisas foram divididas em duas equipes, uma dirigida pelo Prof. Roger Bastide, na USP, e outra pelo Prof. Donald Pierson, na ELSP. Florestan Fernandes trabalhou ao lado de Bastide e, após a publicação dos resultados deste trabalho, sente a necessidade de prosseguir com o tema. O sociólogo mobiliza seus assistentes, notadamente Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, a realizarem o mesmo tipo de levantamento para a região Sul do Brasil. Os desdobramentos dessa orientação serão retomados no capítulo seguinte.



análise sobre escravidão, e o segundo com o capítulo sobre as implicações do trabalho livre na economia do Império, tema relacionado às condições de transição e fim do regime escravista e à incorporação do negro no mercado de trabalho.

O grupo deixa marcas pontuais no empreendimento da Difel, já que detinha grande capital simbólico para o direcionamento dos estudos brasileiros no período e um capital político, devido à hegemonia disputada pela cadeira nas atividades da Universidade de São Paulo e em outras instâncias que consolidam a institucionalização das Ciências Sociais em nível nacional. Estas contribuições apontam também para o que seria o início de uma parceria de longo prazo da cadeira de Sociologia I com a editora, sobretudo na figura de Fernando Henrique Cardoso, que iria dirigir outro grande projeto proposto pelo editor Paul Monteil, a coleção *Corpo e Alma do Brasil*.

Antonio Candido de Mello e Souza tem duas contribuições na HGCB, que se encontram no segundo volume do primeiro tomo, sobre o período colonial, e no terceiro volume do segundo tomo, sobre o período monárquico. Os capítulos se referem à temática literária, área em que acabou se especializando ao deixar a posição de assistente da cátedra de Sociologia II para tornar-se professor na Faculdade de Filosofia de Assis e, em seguida, catedrático de Literatura Comparada e Teoria Literária na USP, em 1961. Ele contribui com a Difel nesta fase de transição entre as áreas, pouco tempo depois de ter publicado *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*<sup>682</sup>, referência de onde viriam os textos da HGCB, “Letras e Ideias no Brasil Colonial” e “Literatura Durante o Império”.

O debate proposto pelo livro é sintetizado nos artigos da coleção. A construção dos títulos, que distinguem “letras e ideias” de “literatura”, apresenta a tese fundamental de Candido sobre o reconhecimento de um sistema literário nacional apenas a partir do século XIX<sup>683</sup>. Sérgio Buarque incorpora esse marco de interpretação do Brasil para a coleção que dirigia, mais uma vez internalizando relações intelectuais antigas na universidade. No prefácio à primeira edição de *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido deixa os vestígios das trocas, e certa orientação, do historiador em relação ao seu trabalho, agradecendo-o pela leitura dos originais:

Por auxílios de vária espécie, como empréstimo e oferecimento de livros, obtenção de microfilmes e reproduções, esclarecimentos de termos, agradeço a Lúcia Miguel Pereira, Carlos Drummond, Edgard Carone, Egon Schaden, João Cruz Costa, Laerte Ramos de Carvalho, Odilon Nogueira de Matos, Olyntho de Mouta, Sérgio Buarque de

---

<sup>682</sup> Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*.

<sup>683</sup> *Idem*.

Holanda, A Zilah de Arruda Novaes, um agradecimento muito especial por haver datilografado a primeira redação em 1950-1951<sup>684</sup>.

Além do próprio Sérgio Buarque, que ele cita pela segunda vez, outros cinco destes intelectuais passarão pela Difel, na HGCB ou em outros projetos. A experiência de Candido demonstra a rede de trocas que se constrói na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e como, direta ou indiretamente, ela vai se expressando em diferentes projetos – individuais ou coletivos – que levam a produção universitária ao público. Em relação à nossa editora, as experiências servem para ampliar o seu universo de atuação em parceria com esta comunidade de autores. Assim como ocorrera com os membros da cátedra de Sociologia I, a participação de Antonio Candido reforçava outros vínculos com a editora, pois na época destas publicações ele organizava a antologia *Presença da Literatura Brasileira*, publicada em 1961, e a publicação da obra completa de Oswald de Andrade, cujo primeiro volume, *Memórias Sentimentais de João Miramar*, sai em 1964<sup>685</sup>.

A segunda disciplina a se destacar na composição da História Geral da Civilização Brasileira é a Filosofia. Ela domina as elaborações dos itens que concentram as análises interdisciplinares da HGCB nos livros intitulados *Vida Espiritual*, que contempla religião e educação, e *Ciências, Letras e Artes*, onde encontramos análises sobre circulação de ideias, literatura, arquitetura, música e a produção científica dos respectivos períodos. Nestas seções, conta-se com os capítulos redigidos por Antonio Candido e pelo grupo de filósofos liderados por João Cruz Costa.

Cruz Costa integrou a primeira geração de assistentes do professor francês Jean Maugué e se efetivou como catedrático no ano de 1951. Considerado como primeiro aluno a matricular-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, foi também um de seus primeiros doutores, obtendo o título em 1942<sup>686</sup>. Sua ascensão na estrutura acadêmica foi mais rápida do que a de Florestan Fernandes e Antonio Candido no aspecto formal, no entanto, no médio e longo prazo, apesar de ter levado adiante diretrizes

---

<sup>684</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>685</sup> A série previa a edição de outros onze livros, mas apenas três deles foram realizados. Além das *Memórias Sentimentais*, saíram *O Rei da Vela* (1967) e *Poesias Reunidas* (1968); verifica-se pelos paratextos das obras que Candido deixou a direção do projeto após primeiro volume, cabendo a Haroldo de Campos essa responsabilidade nos dois seguintes. Nenhuma explicação ou justificativa desta mudança é apresentada ao público e não há registro de qualquer indisposição direta entre Candido e a editora. Sabemos que sua trajetória pessoal favoreceu relações com outros expoentes do setor universitário nos anos 1960, como a editora Livraria Duas Cidades (Hugo de Carvalho Quinta, *A Trajetória de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades: O Livreiro-Editor de Religiosos, Universitários e Intelectuais na Cidade de São Paulo (1954-2006)*, tese de Doutorado, Assis, Universidade Estadual Paulista, 2021, pp. 359-360).

<sup>686</sup> Márcia Regina Barros da Silva e Maria Amélia Mascarenhas Dantas, “Produção de Conhecimento e Tradições de Pesquisa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP (1934-1968)”, *Revista CPC*, n.20, p. 164, dez. 2015.

fundamentais de seu mestre francês<sup>687</sup> e conformar seu grupo de orientandos, não conseguiu celebrar o mesmo “dinamismo de grupo”<sup>688</sup> daquelas cátedras, por não cumprir de modo tão consensual com “a tarefa de converter em moeda corrente do país o espírito de reflexão organizado pelo que havia de melhor naquela instituição”<sup>689</sup>.

O seu calcanhar de Aquiles, alvo das gerações mais novas que o criticariam, foi justamente a perspectiva de trabalho que o aproximou e marcou suas contribuições na HGCB, a saber, sua disposição em manter a Filosofia nos trilhos da história, questão da qual jamais se esquivou, pelo contrário: “Nunca fui um filósofo, mas apenas um filosofante, preocupado com a História. O que escrevi fica a cavaleiro entre a Filosofia e a História”<sup>690</sup>. Nestas circunstâncias, *Contribuição à História das Ideias no Brasil*<sup>691</sup> foi a obra que, para o bem ou para o mal, se tornou uma referência no momento de sua publicação e que vemos ressoar no empreendimento da Difel nos capítulos “Novas Ideias” e “O Pensamento Brasileiro Durante o Império”.

Sérgio Buarque de Holanda certamente se pautou no ineditismo do livro que preencheria lacunas de seu plano geral para uma história da civilização brasileira, especialmente se considerarmos que a história das ideias era um domínio *tabu* para os historiadores da época, ao lado de outros considerados muito teóricos no universo da “Vida Espiritual” e “Ciências, Letras e Artes”<sup>692</sup>. Talvez porque a abordagem mais pertinente fosse a da história das mentalidades, conforme a definição clássica da historiografia dos *Annales*, mas na qual poucos se arriscavam<sup>693</sup>.

---

<sup>687</sup> Entre as diretrizes de Maugüé para filosofia no Brasil, encontra-se: “5. A História da Filosofia deve ter, no Brasil, um lugar primordial. Ela pode ser ensinada, seguindo métodos rigorosos e perfeitamente modernos. Não há vida presente sem o conhecimento da vida passada” (*apud* Denilson Soares Cordeiro, *A Formação do Discernimento: Jean Maugüé e a Gênese de uma Experiência Filosófica no Brasil*, tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p. 95).

<sup>688</sup> Paulo Arantes, *Um Departamento Francês de Ultramar*, p. 16.

<sup>689</sup> *Idem*, p. 14. Arantes fala da juventude do Departamento de Filosofia e do atropelo que a geração intermediária, à qual pertenciam Cruz Costa e Lívio Teixeira, viveu frente à atuação de seus alunos dos anos 1960, sobretudo Bento Prado Júnior e José Arthur Gianotti, que como vimos participaram da Difel nos projetos de tradução, mas ficam ausentes na HGCB. Denilson Soares Cordeiro (*A Formação do Discernimento...*, p. 154) corrobora com essa ideia tratando também a da interferência de diversos professores franceses na cátedra após a saída de Maugüé.

<sup>690</sup> João Cruz Costa, “Entrevista. Sobre o Trabalho Teórico”, *TRANS/FORMAÇÃO: Revista De Filosofia*, vol. 2, pp. 87-94, 1975.

<sup>691</sup> João Cruz Costa, *Contribuição à História das Ideias no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

<sup>692</sup> Ângelo Filomeno Palhares Leite, *História “Histórica” da Filosofia no Brasil: João Cruz Costa*, tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014, pp. 26-28.

<sup>693</sup> Um trabalho na área foi o de Carlos Guilherme Mota, *Ideia de Revolução no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1967, orientado por Eduardo d’Oliveira França. O historiador se coloca na área da história das mentalidades e não cita Cruz Costa ao lado de seu trabalho (consulta ao texto no livro Carlos Guilherme Mota, *Ideia de Revolução no Brasil e outras Ideias*, São Paulo, Globo, 2008).

Nesta zona de indefinição ou incipiência metodológica das pesquisas, afinal, Cruz Costa foi o primeiro a se arriscar, gozando da autoridade quase inabalável de um catedrático. Ele compartilhava do mesmo senso de responsabilidade dos outros membros de sua geração em enraizar a experiência universitária na dinâmica local e uma produção “consciente dos problemas brasileiros”<sup>694</sup>. E foi assim que orientou diversos pesquisadores, entre eles, Laerte Ramos de Carvalho e Roque Spencer M. de Barros, que se voltaram para a Filosofia da Educação e integram o empreendimento da Difel com dois capítulos cada um. Cumpre notar que o grupo foi o único a marcar presença em todos os volumes dirigidos por Sérgio Buarque.

As demais contribuições interdisciplinares – inclusive as externas à USP – não têm a mesma expressão de grupo e, em sua maioria, são feitas por assistentes e não por catedráticos. Elas também serão importantes para sanar as diferentes especialidades temáticas buscadas pelo diretor de coleção, a partir de sua concepção historiográfica e das relações pontuais que vai estabelecendo com jovens pesquisadores da universidade.

Entre as obras produzidas, a postura profissional e as orientações assumidas pelos mais ilustres integrantes da primeira geração de professores brasileiros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os destaques analisados colocam a HGCB como um espaço de manifestação das condições incipientes com as quais estes intelectuais lidavam para consolidar um projeto de unidade acadêmica. Não que a faculdade não sofresse com a concorrência oriunda da necessidade de afirmação profissional de cada uma das áreas<sup>695</sup>, mas o processo de consolidação institucional – do qual todos dependiam – exigia trocas entre as diferentes disciplinas das ciências humanas. Os alunos buscavam isso em salas de aula, os docentes correspondiam a eles e também se apoiavam nos colegas de confiança. Esta era a realidade de uma comunidade que deveria, de alguma forma, inventar a universidade local, desprendendo-se dos modelos de suas missões fundadoras para contribuir com a formação de um sistema brasileiro.

Ao lado da Difel, Sérgio Buarque de Holanda será o articulador dos capítulos desta produção geracional. Historiador e editora empreendem, por intermédio da coleção, uma nova redescoberta do Brasil, concretizando-o a partir de relações institucionais que passavam pelo lugar da História no processo de especialização universitária.

---

<sup>694</sup> João Cruz Costa, “Entrevista. Sobre o Trabalho Teórico”, p. 92.

<sup>695</sup> Paulo Arantes, *Um Departamento Francês de Ultramar*, p. 15.

## 5.6. Um Legado Universitário

A HGCB traduzia em livros a formação de uma comunidade intelectual paulistana que desejava dialogar com outros espaços de produção e debate da intelectualidade brasileira. A composição das edições demonstra que essa expressão mais elaborada do empreendimento editorial não excluía o seu direcionamento e seu uso por um público amplo, no entanto, acabamos por considerar que o projeto editorial e historiográfico foi pensado para um “leitor ideal” que, implicitamente, consideramos no tratamento que demos aos aspectos que caracterizaram a edição e as relações que a antecederam ou viabilizaram sua existência.

Como podemos aferir em nossas análises anteriores, esse público prioritário era composto, de um lado, por intelectuais comprometidos com a tradição historiográfica anterior à universidade, frente aos quais a historiografia uspiana desejava se contrapor e se afirmar; e, de outro, pelo corpo de jovens professores, pesquisadores e estudantes que se ampliava através da expansão da vida universitária na USP e em outras instituições do país<sup>696</sup>. Um diálogo externo e interno à instituição com a qual a HGCB foi construída e que conseguimos identificar em algumas manifestações públicas<sup>697</sup>.

Desse modo, partiremos para uma análise da recepção da História Geral da Civilização Brasileira. Com a palavra destes interlocutores, teremos a possibilidade de observar o espaço que ela ocupou em termos de mercado, como seu discurso modernizador impactou os leitores, a tradição à qual se contrapunha e como a própria comunidade acadêmica entendeu e avaliou essa representação de sua autoimagem. Ou seja, passamos a refletir sobre o momento em que a coleção inicia seu ciclo de vida futuro ao seu desenvolvimento e lançamento, adquirindo relativa autonomia frente às condições de sua produção e colocando aquelas intenções editoriais e intelectuais pensadas por seus responsáveis à prova<sup>698</sup>.

---

<sup>696</sup> Devemos incluir no universo do público universitário os institutos de pesquisa criados no período desenvolvimentista, especialmente o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que será um grande interlocutor dos universitários paulista. O tema será mais abordado na análise da coleção *Corpo e Alma do Brasil*.

<sup>697</sup> Seguindo nosso método de pesquisa as resenhas foram buscadas nos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na base de dados das revistas acadêmicas em funcionamento nos anos 1960 e nos arquivos de intelectuais que participaram da HGCB. Encontramos um total de seis resenhas: três na *Revista de História* da USP e outras três armazenadas no acervo Sérgio Buarque de Holanda da Unicamp. Elas serão citadas ao longo do capítulo.

<sup>698</sup> Como destaca Roger Chartier, “As obras – mesmo as maiores, ou sobretudo as maiores – não têm um sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis que se constroem do encontro entre uma proposição com uma recepção. [...] Certamente, os criadores, os poderes ou os experts sempre querem enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce” (Roger Chartier, “A Ordem dos Livros”, p. 9).

A primeira resenha da História Geral da Civilização Brasileira foi realizada por Valdemar Cavalcanti, em maio de 1960:

#### História da Civilização Brasileira

Fato expressivo, nos anais da bibliografia brasileira, é o aparecimento quase simultâneo da vasta “História do Brasil”, em 7 volumes, do acadêmico Pedro Calmon, e do primeiro tomo da “História Geral da Civilização Brasileira”, organizado por uma equipe de especialistas, sob direção do sr. Sérgio Buarque de Holanda. Obras, ambas, de valor inconfundível. [...] Deixo à margem, para posterior comentário, na medida em que merece, o notável trabalho de Pedro Calmon, para focalizar, embora sucintamente, em termos de síntese, o outro, que visa a tornar-se um levantamento completo do desenvolvimento histórico de nosso país. [...]

Para levar a efeito o empreendimento de que foi incumbido, o autor de “Raízes do Brasil” convocou numeroso grupo de historiadores do maior prestígio e nomeada, distribuindo entre eles a responsabilidade pela elaboração de monografias, dentro de um esquema cuidadosamente preparado e que compreende a evolução de nossa história em vários planos<sup>699</sup>.

O jornalista já vinha acompanhando as publicações da editora com notas e comentários frequentes em sua coluna diária no periódico *O Jornal* e apresenta a HGCB nas páginas do *Observatório Econômico e Financeiro*<sup>700</sup>. Em uma análise entusiasmada, Cavalcanti compara a HGCB com a obra de Pedro Calmon, lançada pela José Olympio no mesmo ano, e inicia sua resenha colocando as duas obras em pé de igualdade, reconhecendo-as como contribuições da maior importância para a bibliografia da história nacional.

No avançar do texto, contudo, ele realiza um juízo de valor que contrapõe as obras, a partir de um contraste entre o novo e o velho. Cavalcanti faz questão de distinguir o trabalho do “acadêmico Pedro Calmon” daquele realizado pelos “especialistas” dirigidos por Sérgio Buarque, termos que não eram casuais. A ideia de especialização se referia ao caráter de formação e profissionalização intelectual definido pela universidade, contrapondo-se ao autodidatismo dos bacharéis de outrora. Por fim, o trecho selecionado ressalta o caráter coletivo e a perspectiva monográfica da coleção, que propõe uma análise

---

<sup>699</sup> Valdemar Cavalcanti, “História da Civilização Brasileira”, *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 291, maio 1960, disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/123021/38861>.

<sup>700</sup> Periódico fundado em 1937 e espaço de debate sobre relações entre o Estado e a economia brasileira. Seus técnicos mantiveram relações com o Estado Novo nos anos 1930 e 1940. Na década seguinte, a revista passa a ser uma porta-voz do debate nacional-desenvolvimentista (Maria Leticia Corrêa, “Um Estudo sobre o Debate Desenvolvimentista nas páginas de *O Observador Econômico e Financeiro* (1936-1954)”, em *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*, São Paulo, julho 2011).

de “nossa história em vários planos”, aspectos valorizados pela edição e, sobretudo, pela introdução assinada por Sérgio Buarque de Holanda.

O mesmo tipo de análise comparativa aparece nas notas de outro crítico, Wilson Martins, publicadas em dezembro de 1960:

As grandes histórias do Brasil, quero dizer, as que voluntariamente pretenderam situar-se acima do plano meramente didático estão, já agora, superadas e pertencem mais à bibliografia de erudição do que à bibliografia científica. O que as envelheceu não foi o atraso na informação: Varnhagen, mesmo atualizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, não responde às nossas exigências técnicas e espirituais, embora continue respondendo, e muito mais generosamente do que se supõe, a numerosas das nossas perguntas. O mesmo se pode dizer de Rocha Pombo e de seu livro, que eu de resto classificaria como um “manual de estudos superiores”. [...] A recente história do Brasil de Pedro Calmon não foi, tanto quanto sei, distribuída à crítica literária (o que aliás não deve ter prejudicado o seu sucesso, muito pelo contrário); somos obrigados, por isso, a supor que no espírito e na letra, no alcance e na vaidade, ela se situa no mesmo nível mais “literarie” (entre aspas) do que propriamente científico (com ou sem aspas) [...].

Para tudo dizer numa palavra, os nossos historiadores clássicos escreveram, em grande medida, a história dos acasos, das coincidências, dos incidentes, das circunstâncias fortuitas que balizaram a história do Brasil. [...]

Assim, o título de História Geral da Civilização Brasileira, imposto por motivos de ordem editorial ao tratado do Sr. Sérgio Buarque de Holanda e de seus colaboradores, não é tão pretensioso quanto poderia parecer à primeira vista e ele tem a vantagem de situar, desde logo, essa obra no plano em que hoje se deve colocar a história do Brasil, polígono delimitado pela metodologia científica, pela atualização material, pelo espírito crítico e pela consciência do fato histórico – não pela obsessão do fato histórico<sup>701</sup>.

Martins vai mais longe, retomando um longo histórico de histórias gerais do Brasil que antecederam a HGCB e, ao contrário de Cavalcanti, ele diferencia explicitamente o empreendimento da Difel da coleção de Pedro Calmon, e de todas as outras, exaltando o seu caráter científico e as características de uma nova perspectiva historiográfica que responderia às “nossas exigências técnicas e espirituais”.

As duas avaliações do empreendimento identificavam, a seu modo, o princípio universitário e o propósito de intervenção historiográfica anunciado por seus responsáveis. Ambas ecoam, ainda, as observações de Sérgio Buarque sobre as dificuldades e inovações do processo editorial na busca por monografias, especialistas, ou mesmo no seu cuidado com a ideia de civilização contida no título que lhe foi

---

<sup>701</sup> Wilson Martins, “A Civilização Brasileira”, sem referência. Conservada no Arquivo Sérgio Buarque de Holanda, Unicamp (Pt 172 P 60).

“imposto”. O mais interessante, no entanto, é o fato de estes primeiros leitores da HGCB fazerem questão de partir destas comparações, mostrando que a coleção não nascia como uma novidade absoluta no mercado brasileiro. Ela tinha suas concorrentes e, mais, antecessoras importantes que conformavam um nicho consagrado de nosso espaço editorial desde o século XIX. Entre elas, podemos destacar:

José Inácio de Abreu e Lima

*Compêndio de História do Brasil*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1843, 2 vols.;

Francisco Adolfo de Varnhagen

*História Geral do Brazil*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1854, 2 vols.;

João Ribeiro

*História do Brasil. Curso Superior*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1901;

Rocha Pombo

*História do Brasil Ilustrada*, São Paulo, Saraiva, 1905-1917, 10 vols.;

Jonathas Serrano

*História do Brasil*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1931;

Pedro Calmon

*História Social do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935-1939, 3 vols. (Coleção Brasileira);

*História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939-1956, 5 vols. (Coleção Brasileira);

*História do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, 7 vols.

Coleções criadas para figurarem nas estantes de especialistas, eruditos e bibliófilos, as “histórias gerais” surgem e se desenvolvem como parte dos processos de tomada de consciência da disciplina e dos tensionamentos decorrentes dos debates que visavam aprimorar uma abordagem da história nacional escrita por brasileiros. Com as devidas particularidades de autoria e da atividade institucional, todas elas passavam pela tradição do IHGB<sup>702</sup>. As questões metodológicas e de conteúdo destes primeiros tempos

---

<sup>702</sup>A obra de José Inácio de Abreu e Lima inaugura o gênero, propondo-se a concretizar as discussões sobre a periodização da história do Brasil fomentadas entre os membros do instituto. O debate surge logo em sua



se estendem ao longo das décadas, e o modelo de coleção permanece, adequando-se a novas conjunturas de produção e difusão historiográfica.

Não podemos resgatar aqui todo esse histórico, mas devemos destacar que na evolução das obras apresentadas fica perceptível como, no avançar do século XX, essas “histórias gerais” passam a atuar como veículos de didatização do ensino de História, especialmente vinculadas à cátedra de História da Civilização Brasileira do Colégio Pedro II, onde lecionaram os quatro últimos autores listados<sup>703</sup>. A institucionalidade se casava com projetos editoriais que acabavam se tornando referência no mercado, visto a importância da cátedra alocada no Pedro II – que tinha *status* de instituição de ensino superior até a criação das primeiras universidades<sup>704</sup>.

Do público erudito aos estudantes do ensino ginasial ou secundário, negociados com autores de prestígio respaldados por suas posições profissionais, os empreendimentos partiam de editoras interessadas em afirmar seu compromisso com a cultura brasileira. Quando bem-feitos, logravam frutos comerciais e a consagração por ser a casa responsável por “tal história do Brasil”, de “tal historiador”. Desse modo, se nos lembrarmos das principais características da construção material e simbólica da HGCB, podemos afirmar com segurança que Sérgio Buarque e a Difel fizeram escolhas conscientes para intervir neste legado.

Por suas resenhas, os jornalistas assumem esse sentido de intervenção e divulgam a coleção de modo a posicioná-la no *habitus*<sup>705</sup> do mercado, isto é, como parte da tradição que autorizava intelectuais e editores a atuarem como porta-vozes do pensamento

---

primeira sessão, realizada em 1838, rodeado de polêmicas que circulavam em textos teóricos e outras publicações que concorriam entre si. Ver: José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, p. 132.

<sup>703</sup> Beatriz Boclin Marques dos Santos, “O Currículo da Disciplina História no Colégio Pedro II – República (1889-1950)”, em *Anais do XIV Encontro Regional de História*, Rio de Janeiro, 2010, p. 9. As obras fazem referência ao colégio, pela posição dos historiadores ou em referência aos seus alunos.

<sup>704</sup> Um breve levantamento em sistemas de bibliotecas e arquivos nos mostra que estas histórias foram reeditadas com regularidade até os anos 1960, sendo a obra de Rocha Pombo extensamente utilizada como livro didático em reedições e adaptações. Além do levantamento que fizemos, as edições didáticas Rocha Pombo também são analisadas por Maria Aparecida Leopoldino, “Políticas Culturais e Livros Didáticos de História: Rocha Pombo na Capital da República (1897-1929)”, *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 19, pp. 2-21, 2019.

<sup>705</sup> Pierre Bourdieu define *habitus* como: “um ponto de vista onde são captadas todas as visões em perspectiva do campo intelectual e político [...] como uma posição em um sistema de relações [...]” (Pierre Bourdieu, “Campo do Poder, Campo Intelectual e *Habitus* de Classe”, pp. 186 e 190. Inspirados no trabalho de Patricia Sorel, *Plon: Le Sens de l'Histoire (1833-1962)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2016, que reconhece um *habitus* conservador do mercado editorial francês, desejamos utilizar o conceito em nosso estudo.

nacional<sup>706</sup>. Uma recepção positiva que repercute em colunas de crítica literária de dois periódicos de circulação nacional, dialogando diretamente com o leitor erudito pensado pela edição. Nesse sentido, a resenha de Martins ainda avança um ponto interessante:

[...] somos contemporâneos de Borba Gato e do Marechal Deodoro, de Tiradentes e de Filipe Camarão. É justamente por isso que pode existir uma história do Brasil, porque a realidade “Brasil” condiciona e envolve o conceito de história. Essa realidade “Brasil” encontrará sua manifestação na civilização brasileira, que é um todo, uma criação histórica, uma individualidade mental e sociológica<sup>707</sup>.

O jornalista destaca a historicidade contida na atualização veiculada pela HGCB, colocando-a como uma necessidade do presente, da sociedade brasileira, de reconstituir uma “criação histórica, individualidade mental e sociológica”. Essa questão é fundamental para compreendermos o processo de recepção da obra, pois ela aponta para o contexto que colocava os leitores em busca novos discursos sobre a formação nacional.

Naquele momento, o olhar para a história e a compreensão do processo formador da sociedade brasileira eram a base para se pensar o progresso e o desenvolvimento. Assim como fazemos para a tríade dos anos 1930, podemos resgatar algumas obras clássicas do período que atestam essa preocupação, como *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado<sup>708</sup>. Este último, intimamente ligado à política e às questões nacionais, inclusive àquelas debatidas pelo observatório.

Ora, não podemos desconsiderar que a HGCB é uma obra muito distinta das citadas, mas vimos na construção do empreendimento como ele comporta essas camadas de preocupação nacionalista, desde a modernização historiográfica da cadeira dirigida por

---

<sup>706</sup> Gustavo Sorá, *Brasilianas*, p. 28. Ao lado de Sorá, outros estudiosos do mercado editorial brasileiro, como os já citados Heloísa Pontes e Fábio Franzini, apontam para a existência de uma rotina de consagração dos principais editores nacionais dos anos 1930 a partir de empreendimentos construídos para fundamentar linhas de interpretação do Brasil. Tomando a definição de Bourdieu, esta perspectiva de atuação constrói um *habitus* na medida em que estabelece um lugar de poder e legitimidade para as referidas casas, possibilitando que possam agir em um sistema de relações para promover determinados setores do campo intelectual e político e, assim, sustentar seu capital simbólico e material. Pontes fala em uma atitude quase obcecada de se descobrir e redescobrir a nação através dos livros (Heloísa Pontes, *Retratos do Brasil*, p. 56), estabelecendo a ideia de *brasiliana* para denominar as coleções que cumpriam com tal objetivo. Acreditamos que as “histórias gerais” do Brasil, produzidas desde o século XIX, encontram-se na gênese desse *habitus*, o qual adquire contornos mais bem-definidos na década de 1930 devido às condições inéditas de prosperidade e consolidação do mercado editorial no país. Duas décadas mais tarde, a rotina do setor começa a ser afetada pela transformação do campo intelectual, sobretudo devido ao crescimento do sistema universitário, possibilitando que novas empresas e empreendimentos possam se posicionar nesse sistema e intervir neste lugar de consagração e em seus modelos de desenvolvimento.

<sup>707</sup> Wilson Martins, “A Civilização Brasileira”, s.p.

<sup>708</sup> Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

Sérgio Buarque até à dinâmica interdisciplinar que ele adota para compor essa história de uma civilização. O anseio de consolidar uma concepção metodológica que superasse definitivamente a herança das estruturas de produção intelectual que remontavam ao século XIX dialogava com esse espírito de radicalização científica<sup>709</sup> que, de alguma forma, tardou a aparecer na área de história do Brasil.

Essa questão recai na historicidade do próprio empreendimento da Difel. Wilson e Martins identificam a incompatibilidade das “histórias gerais” existentes com esse novo interesse sobre o passado nacional. A carência de atualização deixava o espaço aberto para a reprodução de obras descoladas do espírito do tempo, como um deles diz. Nem mesmo as histórias gerais mais próximas à HGCB, publicadas por editoras da maior referência, a Companhia Editora Nacional (CEN) e a José Olympio, propuseram-se a criar empreendimentos inovadores<sup>710</sup> – como dissemos, elas parecem apenas reproduzir o interesse comercial pelas obras decorrente da amplitude de sua utilização didática.

A recepção em tom positivo, e mesmo de exaltação, dos críticos literários à HGCB se produzia, outrossim, diante de um vácuo de representatividade histórica deste modelo editorial frente à produção de, ao menos, duas gerações de intelectuais – ensaístas e universitários – interessados na historiografia brasileira, permitindo que o cânone estabelecido alimentasse um polo conservador do *habitus* editorial brasileiro. Dessa maneira, a HGCB dá seus primeiros passos em direção ao mercado, sendo tratada como um empreendimento de vanguarda, trazendo a história para o protagonismo dos debates de época<sup>711</sup>.

---

<sup>709</sup> Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*, p. 155.

<sup>710</sup> É interessante notar o processo de crítica à historiografia e os debates gerados pela geração de 1930, abrangendo inclusive elementos das outras disciplinas das ciências humanas, como a sociologia, na abordagem da história nacional, não tenha realizado nenhuma obra de síntese nos termos que estamos tratando. Talvez os volumes de Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933; *Sobrados e Mucambos*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936; *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959) sejam a série de livros mais próxima deste modelo, no entanto, não se consolidam associados às premissas das coleções de “história” geral. Sabemos que o sopro revolucionário que embalou o gênero ensaio produziu um novo tipo de coleção no mercado editorial, as chamadas *brasilianas* publicadas por estas editoras. A coleção da CEN inovou no formato, mas se manteve tradicional na seleção dos títulos, e nessa perspectiva acolheu os volumes escritos por Pedro Calmon, mas de modo a manter esta referência quase como documento histórico, como insinua Martins em sua crítica. A José Olympio, que tinha uma *brasiliana* mais identificada com os ensaios de interpretação, deixou a nova História do Brasil, do mesmo autor, em um projeto a parte, ficando implícito que, de fato, os perfis das coleções eram distintos.

<sup>711</sup> Devemos lembrar que a dinâmica do livro universitário no Brasil irá se consolidar em outras casas mais jovens, contemporâneas à Difel, como *Civilização Brasileira* (1947), Instituto Progresso Editorial (1948), *Duas Cidades* (1954) e Zahar (1956), que ampliam seus catálogos; ao lado delas, surgem novas empresas importantes como Nova Fronteira (1965), *Perspectiva* (1965) e Paz e Terra (1966) e as próprias editoras de universidades, Editora da UnB (1961) e Edusp (1962). Diferente da Difel, elas não se propõem à realização

Embora fossem leitores eruditos, representantes ou interlocutores do “leitor-ideal” que identificamos para o empreendimento, os jornalistas não fazem uma análise interna das condições de produção do pensamento científico que tanto valorizam. Esse papel caberá aos historiadores que resenharam os dois primeiros volumes da coleção. Até onde pudemos mapear, todos eles são professores universitários: dois professores da USP – Maria Regina da Cunha Rodrigues e José Roberto Amaral Lapa – e um professor estrangeiro – Warren Dean<sup>712</sup>.

A *Revista de História* foi a responsável pela publicação da análise de Maria Regina da Cunha Rodrigues sobre o primeiro volume da HGCB, em dezembro de 1960, e dos dois textos de José Roberto Amaral Lapa, comentando o primeiro e o segundo volume, em março e setembro de 1961. Diferentemente dos periódicos anteriores, tratava-se de um veículo de debate acadêmico produzido pelo público universitário e voltado prioritariamente a este.

Ambos começam suas análises evocando o nome de Paul Monteil e da Difel. Nas palavras de Maria Regina da Cunha:

Dentro da mesma linha traçada para a versão brasileira da História Geral das Civilizações e a História Geral das Ciências, a Difusão Europeia do Livro, fundada nesta capital e dirigida por um amigo do Brasil, o editor Paul Jean Monteil, vem de oferecer aos leitores de língua portuguesa, os dois primeiros volumes do I tomo da coleção da História Geral da Civilização Brasileira [...] <sup>713</sup>.

Nas de Amaral Lapa:

Dois motivos, preliminarmente, tornam difícil uma “recensão” desta obra coletiva, cujo primeiro volume a Difusão Europeia do Livro acaba de lançar, sob o título de “História Geral da Civilização Brasileira”. [...] É de louvar-se a iniciativa da editora que houve por bem confiar a um grupo de cientistas uma tarefa que, até certo tempo atrás, permanecia

---

de uma história geral do Brasil, mas constroem, sim, brasileiras atualizadas. A Difusão concorre com elas em sua coleção Corpo e Alma do Brasil, objeto de nosso próximo capítulo.

<sup>712</sup> Não encontramos nenhuma nota destes autores de “histórias gerais”, os que ainda estavam vivos, ou de outros historiadores da tradição autodidata que comentasse o empreendimento da Difel. Talvez pela posição comercial consolidada de suas obras, ou pela inevitabilidade da afirmação dos estudos universitários neste momento. A demarcação com essa historiografia parece ter ficado restrito ao âmbito institucional. Os universitários se afirmavam em relação a ela, por sua força, mas o debate parece ser superado pela dinâmica do sistema universitário em ascensão em todo o país, dirigindo-se ao diálogo com outras disciplinas.

<sup>713</sup> Maria Regina da Cunha, “História Geral da Civilização Brasileira. I. — A Época Colonial. — Do Descobrimento à Expansão Territorial. — Administração, Economia, Sociedade. São Paulo, 1960. Difusão Europeia do Livro. 2 vols. 16 il.”, *Revista de História*, vol. 21, n. 44, pp. 547-551, 1960.

inédita no Brasil. Cometendo a direção da mesma ao prof. Sérgio Buarque de Holanda [...]”<sup>714</sup>.

A referência é importante para a repercussão da editora e seu projeto de publicações no meio universitário, o público com o qual trabalhava diretamente e com quem desejava estreitar relações, demonstrando que os membros da comunidade correspondiam a essa parceria, promovendo-a na mais antiga e respeitada publicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Os dois se referem também à figura do colega Sérgio Buarque, elogiado por ter conseguido articular os capítulos desta obra coletiva, ressaltando o ineditismo desta composição em uma história do Brasil. É a partir desse mote do texto que as resenhas se aprofundaram em discutir o desempenho da obra como produção universitária e expressão da organização institucional:

Lacuna, porquanto desde a sempre atual advertência de Capistrano de Abreu, de que a História do Brasil estava toda para ser feita, essa obra cujos primeiros volumes estamos focalizando, pode ser considerada a primeira realização capaz de preenchê-la.

[...] Em se tratando de um trabalho que, pela primeira vez, no campo de sua especificidade, congrega uma equipe de historiadores credenciados, cujas posições foram respeitadas, acentua-se ainda mais a riqueza da obra em apreço. A verdade é que existem outros estudos, geralmente valiosos, mas isolados, fragmentários, limitados, como não poderia deixar de acontecer num país em que as diretrizes dos estudos históricos em bases científicas remontam à recente criação de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, cujas cátedras, de início, foram entregues a mestres dos mais expressivos centros culturais da Europa e da América.

Assim, como trabalho coletivo, planejado, dirigido com inexcedível segurança por professores universitários, credenciados através de concursos e de obras especializadas, de justo valor para a sua posição, a História Geral da Civilização Brasileira está apta para preencher a lacuna e abrir novos rumos aos estudos históricos em nossa terra<sup>715</sup>.

Maria Regina não hesita em nenhum momento quanto ao valor e benefícios que a obra traria para os meios intelectuais, e fica claro que ela constrói uma autoimagem do departamento uspiano quando ela retoma o processo de formação das Faculdades de Filosofia no Brasil e o discurso da transição entre professores brasileiros e franceses no processo de consolidação institucional. Mais adiante, ela cita a parceria com a Faculdade, os nomes de Pedro Moacyr, Paulo Sawaya e outros colegas que assinam as colaborações

---

<sup>714</sup> José Roberto do Amaral Lapa. “Resenha Bibliográfica”, *Revista de História*, vol. 22, n. 45, pp. 269-272, 1961.

<sup>715</sup> Maria Regina da Cunha, “História Geral da Civilização Brasileira. I...”, p. 549.

do primeiro tomo. A última característica que a historiadora ressalta é o caráter didático que obra pode adquirir:

[...] alcance didático a ser captado pelos estudiosos em geral, especificamente aos alunos do curso de História de Faculdades de Filosofia de todo o Brasil; mais ainda, considerando o próximo Congresso Nacional em julho do corrente ano, nesta capital, promovido pelos estudantes de curso superior, quando dentre os problemas que deverão ser focalizados e eventualmente solucionados, cuidar-se-á de diretrizes gerais para a elaboração de livros didáticos destinados aos cursos secundário e normal do país<sup>716</sup>.

Pensando no espaço ocupado pelas “histórias gerais” do Brasil no mercado ao longo das décadas, vemos que a Difel consegue atingir, ou ao menos ser considerada, pela comunidade universitária junto às elaborações de políticas para o ensino de história, trazendo o seu sistema de organização e produção intelectual para as práticas de leitura de um público mais amplo.

A resenha de José Roberto Amaral Lapa se aprofunda na questão metodológica no que diz respeito à seleção de autores, interação entre disciplinas e encadeamento pretensioso desta “história geral”:

A verdade é que em um país, onde não se pode desconhecer a quase-ausência (para sermos muito condescendentes) de um pensamento histórico, mercê da ignorância da teoria da História em suas leis, objetos, princípios, etc., além de todos os seculares males da informação de segunda mão que vimos com tanto zelo mantendo, dos esforços de interpretação que mais permanecem no cotejo ou esposando avelhantado método chamado histórico, e por isso documental em tudo e por tudo, até mesmo no desprezo às fórmulas e sistemas que muito viriam auxiliar o trabalho científico do historiador, o lançamento desta obra assume uma inegável importância. Ela confirma a grande possibilidade da recíproca colaboração que pode e deve existir entre o historiador e os demais cientistas principalmente aqueles que aceitamos chamar de sociais. [...]

Assim, alguns dos colaboradores deste trabalho, embora não sendo propriamente historiadores, têm uma posição científica e uma bibliografia que lhes permitiram, eficientemente, servir ao conjunto, mercê de sua informação científica sólida e de uma metodologia condizente com modernas concepções da teoria da História. Desta maneira é atenuada a distância que poderia permanecer entre homens de ciência, cuja formação é diversa<sup>717</sup>.

O historiador é enfático em desprezar a tradição historiográfica anterior à universidade e avança em seu texto afirmando as qualidades da produção científica.

---

<sup>716</sup> José Roberto do Amaral Lapa, “Resenha Bibliográfica”, p. 269.

<sup>717</sup> *Idem*, p. 270. Grifos Nossos.

Diante destas deficiências, ele considera positivo que a coleção tenha dado abertura para o diálogo com as Ciências Sociais. Nesse ponto, é preciso compreendermos que, ao escrever em uma revista de debate acadêmico, Lapa está se posicionando ao lado de Sérgio Buarque e da HGCB em uma polêmica internacional.

Ao resgatarmos as relações interdisciplinares da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP na HGCB, levantamos que elas não se davam sem tensões. Pois a especialização universitária também tensionava as áreas a se fragmentarem. A questão foi objeto de posicionamentos importantes, entre os quais, o defendido por Fernand Braudel, esta referência historiográfica tantas vezes mencionada:

Há uma crise geral das ciências dos homens, esmagadas pelos seus próprios progressos [...]. Ei-las preocupadas, hoje mais do que nunca, em definir seus objetivos, seus métodos, suas superioridades. Ei-las, à porfia, empenhadas nas contendas sobre as fronteiras que as separam, ou que não as separam, ou que as separam mal das ciências vizinhas. Pois cada uma delas sonha, de fato, em permanecer o que é, ou voltar a ser o que era<sup>718</sup>.

Braudel falava do contexto francês e europeu, onde as universidades eram mais antigas e viviam um processo mais intenso de especialização e concorrência entre as diversas áreas das ciências humanas. Dada a referência do historiador, os brasileiros absorviam esta discussão, a seu tempo, e ela acabava por incidir sobre os processos locais de consolidação da vida universitária. Exclusões e conflitos ocorriam, vimos isso na própria atuação das cátedras de história, e a divergência se dava em aspectos temáticos, metodológicos e institucionais.

Pensar uma historiografia moderna, nos termos da experiência de países em estágios mais avançados destas produções, era algo pertinente e necessário. A HGCB, pelas mãos de seu diretor e autores, se coloca nesse *front*. Amaral Lapa, por sua vez, compreende e legitima um princípio da coleção e da atuação de Sérgio Buarque:

Dessas reflexões poderia ocorrer, naturalmente, uma suposição teórica de certas condições que haveriam de comprometer seriamente a obra. Entretanto, pelo menos neste primeiro volume, tal ameaça foi muito afastada, pois a coordenação logrou evitar o falecimento do nexos causal, da visão conjunta da multilateralidade dos fatos e momentos históricos, e ainda mais da continuidade histórica que, embora prevista na intitulação dos tomos e dos temas, poderia acabar retalhada em

---

<sup>718</sup> Fernand Braudel, “História e Ciências Sociais: a Longa Duração”, trad. Ana Maria Camargo, *Revista de História*, vol. 30, n. 62, pp. 261-294, 1965. O original foi publicado em 1958: Fernand Braudel. “Histoire et Sciences Sociales: La Longue Durée”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 13<sup>e</sup> année, n. 4, pp. 725-753, 1958.

monografias que, como aventamos, comprometeriam a História Geral que se pretendeu<sup>719</sup>.

A leitura complacente com a interdisciplinaridade e a entrada de sociólogos, economistas e outros cientistas sociais no domínio da história não se faz de modo ingênuo, como podemos notar. O historiador destaca as qualidades da HGCB, como qualidades de uma historiografia moderna que hierarquiza esses saberes. Mais uma vez, Braudel está presente nesta recepção:

[...] a importância, a utilidade da história, ou antes, da dialética da duração, tal qual ela se desprende do trabalho, observação repetida do historiador; nada mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que esta oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Quer se trate do passado, quer da atualidade, uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem<sup>720</sup>.

A afinidade do resenhista se explica, em parte, porque ele foi orientado por Sérgio Buarque de Holanda<sup>721</sup>. Mas a posição não deveria ser óbvia, embora possamos pressupor que seria bem-aceita no contexto uspiano, pois ele é incisivo em demarcar essa posição naquela revista. Possivelmente para que o debate chegasse às demais universidades e departamentos do país, valorizando, é claro, as ações de Sérgio Buarque no sentido de cristalizar essa concepção.

De toda maneira, ele propõe algumas críticas à obra:

Se considerarmos as dificuldades e tolerâncias que podem assistir a uma obra como esta, conviremos em que a pretensão do empreendimento torna-se maior ao observarmos que já no período chamado colonial, aquele que, sem dúvida nenhuma, foi muito mais estudado até hoje em extensão e profundidade do que o do Império e da República, o que aliás se justifica pela natural atração que a perspectiva de tempo propicia, os autores do trabalho encontraram dificuldades ao laborar as sínteses dos seus estudos gerais ou especializados. Que se dirá então do I e II império, da I, II e até III República (para adotarmos um critério discutível de nomenclatura), sobre os quais estamos diante de um deserto de monografias e interpretações? Objetar-se-ia, então, e em primeiro lugar, que ainda é cedo para o levantamento de um trabalho como este promovido pela Difusão Europeia do Livro, feito em moldes ou pelo menos sob a inspiração de dois exemplos franceses realizados em condições de pesquisa e estudo inteiramente diversas das nossas; e em segundo lugar uma objeção que teria respostas mais altas, e que realmente acabaria por convencer-nos de que muito cedo esta obra seria

---

<sup>719</sup> José Roberto do Amaral Lapa, “Resenha Bibliográfica”, p.270.

<sup>720</sup> Esse trecho e os comentários de Amaral Lapa nos remetem à estrutura da obra, às escolhas de periodização dos tomos e volumes, que, como dissemos anteriormente, apresentavam escolhas conceituais que buscavam expressar os diferentes ritmos da história nacional nos recortes escolhidos para cada livro.

<sup>721</sup> Doutorou-se pela Unesp, foi professor na Unicamp e não participou da coleção.



superada na medida da atualização das pesquisas, publicação de documentário inédito e a edição de histórias regionais, tão necessárias num país imenso, de áreas culturais ainda insuladas para o historiador que deseja colaborar numa obra de caráter geral<sup>722</sup>.

De modo discreto, Lapa provoca o diretor da coleção por ter sentido dificuldade em encontrar autores e pesquisas para a Época Colonial, duvidando da possibilidade de se desenvolver os próximos períodos. Tomando a referência estrangeira em que se concebeu a coleção, ponto fundamental do discurso de construção da obra por parte de seus responsáveis, ele questiona a própria longevidade da HGCB.

As críticas existiriam, inevitavelmente. Na verdade, Wilson Martins havia alertado sobre algumas questões. Ele fala da “sombra de Varnhagen” em alguns capítulos e é duro nas críticas ao tema das bandeiras:

Ora, há um momento para celebrar o Bandeirismo e há um momento para estudar historiograficamente o episódio das Bandeiras: são duas coisas diferentes. Mas, isso ainda não é o mais grave: o mais grave é que esse capítulo está impregnado de racismo e explica antes de mais nada (e mesmo exclusivamente), pela “herança biológica”<sup>723</sup>.

O capítulo foi escrito por Myriam Ellis, assistente de Sérgio Buarque e filha do ex-catedrático Alfredo Ellis, um estudioso do tema, como vimos. Sem entrarmos em uma análise do texto que ela redigiu, a crítica nos permite reconhecer que, em suas irregularidades, a proposta modernizadora que se construiu na HGCB explicitou a permanência de valores tradicionais nesta historiografia uspiana, inclusive numa sucessão familiar nos postos de pesquisa.

No rol das críticas, Warren Dean<sup>724</sup> observa:

A maioria dos melhores capítulos foram escritos por esses estudiosos com boa formação acadêmica. Mas com este último volume, abrangendo os anos de 1831 a 1848, fica mais evidente a inadequada atenção às regiões norte e nordeste do país. [...] Os capítulos sobre o Maranhão e o Grão Pará, por exemplo, são narrativas com detalhes espantosos de faccionalismo político, com pouca consideração por suas dinâmicas e nenhuma consideração por forças não políticas. Os capítulos introdutórios e finais também são decepcionantes. As histórias provinciais fragmentárias pedem um resumo ou introdução para ligá-las e demonstrar a unidade da legenda. Em vez disso, a primeira e a última seções são consumidas por descrições minuciosas de intrigas da corte e política partidária.

---

<sup>722</sup> José Roberto do Amaral Lapa, “Resenha Bibliográfica”, p. 271. Grifos do Original.

<sup>723</sup> Wilson Martins, “A Civilização Brasileira”, s.p.

<sup>724</sup> Brazilianista, participou da coleção *Corpo e Alma do Brasil* na Difel, objeto do próximo capítulo.

No entanto, a série como um todo é uma importante contribuição para a literatura histórica da América Latina, devendo ser incluída mesmo como a coleção mais especializada dedicada à área<sup>725</sup>.

O historiador norte-americano é até mais rígido que Martins, pois não resume sua crítica à elaboração individual dos capítulos, estendendo-a à forma como foi organizada a abordagem do período em províncias “fragmentárias”. A falta de organicidade entre as análises é atribuída à debilidade dos textos introdutório e conclusivo, ou seja, ele avalia negativamente o trabalho do diretor da coleção. Ele também menciona o fato de as histórias regionais não terem sido atribuídas a historiadores locais, oriundos dos territórios abordados, atingindo o corporativismo uspiano na construção da obra.

As avaliações negativas eram esperadas, pois a opção, ou as condições que levam ao vínculo uspiano deixavam muitas vozes importantes fora da HGCB. Seria estranho, inclusive, se não houvesse críticas neste momento de debates calorosos e disputas pela institucionalização da disciplina, inclusive em nível nacional em que se realizavam os seminários e entidades de classe, como a Associação de Professores Universitários de História (Apuh), fundada em 1961. Através das polêmicas, o empreendimento mostrava seus limites e ao mesmo tempo era reconhecido como plataforma do debate universitário brasileiro, que, naturalmente, deveria ultrapassar os muros e holofotes de São Paulo e da USP.

Ainda em 1960, ficou o registro sobre o impacto da circulação do lançamento:

Uma saída incomum em obras especializadas, vem se registrando dia a dia, que se renova nos pedidos de reserva para o segundo volume já anunciados e mesmo toda a coleção. Receptividade que serve de estímulo aos colaboradores, mais ainda a então temeridade do editor, cujo espírito pioneiro vêm recebendo do mundo cultural e do mundo comercial, a sua merecida recompensa<sup>726</sup>.

É possível mensurar o ritmo de vendas com alguns dos poucos registros administrativos que temos para a editora: a tiragem do volume I foi de seis mil exemplares<sup>727</sup>, com segunda edição em 1963. Logo, apenas para o primeiro livro, tem-se uma saída média de dois mil exemplares por ano – lembrando que a HGCB estava entre os títulos mais caros produzidos pela editora, com custo médio de Cr\$ 130.

No longo prazo, a vida da coleção foi tratada como um empreendimento estável:

---

<sup>725</sup> Warren Dean, “Resenha. História Geral da Civilização Brasileira. v.2: O Brasil Monárquico”, *The Hispanic American Historical Review*, vol. 4, n. 2, pp. 299- 300, maio 1967.

<sup>726</sup> Maria Regina da Cunha, “História Geral da Civilização Brasileira. I...”, p. 548.

<sup>727</sup> Difusão Europeia do Livro, *Perspectives de la Difel, 1959/Programme Editorial*, São Paulo, 13.6.1959. Documento disponível no acervo pessoal de Silvia Monteil.

Com todas as reedições dos volumes que a compõem a História Geral da Civilização Brasileira vendeu aproximadamente 140 mil livros em todo o Brasil. Uma venda lenta, mas contínua, que obedece às tendências de mercado com relação a obras sobre o assunto [...] <sup>728</sup>.

O tom mais ponderado deste comentário se faz em outro contexto editorial. Nos anos 1980, o tal setor especializado estava em plena atividade e se difundia de forma muito diversa da época de lançamento da HGCB. Vivia-se o fenômeno das bancas de jornais e de coleções, como as do grupo Abril, que chegaram a vender sessenta mil exemplares de alguns títulos em trinta dias <sup>729</sup>.

De todo modo, se tomarmos o dado de vendas da coleção e o distribuirmos no período de produção dos dez volumes, entre 1960 e 1981, que chegam até a 6ª edição em alguns casos, temos uma vendagem média de pouco mais de 6,5 mil exemplares por ano. Esse valor não é desprezível diante das mudanças nas condições do mercado e na própria dinâmica da produção universitária, que se acelera ao longo das décadas. Ainda que os fenômenos dos anos 1980 não fossem comparáveis àquela primeira realidade de difusão da nossa história geral, a estabilidade de vendas deve ser vista como um sucesso de longo prazo, fruto do sentido que a coleção propôs desde seu início: defender a historiografia e o debate universitário. A HGCB impactou continuamente algumas gerações com a sua referência didática, inovadora e sua proposta de intervenção.

Desta maneira, mais de duas décadas depois, o empreendimento ainda se sustentava, encerrando os trabalhos sobre o Período Republicano, já sob a direção de Boris Fausto. Em 1984, quando a HGCB chegava ao seu volume de encerramento, lê-se a seguinte saudação ao projeto, nas palavras de Carlos Guilherme Mota:

Novo marco zero na historiografia brasileira

Chega ao fim a publicação da História Geral da Civilização Brasileira. Fato digno de registro, por se tratar de um projeto editorial de grande porte, bancado por Paul-Jean Monteil, um tipo raro e ilustrado de editor, o saudoso Monsieur Monteil da Livraria Francesa e da D.E.L. Representou ele um personagem que hoje escasseia em nosso mercado de livros. [...] De fato, suas iniciativas correspondiam a um clima cultural novo. [...]

O historiador zeloso

Não foi muito o que se escreveu sobre os volumes dirigidos por Sérgio Buarque, que abrigam algumas das mais notáveis análises sobre a história do Brasil no período colonial e no período imperial. Com efeito, os estudos coloniais de Alice Canabrava sobre a grande lavoura, de Florestan Fernandes sobre a organização social dos indígenas, de

---

<sup>728</sup> Ligia Sanches, “Dez Livros sobre Nossa História”, *Folha de S.Paulo*, 26.12.1981, Ilustrada, s.p. Disponível no Arquivo Sérgio Buarque de Holanda da Unicamp, referência Pt 276 P62.

<sup>729</sup> Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, p. 751.

Lourival Gomes Machado sobre o absolutismo e o barroco, de Antonio Candido sobre o mundo das ideias no período colonial – entre outros – só encontram rebote nos capítulos primorosos de autoria do próprio diretor da obra coletiva. Naqueles volumes produzidos nos anos 60, esse esforço coletivo redundou num passo decisivo para a “redescoberta do Brasil”. [...]

Algumas Lacunas

Com o tempo é natural que críticas a eventuais defeitos dessa obra coletiva se acentuem e que inúmeras qualidades sejam apreciadas sob ângulos novos [...] <sup>730</sup>.

Mota não pôde iniciar sua resenha sem recorrer às duas figuras fundadoras do empreendimento, destacando-os como idealizadores de um princípio norteador para a coleção e de um legado que seria alimentado por seus sucessores na continuidade do projeto. Esta referência nos desperta atenção para uma relação fundamental do processo editorial de uma coleção <sup>731</sup> que, no caso da HGCB, se realizou entre o “raro e ilustrado” editor Paul Monteil e o “historiador zeloso” Sérgio Buarque de Holanda. Em suas funções e posições dentro de um sistema de pensamento e produção intelectual, eles puderam trabalhar conjuntamente e catalisar os frutos do “clima cultural novo” que emergia na década de 1960.

---

<sup>730</sup> Carlos Guilherme Mota, “Novo Marco Zero na Historiografia Brasileira”, *Folha de S.Paulo*, 30.9.1984, Folha Ilustrada, s.p. Conservado no Arquivo Sérgio Buarque de Holanda, Unicamp. Referência SBH\_ Hp 69 P76.

<sup>731</sup> Isabelle Olivero, *L’Invention de la Collection*, pp. 127-135.

## Capítulo 6. Editar a Corpo e Alma do Brasil

*Havia, naquela época, uma grande mobilização no país. As opiniões dividiam-se entre os que apoiavam o vice-presidente João Goulart e os que se opunham a que ele assumisse. O impasse foi resolvido temporariamente em favor da tomada de posse de Goulart, mas as tensões continuaram durante seu governo. [...] A universidade foi chamada a participar dos debates que então se travavam e muitos se organizaram para defender o governo, visivelmente ameaçado por uma conspiração militar.*

Emília Viotti da Costa<sup>732</sup>

Este capítulo tratará da experiência de trabalho na qual a Difel teve de se dedicar de modo mais autônomo para consolidar sua referência e perfil editorial no mercado brasileiro. Sem inspiração em obras francesas, como veremos, o editor e seu grupo de trabalho terão que compreender questões mais profundas sobre a dinâmica de produção e circulação dos trabalhos dedicados ao Brasil que pudessem enriquecer o seu catálogo, para além da obra coletiva que realizariam com a sua História Geral da Civilização Brasileira.

Com uma rede intelectual estabelecida ao redor de suas atividades, definida entre o recrutamento de tradutores, revisores, comentadores e mesmo diretores de coleção, as pesquisas universitárias já figuravam como a matéria-prima fundamental para os projetos da editora. Entretanto, recrutar autores e selecionar os trabalhos mais adequados para editar textos de caráter pouco difundido entre os leitores locais não seria uma tarefa fácil. Primeiro, os responsáveis pela Difel colocam em prática a tentativa de atrair jovens pensadores com uma premiação, a qual não rendeu os frutos esperados; em seguida, buscam a produção de catedráticos renomados, autores franceses que produziram no país, para lançar livros individuais que catalisavam resultados de pesquisa dispersos em periódicos. Finalmente, deparam-se com a possibilidade de criar um novo empreendimento coletivo ao considerarem a referência de modelos editoriais autenticamente brasileiros, as chamadas brasilianas, e as possibilidades de ação junto à cátedra de Sociologia I da FFCL-USP, grupo de destaque na comunidade acadêmica.

Assim, em 1960, surge a Corpo e Alma do Brasil, dirigida pelo jovem professor assistente Fernando Henrique Cardoso e inaugurada com um título de seu mestre, o

---

<sup>732</sup> Emília Viotti da Costa, “Entrevista”, em José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, *Conversas com Historiadores Brasileiros*, p. 73.

catedrático Florestan Fernandes. O projeto reflete as intenções da Difusão de consolidar sua identidade como editora comprometida com a realidade e a cultura nacional e, ao mesmo tempo, as pretensões do grupo de intelectuais uspianos em projetarem sua produção e posicionamentos para além dos muros de sua universidade e dos círculos de debates políticos da cidade de São Paulo.

## **6.1. Mercado Editorial e a Primeira Difusão Universitária**

### ***O Chamado de um Concurso***

Quando começavam a pensar estratégias para nacionalizar seu catálogo, os responsáveis pela Difel também se propuseram a criar uma série de estudos brasileiros para a coleção Saber Atual. Neste projeto, os editores pensavam a publicação de obras autorais e individualizadas dentro daquele conjunto, diferentemente dos volumes coletivos produzidos na História Geral da Civilização Brasileira. O caminho escolhido para mobilizar os possíveis autores e obras também foi bastante distinto das cartas-convite que iniciaram as tratativas do conjunto dirigido por Sérgio Buarque de Holanda. Ao invés de selecionar nomes e se dirigir a eles no âmbito privado, a editora convocou um concurso, por meio de um chamado público lançado nas páginas de alguns dos principais jornais paulistas e cariocas, iniciativa que nos traz algumas boas questões para pensarmos o desenvolvimento das publicações brasileiras da editora.

Tal era o regulamento do concurso, divulgado em dezembro de 1956:

#### **PRÊMIO SABER BRASILEIRO**

A DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO, visando incrementar os estudos concernentes à realidade nacional, instituiu uma série de concursos periódicos sobre temas brasileiros que se inicia com um certame sobre “A História do Brasil”.

1. O prêmio será de Cr\$ 20.000,00
2. A Obra vencedora do certame, cujos direitos autorais passarão a pertencer à DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO, será editada na coleção SABER ATUAL, logo após a outorgação do prêmio.
3. A comissão julgadora será constituída por cinco membros, a saber: quatro intelectuais brasileiros de renome nacional e um representante da Difusão Europeia do Livro.
4. A decisão da Comissão Julgadora terá caráter final e irreversível.
5. Os trabalhos devem ser datilografados em cinco vias, papel tio ofício, lado único, espaço duplo.

6. Os originais devem ser assinados com pseudônimo, e serão acompanhados por um envelope lacrado contendo a identificação do autor.
7. Só após o julgamento definitivo será identificado o vencedor.
8. Será guardado sigilo absoluto dos demais candidatos.
9. A Difusão Europeia do Livro não se responsabiliza pelo extravio, perda, dano ou outros acontecimentos imprevistos com os originais enviados.
10. Os trabalhos remetidos não poderão ser retirados antes do julgamento do júri.
11. Não havendo nenhuma obra considerada pelo júri como digna do prêmio, dar-se-á novo prazo para a apresentação de novos trabalhos. Respeitadas todas as condições acima expostas, quanto à apresentação dos trabalhos, os candidatos deverão obedecer às seguintes normas para a elaboração da obra:
  - a. O trabalho deverá ter caráter didático, expositivos e interpretativo, e ser baseado no programa do ciclo colegial e aprofundado em “nível universitário”.
  - b. A extensão do trabalho deve ser de 100 (cem) páginas datilografadas no máximo;
  - c. As Ilustrações, em número de 20 (vinte), no máximo deverão constar de mapas e gráficos elucidativos do texto.
  - d. Não sendo apresentadas ilustrações a Difusão Europeia do Livro arroga-se o direito de inseri-las pelo seu corpo técnico.
  - e. As ilustrações assim como referências bibliográficas (3 folhas no máximo), serão computadas fora do texto.
  - f. Os originais deverão ser enviados do menor prazo possível, no máximo até 30 de julho do ano corrente, à Difusão Europeia do Livro – 79, Rua Marquês de Itu – São Paulo, a fim de permitir que os resultados sejam proclamados até 30 de setembro de 1957<sup>733</sup>.

Importante notar que a abertura do regulamento faz questão de expor as intenções da editora de contribuir com a difusão de trabalhos voltados aos temas nacionais e, ao fazê-lo, além de inaugurar o concurso, porta-se como um espaço de divulgação do desenvolvimento de seu projeto editorial. A formalidade do chamado, a especificação do prêmio e todos os detalhes de procedimentos para o depósito das candidaturas e para o respectivo processo de avaliação denotam um ar de profissionalismo, valorização e respeitabilidade do trabalho a ser realizado, assim como o seu prestígio, por garantir aos

---

<sup>733</sup> “Concurso Sobre História do Brasil. Prêmio Saber Brasileiro”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10 475, 30.12.1956, Suplemento Literário, p. 2, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_03/56815](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/56815); e “Prêmio Saber Brasileiro”, em *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 103, n. 30 916, 13.1.1957, 2º Caderno, p. 9, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_10/35075](http://memoria.bn.br/docreader/090972_10/35075). Pequenas notas anunciam o concurso e suas regras de modo resumido em *O Jornal* e *O Jornal do Brasil*.

concorrentes que a publicação integraria um dos principais projetos da editora naquele momento.

A Saber Atual, na verdade, já contava com o título que inspirou os editores a desenvolverem uma série brasileira dentro da coleção: tratava-se de *O Brasil*<sup>734</sup>, escrito por Pierre Monbeig. Embora o geógrafo tenha lecionado na Faculdade e Filosofia, Ciências e Letras da USP<sup>735</sup> e publicado diversos trabalhos em português, o volume consistia em uma tradução vinda do catálogo da PUF. Portanto, ao mesmo tempo que as normas dos textos a serem apresentados estabeleciam a compatibilidade com o *mise en page* e os objetivos do modelo francês, a edição originada pelo concurso seria a primeira produzida dentro dos circuitos mobilizados localmente pela Difel, direcionando seu olhar e critérios de seleção não apenas para a temática, como também para eleger o seu primeiro autor nacional.

As “normas de elaboração da obra” acabam por sugerir o perfil esperado para os candidatos que preencheriam o posto inaugural da coleção ao lado de Monbeig. Diante disso, destacam-se as palavras do primeiro item, que definem o “caráter didático, expositivo e interpretativo”, “baseado no programa do ciclo colegial e aprofundado em ‘nível universitário’”. Para além de definirem o alinhamento às questões editoriais, os detalhes apresentados sinalizam que a editora se propunha a intervir em um gênero de publicação específico que, pela primeira vez, é explicitamente relacionado em um anúncio com o termo “universitário”. A denominação evidentemente não impediria que um intelectual autodidata pleiteasse ao prêmio, no entanto, vemos o destaque a essa característica ressaltar que, dentro de parâmetros didáticos voltados especialmente ao público colegial, o texto deveria refletir uma formação especializada do autor.

O primeiro chamado do concurso, inclusive, utiliza-se de outra expressão para se referir ao caráter das propostas:

LANÇADO pela editora Difusão Europeia do Livro um concurso de ensaios de História do Brasil, com um prêmio de 20 mil cruzeiros para

---

<sup>734</sup> Pierre Mobeig, *O Brasil*, trad. Dirceu Lino de Matto, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1954.

<sup>735</sup> Pierre Monbeig (1908-1987) veio para o Brasil com a Missão Francesa por ocasião da fundação da FFCL-USP, onde lecionou entre 1935 e 1953. Por sua integração ao processo de institucionalização da Geografia na universidade, cujas contribuições retomaremos adiante, Monbeig ficou conhecido como um dos pais da disciplina no país, ao lado de Pierre Deffontaines e outros intelectuais brasileiros (Larissa Alves de Lira, *Pierre Monbeig e a Formação da Geografia Brasileira: Uma Ciência no Contexto do Capitalismo Tardio. Erosão dos Valores Literários, “Tentação à Ação” e Sistematização do Método (1925-1957)*, tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2017). A publicação da PUF se deu poucos anos depois que o geógrafo havia defendido seu doutoramento na França, Pierre Monbeig, *Le Brésil*, Paris, Presses Universitaires de France, 1954.



o melhor trabalho que se apresente o qual será editado pela empresa paulista<sup>736</sup>.

Entende-se que a nota desejava anunciar brevemente o Prêmio Saber Brasileiro, utilizando a palavra ensaio de modo relativamente casual para se referir a obras que congregassem síntese e erudição ao elaborar uma História do Brasil. Contudo, nesse momento, o termo possuía uma carga incontornável, relacionada de antemão a um gênero de escrita das chamadas interpretações do Brasil<sup>737</sup>. Ao oficializaram seu intento, os responsáveis pela Difel parecem ter se afastado dessa referência de modo consciente, pois ela não aparece em nenhum outro comentário sobre o concurso após a publicação do regulamento. Isto é, a editora escolhe as palavras e iniciativas mais adequadas para demarcar o vínculo de seu projeto com a universidade.

Os chamados aparecem nos jornais ao longo do ano de 1957 e, curiosamente, alguns meses antes da data final de inscrições, eles começam a anunciar o seu adiamento:

#### Prêmio Saber Brasileiro

Devido a numerosos apelos no sentido de ser ampliado o prazo de entrega dos originais ao “Prêmio Saber Brasileiro”, com um máximo de 100 páginas datilografadas, a direção da Difusão Europeia do Livro resolveu adiar a data final do recebimento destes originais para o dia 31 de outubro deste ano, e o resultado e premiação para 31 de janeiro de 1958. O prêmio consta da publicação do trabalho e mais vinte mil cruzeiros. Os interessados devem dirigir-se à Difusão Europeia do Livro – Rua Marquês de Itu, 79 – São Paulo Para mais informações e envio dos originais<sup>738</sup>.

O tom de entusiasmo e expectativa dos possíveis inscritos pela prorrogação dos prazos, na verdade, encobria um fato desanimador: a quase ausência de interessados pelo concurso. Em 25 de abril de 1958, meses após a nova data firmada para divulgação do resultado, na seção “Em Poucas Linhas” de *O Jornal*, lê-se: “Apenas três concorrentes – e fracos – se apresentaram ao concurso instituído pela Difusão Europeia do Livro, referente a uma resenha para a coleção Saber Atual. Ninguém venceu”<sup>739</sup>.

---

<sup>736</sup> “Os Fatos”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 11 128, 16.12.1956, Jornal Literário, p. 2, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_05/48475](http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/48475).

<sup>737</sup> Nos referimos ao ensaísmo que marca a geração de 1930, especialmente, com as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr.

<sup>738</sup> “Prêmio Saber Brasileiro”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 10 708, 6.10.1957, Suplemento Literário, p. 3, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/093718\\_03/65423](http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/65423); “Devido aos Numerosos Apelos”, *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 34, 18.8.1957, Suplemento Dominical, p. 2, disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/764302/4256>.

<sup>739</sup> “Em Poucas Linhas”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 11 541, 25.4.1958, Segunda Seção, p. 3, disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_05/62025](http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/62025).

Nestas palavras concisas, a disputa pública que deveria eleger o primeiro autor brasileiro para o catálogo da Difel aparece frustrada. E, embora o enunciado enfatize a má qualidade das candidaturas apresentadas, o que nos chama atenção é o baixo número de inscritos. O concurso propunha o lançamento de um livro, de uma editora iniciante, é verdade, mas que já possuía um catálogo conhecido naquela altura. Além disso, a remuneração do prêmio era considerável quando tomamos as referências da época.

Então, insistimos, por que seu insucesso?

Ao optar por desenvolver a série brasileira da Saber Atual com a realização de um concurso, a Difel não parecia visar à publicação de intelectuais maduros ou reconhecidos em suas áreas. Ainda que o novo autor fosse dividir espaço com nomes da maior autoridade, como era o caso de Pierre Monbeig e de outros franceses presentes na seção traduzida, participar de um processo desse tipo pressupunha a disposição e/ou necessidade dos autores em se submeter a uma seleção e buscar um lugar de visibilidade ainda não alcançado. A ideia de revelar intelectuais pouco conhecidos também fica implícita na própria enunciação do prêmio, que, segundo seu regulamento, “institui a partir desta data *uma série de concursos periódicos* sobre temas brasileiros” (grifo nosso), da qual apreendemos a tentativa da editora de estabelecer um espaço permanente de acolhida a um tipo de produção que amadurecia nos circuitos de produção local.

Os primeiros resultados de pesquisas e a primeiras defesas de teses universitárias no Brasil vêm a público no início dos anos 1940. Eles expressam a definição da estrutura institucional e hierárquica que organiza a rotina de um novo sistema de produção do conhecimento em torno das universidades: os licenciados e bacharéis tornam-se pesquisadores, assistentes e, finalmente, alguns deles obtêm os títulos necessários para conduzirem cátedras, ou seja, grupos e projetos de pesquisa mais extensos, os quais envolvem toda a cadeia anterior. Um processo de profissionalização responsável pelo surgimento de novos autores e pela elaboração de novos conteúdos a serem divulgados, dentro e fora deste sistema.

Diante desse desenvolvimento institucional, conformava-se o que podemos chamar de um primeira difusão universitária, a qual se fazia sentir com o surgimento de canais de comunicação e debate internos à comunidade acadêmica, como periódicos, anais de congressos de área, boletins impressos pelas respectivas instituições<sup>740</sup>, e com a

---

<sup>740</sup> Citaremos alguns destes veículos de debate e comunicação universitária adiante. Por ora, devemos atentar para o fato de que, internamente, essa primeira difusão universitária se apoiava nos departamentos

atuação de seus intelectuais em meios de divulgação externos, como os jornais diários de circulação nacional ou em publicações dispersas nas principais editoras do período<sup>741</sup>.

Com o Prêmio Saber Brasileiro, e outros que supostamente seriam lançados, Paul Monteil e sua equipe desejavam canalizar parte desse fluxo de produção intelectual para o projeto da Difel, Tateando as possibilidades de, aos poucos, torná-la uma casa especializada no setor. No entanto, voltando ao desfecho malogrado do concurso, talvez tenham feito uma leitura imprecisa das características do desenvolvimento das pesquisas na universidade brasileira ou da compatibilidade entre esse tipo de produção e o propósito que desejavam alcançar com o concurso.

O chamado se propunha a receber e selecionar trabalhos de nível universitário, mas que deveriam ser textos de síntese e de caráter didático, em acordo com as características da coleção Saber Atual. Contudo, a produção da universidade não seguia tais critérios, pelo menos não nesses termos. Os estudos monográficos, para usar um termo de época, tratavam de seus objetos a partir de temáticas especializadas, seguindo um princípio metodológico que orientava a especialização acadêmica e científica deste sistema de pensamento. Um escrito geral sobre História do Brasil, tal qual o livro de Pierre Monbeig para a Geografia, destoava desta perspectiva, especialmente, para os intelectuais em início de carreira que, como afirmamos anteriormente, formavam o público preferencial do concurso. Os professores catedráticos, assim como o mestre francês, detinham experiência e repertório para cumprir esta tarefa, mas, por ocuparem uma

---

gráficos das faculdades e universidades, estruturas pequenas e muito aquém de construir um movimento editorial.

<sup>741</sup> Consideramos que é um movimento disperso, pois até meados dos anos 1950 não identificamos iniciativas explícitas no intuito de desenvolver um projeto editorial universitário. De toda maneira, cabe citarmos um breve levantamento dessa “primeira difusão universitária” presente nas principais editoras com projeção nacional à época. No Rio de Janeiro, a CEN publicou os resultados de pesquisa do projeto Unesco na coleção Brasileira, entre eles, o livro de Florestan Fernandes e Roger Bastide, *Branco e Negro em São Paulo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955; A José Olympio editou Arthur Ramos, *Introdução à Psicologia Social* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1949), e a livre-docência de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*. Em São Paulo, a Instituto Progresso Editorial publicou o mestrado de Florestan Fernandes, *A Organização Social dos Tupinambá* (São Paulo, Progresso Editorial, 1948) e a Livraria Martins editou Pierre Monbeig, *Ensaio de Geografia Humana* (São Paulo, Martins, 1940); Roger Bastide, *Arte e Sociedade* (São Paulo, Martins, 1945); Eurípedes Simões de Paula, *Marrocos e suas Relações com a Ibéria na Antiguidade* (São Paulo, Martins, 1946); Donald Pierson, *Leituras de Sociologia e Antropologia Social* (São Paulo, Martins, 1948). Importante ressaltar o papel pioneiro da Martins em estabelecer um vínculo mais regular com os intelectuais universitários, não à toa em São Paulo, onde as primeiras instituições foram fundadas. Um levantamento mais aprofundado certamente irá encontrar iniciativas com circulação de alcance regional que dinamizaram suas atividades, absorvendo a produção universitária em seus projetos editoriais, como parece ter sido o caso da editora Progresso da Bahia (Flávia Goulart Mota e Susane Santos de Barros, “Panorama da História da Editoração em Salvador/Bahia”, em *1 Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2004, pp. 1-12).

posição mais bem-estabelecida na carreira universitária, o fariam certamente através de um convite para a publicação.

Ao fim, o Prêmio Saber Brasileiro não foi entregue, e a coleção Saber Atual não contou com nenhum outro trabalho, geral ou específico, sobre a realidade brasileira, como fora anunciado. Esse processo demonstra que a primeira forma pela qual a Difel tentou se aproximar do público universitário para promover trabalhos autorais sobre a realidade brasileira não foi atrativa, por melhores que fossem as suas intenções. Ou seja, não bastou convocar a mão dos possíveis autores – a mente do editor teria de intervir nesse processo de outras maneiras, buscando outros tipos de trabalho, estratégias de publicação e métodos de abordagem junto à comunidade acadêmica, seus interesses e perspectivas de atuação.

### ***Da Dispersão Editorial aos Livros***

Entre tentativas e erros, a equipe não recuou. A construção da HGCB ocorria em paralelo ao concurso, assim como outras ideias de publicações na seção de obras avulsas no catálogo da editora. Sobre esse momento em que a editora se arriscava em várias frentes para se conectar com a realidade universitária, devemos observar que a concepção da História Geral da Civilização Brasileira foi, em parte, intuitiva por reproduzir sua congênere francesa adaptada a um modelo de coleção conhecido no Brasil; e sua estrutura organizada na reunião de capítulos temáticos/especializados acabava por ser consonante com a lógica da primeira difusão universitária em curso. Dar vazão a outros tipos de trabalhos autorais seria algo totalmente diferente: significava criar uma linha editorial que considerasse o movimento de formação dos pesquisadores, seu lugar de legitimidade e a reprodução de seus trabalhos até que estes definissem um fluxo constante de formação-pesquisa-titulação que permitissem a seleção de conteúdo para ser publicado em livros.

De sua parte, os responsáveis pela Difel acompanhavam o fenômeno que tirava o mercado da rotina, no que diz respeito às transformações da esfera intelectual, com a expectativa de se organizar em torno delas e concretizar um novo nicho de atuação. Mas se o concurso que propuseram não teve efeitos, sob quais critérios deveriam agir para selecionar os materiais produzidos pelo sistema universitário? Como identificar o impacto desta produção nas respectivas áreas e frente à tradição estabelecida? Como alinhar as intenções da editora de ser uma referência para a cultura brasileira e sua necessidade de alcançar êxito comercial?

Em 1957, a Difusão Europeia do Livro publicava outro livro de Pierre Monbeig, *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*<sup>742</sup>, edição que a princípio não compunha nenhum projeto de coleção. Algumas características são importantes: a obra reunia artigos do professor francês dedicados a compreender a Geografia e seus métodos a partir da realidade brasileira, além disso, todos tinham sido produzidos no Brasil, em português, e alguns eram textos já publicados em veículos de divulgação acadêmica.

A partir destas características, podemos constatar alguns avanços da editora no sentido de aproximar-se de uma produção realizada no Brasil. O selo publicava o primeiro livro alinhado com a produção universitária desenvolvida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, também o primeiro a não recorrer a nenhuma referência do corpo de traduções que até então norteava o seu catálogo. É preciso reconhecer, evidentemente, que a obra do professor francês permanecia no universo das relações França-Brasil que fundamentavam o seu catálogo até ali, no entanto, o sentido das relações editoriais começa a se inverter, pois, se o professor fora “importado”, a elaboração e o conteúdo da obra não vinham de lá para cá.

Como vimos, Monbeig foi um dos membros da Missão Francesa que fundou a Universidade de São Paulo, mas esteve entre os professores que mais tempo permaneceu na instituição à frente de sua cátedra, atuando ativamente em congressos e entidades nacionais que contribuiriam para a institucionalização da disciplina, envolvendo-se com o grupo que lidera a fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e atuando no Conselho Nacional de Geografia (CNG) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>743</sup>. A Difel tem o cuidado de sinalizar a trajetória e engajamento de Pierre Monbeig no Brasil:

Não constituirá exagero afirmar – e todos familiarizados com o assunto por certo concordarão comigo – que o estudo, a pesquisa e a elaboração da Geografia em moldes científicos e modernos, datam entre nós da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, e da escolha para regerem suas cadeiras de Geografia de professores franceses. [...] Mas Pierre Monbeig se singulariza entre todos, porque foi longa sua permanência entre nós e a

---

<sup>742</sup> Pierre Monbeig, *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1957. O título remete à publicação do geógrafo na editora Martins, *Ensaio de Geografia Humana*, inserindo a Difel nesse movimento de primeira difusão universitária, como passaremos a analisar.

<sup>743</sup> Quando aceitou o convite para lecionar na Universidade de São Paulo, Pierre Monbeig contava em realizar uma estadia de apenas seis meses para, em seguida, retornar à Europa e encerrar sua tese sobre as Ilhas Baleares. Com o início da Guerra Civil Espanhola e a interrupção de suas possibilidades de pesquisa, ele permanece no Brasil e redireciona seus trabalhos. O geógrafo retorna à França em 1950 para defender a tese *Pionniers et Planteurs de São Paulo* na Sorbonne, publicada em 1952 pela editora Armand Colin (Larissa Alves de Lira, *Pierre Monbeig e a Formação da Geografia Brasileira...*, pp. 32, 147 e 158).

dedicação sem par com que se houve no exercício de seu magistério, o fator decisivo de resultados esplêndidos a que se chegou o ensino de geografia em nossa universidade. Mas não foi só essa contribuição que Pierre Monbeig nos trouxe. Estão aí seus trabalhos que abordam tantos e tão importantes aspectos geográficos da vida brasileira [...] <sup>744</sup>.

A apresentação é assinada por Caio Prado Jr., intelectual de grande respeitabilidade – editor e autor de vários livros de referência sobre a História do Brasil, como já citamos em outras ocasiões – que havia cursado História e Geografia na primeira turma da FFCL-USP. Caio participou, ao lado de Monbeig, de diversas das iniciativas pioneiras dos geógrafos estrangeiros e brasileiros no processo de institucionalização da Geografia na universidade <sup>745</sup>. As palavras do historiador e sua referência legitimam a trajetória do autor francês no contexto nacional, destacando seu comprometimento com a comunidade intelectual em que trabalhava e, especialmente, em contribuir com a compreensão da realidade do país a partir da Geografia.

Com a estrutura de uma coletânea, o livro demonstra que os editores souberam captar, nesse momento, a possibilidade de absorverem uma produção autoral especializada, que apresentava seus resultados em artigos de tipo científico e que estava dispersa naqueles canais de comunicação responsáveis pelo movimento inicial de difusão universitária que caracterizamos. E, na construção da obra, eles parecem se preocupar também em conscientizar o público sobre a existência desse repertório de publicações e espaços de debate utilizados por um intelectual universitário, elencando ao final do volume uma bibliografia de toda a produção de Pierre Monbeig até aquele momento.

---

<sup>744</sup> Caio Prado Jr. “Prefácio”, em Pierre Monbeig, *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, s.p.

<sup>745</sup> Além de ter se formado em história e geografia na Faculdade de Filosofia da USP, Caio Prado foi um dos fundadores da AGB, onde atuou por muito tempo ao lado de Monbeig e outros colegas, brasileiros e franceses. Em Larissa Alves Lira (*Pierre Monbeig e a Formação da Geografia Brasileira...*, pp. 207-209), também é possível termos uma dimensão da influência da obra do intelectual no desenvolvimento intelectual de Monbeig no Brasil.

**Quadro 20. Síntese de “Obras do Mesmo Autor [Pierre Monbeig]” em Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**

<b>Publicação/Tipo</b>	<b>Qtd.</b>
<b>Publicações Nacionais / Artigos</b>	<b>40</b>
<b>Periódicos e Anais Acadêmicos</b>	<b>16</b>
<i>Boletim da AGB</i>	8
<i>Anais da AGB</i>	1
<i>Revista do Arquivo</i>	1
<i>Anais do Congresso Brasileiro de Geografia</i>	1
<i>Boletim Geográfico do C.N.G</i>	2
<i>Revista Brasileira de Geografia</i>	1
<i>Revista Filosofia, Ciências e Letras</i>	1
<i>Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros</i>	1
<b>Periódicos Nacionais de Grande Circulação</b>	<b>24</b>
<i>O Estado de S. Paulo</i>	17
<i>Economia</i>	2
<i>Folha da Manhã</i>	3
<i>Observador Econômico e Financeiro</i>	1
<i>O Correio Paulistano</i>	1
<b>Publicações no Exterior / Artigos</b>	<b>19</b>
Periódicos Franceses	18
Periódicos Estadunidenses	1
<b>Editoras / Livros Nacionais e Estrangeiros</b>	<b>3</b>
Martins	1
Armand Colin	1
Difel	1

É notável o papel dos periódicos de circulação nacional na oferta de espaços de exposição para que os professores da universidade, como Monbeig, pudessem demonstrar os resultados de suas atividades e/ou opiniões sobre temas contemporâneos relacionados às suas especializações. A estrutura preestabelecida por estes veículos de comunicação de massa foi o primeiro suporte em que a universidade pode se apoiar para difundir os resultados de um sistema de pensamento em gestação, com os nomes que davam vida à instituição e construam sua legitimidade. *O Estado de S. Paulo* será, por certo, um espaço

privilegiado desse contexto, especialmente para a USP, pois a família Mesquita, detentora do *Estadão*, estava diretamente vinculada ao seu projeto fundacional e desenvolvimento, portanto, interessava-se em criar as melhores condições para projetar os frutos desta iniciativa local e nacionalmente.

Em seguida, a lista de publicações de Monbeig demonstram o crescimento de uma estrutura de divulgação que se origina da articulação com a comunidade universitária – não somente da USP, mas também em instâncias de representação nacionais – ou que se transforma a partir dela. A Geografia já tinha espaços de produção científica anteriores à fundação das Faculdades de Filosofia do país, a saber, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os seus Congressos Nacionais. Estes são disputados pelos novos pesquisadores da área, e os registros destas disputas ficam marcadas na produção publicada nas atas de reuniões, anais de congressos e periódicos<sup>746</sup>.

Ao organizar os dados bibliográficos da obra de Monbeig em sua publicação, a Difel apresenta a construção de redes de trocas intelectuais necessárias ao desenvolvimento do campo científico e valoriza a existência de um diálogo público entre pares que deveria ser ampliado a outros grupos com potencial interesse na produção universitária, notadamente, através de um vínculo mais estreito entre esse sistema de produção intelectual e o mercado do livro.

Os primeiros recursos de recepção à obra apontam para o reconhecimento desta necessidade:

Mais uma boa novidade lançou a Difusão Europeia do Livro no apagar das luzes de 1957, com a publicação desta coletânea de artigos de Pierre Monbeig, demasiadamente conhecido do público brasileiro para que necessite apresentação, tal a maneira pela qual se encontra ligado ao ensino da moderna Geografia e a pesquisa geográfica entre nós. [...]

Se a simples reunião em um só volume, de artigos de valor e tão esparsamente publicados, por si só já constitui um sucesso, maior é ainda nossa satisfação por ver aqui grupados trabalhos de difícil acesso aos nossos estudantes de geografia e ao público em geral, pois que alguns dos trabalhos já possuem vários anos de existência e os respectivos números das revistas em que foram publicados acham-se esgotados.

Assim sendo, muito embora a maioria dos estudos de Pierre Monbeig que compõem a obra em apreço não sejam inéditos, ela possui o sabor de uma autêntica novidade bibliográfica<sup>747</sup>.

---

<sup>746</sup> Luciene Pereira Carris Cardoso, “Os Congressos Brasileiros de Geografia entre 1909 e 1944”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 18, n. 1, 2011.

<sup>747</sup> Antonio da Rocha Penteadó, “Resenha. Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira”, *Revista de História*, vol. 17, n. 36, pp. 598-599, 1958.



Além de destacar as contribuições do professor estrangeiro por sua inserção no ensino e na pesquisa em geografia realizada “entre nós”, Antonio da Rocha Penteadó elogia, sobretudo, a iniciativa da editora como responsável por conceber um novo caminho para impulsionar e ressignificar as possibilidades de apropriação e usos dos princípios e debates que se formavam no interior da comunidade acadêmica. Assim, como membro deste meio intelectual, o geógrafo demonstra certa consciência sobre a necessidade de que a produção universitária dentro de sua disciplina pudesse circular de modo a ampliar o diálogo entre seus pares e também destes para com a sociedade, colocando-a à disposição de um público amplo em um novo suporte, o livro.

A perspectiva de Penteadó reitera nossa hipótese de que, à medida que o sistema universitário se fortalecia, gestava-se uma nova forma de pensamento cujos resultados, cada vez mais, se enquadrariam em um circuito sistemático de difusão por meio de projetos editoriais. Estes, por sua vez, seriam impulsionados por casas determinadas a promover o enraizamento desta nova perspectiva intelectual na sociedade e cultura brasileiras, visando alcançar um número de leitores considerável para garantir o sucesso comercial e simbólico de tais empreendimentos.

Com a experiência frustrada do Prêmio Saber Brasileiro e o resultado positivo de uma publicação como *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, vemos que a relação entre a Difel e o nicho de mercado que ela visava atingir a orienta para a criação de uma linha publicações independentes das referências editoriais que seus responsáveis traziam da França. Ela começa a se configurar em meio às ações da editora de modo inusitado: dois anos após sua publicação, o título de Monbeig aparece citado na segunda orelha de outro livro *Brasil, Terra de Contrastes*, de Roger Bastide:

COLEÇÃO Corpo e Alma do Brasil  
Volumes publicados:  
Novos Estudos de Geografia Humana  
de Pierre Monbeig  
Brasil, Terra de Contrastes  
de Roger Bastide [...] <sup>748</sup>

*Novos Estudos* é reivindicado no paratexto como o primeiro volume de uma nova coleção da editora chamada Corpo e Alma do Brasil. A edição de Bastide não possui nenhuma outra referência que anuncie ou explique o projeto, entretanto, algumas

---

<sup>748</sup> Roger Bastide, *Brasil, Terra de Contrastes*, São Paulo, Difel, 1959.

características comuns aos dois autores nos permitem reconhecer de imediato um sentido para este novo conjunto que surgia dentro catálogo da Difel.

Entre tantos franceses que passaram pela FFCL-USP, a Difusão publicava os nomes cujo tempo de permanência no país lhes permitiu firmar relações profundas com seu meio intelectual, de modo que suas carreiras, mesmo no retorno à França, continuaram vinculadas a esta trajetória brasileira<sup>749</sup>. É verdade que as memórias de grandes intelectuais franceses que passaram pela USP, como Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss<sup>750</sup>, reconhecem e celebram a estada no Brasil como uma abertura de oportunidades, mas suas experiências foram mais localizadas em relação à do geógrafo e à do sociólogo em questão.

Desta maneira, dentro da referência francesa uspiana, Pierre Monbeig e Roger Bastide parecem ter sido um ponto de apoio estratégico para que a Difel se lançasse a uma coleção de estudos brasileiros autorais, pois, além de serem reconhecidos pelo enraizamento local, os dois professores não encerravam sua referência em si mesmos e em suas obras. Com a trajetória que construíam, Monbeig e Bastide fizeram escola, realizando um volume significativo de orientações e linhas de pesquisa que formaram, inclusive, os catedráticos que substituiriam a geração da Missão Francesa. No processo de elaboração das respectivas edições, a Difusão certamente viu nestes intelectuais uma fonte prodigiosa de matéria-prima para conceberem um novo projeto.

O *mise en collection* aparece de forma imprecisa neste primeiro momento, pois ele é fruto do amadurecimento da própria ação editorial iniciada por Paul Monteil, Jacó Guinsburg e outros que trabalhavam junto à editora. No entanto, aos poucos, a Corpo e Alma do Brasil deixará de ser apenas um nome estampado na orelha de um livro para se vincular a um novo propósito de intervenção da Difel no mercado.

---

<sup>749</sup> Assim como Monbeig, Roger Bastide permaneceu no Brasil por mais de uma década na função de catedrático da cadeira de Sociologia I, entre 1938-1954. Segundo seus estudiosos, ele rapidamente se integrou aos círculos da crítica literária paulista, interessando-se profundamente sobre a literatura e o folclore brasileiro. Em viagens para o Nordeste começa a se interessar pelo candomblé tema que perpassa suas pesquisas universitárias, aprofundando-se nas discussões do folclore para pensar a cultura e as relações raciais na conformação da sociedade brasileira. Sobre a trajetória de Bastide ver: Fernanda Areas Peixoto, *Diálogos Brasileiros. Uma Análise da Obra de Roger Bastide*, São Paulo, Edusp/Fapesp, 2000.

<sup>750</sup> Claude Lévi Strauss, *Saudades de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996; Fernand Braudel, “Minha Formação de Historiador”, *Reflexões sobre a História*, São Paulo, Martins Fontes, 2002.

Figura 54

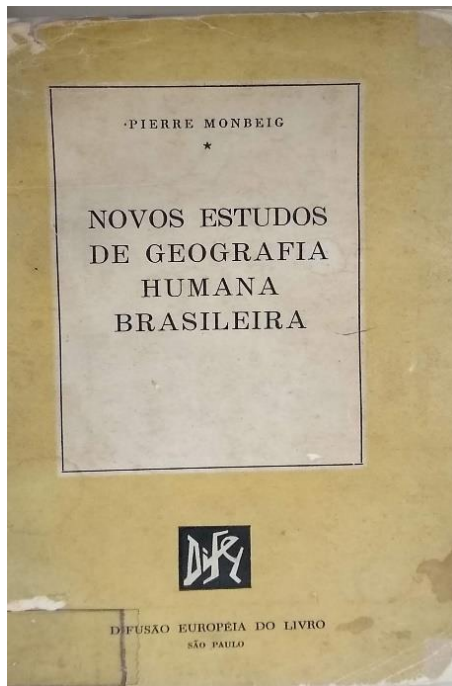


Figura 55

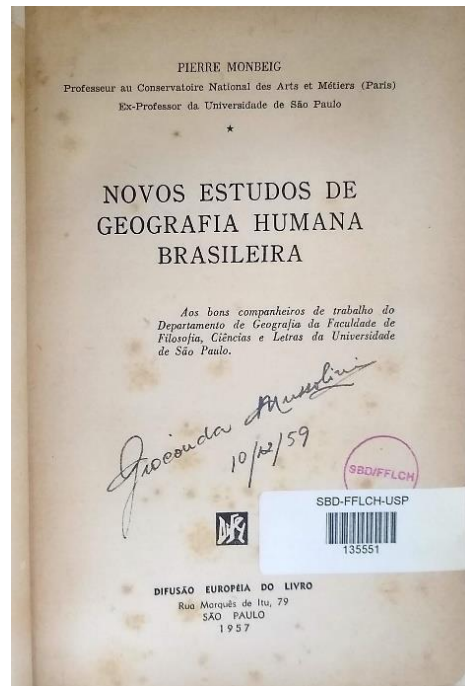


Figura 56

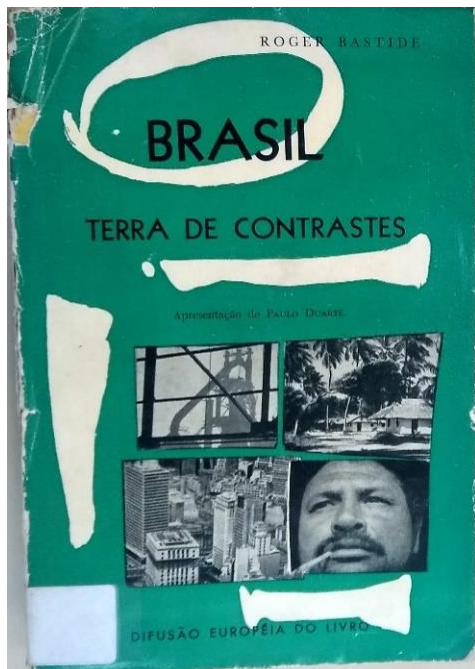
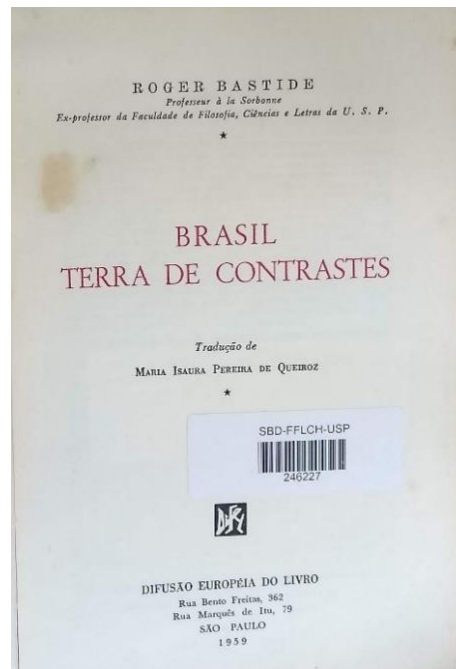


Figura 57



**Figuras 54 a 57. Detalhes dos vol. 1 e 2 da coleção Corpo e Alma do Brasil** Primeira edição de *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira* e *Brasil, Terra de Contrastes*, ambas em formato 14 x 21 cm. Nas folhas de rosto vemos os marcadores do vínculo dos autores com a universidade, da mesma maneira que aparecem na HGCB, referenciando a passagem pela USP e a ligação com as instituições francesas nas quais lecionavam no momento das publicações. A capa do primeiro livro demonstra que ele de fato não foi pensado inicialmente para compor uma coleção, pois ela se assemelha às de outros de títulos avulsos publicados pela editora, diferenciados apenas pela cor do quadro externo – amarelo, neste. O projeto gráfico se altera significativamente no segundo volume, direcionando-o à identidade da *Corpo e Alma do Brasil*, como veremos.

## 6.2. Consciência na Comunidade de Autores

### *Premissas do Empreendimento*

O lançamento da *Corpo e Alma do Brasil* será divulgado pela primeira vez no ano de 1960, em uma nota da coluna de Valdemar Cavalcanti:

Difusão Europeia do Livro: Planos

Está com grandes planos para este ano a editora Difusão Europeia do Livro. Vai iniciar a publicação da “História Geral da Civilização Brasileira”, elaborada por especialistas, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, e lançar uma nova coleção, “Corpo e Alma do Brasil” (Primeiro volume “Mudanças Sociais no Brasil” de Florestan Fernandes) [...] <sup>751</sup>.

Para além de uma coincidência de datas, é significativo que o anúncio se refira conjuntamente às coleções, pois colocadas lado a lado elas reforçam para o público o intuito da Difel de se dedicar à divulgação do pensamento brasileiro. Com projetos distintos, seja pela forma, pelos propósitos ou pela inspiração que os estruturavam, a editora atuaria não em uma, mas em duas frentes capazes de posicioná-la como possível agente de inovação no *habitus* editorial <sup>752</sup> deste mercado.

A notícia não relaciona a *Corpo e Alma do Brasil* às publicações de *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira e Brasil e Terra de Contrastos*, no entanto, estas são citadas nos paratextos de *Mudanças Sociais no Brasil* <sup>753</sup>, mantendo-se como primeiro e segundo volume da série no discurso elaborado por seus responsáveis. Consequentemente, o título de Florestan fica definido como o terceiro desta sequência, ainda que seja a edição responsável por enunciar os princípios fundadores da coleção, como veremos.

Antes disso, cumpre notar que outras referências desta construção peculiar revelam como, internamente, a Difel se propõe a editar o Brasil recorrendo a um repertório de referências intelectuais que se sobrepõe nestes projetos, apesar de suas diferenças:

---

<sup>751</sup> Valdemar Cavalcanti, “Difusão Europeia do Livro: Planos”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXXVIII, n. 12 082, 26.1.1960, Segunda Seção, p. 3, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_06/745](http://memoria.bn.br/docreader/110523_06/745).

<sup>752</sup> Retomamos aqui a definição proposta na Parte II, Capítulo 2. A partir deste momento passamos a avaliar a intervenção da Difel neste *habitus* editorial em um projeto que se afasta dos modelos franceses, tomando como referência as chamadas coleções brasileiras, que serão reivindicadas na construção do projeto, questão à qual voltaremos adiante.

<sup>753</sup> Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960.

A Corpo e Alma do Brasil, e estou te dizendo isso porque fui eu quem deu o nome para a coleção, saiu do Sérgio Buarque de Holanda. Quem inspirou foi o Sérgio Buarque. A tentativa de caracterização, digamos, antropológica, foi essa<sup>754</sup>.

Jacó faz alusão ao artigo homônimo, “Corpo e Alma do Brasil”, escrito por Sérgio Buarque de Holanda e publicado na *Revista Espelho*, em 1935<sup>755</sup>. O intelectual, que dirigiria uma grande equipe de autores na realização de uma obra coletiva, a HGCB, revelava-se também como ponto de partida para que a Difel delimitasse um escopo para a seleção de trabalhos autorais que construiriam um outro universo de publicações brasileiras em seu catálogo.

No texto, o historiador apresentava uma discussão sobre o liberalismo e a democracia no Brasil, formulando pela primeira vez a ideia de homem cordial, o que faz alguns estudiosos o considerarem como um esboço da obra *Raízes do Brasil*. Diante destes fatos, entendemos que a tal “caracterização antropológica” da coleção residiria na apropriação do símbolo de renovação representado no obra de Sérgio Buarque, trazendo os temas debatidos por ele naquela ocasião para um novo momento de discussões calorosas sobre o futuro da nação, que, desde o fim do Estado Novo, tentava consolidar suas instituições democráticas e afirmar projetos de desenvolvimento econômico e social.

Se a ideia surgira em 1959, ano em que a coleção é citada na obra de Bastide, devemos lembrar que o país entrava no último ano do governo de Juscelino Kubitschek, presidente que simbolizou a aplicação do projeto nacional-desenvolvimentista, defendido por uma ampla aliança de partidos progressistas que ia do trabalhismo aos comunistas<sup>756</sup>. A valorização teórica e mesmo técnica sobre como fazer o país avançar dominava a atuação destes grupos, uma perspectiva colocada pelo pensamento nacional alinhado com iniciativas internacionais dos pós-II Guerra, as quais visavam mitigar os abismos

---

<sup>754</sup> Jacó Guinsburg, Entrevista Concedida à Pesquisadora.

<sup>755</sup> Sérgio Buarque de Holanda. “Corpo e Alma do Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica”, *Revista Espelho*, ano I, n. 1, pp. 14-16 e 52, mar. 1933. A revista era dirigida pelo poeta, escritor e jornalista cearense Américo Facó (1885-1953) e pelo bacharel em direito, historiador e político carioca Claudio Ganns (1896-1960) e foi editada no Rio de Janeiro.

<sup>756</sup> Entre os partidos que apoiam o governo, encontram-se o Partido Social Democrático (PSD), ao qual o presidente era filiado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do vice-presidente João Goulart e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os comunistas alinharam-se aos grupos que consideravam estratégicos para aquele momento político, caracterizado pela *Resolução Política ao IV Congresso*, de 1954, e pela *Declaração de Março de 1958*, crendo na necessidade de atuar em aliança com burguesia nacionalista e progressistas com vistas a preparar o partido para uma revolução “Democrática-Popular, de cunho Anti-imperialista e Agrária Antifeudal” no Brasil. Os documentos estão disponíveis em: Edgard Carone, *O PCB*, vol. 2 (1943-1964), São Paulo, Difel, 1982, pp. 128 e 176. Além disso, o PCB precisava das legendas para lançar candidatos, pois desde 1947 se encontrava na ilegalidade.

socioeconômicos do bloco capitalista com a criação de órgãos específicos para tratar dos países periféricos.

No âmbito latino-americano, criou-se a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e, para acompanhar a perspectiva econômica da instituição, criaram-se também organismos voltados ao debate intelectual e formação técnica de quadros responsáveis por elaborar e executar tais projetos de desenvolvimento. Assim, foram fundadas a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), com sede em Santiago do Chile, e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Clapcs), no Rio de Janeiro, ambos sob responsabilidade da Unesco. Em nível nacional, o governo também incentivou instituições deste tipo com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, em 1955. O instituto foi uma grande referência da aliança entre intelectualidade e política neste período<sup>757</sup>.

Então, a democracia, o liberalismo e a sociedade brasileiras estavam em debate, e a produção intelectual sobre os respectivos temas agitavam a arena pública, onde a universidade – instituição que vinha se colocando como aliada da Difel – buscava seu espaço. O título de Sérgio Buarque evocava esse repertório e, além disso, construía um jogo de palavras interessante para projetar a coleção em um cenário tão rico de pensamentos. Por um lado, o nome coloca dois conceitos em oposição: o *corpo*, em referência ao material, à realidade objetiva, à composição social e, por que não, à infraestrutura da nação; e a *alma*, em referência às subjetividades, à cultura, ao caráter, às instituições brasileiras, sua superestrutura<sup>758</sup>. Um par em relação dialética, evidenciando dois polos que se reforçam mutuamente na construção de uma sociedade e que também corroborava com a ideia de contrastes presente no livro de Roger Bastide,

---

<sup>757</sup> Cumpre notar que importantes intelectuais do PCB estiveram ligados ao Iseb, como Nelson Werneck Sodré, expressando algumas particularidades das posições comunistas nos debates isebianos. Além disso, outros institutos são criados neste mesmo espírito de conciliar formação e ação política, como o Instituto Joaquim Nabuco fundado em 1949 por Gilberto Freyre e sediado no Recife. À direita, esta disputa também estava colocada e se expressou na criação de órgão similar, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), em 1961. Sobre os institutos ver: Caio Navarro de Toledo, *Iseb: Fábrica de Ideologias*, São Paulo, Ática, 1977; Camila Alvares Djurovic, *Impressões da Direita: Luta Ideológica e Mobilização Empresarial Através da Ação Editorial do Ipês (1961-1964)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2021; Heraldo Pessoa Souto Maior, “A Fundação Joaquim Nabuco e o Campo das Ciências Sociais no Brasil: A Sociologia”, *Ciência & Trópico*, vol. 33, n. 1, pp. 1-180, 2009.

<sup>758</sup> A concepção marxista de infraestrutura e superestrutura parece se adaptar bem à visão de mundo que direciona a organização da nova coleção da Difel e a seleção de seus principais títulos, como discutiremos adiante. Interessante registrar que, em entrevista à pesquisadora, Fernando Henrique Cardoso, o diretor da coleção, diz: “Eu sempre tive certa dúvida por causa da *Alma*. Era um título meio esquisito, mas foi importante [...]”. Em nossa leitura, ele parece remeter à perspectiva materialista/marxista com a qual ele estava alinhado naquele momento.

estabelecendo um princípio de complexidade para os trabalhos que seguiriam na coleção. Por outro lado, ele simplesmente remete a uma expressão de comprometimento com os rumos do país, em conhecê-lo e transformá-lo profundamente, “de corpo e alma”.

Mas não bastava a boa escolha para o título da coleção. O seu direcionamento no mercado dependeria também dos nomes escolhidos pela Difel para representar uma nova linha de interpretações do Brasil que seria difundida pelo projeto, estabelecendo princípios e propósitos para selecionar os trabalhos que, uma vez transformados em livros, pudessem alimentar tal perspectiva.

Coube a Fernando Henrique Cardoso a tarefa de dirigir a *Corpo e Alma do Brasil*. Naquele momento, ele estava em vias de defender sua tese de doutorado, sob orientação de Florestan Fernandes, e era professor assistente da cadeira de Sociologia I. Ao lado de colegas como Octavio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho Franco, ele se destacava enquanto um dos herdeiros do legado construído por Roger Bastide que, há alguns anos, passara a Florestan<sup>759</sup>. O jovem intelectual tinha, portanto, potencial para articular a passagem entre a geração de professores franceses e brasileiros que se expressava nos primeiros volumes reivindicados para a coleção e, em seguida, definir os critérios para a escolha de pesquisas que dialogassem com esse perfil, produzidas por outros catedráticos ou por colegas em início de carreira.

Outrossim, o nome de Cardoso figurava como uma escolha para a Difel pois era representativo de um grupo com características específicas dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Jacó Guinsburg menciona este fato em suas memórias: “Havia o grupo do Florestan e outro, ligado a outro professor, mas naturalmente o grupo do Florestan era mais ativista, boa parte dos seus membros estava ligado ao antigo PCB”<sup>760</sup>. A relação com o partido, ao qual o próprio Fernando Henrique já não era mais filiado em 1960, acabava sendo mais importante nesse contexto pela proximidade de seus círculos intelectuais com Paul Monteil desde a Livraria Francesa, como foi o caso de Fernando Henrique, que tinha um convívio próximo com o livreiro-editor<sup>761</sup>. O próprio Jacó reconhece que a coleção “[...] não tinha uma característica

---

<sup>759</sup> Bastide vai embora definitivamente do Brasil em 1954. Florestan Fernandes assume a cátedra de Sociologia I como regente até 1964, quando se torna o catedrático efetivo.

<sup>760</sup> Jacó Guinsburg, Entrevista Concedida à Pesquisadora.

<sup>761</sup> Jean-Claude Bernardet, Entrevista Concedida à Pesquisadora. Nesta altura, devemos lembrar também, ele já havia trabalhado com a Difel na tradução *Do Espírito das Leis*, publicado em 1957. Ao que tudo indica, Paul Monteil também tinha uma relação muito próxima com Florestan Fernandes. No prefácio à segunda edição de *Mudanças Sociais no Brasil*, Florestan se refere ao editor em tom fraternal: “[...] O título deste livro foi sugerido pelo querido e pranteado editor e amigo Paul-Jean Monteil” (Florestan Fernandes,

ideológica específica, ela tinha como objetivo dar conta dos problemas brasileiros – sociais, econômicos, políticos, antropológicos e culturais, de todo tipo – e levá-los para a consciência e o debate nacional [...]”, no entanto, os espaços de sociabilidade e os debates mobilizados PCB constituíam uma referência para os projetos da editora.

A cátedra de Sociologia I também atuava em um outro tipo de “ativismo” a ser considerado na construção de empreendimento diverso: o acadêmico. Florestan Fernandes era conhecido pela determinação com a qual regia sua cátedra, uma verdadeira atitude militante<sup>762</sup> para organizar linhas de pesquisa, orientar trabalhos e disputar os princípios sob os quais acreditava que a Sociologia deveria se institucionalizar enquanto domínio do campo científico e da universidade. Nestas três esferas de atuação predominava o senso de dever, com o qual tensionava seu grupo, para que a disciplina se desenvolvesse com um sentido de intervenção social<sup>763</sup>. Essa postura evidentemente tinha um peso simbólico para que Paul Monteil buscasse estabelecer uma parceria com Florestan e seus seguidores, mas ela também oferecia ao editor um resultado prático fundamental: o sociólogo alimentava um circuito de produção intelectual sistemático e volumoso. Para se ter uma ideia, entre 1954 e 1964, ele foi responsável pela orientação de cerca de 50% das teses defendidas na FFCL-USP<sup>764</sup>.

Ao analisarmos a primeira aparição da *Corpo e Alma do Brasil* na publicação de Roger Bastide, já mencionávamos o fato de que a Difel alinhava a obra de dois professores franceses que “fizeram escola” no Brasil devido à sua permanência e enraizamento nos meios intelectuais do país. Neste momento, podemos acrescentar que, de fato, a cátedra de Sociologia I hegemonizou o processo de formação do que ficou conhecido como Escola Paulista de Sociologia<sup>765</sup>. Entre as diversas condições que levaram a esse domínio, a nosso ver, encontra-se a consciência precoce de seus líderes

---

“Introdução. Capítulo 1: Mudanças Sociais no Brasil”, *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, 2. ed., São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1974, p. 19). Outro sinal desta proximidade pode ser visto em duas correspondências conservadas em seu arquivo pessoal (Fundo Florestan Fernandes (UMMA/Ufscar), referência: 02.09.8032 e 02.09.8033).

<sup>762</sup> Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista”, p. 171.

<sup>763</sup> *Idem*, pp. 159-160; Maria Arminda do Nascimento Arruda, *Metrópole e Cultura: São Paulo no Meio do Século XX*, pp. 173-176. A defesa sobre a função social da disciplina não se fazia sem um certo tensionamento na relação entre ciência e política. Os limites ou as formas de combinação legítimas entre estas duas perspectivas era motivo de discussão e, por vezes, desgastes entre o catedrático e seus orientandos. Sobre o tema, ver: Leonardo Octavio Belinelli de Brito, *Marxismo como Crítica da Ideologia: Um Estudo Sobre o Pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwartz*, tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2019, pp. 53-55.

<sup>764</sup> *Idem*, p. 218.

<sup>765</sup> Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil...”, p. 119.



em buscar os melhores caminhos para colocar suas pesquisas em circulação. À frente do grupo, Bastide constituiu uma exceção entre seus pares no momento da primeira difusão universitária dos anos 1940, pois, além de inúmeros artigos, ao final daquela década, ele já contava com oito livros publicados.

O exemplo do mestre parece passar às gerações seguintes. Com uma produção sistemática e a consciência de que conformavam uma comunidade de autores, os sociólogos nutriam um terreno fértil para a ação editorial e, aos poucos, a Difel começa a assumir esse espaço para orientar seu catálogo aos estudos brasileiros. Neste contexto, *Brasil, Terra de Contrastes*, que poderia ter sido mais uma edição isolada feita por uma nova casa interessada nas qualidades da trajetória e da obra do catedrático, estabelece o ponto de partida para a formulação de um programa coletivo de publicações.

Até mesmo as hierarquias internas ao grupo se expressam nesse processo de concepção do empreendimento: a obra de Bastide anuncia o projeto; em seguida, a publicação de Florestan oficializa a coleção e define os seus princípios; ao assistente de cátedra, Fernando Henrique Cardoso, coube a função de diretor para ser uma espécie de porta-voz da “escola” e executor da linha proposta. Estas posições se ressignificam à medida que a coleção se desenvolve, especialmente a ação de Fernando Henrique, acompanhando as trajetórias profissionais dos envolvidos, a conjuntura política e a história da editora.

### ***Nasce uma Nova Brasiliana***

Diante destas circunstâncias, a primeira edição de *Mudanças Sociais do Brasil* carrega o discurso fundador da Corpo e Alma e de seu sentido como intervenção intelectual em uma apresentação assinada pelo diretor Fernando Henrique Cardoso.

Ele inicia da seguinte maneira:

A Difusão Europeia do Livro encarregou-me de orientar as publicações de sua coleção “Corpo e Alma do Brasil”, cujos dois primeiros títulos (Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira, de Pierre Monbeig e Brasil, Terra de Contrastes, de Roger Bastide) tanto êxito alcançaram. Escolhi para inaugurar o novo período da coleção o volume sobre Mudanças Sociais no Brasil porque através dele pode-se perceber as características que os editores desejam imprimir a esta coletânea. De fato, o livro de Florestan Fernandes, através dos vários estudos que o compõem, distingue-se pela integridade científica e pela

autoridade na maneira de tratar os temas discutidos, refletindo a formação especializada do autor que é um scholar<sup>766</sup>.

Em comparação com o discurso feito por Sérgio Buarque de Holanda na HGCB, Fernando Henrique Cardoso assume sua função na Corpo e Alma do Brasil reconhecendo que os editores lhe delegaram uma tarefa, a qual ele aceitara executar sem nenhuma reserva. A reivindicação dos títulos publicados antes de sua presença no projeto reitera esse alinhamento e, mesmo o registro de que se inaugurava uma “nova fase” sob sua orientação é feito de modo a ressaltar sua conduta como parte do desenvolvimento e não de ruptura com os propósitos estabelecidos anteriormente.

Entretanto, podemos notar ao menos dois elementos de diferenciação entre as respectivas fases. Com Fernando Henrique e Florestan, realizava-se a publicação do primeiro livro sob autoria de um brasileiro, e a temática exposta na ideia de “mudanças sociais” também se diferencia das obras anteriores, propondo que a coleção trouxesse discussões sobre uma realidade em curso, sinalizando a nosso ver um diálogo com os debates sobre desenvolvimento que protagonizavam a política nacional. As duas características se tornam mais relevantes na medida em que o diretor qualifica os estudos que compõem o livro por sua qualidade científica, apresentando um elemento de diferenciação daquele trabalho em relação a outros que pudessem trabalhar a mesma temática. Este fato é reiterado pela caracterização do autor como um *scholar*, anglicismo que, à época, ressaltava o intelectual como um especialista e a sua atuação junto à universidade.

Após enunciar o nascimento da coleção, Fernando Henrique avança no texto para estabelecer os seus princípios:

Pretende-se, pois, acolher nesta coleção trabalhos que traduzam o resultado do esforço de revisão das técnicas de análise e interpretação da realidade brasileira que vem caracterizando o desenvolvimento recente das ciências humanas no Brasil. O antigo espírito de improvisação e verbalismo, que tanto marcou a fase do chamado bacharelismo brasileiro, começa a ser revisto e substituído, pouco a pouco, pela radicação no Brasil do ponto de vista científico de análise dos problemas do homem, da sociedade e da cultura. Muitos trabalhos de história, economia, etnologia, psicologia social, sociologia ou de geografia humana já exprimem o resultado do esforço metódico de levantamento de problemas e informações, do treinamento na utilização de técnicas rigorosas de análise e sistematização dos dados obtidos, e da familiaridade com os requisitos científicos de explicação da realidade.

---

<sup>766</sup> Fernando Henrique Cardos, “Apresentação”, em Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil*, p. 1. Grifos do Original.

É certo, contudo, que este desenvolvimento, sobre ser recente, atinge setores ainda restritos da vida intelectual brasileira. sendo assim, parece à Difusão Europeia do Livro que é de acentuado interesse cultural publicar trabalhos que, refletindo o progresso alcançado pelas ciências humanas no Brasil, estimulem no público o gosto pela análise científica dos problemas brasileiros.

Boa parte da bibliografia básica sobre o Brasil ainda repousa, exclusivamente, nas informações de textos antigos, sob a forma de memórias, viagens, relatórios, autobiografias e outros trabalhos que ainda não foram submetidos à crítica científica. Por outro lado, os trabalhos mais modernos sobre problemas brasileiros contemporâneos ou passados, apresentam-se sob a forma de ensaios, muitos de grande lucidez, mas carentes dos rigores habituais da análise científica. Por isto, as interpretações apresentadas nestes trabalhos, tornam-se, em regra, hipóteses ousadas e felizes, mas de base discutível.

Existem, por certo, os trabalhos de natureza científica a que me referi. Estes, porém são, em geral, patrocinados e publicados por instituições especializadas e, por isto mesmo, têm circulação restrita. Desta forma o público tem pouco acesso à bibliografia moderna sobre os problemas brasileiros. Deste quadro escapam apenas os trabalhos feitos por um ou outro autor de reputação inteiramente firmada que, por isto mesmo, encontra facilidade de publicação.

Há real necessidade, portanto, de divulgar os estudos de cunho científico sobre a formação ou as possibilidades de desenvolvimento e mudança social do Brasil [...]<sup>767</sup>.

O diretor propõe que a Corpo e Alma do Brasil fosse uma expressão das transformações das ciências humanas nos meios intelectuais brasileiros e de seus impactos nas análises sobre a realidade nacional, posicionando-a metodologicamente no campo da “análise científica” em oposição ao “verbalismo”, “improviso” ou “bacharelismo” que dominavam a tradição até então estabelecida. Fernando Henrique demarca, primeiramente, dois campos em disputa com termos que evidenciam o sentido de ruptura representado pelo projeto e toma a ideia de ciência como elemento de inovação e autoridade para o repertório a ser construído. Em seguida, ele reconhece a existência de um campo intermediário de avanço das interpretações do Brasil no ensaísmo, contudo, reitera a limitação destes trabalhos para deixar apenas a sua perspectiva no domínio da ciência.

Uma vez estabelecido o caráter intelectual do projeto<sup>768</sup>, o sociólogo o destaca também como uma ação editorial de vanguarda por meio da qual a Difel – e ele como seu representante – assumia a responsabilidade de difundir e ampliar o alcance desta nova

---

<sup>767</sup> *Idem*, pp. 1-2.

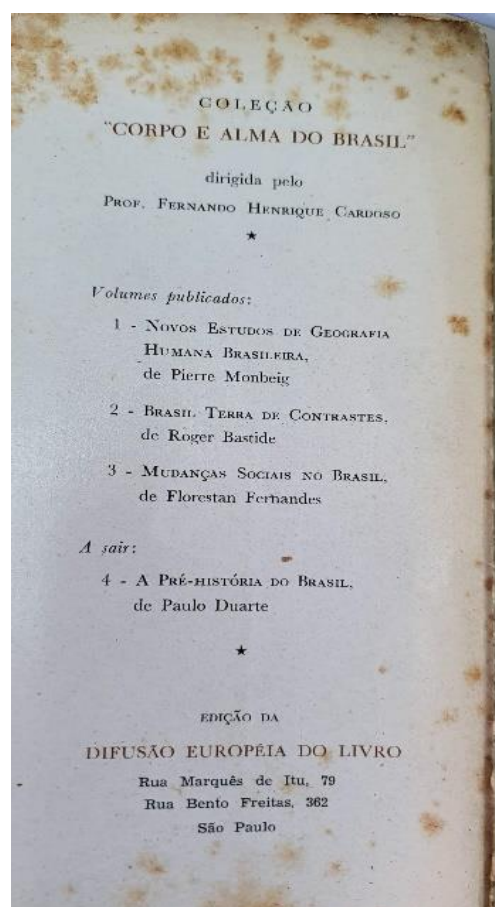
<sup>768</sup> A apresentação vai definindo os critérios de seleção que circunscrevem as obras selecionadas em um mesmo universo intelectual (Isabelle Olivero, *L’Invention de la Collection*, p. 57) e, assim, também podemos apreender as condições sob as quais o empreendimento se postula como ponto de intervenção no *habitus* do mercado de livros.

forma de pensamento. A postura remete justamente ao espírito ativista com o qual o grupo da cadeira de Sociologia I encarava seu papel no processo de institucionalização da disciplina nos meios universitários e da consciência que possuíam da importância de dar visibilidade aos seus trabalhos. Estas características se transferem à coleção, com um viés de certo modo missionário, na medida em que ela é tratada como um instrumento para realizarem esta tarefa de “real necessidade” e “interesse cultural” para a sociedade brasileira.

**Figura 58**



**Figura 59**



**Figuras 58 e 59.** Detalhes da primeira edição de *Mudanças Sociais no Brasil*, em formato 14 x 21 cm. Verifica-se a identidade do projeto gráfico com *Brasil, Terra de Contrastes* – capa sem assinatura. A orelha do livro traz, pela primeira vez, o nome do diretor da coleção e situa a sequência dos primeiros títulos, reivindicando retrospectivamente as obras dos professores Pierre Monbeig e Roger Bastide.

Com estas palavras, Fernando Henrique explicita que a *Corpo e Alma* seria um pilar de sustentação para as novas condições da produção e circulação do conhecimento científico, além de um agente transformador da esfera simbólica das chamadas

interpretações do Brasil. Sendo assim, ele não consegue escapar de um diálogo com o modelo editorial brasileiro que consolidou esse mesmo lugar para a tradição com a qual se enfrentava:

Vê-se, pois, que não se deseja acrescer às brasileiras existentes – que tão marcados serviços têm prestado para a difusão dos conhecimentos sobre o Brasil – uma coletânea similar. Não se têm a intenção de promover a edição ou a reedição de textos clássicos sobre o Brasil, sejam eles fontes primárias ou trabalhos de interpretação. Nem se pretende, sem excluí-los, publicar apenas autores consagrados. O objetivo expresso dessa coleção será a publicação de estudos sobre o Brasil que reflitam, nas suas cogitações e na técnica de elaboração, as preocupações do espírito científico [...] <sup>769</sup>.

As coleções brasileiras ainda carregavam o prestígio e reconhecimento de reunirem um conjunto fundamental de obras para se conhecer o Brasil <sup>770</sup>. Desta maneira, o diretor evidentemente reitera os argumentos que permitem estabelecer as suas diferenças, no entanto, ele o faz também para assumir um terreno de atuação comum entre elas, de modo a colocar o seu projeto, desde o início, na disputa por um lugar de consagração do mercado. Esta característica o leva, inclusive, a uma demarcação conceitual na forma pela qual a intelectualidade definia o caráter daquelas obras, substituindo a ideia de “interpretação”, que denota uma carga de improviso àquelas obras, por “estudos sobre o Brasil”, termo que lança luz para o aprofundamento e rigor metodológico.

A esta altura parece redundante afirmarmos que o sociólogo reivindica a ideia de ciência para identificá-la com a produção universitária. Todavia, cumpre notar que o seu texto só faz essa correspondência uma única vez:

Ciência e pesquisa são palavras que se tem empregado de maneira abusiva entre nós. Parece que com elas se pretende, através de uma espécie de virtude mágica de que estes vocábulos estão impregnados, dar cunho de seriedade e fazer circular entre os setores acadêmicos e o grande público um conjunto de noções informadas por um empirismo grosseiro e revestida de pretensão à dignidade de um saber definitivo, que toca às raias do misticismo. Tais pretensões não encontram acolhida, naturalmente, os círculos universitários conscientes da natureza do conhecimento científico. Nenhum cientista responsável poderia endossar as aspirações de fazer da ciência uma nova religião leiga que substituísse todas as demais formas de conhecimento e propusesse explicações permanentes para todos os problemas.

---

<sup>769</sup> Fernando Henrique Cardoso, “Apresentação”, em Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil*, p. 2. Grifo nosso.

<sup>770</sup> Gustavo Sorá, *Brasileiras...*, p. 28.

Entretanto, a assimilação apressada do espírito científico, que se constituiu numa elaboração lenta em outros países, tem ocasionado confusões lamentáveis entre nós. Muitos pensam que através de uma caricatura da pesquisa científica será possível, ordenando com certo rigor um conjunto de dados, alcançar o milagre da explicação pela acumulação de evidências. [...] Outros, inspirados por equívocos intelectualistas de outra natureza, acreditam que a formalização dos conhecimentos, sua expressão em termos simbólicos e as elocubrações da razão, constituem o núcleo do conhecimento científico. [...]

Está claro que, ao me referir à necessidade de incentivar os trabalhos científicos sobre os problemas brasileiros e de substituir o espírito bacharelesco pelo espírito científico, não tinha em mente endossar estes preconceitos dos que pouco sabem a respeito da ciência [...] <sup>771</sup>.

Provavelmente, Fernando Henrique considerava que a defesa da universidade estava implícita em sua trajetória. De alguma forma, a referência de seu nome e dos primeiros autores publicados de fato bastaria para situar o leitor, mas não podia deixar de mencionar diretamente esse vínculo institucional no discurso de abertura, porque outras instituições do período, que também se diferenciavam da tradição intelectual bacharelesca e autodidata nas ciências humanas, reivindicavam para si o papel de modernizadoras do pensamento nacional e detentoras da legitimidade do método científico.

Como citado no início deste item, as pautas do desenvolvimento histórico, político e econômico da nação eram discutidas no período a partir de uma visão técnica e mesmo acadêmica que motivou a produção intelectual dentro de partidos políticos, em meio ao corpo de funcionários de órgãos de Estado e em institutos de formação e pesquisa inovadores criados a partir deste contexto, como a Cepal, a Flacso, o Clapcs e o Iseb. Assim, a preocupação em transmitir o espírito científico da universidade, e de seu grupo mais especificamente, tinha que estar ao menos mencionado de forma direta na apresentação da *Corpo e Alma do Brasil* <sup>772</sup>. Ao fazê-lo, o enunciado adquire tom de manifesto em relação à produção contemporânea que detinha maior conexão com os espaços da intervenção social e política do período, nos quais os universitários também desejavam incidir. Fernando Henrique se lembra desse contexto de disputa:

---

<sup>771</sup> Fernando Henrique Cardoso, “Apresentação”, em Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil*, p. 3.

<sup>772</sup> A apresentação de Fernando Henrique integra um repertório de textos de afirmação da produção universitária a partir das questões metodológicas, como afirma Maria Arminda do Nascimento: “A universidade erigiu, dessa maneira, uma nova modalidade cultural, implicando num tipo de reflexão constante, pontuado por exigências próprias, respaldada tanto na produção de um conhecimento voltado para a carreira, quanto num saber que exigia as preocupações com a transmissão. [...] A transmissão de conteúdos gera o esforço de sistematização dos sistemas de pensamento, expresso em grandes sínteses, frequentemente apoiadas em longos discursos sobre o método [...]” (Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil...”, p. 116).

E nós não gostávamos muito do Iseb porque tinham a pretensão de ser cientistas, e ao mesmo tempo tinham ligações com o Estado. Nós não tínhamos nenhuma. A matriz cultural era outra. O pessoal de São Paulo muito mais influenciado pela esquerda, pelo Marx. Não pelo Partido Comunista, porque quase nenhum tinha ligação direta, mas com a leitura do Marx, o marxismo, sim. [...] havia uma certa rivalidade entre Rio e São Paulo, e em São Paulo o que tinha de edição era o Monteil, com a Difusão Europeia do Livro<sup>773</sup>.

Neste sentido, podemos assumir que, ao criticar o uso abusivo da ideia de ciência e a existência de “um empirismo grosseiro”, Fernando Henrique se referia ao ambiente e à produção político-intelectual fomentados naquele momento pelos partidos, pelo próprio Estado brasileiro e pelas instituições criadas ao seu redor.

O posicionamento demarca, inclusive, um ponto de virada em sua própria trajetória intelectual, pois, poucos anos antes, o sociólogo, que integrou o PCB até 1954, havia publicado um artigo na *Revista Brasiliense* no qual ainda demonstrava certo alinhamento com as teses cepalinas e as análises de seu antigo partido<sup>774</sup>. Nada mais natural, pois a vida universitária se sobrepunha a outros circuitos intelectuais e, conforme se inseriam no processo de profissionalização promovido pela universidade, estes pensadores poderiam rever suas posições para firmar seus novos princípios. Em outras palavras, o acirramento da disputa política em torno do ideais nacional-desenvolvimentistas e a crise da esquerda frente ao marxismo hegemônico pelos comunistas encontram-se com o processo de fortalecimento do sistema universitário, que, cada vez mais, vê a necessidade de se diferenciar em relação a estas estruturas e afirmar sua autonomia.

Fernando Henrique Cardoso foi um intelectual de referência neste processo, sendo assim, a *Corpo e Alma do Brasil* se constituía como mais um espaço de publicidade para a diferenciação entre estas lideranças universitárias e seus interlocutores em outras instituições produtoras de conhecimento que não estavam identificadas com uma tradição intelectual ultrapassada. A edição seria um meio fundamental de incidir sobre a arena pública, pois os tais “empiristas” tinham seus editores.

---

<sup>773</sup> Fernando Henrique Cardoso, Entrevista Concedida à Pesquisadora.

<sup>774</sup> Fernando Henrique Cardoso, “Nacionalismo e Desenvolvimento”, *Revista Brasiliense*, n. 12, pp. 88-98, jul.-ago. 1957. Meses depois, Octavio Ianni escreve sobre o tema, polemizando com o colega da cátedra de Sociologia I. As posições do grupo não eram homogêneas e passam por diferentes fases na formação destes sociólogos (Leonardo Octavio Belinelli de Brito, *Marxismo como Crítica da Ideologia*, p. 223).

O Iseb se responsabilizou por algumas publicações de Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto<sup>775</sup>, todos membros fundadores do instituto; e algumas das jovens e prósperas casas comerciais do Rio de Janeiro também estavam atentas a este movimento de ideias: a Zahar publicou Alberto Guerreiro Ramos, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Francisco Magabeira<sup>776</sup>; a Civilização Brasileira criou a sua *brasiliana*, chamada Retratos do Brasil<sup>777</sup>. Esta coleção, que foi lançada no mesmo ano que a Corpo e Alma, em 1960, teve como obra inaugural *A Radiografia de Novembro*, do udenista Bento Munhoz da Rocha Netto<sup>778</sup>, uma publicação explicitamente relacionada a um autor com vida partidária, direcionando-a à divulgação de outros nomes com este perfil, como Sérgio Magalhães, Franklin de Oliveira e muitos intelectuais do PCB, como Nelson Werneck Sodré, Cid Silveira, Alberto Passos Guimarães e Edson Carneiro<sup>779</sup>.

Os autores e título publicados demonstram a formação de um campo de editoras progressistas que catalisam os debates de época e se tornam o responsáveis por viabilizar a circulação das reflexões sobre a política, a economia e a sociedade brasileiras<sup>780</sup>. Assim,

---

<sup>775</sup> Alguns exemplos de publicações do Iseb (Rio de Janeiro): Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional*, 1960; Hélio Jaguaribe, *Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, 1958; Roland Corbisier, *Brasília e o Desenvolvimento nacional*, 1960.

<sup>776</sup> Alguns exemplos de publicações da Zahar (Rio de Janeiro): Alberto Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder no Brasil: Problemas da Revolução Nacional Brasileira*, 1961; Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*, 1961; Francisco Mangabeira, *Imperialismo, Petróleo, Petrobrás*, 1964.

<sup>777</sup> Se a Difel se inspirou em Sérgio Buarque de Holanda para batizar a sua coleção, interessante notar que a Civilização Brasileira remete seu empreendimento à obra *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*, de Paulo Prado, publicado pela Duprat-Mayença de São Paulo, em 1928. Prado integrou os círculos paulistas do modernismo e neste ensaio apresenta uma elaboração sobre aspectos da formação do nacionalismo brasileiro.

<sup>778</sup> O título de Rocha Netto relata os eventos que levaram o general Lott a intervir no governo de Café Filho, no qual ele era ministro, para impedir o golpe contra a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1956. A atenção ao evento, uma das primeiras tentativas de golpe que antecederam o 1º de abril de 1964, também é elucidativa do caráter nacionalista destas coleções que desejavam pensar o Brasil contemporâneo no calor daqueles debates e ações políticas.

<sup>779</sup> Exemplos de publicações da Civilização Brasileira (Rio de Janeiro): Cid Silveira, *Café: um Drama na Economia Nacional. Análise do Mercado Exportador*, 1962; Edson Carneiro, *Ladinos e Crioulos: Estudos sobre o Negro no Brasil*, 1964; Franklin de Oliveira, *Revolução e Contrarrevolução no Brasil*, 1962; Sérgio Magalhães, *Problema do Desenvolvimento Econômico*, 1960; Nelson Werneck Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira*, 2. ed., 1963 – a primeira edição do livro de Sodré fora publicada em 1958 na coleção Documentos Brasileiros da José Olympio; a partir de 1963, ela é incorporada à Retratos do Brasil.

<sup>780</sup> Lawrence Hallewell, *O Livro no Brasil*, pp. 594-595. Retomamos o conceito mencionado na Parte II, Capítulo 1. Naquele momento, discutíamos como o campo de editoras progressistas atuava na recepção das novidades teóricas de referência internacional que pudessem contribuir com um pensamento crítico sobre a realidade brasileira. Agora, chamamos a atenção para a forma como o setor absorve a produção local voltada ao debate desenvolvimentista. Essa linha editorial inspirada direta ou indiretamente nas coleções brasileiras constitui o cerne da identidade destas casas no mercado. Devemos destacar que Hallewell identifica o polo progressista especialmente no Rio de Janeiro, devido à centralidade de seu mercado diante da produção nacional. Nossos exemplos acabam por assumir sua leitura, inclusive, porque as instituições de que tratamos aqui estavam muito próximas do centro de poder político, ainda estava situado nesta cidade. No entanto, podemos trazer sua leitura para o mercado paulistano e destacar, além da Difel, a atuação da



ao reivindicar a ciência como a perspectiva mais adequada para as análises sobre a realidade nacional, o texto de Fernando Henrique adquire um ar de manifesto, de afirmação dos trabalhos e intelectuais universitários neste campo; a *Corpo e Alma do Brasil*, por sua vez, seria um lugar de acolhida e transmissão desta produção frente às suas concorrentes, um projeto que posiciona também a Difel neste perfil político criado pela relação entre a esfera intelectual e a editorial<sup>781</sup> – perfil que será o responsável pela ascensão das referidas casas no mercado.

Para além da apresentação, outras características da primeira edição de *Mudanças Sociais no Brasil* colaboram para atribuir esse sentido de intervenção ao lançamento e desenvolvimento do projeto. A obra é fruto de uma reunião de trabalhos escritos por Florestan Fernandes entre 1943 e 1959, questão que o aproxima de *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira* de Pierre Monbeig e demonstra mais uma vez essa primeira tática da Difel em criar livros inéditos a partir desta produção universitária que se encontrava dispersa ou não publicada. Entretanto, o formato dado ao conteúdo não se resume à organização dos respectivos em sequência de capítulos independentes: as pesquisas originalmente autônomas entre si são estruturadas de modo a conformar uma interpretação totalizante sobre o Brasil. Esta se configura, em primeiro lugar, a partir da ideia de mudanças sociais, e, em seguida, com a orientação do livro três partes, “Aspectos da Situação Cultural do Brasil”, “Aspectos da Evolução Social de São Paulo”; “Aspectos da Interação com o Índio e com o Negro”, que constituem uma sequência temática mais abrangente costurada pelos demais paratextos introdutórios.

O prefácio ao livro adverte os leitores para o fato de que os trabalhos passavam por diferentes momentos da trajetória do autor e de suas abordagens dentro da Sociologia e é responsável por apresentar os termos em que essa unidade fora pensada:

Ao selecionar os estudos que o compõem, no entanto, o autor encarou essa heterogeneidade como elemento positivo. Como bem salientou Emílio Willems, “culturas diversas” coexistem, na sociedade brasileira, “dentro das mesmas fronteiras políticas”. [...] Eles [os trabalhos] são heterogêneos porque afetam uma realidade que é variável e complexa; e, em particular porque tratam de facetas desta realidade,

---

editora Brasiliense de Caio Prado Júnior, que mediante este mesmo espírito de “(re) pensar o Brasil” publica, por exemplo, Josué de Castro, *O Livro Negro da Fome*, em 1960; a Livraria Martins, responsável pelo lançamento de Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, em 1959 e que na mesma época lançou a coleção Biblioteca Histórica Brasileira, com publicações críticas ao desenvolvimento nacional.

<sup>781</sup> Cumpre notar que o perfil progressista destas editoras também se realiza em suas bibliotecas de Ciências Sociais citadas em capítulos anteriores, quando tratamos do setor de traduções do catálogo Difel.

que não poderiam ser apreendidas senão por meio de sondagens localizadas e confinadas<sup>782</sup>.

O texto não é assinado por Florestan, mas ficamos com a impressão de que ele é resultado de uma reflexão autoral quando estabelece a relação entre o seu percurso, os textos produzidos no período em questão e a própria realidade brasileira como fator de expansão do “horizonte intelectual”<sup>783</sup> dos sociólogos brasileiros que deveria ser visualizado e compreendido pelos futuros leitores, especialistas ou não, como condição do desenvolvimento da disciplina e das possibilidades para o surgimento de novas elaborações mais extensas e aprofundadas sobre o tema. Quando tomamos o caráter inaugural do volume dentro da coleção, constatamos também que essa relação unidade/heterogeneidade do conteúdo serviria para demonstrar ao público a erudição e os domínios de conhecimento de um dos principais catedráticos uspianos, elemento importante para construir o capital simbólico do projeto e do grupo que representava, e para balizar o espectro temático para a seleção de trabalhos a serem publicados, garantindo uma espécie de filiação entre Florestan Fernandes e os integrantes da coleção.

Ainda no que compete à construção do sentido e da totalidade apresentada por *Mudanças Sociais no Brasil*, podemos nos ater brevemente à sua introdução, último escrito da instância prefacial que, devemos salientar, não foi escrito na circunstância da publicação realizada pela Difel. Trata-se de “Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento”, apresentado por Florestan Fernandes no Seminário Sobre Resistências à Mudança, organizado pelo Clapcs, em 1959. Escolhido entre os trabalhos anteriores do sociólogo, podendo, portanto, compor o corpo principal da obra, o texto foi selecionado como uma formulação adequada para integrar o repertório que os editores construam para orientar a leitura do livro. A referida comunicação de Florestan marcou a comunidade de sociólogos presentes no evento por se reconciliar publicamente com as atividades do centro e por apresentar a orientação do catedrático nos debates sobre o conceito de desenvolvimento na Sociologia<sup>784</sup>, assim como nos projetos políticos que prometiam um futuro bem-sucedido para a nação brasileira.

---

<sup>782</sup> “Prefácio”, em Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil*, pp. 5-6.

<sup>783</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>784</sup> Leonardo Octavio Belinelli de Brito, *Marxismo como Crítica da Ideologia*, p. 224; Ricardo Colturato Festi, *O Mundo do Trabalho e os Dilemas da Modernização: Percursos Cruzados da Sociologia Francesa e Brasileira (1950-1960)*, tese de Doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2018, pp. 238-243. Estes estudos mais específicos sobre a formação da Sociologia no Brasil demonstram as disputas em torno da criação e desenvolvimento destas instituições que se estabeleciam em paralelo às universidades. Os uspianos desejavam que a sede do CLAPCS fosse implantada em São Paulo, o que acabou

Não é nosso objetivo entrar na posição defendida por Florestan Fernandes, contudo, apenas o reconhecimento do contexto e do caráter original da introdução demonstram que ela reforça, ou complementa, a “apresentação-manifesto” de Fernando Henrique, circunscrevendo cada vez mais a fundação do projeto editorial como expressão dos posicionamentos e trabalhos deste grupo universitário<sup>785</sup>. Na segunda edição do livro, Florestan Fernandes afirma que o título “mudanças sociais” (no plural) foi cuidadosamente pensado não apenas para costurar a totalidade do livro, mas também para contribuir com a demarcação de suas posições teóricas:

O título deste livro foi sugerido pelo querido e pranteado editor e amigo Paul-Jean Monteil. Dele também foi a decisão de manter o título no plural, o que correspondia à variedade de facetas dos assuntos abrangidos nas três partes do livro e permitia fugir à ambiguidade do conceito formalista de “mudança social”, tão em voga entre os sociólogos norte-americanos<sup>786</sup>.

Este pequeno detalhe demonstra que a *Corpo e Alma do Brasil* foi pensada e discutida pela editora e os sociólogos como um projeto conjunto. As duas partes estavam cientes da necessidade de considerar todas as variáveis de um campo de debates nos quais a obra inaugural e as demais publicações se inseriam. Seguindo, como já se observou quanto à hierarquia da própria construção da cátedra de Sociologia I, do mestre francês à segunda geração de brasileiros formados, *Mudanças Sociais no Brasil* dá voz a uma perspectiva de atuação coletiva para um setor de destaque na Universidade de São Paulo. Ela se caracteriza pelos debates de um ativismo acadêmico, que demarca pontos de vista teórico-metodológicos a partir da universidade e da reivindicação da ciência, e que está essencialmente permeado por intenções políticas na medida em que se propõe a criar e difundir uma nova linha de pensamento para dar conta dos “problemas brasileiros”.

---

não se concretizando e estabelecendo um primeiro momento de rivalidade entre o grupo universitário paulista e os intelectuais cariocas que organizarão o centro. Finalmente, o Seminário marca um “acordo de paz” entre os grupos para o reconhecerem como um espaço comum de debates e construção das Ciências Sociais no Brasil. A bandeira branca hasteada no Seminário não reduz o tom de polêmica e demarcação das elaborações apresentadas pelos membros da cátedra de Sociologia I da USP, especialmente a fala de Florestan Fernandes.

<sup>785</sup> Ao longo de sua história, a coleção extrapola os trabalhos produzidos pela cátedra de Sociologia I e mesmo a produção de outras cadeiras da FFCL-USP. Mas é preciso reconhecermos que este momento fundacional fica marcado pelas intenções do grupo em se aproveitar deste espaço para publicizar seus princípios teórico-metodológicos e dar visibilidades à sua ação enquanto grupo. A seleção que Fernando Henrique e a Difel realiza nos anos seguintes mantém esse espírito de grupo, demonstrando a força de mobilização em outras áreas, instituições e, principalmente, sua capacidade de adaptação diante da conjuntura político-intelectual do país, como veremos.

<sup>786</sup> Florestan Fernandes, “Introdução. Capítulo 1: Mudanças Sociais no Brasil”, *Mudanças Sociais no Brasil*, 2. ed., p. 19.

Redescobrir o Brasil através da ciência, colocá-la a serviço do desenvolvimento. Esta é a mensagem que podemos apreender na construção da obra de Florestan Fernandes, que, em seus discursos de margem e em seu conteúdo, apresenta-se como um “edição-manifesto”, assinada pelo catedrático e orientada por um de seus principais alunos. Assim, a *Corpo e Alma do Brasil* surgia como uma nova *brasiliana*, com o objetivo de promover um espaço para que a produção universitária ganhasse relevo no mercado editorial paulista e, dele, alcançasse o debate público nacional. Para atingir tal objetivo, a Difel escolheu muito bem os seus parceiros e a perspectiva com a qual selecionaria os trabalhos produzidos na universidade com vistas a alimentar seu catálogo. A empresa também buscava avançar na construção de sua imagem, integrando-se ao *habitus* das edições brasileiras para promover a inovação.

### **6.3. O Que se Deve Editar para Conhecer o Brasil? (1960-1964)**

A partir de 1960, a *Corpo e Alma do Brasil* ganhou novos títulos até que o último fosse publicado em 1988, totalizando sessenta e nove volumes (Quadro 21). Deste total, sessenta e duas edições foram produzidas a partir de resultados de trabalhos acadêmicos, sendo vinte e quatro originadas de dissertações e de teses de doutorado ou de livre-docência. A proximidade física, as relações intelectuais estabelecidas com o editor Paul Monteil e a dinâmica de produção precoce em relação a outras instituições do país colocaram a USP como a grande fonte de materiais para a coleção, de modo que quarenta e oito publicações foram assinadas por intelectuais vinculados a esta universidade.

Os parâmetros definidos pelo discurso de Fernando Henrique Cardoso e pelo conjunto de escolhas que fizeram de *Mudanças Sociais no Brasil* uma edição-manifesto do empreendimento deveriam se expressar em cada novo livro lançado, atribuindo-lhes um caráter coletivo dentro do catálogo da Difel e de sua esfera de intervenção no mercado e na vida intelectual do país. Isto é, na seleção e construção dos títulos seguintes, os responsáveis pela *Corpo e Alma* colocariam a prova sua capacidade de mobilizar autores interessados em associar seus nomes e sua produção com os princípios enunciados para a coleção. Só assim ela se consolidaria como uma realidade editorial<sup>787</sup> capaz de corresponder às expectativas de conformar uma *brasiliana* que acrescentasse uma nova perspectiva de estudos sobre o Brasil.

---

<sup>787</sup> Isabelle Olivero, *L'invention de la Collection*, p. 16.

Então, podemos nos aproximar dos livros publicados para compreender como esta realidade se concretizou. Os dez volumes que se seguem à obra de Florestan Fernandes – 4º ao 13º em relação ao título de Monbeig; 2º ao 11º no período dirigido por Fernando Henrique – oferecem-nos um bom ponto de partida para identificarmos as suas principais características no que diz respeito ao escopo disciplinar e temático, à origem dos textos selecionados dentro do universo de produção acadêmica e de seus vínculos institucionais – majoritariamente uspianos, como dissemos anteriormente, mas que se espraiam para outras instituições relevantes.

Com a análise destes três eixos ainda podemos avaliar se existe um perfil comum para estas primeiras publicações que nos permita identificar marcos temporais e sociopolíticos que delimitem uma relação entre a dinâmica do empreendimento e a conjuntura nacional, pois este critério, inicialmente pensado pelo simbolismo da passagem da primeira dezena de títulos, acabou por coincidir com um parâmetro factual da maior importância: o 13º volume da *Corpo e Alma do Brasil* foi justamente o último lançado no ano 1964. A data registrada na edição é “Abril de 1964”, mais precisamente no mês em que o Golpe Militar iniciaria um novo período ditatorial no país. O marco não foi previamente pensado pelos editores, é claro, mas ele acaba nos servindo para avaliarmos até que ponto o projeto da Difel e a ação de seus responsáveis estavam engajados com a realidade nacional, ou melhor, se o tipo de engajamento, proposto em condições democráticas, fora impactado por este evento fundamental de nossa história e seus desdobramentos nas décadas seguintes.

**Quadro 21. Catálogo da Coleção Corpo e Alma do Brasil (1957-1988)**

Ano	Volume*	Obra	Autor	Trabalho Acadêmico	Tese	Publicada anteriormente	Instituições Envolvidas
1957	1	<i>Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira</i>	Pierre Monbeig	Sim	Não	Não	USP; Conservatoire des Arts et Métiers
1959	2	<i>Brasil, Terra de Contrastos</i>	Roger Bastide	Sim	Não	Hachette, 1958	USP; Universidade Paris-Sorbonne
1960	3	<i>Mudanças Sociais no Brasil</i>	Florestan Fernandes	Sim	Não	Não	USP
1961	4	<i>Uma Vila Brasileira: Tradição e Transição</i>	Emílio Willems	Sim	Não	Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1947	USP; ELSP
1961	5	<i>A Luta pela Industrialização no Brasil (1808-1930)</i>	Nícia Vilela Luz	Sim	Não	<i>Revista de História</i> , 1960	USP; Harvard
1962	6	<i>Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani</i>	Egon Schaden	Sim	Livre-Docência, 1954	<i>Boletim FFCL</i> , 1954	USP; Coedição Edusp
1962	7	<i>Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul</i>	Fernando Henrique Cardoso	Sim	Doutorado, 1961	Não	USP
1962	8	<i>As Metamorfoses do Escravo: Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil</i>	Octavio Ianni	Sim	Doutorado, 1961	Não	USP; Inep/Capes
1962	9	<i>Panorama do Teatro Brasileiro</i>	Sabato Magaldi	Não	Não	Artigos em <i>Suplemento Literário, Diário Carioca e Revista Anhembi</i>	Departamento de Cultura do Min. de Rel. Exteriores
1963	10	<i>Grandezas e Misérias do Ensino Brasileiro</i>	Maria José Garcia Werebe	Sim	?	Não	USP
1963	11	<i>Organização Social dos Tupinambá</i>	Florestan Fernandes	Sim	Mestrado, 1947	Instituto Progresso Editorial, 1949	ELSP; Prêmio Fábio Prado; USP
1964	12	<i>O índio e o Mundo dos Brancos: A Situação dos Tukúna do Alto Solimões.</i>	Roberto Cardoso de Oliveira	Sim	Não	<i>Revista América Latina</i> , ano v, n. 3	Clapcs; Museu Nacional
1964	13	<i>Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil</i>	Fernando Henrique Cardoso	Sim	Livre-Docência, 1963	Não	USP; Cesit
1964	14	<i>Sociedade Industrial no Brasil</i>	Juarez Rubens Brandão Lopes	Sim	Doutorado, 1964	Não	ELSP; Universidade de Chicago; USP; Coedição Edusp
1965	15	<i>Estratificação Social no Brasil: Suas Origens Históricas e suas Relações com a Organização Política do País</i>	João Camilo de Oliveira Torre	Sim	Não	Não	PUC-MG; UFMG
1965	16	<i>São Paulo Metrópole 65</i>	Jorge Wilhelm	Não	Não	Não	Mackenzie

Ano	Volume*	Obra	Autor	Trabalho Acadêmico	Tese	Publicada anteriormente	Instituições Envolvidas
1965	17	<i>Trabalho e Desenvolvimento no Brasil</i>	Luiz Pereira	Sim	Livre-Docência, 1965	Não	USP, Cesit
1966	18	<i>Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil</i>	Leôncio Martins Rodrigues	Sim	Não	Não	USP
1966	19	<i>Da Senzala à Colônia</i>	Emília Viotti da Costa	Sim	Livre-Docência, 1964	Não	USP
1967	20	<i>Crise do Brasil Arcaico</i>	Juarez Rubens Brandão Lopes	Sim	Livre-Docência, 1967	Não	USP, Ministério da Educação e Cultura
1967	21	<i>Índios e Castanheiros</i>	Roque Laraia e Roberto da Mata	Sim	Não	Não	Clapcs; Museu Nacional
1968	22	<i>Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio (1765-1851)</i>	Maria Thereza Schorer Petroni	Sim	Doutorado, 1964	<i>Boletim FFCL</i> , 1964	USP
1968	23	<i>Brasil em Perspectiva</i>	Carlos Guilherme Mota (org.)	Não	Não	Não	USP, Folha de São Paulo
1968	24	<i>Sindicato e Desenvolvimento no Brasil</i>	José Albertino Rodrigues	Sim	Não	Não	UnB, Universidade Paris Sorbonne, Dieese, Clapcs
1968	25	<i>Desenvolvimento e Crise</i>	Paul Singer	Sim	Não	Não	USP, Princeton
1968	26	<i>Petróleo e Nacionalismo</i>	Gabriel Cohn	Sim	Mestrado, 1967	Não	USP, Cesit
1969	27	<i>Mudanças Sociais na América Latina</i>	Fernando Henrique Cardoso	Sim	Não	<i>Cuestiones de Sociologia del Desarrollo de America Latina</i> , Editorial Universitaria, Santiago, 1968	Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social, USP
1968	28	<i>A Colonização Alemã no Espírito Santo</i>	Jean Roche	Sim	Não	Não	Universidade do Brasil, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Toulouse, Coedição Edusp
1969	29	<i>A Primeira República Texto e Contexto</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	Fapesp, USP
1970	30	<i>Formação Histórica de São Paulo</i>	Richard Morse	Sim	Doutorado, 1952	Fundação do IV Centenário de São Paulo, 1954	Columbia University
1970	31	<i>A República Velha I (Instituições e Classes Sociais)</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	Fapesp; USP
1971	32	<i>Fórmulas Políticas no Brasil Holandês</i>	Mário Neme	Sim	Não	<i>Anais do Museu Paulista</i> e Editora Gráfica Niamar, 1968	USP, Museu Paulista, Coedição Edusp

Ano	Volume*	Obra	Autor	Trabalho Acadêmico	Tese	Publicada anteriormente	Instituições Envolvidas
1971	33	<i>A Industrialização de São Paulo</i>	Waren Dean	Sim	Doutorado, 1968	University of Texas Press, 1969	University of Florida; New York University's Center for Latin American and Caribbean Studies
1971	34	<i>A República Velha II (Evolução Política)</i>	Edgard Carone	Sim	Doutorado, 1971	Não	Fapesp; USP
1972	35	<i>O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios</i>	Fernando Henrique Cardoso	Sim	Não	Não	Cebrap
1972	36	<i>O Negro no Mundo dos Brancos</i>	Florestan Fernandes	Sim	Não	Várias	Sem registro.
1973	37	<i>A Segunda República</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	Fapesp; USP
1973	38	<i>Sociedade e Política no Brasil: Desenvolvimento, Classe e Política Durante a Segunda República</i>	Gláucio Ary Dillon Soares	Sim	Não	Não	Harvard, MIT, UNB
1974	40	<i>A República Nova (1930-1937)</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	Fapesp; USP
1974	40	<i>Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30</i>	Hélgio Trindade	Sim	Doutorado, 1971	Não	Universidade de Paris I, Coedição UFRS
1975	42	<i>Revoluções do Brasil Contemporâneo</i>	Edgard Carone	Não	Não	Sim	USP
1975	42	<i>São Paulo e o Estado Nacional</i>	Simon Schwartzman	Sim	Doutorado, 1973	Não	Universidade da Califórnia, Fundação Ford, Center for Latin American Studies
1975	43	<i>O Tenentismo: Acontecimentos, Personagens e Programas</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP
1975	43	<i>Brasil, Política 1964-1975</i>	Fernando Pedreira	Não	Não	Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , 1966-1968	<i>O Estado de S. Paulo</i>
1976	44	<i>A Terceira República</i>	Edgard Carone	Não	Não	Não	USP, FGV
1976	45	<i>Educação e Dependência</i>	Manfredo Berger	Sim	Doutorado	Athenaum Verlag (1972)	Universidade Federal de Bielefeld
1976	45	<i>Capitalismo Autoritário e Campesinato: Um Estudo Comparativo a Partir da Fronteira em Movimento</i>	Otávio Guilherme Velho	Sim	Doutorado, 1973	Não	Universidade de Manchester, Museu Nacional, Cebrap
1977	46	<i>Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)</i>	Boris Fausto	Sim	Livre-Docência, 1975	Não	USP
1976	47	<i>O Estado Novo</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP, FGV.
1975	53	<i>Raízes da Concentração Industrial em São Paulo</i>	Wilson Cano	Sim	Doutorado, 1975.	Não	Cepal, Unicamp, BNDE, Fapesp
1977	54	<i>O Pensamento Industrial no Brasil</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP



Ano	Volume*	Obra	Autor	Trabalho Acadêmico	Tese	Publicada anteriormente	Instituições Envolvidas
1978	55	<i>O Minotauro Imperial: A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX</i>	Fernando Uricechea	Sim	Doutorado, 1976	Não	Universidade da Califórnia, CNPq, Fundação Ford, IUPERJ
1979	56	<i>O Movimento Operário no Brasil (1945-1964)</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP, FGV.
1979	56	<i>O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP, FGV.
1979	57	<i>Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil</i>	Sérgio Miceli	Sim	Doutorado, 1978	Não	USP, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHSS) – Paris, FGV
1980	58	<i>A Quarta República</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP, FGV
1984	59	<i>O Movimento Operário no Brasil (1964-1984)</i>	Edgard Carone				USP, FGV
1982	60	<i>O PCB vol. 1</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP, Fapesp, Arquivo Histórico do Movimento Operário de Milão (Asmob)
1982	60	<i>O PCB vol. 2</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP, Fapesp, Arquivo Histórico do Movimento Operário de Milão (Asmob)
1982	62	<i>O PCB vol. 3</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP, Fapesp, Arquivo Histórico do Movimento Operário de Milão (Asmob)
1984	63	<i>Médicos e Curandeiros: Conflito Social e Saúde</i>	Maria Andrea Loyola	Sim	Não	<i>Actes de la Recherche en Sciences Sociales</i>	UERJ, Finep, Cebrap, Fundação Ford, EHESS - Paris
1974	-	<i>O Continente Brasileiro</i>	Jean Démangeot	Sim	Não	Não	Universidade Paris X
1974	-	<i>Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro</i>	Jorge Balan (org.)	Sim	Não	Não	UFMG, Capes
1984	-	<i>Estado e Cultura no Brasil</i>	Sérgio Miceli	Sim	Não	Não	Idesp, Funarte
1985	-	<i>A República Liberal I</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP
1985	-	<i>A República Liberal II</i>	Edgard Carone	Sim	Não	Não	USP
1988	-	<i>Os Deserdados da Terra: a Lógica Costumeira e Judicial dos Processos de Expulsão e Invasão da Terra Camponesa no Sertão de Minas Gerais</i>	Maria Margarida Moura	Sim	Doutorado, 1984	Não	USP, UFRRJ, UFMG
1988	-	<i>A Elite Eclesiástica Brasileira</i>	Sergio Miceli	Sim	Livre-Docência, 1986	Não	Unicamp, Fundação Guggenheim

\* Repetições ou omissões conforme o registro encontrado nos respectivos volumes

Após publicar um título na área de Geografia e dois de Sociologia, a Corpo e Alma do Brasil segue com os trabalhos do antropólogo Emílio Willems, *Uma Vila Brasileira: Tradição e Transição*<sup>788</sup>, e da historiadora Nícia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização no Brasil (1808-1930)*<sup>789</sup>, avançando em seu escopo disciplinar, respectivamente, em direção a uma disciplina-irmã nas Ciências Sociais e, em seguida, para a História, uma área basilar das antigas *brasilianas*. Os livros trazem os resultados de projetos de pesquisa – no caso de Willems, a obra surgiu de seus primeiros trabalhos de campo como catedrático de Antropologia na USP; já a de Luz foi produto de sua participação em um projeto do Centro de História Empresarial da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos<sup>790</sup>.

Uma análise comparativa entre os prefácios das edições revela marcas interessantes dos primeiros passos dados pelo diretor neste momento em que desenvolveria sua liderança na coleção. O paratexto de *Uma Vila Brasileira* foi escrito por Nelson Werneck Sodré, que inicia dizendo:

Uma das iniciativas mais felizes que já surgiram no ensino superior, no Brasil, foi a que nos proporcionou São Paulo com a contratação de professores estrangeiros para a sua universidade. de quase todos recebemos um benefício cultural importantes, e alguns se incorporaram ao nosso meio e lhe deram mesmo, além do ensino sistemático, a contribuição de trabalhos específicos cuja valia é indiscutível. Uns poucos formaram escola, sinal inequívoco de ação universitária efetiva. Precisávamos deles e ainda hoje precisamos, conquanto a iniciativa tenha sido em parte cortada, já quando anunciava claramente seus excelentes resultados [...] <sup>791</sup>.

Depois de tecer elogios ao método de trabalho e da temática escolhida, conclui:

Devo, finalmente, e apenas por um dever de honestidade, deixar claro que, curioso da mesma ciência em que Emílio Willems é especialista, distanciam-me dele a obediência a métodos e critérios de análise diferentes. Não considere de modo algum que isso fosse motivo para deixar de estar presente, com ele, à porta deste ensaio, tão rico pelo que apresenta, tão rico pelo que sugere. Seu rigor científico, sua

---

<sup>788</sup> Emílio Willems, *Uma Vila Brasileira: Tradição e Transição*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>789</sup> Nícia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização no Brasil (1808-1930)*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961.

<sup>790</sup> A relação com o centro de pesquisa estadunidense demonstra o interesse que o Brasil, e a América Latina em geral, suscitava às lideranças do bloco capitalista durante a Guerra Fria, que, através de iniciativas de seus principais centros universitários, irão formular projetos de aproximação com os intelectuais brasileiros. É preciso dizer, contudo, que a autora manteve o vínculo com a USP no período em que esteve nos EUA.

<sup>791</sup> Nelson Werneck Sodré, “Prefácio”, em Emílio Willems, *Uma Vila Brasileira*, p. 5.

honestidade no ofício e sua capacidade como especialista merecem admiração. O leitor vai conhecer o livro de um mestre<sup>792</sup>.

O livro *A Luta pela Industrialização no Brasil* foi prefaciado por João Cruz Costa, nos seguintes termos:

De fato, depois de haver lido os artigos que a autora publicou na Revista de História, julguei que seria um grave prejuízo para a compreensão de nossa história econômica, perderem-se os seus artigos, tão ricos de material e de sugestões, nas páginas de uma revista especializada, nem sempre acessível a um público mais largo. No momento em que o nacionalismo econômico é, sem dúvidas, o mais importante problema de nossa vida política e do qual está a depender o nosso destino seria lamentável desconhecer quais foram no devir de nossa história, a partir dos tempos coloniais, os nossos esforços em favor da industrialização, tema que D. Nícia Vilela Luz tão cuidadosamente estudou. Examinando diferentes aspectos desse movimento de industrialização, desde os tempos do Regente D. João até os governos de Bernardes e Washington Luís, a autora nos mostra diferentes etapas dessa marcha de emancipação econômica que, nos últimos cinco anos, assumiu o governo Juscelino Kubitschek, um surto verdadeiramente extraordinário [...].

Porque, no quadro atual da vida nacional, o nacionalismo econômico – ainda que tentem negá-lo cega ou criminosamente certos “políticos” ou demagogos – é a mais poderosa de nossas forças de libertação nacional e política. É ele atuante, embora insatisfatoriamente estruturado; é um movimento imperfeitamente delineado, talvez em virtude de fatores próprios à nossa formação e à precariedade de condição de nossos partidos; é rico de sugestivas contradições, mas já se assinala como um importante marco de um verdadeiro progresso de nossa consciência nacional<sup>793</sup>.

Os discursos apresentam perspectivas distintas: o primeiro traz a valorização do aspecto acadêmico, da especialização e do espírito científico que, segundo Werneck Sodré, teriam sido introduzidos no ensino superior nacional a partir da experiência da Universidade de São Paulo, na qual Emilio Willems ainda atuava, “fazendo escola” como outros colegas estrangeiros do passado. No segundo, Cruz Costa é assertivo em suas palavras e faz questão de elaborar uma análise sobre as implicações políticas do trabalho historiográfico de Nícia Vilela Luz, caracterizando o nacionalismo econômico como elemento de emancipação do país, inclusive, transparecendo certo entusiasmo com a conjuntura desenvolvimentista. A distinção tão marcada parece ter sido proposital, quando sabemos que as edições saem praticamente juntas, pois elas aprofundam os dois

---

<sup>792</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>793</sup> João Cruz Costa, “Prefácio”, em Nícia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, pp. 5-6.

pontos que Fernando Henrique Cardoso discute de modo conjunto em sua apresentação à *Corpo e Alma do Brasil*.

A questão mais curiosa, e que também não parece despropositada, é que os perfis de representação esperados para os dois intelectuais que assinam os textos se encontram “invertidos”. Coube a Nelson Werneck Sodré, um notório comunista, membro do Iseb e com posições bem-estabelecidas sobre o desenvolvimento brasileiro, o enunciado institucional, ou seja, voltado ao reconhecimento do sistema universitário e seus métodos de análise da realidade; enquanto o professor e filósofo uspiano João Cruz Costa assumiu a manifestação que explicita os vínculos entre os trabalhos da universidade e a vida política do país – ainda que o ufanismo em relação ao governo de JK não constitua uma linha da coleção no longo prazo, como veremos.

Esta inversão parece ter sido um recurso para o diretor construir a legitimidade do projeto. O intelectual comunista foi convidado a apresentar uma obra cujo tema e perspectiva de análise – um estudo de comunidade – estavam, de fato, muito circunscritas às linhas de investigação da universidade, recursos distantes de suas produções marxistas ligadas ao PCB e ao Iseb<sup>794</sup>. Desta maneira, uma vez que ele optasse por elaborar uma análise positiva da pesquisa, como foi o caso, sua análise ficaria de certo modo limitada pelo seu caráter, definindo um tratamento mais formal sobre as suas qualidades e um discurso de valorização da dinâmica universitária impulsionada pela USP, a partir de um olhar externo à instituição – em termos atuais, evitava-se a endogenia e, com isso, ampliava-se a legitimidade do livro individualmente e dos princípios gerais da coleção. Cruz Costa, por sua vez, na posição de catedrático uspiano, constrói o caminho oposto e, sem se centrar nos méritos acadêmicos da publicação sob sua responsabilidade, anuncia o engajamento da comunidade acadêmica com a realidade nacional.

As primeiras teses universitárias chegam ao catálogo da *Corpo e Alma do Brasil* a partir do 6º volume, com a publicação da livre-docência do antropólogo Egon Schaden, *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*<sup>795</sup>; e os doutoramentos de Octavio Ianni, *As*

---

<sup>794</sup> Sodré era autor de uma obra interessante para quem quisesse divulgar as obras de uma brasileira. Tratava-se de *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil?* publicado em primeira edição pela editora Leitura, em 1945. Em 1960, o livro acabara de sair em segunda edição e seu sucesso garantiu a terceira, lançada em 1967, na qual aparecem cinco (vols. 5, 7, 8, 9 e 19) dos vinte e um volumes que compunham a *Corpo e Alma do Brasil* até aquele momento. No ano de 1973, a quarta edição da obra recomenda doze livros da coleção (vols. 5, 7, 8, 9, 11, 13, 18, 19, 29, 31, 32, 34) e também o conjunto de seis volumes da *História Geral da Civilização Brasileira* publicados entre 1960 e 1971.

<sup>795</sup> Egon Schaden, *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.

*Metamorfoses do Escravo: Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil*<sup>796</sup>, e de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*<sup>797</sup>, respectivamente 7º e 8º volumes da coleção. A Difel adentrava em um novo campo de seleção para suas edições dentro do sistema de produção intelectual decorrente do amadurecimento institucional e profissionalização da universidade.

Todas as obras ainda vinham da USP, a primeira produzida por mais um catedrático e as seguintes pelos assistentes de Florestan Fernandes, entre eles o próprio diretor da coleção. O trabalho de Egon Schaden saía em segunda edição, pois ele fora publicado no *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, seção de Antropologia, em 1954<sup>798</sup>, mais um ponto que demonstra a observação dos responsáveis pela Difel sobre os primeiros movimentos de circulação das pesquisas uspianas e o aproveitamento que conseguem realizar para definir um novo suporte de divulgação e expandir o alcance dessa realidade. As teses de Cardoso e Ianni estavam recém-defendidas.

A edição destes trabalhos respeita o seu formato original, sem o acréscimo de prefácios, notas ou qualquer tipo de texto assinado por outros intelectuais. Os paratextos introdutórios são aqueles produzidos pelos autores, segundo as exigências de produção e debate colocadas pelo rito científico e/ou universitário. Ou seja, o prefácio, no caso de Schaden, e as introduções, nos casos de Fernando Henrique e Octavio Ianni, cumprem com a função de expor os objetivos e princípios teórico-metodológicos de seus trabalhos dentro da Antropologia e da Sociologia e, ao serem mantidos na construção do livro sem a presença de novos elementos de apresentação, notamos que a Difel se propunha, ao menos neste ponto do projeto<sup>799</sup>, a levar a público uma nova estrutura de organização do pensamento.

O tal “método científico” que evidentemente estaria desenvolvido nos conteúdos também seria valorizado pelo *mise en page* destas edições e, com isso, seus responsáveis destacavam, a nosso ver, estes espaços obrigatórios das teses universitárias, nos quais esperava-se que os autores demarcassem seus posicionamentos, individuais e coletivos,

---

<sup>796</sup> Octavio Ianni, *As Metamorfoses do Escravo: Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.

<sup>797</sup> Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.

<sup>798</sup> Egon Schaden, “Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani”, *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n. 188, Antropologia, n. 4, São Paulo, 1954.

<sup>799</sup> As demais edições de tese, normalmente, serão acompanhadas de prefácios ou apresentação de autores externos.

dentro da institucionalização de suas disciplinas. No caso destes volumes, eles traziam, principalmente, o debate sobre o método funcionalista nas Ciências Sociais e, cumpre notar, a introdução do trabalho de Fernando Henrique representará uma manifestação crítica em relação ao seu orientador, fato de grande repercussão entre seus pares<sup>800</sup>.

Mesmo assim, às publicações acrescentam-se pequenos textos de orelha e quarta capa que apresentam seus autores e resumem as obras de modo a destacar os pontos que as diferenciam das clássicas interpretações do Brasil produzidas até aquele momento, especialmente nas publicações dos sociólogos. Em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, lê-se

O leitmotiv do presente livro do Prof. Fernando Henrique Cardoso é a análise das relações entre o sistema capitalista e a organização servil do trabalho. O autor mostra que a escravidão foi, ao mesmo tempo, o recurso possível para a economia sulina integrar-se ao mercado capitalista exportador e o obstáculo fundamental para o desenvolvimento de formas modernas do capitalismo na economia riograndense.

Tal análise conduz ainda o autor a esclarecer os limites sociais impostos à consciência dos escravos a aprofundar a ideologia do compromisso que os negros, após o Abolicionismo, forjaram ao aceitarem os valores da democracia racial brasileira, apregoada pelos brancos<sup>801</sup>.

Em *Metamorfoses do Escravo*:

Nesta obra, Octavio Ianni revela como foi instaurado o sistema escravista e a dominação racial numa região do Brasil; descreve os sentidos em que tendiam a desenvolver-se as relações sociais; como se apresentava essa ordem social na época de seu máximo desenvolvimento; como se realiza no interior das conjunturas históricas apresentadas pelo regime, a gênese e cristalização das representações sociais que objetivam preservar a distribuição desigual de negros, mulatos e brancos. Em síntese, Octavio Ianni reconstrói todas as configurações do cativo, metamorfoseado em liberto e fugitivo, capataz e abolicionista, negro e mulato, cidadão e trabalhador livre.

Descobrimo as feições reais do escravo e do senhor, realizou o autor uma das primeiras análises científicas que vem abalando o propagado mito da democracia racial em nosso país<sup>802</sup>.

Em ambos os textos, ressalta-se que as teses concebem a escravidão como fator de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, diferenciando-as das teorias que defendiam o período de exploração da mão de obra escravizada como uma “etapa” não capitalista da

---

<sup>800</sup> A questão será analisada no próximo item.

<sup>801</sup> “[Texto de Quarta Capa]”, em Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, grifos do original.

<sup>802</sup> “[Texto de Quarta Capa]”, em Octavio Ianni, *As Metamorfoses do Escravo*, grifos do original.

economia nacional e das análises que a caracterizavam como um simples fator “arcaico”, totalmente exterior a processos modernizadores no plano econômico. Além disso, os comentários também destacam o intuito das obras de desconstruir o mito da democracia racial no Brasil e, com a utilização do termo, delimitam o enfrentamento do diretor das pesquisas da cadeira de Sociologia I, Florestan Fernandes, em relação às ideias ligadas ao ensaísmo de 1930, representadas sobretudo pela obra de Gilberto Freyre.

Com a publicação das primeiras teses selecionadas para a *Corpo e Alma do Brasil*, a Difel vai aprimorando o uso de seus recursos editoriais a serviço do reconhecimento deste sistema de produção intelectual universitário, de suas perspectivas de interpretação do Brasil e mesmo de suas polêmicas internas, como veremos nas análises dos volumes seguintes.

A coleção seguia, ainda no ano de 1962, com o lançamento de uma coletânea de crítica teatral, *Panorama do Teatro Brasileiro*<sup>803</sup> (9º volume), do crítico, jornalista e professor da Escola de Artes Dramáticas da USP Sábato Magaldi. No ano seguinte, sairia um trabalho na área de Pedagogia, *Grandezas e Misérias do Ensino Brasileiro*<sup>804</sup> (10º Volume), de Maria José Garcia Werebe. As publicações demonstram como o projeto buscava avançar em uma abordagem plural da realidade brasileira, ligando a ideia de mudanças sociais e desenvolvimento à área da educação e da cultura.

Em seguida, retomam-se publicações na área das Ciências Sociais com *Organização Social dos Tupinambá*<sup>805</sup> (11º volume), reedição do mestrado de Florestan Fernandes realizado na ELSP, e o livro de Roberto Cardoso de Oliveira, *O Índio e o Mundo dos Brancos: a Situação dos Tukúna do Alto Solimões* (12º volume). Ambas trabalham sobre a temática indígena, embora sejam produzidas em áreas diferentes, a primeira em Sociologia e a segunda na Antropologia.

O trabalho de Florestan é o primeiro da coleção que não fora produzido na Universidade de São Paulo e, ao contrário da publicação de Egon Schaden que também saiu pela Difel em segunda edição, ganha alguns paratextos novos: um prefácio assinado por Herbert Baldus e uma nota explicativa do autor.

No prefácio, destaca-se o caráter simbólico da retomada do trabalho:

Com bastante alegria escrevo estas linhas. Quem teria, há quinze anos imaginado que um trabalho como a *Organização Social dos*

---

<sup>803</sup> Sábato Magaldi, *Panorama do Teatro Brasileiro*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.

<sup>804</sup> Maria José Garcia Werebe, *Misérias e Grandezas do Ensino Brasileiro*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

<sup>805</sup> Florestan Fernandes, *Organização Social dos Tupinambá*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

Tupinambá, redigido com a única preocupação de esgotar todos os recursos científicos, para apresentar a poucos especialistas uma tese de mestrado em Ciências Sociais, encontraria tanta ressonância. Nem o autor, nem provavelmente o corajoso editor. O assunto parecia de pouco interesse e a maneira de tratá-lo não era convidativa ao grande público. Mas é que Florestan Fernandes fez uma bela carreira com ele, por assim dizer, fizeram bela carreira também os índios tupinambás [...] <sup>806</sup>.

Baldus trata a primeira edição quase como uma aventura, reconhecendo os limites de um contexto anterior no qual a produção e público universitário eram muito mais restritos. Assim, ele valoriza a sensibilidade da Difel em se voltar a estas publicações precursoras de um movimento editorial universitário, destacando também a ação vanguardista da editora em realizar não apenas uma reedição, mas um programa especializado na produção que vinha da universidade, e contribuir com o seu desenvolvimento.

A nota de Florestan Fernandes também adverte os leitores sobre as condições de circulação da primeira edição e trata, principalmente, de explicar o momento de sua trajetória em que o trabalho fora produzido, para assumir as críticas que recebera naquele momento e a pertinência que ele ainda atribuía àqueles resultados, apesar delas. Desse modo, ele diz que as revisões serviram

Tão somente para corrigir alguns lapsos graves (que a crítica severa não descobriu e tive de levantar por minha conta) e suprimir uma ou outra enormidade semântica. No mais, o livro sai como foi escrito, sem retoques para disfarçar as limitações de que padecia (e que eram ou ainda são as limitações do A.) [...] <sup>807</sup>.

Assim, a *Corpo e Alma do Brasil* abraçava mais um trabalho do catedrático de Sociologia I, com as inovações que ele apresentou no momento de sua defesa e, de algum modo, com a inauguração de uma linha de pesquisa sobre as sociedades indígenas, sob sua responsabilidade, à qual o trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira seria, de alguma maneira, tributário, apesar de seus inegáveis avanços no campo teórico, como veremos.

*O Índio no Mundo dos Brancos* foi o primeiro título da coleção produzido fora da USP e assinado por um autor que não possuía vínculo direto com esta universidade no momento de seu lançamento. Oliveira se formou em Filosofia na USP e ali defendeu seu doutorado, sob orientação de Florestan Fernandes em 1966, entretanto, o referido livro se

---

<sup>806</sup> Herbert Baldus, “Prefácio à Segunda Edição”, em Florestan Fernandes, *Organização Social dos Tupinambá*, p. 7.

<sup>807</sup> Florestan Fernandes, *Organização Social dos Tupinambá*.



originou de uma pesquisa realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro<sup>808</sup>, como parte do projeto “Estudos de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil” fomentado pelo Clapcs – de onde também viria o 21º volume da *Corpo e Alma do Brasil, Índios e Castanheiros*, de Roque Laraia e Roberto da Mata.

Desde 1958, o antropólogo chefiava os cursos de especialização do Museu, instituição que se destacava como uma das primeiras estruturas de pesquisa nesta área e que viria a formar o primeiro programa de pós-graduação em Antropologia Social do país. Desse modo, o autor e seu trabalho conectam a coleção com outro circuito de produção e debate do sistema universitário nacional, a partir do Rio de Janeiro. A cidade ainda se caracterizava como principal centro intelectual e editorial do país, e tais publicações possibilitariam que a Difel conquistasse espaço diante de suas concorrentes cariocas – das casas tradicionais que absorviam a produção da universidade de modo disperso, ou das novas empresas que, como ela se especializavam no setor.

O conceito de fricção interétnica, que organiza o projeto de pesquisa dos intelectuais que passam a trabalhar no Museu Nacional, construía uma abordagem crítica às noções correntes de aculturação e mudança social. A Introdução de Cardoso de Oliveira no livro publicado pela *Corpo e Alma do Brasil* é considerada como um dos textos fundadores desta nova linha de interpretação, colocando-se como um contraponto aos trabalhos sobre as sociedades indígenas realizados na USP, inclusive dos que foram publicados na coleção<sup>809</sup> por Emilio Willems, Egons Schaden e o próprio Florestan Fernandes, ex-orientador de Roberto Cardoso de Oliveira.

A obra mantinha a referência da cadeira de Sociologia I pelas relações intelectuais do antropólogo com Florestan e, cumpre notar, com a proximidade pessoal com Fernando Henrique Cardoso, que era seu cunhado. Mas, entre relações profissionais e pessoais, a presença da referida publicação no empreendimento da Difel, assim como de outras obras que polemizam entre si, simbolizava, por um lado, um passo de independência do autor em relação a esse histórico e, por outro, o próprio amadurecimento dos circuitos de troca internos à comunidade universitária. A circulação destes intelectuais, como foi o caso da mudança do antropólogo da USP para o Museu, reverberava nas experiências de pesquisa, na diferenciação o de suas perspectivas teórico-metodológicas e na construção de novas

---

<sup>808</sup> Amanda Gonçalves Serafim, “Roberto Cardoso de Oliveira”, em *Enciclopédia de Antropologia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, s.d., disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/autor/roberto-cardoso-de-oliveira&gt> acesso em 30.6.2022.

<sup>809</sup> João Pacheco de Oliveira, “Fricção Interétnica”, em *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, s.d.

estruturas que comportavam o desenvolvimento do espírito científico em instituições de diferentes tipos<sup>810</sup> que, ao final, deveriam dialogar entre si e com um público em formação.

A edição reflete esta dinâmica. O prefácio é assinado pelo diretor do Clapcs, Manuel Diegues Júnior:

Coincidentemente é também primeiro estudo que o CENTRO lança à publicidade, em colaboração com a Difusão Europeia do Livro, em face de entendimento estabelecido, segundo o qual passa essa casa a editar trabalhos científicos do CENTRO. Contando com essa colaboração – a de uma editora que embora comercial, tem emprestado às suas edições altos objetivos culturais, – espera o CENTRO poder tornar mais amplamente difundidos os resultados das atividades que vem realizando [...] <sup>811</sup>.

Em tom de parceria, o intelectual assume o vínculo com a Difel como uma ação necessária e de longo prazo que introduziria a produção do Centro no mercado. O reconhecimento é emblemático da consciência de que essa produção, decorrente da expansão do ensino superior no país, em paralelo ao desenvolvimento de novas instituições de pesquisa, deveria vir a público e ganhar espaço no mercado editorial, encontrando iniciativas, como as da Difel, que conciliassem interesses comerciais com certa consciência de atuar em prol do desenvolvimento da cultura nacional: promover o pensamento universitário como produto de intervenção social.

Assim, chegamos ao 13º volume da *Corpo e Alma do Brasil*, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, segundo trabalho de Fernando Henrique Cardoso publicado na coleção. O volume marca uma virada histórica do projeto, pois ele direciona o conjunto de livros para o debate sobre as características da industrialização brasileira e, não por acaso, carrega o conceito de “desenvolvimento” em seu título, explicitando este vínculo e o debate que estaria presente na seleção das próximas obras.

---

<sup>810</sup> Na análise da apresentação de Fernando Henrique Cardoso à *Corpo e Alma do Brasil* falamos sobre a importância do projeto editorial como instrumento de afirmação da USP frente a outras instituições de pesquisa do país, universitárias e não universitárias. Entre elas, incluímos o CLAPCS, que foi disputado por grupos da Sociologia brasileira desde sua fundação. As polêmicas que envolveram a fundação do Centro se estenderam ao desenvolvimento de suas atividades, e a parceria com a Difel demonstra como Florestan e seu grupo, representados pela direção de Fernando Henrique neste projeto, mantinham-se presentes nas atividades externas à USP, inclusive para reconhecer e de alguma forma legitimar as divergências existentes como parte do debate do campo científico que reivindicavam.

<sup>811</sup> Manuel Diegues Júnior, “Apresentação”, em Roberto Cardoso de Oliveira, *O Índio e o Mundo dos Brancos: A Situação dos Tukúna do Alto Solimões*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 5.

O trabalho representa também a expansão das atividades da cátedra de Sociologia I: ele será a primeira publicação oriunda do projeto Economia e Sociedade no Brasil, desenvolvido no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit)<sup>812</sup>, um espaço que deveria contar com a liderança de Fernando Henrique de modo relativamente autônomo à presença de Florestan Fernandes. Além disso, mudavam as circunstâncias históricas das publicações realizadas pela Difel. Como sinalizamos no início deste item, *Empresário Industrial* sai em abril de 1964 e será, portanto, o último título da Corpo e Alma produzido sob o regime democrático e antes que seu diretor partisse para o exílio. Veremos que a edição guarda o clima de tensões dos meses que antecederam ao Golpe de 1º de abril.

Por fim, estas onze edições permitem identificar algumas características gerais da coleção antes de aprofundarmos nestes detalhes que a diferenciam em “fases”. Dois pilares sustentam o escopo do empreendimento até o final de suas publicações do ponto de vista disciplinar, a saber, vinte e nove volumes de História e vinte e quatro de Sociologia<sup>813</sup>. A discreta superioridade de trabalhos historiográficos pode provocar certo estranhamento ao concebermos uma coleção dirigida por um sociólogo, associado a um dos grupos mais aguerridos em estabelecer uma hegemonia neste campo científico, por isso, devemos nos atentar a algumas particularidades desta distribuição.

A primeira delas é que os principais historiadores da coleção estão ligados à história do Brasil republicano e à história econômica. São eles: da USP, Edgard Carone (19), Nícia Vilela Luz (1), Emília Viotti da Costa (1), Maria Thereza Schorer Petroni (1), Carlos Guilherme Mota (1), Mário Neme (1) e Boris Fausto (1). De fora da USP, temos o historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torre (1) e Héglio Trindade (1), e dois historiadores estrangeiros, Warren Dean (1) e Richard Morse (1). O perfil destes intelectuais e suas pesquisas estavam alinhados com a perspectiva estabelecida por Fernando Henrique Cardoso e o grupo que este representava, disposto a compreender as mudanças sociais e o sentido do desenvolvimento nacional.

---

<sup>812</sup> Centro de pesquisas fundado pelos principais intelectuais da cátedra de Sociologia I, em 1961. Seu programa é discutido em Florestan Fernandes, *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963. Segundo Wagner Romão (*A Experiência do Cesit: Sociologia e Política Acadêmica nos Anos 1960*, São Paulo, Humanitas, 2006, p. 94), após participarem da Campanha pela Escola Pública, em 1959, o grupo se aproxima de instituições do Estado de São Paulo para conseguirem ampliar as possibilidades de captação de recursos, o seu espaço de atuação profissional e de suas pesquisas na universidade e, com isso, vincularem-se de modo mais direto com ações da sociedade civil e movimentos políticos da época.

<sup>813</sup> Outras áreas aparecem de forma quase residual – Antropologia (6), Geografia (3), Pedagogia (2), Teatro (1), Urbanismo (1) e Economia (2).

É preciso considerar o fato de que um terço das publicações de história sejam de um mesmo historiador, Edgard Carone, que possui boa parte de sua obra publicada na *Corpo e Alma do Brasil*. A sequência de trabalho de Carone acabou formando uma verdadeira *republicana* dentro da *brasiliana* da Difel. Seus livros já adentram ao período de publicações da coleção durante a Ditadura Militar, questão que retomaremos adiante. Por ora, é preciso reconhecer que suas pesquisas eram pioneiras na universidade e guardavam íntima relação com este contexto político. Sua leitura sobre as diversas fases da história da República partia do interesse em compreender as condições que levaram ao regime autoritário<sup>814</sup>. Com a concentração de publicações de um mesmo autor, podemos considerar que a dinâmica geral da *Corpo e Alma* acaba se equilibrando entre história e sociologia. A primeira matéria se destaca pela maioria de obras, enquanto a segunda se sobressai pela maior variedade de intelectuais e temas publicados. Entre as duas perspectivas, a sociologia conduz o ritmo do desenvolvimento do projeto, acompanhando a trajetória intelectual e política de Fernando Henrique, como veremos.

Outrossim, a notável afinidade entre História e Sociologia na *Corpo e Alma do Brasil* assinala um elemento de continuidade do projeto da Difel, e da perspectiva dos autores universitários, em relação a outros que integraram o desenvolvimento de nossa tradição intelectual em ciências humanas que estiveram muito calcados na produção de antologias e análises historiográficas. Mesmo quando o gênero ensaio chega para modernizar as interpretações da formação nacional nos anos 1930, ele o faz reivindicando a assimilação dos métodos sociológicos à análise histórica, questão metodológica que repercute nas coleções da época, como na *Documentos Brasileiros*, de José Olympio. A composição disciplinar da *Corpo e Alma* demonstra que de alguma forma esta relação se mantém na tradição nascente.

Sob a direção de Fernando Henrique Cardoso, inaugurada oficialmente com uma “edição-manifesto” representativa das posições de um grupo proeminente do processo de institucionalização das ciências humanas na universidade, e com uma estrutura disciplinar bem-definida, a coleção cresceu e adquiriu um ritmo próspero de publicações – cerca de três títulos novos por ano no período 1960-1970. Inicialmente vinculada a nomes da produção uspiana, a *Corpo e Alma do Brasil* realiza, em seguida, parcerias com intelectuais de outras instituições brasileiras e internacionais. O objetivo da Difel de construir um empreendimento de intervenção editorial comprometido com a tarefa de

---

<sup>814</sup> Sobre a obra de Edgard Carone e sua inserção na historiografia do período, ver: Fabiana Marchetti, *Edgard Carone e a Ideia de Revolução no Brasil*, Cotia, Ateliê Editorial, 2023.

“pensar o Brasil”, inovando-a através das transformações trazidas pela vida universitária, cumpria-se, por sua vez, com a seleção de trabalhos oriundos da ascensão de um verdadeiro sistema de profissionalização acadêmica que, sob o discurso do rigor metodológico e do cumprimento dos requisitos de um novo modo de pensar, alimentavam a produção científica e um debate de intervenção na sociedade brasileira.

Figura 60

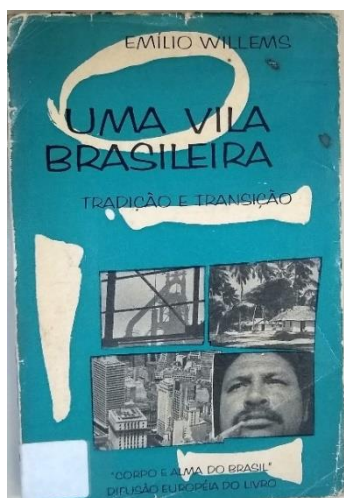


Figura 61

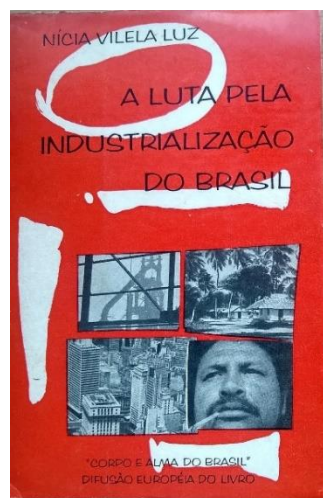


Figura 62

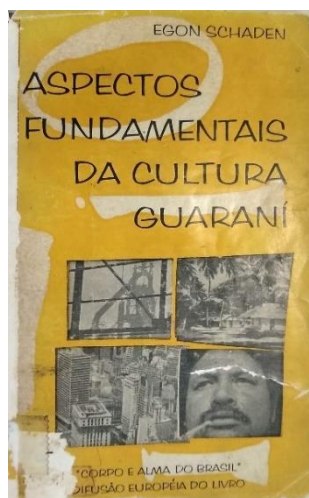


Figura 63

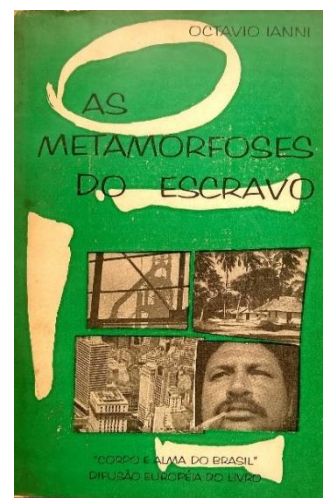


Figura 64

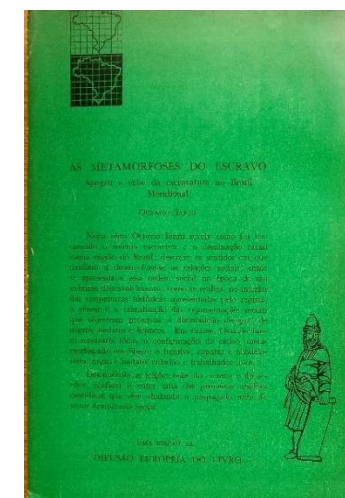


Figura 65

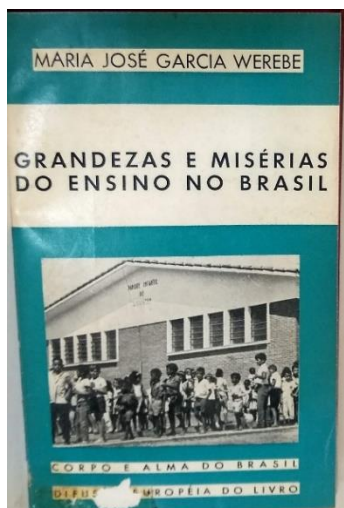


Figura 66

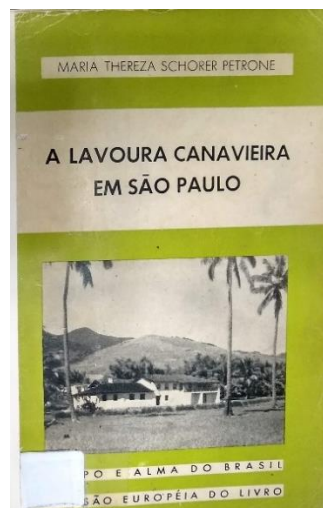


Figura 67

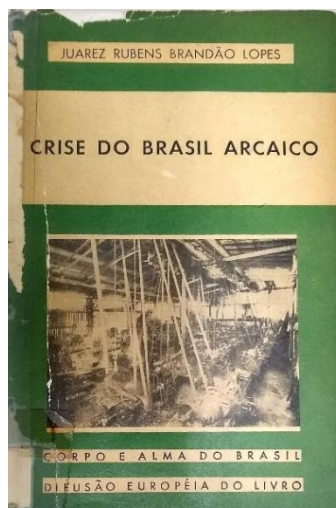


Figura 68

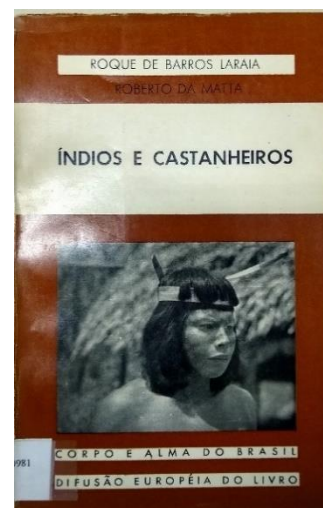
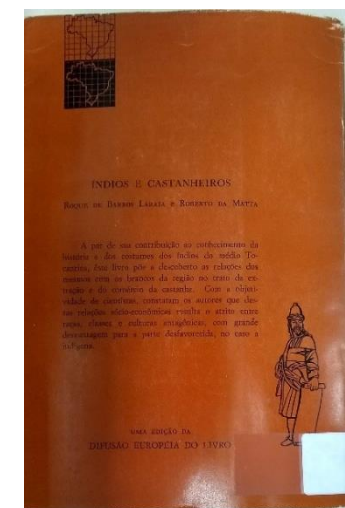


Figura 69



**Figuras 55 a 64. Modelos de Capa da Coleção Corpo e Alma do Brasil (1960-1980)** As publicações da Corpo e Alma do Brasil em formato 14 x 21 cm, em seus dois principais modelos. Não há uma lógica para a alternância entre os modelos, inclusive, eles são aplicados indistintamente para reedições de um mesmo título. Não há assinatura de capista. As quartas capas adotam a mesma apresentação, com os mapas do Brasil no canto superior esquerdo, mostrando no contraste entre a imagem contornada (alma) e a imagem preenchida (corpo). No canto inferior direito, a reprodução de um dos profetas de Aleijadinho.

#### **6.4. Virtudes e Impasses de uma Estratégia Acadêmica (1964-1968)**

O Golpe de 1º de abril de 1964 foi o primeiro marco de um novo processo de ruptura do Estado e da sociedade brasileira com a democracia. Apoiados por uma elite civil, os militares visavam intervir no modelo econômico adotado pelos governos desenvolvimentistas de então e impedir qualquer tendência de sua radicalização social. Nesse contexto, as chamadas Reformas de Base, construídas e anunciadas pelo governo de João Goulart em resposta ao ascenso dos movimentos populares de fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, foram o estopim para deflagrar os tensionamentos que levam à ação golpista.

Entre a forma, o caráter de classe das mobilizações que pressionavam pela aprovação do plano e o seu conteúdo, encontravam-se também alguns princípios ideológicos que os grupos intervencionistas desejavam combater: a defesa de um desenvolvimento da sociedade brasileira que não visasse alcançar apenas metas econômicas, puramente quantitativas, mas também objetivos sociais de redução das desigualdades, melhorias na oferta dos serviços públicos e do papel do Estado como agente promotor destas políticas, especialmente junto aos grupos mais vulneráveis. Ou seja, era preciso combater, ou frear, as tendências mais esquerdizantes que integraram o rol de debates e ações políticas de desenvolvimento daquela última década e meia.

Como temos demonstrado, diferentes projetos de nação se expressavam e disputavam espaço no campo intelectual, e um setor progressista do mercado de edições, ao qual a Difel estava integrada, acompanhava esta dinâmica de circulação de ideias com a realização de livros, os quais serviam como canais de comunicação destes interlocutores entre si e com a sociedade. Sendo assim, não tardaria para que as consequências do Golpe Militar recaíssem sobre as instituições, intelectuais e editoras protagonistas desta esfera de discussão pública. A intensidade e o momento desse impacto dependeriam, é claro, da filiação ideológica dos referidos nomes dentro desse amplo espectro político definido como “progressista”, e do nível de visibilidade que conseguiam alcançar socialmente.

O Ato Institucional n. 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, estabelece o aprofundamento e a generalização das intervenções, perseguição, repressão e censura

do regime contra a sociedade civil, especialmente no plano da cultura<sup>815</sup>. Contudo, é preciso lembrar que desde o Ato Institucional n. 1 (AI-1), os militares incluíram diversos intelectuais deste campo político em sua lista de cassados, como Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier e Darcy Ribeiro. Ainda sob efeito das prerrogativas arbitrárias do Ato, o Iseb foi extinto e a Universidade de Brasília (UnB) foi primeira instituição universitária atingida por uma invasão de tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais, na qual foram presos professores e alunos, além do afastamento compulsório de diversos docentes e do reitor Anísio Teixeira, substituído pelo interventor Zeferino Vaz.

Neste contexto, sob rumores de que seria preso, Fernando Henrique Cardoso decide sair do Brasil. Ainda em abril de 1964, ele parte para Buenos Aires e, em seguida, para o Chile, onde permaneceu até 1967. O temor de sofrer com tais retaliações vinha de sua atuação na universidade, a qual tinha na *Corpo e Alma do Brasil* um importante ponto de apoio, como vimos, uma vitrine de suas relações, de seus princípios e de seus primeiros trabalhos publicados. Então, como não relacionar o que o projeto vinha executando com a exposição de seu nome frente aos líderes e apoiadores do novo regime? Do mesmo modo, como não identificar um novo sentido para o seu desenvolvimento no período em que Fernando Henrique esteve fora do país?

Questionado sobre o caráter ideológico da *Corpo e Alma do Brasil*, o sociólogo recorda:

Qual era a tônica da esquerda na época? Era o nacionalismo. *Corpo e Alma do Brasil*. Você pode ver que isso durou, nos anos 50 eram os anos de campanha do petróleo, nacionalismo, segundo Getúlio que dá a letra, não o Getúlio, ele nunca teve essas ideias, mas o pessoal que tinha essas ideias ficou mais próximo do Estado. Nós nunca tivemos ligação direta com o Estado. A USP era muito isolada da vida política, mas a esquerda era nacionalista, no mundo, não era só aqui. Era a União Soviética que tinha essa proposta pra poder se defender da briga com os Estados Unidos. Misturou muito a revolução social com a revolução nacionalista. E havia o Terceiro Mundo que estava se rebelando, então havia essa preocupação. A *Corpo e Alma*, não tinha essa conotação, nem Monteil, não fazia parte de uma estratégia comunista; como de esquerda, era mais uma estratégia acadêmica de conhecer o Brasil<sup>816</sup>.

---

<sup>815</sup> Roberto Schwarz, “Cultura e Política, 1964-1969”, *O Pai de Família e Outros Estudos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 61-92.

<sup>816</sup> Fernando Henrique Cardoso, Entrevista Concedida à Pesquisadora. Grifo nosso para remarcar a ênfase do autor em sua fala.



A definição presente nestas memórias traz um tom de neutralidade à coleção, especialmente no que diz respeito ao envolvimento direto de seus membros com a política de Estado – questão que já aparecia em seu discurso de abertura do projeto – e com a sua integração a um espírito de época. Estas premissas correspondem às características gerais da coleção, como vimos, entretanto, destoam de certos discursos que aparecem nas edições, como o prefácio de João Cruz Costa para *A Luta pela Industrialização no Brasil (1808-1930)*, e mesmo da atitude pessoal de Fernando Henrique diante do Golpe. Se ele decidia fugir do país na iminência de ser perseguido por suas atividades profissionais, a “estratégia acadêmica de conhecer o Brasil” que ele liderava no mercado editorial não seria tão isenta de ideologias.

“Como de esquerda”, a coleção defendia posições específicas sobre as quais devemos nos debruçar para compreender exatamente o lugar de onde Fernando Henrique Cardoso executa sua liderança no projeto. Elas são enunciadas de modo explícito nas elaborações teóricas que o diretor apresenta em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* e *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Estas “autopublicações” ajudam a caracterizar as diferentes fases que identificamos para o Corpo e Alma do Brasil até aqui: a construção entre 1960-1964; e seu amadurecimento/intervenção na primeira conjuntura pós-Golpe, entre 1965-1968.

Em ambas as periodizações, veremos que se expressa na coleção o alinhamento do diretor-autor ao marxismo<sup>817</sup>, em um primeiro momento, como afirmação de uma perspectiva teórico-metodológica que se realiza individualmente em sua obra e trajetória intelectual; no segundo, como fundamento de um grupo e linha de pesquisa efetivamente constituídos sob a referência de sua liderança na universidade. À medida que compreendermos essa perspectiva marxista, e como ela se expressa na coleção, poderemos identificar também as adaptações que o diretor e demais responsáveis terão de realizar para que ela se mantenha adiante da nova conjuntura, tanto em termos de sua atualidade temática e teórica quanto em termos das estratégias de sobrevivência necessárias para superar os obstáculos colocados pelo regime ditatorial.

---

<sup>817</sup> Esta perspectiva não será totalmente abandonada a partir de 1969, mas se tornará secundária diante da alteração do acirramento da conjuntura nacional que interfere nas pesquisas do sociólogo e, sobretudo, nos vínculos – em certa medida compulsórios – que ele e a rede intelectual mantêm com o cenário internacional. Como veremos no item seguinte, 3.5, A Coleção no Exílio.

*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* foi o oitavo volume da *Corpo e Alma do Brasil*. O livro consagrou a tese de doutoramento do sociólogo, defendida originalmente sob o título *Formação e Desintegração da Sociedade de Castas. O Negro da Ordem Escravocrata no Rio Grande do Sul*. As referências marxistas aparecem indiretamente nesta mudança, ao menos aos leitores mais atentos e familiarizados com este repertório. Primeiramente, porque a nova denominação título possivelmente remetia à obra de Eric Williams, *Capitalism and Slavery* [*Capitalismo e Escravidão*], publicada em inglês no ano de 1944, citada em sua bibliografia e que àquela altura já havia se tornado um clássico sobre o tema. Ao mesmo tempo, a reformulação tornava o título mais sucinto e conseguia expressar uma estrutura de pensamento dialético ao associar dois termos de uma realidade – um par de opostos aparentemente excludentes entre si<sup>818</sup> – em uma relação estruturante do sistema econômico-social a ser analisado.

A filiação às ideias de Marx é oficialmente anunciada na introdução:

O tema deste trabalho refere-se aos processos de constituição e desagregação da sociedade escravocrata riograndense, vistos a partir da situação social que o negro nela assumia. Procura-se analisar a formação de um tipo determinado de sociedade e verificar os efeitos exercidos por seus padrões estruturais sobre o comportamento dos agentes sociais que ocupavam as posições do sistema: os senhores e os escravos. Simultaneamente, consideram-se os padrões estruturais que constituíam esse tipo de sociedade, bem como sua dinâmica, como resultantes de um conjunto de ações e relações humanas desenvolvidas em condições histórico-sociais concretas.

Em termos sucintos: o livro visa a analisar a totalidade social concreta que resultou da integração entre senhores e escravos na sociedade gaúcha.

Contudo, o tema da investigação e os problemas selecionados na discussão não se esclarecem simplesmente pelo enunciado. É necessário mencionar que o trabalho é uma tentativa de utilização da interpretação dialética na sociologia [...]<sup>819</sup>.

Embora não seja uma explicação ao título do livro, visto que a introdução reproduz o mesmo texto apresentado em sua tese, no parágrafo inicial, Fernando Henrique explica

---

<sup>818</sup> Lembremos aqui que era corrente nas discussões sobre a formação do capitalismo no Brasil a caracterização de “fases” ou “etapas” classificadas a partir do tipo dominante de relação de exploração de trabalho, nas quais a escravidão definira um tipo de economia pré-capitalista. Essa visão se identifica fundamentalmente com as teses comunistas, mas também deixa suas marcas em interpretações liberais que veem o desenvolvimento brasileiro em uma linha progressiva de avanços nas relações produtivas em direção a um “voo” rumo aos padrões do chamado Primeiro Mundo.

<sup>819</sup> Fernando Henrique Cardoso, “Introdução”, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, p. 9. Grifos do original.

de alguma maneira a formulação dialética à qual nos referimos anteriormente. Ao afirmar que a temática de seu trabalho visava captar uma dinâmica social e o funcionamento de um sistema a partir de agentes fundamentais que ocupavam posições opostas em sua organização, ele acaba por abordar essa contradição intrínseca a um modelo socioeconômico particular à região Sul do Brasil, “a sociedade escravocrata riograndense”, mas que operava segundo um princípio básico de exploração do trabalho e da produção de riquezas, a relação senhor-escravo, que é colocada como um mecanismo geral implicitamente reconhecido como elemento comum ao sistema estudado e à realidade brasileira, capitalista e escravista.

O sociólogo entra, então, em um debate teórico sobre o conceito de “totalidade social concreta”. Poderíamos nos dedicar a discutir a definição que ele desenvolverá nas páginas seguintes, contudo, o mais importante é percebermos que ele o faz para defender de modo contundente o uso do “método dialético na sociologia”. Essa defesa fora um ponto essencial da tese apresentada, um marco na constituição da obra e da trajetória do Fernando Henrique.

Segundo as práticas da época, era comum que o texto introdutório de uma tese explicitasse a síntese metodológica das referências que norteavam o candidato a doutor em sua elaboração. Mas estas não estavam restritas a ele, individualmente, elas identificavam os rumos tomados pela relação de orientação, que era bastante hierarquizada naquele contexto. Como já mencionado em momentos anteriores, a relação de Florestan Fernandes com seu grupo de orientandos e assistentes era muito rígida nestes quesitos. Em sua postura militante pela institucionalização da disciplina, ele conduzia os temas de pesquisa e as questões de método de seu grupo com extremo rigor, exercendo a autoridade de sua posição como catedrático.

Partidário de um “ecletismo bem temperado”<sup>820</sup>, Florestan não tinha nenhuma restrição absoluta ao marxismo<sup>821</sup>, entretanto, sabe-se que sua posição era sempre

---

<sup>820</sup> Gabriel Cohn, “Ecletismo Bem Temperado”, em Maria Ângela D’Incao, *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Editora da Unesp, 1987, pp. 48-53.

<sup>821</sup> Cumpre notar que Florestan Fernandes realizou a tradução de Karl Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, São Paulo, Editora Flama, 1946. A edição é importante pois, embora neste momento as edições marxistas encontrassem uma situação promissora no mercado brasileiro, elas ainda estavam limitadas pela linha propagandista do PCB, que não priorizava traduções de Marx. A primeira edição completa de *O Capital* no Brasil só sairia cerca de duas décadas mais tarde, em publicação da Civilização Brasileira (Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil: das Origens a 1964*, pp. 71-73). A tradução de Florestan é citada por Fernando Henrique e Octavio Ianni em suas teses.

ponderada no que diz respeito às possibilidades, e mesmo da necessidade, de que o sociólogo recorresse a diferentes métodos, segundo às exigências de seu objeto. A reflexão de Fernando Henrique se enfrentava com esta perspectiva ao propor a dialética marxista como ferramenta de análise absoluta e superior às demais. Além disso, ele irá travar uma batalha direta com o funcionalismo, corrente teórica utilizada por Florestan Fernandes e diversos sociólogos e antropólogos renomados do período:

[...] Por certo, também noutras modalidades de explicação sociológica, recorre-se à noção de totalidade, e, em algumas delas, isso é feito com propósitos explicativos e não meramente descritivos. Entretanto, o problema não está em saber se a dialética, como a interpretação funcionalista ou a abordagem estruturalista etc., utiliza a noção de todo, mas em determinar como, ou seja, mediante que requisitos metodológicos e intenções cognitivas constroem-se as totalidades nas diversas formas de interpretação. Como o objetivo da presente discussão se restringe à caracterização do procedimento totalizador de interpretação dialética, resumir-se-á a análise à comparação do procedimento com um ou outra técnica diversa de interpretação para salientar a particularidade dessa forma de conceber e explicar teoricamente a realidade social [...] <sup>822</sup>.

Assim, ele segue para uma comparação entre o marxismo e o funcionalismo, tecendo críticas ao segundo para afirmar o primeiro. Ao apresentar a introdução para leitura do orientador antes de sua defesa, Fernando Henrique cria um ponto de atrito com seu mestre, como recorda:

Bem, quando o Florestan leu a tese, o prefácio, que era pedante e fazia muita crítica ao funcionalismo, disse-me que não aceitava o texto. Eu pensei: “Então vou defender com o Lourival de Gomes Machado”, catedrático de política, com quem eu me dava bem e que Florestan não considerava academicamente sólido. Eu lhe disse que ia falar com o Lourival e foi um pega pra capar. Eu estava com sarampo. O Florestan não respeitava essas coisas de sarampo, ele disse que aquilo seria inaceitável. O Florestan não gostava do Seminário de Marx [...] <sup>823</sup>.

O momento era decisivo para a conclusão de uma etapa de sua carreira, e o atrito refletia os estudos e interesses que escapavam às atividades organizadas em torno da cátedra de Sociologia I. O texto da introdução à tese tinha origem nos estudos extracurriculares realizados pelo chamado Seminário Marx, grupo composto por ele e

---

<sup>822</sup> Fernando Henrique Cardoso, “Introdução”, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, p. 11.

<sup>823</sup> Fernando Henrique Cardoso, “Entrevista”, em Elide Rugai Bastos *et al.*, *Conversas com Sociólogos Brasileiros*, p. 77.

outros colegas da FFCL-USP entre 1958 e 1964<sup>824</sup>. Florestan Fernandes era uma contraditória inspiração para os seus membros: por um lado, como intelectual dedicado, exigente e erudito, era o exemplo de que o rigor científico poderia ser aplicado ao marxismo para livrá-lo das análises mecanicistas, tão em voga nas discussões sobre desenvolvimento elaboradas pelos partidos políticos; por outro, ele representava o catedrático zeloso de sua posição que exercia seus vínculos de poder e hierarquia e que, portanto, deveria ser confrontado<sup>825</sup> em sua desconfiança sobre a ação autônoma de seus alunos.

A discussão colocada em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* expunha essa contradição e, apesar do desgaste, doutorando e orientador não romperam relações. Entende-se, assim, que a tese e a polêmica apresentada por ela marcaram um primeiro passo de afirmação intelectual para Fernando Henrique frente à autoridade representada por Florestan Fernandes ou, ao menos, uma reconfiguração na relação entre eles, já que o assistente e candidato a doutor amadurecia em seu processo de formação. Florestan parece ter compreendido isso à sua maneira, participando do encerramento desse ciclo e do início de outras atividades na trajetória de Cardoso

Ao tomarmos conhecimento do ocorrido, a Corpo e Alma do Brasil pode ser vista como um primeiro projeto comum que conforma os novos vínculos de trabalho entre o mestre e seu aluno. Se o texto que introduziu a coleção em *Mudanças Sociais no Brasil* explicita a unidade do grupo da cátedra de Sociologia I em termos de sua concepção de ciência, a publicação da obra de Fernando Henrique demonstrava a existência de divergências internas que deveriam ser debatidas nos marcos de um diálogo acadêmico<sup>826</sup>

---

<sup>824</sup> A primeira edição do seminário contou em seu “núcleo duro” com Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Ruth Cardoso, José Arthur Giannotti, Fernando Novais, Roberto Schwarz, Paul Singer, Bento Prado Jr., Francisco Weffort e, ao que tudo indica, tinha a participação esporádica de outros intelectuais. Sobre o Seminário, ver: Eder Martins, *Marxismo e a Universidade no Brasil: Um Estudo sobre o Seminário Marx (1958-1964)*, dissertação de Mestrado, Campinas Universidade de Campinas, 2008; Lidiane Soares Rodrigues, *A Produção Social do Marxismo Universitário em São Paulo: Mestres, Discípulos e “Um Seminário” (1958-1978)*, tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2011. Naquele momento, o texto foi considerado como uma síntese das ideias do grupo, ao lado do artigo de Giannotti “Notas para uma Análise Metodológica de *O Capital*” (*Revista Brasileira*, n. 29, maio-jun. 1960). O texto do colega é citado na apresentação de Fernando Henrique. A Difel publica uma obra do filósofo José Arthur Gionnotti, *Origens da Dialética do Trabalho* (São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966).

<sup>825</sup> A bibliografia citada reconhece essa afronta, sempre lembrando que a referência de Florestan para o grupo fora fundamental e que ela permanece, entre tensões e atritos, na medida em que estes universitários se posicionam na academia.

<sup>826</sup> Devemos lembrar que, três volumes após à publicação da tese de Fernando Henrique Cardoso, a coleção reedita o mestrado de Florestan Fernandes, que possui uma longa explanação sobre o método funcionalista. A sequência deixa a impressão de um diálogo entre as edições, um direito de resposta do mestre ao aluno.

e evidenciava também as expectativas de que a partir desses debates ele se tornasse uma liderança de sua geração. A dedicatória do livro sela essa parceria:

Para  
Florestan Fernandes  
pela influência construtiva que exerce no desenvolvimento da  
sociologia no Brasil  
Com reconhecimento e amizade<sup>827</sup>.

Outrossim, devemos considerar a importância da defesa de Cardoso sobre o marxismo. Para além das questões hierárquicas, a reivindicação de se assumir a corrente teórica como ferramenta da Sociologia evocava a constante tensão entre ciência e política presente nos debates do grupo uspiano quando discutiam o papel social de sua disciplina e da produção universitária. A questão é assumida por Fernando Henrique em sua Introdução:

Essa discussão nos leva, finalmente, à consideração das condições pelas quais o processo de mudança social é representado na interpretação dialética. [...]

Na interpretação dialética, o fluxo social é representado como contínuo. Sociologicamente o contínuo pode ser explicado porque a ação é vista ao mesmo tempo como todo motivado por condições exteriores e como práxis, e porque os sistemas sociais não são concebidos como “sistemas fechados”, mas como “sistemas abertos”. O curso das modificações, na medida em que a ação também é práxis, vai depender dos propósitos socialmente definidos pelos grupos sociais e da capacidade de organização e de modificação que os agentes sociais forem capazes de desenvolver. [...]

Os processos de mudança são dialeticamente analisados, portanto, como resultantes da própria atividade humana concreta que, no processo incessante de realizar os padrões estruturais e funcionais de integração, nega-os, provocando tensões e contradições cuja resolução (superação) consiste na criação de novas formas de existência social<sup>828</sup>.

A ideia de mudança social, que permeava os projetos da cadeira de Sociologia I e orientava a *Corpo e Alma do Brasil*, é confrontada com a noção de práxis, a partir da dialética marxista. O conceito, que é utilizado repetidas vezes e com convicção por Fernando Henrique, reivindica que a análise sociológica abstraia os sistemas sociais como totalidades sem perder de vista a base concreta que realiza sua constante possibilidade de

---

<sup>827</sup> Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, p. 6.

<sup>828</sup> *Idem*, p. 22.

transformação, como sentido positivo da organização e atividade humana<sup>829</sup>. Uma reivindicação teórica para um trabalho que se ocupava do passado, mas com a perspectiva de contribuir para a compreensão do “fluxo social contínuo”, portador das contradições que poderiam, ou deveriam, provocar a superação de padrões ultrapassados.

O sociólogo mobilizava a noção de práxis como princípio para definir, mais uma vez, o compromisso de intelectuais engajados, como ele, com o sentido das mudanças sociais no Brasil e do desenvolvimento nacional a partir de suas posições estritamente acadêmicas, mantendo-se alheios às organizações partidárias. Estes jovens pensadores viviam uma experiência geracional em que grupos de leitura de Marx surgiam em outras universidades do país, como foi o caso do Seminário de Leituras d’*O Capital* organizado na UnB<sup>830</sup>, com o intuito de se criar um movimento revisionista sobre a difusão e as interpretações do marxismo no Brasil<sup>831</sup> e seus usos para se interpretar a realidade. Em resumo, carregavam o ideal de utilizar o materialismo histórico-dialético com o devido rigor científico e politizar a universidade de modo autônomo.

Assim, na medida em que nutria uma “estratégia acadêmica de conhecer o Brasil”, naquele momento de sua trajetória Fernando Henrique Cardoso construía táticas de atuação profissional que, em meio à apresentação de abordagens plurais e metodologicamente validadas pela especialização universitária, serviam igualmente para

---

<sup>829</sup> Esta leitura de Marx, que destaca o protagonismo dos sujeitos envolvidos como processo social, era bastante influenciada por Sartre, o qual é mobilizado pelo sociólogo em sua argumentação. Fernando Henrique cita a edição francesa: Jean-Paul Sartre, “Question de Méthode”, *Critique de la Raison Dialectique*, Paris, Gallimard, 1960. Para uma análise mais aprofundada da presença de Sartre na introdução de Fernando Henrique, ver: Leonardo Octavio Belinelli de Brito, *Marxismo como Crítica da Ideologia*, pp. 67-70; Lidiane Soares Rodrigues, *A Produção Social do Marxismo em São Paulo...*, pp. 219-230.

<sup>830</sup> Pelos professores Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank (Claudia Wasserman, *A Teoria da Dependência: Do Nacional-Desenvolvimentismo ao Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2017).

<sup>831</sup> Lincoln Secco, “Notas para a história editorial de O Capital”, *Revista Novos Rumos*, Ano 17, edição nº 37 (2002) o autor caracteriza as diferentes conjunturas de difusão do marxismo, colocando o pós- II Guerra como o período no qual dominou o Policentrismo, devido às cisões do comunismo internacional pós-stalinismo. O interesse em construir um marxismo renovado pela universidade e longe da tutela comunista é um dos elementos deste cenário e se reflete no mercado editorial brasileiro. Os anos 1960 veem crescer as traduções marxistas em editoras comerciais, sobretudo, estas que se voltam ao público universitário. Para citar alguns exemplos das duas maiores editoras contemporâneas à Difel no setor: a Zahar publica Leo Huberman, *A História da Riqueza do Homem*, e Paul Sweezy, *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, ambos em 1962; Maurice Dobb, *A Evolução do Capitalismo*, em 1965; todas pela coleção Biblioteca de Ciências Sociais. A Civilização Brasileira publica Lukács, *Introdução a uma Estética Marxista: Sobre a Categoria da Particularidade*, em 1958; a editora será responsável pela tradução inédita de *O Capital* em português, com os dois tomos do primeiro volume publicados em 1968, na coleção Perspectivas do Homem. Não podemos esquecer que as traduções de Sartre na Difel acompanham essa dinâmica com a publicação de *Questão de Método*, em 1966; um ano depois a editora também publica uma obra introdutória do marxista Lucien Goldmann, *Ciências Humanas e Filosofia*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.

autorizá-lo a realizar a defesa do marxismo na comunidade universitária – fosse por meio de sua obra ou de outras atividades coletivas, como a direção da *Corpo e Alma*.

O objetivo não era identificar a coleção diretamente a esta corrente de pensamento, mas de considerá-la como ferramenta legítima dentro de um repertório de trabalhos e discussões teóricas circunscritos por aquele projeto editorial. Ou seja, a delimitação de um conjunto de livros servia à definição de uma concepção de campo científico no qual o marxismo estava contido. Como diretor da coleção, Fernando Henrique era o responsável por essa demarcação geral e, em suas obras, ele reforçava a sua posição particular neste repertório, criando, de alguma maneira, uma tendência de identificação ou de receptividade entre o projeto e a produção marxista que se iniciava na universidade.

Por meio de seu trabalho na *Corpo e Alma do Brasil*, vemos que o sociólogo construía a imagem de um professor universitário vinculado às leituras críticas da realidade brasileira e ao marxismo. Ele se projeta publicamente como um radical e, portanto, não é à toa que após o Golpe ele se veja ameaçado pelas primeiras ações do novo governo, que miravam intelectuais com o mesmo perfil. Desta maneira, o lançamento de *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, justamente no mês de abril de 1964, pode ser tratado como um marco para a coleção que, por sua vez, seria um elo do intelectual exilado com seus interlocutores brasileiros.

O novo livro era fruto de sua tese de livre-docência, defendida em novembro de 1963 e que, como dissemos, era o primeiro resultado do projeto *Economia e Sociedade no Brasil* desenvolvido no Cesit. Certamente, a edição do livro foi realizada antes do 1º de abril, mas não deixava de ser simbólico que o seu lançamento tenha ocorrido naquele mês tão decisivo: ainda que a Difel e o autor-diretor da coleção não tivessem consciência plena sobre a extensão dos eventos, já em sua origem o trabalho discutia criticamente o papel da burguesia brasileira para o desenvolvimento nacional, opondo-se às teses que sustentaram os governos anteriores. Com estes setores derrotados pela aliança civil-militar, a crítica lançada se tornava ainda mais contundente, pois ela incidia no processo de autorreflexão de todos os setores progressistas e de esquerda ligados ao desenvolvimentismo. E, por força das circunstâncias, acabava atingindo também todos os apoiadores da guinada ditatorial.



No texto das orelhas do livro, Florestan Fernandes deixa transparecer o direcionamento do discurso a estes dois alvos:

Esse é presumivelmente o aspecto mais provocativo e construtivo da obra. Ela desemboca, corajosa e lucidamente, em nosso dilema fundamental: até que ponto o empresário industrial brasileiro se capacitou de suas tarefas históricas e se mostra apto para realizar uma política econômica que atenda, simultaneamente, aos interesses do capital e às necessidades da nação? [...]

Não devemos nos iludir. Em seus extremos, as opções de sentido histórico se colocam entre a iniciativa privada e a planificação centralizada. Como os empresários industriais brasileiros aproveitam as alternativas existentes e respondem às exigências da situação? Estarão eles construindo as bases de um autêntico desenvolvimento econômico e de uma economia capitalista equilibrada, ou perdendo as oportunidades históricas e provocando, por conseguinte, a necessidade de outras influências diretoras? Eis aí aonde leva a práxis desse belo livro, que projeta as explicações sociológicas no âmago de nossa capacidade de perceber o presente e de delinear o futuro do Brasil na era da civilização industrial<sup>832</sup>.

Se não foi escrito logo após o Golpe, a apresentação deve ter acompanhado o calor dos momentos imediatamente anteriores, pois a síntese de Florestan é provocativa e questiona diretamente a capacidade da burguesia brasileira de assumir a vanguarda da construção nacional de maneira independente e autônoma. Ele também desaprova a associação das elites com a intervenção estrangeira, que já se via na entrada massiva de capitais nas décadas precedentes, mas que chegava com mais força nas mãos de ferro da intervenção militar.

Assinado pelo catedrático, o paratexto mantém a conexão da Corpo e Alma do Brasil e de seu diretor com o grupo uspiano e também cumpre com o papel de politizar a obra, reafirmando os princípios fundacionais do Cesit que, devemos salientar, atenuaram as tensões entre Florestan Fernandes, seus alunos e assistentes sobre o uso do marxismo na Sociologia<sup>833</sup>. A mudança de atitude se evidencia na edição, quando o sociólogo assume o conceito de práxis para caracterizar a maior virtude de *Empresário Industrial* como instrumento de análise para “perceber o presente e delinear o futuro”. Desse modo, a nova publicação demonstra a persistência da dupla em atuar conjuntamente por seu

---

<sup>832</sup> Florestan Fernandes, “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil”, em Fernando Henrique Cardoso, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964. Grifo do original.

<sup>833</sup> Leonardo Octavio Belinelli de Brito, *Marxismo como Crítica da Ideologia*, p. 222.

histórico profissional e as afinidades que os manteriam unidos diante de uma nova conjuntura que exigiria cada vez mais uma radicalização de suas posições políticas.

Quando decide sair do país, Fernando Henrique solicita um pedido de afastamento não remunerado junto à universidade, justificando-o com a continuidade de suas pesquisas sobre o empresariado no Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), vinculado à Cepal, com sede em Santiago do Chile. Sob os primeiros efeitos da intervenção militar, Florestan Fernandes se corresponde com o diretor da Corpo e Alma do Brasil logo que ele chega na Argentina, seu primeiro destino no exterior:

São Paulo, 27 de abril de 1964

Caro Fernando Henrique:

A Ruth me deu novas que, nas atuais circunstâncias chamaria de boas novas. Você encontrou solidariedade e compreensão em Buenos Aires e já conta com uma situação definida na Cepal. Ótimo. Não desanime e vamos ver o que nos sucederá! De qualquer modo, a sua carreira nem a curto nem a longo prazo sairá perdendo, mas a Faculdade e o nosso trabalho aqui, por maior que seja a “sorte” que teremos, irão sofrer bastante e irrazoavelmente. Enfim, se as coisas forem para pior, será com esperanças e aspirações que acalentamos e que, ao que parece, o Brasil ainda não suportará. [...]

O pior é que o clima humano está se desfazendo com rapidez. Já se fala, com provas em alguns casos, de colegas nossos da universidade que estão elaborando listas para o expurgo. [...] Doutro lado, soube de boa fonte que a cadeira de Sociologia I passará por uma crise relativamente profunda e que estão aparentemente condenados o professor e os dois assistentes mais ativos [...] <sup>834</sup>.

Em sua avaliação sobre o momento político, Florestan demonstra estar preocupado com os desdobramentos do Golpe, que, de fato, se fariam sentir de forma aguda alguns anos mais tarde <sup>835</sup>. Entretanto, esta análise é secundária no conteúdo da carta frente à sua preocupação em tranquilizar Fernando Henrique sobre o andamento das atividades ligadas à cátedra de Sociologia I e o futuro de sua carreira, que não deveria ser abalada apesar daquelas intercorrências e de seu afastamento temporário da instituição.

A comunicação entre eles revela alguns momentos tensão:

---

<sup>834</sup> Florestan Fernandes, correspondência enviada a Fernando Henrique Cardoso, disponível no Arquivo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, referência 1964/01.001.221.

<sup>835</sup> As intervenções mais duras na universidade, que afetariam inclusive Florestan Fernandes, viriam após o Ato Institucional n. 5 (AI-5), outorgado em 1968. O professor João Cruz Costa, exonerado em 1965, é uma das exceções, tendo sido perseguido antes do AI-5.

Recebi sua carta, que muito me comoveu. tenho a impressão de que houve um mal-entendido. Não subestimei o lado dramático de sua situação, nem me conformei com ele, em todo ou em parte. [...] continuo firmemente solidário com você e totalmente contrário a qualquer ato ou medida que o prejudique ainda mais, de modo direto ou indireto. Por isso, calculo que estamos numa emergência – e que não devemos ceder terreno, qualquer que sejam as aparências. Somente se eu próprio for eliminado da USP o assunto pertinente a você poderia estar encerrado para mim<sup>836</sup>.

Florestan treplicava a resposta de Cardoso à correspondência de 27 de abril. Notemos que ele deve reiterar seu apoio ao colega exilado, que não recebeu muito bem o tom de “felicitações” com o qual iniciava sua mensagem, ao tratar das boas condições que ele teria para trabalhar no exterior. A rápida decisão de sair do Brasil deixou a impressão de uma atitude precipitada para alguns colegas, talvez por isso da interpretação “atravessada” das palavras de Florestan. De todo modo, o pequeno mal-entendido reitera a preocupação de Fernando Henrique em se fazer presente e garantir sua posição no grupo que se sentiu forçado a abandonar. Qualquer ato de solidariedade que pudesse vir de seu mestre, respeitado por todos os outros assistentes e pesquisadores do grupo, ajudaria a garantir o elo entre seu trabalho no exterior e a vida uspiana, que, como podemos perceber, ainda permanecia como uma prioridade de sua atuação profissional.

Ora, nada mais favorável do que manter seu nome em circulação recorrendo ao projeto que o lançara no mercado editorial como autor e liderança de uma brasileira universitária. Desse modo, a Corpo e Alma do Brasil não será abandonada, pelo contrário, Fernando Henrique manteve a coleção como uma plataforma de trabalho para sua projeção nos meios intelectuais brasileiros, especialmente junto ao Cesit, onde havia recebido o título de livre-docente e desenvolvido as pesquisas que originaram *Empresário Industrial*, posição que garantia sua referência intelectual, teórica e metodológica para futuras produções universitárias – matérias-primas para continuar a coleção.

Sendo assim, a nova fase da Corpo e Alma, iniciada em abril de 1964, contará com uma leva de títulos originados nas atividades do Centro. As publicações formam um conjunto diferente do anterior, voltando-se aos temas relacionados à industrialização nacional, sobretudo com estudos sobre classes sociais e relações de trabalho. Além da obra de Fernando Henrique, outros sete livros derivam direta ou indiretamente das

---

<sup>836</sup> Florestan Fernandes, correspondência enviada a Fernando Henrique Cardoso, disponível no Arquivo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, referência 1964/01.002.221.

atividades do Cesit: *Sociedade Industrial no Brasil* e *Crise do Brasil Arcaico*, de Juarez Brandão Lopes<sup>837</sup>, *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, de Luiz Pereira<sup>838</sup>, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, de Leôncio Martins Rodrigues<sup>839</sup>, *Petróleo e Nacionalismo*, de Gabriel Cohn<sup>840</sup>, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, de José Albertino Rodrigues<sup>841</sup> e *Desenvolvimento e Crise*, de Paul Singer<sup>842</sup>.

Inaugurada pela obra que seria uma “síntese atualista do Seminário Marx”<sup>843</sup>, esta fase da coleção será inevitavelmente marcada pelos debates promovidos ali e pelo ímpeto de seus integrantes em buscar as referências mais atuais de revisão do marxismo. Além de se utilizarem muito de Marx e Sartre, como já feito por Fernando Henrique em seus livros, as novas publicações recorrem a Lukács e Lucien Goldmann para discutir o conceito de classe e consciência de classe; e de outros marxistas que atualizavam a aplicação do materialismo histórico na universidade, como o principal nome da sociologia do trabalho francesa, Georges Friedmann<sup>844</sup>. Estas referências teóricas aparecem em longas notas de rodapé ao longo dos trabalhos.

Em Luiz Pereira, temos um exemplo da discussão sobre consciência:

[...] Mais que um tema, a deficiência da qualificação do trabalho nos subsistemas periféricos é, então, um problema. E também o é, ou seria, ainda nos casos alternativos de formação de sistemas capitalistas autônomos e de sistemas socialistas, autônomos ou não, naqueles subsistemas. Mas, percebê-la como problema não leva a perder a perspectiva da hierarquização dos problemas do desenvolvimento e, com isso, chegar a privilegiá-la indevidamente dentre estes. Todavia, mesmo quando em certas situações a qualificação do trabalho consista num problema menor, o seu estudo, como forma de atividade que é, constitui uma modalidade de inserção prática ou participação variavelmente direta ou indireta dos cientistas sociais, enquanto cientistas, no processo histórico, independentemente do nível e conteúdo de consciência que tenham a respeito. Mas como mostraremos, só à primeira vista, e nos termos

---

<sup>837</sup> Juarez Brandão Lopes, *Sociedade Industrial no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, [novembro] 1964; Juarez Brandão Lopes, *Crise do Brasil Arcaico*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.

<sup>838</sup> Luiz Pereira, *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1965.

<sup>839</sup> Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966.

<sup>840</sup> Gabriel Cohn, *Petróleo e Nacionalismo*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

<sup>841</sup> José Albertino Rodrigues, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

<sup>842</sup> Paul Singer, *Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

<sup>843</sup> Roberto Schwarz, “Entrevista”, em Flávio Moura e Paula Montero (org.), *Retrato de Grupo – 40 Anos do Cebrap*, São Paulo Cosac Naify, 2009, pp. 224-243.

<sup>844</sup> *Idem, passim*.

em que geralmente tem sido posta e por enquanto aqui repetidos, é que a qualificação do trabalho pode consistir num problema de menor importância (12).

As configurações de consciência da situação correspondentes ao “teste” histórico do moderno capitalismo, e para cuja elaboração contribuem as atividades dos cientistas sociais, obviamente não se põem no mesmo nível. Estão, sim, numa gradação do máximo de falsa consciência ao máximo de consciência possível (13).

---

(12) A inserção dos cientistas sociais no processo histórico (ou: as ciências sociais como dimensão da práxis coletiva) é tratada, dentre outros, por Lucien Goldmann, *Sciences Humaines et Philosophie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1952. De um ângulo diverso, Florestan Fernandes estuda o que essa participação, quando consciente e direta, implica em termos de definição ou redefinição dos alvos teóricos, empíricos e pragmáticos das ciências sociais, particularmente para os especialistas dos países subdesenvolvidos; e também a correlata redefinição dos papéis dos cientistas sociais, tendo em vista as possibilidades de sua participação direta nos processos de reconstrução social: *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1963; “O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros”, cap. V de *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*, Ed. Anhambi, São Paulo, 1958; e *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, cap. III e IV.

(13) A rigor, crescentes limites de consciência possível correspondem, inversamente, a decrescentes níveis de falsa consciência. Noção lukacsiana de consciência adequada equivaleria, então, à de A consciência possível-limite (superior). Sobre estas noções, vejam-se Lucien Goldman, *Sciences Humaines et Philosophie*; do mesmo autor, *Recherches Dialectiques*, Gallimard, Paris, 1959, esp. “La Réification”; e Georg Lukacs, *Histoire et Conscience de Classe*, trad., Les Éditions de Minuit, Paris, 1960, esp. “La Conscience de Classe”. Sobre o marxismo como consciência possível-limite, além destas obras veja-se Sartre, *Question de Méthode*. Havendo diferentes interpretações desse possível-limite, Sartre assim o entende (ob. cit., p. 17): “Se a filosofia deve ser a um tempo totalização do saber, método, Ideia reguladora, arma ofensiva e comunidade de linguagem; se essa ‘visão do mundo’ é também um instrumento que trabalha as sociedades ‘fatigadas’; se essa concepção singular de um homem ou de um grupo de homens se torna a cultura e, às vezes, a natureza de toda uma classe fica bem claro que as épocas de criação filosófica são raras”<sup>845</sup>.

Em Leôncio Martins Rodrigues temos o exemplo do debate com a Sociologia do Trabalho francesa:

---

<sup>845</sup> Luiz Pereira, *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, p. 19.

Não é o momento de estendermos os comentários sobre a concepção que esses autores têm da empresa como um “sistema fechado” (2) nem de seus pro-management bias. Assinalemos somente que essa linha de pesquisa, ainda que tivesse como objeto de análise o trabalhador e oferecesse valiosas informações para a compreensão do comportamento do operário na situação de trabalho dentro da empresa, pouco contribuiu para lançar novas luzes sobre o movimento operário organizado e especificamente sobre o sindicalismo. Nesse sentido, a observação de Hart parece plenamente justificada: “Desde que todas as pesquisas de empresa abordam o operário através de suas preocupações e atividade no trabalho, elas nos dão pouca ou nenhuma indicação da importância dos grandes e bem-organizados sindicatos [...]”. Parece claro que, em contraposição aos estudos econômicos sobre o trabalho, tais como a velha literatura nos apresenta, e aos estudos psicológicos do trabalhador que a escola de Mayo nos oferece, temos poucos dados empíricos sobre a sociologia dos sindicatos e seu lugar na comunidade industrial. O problema central da sociedade industrial parece ser o do impacto de novas instituições sobre antigo equilíbrio de forças institucionais (3).

---

(2) “A principal debilidade da psicossociologia da empresa, escreve Friedmann referindo-se às concepções que presidiram a realização de tais experimentos – é considerá-la obstinadamente como uma estrutura social completa e cerrada. É uma espécie de entidade coletiva que segue sua evolução independentemente de todos os outros grupos sociais e em cujo interior outros grupos, o ‘clã’, a ‘equipe’, a ‘oficina’, o ‘departamento’, os ‘operários de produção’, os ‘capatazes’, os ‘empregados’, os ‘chefes de turma’ etc., se agitam e se chocam entre si, mas sem interferirem com realidades coletivas exteriores à empresa e de extensão mais ampla. A organização social da fábrica, considerada como uma estrutura, é um fato de realidade in- discutível, e os autores, estudando-a, devem a essa colocação, interessantes observações. Porém, diminuem e talvez deformem seu valor, suspendendo, por assim dizer, a empresa no vazio, e mantendo em redor dos Hawthorne Works, hipostasiada numa entidade, num absoluto, a ‘Companhia’, uma espécie de vazio social”. Georges Friedmann, *Problemas Humanos del Maquinismo Industrial*, Editorial Sudamérica, Buenos Aires, 1956, p. 432<sup>846</sup>.

Além de constataremos o diálogo dos autores brasileiros com as principais referências internacionais do debate marxista da época, a reprodução das notas permite verificarmos novamente como a Difel opta por manter a estrutura acadêmica das teses selecionadas para publicação. Os editores poderiam fazer recortes ou adaptações nestas referências para tornar os livros menos técnicos. Ou seja, livres de longos discursos,

---

<sup>846</sup> Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, p. 9.

demasiadamente específicos, para o público mais amplo que uma casa comercial visava atingir. Por um lado, a opção denota o intuito da casa em promover, de fato, essa linguagem acadêmica e seu modo de pensar para formar os leitores, ainda que à primeira vista estes pudessem se espantar com tais características; por outro, a esta altura, o formato “científico” poderia ser um subterfúgio importante para mascarar esses debates sensíveis à conjuntura política.

Outra característica comum à maioria dos livros, que se relaciona com os respectivos repertórios teóricos, é a de situar o debate do desenvolvimento brasileiro no plano mais geral das preocupações que mobilizavam os estudos sobre os “problemas” do chamado Terceiro Mundo.

Segundo Juarez Brandão Lopes:

As interações da ciência social com a sociedade são múltiplas e sutis. A sociologia industrial, que se desenvolveu neste século nos países economicamente adiantados, mormente nos Estados Unidos, formula problemas e apresenta respostas, que correspondem à realidade imediata de que trata, sendo mais especificamente válidos para tais países. Assim, somente nos últimos anos, principalmente devido a uma crescente preocupação naqueles países com o “terceiro mundo”, é que aí surgiram formulações de problemas e estudos com maior relevância às sociedades em vias de desenvolvimento<sup>847</sup>.

Sobre o mesmo tema, Luiz Pereira afirma:

Assim, o “Grande Despertar” dos subsistemas periféricos responde ao “despertar” dos subsistemas dominantes para o subdesenvolvimento como problema social do sistema capitalista internacional. é o que revela a abundante produção dos cientistas sociais acerca do subdesenvolvimento, numa evidência de que a história propõe os problemas e de que a inteligência destes, sob a forma de consciência da situação consistente das ciências sociais se constitui um conhecimento teórico-prático<sup>848</sup>.

A coleção da Difel seguia com o programa acadêmico da cadeira de Sociologia I, mas atualiza o sentido de seus trabalhos anteriores ao desdobrar o debate sobre a mudança social e desenvolvimento – presentes também na abertura da Corpo e Alma do Brasil – que se inscrevem principalmente num plano do nacionalismo de esquerda, em direção às problemáticas que envolviam a compreensão da situação brasileira no cenário

---

<sup>847</sup> Juarez Brandão Lopes, *Sociedade Industrial no Brasil*, p. 13.

<sup>848</sup> Luiz Pereira, *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, p. 17.

internacional. Com o reconhecimento de que o “problema social” dos países periféricos atraía a atenção dos países centrais, estes autores contribuíam de modo autêntico e inovador para problematizar a relação desenvolvimento x subdesenvolvimento, não como etapas estanques de evolução das nações em um sistema internacional, senão como polos de uma mesma força motriz necessários à manutenção e reprodução de um *status quo*, de uma ordem de dominação e subjugação entre o centro e a periferia desse sistema.

Cumprir notar que o subconjunto da coleção não destoava drasticamente do que a Difel se propunha a fazer desde o estabelecimento de sua política de traduções, difundindo a produção intelectual engajada produzida no imediato pós-Guerra e no desenrolar da Guerra Fria. Contudo, vemos que nessa altura o programa da editora expressa um alinhamento entre o que esta geração de universitários havia lido e traduzido, e o amadurecimento de sua produção autoral. Sendo assim, esta nova fase da Corpo e Alma do Brasil, inaugurada em abril de 1964, segue até o fim de 1968. Em um quinquênio, dezoito títulos inéditos são lançados, com uma média superior a três livros por ano, um ritmo próspero para o empreendimento. O período também foi o de maior concentração nas publicações de sociólogos.

Os livros foram produzidos antes que a escalada da perseguição universitária atingisse seu ápice. De toda maneira, eles colaboram para que a aliança entre a Difel e a produção organizada em torno da USP, sobretudo, na cátedra de Sociologia I, pudesse seguir com os objetivos propostos em 1960 e, então, intervir nesta conjuntura de progressivo fechamento do regime. É nesse processo que ela poderá se desenvolver a ponto de comportar uma linha de publicações que se adequará, e cumprirá um papel importante, nos momentos mais críticos da Ditadura.

Nesse sentido, a Corpo e Alma trabalha em dois planos, o primeiro individual, que assegurou um espaço no qual Fernando Henrique Cardoso, seu diretor, pudesse manter seu nome atuante nos meios intelectuais e políticos do Brasil durante seu primeiro exílio, especialmente com o programa de estudos do Cesit/USP, onde ele ainda pretendia ocupar uma posição de liderança. Como de fato manteve, pois, quando de seu retorno ao Brasil, ele disputou o concurso para a cadeira de Ciência Política, saindo vencedor – um dos últimos contratado na universidade sob o regime de cátedras que cairia em 1969. Em segundo plano, ela sustentou a atuação coletiva destes universitários, sua atitude e



estratégia acadêmica, em uma rede de oposição ao regime<sup>849</sup> que recorrerá, cada vez mais, ao mercado editorial.

### 6.5. A Coleção no Exílio (1969-1979)

O movimento mais intenso de ataque às universidades durante a Ditadura Militar ocorre a partir do Decreto Lei n. 477 de 26 de fevereiro de 1969, conhecido por ter levado o AI-5 para dentro destas instituições. A partir de sua outorga foram lançadas diversas listas com a exoneração de professores e cientistas de seus cargos, alguns dos quais também tiveram seus direitos políticos cassados, às quais se seguiram outras ações repressoras contra centenas de estudantes e pesquisadores até o fim do regime.

O “expurgo” levaria à dispersão de parte do grupo de autores que trabalhava ao lado da Difel, especialmente o núcleo da cátedra de Sociologia I, responsável por alimentar a *Corpo e Alma do Brasil*. Na verdade, alguns intelectuais publicados já haviam sofrido com sanções anteriores, como o sociólogo José Albertino Rodrigues, que fora perseguido na UNB, em 1964, e se encontrava no exílio quando seu livro fora lançado, em 1968; e João Cruz Costa, expulso da USP em 1965. Serão exonerados a partir do novo decreto: Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, Juarez Brandão Lopes e Paul Singer. Além de Paula Bielgmann, cientista

---

<sup>849</sup> Flamarion Maués, *Livros contra a Ditadura: Editoras de Oposição no Brasil, 1974-1984*, São Paulo, Publisher, 2013. O historiador define o conceito “editoras de oposição” para se referir às empresas com catálogos voltados à difusão de títulos de apelo político com posições que aportassem aos movimentos de esquerda e aos setores críticos à Ditadura Militar. Flamarion identifica a estruturação deste campo de oposição partir dos anos 1970, mais especialmente no final da década, relacionando-a ao ascenso do movimento estudantil e de outros movimentos sociais que deflagram a conjuntura de abertura política do regime. Gostaríamos de chamar atenção, contudo, para o fato de que a situação de vigilância e constrangimento político-social afeta o mercado desde 1964, atingindo as “editoras progressistas” que tinham uma atuação consolidada no momento do Golpe. Elas serão constrangidas por suas posições e tratadas como espaços promotores de discursos e redes de enfrentamento político com o regime. Dois exemplos ilustram essa situação: o fechamento da editora Vitória, pertencente ao PCB, em 1964, e as intervenções na editora Civilização Brasileira, que sofreu com sanções econômicas, com a prisão do editor Ênio Silveira e com um atentado a bombas em sua livraria, ambos em 1968. O caso da Difel permite identificarmos outras interferências, por vezes sutis, que impactaram na atuação de uma empresa que pertencia a este campo. Continuaremos a explorar a situação específica de nossa editora, mas por ora devemos reconhecer que a mudança de conjuntura deflagra um novo momento para o mercado editorial como um todo, colocando um processo de passagem entre os campos “progressista-oposição” para as casas consolidadas, que, à medida que evoluem os movimentos de resistência, servirão de exemplo e como um certo polo aglutinador para aquelas fundadas nas décadas seguintes já no campo das editoras de oposição, conforme definido por Maués.

política que contribuiu para a HGCB, e de Jean-Claude Bernardet, professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) que havia trabalhado na Livraria Francesa.

Se, desde 1964, a Difel já vinha assumindo alguns riscos políticos ao manter na coleção a atuação de Fernando Henrique e a linha de pesquisa produzida pelo Cesit, diante das novas circunstâncias, a vida da editora foi afetada de modo mais significativo, pois os ataques diretos a estes parceiros não significavam apenas a dificuldade ou possibilidade de publicá-los individualmente<sup>850</sup>, eles afetavam, sobretudo, a rede de relações que sustentava as atividades da editora e chamavam atenção para o seu catálogo como possível alvo de futuras perseguições e retaliações.

Sendo assim, a Corpo e Alma do Brasil entrará em uma nova fase de atuação. Entre 1969 e 1979, a coleção irá acompanhar o verdadeiro exílio institucional de seus colaboradores<sup>851</sup>, muitos deles forçados a sair também do país em caráter eventual ou definitivo, expressando as adaptações que tiveram de fazer para manter suas atividades profissionais, suas redes de debate e o seu engajamento político.

A primeira mudança que chama atenção na sequência de livros é a virada da coleção para a historiografia, área que já tinha uma presença relevante nas obras anteriores a 1969, mas que acaba superando a sociologia neste período – disciplina que até então era majoritária na classificação dos títulos. Devemos remarcar que, às vésperas do AI-5, a Corpo e Alma será marcada por uma emblemática publicação de História, a coletânea *Brasil em Perspectiva*<sup>852</sup>. A edição foi organizada pelo historiador Carlos Guilherme Mota, que relata em nota introdutória as circunstâncias em que o conjunto de textos tinha se produzido:

A presente publicação tem seu ponto de partida num curso de História do Brasil, sob nossa orientação, realizado no auditório da “Folha de São Paulo”, no segundo semestre de 1966. Quando aceitamos a incumbência de coordenar tal curso, procurávamos retribuir a alguns

---

<sup>850</sup> Notemos que até este momento poucos autores se repetem na coleção. Entre eles temos apenas Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Juarez Brandão Lopes. A partir de 1969 essa situação se modifica.

<sup>851</sup> Evidentemente, a expulsão efetiva de Fernando Henrique Cardoso altera o caráter de seu exílio, já que agora não se tratava de uma ação preventiva. Suas movimentações em instituições nacionais e internacionais deste período, bem como as novas perspectivas teóricas e temáticas de seu trabalho, se expressam na Corpo e Alma do Brasil a partir de 1969, como veremos. O sociólogo passa a dividir a assinatura da coleção com Boris Fausto nas edições a partir de 1980, por isso nosso recorte para a última fase analisada.

<sup>852</sup> Carlos Guilherme Mota (org.), *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, [julho] 1968. A obra sai ainda em meio à leva de publicações de sociologia vinculadas ao Cesit, contudo ajuda a dar o tom politizado para as publicações historiográficas que virão a seguir.

membros daquele jornal a defesa feita à Universidade de São Paulo, fustigada em 1964 e 1965 por forças interessadas na dispersão de um patrimônio cultural conseguido a duras penas.

De maneira geral, a estrutura do curso permanece a mesma nesta publicação: saíram alguns títulos, outros foram fundidos.

Os professores que participaram do curso são jovens de formação universitária, pertencentes às mais variadas tendências. Exercem suas atividades docentes nas Seções de História e Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (Estado de São Paulo). Têm como traço comum a atualização de seus conhecimentos e possuem, cada um em sua especialidade, preocupações de natureza metodológica. Não estão preocupados, apenas, com as aparências dos fenômenos estudados: querem, mais do que isso, penetrar na dinâmica dos processos em que ocorrem tais fenômenos.

O curso surgiu em virtude da preocupação dos professores em provocar o transbordamento das discussões acadêmicas para fora dos muros da universidade. essa mesma ideia informa, agora, esta publicação. Afinal, o problema da divulgação atinge, de algum modo e de diferentes formas, os participantes do ciclo de conferências. E a divulgação é essencial para quando se tenta colocar ao alcance do grande público os frutos da pesquisa histórica [...] <sup>853</sup>.

O historiador faz questão de anunciar o vínculo institucional dos autores, integrando com seu enunciado o repertório de paratextos que demarcavam a *Corpo e Alma do Brasil* como um projeto universitário. Interessante notar que a publicação evidencia também as redes de apoio formadas entre diferentes esferas do campo intelectual, da cultura e da imprensa diante das primeiras ameaças colocadas pela guinada ditatorial. Isto é, a defesa de jornalistas da *Folha de S.Paulo* à universidade desdobrou-se em um evento que deveria evocar reflexões críticas sobre a História do Brasil – relacionando passado e presente – e, por fim, seus membros buscaram uma parceria editorial entendendo a necessidade deste tipo de divulgação para que suas ideias ultrapassassem de fato “os muros da universidade”.

---

<sup>853</sup> Carlos Guilherme Mota, “Nota Introdutória”, em Carlos Guilherme Mota (org.), *Brasil em Perspectiva*, pp. 11-12. O prefácio é assinado por João Cruz Costa em 1º de abril de 1968, data que marcava os quatro anos primeiros anos da Ditadura Militar. Não entraremos em seu conteúdo, no entanto, devemos sublinhar a importância de que a edição ofertasse um espaço de manifestação a este professor, o primeiro exonerado entre os atuantes na Difel. Costa ressalta a insistência dos organizadores de Paul Monteil para que escrevesse algumas palavras que deixassem sua marca naquele volume: “Os jovens historiadores e sociólogos que colaboram nesta obra e, seu editor, meu amigo Paul Monteil, pedem-me que a apresente. No meu entender, a nota introdutória do Licenciado Carlos Guilherme Mota já seria suficiente para este fim. [...] Todavia, já agora, só me resta agradecer-lhes pela atenção que me dispensaram e pela honra que me fazem [...]” (João Cruz Costa, “Prefácio”, em Carlos Guilherme Mota (org.), *Brasil em Perspectiva*, p. 7).

Dentro daquilo que já vinha produzindo e do arco de alianças bem-estabelecido junto aos uspianos, a brasileira da Difel acolheu tal iniciativa. Mais uma vez, somos defrontados ao seu caráter político como parte da perspectiva de engajamento defendida por esta comunidade acadêmica e, ao mesmo tempo, reforça-se o seu papel como canal de comunicação destes pensadores entre si e com a sociedade.

Em seguida, a nota esclarece os leitores sobre as questões metodológicas que perpassam as discussões apresentadas e também neste ponto acentua o perfil politizado da concepção que norteou aqueles autores:

Uma outra dificuldade para se entender a História do Brasil reside na pouca preocupação em estudá-la inserindo o Brasil num quadro mais amplo, que é o quadro das nações do passado colonial e que, em sua esmagadora maioria, constituem atualmente o chamado grupo subdesenvolvido. Esta preocupação esteve presente na elaboração do curso e na sua publicação, mas não foi objeto de exposição especial.

Finalmente, Brasil em Perspectiva não pretende ser um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida. Pretende lembrar que, entre outras coisas, que há em curso uma história profunda, lenta, silenciosa, subterrânea, uma história das estruturas. Pretende lembrar, entre outras coisas, que há em curso, uma história profunda, lenta, silenciosa, subterrânea, uma história das estruturas. Diversa de uma história de superfície, rápida, leve, do dia a dia, uma história dos acontecimentos. São histórias que não existem isoladamente: uma explica a outra. A história do dia a dia é uma expressão externa da história profunda. Assim, nos movimentos de independência na África ou na Guiana, há uma história profunda comandando. A independência, que é parte do processo de descolonização, implica em discutir a colonização, isto é, o processo inteiro em sua longa duração, de montagem e desmontagem.

[...] No caso do Brasil estamos convencidos, por exemplo, de que seu passado colonial ainda comanda o presente: o passado colonial está na raiz das discussões sobre subdesenvolvimento. Do peso de tal passado é que se procura libertar atualmente<sup>854</sup>.

A afirmação sobre a necessidade de se compreender a História do Brasil como processo ligado a uma situação internacional, com destaque ao sentido dado pela colonização europeia, situa o livro dentro do mesmo debate apresentados pelos trabalhos do Cesit, ainda que não fosse um trabalho vinculado às atividades do Centro. Assim, devemos observar que a abordagem internacionalista colocada por Mota ressalta como a ideia de subdesenvolvimento estava presente no debate das diversas áreas das ciências humanas e como ela emerge com força no contexto da Ditadura Militar, pois a intervenção

---

<sup>854</sup> Carlos Guilherme Mota, “Nota Introdutória”, pp. 14-15. Grifos do original.

golpista e a manutenção do regime autoritário passam a ser vistos, já naquele momento, como reflexo dos interesses imperialistas no país – e no continente sul-americano, pois, ainda que o texto não explicita essa relação, ele considera a questão histórica como um passado compartilhado por outras nações.

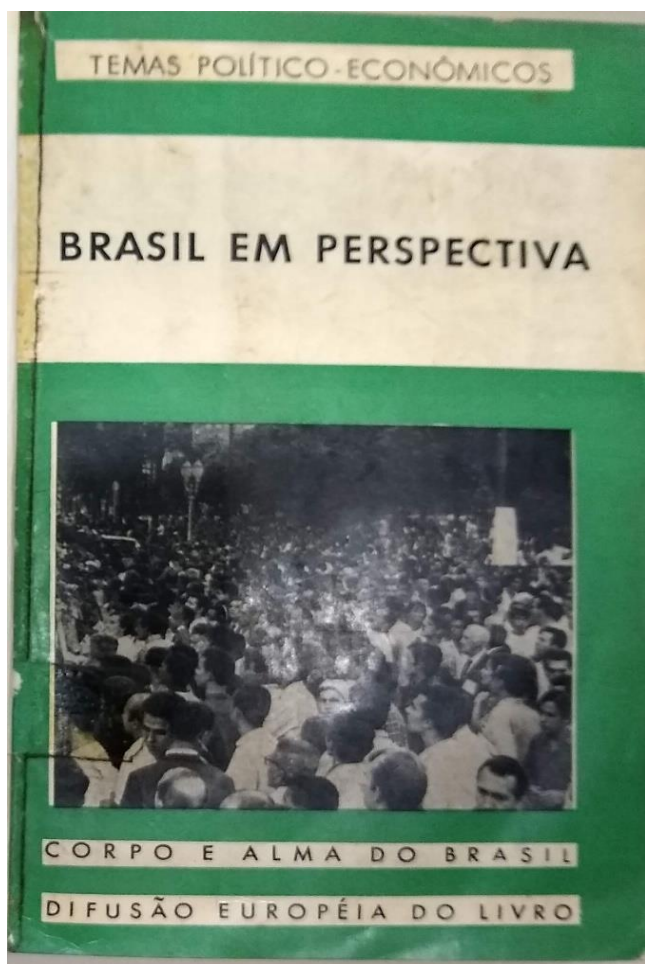
No caso da historiografia, sua interpretação se desenvolvia em questões sobre a sobrevivência de estruturas do passado no presente – norteadas do ponto de vista metodológico pela noção de temporalidades históricas identificada na *Annales*<sup>855</sup> –, as quais deveriam ser respondidas para se construir uma saída, e um futuro, para aquela realidade de opressão política. Esta que impunha, na verdade, a manutenção de um projeto econômico e social originado por relações colonizadoras. E notemos que a identificação dos problemas brasileiros com os vividos pelas nações da África e de outros territórios ainda sob domínio colonial trazia ainda a referência de processos radicalizados de luta por independência, alguns deles envolvidos em grandes conflitos militares de libertação nacional mobilizados por táticas e ideologias de esquerda, socialistas e comunistas.

O tom de radicalismo apresentado em *Brasil em Perspectiva* e a sua grande repercussão como marco da historiografia brasileira durante a Ditadura Militar se inscrevem nas premissas das publicações que a Corpo e Alma realizou no período 1964-1968 e, a nosso ver, lançam uma ideia-força para a seleção de obras historiográficas que a editora irá realizar diante das condições de dispersão de seu grupo autores, do efetivo exílio do diretor da coleção e de maior vigilância colocadas no pós-1969.

---

<sup>855</sup> O texto de Fernand Braudel, “História e Ciências Sociais: a Longa Duração”, em tradução de Ana Maria Camargo, é citado por Mota.

Figura 70



ÍNDICE	
PREFÁCIO – Prof. João Cruz Costa.....	7
NOTA INTRODUTÓRIA – Carlos Guilherme Mota .....	11
EXPANSÃO EUROPEIA E DESCOBRIMENTO DO BRASIL – Manuel Nunes Dias.....	17
O BRASIL NOS QUADROS DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL – Fernando A. Novais.....	53
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA – Emília Viotti da Costa.....	73
BALANÇO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO SÉCULO XIX – Virgílio Noya Pinto.....	141
O BRASIL MONARQUICO EM FACE DAS REPÚBLICAS AMERICANAS José Ribeiro Júnior.....	165
O PROCESSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NA REPÚBLICA VELHA – Maria do Carmo Campello de Souza.....	183
A REVOLUÇÃO DE 1930 – Boris Fausto.....	253
O GOLPE DE 37 E O ESTADO NOVO – Lourdes Sola.....	285
PROBLEMAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XX – Gabriel Cohn.....	317
O PROCESSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO BRASILEIRO DE 1945 AO PLEBISCITO – Paula Beiguelman.....	355
O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: 1930 A 1945 – Jaime Pinsky.....	379
O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: 1945 A 1964 – Nilo Odalia.....	395

**Figura 70. Detalhes de *Brasil em Perspectiva*** À esquerda, capa da primeira edição de *Brasil em Perspectiva*, seguindo um dos modelos utilizados pela editora. A foto não é identificada, mas a multidão nos faz pensar nas grandes mobilizações ocorridas meses antes da publicação do livro, principalmente, aquelas realizadas em protesto ao assassinato do estudante Edson Luís ocorrido em 28 de março e, em seguida, nos dias de seu velório e na missa realizada em sua memória (4 de abril de 1968). O ápice destes protestos levou à Passeata dos Cem Mil (26 de junho de 1968). À direita, o reprodução do sumário do livro apresenta os capítulos e seus autores. A temática é abrangente e não se resume ao período colonial, mas discute a colonização e sua sobrevivências na longa duração, como evocou Mota. Entre os autores, repetem-se intelectuais que já haviam publicado na *Corpo e Alma do Brasil* e outros colaboradores inéditos.

A edição que inaugura sua nova fase será *A Primeira República (1889-1930): Texto e Contexto*, de Edgard Carone<sup>856</sup>. O historiador, como já mencionado, foi o autor com maior quantidade de publicações na *Corpo e Alma do Brasil*, totalizando dezenove livros dos quarenta publicados até o encerramento do projeto em 1988. Este panorama suscita, à primeira vista, o entendimento de que diante das perseguições e expulsões a coleção se estagnou. Este fato constituía parte da realidade com a qual a Difel teve de lidar, mas não seria o único motivo para que a obra deste historiador alcançasse tal peso no conjunto.

Com uma formação marxista, influenciada pela figura do irmão Maxim Tolstoi – dirigente do PCB nos anos 1930 – e por amigos como Aziz Simão e Paulo Emílio Salles Gomes, Carone possuía uma trajetória atípica diante do processo de profissionalização vivido pela universidade naquele período. Em 1969, ele retomava seus vínculos com a USP depois de ter abandonado o curso de História e Geografia, cursado entre 1944 e 1947, e de ter passado cerca de vinte anos administrando e morando em uma fazenda na cidade Bofete<sup>857</sup>. O retorno não era despropositado, pois nos anos em que esteve afastado de São Paulo o historiador manteve uma rotina de estudos e a ligação com o grupo de amigos com quem se formara na juventude, os quais ainda eram ativos na instituição e em outros espaços da vida político-intelectual paulistana.

Antonio Candido foi o grande incentivador para que se dedicasse novamente à academia, convidando-o, inclusive, para escrever seu primeiro livro, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1965<sup>858</sup>. No processo de redação da obra, cujo título é bastante sugestivo da abordagem marxista feita pelo historiador, Edgard Carone, como outros intelectuais de esquerda, fora impactado pelo Golpe Militar. Entre suas reflexões para este trabalho e a imposição da realidade política, Carone se vê motivado a voltar para universidade com o objetivo de desenvolver um programa de estudos sobre a República

---

<sup>856</sup> Dois volumes antecedem o livro de Carone na sequência da coleção: vol. 27: Fernando Henrique Cardoso, *Mudanças Sociais no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, [junho] 1969; vol. 28: Jean Roche, *A Colonização Alemã no Espírito Santo*, [outubro de 1968]. A classificação não segue a ordem cronológica das publicações, mas adotaremos o segundo critério para classificar os livros dentro das fases estabelecidas para a *Corpo e Alma do Brasil* em nossa análise. Desta maneira, Edgard Carone, *A Primeira República (1889-1930): Texto e Contexto*, Difusão Europeia do Livro, [maio] 1969 será considerada a primeira publicação do período 1969-1979 (período que denominamos A Coleção no Exílio).

<sup>857</sup> Fabiana Marchetti, *Edgard Carone e a Ideia de Revolução no Brasil*.

<sup>858</sup> Edgard Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, DESA, 1965. O título sai em 2ª edição como o vol. 42 da *Corpo e Alma do Brasil*, em 1975.

brasileira. Seu intuito será o de retornar ao início do regime, em 1889, para compreender as raízes daquele presente que, mais uma vez em sua história republicana, levava o país a uma ditadura.

Recém-chegado a São Paulo e dando os primeiros passos para retomada da vida universitária, o historiador não fora alvo dos expurgos realizados a partir do Decreto de 1969<sup>859</sup>. Ele obtém financiamento para realizar suas pesquisas e defenderá o seu doutorado em 1971, intitulado *União e Estado na Vida Política da Primeira República*, do qual se originará o terceiro volume de sua autoria na *Corpo e Alma do Brasil*. A aproximação do projeto de Edgard Carone com a editora provavelmente se deu na sobreposição de círculos de convivência comuns com o editor Paul Monteil: dos círculos comunistas à Livraria Francesa e, principalmente, pela rede intelectual uspiana, que, de alguma maneira, o historiador nunca abandonou mesmo ausente da capital paulista. Ele também foi intelectualmente próximo de Fernando Henrique Cardoso, que assina as orelhas de todos os seus livros na *Corpo e Alma*.

Isto é, a entrada de Carone na coleção não se faz por acaso. Ele volta para a USP em 1969, reaproximando-se deste ambiente familiar para ele e caro à Difel, com um projeto de estudos relativamente bem-definido: analisar às origens da República, passar por suas distintas fases, para tentar compreender as estruturas que levaram à nova vaga autoritária na história nacional. De alguma maneira, este projeto individual aparecia como um desdobramento das questões historiográficas de *Brasil em Perspectiva*, que trazia a ideia de estrutura e longa duração como ferramentas de compreensão do presente, para uma análise da história contemporânea do país<sup>860</sup>.

Apenas a determinação do historiador, evidentemente, não garantiria todas as condições para o desenvolvimento de sua obra. Contudo, institucionalmente, ele conseguiu viabilizar o prosseguimento de suas pesquisas e de sua carreira; politicamente,

---

<sup>859</sup> Em 1968, Edgard Carone foi preso em Botucatu – cidade-sede do então distrito de Bofete –, antes de voltar a São Paulo. O motivo da prisão foi uma denúncia contra a biblioteca que ele mantinha em sua fazenda e de supostas reuniões de “esquerdistas” em sua casa. Depois que se tornou professor ele foi vigiado por agentes do Dops em atividades acadêmicas e políticas (Fabiana Marchetti, *Edgard Carone e a Ideia de Revolução no Brasil*, pp. 70).

<sup>860</sup> Carone vive uma transformação geracional da historiografia, pois o Golpe Militar suscita o interesse dos historiadores por um passado recente que ainda era pouco discutido na universidade (José Roberto do Amaral Lapa, “A História Documental da Primeira República”, *Revista de História*, vol. 39, n. 80, pp. 417-421, 1969; “A Primeira República: Dimensões Fatuais”, *Revista de História*, vol. 48, n. 97, pp. 243-253, 1974; Fabiana Marchetti, *A Primeira República: A Ideia de Revolução na Obra de Edgard Carone*, pp. 68-87).



devemos considerar que o fato de ter iniciado o seu trabalho já no período de maior acirramento do regime deve ter condicionado certa precaução na forma de apresentar suas posições, preservando as pesquisas e sua trajetória profissional de possíveis retaliações. Nota-se esse cuidado na própria construção dos livros, que, à exceção dos dois últimos volumes<sup>861</sup>, não apresentam paratextos introdutórios com discursos politizados ou demonstrações de que o projeto pretendia discutir ou elucidar os problemas do presente, como visto nas publicações anteriores da coleção. Eles se restringem a discussões sobre a documentação utilizada e a análises preliminares dos dados históricos.

Dessa maneira, vemos a Difel se aliar a um autor que, no médio prazo, seria uma fonte constante de matéria-prima para suas publicações e, portanto, capaz de ampará-la na eventual dificuldade de realizar novos lançamentos do grupo politicamente perseguido com o qual a Corpo e Alma do Brasil possuía um vínculo maior até aquele momento. Ou seja, diante das adversidades, a editora traça uma estratégia e constrói uma verdadeira *republicana* dentro de sua *brasileira*. Ela carrega implicitamente, em seu conteúdo e na trajetória do autor, as marcas de um princípio radical das revisões historiográficas do período, presente nas edições anteriores da coleção, mas que, na forma, conseguia manter um aspecto tradicional<sup>862</sup>, criando uma sequência que atenuava o caráter engajado do projeto.

À publicação sistemática dos estudos republicanos de Edgard Carone, seguem outros trabalhos de historiadores: dos brasileiros Boris Fausto<sup>863</sup> e Héglio Trindade<sup>864</sup>; e

---

<sup>861</sup> Apenas em 1985 Carone manifesta o ideal que motivara o seu projeto de estudos: “Com a República Liberal (1945-1964), termino meu trabalho sobre a História da República. A ideia nasceu no momento do golpe de 1964, na hora em que as pessoas se interrogavam sobre o papel, na nossa história, dos militares, da burguesia e dos capitais estrangeiros. Esta uma das razões que me fez buscar a origem destes e de outros problemas da nossa formação republicana. O que não esperava era levar quinze anos para realizar a tarefa e nem que a obra pudesse ampliar-se nos diversos volumes que compõe a História da República” (Edgard Carone, *A República Liberal I (1945-1964)*, São Paulo, Difel, 1985).

<sup>862</sup> Nos referimos ao que já foi discutido sobre os modelos de coleção de “história geral” no capítulo anterior. De alguma maneira a republicana de Carone traz esse modelo para a Corpo e Alma do Brasil ao formar esse subconjunto dentro dela. Essa forma tradicional não exclui o fato de que a periodização realizada pelo historiador acompanhava a abordagem inovadora dos estudos da época.

<sup>863</sup> Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social*, São Paulo, Difel, 1977. Boris Fausto integra a primeira geração de estudiosos do período republicano na USP, ao lado de Edgard Carone e Emília Viotti da Costa.

<sup>864</sup> Héglio Trindade, *O Integralismo: o Fascismo Brasileiro na Década de 1930*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1974. Jovem historiador, professor da Universidade do Rio Grande do Sul quando sua tese foi publicada pela Difel. O trabalho foi defendido na Universidade de Paris X, França, resultando em um estudo inédito sobre o tema dentro da universidade, segundo João Cruz Costa, “Prefácio”, em Héglio Trindade, *O Integralismo*, pp. 5-7. Trabalhos sobre o integralismo se tornariam mais recorrentes nos 1970 (Alexandre Pinheiro Ramos, “O Integralismo, de Héglio Trindade, Quarenta Anos Depois: Uma Crítica à sua Recepção”, *Antíteses*, vol. 7, n. 14, pp. 324-347, jul.-dez. 2014).

dos estadunidenses Richard Morse<sup>865</sup> e Warren Dean<sup>866</sup>. Eles contribuem com a estratégia que identificamos, pois, de um lado, temos trabalhos de historiadores em início de carreira e que praticamente inauguravam suas áreas de pesquisa; e, de outro, encontramos dois *brasilianistas*<sup>867</sup> integrantes dos centros de pesquisa estrangeiros sobre América Latina. Ora, os novatos eram aqueles que, assim como Carone, puderam passar momentaneamente ilesos à grande leva de expulsões, apresentando-se como novidades de um sistema de ensino expurgado. Os autores do exterior, por sua vez, estavam blindados pelo fato de atuarem fora do país, contando, ainda, com certa contradição de suas imagens como agentes estrangeiros na historiografia nacional:

A primeira vez em que ouvi o nome de Warren Dean, ainda como estudante, foi numa acirrada discussão entre dois colegas considerados “muito atualizados”, que divergiam sobre as teses de *A Industrialização de São Paulo*, publicado em português, em 1971. Li imediatamente o livro para poder participar dos debates, pois todos pareciam ter uma opinião sobre ele. Fato notável, pois naquela época não nos importávamos muito com historiadores norte-americanos, já que, em

---

<sup>865</sup> Richard Morse, *Formação Histórica de São Paulo*, São Paulo, Difel, 1970. O livro da Difel corresponde à segunda edição brasileira, a primeira foi publicada no ano de 1954, na coleção Biblioteca do IV Centenário, projeto editorial promovido pelas festividades oficiais do aniversário de São Paulo, sob o título *Da Comunidade à Metrópole: Biografia de São Paulo*. O texto original é fruto da tese defendida por Morse na Universidade de Columbia, EUA, em 1952, que foi ampliado e revisado por Antonio Candido de Mello e Souza e Maria Sylvia de Carvalho Franco para a publicação da Difel. A obra é analisada em Ana Cláudia Veiga de Castro, *Um Americano na Metrópole [Latino-Americana]. Richard Morse e a História Cultural Urbana de São Paulo (1947-1970)*, tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2013. A autora identifica que as primeiras resenhas da edição de 1954 foram escritas por Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso (p. 34), o que nos permite situar um processo de recepção do livro, contando com a mediação dos líderes da cadeira de Sociologia I. Se já haviam apreciado o título anteriormente, quando associados à editora, contribuem para ampliar a sua circulação e torná-lo uma obra clássica (p. 42).

<sup>866</sup> Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1971. O livro se origina de sua tese de doutorado, defendida em 1964, na Universidade da Flórida, e de outras pesquisas desenvolvidas posteriormente, sobretudo quando Dean se tornou professor assistente na Universidade do Texas, sede do Institute of Latin America Studies – ILAS, um dos mais antigos e principais centros de pesquisa estadunidenses nesta área. A edição da Difel é publicada dois anos após a edição americana. Importante ressaltar que Warren Dean esteve no Brasil em duas ocasiões, primeiro entre 1962-1963, vinculado à cadeira de Sociologia I; depois entre 1967-1968, quando visitou a cidade de Rio Claro, interior do Estado de São Paulo, para realizar trabalhos de campo. Sobre a trajetória de Warren Dean e sua recepção no Brasil (ver: João Rafael Moraes de Oliveira, *História Ambiental no Brasil: O Percorso Historiográfico de Warren Dean*, dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2013, p. 46).

<sup>867</sup> O termo se generaliza na década de 1960, quando se fortalecem os centros estadunidenses de pesquisa sobre América Latina e abrem linhas de fomento específicas para os pesquisadores dedicados ao Brasil. Apesar das diferentes motivações que levavam os pesquisadores aos temas brasileiros, havia um interesse oficial sobre estes trabalhos devido à necessidade de a potência imperialista conhecer melhor o subcontinente no contexto da Guerra Fria, por isso o termo carregava uma conotação política entre os historiadores nacionais (Paulo Roberto de Almeida, “Tendências e Perspectivas dos Estudos Brasileiros nos Estados Unidos”, em Rubens Antonio Barbosa *et al.*, *Brasiliannistas. Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos (1945-2000)*, São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 27-30).

geral, os víamos como inexpressivos e demasiado empiricistas ou [...] como inimigos, já que nosso sentimento anti-imperialista era muito forte. Seu livro, baseado em extensa documentação, corroía uma interpretação corrente e tradicional entre as esquerdas. [...] Warren estava ajudando a derrubar a ideia de que a revolução burguesa tinha ainda “tarefas históricas” a serem cumpridas<sup>868</sup>.

Se entre historiadores a desconfiança anti-imperialista dificultaria o reconhecimento das contribuições críticas destes profissionais estadunidenses, a Difel certamente poderia contar com a ignorância dos agentes da repressão, e sua admiração por qualquer referência que viesse dos Estados Unidos, para colocar estas obras como títulos “neutros” ou mesmo como referências positivas para sua coleção diante de eventuais ações que visassem reprimir suas atividades.

Desta maneira, o desenvolvimento da *Corpo e Alma do Brasil* não se realizava como mero fruto das circunstâncias da conjuntura. À medida que a nova realidade impunha obstáculos, as relações se reconfiguravam e as escolhas editoriais encontravam formas de manifestar seus princípios e os objetivos do empreendimento<sup>869</sup>.

O predomínio da historiografia e a concentração nas obras de um mesmo autor se destacam como resultado destes recursos de adaptação da *Corpo e Alma do Brasil*, no entanto, devemos lembrar que, embora tenham se reduzido, as publicações na área de Sociologia permanecem importantes em seu catálogo no pós-1969. Fernando Henrique Cardoso ainda era o diretor da coleção e a manterá como espaço para divulgar os trabalhos que produziu e as redes intelectuais nas quais se inseriu para manter suas atividades após ser expulso da USP. Nessa fase em que o exílio universitário se realizou completamente, ele irá consolidar suas relações no exterior, especialmente nos lugares que o acolheram na América Latina nos anos anteriores.

A *Corpo e Alma* acompanha o processo de internacionalização que se intensifica por coação da Ditadura: Cepal, Ilpes, Flacso, Clapcs, siglas de instituições fundadas nas décadas anteriores se tornam cada vez mais recorrentes nas edições, citadas como locais

---

<sup>868</sup> Maria Ligia Coelho Prado, “Warren Dean”, *Revista de História*, n. 133, pp. 91-93, 1995.

<sup>869</sup> Com todas as estratégias de sobrevivência, livros da Difel foram apreendidos pelos órgãos da repressão. Cinco deles aparecem no *Catálogo de Livros Apreendidos pelas Polícias Políticas (1933-1983)* do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), 2012: três pertencentes à *Corpo e Alma do Brasil*, *A Primeira República: Texto e Contexto*, de Edgard Carone, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*, de Maria José Garcia Werebe; dois à coleção Saber Atual, *A Literatura Comparada*, de Marius François Guyard, *O Marxismo*, de Henri Lefebvre. As circunstâncias das apreensões não ficaram registradas nos documentos da Aperj.

de trabalho dos autores, agências financiadoras ou sedes de projetos que se mantêm dedicados às temáticas do desenvolvimento, subdesenvolvimento, industrialização e outras que temos mencionado. Além delas, os centros de pesquisa das universidades estadunidenses, como New York University, University of California, Columbia University; europeias, como Paris I Panthéon-Sorbonne, Paris X Nanterre, École des Hautes Études em Sciences Sociales; e fundações, como a Fundação Ford, conformam esta rede internacional de circulação e acolhida dos intelectuais brasileiros.

Gláucio Ary Dillon Soares, que publicou *Sociedade e Política no Brasil: Desenvolvimento, Classe e Política Durante a Segunda República* na coleção, em 1973<sup>870</sup>, testemunha a conformação destas redes no exterior:

Quando acabei, mandei o livro para pessoas conhecidas: Juarez, que tinha assistido à minha defesa de tese na Washington University, Fernando Henrique, que eu tinha conhecido em São Paulo quando era presidente do centro acadêmico e depois reencontrei no Chile, e outros. Foi Fernando Henrique quem disse que eu devia publicar pela Difel<sup>871</sup>.

Ao recordar a indicação de Fernando Henrique, ele nos traz referências dos caminhos pelos quais os trabalhos universitários produzidos no exterior chegavam à Corpo e Alma do Brasil. Soares se formara na PUC do Rio de Janeiro, em 1958, foi pela primeira vez aos Estados Unidos para realizar seu mestrado (1958-1959) e retornou para realizar seu doutorado (1962-1965), em seguida, integrou a Escola de Sociologia da Flacso, no Chile, retornando ao Brasil em 1968 para lecionar na Universidade de Brasília (UnB). Embora ele mesmo não tenha saído do país por motivos políticos, sua trajetória dialogou com a circulação de intelectuais brasileiros no exterior, que se inicia em 1964 e se acentua após o AI-5.

Isto é, os que não foram forçados a sair da universidade e/ou deixar o Brasil acabavam tendo oportunidades nessa dinâmica de circulação intelectual que, especialmente após o fechamento do regime, contou com a ampliação de recursos nos estudos sobre o Brasil e na maior receptividade a pesquisadores brasileiros em instituições estrangeiras. Assim, pesquisadores mais jovens passavam a dialogar com os colegas expulsos que já eram referência no pensamento brasileiro. Na experiência de Soares

---

<sup>870</sup> Gláucio Ary Dillon Soares, *Sociedade e Política no Brasil: Desenvolvimento, Classe e Política Durante a Segunda República*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973.

<sup>871</sup> Gláucio Ary Dillon Soares, “Entrevista”, por Ângela de Castro Gomes e Maria Celina d’Araújo, *Estudos Históricos*, vol. 21, n. 42, p. 340, jul.-dez. 2008.

vemos como o contexto de perseguição e exílios permitiu que ele integrasse esse circuito: em Washington, Juarez Brandão Lopes assistiu à sua defesa de tese; no Chile, ele conviveu com Fernando Henrique Cardoso. Destes encontros resulta uma publicação da maior importância para sua carreira e para o avanço da área de Ciência Política<sup>872</sup>, obra que seria divulgada na brasiliana da Difel.

Outros dois exemplos interessantes ilustram a maneira como a Corpo e Alma do Brasil acompanhou essa internacionalização da vida intelectual brasileira durante a Ditadura. O primeiro é o do historiador Héliog Trindade, autor de *Integralismo: o Fascismo Brasileiro na Década de 30*, que elaborou este trabalho como fruto de sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Paris X, onde conheceu Fernando Henrique quando este frequentou a universidade francesa entre 1967 e 1968. O segundo é o de Edgard Carone, que não chega à coleção por essa rede internacional, mas utiliza-se dela para realizar parte de sua obra: ele vai à Itália, em uma de suas únicas viagens ao exterior, pesquisar a documentação brasileira sobre o PCB no Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro (Asmob). O Arquivo era fruto da repressão, pois foi criado por exilados para receber materiais de organizações e militantes de esquerda que desejavam preservar seus documentos de possíveis apreensões políticas<sup>873</sup>.

Um dos efeitos notáveis da relação entre a Corpo e Alma do Brasil e a internacionalização de suas redes intelectuais, principalmente aquelas consolidadas na figura de seu diretor, foi o da aproximação de seus debates sobre o desenvolvimento nacional e com a experiência dos demais países da América Latina. Nesse contexto, reforçam-se questões que já eram sensíveis a diversos trabalhos que discutiam a formação colonial como processo compartilhado entre o Brasil e estas nações ou que identificavam nosso país com o bloco do Terceiro Mundo. O próprio Fernando Henrique Cardoso será o autor do primeiro título a debater explicitamente a realidade latino-americana, *Mudanças Sociais na América Latina*:

Relutei em juntar em livro estes ensaios e estudos. Há muito de provisório em trabalhos desta natureza e não queria passar a impressão de que os considerava, ao selecioná-los, como satisfatórios para mim.

---

<sup>872</sup> Introdução das entrevistadoras em Gláucio Ary Dillon Soares, “Entrevista”, p. 323.

<sup>873</sup> O Asmob começou a se formar entre 1977-1978. Um dos maiores acervos recebidos foi o de Astrogildo Pereira, dirigente histórico do partido. Em 1994, os documentos voltam do exílio e ficam sob a custódia da Unesp, onde permanece até hoje. Esta realidade também contribuiu para quebrar alguns estereótipos nas relações entre brasileiros e brasilianistas.

Não penso assim. Publiquei-os, entretanto, por vários motivos, intelectuais, alguns, circunstanciais, outros. Entre estes, considere que, além de não ter publicado livros no Brasil nos últimos cinco anos, o acesso às revistas e coletâneas onde estes artigos aparecem é difícil atualmente. Algumas são estrangeiras; outras, mesmo quando publicadas em português, deixaram de circular há algum tempo<sup>874</sup>.

Ao ressaltar a sua ausência no mercado editorial, o sociólogo para reforçava a sua posição como uma vítima do regime . Sua última publicação no Brasil fora sua tese de livre-docência, pertencente à mesma coleção da Difel e, portanto, era simbólico que ele retomasse sua presença em meio às edições nacionais através do empreendimento que o manteve conectado com as atividades universitárias e intelectuais de seu país desde o primeiro exílio. A obra faz, no mínimo, uma saudosa referência ao livro de Florestan Fernandes, que lançou a direção de Fernando Henrique na *Corpo e Alma do Brasil*, evocando também o sentimento de que, àquela altura, o projeto tomara novos contornos diante da dispersão do grupo que representavam. Entretanto, ele já não era mais o jovem assistente debutando em projetos de grande circulação, mas um nome conhecido e reconhecido por seus trabalhos, por exercer uma liderança e uma perspectiva própria de atuação na institucionalização da Sociologia brasileira e, neste momento, por ser um perseguido político.

O prefácio data de fevereiro de 1969, momento em que se outorgava o Decreto-Lei n. 477, e o livro sai em julho, quando ele e seus colegas já estavam exonerados. Talvez o livro tenha sido organizado às pressas para deixar uma marca desse período conturbado de sua trajetória que, apesar das dificuldades, se alinhava às teorizações inovadoras do período que ficariam conhecidas como Teoria da Dependência<sup>875</sup>. O livro que consagrou a posição de Fernando Henrique neste campo foi *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrito em coautoria com Enzo Faletto e publicado pela primeira vez no México, também em 1969. A obra sairia meses mais tarde no Brasil, já em 1970, pela editora Zahar, do Rio de Janeiro.

Todavia, os temas daquela obra já estavam presentes nos ensaios publicados no livro da Difel, pois a preparação da obra escrita com Faletto vinha desde a primeira estadia

---

<sup>874</sup> Fernando Henrique Cardoso, "Prefácio", *Mudanças Sociais na América Latina*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1969, p. 5.

<sup>875</sup> Leonardo Octavio Belinelli de Brito, *Marxismo como Crítica da Ideologia*, p. 289.

de Fernando Henrique no Ilpes<sup>876</sup>, e o autor faz questão de sublinhar a relação entre as publicações: “Por outro lado, a publicação destes ensaios justifica-se porque eles esclarecem e apoiam algumas teses e demonstrações que desenvolvo em outros dois livros que aparecerão brevemente em português”<sup>877</sup>, uma forma de valorizar os trabalhos e apontar esse itinerário de circulação, construção de alianças e do amadurecimento de sua produção. O conceito de dependência será definido logo no primeiro capítulo de *Mudanças Sociais na América Latina*, intitulado: “Desenvolvimento e Dependência: Perspectivas Teóricas na Análise Sociológica”. As orelhas da edição chamam a atenção para esse tópico metodológico:

A dependência que caracteriza a situação do conjunto dos países latino-americanos não é encarada, entretanto, como a simples manifestação de uma situação externa de imposição que determinaria os caminhos a percorrer da América Latina. Ao contrário, sublinha-se que a dependência se manifesta por intermédio de uma série de ligações de interesses concretos e de aspirações entre certos grupos, classes ou setores sociais das nações latino-americanas e outros tantos grupos pertencentes às nações economicamente desenvolvidas e politicamente hegemônicas<sup>878</sup>.

Ou seja, percebe-se que a edição pretendia direcionar o leitor para essa atualização do debate, que vinha, na verdade, das discussões anteriores sobre o subdesenvolvimento. Aqui, o autor ressalta ainda mais a concepção de que o destino das nações “subdesenvolvidas” ou “do Terceiro Mundo”, como definidas em outras obras, passava pelos interesses e ação consciente de atores locais que se beneficiavam do imperialismo. Estavam implícitos aí a crítica e o balanço sobre a participação da burguesia brasileira no Golpe Militar, estabelecendo um paralelo com as intervenções em países vizinhos ocorridas nas décadas de 1960 e 1970.

Os livros de sociologia que seguem na sequência da coleção partem desta esfera de discussão latino-americana e destas instituições internacionais que acolhem os brasileiros, mas serão notavelmente estudos sobre a realidade nacional: *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*, organizado por Jorge Balan, *São Paulo e o Estado Nacional*, de Simon Schwartzman, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, de Wilson Cano, *Educação e Dependência*, de Manfredo Berger, e *Capitalismo Autoritário*

---

<sup>876</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>877</sup> Fernando Henrique Cardoso, “Prefácio”, *Mudanças Sociais na América Latina*, p. 6.

<sup>878</sup> “[Texto de Orelha]”, em Fernando Henrique Cardoso, *Mudanças Sociais na América Latina*.

*e Campesinato: um Estudo Comparativo a Partir da Fronteira em Movimento*, de Otávio Guilherme Velho. Além de um último título de Fernando Henrique, *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*<sup>879</sup>.

Dentro deste novo repertório de debates internacionais, vemos que todos eles projetam a questão nacional em um sentido diferente de obras anteriores: se observarmos seus títulos e sua estrutura percebemos que o objeto destes trabalhos se volta para a observação das desigualdades internas e as relações centro-periferia na economia nacional, temas que não deixavam de ter uma forte conexão com o estudo dos elementos estruturais que sustentavam a dependência – especialmente o comportamento das classes sociais e no processo de industrialização que caracterizavam a ideia de desenvolvimento.

A segunda edição de *Mudanças Sociais no Brasil*, de Florestan Fernandes, de 1974, traz marcadores textuais que evidenciam exatamente essa nova orientação dos estudos brasileiros em face à América Latina e à noção de dependência. O capítulo introdutório ao livro é modificado, substituindo o texto que transcrevia sua intervenção no Seminário de Resistências a Mudança, do Clapcs, de 1959 – este se torna um apêndice da edição – por introdução inédita contendo um debate teórico sobre a ideia de mudança social que, segundo o autor, considerou-se desnecessário na primeira publicação:

Hoje, depois de tanto tempo (é preciso não esquecer que os trabalhos que constam desta coletânea foram escritos entre 1946 e 1959), é evidente que se impõe a discussão global do tópico. Não tanto para justificar interpretações ou pontos de vista que então pareciam certos; e, ainda menos, para colocá-los em dia. Mas, para levar o próprio tema ao leitor de modo mais direto e ordenado, com a experiência que consegui acumular posteriormente, de 1960 a 1974, anos durante os quais a análise histórico-sociológica atingiu seu apogeu, no Brasil, e nos quais sofreu em consequência, uma perseguição sem quartel. Tudo isso tem muito a ver com a maneira pela qual os problemas de mudança social se colocaram pelo menos para os sociólogos brasileiros que viam a realidade de uma perspectiva crítica e participante (3)<sup>880</sup>.

Sem descartar o conteúdo das análises publicadas em 1960, Florestan deixa clara sua intenção de lhes atribuir uma nova amplitude e demarcar uma abordagem direcionada pela sua experiência profissional ao logo daqueles anos, sobretudo pelas questões

---

<sup>879</sup> Apesar do título destacar o Brasil, quatro dos nove ensaios do livro se dedicam a complementar suas posições sobre o continente.

<sup>880</sup> Florestan Fernandes. “Introdução. Capítulo I. As Mudanças Sociais no Brasil”, *Mudanças Sociais no Brasil*, 2. ed., pp. 19-20. A mudança entre as edições denota o cuidado que os autores ainda tinham em colocar suas obras em circulação através da Corpo e Alma do Brasil.



políticas que se impactaram sua vida na universidade e, com ela, o seu espírito. Esta ressignificação traduz a radicalidade que avança na vida e obra de Florestan Fernandes e seu comprometimento cada vez maior com a organização política, inclusive partidária<sup>881</sup>. Ele expressa em suas palavras um espírito de época, compartilhado por todos aqueles que “viam a realidade de uma perspectiva crítica e participante”.

Outrossim, o texto aporta para a Corpo e Alma do Brasil, justamente, as referências trazidas pela diáspora intelectual dos universitários e como, neste processo, os problemas brasileiros e suas mudanças sociais atingiram uma dimensão continental, como demonstra a grande nota de rodapé que ele insere ao fim daquele parágrafo e que vale a pena reproduzirmos:

(3) A problemática teórica da dependência e do subdesenvolvimento ganha, em meus escritos posteriores, uma importância que ainda não adquirira no ensaio que servia de introdução global a Mudanças Sociais no Brasil. Como ela define a tônica desta nova introdução, conviria indicar pelo menos algumas contribuições mais importantes para a discussão dessa problemática com referência à América Latina: F. Henrique Cardoso e E. Faletto, *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, México, Siglo Veintiuno editores, 1969 (trad. portuguesa: Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970; versão preliminar: F. H. Cardoso, Santiago, Ilpes, novembro de 1965); F. H. Cardoso: *Mudanças Sociais na América Latina*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1969, e *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971; P. González Casanova, *Sociología de la Explotación*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1969; O. Ianni, *Imperialismo y Cultura de la Violencia en América Latina*, trad. C. Colombani e J. T. Cintra, México, Siglo Veintiuno Editores, 1970; L. Pereira: *Estudos Sobre o Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971 (esp. caps. 1 a 4), e *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1970 (esp. caps. 2 e 4); A. Gunder Frank; *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Nova Iorque e Londres, Modern Reader, 2.a ed., 1969, e *Latin America: Underdevelopment or Revolution*, Nova Iorque e Londres, Modern Reader, 1969; T. dos Santos; *El Nuevo Carácter de la Dependencia*, Santiago, Cesó, 1968, e *Dependencia y Cambio Social*, Santiago, Cesó, 1970; R. Mauro Marini, *Sous-Developpement et Revolution en Amérique Latine*, Paris, François Maspero, 1972; D. Ribeiro, *El Dilema de América Latina. Estructuras de Poder e Fuerzas Insurgentes*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1971; A. Córdova, *América Latina; Integración Económica para el Desarrollo o Subdesarrollo Integrado*, Ed. Mimeo. da Universidade de Rheda, 1970; C. Delgado, *A Revolução Peruana*, trad. de M. Urbano Rodrigues, Rio

---

<sup>881</sup> No processo de abertura democrática, Florestan Fernandes irá participar dos processos que levaram à fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual irá atuar, exercendo dois mandatos como deputado federal. O primeiro na Constituinte, entre 1987-1991; o segundo entre 1991-1995.

de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1974; J. L. Ceceña, *México en la Órbita Imperial*, México, Ediciones “El Casallito”, 1970. A essa bibliografia cumpre acrescentar pelo menos dois livros, que levam em conta outra problemática, mas são fundamentais para a compreensão sociológica do padrão dependente e subdesenvolvido de capitalismo: R. N. Adams, *The Second Sowing. Power and Secondary Development in Latin America*, San Francisco, Ca., Chandler Publishing Co., 1967; A. García, *La Estructura del Atraso en América Latina*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1969; e o pequeno ensaio de O. Sunkel, “Política Nacional de Desarrollo y Dependencia Externa” (Ed. mimeo., de uma conferência pronunciada em 17 de novembro de 1966 para o Ciclo de Conferências Inaugurais do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile), o qual exerceu profundo impacto sobre os estudiosos do assunto (Reimpreso: *Estudios Internacionales*, Santiago, vol. 1 n. 1, abril de 1967; e in A Bianchi y otros, *América Latina: Ensayos de Interpretación Económica*, Santiago, Editorial Universitaire, 1969, págs. 245-278)<sup>882</sup>.

A nota apresenta uma verdadeira bibliografia de introdução ao debate da dependência e, considerando que ela é citada quando Florestan aborda o contexto de perseguição aos intelectuais brasileiros, parece prestar certa reverência aos pensadores exilados, estendendo-a às instituições e às editoras que os acolhiam. Além do livro em coautoria com Enzo Faletto, destacamos que o sociólogo faz questão de inserir neste universo as diversas publicações autorais de Fernando Henrique Cardoso, mesmo aquelas publicadas pela Difel, além dos nomes de Octavio Ianni, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini. Observa-se também como a maioria das obras fora publicada em espanhol, por editoras ou periódicos do México, Chile e Argentina – que se tornam centro editoriais importantes do continente americano –, com alguns títulos em inglês e francês. Assim, vemos Difel e a Corpo e Alma do Brasil figurarem entre algumas das principais casas voltadas ao público universitário e à difusão do pensamento de esquerda em seus países, como Siglo Veintiuno e François Maspero, e no próprio Brasil, como *Civilização Brasileira*, Zahar e Pioneira<sup>883</sup>.

---

<sup>882</sup> Florestan Fernandes, “Introdução. Capítulo I. As Mudanças Sociais no Brasil”, pp. 20-21.

<sup>883</sup> Vindas da conjuntura “progressista”, as editoras cariocas eram, sem dúvida, as grandes referências do campo das “editoras de oposição” que se consolidam nos anos 1970. A esta altura, suas coleções haviam incorporado a produção dos intelectuais atingidos pelo regime e os debates decorrentes desta realidade de internacionalização. As obras citadas foram publicadas nas principais coleções de seus catálogos, Biblioteca de Ciências Sociais, da Zahar, e Retratos do Brasil, da *Civilização Brasileira*, às quais nos referimos anteriormente para compreender o legado das coleções brasileiras e a atuação da Difel em fins dos anos 1950. A Pioneira pode ser vista como um exemplo das novas empresas que surgem já no contexto dos movimentos da abertura política, conforme mapeado por Flamarion Maués, abrindo novos canais de intervenção dos intelectuais, exilados ou perseguidos, nesta nova conjuntura de enfrentamento.

Ao “acompanhar” seus principais colaboradores no exílio, mesmo os que não tiveram de sair permanentemente do Brasil, como foi o caso de Florestan<sup>884</sup>, a coleção passa a se fazer também de fora para dentro, pois o “corpo” e “alma” nacional estavam conectados por mecanismos diferentes daqueles que animaram o empreendimento editorial em sua origem. As novas relações fortaleceram o engajamento da ação intelectual e a politização do trabalho universitário, e os livros, por sua vez, reforçaram-se como ferramentas desta batalha de ideias.

Com suas escolhas editoriais, definindo novos perfis para suas publicações, selecionando novos autores e se mantendo fiel ao propósito de redescobrir o Brasil incessantemente, mesmo em um cenário desfavorável, a brasileira da Difel atuou no mercado como um dos agentes responsáveis por difundir as vozes que resistiam como ponto de crítica aos rumos tomados por um projeto nacional e, especialmente, que se opunham à sua face autoritária. Por um lado, o projeto soube buscar novos autores, principalmente historiadores, que conseguiram manter suas posições e a aceitação de suas obras diante das autoridades. Por outro, manteve-se fiel à sua disciplina fundadora, a Sociologia, e aos intelectuais que sofreram com as sanções do regime, “repatriando” o pensamento brasileiro que se produzia no exterior e/ou reunindo os velhos parceiros e ideias que tiveram de se dispersar e viver um exílio em sua própria terra.

O sentido da coleção, que destacava um universo de publicações como expressão de sua época, cumpria-se na esfera comercial, ao manter uma produção destinada ao público universitário em expansão no Brasil; na esfera intelectual, ao definir um repertório e um canal de comunicação entre esses autores, enquanto comunidade, e deles com a sociedade; e na esfera política, ao estabelecer e defender ideias que constituem uma plataforma de discussão sobre a realidade de um país.

---

<sup>884</sup> Quando falamos do exílio político dos autores nos referimos também às mudanças forçadas que muitos tiveram que enfrentar dentro do próprio território brasileiro. Assim, devemos lembrar que a Pontifícia Universidade Católica, a Fundação Getúlio Vargas e instituições fundadas naquele contexto, como o Cebrap, acolheram estes intelectuais expulsos de suas instituições de origem. Os livros de Fernando Henrique Cardoso, *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*s, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972, e de Otávio Guilherme Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato: Um Estudo Comparativo a Partir da Fronteira em Movimento*, São Paulo, Difel, 1976, foram produzidas com o apoio do Centro.

## 6.6. Intérpretes do Brasil, Mercado Editorial e Política

Em 1978, a V Bienal Internacional do Livro foi organizada sob o *slogan* “A Função do Livro em uma Sociedade Democrática”. O evento e a perspectiva proposta por seus organizadores foram discutidos em uma edição especial da revista *Leia Livros*, fundada naquele mesmo ano por iniciativa de Caio Graco Prado, que então dirigia a editora Brasiliense<sup>885</sup>. Com depoimentos de diversos intelectuais, livreiros e editores, a edição nos apresenta a uma conjuntura na qual a relação entre livros e política se mostraria cada vez mais importante para manifestar as reivindicações da sociedade brasileira que passavam, naquele momento, pela contestação absoluta do regime ditatorial em vigor no país.

Fernando Henrique Cardoso, que ainda estava ativo como diretor da Corpo e Alma do Brasil, é um dos nomes chamados a opinar na revista:

Eu creio que uma sociedade é mais democrática na medida em que ela toma o livro menos como objeto de biblioteca, de museu e mais como um instrumento de modificação. Nada se resolve nele apenas, o importante não é o livro em si, mas a capacidade que ele tem de se recriar a cada leitura<sup>886</sup>.

O sociólogo define o livro como instrumento de transformação social, apontando que o objeto só adquire esse sentido, no qual reside sua importância, na medida de sua circulação entre as pessoas, das diferentes leituras que elas podem realizar passando a diante um conteúdo. Suas palavras refletem o momento histórico vivido, a relação entre democracia e o ascenso do movimento de massas.

A oposição à Ditadura Militar contava com algumas vitórias, desde a campanha eleitoral da oposição, em 1974, mas vivia também as contradições de uma prometida redemocratização “lenta, gradual e segura” que se desenvolvia com pontos de conflito decorrentes de ações do próprio governo, que se dizia comprometido com a distensão, ou de ataques extraoficiais de grupos da chamada Linha Dura, que não concordavam com os

---

<sup>885</sup> A revista foi fundada em 1978 e circulou até 1984, reacendendo o espaço da crítica e de instrumentos de divulgação profissional do mercado do livro no Brasil. Sobre a revista, ver: Ana Carolina Ramos Slade. “*Leia Livros e Primeiro Toque: Os Periódicos Engajados da Editora Brasiliense*”, em *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, setembro de 2017, disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3250-1.pdf>.

<sup>886</sup> Fernando Henrique Cardoso, “O Livro em Uma Sociedade Democrática”, *Leia Livros*, ano I, p. 4, edição especial agosto de 1978. Outros intelectuais e grupos que falam nesta coluna da revista: Alceu Amoroso Lima, Lygia Fagundes Telles, Rubem Braga, Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE-Livre), Hélio Bicudo, D. Paulo Evaristo Arns.

rumos dados à realidade política. O assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, foi um fato emblemático desta situação de permanência do aparato repressor, demonstrando que somente a mobilização da sociedade civil poderia garantir o cumprimento das medidas de retorno à democracia.

Desse modo, as lutas sociais se acirravam em torno da retomada do movimento de trabalhadores e da reorganização sindical, dos movimentos pela anistia, do movimento estudantil, do movimento indígena, do movimento negro e outros setores que associavam a melhoria de suas condições de vida a uma sociedade mais justa e livre. A vanguarda política desejava criar mecanismo de conscientização popular, com o chamado trabalho de base, no intuito de nutrir essa dinâmica de lutas, condição que não apenas favorecia como também exigia o fomento a ferramentas que beneficiassem a circulação de ideias com vistas ao enfrentamento social e institucional.

O mercado do livro, que, como vimos, ao longo de todos esses anos conseguira garantir um espaço importante de posicionamento e debate entre intelectuais brasileiros, de sua interlocução com a sociedade, bem como de suas relações com o exterior, não ficaria à parte desse processo de ascenso da oposição. Entre outros meios de comunicação e difusão da cultura, esta mercadoria especial construiria um polo de manifestação contra o regime, cada vez mais explícito em seu objetivo de contribuir com sua. Flamarion Maués define esse setor do campo editorial a partir da ideia de “editoras de oposição” e inclui em seu levantamento cerca de quarenta empresas em funcionamento no período 1974-1984, destacando que:

[...] editoras já estabelecidas, como a Civilização Brasileira, a Brasiliense, a Vozes e a Paz e Terra, retomaram uma atuação política mais acentuada, editando livros que tratavam de temas que colocavam em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964, ou, ainda, cujos autores faziam oposição ao governo. Ao mesmo tempo, novas editoras surgiram com o projeto de publicar livros com claro caráter político. Alguns exemplos são as editoras Alfa-Ômega, Global, Edições Populares, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Hucitec, L&PM, Graal, Codecri, Vega e Livramento<sup>887</sup>.

A Difel não se encontra entre as selecionadas por Maués. Possivelmente porque em 1974 a empresa passava por um processo de transformação que a afastaria, em alguns aspectos, das tais casas consolidadas citadas pelo historiador. Dois anos após o

---

<sup>887</sup> Flamarion Maués, *Livros contra a Ditadura*, p. 215.

falecimento de Paul Monteil, em dezembro de 1973, sua parte na editora foi vendida por seus herdeiros, iniciando um processo de abertura de capitais<sup>888</sup> que caminhou para sua fusão com a Civilização Brasileira, no ano de 1982, até que os selos passassem a integrar o grupo Record em 1997<sup>889</sup>. Ou seja, diferentemente de suas contemporâneas, a empresa deixava de ter suas atividades dirigidas por um editor-proprietário que orientasse o seu catálogo de perto a partir de princípios culturais, intelectuais e políticos, equilibrando-os com os objetivos comerciais necessários à sua sobrevivência material.

De fato, como uma empresa de capital aberto, a Difusão Europeia do Livro seguiria a tendência de se render aos imperativos do mercado. A marca de “Sociedade Anônima” – Difusão S. A. ou Difel S. A. – ganha destaque na apresentação do selo nas edições, a construção visual dos livros passa por modificações e, especialmente no caso da *Corpo e Alma do Brasil*, eles são padronizados em um projeto gráfico que os distancia das referências político-culturais que, com fotos e outras imagens “do Brasil”, perfaziam a sua identidade no *habitus* do mercado, voltado ao debate nacional. Além disso, vemos sua dinâmica de produção mais voltada a reimpressões do que ao lançamento de novos títulos responsáveis por alimentar aquele mesmo ímpeto de expressão nacionalista.

Naqueles anos, para integrar-se à oposição, as editoras que já vinham atuando em círculos de resistência à Ditadura Militar reiteravam essa identidade e não o contrário, então é natural que, à primeira vista, a Difel fique fora de um mapeamento sobre esse setor. Contudo, como em todo movimento de transformação, alguns dos princípios mais estruturais de seu projeto editorial só se modificam no médio e longo prazo. Não bastaria que a razão social, o perfil administrativo e a gestão da editora se alterassem para que o legado construído pelo editor, seus auxiliares e parceiros intelectuais ao longo de vinte anos de existência se apagasse imediatamente. Pelo contrário, os novos gestores sabiam do valor comercial e simbólico do que se havia construído até ali, e irão gerenciar essa realidade a seu favor, sobretudo na continuidade da *Corpo e Alma do Brasil*. A coleção ainda mantinha o nome de Fernando Henrique Cardoso, que naquela altura era uma grande referência na conjuntura político-intelectual e não “apenas” como professor

---

<sup>888</sup> Vendida para os próprios sócios estrangeiros, proprietários da Bertrand à época.

<sup>889</sup> O *boom* de editoras de oposição nos anos 1970, a maioria delas de pequeno ou médio porte, conviveu com um processo de concentração e grandes investimentos de empresas que souberam captar os interesses movidos pelo espírito de época, conforme observa Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, pp. 746-752, 754-765. Alguns dos selos mais antigos e consolidados, como Difel e Civilização Brasileira, vão sendo absorvidos por esta dinâmica concentradora.

universitário, associado à empresa, e, ao seu lado, um fundo de catálogo importante para a sobrevivência do selo.

Quando comentou o papel do livro na sociedade democrática na revista *Leia Livros*, Fernando Henrique já integrava o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) desde 1974, quando foi chamado para compor a comissão que redigiria o programa de governo da anticandidatura de Ulisses Guimarães, ao lado de Francisco Weffort e outros colegas do Cebrap. Em seguida, ele seria candidato ao Senado nas eleições de 1978, elegendo-se como suplente de Franco Montoro. O chamado do MDB às elaborações programáticas vinha da referência que os intelectuais em questão haviam conquistado no debate público, notabilizando-se como pensadores críticos e, em seguida, de oposição ao regime. *Corpo e Alma do Brasil*, *Retratos do Brasil*, *Biblioteca de Ciências Sociais*, *Perspectivas do Homem*, *Debates*, *Estudos...* foram, como demonstramos, arenas de debate fundamentais que conseguiram recorrer a diversas estratégias para atenuar a vigilância e resistir às intervenções mais drásticas na vida político-intelectual do país para manter estes nomes em circulação.

A *Leia Livros* era um exemplo da maturidade desta rede de resistência e a possibilidade aberta no pós-1975 de manifestações explicitamente favoráveis à democracia e à perspectiva de derrubada, ou encerramento, da Ditadura Militar<sup>890</sup>. Ela introduz de maneira inovadora um periódico especializado na divulgação de livros no Brasil, mas que não deixava de ter algumas características das revistas de debate político-intelectual importantes no pré-1964, como a própria *Revista Brasiliense*, situando-se agora nas necessidades de um mercado de massa, com maior número de leitores, com o surgimento dos primeiros grupos de comunicação, técnicas de produção e reprodução mais avançadas – questões que envolvem o novo funcionamento da Difusão, aos quais retornaremos.

---

<sup>890</sup> Ao tratar desse momento de inflexão para o mercado editorial, Flamarion Maués também utiliza a categoria de livro político para falar das edições realizadas pelas editoras de oposição. Concordamos que o contexto reforça esse caráter na ação das referidas editoras, da Difel, inclusive, mas gostaríamos de chamar atenção para o fato de que já utilizamos o termo no item sobre as traduções de Sartre no Brasil. A nosso ver, o “livro político” dos anos 1960-1970 se produz como extensão da ideia de engajamento intelectual que emergiu no pós-Guerra e que era sentida no mercado editorial daquele período, ainda no contexto democrático-progressista. Sendo assim, o caráter universitário das edições contribui para reforçar um sentido de intervenção social para estes livros, pois o seu uso político estava em voga frente ao papel destas instituições e de seus membros na cena política do processo de redemocratização. Ou seja, há uma combinação de fatores que constrói essa categoria em cada um dos momentos históricos que guardam ou não elementos de continuidade nesta definição. Um livro sobre política, ainda que produzido por um editor consciente, nem sempre cumprirá com este papel conscientizador e crítico junto ao público; é preciso que as redes de circulação e difusão estejam em sintonia com este propósito.

Assim, a aparição de Cardoso nas páginas do periódico, que se tornará recorrente ao lado de outros acadêmicos de sua geração, irá representar os novos caminhos ao qual ele levaria sua vida pública, trazendo consigo o legado que ele ajudou a construir e que garantiu em diversas instâncias a sua projeção como intelectual engajado por meio de sua parceria com a Difel e o editor Paul Monteil. Era a vez dos intelectuais que se comprometeram em elaborar estudos críticos sobre a realidade brasileira do pós-1964 contribuírem para conquistar a transformação há tanto debatida e assumirem postos para o exercício do poder.

**Figura 71**



**Figura 71. Revista *Leia Livros*, “O Livro no Empuxo da Democracia”.** Capa da revista *Leia Livros* em edição especial, ano 1, 1978, para tratar da V Bienal do Livro.

Em 1985, a *Leia* dedica a capa de uma edição para destacar um depoimento de Fernando Henrique sobre sua trajetória, quando ele concorria à prefeitura de São Paulo. O título, “Da Cátedra ao Palanque”, era sugestivo da imagem que se queria construir do candidato: um homem culto e preparado que chegava à disputa política, devido ao seu destaque como liderança intelectual consciente das necessidades de seu país. O



comprometimento com os estudos passava ao seu ativismo, conforme nos revela sua exposição autobiográfica:

[...] Bem, a Faculdade de Filosofia foi para mim um deslumbramento. Era um grupo extremamente competente, brilhante, culto. Aí é que eu passei a ter uma vida intelectual mais intensa.

O grande estimulador era o Florestan Fernandes, então com 27 anos. Nós todos andávamos de avental branco. Era uma luta para implantar a Sociologia como ciência. Me influenciaram, o Florestan, o Roger Bastide (sociólogo francês), o Antonio Candido e o Fernando Azevedo (autor do livro *A Cultura Brasileira* e reformador educacional dos anos 1930)<sup>891</sup>.

Recorrendo a uma das instituições mais importantes para a vida intelectual paulistana, Cardoso ressaltava a sua ligação com a cidade de São Paulo, capital que pretendia governar. Em campanha, era preciso demonstrar experiência e compromisso com aquela realidade e, dessa maneira, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras aparece como espaço de sua formação e, ao mesmo tempo, primeiro território de experiência de uma “luta” institucional, em nome da Sociologia. No âmbito da política universitária, ele também menciona sua experiência como representante no Conselho Universitário, onde combatia a “oligarquia acadêmica” e, por isso, era visto como um representante da esquerda.

Interessante notar que, sendo um depoimento a uma revista especializada, o sociólogo cita os livros que haviam marcado a evolução de sua experiência na universidade: da obra de Azevedo, Fernando Henrique passa pelas principais referências europeias da sociologia, como *Ideologia e Utopia*, de Manheim, *Economia e Sociedade*, de Weber, até chegar a *O Capital*, ao introduzir a importância do Seminário Marx para sua geração, que segundo ele reelabora “criativamente” o marxismo vinculando-o ao existencialismo de Sartre, em sua *Crítica à Razão Dialética*.

Somente por esta trajetória, somos levados a todo o contexto em que se forma sua aproximação com a Difel, e essa relação fica mais evidente quando ele avança em seu itinerário através dos trabalhos que publicou:

Nós nos opúnhamos ferozmente ao Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do Rio, de tendência nacionalista, apoiado em parte nos comunistas), porque o Iseb praticava um marxismo, para nós,

---

<sup>891</sup> Fernando Henrique Cardoso, “A Trajetória de um Intelectual”, *Leia Livros*, ano VIII, n. 85, p. 31, nov. 1985.

vulgar. Mas eles eram mais criativos do que nós. Eles estavam vendo o Brasil. Nós não estávamos vendo. Nós estávamos na Europa. Estávamos no campo da teoria, mas sem muita vinculação.

[...] Nessa época, estava acontecendo uma grande transformação no país. Havia o populismo, havia a industrialização e nós, na USP, sabíamos muito de teoria, mas estávamos desligados da prática. [...] O intelectual era um pouco desdenhoso da política.

[...] Mas da experiência intelectual destes anos resultaram alguns livros – do Gianotti, do Fernando Novaes, do Octavio Ianni e meus. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de 1962, tratava do escravismo não-agrícola da produção do charque que tinha que competir com a produção do rio da Prata, feita por homens livres. [...]

Minha tese de livre-docência apareceu no mesmo contexto cultural. Eu comecei a pesquisa em 1962, terminei em 1963 e publiquei no Chile, exilado. Chama-se *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. Sem querer, sem ter consciência, nesse livro, eu fiz a crítica do nacional-populismo, a visão progressista que era de inspiração comunista, para a qual tinha de se fazer a reforma agrária, criar mercado, burguesia nacional. Aliança dos progressistas contra o imperialismo e o latifúndio. Eu vi que tudo isso era bobagem, porque os empresários estavam profundamente integrados com a produção no campo, não tinham horror ao imperialismo e tinham, isso sim, horror ao populismo, horror ao Estado do Jango. Esse livro é um momento de crítica à política do Partido Comunista e ao governo populista, com o qual eu nunca tive ligação. Meu livro de 1964 era contra o Iseb no fundo.

Antes do golpe eu organizei o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho. Quem trabalhava era o Leôncio Martins Rodrigues, o Gabriel Cohn, o Celso Paes, a Maria Alice Foracchi. Aí veio 64, que me surpreendeu porque eu não tinha vínculo com a política real<sup>892</sup>.

Mesmo sem citar a editora, Cardoso fala de suas duas teses publicadas na *Corpo e Alma do Brasil* e mobiliza os mesmos argumentos de abertura da coleção que serviriam para subsidiar o embate do grupo da Sociologia uspiana com outras vertentes intelectuais, como as do PCB e do Iseb. No entanto, neste discurso ele assume a relação superficial dos acadêmicos com a “política real”, deixando a entender que o baque sofrido com o Golpe o redirecionaria nesse ambiente, levando-o à realidade na qual, então, ele pretendia intervir diretamente ao se candidatar à prefeitura de São Paulo.

Outrossim, vemos que o legado do projeto editorial sobrevivia na atuação de seu diretor e, com a posição ocupada por Fernando Henrique naquele momento, temos um exemplo de como a Difel acompanhara seus interlocutores e parceiros progressistas no delineamento de um campo de oposição política à Ditadura Militar desde 1964. O

---

<sup>892</sup> *Idem*, p. 33.

depoimento estava, evidentemente, dirigido a um público intelectualizado que consumia a revista, mas a valorização da imagem do “político-intelectual” e o engajamento do periódico em expor essa condição apresentam-nos a um fenômeno de época.

As principais organizações políticas da redemocratização contavam com intelectuais entre seus membros fundadores, mobilizando-os na elaboração de seus programas e na propaganda para arregimentarem apoiadores. A própria articulação de Fernando Henrique Cardoso no MDB e, depois, no Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), é um exemplo desta situação, como já mencionamos, mas organizações populares também reivindicavam a formação teórica de seus quadros para se empenharem na disputa de consciência das classes sociais que queriam mobilizar. Trabalho de base foi a palavra de ordem dos movimentos que criaram o Partido dos Trabalhadores, desde as Comunidades Eclesiais, passando pelas escolas de formação nos sindicatos ou no Movimento Sem Terra<sup>893</sup>, e o próprio partido, como se sabe, fora oficialmente fundado em uma escola, espaço símbolo de seu espírito radical<sup>894</sup>.

Tal valorização da figura do intelectual como aliado da mobilização e intervenção em prol dos demais setores da sociedade reforçava a importância da ação dos agentes do mercado de livros neste processo de reconstrução nacional. Diante disso, o sociólogo paulista não foi o único a ser mobilizado pela *Leia Livros* em meio a uma campanha eleitoral. Nomes como Darcy Ribeiro (Partido Democrático Trabalhista – PDT), Fernando Gabeira, Francisco Weffort e Florestan Fernandes (os três do Partido dos Trabalhadores – PT), que entram para a disputa do voto reivindicando projetos de nação a partir de suas trajetórias acadêmicas, foram pautados por reportagens do periódico. Nas eleições legislativas de 1986, uma de suas capas apresenta “Os Intelectuais à Caça do Voto”:

Representam variados matizes do espectro político do país, caçam votos com invejável apetite e o seu objetivo é o mesmo de todos os outros políticos – o acesso ao poder. Para alguns o poder constituído; para outros o caminho para a construção de um poder alternativo, o poder dos que estão marginalizados. O voto é um dos caminhos que os intelectuais dispõem para transformar em realidade os seus projetos<sup>895</sup>.

---

<sup>893</sup> Lincoln Secco, *História do PT*, Cotia, Ateliê Editorial, 2011.

<sup>894</sup> André Singer, *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012. O autor fala do “espírito do Sion”, em referência ao colégio Sion, onde o PT foi legalmente fundado em 1980.

<sup>895</sup> José Correa, “Os Intelectuais na Política”, *Leia Livros*, ano VIII, n. 96, p. 24, out. 1986.

Transformar projetos em realidade: a imagem que pode soar corriqueira nos dias atuais, mas, naquele contexto, dialogava com as demandas por liberdade de expressão e retorno à democracia e com a ideia de que a instrução teórica representada nestes intelectuais profissionais contribuiria para o avanço das organizações e do futuro do país. E aqui não podemos deixar de sublinhar o fato de que a atividade profissional e os projetos elaborados por eles estavam ligados a um tipo de instituição, a universidade. Ou seja, os candidatos em questão eram reconhecidos e se afirmavam devido a um sistema de formação e pensamento que haviam ajudado a consolidar nos meios culturais nacionais.

Figura 72

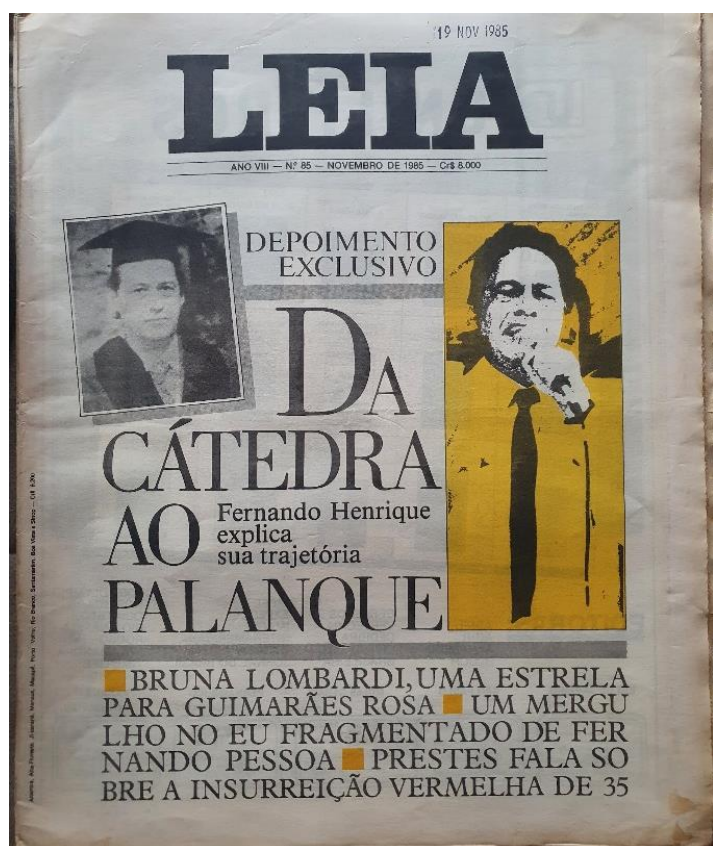


Figura 73



**Figuras 72 e 73. *Leia Livros: Intelectuais e Política*** À esquerda, edição da revista *Leia Livros*, ano VII, n. 85, novembro de 1985, com a capa que destaca o depoimento de Fernando Henrique Cardoso no contexto de sua candidatura à prefeitura de São Paulo. À direita, edição da revista *Leia Livros*, ano VII, n. 96, outubro de 1986, em que se destaca a presença de intelectuais no processo eleitoral das Câmaras Federais naquele ano. As fotos em destaque são de Fernando Henrique Cardoso, Fernando Gabeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro.

Não se trata de, através destes exemplos, considerar uma transposição direta dos intelectuais aos candidatos, mas de reconhecer que os circuitos de trocas, debates e formação mantidos pelo mercado editorial, em que a Difel esteve presente ao longo destes mais de vinte anos de autoritarismo, serviram para promover os nomes destes estudiosos e a essência de um “interesse pelo Brasil” como condicionantes para assumirem a disputa pelo Estado. Ainda que os intelectuais dos anos 1960 não pudessem mensurar até onde chegariam em suas trajetórias, vemos nestas reportagens que a memória de suas experiências acadêmicas e o repertório que constituíram por suas obras são utilizados como capital social positivo para definirem posicionamentos e um perfil político.

Então, apesar das mudanças que ocorreram na Difel após o falecimento de seu editor, o fato de estar associada a Fernando Henrique Cardoso e a outros autores de seu catálogo, colocava ao menos a *Corpo e Alma do Brasil* como uma referência incontornável de um conjunto de livros políticos da época. Quer dizer, trabalhos acadêmicos que discutiam a realidade nacional tinham, cada vez mais, o seu reconhecimento e uso vinculados com a “política real”, para usar uma expressão do sociólogo, por estarem associados a estes protagonistas do campo de oposição à Ditadura.

Naturalmente, a Difusão S. A. não dispensaria a identidade deste nome tão prestigiado com um dos principais projetos de sua marca. E, à medida que se intensifica seu envolvimento com a vida partidária e outras atividades da política institucional, Cardoso passará a dividir a assinatura da coleção com Boris Fausto<sup>896</sup>. Associada a intelectuais renomados, a *Corpo e Alma do Brasil* mantinha o prestígio alcançado até ali e garantia um aspecto importante para a gestão do fundo de catálogo construído no período anterior – segundo ponto de continuidade da editora nesta nova fase.

De 1960 a 1974, quando a distensão política do regime é anunciada e a editora é vendida, a *Corpo e Alma do Brasil* possuía quarenta títulos e trinta autores publicados. Entre 1975 e 1976, surgem nove títulos e três autores inéditos; daquele ano até 1979, quando Fernando Henrique deixa de assinar o projeto individualmente, serão outros dez títulos e cinco autores novos. Portanto, nestes primeiros anos após a mudança da sociedade empresarial, o ritmo médio de novos lançamentos por ano não se perde, ele

---

<sup>896</sup> A esta altura, Boris Fausto também dirigia a *História Geral da Civilização Brasileira*. Ele parece ter sido um parceiro “coringa” da editora na continuidade destes projetos sobre o Brasil. O historiador já possuía uma obra de referência sobre o período republicano.

aumenta, inclusive – de 2,9 por ano para 3,8 –, embora decaia a entrada de autores. Ao mesmo tempo, as reimpressões dos títulos anteriores crescem de modo considerável, tendência que se acentua a partir dos anos 1980, quando a coleção vai caminhando para o seu encerramento – com apenas dez novas publicações em oito anos.

Não devemos concluir com estes dados que a figura de Paul Monteil teria sido indiferente na condução dos trabalhos. Na verdade, os paratextos das reimpressões e reedições de obras editadas pela primeira vez quando o editor estava vivo demonstram como ele fora o centro mobilizador do grupo constituído em torno das atividades da editora e, sobretudo, da coleção:

Nota do Autor

A inesperada acolhida de minha tese de doutoramento sobre o movimento integralista, defendida em Paris em fins de 1972, e destinada a um público restrito, encorajou-me a preparar, alguns meses após seu lançamento, a pedido do editor Monteil, o texto da segunda edição. Com o prematuro desaparecimento do editor e as subsequentes mudanças na direção editorial da Difel, a publicação da segunda edição sofreu com enorme atraso<sup>897</sup>.

As palavras de Héglio Trindade demonstram que a presença do editor era fundamental na seleção dos títulos, na valorização dos trabalhos e mesmo no estímulo a revisões. Ele reproduz um sentimento e uma constatação não raro expressos por outros colegas – como Florestan Fernandes, que já citamos ao analisarmos a segunda edição de *Mudanças Sociais no Brasil* – em relação a Monteil ao considerarem a Corpo e Alma do Brasil como um legado deixado por ele. O autor faz questão de mencionar esse fato, considerando as modificações na gestão da empresa, como estas traziam algum impacto para o projeto e uma nítida sensação de pesar.

Este legado pôde ser aproveitado enquanto a empresa modificava sua estrutura financeira e administrativa, pois o *boom* de editoras de oposição e o interesse por estes livros políticos, em fins dos anos 1970, convivia com dois processos estruturais da maior importância no mercado brasileiro: o início do processo de concentração e formação de conglomerados empresariais e a difusão de novas tecnologias de reprodução dos livros<sup>898</sup>. Assim, a demanda pelo fundo da coleção e os títulos novos que ela poderia lançar

---

<sup>897</sup> Héglio Trindade, “Nota do Autor”, *Integralismo: o Fascismo Brasileiro na Década de 1930*, 2. ed., São Paulo, Difel, 1979.

<sup>898</sup> Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, pp. 746-752 e 754-765.

seguindo a linha editorial consolidada no período anterior beneficiavam-se da ampliação dos investimentos, do crescimento e do barateamento das tiragens.

Por fim, cumpre notarmos que o perfil universitário associado a esse repertório de autores e livros políticos fomentava a circulação das novas publicações e reedições, pois, a despeito do controle social e ideológico, as universidades se expandiram durante a Ditadura Militar: as matrículas passam de 44 100, em 1950; para 93 202, em 1960, até chegarem em 425 478, em 1970. Esse público, boa parte dele ao menos curioso dos debates existentes nesse ambiente politizado, estava totalmente disponível para as velhas e novas casas comerciais atuantes no setor, pois a criação de editoras universitárias foi proibida no Brasil até 1971<sup>899</sup>.

\*\*\*

Passamos por duas décadas de história nacional com transformações conjunturais e estruturais que estreitaram a aliança entre intelectualidade, pensamento político e mercado do livro no Brasil. As intervenções da Ditadura Militar aguçaram o ímpeto de intervenção social das editoras progressistas e estimularam a criação de novas empresas que, pouco a pouco, conformaram um polo de resistência e, finalmente, integraram as redes de oposição ao regime. A *Corpo e Alma* acompanhou esse processo e se tornou, ao lado de outras coleções e publicações, uma plataforma de debates e posições das vozes constrangidas pelo regime. Quando a conjuntura permitiu, estes canais de comunicação se tornaram referência para a construção do capital político dos intelectuais, sobretudo daqueles intelectuais universitários que, pressionados pelo processo histórico, tiveram que deixar alguns de seus princípios de autonomia da produção científica para assumir um vínculo formal com organizações, um compromisso com o Estado e com uma sociedade em reconstrução.

---

<sup>899</sup> *Idem*, p. 698.

Figura 74

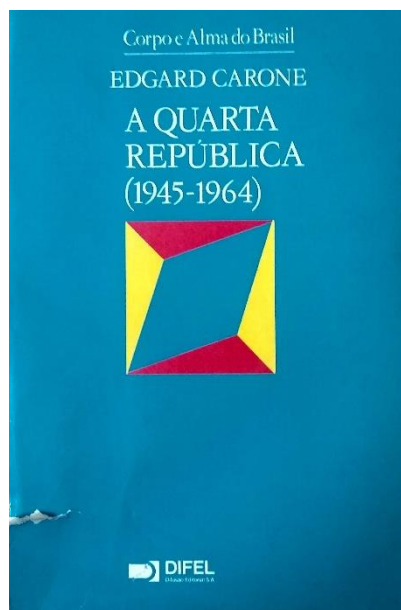


Figura 75

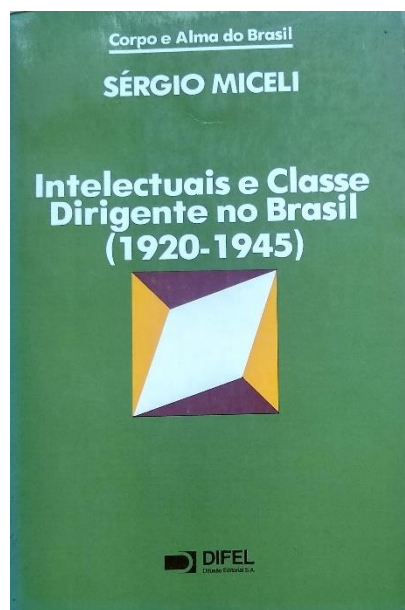


Figura 76

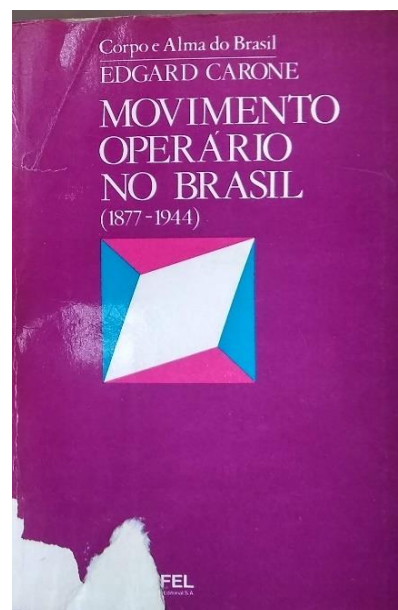


Figura 77

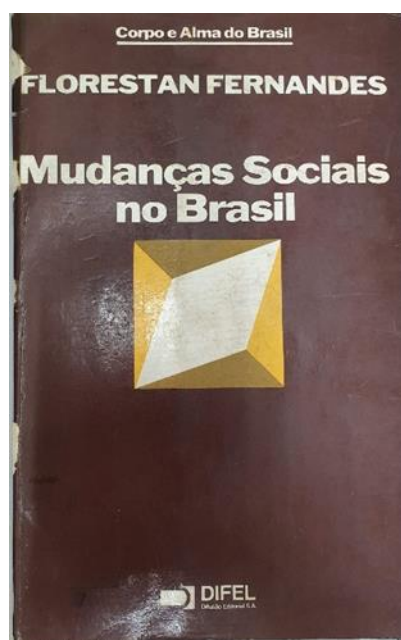


Figura 78

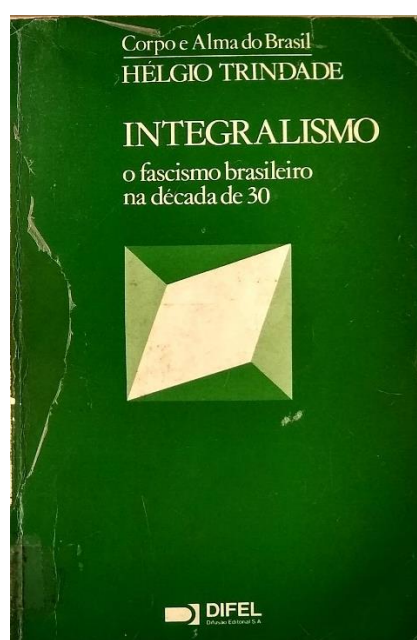
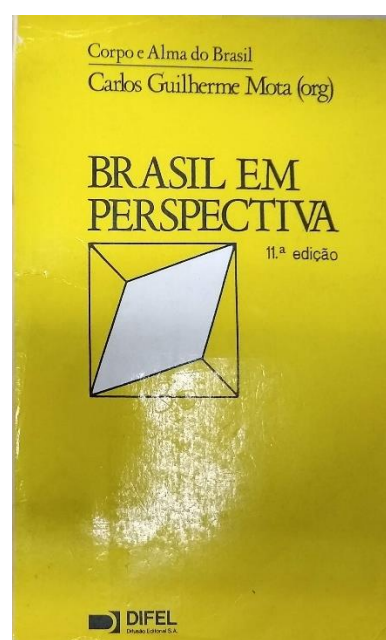


Figura 79



**Figuras 74 a 79. Novo Modelo de Capas Corpo e Alma do Brasil** Padrão de Capas da coleção que começam a partir de 1975, contendo também o novo logo da editora sob a razão social Difusão Europeia S. A. O modelo foi adotado para as edições inéditas (imagens superiores) e para reedições (imagens inferiores) com assinatura de Claus P. Bergner, artista que não foi identificado pela pesquisa. Deixando de conter figuras, reproduções de obras de arte e fotografias que remetiam à realidade brasileira, sobretudo a um ideal de modernização e desenvolvimento, o novo padrão de capas traz maior sobriedade e neutralidade aos livros. A referência estética de uma *brasileira* dá lugar, neste âmbito material das edições, a uma biblioteca de manuais sobre o Brasil. A proposta era coerente com a nova realidade da empresa, conformando um grande grupo que concorria com outros da mesma natureza, como Melhoramentos ou Abril Cultural, que entram com força no setor universitário em fins dos anos 1970.



*[...] a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais uma obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral uma linguagem traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elemento de contacto entre os homens, e de interpretações de diferentes esferas da realidade.*

Antonio Candido<sup>900</sup>

---

<sup>900</sup> Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, pp. 23-24.

## **Conclusão: Economia do Livro e Pensamento Universitário**

Mais uma vez, tomamos as palavras de Antonio Candido. Agora, elas servirão como linha mestra para elaborarmos as conclusões sobre a análise desenvolvida sobre a história da Livraria Francesa e da editora Difusão europeia do Livro. Na introdução à tese, já havíamos sinalizado que, ao lado da dialética do localismo x cosmopolitismo, a ideia de sistema literário subsidiária a interpretação de nosso objeto de estudo, permitindo-nos identificar como os circuitos envolvidos na circulação e na produção do livro contribuíram para as transformações urbanas e socioeconômicas vividas por uma metrópole brasileira na década de 1950, tornando-se vetores dos pontos de contato entre os homens e mulheres de uma época e seus modos de interpretação da realidade, produzindo, assim, um novo modo de comunicação inter-humana, nos termos propostos pelo sociólogo, e que denominamos pensamento universitário.

Feitas estas considerações, gostaríamos de voltar ao nosso ponto de partida histórico e geográfico, relembando a imagem registrada pela foto panorâmica do centro de São Paulo que nos apresentou às grandes vias, galpões e arranha-céus que definiam a cidade em termos materiais e simbólicos. A grandiosidade das construções, a densidade e a onipresença do concreto dimensionavam a impressão que tinham seus contemporâneos de seu rápido crescimento e inserção nos padrões de modernidade definidos para a época, sempre reforçados nos discursos oficiais pela comparação da capital paulista com outras cidades do Brasil e do exterior, nas quais ela se espelhava ou com as quais concorria. Nesse sentido, ao lado do referido registro fotográfico, as demais referências e dados apresentados no Capítulo 1 demonstraram que o processo de metropolização ocorria, a um só tempo, como fenômeno particular na realidade brasileira e manifestação comum aos processos vividos por qualquer grande centro que desejasse acompanhar o ritmo do mundo<sup>901</sup>.

A perspectiva de urbanização e modernização vividos ali não deixava de estar conectada a um processo eminentemente nacional que, guardadas as assimetrias presentes

---

<sup>901</sup> Richard Morse, *Formação Histórica da Cidade de São Paulo*, p. 353.

entre as distintas regiões de um país de dimensões continentais, atingia outras capitais de estado, integrando um espírito geral de construção e disputa por um projeto de desenvolvimento no qual a promoção do ensino, dos meios de comunicação, das artes e de outras instâncias da esfera cultural figuravam como parte das intenções vanguardistas das respectivas elites diante da resolução de problemas reconhecidamente brasileiros, tais como, o analfabetismo, a falta de capacitação técnica da mão-de-obra e para aprimorar o funcionamento de instituições dedicadas à produção de diagnósticos sobre a realidade e o futuro do Brasil. Vimos que, no caso paulista, as iniciativas no setor se desenvolveram acompanhadas da criação de uma infraestrutura escolar, acadêmica, cultural e artística que deveria subsidiar o discurso de modernização para dentro e para fora de sua sociedade.

Esta constatação é importante para recuperarmos os elementos que caracterizaram a emergência de um pensamento universitário na metrópole enquanto sistema intelectual, pois este seria apenas uma manifestação autorreferente de seus círculos letrados se não estivesse confrontado e conectado de distintas formas, com a emergência das demais experiências de seu entorno. De modo geral, as relações criadas em torno da Livraria Francesa – através do atendimento de clientes, inclusive muitas universidades, espalhados pelo país –, e da Difel – que publicou obras para além da USP e outras universidades paulistas – nos permitiram observar parte dessa dinâmica relacional entre o panorama que se desenvolvia localmente, as demandas e ações de outras regiões.

Então, se havia em São Paulo a representação de um Brasil, nossa pesquisa também demonstrou que ela estava inscrita nas condições e escolhas político-econômicas que definiam o seu posicionamento no cenário mundial do pós-II Guerra. Como afirma Milton Santos:

Em todos os casos, mas principalmente no Terceiro Mundo, é praticamente impossível separar as dimensões nacional e internacional do fato metropolitano. O processo de desenvolvimento econômico do país é inseparável do próprio processo de crescimento, diversificação e afirmação da economia urbana. O fenômeno de mundialização de São Paulo é, também, o da conquista de um mercado nacional brasileiro<sup>902</sup>.

A expressão desse fato necessariamente internacional foi se consolidando como um modelo de desenvolvimento e, no que diz respeito ao fluxo de investimentos

---

<sup>902</sup> Milton Santos, *São Paulo, Metrópole...*, p. 20.

financeiros e imobiliários, à implantação de indústrias, à criação de infraestrutura urbana e à oferta de espaços de consumo, a capital era notavelmente um polo de atração dos interesses das grandes potências do capitalismo internacional no Brasil. Ainda no Capítulo 1, vimos que o mercado de livros acabou por expressar estes interesses beneficiando, no plano “micro”, a ação de pequenos empreendedores de origem imigrante a fundarem livrarias importadoras na cidade; e ao avançarmos no Capítulo 2, a análise dos elementos de ordem macroeconômica e das intervenções do Estado francês ampliaram essa perspectiva, evidenciando as interferências dos grandes circuitos de circulação de capitais, mercadorias e símbolos de poder neste setor do mercado, que mobilizava a cultura.

Naquele primeiro plano, fomos nos aproximando do histórico de fundação, do modelo de organização e do funcionamento da livraria, e vimos que ela nasce da iniciativa de Paul e Juliette Monteil diante das possibilidades que a conjuntura oferecia, a eles e seus contemporâneos, para empreenderem no mundo dos livros. O casal decide fundar uma loja especializada em mercadorias francesas por conhecer as condições que se abriam para as importações e, especialmente, a referência histórica do pensamento francês em meio aos círculos letrados paulistanos. Finalmente, familiarizados com a dinâmica de expansão urbana e do comércio local, instalaram seu estabelecimento em pontos estratégicos, conforme os recursos lhe permitiam.

Visto por este ângulo, o aspecto cultural do processo de metropolização de São Paulo mantinha alguns traços de uma realidade provinciana – e elitista. Apesar da expansão da área central da cidade, e mesmo de outras regiões à sua margem, o espaço delimitado para as instituições e empreendimentos que movimentam a cultura era geográfica e socialmente concentrado, como demonstram os mapas que elaboramos a partir da caracterização da Rua Barão de Itapetininga e das vias ao seu redor, e como descrevem algumas falas de época para as quais esse “grande” universo de relações se dava entre “um miolinho” de livrarias e outros estabelecimentos. Essas caracterizações, na verdade, revelam as contradições do modelo de modernização adotado para a metrópole, caracterizado pelo “avanço do seu centro monolítico”<sup>903</sup> o qual se constitui

---

<sup>903</sup> Richard Morse, *Formação Histórica...*, p. 374.

como espaço de poder simbólico e econômico, simultaneamente, concentrador e irradiador de novidades.

Deste lugar, ações, empreendimentos e iniciativas localizadas se aliam ao cosmopolitismo presente nas intenções de seus agentes, que encontraram um bom exemplo na experiência dos Monteil e de outros estrangeiros fundadores de livrarias, especialmente, quando compreendemos os interesses dos demais setores sociais que vivenciam as transformações da capital a partir de seus estabelecimentos. E na identificação dos clientes da Livraria Francesa, diante dos quais pudemos compreender a formação de um público amplo e de novas demandas para o livro francês em São Paulo, pudemos observar a integração destes setores, especialmente das classes médias, à infraestrutura que vai se consolidando diante das exigências de um espaço complexo<sup>904</sup> onde circulavam novos padrões de comportamento e novas ideias.

Nosso campo de observação se ampliou em relação àquele perímetro urbano, quando nos deparamos com a expansão das atividades da livraria e a entrada de novos investidores em sua sociedade, para chegarmos às intervenções realizadas pelos órgãos MAE no Brasil – questão que hierarquiza os assuntos tratados no Capítulo 2. O contexto geral desta intervenção foi discutido a partir da análise detalhada do histórico dos fluxos das importações brasileiras de livros no século XX, sobretudo em torno da concorrência entre EUA e França. Neste ponto, evidenciamos que o interesse das potências imperialistas em estabelecerem vínculos com o país, de fato, passou pela disputa do setor. Os dados quantitativos demonstraram esta rivalidade e os arquivos diplomáticos nos revelaram as estratégias debatidas pelos órgãos do Estado francês para a retomada dos mercados internacionais, com particular interesse no brasileiro. Seus projetos encontraram um lugar para se desenvolverem em São Paulo, associando-se ao empreendimento que os Monteil haviam iniciado de modo bem-sucedido.

Assim, a estrutura da Livraria Francesa beneficiou alguns dos interesses e planos oficiais das autoridades que representavam a potência europeia, inserindo-se de alguma maneira nas redes que favoreciam suas intenções imperialistas: baixar o livro do preço francês para ampliar sua circulação, disputar a referência da cultura francesa no Brasil,

---

<sup>904</sup> Milton Santos, “São Paulo, Capital Internacional...”, p. 8. O geógrafo formula este conceito, definindo que a mundialização exige que se ergam infraestruturas precisas nas áreas urbanas, onde “o meio humano permite a afloração de uma multiplicidade de atividades complementares”. Ideia que complementa, a nosso ver, as bases históricas com as quais Richard Morse trabalha e que utilizamos ao longo dos capítulos.

lutar pela presença do idioma nas escolas, entre outros objetivos serviram para estreitar os vínculos econômicos e políticos entre os países, conforme discutido pelas circulares diplomáticas que citamos. Por outro lado, quando consideramos esse aspecto retomando as redes de abastecimento que livraria criou, e as confrontando com o perfil das principais fornecedoras da Livraria Francesa ao final do segundo capítulo, conseguimos identificar os conteúdos que circulavam em suas prateleiras e como boa parte deles servia às demandas próprias deste meio de recepção, em seu desejo de integrar um cenário mundial de posicionamentos culturais, intelectuais e políticos.

É claro que havia uma hierarquia entre as mercadorias que entravam em maior volume, como os livros do grupo Hachette cuja força, inevitavelmente, formava-se por sua liderança comercial e simbólica no domínio de uma cultura francesa ‘padrão’ – com métodos de ensino da língua, coleções de literatura clássica, etc. Contudo, devido ao interesse maior do Estado em garantir a presença da França no Brasil, essa mesma posição dominadora acaba viabilizando caminhos alheios ao seu controle, nos quais também circulava uma produção intelectual crítica da realidade francesa e internacional. A sessão de autógrafos de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir na livraria em 1960, que se conjugava com as suas traduções publicadas pela Difel, foi um dos exemplos desses (des) caminhos de mediação em que Paul e Juliette demonstravam agir com autonomia, pois os filósofos representavam esse ponto de crítica e sua passagem pelo país ocorreu por fora da diplomacia.

Na intersecção entre investimentos, ações e interesses nacionais e estrangeiros vimos se abrirem as oportunidades para que as atividades comerciais da Livraria Francesa, que animavam a circulação de livros em São Paulo, pudessem se desdobrar em relações de produção editorial. Uma Difel antes da Difel aparece nos contratos, nos livros-caixa, nas fornecedoras e no público frequentador do estabelecimento. E, dessa maneira, o espaço contribuía para que a capital paulista se mantivesse como uma janela aberta para o mundo<sup>905</sup>, em termos econômicos, diplomáticos e como via de passagem para um repertório cosmopolita que impactava sobre o local.

Ao fim da primeira parte, a vida do casal Monteil e sua trajetória, de Lyon à capital paulista, mostraram como o fluxo de livros, de capitais e de referências culturais – nos

---

<sup>905</sup> Richard Morse, *Formação Histórica...*, p. 416.

pequenos e grandes circuitos – dependem da ação de homens e mulheres comuns para participarem das transformações da vida material e espiritual que movem a História, ainda que estes não possam ter consciência sobre tais fatos, tampouco medir as finalidades de todas as suas ações.

Antes de se tornarem livreiros, Paul e Juliette vivenciaram eventos da maior importância para a formação da sociedade de seu tempo: a I Guerra Mundial, a ascensão do nazifascismo na Europa e todas as implicações sociais, econômicas e políticas que estes eventos projetavam sobre uma geração de homens e mulheres. Os mais jovens viram a interferência destas questões sobre as possibilidades de escolha ou imposições para ter uma profissão, conseguir um emprego, estabelecer um lugar para morar, constituir família e tomar outras decisões simples que, de modo imediato, diziam respeito apenas às suas trajetórias individuais. No entanto, de sua cidade de origem e passando por Paris, eles chegam a São Paulo movidos por uma percepção desta realidade que, ao final, era um produto coletivo, e cumpre lembrar também, que o casal migrou em condições favoráveis, garantidas pela presença da França na ampliação da indústria paulistana.

Então, a capital brasileira seria o lugar onde conseguiriam estar seguros, ao menos por algum tempo, e a vida em torno da engenharia se revelou como um período de integração e acomodação dos Monteil naquela São Paulo que descrevemos. Aos poucos, a biografia de Paul, sobre qual tivemos mais documentos disponíveis, revelou-nos a trajetória de um casal de imigrantes franceses que circulam por espaços de sociabilidade, trocas intelectuais e promoção cultural de setores da elite e das classes médias paulistanas, estreitando vínculos com seus agentes políticos. Estas relações, associadas à sua origem francesa, direcionam as escolhas que teriam de fazer para permanecerem ali após a quebra da rotina, colocando-os como novos empreendedores das iniciativas que protagonizavam o processo de metropolização da capital.

Na condição de mediadores entre a França e o Brasil, Paul e Juliette mobilizaram por meio da Livraria Francesa o primeiro plano de um mecanismo de transmissão de obras, ideias e de relações que contribuía para a ampliação deste público paulistano intelectualizado e politizado, de seu modo de agir e pensar, e das possibilidades para que parte deles se identificassem enquanto um grupo diferenciado nesta realidade.

\*\*\*

Quando adentramos na história da Difusão Europeia do Livro começamos a aprofundar nossa análise em um dos caminhos pelos quais as atividades intelectuais e culturais de São Paulo na segunda metade do século XX puderam manifestar seu potencial criador. Se entre museus, rádios, jornais, livrarias, escolas e universidades ergueu-se parte da infraestrutura de uma metrópole que desejava receber investidores, autores, professores, artistas de todo o mundo, nestas mesmas instituições e espaços estava inscrito o ímpeto de alguns setores sociais e intelectuais que não desejavam apenas receber e replicar mecanicamente as supostas benesses do progresso vindas de fora, mas também produzir ali um modo de vida original alinhado a um modelo de modernização que discutisse a heterogeneidade sociocultural, as desigualdades, a dependência socioeconômicas do Brasil.

Por meio das atividades da Livraria Francesa, já estava claro que a Universidade de São Paulo e a comunidade acadêmica que se formava em suas salas de aula e em seus quadros profissionais possuíam alguns dos recursos necessários para se apresentarem como protagonistas desta esfera superestrutural criativa. Na verdade, expressava-se ali o princípio fundador da instituição que, ainda nos anos 1930, definiu o desejo da elite paulista em formar através dela os dirigentes que a representariam na condução do país. Esse sentido fundacional, conservador, sobreviveu de diversas maneiras no desenvolvimento USP, entretanto, quando observamos certas condições de sua consolidação nas duas décadas seguintes<sup>906</sup>, conseguimos compreender que a experiência institucional atingiu setores com interesses distintos daqueles definidos na carta pétrica redigida pelo chamado Grupo d'*O Estado*, liderado pela família Mesquita.

Ao comentar um célebre trabalho sobre a origem da estrutura uspiana, Alfredo Bosi faz questão de reconhecer as suas discontinuidades:

Mas a origem não é determinação absoluta, ou então a História repetiria ad naeuseam as situações inaugurais. A Universidade, instalada na região mais dinâmica do país e na cidade que atingiu as mais elevadas taxas de industrialização e imigração, não poderia, com o advento da civilização de massas, conter-se no projeto ideal de seus fundadores.

[...] as oportunidades que a política social de 30 e 40 abriu para as classes médias permitiram que chegasse à universidade uma clientela cada vez mais diferenciada para a qual o estudo não era só o pão já

---

<sup>906</sup> Maria Arminda do Nascimento Arruda, *Metrópole e Cultura*, p.173.



assado e partido pelo saber acadêmico, mas também um fermento que poderia levedar as novas massas<sup>907</sup>.

O professor nos remete a aspectos abordados na primeira parte da tese, no que diz respeito à relação da universidade com as classes médias como um processo imprescindível de transformação da vida intelectual de São Paulo e traz a imagem do fermento<sup>908</sup> para evidenciar o efeito multiplicador desta iniciativa liberal no processo de conformação de uma sociedade de massas na capital paulista. A ideia nos é cara para avançarmos em nossas conclusões, pois é assim que também podemos ver o livro enquanto produto social<sup>909</sup> e demonstrar como os resultados produzidos pela FFLC-USP, à revelia de seus idealizadores, guardavam em si a energia para cultivar relações para a formação de uma nova comunidade de autores, seu modo de pensar e de intervir na realidade.

As condições em que este processo ocorreu, manifestou-se de diversas maneiras na história da Difel. Como vimos pelos documentos partilhados com a Livraria Francesa, a criação da editora em 1951 esteve ligada à diversificação de investimentos de Paul Monteil e seus sócios franceses, a partir do respaldo inicial que estes obtiveram dos órgãos diplomáticos, evidentemente, mas também da crença na prosperidade da metrópole paulista, visto que o mundo da edição dependeria do incremento que sua indústria, seus profissionais e seu mercado consumidor poderiam ofertar à cadeia produtiva do livro.

Destarte, podiam contar nestes quesitos com o maior parque gráfico do país, uma população e um público letrado crescentes, respaldados por uma rede de estabelecimentos previstos para sua formação cujas atividades também envolviam o consumo de livros. Mas nada seria da empresa diante de uma conjuntura favorável destas esferas “macro” econômica e intelectual-cultural, se não fosse a sua construção nas relações cotidianas da cidade que passaram pela livraria, mas dela se expandiram para ocupar também o escritório da Rua Bento Freitas e o galpão da Marquês de Itu.

---

<sup>907</sup> Alfredo Bosi, “Uma Crônica das Origens”, em Irene Cardoso, *A Universidade da Comunhão Paulista: O Projeto de Criação da Universidade de São Paulo*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982, p. 21.

<sup>908</sup> ideia do fermento na massa é muito utilizada pelos movimentos católicos do período, com os quais o próprio Bosi tinha muita proximidade. O sal na terra, o fermento na massa etc. são imagens bíblicas e um líder comunitário das CEBs, por exemplo, era considerado o “fermento na massa” daquela comunidade. (Carolina Bednarek Sobral, *Edições Paulinas: Religião, Política e Prática Editorial (1962-1994)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2021).

<sup>909</sup> Na historiografia a ideia do livro como fermento de novas ideias e transformações sociais é formulada por Lucien Febvre et Henri-Jean Martin, “O Livro como Fermento”, em *O Aparecimento do Livro*.

Conforme descrito no Capítulo 4, tanto o corpo de funcionários de Difel, aquele núcleo fixo e reduzido que trabalhava junto a Paul Monteil, quanto a rede de profissionais que contribuía em trabalhos esporádicos foram recrutados pelo editor em meio aos setores de classe média que alteravam a estrutura social da capital paulistana. De um lado, a equipe permanente, pelo menos a que inicia a editora, contava com funcionários de origem imigrante, um tipógrafo e alguns formados na USP. De outro, havia uma verdadeira rede intelectual, composta por jornalistas e críticos literários, como era de costume no mercado, contudo, vimos em nosso levantamento que, ao final, ela era predominantemente ligada à universidade. Sendo assim, a Difusão contou com a expectativa de uma maioria de pessoas com formação especializada, dentro de uma nova realidade de profissionalização intelectual. Esta mão-de-obra jovem e cultivada necessitava viver de seu ofício ou de atividades que incorporassem o seu *savoir-faire* como parte de uma atividade remunerada – mesmo que fossem trabalhos provisórios ou paralelos à construção de uma carreira “ideal” dentro do mundo acadêmico.

O fermento agia entre estas pessoas e sua integração na universidade, meio pelo qual também acessaram o mercado de trabalho e a vida intelectual paulistana. Partiam de necessidades aparentemente individuais que, na realidade, representavam o anseio coletivo de um grupo social e econômico em ascensão. Ao mesmo tempo, estava em jogo a possibilidade de exercerem um papel diante da vida, dos hábitos e das representações culturais forjadas naquela São Paulo em desenvolvimento, e o mercado do livro aparecia como um espaço para tal realização.

Alinhada a esse ambiente – previamente conhecido pela experiência de Monteil como livreiro, devemos lembrar – e ao perfil dos profissionais disponíveis para executar seus trabalhos, a Difel constrói sua primeira linha editorial. Ainda no quarto capítulo, demonstramos como as traduções de literatura francesa dialogavam com as demandas de um centro urbano com ganas cosmopolitas. Com efeito, elas reforçavam a receptividade do público local ao pensamento francês do período, conforme já sinalizava o perfil de abastecimento e consumo da Livraria Francesa: a literatura de guerra, por exemplo, estava presente nas importações da Éditions de Minuit, e foi a base para que a comunidade intelectual brasileira retomasse os vínculos com a produção vinda da França após os anos de bloqueio no período da Ocupação Nazista. Dessa maneira, o gênero ficcional sustentou um dos pilares iniciais do projeto da Difel, combinando a disposição dos leitores em

refletir sobre uma sociedade moderna para o Brasil e sua necessidade de estarem conectados com os problemas do mundo em uma conjuntura de (re)alinhamentos internacionais. Os títulos de romances de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir representam o ponto máximo desta relação, assinalando o caráter político que o pensamento francês ainda exercia nos meios intelectuais brasileiros.

A demanda veiculada inicialmente por obras literárias, em edições relativamente populares como se viu pelos preços disponíveis nos anúncios de jornal, de alguma maneira estava ligada à elevação do letramento e do nível cultural médio da população, contando com a pressão positiva da cultura acadêmica que se criava – fator exercido também pela presença dos universitários no corpo de funcionários da editora.

Diante dessa realidade, não tardaram a aparecer as primeiras edições acadêmico-escolares do catálogo Difel: as coleções Saber Atual e História Geral das Civilizações. Vindas da PUF, uma casa pioneira no setor dentro do mercado francês, os projetos foram uma experimentação para que a editora dirigida por Paul Monteil pudesse introduzir a ideia de livro universitário no mercado brasileiro e, sobre ele, construir o seu perfil. A análise dos livros, sobretudo da HGC, levou-nos a identificar um processo de transferência editorial definido pelas escolhas de composição da publicação, as quais não se limitaram a traduzir o texto da obra para português. Em seus paratextos, vimos que a Difel criou um repertório de referências que ligavam o modelo de publicação da PUF aos responsáveis pela versão brasileira por meio de seus signos de identidade e autoridade universitária.

Assim, a Difusão firmou sua primeira parceria explícita com a FFCL-USP. O diretor, Eurípedes Simões de Paula assinou a edição em nome da Faculdade, como vimos, em uma espécie de chancela, ou de coautoria, junto aos organizadores franceses. O sucesso do empreendimento permitiu que a Difusão Europeia do Livro passasse a ser um nome conhecido do público e da crítica, e valorizado por suas boas edições. Importante lembrarmos que as notas de jornal, citadas no item 4.5, ressaltam o fato de que a HGC, e também a Saber Atual, vinham preencher uma lacuna do mercado no que diz respeito à bibliografia necessária para os estudantes das Faculdades de Filosofia do país. Ou seja, os meios de recepção respondiam positivamente ao perfil que a editora construía para si, reconhecendo seu pioneirismo na relação entre mercado editorial e universidade.

O êxito do projeto e da aliança com a USP fazem com que Paul Monteil e sua equipe trabalhem na realização de sua História Geral da Civilização Brasileira. O vínculo

entre as obras fica explícito pelo título, pela materialidade dos livros e, mais uma vez, pela referência universitária. No entanto, neste empreendimento, notamos que os responsáveis pela editora não agiam apenas em função do modelo francês, senão que observavam as ações de casas nacionais em que poderiam se inspirar e com as quais deveriam concorrer. Nesse sentido a HGCB possuía um aspecto desafiador, pois ela se proporia, inevitavelmente, a incidir sobre o debate historiográfico que tinha uma tradição intelectual e cânones editoriais bem conhecidos no Brasil.

Isto é, por meio de uma das principais referências estrangeiras de seu catálogo, o editor se desafiou a intervir no *habitus* de nossa produção livreira que passava pelo compromisso em “editar a nação”. Outras histórias gerais circulavam sob os selos mais prestigiados do mercado brasileiro, como a Companhia Editora Nacional e a José Olympio e, embora não estivessem vinculadas à novidade representada pelas Faculdades de Filosofia do país, utilizavam-se de parcerias com membros de instituições tradicionais, como o Colégio Pedro II e o IHGB. Isto é, a Difel se lançava à oportunidade de renovação deste *habitus*; um projeto bem-executado a posicionaria em uma zona de consagração, mas, para alcançá-la, teria de construir marcadores para definir o devido abrasileiramento de sua identidade com a obra francesa.

Estes recursos viriam do caminho relativamente seguro que Monteil construía em sua aliança com a USP, ou ao menos com parte de seus membros. Com o avanço para uma publicação nacional a empresa tateava as possibilidades de absorver a produção acadêmica por meio de um modelo comercialmente “testado”. A comunidade universitária, por sua vez, começava a definir suas prioridades e formas de expressão para se afirmar diante de um público externo por meio de sua inserção em um projeto editorial com pretensões de alcançar grande visibilidade. Sob a liderança de Sérgio Buarque de Holanda, a Difel e a FFCL-USP realizam uma obra coletiva que apresentava uma História do Brasil com a sua marca institucional. Sem dispensar a contribuição de historiadores atuantes em outras universidades, a HGCB ainda era um espaço de diálogo da Faculdade, e de Sérgio Buarque, com colegas que lideravam o processo de institucionalização da disciplina na experiência de outros centros intelectuais brasileiros.

Compreendendo todos estes aspectos, concluímos que a coleção foi capaz de construir uma plataforma de debates, postulando-se como referência para algumas gerações de estudiosos e cumprindo com o papel de lançar a editora entre as principais

casas do mercado nacional, como demonstraram as resenhas e anúncios de lançamento de seus últimos volumes publicados em meados dos anos 1980 sob direção do historiador Bóris Fausto.

Após caracterizarmos a adoção do modelo oferecido pelo mercado francês, o Capítulo 6 nos apresentou às iniciativas que a Difusão Europeia do Livro realizava em paralelo ao seu projeto de traduções. O chamado do Prêmio Saber Brasileiro expressou outra via pela qual a editora testava as possibilidades de absorver e incorporar a produção da universidade em seu catálogo. A frustração do concurso revelou que as propostas da empresa deveriam, ao menos naquele momento, adequar-se às condições de desenvolvimento do trabalho acadêmico no que diz respeito aos gêneros textuais, formato e suportes de circulação que já estavam implementados no âmbito dos canais de comunicação internos à comunidade acadêmica, no estágio de uma “primeira difusão universitária”.

Desde o início de sua estruturação, a comunidade acadêmica de São Paulo buscou meios para manifestar sua legitimidade institucional, seus posicionamentos e a consciência de que tinha um papel a cumprir diante da sociedade. Da imprensa, passando por revistas e boletins especializados, os nomes mais célebres encontram precocemente parceiros no mercado editorial para publicar seus trabalhos em livro, pois entendia-se que o estabelecimento de canais de comunicação entre este novo ambiente intelectual e seu entorno era algo necessário. Por meio das próprias edições da Difel ficou demonstrado que os nomes de Roger Bastide e Pierre Monbeig, professores estrangeiros que iniciaram as cátedras da FFCL-USP, ou de Eurípedes Simões de Paula e João Cruz Costa, dois de seus primeiros formados, já circulavam em publicações impressas ainda nos anos 1940, fosse nos boletins da Faculdade, nos periódicos de área ou em livros editados por casas pioneiras como a Livraria Martins.

Quando são lançados *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, de Monbeig, e *Brasil, Terra de Contrastes*, de Bastide, vemos que os títulos surgem, portanto, nos marcos de uma conjuntura incipiente, na qual a Difel acompanha a experiência prévia e dispersa de um mercado que, no geral, ainda ficava restrito ao diálogo entre pares. Outrossim, essa relação estava em vias de amadurecer e criar um nicho editorial e, diante deste fato, a editora contribuía à sua maneira, inclusive com seus projetos de tradução, para que o livro universitário fosse reconhecido no âmbito cultural

e visto como mercadoria economicamente viável, tornando-se um veículo prioritário para a circulação dos trabalhos oriundos da universidade em um futuro próximo.

Outro elemento destacado no Capítulo 6, que diz respeito à transição entre uma ‘primeira difusão universitária’ e a divulgação sistemática desta produção em livros, foi o fato de a Difel e outras casas comerciais construíram seus catálogos no setor diante da ausência de editoras universitárias *stricto sensu*, ou seja, empresas ligadas às estruturas das referidas instituições, no Brasil. As primeiras foram criadas no início dos anos 1960, na Universidade de Brasília (1961) e na USP (1962). O surgimento destas assinala a importância assumida pelo mercado editorial no processo de consolidação da nova rede do ensino superior brasileiro, mas as empresas institucionais só se tornariam relevantes de fato no médio prazo. Em meados dos anos 1950, e por algumas décadas depois, o espaço comercial e simbólico do setor fora ocupado por casas como Civilização Brasileira, Zahar, Martins, Duas Cidades e mesmo e por outras empresas surgidas nos anos 1970 como Pioneira, Alfa-Ômega e Nova Fronteira.

Então, entre a disponibilidade de trabalhos e as estratégias para construir seu domínio em um nicho novo para as edições nacionais, a Difel criou a sua Corpo e Alma do Brasil. A coleção toca em outro ponto do *habitus* de ‘editar a nação’, inspirando-se nas chamadas brasileiras. Apesar de se distinguirem das ‘histórias gerais’ no que diz respeito ao tipo de obra e propósitos, vimos que as brasileiras também serviram para canonizar autores e obras sobre a história do Brasil, publicando documentos e ensaios de interpretação. Elas se tornaram, assim, um cânone editorial, referências para as casas que desejavam se afirmar como tributárias de nossa cultura. Entretanto, a concepção destes empreendimentos ainda era conservadora em relação às perspectivas reivindicadas pela universidade, assim, o projeto da Difel não poderia assumir o modelo sem as devidas críticas e diferenciações ao cânone estabelecido.

A especialização, os métodos e a forma de apresentação dos resultados de trabalhos acadêmicos criavam um repertório novo para o público leitor que, em sua maioria, não estava familiarizado com aquele sistema de pensamento. Assim, as edições da Corpo e Alma do Brasil deveriam apresentar recursos próprios de diálogo com o público para explicitar sua base intelectual.

O projeto nasce oficialmente de um processo retrospectivo. Seus princípios e a sua direção são definidos no terceiro volume, demarcando a aproximação da Difel com

um grupo específico da Faculdade de Filosofia da USP, organizado na cátedra de Sociologia I, conduzida por Florestan Fernandes. Fernando Henrique Cardoso, um de seus principais assistentes, foi designado como diretor do projeto e representaria ali o espírito militante comum a todos os colegas orientados por Florestan. Em um texto introdutório à coleção, que analisamos como uma verdadeira “apresentação-manifesto”, ele fala em nome do grupo universitário ao qual pertencia e assume em seu discurso a responsabilidade de selecionar para a *Corpo e Alma* somente as análises comprometidas com o rigor científico, estabelecido de modo implícito em suas palavras pelos critérios metodológicos defendidos pela universidade.

Por se tratar de uma coleção de estudos brasileiros, o diretor evoca o modelo das brasileiras, de modo a mobilizar o repertório do leitor e demonstrar a referência editorial com a qual pretendia concorrer. No entanto, apoiado na ideia de ciência, Fernando Henrique cria um fator distintivo para o empreendimento que ele encabeçava juntamente com a Difel, afirmando a *Corpo e Alma do Brasil* como uma brasileira atualizada, alinhada com os princípios de legitimação das Ciências Sociais e demais disciplinas universitárias diante das instituições de pesquisa e ensino que hegemonizavam a tradição intelectual do país.

Sob este ponto de vista, o projeto editorial toma características das bibliotecas de Ciências Sociais desenvolvidas pelas concorrentes da editora, ponto onde se destacaram, novamente, *Civilização Brasileira* e Zahar. Importante retomarmos que estas casas também criaram projetos exclusivamente brasileiros, como por exemplo a *Retratos do Brasil da Civilização*, contudo, suas principais coleções misturavam obras traduzidas e nacionais. Ao final, no conjunto dos catálogos, a relação entre as duas táticas distintas de publicação acaba conformando uma estratégia comum para que estas editoras pioneiras construíssem o livro universitário.

Sendo assim, Fernando Henrique orientou a *Corpo e Alma* fundamentalmente como uma vitrine dos trabalhos da cátedra de Sociologia I da USP, incluindo aqueles colegas que passaram pela orientação de Florestan Fernandes em direção a outras cátedras uspianas e a outras instituições fora de São Paulo. Os primeiros livros serão resultado de coletâneas de artigos acadêmicos, inclusive *Mudanças Sociais no Brasil* de Florestan, e em seguida o projeto incorpora publicações, em sua maioria, de teses do grupo e de membros de outras áreas da FFCL-USP. O gênero textual é reproduzido com poucas

alterações, como pudemos visualizar na análise de algumas edições, apresentando ao público mais amplo a estrutura em que operava o tal método científico reivindicado por Fernando Henrique.

Os temas e debates presentes nos volumes da *Corpo e Alma do Brasil* revelaram também como essa “estratégia acadêmica”, definição dada pelo diretor na entrevista que nos foi concedida, era tensionada pelo aspecto político presente na concepção de Sociologia defendida pelo grupo da cátedra de Sociologia I – perspectiva que dialogava, evidentemente, com os diferentes grupos envolvidos no processo de institucionalização da disciplina. A introdução de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, por exemplo, tornou-se um texto emblemático sobre a incorporação do marxismo na academia, enfrentando-se, inclusive, com as perspectivas metodológicas e atitude científica de Florestan Fernandes na condução de sua cátedra.

O embate teórico veiculado pela edição da Difel, permeava a formação dos universitários. Mesmo os mais experientes, como Florestan, habituados a debater entre pares, ainda construía os caminhos para intervirem no espaço público. Assim, à medida que o acirramento da conjuntura do país se impõe ao olhar científico, estes pensadores se verão compelidos a expressar o comprometimento de suas obras e, cada vez mais, de suas próprias trajetórias com os rumos da política nacional. Nas diferentes fases que estabelecemos para a coleção, vemos surgir esse ponto de virada e seu desdobramento na organização do grupo uspiano, de sua produção e, finalmente, na dispersão de seus membros, que acompanha as ações de perseguição e repressão nas principais universidades brasileiras a partir de 1964. As novas condições de produção dos autores se expressam em seus trabalhos e, por conseguinte, nos livros que compõem a *Corpo e Alma do Brasil* ao longo dos anos.

No desenrolar de uma ditadura, os universitários reforçam sua identidade com o engajamento intelectual e, alguns deles, como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, tornam-se ativistas e membros de partidos. Os periódicos nos quais nos referenciamos para acompanhar essa passagem demonstraram que o seu modo de pensar e seu comprometimento com a realidade foram definidos e valorizados por sua origem acadêmica e, em grande medida, no modo pelo qual conseguiram afirmar seus posicionamentos e obras no espaço público – do debate progressista à oposição ditatorial. A coleção da Difel foi, até o final, um espaço de divulgação e afirmação das elaborações



destes pensadores: Fernando Henrique faz questão de alimentar o projeto com textos próprios até os anos 1970, e Florestan Fernandes reedita *Mudanças Sociais no Brasil* de modo a atualizar a obra para o contexto político-intelectual da Ditadura.

Com a Corpo e Alma, encerramos a segunda parte da tese compreendendo que, sem abandonar a retaguarda francesa de seu catálogo, os responsáveis pela Difel aguçaram sua sensibilidade para construir o perfil da editora dentro dos ritos estabelecidos pelo mercado editorial brasileiro. Para tanto, tiveram de buscar meios de mostrar seu comprometimento com as transformações culturais do país e, se a universidade, especialmente a USP, era uma aliada possível para construir seu catálogo, foi necessário também perceberem de modo mais profundo as possibilidades de transformar a produção de seus profissionais em livros, identificando da mesma maneira seus interesses enquanto grupo, com vistas a promovê-los como uma nova comunidade de autores frente a intelectualidade nacional.

Das traduções à edição nacional, remetendo às palavras de Maria Amélia Mello, Paul Monteil e sua equipe deveriam produzir cada novo livro como se fosse o primeiro e, ao mesmo tempo, pensar que seu sentido – do conteúdo aos autores que iriam veicular – apontava para uma intervenção no presente, mas também para o futuro.

\*\*\*

Assim, a história da Livraria Francesa e da Difel nos apresentou aos elementos que, segundo nossa hipótese inicial, compuseram um novo sistema simbólico dentro da cultura e da vida intelectual de São Paulo na segunda metade do século XX, a partir dos espaços de troca, sociabilidade, formação, produção de obras e de profissionalização engendrados por suas instituições de ensino superior, que denominamos pensamento universitário. A USP, destacou-se na evolução destas atividades sistêmicas por ter sido a principal interlocutora de nossas empresas na realidade da capital, parceria que não se deu ao acaso, mas sim por esta universidade ter sido o projeto basilar e concentrador dos investimentos e das expectativas das elites paulistas no incremento da ‘vida espiritual’ de sua sociedade e do referencial simbólico de desenvolvimento que desejavam construir.

Na experiência apresentada, o sistema se alimentou da dialética do localismo x cosmopolitismo que estava presente em diferentes esferas de formação da metrópole,

inclusive nos circuitos que alimentavam a economia do livro local, primeiro, na circulação e, em seguida, na importância adquirida pela produção editorial. Neste contexto, a livraria fundada e gerenciada por Paul e Juliette Monteil serviu como via de recepção das “correntes mundiais” às quais o público paulistano estava aberto em sua vertente francesa. A consolidação do estabelecimento pôde oferecer condições para que setores desta intelectualidade, sobretudo, da comunidade universitária em ascensão, pudessem estreitar relações e formar grupos para intervir de maneira ativa no fluxo de livros e ideias que vinham do exterior.

Então, a Difel se tornou o espaço em que podiam exercer essa postura, ao lado do livreiro-editor, contribuindo para selecionar e traduzir os títulos e autores mais interessantes a fixar no repertório da comunidade acadêmica e a difundir nos círculos letrados da sociedade em geral. Na cadeia produtiva do livro, estabeleciam uma possibilidade de trabalho intelectual imediato, para sanar questões da própria vida, mas também se lançavam como agentes de um filtro de brasilidade, à moda paulista e uspiãna, para as edições vindas da França. Finalmente, o vínculo com essa estrutura constrói também o espaço de afirmação de uma produção própria em que os debates internacionais se tornam instrumentos de diálogo desta geração de pensadores com seu tempo, uma era de extremos – independência x dependência; desenvolvimento x subdesenvolvimento; libertação nacional x colonialismo; democracia x ditadura. Somente nestes marcos, os universitários em questão, assim como seus contemporâneos com quem debatiam e com os quais eventualmente estavam associados, podiam pensar o Brasil – afirmando o local como uma “fonte inovadora” de ideias.

Partimos da realidade paulista, em primeiro plano, mas também procuramos situar as condições de uma economia do livro e de uma intelectualidade brasileira, na medida em que aquela se conectou com processos análogos de cidades, livrarias, editoras, pensadores e universidades que se formaram no mesmo período. Desse modo, reforçamos, a experiência da Livraria Francesa, em São Paulo, e da Difel, com a USP, não esgotam a compreensão de todas as experiências de construção, mecanismos de afirmação e especificidades da rede universitária que começa a se consolidar e a se expandir no país partir da década de 1950. No entanto, acreditamos tê-la caracterizado como um caso particular e, ao mesmo tempo, emblemático destes momentos decisivos para (re) estruturação do ensino superior no país e dos elementos necessários para que esta rede de

instituições pudesse, de fato, formar um novo sistema simbólico, um novo tipo de comunicação inter-humana, nos termos concebidos por Antonio Candido que, a nossa maneira, denominados como um pensamento universitário. Outros estudos locais e regionais devem contribuir para que possamos caracterizá-lo em sua complexidade como um sistema brasileiro.

## **Arquivos Consultados**

Acervo Estadão

Acervo Pessoal Silvia Monteil

Archives Departamentales du Rhône

Archives du Ministère des Affaires Étrangères de La Courneuve

Archives Municipales de Lyon

Archives Nationales de France

Arquivo Administrativo da Livraria Francesa

Arquivo Florestan Fernandes (Universidade Federal de São Carlos)

Arquivo Nacional

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo Sérgio Buarque de Holanda (UNICAMP)

Biblioteca Florestan Fernandes (USP)

Biblioteca Instituto Moreira Salles - São Paulo

Biblioteca Municipal Mário de Andrade

Bibliothèque Nationale de France (BnF)

Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Institut Mémoires de L'Édition Contemporaine (IMEC)

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP)

Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH-USP)

## Bibliografia

- ALMEIDA, Miriam *et al.* “Retrospectiva dos Regimes Cambiais Brasileiros com Ênfase em Bandas de Câmbio”, *Ensaio* (Porto Alegre), vol. 21, n. 1, pp. 7-43, 2000.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Tendências e Perspectivas dos Estudos Brasileiros nos Estados Unidos”, em Rubens Antonio Barbosa *et al.*, *Brasilianistas. Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos (1945-2000)*, São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 27-30.
- ALMEIDA, Rodrigo David. *Sartre no Brasil: Expectativas e Repercussões*, São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental. Nas Trilhas do Materialismo Histórico*, São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANRADE, Mário de. “O Movimento Modernista”, em *Aspectos da Literatura Brasileira*, São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ARANTES, Paulo. *Um Departamento Francês de Ultramar: Estudos sobre a Formação da Cultura Filosófica Uspiana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista”, em Sergio Miceli, *A História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Editora Sumaré, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Metrópole e Cultura: São Paulo no Meio do Século xx*. São Paulo, Edusp, 2015.
- ATIK, Maria Luiza Guarnieri. “Sérgio Milliet: um Mediador Cultural”, *Todas as Letras*, n. 1, pp. 43-52, 1999.
- AYRES, Vivian Nani. *Da Sala de Leitura à Tribuna: Livros e Cultura Jurídica em São Paulo no Século XIX*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 20118.
- AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1958.
- BARBIER, Frederic. *História do Livro*, São Paulo, Paulistana, 2008.

- \_\_\_\_\_. *História das Bibliotecas: de Alexandria às Bibliotecas Virtuais*, São Paulo, Edusp, 2018.
- \_\_\_\_\_. *A Europa de Gutenberg: o Livro e a Invenção da Modernidade Ocidental (séculos XIII-XVI)*, São Paulo, Edusp, 2018.
- BARD, Christine & CHAPERON, Sylvie. *Dictionnaires des Féministes. France xvii<sup>e</sup>-xx<sup>e</sup> Siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 2017.
- BASTOS, Elide Rugai et al. *Conversas com Sociólogos Brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2006.
- BENJAMIN, Walter. "O Autor como Produtor". In: *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. "O Narrador. Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov". In: *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BETHEL, Leslie, "O Brasil e a Ideia de "América Latina" em perspectiva histórica", em *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, julho-dez./2009, pp. 289-321.
- BIELSHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2004.
- BLANCHARD, Raoult. "L'Effort Industriel de Lyon pendant la Guerre", *Recueil des Travaux de l'Institut de Géographie Alpine*, t. 7, n. 3, pp. 593-600, 1919.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- BOSI, Alfredo. "Quem Diz Livraria, Diz Refúgio", *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição (nele/usp)*, vol 1, pp. 13-18, Cotia, Ateliê Editorial, 2011.
- \_\_\_\_\_. "Uma Crônica das Origens", em Irene Cardoso, *A Universidade da Comunhão Paulista: O Projeto de Criação da Universidade de São Paulo*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.
- \_\_\_\_\_. "Um Testemunho do Presente". In: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, São Paulo, Ática, 1977.

- BOUJU, Marie-Cécile. *Lire en Communiste: Les Maisons d'Édition du Parti Communiste Français, 1920-1968*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2010
- \_\_\_\_\_. “Les Maisons d'Édition du PCF, 1920-1956”. In: *Nouvelles Fondations* (Paris), n. 7-8, pp. 260-265, mar.-abr. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. "Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”, A Economia das Trocas Simbólicas, org. Sergio Miceli, São Paulo, Perspectiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Les Conditions Sociales de la Circulation Internationale des Idées”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Vol. 145, pp. 3-8, dez./2002.
- \_\_\_\_\_. “Une Révolution Conservatrice dans l'Éditions”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 126-127, pp. 3-28, mar. 1999.
- BRAGANÇA, Aníbal, “A Constituição do Campo interdisciplinar de Estudos do Livro e da História Editorial no Brasil. Um percurso bibliográfico (1900-2000)”, em Bragança, Aníbal e Moreira, Sonia Virgínia (org.), *Comunicação, Acontecimento e Memória*, São Paulo, Intercom, 2005, pp. 79-94
- \_\_\_\_\_. *Uma Introdução à História Editorial Brasileira*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Rei do Livro: Francisco Alves na História do Livro e da Leitura no Brasil*, São Paulo, Edusp, Niterói, Lihed/UFF, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Livraria Ideal: do Cordel à Bibliofilia*, São Paulo, Edusp, 2009.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos Sobre a História*, São Paulo, Perspectiva, 2009.
- \_\_\_\_\_. “História e Ciências Sociais: a Longa Duração”, trad. Ana Maria Camargo, *Revista de História*, vol. 30, n. 62, pp. 261-294, 1965.
- \_\_\_\_\_. “Présence de Maurice Crouzet”, *Revue Historique*, vol. 250, n. 1 (507), pp. 3-6, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. As Estruturas do Cotidiano: o Possível e o Impossível*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1996.

- BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. *Marxismo como Crítica da Ideologia: Um Estudo Sobre o Pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwartz*, tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2019.
- BUENO, Ernani da Silva. *Memória da Cidade de São Paulo: Depoimentos de Moradores e Visitantes, 1553-1958*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Seção Técnica de Divulgação e Publicações, 1981.
- BUFREM, Leila Santiago. *Editoras Universitárias no Brasil*, São Paulo, Edusp, 2000.
- CAMPOS, Ernesto de Souza (org.). *História da Universidade de São Paulo*, São Paulo: Edusp, 2004.
- CANDIDO, Antonio. In: PONTES, Heloisa. "Entrevista com Antonio Candido", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 47, pp. 5-30, out. 2001
- \_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade*, Rio de Janeiro, Ouro Sobre o Azul, 2011, pp. 117-145.
- \_\_\_\_\_. "O Significado de Raízes do Brasil. Prefácio à 26ª Edição". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. "Prefácio". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 4ª ed. revista e ampliada pelo autor, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963 (Biblioteca Básica Brasileira), pp. ix-xi.
- \_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos*, São Paulo, Martins, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o Caipira Paulista e as Transformações de seu Meio de Vida*, Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul, 2010.
- \_\_\_\_\_. "O Francês como Instrumento de Desenvolvimento". In: *O Francês Instrumental, a Experiência da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Hemus, pp. 9-17, 1977.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal I. Instituições e Classes Sociais (1945-1964)*, São Paulo, Difel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A República Liberal II. Evolução Política (1945-1964)*, São Paulo, Difel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O Estado Novo (1937-1945)*, São Paulo, Difel, 1976.



- \_\_\_\_\_. *O Marxismo no Brasil, das Origens a 1964*, Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O PCB (1943-1964)*, São Paulo, Difel, 1982.
- CARRIS, Luciene Pereira. “Os Congressos Brasileiros de Geografia entre 1909 e 1944”.  
In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 18, n. 1, 2011.
- CARVALHO, Raphael Guilherme de. *Sérgio Buarque de Holanda, Do Mesmo ao Outro: Escrita de Si e Memória (1969-1986)*, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2017.
- CASTRO, Ana Cláudia Veiga de. *Um Americano na Metrópole [Latino-Americana]. Richard Morse e a História Cultural Urbana de São Paulo (1947-1970)*, tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2013.
- CATALDO, Fabiano. *Cataldo, Editar Livros, Sonho de Livreiros: os Zahar e o Livro no Brasil (1940-1970)*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2018.
- CAUBET, Rosa Alice. “La Bibliographie Brésilienne de Sartre”. In: *Fragmentos*, n. 2, pp. 59-73, jul.-dez. 1986.
- CHARTIER, Roger & MARTIN, Henri-Jean. *Histoire de l'Édition Française: Le Livre Concurrencé (1900-1950)*, Paris, Fayard/Cercle de La Librairie, 1991.
- Roger. *A Mão do Autor a Mente do Editor*, São Paulo, Editora Unesp, 2014.
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos xiv e xviii*, 2. ed., Brasília, Editora UnB, 2017.
- CHARTIER, Roger & ROCHE, Daniel. "O Livro: Uma Mudança de Perspectiva". IN: NORA, Pierre e Le GOFF, Jacques. *História: Novos Objetos*, São Paulo, Francisco Alves, 1976.
- COHEN-SOLAL, Annie. *Sartre: 1905-1980*, Paris, Éditions Gallimard, 1985.
- COHN, Gabriel. “Ecletismo Bem Temperado”. In: D'INCAO, Maria Ângela. *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Editora da Unesp, 1987, pp. 48-53.

- CORDEIRO, Denilson Soares. *A Formação do Discernimento: Jean Maugüé e a Gênese de uma Experiência Filosófica no Brasil*, tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.
- CORREA, Anna Maria Martinez. “Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Memória da Criação das Escolas que Vieram a Integrar a Unesp”. In: Centro de Documentação e Memória da Unesp, *Unesp: 30 Anos*, Marília, Unesp, 2006, pp. 15-34.
- CORREA, José. “Os Intelectuais na Política”. In: *Leia Livros*, ano viii, n. 96, p. 24, out. 1986.
- CORREA, Maria Letícia. “Um Estudo sobre o Debate Desenvolvimentista nas páginas de *O Observador Econômico e Financeiro* (1936-1954)”. In: *Anais do xxvi Simpósio Nacional de História – Anpuh*, São Paulo, julho 2011.
- COSTA, Aryana. “Um Regime de Transição: O Papel do ihgb-sp no Curso de História da Universidade de São Paulo (1934)”. In: *Estudos Históricos*, vol. 32, n. 67, pp. 530-548, maio-ago. 2019.
- COSTA, Emília Viotti da. “Devemos Rever a Imagem que Temos de Nós Mesmos”. In: Entrevista por Silvy Basseto, *Revista da Adusp*, p. 17, jun. 1999.
- COSTA, João Cruz. “Entrevista. Sobre o Trabalho Teórico”. In: *Trans/formação: Revista De Filosofia*, vol. 2, pp. 87-94, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- CUNHA, Eduardo Augusto Souza. *Editar a Revolta: Edição e Circulação de Impostos Anarquistas em Buenos Aires (1890-1905)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2018.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia Cultura e Revolução*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_, Robert. *O Iluminismo como Negócio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- DEAECTO, Marisa Midori. *A História de Um Livro. A Democracia na França, de François Guizot (1848-1849)*, Cotia, Ateliê Editorial, 2021.

- \_\_\_\_\_, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*, São Paulo, Edusp, 2011.
- DEAECTO, Marisa Midori & SECCO, Lincoln (org.). *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, São Paulo, Xamã, 2004.
- DEAECTO, Marisa Midori & MARTINS, Plinio Filho (org.). *Livros e Universidades, São Paulo, Com-Arte, 2017*.
- DEAECTO, Marisa Midori & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Edição e revolução : Leituras Comunistas no Brasil e na França*, Cotia, SP; Belo Horizonte, MG: Ateliê e Editora da UFMG, 2013.
- DEAN, Warren. "The USIA Book Program: How Translations of Politically Correct' Books are (Secretly?) Subsidized for Sale in Latin America". In: *Point of Contact*, vol.I, n.3, pp.4-14, set-out, 1976.
- DJUROVIC Camila Álvares. *Impressões da Direita: Luta Ideológica e Mobilização Empresarial Através da Ação Editorial do Ipês (1961-1964)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2021
- DREIFUSS, René. *1964. A Conquista Do Estado*. Petrópolis, Vozes, 2006.
- EISENSTEIN, Elisabeth. *A Revolução da Cultura Impressa. Os Primórdios da Europa Moderna*, São Paulo: Ática, 1998.
- ERBELI, Otávio Júnior. "De Preterida a Preferida: Considerações em Torno da Trajetória Intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951)". In: *História da Historiografia*, n. 22, p. 105, dez. 2016.
- \_\_\_\_\_, Otávio Júnior. *A Trajetória Intelectual de Alice Piffer Canabrava: Um Ofício como Sacerdócio (1935-1997)*, tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2019.
- ESPAGNE, Michel. "A Noção de Transferência Cultural", trad. Dirceu Magri. In: *Jangada*, n. 9, pp. 136-147, jan.-jun. 2017.

- \_\_\_\_\_. “Transferências Culturais e História do Livro”, trad. Valéria Guimarães. In: *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 2, Cotia, Ateliê Editorial, pp. 21-34, 2012.
- EUGÊNIO, João Kennedy & MONTEIRO, Pedro Meira (org.). *Sérgio Buarque de Holanda. Perspectivas*, Campinas, Editora da Unicamp, 2008.
- FARIA, Maria Isabel Ribeiro de & PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Eletrônico*, São Paulo, Edusp, 2008.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. “Sartre, Fanon e a Dialética Da Negritude: Diálogos Abertos e Ainda Pertinentes”, em *Revista ENTRELETRAS* (Araguaína), v. 11, n. 2, mai./ago. 2020.
- FEBVRE, Lucien Febvre & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*, São Paulo, Edusp, 2017.
- FERNANDES, Florestan. “Dados sobre a Situação do Ensino”. In: *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 30, pp. 67-138, 1960.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A Epopeia Bandeirante: Letrados, Instituições, Invenção Histórica (1870-1940)*, São Paulo, Editora Unesp, 2002.
- FESTI, Ricardo Colturato. *O Mundo do Trabalho e os Dilemas da Modernização: Percursos Cruzados da Sociologia Francesa e Brasileira (1950-1960)*, Tese de Doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- FOUCHÉ, Pascal (org.). *L'Édition Française Depuis 1945*. Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, 1998.
- FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras. A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936 – 1959)*, Tese de Doutorado, USP, 2006.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

- FURTADO, André Carlos. *As Edições do Cânone. Da Fase Buarqueana da História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- GALVÃO, Walnice. *Sobre os Primórdios da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da usp*, São Paulo, Edusp, 2020.
- GAMA, Lúcia Helena. *Nos Bares da Vida: Formação Cultural e Sociabilidade em São Paulo (1940-1950)*, São Paulo, Editora Senac, 1998.
- GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*, 2. ed., Cotia, Ateliê Editorial, 2018.
- GOMIDE, Bruno. *Dostoievski na Rua do Ouvidor: A Literatura Russa e o Estado Novo*, São Paulo, Edusp, 2018.
- GONÇALVES, Martin. *Cartografia das Livrarias do Centro de São Paulo (1930-1970)*, São Paulo, usp, 2012.
- GOULART, Flávia & BARROS, Susane Santos de. “Panorama da História da Editoração em Salvador/Bahia”. In: *I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2004, pp. 1-12
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Formação da Cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e Vida Nacional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, pp. 5-27, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.
- GUINSBURG, Jacó. “Um Leitor em Formação: do Sebo à Editora”, *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 2, Cotia, Ateliê Editorial, 2012.
- GYSSSELS, Kathleen. “Sartre Pós-Colonial? Releia *Orphée Noir* Mais que Meio Século Depois”. In: *Cahiers d'Études Africaines* [Online], pp. 179-180, 2005.
- HAGE, Julien. *Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: Une Nouvelle Generation d'Éditeurs Politiques d'Extrême Gauche en Europe Occidentale, 1955-1982*, histoire

- comparée, histoire croisée, Thèse de doctorat, Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines, 2010.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil. Sua História*, São Paulo, Edusp, 2012.
- HAUSER, Claude, MOLLIER, Jean-Yves & LOUÉ, Thomas. *La Diplomatie par le Livre Réseaux et Circulation Internationale de l'Imprimé de 1880 à nos Jours*, Paris, Nouveau Monde, 2011.
- HEILBRON, Johan & SAPIRO, Gisèle. “La Traduction comme Vecteur des Échanges Culturels Internationaux”. IN: SAPIRO, Gisele. *Translatio. Le Marché de la Traduction en France à l'Heure de la Mondialisation*, Paris, cnrs Editions, 2008, pp. 40-42.
- HELLER-GOLDENBERG, Lucette. *Histoire des Auberges de Jeunesse en France des Origines à la Libération (1929-1945)*, 2 vols, Thèse, Université de Nice, 2000.
- HERSCH, Liebmann. “Pauvreté et Mortalité Selon les Principales Causes de Décès, d’Après les Statistiques de la Ville de Paris”. In: *Proceedings*, Rome, Institut polygraphique d’État, vol. v, p. 379, 1933,
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século xx (1914-1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. In: João Marcos Coelho, “A Democracia é Difícil”, *Veja*, São Paulo, 28.1.1976.
- \_\_\_\_\_. “Les Civilisations du Miel”. In: *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, 5<sup>e</sup> année, 1, pp. 78-81, 1950.
- \_\_\_\_\_. “Corpo e Alma do Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica”. In: *Revista Espelho*, ano i, n. 1, pp. 14-16 e 52, mar. 1933.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HUDDLE, Donald. “O Sistema Brasileiro de Taxas Cambiais Flutuantes – Sua Equidade Distributiva, suas Relações com a Inflação e sua Eficiência”. In: *Revista Brasileira de Economia* (Rio de Janeiro), vol. 26, n. 4, pp. 149-168, out.-dez. 1972.

- IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: Capítulos da Historiografia Brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, "São Paulo",  
*Recenseamento Geral do Brasil 1940*.
- \_\_\_\_\_, "São Paulo", *Recenseamento Geral do Brasil, 1950*.
- \_\_\_\_\_, *Anuário Estatístico do Brasil de 1956*.
- \_\_\_\_\_, *Anuário Estatístico do Brasil de 1960*.
- \_\_\_\_\_, *Anuário Estatístico do Brasil de 1974*.
- JUBERTE, Vinicius. *O PCB e os Livros: a Editorial Calvino no Período da Legalidade do Partido nos Anos 1940 (1943-1948)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2016.
- JURATIC, Sabine. "Da Prosopografia dos Livreiros ao Estudo de Redes do Livro". In: *Livro - Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n.1, São Paulo, Ateliê Editorial, 2011, pp. 75-88.
- KRISTEVA, Julia. *Le Génie Féminin : La vie, La folie, les Mots*, vol. 3: Colette. Paris, Fayard, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Notre Colette*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2004.
- KUNDMAN, Maria Sabina. "Língua e Literatura Francesa". In: *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22, pp. 437-443, set.-dez. 1994.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN. *A Formação da Leitura no Brasil*, São Paulo, Ática, 1996.
- LANOE, Elise. *La Culture au Service de la Diplomatie. Les Politiques Culturelles Extérieures de la RFA et de la France au Brésil (1961-1973)*, Histoire, Université Charles de Gaulle-Lille iii, 2012.
- LAPA, José Roberto do Amaral. "A Primeira República: Dimensões Fatuais", *Revista de História*, vol. 48, n. 97, pp. 243-253, 1974.

- \_\_\_\_\_. “A História Documental da Primeira República”. In: *Revista de História*, vol. 39, n. 80, pp. 417-421, 1969.
- LEITE, Ângelo Filomeno Palhares. *História “Histórica” da Filosofia no Brasil: João Cruz Costa*, tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- LEMOS, Andrea, *Civilização Brasileira e Brasiliense: Trajetórias Editoriais, Empresários e Militância Política*, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- LEOPOLDINO, Maria Aparecida. “Políticas Culturais e Livros Didáticos de História: Rocha Pombo na Capital da República (1897-1929)”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 19, pp. 2-21, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso de Escritores: Movimento Intelectual Contra o Estado Novo (1945)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2010.
- LIRA, Larissa Alves de. *Pierre Monbeig e a Formação da Geografia Brasileira: Uma Ciência no Contexto do Capitalismo Tardio. Erosão dos Valores Literários, “Tentação à Ação” e Sistematização do Método (1925-1957)*, tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2017.
- LOMBARDO, Luciana. *A Lista Negra dos Livros Vermelhos: uma Análise Etnográfica dos Livros Apreendidos pela Polícia Política no Rio de Janeiro*, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- LOPEZ, Telê Porto Ancona (org.). *Mário de Andrade, Entrevistas e Depoimentos*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.
- LOWY, M. *O Marxismo na América Latina. Uma Antologia de 1909 aos dias Atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- LUCA, Tania Regina de & GRANJA, Lúcia. (org.). *Suporte e Mediadores: a Circulação Transatlântica dos Impressos (1789-1914)*, Campinas, SP, Editora da Unicamp/Fapesp, 2018.
- \_\_\_\_\_. “La Défaite de la France et son Impact sur le Milieu Intellectuel Brésilien”. *Brésil(s). Sciences Humaines et Sociales.*, v. 3, pp. 131-148, 2013.



- LUCA, Tania Regina de & VIDAL, Laurent Vidal (org.). *Franceses no Brasil. SÉCULOS XIX-XX*, São Paulo, Editora Unesp, 2009.
- MACHADO, Ubiratan. *A Capa do Livro Brasileiro: 1820-1950*, Cotia, Ateliê, São Paulo, Sesi-SP, 2017.
- \_\_\_\_\_. *A Etiqueta de Livros no Brasil: Subsídios para uma História das Livrarias Brasileiras*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Edusp, Oficina do Livro, 2003.
- \_\_\_\_\_. *História das Livrarias Cariocas*, São Paulo, Edusp, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Pequeno Guia histórico das Livrarias Brasileiras*, Cotia, Ateliê Editorial, 2009.
- MAIO, Marcos Chor. “O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 41, pp. 141-158, out. 1999.
- MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. “A Fundação Joaquim Nabuco e o Campo das Ciências Sociais no Brasil: A Sociologia”. In: *Ciência & Trópico*, vol. 33, n. 1, pp. 1-180, 2009.
- MANERA, Giulia. *Femmes Écrivains et Représentation du Féminin dans le “Romance de 30” au Brésil*, Thèse de Doctorat sous la Direction de Idelette Muzart e Cleuza Rios Pereira Passos, Université Paris x – Nanterre/Universidade de São Paulo, 2016.
- MARCHETTI, Fabiana. *Edgard Carone e a Ideia de Revolução no Brasil*. Cotia, Ateliê Editorial, 2023.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. "Fernand Braudel e a Primeira Geração de Historiadores Universitários da USP (1935-1956): Notas Para Estudo". In: *Revista de História* 146 (2002), 11-27.
- MARTINS, Eder. *Marxismo e a Universidade no Brasil: Um Estudo sobre o Seminário Marx (1958-1964)*, dissertação de Mestrado, Campinas Universidade de Campinas, 2008.
- MARTINS, Plínio et ROLLEMBERG, Marcello. *Edusp: um Projeto Editorial*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. "A Mercadoria". In: *O Capital*, Tomo I, vol. I, São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*, São Paulo, Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O Manifesto Comunista*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kulgelman*, São Paulo, Paz e Terra, 2010.
- \_\_\_\_\_. "Prefácio de Para Crítica da Economia Política", em José Arthur Gianotti (org.), Marx, vol. I, São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MASSI, Augusto (org.). *Rubem Braga. Retratos Parisienses (1949-1952)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2013.
- MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a Ditadura: Editoras de Oposição no Brasil, 1974-1984*, São Paulo, Publisher, 2013.
- MAUREL, Chloé. "L'Histoire de l'Humanité de l'Unesco (1945-2000)". In: *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, n° 22, pp. 161-198, jan. 2010.
- MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*, São Paulo, Edusp, 2018.
- MEDEIROS, Nuno. "Publishing Projects and the Transatlantic Book Trade between Portugal and Brazil: Circulation and Asymmetry, 1930-1960". In: *Lingua Franca*, n. 7, 2021.
- MENEZES, Raimundo de. "As Primeiras e Mais Antigas Livrarias de São Paulo". In: *Revista do Arquivo Municipal (São Paulo)*, vol. clxxxii, ano xxxiii, jul.-dez. 1970.
- MICELI, Sergio. "Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais". In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Sumaré, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1979.
- MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico*, vols. I a X (1940-1956), São Paulo, Martins/ Edusp, 1981.
- MOI, Toril. Simone de Beauvoir. *Conflits d'une Intellectuelle*, Paris, Didero Éditeur, 1995.

- MOLLIER, Jean-Yves. “Sources et Méthodes en Histoire du Livre, de l'Édition et de la Lecture”.
- \_\_\_\_\_. *Edição, Imprensa e Poder na França no Século xx*, São Paulo, Edusp/fap-Unifesp, 2015.
- \_\_\_\_\_. *O Dinheiro e as Letras: História do Capitalismo Editorial*, São Paulo: Edusp, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Histoire des Libraires et de la Librairie de l'Antiquité Jusqu'à nos Jours*, Paris, Imprimerie nationale Éditions Arts du Livre, 2021.
- MOLLIER, Jean-Yves, DUCANGE, Jean-Numa Ducange & HAGE, Julien (org.). *Le Parti Communiste Français et le Livre: Écrire et Diffuser le Politique en France au xxe Siècle, 1920-1992*, Dijon, Éditions Universitaires de Dijon, 2014.
- MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2007.
- MORAES, Rubens Borba de. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Editora Souza, 1949.
- MORAES, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*, São Paulo, Nacional, 1965.
- MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial*, São Paulo, Hucitec, 2005.
- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970.
- MORSE, Richard. “As Cidades "Periféricas" Como Nas Culturais: Rússia, Áustria, América Latina”, em *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. vol. 8. n 16. 1995. pp. 205-225.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, São Paulo, Ática, 1980.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideia de Revolução no Brasil e outras Ideias*, São Paulo, Globo, 2008.

- MOZER, Josiane, *A Arquitetura da Dominação: o Programa Editorial da Agência da Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*, Curitiba, Juruá, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro (1964-1985)*. São Paulo, Editora Atual, 1998.
- NEGRÃO, May Brooking. *Biblioteca Pública Municipal de São Paulo: Da Criação à Consolidação (1926-1951), Breve Esboço Histórico*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- NEME, Mário Neme (org.), *Plataforma da Nova Geração*, Porto Alegre, Globo, 1945.
- NICODEMO, Thiago. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*, São Paulo, Edusp, 2008.
- NICODEMO, Thiago, SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos & PEREIRA, Mateus Henrique de Faria, *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2018.
- NÓBREGA, Leonardo. *Editoras e Ciências Sociais no Brasil: a Zahar Editores e a Emergência das Ciências Sociais como Gênero Editorial (1957-1984)*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019.
- NOVAIS, Fernando. “Braudel e a ‘Missão Francesa’ [Entrevista]”. In: *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22, p. 165, set.-dez. 1994.
- NOVAIS, Fernando. “Entrevista”. In: *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 42, n. 2, p. 27, jun. 2008
- NOVAIS, Fernando. *Aproximações: Ensaios de História e Historiografia*, São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. *História Ambiental no Brasil: O Percorso Historiográfico de Warren Dean*, dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2013.

- OLIVERO, Isabelle. *L'Invention de la Collection. De la Diffusion de la Littérature et des Savoirs à la Formation du Citoyen au XIX<sup>ème</sup> Siècle*, Paris, Institut Mémoire des Éditions Contemporaines/Maison des Sciences de l'Homme, 1999.
- ONODY, Oliver. *A Inflação Brasileira (1820-1958)*, Rio de Janeiro, [s. ed.], 1960.
- PAOLILLO, Lucas. *Sérgio Milliet, Sociólogo: Entre Observações e Transições*, Araraquara, Unesp, 2019.
- PATRIOTA, Rosângela. “História, Cena, Dramaturgia: Sartre e o Teatro Brasileiro”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, 12.1.2007.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação*, São Paulo: Ática, 1990.
- PEDREIRA, Fernando. *Entre a Lagoa e o Mar, Reminiscências*, Rio de Janeiro, Bem-Te-Vi, 2017.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas & GORELIK, Adrián (org.). *Cidades Sul-Americanas como Arenas Culturais*, São Paulo, Sesc, 2019.
- PEIXOTO, Fernanda Areas. “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras”. In: MICELI, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, pp. 500-501.
- \_\_\_\_\_. *Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na USP*, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1991.
- PEREIRA, Márcio Rodrigues. *La Politique Culturelle Française au Brésil de 1945-1970: Institutions, Acteurs et Enjeux*, École Doctorale des Sciences Humaines et Sociales, Perspectives Européennes, Université de Strasbourg, 2014.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria & SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. “Odisseias do Conceito Moderno de História: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O Pensamento Histórico no Brasil nos Últimos Cinquenta Anos, de Sérgio Buarque de Holanda, Revisitados”. In: *Revista do IEB*, n. 50, pp. 27-78, set.-mar. 2010.
- PIRES, Jerusa. *Editando o Editor: Ênio Silveira*. São Paulo, Edusp, 2002.

- PIRES, Paulo Roberto. *A Marca do Z: a Vida e os Tempos do Editor Jorge Zahar*, Rio de Janeiro, Zahar, 2017.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Comunicação, Cultura de Esquerda e Contra-Hegemonia: O Jornal Hoje (1945-1952)*, São Paulo, USP, 2006.
- PONTES, Heloísa. *Intérpretes da Metrópole. História Social e Relações de Gênero no Teatro e no Campo Intelectual, 1940-1968*, São Paulo, Edusp, 2010.
- \_\_\_\_\_. "Retratos do Brasil: um Estudo dos Editores, das Editoras e das Coleções Brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50". In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Destinos mistos: o Grupo Clima no sistema cultural paulista (1940-1968)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1966.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. "Warren Dean". In: *Revista de História*, n. 133, pp. 91-93, 1995.
- QUINTA, Hugo de Carvalho. *A Trajetória de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades: O Livreiro-Editor de Religiosos, Universitários e Intelectuais na Cidade de São Paulo (1954-2006)*, tese de Doutorado, Assis, Universidade Estadual Paulista, 2021.
- RAMOS, Alexandre Pinheiro. "O Integralismo, de Héglio Trindade, Quarenta Anos Depois: Uma Crítica à sua Recepção", *Antíteses*, vol. 7, n. 14, pp. 324-347, jul.-dez. 2014.
- REFULIA, Rodrigo. *A Editora Guaíra no Mercado Editorial Brasileiro (1939-1961)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2020.
- REIMÃO, Sandra. *Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar*, Universidade de São Paulo, Tese de Livre-Docência, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Livros e Subversão: Seis Estudos*, Cotia, Ateliê Editorial, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Mercado Editorial Brasileiro: 1960-1990*, São Paulo, Comarte/Fapesp, 1996.

- RENOUVIN, Pierre. “L’Œuvre Historique de Maurice Crouzet”. In: *Revue Historique*, vol. 250, n. 1 (507), pp. 7-18, 1973.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. “As Primeiras Pesquisadoras Brasileiras em História Econômica e a Construção da Disciplina no Brasil”. In: *História Econômica & História de Empresas*, vol. ii, n. 2, pp. 7-40, 1999.
- RIESZ, János. “‘Orphee Noir’ – ‘Schwarzer Orpheus’ – ‘Black Orpheus’: Quand les Marges se Mettent en Marche vers un Centre Commun’. In: *Klincksieck: Revue de Littérature Comparée*, n. 314, pp. 161-177, fev. 2005.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*, 4. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A Produção Social do Marxismo Universitário em São Paulo: Mestres, Discípulos e “Um Seminário” (1958-1978)*, tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2011.
- ROLLAND, Denis. *La Crise du Modèle Français. Marianne et l’Amérique Latine. Culture, Politique et Identité*, Paris, L’Harmattan, 2011.
- ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*, São Paulo, Fapesp/Studio Nobel, 2003.
- SALGADO, Gilberto Barbosa. *O Imaginário em movimento: Crescimento e Expansão da Indústria Editorial no Brasil, 1960-1994*, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1995.
- SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. “O Currículo da Disciplina História no Colégio Pedro ii – República (1889-1950)”, em *Anais do xiv Encontro Regional de História*, Rio de Janeiro, 2010.
- SANTOS, Milton. “São Paulo, Metrópole Internacional do Terceiro Mundo”. In: *Revista do Departamento De Geografia*, vol. 7, pp. 7-24.
- SAPIRO, Gisèle. *La Guerre des Écrivains, 1940-1953*, Paris, Fayard, 1999.

- SARTRE, Jean-Paul. “Orphée Noir”. In: SENGHOR, Léopold Sédar Senghor, *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache de Langue Française*, Paris, Presses Universitaires de France, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Em Defesa dos Intelectuais*, São Paulo, Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Sartre no Brasil: A Conferência de Araraquara*, 3. ed.. São Paulo, Editora da Unesp, 2019.
- SCHAPOCHINIK, Nelson Schapochinik. “Celebrações Impressas: A Biblioteca do iv Centenário da Cidade de São Paulo”. In: Conferência *Midis de Brésil(s): Séminaire en Partenariat avec la Fondation Maison des Sciences de l’Homme*, 7.12.2020.
- SCHPUN, Mônica Raisal. *Justa. Aracy de Carvalho e o Resgate de Judeus: Trocando a Alemanha Nazista pelo Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política, 1964-1969”. In: SCHWARZ, Roberto. *Pai de Família e Outros Estudos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 61-92.
- SECCO, Lincoln. “Notas para a história editorial de O Capital”, *Revista Novos Rumos*, Ano 17, edição nº 37 (2002).
- \_\_\_\_\_. *A Batalha dos Livros*, Cotia, Ateliê Editorial, 2017.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*, Cotia, Ateliê Editorial, 2011.
- SERAFIM, Amanda Gonçalves. “Roberto Cardoso de Oliveira”. In: *Enciclopédia de Antropologia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, s.d.
- SILVA, Márcia Regina Barros da & DANTAS, Maria Amélia Mascarenhas. “Produção de Conhecimento e Tradições de Pesquisa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – usp (1934-1968)”. In: *Revista cpc*, n.20, p. 164, dez. 2015.
- SILVA, Armando Sérgio da (org.). *Jacó Guinsburg: Diálogos sobre Teatro*, São Paulo, Edusp, 2002.
- SILVA, Patrícia Helena Gomes da. *Um Soldado do Ofício: Análise da Trajetória Intelectual de Eurípedes Simões de Paula nos Anos 1940-1960*, Universidade Federal de São Paulo, Tese de Doutorado, 2019.



- SIMONIN, Anne. *Les Editions de Minuit, 1942-1955: Le Devoir de Insoumission*, Paris, Editions de l'Imec, 2008.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- SLADE, Ana Carolina Ramos. “*Leia Livros e Primeiro Toque: Os Periódicos Engajados da Editora Brasiliense*”. In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, setembro de 2017.
- SLAMA, Béatrice. “De la ‘Littérature Féminine’ à ‘l’Écrire-Femme’: Différence et Institution. In: *Littérature*, n. 44, pp. 51-71, 1981.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares, “Entrevista”, por Ângela de Castro Gomes e Maria Celina d’Araújo. In: *Estudos Históricos*, vol. 21, n. 42, p. 340, jul.-dez. 2008.
- SOBRAL, Carolina Bednarek, *Edições Paulinas: Religião, Política e Prática Editorial (1962-1994)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2021.
- SODRÉ, Nelson Werneck Sodré (org.), *Desenvolvimento Brasileiro e Luta pelo Desenvolvimento Cultural*, Itu, Ottoni Editora, 2010
- \_\_\_\_\_. *O que se deve Ler para Conhecer o Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- SORA, Gustavo. “A Arte da Amizade: José Olympio, o Campo de Poder e a Publicação de Livros Autenticamente Brasileiros”, *Antropolítica*, n. 30, pp. 49-71, 1. sem. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Brasilianas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*, São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2010.
- SOREL, Patricia. *Plon: Le Sens de l’Histoire (1833-1962)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2016.
- SUPPO, Hugo Rogelio. *La Politique Culturelle Française au Brésil Entre les Années 1920-1950*, Tese de Doutorado, Universidade Paris III, 1996.

- \_\_\_\_\_. “Intelectuais E Artistas nas Estratégias Francesas de "Propaganda Cultural" No Brasil (1940-1944)”. In: *Revista de História*, n. 133, 2º. Semestre de 1995, pp.75-88.
- \_\_\_\_\_. “French Intellectuals and Cultural Diplomacy in Brazil, 1934–1943”. In: *Oxford Research Encyclopedias, Latin America History*, 2019.
- TELLES, Lygia Fagundes. “Durante Aquele Estranho Chá”, *Durante Aquele Estranho Chá. Memória e Ficção*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- TESNIÈRE, Valérie. *Le Quadridge. Um Siècle d'Édition Universitaire (1868-1968)*, Paris, Presses Universitaire de France, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*, São Paulo, Ática, 1977.
- VACHERON, Simon. “Entreprises et Entrepreneurs Textiles Face à la Guerre en France, 1914-1920”. In: *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, vol. 267, n. 3, pp. 17-30, 2017,
- VENÂNCIO, Giselle Martins e SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Escrita, Edição e Leitura na América Latina*. Niterói, PPGH-UFF, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais e a Palavra Impressa*. Niteroi, Editora da UFF, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Pontes sobre o Atlântico: Ensaio sobre Relações Editoriais e Intelectuais Luso-brasileiras (1870-1930)*. Vício de Leitura, 2012.
- WASSERMAN, Claudia. *A Teoria da Dependência: Do Nacional-Desenvolvimentismo ao Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2017.
- WEGNER, Robert. “Latas de Leite em Pó e Garrafas de Uísque. Um Modernista na Universidade”. In: EUGÊNIO, João Kennedy & MONTEIRO, Pedro Meira. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*, Campinas/Rio de Janeiro, Editora da Unicamp/Eduerj,
- WEIL, Francis. “Les Migrants Français aux Amériques (xix<sup>e</sup> -xx<sup>e</sup> Siècles), Nouvel Objet d'Histoire”. In: *Annales de Démographie Historique, 2000-1. Les Français d'Amérique*, pp. 5-10.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo, Editora da Unesp, 2011.

## **ANEXO 1. Catálogo da Difusão Europeia do Livro**

<b>Data</b>	<b>Obra</b>	<b>Autor</b>	<b>Tradução</b>	<b>Tradutor</b>	<b>Coleção</b>	<b>Classificação (Catálogo 1973)</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Nacionalidade da 1ª Ed.</b>	<b>Editora Original</b>
1951	Maigret na Casa de Hóspedes	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Presses de la Cité
1951	Maigret e o Inspector Desajeitado	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Presses de la Cité
1951	Maigret no Picratts	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Presses de la Cité
1952	O Cachimbo de Maigret	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Presses de la Cité
1952	Maigret e Seu Cadáver	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Presses de la Cité
1952	Maigret e os Gangsters	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Presses de la Cité
1952	O Revolver de Malgret	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Presses de la Cité
1952	O Regresso de Dom Camilo	Giovanni Guareschi	Sim		Avulso		Não	Italiano	
1953	Maigret Engana-se	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Presses de la Cité
1953	Dom Camilo e seu Pequeno Mundo	Giovanni Guareschi	Sim		Avulso		Não	Italiano	Rizzoli
1954	Bom Dia Tristeza	Françoise Sagan	Sim	Maria Luiza de Andrade Ribeiro	Avulso	<b>Literatura</b>	Prix des Critiques	Francesa	Julliard
1954	Vôo Noturno	Saint Exupéry	Sim	Pedro Bom	Avulso	<b>Literatura</b>	Prix Femina	Francesa	Gallimard
1954	O Brasil	Pierre Monbeig	Não		Que sais-je?			Francesa	
1954	História da Sociologia	Gaston Bouthoul	Sim	Jacó Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1954	A Mitologia Grega	Pierre Grimal	Sim	Yolanda Leite	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	Amor de Outono	Colette	Sim	Pérola de Carvalho	Avulso	<b>Literatura</b>		Francesa	
1955	O Salário do Medo	Georges Arnaud	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Julliard
1955	O Fim dos Homens I - As Grandes Famílias	Maurice Druon	Sim	Alcantara silveira	Avulso	<b>Literatura</b>	Prix Goncourt	Francês	Julliard
1955	A Filosofia Francesa	André Cresson	Sim	Pérola de Carvalho	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	História da Música	Bernard Champigneulle	Sim	Pérola de Carvalho	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1955	A Estética	Denis Huisman	Sim	Jacó Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	O Petróleo	Etienne Dalemont	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	O Marxismo	Henri Lefebvre	Sim	Jacó Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	As Raças Humanas	Henri Valois	Sim	Yolanda Leite	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	As Doutrinas Econômicas	J. Lajugie	Sim	Jacó Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	Literatura Americana	Jacques Cahen	Sim	Pérola Carvalho	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	O Inconsciente	Jean C. Filloux	Sim	Norma Descarves	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	A Produtividade	Jean Fourastié	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	A Arte da Oratória	Jules Senger	Sim	Carlos Ortiz	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	A Sexualidade	Louis Gallien	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	A Psicologia da Criança	Piaget e Inhelder	Sim	Pérola de Carvalho	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	Os Grandes Mercados do Mundo	Pierre George	Sim	Dirceu Lino de Matos e Wanda da Motta Silveira	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	O Crescimento Econômico	Pierre Maillet	Sim	Otávio Mendes Cajado	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	O Romance Francês a Partir de 1900	René Lalou	Sim	Hermilo Borba Filho	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	A Literatura Inglesa	René Lalou	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	As Sociedades Secretas	Serge Hutin	Sim	-	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	A Televisão	Yvonne Castelan	Sim	Alcantara Silveira	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	O Espiritismo	Yvonne Castelann	Sim	Alcântara Silveira	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1955	HGC - Oriente e Grécia Antiga: As Civilizações Imperiais	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1955	HGC - Oriente e Grécia Antiga: O Homem e o Oriente Próximo	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1956	A Vagabunda	Colette	Sim	Juraci Dayse Marchese	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Paul Ollendorf
1956	Chéri	Colette	Sim	Maria de Lourdes Teixeira	Avulso	Literatura	Não	Francês	Editions Fayard
1956	Um Certo sorriso	Françoise Sagan	Sim	Maria de Lourdes Teixeira	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Julliard
1956	O Fracasso de Maigret	George Simenon	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Presses de la Cité
1956	Os Reis Malditos I - O Rei de Ferro	Maurice Druon	Sim	Nair Lacerda	Avulso	Literatura	Não	Francês	Del Luca
1956	Os Reis Malditos II - A Rainha Estrangulada	Maurice Druon	Sim	Alcântara silveira	Avulso	Literatura	Não	Francês	Del Luca
1956	Vitória Amarga	René Hardy	Sim	Alcântara silveira	Avulso	Literatura	Prix des Deux-Magots	Francesa	Robert Laffont
1956	Correio Sul	Saint Exupéry	Sim	Pierre Santos	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1956	A Convidada	Simone de Beauvoir	Sim	Victor Ramos	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1956	Nos Confins do Homem	Vercors	Sim	Alcantara Silveira	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Albin Michel
1956	O Silêncio do Mar	Vercors	Sim	Victor Ramos	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Editions de Minuit
1956	Almanaque Bertrand		Não		Avulso	Outros	Não	Portuguesa	Bertrand
1956	Cálculo Diferencial e Integral	André Oclachet	Sim	Guita K. Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1956	Probabilidade e Certeza	Émile Borel	Sim	Guita K. Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1956	Economia Planificada	Émile Borel	Sim	Guita K. Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1956	As Origens da Vida	Jules Charles	Sim	Borba Filho	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1956	As Instituições Religiosas	Marcel Pécaut	Sim	Roberto Duprat	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1956	A Literatura Russa	Marcelle Ehrhard	Sim	Jacó Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1956	A loga	Paul Masson-Oursel	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1956	O Teatro Francês Moderno	René Lalou	Sim	Beatriz-Sylvia Romero Porchat	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1956	O Surrealismo	Yves Duplessis	Sim	Pierre Santos	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1956	HGC - O Império Romano: O Ocidente e a Formação da Unidade Mediterrânea	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1956	HGC - O Império Romano: As Civilizações da Unidade Romana	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1956	HGC - Roma e Seu Império: As Civilizações da Unidade Romana e a Ásia Oriental	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1956	HGC - A Idade Média: Preeminência das Civilizações Orientais	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1957	As Rosas de Setembro	André Maurois	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Flammarion
1957	A Ingênua Libertina	Colette	Sim	Beatriz-Sylvia Romero Porchat	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Paul Ollendorf
1957	O Fim de Chéri	Colette	Sim	Maria de Lourdes Teixeira	Avulso	Literatura	Não	Francês	Flammarion
1957	Dom Camilo e seu Rebanho	Giovanni Guareschi	Sim		Avulso	Fora do Catálogo	Não	Italiano	Rizzoli
1957	Caminhos da Liberdade I - Idade da Razão	Jean Paul Sartre	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francês	Gallimard
1957	Os Reis Malditos III - Os Venenos da coroa	Maurice Druon	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francês	Del Luca
1957	Os Reis Malditos IV - A Lei dos Varões	Maurice Druon	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francês	Del Luca
1957	Os Segredos do Major Thompson	Pierre Daninos	Sim	Moacir Werneck de Castro	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Hachette
1957	O Diabo no Corpo	Raymond Radiguet	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Bernard Grasset
1957	As Grandes Religiões	Emmanuel Aegerter	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1957	Literatura Alemã	J.F. Angeloz	Sim	Carlos Ortiz	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1957	História das Lendas	Jean Pierre Bayard	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1957	A Magia	Jérôme-Antoine Rony	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1957	Algebra Moderna	Michel Queysanne e André Delachet	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1957	A Literatura Comparada	Maurice François Guyard	Sim	Mary Amazonas Leite de Barros	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1957	Linguagem e Pensamento	Paul Chauchard	Sim	Carlos Ortiz	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1957	A Imprensa no Mundo	Pierre Denoyer	Sim	Raul Lima	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1957	Do Espírito das Leis	Montesquieu	Sim	Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues	Clássicos Garnier	Filosofia		Francesa	Garnier Frères
1957	Pensamentos	Pascal	Sim	Sérgio Milliet	Clássicos Garnier	Filosofia		Francesa	Garnier Frères
1957	Novos Estudos de Geografia Humana	Pierre Monbeig	Não		Corpo e Alma do Brasil	Geografia		Brasileira	Difel
1957	HGC - A Idade Média: Os Tempos Difíceis	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1957	HGC - Os séculos XVI e XVII: Os Progressos da Civilização Europeia	Maurice Crouzet (org.)	Sim	J. Guinsburg e Victor Ramos	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1957	HGC - O Século XVI e XVII: A Europa e o Mundo	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1957	HGC - O Século XVIII: O Último Século do Antigo Regime	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Victor Ramos	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1958	Os Três Dumas	André Maurois	Sim	James Amado	Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Hachette
1958	(I) Claudine na Escola	Colette	Sim	Ondina Ferreira	Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francês	Paul Ollendorf
1958	Gigi	Colette	Sim	Yolanda Steidel de Toledo	Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Suíça	La Guilde du Livre



Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1958	Dentro de um mês, dentro de um ano	Françoise Sagan	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Julliard
1958	Suzana e o Pacífico	Jean Giraudoux	Sim	Nair Lacerda	Avulso	Fora do Catálogo	Não	Francês	Emile Paul Frères
1958	Caminhos da Liberdade II - Soursis	Jean Paul Sartre	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francês	Gallimard
1958	Dicionário Francês - Português Garnier	Simões da Fonseca	Não		Avulso	Estudos de Língua e dicionários	Não	Francesa	Garnier Frères
1958	Todos os Homens São Mortais	Simone de Beauvoir	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1958	A Vida Pré-Histórica	R. Lantier	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1958	As Flores do Mal	Baudelaire	Sim	Jamil Almansur Haddad	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1958	O Vermelho e o Negro	Stendhal	Sim	José Geraldo Vieira	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1958	HGC - A Idade Média: O Período da Europa Feudal, do Irã Turco e da Ásia Mongólica	Maurice Crouzet (org.)	Sim	J. Guinsburg e Victor Ramos	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1958	HGC - O Século XVIII: A Sociedade do Século XVIII Perante a Revolução	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Victor Ramos	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1958	HGC - O Século XIX: O Apogeu da Civilização Europeia	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Jacó Guinsburg	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1958	HGC - O Século XIX: Civilizações Não -Europeias	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1958	HGC - A Época Contemporânea: A Decadência da Europa e o Mundo Soviético	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Pedro Moacir	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1958	HGC - A Época Contemporânea: O Mundo Dividido	Maurice Crouzet (org.)	Sim	J. Guinsburg e Victor Ramos	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1958	HGC - A Época Contemporânea: O Desmoroamento...	Maurice Crouzet (org.)	Sim	Jacó Guinsburg	História Geral das Civilizações	História		Francesa	Puf
1958	Ciência Antiga e Medieval	René Taton (org.)	Sim	Rui Fausto	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf
1959	(II) Claudine em Paris	Colette	Sim	Ondina Ferreira	Avulso	Literatura	Não	Francês	Paul Ollendorf
1959	(III) Claudine no Lar	Colette	Sim	Augusto de Souza	Avulso	Literatura	Não	Francês	Mercure de France
1959	Discos Voadores	Edward Ruppelt	Sim		Avulso				
1959	Claudelle	Erskine Cadwell	Sim	Yolanda Leite	Avulso	Literatura	Não	Inglesa	Heinemann
1959	Gretta	Erskine Caldwell	Sim	Nair Lacerda	Avulso	Literatura	Não	Estadunidense	Brown and Company
1959	Você gosta de Brahms...?	Françoise Sagan	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Julliard
1959	Caminhos da Liberdade III - Com a Morte na Alma	Jean Paul Sartre	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francês	Gallimard
1959	O Fim dos Homens II - A Queda dos Anjos	Maurice Druon	Sim	Alcântara Silveira	Avulso	Literatura	Não	Francês	Julliard
1959	João Simões Continua	Orígenes Lessa	Não		Avulso	Literatura	Não	Brasileira	Difel
1959	A Ponte do Rio Kwai	Pierre Boulle	Sim	José Maria dos Reis Jr.	Avulso	Literatura	Prix Sainte-Beuve	Francesa	Julliard
1959	Paris 58	Rita Mariancic	Não		Avulso	Literatura	Não	Brasileira	Difel
1959	Memórias de uma Moça Bem Comportada	Simone de Beauvoir	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1959	A Opinião Pública	Alfred Sauvy	Sim	Gerson Sousa	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1959	Os Satélites Artificiais	Charles-Noel Martin	Sim	Rosaura de Escobar Ribeiro da Silva	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1959	A Memória	Charles-Noel Martin	Sim	Rosaura Escobar ribeiro da Silva	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1959	A Grafologia	Hebert Hertz	Sim	Pérola de Carvalho e Gerson Sousa	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1959	A Memória	Jean-Claude Filloux	Sim	Pérola de Carvalho e Gerson Souza	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1959	Sistemas Econômicos	Joseph Lajugie	Sim	Gerson Souza	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1959	O Universo	Paul Couderc	Sim	F.P. Camargo	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1959	Os Árabes	Vincent Monteil	Sim	Nellie Chagas	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1959	Arte Retórica e Arte Poética	Aristóteles	Sim	Antonio Pinto de Carvalho	Clássicos Garnier	Filosofia			Garnier Frères
1959	A Educação Sentimental	Flaubert	Sim	Adolfo Casais Monteiro	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1959	Romances e Contos	Voltaire	Sim	Lívio Teixeira	Clássicos Garnier	Filosofia		Francesa	Garnier Frères
1959	Brasil, Terra de Contrastes	Roger Bastide	Sim	Maria Isaura de Queiroz	Corpo e Alma do Brasil	Geografia		Francesa	Hachette
1959	Ciência Antiga e Medieval	René Taton (org.)	Sim	Rui Fausto e Gita K. Ghinzberg	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf
1959	Ciência Antiga e Medieval	René Taton (org.)	Sim	Rui Fausto e Gita K. Ghinzberg	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf
1959	Parábola das sete cruces	Mario Donato	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1959	João Simões Continua	Origenes Lessa	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1959	Os Caminhantes de Santa Luzia	Ricardo Ramos	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1959	Os Caminhantes de Santa Luzia	Ricardo Ramos	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira	Prêmio Jabuti	Brasileira	Difel
1959	Introdução ao Estudo do Comércio Internacional	Bertho Condé	Não		Biblioteca do Economista	Economia			
1959	Moeda e Crédito(Economia Bancária)	Coriolano M. Martins	Não		Biblioteca do Economista	Economia			
1960	Os Subterrâneos do Vaticano	André Gide	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	NRF
1960	A Gata	Colette	Sim	Cláudia Guimarães de Lemos	Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Editions Grasset

<b>Data</b>	<b>Obra</b>	<b>Autor</b>	<b>Tradução</b>	<b>Tradutor</b>	<b>Coleção</b>	<b>Classificação (Catálogo 1973)</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Nacionalidade da 1a Ed.</b>	<b>Editora Original</b>
1960	(IV) O Adeus de Claudine	Colette	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francês	Paul Ollendorf
1960	A Curva da Estrada	Ferreira de Castro	Não		Avulso	Literatura	Não	Portuguesa	Guilmarães
1960	O Leopardo	Giuseppe T. Lampedusa	Sim	J. Guinsburg	Avulso	Literatura	Não	Italiano	Feltrinelli
1960	Reflexões Sobre o Racismo	Jean Paul Sartre	Sim	J. Guinsburg	Avulso	Literatura	Não	Francês	Gallimard
1960	Os Reis Malditos V - A Loba da França	Maurice Druon	Sim	Nair Lacerda	Avulso	Literatura	Não	Francês	Del Luca
1960	Os Reis Malditos V - A Loba da França	Simone de Beauvoir	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1960	Pedras Preciosas	Andrée e Nicolas Metta	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1960	A Personalidade	Jean-Claude Filloux	Sim	Eunice Katunda	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1960	A Puericultura	Marcel Lelong	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1960	A Vida Sexual	Paul Chauchard	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1960	A Homeopatia	Pierre Vannier	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1960	Os Três Mosqueteiros (I e II)	Alexandre Dumas	Sim	Moacir Werneck de Castro	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1960	A Odisseia	Homero	Sim	Antonio Pinto de Carvalho	Clássicos Garnier	Literatura			Garnier Frères
1960	Mudanças Sociais no Brasil	Florestan Fernandes	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1960	Época Colonial 2	Sérgio Buarque de Holanda (org.)	Não		História Geral da Civilização Brasileira	História		Brasileira	Difel
1960	Ciência Moderna	René Taton (org.)	Sim	Gita K. Ghinzberg	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf
1960	Ciência Moderna	René Taton (org.)	Sim	Gita K. Ghinzberg	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf
1960	Ciência Moderna	René Taton (org.)	Sim	Gita K. Ghinzberg	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf
1960	Ciência Moderna	René Taton (org.)	Sim	Gita K. Ghinzberg	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1960	Mirante dos Aflitos	Dias da Costa	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1960	HGCB - Época Colonial 1	Sérgio Buarque de Holanda (org.)	Não		História Geral da Civilização Brasileira	História		Brasileira	Difel
1960	HGCB - Época Colonial 2				História Geral da Civilização Brasileira				
1961	Os Frutos da Terra	André Gide	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Mercure de France
1961	Quando o Fruto Amadurece	Antoine Medawar	Sim		Avulso	Literatura		?	?
1961	Castelo na Suécia	Françoise Sagan	Sim		Avulso	Literatura	Prix du Brigadier	Francesa	Julliard
1961	Novelas - E um estudo de Simone de Beauvoir	Marquês de Sade	Sim	Augusto de Souza	Avulso	Literatura	Não	Francês	Várias
1961	O Fim dos Homens III - Encontro no Inferno	Maurice Druon	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francês	Julliard
1961	Os Reis Malditos VI - O Lis e o Leão	Maurice Druon	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francês	Del Luca
1961	Ganhando meu Pão	Máximo Gorki	Sim	Boris Schinaiderman	Avulso	Literatura	Não	?	?
1961	Na Força da Idade (02 Volumes)	Simone de Beauvoir	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1961	A Geologia	André Cailleux	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	A Psicanálise	D. Lagache	Sim	Nelson Leon	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	O Capitalismo	François Perraux	Sim	Gerson Souza	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	A Batalha pela Energia	Henry Peyret	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	Os Técnicos e o Poder	Jacques Billy	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	A História da URSS	Jean Bruhat	Sim	Gerson Souza	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	A Armênia	Jean Pierre Alem	Sim	Arakci Kafeijam Martins Rodrigues	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1961	As Estradas	Jeanny Berthliomier	Sim	E. Jacy Monteiro.	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	História dos EUA	René Rémond	Sim	Marilda Martins Monteiro	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	A Trigonometria	Robert Campbell	Sim	Guita K. Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	Países Subdesenvolvidos	Yves Lacoste	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1961	Eugenia Grandet	Balzac	Sim	Moacir Werneck de Castro	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1961	A Cartuxa de Parma	Stendhal	Sim	José Geraldo Vieira	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1961	As Relações Perigosas	Laclos	Sim	Sérgio Milliet	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1961	Ilíada	Homero	Sim	Otávio Mendes Cajado	Clássicos Garnier	Literatura			Garnier Frères
1961	Uma Vila Brasileira: tradição e transição	Emílio Willems	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1961	A Luta pela Industrialização no Brasil (1808-1930)	Nícia Vilela Luz	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1961	HGC - Iniciação aos Estudos Históricos	Jean Glénisson	Não		História Geral das Civilizações	História		Brasileira	Difel
1961	Eletricidade	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1961	Eletricidade	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1961	Eletricidade	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1961	Era Medieval	Segismundo Spina	Não		Presença da Literatura Portuguesa	Literatura Portuguesa		Brasileira	Difel
1961	Era Clássica	Antonio Soares Amora	Não		Presença da Literatura Portuguesa	Literatura Portuguesa		Brasileira	Difel
1961	Romantismo-Realismo	Massaud Moisés	Não		Presença da Literatura Portuguesa	Literatura Portuguesa		Brasileira	Difel

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1961	Simbolismo	A. Soares Amora	Não		Presença da Literatura Portuguesa	Literatura Portuguesa		Brasileira	Difel
1961	Modernismo	Massaud Moisés	Não		Presença da Literatura Portuguesa	Literatura Portuguesa		Brasileira	Difel
1961	Use a Passagem Subterrânea	Ledo Ivo	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1961	Absalão e o Rei	Leonardo Arroyo	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1961	O Tombadilho	Renard Perez	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1961	Os Inimigos	Raimundo Souza Dantas	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1962	O Negro de Pedro, o Grande	Alexandre Puchkin	Sim	Boris Schinaiderman	Avulso	Literatura	Não	Russo	?
1962	Antropologia Social	Emílio Willems	Não	Yolanda Leite	Avulso	Filosofia e Ciências Humanas	Não	Alemão	?
1962	A Geometria Contemporânea	Andre Delachet	Sim	Guita K. Guinsburg	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	A Razão	Gilles-Gaston Granger	Sim	Lúcia Seixas Prado e Bento Prado Jr.	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	Por que trabalhamos?	Jean Fourastier	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	Os Desertos	Jean Pouquet	Sim	Leoncio Martins Rodrigues	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	Os Regimes Políticos	Maurice Duverger	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	Pan-Africanismo	Philippe Decraene	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	Os Portos Marítimos	Pierre Célérier	Sim	Isaac e Fredja Schenkman	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	Os ordenadores eletrônicos	Pierre Demarne e Max Rouquerol	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	A Petroquímica no Mundo	Raymind Guglielmo	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1962	As Vitaminas	Suzanne Gallot	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	A Pesquisa Científica	Vladimir Kourganoff	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1962	Obras Romanescas (I e II)	Diderot	Sim	Antonio Bulhões e Miécio Tati	Clássicos Garnier	Filosofia		Francesa	Garnier Frères
1962	Poemas	Verlaine	Sim	Jamil Almansur Haddad	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1962	Obras Escolhidas	Descartes	Sim	Jacó Guinsburg	Clássicos Garnier	Filosofia		Francesa	Garnier Frères
1962	Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani	Egon Schaden	Não		Corpo e Alma do Brasil	Antropologia		Brasileira	Boletim FFLCH/Edusp, 1954
1962	As Metamorfoses do Escravo: Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil	Octavio Ianni	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1962	Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul	Fernando Henrique Cardoso	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1962	Panorama do Teatro Brasileiro	Sabato Magaldi	Não		Corpo e Alma do Brasil	História do Teatro		Brasileira	Artigos em Suplemento Literário, Diário Carioca e Revista Anhembi
1962	História Geral da Arte - Da Magia à Religião	Louis Hautecoeur	Sim	Paulo Machado	História Geral da Arte	História da Arte		Francesa	Flammarion
1962	História Geral da Arte - Da Magia à Religião	Louis Hautecoeur	Sim		História Geral da Arte	História da Arte		Francesa	Flammarion
1962	Termodinâmica	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1962	Termodinâmica	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1962	Termodinâmica	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1963	Homens sem Paz	Constantino Ianni	Não		Avulso	Filosofia e Ciências Humanas	Não	Brasileira	Difel
1963	Jenny	Erskine Caldwell	Sim	Aide Lawrence	Avulso	Literatura	Não	Estadunidense	Farrar Straus Cudahy



Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1963	Nuvens que Passam	Françoise Sagan	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Julliard
1963	Alexandre Magno, Romance de um Deus	Maurice Druon	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francês	Del Luca
1963	A Religião de Platão	Victor Goldschimidt	Sim	Ieda e Osvaldo Porcaht Pereira	Avulso	Filosofia e Ciências Humanas	Não	Francesa	Puf
1963	Anais do II Congresso de Crítica Literária (1961, ASSIS)		Não		Avulso	Outros	Não	Brasileira	Difel
1963	História do Judaísmo	André Chouraqui	Sim	Marli Czaczles Chaves	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1963	As Estradas de Ferro	Pierre Devaux	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1963	Geografia Industrial do Mundo	Pierre George	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1963	Eurico, o Presbítero	Alexandre Herculano	Não	-	Clássicos Garnier	Literatura		Portuguesa	Garnier Frères
1963	D. Quixote	Miguel de Cervantes	Sim	Otávio Mendes Cajado	Clássicos Garnier	Literatura		Espanhola	Garnier Frères
1963	Grandezas e Misérias do Ensino Brasileiro	Maria José Garcia Werebe	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia da Educação		Brasileira	Difel
1963	Organização Social dos Tupinambá	Florestan Fernandes	Não		Corpo e Alma do Brasil	Antropologia		Brasileira	Instituto Progresso Editorial, 1949
1963	História Desconhecida dos Homens	Robert Charroux	Sim		Enigmas de todos os tempos	Arqueologia		Francesa	
1963	História Geral da Arte - Da Realidade à Beleza	Louis Hautecoeur	Sim	Pérola de Carvalho	História Geral da Arte	História da Arte		Francesa	Flammarion
1963	História Geral da Arte - Da Realidade à Beleza	Louis Hautecoeur	Sim		História Geral da Arte	História da Arte		Francesa	Flammarion
1963	Mecânica	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1963	Mecânica	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1964	Bodas em Tipasa	Albert Camus	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francesa:Argelina	Gallimard/Edmond Charlot
1964	A Imaginação	Jean Paul Sartre	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francês	Gallimard

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1ª Ed.	Editora Original
1964	As Palavras	Jean Paul Sartre	Sim	Jacó Guinsburg	Avulso	Literatura	Nobel	Francês	Gallimard
1964	Memórias Sentimentais de João Miramar	Oswald de Andrade	Não		Obras Completas (Sem continuidade) Avulso	Literatura	Não	Brasileira	?
1964	Sob o Signo da História (02 Volumes)	Simone de Beauvoir	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura		Francesa	Gallimard
1964	As Relações Públicas	Chaumely e Huisman	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	A Informação	Fernand Terrou	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	A Guerra	Gaston Bouthoul	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	Sociologia do Direito	Henry Lévy Bruhl	Sim	Teruka Minamissawa	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	As Radiações Nucleares	Marc Lefort	Sim	A. Sales Campos Filho	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	Processos Modernos de Construção	Maurice Barbier	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	A Ciência Política	Maurice Prélot	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	Impressionismo	Maurice Sérullaz	Sim	José Carlos Bruni	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	História da América Latina	Pierre Chaunu	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	Os Hormônios	Pierre Rey	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	A Psicologia Aplicada	René Binois	Sim	Eunice Katunda	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	História das Ideias na França	Roger Daval	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1964	O Índio e o Mundo dos Brancos : a Situação dos Tukúna do Alto Solimões.	Roberto Cardoso de Oliveira	Não		Corpo e Alma do Brasil	Antropologia		Brasileira	Revista América Latina, ano v, n.3
1964	Empresario Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil	Fernando Henrique Cardoso	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1964	Sociedade Industrial no Brasil	Juarez Rubens Brandão Lopes	Não		Corpo e Alma do Brasil	Antropologia		Brasileira	Difel

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1964	História Geral da Arte - Da Natureza à Abstração	Louis Hautecoeur	Sim		História Geral da Arte	História da Arte		Francesa	Flammarion
1964	História Geral da Arte - Da Natureza à Abstração	Louis Hautecoeur	Sim		História Geral da Arte	História da Arte		Francesa	Flammarion
1964	História Antiga	Paul Petit	Sim	Pedro Campos Moacyr	Avulso	História		Francesa	Puf
1964	Das Origens ao Romantismo	Antonio Candido e José Aderaldo Castelo	Não		Presença da Literatura Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1964	Do Romantismo ao Simbolismo	Antonio Candido e José Aderaldo Castelo	Não		Presença da Literatura Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1964	Modernismo	Antonio Candido e José Aderaldo Castelo	Não		Presença da Literatura Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel
1964	O Diabo e o Bom Deus	Jean Paul Sartre	Sim	Maria Jacinta	Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francês	Gallimard
1964	HGCB - Brasil Monárquico 1	Sérgio Buarque de Holanda (org.)	Não		História Geral da Civilização Brasileira	História		Brasileira	Difel
1965	A Vingésima Quinta Hora	C. Virgil Gheorghiu	Sim	Votorino nemésio	Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Plon
1965	O Vestido Lilás de Valentine	Françoise Sagan	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Julliard
1965	A Batalha da Inglaterra	Marcel Jullian	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francês	Presses de la Cité
1965	O Despertar dos Mágicos	Pawels e Bergier	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Gallimard
1965	A Economia Mista	Alain Chazel e Hubert Poyet	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	Conjuntura e Previsão Econômicas	Alfred Sauvy	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	As Terapeutas Modernas	André Gallili e Robert Leluc	Sim	Norberto da Silveira	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	Estatística	André Vesse	Sim	Norberto da Silveira	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	As Civilizações Pré-Colombianas	Henri Lehmann	Sim	Mary Amazonas Leite de Barros	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1965	A Empresa na Vida Econômica	Jean Romeuf	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	O Controle de Materiais	Michel Jeantet	Sim	Eduardo Corona	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	Técnica de teatro	Philippe van Tieghem	Sim	Mary Amazonas Leite de Barros	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	Geografia do Consumo	Pierre George	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	A Topografia	Pierre Merlin	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	A História do Ballet	Pierre Michaut	Sim	Maria Manuela Gouveia Antunes	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	As Cruzadas	René Grousset	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1965	Viagens na Minha Terra	Almeida Garret	Sim	-	Clássicos Garnier	Literatura		Portuguesa	Garnier Frères
1965	Teatro Escolhido	Molière	Sim	-	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1965	A República (I e II)	Platão	Sim	-	Clássicos Garnier	Filosofia			Garnier Frères
1965	Estratificação Social no Brasil: suas origens históricas e suas relações com a organização política do país	João Camilo de Oliveira Torre	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1965	São Paulo Metrópole 65	Jorge Wilhelm	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1965	Trabalho e Desenvolvimento no Brasil	Luiz Pereira	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1965	A Fantástica Ilha de Páscoa	Francis Mazière	Sim		Enigmas de todos os tempos	História		Francesa	
1965	História mundial da Arte - Da Pré História à Grécia Antiga	Everard M. Upjohn (org.)	Sim		Enciclopédia de Bolso Difel	História da Arte		Americana	Oxford University Press
1965	História mundial da Arte - Dos Etruscos ao fim da Idade Média	Everard M. Upjohn (org.)	Sim		Enciclopédia de Bolso Difel	História da Arte		Americana	Oxford University Press
1965	História mundial da Arte - O Renascimento	Everard M. Upjohn (org.)	Sim		Enciclopédia de Bolso Difel	História da Arte		Americana	Oxford University Press

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1ª Ed.	Editora Original
1965	História mundial da Arte - Do Barroco ao romantismo	Everard M. Upjohn (org.)	Sim		Enciclopédia de Bolso Difel	História da Arte		Americana	Oxford University Press
1965	História mundial da Arte - Oriente e Extremo Oriente	Everard M. Upjohn (org.)	Sim		Enciclopédia de Bolso Difel	História da Arte		Americana	Oxford University Press
1965	História mundial da Arte - Artes Primitivas e Arte Moderna	Everard M. Upjohn (org.)	Sim		Enciclopédia de Bolso Difel	História da Arte		Americana	Oxford University Press
1966	A Cor dos Homens	Fernando Correia da Silva	Não		Avulso	Literatura	Não	Brasileira	Difel
1966	A Chamada	Françoise Sagan	Sim	Sérgio Milliet	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Julliard
1966	As Troianas	Jean Paul Sartre	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francês	Gallimard
1966	Questão de Método	Jean Paul Sartre	Sim	Bento Prado	Avulso	Literatura	Não	Francês	Gallimard
1966	Origem da Dialética do Trabalho	José Arthur Gianotti	Sim		Avulso	Filosofia e Ciências Humanas	Não	Brasileira	Difel
1966	Poesias Reunidas	Oswald de Andrade	Não		Avulso	Literatura	Não	Brasileira	Difel
1966	Os Mandarins (02 volumes)	Simone de Beauvoir	Sim	Hélio de Souza	Avulso	Literatura	Prix Goncourt	Francesa	Gallimard
1966	A Análise Matemática	André Delachet	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1966	A Estética Industrial	Dennis Huisman e George Patrix	Sim	Djalma Forjaz Neto, Olga Lombard Ferraz, Otávio Mendes Cajado, Mary a. Leite de Barros. Raimundo Rodrigues Pereira, Maria Cecília Forjaz Simões	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1966	Economia Planificada	Henri Chambre	Sim	Pedro de Alcântara Figueira	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1966	As Atitudes Políticas	Jean Meynaud e Alain Lancelot	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1966	A Cibernética	Louis Couffignal	Sim	Raimundo Rodrigues Pereira	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1966	A Psicologia Econômica	Pierre Louis Reynaud	Sim	Djalma Forjaz Neto, Olga Lombard Ferraz, Otávio Mendes Cajado, Mary a. Leite de Barros. Raimundo Rodrigues Pereira, Maria Cecília Forjaz Simões	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1966	Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil	Leôncio Martins Rodrigues	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1966	Da Senzala à Colônia	Emília Viotti da Costa	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1966	O Banquete	Platão	Sim	José Cavalcante de Souza	Pequena Biblioteca Difel	Filosofia			
1966	Geografia do Subdesenvolvimento	Yves Lacoste	Não		Terras e Povos	Geografia		Francesa	Puf
1966	Panorama do mundo atual	Pierre George	Não		Terras e Povos	Geografia		Francesa	Puf
1966	Ciência Contemporânea	René Taton (org.)	Sim	Gita K. Ghinzberg	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf
1967	A Última Batalha, A Queda de Berlim	Cornellius Ryan	Sim	Augusto Pastor Fernandes	Avulso	Literatura	Não	Estadunidense	Simon & Schuster
1967	O Ladrão de Maigret	George Simenon	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Presses de la Cité
1967	Ciências Humanas e Filosofia	Lucien Goldmann	Sim		Avulso	Filosofia e Ciências Humanas		Francesa	Gonthier
1967	O Rei da Vela	Oswald de Andrade	Não		Avulso	Literatura	Não	Brasileira	?
1967	Guia Prático de Tradução Francesa	Paulo Ronai	Não		Avulso	Estudos de Língua e dicionários	Não	Brasileira	Difel

<b>Data</b>	<b>Obra</b>	<b>Autor</b>	<b>Tradução</b>	<b>Tradutor</b>	<b>Coleção</b>	<b>Classificação (Catálogo 1973)</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Nacionalidade da 1a Ed.</b>	<b>Editora Original</b>
1967	No Fim da Picada	Pierre Daninos	Sim	Antonio D'Elia	Avulso	Literatura	Não	Francesa	
1967	Os Judeus	Roger Peyrefitte	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Flammarion
1967	As Belas Imagens	Simone de Beauvoir	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1967	As Ciências Sociais na América Latina	Vários	Não		Avulso	Filosofia e Ciências Humanas	Não		
1967	Genética e Hereditariedade	Alfred Sauvy	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	Estudos de Mercado	Fernand Bouquerel	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	A Saúde Mental	François Cloutier	Sim	Djalma Forjaz Neto	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	Sociologia da Política	Gaston Bouthoul	Sim	Yolanda S. Toledo	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	A Promoção Social	Guy Thuillier	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	O Mercado Comum	Jean François Deniau	Sim	Sérgio Rodrigues	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	A Fenomenologia	Jean François Lyotard	Sim	Djalma Forjaz Neto, Olga Lombard Ferraz, Otávio Mendes Cajado, Mary a. Leite de Barros. Raimundo Rodrigues Pereira, Maria Cecília Forjaz Simões	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	Psicologia Social	Jean Maisonneuve	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	A Moeda e seus Mecanismos	Pierre Berger	Sim	Djalma Forjaz Neto, Olga Lombard Ferraz, Otávio Mendes Cajado, Mary a. Leite de Barros.	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
				Raimundo Rodrigues Pereira, Maria Cecília Forjaz Simões					
1967	Os Escritores Franceses da Atualidade	Pierre de Boisdeffre	Sim	Djalma Forjaz Neto, Olga Lombard Ferraz, Otávio Mendes Cajado, Mary a. Leite de Barros. Raimundo Rodrigues Pereira, Maria Cecília Forjaz Simões	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	A Perspectiva	René Taton e Albert Flocon	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	Livre Troca e Protecionismo	Robert Schenerb	Sim	Djalma Forjaz Neto, Olga Lombard Ferraz, Otávio Mendes Cajado, Mary a. Leite de Barros. Raimundo Rodrigues Pereira, Maria Cecília Forjaz Simões	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1967	Servidão e Grandeza. Militares	Alfred Vigny	Sim	Paulo Ronai e Aurélio Buarque	Clássicos Garnier	Literatura		Francesa	Garnier Frères
1967	O Bobo	Alexandre Herculano	Sim	-	Clássicos Garnier	Literatura		Portuguesa	Garnier Frères
1967	Crise do Brasil Arcaico	Juarez Rubens Brandão Lopes	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel



Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1967	Índios e Castanheiros	Roque de Barros Laraia e Roberto da Mata	Não		Corpo e Alma do Brasil	Antropologia		Brasileira	Difel
1967	Aulularia	Plauto	Sim	Aída Costa	Pequena Biblioteca Difel	Teatro Romano			
1967	As Nuvens	Aristófanis	Sim	Gilda Maria Reale Starzynski	Pequena Biblioteca Difel	Teatro Grego			
1967	Geografia dos Mares	François Doumenge	Sim	Otávio Mendes Cajado	Terras e Povos	Geografia		Francesa	Puf
1967	Israel, Origem de Uma Crise	Marcos Margulies	Sim		Terras e Povos				
1967	HGCB - Brasil Monárquico 3	Sérgio Buarque de Holanda (org.)	Não		História Geral da Civilização Brasileira	História		Brasileira	Difel
1967	Ciência Contemporânea	René Taton (org.)	Sim	Gita K. Ghinzberg	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf
1967	Introdução à história das Relações Internacionais	Pierre Renouvin e Jean Baptiste Drouelle	Sim	Hélio de Souza	Avulso	História		Francesa	Armind Collin
1967	HGCB - Brasil Monárquico 2	Sérgio Buarque de Holanda (org.)	Não		História Geral da Civilização Brasileira	História		Brasileira	Difel
1968	Do Português para o Francês	Albert Audubert	Não		Avulso	<b>Ensino de Língua</b>	Não	-	Difel
1968	Antimemórias	André Malraux	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Gallimard
1968	O Guardador de Meus Amores	Françoise Sagan	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Julliard
1968	Sete Estudos Sobre o Homem e a Técnica	Georges Fridmann	Sim	Antonio Eduardo Vieira de Almeida e Eduardo Oliveira de Oliveira	Avulso	<b>Filosofia e Ciências Humanas</b>	Não	Francesa	Gonthier
1968	O Ocultismo	Julien Tondriau	Sim	Maria Luiza Trigueiros	Avulso	<b>Filosofia e Ciências Humanas</b>		Belga	Marabout
1968	Introdução a Homero	Robert Aubretton	Sim		Avulso	<b>Filosofia e Ciências Humanas</b>	Não	Brasileira	USP

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1968	Mulher Desiludida	Simone de Beauvoir	Sim	Helena Silveira	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1968	A Tradução e os Falsos Cognatos		Não		Avulso	Estudos de Língua e dicionários	Não	Brasileira	Difel
1968	A Inquisição	Guy e Jean Testas	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1968	A Filosofia do Direito	Henri Batiffol	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1968	A Célula Viva	Henri Firket	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1968	O Direito do Trabalho	Maurice Despax	Sim	Yolanda S. Toledo	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1968	Geografia da América do Sul	Michel Rochefort	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1968	Maçonaria	Paul Naudon	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1968	Geografia da França	René Clozier	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1968	Emílio ou Da Educação	Rousseau	Sim	-	Clássicos Garnier	Filosofia		Francesa	Garnier Frères
1968	Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio (1765-1851)	Maria Thereza Schorer Petroni	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Boletim FFLCH/Edusp, 1964
1968	Brasil em Perspectiva	Carlos Guilherme Mota (org.)	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1968	Sindicato e Desenvolvimento no Brasil	José Albertino Rodrigues	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1968	Desenvolvimento e Crise	Paul Singer	Não		Corpo e Alma do Brasil	Economia*		Brasileira	Difel
1968	Petróleo e Nacionalismo	Gabriel Cohn	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1968	A Colonização Alemã no Espírito Santo	Jean Roche	Sim	Joel Rufino dos Santos	Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1968	Descobertas na Terra dos Maias	Pierre Ivanoff	Sim		Enigmas de todos os tempos	História		Francesa	
1968	Introdução a Homero	Robert Aubreton	Sim		Avulso	Literatura Grega		Brasileira	Edusp
1969	Um Pouco de Sol na Água Fria	Françoise Sagan	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Flammarion

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1969	Sabedoria e Ilusões da Filosofia	Jean Piaget	Sim	Zilda Abujamara Daer	Avulso	Filosofia e Ciências Humanas	Não	Francês	PUF
1969	O Sangue dos Outros	Simone de Beauvoir	Sim	Heloisa de Lima Dantas	Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1969	O Esoterismo	Luc Benoist	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1969	Psicologia Experimental	Paul Fraisse	Sim	Heloisa de Lima Dantas	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1969	Geografia Social do Mundo	Pierre George	Sim	Fernando Santos Fonseca	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1969	Geografia da População	Pierre George	Sim	Miguel Urbano Rodrigues	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1969	Os Filósofos Franceses da Atualidade	Pierre Trotignon	Sim	Nydia Navajas Ramalho	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1969	O Alcorão	Regis Blachère	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1969	Mudanças Sociais na América Latina	Fernando Henrique Cardoso	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Cuestiones de Sociologia del Deserollo de America Latina, Editorial Universitaria, Santiago, 1968; Outras revistas
1969	A Primeira República Texto e Contexto	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1969	O Livro do Misterioso Desconhecido	Robert Charroux	Sim		Enigmas de todos os tempos	Arqueologia		Francesa	
1969	Os Grandes Enigmas do Universo	Richard Hennig	Sim		Enigmas de todos os tempos	Mitologia		Francesa	
1969	Os Deuses Que Fizeram o Céu e a Terra	Jean Sendy	Sim		Enigmas de todos os tempos			Francesa	
1969	Problemas de Eletricidade	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1969	Ciência Contemporânea	René Taton (org.)	Sim	Gita K. Ghinzberg	História Geral das Ciências	História da Ciência		Francesa	Puf
1969	As Grandes Datas da Humanidade (3 vol. da Que sais-je?)	J. Delorme	Sim	Pedro de Alcantara Figueira.	Avulso	História		Francesa	Puf

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1969	História dos Fatos Econômicos Contemporâneos	M. Niveau	Sim		Avulso	Economia/ História Econômica		Francesa	Puf
1970	Obras Primas do Teatro Vicentino	Gil Vicente	Não		Avulso	Literatura	Não	-	
1970	A Velhice (02 volumes)	Simone de Beauvoir	Sim		Avulso	Literatura	Não	Francesa	Gallimard
1970	O Êxito Social	Alain Girard	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1970	Sociologia das Revoluções	André Decouflé	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1970	A Cabala	Henry Sérouya	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1970	A Linguística	Jean Perrot	Sim	Leôncio Martins Rodrigues	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1970	O Estruturalismo	Jean Piaget	Sim	Moacir Ranto de Amorim	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1970	Preços	Louis Frank	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1970	Sociedades Comerciais	Paul Didier	Sim	Nydia Navajas Ramalho	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1970	Geografia da URSS	Pierre George	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1970	Egiptologia	Serge Sauneron	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1970	Formação Histórica de São Paulo	Richard Morse	Sim	Maria Aparecida Madeira Keberg e Levi Cruz (1a Ed.); Antonio Candido e Maria Sylvia Franco Moreira (acréscimos 2a ed.)	Corpo e Alma do Brasil	História		Inglês	Fundação do IV Centenário
1970	A República Velha I (Instituições e Classes Sociais)	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1970	Górgias	Platão	Sim	Jaime Bruna	Pequena Biblioteca Difel	Filosofia			

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1970	O Vale dos Reis	Otto Neubert	Sim		Enigmas de todos os tempos	Arqueologia		Francesa	
1970	Os Arquivos do Insólito	G. Tarade	Sim		Enigmas de todos os tempos			Francesa	
1970	A América Andina	Pedro Cunill	Sim	Otávio Mendes Cajado	Terras e Povos	Geografia		Francesa	Puf
1970	O Japão	Max Derruau	Sim	Hélio de Souza e Gisele Stock de Souza	Terras e Povos	Geografia		Francesa	Puf
1970	Na Ação do Homem	Pierre George	Sim	Otávio Mendes Cajado	Terras e Povos	Geografia		Francesa	Puf
1970	A Lógica da História	Charles Morazé	Sim		Avulso	Filosofia da História		Francesa	Gallimard
1971	Amor de Perdição	Camilo Castelo Branco	Não		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Portuguesa	Livraria Moré
1971	O Aleijadinho	Fernando Jorge	Não		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Brasileira	Sociedade Impressora
1971	O Homem Eterno	Pawels e Bergier	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Gallimard
1971	A História do Protestantismo	Jean Boisset	Sim	Heloisa de Lima Dantas	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1971	Organização Científica do Trabalho	Jean Paul Palewski	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1971	Os Métodos em Psicologia	Maurice Reuchlin	Sim	Heloisa de Lima Dantas	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1971	Fórmulas Políticas no Brasil Holandês	Mário Neme	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Anais do Museu Paulista
1971	A Industrialização de São Paulo	Waren Dean	Sim	Otávio Mendes Cajado	Corpo e Alma do Brasil	História		Inglês	University of Texas Press
1971	A República Velha II (Evolução Política)	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1971	Problemas de Mecânica e Termodinâmica	Georges Bruhat (org.)	Sim		Curso de Física Geral	Física		Francesa	Masson
1971	HGCB - Brasil Monárquico 4	Sérgio Buarque de Holanda (org.)	Não		História Geral da Civilização Brasileira	História		Brasileira	Difel

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1972	Desenvolvimento da Personalidade	Flavio Fortes D'Andrea	Não		Avulso	Filosofia e Ciências Humanas	Não	Brasileira	Difel
1972	A Criação Cultural na Sociedade Moderna	Lucien Goldmann	Sim		Avulso	Filosofia e Ciências Humanas		Francesa	Denoël/Gonthier
1972	Geografia das Paisagens	Gabriel Rougerie	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1972	Os Astecas	Jacques Soustelle	Sim	Luis Carlos Roque da Silva	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1972	O Espaço Geográfico	Olivier Dolfuss	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1972	Os Métodos da Geografia	Pierre George	Sim	Heloisa de Lima Dantas	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1972	Geografia Agrícola do Mundo	Pierre George	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1972	A Semântica	Pierre Guiraud	Sim	Maria Elisa Mascarenhas	Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1972	O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio	Fernando Henrique Cardoso	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1972	O Negro no Mundo dos Brancos	Florestan Fernandes	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1972	HGCB - Brasil Monárquico 5	Sérgio Buarque de Holanda (org.)	Não		História Geral da Civilização Brasileira	História		Brasileira	Difel
1973	A Origem Animal de Deus	Flávio de Carvalho	Não		Avulso	Literatura	Não	Brasileira	Difel
1973	Hitler e as Religiões da Suástica	Jean Michel Angebert	Sim	Mathilda Serpa Cardoso	Avulso	Filosofia e Ciências Humanas	Não	Francês	Robert Laffont
1973	O Meio Ambiente	Pierre George	Sim		Que sais-je?		Não	Francesa	Puf
1973	A Segunda República	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1973	Sociedade e Política no Brasil: Desenvolvimento, Classe e Política Durante a Segunda República	Gláucio Ary Dillon Soares	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1973	Panorama da História Universal	Henri Pirenne	Sim	Octávio Mendes Cajado	Avulso	História		Francesa	Albin Michel

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1974	A República Nova (1930-1937)	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1974	Integralismo: o fascismo brasileira na década de 30	Hélgio Trindade	Sim		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1974	Centro e periferia no Desenvolvimento Brasileiro.	Jorge Balan (org.)	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1974	O Continente Brasileiro	Jean Démangeot	Não		Corpo e Alma do Brasil	Geografia		Brasileira	Difel
1974	História Medieval	Jacques Heers	Sim	Thereza Aline Pereira Queiroz	Avulso	História		Francesa	Puf
1975	Revoluções do Brasil Contemporâneo	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1975	São Paulo e o Estado Nacional	Simon Schwartzman	Não		Corpo e Alma do Brasil	Política		Brasileira	Difel
1975	O Tenentismo: Acontecimentos, Personagens e Programas	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1975	Brasil, Política 1964-1975	Fernando Pedreira	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	O Estado de SP
1975	Raízes da Concentração Industrial em São Paulo	Wilson Cano	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1975	HGCB - Brasil Republicano 1	Boris Fausto	Não		História Geral da Civilização Brasileira	História		Brasileira	Difel
1976	A Teceira República	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1976	Educação e Dependência	Manfredo Berger	Sim	Pelo autor	Corpo e Alma do Brasil	Sociologia da Educação		Alemão	Athenaum Verlag
1976	Capitalismo Autoritário e Campesinato : um Estudo Comparativo a Partir da Fronteira em Movimento	Otávio Guilherme Velho	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1976	O Estado Novo	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel

Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1977	Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)	Boris Fausto	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1977	O Pensamento Industrial no Brasil	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1977	HGCB - Brasil Republicano 2				História Geral da Civilização Brasileira				
1978	O Minotauro Imperial : a Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX	Fernando Uricoechea	Sim	Fanny Wrobel e Myriam Moraes Lins de Barros	História Geral da Civilização Brasileira	História		Brasileira	Difel
1979	Canto Geral	Pablo Neruda	Sim	Paulo Mendes Campos	Avulso	Literatura	Não	Mexicana	Talleres Graficos de la Nacion
1979	O Movimento Operário no Brasil (1945-1964)	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1979	Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil	Sérgio Miceli	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1979	O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1980	A Quarta República	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1981	Confesso que Vivi (Memórias)	Pablo Neruda	Sim	Olga Savary	Avulso	Literatura	Não	Espanhola	Memorias
1981	Para Nascer, Nasci	Pablo Neruda	Sim	Rolando Roque	Avulso	Literatura	Não	Espanhola	Editorial Seix Barral
1981	HGCB - Brasil Republicano 3				História Geral da Civilização Brasileira				
1982	O P C B v1	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1982	O P C B v2	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1982	O P C B v3	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1984	O Movimento Operário no Brasil (1964-1984)	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel



Data	Obra	Autor	Tradução	Tradutor	Coleção	Classificação (Catálogo 1973)	Prêmio	Nacionalidade da 1a Ed.	Editora Original
1984	Médicos e Curandeiros : Conflito Social e Saúde	Maria Andrea Loyola	Não		Corpo e Alma do Brasil	Antropologia		Brasileira	Actes de la Recherche en Sciences Sociales
1984	Estado e Cultura no Brasil	Sérgio Miceli	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1985	A República Liberal I	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1985	A República Liberal II	Edgard Carone	Não		Corpo e Alma do Brasil	História		Brasileira	Difel
1988	A Elite Eclesiástica Brasileira	Sérgio Miceli	Não		Corpo e Alma do Brasil	Sociologia		Brasileira	Difel
1988	Os deserdados da terra : a logica costumeira e judicial dos processos de expulsao e invasao da terra camponesa no sertao de Minas Gerais	Maria Margarida Moura	Não		Corpo e Alma do Brasil	Geografia		Brasileira	Difel
?	Paris está Ardendo?	Domenique Lapiere	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francês	Robert Laffont
?	Maigret e o Porto das Brumas	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Fayard
?	Maigrete o Louco	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Presses de la Cité
?	Maigret e o Caso Saint-Fiacre	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	Fayard
?	Maigret e Enforcado	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>	Não	Francesa	?
?	Maigret e o Inimigo Público	George Simenon	Sim		Avulso	<b>Literatura</b>			
?	História Moderna	André Corvisier	Sim	Rolando Roque	Avulso	História		Francesa	Puf
?	O Diabo Veste Preto	Antônio d'Elia	Não		Novela Brasileira	Literatura Brasileira		Brasileira	Difel

## **ANEXO 2. Entrevistas**

## **a. Entrevista com Jacó Guinsburg, São Paulo, 18/01/2017.**

**J.G.:** Tanto seu Monteil, quanto a equipe que trabalhava com ele, tinha um certo nível... Vou falar pra você... A Difel era uma editora onde, de fato, havia um diálogo muito grande com os autores. Então, é claro que os próprios autores propunham, no entanto, o Monteil e, principalmente, o grupo que estava em torno dele é que normalmente tinham as iniciativas [de publicação]. Então, todas as coisas, embora contassem com a proposta de um ou outro autor, quase sempre eram definidas pela Difel. Por exemplo, as principais publicações da editora não seguiram a sugestão de ninguém de fora. Por quê? Porque o seu Monteil era um homem muito culto, com uma formação francesa muito grande. Ele era um engenheiro francês que veio ao Brasil para dirigir uma grande fábrica, ele era um grande administrador. Contudo, seu sonho de vida era ser editor. Ele era um homem de esquerda. Sendo assim, as iniciativas vinham dele e da equipe que ele mantinha na editora. Além disso, naquela época ele conviveu com todo aquele grupo de professores franceses que vieram pra cá. Ele estava nesta roda, como também estava na roda dos intelectuais brasileiros. Então, na Livraria Francesa, que ele abriu depois que deixou de dirigir a fábrica que o trouxe ao Brasil – era uma grande tecelagem, muito grande e ele teve que sair porque organizou uma greve lá, estou te dando os traços de personalidade dele. Então, quando você diz que o Edgard Carone publicou lá, sim ele publicou, mas as publicações dele estavam dentro do projeto da editora então você tem que dar “uma parte a Deus e outra ao diabo!”.

**F.:** Foi a partir da obra do Prof. Edgard Carone que eu conheci a coleção Corpo e Alma do Brasil e, para o projeto de doutorado, na verdade, pretendo estudar a difusão do pensamento e da produção intelectual universitária, principalmente, através da Difel...

**J.G.:** Você está conversando com uma das pessoas que sugeriu a criação da coleção. O primeiro diretor foi o Fernando Henrique Cardoso. A ideia era justamente essa, a publicação de obras brasileiras não apenas para dar vazão à produção acadêmica, mas ela também tinha fins políticos no sentido de ampliar a consciência de Brasil pelo povo e pelas classes dirigentes brasileiras. Esse era o projeto e a ideia do título “Corpo e Alma do Brasil”. Naquele tempo era o Fernando Henrique e o Octavio Ianni juntos – o casal era inseparável até que se divorciou. Esse era o sentido e você vai verificar que no início todas as publicações seguiam isso. O Fernando Henrique naquela época era um acadêmico, um rapaz muito inteligente, não era de modo nenhum a figura que é hoje. Era um jovem professor, assistente do Florestan. Havia o grupo do Florestan e outro, ligado a outro professor, mas naturalmente o grupo do Florestan era mais ativista, boa parte dos seus membros estava ligado ao antigo PCB. Mas a coleção corpo e Alma do Brasil não tinha uma característica ideológica específica, ela tinha como objetivo dar conta dos problemas brasileiros – sociais, econômicos, políticos, antropológicos e culturais, de todo tipo – e leva-los para consciência e o debate nacional. E a indicação do Fernando Henrique foi porque ele era um jovem assistente, muito ativo e muito inteligente que imediatamente se destacou. De fato, acho que uma das primeiras publicações foi a tese dele.

**F.:** Eu não consegui encontrar nenhum catálogo da coleção... Eu fiz uma listagem pesquisando nos maiores acervos e banco de dados disponíveis hoje, mas não consegui chegar à lista de livros completa.

**J.G.:** Eu tenho muita coisa em casa. Eu posso te ajudar. Na biblioteca municipal não tem?

**F.:** Não encontrei, inclusive, pesquisei na biblioteca da fundação Fernando Henrique Cardoso e eles não tinham todos os volumes.

**J.G.:** Então, mas o Fernando Henrique tinha uma relação apenas nesse plano com a editora. A editora tinha outros planos. Por exemplo, o plano da História da Civilização... Das mais importantes publicações que nós fizemos, além dessa coleção. Tentamos também no campo da ficção criar A Novela Brasileira, mas não deu certo, mas publicamos Ricardo Ramos e outros.

**F.:** Mas a primeira publicação sobre o Brasil foram os volumes da História Geral da Civilização Brasileira, dirigida pelo Sérgio Buarque, não é?

**J.G.:** Essa coleção surgiu de outra... Começamos editando o Maurice Crouzet, História Geral da Civilização, eu e o Victor Ramos que organizamos a publicação. Apesar de não existir uma divisão muito clara de funções na editora, a parte de produção ficava por minha conta. Na verdade, havia sempre uma função, ao mesmo tempo em que se discutia muito sobre como editar e publicar uma obra. Então o Monteil, além desse contato com a gente, ele tinha o contato com o pessoal da Faculdade, outros intelectuais de fora e pessoas ligadas à política, pois todos estavam sempre na Livraria Francesa, que era dele. Todo mundo passava por lá. Aquele era o lugar para se comprar livros franceses, que era a língua dominada por todos eles. Eram uma dupla, pois quem se ocupava mais da livraria era a mulher dele, Madame Juliette. Depois a filha, Claudie, passou a cuidar. Ele teve dois filhos, o mais velho se chamava Paul [Georges], mas eles tiveram alguma briga e não se falavam. Atualmente, acredito que a livraria está sob o cuidado da neta dele, não a conheço, mas se você procurar por Livraria Francesa vai descobri-la. Ela pode ter materiais para te ajudar.

**F.:** Jacó, você já falou um pouco sobre a sua participação na editora, mas eu gostaria de voltar um pouco na sua trajetória e perguntar como você conheceu o Paul Monteil até chegar a trabalharna difusão europeia do Livro?

**J.G.:** Eu conheci o Monteil em rodas de intelectuais. Eu era jovem, em 1940 eu tinha 19 anos... Eu frequentava livrarias e era meio metido em ficar ouvindo “de orelha” as conversas dos intelectuais. Havia em São Paulo, junto à Catedral da Sé, uma livraria chamada Elo, localizada exatamente na Rua Regente Feijó. Os donos eram os irmãos Del Picchia, primos do Menotti, um se chamava Arlindo, se não me engano. Lá, reunia-se, toda a tarde por volta das três quatro horas, gente como Rossini Tavares de Lima, Germinal Feijó, Oswald de Andrade... Esse pessoal todos passava por lá, “batia o ponto”,

conversavam... E como eu era metido, passava por lá também. Em uma dessas idas à livraria, conheci o Monteil – que era aquele engenheiro francês, nascido em Lyon. E ele tinha uma característica, pra você ter uma ideia... Naquela época não tinha gasolina, mas ele era o único que tinha um gasogênio! Naquele bate-papo ali, todo mundo se igualava. O diálogo tem a grande vantagem de passar por cima das diferenças. De modo que, eu conheci o Monteil e nós tínhamos um papo amigo, uma boa relação. Então, muitos anos depois que eu fiz minha primeira editora, chamada Rampa, eu estava trabalhando numa revista, um dia eu encontrei o Monteil e ele já tinha fundado a Livraria Francesa. Eu sempre gostei de livrarias, as frequentava muito, coisa que hoje não posso mais fazer... Mas naquela época sempre estava em livrarias, quer pelo interesse nos livros, ou apenas pelo ambiente que se formava nessas livrarias, como a Brasiliense, a Elo. Ela [ a Elo] teve um papel muito importante na formação daquilo que se chamou em São Paulo esquerda democrática, que era uma dissidência, daqueles não eram comunistas... Eram em geral socialistas, trotskistas e que formavam uma espécie de esquerda da UDN. Nessa esquerda você podia localizar desde um Paulo Emílio, um Décio Almeida Prado - era esse o espectro deles – um Antônio Cândido, eles vieram depois são uma geração anterior. E quando houve em 1943 uma manifestação dos estudantes de direito de São Paulo, em que inclusive morreu um estudante, foi reprimida à bala, ela na verdade foi articulada por estudantes e quem estudava lá por exemplo era Lygia Fagundes Telles e na época a livraria toda tinha uma vertente mais liberal de esquerda, até socialistas, comunistas e trotskistas, todos se reuniam lá. Mas na época a tradição do integralismo e da direita fascista brasileira era muito forte, de modo que parte desse grupo mais tarde veio se incorporar à esquerda. Eles passaram de um nacionalismo de direita a um nacionalismo de esquerda. Então, esse era o meio, eu conheci. Agora, mais tarde, quando ele me encontrou já tinha fundado a Livraria Francesa. Eu passava ali muitas vezes e não tinha dinheiro para comprar livros franceses, mas “namorava”, e como eu o conhecia, conseguia trocar e etc. Quem frequentava a Livraria Francesa, naquela época, era a nata da intelectualidade paulista, acadêmica e literária, e também a nata, digamos, “oficial”, de gente que gostava realmente de ler, como Cândido Mota Filho, pessoas com posições oficiais, mas que eram ligadas à cultura. Esses eram os frequentadores. E então ele me convidou e eu concordei. Ele já tinha fundado a Difel, porque primeiro ele teve a Livraria Francesa, mas depois eles se ligaram com a [editora] Bertrand, de Portugal. E a Bertrand naquela época editou *Dom Camillo* do [Giovannino] Guareschi e foi um grande sucesso. O Monteil importava isso para venda aqui, não só pela Livraria Francesa, mas também por um esquema de venda e distribuição, ele era distribuidor da Bertrand no Brasil. Por que ele era distribuidor? A Bertrand, na verdade, não era mais Portuguesa, pertencia a um banco francês e o superintendente da Bertrand era um francês chamado senhor Lucas. Então eles se entenderam e surgiu a ideia de formar uma editora aqui, que o Monteil montou juntamente com a Bertrand e com a [editora] Didier de Paris, que tinha uma parte pequena. Esse foi o início da *Difusão Europeia do Livro*. Veja bem o nome “Difusão Europeia do Livro”. Eles pretendiam difundir o livro europeu, inicialmente o projeto era esse. Não era sequer de editar, mas a medida que eles começaram a editar – e esse *Dom Camillo* teve um sucesso enorme – começaram a estruturar uma editora, e na medida que começaram a estruturar uma editora passaram a comprar ou acertar – o Monteil tinha grandes ligações na França, ele ia constantemente pra lá, por ser francês ele conhecia bastante, então tinha certas facilidades e dificuldades que um editor francês pode ter. Daí é que surgiu a “Difusão”. Entre as propostas que a “Difusão” teve desde o início, uma dela foi mais ou menos, digamos, no primeiro ou no segundo ano de existência, foi editar em português [o livro] a *História Geral das Civilizações* de Maurice Crouzet, que era uma obra da Presses Universitaires de France, que era, ou ainda é, a maior editora

universitária francesa. Que tinha isso e uma coleção chamada *Que sais-je?*, “Quem sabe?” [tradução literal].

**F:** Que foi traduzida pela Difel também.

**J.G.:** “Saber Atual” [tradução Difel]. Então eu comecei lá trabalhando e havia um rapaz de Minas [Gerais] que trabalhava lá chamado Pierre Santos, mas nesse meio tempo o Victor Ramos, que era um intelectual português de esquerda, casou com a filha do Samuel Pessoa, que era um professor de Medicina especialista em doenças tropicais e um homem ligado ao Partido Comunista. E o Victor Ramos casou com a filha do Samuel Pessoa e veio pra cá. Ele era um grande conhecedor de literatura francesa e procurou emprego com o Monteil e ele deu o emprego. Então eu já estava lá quando ele entrou e não tinham posições oficiais; nós fazíamos revisão, nós discutíamos com Monteil as edições, tanto ele quanto eu, mas quem formalmente chefiava o grupo era eu, porque eu tinha uma função mais executiva que o Victor. Mas ele trabalhou o tempo todo na “Difusão” e depois foi um dos diretores da coleção Clássicos Garnier e depois que se tornou professor, porque ele queria ser professor universitário, esse era o objetivo dele, e acabou sendo em Assis. Agora, o Victor era um homem que tinha grande conhecimento de Francês [língua] e tinha estado na França com bolsa e então esse tempo todo nós trabalhamos, nos tornamos amigos. Depois disso foi ampliando e aí trabalhou conosco o Bento Prado, o Leôncio Martins Rodrigues, enfim, uma turma muito boa, alguns dos quais depois se tornaram nomes conhecidos, como Bento Prado, a mulher do Bento, a mulher do Leôncio, Aracy, o “Pedreira”, e por aí afora. Era todo mundo que estava se movimentando nesse momento, eram jovens, a maioria entre 20 e 25 anos, no máximo 30 anos, eu era um dos mais velhos, mas era um pessoal interessado em filosofia, em história, em política. Então, nós editamos nesse período inicial a “História [Geral] da Civilização”, que foi toda editada por mim e pelo Victor. Houve mais um revisor, e inclusive nós traduzimos, por exemplo, “*O Século XIX*” foi tradução minha. Tem mais dois ou três e há um volume que eu acho que é “*O Século XVIII*” que é tradução do Victor. Quem trabalhava mais na revisão era o Victor, mas na produção era eu, contato com as gráficas inclusive era comigo. O segundo item importante, além de outros livros de outros tipos, foi a coleção *Que sais-je?*, que quando eu saí da “Difusão”, isso foi em 1965, se não me engano, tinha trezentos e tantos títulos publicados, inclusive vários de tradução minha.

**F.:** São livrinhos de bolso.

**J.G.:** Isso. Era o primeiro formato em livro de bolso. Era o *Que sais-je?* em francês, que na França tinha mais de dois mil títulos publicados. Além disso, uma terceira, isso já na nova sede, primeiro era na [rua] Marquês de Itu, logo no início da Marquês de Itu era o depósito da “Difusão” e lá funcionava a revisão e a editora. Depois nós nos mudamos para um escritório muito bacana ali perto, esqueci o nome da rua. E aí houve várias outras iniciativas, uma delas foi que dessa coleção nasceu a “*História da Civilização Brasileira*”. Por que nasceu? Por duas razões: o Sérgio Buarque de Holanda era cliente do Monteil, comprava muitos livros, mas dificilmente pagava, então imaginou-se uma história da civilização (risos) – estou te contando uma anedota, mas se não é *vero* passa por aí. Inventou-se essa história sobre a direção dele. Até foi uma sugestão que eu debati com o Monteil, mas era natural. Ela nasceu assim. Monteil propôs e ele topou. E ele não

sabia o preço que ele ia pagar porque depois dos primeiros volumes o coitado teve que refazer sozinho todinho. O *Brasil Imperial* ele praticamente reescreveu. Mas foi esse o início. Quando ele faleceu, o Boris Fausto assumiu a direção e terminou. A parte da República foi terminada pelo Boris Fausto. Então, o primeiro diretor foi o Sérgio Buarque, até o Brasil Imperial. Editamos uma História da Ciência.

**F.:** Uma coleção também?

**J.G.:** Uma coletânea que não existe até hoje, do René Taton, não existe em português uma história do mesmo calibre. Editamos uma História da Arte.

**F.:** Essa eu já vi.

**J.G.:** E ainda o Monteil, com a Garnier, inventou os Clássicos Garnier. O Garnier tinha uma ligação com o Brasil histórica, porque na época imperial, teve a Livraria Garnier no Brasil. E aí não sei qual foi a conversa, eu sei que resolveram editar a coleção – eles têm na França uma coleção de clássicos que deve ter centenas ou milhares de títulos – então, nós começamos a editar esses clássicos entregando traduções a pessoas gabaritadas que fizessem esse trabalho. Editou-se Montesquieu, uma série de clássicos franceses. E depois essa coleção foi colocada sobre a direção do Victor Ramos, que era o campo dele mesmo. Ele era professor de língua e literatura francesa. Nessa época, um pouco depois, o Victor saiu, se tornou professor em Assis. Agora, além disso nós editamos um dos principais romances franceses, no pós-segunda Guerra e alguns dos grandes romancistas franceses, [André] Gide e por aí afora. Do pós-Guerra você tem o Sartre todo, a Simone de Beauvoir e mais. Era uma linha. O Monteil era um homem muito ligado com a linha francesa, tanto é que nós fizemos muita força, o pessoal que queria editar Thomas Mann, Nietzsche, ele fazia muito diplomaticamente, mas não conseguíamos. Além disso, nós ainda estabelecemos na Difel a *Corpo e Alma do Brasil*, que se destinava a isso que você está estudando, e *A Novela Brasileira*, que era uma coleção destinada a dar vazão a um tipo de novela, de conto, não é romance propriamente dito, onde entre outros, nós editamos o Ricardo Ramos, [livro] *Os Caminhantes de Santa Luzia*. Isso é mais ou menos um panorama geral do que fazíamos lá. Como disse para você, esse período, naturalmente, compreende mais ou menos a dez ou doze anos, passou por lá muita gente. Normalmente o pessoal que estava em último ano de faculdade, ou já estava se preparando ou para lecionar ou para ir viajar, procuravam emprego, um tipo de “bico” lá e era o pessoal que trabalhava com a gente. Naquele tempo os cursos de pós-graduação não tinham a frequência que hoje. Muitos deles, terminada a graduação, iam fazer doutorado ou pós-doutorado na França, foi o caso de Bento, de todos eles. Mesmo porque o sistema não estava muito bem colocado e só veio depois da reforma.

**F.:** Nos anos 1970, né.

**J.G.:** Então é isso. O resto agora cabe a você. O que eu poderia te dar está aí. Está aí o panorama geral.

(outras perguntas)

**F.:** Quando o senhor falou da fundação da Difel, foi em 1951, e o principal historiador do livro, que é o Hallewell, o senhor já deve conhecer o livro dele, *O Livro no Brasil*, ele coloca a Difel como uma das primeiras editoras multinacionais que entram no Brasil justamente nos anos 1950, nesse contexto do desenvolvimentismo. Como o senhor vê isso? Ele fala, inclusive, que é capital suíço e português que funda a Difel.

**J.G.:** Não tem nada de suíço, é capital francês e capital brasileiro. O Monteil viveu, desde que veio para o Brasil não saiu do Brasil. Ele era francês, claro. Ele não foi educado no Brasil. As ligações dele eram todas francesas, mas isso não quer dizer que a editora não era brasileira. As principais figuras intelectuais que foram editadas, que foram publicadas, e que constituía o universo onde ela girava, eram brasileiras. Claro que havia franceses. Esses professores franceses todos eram amigos dele, eram da geração dele, tinham outros que não eram, mas todos esses professores rodavam em torno dele. Sem dúvida nenhuma era a principal livraria de livros estrangeiros porque ele tinha as ligações diretas na França. Ele não comprava no balcão e acertava com o encarregado de vendas, era com os próprios responsáveis por isso que ele acertava todos esses negócios, então havia capital francês, sem dúvida nenhuma, se você considerar que a Bertrand era de propriedade... a Bertrand era uma editora tradicional portuguesa, era durante a guerra passou para o controle de um banco francês. Essa afirmativa dele é muito fácil. De quem não esteve perto das coisas.

**F.:** Porque, como o senhor falou, parecia algo muito mais simples e da própria iniciativa do Monteil, do interesse dele em se tornar um editor, na verdade.

**J.G.:** No Brasil! Ele não foi ser editor na França. O interesse dele era todo voltado para o Brasil. Ele era um patriota francês? Era, sem dúvida nenhuma, porém falava o português com os “erres” carregados franceses, mas era português.

**F.:** Inclusive o perfil político dele, acho que...

**J.G.:** Sim, era um homem de muita leitura. Era um homem que não só fazia livros como lia livros. Era um editor intelectual, se você quiser.

**F.:** Não era só um homem de negócios.

**J.G.:** Não! Uma das coisas que ele se vangloriava era de ter tido um curso de artes plásticas com André Lott. Então você vê: um homem que se vangloria e sente orgulho por isso, você pode medir a grandeza, pelo menos intelectual, dele. Como todo francês, ele naturalmente tinha “o coração do lado esquerdo e o bolso do lado direito”, mas isso é outro problema.

**F.:** Ele foi do PCF, ou algo assim?

**J.G.:** Foi. Não sei se foi simpatizante ou militante. Eu acho que foi militante. Aqui ele teve, quando foi direto.



**F.:** PC mesmo?

**J.G.:** PCB. Esteve, não só como... Não posso te dizer se ele militou, mas creio que militou também, mas era um homem engajado. Seja como for, era engajado. Ter a carteirinha ou não ter não tinha importância naquela época, aliás a maioria das pessoas que eram não tinham, até por razões policiais.

**F.:** E o senhor falou que inicialmente era difundir a literatura, a ciência francesa no Brasil, acredito que por importações ou traduções, e aí até chegar na produção brasileira...

**J.G.:** Mas veja uma coisa importante: toda intelectualidade brasileira da época, principalmente a Faculdade de Filosofia, que era o núcleo fundamental, tal qual nós nos dirigíamos, era todo de base francesa. Tirando a ciência, física e a matemática, onde você vai encontrar impactos dos refugiados alemães, judeus alemães, que vieram para cá e que tiveram impacto na física e na matemática e refugiados anti-fascistas italianos na matemática, tirando esses dois grupos, as humanas estavam sob a égide francesa mesmo sem a presença de franceses, porque era então o domínio, a atração americana apenas começava. Os Estados Unidos eram um foco relativo e interessava mais os Estados Unidos o cinema, a música, principalmente a música popular, mas a parte intelectual mesmo não tinha grande efeito sobre o Brasil. Teve efeito indireto, por exemplo, com intelectuais que estudaram lá. Foi o caso de Gilberto Freyre. Mas se você pegar Paulo Emílio, qual era a fonte principal dele? França; Décio de Almeida Prado, idem; Antônio Cândido, idem, e se você pegar, por exemplo, quem não tinha uma formação muito somente francesa era na história. Quem traduziu a maior parte da *História Da Civilização* do Crouzet, foi o Moacir Campos, era um professor de história, formação alemã. Grande conhecedor de literatura alemã, principalmente a literatura romântica. Uma pessoa extraordinária também com quem eu trabalhei o tempo todo porque ele foi um dos principais tradutores dessa história. Como depois na história da ciência, tradutores tem Goldenberg e por aí fora. Você vai encontrar gente que depois participa da história brasileira. Então é isso. Quer dizer, a afirmativa do que está nesse negócio é uma formalização muito por alto.

**F.:** Inclusive porque ele dedica pouco passo à Difel, mas ele menciona a importância da *Corpo e Alma do Brasil*, ele fala sobretudo dessa coleção.

**J.G.:** As três grandes editoras do período foram Difel, Civilização Brasileira, depois que passou para a mão do Ênio, e Zahar, na versão inicial, por quê? A Zahar era uma livraria, Rio e São Paulo, era “Irmãos Zahar”. Eles importavam livros didáticos, ou livros para didáticos universitários. Na verdade foi um dos principais canais para a tradução e introdução da literatura acadêmica especializada em economia, sociologia, antropologia. A Civilização Brasileira estava interessada em outra coisa. Estava interessada na criação ficcional, na criação ensaística, e ela da produção dos anos 1960, 1970 foi a principal editora. A Difel tinha, digamos, uma visão, se você quiser, mais universalista, mais humanista também. É a mais humanista, a meu ver, de todas. Porque ela compreendia

todos os aspectos. Tinha um desvio gaulês, mas todos nós temos desvios. Seria muito ruim se não tivesse esse desvio. Não foi feita justiça ao Monteil até hoje. Do papel que ele teve na renovação da bibliografia brasileira. Nem ele nem o Zahar. O Ênio teve realmente uma apreciação adequada.

**F.:** E como o senhor vê nesse período, nos 1960, 1970, a questão do mercado editorial no Brasil? Os incentivos governamentais, se isso era na Difel algo que tinha um impacto.

**J.G.:** Muito pequeno. Os incentivos governamentais estavam limitados ao que se chamava livro didático mesmo. Que eram em grande parte monopólio da Editora Nacional

**F.:** E depois a Abril, né?

**J.G.:** A Abril veio depois, mas isso depois que o Octales. Ele foi o sucessor de Monteiro Lobato na Editora Nacional. Aliás, quem fez a grande editora depois dele foi o Octales, que era um negociante, um homem de visão comercial e também um editor de grande categoria, basta ver a Brasiliana. Nenhum editor precisa de mais lauréis como a Brasiliana. Você tem três editoras no período anterior: José Olímpio, Editora Nacional e Globo. No período seguinte, você pode marcar o período seguinte por outras três editoras: Difel, Civilização Brasileira e Irmãos Zahar.

**F.:** E eu queria perguntar também sobre a questão do público. Então, a Difel estava voltada para esse público universitário, mas no Brasil, um país que ficou tanto tempo sem universidade e com uma massa de analfabetos, enfim, como a Difel pensava em atingir um público leitor e como os livros deveriam servir a esse público no Brasil?

**J.G.:** Em primeiro lugar, naquele tempo, quando a gente editava um livro e mandava um livro de algum aspecto específico para o Sérgio Milliet, ele escrevia. Então, o público, digamos, o leitorado de elite continuava sendo o mesmo, que alcançava os três mil exemplares das primeiras edições, na ordem três mil no período de algum tempo, pode contar em anos, mas começava-se apenas a desenvolver uma ação no sentido de ampliar esse público. Um dos meios que se encontrou para a ampliação foi que se começou a vender livro em coleção, principalmente coleções de livros à prestação. Foi um dos meios. Mas as editoras não estavam voltadas para isso, porque não existia verba para isso, ninguém estava protegendo o livro com coisa nenhuma, que eu me lembre. A Difel não vendia para o Estado, vendia para o público direto. Ela procurava alcançar o público nacional. De que maneira? Com distribuidores. Em cada estado, o que era vigente naquele tempo era assim. Você arrumava um distribuidor em Belo Horizonte, ele se comprometia a comprar dez exemplares em cada edição inicial. Ou vinte, ou trinta, ou cinquenta. Ele comprava. Depois ia pedindo à medida que o livro fosse adquirido. Depois eles passaram a não aguentar com esse fixo, então abandonaram. A venda à prestação veio lateralmente, não teve relação direta com isso, teve relação com o desenvolvimento das coleções. Isso foi tudo “picaretagem”. Viram que coleções davam pra vender, que não se lia necessariamente na casa de um burguês enriquecido que tinha mudado de vida, mas ele gostaria de ter uma coleção de livros. Um dicionário, um livro de história da arte e isso

se fazia e se vendia em coleção. Mas não foi o fator fundamental. Fundamental mesmo foi a ampliação, digamos, muito pequena, mas houve uma ampliação do público letrado e isso foi correndo com os anos, até hoje nós temos isso. O nosso problema antigo da educação não era má. Você saía de um grupo escolar, por exemplo sabendo português, matemática, até equações de primeiro grau, conhecia geografia brasileira muito bem, geografia mundial, isso tudo no grupo escolar. Depois é que deteriorou. O grupo escolar era um grupo público. Não era numeroso, mas existia. Agora, São Paulo tinha um ginásio do estado. Então você pode imaginar. São Paulo tinha um público de pessoas oriundas do exterior que tinham se aclimatado no Brasil e que era um público com uma formação de outro tipo, e que era um público leitor. Tudo isso misturou e assim como deu na semana de arte moderna, deu no desenvolvimento do público leitor, mas não foi fácil. E os encargos eram brutais. Digamos, havia um trabalho duro e claro que havia grandes livros que eram vendidos no país inteiro, mas se você olhar as edições dos hoje chamados clássicos modernos, você vai ver que as edições iniciais eram muitas vezes de quinhentos, trezentos exemplares.

**F.:** E hoje em dia não aumentou muito.

**J.G.:** Nós tivemos uma regressão. Mas não é que aumentou. Naquela época você não tinha concorrência, a única mais razoável era da rádio, mas você não tinha a concorrência da internet, nem de todos esses meios de acesso à leitura que a internet propicia. Está em um outro mundo.

**F.:** A gente pode ver que as edições da Difel sobre o Brasil, principalmente, tinham um caráter didático, talvez, para o público universitário, mas se expandindo um pouco para o secundário, o ginásial.

**J.G.:** Tinha um fundo didático, mas não era uma orientação. A orientação era a qualidade do livro. Que eu me lembre, embora o Monteil conversasse com professores sobre esse ou aquele livro, não me consta que a possibilidade de ser lida pelo aluno da faculdade de direito fosse cogitada, pelo menos nunca me lembro de ter discutido com ele isso. Portanto, se eu trabalhava com ele diariamente em contato, trocando o miúdo do trabalho, quer dizer, não eram os grandes nomes, os grandes temas, o nosso negócio era “custa tanto, é isso, vamos economizar aqui, vamos fazer assim”. É como acontece. Existe a vitrine do alfaiate e existe o dedal do alfaiate também. Nós trabalhávamos no dedal. Então, eu não me lembro desse aspecto. Eu me lembro de dizer “esse livro é bom, esse livro teve uma grande procura”. Me lembro quando editamos o romance do (inaudível), com um aspecto sexual da primeira pós guerra, mas é um grande romance, de um jovem, de grande qualidade. Foi pela qualidade. O que você pode dizer que o lado sexual as vezes tinha alguma importância, mas tem aquela importância por aquele lado que as pessoas quando falam dela dão um sorriso, é por aí. Não tinha a franqueza nem a pouca importância que tem hoje. Era sempre uma literatura de alcova e não de quarto. Só pra distinguir.

**F.:** Então nas coleções, principalmente a *Corpo e Alma do Brasil*, que muitas vezes, pelo menos quando eu pesquisei um pouco sobre a coleção, a gente pode colocar em paralelo

a *Brasiliiana* e a *Documentos Brasileiros*, mas me parece que a *Corpo e Alma do Brasil*, tinha uma perspectiva mais política de entender o Brasil, principalmente das gerações mais novas.

**J.G.:** Não tinha uma visão puramente historicista. Porque a *Brasiliiana* foi feita com uma certa ponte com os “quatrocentões” brasileiros paulistas. Era o passado glorioso dos Bandeirantes, era recuperar todo esse universo, que era o universo do Brasil. Foi parte do processo de constituição de uma consciência cultural ampliada do que é o Brasil, uma das maiores e melhores coleções que se fez, só se compara a ela o que a José Olímpio fez. A *Corpo e Alma do Brasil*, e estou te dizendo isso porque fui eu quem deu o nome para a coleção e isso saiu do Sérgio Buarque de Holanda. Quem inspirou foi o Sérgio Buarque. A tentativa de caracterização, digamos, antropológica foi isso. Mas ela tinha uma visão não só política, ela incluía a política, porque naquela época poucos teriam coragem de editar o Carone. E havia um temor de uma perseguição, e existia, a polícia não tava para brincadeira, não. E principalmente sendo estrangeiros, porque embora radicado no Brasil, Monteil era francês. Havia um certo cuidado com essas coisas, mas ao mesmo tempo havia uma consciência dele como um homem com reputo bastante ilustrado, bastante amplo. O que se pode cobrar dele? Agora, quando alguém chega a uma situação mais representativa todo mundo começa a querer cobrar tudo dele, e não é verdade, todos são seres humanos que têm seus lados fracos, seus fracassos, mas é preciso também enaltecer as qualidades e eu acho que o balanço que foi feito, por exemplo, a José Olímpio teve um grande balanço positivo, e merecia aquilo, o Ênio idem, a *Civilização*, mas os outros não tiveram. Isso no que diz respeito ao aspecto político. Não foi só político. Eu colocaria a política como um dos dados do processo de consciência, do processo de estudo dos elementos das realidades brasileiras, dos seus componentes, dos seus problemas. E que importa não só o lado político.

**F.:** É a questão da consciência nacional, podemos dizer assim.

**J.G.:** Da consciência nacional, exatamente. Da consciência nacional em termos objetivos e não subjetivos.

**F.:** De ter um panorama sobre a história, geografia...

**J.G.:** Do debate sobre o que é essa realidade. Sobre seus problemas, naturalmente sobre soluções, propostas, tem todo tipo de resposta utópica e realista. O ensaísta propõe, e esse era o sentido e daí a ideia: “*Corpo e Alma do Brasil*”. Corpo e alma não era apenas o processo político que existia então.

**F.:** Nos anos sessenta, que depois o senhor vai fundar a *Perspectiva*, a questão da censura interferia muito nesses projetos editoriais?

**J.G.:** Claro, na época da ditadura sem dúvida nenhuma. Tínhamos que tomar muito cuidado porque, você sabe melhor do que eu até porque estudou a matéria, a censura não

foi brincadeira, não. A censura implicava não só na retenção e no prejuízo econômico e editorial, como implicava em prisão, eventualmente em tortura, em morte, etc. Tudo isso está ligado. A ditadura no Brasil, na medida em que ela foi se aprofundando foi ficando séria. Claro que todo mundo tem medo. Quem disse que não tem medo diante de uma situação dessa está mentindo. Ele pode se armar, pode superpor uma consciência de algo em cima disso, mas a primeira resposta é animal, tem medo.

**F.:** O senhor mencionou as três editoras mais importantes desse período: Difel, Civilização, na sua avaliação, e o papel da Brasiliense? Porque a Difel é o centro do que eu quero pesquisar mesmo, mas eu também pensei na Civilização Brasileira e na Brasiliense.

**J.G.:** A Brasiliense teve um papel importante interregno entre as duas. No período que vai dos anos 1950 até os anos 1960, ou dos anos 1940, quando a Brasiliense foi fundada, ela foi fundada com fins políticos, foi o Caio Prado, o Monteiro Lobato, a Leandro Dupré e a turma do partido. A primeira sede da Brasiliense era na esquina da Itapetininga com a Dom José de Barros, era ali que tinha uma casa que se não me engano era do Caio e foi lá que se iniciou a Brasiliense. Quem foi trabalhar na Brasiliense e tocou a editora foi o Neves, Artur Neves que tinha trabalhado na Civilização Brasileira, foi gerente da Civilização na XV de Novembro. A Civilização foi uma rede de livrarias que a Nacional fundou no Brasil. Tinha em São Paulo, Rio [de Janeiro], Belo Horizonte, Salvador e, se eu não me engano, em Recife, não tenho certeza. Quando o Ênio se casou com a filha do Octalles e depois de algum tempo, ele trabalhava na Nacional, parece que resolveu se separar, então o Octalles deu para ele a Civilização. Então, a Civilização no Rio [de Janeiro] era uma livraria onde funcionava a editora. E o Octalles editava coisas pela Civilização. Quando ele não queria editar pela Nacional, ele editava pela Civilização, que era rede de livraria e editora também. Subsequentemente, o plano principal dela era a livraria, quando o Ênio entrou com Artur Neves inverteu, o plano principal foi da editora, o da livraria foi secundário, mas no Rio de Janeiro funcionava na rua do Ouvidor na livraria Civilização Brasileira. Então, foi isso, no interregno entre esse desenvolvimento das três, a Brasiliense surgiu como uma editora, principalmente, de obras de ficção, porque eram as obras do Lobato, eram as obras da Dupré e obras de outros autores. Eles publicavam na área do romance. E também publicavam ensaios, mas eles começaram, isso já vinha de uma outra tradição que tinha sido formada pela Jackson, que era a venda de obras completas, venda em coleção, foi daí que começou a história da venda em coleção. A Jackson vendia em coleção Machado de Assis, a Jackson era uma editora e tinha aquela enciclopédia que os jovens liam, vendiam em coleção.

**F.:** A Barsa é a mais conhecida, mas acho que era a Britânica.

**J.G.:** Não, essa não era da Britânica. Eles foram os primeiros que tiveram no Brasil vendas por coleção. Eles tinham Humberto de Campos, Machado de Assis, tinham mais alguns autores em obras completas, e também tinham uma coleção para jovens onde tinham atividades, ensinamentos de todo tipo, talvez seu pai tivesse até essa coleção. E era famosa no Brasil inteiro. Então eles vendiam isso em coleção. Então, o Artur Neves começou a querer fazer isso com as obras do Lobato, porque ele passou para a Brasiliense, ele era um dos donos, um dos fundadores. Agora, a Brasiliense tinha uma marca política

muito clara. Era uma editora marcada pelo PCB. Mas o próprio PCB tinha uma outra editora, uma editora deles, mas com a vicissitude política, ela não pode continuar, mas continuou vendendo livros em coleção, e vendeu quase até a morte do Caio, depois passou a vender as obras do Caio tudo isso desse jeito.

**F.:** E a revista que foi importante também. A Civilização Brasileira também teve uma revista?

**J.G.:** Também. Na qual eu colaborei.

**F.:** A Difel nunca teve nenhuma publicação desse tipo? Revista, uma coisa mais de debate?

**J.G.:** Não. Nós publicávamos um boletim, mas era um boletim datilografado e mimeografado. Estava mudando, mas a visão ainda era uma visão, digamos, tradicional, não era uma visão mais atualizada. Nós éramos editores e não éramos executivos de mercado, porque hoje o livro, principalmente em grandes editoras, não existe mais o livro como parte de um conjunto, é *aquele* livro. A capa é mais importante que o conteúdo. Eu estou exagerando, é claro, e até pode ser “dor de cotovelo”, mas é a realidade. Então, é isso, pode fazer perguntas. É claro que minha visão é parcial, porque eu participei desse processo, mas a Difel exerceu um papel muito maior do que ele tem sido avaliado até agora. No conjunto desses livros sobre livro no Brasil e etc. Eu que vivi aquele momento sei como era viva a relação da editora com o mundo intelectual e acadêmico brasileiro. Não era uma editora do Boulos, dos sem-terra, dos sem casa, não era, mas era uma editora com uma visão aberta e tanto é que você vai encontrar na coleção *Que sais-je?* tradução de Marx, algumas coisas feitas por mim, e de outros e você vai ver que o espectro era realmente de uma editora antifascista, porque o Monteil era um homem que tinha participado do *Front Populaire*. Eu reputo ele como, eu lamento só que ele fosse um pouco tímido, porque se ele tivesse um promotor como nosso prefeito ele estava feito, mas a timidez de todo homem que tem uma autocritica. Embora tivesse me despedido depois de dez anos, cansou de ver minha cara, o que eu acho também natural, quem me substituiu foi o rapaz do cinema, o Bernardet, o Jean-Claude que me substituiu. Ao fim de dez anos eu recebi uma comunicação de que minha cara já estava “enchendo” lá. Eu estive na França como bolsista e também graças à Difusão. Quando voltei comecei a ter ideias...

**F.:** Próprias...

**J.G.:** Mas isso é natural. Os maiores amores não resistem, então é isso. Mas de todo modo, eu, avaliando à distância e com o passar dos anos, eu cada vez atribuo ao seu comportamento geral, da visão e etc., um valor maior.

**F.:** E o senhor tem ainda alguém que participou dessa história com quem eu poderia conversar?

**J.G.:** Tem. Têm vários. Você poderia conversar com o Leôncio Martins Rodrigues que eu acho que ainda está vivo. Professor de sociologia.

**F.:** Acho que sim! Acho que sei quem é.

**J.G.:** Agora fora ele, você poderia conversar, você pede para o Plínio... Como é o nome dele?

**F.:** É Geraldo...

**J.G.:** O Geraldo Gerson. Foi meu auxiliar. Trabalhou aqui. Geraldo Gerson de Souza. Ele vai te contar o outro lado. É um cearense bravo, mas um revisor e uma cabeça extraordinária.

**F.:** Porque o Antônio Cândido não entrou muito na Difel;

**J.G.:** Teve.

**F.:** Da *Corpo e Alma* eu lembro de ter encontrado um livro só dele publicado.

**J.G.:** Mas foi um livro importante. Era aquele da série de literatura que teve Antônio Cândido, teve o de Portugal. Eu vou te passar mais alguns nomes. Mas o Cândido teve sim. Inclusive teve relação próxima com o Monteil, não sei se ele está disposto a falar.

**F.:** Eu entrevistei o Cândido porque ele era muito amigo do Edgar Carone, no mestrado eu conversei com ele, mas na época eu ainda não tinha essa visão sobre a Difel, que veio depois do desenvolvimento do meu trabalho.

**J.G.:** Não mas ele foi. Tanto é que o Cândido era para dirigir a edição da obra completa do Oswald de Andrade, do qual saíram apenas dois volumes, saíram dois romances, um com uma introdução do Haroldo de Campos. Quem indicou o Haroldo foi o Cândido. Você pode falar com o Cândido. E teve um livro ele e aquele outro professor de literatura portuguesa, isso é uma outra coisa que nós fizemos, uma antologia da literatura brasileira e outras, literatura portuguesa, eu acho que tinha uma outra série. Para você ver que não é pouca coisa.

**F.:** O Monteil faleceu quando?

**J.G.:** Ele faleceu, se não me engano, no início da década de 1970.

**F.:** É porque realmente tem muito pouca referência em relação a ele.

**J.G.:** Na câmara brasileira do livro você encontrará.

**F.:** Ele participava dos sindicatos?

**J.G.:** Participava. Ele participou da câmara e muito! Se você pegar o fim dos anos 1950, 1960 na câmara, você vai encontrar muita coisa. Ele fazia questão de participar das reuniões.

**F.:** Tinha o sindicato brasileiro de editores e livreiros também.

**J.G.:** Disso eu não sei, mas eu sei que da Câmara Brasileira do Livro eu tenho certeza. Ele tinha uma auxiliar, que era uma pessoa de confiança dele, chamada Matilde. Ela era de origem alemã. Era o “cão-de-guarda” dele. Pessoa que tomava conta. Se você localizar também seria uma fonte preciosa de informações. E na medida que você me trouxer elementos eu posso me lembrar de mais coisas.

**F.:** Ela [Marisa, orientadora] me disse que a Difusão é um campo de estudo que ninguém entrou, e pensamos um pouco nisso na ideia da difusão do pensamento universitário, como a produção da universidade se insere.

**J.G.:** O Carone e todos os outros, eles entraram dentro do projeto da editora. Claro que a obra dele é a obra dele, mas o contexto, a estrutura estava para isso.

**F.:** Mas praticamente todos os livros dele saíram pela Difel. Primeira edição foi pela Difel.

**J.G.:** Sim. Então, mas é porque tiveram repercussão. É claro que a venda foi importante, sem dúvida nenhuma. A revolução é muito importante quando se vende (risos).

**F.:** Inclusive, meu trabalho é a ideia de revolução na obra de Edgar Carone. Eu peguei o trabalho dele até a Revolução de 30.

**J.G.:** E o que você viu do tenentismo?



**F.:** Do tenentismo? Ele enxerga mais ou menos um processo ali, não exatamente de continuidade na revolução de 30, mas um processo de muita instabilidade institucional. Pro Carone o Brasil, institucionalmente, não se formou de maneira a controlar os levantes sociais, então ali o coronelismo, todas essas instituições políticas...

**J.G.:** O Brasil era muito grande e é muito grande até hoje para ser controlado. Na verdade, os processos centrípetos ainda são muito fortes. A República do Equador, que era de 1830 e poucos, não foi um mero acaso. A consciência unitária brasileira ainda estava se formando. A revolução paulista de 32 foi uma revolução separatista em grande parte. E ainda até hoje o que está acontecendo fora não é só problema de polícia e de corrupção. O Brasil ainda é geograficamente pouco dominado pelas instituições centrais.

**F.:** E a própria elite entra em conflito nessa institucionalidade.

**J.G.:** Quais elites?

**F.:** É, porque elite nacional mesmo é difícil.

**J.G.:** Você tem uma elite paulista que era dividida em duas partes, uma de origem latifundiária, e que derivou para finança, e você tem a outra elite de origem migratória, que foi pra indústria. Agora, na verdade mesmo essa elite não ousou levar o projeto para frente. As indústrias Matarazzo que foram as maiores indústrias brasileiras da década de 1920 e 1930, chegaram à indústria leve, mas nunca colocaram o pé na indústria pesada. Quem deslanchou a indústria pesada brasileira foi Getúlio com Volta Redonda. Falar em elite brasileira é muito bom, é um substantivo comum. Você tem que falar das elites.

**F.:** Sim, que justamente eu acho que ele tinha uma visão mais ou menos parecida, porque para ele a revolução de 30 ela vem dessa ausência de uma elite nacional, então a briga de elites locais.

**J.G.:** Tanto não tinha uma ausência que a América espanhola, que encontrou aqui duas civilizações aborígenes, os astecas e os incas, que estavam num grau já mais adiantados, a fragmentação nacional que houve na América espanhola corresponde ao que teria acontecido no Brasil. Exatamente.

**F.:** E é um impasse, a saída...

**J.G.:** Claro que hoje, com os meios eletrônicos, como tudo, esse processo se torna, você acaba encontrando mais condições de aproximação e relacionamento, de diálogo e de conflito. Porque o diálogo propõe o conflito e o conflito propõe o diálogo. Então, você tem aí o processo do tenentismo é apenas um dos fenômenos das transformações que o Brasil começou a tomar consciência de si e é quando surgem as primeiras tentativas de

desenhar essa consciência: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Nelson Verneck de Castro. Aí surgem as tentativas de unificação, mas elas são válidas em termos, são válidas para grupos. Dizer que é consciência nacional, é apenas uma extensão da palavra. O Brasil ultrapassa. Claro que você tem um processo em desenvolvimento e isso faz parte. Da onde veio Prestes? Do tenentismo. E de onde veio o tenentismo? Do positivismo milico. Se Benjamin Constant vivesse na década de 1920 ele seria tenentista. Enquanto que Floriano, com todo nacionalismo dele, seria bastante amigo do Fleury.

## **b. Entrevista com Jean-Claude Bernardet, São Paulo, 22/08/2018.**

**F:** Não sei se você quer que eu explique um pouco da minha pesquisa antes das perguntas. A minha pesquisa é na área de história editorial, de história do livro.

**JC:** Você está fazendo na USP, é isso?

**F:** Na USP, isso. E a DIFEL me interessou por conta da coleção Corpo e Alma do Brasil, e a relação das publicações muito com o público universitário. Eu levanto essa tese de que a DIFEL faz parte de um momento em que o público universitário se torna importante no Brasil, e ela junto com a Zahar e outras editoras entram nesse mercado. Então a história do Paul Monteil e da Livraria Francesa acabaram se casando, porque eu vejo a livraria como a empresa que alavancou um pouco o projeto de edição de Paul Monteil.

**JC:** A livraria é anterior, à DIFEL?

**F:** É, a livraria é anterior. A livraria foi fundada em 1947 e a DIFEL em 1952. Quando você começou a trabalhar na livraria?

**JC:** Primeiro eu comecei a trabalhar na DIFEL. Meu pai e Monteil eram muito amigos. Então a gente frequentava a casa deles. E eu por dificuldades escolares resolvi interromper os estudos e fiz um acordo com meu pai de que iria trabalhar. Nessa época, eu praticamente ainda não falava português e o Monteil me aceitou para trabalhar no escritório, quer dizer, a filha dele, a Claudie, era realmente a secretária, mas eu também fazia um auxiliar de secretariado, uma coisa desse tipo: datilografava cartas, avisava que tinha chegado determinado livro, ou que não tinha sido encontrado... Coisas desse tipo. Fazia levantamento de estoque, estatísticas, e outras miudezas.

**F:** Isso era mais ou menos em que ano?

**JC:** A meu ver, devia ser em 1955. Depois, eu passei a trabalhar também na livraria; então, agora eu não vou me lembrar porque, mas algumas vezes eu passava o dia todo na livraria...

**F:** E você trabalhou lá até que ano, mais ou menos?

**JC:** Bom, até que época não sei exatamente. Eu frequentava um cineclubes, que ficava ao lado na Galeria Califórnia, então inúmeras vezes, quer dizer, toda semana, em um dia da semana, acho que era terça-feira, eu saía da livraria e ia para o cineclubes. No cineclubes encontrei o secretário da Cinemateca Brasileira e com o tempo acabei sendo contratado pela Cinemateca. Aí eu deixei o outro emprego. Não sei lhe dizer exatamente quando, mas eu arriscaria 1959, pois o curso da Cinemateca, quando eu ainda trabalhava na livraria, ocorreu no segundo semestre de 1958. Nessa época, eu só fiz o curso e continuava trabalhando na livraria e na DIFEL; quando eu comecei a escrever no Estado de São Paulo, Suplemento Literário, eu ainda trabalhava, inclusive escrevia em francês nessa época, e havia um vendedor da livraria, o Nelson, que depois trabalhou, se não me engano, como revisor numa grande editora, que me ajudava a traduzir na hora do almoço.

Então, eu devo ter trabalhado lá até 1959, 60, talvez. Aí, me afastei, fui contratado na Cinemateca com baixo salário, me desentendi com o Suplemento Literário, e fui contratado no Última Hora com uma coluna diária. Então, isso me deu como me sustentar, até perceber que ia evoluir a minha carreira na direção do cinema, e larguei a editora até 1964, quando tive dificuldades políticas bastante agudas e, evidentemente, não havia mais o Última Hora e não podia nem por os pés na Cinemateca. Então eu fui falar com Monteil

e perguntei se ele poderia me contratar de novo. Com seu comportamento muito político, realmente de esquerda, ele me disse que sim e eu ficava mais ali na DIFEL.

Bom, me casei com o salário que podia manter o casal, sem excesso, mas o suficiente para alugar um apartamento, tudo isso era possível. Eu pertencço a uma família que lê muito, e todo dia, absolutamente todo dia, não sei, a partir dos cinco anos não tem um dia em que não liam os quatro, os pais, os filhos, todo mundo lia todo dia. Então, eu tinha muito, eu sentia muito vínculo com a literatura, com o texto escrito, com o livro; para te dar um exemplo, o meu presente de aniversário de 18 anos foi uma autorização para ler Sartre, Simone de Beauvoir e (7:28 inaudível), então juntos vieram alguns livros para a Livraria Francesa. De forma que a perspectiva de trabalhar numa editora, etc, não era uma coisa negativa, entende? E tanto mais essa editora, que as publicações são muito interessantes.

Mas eu comecei a me aborrecer muito fazendo correspondência e estatística, e tudo isso; por outro lado, eu acho que muito discretamente o Monteil me deu umas dicas para eu tomar algumas iniciativas, ou apresentar para ele algum projeto, mas discretamente, assim, meio que na surdina, e eu acho que eu não soube pegar estas dicas, porque também eu já estava me encaminhando para o cinema. E em 1965, portanto aproximadamente, sei lá, oito ou dez meses depois de ele ter me recontratado, minha mulher e eu fomos convidados para integrar o corpo docente da Universidade de Brasília. Aí saí de novo e nunca mais voltei.

**F:** Você falou um pouco que o seu pai era amigo do Monteil e dessa questão política do Monteil, isso me interessa bastante. Eu encontrei um dossiê do DOPS com depoimentos dele, que inclusive vinculam a atividade livreira à demissão dele na empresa Rhodia, ele era engenheiro, então ele foi demitido lá acusado de ter formado uma célula comunista, e com o dinheiro ele funda a livraria. Ele diz isso lá no depoimento. Então, eu gostaria de saber um pouco mais, se é que o senhor pode me dizer, desse vínculo político dele com o PCB, ou depois com os movimentos de esquerda no Brasil.

**JC:** Isso ele nunca falou comigo sobre isto. Digamos que as posturas políticas dele passavam nas conversas, na casa dele, na casa dos meus pais, ou no sítio, a gente ia bastante ao sítio [do Monteil], e no houve nunca nenhuma tentativa de me envolver numa situação política, nem na editora nem na livraria, nem nada; por outro lado, eu não tinha carteira do Partido Comunista, mas nessa época eu era bastante próximo ao Partido Comunista, até o golpe. Depois mudou, e também eu nunca falei com ele sobre isto.

A questão, aí para entrar um pouco uma questão de psicanálise, o meu problema é o seguinte: que quando adolescente eu queria voltara para a França, o que eu não consegui fazer. Quando eu quis trabalhar, interromper os estudos e trabalhar, como eu mal falava português, o que me restava então era a editora, através do meu pai que era amigo do Monteil, mas eu sentia que nós vivíamos, e que eu vivia, em uma colônia francesa. Eu fiz o *Pasteur*, onde havia basicamente franceses, enfim, muitos judeus que tinham migrado da Europa Oriental, da Polônia, etc, mas todo mundo falava francês, e quando eu comecei a trabalhar com Monteil, eu trabalhava em francês e fazia a correspondência em português, mas tinham modelos, para dizer sim, para dizer não. Eu publiquei, quando eu estava ainda na DIFEL, um grande artigo sobre um filme francês no Jornal do Brasil que foi meu primeiro texto que teve uma certa repercussão. Monteil leu, fez algumas restrições, mas elogiou bastante o texto, a competência de análise, ele elogiou bastante. Só que eu, enquanto isto, eu sentia que não tinha propriamente chegado ao Brasil. Essa história de viver com filhos da Rhodia, rapazes que estavam no Liceu, executivos, com quem se falava em francês, de ter namoradas francesas, ou russas, mas que falavam em

francês... Chegou em um momento, eu achei que eu tinha de fazer alguma coisa para mudar tudo, inclusive porque eu me dava muito mal com a minha família, mas muito mal, e Monteil era amigo do meu pai. Trabalhando com ele eu resolvi alguns problemas meus em relação a ter certo dinheiro e começar a produzir, a me tornar mais autônomo, mas no final das contas eu vivia do salário da DIFEL e, de certa forma, o Monteil não deixava de manter minha dependência com meu pai, você entende? Eu tinha saído da família e durante um ano eu não vi meus pais, mas quando eu saía da livraria, acho às 18h, eles chegavam em seguida, às 19h para encontrar o Monteil. A gente não se encontrava, instituímos esse ritual. Então o Monteil não deixava de ser uma presença da França, da colônia francesa, etc., na minha vida.

E aí, comecei a frequentar esse cineclube, mas eu também fiz outra coisa, eu fui no SENAI e fiz cursos no SENAI. Como eu estava trabalhando na livraria, que eu não sabia muito bem qual seria o meu futuro, fiz um curso que na época se chamava no *SENAI Desenho para Reprodução*, alguma coisa desse tipo, um curso de publicidade, no qual a gente compunha a primeira página de um jornal, capa de livro, material informativo, material publicitário para leigos. Eu fiz isso, fiz dois semestres de artes gráficas e, nesse sentido, o curso em si foi até bom para mim, porque eu tenho um bom olho para compor e percebo os pesos e as massas, e eu trabalhei bastante lá no SENAI. Além disso, lá no SENAI ninguém falava francês, então pra mim foi uma imersão muito grande e absolutamente fundamental, isso realmente mudou a minha vida. Os outros alunos, pelo que eu me lembro na minha turma só tinham homens, pertenciam a uma classe financeira sem dúvida, mas também intelectual, bastante diferente da minha, então, houve choques culturais a partir de determinados trabalhos. E pra mim também isso foi bom, porque esses conflitos ocorreram em português e por outro lado me ajudou a entender melhor, de uma forma prática, e não porque eu lia, qual era a minha posição na sociedade, independentemente de leituras, seja de Sartre, de Marx, etc. Então, o SENAI foi de uma grande importância pra mim nesse sentido. Agora, esse curso de composição foi bom pra compor, aprendi a compor fotografia, você pode inclusive como analista compor um plano, analisar um plano, de algum filme, mas profissionalmente eu não usei isso. Mas foi uma transformação de vida.

**F:** E essa inserção mais na comunidade brasileira, na cidade de São Paulo, também te aproximou do Partido Comunista, que você falou um pouquinho no começo?

**JC:** Não, não veio do SENAI isso. Para te dizer a verdade eu não sei exatamente como cheguei a me aproximar. Não lembro. Em todo caso, havia um ou dois alunos do Pasteur, que era bastante de esquerda, não sei muito bem... Eu já frequentava o teatro de arena, que também foi um lugar importante pra mim, conhecer o Guarnieri, conhecer o Boal, o Flávio Império.

**F:** O Paulo Emílio também, você teve relações com ele, né?

**JC:** Paulo Emílio conheci em 1968, justamente nesse curso. E assisti a uma aula dele que foi fundamental, e ouvi uma frase que eu não sei mais hoje se é dele ou é minha, mas enfim, uma frase que o Paulo pensava muito por paradoxos, e ele disse em uma dessas aulas “o cinema não existe, existem filmes”, e aí eu peguei isso na minha cabeça, isso mudou muita coisa, porque eu estava já nessa época relativamente próximo do cinema aqui no estado de São Paulo, onde se tinha uma visão bastante dogmática do cinema, o cinema é isto. E para eles basicamente o cinema americano dos anos 50 – 40, 50 – e criticavam algumas coisas que eu escrevia, porque não estava na norma. Quando eu assisti essa aula do Paulo, “o cinema não existe, existem filmes”, portanto cada caso é um caso, evidentemente um paradoxo, porque não tem sentido dizer que o cinema não existe, claro

que o cinema existe, mas pelo menos ele quebrava isso de que existe um modelo único, existe um ideal; existe uma multiplicidade de estilos que precisa de escolas, multiplicidade de épocas, então foi nesse sentido.

Agora, eu não sei te dizer como cheguei a essa célula do Partido. Me lembro que havia um ator, Paulo José. Paulo José e eu, que estava no Arena, tínhamos um pensamento, uma ação também, bastante próxima. Porque a gente estava próximo do Partido e tudo, mas a gente não concordava com o Partido, então éramos considerados como pessoas militantes bastante irritantes, a tal ponto que houve uma espécie de punições, tivemos que nos afastar, enfim. Então eu te diria que com certeza isso não vem do Monteil, com quem eu mantive relações realmente profissionais, a não ser quando havia esses jantares na casa dele, meus pais, e almoço no sítio, coisas desse tipo. No entanto, havia indiscutivelmente uma sintonia política. Não é que eu não percebia ou que ele não percebesse, você entende? Só que tivemos relações profissionais.

**F:** É muito interessante que você circulou muito nesse meio intelectual dos anos 60 no Brasil; e como você vê a posição da Livraria Francesa ou da DIFEL nesse circuito de cultura da cidade, ou do Brasil?

**JC:** Primeiro que a editora se chama DIFEL, mas não é propriamente uma “difusão europeia”, era, sim, francesa. Havia por parte do Monteil uma indiscutível preocupação em não ser apenas um divulgador de livros franceses traduzidos para o português, não apenas divulgar Sartre ou Françoise Sagan, e então tem essa coleção de que você falou e tem, assim como tinha a *História da Civilização Brasileira*, que foi coordenada pelo Sérgio Buarque. Então, isto era muito importante, fundamental para o Monteil. E o Sérgio Buarque frequentava a editora – quem mais frequentava? – Fernando Henrique Cardoso.

**F:** Que dirigiu a coleção *Corpo e Alma do Brasil*.

**JC:** Que dirigiu a coleção. E Octavio Ianni. A estima do Monteil pelo Fernando Henrique era muito grande. Muito, muito grande. Inclusive, havia vários sociólogos, como o Octavio Ianni, acho que o João Reis também, João Reis.

**F:** Ah, Sim, ele tem publicações.

**JC:** Participava, né. Mas um dia, Monteil me disse do Fernando Henrique, não sei, não vou lembrar, mas a palavra “rei” não é, “ele é um príncipe”, não, “ele é o príncipe”. A estima era muito grande. E foi aí, sim, mas eu como pequeno empregado que eu conheci o Fernando Henrique. Conheci o Fernando Henrique, não quer dizer que o Fernando Henrique me conheceu. Depois tivemos mais aproximação, Fernando Henrique e eu, mas só depois do golpe, mais ou menos em 64, 65, pouco antes de... Quando voltamos de Brasília depois da crise. Bem, mas na livraria também, porque ele ia comprar livros, e na editora eu o via sim, e nem sabia quem era, mas eu me lembro muito bem do comentário do Monteil. Por isso que eu fico um pouco incomodado em dizer isso, porque era uma reflexão que implicava algo de pejorativo, não pejorativo, mas que diminuía um pouco Octavio Ianni.

O Monteil via um espírito muito aberto, imagino, muito culto, aberto em Fernando Henrique que esse brilho, que os franceses resumem muito bem, que ele não via possivelmente em Octavio Ianni. Depois, eu reencontrei Fernando Henrique várias vezes, fomos pra um congresso, etc, na Inglaterra, mas na prática as minhas ligações ficaram mais com Octavio Ianni. Porque depois de 68, depois do AI-5, eu fiquei em uma situação extremamente precária, do ponto de vista em que eu era casado, tinha um filho, situação financeira era um horror, porque eu não podia mais lecionar, não podia ter nenhuma relação com poderes públicos quaisquer sejam, e aí o CEBRAP tinha sido fundado e aí

eles resolveram me ajudar. Mas eu não sou sociólogo nem economista, quer dizer, eu não cabia no quadro do CEBRAP, então ficou bem claro que era realmente pra me ajudar por um tempinho. Iniciei uma pesquisa lá sobre cinema, que eu não levei até o fim, e quem deu o sinal verde pra isso foi o Fernando Henrique, mas quem organizou a situação foi o Octavio Ianni. O CEBRAP ficava perto do Octavio Ianni, mas (30:10 inaudível) do Fernando Henrique, que se não me engano era o Diretor residente do CEBRAP.

**F:** E, então, isso é muito interessante que você coloca, porque eu tento explorar um pouco disso. Como a DIFEL ela surge a partir das traduções, então basicamente as primeiras publicações são as traduções do francês, mas depois o Monteil se volta para essas publicações nacionais e dos jovens universitários. como você vê o vínculo desses intelectuais com o projeto do Monteil?

**JC:** O Monteil tinha esse projeto. Como editor, ele dizia que se sentia próximo dessa cultura francesa e eventualmente até próximo de alguns autores, eventualmente com Sartre. Ele tinha essa visão de que o nível da editora é um nível de muita cultura culta, bem mais ampla, aberta ao público, ou seja, ele nunca publicaria *O Ser e o Nada*, de Sartre, *A Teoria das Emoções*, ou coisas desse tipo, que são obras que se dirigem a públicos muito especializados. Então publicava os romances, etc., biografias, de humor... Bom, outros *best-sellers*, *Os Reis*... eu esqueci, lá a série dos reis.

**F:** *Os Reis Malditos*

**JC:** Isso, *Os Reis Malditos*. Havia (32:12 inaudível) ao qual eles deram muita importância, era realmente um trabalho de divulgação de saber, de muita importância. Através disso tudo havia também uma inserção dele na cultura intelectual brasileira, mas estimulada através dos livros, do Fernando Henrique, do Ianni, do (32:52 inaudível)... Estimular uma reflexão sobre a situação social brasileira. Além disso, aliás, ele teve também uma coleção de ficção; quem estava na revisão, a gente chama isso, de setor de revisão, era o Jacó Guinsburg, que depois fundaria a [editora] Perspectiva, e o filho do Graciliano Ramos.

**F:** Vitor Ramos.

**JC:** É Vitor Ramos ou Ricardo Ramos? Acho que é Ricardo Ramos, que inclusive chefiou a equipe depois da saída do Jacó; e se não me engano ele tem um livro na coleção.

**F:** E essas traduções você chegou a se envolver com a tradução, lembra quem eram os tradutores?

**JC:** Não. Houve com certeza alguns assuntos que passaram pelo secretariado, portanto, sim, eu devo ter me encontrado, mas eu não sei dizer nada sobre isso. Sobre a parte gráfica, tinha uma francesa, cujo nome esqueci, mas que trabalhou bastante com Monteil na elaboração de capas. É uma mulher magra e alta, se eu não me engano, você deve achar o nome dela fácil nos livros, ela trabalhava com janelas, ela fazia capas com janelas.

**F:** Sim, é mesmo uma característica dos livros.

**JC:** Então, essa senhora que imprimiu. Monteil verificava tudo. Tudo, tudo, tudo. Absolutamente tudo. Era extremamente centralizador, extremamente autoritário, e podendo chegar inclusive a um nível de insultos.

**F:** Sério?

**JC:** Sério. Não, era bem difícil.

**F:** Enfim, eu tinha feito várias perguntas sobre a livraria, mas a editora me interessa, inclusive, mais. A editora, nos livros de história do livro, ela não é muito pesquisada, mas

tem algumas referências de que ela seria fruto de investimentos estrangeiros. Você sabe me contar um pouquinho disso?

**JC:** Não sei, não sei. Mas era a [livraria] Bertrand. De Portugal.

**F:** Isso, Bertrand e Marcel Didier? É um senhor que aparece em alguns documentos que eu encontrei.

**JC:** Não sei... Porque veja bem uma coisa, primeiro que os franceses não são assim tão comunicativos, havia uma diferença muito clara entre a direção, onde ficava a Claudie, a filha, com uma mesa na sala do Monteil; eu não, eu ficava em uma outra sala; tinha uma distância profissional muito grande. Então, eu lembro que a questão Bertrand, o nome de Bertrand como editora portuguesa tinha sido levantada, ouvi isso inúmeras vezes falar de Bertrand. Talvez até mesmo eu posso ter datilografado, talvez, alguma carta, nesse sentido. A correspondência de data era feita pela Claudie. Monteil não editava nada, ele ditava pra Claudie. Inclusive, eu não lembro exatamente quando isto, provavelmente depois do golpe, na minha minha volta, não sei, uma pequena reflexão entre Monteil e eu a respeito de Claudie. Porque Claudie era filha, porém não necessariamente excelente secretária. E eu não me lembro exatamente o que aconteceu, eu fiz uma reflexão com Monteil, e ele me diz “ah, agora é tarde demais”. Mas é isso, eu queria dizer também que eu sentia que Monteil, no secretariado, me subaproveitava.

Eu tinha maiores competências, e chegou a um ponto que um dia em casa, numa brincadeira, fui tomar banho e eu chamei minha esposa enquanto eu estava no chuveiro, e aí ela veio com um guarda-chuva, e ela dizia que agora eu iria tomar banho assim. Isso significava, isso depois do golpe, que a editora e a livraria davam uma base. A gente não tinha uma vida de luxo de jeito nenhum; tinha que contar dinheiro no fim do mês, pelo menos pagava as contas, só que chegou um momento, isso foi antes do convite de Brasília, que eu não sabia muito bem, que eu não via como ia ser esse futuro. Então um dia eu resolvi fazer uma alegoria, eu me sentia meio num impasse, e ela, achou muita graça, mas achou também que representava bastante a minha situação, porque ela estava ligada a Antonio Candido, a uma turma de teoria literária, então ela tinha outras perspectivas, enquanto que eu ficava todo dia fazendo estatística, fechando as estatísticas do mês, e lá “vendemos sessenta e dois exemplares do número três dos *Caminhos da Liberdade* – que bom! Mês passado foram só quarenta e dois”.

**F:** Ah isso é interessante, você trabalhava nessa parte. A editora ela era próspera, assim, no período que você trabalhou?

**JC:** Eu fazia, mesmo quando eu estava na livraria, eu fazia correspondência, quer dizer, parte da correspondência da editora. A outra parte correspondência com os editores, Monteil negociando livro, etc., ele mesmo fazia isso com a Claudie; eu fazia algumas coisas sim, e no escritório da editora se fazia a correspondência da livraria. A livraria não tinha escritório (41:56 inaudível). O que nós fazíamos, Nelson e eu, na própria livraria eram as bibliografias. A gente fazia muitas bibliografias. Eu aprendi muito porque o vendedor em uma livraria, ele precisa conhecer os catálogos de cor. Tem uma enorme familiaridade com catálogos, e não apenas catálogos de um tipo, mas você tem que saber que tem uma editora de medicina, tem as jurídicas, as jurídicas têm tais especialidades dentro disso existem vários setores do catálogo, então a manipulação do catálogo é uma coisa absolutamente fundamental, e o Nelson e eu éramos, assim, espertos nisso, e eu me lembro de ter recebido uma solicitação de Monteil de fazer uma bibliografia sobre operação de coração, alguma coisa desse tipo, e de ter feito. E sabendo muito bem o que estava se fazendo, porque o vendedor ele não pode avaliar o teor do livro, portanto ele tem que preparar material abrindo um leque para o especialista, o tal médico que pediu a



bibliografia. Em literatura, então aí pode ser diferente, você pode até conhecer o romance, mas em matéria de jurídicas, em matéria de medicina, não. Mas isso a gente fazia na livraria onde se encontravam os catálogos, vamos classificar, tem que achar na hora, porque se você está com cliente e ele tem uma dúvida você tem que achar o catálogo na hora, então classificação de catálogo é fantástico. Quanto à correspondência anunciando a chegada de determinado livro encomendado por um cliente, o atraso ou que o livro está esgotado, todas essas coisas podiam ser feitas na própria editora.

**F:** Esse livro francês, importado, ou mesmo as traduções, como que você vê o lugar do livro francês para a intelectualidade francesa daquele momento?

**JC:** Daquele momento, esse momento, meados de 50, quando eu havia começado a trabalhar, a elite brasileira, pelo menos paulistana, era muito voltada pra França. Nós mesmo sentimos isso. Quando eu estava no Liceu, enquanto eu estava na França e depois no Liceu aqui, o Francês era uma língua dominante, mas o inglês já estava avançando, mas a gente mal percebeu, para nós se estamos falando francês não precisava saber mais nenhuma outra língua, porque tinha isso que éramos ensinados, que na Corte de Bismarck se falava francês, que na Corte Russa se falava francês, que na Suécia se falava francês, então a gente vinha de uma língua imperialista, então até hoje, quer dizer, o meu francês tá péssimo atualmente, porque eu falo pouco, mas a gente vinha de uma língua imperialista, e o inglês estava se afirmando, mas isso a gente não percebia. Então, nesses anos 50, na livraria, a gente falava francês em geral, inclusive com clientes; quer dizer, a gente vendia livros didáticos também, para estudo de francês, mas assim, Francisco Luís de Almeida Sales e outros clientes falavam francês. E bem. O Paulo Emílio, por exemplo, tinha publicado um livro na França, de grande repercussão, até hoje, aliás, a biografia do Jean Vigo, um livro de referência na historiografia francesa.

**F:** Interessante... Porque é isso, depois da segunda guerra existe essa discussão até na historiografia francesa, dos projetos pra reinserir o livro francês no mercado mundial, eu tento também estudar um pouco isso. E como você vê o perfil das editoras que o Monteil vendia na livraria? Tinha um perfil, ou era muito amplo, acabava se voltando mais pra essa coisa de livros de esquerda, ou não?

**JC:** Não. Era muito amplo. Muito, muito amplo. Tinham livros de medicina, de engenharia, de assuntos jurídicos, etc; mas, evidentemente, as mesas eram principalmente ocupadas por literatura. Então, predominantemente, vamos dizer assim, era humanidades, tinha filosofia, tinha literatura, história, sociologia, mas a gente trabalhava com, e tinham – não tinham grandes estantes de medicina, mas tinham...

**F:** Eu vou trabalhar um pouco os inventários. Eles têm muitas coisas guardadas lá no escritório da Silva, que é a neta dele. Eu vou começar agora a trabalhar com esses inventários de livros. Em relação a esse público de humanidades, os professores da USP também, os professores franceses, estudantes em geral, procuravam a livraria?

**JC:** Sim.

**F:** E havia uma demanda por parte das instituições públicas? Então, escolas secundárias, a própria biblioteca municipal; havia uma demanda desses livros importados?

**JC:** Bom, devia ter. Mas eu não trabalhava nessa área. Eu trabalhava muito na área do cliente. De instituições, não sei. Falando da editora ainda, havia um funcionário, negro, fundamental, que circulava diariamente nas livrarias para verificar se os livros, não só apresentando livros novos como para verificar se os livros estavam nas estantes. Você conheceu essa pessoa?

**F:** Não, você sabe o nome dele?

**JC:** Não lembro. Em todo caso, não há muito tempo ele morava em Santa Cecília, porque um dia ele me parou na rua e disse “Ah, você lembra?,” sei lá o que, e é uma pessoa talvez hoje já falecida, mas era um vendedor e o Monteil lhe dava muita importância, porque era uma presença constante desse vendedor passando por outras livrarias para ver se faltavam livros da Difel, “Ah, não tem mais Sartre aqui”, “Ah, está faltando o segundo volume de *‘Os Caminhos da Liberdade’*”; ele dava esses boletins de encomenda e encaminhávamos os livros; eu não lembro agora exatamente eu fazia nessa história, mas talvez eu fizesse alguma coisa... Ele verificava os números, se a coleção estava completa. Diariamente, no fim da tarde, ele chegava no escritório e se reunia com Monteil apresentava os resultados do circuitos que ele tinha feito; foi um cara, assim, bem importante sim.

**F:** Vou tentar rastrear.

**JC:** A Matilde, faleceu...

**F:** É, sim.

**JC:** O Jaci.

**F:** Eu conversei com ele, que era o contador, né? Seu Jaci. Conversei com ele, mas a memória dele sobre isso não é tão, tão boa.

**JC:** Mas ele se lembraria deste homem.

**F:** Talvez, eu posso ligar pra ele.

**JC:** Porque Jaci também é um grande apoio de Monteil, realmente um grande apoio, e esse vendedor negro era a presença dele em todas as livrarias em São Paulo. Em São Paulo isso tudo que estou dizendo.

**F:** Claro, claro. Até agora, o senhor me falou do Seu Jaci, o senhor George Lucas, o senhor se lembra dele?

**JC:** Mas é francês?

**F:** Sim. A esposa dele ainda é viva e o seu Jaci tem contato com ela na França, ele aparece em uma reportagem de jornal como sócio da DIFEL, alguma coisa assim.

**JC:** Uma secretária que ficou um tempo, uma secretária chefe, digamos assim, que ficou um tempo na editora é uma senhora judia que se chamava Madame Bernard.

**F:** Ah, conversei com ela segunda-feira.

**JC:** A gente brincava, ela brincava, porque ela se chamava Bernard e eu me chamo Bernardet, mas enfim, uma grafia judaica. Mas Bernardet é o diminutivo de Bernard, o que importa é o Bernard.

**F:** Ela lembrou de você, eu falei pra ela que viria aqui. Ela mora ali no Jardins.

**JC:** O marido dela também?

**F:** Ela estava sozinha, eu acho que não. E, enfim, eu ia perguntar um pouquinho também sobre eventos culturais que a livraria fazia, ou se a DIFEL também promovia alguns eventos. Eu vi alguma coisa assim, notícias de jornais, exposição ali na Barão de Itapetininga.

**JC:** Vai ver que minha memória está do tipo da Madame Bernard, porque...

**F:** A sua está excelente, melhor que a minha.

**JC:** Não lembro disso. Quer dizer, fazer eventos do tipo, sei lá, uma livraria, como tem várias agora que fazem, promovem palestras, coisas desse tipo, ou eventos como noite de autógrafo, isso eu não me lembro muito. No entanto, deve ter havido algum salão do livro, alguma coisa desse tipo, do qual Monteil participou. Isso muito, muito vagamente eu me lembro.

**F:** Ele participava da Câmara Brasileira do Livro?

**JC:** Sim. Isso eu lembro, sim. Isso eu tenho certeza.

**F:** Na verdade eu tentei contato com eles pra mexer nos arquivos e tal, não me responderam, mas alguns documentos sugerem mesmo que ele se envolvia.

**JC:** Mas isso eu lembro.

**F:** Com a bienal também? As primeiras Bienais.

**JC:** É, isso eu não sei lhe dizer. Em todo caso, a meu nível, eu tive relação em 61, com a Bienal de 61, mas eu já estava na Cinemateca naquele momento, e o pessoal da Cinemateca trabalhou na bienal, inclusive eu, mas era cinema; não lembro, mas eu te diria que é provável. Quanto mais, que havia autores importantes no catálogo, então.

**F:** Você se lembra da vinda do Sartre pra cá?

**JC:** Muito vagamente, muito, muito, muito vagamente. Eu lembro ter ido na Faculdade de Direito; ele deu uma palestra, se não me engano na Faculdade de Direito.

**F:** E ele fez uma sessão de autógrafos na livraria, eu acho. Eu acho que sim. O Monteil o conhecia, assim, pessoalmente, ele e a Simone de Beauvoir?

**JC:** Não sei. Em todo caso eu me lembro vagamente ter ido em uma palestra e provavelmente não ter ficado, porque estava tão apinhado de gente, uma coisa assim, eu me lembro, mas é muito vago. Em relação à livraria não lembro. Ele assinou livros na livraria?

**F:** É, eu vi uma coisa solta, assim, porque a Silvia ela tinha uma gaveta com papéis antigos da avó dela, e eu mexi e lá tem uma reportagem, mas não consegui encontrar qual jornal tem uma referência que ele daria autógrafos, então ainda tem que vasculhar um pouquinho pra achar isso; e a última coisa pra eu...

**JC:** Na época tinha uma livraria que era muito importante que era Parthenon, cujo diretor se chamava Bittencourt, não lembro do nome, e que era bastante amigo... Engraçado que a impressão era que Sartre tinha ido na Parthenon, mas, olha...

**F:** Não é Álvaro Bittencourt?

**JC:** Álvaro Bittencourt.

**F:** O Álvaro Bittencourt aparece como sócio do Monteil na livraria. Nos livros administrativos. Inclusive nesse prontuário do DOPS ele também foi depoente, porque acabou sendo relacionado com Monteil e foi chamado pra depor também.

**JC:** Não lembro exatamente, mas enfim, ele era, tipo, mente aberta.

**F:** Acho que a última coisa que eu gostaria de saber é se você se lembra, depois do golpe militar, alguma interferência na livraria, ou na editora, proibição da publicação de algum livro.

**JC:** Isso não lembro, nem de ouvir falar. Não lembro que o Monteil tenha sido... Quer dizer, exatamente no golpe, no momento do golpe, eu estava no jornal, estava no *Última*

*Hora*, e aí saímos e aí fomos para alguns pontos que a gente tinha, dois dias depois, mais ou menos, não me lembro, dia 02 de abril, por aí, fui para casa de meu pai, porque não queria ir pra minha casa, para tomar banho, e aí recebi, quando cheguei, meu pai disse que alguém do Teatro de Arena disse pra você desaparecer imediatamente. Aí fiquei alguns meses fora. Não lembro que o Monteil tenha recebido alguma convocação, mas enfim, o fato de eu não lembrar não quer dizer que não tenha ocorrido, porque eu caí fora. Mas eu não me lembro que meu pai tenha comentado posteriormente que o Monteil tenha comentado. Inclusive, a gente não comentava muita coisa, era muito discreto sobre isso.

**F:** A Silvia se lembrou em uma conversa, quando eu contei pra ela que achei esse prontuário, ela se lembrou que tinha uma história que o avô dela passou um ano fugindo depois do golpe, acho que 65, 66, que ele foi pra esse sítio, que é no interior, e depois foi pro sul, no sítio de um amigo, e de lá acabou indo pro Uruguai. Ele ficou um ano meio fugindo.

**JC:** Em 65 ele estava em São Paulo, mas eu... Quando, em 64 vem o golpe, foram feitas algumas tentativas de saber se eu poderia voltar a circular ou não, se chegou à conclusão que eu poderia circular, no entanto que eu não podia entrar na Cinemateca, enfim, uma série de coisas que eu não podia fazer, aí eu vou falar com Monteil... o golpe foi em abril... maio, junho... acho que eu fiquei uns três meses no interior. Digamos que julho aproximadamente eu vou falar com Monteil. E com ele mesmo. E aí eu fico até a ida à Universidade de Brasília, e fomos pra Universidade de Brasília o primeiro semestre de 65. Devo ter ido, tipo, fevereiro de 65, antes do início do ano letivo. Então, tudo isso com Monteil.

**F:** Sim. Ela não lembra a data exata, mas lembra que tinha essa história que o avô ficou um ano fugido, foi fugindo, fugindo, teve até que sair do Brasil, depois voltou. Parece que o gerente da livraria foi intimado a depor.

**JC:** M. Lepeltier.

**F:** Isso, ele foi chamado a depor, e eu encontrei no DOPS um registro de um observador que ia à livraria e ficava observando a vendedora ir a um lugar reservado pegar livros pra clientes específicos que eram vinculados ao Partido Comunista, então, que teria uma sessão onde ficavam escondidos os livros das editoras francesas de esquerda. E lá o espião anota isso... faz esse relato.

**JC:** Isto, quando eu trabalhava na livraria, quer dizer no começo dos anos 50, porque quando eu voltei depois do golpe fiquei e sim havia livros atrás, e havia bastante livros, porque era um estoque, e não achando o livro na parte da frente, dentro da loja, a gente ia atrás buscar no estoque. Não me lembro, isso enquanto eu estava na livraria, nunca teve a ideia de esconder livros de esquerda. Quanto a ir buscar um livro específico pra um cliente, sim, porém não necessariamente atrás, e sim naquele box que existe ainda no mesmo lugar, e onde se guardavam livros reservados, que tinham sido solicitados, ou às vezes nem solicitados, livro que poderia interessar fulano ou fulana, e a gente reservava esses livros, então tinha uma grande quantidade de livros reservados, aí sim se ia buscar. Olha, meu pai nunca me falou isso sobre o Monteil, meu pai tinha na França uma grande experiência de vida clandestina, então eventualmente ele... mas nunca apareceu isso.

**F:** O seu pai era militante de esquerda também?

**JC:** Meu pai fez a Guerra na Resistência, que é o circuito clandestino, não no exército oficial em si, está totalmente contra o regime de Pétain, etc., de esquerda, não sei se era de extrema esquerda, mas era de esquerda, e viveu durante muitos anos, dentre os quais eu não o vi, na clandestinidade. E isso foi até interessante, porque nós, até então, em 64,

não tínhamos nenhum treino de clandestinidade. O Partido não nos deu isso. Nada, nada, nada. De forma que quando houve o golpe de 64, não é que ficamos totalmente soltos, porque o Teatro de Arena a gente estava bastante organizado, etc. Mas quando cheguei em casa pra tomar banho, depois desses dois dias, meu pai me disse “olha, uma pessoa do Teatro de Arena ligou”, aí ele me perguntou “O que é que você vai fazer?”, e aí ele viu que nós éramos inexperientes e sem nenhum treino, me deu uma bronca, disse “eu vou cuidar disto”, e aí me levou pra fora, e aí eu dei uns nomes pra ele, pra quando ele voltasse do interior, pra ele entrar em contato com algumas pessoas, ver se elas precisavam ser levadas pra se esconder, ou coisa desse tipo. E ele tinha essa experiência.

**F:** Qual é o nome do seu pai?

**JC:** André Bernardet. E por isso que do ponto de vista político meu pai e Monteil se entendiam bem. A minha madrasta, a segunda mulher do meu pai, não era tão de esquerda assim, e às vezes o Monteil chamava atenção dela, alguns comentários que ela pudesse fazer sobre alguém, sobre a sociedade, ou sobre sei lá o que. E ela se sentia meio ofendida pelo Monteil. Mas havia uma sintonia bastante grande. Foi, assim, depois de os franceses... você fala francês?

**F:** Sim.

**JC:** Bom, o *tu* e *vous*, o *tu* está mais recentemente bastante usado, mas até os anos 50 o *tu* era uma coisa usada entre os camaradas de classe, dentro da família, etc, mas meu pai e o Monteil se diziam *vous*, mesmo depois de anos e anos de amizade, até que um dia, não me lembro onde foi, talvez no sítio, em todo caso eles decidiram que eles iam se chamar de *tu*. E foi um acontecimento.

**F:** Quase assinaram um contrato...

**JC:** É, e abandonaram o *vous*. Então, isso era sinal também de um grande entendimento. Não é só pelo tempo, mas é um sinal de entendimento.

**F:** Você se lembra um pouco da Senhora Juliette?

**JC:** Lembro. Ela era muito engraçada, mas muito, muito engraçada. E vou te dar um exemplo. A editora tinha publicado o *Le Penseur*, de Pascale, e a Juliette falava sempre: “Le pensement de Pascal”; e uma vez eu fui pra livraria, não me lembro vestido como, mas eu tinha roupa verde e uma roupa azul. E ela me disse que isso não combinava e não podia me vestir assim, aí eu disse “não, isso era antigamente, atualmente isso é impossível, inclusive Van Gogh já usou azul e verde nos seus quadros”, e aí ela me respondeu “mas você não é um quadro”. Então, ela era muito engraçada

**F:** E trabalhava nas empresas? Tava junto...

**JC:** Na livraria.

**F:** Na livraria?

**JC:** Quem trabalhava na editora era a Claudie, a filha. A Juliette, não. A Juliette nunca vi.

**F:** E o filho deles? Não morava no Brasil?

**JC:** O filho deles, eu me encontrei com ele uma ou outra vez, mas ele tinha problemas com álcool, pelo visto, não sei onde ele morava, se morava em São Paulo ou no Rio, etc, em todo caso as relações entre Monteil e Georges não eram boas. O que eu compreendo também um pouco, porque o Monteil protegia demais a filha, o mundo era a filha. Mas

em todo caso, com a questão de genealogia dentro da empresa, o George não seria um herdeiro.

**F:** Tanto que a Claudie mesmo que ficou com a livraria e cuidou.

**JC:** Mas houve diversas insinuações por parte do Monteil, inclusive da Juliette, que, embora nunca tenha sido dito claramente, o herdeiro poderia ser eu. Mas eu também nunca reagi, inclusive porque se eu me visse bem como diretor de coleção, por exemplo, coisa essa que eu fui diretor de coleção na Paz e Terra, muito tempo depois eu dirigi uma coleção, mas eu ser homem de negócio, administrar uma empresa, isto seria totalmente incapaz de fazer... Mas não me via, bom isso pode até passar pela cabeça de alguém, como um possível gerente, digamos assim, gerente da empresa. Não me via.

**F:** Ah, então, eu até achei mais que o senhor fosse me falar sobre a livraria, mas foi muito bom já o que você me falou sobre a editora. Eu pensei agora em tentar entrevistar o FHC, eu não sei, ele é uma figura muito importante, mas minimamente tentar enviar pra ele um questionário, alguma coisa que ele possa me dar um retorno. Porque esses projetos vinculados ao Brasil me interessam muito e como eu rastreei que minimamente o Monteil tem essa postura política, então como editor, que naquele momento era importante pros editores também, pensar um Zahar da vida, um Ênio Silveira, enfim, coloca-lo no hall desses editores políticos, engajados, então isso foi importante. Uma coisa que eu lembrei agora, o Luís Carlos Prestes, você lembra dele na livraria ou na editora? Tá. Porque o prontuário vincula bem, e a Senhora Bernard lembrou disso, ela falou “Ah, aquele senhor do Partido Comunista”.

**JC:** De que ele esteve na livraria?

**F:** Mas que ele tinha relações com o Monteil. Tanto intelectuais, como cliente, mas relações políticas.

**JC:** Eu era um vendedor e eu, assim, não lembro do Luís Carlos Prestes na livraria. Agora, se o Monteil estivesse vivo agora, pode ser que a opinião dele sobre o Fernando Henrique teria mudado.

**F:** É, sim. (risos)

**JC:** É bem possível.

**F:** As pessoas mudam, né, então...

**JC:** Porque, logo depois do golpe, eu fui exatamente logo depois, eu não me lembro exatamente, mas talvez depois de Brasília, sim, antes do AI-5 e depois de Brasília, porque minha filha já tinha nascido e tudo, a gente fazia seminários de marxismo em casa e tudo meio escuro, e o Fernando Henrique veio algumas vezes, porque a gente pedia pra ele vir pra fazer exposições, etc, e ele numa boa, sentava no chão, não tinha muito móvel na minha casa, aliás, e tranquilo isto. E depois ele evoluiu numa direção... eu conheci Fernando Henrique até fazer a campanha pro Senado. Ah não, uma vez eu fui à Brasília e ele já era senador, ele veio em uma reunião nos ver, nos cumprimentar, mas até senador eu achei que tudo bem, sabe, inclusive no congresso lá na Inglaterra tivemos uma conversa muito boa, e evoluiu bastante, mas depois, com a guinada alucinada neoliberal, aí como presidente nunca o encontrei.

**F:** Não tem mais relações como ele? Não.

**JC:** A última vez, eu o usei, porque quando pedi aposentadoria, por causa do ministro do FHC, quando eu pedi a aposentadoria, pedi a contagem de tempo na USP para finalidade de aposentadoria, me disseram que eu não tinha tempo, porque eu só tinha 19 anos; em

realidade eu tinha 30, e eu tinha 30 porque meu contrato estava 67, mas a USP computou meu tempo só a partir da Lei da Anistia, e aí eu tive que sacar esse contrato em 67 pra provar que ele existia, mas eles não achavam o contrato de jeito nenhum. E aí eu fiz um pequeno evento, houve uma lista de 25 professores que foram cassados pelo AI-5, Ministério da Justiça, entre os quais Fernando Henrique e eu, e aí em um momento eu fiz um escândalo no departamento pessoal da escola onde eu lecionava dizendo o seguinte, que eu tinha os mesmos direitos de todos os professores que pertenciam a essa lista; e eu tenho os mesmos direitos dos professores que tinham aposentado pela USP e eu tinha todos os direitos que o Fernando Henrique Cardoso, que era presidente da República na época, e isso foi um choque e acharam meu contrato que eles levaram semanas pesquisando, meses e eles acharam, em 3 dias eles acharam o contrato.

**F:** Sim, bem grave. Mas ainda tem, eu fui em um evento também de um aluno que pedia a reintegração dele, que hoje ele já é formado em outras áreas, mas ele queria, politicamente, essa reintegração à Universidade, até hoje tem problema.

**JC:** Até hoje, é?

**F:** Até hoje... já faz uns 5 anos isso, mas...

**JC:** Mas foi. A lei da anistia, inclusive, foi mal aplicada, os PMs ignoravam determinados artigos, e por isso que eu... porque a ADUSP me diz, olha o ego é tão monumental do que eles fizeram comigo, mas uma coisa tão aberrante, que eu poderia ganhar muito dinheiro, mas vai levar 10, 12 anos pra isso.

**F:** E uma dor de cabeça na justiça.

**JC:** Mas olha, é melhor que haja um acordo, que você consiga fazer um acordo, e eu não sou um bom negociador porque me irrita fácil, e ele me dizia melhor que você faça sem advogado, então, digamos, a orientação que eu recebi foi essa; aí eu escrevi o monólogo. Atualmente sou ator, mas eu tenho facilidade pra escrever um monólogo. E entrei na sala do departamento pessoal, diante de uma senhora, coitada, acho que se chama Dona Ivone, coitada de Dona Ivone, e fiquei em pé em frente dela e comecei a falar, ela que não achava o tal contrato, que nem sabia, nunca tinha ouvido falar da Lei da Anistia, eu dizia “A senhora deveria saber dessas leis, porque a senhora cuida de um corpo docente que tem pessoas que são regidas por essa lei”, ela “você não quer sentar?”, eu dizia “não, não quero sentar”, e aí eu continuei, continuei, e aí “fala mais baixo”, “não, senhora, não vou falar mais baixo”, aí começou a chegar gente das salas ao lado “o que é que está acontecendo?”, a sala se encheu, e aí que eu saí com um filé mignon do meu monólogo “os meus direitos são os mesmos do Fernando Henrique Cardoso que é o Presidente da República”.

**F:** Deu certo.

**JC:** Deu certo.

**F:** Que bom!

**JC:** Então esse foi meu último contato com Fernando Henrique, que nem sabe disso.

## **c. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, 12/02/2019.**

**F:** Professor, eu gostaria de primeiro explicar um pouquinho sobre a minha pesquisa. Eu estou fazendo doutorado em história. em meu trabalho, busco resgatar a história da DIFEL, tentando entender como ela entra em uma dinâmica da consolidação de um pensamento universitário no Brasil, tanto pelas publicações de autores brasileiros, quanto pelas traduções que fez aqui no Brasil. Inevitavelmente, eu cheguei na figura do Paul Monteil também.

**FHC:** Ele era a alma da DIFEL.

**F:** Isso, então só pra sintetizar, eu gostaria de falar com o senhor justamente da figura dele até a gente chegar na fundação da editora e à coleção que você dirigiu, a *Corpo e Alma do Brasil*.

**FHC:** Vamos lá. Eu não me lembro mais das datas exatamente, mas no tempo que eu estudava na USP lá, desde aqui, a Faculdade de Filosofia era aqui na praça da República, depois é que mudou pra Maria Antônia. Existia aqui no centro a Livraria Francesa, na Barão de Itapetininga. A Livraria Francesa, e na rua Marconi havia outra livraria, uma que era mais de poetas e tal.

**F:** A Jaraguá?

**FHC:** A Jaraguá, sim. Bom, eram ali os centros. Você ia ali pra comprar livros. E tinha uma aqui na Rua Boa Vista, não tenho certeza, um escritório que tinha duas pessoas, e nós tínhamos uma conta, eu tinha uma conta, porque importavam livros. Era muito difícil ter acesso a livros especializados, e havia a Livraria Francesa que era uma coisa importante. Em cima da livraria francesa, no mesmo prédio, funcionava o escritório do Caio Prado, dono de outra livraria, a Brasiliense, que tinha também uma revista - eu até fui do conselho, mais tarde. Então, as livrarias eram muito importantes pra nós, porque era o ponto de comunicação com o exterior, não era tão simples como hoje, então comprar um livro era uma operação, de ver o livro...

(Secretário): Não existia a Amazon.

**FHC:** É, era a Amazon da época. Era muito precário tudo isso, em matéria de informação. E havia um grupo de pessoas que frequentava as livrarias, porque pertencia a esse grupo. A vida cultural em São Paulo era aí. Aí foi feito o museu, no final da 7 de abril, do Chateaubriand. Eu até fui fazer um curso no museu com o Bardi e o George, que era assessor do Bardi, um curso de arte. Íamos eu e a Ruth pra sermos monitores do museu. Tinha um rapaz que era muito interessante, o Candinho, Cândido Malta Filho, era filho do Cândido Malta que era ministro do supremo. Ele era da arquitetura, muito rápido também, andava aqui no museu, dava aula e tal. Enfim, a vida cultural era entre a Praça da República, a faculdade, e esse miolinho das livrarias, e o Monteil era o dono da Livraria Francesa. Bom, como eu estou tentando dizer, era mais que uma livraria, era um centro de convívio. E a abertura pra você saber o que está acontecendo no mundo. Nessa época, a predominância do francês era muito grande. Na faculdade as aulas eram dadas em francês, porque os professores eram franceses, e talvez nem todos tivessem traquejo, mas eu sabia francês desde o curso primário, dentro de casa; então, a importância da Livraria Francesa era muito grande. O livro americano é que nós tínhamos que comprar aqui na XV de novembro, naquele escritório. Esqueci o nome das pessoas agora, mas a gente



tinha conta, eu, Florestan, Antonio Candido. Tínhamos conta lá com ele, ele importava o livro, levava alguns meses pra chegar, porque o Monteil era só livro francês. Bom, depois ele fez a DIFEL.

**F:** O senhor poderia falar mais um pouco como conheceu o Monteil?

**FHC:** Aí na livraria. Eu conheci o Monteil, a mulher do Monteil, o filho do Monteil - o Monteil tinha um filho e uma filha, eu me lembro do filho. O filho dele foi meu colega de colégio, na verdade, não era uma pessoa igual ao pai, o pai era muito mais aberto. E ele era um típico francês bem intelectualizado, bastante intelectualizado. E o que é que ele fez, ele percebeu que a Faculdade de Filosofia já havia mudado pra rua Maria Antônia, e que ali era um viveiro de gente, eram os clientes que compravam, e também de gente nova que podia ajudar a fazer as escolhas de livros e tal. Nessa época, e anteriormente a isso, quem aproveitava, no bom sentido, da Faculdade de Filosofia era o jornal d'*O Estado de São Paulo*. Porque o jornal d'*O Estado de São Paulo*, do Júlio Mesquita, ajudou a fundar a Universidade. E as pessoas que trabalhavam no Estadão eram muito ligadas à Faculdade de Filosofia. Os redatores da parte de notas de informações, por exemplo. Havia muito contato, mesmo uma pessoa como o Florestan Fernandes, que era mais, como vamos dizer, menos ligada ao *establishment* paulista, ele tinha uma relação muito estreita com o Estadão. O Antonio Candido nem se fale, porque ele era do grupo daquela revista que eles tiveram um tempo lá...

**F:** A *Clima*.

**FHC:** A *Clima*; que era muito ligada à livraria Jaraguá. Então, a mão de obra do Estadão vinha do pessoal da Faculdade de Filosofia. O Monteil de alguma maneira também fez isso como pessoal jovem da Faculdade de Filosofia que ele chamou para trabalhar quando fundou a DIFEL. Alguns trabalhavam diretamente lá, por exemplo, a Lucia Prado, que é mulher do Bento Prado; a Araci, que já faleceu e era mulher do Leôncio [Martins Rodrigues], o próprio Leôncio não sei se trabalhava lá, o Bento a uma certa altura também... Quer dizer, o Monteil recrutou essa gente eu, por exemplo, fiz a tradução do Montesquieu, eu e o Leôncio.

**F:** Eu vi uma notinha administrativa falando dos direitos da tradução e tudo.

**FHC:** É. Nós fizemos a tradução. Uma ousadia, porque Montesquieu é muito difícil, é muito bom escritor. E nosso francês era mais ou menos de guerra, mas fizemos a tradução. E Monteil tinha cuidado com os livros, com as traduções dos livros, fazia muitas revisões. Eu sei que o Bento Prado, o (8:02 inaudível) não, por que não era desse grupo... O Roberto Schwarz era de outra geração já, não participou disso, que eu me lembre, mas enfim, acho que passamos a ter muita ligação com a DIFEL. E ele me convidou pra dirigir uma coleção, que era uma coisa importante. Fora disso, o que tinha em São Paulo que era importante: era a revista Anhembi, dirigida pelo Paulo Duarte. Paulo Duarte era cria d'*O Estado de São Paulo*, foi redator-chefe, muito ligado ao Júlio Mesquita, velho; o Paulo Duarte tinha estudado quando eles foram na França, tinha trabalhado lá, com arqueologia, alguma coisa assim, e criou uma revista chamada Anhembi, que também era importante nessa época. Fui por muitas vezes na casa do Paulo Duarte que era lá embaixo, perto da Rua Estados Unidos, e ele era também uma espécie de subdivisão da turma do Estadão, era combativo e tal, e a Revista Anhembi era importante. Nós escrevíamos na Anhembi resenhas e artigos, era uma revista cultural importante. Isso era a vida cultural paulistana desse período. Eu e o Monteil, em certa altura nos aproximamos. Ele morava aqui no edifício Copan, eu jantei na casa dele mais de uma vez, e era um Francês típico, um pouco duro, mas interessante. Ele abria espaço pra gente jovem, eu tinha vinte e não sei quantos anos quando eu fui dirigir essa coleção a *Corpo e Alma do Brasil*, que na época era uma

coleção importante, pretendia publicar gente brasileira, e livros sobre o Brasil. Eu me lembro que eu assisti à defesa de tese do Delfim, Delfim Neto, que o Delfim era assistente de estatística da Faculdade de Economia. A Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Economia, lá na Maria Antônia, o pátio era o mesmo, o restaurante era o mesmo, o barbeiro era o mesmo, era comum ali, e eu conheci o Delfim, e depois eu fui assistente da Alice Canabrava, e o Delfim era assistente lá de estatística, e eu fui assistir à tese do Delfim, e propus a ele publicar, não me lembro se eu publiquei na *Corpo e Alma*.

**F:** Eu vou olhar. Eu estou tentando fazer um levantamento, porque não tem um catálogo, nem da coleção e mesmo da DIFEL, assim então eu estou fazendo pelos jornais e pelos catálogos hoje digitais, tentando recuperar a *Corpo e Alma do Brasil*. Não tenho o Delfim Neto no levantamento, mas como a pesquisa tem sido bem trabalhosa, vou procurar.

**FHC:** Pode ser. Eu sei que eu convidei o Delfim pra publicar a tese dele, não sei se nós publicamos na *Corpo e Alma*. Então, na verdade o Monteil era uma pessoa que ousava pegar gente jovem, relativamente desconhecida, e dava responsabilidades. E ele se utilizava de outro recurso, ele nos pagava. Embora o salário da Universidade naquela época fosse razoável, comparativamente, sempre é bom um pouquinho mais, ele pagava por livro publicado, por tradução feita. Ele era correto, o Monteil, e, enfim, é isso. Ele teve um papel muito importante na difusão de trabalho sobre o Brasil, e mais do que isso, na difusão em geral. Eu trabalhei ali nos anos 50 e 60, principalmente nos anos 1950.

**F:** Isso. A coleção, ela sai com a sua assinatura, como diretor, até o fim dos anos 70. A primeira publicação que eu consegui identificar é de 1957 do Pierre Monbeig, a *Novos Estudos de Geografia Humana*.

**FHC:** Isso. Bom, Monbeig veio aqui algumas vezes, era famoso na França, inventor da Geografia Humana, junto com outros. Ele conhecia muito o Brasil, o trabalho dele sobre o norte do Paraná é muito bom, ele tinha 50 ou 60 anos, pra nós naquela época teve muito peso. Havia muita ligação entre essa coisa da Universidade e a cultura francesa, nessa época. Depois ali, no prédio do Monteil, não sei se no mesmo prédio, pertinho ali, estava o Clube dos Artistas, que era outro polo, ponto de muita visibilidade da vida cultural de São Paulo. O Instituto na Bento Freitas, ali, o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil). Tinha um “clubinho” lá.

**F:** Começou no Edifício Esther, depois eles mudaram ali, né?

**FHC:** Isso. Eu não me lembro da época do Edifício Esther, porque devia ter sido anterior a mim. A vida cultural era aqui, nesse “miolinho” de São Paulo. Mesmo mais tarde, a DIFEL continuou tendo uma importância grande. E para o pessoal da Faculdade de Filosofia era muito importante, porque dava acesso à publicação. E gente desconhecida, gente jovem, com o tempo bancava aquele negócio. Não sei como era a parte financeira dele, mas a Livraria era a “galinha de ovos de ouro” dele, que era aqui na Barão.

**F:** Eu tive a chance de pegar os livros caixa da Livraria, porque a neta dele conserva bastante essas coisas administrativas.

**FHC:** Neta, filha de quem?

**F:** É filha da Claudie.

**FHC:** Da Claudie.

**F:** Isso, e ela que administra agora. eu vejo que, realmente, a fundação da editora está muito próxima das atividades da livraria. Há registros, inclusive, de compras.

**FHC:** É.

**F:** Então, dá pra ver que tem uma relação de como a Livraria viabilizou esse projeto que ele declarava um sonho, de trabalhar com a cultura.

**FHC:** Agora, a editora foi importante. Naquela época era uma editora da área de ciências sociais muito importante. Depois ele publicou a *História da Civilização Brasileira*, do Sérgio. Eu escrevi alguns capítulos. A parte sobre o sul eu escrevi, algo sobre a República e talvez algo sobre os militares. E o Sérgio escreveu uma coisa que é monumental, que é sobre a monarquia, isso aí foi o Sérgio quem fez.

**F:** Sim.

**FHC:** Tanto o Sérgio quanto Antonio Candido tinham muita ligação com a DIFEL. Quanto a Antonio Candido, não, digo o Florestan. Antonio Candido, não. Antonio Candido já era nessa altura, foi pra literatura, teve menos ligação com a DIFEL. Mas tinha a Anhembi... O pessoal mais à esquerda estava na Brasiliense, que era do Caio, eram duas revistas que tinham peso. Ah, a Anhembi era uma revista mais cultural, mas muito importante pra nós, porque fazia resenha de livros e também e pagava. A DIFEL fazia parte disso e estava aqui em São Paulo. No Rio [de Janeiro] tinha a *Civilização Brasileira*, a Zahar, a Zahar foi muito importante. O Jorge, eu conheci bem o Jorge Zahar, ele publicou livros meus também mais tarde. E o Jorge Zahar era um livreiro, como Monteil, eles começam como livreiros e passam a editores... E tinha o Ênio Silveira, esse teve projeção, porque se meteu em coisas política. E havia uma rivalidade grande entre a turma do Rio e a turma de São Paulo. A turma do Rio, não tanto o Jorge Zahar, ele era um pouco neutro nisso. Mas a turma da *Civilização*, Ênio, era muito ligada ao pessoal daquele... como chamava aquele grupo? Do Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe...

**F:** ISEB?

**FHC:** ISEB. Bom, até o Celso Furtado, que era menos ligado. O Celso tinha outro tipo de... mas tinha uma vinculação. E nós não gostávamos muito do ISEB porque tinham a pretensão de ser cientistas, e o ISEB tinha ligações com o Estado. Nós não tínhamos nenhuma. A matriz cultural era outra. E o pessoal de São Paulo muito mais influenciado pela esquerda, pelo Marx. Não pelo Partido Comunista, porque quase nenhum tinha ligação direta, mas com a leitura do Marx, o marxismo, sim. E a ideia de analisar as classes, como se o Estado e as classes fossem separados. O pessoal do Rio cuidava mais das questões de política pública, Estado, e nós o desenvolvimento da classe operária, campesinato e das classes. Não era consciente isso, mas acabou sendo assim. E havia uma certa rivalidade entre Rio e São Paulo, e em São Paulo o que tinha de edição era o Monteil, com a *Difusão Europeia do Livro*.

**F:** É, eu vejo que as editoras, até faço algumas comparações, têm um perfil muito parecido, que é voltado pra esse público mais intelectualizado e universitário. Realmente a DIFEL tem esse papel aqui em São Paulo, que de alguma maneira está crescendo como referência na cultura, desde os anos 40.

**FHC:** Isso. E as revistas, a primeira era a *Clima* que tinha importância, depois foi Anhembi, dessas que eu mencionei. Era isso, e nós trabalhávamos lá. Eu nunca fui funcionário da DIFEL, eu nunca tive emprego fora da USP, mas muitos, diferente de mim, não trabalhavam na universidade, alunos e ex-alunos, e viviam da DIFEL. Eu ia muito lá. Eu gostava do Monteil, bastante. Ele teve um papel pessoal grande também. Era crítico e opinava.

**F:** Pesquisando sobre o Monteil, encontrei um arquivo dele no DOPS, ele foi fichado em 1948 por atividades comunistas. E é um dossiê bem grande, com algumas cartas, e eu gostaria que você falasse se você sabe um pouco desse perfil político dele.

**FHC:** Naquela época, toda essa gente era de esquerda. Eu nunca soube de ligação do Monteil com o Partido Comunista aqui. Na França pode ser. Na França todo intelectual quase era ligado direta ou indiretamente ao Partido Comunista. Aqui também. A revista do Caio, que era a *Brasiliense*, não era do Partido Comunista. Tinha uma outra revista, como é que chamava? Tinha uma revista cultural dele. Não me lembro como é que se chama.

**F:** Não é a *Paralelos*?

**FHC:** *Paralelos* é uma outra revista, mais cultural, de influência comunista também, agora a do Caio, ele era rebelde, era de esquerda, é óbvio, como todos nós. O Monteil também. Mas não havia ligação com política, enquanto que o pessoal do ISEB não passa por esses canais, alguns podem ter tido alguma ligação, mas nunca foram ligados a... alguns do ISEB foram ligados ao Partido Integralista, na verdade, o Guerreiro Ramos, e tal. O Guerreiro Ramos tinha algum contato conosco, porque o Florestan gostava do Guerreiro Ramos. O primeiro trabalho de pesquisa que eu fiz na minha vida foi para ele. Curso do SENAI. Era sobre evasão escolar no SENAI. E o Guerreiro fazia um grande trabalho pro SENAI, então lá no Rio eles tinham outro tipo de interação, menos vinculado à esquerda comunista. Aqui era mais vinculado, nem sempre de modo direto. Esses que eu mencionei nunca foram filiados... Mas variava, alguns eram trotskistas, outros eram independentes, outros eram comunistas ou tinham sido comunistas. Mas tudo dentro de um espectro de esquerda, culturalmente falando. O Estado de São Paulo apaniguava tudo isso, e eles não eram de esquerda, eles eram liberais, mas havia uma espécie de conúbio entre esquerda paulista e o jornal, de alguma maneira protegiam, não perseguiam. O próprio Paulo Duarte era muito ativo, nunca foi de esquerda, extremamente liberal, mais ligado à arqueologia, por exemplo, descobriu coisas de *sambaquis*. Ele tinha ligações com museu em Paris. Então era isso. Eu me lembro bem quando Sartre veio pro Brasil, Sartre veio aqui 1959, 1960.

**F:** 1960.

**FHC:** Foi à Cuba primeiro. É curiosa a vida do Sartre, porque quem trouxe Sartre pra cá foi um amigo, amigo meu até hoje, o Luís Meyer, médico, ele era estudante nessa época da faculdade, da Escola Paulista de Medicina. Ele cabe nessa esquerda vaga, o Luís nunca teve ligação, digamos, orgânica, com a esquerda, mas bom, e o Luís escreveu uma carta ao Sartre, pelo diretório da Escola Paulista de Medicina, convidando o Sartre a vir ao Brasil e o Sartre topou. Quando chegou o Sartre aqui, o Luís pediu socorro, ele veio.

**F:** Chegou né. (risos)

**FHC:** Eu tenho uma fotografia até com Monteil.

**F:** Sério?

**FHC:** Onde é que andarás essa fotografia... É negócio de Sartre. O Sartre era Deus.

**F:** Teve uma tarde de autógrafos na livraria, né? E eles não têm foto. Eu estou tentando achar em jornal agora.

**FHC:** É.

(terceira pessoa): Será que tem no acervo aqui?

**FHC:** É possível que tenha. O Monteil não está descrito com Monteil, mas é o Monteil.

(terceira pessoa): Eu vou procurar no acervo aqui.

**FHC:** Eu lembro que nós fomos à... O Sartre fez uma conferência, acho que no Mackenzie, não me lembro aonde, e pra todo lado precisava ir ciceroneando o Sartre. Ele estava hospedado em um hotel que hoje é esse prédio ocupado aqui na Av. Ipiranga. Era um hotel importante. Ipiranga mesmo.

(terceira pessoa): Marabá... não?

**FHC:** Bom, mas tinha um hotel ali, o Sartre ficou nesse hotel. Eu devo ter aí a conferência que Sartre deu. Ele escreveu nas costas do... o telegrama *The Western*, então tinha esses papéis do *Western* e ele escreveu nas costas a conferência e me deu, tá no arquivo. As anotações do Sartre pra conferência, e ele me deu uma carta me dando os direitos autorais dele de tudo. O Sartre era completamente desapegado, eu não fiz nada com aquilo também, tá por aí.

**F:** A DIFEL publicou várias obras dele e da Simone de Beauvoir, né?

**FHC:** Publicou, claro! O Monteil era peça importante nisso, e quando Sartre chegou aqui foi um “rebolicho” total, pra TV Cultura, não é TV Cultura, pra TV “qualquer coisa assim”, que era na travessa, num teatro ali, pegou fogo depois.

(terceira pessoa): Cultura artística? Nestor Pestana.

**FHC:** Nestor Pestana. Ali, houve uma reunião, uma confusão danada... Mas eu sei que naquele tempo era assim, você ia falar com Sartre, não tinha meia hora, não; uma hora e meia, duas horas de discussão. A televisão não tinha o que fazer. E nós fomos pra lá. Também tem foto disso. Era o Sartre, e quem tinha que traduzir era um professor nosso, meu, que era uma pessoa que tinha trabalhado na UNESCO, que sabia bastante francês, e na hora deu branco, porque uma coisa é você saber, outra coisa é você falar. Então, eu traduzi. O Bento Prado estava nessa história. Nesse dia, o Touraine, Alain Touraine assistiu na plateia, bom, então depois a Simone de Beauvoir, que veio, me pegou pra traduzir uma conferência dela sobre feminismo, que foi lá no Pacaembu, não me lembro que instituição havia lá... Ah, bom, esqueci de dizer, na rua, nessa mesma rua, onde tinha a Livraria Francesa, você tinha a Livraria Parthenon, que foi muito importante. E o dono era o Mindlin, mas quem era sócio do Mindlin era um senhor, um homem, jovem na época, que era amigo nosso, eu ia muito lá, e a mulher dele chamava Madelaine, uma francesa. Álvaro Bittencourt o nome dele, e a Madelaine foi lá assistir ao feminismo da Simone... e eu fiz a tradução. Madelaine ficou louca, “você não sabe francês!”. Mas eu fazia tradução. Depois nós fomos pra Araraquara com o Sartre... Bom, a minha mulher, a Ruth, ela era de Araraquara, e eu conhecia bem a cidade, estava começando a Faculdade de Filosofia de Araraquara, um professor de lá convenceu o Sartre a fazer uma conferência, e o Sartre e a Simone foram. Dormiram na fazenda do Júlio Mesquita velho, aqui em Louveira e puseram uma cama de casal - os dois já não eram mais casal aquela altura. E aí foram pra Araraquara. Eu fui e levei o Touraine, a mulher do Touraine, naquela época e a filha do Touraine - que se tornou Ministra da Educação do Hollande agora -, Marisol se chamava, era bebe, foi no colo. Eu tinha uma perua Volkswagen, uma perua que na época era moda, e levamos todos pra Araraquara. E lá eu fui pro Teatro Municipal de Araraquara, com a Simone, pra traduzir a palestra sobre feminismo. Ninguém sabia desse negócio de feminismo em Araraquara. Simone era uma princesa, dura; o Sartre era uma pessoa afável, enfim. O Monteil participou ativamente dessas coisas, ele ajudou a organizar a conferência do Sartre e foi o Luís Meyer quem convidou, ninguém sabe disso, e ele topou - e o que é que você fala, pra um monstro sagrado como o Sartre? E o Sartre não queria saber de velho, só queria os jovens. Sartre foi jantar na minha casa. Meu pai foi eleito Deputado Federal e eu herdei a casa dele, então era uma casa boa. As reuniões dos nossos grupos, essas coisas, eram muito lá em casa,

principalmente o jantar, porque a casa era mais decente. Foram lá, o Sartre e a Simone jantar. A Simone ficava: “o que é isso? o que é aquilo?”. Goiabada com queijo, pros franceses é pecado. Mas era assim, não lembro se Monteil foi jantar lá em casa naquele dia... Deve ter ido. Porque como receber Deus em casa, mas nós não tínhamos essa pretensão, era tudo muito autêntico. Em tudo isso o Monteil estava metido. De uma maneira ou de outra ele estava; e ele também, eu nunca soube de participação dele no Partido Comunista no Brasil, mas as inclinações obviamente. As inclinações eram pela esquerda.

**F:** Ele mesmo diz no depoimento, ele trabalhou na Rhodia antes, ele veio pro Brasil como engenheiro, e ele mesmo diz que foi demitido da Rhodia por conta disso.

**FHC:** Aqui ou lá?

**F:** Aqui, aqui no Brasil. Mas isso nos anos 40, então realmente depois eu não consegui encontrar nada que ligasse ele ao Partido Comunista.

**FHC:** Eu não me lembro. Nos anos 40 eu saberia. Porque quem tinha ligação com o Partido Comunista era eu, então eu saberia. Mas não, nunca soube de nada. Outro que pode falar sobre Monteil é o Leôncio Martins Rodrigues, porque o Leôncio trabalhou na DIFEL, conheceu Monteil e o Leôncio teve ligações remotas com o trotskismo, portanto inimigo dos comunistas. Na época o Sérgio Buarque, o Antonio Candido também eram inimigos, porque eles eram mais liberais. Não se usava essa expressão, eram democráticos. E os comunistas eram totalitários. Então havia... os escritores se dividiram. Na União Brasileira dos Escritores havia brigas imensas. Aí pode ver se o Monteil teve alguma participação nisso, eu não me lembro.

**F:** No que foi apreendido na casa dele, que ficou lá no arquivo, têm alguns materiais do “Hoje”...

**FHC:** O “Hoje” era do Partido Comunista, era o jornal.

**F:** Exato. E um recibo de que o Monteil teria emprestado pro jornal 100.000 cruzeiros na época.

**FHC:** É possível. Ele tinha uma...

**F:** ...proximidade.

**FHC:** Ele não tinha ligação direta com o partido comunista, mas naquela época isso era assim, quase todo mundo tinha algum tipo de simpatia. O Partido Comunista tinha uma influência enorme, porque, inclusive, a promoção cultural das pessoas era uma sociedade de ajuda mútua. Havia os Congressos: Congresso da Paz, Congresso não sei do que; e aquilo projetava as pessoas; Jorge Amado era um ídolo, e projetava as pessoas. Na parte de artes plásticas, então... Eram todos comunistas, o Portinari; aquele quadro ali era de um amigo meu, chamado Luís Ventura, trabalhava com o Portinari, por isso tem influência portinariista nisso. Bom, ele foi também comunista, foi por um período, era todo mundo muito jovem, e o Portinari era o ídolo, o Niemeyer...

(terceira pessoa): sim, esse era o clássico comunista.

**FHC:** As grandes referências culturais eram comunistas, Jorge Amado, Niemeyer, Portinari, Di Cavalcanti também.

**F:** É, parece que ele era próximo do Monteil também, o Di Cavalcanti.

**FHC:** Era. Eu fui amigo do Di Cavalcanti, bastante nessa época. O Di é do Rio [de Janeiro], mas veio pra cá, ele era casado com uma inglesa, como que era o nome dela? E

o meu padrinho de casamento chamava-se Burza, era um médico, que foi pra União Soviética, quis fazer Instituto do Cérebro no Brasil. E o Burza era amigo do Di Cavalcanti. O Di era um desorganizado completo. No dia do enterro do Graciliano Ramos, ele me mandou, ele ia dar um quadro do Condé, um daqueles Condés, tinha uma revista cultural importante no Rio, e tinha uma dedicatória lá. Ele brigou com o Condé e mandou pra mim o quadro. Depois eu vendi esse quadro, anos depois, pra um amigo do Severo Gomes, marchand, que não pagava. Eu me arrependo de ter vendido.

(terceira pessoa): hoje estaria valendo bastante.

**FHC:** Eu tenho outro, mas aquele era mais Di, era aquele “As Mulatas” do Di. Outro, o marchand um dia veio com uma fotografia pra eu autenticar se era, e era mesmo tava lá. Porque tem uma dedicatória ao Condé, do Di. Bom, o Di era amigo do Monteil. Mas naquele momento, a intelectualidade artístico-literária era muito de esquerda. A Faculdade de Filosofia... Os professores eram mais, nenhum deles era do partido, nem Florestan; ele tinha sido antes ligado ao cara da Folha, como chamava? Que era chefe dos trotskistas. Mas não tinha militância, e tinha horror dessa coisa de militância, porque ele queria fazer ciência, e não militância. Ele voltou a ser mais esquerdista muito depois, quando veio esse negócio de PT, mas não quando ele era professor nosso ele não era. Não tinha ninguém, Isso tudo era a vida “cultural” que não tinha nada a ver com a vida acadêmica. A vida acadêmica era mais composta, comportada, e tal, objetiva, tinha horror de misturar essas coisas com a vida política.

**F:** A coleção *Corpo e Alma do Brasil* foi ideia do Monteil ou vocês que propuseram pra ele o projeto?

**FHC:** Não, a ideia foi dele. Não me lembro exatamente, mas ele queria fazer. O título é dele: *Corpo e Alma do Brasil*. Eu sempre tive certa dúvida pro causa da *Alma*. (risos). Era um título meio esquisito, mas foi importante aquela coleção, inclusive pra lançar a gente.

**F:** Você enxerga nela um propósito, uma expressão de um debate da época?

**FHC:** Qual era a tônica da esquerda na época? Era o nacionalismo. *Corpo e Alma do Brasil*. Você pode ver que isso durou, nos anos 50 eram os anos de campanha do petróleo, nacionalismo, segundo Getúlio que dá a letra, não o Getúlio, ele nunca teve essas ideias, mas o pessoal que tinha essas ideias ficou mais próximo do Estado. Nós nunca tivemos ligação direta com o Estado. A USP era muito isolada da vida política, mas a esquerda era nacionalista, no mundo, não era só aqui não. Era a União Soviética que tinha essa proposta pra poder se defender da briga com os Estados Unidos. Misturou muito a revolução social com a revolução nacionalista. E havia o terceiro mundo, o terceiro mundo estava se rebelando, então havia essa preocupação. A *Corpo e Alma*, não tinha essa conotação, nem Monteil, não fazia parte de uma estratégia comunista, como de esquerda, era mais uma estratégia acadêmica de conhecer o Brasil. Mas a visão era a da época, dos anos 50 e 60, até o golpe de 64. Nos anos 1960 mudou um pouco, porque aí vem Cuba, isso muda muito com a Revolução Cubana. O Sartre simbolizava essa mudança, com as ideias de guerrilha, que não eram as ideias comunistas. Era uma dissidência profunda. O Partido Comunista apostava na classe operária. Então publica muita coisa sobre a formação da classe trabalhadora.

**F:** Industrialização também é um tema também recorrente...

**FHC:** Também. Desenvolvimento, industrialização... Eu me lembro que nessa época, quando Sartre veio aqui, nós combinamos que nós faríamos um trabalho para a revista do Sartre, *Les Temps Modernes*, um número inteiro foi dedicado ao Brasil, e eu escrevi um

artigo, o Juarez Rubens Brandão Lopes escreveu outro, não lembro mais quem... mas nós escrevemos.

**F:** Isso foi depois da vinda dele pra cá, essa edição?

**FHC:** Ah sim, depois da vinda dele pra cá. Bom, e o Touraine assistiu ao debate do Sartre aqui, depois voltou ao Brasil, mais de uma vez, e pegou o que nós tínhamos escrito. Fez uma crítica, que nem um escrito, começando o diálogo, “você estão pensando que estão repetindo a história da Europa... Porque os movimentos clássicos... E no Brasil o Estado conta, a nação conta”. O Touraine sempre teve uma visão um pouco mais dessa importância, não focava na política, na luta social, a mim, tem muita influência a crítica do Touraine. Ou seja, o pessoal do Rio [de Janeiro] focava em uma coisa que era importante, que era o Estado e a luta política, e nós era (sic) as lutas sociais e o Estado. Bom, no meio disso a questão de negro como uma visão também de luta social. Então, na época, quando chegaram as discussões sobre o movimento de Cuba e os cubanistas aqui, que brigavam dentro do Partido Comunista, se dividiram... Veio a ideia da guerrilha, do foco guerrilheiro, que não tinha nada a ver com a visão que se tinha da luta social, quer dizer, do trabalhador, sindicato, classe... Mais uma coisa *sartriana*, vontade, vontade que faz a revolução. E mudou muito. O que aconteceu foi nos anos 60, e que depois veio o golpe de 64 como reação em parte a isso, e isso acirrou e nós levamos vários anos sob a ditadura por um lado e a revolução “na marra” pelo outro. Não era a visão da época anterior, poderia ser a visão do Monteil porque ele tinha a visão comunista, a visão comunista era a classe trabalhadora, não é o grupo de vanguarda, foquismo, movimento camponês. Mudou muito, as coisas mudaram muito e isso teve reflexo na vida acadêmica também, no modo como as pessoas analisavam esses processos. Então dos anos 60 em diante você tinha uma outra visão. Mas a partir de 64 eu estava fora do Brasil, e quando eu voltei era outro Brasil. As coisas mudam subitamente. Vão mudando lentamente, mas de repente tem algum evento que muda. 64 foi um desses eventos, surpreendeu. Eu conto sempre a mesma história, eu tive que ir embora porque queriam me prender, prenderam o Bento Prado pensando que fosse eu, e eu não tinha nenhuma ligação com partido organizado e nem simpatia pelo governo do Jango. Nada contra, mas eu não tinha nenhuma simpatia pelo Jango, porque na nossa visão classista era um governo vacilante, demagógico, populista, nós tínhamos horror ao populismo. Mas até as pessoas entenderem, não entendiam, achavam que era a mesma coisa, então tentaram me prender, mais de uma vez, cercaram a faculdade. O Maurício Segall, comunista que tinha muita autoridade, filho do Lasar Segall, era quem organizava as saídas do Brasil. Eu fiquei escondido na casa do Farkas. Thomaz Farkas. Leôncio foi comigo. Eu fui a um buffet de um quartel, ninguém sabia, eu estava na praia, e o Maurício decidiu que eu tinha que sair e organizou a saída; Maurício foi meu colega na faculdade de economia, professores os dois, ele era meu chefe, na verdade. E eu fui pro Chile, fui pra Argentina, não fui pro Chile, queria escrever uma tese de cátedra, não queria fazer nada diferente disso. Bem, e a Ruth ficou aqui e foi falar com o reitor. Eu era membro do Conselho Universitário, muito jovem fui eleito pro Conselho Universitário, pelos ex-alunos. E Honório Monteiro, diretor da Faculdade de Direito, era afilhado da avó da Ruth, e meu colega de Conselho. E a Ruth foi lá conversar com Honório saber o que era isso, o que iria acontecer, e Honório telefonou pro Miguel Reale, pai do “Miguelzinho”, Miguel Reale estava no governo, ele “esse aí é um comunista”, eu, (risos), e Honório, disse assim pra Ruth – “o que vai acontecer?” – ele disse: “nada, vai mudar tudo”. Foi o que aconteceu. Mudou tudo.

**F:** Você volta em 68, 69?

**FHC:** Voltei em 68, mau momento, dezembro de 68. Porque do Chile, eu fui pra França e aí eu estava na França quando morreu Lourival Gomes de Machado. Naquele tempo pra



subir na carreira tinha que morrer alguém, não tinha como agora que é aberto, não era; eu era livre-docente quando eu saí do Brasil. Estava escrevendo a tese de cátedra, porque nós íamos competir pra cátedra do Fernando de Azevedo que ia se aposentar. Como eu não pude, o Otavio Ianni se apresentou e perdeu, pro Augusto, pro outro. Esse que ganhou foi aquele que “deu branco” na hora de traduzir pro Sartre. Tio desse Marcelo que escreve na Folha.

(terceira pessoa): Coelho.

**FHC:** Coelho. É, ele chamava-se Coelho também. Rui Coelho. Então, eu fiquei lá, de lá fui pro Chile, quando eu fui, eu ia pra voltar, pra terminar de escrever a tese, depois fui pra Buenos Aires e fiquei na casa do José Nun, ele tinha sido meu colega em Paris, mais tarde foi ministro da cultura de um desses governos peronistas, e recebi um convite pra ir pra lá, porque eu tinha conhecido o Medina Echevarría, um grande sociólogo. Tinha estado no Brasil, eu tinha feito um trabalho pra ele. Ele ofereceu pra ficar na CEPAL. Fui pra ficar rapidamente e fiquei anos lá. De lá fui pra França, quando voltei, fui fazer o concurso de cátedra. Ganhei a cátedra, fui nomeado catedrático, sou o último a ter esse título. Eu sou catedrático, mas foi por pouco tempo, me aposentaram em seguida. Eu tinha 37 anos e já tinha feito toda a carreira.

(terceira pessoa): Logo veio a AI-5, né?

**F:** As aposentadorias compulsórias.

**FHC:** Eu ouvi o AI-5, era o Gama falando. O Gama, eu conhecia muito, “Gaminha” nós chamávamos. Era um “malucão”, típico da Faculdade de Direito. Ia no XI de Agosto, tomar cerveja. Eu não levava o Gama a sério, virou ministro, ele era UDN, um liberal. Então, logo em seguida me aposentaram da USP. Mas o Brasil mudou muito, depois do AI-5 piorou tudo, muito.

**F:** Vocês viam dificuldade pra publicar os livros, pra essa atividade editorial?

**FHC:** Ah, se você vir no Ato Institucional, sim. Na prática, não. Quer dizer, nós fizemos o CEBRAP, vai fazer 50 anos agora o CEBRAP, agora esses dias, abril?

(terceira pessoa): Maio. 14 de maio.

**FHC:** Então, o AI-5 foi em dezembro de 68, em 69 nós fundamos o CEBRAP, com dinheiro, aí sim, não público. Também público, porque era o Dilson Funaro, que foi nomeado secretário do Abraão Sodré. O Dilson contratava, era curioso isso, tinha uma Gazeta Mercantil, jornal, aqui em São Paulo, e quem mandava lá era a gente que tinha sido meio comunista.

(terceira pessoa): Apesar de ser do Herbert Levy.

**FHC:** Na verdade era o Beluzzo, o João Manoel... Mas esse rapaz, o Dilson Funaro, era um bom sujeito, nós jogávamos poker antes na casa do Fernando Gasparian, ele perdia uma e ia pra missa... Ele nos ajudou também, fez contratos com o CEBRAP logo no início, o Governo de São Paulo, era Abraão Sodré, o próprio que assinou o ato me desligando da Universidade, mas cuja filha é madrinha das minhas netas (é o Brasil, né?). Então, mesmo, era mais difícil, lógico, tinha censura, mas logo formaram dois jornais de oposição, o Opinião, que era do Fernando Gasparian, e o outro, mais tarde, que foi uma briga; um foi mais ligado – não era ligado – mas tinha gente do “Partidão” e tinha gente do Pc do B. A censura era engraçada porque, a censura do Opinião, você manda um artigo, o jornal vai pra censura, aí a censura telefona, eles passam você no telefone, “essa palavra pode mudar, aí não dá” (risos). É curioso o negócio ali.

**F:** É meio caricato, né?

**FHC:** É, para esses casos, porque nós éramos da área cultural; para quem pegava no fuzil não era caricato, era tortura mesmo. Mas mudou tudo, completamente, quando veio a redemocratização era outro Brasil.

(terceira pessoa): você tem alguma pergunta final?

**F:** Ah, eu acho que não. Você passou bem pelos pontos que eu queria mesmo conversar sobre...

**FHC:** A Maria Hermínia sabe dessas coisas...

**F:** É, ela tem até a tese dela de livre docência que fala dessa dinâmica, mas eu queria mesmo que o senhor contasse mais, como o senhor falou, dessas polêmicas, o que estava envolvido nesse projeto, eu queria mesmo entender se a coleção fazia parte desse projeto...

**FHC:** Indiretamente

**F:** É, de um projeto político-acadêmico.

**FHC:** Acadêmico. E nessa época, como eu disse, a valorização de estudar o Brasil, essa era a linha; o Florestan vinha bastante nessa linha. Na verdade o que predominou na nossa formação era a escravidão, negros, escrevi muito sobre isso. Meus livros foram publicados lá, no Monteil.

**F:** Os três, *O Capitalismo e a Escravidão*, *O Empresário Industrial*, depois *O Modelo Político Brasileiro: e Outros Ensaios*.

**FHC:** Era nossa editora, ligada à USP, era o Monteil, e no Rio [de Janeiro], como eu disse, era o pessoal do Zahar; eu sei menos sobre o Zahar, sempre que eu ia passava lá pra falar com ele, era um cara interessante, mas eu não sei que ligação política ele teve.

**F:** Nenhuma direta. Todo mundo orbitava um pouco em torno do Partido Comunista, mas sem...

**FHC:** Sem ligação orgânica.

**F:** É que a Zahar não tem nenhuma coleção desse tipo, vamos dizer uma *Brasiliana*, algo que se propõe a discutir o Brasil.

**FHC:** A *Brasiliana* era da Editora Nacional, que era a coleção, a mais importante de todas. Cujo dono era um tio da Marialice Mencarini, como é que ele chamava? Ele era o dono da editora Nacional, essa foi muito importante, muito mais do que a DIFEL em termos de projeção na época. E a coleção *Brasiliana* era a glória, eu coloquei meu primeiro livro lá, *Cor e Mobilidade Social*, em Florianópolis. Aquilo era a glória, era a consagração era publicar na *Brasiliana* da editora Nacional. Acho que era Marcondes.

**F:** Octalles Marcondes Ferreira.

**FHC:** Octalles Marcondes era tio da Marialice por alguma razão. E eu escrevi um livro que vendeu muito na época, chama-se *Estado e Sociedade*, que é meu e do Ianni. Na verdade o Ianni entra com o nome, porque o livro era meu curso que eu dava de Introdução à Sociologia. É um livro de textos, na verdade era uma tentativa de difundir no Brasil o cânone não só francesa, e cada capítulo eu escrevia uma introdução. Era o meu curso de Introdução à Sociologia. Vendeu muito. Era “o” manual por um período. Depois eu nunca mais vi. Depois eu fiz outro, um pouco mais tarde, quando eu voltei do Chile, com Carlos Estavam Martins, que é sobre política e sociedade. Esse teve muito menos difusão do que

o outro, economistas usam ele, mas... *O Homem e a Sociedade*, não lembro como chamava o livro. Mas ali vendia muito.

**F:** O que me interessa entender essa dinâmica de como o público universitário estava crescendo, então esses manuais, essas coleções têm um papel.

**FHC:** Esse livro era um manual. Os outros não. Os do Monteil são livros de referência cultural. Era outro mundo. E agora vai ser outro, com o Bolsonaro.

## **d. Entrevista com Silvia Monteil, São Paulo, 12/06/2019.**

**F:**Qual memória você tem da vinda dos seus avós para o Brasil?

**S:**Meus avós chegaram da França em janeiro de 1937. Meu avô era engenheiro têxtil, ele veio para ser diretor da Rhodia aqui no Brasil. Mas eles vieram com um contrato de apenas dois anos, iriam embora em 1939. Em 1939, estourou a guerra e ele acabou ficando. Eles trouxeram meu tio, que tinha cinco anos quando chegaram. Minha mãe nasceu aqui no Brasil, em 1939. Aqui no Brasil meu avô conheceu muitas pessoas da USP, quando ela ainda estava começando. Havia o departamento de francês, ele se tornou conhecido nesse meio. Percebeu que não havia livros franceses no Brasil e começou a traduzir livros para o português, para que os brasileiros tivessem acesso.

**F:**Quando a guerra acabou, eles pensaram em voltar ou já estavam muito adaptados ao Brasil?

**S:** Não, eles já estavam muito adaptados. E já tinham a intenção de abrir a livraria. A guerra acabou em 1945, mas minha avó contava que eles não conseguiram viajar para a França antes de 1947, porque estava tudo muito destruído por lá. As editoras também ainda estavam se reconstruindo. Meu avô só conseguir ir até lá em janeiro de 1947, vendeu as coisas que ele tinha no Brasil, como sua casa, para comprar livros na França e fundar a livraria.

**F:**No final das contas, sua avó foi quem acabou gerenciando a livraria por muito tempo. Você acha que o fato de eles terem ficado no Brasil também se deve a ela? Ela também trabalhava e era envolvida com livros? Porque a figura do seu avô é muito presente. Eu tenho os discursos dele, tudo o que ele fala sobre a livraria... Mas a sua avó também tinha esse envolvimento?

**S:**Sim, ela trabalhava aqui na livraria, vinha todos os dias. Sempre foi muito engajada. Mas estava mais envolvida com a livraria propriamente dita, era uma espécie de gerente. Já meu avô se dividia entre a editora e a livraria. Minha avó sempre tocou a livraria. Na época em que eles abriram a livraria no Rio de Janeiro, acho que na década de 1950, ela que pegava o caminhão e ia até lá levar os livros. Porque os livros chegavam no Porto de Santos, de navio, na época não havia importação via avião.

**F:**Você sabe de que maneira eles foram construindo uma relação com as editoras francesas?

**S:**Não sei. Eu lembro que quando era pequena muita gente da Difel frequentava o sítio do meu avô. Como era aqui perto de São Paulo, em São Roque, as pessoas iam e passavam

o domingo por lá. Tradutores, por exemplo. Mas eu era muito pequena e sou incapaz de citar nomes.

**F:**Sobre a fundação da livraria, com que outros grupos da cidade, além dos intelectuais da USP, seu avô tinha relações? Por exemplo, agentes culturais ligados ao Masp, à Câmara Brasileira do Livro, outros artistas e intelectuais...?

**S:**Sim, meu avô era muito enfronhado nesse meio intelectual e artístico. Ele conhecia muitos pintores, como o Di Cavalcanti, que ficou na casa do meu avô por quatro meses porque não tinha onde morar. Esse pessoal ainda não era conhecido, mas meu avô tinha muito contato com eles, frequentava esse meio.

**F:**Como seu avô se envolveu nesse meio? Ele veio para trabalhar numa empresa francesa, mas me parece que deixou muito de lado a comunidade francesa e rapidamente se inseriu no meio brasileiro. A Rhodia ficou para trás rapidinho.

**S:**De 1937 até 1947 ele trabalhou na Rhodia. Minha avó contava que, quando ela chegou ao Brasil, não aprendeu português, porque eles conviviam apenas com franceses. Ela só começou a aprender português quando meu tio entrou na escola, porque aí ela precisou se relacionar com os brasileiros. Meu avô nunca quis que minha mãe estudasse em colégio francês, ela estudou no Mackenzie desde pequena. Ele não queria que ela estudasse em liceu e tivesse uma raiz francesa; ele achava que ela precisava de uma educação brasileira e se dar bem com os brasileiros, porque iria viver aqui. Eu também: quando eu era pequena, todo mundo falava para minha mãe me colocar no liceu, mas ela não quis. Meu avô cortou essa raiz francesa. Tem um amigo dele que veio na mesma época, o Jean-Pierre. O filho e os netos dele estudaram no liceu aqui no Brasil. Já meu avô não quis isso.

**F:**Ele se envolveu muito com a realidade brasileira, com o meio cultural. Seus avós dizem que na França eles já se interessavam pelos círculos intelectuais. Seu avô conta, em uma entrevista, que na juventude ele queria ser professor de história e geografia, não queria ser engenheiro. Você se lembra se sua avó comentava sobre a convivência deles com intelectuais na França?

**S:**O que minha avó sempre contava era que a família deles não queria que eles viessem para o Brasil. Se hoje eles acham que aqui só tem mato, imagine naquela época, sem internet para se informar. A família da minha avó ficou muito brava. Mas ela já estava casada há um tempo, meu tio já tinha cinco anos. Não havia o que fazer, ela já era dona de si. Quando meu avô chegou no Brasil, ele já tinha mais de trinta anos, não era aquela pessoa que chega novinha, com vinte anos.

**F:**E tinha uma relação de trabalho definida.

**S:** Sim, tinha um contrato que já definia a ida e a volta. Ele ficaria por dois anos, como *expatrié*, acredito. Provavelmente para ganhar um bom dinheiro e depois voltar para a França, tocar a vida. Mas quando chegou aqui tudo mudou. Primeiro, porque começou a guerra. Segundo, porque talvez ele tenha se identificado com o país e com as pessoas que conheceu. E acabou ficando.

**D:** E ele também era amigo dos professores que vieram na Missão Francesa das USP. Departamentos de Letras, História e Geografia. O próprio Roger Bastide, que teve livros traduzidos pela Difel. Acho que o fato do *monsieur* Monteil gostar tanto de história e geografia contribuiu com esse processo. Tinha o Milton Santos... E depois tudo começou a se juntar.

**F:** Sílvia, quais familiares dos seus avós ficaram na França?

**S:** Meu avô deixou sua mãe e três irmãs. Já minha avó, suas irmãs; sua família também era formada por um homem e três mulheres. Ambas as famílias eram de Lyon, na França. Eu conheço bem a família da minha avó, mas praticamente perdemos contato com a família Monteil, do meu avô. Na época eles foram para Paris, acho que as irmãs não se casaram nem tiveram filhos. A *tante* [inaudível] eu sei que não se casou nem teve filhos. A *tante* Andrée também acho que não. A família dele era muito pequena, nunca tivemos contato. Porém, com a família da minha avó tenho contato até hoje. Quando morei na França, sempre conversava muito com a minha tia-avó – irmã da minha avó, que ainda estava viva. O pai da minha avó era farmacêutico em Lyon, ele tinha uma farmácia que passou para o irmão da minha avó, que depois acabou vendendo, porque também não teve filhos e não tinha ninguém para assumir.

**F:** Você comentou que a família do seu avô era de costureiras.

**S:** As irmãs dele costuravam e tinham uma loja de roupas para crianças em Lyon.

**F:** Antes de eu descobrir o dossiê do seu avô no Dops, você já tinha comentado sobre o envolvimento dele com política. Pelo perfil da Difel, era uma coisa que eu já sentia que existia. Até porque o meio intelectual do Brasil nesse momento é muito politizado, sobretudo o de São Paulo. Você pode contar um pouco o que sua avó e sua mãe falavam sobre esse envolvimento político dele?

**S:** Elas falavam que ele estava muito embrenhado mesmo nessa história de política. Ele foi preso em 1948, na época do Getúlio Vargas. Não sei quanto tempo ficou na cadeia, mas deve ter sido alguns dias. Depois, na época de 1964, parece que a livraria era muito perseguida. Entrava polícia aqui direto; prenderam o gerente da livraria; vinham ver os livros. Uma vez, o gerente foi para a delegacia prestar depoimento porque estava vendendo *O Vermelho e o Negro*, do Stendhal. Nessa época, meu avô teve que fugir. Ele passou um período escondido no sítio de São Roque. Lá não tinha telefone, e ele não podia acender a luz nem sair da casa, então minha mãe levava comida para ele durante semana, em dias alternados e nos horários mais malucos possíveis, para que ninguém descobrisse que ele estava lá. Quando iam encontrá-lo, ele fugiu de novo. Foi pulando de

cidade em cidade, até Porto Alegre, onde tinha alguns amigos. Foi assim que conseguiu escapar e evitar a prisão.

**F:** Não consegui encontrar nada sobre essa parte dos anos 1960. Peguei o livro do Marcos Antônio Coelho. Algumas pessoas contam que ele era um ponto de apoio de militantes comunistas importantes.

**S:** Sim, ele não foi preso porque conseguiu fugir. Mas ia ser preso, e provavelmente até morto.

**F:** E qual era o perfil da sua avó? Ela esteve muito tempo à frente da livraria. Como ela lidava com o trabalho, com a vida pessoal, como você se lembra dela?

**S:** Minha avó tinha um caráter muito forte. Era uma pessoa magnífica, nos dávamos muito bem. Ela tocava a livraria com braço de ferro. Ficava muito na loja, atendia muitos clientes, que conversavam muito com ela. Alguns vinham e conversavam por horas. Ela era um ponto de referência da livraria. Já a minha mãe ficava nos bastidores, fazia o trabalho mais duro de importação.

**F:** Seu avô morreu em 1973, de forma meio repentina. A partir da morte dele, elas tiveram que assumir a livraria. O que elas contavam sobre isso?

**S:** Minha mãe falou que foi um período bem difícil, principalmente para mulheres sozinhas. Ela já estava separada do meu pai há muito tempo. Era uma sociedade mais machista. Se até hoje ainda tem machismo, imagine em 1973. Foi muito difícil para elas. Os abutres cresceram o olho sobre a editora, que dava mais dinheiro que a livraria. Elas tiveram que optar entre uma e outra, e venderam a editora por um preço muito baixo.

**F:** Então foi nesse contexto, por volta de 1976, que elas abriram mão da editora.

**D:** Acho que foi em 1974 ou 1975. Porque foi em 1974 que eu precisei escolher entre ficar na Difel ou vir para a livraria. O sr. Jaci me despediu, e no dia 2 de fevereiro de 1974 eu comecei aqui na livraria. Havia começado a trabalhar na Difel em 2 de maio de 1973, trabalhei um tempo curtíssimo com o seu avô, Sílvia. Em dezembro ele faleceu, então me deram um ultimato: ficar na Difel ou ir para a Livraria Francesa. Em 1974 entrei para a faculdade, para estudar francês. A livraria tinha mais a ver.

**F:** Sílvia, sua avó e sua mãe tiveram que assumir os negócios. Eu imagino que como elas já trabalhavam aqui, já estavam por dentro. Mas ainda assim, houve algum tipo de reorganização?

**S:** Elas não me contaram esses detalhes, eu era pequena.

**D:** E eu estava começando a trabalhar aqui, ainda não tinha essa intimidade. Só sabia o que me contavam. Quando comecei, não ia até o fundo da livraria, só ficava aqui no meio.

**F:** Quando sua vó morreu, Sílvia? E até quando trabalhou na livraria?

**S:** Ela morreu em 1997. Trabalhou na livraria até 1994, quando quebrou o fêmur e teve que parar. Ela nasceu em 1908, já tinha mais de oitenta anos. Até os oitenta anos ela vinha com mais frequência, depois começou a vir só no período da tarde, por exemplo.

**F:** Não explorei muito a biografia da sua mãe, porque não é o meu período de pesquisa. Mas acho interessante a gente entender a história da livraria também com sua mãe à frente. Inclusive porque, quando tive acesso ao processo de naturalização do seu avô, descobri que ele só a conseguiu por ter uma filha brasileira, já que ainda não tinha dez anos de residência no país. Sua mãe, portanto, acaba sendo o vínculo. Ele fez o pedido em 1940, quando a França foi invadida pelos nazistas.

**S:** Acho que ele pediu para não ter que ir à guerra.

**F:** Sim, porque ele era reservista, havia servido o exército na França.

**D:** Mas o seu tio foi para a França servir o exército, não foi, Sílvia?

**S:** Não lembro, acho que sim. Ele era um pouco nebuloso para mim, porque ele sumiu do mapa, se afastou da família. Quando o conheci de fato, quando começamos a conversar, depois que ele voltou ao Brasil, eu já tinha dezoito anos. Ele morou muito tempo fora, em vários lugares da Europa. Ele contava algumas histórias, mas era mais distante. Ele era engenheiro de som, nunca se envolveu com a livraria. Na verdade, trabalhou por um período na filial do Rio. Mas ele teve uma vida mais atribulada, digamos. Casou-se no Brasil, deixou uma filha aqui e foi embora, só voltou muito tempo depois. Já minha mãe era muito ligada à livraria. Quando ela fez vinte anos, meu avô disse para ela escolher entre ficar na livraria ou fazer faculdade. Ou seja, ele praticamente não deixou ela fazer faculdade. Foi uma escolha entre livraria ou livraria. Meu avô a levava muito para a França, para conhecer as editoras, os livros. Quando ele morreu, ela precisou assumir. E aqui trabalhou a vida inteira. Trabalhou muito. Faleceu em 2005, e trabalhou até o dia em que foi ao hospital e faleceu.

**F:** Como era sua mãe no cotidiano da livraria? Ela também virou uma referência, como sua avó? Quando eu digo que estou estudando a livraria francesa, todo mundo lembra da *madame* Monteil.

**S:** Minha mãe não ficava muito na loja.

**D:** Somente aos sábados.

**S:** Sim, ela trabalhava mais no escritório, como eu faço agora. Ela fazia o que eu faço hoje, ou seja, cuidar dessa parte da importação dos livros, trabalhar junto à França. Ela



ficava nos bastidores, não aparecia muito para o público. Já meu irmão, que trabalhou aqui também e morreu muito jovem, com 33 anos, era gerente da filial. Muita gente até hoje me reconhece como a irmã do André, não como Sílvia. Porque ele era uma referência, era extremamente simpático, lidava com a loja, com o público, como minha avó. Diferente da minha mãe, que trabalhava nos bastidores e era a locomotiva da livraria.

**F:**No fim, a Livraria Francesa é uma livraria das mulheres. O Monteil foi responsável pela fundação, tinha uma presença e uma ligação com a cidade muito fortes. Mas a livraria acabou sendo liderada por três mulheres, até chegar em você, Sílvia. Você vê a livraria dessa maneira?

**S:**Nunca tinha pensado nisso. Para mim, foi uma coisa natural: comecei a trabalhar na livraria na adolescência, e desde criança já vinha para cá. Quando éramos pequenos, eu e meu irmão vínhamos aos sábados, porque minha mãe não tinha com quem nos deixar. Minha avó não permitia bagunça na livraria, então a gente se sentava no mezanino, que tinha almofadas no chão, e lia livros infantis. Foram muitos sábados assim. Depois, comecei a querer vir nas férias também. Quando tinha dez anos, comecei a conferir mercadoria junto com o pessoal que trabalhava lá embaixo. Eu marcava os preços nos livros – na época, o preço ficava no próprio livro, pois não existia computador. Para mim, aquilo era genial, eu adorava. Depois, minha mãe me colocou para trabalhar, meio período, com as revistas. Mas aí resolvi fazer faculdade, fui estudar Biologia no interior, em São Carlos, e saí da livraria. Trabalhava nas Bienais, vinha dar uma força, porque precisava de bastante gente. Na verdade, nunca fiquei completamente afastada da livraria, sempre mantive um vínculo, fosse a Bienal, fosse outro evento. Acabei ficando muito tempo fora daqui, fiz mestrado e doutorado. Em 1998, meu irmão faleceu, quando eu tinha acabado de entrar no doutorado. Fiquei na dúvida se iria continuar ou não, mas minha mãe insistiu que eu continuasse. E eu sabia que iria me arrepender se abandonasse um doutorado na USP. Fui até o final e, em 2002, defendi minha tese. Assim que entreguei a tese, optei por trabalhar na livraria, mas fiz questão de terminar meu doutorado antes. Em janeiro de 2005 minha mãe faleceu, portanto, tive muito pouco tempo para trabalhar com ela e aprender exatamente o que ela fazia. Quando ela faleceu, foi um choque muito forte na França, pois ela era uma referência. Dois meses depois, em março, fui para o Salão do Livro, e as pessoas não me conheciam, tive que me apresentar como sua sucessora. Me lembro que em 2002 as pessoas falavam que eu mexia com bicho, que minha mãe sempre falava que eu não tinha nada a ver com a livraria. Mas eu respondia que havia nascido ali dentro, nas prateleiras da livraria, e conseguiria tocar. Mas houve muita desconfiança no início. Quando minha mãe morreu, foi um choque muito forte para eles. Em março de 2002, a desconfiança no meu trabalho era total. E eles tinham razão, porque não me conheciam, sabiam que eu me dedicava a outra área. Mas eu sempre me apoiei na equipe, que era muito boa, principalmente na Daisy, que era meu suporte e minha referência à época. E a livraria era muito coesa, havia pessoas que trabalhavam aqui há tempos, que gostavam muito da livraria e, é claro, me ajudavam muito. Sozinha eu não iria conseguir. Nesse tempo, fui aprendendo e a livraria foi ficando um pouco do meu jeito.

**F:**Foram necessárias muitas mudanças nesse período? São dezessete anos... E quanto à sua relação com os franceses?

**S:**Foram cerca de dois anos para mostrar que minha gestão era sólida. De qualquer forma, a gestão continuava sendo Monteil, como foi desde 1947, e esse nome é a referência para os franceses. Todos da área de exportação conhecem. Ao ouvir Monteil, eles já sabem que estão tratando com a livraria do Brasil, que está aqui há 72 anos. Até hoje, este é o suporte da livraria. É claro que passamos por muitas mudanças, tal como o próprio mercado, a própria estrutura de ensino básico no Brasil. Por exemplo, de repente o espanhol se tornou obrigatório, agora não é mais. Na época da minha mãe, um golpe que a livraria sentiu bastante foi a retirada da obrigatoriedade do francês nas escolas. Até a década de 1970, era obrigatório, e com isso a livraria já mudou um pouco. Hoje em dia, as coisas mudam muito rápido, é muito difícil, acompanhar. Mas ainda somos um mercado de nicho, somos referência em livros franceses. E a solidez também se deve ao tempo de existência da livraria. Muito poucas empresas duram 72 anos. As demais livrarias obviamente mudaram. E o público também muda. Hoje, por exemplo, vendemos poucos dicionários, por conta da internet. Guias de turismo, a mesma coisa. Você pode digitar no Google: “O que fazer em Paris – 5 dias”. Existem os blogs... Livros de culinária também não vendemos como antes, porque também está tudo na internet. E esses livros eram muito bonitos, ilustrados, por isso vendíamos muito. É necessário se adaptar a tudo isso. Antigamente, em início de ano letivo encomendávamos mil dicionários. Vinham de navio! Agora eu encomendo cem e eles ficam na livraria o ano inteiro. Tudo é diferente, inclusive o faturamento.

**F:**O forte hoje é o setor didático, de ensino de línguas?

**S:**Esse sempre foi o pilar da livraria. Entre 60 e 70% do faturamento sempre foi proveniente de didáticos. Mas hoje tudo está em PDF na internet. E as universidades usam muito xerox, por isso praticamente não vendemos para universitários. De fato, é uma briga que acontece desde que existe o xerox. Me lembro que uma vez fui à USP com minha mãe e eles vendiam a *Gramática Progressiva*, a azul, pronta no xerox. Era só pedir. O livro custa R\$100,00, eles vendiam a R\$20,00. Fui com a minha mãe à Câmara Brasileira do Livro, ao setor da ABDR, a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, e o advogado disse que não se podia fazer nada, porque as gráficas abriam e fechavam muito facilmente, era um negócio muito rentável. As principais universidades que fazem isso são a USP, o Mackenzie e a PUC, ou seja, as três maiores. Se você passa na rua Maria Antônia, na frente do Mackenzie, tem um monte de gráficas tirando xerox. Dentro da USP tem. Quando eu fiz universidade, também tirava muito xerox. Mas na minha área era um pouco diferente, porque muitos dos livros estavam esgotados.

**F:**E a relação com as Alianças Francesas ainda é importante? Vocês se lembram quando começou o fornecimento de material?

**S:**Sim, eles compravam da gente. Certa época, por volta dos anos 1990 ou 2000, havia uma outra livraria aqui em São Paulo, de um livreiro argentino que importava os livros da França e os vendia por um preço muito mais baixo, e a Aliança Francesa comprava. Essa livraria era. Nessa época o diretor da Aliança falava para a minha mãe que infelizmente não poderia comprar da gente, pois o preço da outra livraria era quase menor

que na França. Não sabíamos como eles faziam, que método de importação tinham. Quando eu estava começando a trabalhar aqui, em 2002, eu e minha mãe estávamos em casa e recebemos uma ligação de um rapaz da França. Ele estava no aeroporto e disse que tinha uma coisa séria para dizer. Fomos tomar café da manhã juntos para conversarmos. Ele era da editora Hachette e queria saber sobre a outra livraria. Na época, eu estava fazendo uma tabela de preços, avaliando o mercado. E as demais livrarias tinham preços parecidos com os nossos, a única exceção era aquela. Passei essas referências para ele, e no dia seguinte fomos à filial da Hachette. Eles nos contaram que aquela livraria não pagava a editora havia muito tempo. Por isso eles faziam preços tão baixos: não pagavam os fornecedores! Assim, é fácil. A partir desse momento, a editora parou de fornecer para aquela livraria, e nós começamos a fornecer para a Aliança. Até o dia em que a Aliança parou de comprar livros – na verdade, seu estatuto proíbe a compra de livros para revenda, pois ela é uma entidade sem fins lucrativos. Para não perder o status de instituição filantrópica, a Aliança parou de comprar livros, e seus alunos começaram a comprá-los em outros lugares. Evidentemente, por uma parceria natural entre nós, os alunos sempre recebiam a indicação da Livraria Francesa para adquirir os livros dos cursos. É uma parceria muito forte até hoje. Eu falo para eles: vocês dão aulas de francês, nós só vendemos livros franceses, por isso precisamos nos unir, pois é um nicho muito pequeno. E a maioria dos alunos de francês da Aliança estudam por prazer, porque é uma língua da qual o brasileiro gosta.

**F:** Como você vê a história de 72 anos da Livraria Francesa? E esses últimos anos, em que você está à frente, em que a economia do país passa por dificuldades em todos setores? Como você compreende esse espaço tradicional da cidade de São Paulo, essa livraria importante para a história do livro e para a cultura no Brasil?

**S:** Quando comecei a trabalhar aqui, em 2002, fazíamos muitas feiras, como Bienais do Livro, fora de São Paulo. Em Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Curitiba... Mas essas feiras foram rareando, então não temos mais o mesmo alcance. É preciso, ainda, considerar a internet – há muita venda online, principalmente de livros. E nós também estamos vendendo em *market place*, Mercado Livre, nos associamos a outras plataformas para ampliar nosso espaço de vendas. É o que todo mundo está fazendo. Isso é bom, porque alcançamos um número muito maior de pessoas, mas não temos o alcance físico. A feira de Belo Horizonte, por exemplo, não existe mais. No Nordeste há poucas, e não vamos mais, por conta da distância. É muito dispendioso se deslocar com livros para lugares muito distantes. O faturamento nas feiras também caiu muito, então é preciso pensar se o gasto será compensado. Gasto com transporte, estande, pessoal, alimentação, hotel... Por tudo isso, estamos nos deslocando cada vez menos. Muitas feiras que ainda existem se transformaram, por exemplo, se tornaram mais populares ou mais voltadas para o público adolescente, livros de YouTuber, lances de internet que acabam deslocando o foco da feira, do livro para lançamentos, por exemplo. É tudo muito diferente. No último ano, estamos sofrendo muito, porque houve esse abalo no mercado livreiro com as questões da Cultura e da Saraiva, que pediram recuperação judicial. Perdemos muita credibilidade na França por conta disso. Eles pensam: se a Cultura e a Saraiva estão mal, imagine você! E eu insistia, mas ano passado eles cortaram o fornecimento, justamente em um período em que precisávamos muito de livros, no início do ano letivo (janeiro, fevereiro, março). Faltou muito livro, e eu fiquei na luta para convencer os franceses. Em certa época, nem *O Pequeno Príncipe* nós tínhamos na livraria. Um dia eu cheguei para trabalhar e havia um

cliente francês. Ele pediu *O Pequeno Príncipe*, mas não tínhamos. E ele disse que iria até a Livraria Cultura comprar. Pedi para ele esperar, olhei no site, e descobri que na Livraria Cultura também não tinha. Quer dizer, ninguém tinha. Escrevi para a França dizendo que não havia um exemplar de *O Pequeno Príncipe* no Brasil, e pedi pelo amor de deus para me enviarem livros. A duras penas, consegui um pouco de crédito na França para, pelo menos, fazer a reentrada escolar da Aliança Francesa, pois a escola já estava desesperada. Mas foi terrível. Nós tivemos que mandar dezoito pessoas embora. Agora estamos pequenos, mas continuo na briga. Consegui mais garantia, a tendência esse ano é retomar o ritmo praticamente normal. Está difícil, mas eu sou brasileira e não desisto nunca.

## **e. Entrevista com Daisy Michi, São Paulo, 12/06/2019.**

**F:** Daisy, você começou a trabalhar na Livraria Francesa em 1973. Como você conheceu a livraria?

**D:** Quem me colocou em contato com a livraria foi a minha tia. Depois, se vocês quiserem conversar, ela tem subsídios melhores, pois trabalhou junto com a mãe da Sílvia na Difel, na época em que a Claudie era secretária do sr. Monteil. Eu entrei em 1973, pois minha tia e a Claudie ficaram grávidas ao mesmo tempo.

**F:** Você começou trabalhando na editora Difel?

**D:** Sim. Quando saí do colégio, tinha intenção de fazer faculdade. Entrei em Letras Orientais – Japonês, mas tirei 2,5 na primeira prova e saí do curso, fiquei apenas seis meses. Eu não havia tido nenhum contato com a língua japonesa na infância, para mim aquilo era hieróglifo, não era kanji. Então, comecei a trabalhar. Saía da editora e ia para o cursinho, fiz vestibular novamente e consegui entrar em Letras – Português/Francês, que é uma língua neolatina, mais próxima à nossa. No colégio eu já gostava de francês.

**F:** O que você fazia na Difel?

**D:** Atendia porta, telefone, era recepcionista. Depois, como o sr. Monteil descobriu que eu estava fazendo cursinho, comecei a escrever cartas. Aquelas cartinhas padrão, eu só mudava o cabeçalho e copiava o texto. Quando vim para a Livraria Francesa, também comecei nos bastidores, não trabalhava na loja. Fazia cotação de livros para a USP. Precisava procurar os livros na loja – é claro que eu pedia ajuda para o pessoal que estava há mais tempo – e depois bater as listas, que eram enormes. Vendíamos muito livro para a USP. Depois, no final dos anos 1970, foi rareando. E então houve uma época em que os professores vinham, escolhiam e compravam por lote.

**F:** Durante o tempo em que você trabalhou na Difel, o sr. Monteil era vivo. Você se lembra dele?

**D:** Eu morria de vergonha. Quando ele chegava, cumprimentava todo mundo. Dizia bom dia para todo o escritório, o que eu achava muito legal. Ele estava sempre querendo saber da gente, por isso soube que eu fazia cursinho. E disse para me passarem as cartas. Mas foi ótimo trabalhar como recepcionista, porque muitas pessoas interessantes frequentavam a editora. Eu via o professor Edgard Carone, o Sérgio Buarque de Holanda.

**F:** O Sérgio Milliet também trabalhou bastante na Difel.

**D:** Não me lembro dele, mas me lembro de seu primo, que sempre vinha à Livraria e era muito falante, batia papo com todos.

**F:** Você se lembra dos sócios do sr. Monteil na Difel? Havia o Georges Lucas, que foi sócio da livraria e trabalhava na Difel.

**D:** A gente morria de medo do monsieur Lucas! Ele tinha a Livraria Larousse dentro da Aliança Francesa.

**F:** Pelas informações que consegui, entendi que ele era um business man.

**D:** Por isso aquele sensitivo brasileiro escreveu um livro sobre ele. A Linette Lucas, sua esposa, escreveu um livro sobre ele, publicado em uma coleção super importante [...] uma coleção de capa preta. O monsieur Lucas sempre vinha à livraria, e tínhamos medo dele porque todos diziam que ele era um homem terrível. Eram quatro secretárias: a Márcia, a Mia, a Lenita e uma quarta; todas elas ficavam ansiosas quando sabiam que o sr. Lucas viria. Ele era o oposto do sr. Monteil. Parecia aqueles lordes ingleses bem espevitados, vestia-se sempre todo de preto, com um guarda-chuva pendurado. Era bastante característico, eu me lembro dele assim. Quando o Michel Foucault veio aqui na livraria, também levamos um susto, porque ele também veio com aquela roupa característica, com a blusa de gola alta. O Foucault conversou com a Claudie e nós ficamos atrás dele, apenas olhando.

**F:** Quem estava à frente da Difel nessa época era o sr. Monteil?

**D:** Sim, até seu falecimento. Às vezes eu saía da editora para ir para o cursinho e, como tomava o ônibus na Praça da República, as funcionárias pediam que eu deixasse algum livro na livraria. Por isso eu sempre vinha aqui. Era naquela mesa do fundo, onde hoje eu trabalho, que o sr. Monteil ficava, sempre fumando um cachimbo.

**F:** Como foram as coisas quando ele faleceu?

**D:** Foi uma comoção. Ele foi enterrado no cemitério do Morumbi, eu fui ao velório de carona, mas são memórias um pouco nebulosas. Depois, disseram-me que eu teria que escolher entre a editora e a livraria. Todo o escritório da Livraria Francesa foi para o andar de baixo, onde há um espaço conhecido como aquário. Vieram a Mia, que estudara francês; a Lenita, que estava estudando Filosofia; a Marguerita, filha do sr. De Lucca, dono da Livraria Italiana; a Claudie e a Chantal, sua secretária nessa época.

**F:** Como foi seu começo na livraria?

**D:** Como eu havia trabalhado com a correspondência na Difel, me colocaram para trabalhar com tudo que envolvesse o secretariado nacional, relacionado ao reembolso postal, por meio do qual ainda vendíamos os livros da Difel. Trabalhavam comigo a Mia, a Lenita e a Rita, que saiu quando estava terminando a faculdade. Depois, passei para a cotação, que fiquei um longo tempo fazendo. Havia muitos pedidos das bibliotecas da USP – as faculdades de Educação, de História e Geografia, de Direito. E o departamento de Letras, é claro. Um professor de Letras – Francês da USP, Albert Audubert, tinha um lugar cativo na livraria, pois vinha sempre para ler as revistas da semana. A USP comprava livros e seus professores também frequentavam a livraria. Isso foi rareando aos poucos. Até o falecimento do Maurício Tragtenberg, que era uma referência, a Fundação Getúlio Vargas também comprava muitos livros. Mas, ao longo do tempo, a própria leitura em francês foi diminuindo.

**F:** Vendia-se também para universidades fora de São Paulo?

**D:** Aqui, vendíamos para todas as unidades da Unesp. São José do Rio Preto, Presidente Prudente... Fora do estado, vendíamos muitos livros de História e Geografia para a UFPE, onde lecionava o famoso e badalado professor de geografia Manuel Correia de Andrade. Ele sempre vinha à livraria. Também vendíamos bastante para a região Sul: Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, que era muito assídua.

**F:** Então a Livraria Francesa tinha um alcance nacional, para além de São Paulo e Rio de Janeiro?

**D:** Sim! Quando vim trabalhar aqui, o setor de reembolso postal ficava no andar de cima, mas teve que ser transferido para um espaço maior, no estoque, lá embaixo, pois eram muitas vendas por esse meio. Às vezes eram enviados entre duzentos e trezentos pacotes por semana.

**F:** Em minha pesquisa, estou buscando mapear essas instituições de outros estados e compreender a importância da livraria tanto na importação de livros para o Brasil como um todo quanto na formação das bibliotecas universitárias, pois é nas décadas de 1960 e 1970 que as universidades brasileiras se fortalecem.

**D:** Até os anos 1980, essas universidades compravam bastante. Então, foi diminuindo, pois cada professor tinha uma verba para usar como quisesse, e muitos viajavam para a Europa e traziam os livros diretamente de lá.

**F:** Qual era o perfil do catálogo da livraria? Havia mais literatura ou mais livros universitários?

**D:** O catálogo era muito interessante. O acervo de História e Geografia, por exemplo, era impressionante. Me lembro que o Jobson vinha muito à livraria; eu o conhecia pois estudei no cursinho Objetivo. Havia também um professor de História Medieval que frequentava muito a loja, tudo o que chegava já separávamos para ele. O Ricardo, que foi meu professor de História do Japão e era muito amigo do Heródoto, outro frequentador. Eles faziam a cerimônia do fogo. Geografia, nem se fala. O forte da livraria era História, Geografia e Ciências Sociais. Havia também muitos livros de Filosofia. Mas, ao longo dos anos, foi decaindo, e deixamos de encomendar muitos títulos de História e Geografia. Já os volumes de literatura eram muito solicitados, mas sobretudo Teoria Literária. Um amigo meu que estuda Proust sempre vinha pedir livros. A gente se preocupou em fazer um catálogo bem-nutrido e com foco nos professores universitários de ciências humanas. Havia também muitos livros de Direito, mas foram diminuindo ao longo do tempo. Recebíamos muitos livros para as Bienais, onde vendíamos muito. E tem assuntos pontuais: aquele cliente que só se interessa por Napoleão, outro por Revolução Francesa, Monarquia, Cinema...

**F:** Quem eram as personalidades famosas que frequentavam a livraria?

**D:** Muita gente. Maurício Tragtenberg; Paulo Arantes e outros professores de Filosofia; Comparato, do Direito. Edgard Carone, que fez parte da Difel... Também vinham muitas pessoas que eu não atendia diretamente.

**F:** O público frequentador da livraria era brasileiro? E a comunidade francesa?

**D:** Sim, era brasileiro.

Sílvia: Até hoje, nosso público é 92% brasileiro. Já tentamos nos aproximar das associações francesas, dos expatriados. Mas eles têm familiares na França, que os enviam livros, ou viajam para lá com frequência e eles próprios trazem. Para eles, a livraria não é muito diferente.

**F:** Mesmo na década de 1970, quando a livraria era um ponto de encontro, ela não atraía o público francês?

**D:** Me lembro de algo bastante interessante. Quando a Júlia, a primeira filha do Olivier Anquier, nasceu, ele a trazia para a livraria, sentava-se e lia para ela histórias em francês. Foi no período em que eles moravam em Higienópolis. Há pouco tempo, o Joaquim também veio. Mas muito raramente vêm pessoas francesas.



**Sílvia:** O Anquier mora aqui perto e gosta muito da livraria. Recentemente, na Folha de S.Paulo, ele a apontou como um dos lugares imperdíveis de São Paulo.

**D:** O monsieur Claude Bernardet, a Olgária Matos... todos frequentavam. Mas meu problema foi sempre ser muito tiete. Nunca conseguia atender direito! O Antonio Candido era outro professor que ia sempre à filial.

**F:** A livraria era uma referência também para os estudantes? Acredito que eles circulavam mais pelo centro de São Paulo.

**D:** Que eu me lembre, passaram muitos estudantes de Direito, Geografia, História.

**F:** O professor Gilberto, da Letras, seu colega, fala muito da livraria.

**D:** Porque ele cursava Aliança Francesa, depois foi estudar Direito e Letras, e a livraria sempre foi seu ponto de referência. Mas ele é au concours, porque sempre estudou e gostou muito de francês. Nós temos um amigo em comum, foi assim que o conheci.

**F:** Suas atividades na livraria ficaram mais relacionadas à parte brasileira? Ou em algum momento você também trabalhou com as importações da França?

**D:** Minha única ligação com a importação é agora, quando escolho livros. Aprendi a escolher livros com a mãe da Sílvia, a Claudie. Ela sempre recebia as revistas, os catálogos, e nós recortávamos. Depois, começamos a receber a Livres Hebdo, uma revista semanal com as novidades editoriais, os lançamentos. Nós líamos, decidíamos o que encomendar e já começávamos a oferecer para os clientes.

**F:** Era preciso conhecer bem os clientes. Cada atendente da livraria tinha seus próprios clientes?

**D:** Não. A maioria dos outros funcionários não sabia francês, mas eu tinha estudado e conseguia ler os resumos dos livros. Por isso ajudava a Claudie com os catálogos. Ela apontava os livros, depois verificávamos se havia potenciais compradores. Alguém compraria determinado livro? Se não, deixávamos de encomendar, ou pedíamos em menor quantidade. Aprendi isso tudo com ela, que anteriormente fazia esse trabalho com o sr. Lepetier, que foi gerente da livraria até falecer por conta de um câncer na garganta. Era ele quem conhecia, por nome, praticamente todos os clientes; sabia quem estava devendo para a loja. Nós trabalhávamos com umas fichas verdes, notas de exame todas

feitas à mão. Quando um livro era vendido, tirávamos a etiqueta e alfinetávamos, como fazem os franceses. Era impressionante, os clientes reparavam nisso, pois era tudo igual ao que era na França.

**Sílvia:** O estoque era feito com base nessas etiquetas. Quando o livro chegava, recebia uma etiqueta com o título e a editora, que era destacada no momento da venda. Em casa, quando criança, ajudava minha mãe a separar os livros por editora.

**D:** Até um tempo atrás, ainda recebíamos revistas e catálogos das editoras impressos. Hoje, está tudo na internet. Duas vezes por ano, ainda recebemos dois representantes, um de didáticos e outro geral, que nos mostram uma série de catálogos a partir dos quais selecionamos os livros.

**F:** Imagino que você seja uma grande conhecedora do mundo editorial francês. Qual é sua relação com os livros?

**Sílvia:** A Daisy conhece tudo! Ela sabe quais livros estão esgotados...

**D:** De fato, eu conheço. Sou fã de algumas editoras, das quais sabia praticamente todos os títulos. Atualmente não, porque fomos diminuindo os pedidos. Mas, às vezes, fazíamos pedidos gigantes. Por exemplo, o catálogo inteiro de Minuit. Eu gostava muito de Minuit, Seuil, Les Belles Lettres, que era impressionante. Havia uma editora pequena, da qual deixamos de encomendar pois ela não tinha mais público, a José Corti. Se não me engano, está no Boulevard Saint-Michel. Ela é pequena e parece que parou no tempo. Quando fiz estágio na França, em 1989, para o curso de livreiros, eu e minha colega de curso visitamos várias editoras. Foram três meses de curso; agora o formato é diferente, são apenas dez dias e depois há outras atividades. Trabalhei por quinze dias em uma pequena livraria, próxima ao Jardim de Luxemburgo. Fomos à PUF, à Gallimard – nesta última, a convite da editora. Visitei o Corti, a Belles Lettres, que continuou no mesmo lugar.

**Sílvia:** Na década de 1980, a matriz francesa da Belles Lettres sofreu um incêndio que destruiu todo o seu estoque. Então, aqui na livraria temos edições que não existem mais na França. Eles reconstituíram o estoque francês, mas principalmente com brochuras. Aqui, temos muitos exemplares de capa dura. Uma raridade.

**F:** A Livraria Francesa já foi o maior acervo de livros franceses fora da França. Ainda é assim?

**Sílvia:** Talvez.

**D:** Acredito que ainda seja um dos maiores. Às vezes, grande parte do que está aqui não existe mais nas próprias editoras.

Sílvia: Outro dia, pelo Facebook, uma pessoa que mora na França nos procurou para comprar um livro. Foi a Simil. Ela ficou preocupada por não ser brasileira e não ter CPF, mas isso não nos impede de enviar o livro.

**F:** Quantos títulos há na livraria atualmente?

Sílvia: São cerca de cem mil títulos cadastrados no sistema, ou seja, livros que já passaram pela livraria. É difícil quantificar quantos existem hoje, mas ainda são muitos.

**F:** Mas ainda é um acervo importante. Se não é uma referência para a comunidade francesa no Brasil, é uma referência...

**D:** Eu estava falando dos livros antigos. Por exemplo, a VRIN, que fica na Place de la Sorbonne, próxima à universidade. Se não me engano, temos mais livros deles aqui do que eles têm lá.

**F:** Realmente, é um acervo de referência. Esses dias eu estava lendo um texto do Michel Espagne sobre as transferências culturais. Para ele, uma biblioteca estrangeira, mesmo que as pessoas não leiam seus livros, representa o acúmulo de referências daquele país fora dele. A Livraria Francesa é esse símbolo, embora esteja escondidinha aqui atrás.

**D:** A Livraria Francesa sempre fez parte do circuito de livrarias do centro de São Paulo, as pessoas a frequentavam. Se alguém fosse à Brasiliense, passava também na Parthenon, na Italiana, na Kosmos, que ficava na Avenida São Luís, e, é claro, na Livraria Francesa. Depois, iam à Duas Cidades, onde estava o padre Santa Cruz, que também era uma referência, com livros em espanhol.

Sílvia: Havia também a Triângulo.

**F:** É incrível, pois, mesmo não sendo uma loja de rua, a Livraria Francesa sempre era procurada.

Sílvia: Quando eu era criança, sempre vinha aqui aos sábados. E a livraria ficava lotada! Vinha muita gente, era um ponto de encontro. Às vezes as esposas nos ligavam: “meu marido ainda está aí?”, “não, ele já saiu”, “então vou ligar na Triângulo!”. Não existia celular.

**D:** Uma vez, o balcão estava muito cheio. A Manuela Carneiro da Cunha não quis esperar, pegou os livros e foi embora! A livraria era de fato muito movimentada. Quando a livraria completou cinquenta anos, fizemos uma promoção, e uma fila se formou no caixa. Nessa época, ainda usávamos o alfinete. Nos sábados era um estardalhaço, a livraria era muito concorrida.

**F:** Vocês sabem como o Foucault veio parar na livraria?

**D:** Acredito que alguém deva ter indicado, ou que ele estivesse hospedado em algum hotel nesta região. Ele sempre vinha ao Brasil, mas naquele dia levamos um susto.

**F:** A Claudie contou sobre o que eles conversaram?

**D:** Não me recordo, a emoção foi grande. Aquele dia foi um auê! Mas sempre havia visitas insólitas. Paulinho da Viola, por exemplo. Juca Chaves, que morava na Praça da República e era amigo da Carmen, antiga funcionária. Se ela estivesse viva, teria muitas histórias para contar sobre o sr. Monteil e a Claudie. Ela fez parte da turma que montou o Dicionário Difel Francês-Português, considerado pelos professores da USP o melhor. A Carmen, a Manuela e muitas outras pessoas trabalharam nele, faziam inclusive as pesquisas. Todos diziam que o sr. Monteil vivia com as fichas, sempre pensando em acrescentar mais verbetes. A coleção História das Civilizações também foi muito importante. Quando foi produzida a última edição, encadernada, eu ainda estava na Difel.

**F:** São duas edições, uma com a capa azul e amarela e outra, encadernada, com a capa verde. Estou tentando completar essa coleção.

Sílvia: Tenho uma prateleira de livros da Difel em minha casa. Mas também não tenho a coleção completa.

**F:** Se você me convidar para ir à sua casa, eu gostaria de ver as primeiras edições.

Sílvia: Claro!

**D:** Havia também aqueles livros com capas coloridas. O catálogo da Difel era muito interessante.

**F:** Eu levantei cerca de quinhentos títulos, principalmente por meio dos jornais. Só da coleção Corpo e Alma do Brasil, que me interessa bastante, são 69. Da coleção Que saísse? são cerca de duzentos.

**D:** Um dos últimos livros lançados pela Difel foi Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30, do Héglio Trindade. Foi sua tese de doutorado. Ele é de Porto Alegre e, até pouco tempo, frequentava a livraria. Eu tenho flashes. Confesso que quando comecei a trabalhar aqui, era tímida demais. Quando passei a trabalhar no meio da loja, consegui sair da casca do ovo, mesmo ainda sendo tímida. Até então, eu ficava vermelha quando precisava conversar com alguém. Não sabia nem andar de ônibus. Quando fui trabalhar na Difel, precisava tomar o ônibus elétrico e morria de medo! Estudava no Colégio São José, na Liberdade, e todas as minhas amigas moravam na região do Cambuci. Às vezes andávamos por ali, pela Conselheiro Furtado. Foi para trabalhar na Difel que comecei a tomar ônibus de fato. Para mim era muito difícil ser recepcionista. Via muitas pessoas badaladas, abria e fechava a porta da editora para elas. Me lembro que precisava desligar o telefone, um PABX enorme, ao final do expediente. Um dia, esqueci. No dia seguinte, o moço da contabilidade (na Difel também ficava o escritório da livraria) me deu uma bronca, pois o telefone poderia pegar fogo durante a noite. Era muita responsabilidade.

**F:** A Difel chegou a ter uma livraria? Vejo nos jornais da época o endereço da Rua Marquês de Itu.

**D:** Lá ficava o depósito da Difel. Não era uma livraria. E na Rua Bento Freitas era o prédio da Odeon. O sr. Jaci tinha duas secretárias; havia o pessoal de revisão; na contabilidade, o sr. Jaci, a dona Matilde, o Elídio, o Baptistela. Era muito grande.

**F:** A separação entre a livraria e a editora impactou os funcionários? Como eles lidaram com isso?

**D:** Todos ficaram muito chateados. Depois, a Difel virou Bertrand, e nós falávamos muito mal do dono, Raul, que era português. Foi então que descobri que ele era um grande amigo da Regina Silveira, artista performática que estava fazendo muito sucesso. Minhas referências são duas principais: quando o sr. Lucas vinha ficávamos em polvorosa e, mais tarde, quando o Raul comprou a Difel, ficamos chateados porque perderíamos um catálogo tão interessante.

**F:** De que mais você se recorda quanto à atuação política do Monteil? Além das visitas da polícia, como as coisas funcionavam em relação aos livros políticos?

**D:** Quando entrei, não podíamos colocar as etiquetas da livraria nos livros da Maspero. Isso ocorreu até os anos 1980. Quando os vendíamos, não embrulhávamos no papel da livraria. Eles ficavam lá embaixo, no estoque, onde havia um armário cheio de títulos da Maspero, que eu também considerava uma das minhas editoras favoritas.

**F:** Por acaso, encontrei a biblioteca de um professor de história aqui de São Paulo. Ele era filho de judeus franceses, acredito que nasceu no Marrocos. Ele tinha muitos livros com etiqueta da Livraria Francesa: a coleção completa de O Capital da Éditions Sociales,

vários livros sobre comunismo... livros que não eram muito bem aceitos e poderiam ser apreendidos, todos comprados aqui. Ele estudou História na USP, nos anos 1970.

**D:** Havia muitas coisas interessantes que, mesmo na França, hoje já não existem.

**F:** Nos inventários da livraria, infelizmente não são discriminados os títulos, mas há a organização por áreas/gêneros: ciências sociais, história e geografia... A partir de 1964, todas essas disciplinas desaparecem e dão lugar a “ciências”. Você se lembra disso?

**D:** Não me lembro, porque a parte técnica era feita por um pessoal especializado. Me lembro de um deles, o Paulo. Eles mexiam só com essas editoras, que também eram vendidas pela Livraria Triângulo. Isso era ciências. Mas não sei por que deixou de ser ciências humanas.

**F:** Tenho a impressão de que talvez os livros tenham sido organizados de forma mais dispersa e disfarçada. Porque a quantidade de livros, ao somar, é a mesma ou maior.

**D:** Alguns títulos cada pessoa interpretava de forma diferente. Tínhamos, por exemplo, um livro sobre bombas hidráulicas que levou o monsieur Lepeltier para a delegacia. Pensaram que ele estava produzindo bombas. Se não me engano, era das edições Mir. Todos os livros das editoras russas eram verdes ou vermelhos, e esse infelizmente era vermelho.

**F:** No Dops tem um prontuário dele, com o catálogo da Seuil, em que havia o livro do Marighella traduzido na França. Acredito que Pour la Libération du Brésil, que foi proibido por lá. Como estava no catálogo da Livraria Francesa, ele foi chamado à polícia.

**D:** Aquele armário do estoque ficou fechado por um longo tempo. Apenas pessoas especiais, clientes de confiança, iam lá.

**F:** Nesses 46 anos de trabalho, como você vê a Livraria Francesa?

**D:** Cheguei aqui com dezenove anos, em uma época em que a livraria era muito glamourosa e efervescente. Sempre fui tiete, ficava deslumbrada com todos aqueles professores. Também havia muitos jornalistas da Folha de S.Paulo, do Estadão. Ainda conheço alguns, mas não é um pessoal que está muito na mídia. Particpei do auge da livraria. Ao longo do tempo, houve muitas crises. Me lembro que, quando comecei a trabalhar na Difel, ocorria a bendita Crise do Petróleo. Todos achavam que o papel iria acabar – justo quando eu comecei a trabalhar em uma editora! Era uma visão muito catastrófica. Quando veio a crise de 2008, da qual tive uma outra visão, pois já havia superado outras crises. Como sempre gostei da língua francesa, para mim esse trabalho

une o útil ao agradável. Quando comecei a estudar francês, tinha o objetivo de dar aulas, mas a obrigatoriedade foi retirada das escolas. Continuei aqui por prazer, pois gosto muito da língua francesa e dos livros. Há mais de vinte anos, faço cursos de encadernação. É meu plano B. Quando sair daqui, vou continuar mexendo com livros. Comecei por hobby, para quebrar o ritmo da semana, pois já havia outros gerentes na livraria. Faço encadernação, recupero, restauro.